



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E  
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

# **CPMI DOS CORREIOS**

## **VOTO EM SEPARADO Nº 04**

**AUTORES: Senadores Siba  
Machado e outros e Deputados  
Carlos Willian e outros**

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>3872</u>
Doc: _____

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
1.1 APRESENTAÇÃO .....	4
1.2 NATUREZA E OBJETIVOS DE UMA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO.....	5
1.3 A CPMI “DOS CORREIOS” .....	5
<b>2. O PAPEL DO CONGRESSO NACIONAL E DE UMA CPI .....</b>	<b>8</b>
2.1 O PAPEL FISCALIZADOR DO CONGRESSO .....	8
2.2 O INQUÉRITO PARLAMENTAR.....	10
2.3 BALANÇO DOS TRABALHOS DA CPMI “DOS CORREIOS” .....	12
2.4 OS FOCOS DE INVESTIGAÇÃO .....	21
<b>5. A ESPIONAGEM NOS CORREIOS .....</b>	<b>23</b>
5.1 INTRODUÇÃO.....	23
5.2 A GRAVAÇÃO.....	24
5.3 O MANDANTE DIRETO DA GRAVAÇÃO: O SR. ARTHUR WASCHECK.....	25
5.4 O FORNECEDOR DA MALETA: O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA.....	30
5.5 SOBRE A POSSÍVEL PARTICIPAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA ABIN.....	35
5.6 CONCLUSÃO.....	40
<b>6 CORREIOS .....</b>	<b>40</b>
6.1 PUBLICIDADE .....	40
6.1.1 Breve Histórico.....	40
6.1.2 <i>Digressão a Respeito das Ações de Publicidade no Setor Público</i> .....	41
6.1.3 <i>Contratos de publicidade</i> .....	49
6.1.4 <i>O Processo licitatório</i> .....	52
6.1.4.1 Preparação do Processo de Licitação.....	52
6.1.4.2 Edital de Licitação.....	53
6.1.4.2.1 Indicações da ECT: .....	56
6.1.4.3 O Processo Licitatório .....	56
6.1.4.3.1 Proposta Técnica .....	56
6.1.4.3.2 Aspectos Contábeis do Procedimento Licitatório.....	58
6.1.4.3.3 Ausência de Audiência Pública .....	60
6.1.4.3.4 Elaboração Inadequada de Briefing.....	60
6.1.4.3.5 Subjetividade no Julgamento da Proposta Técnica.....	61
6.1.4.4 A Contratação.....	63
6.1.5 <i>Execução do Contrato</i> .....	65
6.1.5.1 Aspectos documentais .....	65
6.1.6 <i>Movimentação financeira</i> .....	66
6.1.7 <i>Garantias Financeiras</i> .....	67
6.1.8 <i>Aspectos fiscais</i> .....	68
6.1.9 <i>Achados de auditoria TCU e CGU</i> .....	68
6.1.9.1 Contratos com Objetos Múltiplos .....	68
6.1.9.2 Honorários sem Prestação do Serviço e Sobrepreço em ações de publicidade .....	70
6.1.9.3 Planejamento e Execução das Ações de Publicidade .....	71
6.1.9.4 Conseqüências da Ausência de Planejamento Adequado .....	72
6.1.9.5 Veiculação de Anúncios em Revista sem Justificativa Adequada .....	72
6.1.9.6 Concessão Indevida de Patrocínio .....	73
6.1.9.7 Irregularidade na Situação Fiscal das Empresas Subcontratadas .....	74
6.1.9.8 Ausência de Aferição de Resultados das Ações de Publicidade .....	75
6.1.9.8.1 Compra Antecipada de Mídia e Pagamentos .....	77
6.1.9.9 Irregularidades Detectadas em Processos Conexos .....	78
6.1.9.9 Rescisão de Contrato da SMPB.....	79
6.2 REDE POSTAL NOTURNA .....	84
6.2.1 <i>Introdução</i> .....	84
6.2.1.1 As Empresas Envolvidas .....	87
6.2.1.2 Skymaster Airlines Ltda .....	87
6.2.2.1 Termo de compromisso de subcontratação firmado entre Skymaster e Beta.....	93
6.2.2.2 Formação de sociedade de fato entre a Skymaster e o Grupo Promodal.....	97
6.2.2.3 Ex-presidente da Beta defende interesses da Skymaster junto aos Correios.....	98
6.2.3 <i>Análise das Contratações da Skymaster -Linhas A e C</i> .....	99
6.2.3.1 Dispensa De Licitação nº 002/2001 .....	99
6.2.3.1.1 Termos Aditivos Ao Contrato nº 10.721/2001 .....	108
6.2.3.2 Pregão nº 045/2001 - Linhas “A” e “C” .....	108
6.2.3.2.1 Impugnações Ao Edital .....	110
6.2.3.2.2 Termos Aditivos ao Contrato nº 11.008/2001 .....	112

6.2.3.3 Pregão nº 106/2003 - Linhas "A" e "C" .....	113
6.2.3.3.1 Contratação do Brigadeiro Venâncio Grossi .....	113
6.2.3.3.2 Renegociação dos Contratos.....	114
6.2.3.3.3 Processo Licitatório .....	117
6.2.3.3.4 Termos Aditivos Ao Contrato 12.405/2003 .....	122
6.2.3.4 Pregão nº 105/2004 - Linhas "A" e "C" .....	122
6.2.3.5 Fragilidade dos Preços de Referência da ECT.....	124
6.2.3.6 Irregularidades e Atos Suspeitos.....	130
6.2.3.7 Cálculo do Superfaturamento – Linhas A e C .....	130
6.2.3.7.1.1 Remuneração em Nível Acima da Média de Mercado .....	145
6.2.3.7.1.3 Prejuízo Declarado Não Se Comprovou em 2004 .....	147
6.2.3.7.3 Posicionamento do DAC sobre os valores de arrendamento da Skymaster .....	150
6.2.3.7.4 Contabilização fraudulenta dos pagamentos de arrendamento .....	151
6.2.3.7.5 Pagamentos de Arrendamento de Aeronave Sem Autorização do DAC para Voar.....	153
6.2.3.7.6 Relação entre Skymaster e Arrendadores de Aeronaves.....	154
6.2.3.7.7 Simulação Quanto à Propriedade das Aeronaves Arrendadas .....	155
6.2.3.7.8 Duplicidade de Contratos de Arrendamento da para a Mesma Aeronave.....	161
6.2.3.7.9 Operação de Aeronaves sem Autorização do DAC.....	162
6.2.3.7.10 Baixo Nível de Utilização das Aeronaves Arrendadas .....	163
6.2.3.7.11 Indício de Superfaturamento na Importação de Peças .....	164
6.2.3.7.12 Remessa de Divisas para o Exterior .....	165
6.2.3.7.13 Simulação de pagamento à Skycargas .....	167
6.2.3.7.14 Grande Volume de Saques em Espécie .....	169
6.2.3.7.15 Prática de emissão de cheques nominais à própria Skymaster a fim de serem endossados e sacados no caixa .....	170
6.2.3.7.16 Elevadas quantias em espécie em mãos dos sócios da Skymaster .....	172
6.2.3.7.17 Aquisição de bens pela própria Skymaster destinados ao patrimônio dos seus sócios .....	172
6.2.3.7.18 Fortes indícios de prática de falsificação de documentos pela Skymaster .....	173
6.2.4 <i>Análise das contratações da Beta</i> .....	175
6.2.4.1 Dispensa de licitação nº 001/2000 .....	175
6.2.4.2 Dispensa de licitação nº 003/2000 .....	178
6.2.4.2.1 Indícios de montagem do processo de dispensa de licitação nº 003/2000 .....	180
6.2.4.2.2 Decisão dos Correios sobre consulta às licitantes anterior à própria consulta .....	180
6.2.4.3.1 Apresentação de Certidão Falsa pela Beta.....	183
6.2.4.3.2 Aceitação pelos Correios de Certidão Positiva da Beta .....	184
6.2.4.4 Superfaturamento dos Contratos da Beta – Linha F .....	185
6.2.4.5 Os Preços de Referência dos Correios .....	189
6.2.4.6 A Atuação do Sr. Pedro Vieira de Souza.....	192
6.2.4.7 A Questão do ICMS .....	195
6.2.4.8 Pagamento de Propina ao Diretor dos Correios .....	203
6.2.4.9 Presidente da Beta Presenteia Diretor dos Correios com Dois Aquecedores à Óleo.....	205
6.2.4.10 Pagamentos realizados pela empresa BETA ao Sr. João Herrmann Neto.....	209
6.2.5 <i>Concorrência nº 006/2004</i> .....	228
6.2.5.1 Nova Malha da Rede Postal Noturna.....	228
6.2.5.2 Cláusulas Editalícias Restritivas.....	233
6.2.5.2.1 Exigência de regularidade fiscal e de saúde financeira de empresa que não é licitante .....	233
6.2.5.2.2 Exigência de Certificado de Matrícula, de Certificado de Aeronavegabilidade e de Especificações Operativas .....	235
6.2.5.2.3 Fixação da capacidade de carga dos trechos em valores superiores ao necessário .....	244
6.2.5.3 Economicidade da Nova Malha da RPN.....	245
6.2.5.5 Reajuste do preço do combustível com base na variação de preços do produtor.....	250
6.2.6 <i>Conclusões da Controladoria-Geral da União</i> .....	251
6.2.6.1 Ausência de justificativas consistentes para adoção de critérios na determinação do valor de referência dos serviços nos processos de licitação.....	251
6.2.6.2 Falta de divulgação dos valores de referência nos processos de licitação .....	252
6.2.6.3 Inconsistência no relatório DEGEO-002/2001 que subsidiou a fixação dos preços de referência para a DL 002/01. Referência no corpo do relatório a fato ocorrido em data posterior a sua assinatura .....	253
6.2.6.4 Ausência de audiência pública no início do processo licitatório. ....	253
6.2.6.5 Adoção de critérios distintos para casos semelhantes na desclassificação de empresas em certames licitatórios. .....	253
6.2.6.6 Irregularidades na formação das comissões de licitação .....	253
6.2.6.7 Contratação emergencial por dispensa de licitação sem respaldo legal. ....	253
6.2.6.8 Contratações por dispensa de licitação sem publicação tempestiva.....	253
6.2.7 <i>Providências e Encaminhamento</i> .....	
6.2.8 <i>Conclusão</i> .....	
6.3.1 <i>Aquisição de sistema de gestão empresarial – contrato nº 10.353/00</i> .....	
6.3.2 <i>Contrato GPGEM/ERP nº 11.826/03</i> .....	265
6.3.3 <i>Contrato GPGEM/ERP nº 13.180/04</i> .....	265
6.3.4 <i>Programa Banco Postal – Contrato nº 10.805/2001</i> .....	268

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 2873
Doc: 2

6.3.4.1	Inclusão de agências terceirizadas na abrangência do Contrato celebrado com o Bradesco, mediante o 1º Termo Aditivo, não obstante o disposto no art. 3º, inciso I, da Portaria GM/MC nº 588, de 04/10/2000.....	268
6.3.4.2	Possibilidade de inclusão de novos serviços, bem como de novas agências ao objeto do contrato versus pagamento único: .....	271
6.3.4.3	Substituição de 237 das 5.299 agências inicialmente previstas, sem a celebração de Termo Aditivo ao Contrato: .....	272
6.3.4.4	Ampliação do objeto em cerca de 50%, tendo, como contrapartida, pagamento correspondente a 31% do preço inicialmente pactuado.....	273
6.3.4.5	Prazo de vigência do contrato.....	275
6.3.4.6	Apurações da Controladoria Geral da União – CGU a respeito da implantação do Programa Banco Postal.....	277
6.3.5	<i>Aquisição e prestação de assistência técnica por 24 meses de diversos equipamentos utilizados na solução de automação das agências da ECT – Contrato nº 11.346/2002.....</i>	280
6.3.5.1	Concessão Irregular de Reequilíbrio Econômico financeiro.....	281
6.3.5.2	Tentativa de revisão indevida de valores previamente acordados.....	285
6.3.5.3	Não-aplicação de multas propostas pelas Diretorias Regionais em função de demora no atendimento de chamados durante a garantia.....	287
6.3.6	<i>Aquisição de Solução Integrada para Fornecimento de Endereço Eletrônico Permanente – Contrato nº 11.290/2002.....</i>	290
6.3.6.1	Restrição ao Caráter Competitivo no Edital .....	290
6.3.6.2	Superfaturamento do Subitem Manutenção de Aplicação .....	292
6.3.6.3	Mascaramento de Aumento de Custo no Termo Aditivo.....	293
6.3.6.4	Fuga à Licitação no Termo Aditivo.....	295
6.3.6.5	Execução de Serviço sem a Cobertura Contratual .....	297
6.3.6.6	Cobrança Intempestiva e Redução Indevida de Multa Contratual .....	299
6.3.7	<i>Concorrência nº 004/2004 - solução integrada de automação do Seguro Postal.....</i>	300
6.3.8	<i>Concorrência nº 07/2004 -Sistemas de automação do atendimento comercial.....</i>	305
6.3.9	<i>Contratação da prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos da rede de atendimento – Contratos nº 13.477/05 e nº 13.482/05.....</i>	308
6.4	FRANQUIAS .....	309
6.4.1	Introdução .....	309
6.4.2	Assinatura de Contrato de Franquias sem Licitação .....	310
6.4.3	Síntese dos Depoimentos .....	311
6.4.4	Análise dos Depoimentos.....	314
6.4.5	Migração sem Limite.....	316
6.4.6	Omissão do Ministério das Comunicações.....	317
6.4.7	Migração de grandes clientes para a rede franqueada.....	317
6.4.8	Depoimentos.....	318
6.4.8.1	Análise dos Depoimentos .....	321
6.4.9	Análise do Sigilo Bancário e Fiscal da ACF Shopping Tamboré.....	327
6.4.10	Conclusão.....	334
6.5	CORREIO HÍBRIDO POSTAL.....	335
6.5.1	Histórico.....	336
6.5.2	Conceito de Correio Híbrido Postal e Projeto da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT .....	337
6.5.3	<i>Concorrência Internacional nº 12/2002 E Contrato 13.159/2004 .....</i>	338
6.5.4	<i>Relatório Controladoria-Geral Da União.....</i>	347
6.5.4.1	Varição injustificada no valor contratado, em relação ao estimado .....	347
6.5.4.2	Inconsistência entre os estudos de viabilidade econômico-financeira .....	347
6.5.4.3	Riscos de manipulação por terceiros de dados protegidos por sigilo .....	348
6.5.4.4	Estimativa inadequada de preço do Software GPDD.....	348
6.5.4.5	Levantamento insuficiente para definição do valor de referência do projeto.....	348
6.5.4.7	Exigência de tecnologia de impressão restritiva à competição .....	349
6.5.4.8	Alteração injustificada dos percentuais e das bases de cálculo de multas da primeira para a última versão do Edital.....	349
6.5.4.9	Antecipação de pagamento à contratada.....	349
6.5.5	<i>Relatório Tribunal de Contas da União .....</i>	350
6.5.5.1	Restrição à competição.....	350
6.5.5.2	Adoção de critérios inadequados de qualificação e pontuação técnica .....	350
6.5.5.3	Ausência de critérios objetivos para fixação de preços.....	351
6.5.5.4	Superfaturamento dos serviços contratados.....	351
6.5.5.5	Proposta de Encaminhamento.....	351
6.5.6	Recomendações .....	354
6.6	OUTROS CONTRATOS DOS CORREIOS .....	355
6.6.1	Denúncia Original.....	355
6.6.1.1	Irregularidades em Processos de Readmissão na ECT.....	361
6.6.1.2	Tráfego de Influência no Contrato ECT-AUTOTRAC .....	364
6.6.1.3	Recomendações .....	366

6.6.1.4 Contratação da Empresa Autotrac .....	367
6.6.1.5 A Denúncia do Sr. Edson Maurício Brockveld.....	376
6.6.1.6 Comentários.....	378
6.6.1.7 Área de Suprimento de Materiais .....	380
6.6.1.7.1 COMAM.....	380
6.6.1.7.2 Medicamentos .....	383
6.6.1.7.3 Caixetas Plásticas .....	384
6.6.1.7.4 Xerox.....	386
6.6.1.7.5 Espaço Aberto .....	387
6.6.1.8 Denúncia da Empresa Gadotti Martins .....	390

## 1. Introdução

### 1.1 Apresentação

O Congresso Nacional, detentor do Poder Legislativo, tem a competência precípua de legislar. Ao lado dessa, está outra que lhe é inerente e essencial para constituir sua natureza de Poder autônomo: a fiscalização dos atos do Poder Executivo e de entes públicos ou privados que recebem recursos públicos.

A competência fiscalizadora do Congresso Nacional é extensa, e essa extensão alcança todos os limites de sua competência legislativa. Vale dizer: o Congresso Nacional tem poder de fiscalizar todos os assuntos e temas a respeito dos quais está capacitado, pela Constituição, para legislar.

As comissões parlamentares de inquérito (CPIs) constituem um dos mais importantes instrumentos de que o Congresso Nacional dispõe para exercer sua competência constitucional. Não por acaso, é perceptível a qualquer observador atento que o funcionamento de uma CPI (ao lado do manejo do instituto da medida provisória e do controle de constitucionalidade das leis) traduz uma das pedras de toque do modelo brasileiro de repartição funcional dos Poderes, entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Uma comissão de inquérito instituída no âmbito do Congresso Nacional pode funcionar em uma só Casa: uma CPI do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados. Sendo assim, é formada nos termos do regimento interno de cada instituição legislativa. Certas matérias, entretanto, por sua importância, amplitude, dimensão e complexidade, exigem a atenção de ambas as Casas do Congresso Nacional. Nesse caso, forma-se uma comissão parlamentar mista de inquérito, composta por Senadores e Deputados Federais.

A vida política brasileira tem demonstrado que, independentemente da vontade de quem ocupe os cargos de liderança no Poder Executivo, no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito, a edição de medidas provisórias e a discussão sobre a constitucionalidade das leis estão, rotineiramente, entre os temas políticos que mais suscitam controvérsias, pelo grande relevo dos assuntos que manejam, o que tem provocado crescente interesse da sociedade.

Diante disso, vemos que a plena afirmação do Congresso Nacional como um órgão autônomo de poder somente ocorrerá quando dispusermos, no Legislativo, de todos os meios, instrumentos e poderes necessários para que uma comissão parlamentar de inquérito possa funcionar de maneira eficaz e exitosamente, e oferecer à sociedade os resultados que a sociedade espera.

A presente Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “dos Correios” é expressão de um claro anseio da população que exigia ver apurada a denúncia feita por meio de matéria jornalística envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Seu funcionamento é

RGS nº 092005 - CN - CPMI - CORREIOS Fls. 3874 Doc: 4
--

resultado de um entendimento entre as lideranças políticas do Congresso Nacional que se têm articulado para, com o máximo de critério e a possível isenção, investigar fatos sérios, inadmissíveis à Administração Pública Brasileira.

## 1.2 Natureza e Objetivos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito

Por uma questão ética essencial (como soem ser as questões éticas), queremos deixar claro, de início, aquilo que a sociedade brasileira pode esperar de uma comissão parlamentar de inquérito. Pois, como ocorre com qualquer instituição do Estado, no regime democrático, os poderes das CPIs estão sujeitos a limites.

Parcela da mídia, não raro, mede o êxito de uma CPI pela quantidade de autoridades, agentes políticos e cidadãos que, em função dela, venham a ser punidos. Será esse o critério adequado? Os objetivos de uma CPI devem ser claramente definidos e proclamados, até para que não se estimulem ilusões, e não se pretenda alcançar objetivos que não lhe dizem respeito.

Pode-se exigir de uma CPI:

*1. que contribua para a transparência da Administração Pública, à medida que revela, para a cidadania, fatos e circunstâncias que, de outra forma, não seriam do conhecimento público;*

*1. que, na qualidade de órgão do Poder Legislativo, possibilite o exame crítico da legislação aplicável ao caso sob investigação;*

*3. que proponha à Casa respectiva do Congresso Nacional, sempre que cabível, a abertura de processo contra Senador da República ou Deputado Federal, quando o nome do parlamentar estiver vinculado a fatos ou atos que possam implicar prejuízo à imagem do Congresso Nacional, ou seja, sempre que ali se possa identificar possível quebra do decoro parlamentar;*

*4. que interceda junto aos órgãos responsáveis da Administração Pública para sustar as irregularidades e/ou as práticas lesivas que suas investigações identifiquem;*

*5. que aponte ao Ministério Público os fatos que possam caracterizar delitos ou prejuízo à Administração Pública, para que esse órgão estatal possa promover a responsabilidade civil e penal correspondente.*

*6. que proponha modificações no arcabouço legal e institucional, de forma a contribuir para o aperfeiçoamento constante da democracia do País, evitando a reincidência no fato examinado.*

## 1.3 A CPMI “dos Correios”

O semanário *Veja*, em sua edição nº 1.905, de 18 de maio de 2005, publicou matéria intitulada “O homem chave do PTB”, na qual são transcritos diálogos de que participava o Sr. Maurício Marinho, então diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Esses diálogos indicaram a ocorrência de atos de corrupção ativa e passiva no âmbito daquela empresa estatal e sugeriram diversos outros equívocos administrativos.

Ademais, as informações indicavam a possibilidade de que as indicações aos cargos e posições de mando naquela empresa estariam sendo utilizadas para obtenção de privilégios.

A partir dessa data, o então Deputado Federal Roberto Jefferson, Presidente Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, que fazia parte da base de apoio e sustentação do Governo no Congresso Nacional, passou a apontar, em inúmeras manifestações na mídia nacional, a existência de um complexo sistema de financiamento ilegal dessa base de apoio, seja em processos políticos ou eleitorais, seja fora deles. O vocábulo *mensalão* foi utilizado pelo deputado para descrever o suposto esquema e apontar os que nele teriam se envolvido, destacando a participação, sobretudo, de parlamentares de deputados federais.

Esta CPMI aprovou, conjuntamente com a CPMI da Compra de Votos, ainda no ano passado, um Relatório Parcial específico a esse respeito. Os fatos descritos no Relatório motivaram a instalação, no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, de diversos processos contra deputados federais. Em função desses processos, alguns deputados federais já renunciaram aos seus mandatos, outros foram cassados e outros têm os seus processos em andamento. A responsabilidade política pela condução de tais processos pertence, hoje, exclusivamente à Câmara dos Deputados.

Os trabalhos desta CPMI, a vigilância da mídia, a atenção da sociedade civil são, certamente, elementos ponderáveis que contribuíram para que o Parlamento brasileiro pudesse tomar algumas das duras e difíceis medidas que vem tomando, no plano do decoro parlamentar e no âmbito de seu próprio processo de funcionamento, voltadas ao aprimoramento do Poder Legislativo, assim como buscando sua aproximação com a sociedade brasileira.

Esses esforços desenvolvidos, e a realidade por eles exposta, contribuíram, também, para que o Congresso Nacional decidisse promover mudanças na legislação eleitoral, voltadas à redução dos custos das campanhas e à sua moralização. São alterações legislativas que, ainda quando limitadas, apontam no caminho do aperfeiçoamento institucional do Estado brasileiro.

Do mesmo modo, as investigações desta CPMI, os citados procedimentos da Câmara dos Deputados e o próprio comportamento dos acusados contribuíram para concluir que ilegalidades foram cometidas, e que a denúncia, os processos instaurados que dela resultaram e, notadamente, a presente investigação, constituem uma contribuição fundamental do Congresso Nacional ao fortalecimento do Estado de Direito Democrático no Brasil.

A democracia política exige transparência. Não nos é dado elidir a verdade à sociedade brasileira. Quando tomamos conhecimento de fatos de interesse público, devemos transmitir essas informações a toda a cidadania, tarefa para a qual contribuíram não apenas os parlamentares como também, de modo fundamental, toda a imprensa brasileira.

É inaceitável a atitude daqueles que, em flagrante desrespeito à sociedade, lavam as mãos diante dos absurdos dessa realidade brasileira: a improbidade administrativa, a malversação de recursos públicos, os desvios, a concussão, a corrupção, enfim, as diferentes formas de ilícito contra a Administração Pública, contra a sociedade brasileira, contra a democracia política.

Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “dos Correios” toma o caminho oposto e decide não lavar as mãos. Reconhecemos que não nos é lícito silenciar diante de tantos delitos e tantas omissões delitivas. Quando sabemos, não nos é dado o direito de dissimular o conhecimento dos fatos.

Ao desenvolver os trabalhos desta CPMI, tratamos de atividades ocorridas no interior do Estado brasileiro. Trata-se de um Estado Democrático de Direito. Esse Estado é sujeito a princípios e

Regimento do CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 2675
Doc: 6

normas que lhe regem a organização. Respeitar esses princípios e normas implica, necessariamente, fazer valer a moralidade, a publicidade, a legalidade e a transparência, enfim, os princípios e os valores que a sociedade brasileira e a Constituição da República nos impõem respeitar.

Na Democracia, que aqui pretendemos prestigiar e fortalecer, ao cidadão é dado fazer tudo aquilo que a Lei não proíbe. Ao Estado, aos agentes públicos – todos sabemos, mas deveríamos ter mais consciência disso – *somente é dado fazer aquilo que a Lei expressamente autoriza*. Esse princípio geral do Direito Público deve ser ressaltado, no presente momento histórico, para que todos os brasileiros possamos crescer no aprendizado, cada vez mais necessário, do que significa o regime democrático.

Os agentes públicos estão todos sujeitos a esses vetores que regem a Administração Pública. Entre eles, destacamos os princípios da legalidade e da moralidade a que se refere a Constituição do Brasil (art. 37, *caput*).

O princípio da legalidade é basilar do regime democrático. Sua natureza e significado foram destacados por muitos autores, que, no Brasil, prestaram contribuição inestimável, sobretudo desde a vigência da Carta Política de 1988, à consolidação do Estado de Direito Democrático.

Queremos homenagear a todos esses brasileiros na pessoa do professor Celso Antônio Bandeira de Mello, que, em obra seminal a esse respeito, ensina:

*Para avaliar corretamente o princípio da legalidade e captar-lhe o sentido profundo cumpre atentar para o fato de que ele é **tradução jurídica** de um propósito político: o de submeter os exercentes do poder em concreto – o administrativo – a um quadro normativo que embargue favoritismos, perseguições ou desmandos. Pretende-se através da norma geral, abstrata e por isso mesmo impessoal, a lei, editada pois pelo Poder Legislativo – que é o colégio representativo de todas as tenências (inclusive minoritárias) do corpo social – garantir que a atuação do Executivo nada mais seja senão a concretização desta vontade geral.*

*O princípio da legalidade contrapõe-se, portanto, e visceralmente, a quaisquer tendências de exacerbação personalista dos governantes. Opõe-se a todas as formas de poder autoritário, desde o absolutista, contra o qual irrompeu, até as manifestações caudilhescas ou messiânicas típicas dos países subdesenvolvidos. O princípio da legalidade é o antídoto natural do poder monocrático ou oligárquico, pois tem como raiz a idéia de soberania popular, de exaltação da **cidadania**. Nesta última se consagra a radical subversão do anterior esquema de poder assentado na relação soberano-súdito (submisso).*

*Instaura-se o princípio de que todo poder emana do povo, de tal sorte que os cidadãos é que são proclamados como os detentores do poder. Os governantes nada mais são, pois, que representantes da sociedade. (...) Assim, o princípio da legalidade é o da completa submissão da Administração às leis. Esta deve tão-somente obedecê-las, cumpri-las, pô-las em prática. Daí que a atividade de todos os seus agentes, desde o que lhe ocupa a cúspide, isto é, o Presidente da República, até o mais modesto dos servidores, só pode ser a de dóceis, reverentes, obsequiosos cumpridores das disposições gerais fixadas pelo Poder Legislativo, pois esta é a posição que lhes compete no Direito brasileiro. (Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1996, 8ª ed., p.57.)*

A defesa jurídico-política da moralidade administrativa tem merecido – e certamente merecerá, a cada dia – um cuidado, um destaque e uma atenção maiores. Não se trata apenas de exigir de cada agente público (servidor público ou agente político, expressões que atualizam as noções de

funcionário e autoridade) que se comporte com decoro, embora essa exigência, em si, traduza um conceito de essencial relevo e dignidade política.

Trata-se, também, de exigir dos administradores públicos o respeito à moralidade administrativa como condição essencial ao bom funcionamento do Estado. Sem a moralidade administrativa, os recursos destinados à educação são desviados, e seguiremos um País de iletrados; sem moralidade pública, os recursos destinados à saúde são malversados, e seguiremos um País doente; sem moralidade nos Governos, os recursos destinados à segurança pública são corroídos pela corrupção, e seguiremos um País à mercê do crime.

Esses princípios constitucionais têm, evidentemente, expressão concreta no funcionamento do Congresso Nacional. Diz-se, na jurisprudência de nossos tribunais, nomeadamente o Supremo Tribunal, que os parlamentares estão obrigados a respeitar, nos procedimentos legislativos, o que se denominou chamar devido processo legislativo.

Ora, tal como ocorre com o princípio geral que lhe informa o conteúdo, o devido processo legal, essencial a qualquer regime democrático, o devido processo legislativo, ao lado de determinar o respeito a regras e procedimentos, deve alcançar, necessariamente, uma dimensão material, para contemplar a razoabilidade e a observância do decoro parlamentar, ou seja, de um estatuto jurídico-político mínimo dos congressistas que consagre a preservação da dignidade política de um mandato ungido pela manifestação soberana da cidadania, mediante o voto.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito “dos Correios” toma a decisão política essencial de enfrentar, com firmeza, os problemas que encontramos no desenvolvimento de nossos trabalhos. Sem perseguições, sem desmandos, sem protecionismos nem favoritismos, a Comissão observa a Lei, e nela verifica seus deveres e obrigações.

Esperamos que cada cidadão deste País possa identificar e compreender a dimensão dos esforços que aqui desenvolvemos. Trabalhamos, com afincio, meses a fio, para que esta CPMI cumprisse com seus deveres e obrigações perante o povo brasileiro.

## **2. O papel do Congresso Nacional e de uma CPI**

### **2.1 O papel fiscalizador do Congresso**

No momento em que toda a sociedade brasileira se volta para Brasília, para a leitura do presente documento, torna-se relevante, antes de passarmos à análise dos fatos investigados ao longo dos últimos meses, deter-se sobre a natureza do instrumento utilizado para a realização das investigações e sua importância.

O Congresso, como instituição, jamais pode se separar de sua vocação histórica: a de configurar uma espécie de caixa de ressonância da sociedade na qual se insere. Os fundadores das formas modernas do estado, ao divisarem a separação de poderes, tiveram consciência das características de cada um desses poderes. Notavelmente, ao Poder Legislativo, além da capacidade de produção de leis, foi reconhecida sua importância para a fiscalização dos atos dos governantes, bem como para a preservação dos direitos das minorias.

Nas próprias origens do parlamento moderno, na Inglaterra dos séculos XV e XVII, já se reconhecia a preocupação com o abuso do direito dos monarcas, de um lado, e, de outro, o risco apresentado pela tirania da maioria. Os excessos apresentados durante o período que antecedeu a revolução gloriosa foram essenciais para a configuração do moderno sistema parlamentar.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS e XVII, 1ª sessão de 15 de maio de 2005 Doc: _____ 8
---

Também, a radicalização dos ímpetus revolucionários ocorridos na França nos anos que se seguiram a 1789, que culminaram na supressão física de toda uma geração de homens públicos e na ascensão de uma nova autocracia, serviu para iluminar às gerações futuras os perigos da excessiva valorização do Executivo, em detrimento das minorias representadas no parlamento.

O imenso custo, em vidas humanas, recursos e energia que a história da luta pela democracia vem apresentando não deve servir de argumento para aqueles que, em todos os momentos, buscam substituir a democracia por outro regime. Esses buscam destruir o regime democrático, atacando suas instituições, através de argumentos que, sob a capa da moralidade mais extremada, não escondem a nostalgia do cesarismo, o desejo de substituir a vontade popular pela vontade de um indivíduo ou grupo pequeno de indivíduos.

Tal tática não deixa de conhecer seu sucesso: para os despreparados ou ansiosos, a relativa lentidão do processo democrático pode ser facilmente confundida com vacilação, o entre choque de opiniões pode se assemelhar à indecisão, o reconhecimento da existência de nuances, com a fraqueza das convicções.

Para a sociedade democrática, a existência e o fortalecimento das instituições depende, muitas vezes, do exercício das possibilidades oferecidas pelos acontecimentos históricos, por mais negativos que possam parecer. Esse é o traço principal e a principal qualidade da democracia, seu permanente aperfeiçoamento.

A atividade parlamentar é caracterizada pela representatividade (em princípio, todos os extratos da sociedade se refletem no parlamento), pela colegialidade (existência de um órgão coletivo que contém, em si, setores de situação e oposição) e pela continuidade (permanência dos órgãos legislativos ao longo do tempo). Tais características tornam o Congresso um organismo adequado para a operação de uma das múltiplas instâncias de fiscalização que, em uma democracia, ajudam a compor o sistema de freios e contrapesos destinado a evitar a tirania e o desvirtuamento das instituições.

Vale notar que, ao longo do século XX, a função de controle por meio do Parlamento tem adquirido cada vez maior relevo, conquistando, pode-se mesmo dizer, em algumas circunstâncias, uma certa primazia em relação à produção de normas, atribuição primária do Poder Legislativo. A demanda social por um ordenamento jurídico estável, somada à proliferação de fontes do direito – decorrente da criação de novas instâncias técnicas dotadas de relativa capacidade de produzir normas, tais como, na presente conjuntura, os bancos centrais e as agências reguladoras –, produziram uma redução relativa da capacidade legiferante dos Parlamentos em todo o mundo. Efetivamente, da totalidade das normas em vigência nas sociedades modernas, existe uma significativa fração que não segue os trâmites parlamentares tradicionais.

Se mantiveram o monopólio de produção de normas hierarquicamente superiores, os parlamentos de todo o mundo não são responsáveis pela totalidade das normas que afetam a sociedade. Principalmente em matérias tidas como de natureza técnica, parte significativa da produção normativa está concentrada em órgãos do Executivo, sendo apenas indiretamente derivados dos atos parlamentares. Em decorrência, a fiscalização dos atos administrativos assume uma importância fundamental para a manutenção da regra da lei e das liberdades públicas. Em um universo normativo em expansão constante, os atos do Executivo devem ser cuidadosamente analisados, sob pena de vermos abrir-se o espaço para que floresçam o abuso e o arbítrio.

A atividade de controle parlamentar não é, certamente, uma novidade. O próprio Montesquieu admitia que, aos parlamentos, caberia fiscalizar o cumprimento das normas por eles criadas. A execução orçamentária sempre foi um tema cuja fiscalização parlamentar era admitida. Houve, no entanto, uma alteração substancial quanto à natureza do poder de investigação dos parlamentos: a passagem de um poder implícito de investigação, baseado na capacidade do Legislativo de buscar a implementação dos atos dele oriundos, para uma faculdade, explicitamente reconhecida, de perquirição acerca de atos cuja competência originária não seria, em princípio, do Congresso, tais como os atos de administração, quer do Executivo, quer do Judiciário.

As alterações no padrão tradicional de divisão dos poderes, com maior ingerência do Executivo, tornam imperativa, portanto, uma maior participação do Poder Legislativo no controle dos atos dos governantes e de seus órgãos auxiliares. Representantes do conjunto da sociedade e guardiões das aspirações últimas dos povos, os Parlamentos devem se adaptar a essa nova realidade e desenvolver métodos para desempenhar essa função.

## 2.2 O Inquérito Parlamentar

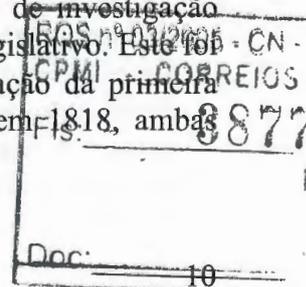
A utilização de Comissões Parlamentares para a discussão de temas específicos é, precisamente, um mecanismo de controle democrático dos atos de governo e um instrumento de aperfeiçoamento das instituições.

A divisão dos trabalhos, pela qual um grupo de parlamentares recebe a incumbência de escrutinar os temas pertinentes a uma dada área da atividade, é uma resposta lógica à necessidade de maior celeridade na atuação parlamentar. Ao se admitir a divisão do corpo parlamentar em subgrupos regidos pelos mesmos princípios que regem a atividade parlamentar como um todo (representatividade, colegialidade, etc.), permite-se que o Congresso tenha uma atuação mais rápida no exame das questões que lhe são apresentadas, sem que haja perda da qualidade e do caráter democrático das decisões.

Como tantas outras práticas políticas, o uso de comissões representativas tem sua origem no desenvolvimento das instituições políticas da Grã-Bretanha. As inúmeras reviravoltas da história da Inglaterra, os golpes e contragolpes aplicados na luta entre Monarcas e Pares do Reino foram produzindo um conjunto de instituições que, ao cabo, não apenas eliminaram a ameaça do absolutismo real, como levaram à corrosão do poder da nobreza e a ascensão política do povo.

Efetivamente, já durante o reinado de Eduardo III (1312-1377), podem ser colhidas notícias da formação de um corpo de parlamentares distinto da totalidade do Parlamento, destinado à consecução de uma atividade específica. A partir do século XVII, a criação de comissões de investigação tornou-se uma prática comum do Parlamento inglês, acentuada com a consolidação definitiva do poder parlamentar na Revolução Gloriosa.

Tais instituições serviram de modelo às congêneres de todo o mundo. A utilização de comissões para a investigação de tópicos específicos, tal como a conduta inadequada de um governante, firmou-se como uma das principais formas de atuação dos congressos para o encaminhamento de um dado assunto. Na maioria dos países, a criação de comissões provisórias de investigação antecede, mesmo, a instauração de comissões permanentes de processamento legislativo. Este foi precisamente o caso dos Estados Unidos da América, onde se observa a criação da primeira comissão da Câmara dos Representantes em 1792 e a primeira do Senado em 1818, ambas destinadas a investigar assuntos referentes à questão indígena.



O exemplo da França revolucionária, por outro lado, mostra o perigo do abuso da utilização do mecanismo das comissões. O aparelhamento do Comitê de Salvação Pública e o desmesurado crescimento de suas competências levaram à usurpação de poderes do Executivo e da própria Assembléia Nacional, em um processo que culminou no Terror. Esse precedente retardou a criação de novas comissões na França pós revolucionária, o que somente ocorreu em 1828.

A evolução do instituto jurídico das comissões parlamentares de inquérito no Brasil ainda se encontra em andamento, ainda que o advento do regime constitucional de 1988 tenha constituído um grande avanço em relação aos períodos anteriores. A Constituição de 1824 não previa expressamente a formação de Comissões de Inquérito, salvo quanto ao poder de investigação, pelo Congresso, no tocante aos abusos cometidos pela administração anterior, quando da vacância do trono. Não obstante, o Congresso mantinha, implicitamente, um poder geral de investigação que permitia a realização de diligências concernentes ao cumprimento das leis. Esse entendimento permitiu, por exemplo, a instalação, em 1882, de uma Comissão destinada ao exame do comércio, da indústria fabril e da alfândega do Império.

A proclamação da República e a adoção da Carta de 1891 não trouxeram significativas alterações à matéria. A Constituição seguiu omissa quanto à realização de inquéritos parlamentares, como ocorria no Império, limitando-se a definir a competência do Congresso para o exame das contas de cada exercício. A hermenêutica do texto constitucional, entretanto, desde cedo se inclinou pela admissibilidade da realização de investigações parlamentares de conteúdo mais amplo que a mera realização do orçamento.

A simples existência da possibilidade de instauração de comissões, entretanto, não significou, durante a vigência da Constituição de 1891, uma garantia de eficácia das investigações conduzidas. As bases oligárquicas da política da República Velha obstaram a consecução de resultados, mesmo das comissões que se logrou implantar.

A Constituição de 1934 foi a primeira a consagrar, em seu texto, o instituto da investigação parlamentar por meio de comissões. Ao fazê-lo, o constituinte de 34 inaugurou duas características que, até hoje, balizam a práxis brasileira: a exigência de que o pedido de instauração de uma CPI conte com a participação de ao menos um terço dos membros de uma Casa e a necessidade de participação pluripartidária na composição de uma comissão.

O golpe do Estado Novo e a outorga da Constituição de 1937 estancaram a evolução institucional do sistema de investigações parlamentares pelos anos subseqüentes. Reduzido a uma mera condição de ratificador dos atos do Executivo, amordaçado, o Parlamento poucas chances tinha, se as tinha, do exercício do poder fiscalizador. O Congresso Nacional, ademais, esteve fechado durante todo o Estado Novo.

O retorno à democracia, consagrado na promulgação da Carta de 1946, reinstalou o Senado, e trouxe de volta, concomitantemente, as comissões parlamentares de inquérito, que se integraram, de forma plena, ao funcionamento das instituições políticas da época: entre 1946 e 1967, a Câmara dos Deputados criou 240 comissões e o Senado, 13. Nenhuma comissão mista foi instalada. Data desse período, igualmente, a Lei nº 1.579/52, que disciplina a matéria e perdura até os dias de hoje. Também nesse período estabeleceu-se a praxe, hoje legalmente consagrada, de remessa do relatório das comissões ao Procurador-Geral da República.

A Constituição de 1967/1969, por seu turno, encerra outro movimento restritivo. Outra vez, aos governantes de então, interessava calar o Legislativo e o Judiciário, de forma a garantir a prevalência exclusiva do Executivo. Para a evolução institucional posterior cabe destacar que, durante o regime de 1967, estabeleceram-se limites temporais de duração das Comissões de Inquérito e quanto ao número de comissões que poderiam operar em cada momento.

Muitas são as formas das restrições que os regimes autoritários impõem aos instrumentos de exercício democrático dos poderes. Um curioso exemplo é a determinação, no bojo da Constituição de 1969 (alínea *f* do parágrafo único do art. 30), de que as CPIs deveriam funcionar exclusivamente na sede do Congresso Nacional, *não sendo permitidas despesas com viagens de seus membros*, tática primária de que o regime autoritário se valeu para, manipulando um critério financeirista, restringir a capacidade de investigação do Congresso Nacional.

A Constituição de 1988 fixou, esperamos que de forma definitiva, as características que regem o funcionamento das comissões de inquérito. Além dos elementos acima transcritos, afastou qualquer dúvida ao conferir às comissões de inquérito o exercício de poderes semelhantes aos das autoridades judiciais. Dessa forma, estabeleceu critérios suficientes para que as CPIs se tornassem um instrumento efetivamente valioso para o combate à corrupção e para o aperfeiçoamento democrático.

Em decorrência, o Brasil posterior a 1988 vem assistindo à atuação de diversas Comissões Parlamentares de Inquérito. Aos historiadores do futuro caberá dizer quanto o Brasil de amanhã terá sido influenciado por este trabalho de investigação parlamentar. Cabe dizer, no entanto, que, na busca da verdade, não podemos nos esquivar da preocupação com nosso País, seu presente e seu porvir, nem podemos nos afastar da luta aos males que motivaram a criação da presente Comissão Parlamentar.

### **2.3 Balanço dos trabalhos da CPMI “dos Correios”**

Desde a data de sua instauração, em 9 de junho de 2005, a CPMI “dos Correios” se dedicou à análise de um vasto conjunto de dados, documentos, depoimentos e fatos relacionados a seu propósito. Para melhor organização dos trabalhos e visando a mais ampla participação das diversas correntes políticas que compõem a CPMI, este Relator concordou em compartilhar a orientação da investigação, dividindo-as em linhas que correspondem às cinco sub-relatorias e às relatorias-adjuntas:

1. Relatoria Adjunta, coordenação e sistematização do trabalho (relatores adjuntos: Deputado Eduardo Paes e Deputado Mauricio Rands)
2. sub-relatoria de Movimentação Financeira (sub-relator: Deputado Gustavo Fruet)
3. sub-relatoria de Contratos (sub-relator: Deputado José Eduardo Cardozo)
4. sub-relatoria de Fundos de Pensão (sub-relator: Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto)
5. sub-relatoria de Normas de Combate à Corrupção (sub-relator: Deputado Onyx Lorenzoni)
6. sub-relatoria do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) (subrelator: Deputado Carlos Willian)

Os trabalhos contaram com a participação de servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e órgãos da Administração Pública Federal como o Banco Central e o Banco do Brasil. Posteriormente, houve o reforço de empresas de auditorias privadas contratadas pela Presidência do Congresso Nacional. A equipe contou também com a colaboração da Polícia Federal, da Receita Federal e do Ministério Público Federal.

Parte das investigações foi realizada no e pelo Tribunal de Contas da União, em um ajuste estabelecido entre aquela Corte e esta CPMI. Ademais, as auditorias da Controladoria-Geral da União foram valiosas para a CPMI.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI ajuste CORREIOS
Fis: 3878
Doc: 12

A CPMI “dos Correios” debruçou-se sobre extensa base de dados, talvez a maior analisada em investigações dessa natureza empreendidas pelo Congresso Nacional. Nesses nove meses, a base de dados dos sigilos bancários foi carregada com mais de 20 milhões de registros bancários e 33,8 milhões de registros telefônicos.

Os contratos dos Correios e do Banco do Brasil com empresas na área de publicidade foram minuciosamente analisados. Mais de 68 mil contratos dessa modalidade foram integrados à base. A sub-relatoria de Fundos de Pensão teve à disposição informações sobre mais de 11,3 milhões de registros de operações financeiras fornecidos pela Bovespa, 70 mil operações de *Swap* na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BMF). No *Esquema de Marcos Valério*, a movimentação financeira compreendida entre janeiro de 1997 a agosto de 2005 totalizou cerca de R\$ 2 bilhões.

O rastreamento de contas correntes e transferências financeiras evidenciou ramificações no exterior, como exemplifica a identificação da conta *Dusseldorf*, de propriedade do publicitário Duda Mendonça. Vale destacar o trabalho de filtragem de informações não padronizadas e incongruentes, provenientes de diversas fontes, como os investigados, instituições financeiras e órgãos públicos. Registra-se que, não raro, dados, informações e documentos solicitados chegaram de forma incompleta e insuficiente, o que dificultou sobremaneira a análise, em especial os relativos às informações bancárias dos envolvidos. Ressalta-se o labor desta CPMI em promover um cruzamento de informações aparentemente díspares, mas que, em análise detida, com a ajuda de modernas ferramentas de pesquisa, permitiram a identificação de indícios de irregularidades, sem as quais seria impossível fazê-lo.

A CPMI se empenhou em esclarecer as denúncias e suspeitas de irregularidades que motivaram sua criação. Houve um esforço coordenado dos membros da comissão, revelado pelo total de 159 reuniões realizadas, convocadas pelo Plenário da Comissão e pelas cinco sub-relatorias, como é apresentado no quadro:

<b>REUNIÕES</b>	<b>Qde.</b>
Plenário	65
Sub-relatoria Contratos	39
Sub-relatoria de Movimentação Financeira	08
Sub-relatoria IRB	07
Sub-relatoria de Fundos de Pensão	24
Sub-relatoria de Normas de combate à corrupção	22
<b>TOTAL</b>	<b>165</b>

A participação dos parlamentares foi atuante, revelada pela apresentação de 1.602 requerimentos, dos quais 1.186 (74% do total) foram aprovados no Plenário da Comissão. Apenas 5% dos requerimentos foram rejeitados ou considerados prejudicados, como é possível ver na tabela:

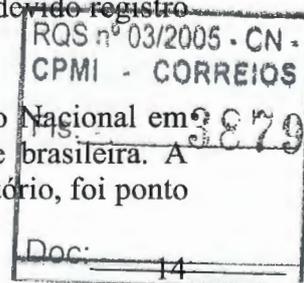
<b>REQUERIMENTOS</b>	<b>Qtde.</b>
Apreciados	1602
Aprovados	1203
Prejudicados	71
Retirados	335
Rejeitados	10
Pendentes	260

Vale destacar o perfil dos requerimentos analisados pela CPMI. A transparência e os esclarecimentos dos fatos pautaram a atuação dos parlamentares: do total de 1.602 requerimentos apreciados, 931 deveram-se à solicitação de transferências de sigilo bancário, telefônico e fiscal de pessoas e empresas investigadas e à convocação dos depoentes. Muitos desses requerimentos foram transferidos para a CPMI “da Compra de Votos”. Dos 4.630 documentos analisados, cerca de 3.048 são de caráter sigiloso, entre eles os dados bancários, telefônicos e fiscais de 14 fundos de pensão, 31 corretoras e milhares de pessoas físicas e jurídicas. Os pedidos de informações representaram 13% do total.

<b>REQUERIMENTOS APROVADOS</b>	
Convocação	566
Sigilo	365
Informação	222
Preferência	10
Administrativo	20
Diligências	6
Busca e Apreensão	5
Acareação	1
Externa	8

Personagens importantes do episódio foram convocados a prestar esclarecimentos à CPMI e à opinião pública, que, salvo raras oportunidades, pôde acompanhar o andamento dos depoimentos. No total, 233 oitivas foram realizadas no Plenário da comissão e nas sub-relatorias da CPMI, que trouxeram pistas importantes para as investigações. Como exemplo, pode-se citar o depoimento do ex-Deputado Roberto Jefferson, que sustentou denúncias de repasse ilegal de recursos a parlamentares e o primeiro depoimento do Sr. José Eduardo Mendonça, conhecido como “Duda Mendonça”, que admitiu ter prestado serviços de publicidade sem o devido registro contábil e fiscal, além de possuir conta no exterior.

Cabe tecer comentários, também, acerca do senso de oportunidade do Congresso Nacional atuar diretamente na apuração das denúncias que se apresentaram à sociedade brasileira. A necessidade da criação desta CPMI, que chega às suas conclusões finais neste relatório, foi ponto



fulcral neste debate. Ainda que sob o calor dos acontecimentos, que continuam a surpreender a todos, neste ponto da História é possível observar que as investigações e a apuração das denúncias eram urgentes e necessárias.

A CPMI “dos Correios” desencadeou um processo de investigação que, inegavelmente, catalisou a atenção da sociedade brasileira e da opinião pública, e deu contribuições fundamentais para a elucidação de eventuais crimes e irregularidades administrativas. As sindicâncias, auditorias e procedimentos administrativos instaurados e levados adiante em diversos órgãos da administração pública, em muitas oportunidades após a data de instauração da CPMI, atestam a importância da atuação parlamentar neste episódio.

As conseqüências abrangeram não só os Correios, a pedra fundamental das investigações, mas instituições como o Banco do Brasil, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, diretórios nacionais e estaduais partidários e o próprio Congresso Nacional. É importante ressaltar que as medidas tomadas por outras instituições, como os órgãos envolvidos e outros encarregados de apurar os fatos ocorridos, notadamente o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da República, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal, convergem na direção das investigações realizadas pela CPMI e vão ao encontro das conclusões apontadas neste relatório. É difícil precisar a magnitude desse processo, que continuará permanentemente a produzir resultados, mesmo depois de findos os trabalhos da CPMI “dos Correios”.

Os reflexos na principal instituição investigada, os Correios, são modelares desse processo. O episódio envolvendo as denúncias desencadeou 24 processos de sindicância na estatal, dos quais 4 foram concluídos com decisão administrativa. No dia 9 de junho de 2005, o Presidente dos Correios deixou a instituição, em companhia dos então diretores do órgão. Três funcionários, entre eles Maurício Marinho, foram demitidos por justa causa em setembro do ano passado. Outros 20 empregados ocupantes de funções de confiança foram afastados, preventivamente, para que as investigações pudessem prosseguir com independência.

No período de maio de 2005 para cá, foram aplicadas multas no montante de R\$ 31.439.286,10, muitas envolvendo empresas investigadas pela CPMI, como a Novadata, a Precision, a COMAM. O contrato com a agência de publicidade SMP&B foi rescindido unilateralmente pelos Correios. Da mesma forma, a instituição cancelou o contrato com a empresa Precision, multada em R\$ 849.769,45 por atraso na entrega de produtos, havendo sido a empresa ainda impedida de participar de licitações pelo período de dois anos.

Ademais disso, diversas medidas administrativas nos Correios foram tomadas. Além das providências tradicionalmente cabíveis, como o encaminhamento das denúncias ao Ministério Público Federal e a publicação de edital de licitação para contratação de novas agências de publicidade, o manual de licitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos passou por ampla revisão, com melhores definições de responsabilidades para os gestores, entre outras medidas administrativas, como é possível ver no quadro abaixo.

Outros órgãos da administração pública passaram por processo semelhante. O Presidente e os Diretores do IRB, por exemplo, também foram afastados em junho, após a publicação das denúncias. O Banco do Brasil concluiu auditoria, no final de 2005, que apontou falhas na operacionalização dos recursos do Fundo de Incentivo Visanet. O Fundo Visanet foi extinto e o Banco do Brasil tomou outras providências, como a revisão das regras do processo licitatório. Da mesma forma, a Eletronorte, o Ministério do Trabalho, dos Esportes e da Câmara dos Deputados tomaram providências.

A Receita Federal instaurou 95 procedimentos. Outras instituições, como o Conselho de Administração de Atividades Financeiras (Coaf), a Receita Federal e a Polícia Federal também produziram trabalhos em consonância com as investigações da CPMI. Em documento oficial, o Departamento de Justiça dos EUA admitiu a gravidade dos fatos descobertos pela CPMI e concordou em transferir as informações sobre sigilos bancários nos EUA de contas correntes relacionadas às investigações. A viagem encetada a Nova Iorque e Washington por parlamentares da CPMI já produziu resultados e, ainda, descortinou, para o futuro, um amplo espectro de intercâmbio de esforços, valorizando nosso Congresso Nacional.

Os quadros a seguir reúnem algumas das principais providências tomadas por outras instituições relacionadas às investigações da CPMI “dos Correios”, e informam as autoridades e funcionários públicos que foram afastados do cargo por conta das denúncias:

PROVIDÊNCIAS TOMADAS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES RELATIVAS ÀS  
INVESTIGAÇÕES DA CPMI “DOS CORREIOS”

INSTITUIÇÃO	PRINCIPAIS MEDIDAS
Correios	a) abertura de 24 processos de sindicâncias b) Multas no valor de R\$ 31.439 mil entre maio de 2005 e janeiro de 2006 c) Três funcionários demitidos por justa causa d) reestruturação administrativa em várias instâncias e) adoção de novos procedimentos na política de patrocínio f) nova licitação para contratação de agências de publicidade g) reformulação da RPN

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>3880</u>
Doc: <u>16</u>

Banco do Brasil	A) realização de auditoria que apontou diversas irregularidades B) extinção do Fundo VISANET C) suspensão do serviço de publicidade D) rescisão de contrato com a DNA E) revisão do processo licitatório e nova licitação para contratação de agências de publicidade F) criação do núcleo de pagadoria G) parametrização de preços de ações culturais H) reestruturação da Diretoria de Marketing I) criação do núcleo de preços e fornecedores J) institucionalização do Plano Anual de Comunicação
Receita Federal	Abertura de 40 procedimentos fiscais relativos a pessoas e empresas investigadas pela CPMI “dos Correios”
COAF	Relatório que aponta movimentação suspeita em contas relacionadas ao Sr. José Eduardo Mendonça no Exterior

**AUTORIDADES AFASTADAS E/OU PROCESSADAS EM DECORRÊNCIA DO EPISÓDIO**

INSTITUIÇÃO	NOME	CARGO	DATA DO AFASTAMENTO
CORREIOS	João Henrique de Almeida Souza	Presidente dos Correios	09/0605
	Robison Kouri Viana da Silva	Diretor de Recursos Humanos	09/06/2005
	Ricardo Henrique Suñer Caddah	Diretor Financeiro	09/05/2006
	Carlos	Diretor Comercial	09/05/06

	Eduardo Fioravante da Costa		
	Maurício Marinho	Chefe do Departamento de Contratação dos Correios	Afastado em 14/05/05 Demissão por justa causa em 08/09/05
	Fernando Leite de Godoy	Assessor da Diretoria de Administração	Afastado em 16/05/05. Demitido por justa causa após sindicância interna
	Eduardo Coutinho Lins	Assessor do Departamento de Compras e Suprimentos	Afastado em 16/05/05. Demitido por justa causa após sindicância interna.
BANCO DO BRASIL	Henrique Pizzolato	Diretor de Marketing	10/07/05
MINISTÉRIO DA FAZENDA	Glênio Guedes	Procurador da Fazenda Nacional e Diretor do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro	06/07/05
	Juscelino Antonio Dourado	Chefe-de-Gabinete do Ministério da Fazenda	01/09/05
SECOM	Luiz Gushiken*	Secretário de Comunicação	02/08/05
	Marcus Vinícius di Flora	Subsecretário de Comunicação	02/08/05
IRB	Luiz Appolonio Neto	Presidente	09/06/2005
	Manoel Morais de Araújo	Vice-Presidente	09/06/2005
	Alberto de Almeida Pais	Diretor Financeiro	09/06/2005
	Murilo Goulart Barbosa Lima	Diretorias de Riscos e Sinistros e de Riscos de Transportes	09/06/2005
	Luiz Eduardo Pereira de Lucena	Diretor de Riscos de Propriedade	09/06/2005
ELETRONORTE	Roberto Garcia	Presidente	Pediu demissão em 06/06/05

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

3881

	Salmeron		
ABIN	Mauro Marcelo Lima e Silva	Diretor-Geral da Abin	13/07/05
CASA DA MOEDA	Manoel Severino	Presidente da Casa da Moeda do Brasil	03/08/06
	Deputado	Presidente do PTB	Cassado em 14/09/05

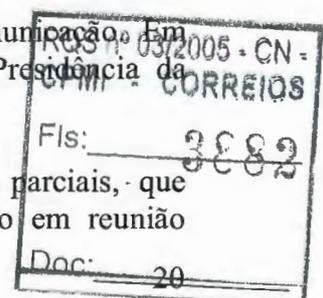
PARLAMENTARES	Roberto Jefferson		
	Deputado José Dirceu	Deputado do PT	Cassado em 30/11/05
	Deputado Valdemar Costa Neto	Presidente do PL	Renunciou em 1/08/06
	Deputado Bispo Rodrigues	Deputado do PL	Renunciou em 12/09/05
	Deputado Paulo Rocha	Deputado do PT	Renunciou em 17/10/05
	Deputado José Borba	Deputado do PMDB	Renunciou em 17/10/05
	Deputado Pedro Corrêa	Deputado do PP	Cassado em 15/03/2006
	Deputado João Magno	Deputado do PT	Absolvido pelo Plenário da Câmara em 22/03/06
	Deputado Wanderval Santos	Deputado do PL	Absolvido pelo Plenário da Câmara em 22/03/06
	Deputado Roberto Brant	Deputado do PFL	Absolvido pelo Plenário da Câmara em 08/03/06
	Deputado Professor Luizinho	Deputado do PT	Absolvido pelo Plenário da Câmara em 08/03/06
	Deputado João Paulo Cunha	Deputado do PT	Cassação aprovada no Conselho de Ética em 14/03/06
	Deputado João Herrmann Neto	Deputado do PDT	Suspensão pelo PDT em 13/01/06
	Deputado Carlos Rodrigues	Deputado do PL	Renunciou em 12/09/05
	Deputado Vadão Gomes	Deputado do PP	Processo aguarda julgamento no Conselho de Ética

	Deputado Romeu Queiroz	Deputado do PTB	Absolvido pelo Plenário da Câmara em 14/12/2005
	Deputado Pedro Henry	Deputado do PP	Absolvido pelo Plenário da Câmara em 15/03/2006
	Deputado José Janene	Deputado do PP	Processo aguarda julgamento no Conselho de Ética
	Deputado José Mentor	Deputado do PT	Processo aguarda julgamento no Conselho de Ética
	Deputado José Borba	Deputado do PMDB	Renunciou ao mandato em 17/09/2005
	Deputado Josias Gomes	Deputado do PT	Processo aguarda julgamento no Conselho de Ética
	Senador Eduardo Azeredo	Presidente Nacional do PSDB	Afastado da Presidência do PSDB em 25/10/05

		Rocha	
	José Nilson dos Santos	Assessor do Deputado Professor Luizinho	Não identificado
	Jacinto Lamas	Tesoureiro do PL	fev:05
	José Luiz Alves	Chefe de gabinete do ex-ministro dos Transportes de Lula, Anderson Adauto	Não identificado
	João Cláudio Genú	Assessor do Deputado José Janene	Não identificado
	Nestor Francisco de Oliveira	Assessor do Deputado Roberto Brant	Não identificado
FURNAS	Dimas Fabiano Toledo	Diretor de Engenharia	30/06/2005
	Rodrigo Botelho Campos	Diretor de Gestão Corporativa	30/06/2005
	José Roberto Cesaroni	Diretor Financeiro	30/06/2005
	Marcos Antonio Carvalho Gomes	Presidente do Real Grandeza (Fundo de Pensão)	22/08/2005
BANCO DO NORDESTE	Kennedy Moura	Assessor da Presidência do Banco do Nordeste	11/07/2005
PT	José Genoíno	Presidente	Renunciou em 09/07/05
	Silvio Pereira	Secretário-Geral	4/07/05
	Delúbio Soares	Tesoureiro	Afastado em 05/07/05 Expulso em 23/10/05
	José Nobre Guimarães	Dirigente do Diretório Estadual do PT-CE	09/07/2005
	Marcelo Sereno	Secretário de Comunicação	09/07/2005
	Wilmar Lacerda	Presidente do PT-DF	20/07/2005
	Danilo Camargo	Coordenador da Comissão de Ética do PT	06/08/2006
MINISTROS	José Duxeu*	Ministro-Chefe da Casa Civil	14/06/2005
	Luiz Gushiken*	Ministro da Comunicação e Gestão Estratégica	12/07/2005

\* Após perder o status de ministro, Luiz Gushiken virou Secretário de Comunicação. Em seguida, em 21 de julho, também perdeu o cargo e se tornou assessor da Presidência da República.

Ao longo desses 9 meses, a CPMI "dos Correios" publicou três relatórios parciais, que condensaram os trabalhos até então realizados. O primeiro deles, apresentado em reunião



conjunta com a CPMI da Compra de Votos, foi aprovado em 1o de setembro de 2005 por unanimidade nos plenários de ambas Comissões. No dia 15 de setembro de 2005, a subrelatoria da DNA, SMP&B e Fontes Financeiras apresentou um relatório com o andamento parcial dos trabalhos realizados, seguida da sub-relatoria de Contratos, em 22 de novembro de 2005, com foco nas irregularidades apontadas na Rede Postal Noturna dos Correios. Ainda, em 6 de dezembro do mesmo ano, a sub-relatoria de Fundos de Pensão também apresentou um relatório parcial com as conclusões a que havia até então chegado. Agora, os trabalhos são concluídos com o presente Relatório, que reúne todos os trabalhos até aqui conduzidos.

## 2.4 Os Focos de Investigação

Ao desenvolver os seus trabalhos, esta CPMI deparou-se com diversos ilícitos, além daqueles que motivaram a sua criação. Essa circunstância motivou a ampliação do âmbito das matérias que foram investigadas pela Comissão. Uma comissão parlamentar de inquérito deve, primordialmente, voltar-se à investigação de “fato determinado”. Entretanto, é conhecida a legitimidade de a Comissão apurar, também, os fatos conexos àquele que motivou o início dos trabalhos.

Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal:

*“AUTONOMIA DA INVESTIGAÇÃO PARLAMENTAR. – O inquérito parlamentar, realizado por qualquer CPI, qualifica-se como procedimento jurídico-constitucional revestido de autonomia e dotado de finalidade própria, circunstância esta que permite à Comissão legislativa – sempre respeitados os limites inerentes à competência material do Poder Legislativo e observados os fatos determinados que ditaram sua constituição, promover a pertinente investigação, ainda que os atos investigatórios possam incidir, eventualmente, sobre aspectos sujeitos a inquéritos ou a processos judiciais que guardem conexão com o evento principal objeto da apuração congressual. Doutrina. (Unânime)”. Julgamento no Tribunal Pleno em 16/11/2000, publicação no Diário de Justiça de 16/02/2001.*

Esta decisão veio a confirmar e consolidar a jurisprudência da Suprema Corte a respeito desse tema essencial, de que é exemplo notório a decisão nos autos do Habeas Corpus nº 71.039-RJ, em que atuou como relator o Ministro Paulo Brossard:

*“A Comissão Parlamentar de Inquérito encontra na jurisdição do Congresso Nacional os seus limites. Por uma necessidade funcional, a comissão parlamentar de inquérito não tem poderes universais, mas limitados a fatos determinados, o que não quer dizer que não possa haver tantas comissões quantas as necessárias para realizar as investigações recomendáveis, e que outros fatos, inicialmente imprevistos, não possam ser aditados aos objetivos da comissão de inquérito já em ação. O poder de investigar não é um fim em si mesmo, mas um poder instrumental ancilar relacionado com as atribuições do Poder Legislativo. Quem quer o fim dá os meios. (Unânime).” Julgamento no Tribunal Pleno em 07/04/1994, publicação no Diário de Justiça de 06/12/1996.*

A CPMI “dos Correios”, instalada a partir de um fato determinado ocorrido naquela empresa estatal, viu-se obrigada a ampliar o escopo de suas investigações quando identificou diversas outras áreas, no Estado brasileiro, com as quais se conectavam as irregularidades inicialmente apontadas.

Como o objeto de nossa análise mostrou extensas ramificações, por questão metodológica este Relatório Final respeita a divisão de forma análoga e consoante aos trabalhos realizados pelas

cinco subrelatorias: Contratos, Movimentações Financeiras, IRB, Fundos de Pensão e Proposições Legislativas. Cabe ressaltar que a divisão dos temas não é estanque, pois muitos aspectos analisados em determinado momento mostram relação com objetos posteriormente tratados. Para melhor compreensão de assuntos amplos e complexos, entretanto, esta demonstrou ser a melhor forma de relatar os trabalhos realizados.

Antes da apresentação do material produzido por cada subrelatoria, o Capítulo 5 refere-se ao objeto inicial da CPMI, o episódio de espionagem envolvendo a gravação de um ato claro de corrupção praticado pelo então Chefe do Departamento de Contratação dos Correios, Maurício Marinho, fato este que inaugurou esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Em seguida, são apresentados os trabalhos produzidos pelas cinco sub-relatorias, que refletem os diferentes núcleos de investigação desta CPMI. O primeiro deles consiste em análises sobre contratos públicos firmados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), no qual material produzido em conjunto com o Tribunal de Contas da União serviu de alicerce. A partir das denúncias de corrupção relativas a várias diretorias dos Correios, esta CPMI se empenhou em esmiuçar um amplo leque de irregularidades e ilicitudes que ocorreram na estatal.

As áreas que mereceram objeto de análise neste Capítulo distribuem-se em quatro conjuntos de contratos firmados pelos Correios com o setor privado: a) serviço da Rede Postal Noturna; b) a rede franqueada dos Correios; c) prestação de serviços de informática e outros; d) a prestação de serviços de publicidade. Este último item, que se refere a um contrato firmado pelos Correios com a DNA Propaganda, é o elo entre o primeiro núcleo de investigações da CPMI, a cargo da sub-relatoria de Contratos, e o segundo núcleo aqui apresentado, sob responsabilidade da sub-relatoria de Movimentações Financeiras, que trata de atividades do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza para além do ramo de publicidade e, na realidade, tratam-se de um esquema de arrecadação de recursos ilícitos destinados a políticos e a partidos políticos.

O Capítulo 7 trata do *modus operandi* de Marcos Valério e descreve uma série de operações financeiras coordenadas pelo publicitário, para repasse a parlamentares e beneficiários indicados por partidos políticos. Essas operações ficaram consagradas na opinião pública como *o Esquema de Marcos Valério*.

Neste Capítulo há um tópico reservado à análise dos pagamentos aos beneficiários, no qual comprova-se a existência do “Caixa Dois” no âmbito de partidos políticos, expediente que encerra não só irregularidades de cunho eleitoral, mas também pode configurar ilícitos tributários.

Este relatório procura distinguir o que realmente se comprova como fonte do esquema operado pelo empresário Marcos Valério e o que configura-se como fundada suspeita. O primeiro grupo está explicitado no tópico 7.2, referente ao *Esquema de Marcos Valério*. O segundo, será tratado no item “Casos Específicos”, que reúnem eventos não diretamente relacionados ao *Esquema de Marcos Valério*.

Outro foco de investigação que, por sua natureza especial, merece tratamento à parte, é a atuação do publicitário José Eduardo Mendonça, conhecido como “Duda Mendonça”. O publicitário é um dos recebedores de recursos do *Esquema de Marcos Valério* e mantém contas bancárias no exterior. Há fortes indícios de que tenha operado nessas contas de forma semelhante às operações efetuadas por Marcos Valério. Essa movimentação de Duda também será descrita nesse relatório.

BRASIL - CN -
CRIM - CORREIOS
Fls: 3883
Doc: 22

Também será tratado como caso específico o contrato firmado entre o banco BMG e a Caixa Econômica Federal. O BMG, sabidamente, teve papel vital no esquema financeiro arquitetado pelo Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza e fechou contrato de venda de sua carteira de crédito para a CEF de forma irregular.

Nos Capítulos seguintes, serão apresentadas as conclusões das apurações no âmbito do Instituto de Resseguros do Brasil e o exame das atividades dos Fundos de Pensão, que merecem, justificadamente, comentários em separado, fundamentados no material produzidos pelas sub-relatorias que examinaram esses temas.

No Capítulo 10, da Tipificação das Condutas, há referência a todos os núcleos de investigação desta CPMI com menção aos responsáveis e às condutas ilícitas descritas ao longo do relatório. Neste Capítulo, esta CPMI “dos Correios” sugere às autoridades competentes, notadamente o Ministério Público Federal, o indiciamento dos envolvidos.

Em seguida, o Capítulo 11, denominado Proposições Legislativas, elaborado com base nos trabalhos da sub-relatoria de Normas de Combate à Corrupção, trata do aperfeiçoamento legal, jurídico e institucional necessário para escoimar ou, ao menos, dificultar a prática de delitos e irregularidades descritas ao longo deste relatório.

Por fim, o Capítulo 12 traz as conclusões e os ensinamentos que nos trouxe esse processo que cumpre um ciclo importante a partir da publicação deste Relatório Final.

## **5. A Espionagem nos Correios**

*(...) o que aumenta em conhecimento, aumenta em dor.*  
(Eclesiastes 1:18)

### **5.1 Introdução**

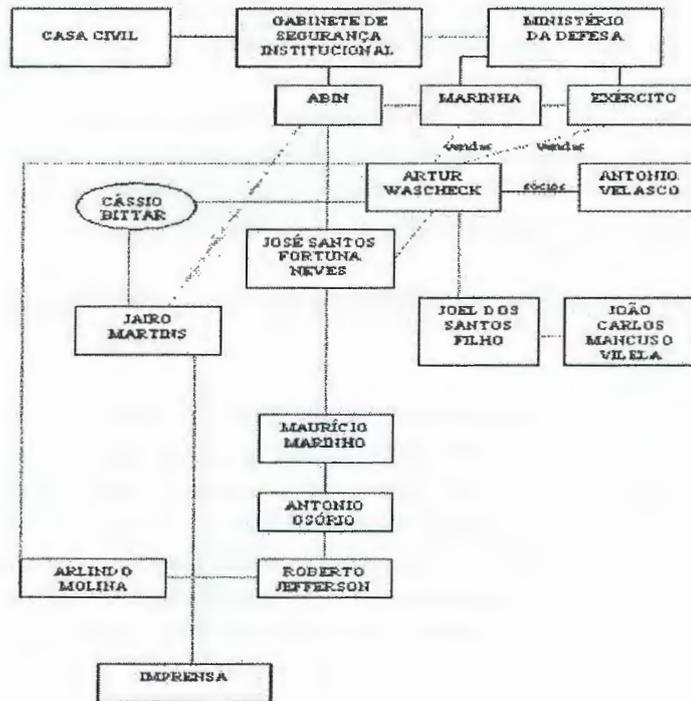
A gravação da fita de vídeo, em que o funcionário dos Correios, Maurício Marinho, é flagrado recebendo R\$ 3.000,00, foi resultado da chamada espionagem industrial ou comercial. No entanto, o mais importante é analisar a possível imbricação entre a espionagem industrial e a espionagem política por intermédio de um órgão do Estado, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Antes de se passar à descrição dos fatos com a respectiva análise que lhes dê inteligibilidade, é necessário explicitar que a atividade de inteligência envolve dois conceitos básicos: primeiro, a compartimentação das informações, que possibilita às pessoas com interesses diversos e sem a informação de todo o processo participarem da atividade de inteligência, muitas vezes sem o saberem; segundo, a estória-cobertura em que nenhuma atividade é desenvolvida sem uma estória crível, porém nem sempre veraz, pensada e discutida no âmbito da agência de inteligência, para ser usada em caso de descoberta da atividade.

Também é importante perceber que a espionagem para ser desvendada por inteiro requer a chamada contra-espionagem ou simplesmente a delação. Portanto, qualquer interpretação que dê inteligibilidade aos fatos poderá sempre ser acusada de “teoria da conspiração”. Todavia, uma análise é superior a outra, na medida em que explica o maior número de fatos com maior economicidade no paradigma.

A literatura especializada é farta em mostrar que os mecanismos de uma agência de inteligência no contato com empresas e pessoas treinadas em espionagem sem vínculos diretos são classicamente os mesmos que vistos nesse episódio.

O presente relatório tem como base os depoimentos prestados na CPMI, bem como na Polícia Federal, e os relatórios sigilosos confeccionados pela ABIN e enviados pelo Gabinete de Segurança Institucional. O Gráfico abaixo mostra os vínculos e as conexões dos envolvidos.



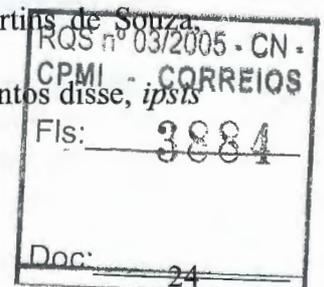
## 5.2 A Gravação

O Sr. Maurício Marinho reuniu-se por quatro vezes com o Sr. Joel dos Santos Filho, sendo que na última delas também estava o Sr. João Carlos Mancuso Vilela. Por três vezes usaram uma maleta com microcâmera para fazer gravações do então funcionário expondo esquemas de corrupção nos Correios, sendo que apenas por duas vezes as gravações foram tecnicamente aproveitadas.

O Sr. Joel dos Santos Filho inventou pertencer a uma multinacional interessada em fornecer material para os Correios e afirmou que os pseudônimos utilizados foram criados por ele mesmo, sendo a condução da conversa imaginada por ele. De acordo com o Sr. Joel a gravação tinha o propósito de mostrar ao Diretor dos Correios, o Sr. Antônio Osório, quem era o Sr. Mauricio Marinho. Fora avisado pelo Sr. Arthur Wascheck sobre os vínculos deles com o PTB do então Deputado Roberto Jefferson.

As reuniões ocorreram em março e abril de 2005, sendo que uma das fitas foi gravada em 14 de abril, após a maleta ser entregue no dia 12 do mesmo mês pelo Sr. Jairo Martins de Souza, agente da ABIN durante nove anos e há quatro anos afastado.

Sobre os acertos entre os Srs. Jairo Martins e Arthur Wascheck o Sr. Joel dos Santos disse, *ipsis litteris*:



*Arthur me apresentou o Jairo, no escritório dele, disse: “olha, o Jairo é um amigo meu de confiança que já fez um serviço para a gente e que efetivamente ele tem alguns equipamentos, equipamento bom que daria para você fazer essa filmagem do Marinho.*

E acrescentou a recomendação do Sr. Arthur Wascheck:

*Aí o Arthur, ainda nessa ocasião, no escritório dele, pediu ao Jairo, disse: “olha Jairo, isso não pode ser vazado em hipótese alguma, pelo amor de Deus! O nosso objetivo é tão-somente gravar ele, apresentar para o Osório e fazer com que ele saia dessa função, porque consiste uma pedra dentro desse esquema todo”. Isso ele falou para o Jairo.*

Deve-se ter em mente, todavia, que os Srs. Arthur Wascheck e Joel dos Santos Filho são amigos de longa data, o que enfraquece o depoimento do segundo, neste ponto, favorável à versão do Sr. Arthur Wascheck de que o Sr. Jairo Martins o traiu. Todavia, como se verá, a versão dos Srs. Arthur Wascheck e Joel dos Santos Filhos tem sólidos fundamentos.

O Sr. Joel expôs minuciosamente a experiência do Sr. Jairo Martins de Souza no assunto e como se deu a gravação:

*(...) estava na terceira visita; segunda gravação, não é? É isso. Daí, fui novamente tentar gravar o Sr. Marinho. Foi exatamente nessa vez – segunda gravação e terceira visita – que...o mesmo procedimento. Eu liguei para ele; ele me entregou a pasta; eu aguardei – acho que isso foi após o almoço, isso; e ele me entregou pela manhã; acho que foi após o almoço que eu fui fazer essa gravação. Abri a pasta, aí é que eu vi os fiozinhos desligados. Foi nessa vez. Aí eu liguei para ele, e digo: “Jairo, tem um fiozinho que está desligado aqui”. Daí, ele me disse assim: “Então, faz o seguinte, Joel: desligue os dois”. Eu desliguei um, porque um já estava desligado. Ele disse: “Agora, pegue o vermelho e ligue em tal contato”.*

*Não me recordo, sinceramente qual, mas eu liguei direitinho, como ele falou – ou no de cima, ou no de baixo –, mas eu liguei, como ele falou. “E pegue o outro e ligue em tal contato”. Acho que era o preto no de baixo e o vermelho no de cima. Acho que era isso. Daí, ele disse: “Agora, aperte o botão, aperte novamente o botão”. Aquele procedimento que ele já havia... aí foi feita essa segunda gravação, novamente eu entreguei para ele e, dias depois, ele disse que **também não tinha sido gravado**. Eu disse: “Mas gente, foi gravado. Como é que não foi gravado?” E tal, tal, aí ficou aquela coisa. Aí resolveram que ia fazer a terceira gravação. Eu disse: “Não vou fazer a terceira gravação, o homem não tem mais o que falar. Ele já falou a mesma coisa três vezes que eu fui lá. Como é que eu vou fazer mais uma gravação, gente? Eu, sinceramente, não...” Aí, uns dias depois, o Jairo disse assim: “Ah não, eu consegui localizar a gravação perdida”. Não sei como é que ele conseguiu localizar a gravação, eu não entendo desses equipamentos. Daí o Arthur me disse que a fita tinha ficado inócua, que o que ele falou muito pouco o incriminaria. Eu digo: “Mas pelo que eu ouvi ele falar...”, quer dizer, na realidade eu não prestei muita atenção no que ele falou, porque você fica ligado para pegar aqueles ganchos para fazer com que a pessoa desenvolva o assunto. Mas, até onde eu lembro, pelo que eu vi, eram relevantes.*

### **5.3 O Mandante Direto da Gravação: O Sr. Arthur Wascheck.**

A maleta e os autores materiais da gravação foram contratados pelo empresário Arthur Wascheck que tivera interesses contrariados, legitimamente ou não, pelo Sr. Maurício Maurinho, que por sua vez possuía vínculos informais, pelo que disse e pelas indicações que teve, com o PTB presidido pelo Sr. Roberto Jefferson.

O Sr. Arthur Wascheck detinha vínculos pessoais com o Sr. Arlindo Gerardo Molina, que se dispôs a mostrar a fita ao então Deputado Roberto Jefferson e de fato falaram sobre o assunto na reunião que tiveram no dia 03.05.2005.

O Sr. Arthur Wascheck disse em depoimento que o Sr. Arlindo Molina, ex-professor do Colégio Naval, o apresentou para algumas pessoas da Marinha para apresentar um produto. Fato negado pelo Sr. Molina. Ambos se conheciam desde 2001 e conversavam frequentemente. Para ajudar o Sr. Molina, que estava em dificuldades financeiras, o Sr. Arthur Wascheck transferira para aquele, a partir de 09.05.2005, cerca de R\$ 20.000,00.

Como na fita há acusações contra o Sr. Roberto Jefferson, as motivações do Sr. Arthur Wascheck podem ser diversas, como abaixo explicitadas, indo desde o achaque a até mesmo a simples denúncia política a quem presidia o partido que patrocinou a indicação do Sr. Mauricio Marinho, por meio do Diretor dos Correios Sr. Antônio Osório e do Deputado José Chaves (PTB-PE).

O Sr. Arthur Wascheck participava de licitações no setor público não apenas nos Correios, mas, por muito tempo, para as Forças Armadas, especificamente o Exército e a Marinha, sendo que fora apresentado ao Sr. Fortuna, outro participante de concorrências nos Correios, que fora agente da ABIN, quando se chamava SNI, por um Coronel do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Durante o período de gravação das fitas o Sr. Fortuna estava sendo utilizado como fonte pelo Sr. Edgar Lange, analista de informações da ABIN e Coordenador de Operações Sistêmicas, conforme este declarou em depoimento.

As vendas para a área militar eram antigas. Observe-se a seguinte inquirição:

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *Nesses últimos dois anos, a sua empresa participou de que tipo de propostas?*

**O SR. ARTHUR WASCHECK NETO** – *Geral?*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *Específica para órgãos públicos.*

**O SR. ARTHUR WASCHECK NETO** – *Com certeza, isso não tem problema nenhum. Vamos ver: Marinha do Brasil, eu vendi... Não, foi macacão. Eu vendi todo o uniforme esportivo da Marinha, material de natação, sunga para natação, e vendi também calção de ginástica para a Marinha. Vendi também um artigo especializado chamado bota de convés, que é usado em alto-mar – aliás, bons produtos.*

*Com relação ao Exército, eu hoje me orgulho, depois de 20 anos de luta lá dentro, combatendo as multinacionais... Combatemos a São Paulo Alpargatas, a Santista Têxtil e outras grandes. No ano passado, 2003 para 2004, entregamos 250 mil calções para educação física, entregamos 105 mil pares de tênis e entregamos 45 mil botinhas camufladas usadas pelo Exército nas operações na Amazônia. Isso foi em 2003/2004.*

*Hoje, em 2005, com mais orgulho ainda, assinei um contrato como o maior fornecedor do Exército brasileiro nos mesmos itens, com exceção do calção que eu não ganhei neste ano. Mas consegui ganhar... são 186 mil pares de coturno, que é a bota militar propriamente dita; sandália de borracha, 70 mil; botinha camuflada, 37 mil...Desculpe-me...E também vendi 32.500 mil pares de tênis. Eu tenho feito um trabalho muito bom, tenho crescido.*

*Com relação aos Correios, consegui vender, no ano passado, 32.500 capas de chuvas, inclusive, um defeito crônico da capa de chuva, que era o gotejamento. Consegui vender, agora*

RS-2005-032005 - CN =
CPMI - CORREIOS
FIS. 3885
Doc: _____
26

em 2005, 11.200, 11.500 jaquetas para carteiro, usadas no frio. Esse é o resumo das minhas vendas.

O Sr. Arthur Wascheck era sabedor dos problemas e corrupção nas licitações e na administração de contratos, porém não conseguiu demonstrar que Maurício Marinho fosse um problema que merecesse **uma atitude tão radical**, que foi a expressão usada por ele para caracterizar o mando. Veja-se o seguinte:

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *Só para... É que a imagem que o senhor passa em seus vários depoimentos é que o senhor vinha sendo perseguido pelo Maurício Marinho. Então, a gente quer saber exatamente onde é que aparece a perseguição do Maurício Marinho.*

**O SR. ARTHUR WASCHECK NETO** – *Bom, primeiro, em caracterizar uma empresa como a minha de “picareta”, como “firminha”. Segundo, uma total preferência, isso fora da lei, por indústrias grandes.*

*Tipo assim, tênis: “Ah, eu vou dar preferência para essa, essa e essa”.*

*“Por quê? Por que você vai dar preferência?” “Porque essa, essa e essa são indústrias”. “E, daí? O preço vai ser mais alto e eu tenho um produto tão bom quanto”. Outra coisa que quero deixar clara para o senhor: à medida que ele não multa ninguém e que começa, tenta, vamos dizer, entregar produto fora de especificação, eu começo a ser prejudicado. Essa a tendência que vigorou no Correio nos últimos dois anos. Esse problema de não multar ninguém, dar chance para entregar uma outra amostra uma, duas ou três vezes, sendo que, no ato da entrega da amostra, a firma pode*

*ser vencedora do certame ou perdedora do certame. Tem que se chamar o segundo lugar. Então, facilitou-se a vida de outras empresas e eu passei a não vender.*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *Quais as outras empresas que tiveram a vida facilitada?*

**O SR. ARTHUR WASCHECK NETO** – *Olha, aí, eu vou deixar. Eu citei dois exemplos.*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *Mas, até agora, percebi um, que foi a entrega das...*

**O SR. ARTHUR WASCHECK NETO** – *Eu posso citar outro: mala postal.*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *Sim, até agora, só ficou a mala postal. Qual o outro produto que V. S<sup>a</sup> nos disse que foi recebido fora da especificação? Qual outra empresa que foi beneficiada?*

**O SR. ARTHUR WASCHECK NETO** – *Bom, isso aí, eu... existem vários... são muitos contratos dentro do Correio.*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *Não precisam ser muitos. Cite alguns pelo menos para não parecer que há uma generalização indevida. Só para esclarecimento.*

**O SR. ARTHUR WASCHECK NETO** – *Não, que eu conheça da minha área, que eu gostaria de relatar: o tênis para carteiro, a bota para operador de triagem e a mala postal. Fora isso, eu já... como eu não ganhei outras licitações...*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tênis... insisto, tênis – não houve esse fornecimento, portanto, não há recebimento sem especificação.

**O SR. ARTHUR WASCHECK NETO** – Houve o fornecimento. Houve uma recusa de material, depois. Houve o fornecimento específico. Foi fornecido o tênis e o Correio devolveu o tênis.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Devolveu?

**O SR. ARTHUR WASCHECK NETO** – Devolveu sem multar.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, mas a multa...são duas coisas diferentes. V. S<sup>a</sup> está dizendo, já li em vários depoimentos, que o Correio, na administração de Maurício Marinho, recebia produtos que desatendiam às especificações. Só quero saber quais. Ai, V. S<sup>a</sup> diz que há dois anos não se recebem tênis e fico em dívida. Com certeza, a mala. Qual o outro?

**O SR. ARTHUR WASCHECK NETO** – Não, não, eu acho que o senhor não entendeu. Vou tentar explicar.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É só, objetivamente, dizer: “a firma tal é fornecedora de tal produto e não atende às especificações”.

Mais adiante o Relator arremata:

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas percebe que V. S<sup>a</sup> disse que existem outras empresas que fornecem produtos, que são recebidos fora das especificações, e que não conseguimos avançar?

**O SR. ARTHUR WASCHECK NETO** – Eu não disse isso. Eu disse para o senhor o seguinte: existe...

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem, se não disse, é a resposta que queremos.

No entanto, as disputas com o Sr. Maurício Marinho poderiam ser a razão primária e única do Sr. Arthur Wascheck sem que isso impeça a motivação diversa de outros como se verá adiante, pois como o mesmo alegou:

**O SR. ARTHUR WASCHECK NETO** – Não, a elaboração de edital não diz respeito a ele, eu acredito. Não tenho bem certeza de como o edital dos Correios é elaborado. Pode ser que ele dê alguns elementos porém não é só ele. Onde a fraude existe – e nisto eu quero ser claro Senador Álvaro Dias – é na execução do contrato, conforme o meu depoimento para o Sr. Relator.

Suas intenções são suspeitas à medida que não objetivaram denunciar formalmente o Sr. Maurício Marinho:

**O SR. CARLOS ABICALIL** (PT – MT) – Meu caro investigado, V. S<sup>a</sup> não acha que seria mais coerente, com toda a correção de conduta que V. S<sup>a</sup> pretende demonstrar aqui, ter feito uma denúncia direta ao Ministério Público?

**O SR. ARTHUR WASCHECK NETO** – Não; eu avaliei que deveria...

Processo nº 032005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 3886
Doc: 28

**O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT)** – Não acha. Então, estou satisfeito. Muito obrigado.

Merece reprodução literal o seguinte raciocínio, óbvio para qualquer analista isento, embora negado pelo Sr. Wascheck, sobre a sua vinculação com o Sr. Molina e a reunião que este tivera com o então Deputado Roberto Jefferson no dia 03.05.2005:

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)** – Concluirei agora. Perceba que o senhor está contradizendo o seu depoimento na Polícia. O senhor fala o seguinte: “Quando este lhe disse que Roberto Jefferson determinou que a fita fosse entregue ao Antônio Osório e que esse tomaria as providências necessárias para demitir Maurício Marinho. Que, de fato, Maurício Marinho, no dia seguinte, licenciou-se da função. Que um dia depois, ou seja, no dia 4 ou 5 de maio mandou entregar a gravação à Diretoria na Administração da ECT”. Ou seja, depois que ele se licenciou, o senhor mandou a fita.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)** – Vou fazer-lhe a última pergunta, porque já acabou o meu tempo. É uma ilação minha e peço que o senhor diga se estou errado ou não. Sabe o que entendo que aconteceu? O senhor acionou o Sr. Molina, pessoa que mantém relações na área política, para iniciar uma negociação com o Deputado Roberto Jefferson para derrubar o Sr. Maurício e o senhor ter situações outras na ECT. O senhor, então, abafaria a fita. Isso foi feito no dia 3.

Imediatamente no dia 3, o Deputado Roberto Jefferson avisou o Sr. Osório, dizendo: “Afasto o cara da empresa, porque estou tentando negociar essa fita”. O senhor, então, depois desse fato, um ou dois dias, manda a fita para a empresa, estabelecendo a negociação via Sr. Molina com o Sr. Roberto Jefferson.

Mas um araponga estoura para a revista, implode o seu esquema e o Sr. Roberto Jefferson, que, a partir de então, para se preservar dessa podridão inteira, começa a fazer uma série de outras denúncias. Estou errado?

**O SR. ARTHUR WASHECK NETO** – Completamente errado, equivocado e tudo o mais.

Conforme os Srs. Arthur Wascheck e Arlindo Molina, ambos se encontraram em frente ao anexo da gráfica do Senado Federal, no dia 3 de maio de 2005, para que o primeiro entregasse cópia da fita ao segundo, com o propósito de este aproveitar uma audiência já marcada com o então Deputado Roberto Jefferson para tratar de outros assuntos, e assim mostrar a fita ao Presidente do PTB. Sobre a reunião, o então Deputado informou o seguinte à CPMI:

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ)** - Ele tentou falar comigo, Sr. Relator - quero lhe passar aqui o relatório disso -, várias vezes. Eu tenho uma folha dobrada aqui em que está escrito Molina; está aqui debaixo. Várias vezes ele tentou falar comigo. Eu quero lhe passar esse relatório da agenda do meu gabinete. Ele me ligou: 10 de março, quinta-feira, duas vezes; 15 de março, terça-feira, duas vezes; 5 de abril, terça-feira, duas vezes; ligou duas vezes, e eu atendi na ligação de 19h17; 6 de abril, ligou de novo, e eu não falei; aí, no dia 27 de abril, quarta-feira, 18h05, o Senador Suassuna me ligou várias vezes, pedindo para atendê-lo; no dia 28 de abril, de novo; e estou dizendo: “Senador, deixa isso para frente, já vou atender”; e me ligou de novo; pediu que eu falasse com ele às 9h35min, às 9h48min, às 10h16min; o Senador Suassuna me ligou: “Roberto, atende. É companheiro meu de farda” - eu nem sabia que o Senador Suassuna teria sido militar. Falei: “Eu atendo”.

Marquei com ele no meu gabinete, 3 de maio. Recebi o Sr. Molina em 3 de maio, por volta das 17 horas. Ele se sentou à minha frente e veio com a mesma conversa lá de Belém, só não falou o

nome do Fortuna. Porque, em Belém, ele me falou em Fortuna; nessa vez em que esteve comigo, em 3 de maio, terça-feira, não falou mais em Fortuna. E disse que estava sendo prejudicado, que uma empresa que ele representava estava sendo prejudicada e que ele queria acertar, que era bom para todos. Digo...

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele chegou a nominar a empresa?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ) – Não, não nominou a empresa. Digo: “Amigo, nossa conversa está encerrada. O senhor pode se retirar. Não tenho mais nada a tratar. Essa conversa o senhor já falou comigo em Belém”. Ele falou: “Mas tem uma segunda coisa, Deputado”.

Eu digo: “O que que é?” “Essa empresa tem uma fita do Sr. Marinho pegando dinheiro em seu nome e em nome do PTB e quer negociar com o senhor.” Eu falei: “Já não negocio com empresa de maneira direita e correta, ainda mais assim, com essa conversa, meu irmão! Você faz um bom uso da fita e, por favor, se retire daqui”.

Mas ele não chegou a chantagear, a me ameaçar, nem eu dei dimensão de ameaça, porque não acreditei. Eu achei tão frágil a conversa dele, assim tão... Não botei fé. Mandei ele embora, e ele foi embora. E, depois, aconteceu o que aconteceu.

No dia 11 de maio, quarta-feira, às 14h50min, Molina ligou no gabinete, dizendo que queria o e-mail do Deputado, porque não queria passar para o e-mail do gabinete, que era assunto pessoal do Deputado.

“Eu quero passar a V. Ex<sup>a</sup> esse relatório de meu gabinete”. Ele queria me passar já alguma coisa da fita que a revista Veja publicou no dia 14 no site e no dia 15 nas bancas.

Os Srs. Molina e Fortuna alegaram que não possuíam vínculos, conforme acusara o então Deputado Roberto Jefferson. Todavia esse fato pode ser relevante para explicitar as intenções do Sr. Arthur Wascheck, do Sr. Molina e do Sr. Fortuna, porém são irrelevantes para determinar uma possível participação da ABIN e o comportamento do Sr. Jairo Martins.

Portanto, o Sr. Jairo Martins claramente faltou com a verdade ao afirmar que desde o início o Sr. Arthur Wascheck tinha interesse na divulgação da fita pela imprensa. Por isso, as motivações do Sr. Arthur Wascheck são irrelevantes para caracterizar a espionagem política, sendo ele claramente o responsável pela espionagem industrial.

#### **5.4 O fornecedor da maleta: o Sr. Jairo Martins de Souza**

Primeiramente, não se pode descartar a hipótese do Sr. Arthur Wascheck ter sido incentivado a patrocinar a gravação em suas conversas com o Sr. Jairo Martins, quando aquele o contactou para fazer varredura de escuta telefônica em seu escritório.

Por sinal, as relações entre Jairo Martins de Souza e Arthur Wascheck são obscuras. Não se entendem sobre insignificâncias, como sobre se a maleta foi comprada por R\$ 8.000,00 ou alugada por três dias, pois o valor de venda seria de R\$ 50.000,00, nem sobre quem fez a varredura para detectar grampo telefônico no escritório da empresa do Sr. Arthur Wascheck.

Este diz que foi o Sr. Jairo Martins, que afirma ter sido um Francisco que ele indicou, mas não sabe o sobrenome e nem o endereço de trabalho:

BOS nº 03/2005 - CN -
CPM - CORREIOS
Fis: 3887
Doc: 30

*A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nenhuma ligação. A história da varredura, o senhor disse que foi feita por outra pessoa. Quem é que fez?*

*O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – É um amigo meu de nome Francisco.*

*A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Como é que é o nome?*

*O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Francisco.*

*A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Francisco do quê?*

*O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Ah, Exª, sobrenome eu não sei. Mas é Francisco. Qualquer momento que a Comissão quiser, eu procuro e aponto quem é.*

*A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o senhor confirma também que não foi o senhor que fez a varredura.*

*O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmo.*

*A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Confirma. Então, o Washeck também mentiu aqui porque ele deu no depoimento aqui que foi o senhor que fez a varredura.*

*O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Confirmo que não fui eu.*

Adiante, em seu depoimento, sugere que “fisicamente” não teria sido ele a fazer a varredura e responde o seguinte:

*O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP) - Ok. Com relação ao Sr. Arthur. Quando o senhor fez a varredura no escritório do Sr. Arthur, na Vetor?*

*O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA - Exª, esse é um fato com relação ao qual tenho que me comprometer a trazer a data. Não me recordo. Fisicamente não.*

*O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP) - Foi antes ou depois da gravação?*

*O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA - No decorrer.*

*O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP) - No decorrer da gravação?*

*O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA - Não. No decorrer dos contatos com ele.*

Como policial militar estava licenciado sem remuneração desde o final de 2004, obtendo rendimentos de uma empresa de alarmes em sociedade com seu irmão e o pai dele, que por sinal é Subtenente de Reserva do Exército, tendo atuado no Centro de Inteligência do Exército durante 33 anos. Observe-se ainda que o Sr. Jairo Martins possuía vínculos políticos e fora assessor parlamentar do Bispo Rodrigues, um dos beneficiados do Esquema de Marcos Valério, tendo trabalhado na liderança do Partido Social Liberal (PSL) e também já participara da gravação do ex-Deputado André Luiz.

Conhecera o empresário Arthur Washeck em um restaurante em Brasília por intermédio do Sr. Cássio Bittar, familiar do Sr. Carlos Ramos, vulgo Carlinhos Cachoeira, que patrocinou a

gravação do Sr. Waldomiro Diniz, e para quem o Sr. Jairo Martins trabalhou na gravação do Deputado André Luiz, na tentativa de extorsão sofrida pelo Sr. Carlos Ramos:

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)** - Quando foi o primeiro contato com ele? Foi no restaurante, não foi?

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** - Foi. Não me recordo da data. Posso perguntar...

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)** - Não estou perguntando a data.

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** - Deve ter sido em março.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)** - Acenou para o senhor o parente do Cachoeira, o senhor foi lá. Quando foi que o senhor encontrou outra vez o Sr. Arthur?

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** - Acho que já decorrida uma semana, uns dez dias.

A resposta sobre as circunstâncias em que entregou a maleta a Joel dos Santos Filho é muito curiosa e inverossímil:

**O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)** – V. S<sup>a</sup> confirma as declarações à Polícia Federal de que não se encontrava em uma caminhonete branca, quando entregou a maleta ao Joel?

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** – Eu não me recordo de estar em uma caminhonete branca porque eu não tenho caminhonete branca. Não me recordo. Mas eu acho que não.

No mesmo depoimento, em outro momento:

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI (PT – SC)** – Só mentira, só mentira. A questão do carro. O tal do carro com aquela hora tão precisa que o senhor deu lá de 14h50, era, efetivamente, a blazer escura?

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** – Eu acredito que sim.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI (PT – SC)** – O senhor acredita. Mas o senhor tem uma blazer escura?

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** – Tenho. Eu não tenho carro...

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI (PT – SC)** – Tem outros carros, não?

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** – Eu não tenho carro branco.

Em depoimento à Polícia Federal, o Sr. João Carlos Mancuso Vilela, afirmou que em frente ao edifício dos Correios viu uma caminhonete totalmente branca aproximar-se e que o Sr. Joel dos Santos Filho foi até o veículo e retirou uma maleta preta. A cor da caminhonete é confirmada pelo Sr. Joel dos Santos Filho em depoimento à Polícia Federal, também na gravação anterior, antes mesmo da última gravação da qual participara o Sr. João Carlos Mancuso Vilela.

Nesse passo, entendemos caber a transcrição da pertinente observação sobre a memória do Sr. Jairo Martins:

PROQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 3888
Doc: 32

**A SRª. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)**... *O que eu questiono a V. Sª é que, em alguns momentos, tem uma memória preciosa para o relógio e não tem uma memória preciosa para outros detalhes. De pronto, respondeu ao Relator: 14 e 50, que é algo que precisa de uma grande memória. Para as outras, o senhor não lembra bem quem é, quem não é, a cor, o carro, essas coisas que passam a ser quase que impressionantes...*

O Sr. Jairo Martins também sabia que estava indo fazer gravações para dismantelar um esquema de propina, pois em seu contato com a imprensa foi citado o fato de que ele sabia que a fala de Maurício Marinho envolvia o PTB do Sr. Roberto Jefferson:

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)** - *Pois é, se o senhor confia no Policarpo - é o que o senhor disse -, então, o senhor está mentindo. O Policarpo fala exatamente o contrário do senhor na Polícia.*

*Quer ver? (Pausa.)*

*Então, eu acho que alguém mente. Ou o senhor ou o Policarpo. O senhor disse que o Policarpo fala a verdade. Então, o senhor está mentindo. Veja aqui: “José Policarpo de Souza que, no final do mês de março do corrente ano, foi procurado por uma fonte que narrou uma história envolvendo um suposto esquema de desvio de dinheiro público dos Correios para o PTB.” Coisa que o senhor disse que não falou. “Que, após narrar superficialmente o suposto esquema, a fonte indagou ao depoente se o mesmo tinha interesse jornalístico na história, tendo respondido que sim. Que perguntou à fonte se havia algum elemento para embasar as denúncias, o que foi respondido que realmente havia provas”.*

*Ou seja, no primeiro contato, o senhor já falou que havia provas. “Mas sem entrar em detalhes. Que, dias depois, foi feito um novo contato com a fonte, sendo que, nesta oportunidade, lhe foi mostrado um trecho da gravação de áudio”. Veja que o senhor mostrou para o Sr. Policarpo uma gravação de áudio, dias depois desse primeiro contato, ainda no mês de março. É o que diz o Sr. Policarpo.*

Mais adiante sobre as contradições entre os objetivos da gravação sabidas por Jairo Martins e seus contatos com a imprensa:

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)** - *Então, o que acontece aqui? É uma situação de esquizofrenia dupla? O senhor fala uma coisa e ele fala outra. Quem mente? O senhor ou o Policarpo?*

*Veja só: “Que esta primeira gravação foi apresentada como prova da existência de tal esquema. Que sua fonte explicou que outra conversa com o Maurício Marinho já estava marcada, quando, inclusive, participaria um suposto diretor da empresa que estava negociando com os Correios.*

*Que sua fonte afirmou que não tinha participado das gravações”. Veja agora: “Que a sua fonte alegava que o intuito das pessoas que realizavam as gravações era revelar a existência de esquema no PTB”. Desde o início, o senhor falou para o Sr. Policarpo que a idéia era pegar o esquema do PTB. Por que o senhor está mentindo hoje aqui?*

Jairo Martins afirmou que na fita entregue a imprensa já havia razão para a denúncia, mas Arthur Wascheck considerou que havia necessidade de outra gravação, o que pode indicar uma motivação que iria além de simplesmente comprometer Maurício Marinho, também pelo Sr. Arthur Wascheck. A motivação do Sr. Arthur Wascheck foi assim comentada pelo Sr. Jairo Martins:

**O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE)** - *a que o senhor atribui a realização de uma terceira filmagem, uma terceira reunião e, portanto, a segunda filmagem que prestou, se o próprio jornalista Policarpo Júnior já tinha lhe dito que os fatos contidos na segunda gravação eram*

*graves, por que é que se tentou ainda uma terceira, e nessa terceira houve um desvio do foco, passou a ser o da informática? O senhor atribui isso a quê?*

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** - Não sei, Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MAURÍCIO RANDS** (PT – PE) - *Mas o senhor me disse que conversou com o jornalista Policarpo.*

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** - *Sim, mas a questão da outra gravação é a questão do empresário Arthur. Aí eu não sei, não tenho como falar para o senhor o que é que ele queria. Não sei.*

Outro ponto que merece ser destacado é o de que a fita foi editada, mas o Sr. Jairo Martins disse em depoimento que não teve interesse em saber do conteúdo das denúncias na fita, meramente passando a fita para a imprensa.

O Sr. Jairo Martins reconhece a amizade pessoal com o Diretor de Departamento da ABIN:

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *V. S<sup>a</sup> conhece Paulo Ramos?*

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** – *Conheço. Paulo Ramos, conheço. Esse é meu amigo pessoal.*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *V. S<sup>a</sup> pode esclarecer qual é a atuação dele?*

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** – *Ele, hoje, eu acho que é o Diretor de Operações de Inteligência da Abin.*

Sobre os contatos com a ABIN merece destaque a seguinte observação:

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO** (PT – SP) - *Curiosamente, isso não tinha sido informado ao Presidente da República. Que quinze dias antes a Abin tinha a informação de que havia uma fita que circulava entre os agentes, que tinham a posse da fita; que Sua Excelência, o Presidente da República, não tinha sido informado de nada disso.*

*Ora, se só o senhor tinha a fita e o Sr. Policarpo... Desconheço que Policarpo tenha relação com a Abin. Quem tem relação com a Abin? O senhor. Como posso dizer, então, que o senhor não entregou essa fita para a Abin?*

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** - *Posso afirmar-lhe que não a entreguei. E o senhor errou na sua conta.*

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO** (PT – SP) - *Por quê?*

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** - *Porque Arthur Waschek tinha a fita.*

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO** (PT – SP) - *E Arthur Waschek tem ligação com a Abin?*

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** - *Que eu saiba não.*

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO** (PT – SP) - *Entre os três quem tem é o senhor.*

08/03/2005 - CN:
CPMI - CORREIOS
Fls: 3889
Doc: 34

**O SR JAIRO MARTINS DE SOUZA** - Com certeza.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)** - Errei na conta, mas não errei na afirmação.

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** - Com certeza absoluta. Estive nove anos por lá. Há quatro não estou mais.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)** - Se das três pessoas que tinham a fita, uma tinha ligação com a Abin não é mais crível que tenha sido o senhor que a entregou?

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** - Claro, é mais crível. Porém, não foi.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)** - O senhor não teve, durante esse período, contato com ninguém da Abin?

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** - Contato telefônico?

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)** - Pessoal.

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** - Contato telefônico, tive.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO (PT – SP)** - Com nenhum dos seus amigos?

**O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA** - Pessoal não.

Dessa forma, fugindo da orientação dada pelo empresário Arthur Wascheck que visivelmente não tinha interesse comercial na divulgação da fita pela imprensa, mas retirar o Sr. Marinho do cargo politicamente ou participar do esquema, o fornecedor da maleta, Sr. Jairo Martins, divulga a fita para a imprensa, o que demonstra que o Sr. Arthur Wascheck foi traído pelo Sr. Jairo Martins.

## **5.5 Sobre a possível participação de funcionários da ABIN**

Em relatório secreto de 15/06/2005 do GSI, disponibilizado com tarjas a esta CPMI, tem-se conteúdos que podem ser relatados como o que informa ter sido o Sr. Jairo Martins de Souza, cabo da Polícia Militar do Distrito Federal, servidor da ABIN de 03/03/1993 a 08/12/2000 e que ainda possuía amizade com o diretor do Departamento de Operações de Inteligência (Doint), Sr. Paulo Ramos, e eventualmente Jairo Martins visitava o Doint, mas no âmbito da Agência desconhecia-se que ele fornecera o equipamento de gravação a seus autores. O último relatório, de 16/06/2005, não trata do assunto. E pronto. Em nenhum outro momento se trata do assunto.

É importante se destacar que o Sr. Jairo dos Santos Filho declarou em depoimento à Polícia Federal que trabalhou no Setor de Operações da ABIN. A produção de conhecimentos da ABIN sobre o assunto teria ocorrido a partir de uma rara “denúncia anônima” ao então Diretor-Geral Mauro Marcelo de Lima e Silva, em 31/03/2005, e não por informantes ou por causa de seu plano de operações anual. Essa denúncia desencadeia o despacho do Sr. Paulo Ramos, Diretor de departamento – amigo pessoal do Sr. Jairo Martins, fornecedor da maleta para a gravação – para o Coordenador de Operações Sistêmicas, Sr. Edgar Lange.

Sobre a iniciativa de investigação para produzir informações cabe destacar o seguinte diálogo:

**O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC)** - *Dr. Edgar, uma pergunta por curiosidade: o trabalho da Abin precisa ser provocado para fazer qualquer tipo de investigação, ou é uma decisão própria da instituição?*

*Quais são os critérios para que ela decida fazer investigação sobre qualquer tipo de caso?*

**O SR. EDGAR LANGE** - *Tá. Com relação a casos, aí é decisão do diretor-geral de produzir conhecimento ou não.*

E adiante:

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** - *Costuma, então, na Abin, se dar procedência e se dar credibilidade a denúncias anônimas que chegam à Abin?*

**O SR. EDGAR LANGE** - *Aí a decisão cabe ao Diretor-Geral.*

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** - *Sim, mas eu lhe fiz uma pergunta nesse sentido. É costumeiro, é de rotina, se dar andamento a denúncias anônimas que cheguem, de qualquer espécie, na Abin?*

**O SR. EDGAR LANGE** - *Muito raramente.*

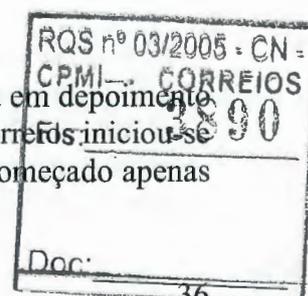
Todavia, o Sr. Edgar Lange Filho, em depoimento prestado à Polícia Federal, em 10 de junho de 2005, diz que a operação teria sido iniciada após a ABIN ter recebido denúncia de fonte que relatava corrupções nos Correios.

A produção de conhecimentos é feita de 05/04 a 17/05/2005 e é informada por relatórios, que segundo o depoimento do Sr. Edgar Lange à CPMI, o último teria sido escrito em 06/05/2005. Todavia, os relatórios enviados para a CPMI pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) são datados de 20/05 a 16/06/2005 pelo GSI e se referem mais à investigação sobre quem teria feito as gravações, que foram divulgadas pela imprensa em 14/05/2005:

**O SR. EDGAR LANGE** - *Excelência, os trabalhos de Inteligência sobre os Correios começaram no dia 05 de abril de 2005 e terminaram no dia 17. E quero fazer uma retificação. No dia 06 eu fiz o último relatório, e no dia 17, por determinação do Sr. Ministro, os trabalhos foram encerrados. Quanto à questão de 2004, que eu coordenei e ainda coordeno, começou em setembro, não sei que dia agora, um trabalho de uma forçatarefa com a Polícia Federal, o que eu já disse aqui, TCU, CGU, Ministério Público Federal, não especificamente sobre a empresa Unisys, mas uma série de problemas que estariam acontecendo, irregularidades, na Previdência, na Dataprev e no INSS.*

*Sim, por que a Unisys? Porque a Unisys é a empresa que detém, e aí de informática eu não entendo, todo o processo de trabalhar os dados da Dataprev, que estavam tendo problemas. Então, não houve. Agora, o link entre este trabalho e os Correios aconteceu no momento em que veio a denúncia. Ou seja, nessa denúncia cita-se a empresa Unisys.*

Mais uma vez o Sr. Edgar Lange Filho entra em contradição com o que afirmara em depoimento à Polícia Federal, quando disse que a operação de apuração de denúncias dos Correios iniciou-se aproximadamente uma semana antes da divulgação pela imprensa, isto é, teria começado apenas no início de maio.



Sobre os relatórios da ABIN vale a pena registrar a seguinte observação:

**O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR)** – *Só para um esclarecimento, Presidente, em cima do Relator: domingo saiu uma matéria no jornal **Correio Braziliense** com o seguinte teor: “Entre meados de abril e meados de maio, a Abin envia ao Gabinete de Segurança Institucional pelo menos quinze relatórios sobre o esquema de corrupção nos Correios, informando inclusive a existência do vídeo da propina. Contudo, o Ministro-Chefe do GSI, General Jorge Armando Félix, não leva o caso ao conhecimento da Presidência da República”. Esse é mais específico. Nós entramos com um também, junto com o Senador César Borges, pedindo inclusive a convocação, mas, com esse dado, ficou específico, e pela primeira vez vem a público a informação de que a Secretaria de Segurança Institucional tinha conhecimento da gravação. Então esse requerimento sem especificar o pedido já anteriormente aprovado.*

Também salta aos olhos a simultaneidade do período da produção de conhecimentos e a gravação da fita:

**A SRª HELOÍSA HELENA (P-SÔL – AL)** - *Então, assim sendo, quero fazer um questionamento ao Sr. Lang. Ele nos informou que, através de um despacho no dia 5 de abril, a ele foi entregue a tarefa de produzir conhecimentos de Inteligência relacionados a uma denúncia recebida pela Direção dos Correios ou pelo Diretor de Departamento. Então, por mais que Paulo Coelho nos convença de que o Universo conspira a nosso favor, fica realmente muita coincidência, coincidência demais, que a denúncia tenha sido recebida num período próximo ao dia 5 de abril, porque no dia 5 de abril é que o senhor foi comunicado de que deveria produzir conhecimentos nessa área, e é justamente na semana em que a primeira fita estava sendo montada, já que a fita que foi divulgada pela revista Veja foi de uma gravação do dia 12 de abril. V. Sª não acha que é coincidência demais que o período das gravações clandestinas tenha sido justamente no período em que os senhores estavam iniciando um procedimento para a produção de conhecimentos de Inteligência relacionados à denúncia? Não é... V. Sª não acha que é coincidência demais?*

**O SR. EDGAR LANGE** - *Não vejo como coincidência. Agora, vou lhe garantir, Senadora, se eu soubesse o mínimo, um dadozinho qualquer de que estavam sendo feitas gravações sigilosas para incriminar um servidor da Abin, olha....*

**A SRª HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** - *Da Abin?*

**O SR. EDGAR LANGE** - *Não, perdão, desculpe, desculpe, dos Correios. Olha, eu seria felicíssimo, porque poderíamos produzir documentos valiosíssimos. Só que não tem coincidência e eu não sabia absolutamente nada nem meu Diretor, ninguém.*

O Sr. Edgar Lange disse que, por acaso, viu o Sr. Fortuna entre o final de fevereiro e o início de março, depois de muitos anos sem o ver. E afirma que por causa do Grupo de Trabalho sobre a influência da Unisys no setor público, que começou em setembro de 2004, e, depois, por causa da “denúncia anônima” sobre os Correios na ABIN, o Sr. Fortuna passou a ser considerado fonte pelo Srs. Edgar Lange e Paulo Ramos da ABIN.

O Sr. Fortuna descreve abaixo os primeiros contatos:

**O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES** - *Nessa época, conversamos amenidades e, depois, começamos a tocar em assuntos... E, como é praxe no serviço de informações, a gente não faz muitas perguntas. Mas ele falou comigo sobre a Unisys e, a partir daí, começamos a conversar.*

*Eu puxei o assunto dos Correios, que eu trabalhava com tecnologia, tinha interesses comerciais nos Correios, etc. E a conversa correu por aí.*

O Sr. Fortuna diz que a criação do Grupo de Trabalho sobre a Unisys tivera como origem a Casa Civil da Presidente da República:

**O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES** - Ele me falou que estava fazendo **apurações nos Correios** e, na sua conversa, me deixou entender, me disse claramente, que havia instruções do Palácio, do Gabinete Civil para que essa empresa fosse descartada dos negócios com o Governo.

O Sr. Fortuna também diz que o analista de informações Edgar Lange tentou induzi-lo a se apresentar como o autor da gravação de Mauricio Marinho:

**O SR. JOSÉ FORTUNA NEVES** - Bem, no começo, fui, até de certa forma, inocente, porque, quando eu ouvi o Deputado Roberto Jefferson falar que Fortuna foi achacá-lo, que o Molina falou em Fortuna, achei muito estranho. Nem sabia que era eu o Fortuna. Ele falou: "Coronel Fortuna". Foram até procurar meu filho, que disse: "Meu pai não é coronel de nada". Realmente, não sou coronel. Ai falaram: "É da Marinha, é da Aeronáutica, é Almirante. Eu fiquei na minha. Ai se iniciou uma abordagem comigo. Eu queria sair em campo, porque eu vi o Deputado Roberto Jefferson ir ao Ministério Público, e eu quis ir. E ele me disse: "Não vá. Vá conversar..." Primeiro, ele me deu o telefone do Policarpo. Ai, me falou: "O Policarpo viajou para o Rio. É melhor você falar com o funcionário, com o repórter da Época." Eu então aceitei a proposta dele: "Na próxima semana, sai uma entrevista exclusiva. Você tem que ser exclusivo. Você não pode hoje ir à Procuradoria, você não pode falar com a Polícia Federal." Eu então marquei um encontro com o repórter Mateus e me encontrei com ele lá no Terraço. O Alemão mandou... Foram duas vezes. Encontrei a primeira vez; ele iria lá conversar com a Época, voltaria para falar comigo no dia seguinte. Estava presente também o meu advogado. Da primeira vez, eu sentei de costas, na penumbra, para que eu não fosse fotografado, porque eu não queria fotografia. Mas, da segunda vez, já no almoço, havia a promessa de não fotografar. Depois me espantei, daí a uma semana, com a minha fotografia, até muito bem tirada, na revista Época. Quer dizer que quando saíram da mesa, foram lá e me fotografaram. Eu dei a entrevista a esse repórter. Esperei umas semanas. Me pediram que ficasse isolado, não fiquei escondido. Eu achava que aquilo ia ser a minha redenção de envolvimento nesse Tsumani que estava acontecendo comigo, sem eu ter nada, mas nada mesmo, com isso. Eu nunca sonhei em gravar, eu nunca pensei em gravar alguém. Eu achava até um acinte à minha condição intelectual dizer que eu vou gravar, se o meu objeto é negócio. Eu vou criar confusão para mim? Eu vou ouvir os outros, vou gravar, vou usar isso? O que eu ganho com isso? Eu não sou burro. Eu não ganho nada. Mas a reportagem não saiu. Eu reclamava, e a reportagem... " Mas, Fortuna, tudo isso indica que foi você que gravou. "

*Eu achei aquilo um absurdo.*

*Ai, me deu um estalo: alguma coisa está acontecendo, eu estou sendo conduzido por alguma coisa. Vou sair em campo. Conversei com o repórter.*

*Na segunda vez, se não me engano, meu filho foi pegar com ele o termo do depoimento do Marinho, e foi lá no setor Sudoeste. Meu filho voltou e falou assim: "Papai, o repórter perguntou se o senhor fala latim".*

*Aquilo... O único lugar no mundo, Relator, que tem a minha ficha, constando que eu falo latim - e eu já falei, fluentemente -, é o SNI. Nem o Seminário Menor de Mariana, onde cursei vários anos, não tem nada registrado que eu falo latim. E a ficha... Ai eu fui em cima do Marinho, e perguntei: "Papai, não, está havendo? Você é repórter da Veja ou da Época? "O que é isso, Fortuna? Não, estou perguntando Veja e Época, porque acho que você é do SNI. O que está ocorrendo é que vocês estão me manipulando. Vocês me isolaram. Ah, não sei o quê, etc e tudo. Eu falei: "Não, você*

Mares: 000005 - CN -
CAD. EST. CORREIOS
3891
Doc: 38

*foi nos porões do SNI buscar a minha ficha. Aquele papel que você...” “Por que você não assume? Você sai como herói.” Mas eu, como herói, falando mentira? Eu não gravo ninguém. A partir daí, eu comecei a tomar a atitude de me separar daquele grupo. Eu estava sendo manipulado.*

Sobre o contato do Sr. Fortuna com a imprensa e a possível tentativa de que o Sr. Fortuna assumisse a gravação, a versão do Sr. Edgar Lange é a seguinte:

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *V. S<sup>a</sup> confirma as declarações do Sr. Fortuna, de que V. S<sup>a</sup> teria insistido em que ele desse a entrevista à revista Época depois da publicação da gravação da Veja?*

**O SR. EDGAR LANGE** – *A palavra insistido é muito forte. Veja bem. O Fortuna, àquela altura, já estava meio encurralado. Não sei porque, já que ele diz que não tinha nada a ver. Uma vez o diretor me perguntou: você acha que o Fortuna tem alguma coisa a ver com isso? E eu disse: meu*

*sentimento – foram exatamente essas palavras – é de que alguma coisa ele deve ter, porque não é possível. Por que o cara está tão... Mas, com relação à revista Época, ele...*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *Não entendi essa expressão de V. S<sup>a</sup>, o seu sentimento... Quem é o cara e a que sentimento o Senhor se refere?*

**O SR. EDGAR LANGE** – *Desculpa. Como eu lhe disse que o Fortuna estava muito arredio, muito preocupado, uma vez o diretor me perguntou: você acha que o Fortuna tem alguma coisa a ver com essa gravação? E eu disse: chefe, o meu sentimento, que não vale nada, porque é um sentimento... Por causa da maneira dele agir, a raiva que ele tinha das pessoas... Pode ser que ele tenha alguma coisa, mas não se confirmou.*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *Ele nunca lhe fez referência de que dispusesse de uma fita, de uma gravação?*

**O SR. EDGAR LANGE** – *Jamais.*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *Por que...*

**O SR. EDGAR LANGE** – *Deixei de responder ao Senhor o negócio da revista Época. Não insisti. Ele, simplesmente, chegou uma hora... Bom, tem tantos jornais, O Estado de S.Paulo, que queriam falar com ele, mas tinham denegrido, inclusive, a imagem dele. Então, o que ele fez? Quem pode dizer algo para me salvar? E eu disse: você quer? Tem um jornalista que conheci no dia do café da manhã com o Sr. Diretor-Geral. Se você quiser conversar com ele, a gente liga para ele. Falei com o jornalista e ele concordou com a seguinte condição, de que eu também iria gravar a entrevista para poder ter dados a respeito do que ele iria falar. Só isso. Mas não insisti: você tem de falar. O Fortuna é...*

Por fim, cabe assinalar que a ABIN tem como missão o assessoramento direto da Presidência da República e a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade, além da análise das ameaças à ordem constitucional. Não possui a função de investigar corrupção no governo, pois não produz provas, mas sim conhecimentos de inteligência. Como na seguinte inquirição:

**O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS)** - *A ABIN é um órgão de assessoramento direto da Presidência da República. Por que o senhor acha que a Abin estava investigando relações comerciais, empresariais?*

**O SR. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES** - *Exmº Sr. Deputado, eu não sei. Não posso dizer por que ela estava fazendo isso.*

As provas colhidas nesta CPMI apontam para indícios de que funcionários e/ou ex-funcionários da ABIN poderiam ter alguma participação no episódio da espionagem nos Correios. No entanto, não são suficientemente robustas para se afirmar que tal participação possuísse caráter institucional.

## 5.6 Conclusão

Os fatos relacionados às gravações foram objeto de sindicância nos Correios e do inquérito na Polícia Federal. A iniciativa do Sr. Jairo Martins de repassar a fita foi motivada ou por recursos financeiros pagos pela imprensa, que a divulgou em 14/05/2005 ou por orientação profissional da ABIN, ou mesmo ambos os motivos; ou por amor à Pátria, como alegou, é algo que apenas a delação dos envolvidos ou a contra-espionagem poderiam esclarecer por completo.

No entanto, elementos altamente contraditórios no depoimento do Sr. Jairo Martins, seu currículo profissional, o contato pessoal com membros da comunidade de informações participantes da investigação, a “denúncia anônima de 31/03/2005”, que motivou a orientação do Diretor-Geral da ABIN, os relatórios apresentados a esta CPMI pelo GSI e a relação do Sr. Fortuna com o Sr. Edgar Lange não afastam a hipótese de orientação da Agência na divulgação para a imprensa ou até mesmo indiretamente na gravação, motivada por orientação política, na disputa por cargos nos Correios que gerassem recursos para campanhas políticas e para o enriquecimento ilícito. No entanto, tal orientação não pode ser considerada institucional.

Dessa forma, salienta-se a necessidade de um acompanhamento mais próximo das atividades de inteligência por parte das duas Casas do Congresso Nacional, a fim de que interesses outros não se sobreponham aos interesses do Estado, haja vista ser fundamental a existência dessas atividades para a segurança do País, bem como, a valorização do órgão que a executa.

Sobremais, tão logo divulgada a gravação que deu origem à presente CPMI, a Polícia Federal instaurou inquérito, tendo havido, inclusive prisão de alguns.

Sugere-se, por isso, a remessa do presente caderno investigativo àquela autoridade, no intuito de contribuir para com suas apurações.

## 6 Correios

### 6.1 Publicidade

#### 6.1.1 Breve Histórico

Em maio de 2005 os meios de comunicação veicularam gravações nas quais aparece o Sr. Mauricio Marinho, chefe de departamento dos Correios recebendo supostamente, em troca de favores administrativos.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS R\$ 3.000,00. 3892 Doc: 40
---

Nestas gravações, Marinho menciona que está agindo em nome do PTB e sob as ordens do deputado Roberto Jefferson. O então Deputado rebate as informações de Mauricio Marinho, informando não ter conhecimento sobre as denúncias de corrupção.

Em 25 de maio de 2005 é instalada a CPMI “dos Correios” com o objetivo de: “investigar as causas e conseqüências de denúncia de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios -Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”.

### **6.1.2 Digressão a Respeito das Ações de Publicidade no Setor Público**

Considerando a magnitude dos gastos com publicidade no setor público e a revelação por esta CPMI das fragilidades no que concerne ao acompanhamento dessas ações, entende-se necessário, antes de iniciar a análise específica dos Correios, uma reflexão sobre as normas existentes para tal área.

A regulamentação sobre a comunicação de governo do Poder Executivo Federal foi realizada por intermédio de decretos e instruções normativas, tendo como base a legislação federal que regulamenta a atividade, e, acessoriamente, normas-padrão da atividade publicitária acordadas por agentes de mercado.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 64

A atividade publicitária foi instituída no País por intermédio da Lei n<sup>o</sup> 4.680, de 18/06/1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda.

O art. 3<sup>o</sup> do referido normativo define o conceito de agência de propaganda:

“A Agência de Propaganda é pessoa jurídica especializada na arte e técnica publicitária, que, através de especialistas, estuda, concebe, executa e distribui propaganda aos veículos de divulgação, por ordem e conta de clientes anunciantes, com o objetivo de promover a venda de produtos e serviços, difundir idéias ou informar o público a respeito de organizações ou instituições colocadas a serviço desse mesmo público”.

O art. 5<sup>o</sup> define o conceito de propaganda:

(...) compreende-se por propaganda qualquer forma remunerada de difusão de idéias, mercadorias ou serviços, por parte de um anunciante identificado.

O Parágrafo único do art. 11 estabelece o agenciamento na atividade:

não será concedida nenhuma comissão ou desconto sobre a propaganda encaminhada diretamente aos veículos de divulgação por qualquer pessoa física ou jurídica que não se enquadre na classificação de Agenciador de Propaganda ou Agências de Propaganda, como definidos na presente Lei.

Posteriormente, a atividade foi regulamentada por intermédio do Decreto nº 57.690, de 01/02/66.

Em seu art. 7<sup>o</sup>, adiciona mais um agente no processo – o CENP:

Os serviços de propaganda serão prestados pela Agência mediante contratação, verbal ou escrita, de honorários e reembolso das despesas previamente autorizadas, tendo como referência o que estabelecem os itens 3.4 a 3.6, 3.10 e 3.11, e respectivos subitens, das Normas-Padrão da Atividade Publicitária, editadas pelo CENP – Conselho Executivo das Normas Padrão (...).

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 65

Define, também, no art. 10, o conceito de veículo de divulgação:

Veículo de Divulgação, para os efeitos deste Regulamento, é qualquer meio de divulgação visual, auditiva ou audiovisual, capaz de transmitir mensagens de propaganda ao público, desde que reconhecido pelas entidades sindicais ou associações civis representativas de classe, legalmente registradas.

A respeito da relação comercial entre veículos, agências e anunciantes, merecem registro os seguintes dispositivos:

“Art. 14. O preço dos serviços prestados pelo Veículo de Divulgação será por este fixado em tabela pública, aplicável a todos os compradores, em igualdade de condições, incumbindo ao Veículo respeitá-la e fazer com que seja respeitada por seus Representantes.

(...)

Art. 16. O Veículo de Divulgação ficará obrigado, perante o Anunciante, a divulgar a matéria autorizada, no espaço ou no tempo contratado, de acordo com as especificações estabelecidas, não podendo o Anunciante, em qualquer caso, pretender influir na liberdade de sua opinião editorial.

Art. 17. A Agência de Propaganda, o Veículo de Divulgação e o Publicitário em geral, sem prejuízo de outros deveres e proibições previstos neste Regulamento, ficam sujeitos, no que couber, aos seguintes preceitos (...)

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis. 3893
Doc: 42

I – Não é permitido:

(...)

g) utilizar pressão econômica, com o ânimo de influenciar os Veículos de Divulgação a alterarem tratamento, decisões e condições especiais para a propaganda;

II – É dever:

(...)

f) envidar esforços para conseguir, em benefício do Cliente, as melhores condições de eficiência e economia para sua propaganda;” (grifo nosso)  
Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 66

É interessante notar que a norma legal preocupa-se com o funcionamento equilibrado do mercado, no qual não prevaleça o poder econômico.

Nesse sentido, determina que as condições devem ser iguais para todos os anunciantes e que não deve haver pressão de natureza econômica para a obtenção de vantagens. Ademais, impede que o anunciante queira influenciar na linha editorial do veículo, em função de sua posição de comprador.

Além disso, obriga a agência a esforçar-se por seu cliente, com o fim de para ele conseguir as melhores condições de eficiência e economia em suas ações de propaganda.

Como será descrito a seguir, as agências que atendem à ECT não estão cumprindo esse mandamento legal, fato que, por si só, já poderia demandar o cancelamento dos contratos.

A primeira norma da publicidade governamental que será analisada foi expedida pela Assessoria de Comunicação Institucional - ACI, atual Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, Secom, com o título de Instrução Normativa – IN nº 1 de 27/04/1993.

Basicamente, essa Instrução determina, a todos os entes da Administração Pública direta e indireta, que realizem planejamento de suas ações de publicidade e promoção, articuladas em um Plano Anual de Comunicação.

O plano deve ser apresentado à Secom até o dia 30 de novembro do ano anterior ao de sua aplicação, e deve ser compatível com a atuação do órgão, bem como com a política de comunicação do Governo Federal.

Estão aqui descritos os principais elementos necessários para a composição de um bom planejamento de comunicação, quais sejam: ações detalhadas, metas a serem alcançadas, avaliação de resultados, clara identificação do público-alvo, cronograma de ações circunstanciado, escolha adequada de meios, orçamento destinado às ações e aferição de resultado em relação ao investimento realizado.

No mesmo dia, 27/04/1993, foi expedida a IN n<sup>o</sup> 2. Em particular, essa norma versou sobre a necessidade de apresentação de briefing, como pré-requisito para a aprovação de edital de licitação e de campanhas. O

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 67

briefing é uma peça que traz todas as orientações necessárias às agências para que promovam a criação e organização de uma determinada ação de publicidade.

Define, ainda, o processo de aprovação, que passa pelo crivo da Secom (ACI, então) e, também, os elementos que, necessariamente, devem compô-lo.

Fazendo a avaliação do briefing relativo à concorrência n<sup>o</sup> 003/2003, ora em análise, foi verificado que não foram contemplados diversos elementos exigidos pela IN n<sup>o</sup> 2, em especial aqueles descritos no art. 6<sup>o</sup>, alíneas b, c e d.

A IN n<sup>o</sup> 3, de 31/05/1993, faz a classificação das atividades publicitárias. Trata-se de definições de grande importância. O item 1 dessa IN n<sup>o</sup> 3 informa que há dois tipos de atividade publicitária, propaganda e promoção. Quando define como atividades de promoção o patrocínio e a organização e participação em feiras e eventos, ao mesmo tempo informa que tais ações não precisam ser realizadas com o concurso de agências de propaganda.

Tais dispositivos são relevantes no contexto em análise, visto que os contratos celebrados permitem tais subcontratações, e que, de fato, a intermediação dessas ações tem sido constante ao longo da execução desses contratos.

Cabe notar que a organização de eventos é hoje uma atividade com mercado pujante, e que existem inúmeras empresas especificamente habilitadas para prestar serviços nessa modalidade.

A IN n<sup>o</sup> 6, de 14/04/1995, da então Subsecretaria de Comunicação Institucional – SCI, atual Secom – retoma o mesmo tema abordado na IN n<sup>o</sup> 1, de 27/04/1993, que trata do planejamento das ações de comunicação, com mais detalhamento.

Como já dito anteriormente, essa IN amplia os elementos que obrigatoriamente deverão constar dos planos de campanhas. A maior parte do que aqui se pede não está sendo observado de maneira adequada, como se verá adiante.

A IN n<sup>o</sup> 7, de 13/11/1995, versa sobre licitações e contratos de serviços de

Processo nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
FIS: 3894
Doc: 44

publicidade. Determina que o edital deve ser submetido a duas análises, para aprovação; e está previsto o concurso de mais de uma agência para um mesmo ente da Administração, in verbis:

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 68

4. A entidade cujo plano anual de comunicação compreenda diferentes linhas de atuação, e que disponha de recursos financeiros compatíveis, dividirá esses recursos em mais de uma conta publicitária. (grifo nosso)

A ECT fez a contratação de três agências, no entanto, fugindo ao que permite a norma em análise. Nota-se que a exceção aberta diz respeito a “diferentes linhas de atuação” e “diferentes contas publicitárias”. No entanto,

o que se fez na ECT foi meramente dividir a verba publicitária, o que fica claro quando se vê que diversas ações são “repartidas” entre as três agências, como por exemplo no caso da compra antecipada de mídia da Editora Três.

Fica, assim, estabelecida a inobservância desse texto legal. O entendimento é que a licitação da ECT poderia ter sido realizada para a contratação de mais de uma agência, desde que as ações tivessem sido agrupadas, ou segmentadas, em, por exemplo, mercadológicas e institucionais, ou deixando-se determinada família de produtos com uma agência, e outros grupos de produtos similares com as outras agências. Caberia, ainda, a divisão entre ações voltadas para o mercado e ações voltadas para o público interno. A investigação da CPMI, nesta área, deu-se através do Tribunal de Contas da União.

Auditoria realizada pela 1<sup>a</sup> Secex-TCU na ECT, relativamente à licitação e contratos na área de publicidade e propaganda, foi consubstanciada no processo TC 003.028/2000-5, e resultou na Decisão 254/2002 – Plenário.

O Ministério Público do Tribunal de Contas da União manifestou-se da seguinte forma:

Vale dizer, malgrado serem os mesmos os serviços realizados pelas agências contratadas (...) cada agência deveria realizá-los no âmbito de uma conta publicitária específica. O que acontecia, na realidade, era a divisão do pagamento dos serviços efetuados proporcionalmente à participação de cada conta publicitária no total do orçamento (...) em desobediência ao previsto nos contratos firmados, que previam o pagamento a determinada empresa (...) exclusivamente por serviços de publicidade referentes à conta a que se encontrava vinculada. (grifo nosso)

A decisão a respeito da matéria, tomada pelo Plenário em 2002 assim se substancia:

8.1 – determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que:  
Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos  
Correios” Volume I - Pág. 69

8.1.1 – realize pagamentos a empresas contratadas, exclusivamente, dentro do escopo do objeto contratual, em especial nos contratos da área de publicidade e propaganda, de acordo com o estipulado no art. 66, da Lei nº 8.666/93;

Há, ainda, na IN nº 7 informações detalhadas para a avaliação das propostas das licitantes. No anexo da norma, encontram-se os quesitos que compõem a proposta técnica, os aspectos a serem considerados no julgamento e os parâmetros de pontuação de cada um – alíneas 6 a 9.

A última parte da IN nº 7 refere-se a procedimentos a serem observados durante a vigência do contrato. Destaca-se a obrigatoriedade da avaliação semestral do trabalho da agência, em bases concretas.

Analisando as avaliações efetuadas foi verificado que não há registros sobre os “resultados concretos dos esforços de comunicação sugeridos pela agência”, conforme item 14 da IN. O entendimento é que a questão relaciona-se, inicialmente, com a ausência de definição de metas e resultados esperados.

A IN nº 16, de 13/07/1999, fixa o período inicial de contratação de agências de propaganda em 12 meses, com possibilidade de prorrogação por até 60 meses.

A IN nº 28, de 06/06/2002, classifica os tipos de publicidade realizados no âmbito do Sicom (agora denominado Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal) e define seus conceitos. São eles a publicidade legal, a mercadológica, a institucional e a de utilidade pública.

Em janeiro de 2003 é publicada a 7<sup>a</sup> edição das Normas-Padrão da Atividade Publicitária, de responsabilidade, como já vimos, do CENP – Conselho Executivo de Normas Padrão. No item 1, “Conceitos Básicos”, o documento define termos de uso consagrado no mercado publicitário. Entre eles, interessou-nos de maneira particular aquilo que se denomina fee:

1.13 “Fee”: é o valor contratualmente pago pelo Anunciante à Agência de Publicidade, nos termos estabelecidos pelas Normas-Padrão, independente do volume de veiculações, por serviços prestados de forma continuada ou eventual.

Os contratos ora em apreciação têm sua remuneração definida da seguinte maneira:

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
2895
Doc: _____
46

- a) percentual de desconto sobre os custos internos, baseado na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda de Brasília – DF; b) percentual de honorários referentes à produção de peças e materiais cuja distribuição não proporcione à licitante desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, incidente sobre os custos de serviços realizados por terceiros; e c) percentual de honorários incidente sobre os custos de outros serviços realizados por terceiros.

O item c inclui a veiculação das peças publicitárias. Exemplificando, pode-se citar, no primeiro caso, a produção de um filme publicitário, ou de um anúncio para revista. Tais serviços são cotados nas tabelas de preços dos sindicatos das agências, e as licitantes oferecem descontos sobre essa tabela.

No segundo caso, pode-se exemplificar com a produção de folhetos em gráfica, intermediada pela agência, que faz jus a uma remuneração percentual sobre o valor do serviço contratado. Entram aqui, também, a intermediação de patrocínios, organização de eventos, etc.

No último caso temos a veiculação de peças publicitárias, na qual a agência recebe comissão paga pelo veículo.

No caso do contrato no qual vale o fee, a remuneração para as atividades dos itens a e b acima é um valor fixo mensal, independentemente da quantidade ou do tipo de peças produzidas, e da quantidade e valores de serviços contratados com terceiros.

Tem-se, portanto, o pagamento de valor fixo mensal nesses dois casos, permanecendo o recebimento, por parte da agência, da comissão paga pelos veículos de mídia.

Diante da realidade que será apresentada a seguir, na qual a ECT tem pago valores elevados a título de remuneração dos serviços relativos aos itens a e b acima, é o caso de se avaliar a conveniência e a oportunidade da utilização dessa modalidade de remuneração, tendo em vista o princípio da economicidade.

O entendimento é que a remuneração dos trabalhos compreendidos no item b, acima, não devem ser calculados a partir de percentuais sobre o valor dos serviços, visto não haver relação direta entre o custo do trabalho da agência ao prestar o serviço, e o objeto dessa intermediação.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 71

2.5 O ‘desconto padrão’ de agência de que trata o art. 11 da Lei nº 4.680/65 e art. 11 do Decreto 57.690/66 é reservado exclusivamente à Agência, com a finalidade de remunerar seus serviços como criadora/produtora de conteúdo

publicitário.

O dispositivo acima transcrito reforça a idéia de que há espaço para a redução das despesas dos contratantes públicos.

Trata-se de uma definição muito importante, qual seja, a de que a comissão paga pelos veículos tem a finalidade de remunerar serviços de criação e produção.

Ora, se existe esse entendimento quanto à natureza e finalidade desse desconto, é razoável o entendimento de que a cobrança pela prestação desses serviços, constitui-se dupla remuneração pelo mesmo objeto.

Assim, é plausível se vislumbrar a possibilidade legal, que com certeza existe no âmbito comercial, de que se exclua da remuneração o pagamento pela criação e produção de peças publicitárias para as quais a agência virá a receber comissão por sua veiculação.

Entende-se, portanto, que esse aspecto da dupla remuneração é uma impropriedade na concepção da licitação que culminou com a contratação ora em apreciação, e de um tema que deverá ser objeto de proposta para futuros certames licitatórios de agências de propaganda na ECT.

A Lei nº 10.683, de 28/05/2003, dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Informa a competência da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República - Secom:

(...) cabendo-lhe a coordenação, a normatização, a supervisão e o controle da publicidade e de patrocínios dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, e de sociedades sob controle da União (...).

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI "dos Correios" Volume I - Pág. 72

O Decreto nº 4779, de 15/07/2003, dispõe sobre a estrutura da Secom. Já o Decreto nº 4799, de 04/08/2003 dispõe sobre a comunicação de Governo do Poder Executivo Federal. Versa sobre os temas mais importantes já tratados na legislação anteriormente analisada, colocando em uma mesma peça legal as questões mais relevantes da publicidade governamental.

Destaca-se alguns dispositivos que ainda não foram objeto de consideração:

Art. 5º A Secretaria (...) instituirá comitê destinado à formulação de políticas de patrocínio e a examinar projetos de iniciativa dos integrantes do SICOM ou a eles propostos, o qual contará com a participação dos respectivos patrocinadores e de representantes de Ministérios.

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Sugerir 3896
Doc: 48

(...)

Art. 10. (...)

§ 1<sup>o</sup> A licitação (...) será processada e julgada por comissão especial, composta de até cinco membros – profissionais da área de comunicação, em sua maioria – sendo pelo menos dois deles servidores ou empregados do órgão ou entidade responsável pela licitação.

§ 2<sup>o</sup> A Secretaria (...), salvo sua expressa manifestação em contrário, indicará a maioria dos membros da comissão especial (...) ressalvado que poderá, a seu critério, participar apenas da etapa que envolva julgamento técnico-publicitário.

Quanto aos processos licitatórios, deve-se refletir, necessariamente, a questão do controle que a Secom pode exercer sobre eles, a partir da regulamentação que expediu a respeito do tema.

A Secom permite que, a seu próprio critério, os integrantes por ela indicados para as comissões especiais de licitação participem apenas da fase de julgamento das propostas, o que enseja indagar se o seu grande interesse seria exclusivamente participar dessa fase para decidir a contratação.

Feitas essas considerações, passa-se à análise dos contratos de publicidade.

### **6.1.3 Contratos de publicidade**

Em 14 de dezembro de 2000, foi firmado contrato de prestação de serviços de publicidade entre os Correios e as empresas Ogilvy e Giacometti e Fischer América. O contrato tinha prazo de duração previsto em 12 meses e poderia ser prorrogado por até 4 (quatro) períodos subseqüentes, ou seja, até 13 de dezembro de 2006.

Soube-se, por meio do depoimento do Sr. Dennis Aurélio Giacometti, que a empresa Fischer América não teve uma boa avaliação com relação à prestação dos serviços. Em consequência desta avaliação, o contrato com a Fischer não foi renovado. Assim, os serviços de publicidade ficaram a cargo das empresas Giacometti e Ogilvy.

O contrato inicial, assinado em 14/12/2000, previa recursos orçamentários para o período de 12 meses, no valor de R\$ 48.000.000,00. Foi aditado em dez/2001 por mais 12 meses, sem alterar valor.

Em 06/02/2003 o Departamento de Comunicação e Marketing-DMARK emitiu parecer favorável à prorrogação do contrato com as empresas Ogilvy e Giacometti considerando satisfatória a qualidade dos serviços prestados. O DMARK assim se manifestou:

Com o encerramento do segundo período de 12 meses de vigência dos contratos, o Departamento de Comunicação e Marketing – DMARK realizou avaliação técnica quanto ao desempenho das referidas agências e emitiu parecer favorável a sua prorrogação. O parecer tem por base a qualidade satisfatória dos serviços prestados bem como a necessidade de sua manutenção para atendimento às demandas contínuas de propaganda e publicidade da Empresa. Tendo em vista o contexto político da época (dezembro/2002), com a transição no governo federal, a proposta de prorrogação foi encaminhada para análise do DEJUR, com a recomendação de inclusão de uma cláusula rescisória unilateral por parte da ECT. Esta medida tem como objetivo garantir a manutenção normal dos serviços, para atender às necessidades da empresa e permitir à Direção da ECT reavaliar, a qualquer tempo, a conveniência de se manter os referidos contratos ou determinar nova licitação em conformidade com as orientações do novo governo

Em 14/12/2002, foi assinado outro termo aditivo prorrogando pela segunda vez o contrato inicial, desta feita, pelo período de 6 meses, conforme sugestão do DMARK. Assim, o contrato passaria a ter período de vigência de 14 de dezembro de 2002 a 13 de junho de 2003. Este aditivo não faz menção à alteração no valor dos recursos orçamentários e prevê a possibilidade de rescisão em face de razões de interesse público. Em 2003, por sugestão do DMARK, foi desencadeado novo processo licitatório.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 74

Em 14/06/2003, foi assinado mais um termo aditivo prorrogando pela terceira vez o contrato inicial por mais 6 meses. Assim, o contrato passaria a ter período de vigência de 14 de junho de 2002 a 13 de dezembro de 2003. Este aditivo não faz menção à alteração no valor dos recursos orçamentários e prevê a possibilidade de rescisão em face de razões de interesse público.

Ainda no que concerne ao referido contrato, esta CPMI havia revelado uma vultosa quantia de valores partilhados pela Giacometti, prestadora de serviços aos Correios até 2003, com a SMPB, que veio a sagrar-se vencedora na licitação de 2003.

Tal fato foi confirmado pelo depoimento, em 29/11/2005, nesta CPMI do sócio majoritário da Giacometti & Associados, Sr. Dennis Aurélio Giacometti, juntamente com seu sócio Hiran Amazonas Castello Branco. Os depoentes afirmaram que a SMP&B e a Giacometti dividiram por um período de 4 anos escritório em Brasília. Ambas estabelecidas no SBN Quadra 01, bloco b, Edifício CNC, salas 201/202.

Declararam que, no ano de 2000 a empresa ganhou o contrato dos Correios e que se estabeleceu em Brasília no escritório da SMPB em razão da amizade com o Sr. Cristiano de Mello Paz. Tal divisão foi feita verbalmente, sem contrato formal. Pactuou-se que a SMPB receberia um percentual do ganho que a Giacometti obtivesse dos Correios.

Explicaram que dos R\$ 77 milhões faturados para os Correios, entre 2000 e 2004,

ROS nº 02/2005 - CN =	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	3897
Doc:	50

a empresa teve um ganho de 13%, desses, 8% iriam para a SMPB face ao acordo firmado com Cristiano de Mello Paz. A quebra do sigilo bancário apontou várias transferências da Giacometti para a SMPB da ordem de R\$ 6,6 milhões, conforme abaixo relacionado:

Repases da Giacometti para a SMPB

2001	R\$ 1.711.414,28
2002	R\$ 2.026.670,99
2003	R\$ 1.573.452,31
2004	R\$ 1.387.259,56
Total	R\$ 6.698.797,14

Cabe, ainda, transcrever um trecho desse depoimento:

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 75

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Qual era o percentual que a SMP&B recebia daquilo que o senhor recebia dos Correios?

O SR. HIRAN AMAZONAS CASTELLO BRANCO – Isso tinha uma certa flutuação pelo seguinte: o grosso do nosso custo estava aqui na estrutura do Cristiano. Agora, eu tinha alguns custos com viagens, e uma parte do tempo do meu diretor de atendimento, que passava três, quatro dias aqui, e outras despesas que ocorriam no meu escritório de São Paulo. Eu descontava isso e, descontado isso, metade da minha receita eu transferia para ele.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Para o Cristiano.

O SR. HIRAN AMAZONAS CASTELLO BRANCO – Isso pode parecer, num primeiro momento, Deputado, uma coisa elevada. Mas eu queria lhe chamar a atenção para o seguinte: uma empresa de propaganda bem gerida consegue uma margem entre 12% e 13% de lucro, no final. De cem dinheiros que eu administro, minha receita efetivamente gira entre 12% e 13%. O restante eu pago a veículos, a fornecedores, que é aonde vai a maior parte dos recursos que um anunciante investe em propaganda. Com esses 12 a 13 dinheiros é que eu cubro todos os meus custos: mão-de-obra, aluguéis, materiais utilizados etc.. Então, dentro desse acordo – tenho esses cálculos, porque empresarialmente eu acompanhava isso –, transferíamos cerca de 8% a 9% desses 13 pontos percentuais ao Cristiano, que era a essência do meu custo. O outro um ponto cobria as minhas despesas. De maneira que...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Deixa eu ver se entendi bem...

O SR. HIRAN AMAZONAS CASTELLO BRANCO – ...a margem de lucro nossa era de 12% a 13%.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O senhor recebia dos Correios e aí o senhor fazia um cálculo: o senhor pegava todas as suas despesas...

O SR. HIRAN AMAZONAS CASTELLO BRANCO – Isso, custos diretos meus.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – ...retirava os seus custos e aí o  
que sobrava era dividido – 50% e 50%?

O SR. HIRAN AMAZONAS CASTELLO BRANCO – É.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Exato?

O SR. HIRAN AMAZONAS CASTELLO BRANCO – Esse é o acordo que fiz com ele.  
Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos  
Correios” Volume I - Pág. 76

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Esse foi o acordo  
que o senhor fez com ele. Há um contrato escrito sobre isso?

O SR. HIRAN AMAZONAS CASTELLO BRANCO – Não há contrato  
escrito, Deputado.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Não houve  
contrato?

O SR. HIRAN AMAZONAS CASTELLO BRANCO – Isso foi um  
acordo que eu fiz com o Cristiano – e é preciso que eu diga, que conheci o  
Cristiano Paz em 1986.

## 6.1.4 O Processo licitatório

### 6.1.4.1 Preparação do Processo de Licitação

O processo licitatório iniciou-se formalmente em 18/02/03, por meio da  
Autorização de Solicitação do Processo de licitação nº 01/2003, emitida pelo Sr. José Otaviano  
Pereira. A autorização foi aprovada, na mesma data, pelo Sr. Airton Langaro Dipp, então  
Presidente da ECT, e determinava:

a) Constituição da Comissão Especial de Licitação (CEL) seria assim composta:

- 1 representante do DIRAD (Diretoria de Administração dos Correios);
- 1 representante do DMARK (Departamento de Comunicação e Marketing dos  
Correios);
- 1 representante do Ministério das Comunicações;
- 2 representantes da SECOM (Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica  
Presidência).

b) definição das principais atribuições da CEL:

- a elaboração do Edital;
- a criação de “briefing” a ser resolvido pelas empresas concorrentes;
- a apresentação do número mais conveniente de agências a serem contratadas;

RS 11/03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 3898
Doc: 52

- a forma de prestação dos serviços (com exclusividade ou não); e
- a vinculação ou não a valor mínimo de recebimento por agência em relação ao total de serviços contratados pelos Correios.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 77

c) a previsão orçamentária era de R\$ 72 milhões, que representava 1,3% da receita prevista da ECT em 2003. A verba do exercício anterior era de R\$ 48 milhões, tal incremento foi justificado pelo fato dos serviços dos Correios estarem cada vez mais expostos a diferentes graus de competição.

#### **6.1.4.2 Edital de Licitação**

A Comissão Especial de Licitação foi constituída em 19/2/2003, por meio do documento PRT/PR – 010/2003, assinado pelo Sr. Airton Langaro Dipp, Presidente dos Correios, com a indicação dos seguintes membros da ECT:

- Marcos Gomes da Silva -indicado pelo DIRAD
- Lenize Fátima Baseggio -indicada pelo DMARK

Foi ainda designada uma Equipe de Apoio Técnico e Administrativo composta por 6 funcionários da ECT. Entretanto, os membros do Ministério das Comunicações e da SECOM ainda não haviam sido indicados.

A Minuta do Edital de Licitação foi aprovada, em 23/04/2003, pelo Departamento Jurídico (DEJUR), por meio da Nota Jurídica nº 304/2003. Neste documento, o DEJUR informa que a SECOM, a Comissão Especial de Licitação e o próprio Departamento Jurídico participaram da elaboração do referido Edital, conforme descrição abaixo:

A minuta do Edital em voga sofreu diversas alterações em sua redação original visando melhor adequá-la aos interesses da ECT e normas pertinentes, tais como a Lei no. 8.666/93, as Instruções Normativas da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República (SECOM) e demais orientações da mesma.

Ressalta-se que as alterações efetuadas decorreram do esforço conjunto deste Departamento para com a Comissão Especial de Licitação, com o qual mantivemos constante entendimento.

Cabe ressaltar, que até aquele momento, muito embora o Edital já estivesse aprovado, a Comissão Especial de Licitação ainda não estava completamente composta.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 78

Em 04/06/2003, a SECOM, então comandada pelo Ministro Gushiken, por meio do Sr. José Ricardo de Antonio, Subsecretário de Publicações, Promoção e Normas, aprovou e considerou satisfatórios os aspectos técnicos publicitários do Edital de Licitação, fazendo observações para que fossem efetuadas algumas alterações no Edital.

A primeira modificação diz respeito ao patrimônio líquido exigido. Baixou de R\$ 3 milhões para R\$ 1,8 milhões. A SMP&B foi beneficiada pela alteração acima, pois apresentou, por ocasião da abertura dos envelopes, Patrimônio Líquido de R\$ 2.866 mil.

A segunda modificação diz respeito à Idéia Criativa. A regra anterior tinha o seguinte teor:

“a licitante apresentará campanha publicitária com exemplos de peças que corporifiquem objetivamente a proposta de solução do problema específico de comunicação. Os exemplos estão limitados a uma peça, para cada meio de veiculação proposto pela agência, e podem ser apresentados sob a forma de roteiro, leiaute, story-board e monstro. Só serão aceitos exemplos acabados de peças de não mídia”.

Passou para a seguinte redação:

“a licitante apresentará campanha publicitária com exemplos de peças que corporifiquem objetivamente a proposta de solução do problema específico de comunicação Os exemplos estão limitados a dez, independentemente do meio de divulgação, do tipo ou característica da peça, e podem ser apresentados sob a forma de roteiro, leiaute, story-board, para qualquer peça, e monstro, para rádio e internet. Só serão aceitos exemplos acabados de peças de não mídia “.

A terceira modificação trata do Repertório. A redação original:

“apresentação de um conjunto de trabalhos, concebidos e veiculados pela licitante, preferencialmente a partir de 2000 para anunciantes que não a ECT, sob a forma de peças e respectivas memórias técnicas, nas quais se incluirá indicação sucinta do problema que a peça se propôs a resolver. A licitante deverá apresentar até duas peças para cada um dos seguintes meios de divulgação: TV, rádio, revista e jornal. Cada peça deverá conter ficha técnica com a identificação da licitante, título, data de produção, período de veiculação e menção de pelo menos dois veículos que a divulgaram. As fitas de vídeo deverão ser fornecidas em VHS e os spots e ou jingles, em CD.”

Relatório Final dos Trabalhos da RCEMI 034085 - CN -  
Correios” Volume I - Pág. 79

CPMI - CORREIOS
Fls: 3899
Doc: 54

Foi alterada para:

“apresentação de um conjunto de trabalhos, concebidos e veiculados pela licitante, preferencialmente a partir de 2000 para anunciantes que não a ECT, sob a forma de peças e respectivas memórias técnicas, nas quais se incluirá indicação sucinta do problema que a peça se propôs a resolver. A licitante deverá apresentar um total de até dez peças para quaisquer meios de divulgação. Cada peça deverá conter ficha técnica com a identificação da licitante, título, data de produção, período de veiculação e menção de pelo menos um veículo- espaço que a divulgou ou expôs. As fitas de vídeo deverão ser fornecidas em VHS e os spots e ou jingles, em CD, as peças de internet, em CD-ROM; as peças gráficas, em proporções que preservem suas dimensões originais e sua leitura.

A quarta modificação trata da Pontuação de vários itens, conforme abaixo relacionado:

Regra	Pontuação	Nova pontuação
Plano de Comunicação	65	70
Raciocínio básico	10	10
Estratégia de Comunicação	20	25
Idéia Criativa	25	20
Estratégia de Mídia e não Mídia	10	15
Capacidade de Atendimento	15	15
Repertório	10	8
Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação	10	7

Enviada novamente ao DEJUR, a minuta do Edital de Licitação foi novamente aprovada, por meio da Nota Jurídica nº 483/2003, mantidas as alterações sugeridas pela SECOM. Muito embora aprovadas, o DEJUR menciona o fato de as alterações estarem em desacordo com Instrução Normativa nº 7/95, porém fundamenta a aprovação no fato de que estas alterações possam resguardar os Correios de eventuais demandas ajuizadas por terceiros.

Em 16/06/2003, ainda sem a formalização da indicação dos membros da CEL dos representantes da SECOM e do Ministério das Comunicações na Comissão Especial de Licitação, foi publicado o Edital de Licitação. Somente 50 dias depois de publicado o edital, a SECOM indica os Srs. Alexandre Pinheiro de Moraes e Marco Antonio da Silva, servidores da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica; e José Otaviano

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 80

Somente em 18/08/2003, por meio do documento PRT/PR – 010/2003, foi enfim designada pelo Presidente da ECT, a Comissão Especial de Licitação com os seguintes representantes:

#### 6.1.4.2.1 Indicações da ECT:

- Marcos Gomes da Silva – Consultor de diretoria
- Lenize Fátima Baseggio – Assessora da diretoria do DMARK

#### Indicação do Ministério das Comunicações:

- José Otaviano Pereira -Chefe do DMARK

#### Indicações da SECOM

- Alexandre Pinheiro de Moraes Rego -representante do SECOM
- Marco Antônio da Silva -representante do SECOM

Soube-se nesta CPMI que o Sr. Marco Antonio da Silva é casado com a Sra. Telma dos Reis da Silva, diretora da empresa MultiAction Entretenimentos, localizada em Brasília, empresa em que Marcos Valério participava em 66,66% do capital através da empresa MG5 Participações. Posteriormente a empresa MultiAction foi subcontratada para a realização de ações de veiculação ligadas aos contratos dos Correios.

Em 03/09/2003, houve a substituição de Marco Antônio da Silva pelo Sr. Expedito Carlos Barsotti, também servidor da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica.

#### 6.1.4.3 O Processo Licitatório

Do processo de licitação, 55 empresas apresentaram propostas. Em 13/08/2003 foram divulgados os resultados contendo a inabilitação da empresa Taterka Comunicação S/A em função da apresentação da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais vencida, cujo recurso apresentado em 14/08/03, foi aprovado em 25/08/03 pela Comissão.

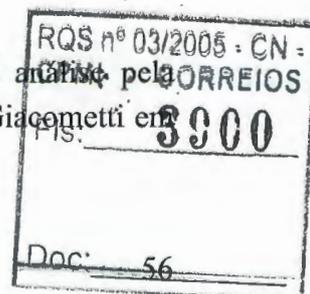
Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 81

#### 6.1.4.3.1 Proposta Técnica

As propostas técnicas foram examinadas em 05/09/2003. No período de 08/09/2003 a 30/09/2003 a Comissão analisou todo conteúdo das Propostas técnicas, publicando o resultado da avaliação no Diário Oficial da União em 02/10/2003.

Foram desqualificadas 43 empresas por não atingirem a nota mínima de 80 pontos na avaliação técnica. Dentre elas, a Giacometti & Associados Comunicação S/A, que até então prestava serviços de publicidade aos Correios. Dentro das novas regras do processo de licitação, sua Proposta Técnica foi avaliada com nota 67,80.

Cabe lembrar que 122 dias antes da publicação do resultado da análise pela Comissão, o DMARK emitiu parecer favorável à prorrogação do contrato com a Giacometti em função da satisfatória qualidade dos serviços prestados.



Individualmente os resultados das avaliações subjetivas das 12 empresas classificadas foram:

	Alexandre Pinheiro de Moraes Rego	José Otaviano Pereira	Lenize Fátima Baseggio	Marcos Gomes da Silva	Expedito Carlos Barsotti
1	Giovanni	Giovanni	Giovanni	Giovanni	Giovanni
2	Link Bagg	Link Bagg	Link Bagg	Link Bagg	Link Bagg
3	SMP&B	SMP&B	SMP&B	SMP&B	SMP&B
4	Lew Lara	Lew Lara	Lew Lara	Lew Lara	Lew Lara
5	Competence	Competence	Competence	Competence	Rede Interamerica
6	Rede Interamerica	Rede Interamerica	Rede Interamerica	Rede Interamerica	Competence
7	VS Propaganda	VS Propaganda	Loducca	VS Propaganda	VS Propaganda
8	Loducca	Loducca	VS Propaganda	Loducca	Loducca
9	Duda Mendonça	Duda Mendonça	Publicis	Duda Mendonça	Duda Mendonça
10	Publicis	Publicis	Adag	Publicis	Publicis
11	Adag	Adag	Duda Mendonça	Adag	Adag
12	Ogilvy	Ogilvy	Ogilvy	Ogilvy	Ogilvy

#### Proposta de Preços

Em 14/10/2003, foram abertos os envelopes das propostas de preços. Compareceram apenas representantes das 4 primeiras colocadas, a saber: Giovanni FCB; Bagg Comunicação e Propaganda Ltda; SMP&B Comunicação Ltda; e Lew, Lara Propaganda e Comunicação Ltda.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 82

O menor preço apresentado nas propostas foi da empresa Duda Mendonça e Associados Ltda e os três melhores colocados na avaliação técnica concordaram em acompanhar este preço. Em 28/10/2003, a Comissão emitiu relatório informando o resultado do processo.

Em 29/10/2003 foi enviado o relatório da Comissão Especial de Licitação (CEL) para a aprovação do SECOM. Em 30/10/2003, o relatório da CEL foi aprovado pela SECOM, conforme Ofício assinado por Jafete Abrahão, Subsecretário de Publicações, Promoção e Normas.

Em Reunião de Diretoria da ECT, realizada em 26/11/2003, foi homologada a concorrência e determinada a contratação das empresas vencedoras, com a publicação no DOU em 19/12/2003.

### 6.1.4.3.2 Aspectos Contábeis do Procedimento Licitatório

Para a participação no processo licitatório, a SMP&B teve que apresentar balanço do ano de 2002. Em 2005, em função da realização das investigações pela CPMI, a SMP&B apresentou espontaneamente seus balanços patrimoniais. Nas demonstrações contábeis apresentadas espontaneamente está contabilizado no grupo do ativo circulante o valor de R\$ 7.812.000 referente a mútuo entre a SMP&B e empresas ligadas.

Contudo, a Lei das Sociedades Anônimas, ( Lei nº 6.404/76) em seu artigo 179 define:

“As contas serão classificadas do seguinte modo:

I.....

II – no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constitúem negócios usuais na exploração do objeto da companhia” (grifo nosso).

Além disso, o Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, FIECAFI, em seu tópico de análise do grupo de contas de Realizável a Longo Prazo, vai mais além, citando que a determinação da Lei nº 6.404/76

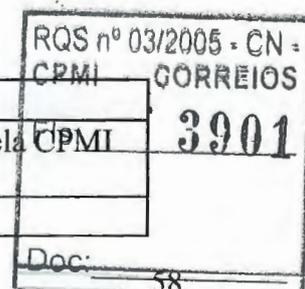
Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 83

Caso as demonstrações contábeis apresentadas pela SMP&B atendessem a legislação societária, o grupo do ativo circulante passaria a ter saldo de R\$ 5.633.000,00, em decorrência da reclassificação do saldo de mútuos com empresas ligadas para o realizável a longo prazo.

Uma das exigências do Edital de Licitação era que a empresa apresentasse índice de liquidez maior ou igual a 1. Ao efetuar apenas a reclassificação da rubrica Mútuo com ligadas ao ativo de longo prazo, o índice de liquidez da SMP&B seria de 0,4703 insuficiente, portanto, para a habilitação no processo licitatório.

A seguir apresentamos quadro comparativo entre o balanço entregue à Comissão Especial de Licitação em 2003, o Balancete apresentado a CPMI em 2005 e o balancete ajustado pela reclassificação da rubrica Mútuo com coligadas para o ativo de longo prazo.

Balancete Patrimonial – ano base 2002			
	Na licitação	Na CPMI	Ajustado pela CPMI
Ativo			



Disponível	1.097	1.624	1.624
Mútuo	0	7.812	0
Outros valores	4.245	4.009	4.009
Total do ativo circulante	5.342	13.445	5.633
Total do Ativo a longo prazo	0	0	7.812
Total do ativo permanente	720	763	763
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>6.062</b>	<b>14.208</b>	<b>14.208</b>
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	656	986	986
Fornecedores	2.298	4.963	4.963
Outros valores	243	6.029	6.029
Total do passivo circulante	3.197	11.979	11.979
Total do exigível a longo prazo	0	0	0
Patrimônio Líquido	2.866	2.229	2.229
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>6.062</b>	<b>14.208</b>	<b>14.208</b>
<b>ÍNDICE DE LIQUIDEZ</b>	<b>1,6709</b>	<b>1,1224</b>	<b>0,4703</b>

Comparando o balanço apresentado à CPMI com o apresentado à Comissão Especial de Licitação, os saldos das contas patrimoniais estão inferiores em R\$ 8.146.000,00.

Causa espécie que, no balancete de janeiro de 2003, da empresa DNA Propaganda, não consta o correspondente mútuo a pagar para a SMP&B.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 84

Na hipótese de considerar que, em função da inexistência da correspondente obrigação na contabilidade da DNA Propaganda, o saldo registrado na contabilidade da empresa SMP&B como não realizável, os seguintes índices da SMP&B não atenderiam a exigência do Edital:

Índices solicitados no Processo licitatório	Valores Mínimos	Processo Licitação Correios	Contabilidade disponibilizada	Contabilidade Ajustada
Liquidez Geral = AC + RLP maior que 1,00 PC + ELP		1,67102	1,12244	0,5786
Solvência Geral = AT maior que 1,00 PC + ELP		1,89638	1,18611	0,6423
Liquidez Corrente = AC maior que 1,00 PC		1,67102	1,12244	0,5786

Além disso, a SMP&B não reconhecendo o mútuo ativo na sua contabilidade, o patrimônio líquido estaria negativo, ou seja, passivo a descoberto de R\$ 4.284 mil, não atingindo o mínimo de R\$ 1.800 mil exigido no Edital.

#### 6.1.4.3.3 Ausência de Audiência Pública

A Secretaria Federal de Controle - SFC aponta a ausência de realização de audiência pública, necessária em razão do valor da contratação.

Quando da abertura do processo licitatório, a contratação envolvia o montante anual de R\$ 72 milhões.

A minuta de contrato, em sua Cláusula Terceira, dispunha que o Contrato teria vigência de 12 meses contados da data da assinatura, facultando à Contratante o direito de prorrogar a vigência contratual por até mais três períodos iguais e sucessivos.

Desse modo, o valor total a ser despendido pela ECT poderia alcançar o montante de R\$ 288 milhões. Ressalta, ainda, a SFC, que na vigência do primeiro ano de execução contratual, Contratante e Contratadas firmaram termos aditivos acrescentando 25% no valor original do contrato, elevando o total anual para R\$ 90 milhões, e o montante global para R\$ 360 milhões ao longo de quatro anos.

Conforme a Lei nº 8.666/93, art. 39, caput, sempre que o valor de um certame ultrapassar R\$ 150 milhões (cem vezes o valor previsto no art. 23, inciso I, alínea c, que é de R\$ 1,5 milhão) o processo licitatório será iniciado, obrigatoriamente, com audiência pública.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI "dos Correios" Volume I - Pág. 85

Entende-se que a manifestação dos Correios não elide a irregularidade, podendo-se, inclusive, impugnar o processo licitatório mediante a argumentação apresentada pela SFC. Ademais, a audiência pública concorre para conceder maior publicidade e transparência ao processo licitatório.

#### 6.1.4.3.4 Elaboração Inadequada de Briefing

A IN/Secom nº 2, de 27/04/1993, no seu art. 1<sup>o</sup>, condiciona a apresentação de briefing como pré-requisito obrigatório para a aprovação de edital de licitação.

Todavia, verificou-se que não constaram do briefing elaborado para a concorrência em análise, diversos requisitos obrigatórios constantes dessa IN, conforme listado abaixo:

- definição dos segmentos de público da empresa e a descrição desse relacionamento (art. 6, alínea a);
- resultados que a Entidade vem obtendo com sua atual política (idem);
- objetivos institucionais ou de mercado, consistindo de a) ampliação de atuação, contemplando novos segmentos de público ou incremento atendidos, e b) abertura de nova linha de atuação, quando for o caso, e definição de metas (art. 6, alínea c).

RQS nº 03/2005 - CN - COMPANHIA DE CORREIOS
Fis: 3902
Doc: 60

O Plano Anual de Comunicação – PAC, por sua vez, também não estava adequadamente composto, conforme determinam as IN/Secom nº 1, de 27/04/1993, e 6, de 14/03/1995, visto estarem faltando elementos como a caracterização de metas, definições justificadas de público, premissas do planejamento de mídia, orçamento da campanha, entrou outros.

Diante do volume de recursos envolvidos na contratação, tornava-se ainda mais premente a realização de planejamento completo, de acordo com a legislação supracitada, ainda que isso implicasse a reformulação do próprio PAC.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 86

Dessa forma, é imperativo que a ECT realize seu briefing de acordo com a IN supracitada, em futuros certames licitatórios de serviços de publicidade, pelo que será feita proposta de determinação a respeito.

#### **6.1.4.3.5 Subjetividade no Julgamento da Proposta Técnica**

A grande possibilidade de favorecimento em licitações desse tipo se dá em função da extrema subjetividade envolvida no julgamento técnico. De fato, itens dessa natureza foram os mais representativos no julgamento da licitação realizada na ECT.

De acordo com o Edital, depois da fase de habilitação, ocorreria a abertura das propostas técnicas. De um total de 100 pontos possíveis, seriam classificadas aquelas que alcançassem nota mínima de 80 pontos.

O item “Raciocínio Básico” seria julgado mediante a verificação da “acuidade da compreensão” de quatro quesitos, entre eles “o papel da ECT no atual contexto social, político e econômico”.

O item “Estratégia de Comunicação Publicitária” seria julgado mediante a verificação de sete quesitos, como “a adequação do partido temático e do conceito propostos à natureza e à qualificação do anunciante a seu problema específico de comunicação”.

O item “Idéia Criativa” seria julgado mediante a verificação de nove quesitos, como “a originalidade da combinação dos elementos que a constituem”.

O item “Estratégia de Mídia e não Mídia” seria julgado mediante a verificação de seis quesitos, como “a otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa”.

O item “Capacidade de Atendimento”, com seis quesitos, apresenta um único que identificamos como passível de julgamento objetivo, que seria “o tempo de experiência profissional em atividades publicitárias”. Os demais quesitos nesse item são também subjetivos, como, por exemplo, “a segurança técnica e operacional ensejada pelos procedimentos especificados na Proposta”. Ressalte-se que esse item correspondia a apenas 1,5 pontos, em 100

possíveis, e que a questão da experiência profissional era um quesito entre seis.

O item “Repertório” seria julgado mediante a verificação de três quesitos, como, por exemplo “a qualidade da execução e do acabamento”.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 87

Finalmente, o item “Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação” seria julgado mediante a verificação de quatro quesitos, como, por exemplo, “a concatenação lógica da exposição”.

Dentre esses, a nosso ver, só “capacidade de atendimento” poderia apresentar critérios objetivos de avaliação, visto tratar-se da apresentação dos profissionais.

As informações acima mostram, com clareza, a total subjetividade que impera no julgamento das propostas. Cabe ressaltar que, no entanto, essa sistemática definida pela ECT atende às normas estabelecidas pela Secom.

Com o fim de verificar a pertinência desses critérios, foi promovida análise das propostas técnicas apresentadas pelas licitantes. Percebeu-se que os itens decisivos para o resultado do certame foram idéia criativa e mídia.

Em Idéia Criativa, por exemplo, a SMP&B teve nota 88, enquanto a Ogilvy teve a mais baixa entre as classificadas para a abertura de proposta de preços: 66. Note-se que a Ogilvy era a agência que, naquele momento, atendia à ECT.

A SFC, também, indaga sobre a desclassificação de algumas agências:

“(…) constatou-se (...) uma situação peculiar: das 43 (quarenta e três) Agências de Propaganda desclassificadas no certame, por não terem atingido a nota mínima (...) verificou-se que 13 (treze) são contratadas de outros órgãos anunciantes do Poder Executivo Federal”.

Assim sendo, o grande desafio a nossa frente é justamente apontar soluções de procedimentos administrativos, ou atuação do Controle, que coíbam a prática de favorecimento nas licitações de serviços de publicidade.

É emblemática a declaração da ECT, quando afirma que “seguiu-se exatamente o que prevê a lei, acrescido do fato de que não houve contestação do resultado”. Portanto, que seguir a lei, nesse caso concreto, não garante a imparcialidade do processo.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 88

Depois de refletir sobre a questão, chega-se à conclusão de que o processo

Constata-se, RQS nº 03/2005 - CN - CPMI “CORREIOS” Fls: <u>3003</u> Doc: <u>62</u>
--

licitatório, no que concerne à contratação de agências de propaganda, está sujeito ao favorecimento, ainda que aparentemente observadas as normas legais e regulamentos que o informam.

A partir das informações acima, é possível se afirmar que a solução para o problema é a redução de subjetividade do certame licitatório, visto que é essa característica que cria o ambiente adequado para o favorecimento.

#### 6.1.4.4 A Contratação

Os contratos foram firmados, em 15/12/2003, com as empresas SMP&B Comunicação Ltda – Contrato nº 12.371; Giovanni FCB – Contrato nº 12.373; e Bagg Comunicação – Contrato nº 12.378.

Conforme definido no contrato de publicidade, os recursos orçamentários foram estimados em R\$ 72.000.000,00. Até 22 de novembro de 2004 os recursos utilizados eram:

	Até 22/11/2004	
SMP&B Comunicação Ltda	24.483.182	29,87%
Giovanni FCB	30.829.410	37,61%
Link Bagg Comunicação	26.658.400	32,52%
Total R\$	<u>81.970.992</u>	

Muito embora a previsão orçamentária para o período de 12 meses, entre 14 de dezembro de 2003 a 14 de dezembro de 2004, fosse de R\$ 72.000.000,00 até 22 de novembro de 2004 os gastos tinham sido de R\$ 81.970.992, ou seja, 13,84% acima da previsão orçamentária global.

Na Oitiva dos depoentes Sr. Dennis Aurélio Giacometti e Hiran Amazonas Castello Branco, foi dito pelo Sr. Hiran que em 2003 a Giacometti recebeu dos Correios R\$ 30.397.796,00.

Na Oitiva de Luiz Alberto Costa Marques, foi declarado que a Ogilvy recebeu em 2003 R\$ 26.810.362,00 e em 2004 R\$ 2.029.843, provavelmente restos a pagar de 2003. Desta forma o valor total de 2003 foi de R\$ 28.840.205.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos  
Correios” Volume I - Pág. 89

#### Primeiro Aditivo ao Contrato

Em 22 de novembro de 2004, os contratos de publicidade mantidos pelo ECT junto a SMP&B, Giovanni FCB e Link Bagg foram aditados em 25% do seu valor original, sem que houvesse manifestação de qualquer acréscimo de serviços que correspondesse a tal aumento.

Desta forma, a provisão orçamentária para o contrato passou de R\$ 72.000.000,00 para R\$ 90.000.000,00.

O Aditivo foi assinado 21 dias antes do término da vigência do contrato. No período de 23/nov a 14/dez de 2004 os gastos com publicidade foram:

	Entre 22/11/2004 e 14/12/2004 R\$	
SMP&B Comunicação Ltda	4.431.145	83,12%
Giovanni FCB	258.230	4,84%
Link Bagg Comunicação	641.838	12,04%
Total R\$	<u>5.331.213</u>	

Consolidando os valores de 2004 totalizam R\$ 87.302.205. Comparando com o exercício imediatamente anterior os gastos de publicidade cresceram 63,98%

#### Segundo Aditivo ao Contrato

Em 15 de dezembro de 2004, os contratos de publicidade mantidos pelo ECT junto a SMP&B, Giovanni FCB e Link Bagg foram aditados e renovados por período de 12 meses, passando a vigorar de 15/12/2004 a 15/12/2005. O valor com contrato foi mantido em R\$ 90.000.000,00.

Para a renovação dos contratos, em 14 de dezembro de 2004 foi apresentado o relatório de avaliação das empresas pelo DMARK (ECT), recomendando sua prorrogação. Até junho de 2005 os gastos de publicidade foram de:

	15/12/2004 R\$	
SMP&B Comunicação Ltda	12.222.460	15,08%
Giovanni FCB	34.654.637	42,77%
Link Bagg Comunicação	34.155.337	42,15%
Total R\$	<u>81.032.434</u>	

Comparando 2005 com 2004, é possível verificar uma redução de R\$ 6.269.771,00, ou seja, 7,18%.

PROSP. 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 3904
Doc: 64

## 6.1.5 Execução do Contrato

### 6.1.5.1 Aspectos documentais

Foram selecionadas para teste documental todas as notas fiscais de fornecedores com valores acima de R\$ 30.000,00 e adicionalmente foram testadas 53 notas fiscais com valores entre R\$ 14.000,00 e R\$ 30.000,00. Foram localizadas 100% das notas fiscais selecionadas.

Também foram selecionados para teste documental 408 lançamentos na base de dados – contratos, e destes 400 notas fiscais foram localizadas. As notas fiscais não localizadas são:

Ano	Mês	Documento	Fornecedor	Serviços Prestados	Valor
2004	04	1601	Eletromídia Com.	Veiculação	38.532,00
2004	04	1601	SMP&B	Honorários	7.224,75
2004	12	24318C	SMP&B	Honorários	13.500,00
2004	12	24318C	Publishopping	Veiculação	72.000,00
2005	01	24829	SMP&B	Honorários	2.766,00
2005	01	24829	Editora Globo	Veiculação	14.752,00
2005	02	25116	Central de Com.	Veiculação	17.115,12
2005	02	25116	SMP&B	Honorários	3.209,09
Total					169.098,96

\* Valores em Reais.

As Planilhas de Ações de Veiculação apresentam como valores autorizados à SMP&B R\$ 29.043.000, valor este superior aos valores registrados na base de dados de contratos em R\$ 5.850.000.

	Base de Contratos	Dados –	Plano de Mídia – ECT	Total
Janeiro		2.467.391	1.462.413	1.004.978
Fevereiro		375.321	109.089	266.233
Março		285.576	1.345.993	(1.060.417)

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 91

Abril	629.807	1.543.357	(913.550)
Mai	4.035.644	3.243.667	791.977
Junho	396.635	569.790	(173.155)
Julho	782.918	1.574.37	(791.453)
Agosto	2.071.230	2.152.403	(81.173)
Setembro	1.828.948	1.183.458	645.490
Outubro	1.441.096	747.649	693.447
Novembro	2.344.780	8.136.943	(5.792.163)

Dezembro	6.534.676	6.974.680	(440.004)
	23.194.024	29.043.812	(5.849.790)

### 6.1.6 Movimentação financeira

Valores pagos pela ECT à SMP&B constantes da Base de Dados da CPMI – Contratos:

Mês/Ano	2004	2005	Total
Janeiro	2.467.391	8.289.979	10.757.371
Fevereiro	375.321	502.241	877.562
Março	285.576	1.488.119	1.773.695
Abril	629.807	898.049	1.527.856
Mai	4.035.644	1.903.336	5.938.979
Junho	396.635	1.156.398	1.553.034
Julho	782.918	10.153	793.071
Agosto	2.071.230		2.071.230
Setembro	1.828.948		1.828.948
Outubro	1.441.096		1.441.096
Novembro	2.344.780		2.344.780
Dezembro	6.534.676		6.534.676
Total R\$	23.194.024	14.248.275	37.442.300

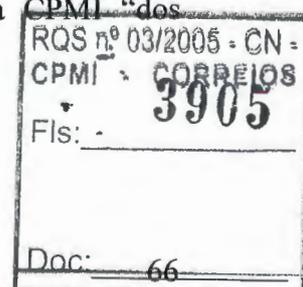
Valores pagos pela ECT à SMP&B constantes na Base de Dados da CPMI – Sigilo Bancário:

Mês/Ano	2004	2005	Total R\$
Janeiro	2.449.880	7.591.378	10.041.257
Fevereiro	336.973	437.523	774.496
Março	247.935	1.333.548	1.581.482
Abril	562.015	846.392	1.408.407
Mai	3.626.476	1.723.472	5.349.948
Junho	365.696	1.052.558	1.418.254
Julho	696.990	1.880.678	2.577.668
Agosto	1.913.437		1.913.437
Setembro	1.590.619		1.590.619
Outubro	1.321.636		1.321.636
Novembro	2.142.908		2.142.908
Dezembro	5.956.936		5.956.936
Total R\$	21.211.499	14.865.548	36.077.047

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 92

Diferenças entre a base de dados do sigilo bancário e de

	2004	2005	Total



Janeiro	17.512	698.602	716.113
Fevereiro	38.348	64.718	103.066
Março	37.642	154.571	192.213
Abril	67.792	51.657	119.449
Mai	409.168	179.864	589.032
Junho	30.939	103.841	134.780
Julho	85.928	(1.870.525)	(1.784.597)
Agosto	157.794		157.794
Setembro	238.329		238.329
Outubro	119.460		119.460
Novembro	201.873		201.873
Dezembro	577.740		577.740
	1.982.525	(617.273)	1.365.252

Obs: Valores positivos (base de contratos maior que base sigilo bancário); Valores negativos (base sigilo bancário maior que base de contratos)

Em 2004 foram emitidas faturas que totalizaram R\$ 23.194.000,00. Por outro lado, o sigilo bancário demonstra que até 31/12/2004 foram liquidados R\$ 21.211 mil, ou seja, restava pendente de liquidação o montante de R\$ 1.983 mil.

A contabilidade da SMP&B deveria representar o montante não liquidado em conta ativa (a receber), porém com base nas informações contábeis disponibilizadas o saldo pendente de liquidação era de R\$ 7.453 mil, divergente, portanto, em R\$ 5.470 mil.

### 6.1.7 Garantias Financeiras

O contrato firmado com os Correios determina que, caso a SMP&B deseje utilizar o contrato como eventual caução ou utilização do contrato em qualquer operação financeira, deverá ser previamente submetido à ETC.

Em 2004 foi firmado contrato de mútuo – financiamento de capital de giro entre o Banco BMG e a empresa Graffiti Participações Ltda.

A empresa Graffiti Participações Ltda é de propriedade de Cristiano de Mello Paz, Ramon Røllerbach Cardoso e Renilda Maria Santiago na proporção de 33,33% para cada cotista.

Dados do contrato:

Número: 14.03.00062

Data assinatura: 28/01/2004

Local: Belo Horizonte – MG

Valor Principal: R\$ 15.728.300

Taxa de juros -CDI + 1,2% ao mês

### Vencimento – 01/07/2004

Pela Graffiti: Marcos Valério Fernandes de Souza; e Cristiano de Mello Paz.

Avalistas: Marcos Valério Fernandes de Souza; e Ramon Hollerbach Cardoso.

Pelo BMG: José Estáquio da Carvalho Lopes; e Isná Jorge Alves de Castro.

Garantias: Nota promissória no valor de R\$ 20.446.790 (130%).

Direitos creditórios decorrentes do contrato para prestação de serviços de publicidade número 12.371. Tais direitos creditórios foram estimados em R\$ 16.728.144,19.

Como reza o contrato seria necessária a aprovação prévia dos Correios. Em 26/01/2004, foi enviada correspondência à ECT informando sobre: a) alteração da conta de depósito para a realização dos pagamentos e; b) que o Banco BMG poderá passar recibo e dar respectiva quitação.

Ciente e de acordo dado pela ECT através da assinatura de José Otaviano Pereira Chefe do DMARK. Em depoimento a esta CPMI o Sr. José Otaviano Pereira disse que a alteração da conta de depósito não foi efetivada. Para tanto, precisaria ter sido firmado um termo aditivo ao contrato com esse propósito específico, o que não foi feito.

#### 6.1.8 Aspectos fiscais

A empresa SMP&B optou pela sistemática de tributação com base no Lucro Presumido entre o período de 2002 a 2004.

Com relação às informações contidas na Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, especificamente no tocante ao Faturamento auferido pela SMP&B, observamos que os valores declarados guardam

Ano	Faturamento informado Receita Federal <sup>a</sup>	Faturamento acumulado ano, conforme balancete disponibilizado à CPMI	Diferença apurada
2002	30.676.772	31.801.460	1.124.689
2003	27.284.917	28.454.641	1.169.724
2004	32.304.778	33.110.645	805.866

#### 6.1.9 Achados de auditoria TCU e CGU

##### 6.1.9.1 Contratos com Objetos Múltiplos

O Decreto nº 4.799, de 04/08/2003, que dispõe sobre a comunicação de governo do Poder Executivo Federal, em seu art. 2º, divide as ações de comunicação em três grandes áreas, que são imprensa, relações públicas e publicidade.

A despeito dessa clara divisão de funções, ou segmentação das ações que implicaria diferentes contratações, o contrato proposto pela ECT incluía diversos outros serviços além daqueles de publicidade propriamente ditos:

RQS nº-03/2005 - CN -  
CPMI - 39075  
Fis: \_\_\_\_\_  
Doc: \_\_\_\_\_  
68

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de publicidade da CONTRATANTE, compreendidos: estudo, concepção, execução e distribuição de campanhas e peças publicitárias; desenvolvimento e execução de ações promocionais, podendo incluir os patrocínios, a critério da ECT; elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual; assessoramento e apoio na execução de ações de comunicação – especialmente aquelas destinadas a orientar, subsidiar ou complementar os esforços publicitários – relacionadas à assessoria de imprensa e relações públicas, ao desenvolvimento de pesquisas, ao desenvolvimento de produtos e serviços, ao planejamento e montagem de estandes em feiras e exposições e à organização de eventos.

Conforme se vê, o objeto do contrato previa a possibilidade de contratação de serviços de publicidade (1), patrocínio (2), assessoria de imprensa (3), assessoria de relações públicas (4), pesquisas (5), planejamento e montagem de estandes em feiras e exposições (6) e organização de eventos (7).

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 95

Ainda que seja feita a ressalva de que algumas dessas atividades se constituíam em ações de apoio na execução de ações de publicidade, entendemos ser uma abertura imprópria.

Em primeiro lugar, porque mesmo os serviços de apoio poderiam ser adquiridos mediante outro contrato específico para as respectivas áreas, e servirem conjuntamente a projetos nos quais haja concorrência de ações das diferentes áreas.

Em segundo lugar, porque, no formato contratado, se abrem possibilidades excessivas – como de fato já acontece – para a contratação de outros serviços, distintos do objeto ideal desse contrato, sem nenhuma correspondência com os “esforços publicitários”, o que por certo não seria de difícil justificativa, dada a subjetividade envolvida nesse tipo de ação.

É de se ressaltar, como apontado pela SFC em sua Nota de Auditoria, que o TCU manifestou-se em situação que guarda alguma semelhança com a que ora descrevemos, por intermédio da Decisão 650/1997

– Plenário, que determinou à Embratur o que se segue:

1.6 – abstenha-se de promover licitação e contrato com objetos múltiplos, concernente a serviços de naturezas diversas tais como assessoramento, criação de anúncios e pesquisa de opinião.

O entendimento é que a decisão supracitada deveria ser observada quando da definição do objeto da licitação de serviços de publicidade por toda Administração, dele excluindo os serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas, bem como a realização de pesquisas de opinião.

### 6.1.9.2 Honorários sem Prestação do Serviço e Sobrepreço em ações de publicidade

Foram enumeradas várias ações promocionais patrocinadas pela ECT em que não restaram comprovadas quaisquer atividades desenvolvidas pela agência que caracterizasse sua efetiva intermediação, o que justificaria o pagamento de honorários no percentual de 5%.

Houve sobrepreço na aquisição de bens ou na prestação de serviços intermediados pelas agências de publicidade prestadoras de serviços aos Correios. Na análise da ação promocional "Fórum Social Mundial 2005", a agência de publicidade SMP&B Comunicação Ltda. contratou junto à gráfica Lasercor Reproduções Gráficas e Editora Ltda. a impressão de 10.000

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI "dos Correios" Volume I - Pág. 96

unidades de um folder. A equipe de auditoria identificou que o preço unitário pago pela ECT para confecção dos folders (R\$ 0,7890), foi, pelo menos, 40,89 % superior ao maior preço pesquisado, e 43,45% superior ao menor preço, revelando indícios da prática de superfaturamento nos preços cobrados para impressão da peça promocional.

Apesar de apresentadas as pesquisas de preço junto a três fornecedores, a irregularidade acarretou prejuízos à empresa, pois a mesma pagou preços superiores àqueles praticados no mercado, ao tempo em que evidenciou o descumprimento do item 5.1.5 da Cláusula Quinta do contrato, no que se refere à busca de condições mais vantajosas para a contratante. Destaque-se que a mesma irregularidade foi constatada nas ações promocionais realizadas pela Link/Bagg Comunicação e Propaganda Ltda, no âmbito do Contrato nº 12.378/2003.

Observou-se a subcontratação sem justificativa do objeto do contrato. A agência de publicidade SMP&B Comunicações Ltda contratou, sem apresentar justificativa, a MultiAction Entretenimentos Ltda para coordenação e acompanhamento de ações no evento do "Fórum Social Mundial 2005".

Foi constatada burla ao procedimento licitatório no âmbito do Contrato nº 12.378/2003, firmado entre a ECT e a agência de publicidade Link/Bagg Comunicação e Propaganda Ltda. Na análise dos documentos fornecidos pela ECT, referentes à exposição de abertura do Museu Nacional dos Correios, foi identificado que a agência de publicidade Link/Bagg contratou a empresa MAG+ Rede Cultural Produção e Edições Ltda. para a prestação integral dos serviços pertinentes à criação, planejamento e detalhamento técnico da exposição, pelo valor total de R\$ 1.033.874,79, cujo desembolso ocorreria em quatro etapas, cada uma com incidência de honorários.

Foi observado que o pedido de orçamento fornecido aos candidatos à subcontratação não continha nenhuma especificação ou diretriz da ECT ou da agência acerca da exposição, apenas itens genéricos a serem detalhados e orçados por cada participante.

Ademais, verificou-se que a documentação fornecida pela ECT, em especial o

RQS nº 03/2005 - CN =	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	3907
Doc:	70

Plano Executivo elaborado pela empresa MAG+ Rede Cultural Produção e Edições Ltda., consiste, na realidade, em projeto arquitetônico ou de decoração, envolvendo reforma completa e permanente de diversos andares do edifício do Museu Postal em Brasília/DF.

O rol de tarefas previstas no Projeto Executivo evidencia sua conformidade ao conceito de serviços técnicos enunciado no inciso I do art.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 97

13 da Lei nº 8.666/93, uma vez que se configura como trabalho relativo a estudo técnico, planejamento e projeto básico ou executivo, sendo, portanto, necessária a realização de licitação para sua contratação.

A partir dos conceitos de publicidade e de seus elementos essenciais, consideramos que o serviço contratado junto à empresa MAG+ não se enquadra no objeto do Contrato nº 12.378/2003, por não se constituir em serviço de publicidade, mas sim serviço técnico especializado.

Portanto, a contratação do projeto da exposição permanente, por intermédio da agência, configurou fuga ao objeto contratual descrito na Cláusula Segunda do Contrato nº 12.378/2003, bem como burla aos preceitos constitucionais e legais pertinentes a licitações de obras e serviços, estabelecidos no art. 37, XXI da Constituição Federal e no art. 2º c/c os arts, 6º, II e 13, I, da Lei nº 8.666/93, que demandam a realização prévia de procedimento licitatório para sua contratação.

Destaque-se que a contratação em tela revelou, ainda, indícios da utilização de propostas fraudulentas para realizar a cotação de preços.

### **6.1.9.3 Planejamento e Execução das Ações de Publicidade**

A orientação das ações de publicidade da Empresa é dada pelo encadeamento de instrumentos de planejamento. O primeiro, que direciona os demais, é o próprio Plano Estratégico – PE da Empresa. Com base neste documento, é feito o Plano Anual de Comunicação – PAC, que identifica as ações a serem desenvolvidas, relacionando-as com os produtos da empresa ou definindo seu caráter institucional.

O primeiro problema que se apresenta, no encadeamento desses documentos que direcionam as ações de publicidade da ECT, é a ausência de uma relação clara e objetiva entre o PAC e as campanhas.

Adicionalmente, seria necessário prever qual o resultado esperado, especialmente em relação ao aumento da receita proveniente do produto. Tal definição, inclusive, permitiria a mensuração do resultado da campanha.

Entende-se que o momento apropriado para se determinar a destinação da verba

orçamentária entre as diversas ações propostas, bem como a definição do público-alvo das campanhas e a definição dos resultados

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 98

A ECT não deve, e mesmo não pode, continuar a realizar suas ações sem parâmetros adequados, sem justificativa para os valores despendidos, sem definição de resultados esperados, sem correspondência do investimento a qualquer referencial. É indispensável que a Empresa faça seu planejamento de ações de publicidade como se espera de uma grande organização que ela de fato é.

Fica explícito aquilo que deve ser talvez a principal causa da maior parte dos problemas que ocorrem: o fato de que o PAC ser apenas uma base referencial, e não um planejamento detalhado a ser cumprido, cujas mudanças tivessem que ser necessariamente justificadas, e isso com dados consistentes que pudessem, de fato, comprovar a necessidade de modificações.

A verba de publicidade dos Correios é global, definida para o ano, e não está vinculada a um planejamento detalhado. Assim, é possível justificar-se qualquer ação que guarde uma mínima relação com o PAC. E, no âmbito de cada uma delas, o seu objeto, as peças e os veículos escolhidos.

#### **6.1.9.4 Conseqüências da Ausência de Planejamento Adequado**

Em algumas situações, o planejamento de mídia, que já foi considerado inadequado, é suplementado de maneira excessiva ou sem justificativas adequadas.

Atualmente, a abertura dada pelo contrato, bem como a ausência de um planejamento detalhado das campanhas vinculado ao Plano Anual de Comunicação, e a ausência da obrigatoriedade de se seguirem estritamente os planos desenvolvidos, criam ambiente favorável para a realização de favorecimentos, depois devidamente “legalizados” mediante aprovação da Secom.

#### **6.1.9.5 Veiculação de Anúncios em Revista sem Justificativa Adequada**

A decisão pela realização de uma veiculação, seja qual for, deve ser tomada com base em dados concretos, como, de resto, existem em muitos planos de mídia de campanhas da própria Empresa.

Na verdade, o que temos aqui, muito possivelmente, é a tentativa de justificar uma veiculação que foi decidida por critério político, uma determinação externa, que não passaria por uma avaliação técnica.

RQS nº 03/2005 - CN -
EMPRESA DE CORREIOS
FIS: 8908
Doc: 72

#### 6.1.9.6 Concessão Indevida de Patrocínio

Foram destacadas, tanto pelo Daudi como pela SFC, as ações promocionais e de patrocínio realizadas pela ECT. Informa o relatório do Daudi:

Por meio do módulo 12 do MANCOM, vigente desde 10/03/2004, foi instituída a Política de Patrocínios da ECT. Dentre as regras vigentes, destacam-se as ações que a ECT não patrocinaria, conforme 12/2 – anexo 1, fl. 3 do MANCOM:

eventos de natureza político-partidária e religiosa;

eventos comemorativos ou promocionais de entidades classistas ou de representações de grupos sociais;

festividades de aniversários de municípios, instituições, associações, etc., excetuando-se aquelas que sejam de interesse para a empresa, pela sua importância histórica ou repercussão no cenário nacional.

Tendo em vista que patrocinar eventos desta natureza representava para a ECT o não cumprimento de sua Política de Patrocínio, utilizou-se, então, a modalidade 'Ação Promocional'. Tal procedimento era realizado por intermédio da Agência de Propaganda que recebia da ECT a autorização do patrocínio e intermediava as negociações com o proponente, ficando a Agência responsável pelo pagamento do patrocínio. A cada ação promocional realizada, a agência de propaganda emitia a nota fiscal correspondente acrescentando ao valor do patrocínio os seus honorários, que conforme Cláusula Oitava – Remuneração dos contratos de Prestação de Serviço de Publicidade, era de 5% incidentes sobre os custos comprovados, referentes ao desenvolvimento e execução de ações promocionais, podendo-se incluir os patrocínios (...) No período de janeiro a junho de 2004 (...) R\$ 4.192.746,41 (...) foram empregados em ações promocionais.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 100

Instado a se manifestar, o DMARK respondeu conforme abaixo:

“Inicialmente esclarecemos que o módulo 12 do MANCOM é específico para a política de patrocínio da ECT. Ainda não dispomos de uma política de ações promocionais que tenha formato e conta orçamentária específica. Faz parte do plano de trabalho do Dmark conseguir, para até 2005, uma progressão organizacional que contemple a atividade de ação promocional com uma política. Até lá estamos procurando conduzir a atividade de forma criteriosa e que atenda aos interesses da empresa. Na nossa avaliação as ações promocionais destacadas não conflitam nem mesmo com a política de patrocínio, uma vez que em nenhum dos casos tratou-se de um patrocínio propriamente dito e que em todas as participações objetivou-se uma associação ou projeção da imagem da empresa relacionada aos eventos”.

A explicação proposta pelo DMARK não consegue justificar ou refutar a precisa observação feita pelo Daudi, dando conta da irregularidade praticada. Seria o caso, também, de se perguntar se na rubrica ações promocionais seria possível custear os eventos proibidos para os patrocínios, e porque estariam proibidos em uma modalidade e liberados em outra.

O princípio da prudência deveria, no mínimo, ter levado o DMARK a não custear, como ações promocionais, aquilo que estava proibido para patrocínios, enquanto não houvesse a normatização destes.

Está claro que o Dmark deixou de observar sua própria norma que delimita o alcance das ações de patrocínio, tentando apenas reclassificá-las como ações promocionais.

Entre as ações promocionais desenvolvidas pela ECT, que se encaixam no perfil das proibições estabelecidas no MANCOM para patrocínios, encontramos:

Ação	Total	Honorário	Agência	Planilha
Paixão de Cristo	222.537,50	11.126,88	SMP&B	0118/04
Paixão de Cristo	152.759,25	7.637,96	SMP&B	0034/05
Paixão de Cristo	52.500,00	2.625,00	SMP&B	0266/05
II Simpósio Int. Padre Cícero	52.500,00	2.625,00	Link/Bagg	0680/04
Festa e Romaria do Divino Pai Eterno	52.500,00	2.625,00	Link/Bagg	0588/05
Festa e Romaria do Divino Pai Eterno	52.500,00	2.625,00	Link/Bagg	0516/04
Encontro de Juizes Federais	73.500,00	3.675,00	SMP&B	0210/04
Encontro Nacional dos Adv. Públicos	21.000,00	1.050,00	SMP&B	1514/04
21º Encontro Nac. de Procuradores	21.000,00	1.050,00	Giovanni	1218/04
III Cong. Juizes Federais SP/MS	42.000,00	2.100,00	Link/Bagg	0434/04
1ª Conferência Nac. Parl. Evangélicos	31.500,00	1.575,00	Link/Bagg	1556/04
VII Encontro Integ. Das Polícias Cíveis	10.500,00	525,00	Link/Bagg	1480/04
VIII Enc. de Magist. Federais da 2ª Região	10.500,00	525,00	Link/Bagg	1062/04

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI "dos Correios" Volume I - Pág. 101

- a) realizar ações promocionais que venham a conflitar com o disposto no módulo 12 do MANCOM, referente à Política de Patrocínios da ECT; b) classificar inadequadamente ações de patrocínio como promocionais, de sorte a fugir às restrições impostas no módulo 12 do MANCOM, referente à Política de Patrocínios da ECT.

#### 6.1.9.7 Irregularidade na Situação Fiscal das Empresas Subcontratadas

Segundo a SFC, não foi observada, por parte das três agências, a cláusula

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls.: <b>3909</b>
Doc:

contratual relativa às responsabilidades das agências na subcontratação, em especial no que tange à verificação da regularidade de empresas subcontratadas:

“(…) de uma amostra de 307 pagamentos efetuados (…) por intermédio das três Agências de Propaganda contratadas, LINK/BAGG, SMP&B e GIOVANNI (…) constatamos um número elevado de empresas em situação irregular com a Fazenda Federal”.

A esse respeito, a ECT informou o que se segue:

“Dificulta a resposta o fato de não ter sido pontuado exatamente a que pagamentos específicos estão sendo feitas as argumentações. No entanto, tal situação pode eventualmente ter ocorrido, porém determina o contrato entre a ECT e as agências que estas devem:

‘5.1.25 Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e a própria contratante.

5.1.25.1 Em casos de subcontratação de terceiros para a execução, total ou parcial, de serviços estipulados neste instrumento, exigir dos eventuais contratados, no que couber, as mesmas condições do presente contrato”.

Assim, entende-se que a responsabilidade de proceder a tais controles é das agências, cabendo a elas a resposta e os efeitos advindos da eventual irregularidade”.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 102

De fato, o contrato é bem claro ao exigir das agências de propaganda o controle da regularidade legal das subcontratadas. Mas, de 184 empresas contratadas, 66 estavam em situação irregular. Caracteriza-se, aqui, irregularidade na execução do contrato.

A ECT deve fiscalizar e o cumprimento da norma. Do contrário, quem seria o responsável? Ora, se não é obrigação da ECT fiscalizar a regularidade fiscal de cada uma das empresas subcontratadas, por certo o é fiscalizar se as agências estão atendendo adequadamente a essa exigência contratual.

#### **6.1.9.8 Ausência de Aferição de Resultados das Ações de Publicidade**

A aferição dos resultados é medida obrigatória na execução de um planejamento de mídia. No entanto, se não há resultados esperados previamente definidos, tal aferição torna-se impossível.

O Daudi revelou tal preocupação em seu relatório de auditoria, de nº 14/2004,

realizada no período de 12/07 a 25/10/2004.

Entre as oportunidades de aprimoramento que detectou, classificadas como de Alto Risco, encontra-se a “ausência de aferição das ações realizadas com propaganda, publicidade e divulgação”. Informa o Daudi que “em nenhum dos processos avaliados constavam informações sobre a aferição do retorno das ações realizadas com propaganda e publicidade”.

Como já mencionado, a IN nº 1, de 27/04/1993, da Secom (então ACI), determinava que constituíam itens obrigatórios do planejamento anual de comunicação dos entes da Administração Pública:

(...)

b) a declaração precisa das metas a serem alcançadas mediante tais ações – uma a uma ou em grupos de ações articuladas entre si – e das formas de avaliar seus resultados.

(...)

f) a definição do montante e especificação da origem orçamentária dos recursos financeiros que sustentarão as ações programadas e a avaliação dos respectivos resultados.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 103

A norma estabelece de maneira cristalina que os planos de comunicação dos entes públicos federais deverão estabelecer metas e resultados esperados com o fim de se avaliar resultados.

O TCU já se manifestou em relação à ECT - Decisão do Tribunal, nº 254/2002 - Plenário:

O Tribunal Pleno, face as razões expostas pelo Relator, DECIDE:

8.1 – determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que:

(...)

8.1.3 – no tocante à área de publicidade, propaganda e patrocínio:

(...)

b) realize análise prévia dos ganhos de mídia que poderão advir com a concessão de patrocínios;

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI : CORREIOS FISI Doc: 76
---

(...)

g) realize análise posterior dos patrocínios e das campanhas de propaganda e publicidade efetuados quanto à sua efetividade, em termos do retorno publicitário para a Empresa, consoante dispões o art. 3<sup>o</sup>, inciso V, do Decreto 3.296, de 16.12.1999, assim como prescrito nos itens 1 a 4 do Módulo 12 do Manual de Comunicação dos Correios.

Trata-se, portanto, de uma questão que já deveria estar vencida, e sendo observada pela ECT, visto que está de acordo com a legislação e com as decisões dessa Corte de Contas.

#### **6.1.9.8.1 Compra Antecipada de Mídia e Pagamentos**

Constatamos o procedimento de “compra antecipada de mídia”, com pagamento também antecipado. Trata-se da aquisição de espaços para veiculação de publicidade em Televisão, Jornal e Revista.

Entre as planilhas analisadas, foi verificado o valor total de R\$ 7.744.150,72 utilizados em aquisições dessa natureza.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 104

Essas aquisições foram intermediadas pelas três agências. A Giovanni intermediou a compra de R\$ 1.479.565,72, percebendo R\$ 233.615,72. A Link, R\$ 5.166.385,00 e R\$ 815.745,00, respectivamente. E a SMP&B, R\$ 1.098.200,00 e R\$ 173.400,00, respectivamente.

No total, as agências receberam R\$ 1.222.760,72 sem a prestação de praticamente nenhum serviço.

Os aspectos importantes a respeito dessa questão são:

- A rentabilização do orçamento precisa ser bem avaliada;
- Os parâmetros utilizados para a definição do investimento realizado não são detalhados em planejamentos adequados. Com base no que se utilizou em um determinado veículo no ano anterior, e nos valores disponíveis para utilização em mídia no ano corrente, define-se o volume financeiro a ser investido no veículo; e
- Quando se realiza a contratação, não se sabe para que tais espaços serão utilizados. Não há previsão específica de utilização daquele veículo no Plano de Comunicação. As campanhas ainda não estão elaboradas. Portanto, não se dispendo de tais informações, como será possível avaliar a necessidade de compra de espaço?

Cabe, ainda, destacar, outro esclarecimento que foi solicitado a respeito dessa matéria: “As veiculações à conta de crédito com veículos têm que passar pela Secom?”.

Ao que a ECT respondeu: “Apenas as compras de todas as ações estão sujeitas à aprovação prévia da Secom. A sua utilização segue critérios estabelecidos pela própria empresa”.

Esse fato evidencia o fulcro da ação da Secom, relativamente à centralização que faz das ações de publicidade dos entes da Administração. A impressão que fica é de que a Secom não está preocupada com o aspecto técnico das veiculações, qual seja, a adequação dos planos de mídia de cada campanha e da utilização desse ou daquele veículo, ficando adstrita aos aspectos financeiros dessas operações. Constata-se, pelo que nos informa a ECT, que sobre as veiculações realizadas à conta de créditos a Secom não tem nenhuma informação.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 105

Cabe informar que a 1ª Secex - TCU já tem identificado prática similar, na qual a empresa adquire o espaço publicitário antecipadamente, com a diferença de que o pagamento só é efetuado após a efetiva veiculação dos anúncios publicitários. O entendimento é que não há óbices a esta prática.

No entanto, a incerteza da realização da veiculação e da real necessidade dos espaços publicitários adquiridos criam ambiente potencial para a realização de ato antieconômico nas compras antecipadas de mídia com pagamento antecipado. Adicionalmente, com a impossibilidade do enquadramento legal da operação, será feita proposta de determinação à ECT no sentido de que seja proibida a prática de compra antecipada de mídia com pagamento antecipado.

#### **6.1.9.9-Irregularidades Detectadas em Processos Conexos**

Serão arrolados, a seguir, achados apontados em outros processos já instruídos no TCU, relativos aos mesmos contratos dos Correios ora analisados.

TC 015.938/2005-4 – Agência Link.

Recebimento de comissão pela agência sem a prestação de qualquer serviço;  
Subcontratação do objeto do contrato sem justificativa;  
Contratação de produtos/serviços sem a apresentação de três propostas;  
Sobrepreço na aquisição de bens ou na prestação de serviços contratados pela agência de publicidade no âmbito do contrato;  
Indícios da apresentação de propostas fraudulentas para respaldar a subcontratação de produtos/serviços;  
Pagamento de despesas sem comprovação da execução; e  
Ausência de avaliação posterior dos resultados obtidos pela ação promocional

TC 017.307/2005-4 – Agência Link.

Recebimento de comissão pela agência sem a prestação de qualquer serviço;  
Subcontratação do objeto do contrato sem justificativa;

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>3911</b>
Doc: _____
78

Ausência de avaliação posterior dos resultados obtidos pela ação promocional;  
Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos  
Correios” Volume I - Pág. 106

Fuga do objeto contratual;  
Burla ao processo licitatório achado; e  
Indícios da apresentação de propostas fraudulentas para respaldar

a subcontratação de produtos/serviços.

TC 014.919/2005-4 – Agência SMP&B.

Recebimento de comissão pela agência  
sem a prestação de qualquer serviço; Sobrepreço na  
aquisição de bens ou na prestação de serviços  
contratados pela agência de publicidade no âmbito do contrato; Subcontratação sem justificativa  
exigida contratualmente; Subcontratação de serviços sem comprovação da sua  
prestação  
com cobrança indevida de despesas vedadas no contrato;  
Possível inexistência das empresas que  
apresentaram propostas para subcontratação  
de serviços; Inexistência de projeto básico da  
ação publicitária a ser  
produzida; Subcontratação com sobrepreço sem apresentação de propostas; Ausência de  
avaliação posterior dos resultados obtidos pela ação  
promocional. Indícios da prática de ilícito fiscal pelo subcontratado.

TC 017.714/2005-0 – SMP&B

Subcontratação do objeto do contrato sem justificativa; Recebimento de comissão  
pela agência sem a prestação de qualquer serviço;  
Direcionamento da subcontratação e indícios da utilização de proposta fraudulenta  
para respaldar a subcontratação de produtos e/ou serviços;  
Indícios da apresentação de propostas fraudulentas  
para respaldar a subcontratação de produtos/serviços; e)  
pagamento de despesas sem comprovação da execução.

#### **6.1.9.9 Rescisão de Contrato da SMPB**

A ECT publicou no Diário Oficial da União, de 01/11/2005, o extrato da rescisão  
do contrato nº 12.371/2003, com a SMP&B Comunicação Ltda., relativo a serviços de  
publicidade. Os motivos alegados foram: descumprimento do contrato, razões de interesse  
público e ofensa aos princípios da moralidade administrativa e da boa-fé contratual.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos  
Correios” Volume I - Pág. 107

Relativamente ao descumprimento do contrato, a alegação da ECT refere-se à cessão de todos os direitos creditórios e/ou títulos de que a SMP&B fosse detentora em razão do aludido contrato, em desacordo com o item 5.1.18 do contrato entre as empresas.

#### 6.1.10 Conclusão

Ante as irregularidades acima detectadas pelo TCU, por esta CPMI e pela CGU, propõe-se que os achados de auditoria, abaixo elencados, sejam encaminhados ao Ministério Público Federal para continuidade e acompanhamento das ações que vierem a ser tomadas pelos Correios.

As principais irregularidades e demais questões relevantes que foram identificadas na realização desse relatório foram:

1) A conclusão do TCU foi no sentido da não renovação dos contratos de prestação de serviços de publicidade, pelos seguintes motivos:

- a) desconformidade do planejamento para a realização das ações de publicidade, relativamente à forma da sistemática prevista nas Instruções Normativas Secom nº 1, de 27/04/1993 e nº 6, de 14/04/1995, com a conseqüente realização de licitação sem o planejamento adequado, resultando em excesso de discricionariedade dos agentes envolvidos nos processos relativos às ações de publicidade na execução do contrato;
- b) ausência de definição da sistemática de avaliação de resultados das ações desenvolvidas, na forma prevista na Instrução Normativa Secom nº 1, de 27/04/1993, artigo 5<sup>o</sup>, alíneas b e f; e na Decisão TCU 254/2002 – Plenário, item 8.1.3, alínea g, impossibilitando a adequada aferição dos resultados dos esforços das agências de propaganda contratadas;
- c) desconformidade na elaboração do briefing da Concorrência nº 003/2003, relativamente à forma prevista pela Instrução Normativa Secom nº 2, de 27/04/1993;
- d) realização de licitação e posterior contratação de três agências de propaganda sem distinção de contas publicitárias, em desacordo com a Instrução Normativa Secom nº 7, de 13/11/1995, e com a Decisão TCU 254/2002 – Plenário, item 8.1.1, relativamente ao princípio da segregação das diferentes contas publicitárias;
- e) ausência de avaliação da possibilidade de contratação de agências em condições mais adequadas à ECT, conforme

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 108

as possibilidades estabelecidas pelas Normas Padrão Publicitária, de janeiro de 2003, itens 1.13 e 2.5, e 3.11.2;

- f) ausência, na Licitação, da exigência de apresentação do Certificado de Qualificação Técnica emitido pelo CENP, conforme Normas Padrão da

Atividade - CN -
CPMI - CORREIOS
Certificado nº 3912
Doc: 80

Atividade Publicitária, de janeiro de 2003, item 2.5.1;

- g) realização de contratos com objetos múltiplos, contrariando a Decisão TCU 650/1997 – Plenário, e em confronto com o Decreto 4.799/93, art. 2º ;
- h) inobservância, por parte das agências, do que preceitua a norma legal nas Normas-Padrão da Atividade Publicitária, item 2.6, que determina que as agências são responsáveis pela verificação da regularidade de suas subcontratações no âmbito de contratos com entes do Poder Público.

2) Independentemente da realização de nova licitação, no entanto, é indispensável que a ECT atenda às disposições das Instruções Normativas nº 1, de 27/04/1993 e nº 6, de 14/03/1995, para compor seu Planejamento de Ações de Comunicação – PAC.

3) No caso de novo certame, propõe-se, com o intuito de criar maior possibilidade de controle da realização das ações publicitárias, e de conferir maior transparência a todo o processo, que a ECT avalie a conveniência e oportunidade de:

- a) que o Edital de Concorrência contenha o Plano Anual de Comunicação, para efeito da preparação das propostas pelas licitantes;
- b) indicar técnico não vinculado a seus quadros, escolhido obrigatoriamente entre profissionais ou professores das diversas áreas de comunicação, de reputação ilibada e sem vínculo com agência de publicidade para participar do processo licitatório, como membro da Comissão Especial de Licitação, conforme possibilita o inciso II, do item 10, da IN/Secom nº 7, de 13/11/1995.

4) Propõe-se ainda que seja determinado à ECT que, quando da realização da nova licitação:

- a) desenvolva estudos criteriosos para avaliar a possibilidade de adoção de novas modalidades de remuneração em contratos com agências de propaganda, conforme as possibilidades apresentadas pelas Normas Padrão da Atividade Publicitária. Notadamente, quanto ao que está  
Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 109

previsto em seus itens 1.13 e 2.5 c/c 3.11 e 3.11.2, a ECT deverá avaliar a possibilidade de adoção de metodologia de remuneração das agências dentro da modalidade fee, ou, alternativamente, considerar o desconto padrão de agência como tendo a finalidade de remunerar os serviços como criadora/produtora de conteúdo publicitário;

- b) o briefing seja realizado segundo a estrita observação da IN 2, de 27/04/1993, de maneira a permitir melhor avaliação das licitantes e, ao mesmo tempo, permitir melhor seleção de licitantes aptas a atender à ECT;
- c) para a qualificação técnica, em adição aos dois atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que atestem a qualidade

técnico-operacional do serviços, passe a exigir também o Certificado de Qualificação Técnica expedido pelo CENP, conforme Normas-Padrão da Atividade Publicitária, item 2.5.1;

- d) a contratação de mais de uma agência de propaganda seja definida **exclusivamente se houver a segregação das diferentes contas publicitárias**, com diferentes linhas de atuação, conforme preceitua a IN nº 7, de 13/11/1995, item 4 a 4.2;
- e) as propostas sejam examinadas pelos membros da Comissão de Licitação sem identificação de sua autoria, com o fim de alcançar-se maior isenção no julgamento;
- f) o novo objeto a ser licitado não contenha a possibilidade de contratação de serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas, de organização de eventos, exposições e feiras, assim como de realização de pesquisas, que deverão ser objeto de processos licitatórios específicos, em consonância com entendimento já firmado pelo TCU, notadamente a Decisão nº 650/1997 - Plenário.
- g) o novo objeto a ser licitado não contenha a possibilidade de contratação se intermediação de patrocínios.

5) Relativamente às atividades publicitárias definidas como sendo de “promoção”, pela IN/Secom nº 3, de 31/05/1993, identificou-se:

- a) utilização constante de agências de propaganda para a realização de tais ações, apesar da possibilidade de realizá-las diretamente, sem essa intermediação, conforme item 4.1 da referida norma;
- b) ausência de normativo para a definição de ações promocionais e os critérios para seu reconhecimento e concessão de verba; e  
Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 110
- c) utilização da rubrica “ações promocionais” para a concessão de patrocínios em situações nas quais o patrocínio não poderia ser realizado por causa da vedação constante do MANCOM.

6) Entende-se ainda pertinente que seja determinado à ECT que, enquanto não promovida a normatização pretendida, se abstenha de:

- a) realizar ações promocionais que venham a conflitar com o disposto no módulo 12 do MANCOM, referente à Política de Patrocínios da ECT;
- b) classificar inadequadamente ações de patrocínio como promocionais, de sorte a fugir às restrições impostas no módulo 12 do MANCOM, referente à Política de Patrocínios da ECT.

7) Relativamente ao Plano Anual de Comunicação, ao planejamento e realização das campanhas, e à aferição de resultado das ações,

ROS nº 022005 - CN - CPMI - CORREIOS Fls: <b>3913</b> Doc: 82
--

foi detectado:

- a) inobservância da IN/Secom nº 2, de 27/04/1993, quanto à necessidade de confecção de briefing nos moldes ali definidos;
- b) descumprimento das IN/Secom nº 1, de 27/04/1993, e nº 6, de 14/03/1995, quanto ao planejamento de todas as campanhas publicitárias;
- c) nas Instruções Normativas citadas no item imediatamente anterior, destacamos, para especial observância, os dispositivos relativos à definição de metas e resultados esperados;
- d) descumprimento da Decisão TCU nº 254/2002 – Plenário, item 8.1.3, alíneas b e g, que versou sobre a questão da aferição de resultados de ações publicitárias desenvolvidas pela ECT, o que poderia, inclusive, ensejar a aplicação de multa aos responsáveis;
- e) cumprimento apenas parcial do item 14, da IN/Secom nº 7, de 13/11/1995, relativo à avaliação semestral dos serviços prestados pela agência, a ser realizado pela ECT, pela falta de substância das informações ali contidas e pela ausência da medição dos resultados concretos dos esforços de comunicação. Entende-se que, se a norma informa que a avaliação tem entre seus objetivos dar base para a renovação de contratos (IN Secom nº 7, de 13/11/1995, art. 7, item 7.1.1), a qualidade do trabalho feito, a sua consistência, é essencial para o atendimento à finalidade

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 111

para a qual foi criado. Portanto, deverá a ECT instruir tais processos levando em conta que a mera observação dos itens a serem relacionados não é suficiente para alcançar o fim da norma, devendo, então, confeccioná-lo com os elementos que possibilitem a adequada tomada de decisão sobre a prorrogação do contrato.

8) Relativamente à Secom/PR, que seja determinado que nenhuma ação de publicidade ou de promoção institucional, incluindo ações promocionais e patrocínios, poderá ser desenvolvida sem que:

- a) esteja claramente identificada a relação da campanha com o plano de comunicação do ente em questão;
- b) esteja justificada, tecnicamente, a utilização de cada um dos veículos selecionados para compor o plano de mídia, se for o caso; e
- c) esteja claramente identificada a origem da proposta inicial, com data e nome do proponente, seja ele o departamento do ente em questão, ou a agência de propaganda, ou qualquer outro sujeito, para efeito de caracterização de responsabilidade.

Propõe-se que, tendo em vista os princípios da publicidade e da transparência da Administração, com fundamento no caput do art. 39 da Lei nº 8.666/93, que os certames tenham

início com a realização de audiência pública sempre que o valor total previsto para o contrato, incluídos os valores relativos ao total das prorrogações possíveis estabelecidas no edital de licitação, atinja o valor previsto no art. 23, inciso I, alínea “c” da Lei nº 8.666/93.

Relativamente ao Congresso Nacional, propõe-se a criação de uma Comissão Mista de estudos, destinada à elaboração de projeto de lei que imponha novos parâmetros normativos nas contratações de publicidade, considerando:

- a) a delimitação do objeto licitado, deste excluindo as contratações de assessoria de imprensa, de relações públicas, de organização de eventos, exposições e feiras, de realizações de pesquisas, que deverão ser licitados em procedimentos próprios e autônomos;
- b) a definição de novos critérios para o julgamento dos procedimentos licitatórios, de modo a eliminar ou diminuir, ao extremo possível, o subjetivismo decisório e a

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I -  
Pág. 112

garantir a impessoalidade da escolha do vencedor da competição; e

- c) a necessidade da introdução de procedimentos que garantam o respeito absoluto à impessoalidade, à moralidade e à probidade, tanto ao longo do procedimento licitatório, como ao longo da execução do contrato.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos  
Correios” Volume I - Pág. 113

## 6.2 Rede Postal Noturna

### 6.2.1 Introdução

Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, ao aprofundar o exame dos fatos determinados que exigiram sua criação, quais sejam, as irregularidades ocorridas no âmbito da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, deparou-se com fenômenos peculiares, que, como se verá, estão enraizados em sua administração há alguns anos.

Trata-se do serviço de transporte aéreo noturno de carga postal, prestado aos Correios por empresas privadas. Esse serviço, cuja importância é crucial para a logística de operação, tem sido objeto, nos últimos anos, de um verdadeiro conluio entre empresas, que, supostamente, deveriam competir entre si nas respectivas licitações.

A competição, como demonstraremos neste Relatório, na verdade, não houve. O que se viu, efetivamente, e as investigações o demonstram à larga, foi uma articulação com

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
FIS: <b>3914</b>
Doc: _____

84

vistas a promover fraude à licitação, um consórcio informal entre empresas que anunciam disputar um jogo que, observado de perto, é claramente de cartas marcadas.

Verificamos, ao investigar esse processo, e o demonstramos no presente Relatório, que as irregularidades neste segmento de atuação dos Correios ocorreram durante todo o período investigado (2000 a 2005), englobando, lamentavelmente, diferentes administrações.

Impende reconhecer, porém, que, durante o ano de 2003, existiram esforços objetivos por parte da direção da estatal no sentido de se reduzirem os preços cobrados para a operação da Rede Postal Aérea Noturna RPN. Tais esforços, no entanto, não foram suficientes para impedir que a articulação de uma verdadeira quadrilha (em sentido lato e em sentido estrito, do ponto de vista penal) continuasse a dar as cartas em uma atividade cuja serventia e importância para a sociedade brasileira é mais que patente.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 114

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos já foi, em nossa história e até recentemente, uma das mais respeitadas instituições nacionais. Sua eficiência e confiabilidade concorreram para tanto. Cabe ao atual e aos próximos governos, com a contribuição deste Congresso Nacional, fazer com que a empresa volte a ser a expressão do respeito que o Estado deve ao cidadão.

Objetivando contribuir nessa direção e honrando a elevada responsabilidade que tem esta CPMI diante dos fatos que se evidenciaram, cumprimos o dever de apresentar à sociedade brasileira o histórico respectivo, os crimes e outros ilícitos penais e administrativos que ali ocorreram, os agentes responsáveis por esses atos para, ao final, apontar às instituições públicas responsáveis, como o Ministério Público da União, o Tribunal de Contas da União, a Polícia Federal, a Corregedoria Geral da União, o Departamento de Aviação Civil, a Secretaria da Receita Federal, esses episódios e suas circunstâncias, e delas demandar as providências legais cabíveis, na forma como determinam as leis e a Constituição.

O presente Relatório tem, assim, o propósito de divulgar esses trabalhos, de fazer chegar ao conhecimento da sociedade brasileira as situações que envolveram as contratações do transporte aéreo nos Correios no período de 2000 a 2005 e, dessa forma, contribuir para a transparência da Administração Pública, condição necessária à sua moralidade e à sua eficiência.

A RPN é a base do sistema logístico de transporte utilizado pela ECT que permite dar cumprimento às suas atividades, fazendo com que a entrega de correspondências e encomendas ocorra dentro dos prazos e padrões de qualidade fixados. Em virtude da operação da RPN, objetos postados em qualquer capital podem ser entregues em outra, bem como nas

principais cidades do país no prazo de um dia.

Inicialmente, a ECT utilizou-se dos transportes aéreos regulares, da aviação de carreira, para o transporte urgente e o fazia por meio de contratação direta. No entanto, na década de noventa, o Tribunal de Contas da União (TCU), ao examinar a legalidade de tal procedimento, determinou à ECT que procedesse ao devido certame licitatório para a contratação do transporte aéreo. Acatando tal determinação, a ECT deu início às licitações para a contratação de serviços de transporte aéreo de carga.

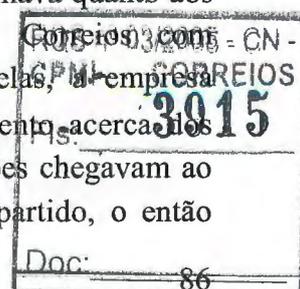
Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 115

As principais linhas aéreas utilizadas pela ECT, dentro da logística de transporte que possibilitasse agilidade em solo e racionalidade na distribuição terrestre, eram as linhas “A” (Fortaleza/Salvador/Rio de Janeiro/São Paulo/ Brasília/Manaus) e “C” (Manaus/Brasília/São Paulo / Rio de Janeiro / Salvador / Fortaleza) e “F” (Recife/Salvador/São Paulo/Porto Alegre e volta). As linhas “A” e “C” foram operadas pela Skymaster de junho/2001 a abril/2005, e a linha “F”, pela Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda (Beta) de julho/2000 a abril/2005.

No âmbito da Rede Postal Aérea Noturna, os trabalhos desta Comissão concentraram-se nos processos de contratação das empresas Skymaster Airlines Ltda e Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda - Beta, por estarem ambas envolvidas nas denúncias veiculadas na imprensa quando da gênese desta CPMI, além do fato de deterem, no período investigado, os contratos de maior faturamento junto aos Correios, no segmento de transporte aéreo de carga postal. Além do mais, tais denúncias sinalizavam na direção de acordo existente entre ambas empresas com vistas à divisão dos serviços contratados, com fortes indícios de existência de conluio entre elas.

O conjunto de denúncias de irregularidades nas contratações do serviço de transporte aéreo, caracterizadas como fraude à licitação, superfaturamento de contratos, direcionamento de certames licitatórios, corrupção ativa e passiva, formação de quadrilha e tráfico de influência, envolvendo dirigentes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e representantes das empresas Skymaster e Beta, foi um dos motivadores da atuação desta Comissão, norteando, assim, as linhas de investigação adotadas.

A esse respeito, inclusive, recordamos que o ex-Deputado Federal Roberto Jefferson, num dos primeiros depoimentos tomados por esta Comissão, já informava quanto aos problemas de superfaturamento existente em contratos celebrados pelos Correios com companhias aéreas para transporte da carga postal, onde apontava, entre elas, a empresa Skymaster. Naquela oportunidade o depoente demonstrou bastante conhecimento acerca dos fatos que vinham ocorrendo no âmbito da estatal. Esclareceu que as informações chegavam ao seu conhecimento através de contatos mantidos com seus companheiros de partido, o então



diretor administrativo da ECT, Sr. Antonio Osório, a quem teria indicado para o cargo, e o assessor do diretor, Sr. Fernando Godoy.

Considerando a complexidade e a materialidade desse segmento de serviço para a ECT, responsável por despesas da ordem de R\$ 350 milhões

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 116

ao ano e devido ao fato de não ter sido possível a esta Comissão realizar o exame completo e detalhado das demais contratações realizadas no âmbito da RPN, recomendamos que os demais órgãos de controle e fiscalização continuem aprofundando dos trabalhos investigativos.

Antes de passarmos à análise dos processos de contratação das empresas Skymaster e Beta, convém chamar a atenção para o fato de que a partir do ano 2000, devido à situação de irregularidade fiscal que se encontravam algumas das maiores companhias aéreas do país, que até então operavam várias linhas da Rede Postal Aérea Noturna, a ECT foi forçada a realizar novas contratações, ocasião na qual, empresas de menor porte encontraram cenário propício ao desenvolvimento de suas atividades, com expressiva aceleração de seus níveis de faturamento em tão curto espaço de tempo.

#### 6.2.1.1 As Empresas Envolvidas

#### 6.2.1.2 Skymaster Airlines Ltda

A Skymaster Airlines Ltda., CNPJ – nº 00.966.339/0001-47, com sede à Av. Torquato Tapajós, nº 4.080 – Bairro de Flores – Manaus/AM – CEP: 69048-660 – Brasil tem como sócios:

SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL
João Marcos Pozzetti	20%
Luiz Otávio Gonçalves	30%
Hugo César Gonçalves	20%
Expresso Lucat*	30%

\* - O sócios da empresa Expresso Lucat são o Sr. Américo Proietti (a partir de dezembro de 2002) e sua esposa, a Sra. Maria de Lourdes Barros Proietti.. O Sr. Américo Proietti substituiu o Sr. Armando Sérgio Proietti.

Segundo depoimento prestado a esta CPMI pelo Sr. João Marcos Pozzetti, em 10/11/2005, o Sr. Luiz Otávio Gonçalves teria vendido 10% das cotas da Skymaster ao Sr. Heuser de Ávila Nascimento.

A Skymaster opera linhas da Rede Postal Noturna (RPN) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) desde janeiro de 2000.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI "dos Correios" Volume I - Pág. 117

Objeto	Origem contratação	Nº Contrato/Termo Aditivo	Vigência	Ocorrência	Preço por Operação Diária (R\$)
Linha G	Dispensa Licitação nº 001/2000	10.266/00	10/1/2000 a 09/3/2000	Contrato inicial	84.000,00
		10.388/00 10.387/00	10/3/2000 a 08/5/2000 09/5/2000 a 07/7/2000	Aditivo Prorrogação Aditivo Prorrogação	84.000,00 84.000,00
		10.428/00	22/5/2000 a 07/7/2000	Aditivo Alteração de rota	84.000,00
		10.430/00	10/7/2000 a 07/9/2000	Contrato inicial	105.000,00
Linha K	Dispensa Licitação nº 002/2000	10.488/00	08/9/2000 a 06/11/2000	Aditivo-Prorrogação e alteração da capacidade contratada	81.050,00 a partir 1º/10/00
		10.528/00	07/11/2000 a 05/1/2001	Aditivo Prorrogação	81.050,00
		10.429/00	18/5/2000 a 16/7/2000	Contrato inicial	32.000,00
Linha A e C	Dispensa Licitação nº 002/2001	10.500/00	17/7/2000 a 14/9/2000	Aditivo Prorrogação	32.000,00
		10.501/00	15/9/2000 a 30/9/2000	Aditivo Prorrogação	32.000,00
Linha A e C	Pregão nº 045/2001	10.721/01	26/6/2001 a 12/8/2001	Contrato inicial	314.000,00
		10.793/01 10.856/01	25/8/2001 a 12/10/2001 24/10/2001 a 12/12/2001	Aditivo Prorrogação Aditivo Prorrogação	314.000,00 314.000,00
		11.008/01	24/12/2001 a 12/6/2002	Aditivo Contrato inicial	369.500,00
		11.277/02 11.569/02	24/6/2002 a 23/12/2002 24/12/2002 a 23/6/2003	Aditivo Prorrogação Aditivo-Prorrogação e Repactuação	369.500,00 429.987,00
		11.879/02	24/6/2003 a 23/12/2003	Aditivo Prorrogação	429.987,00
	Pregão nº	12.405/03	26/12/2003 a 24/12/2004	Contrato inicial	213.990,00

369.500,00  
 429.987,00  
 213.990,00  
 3916  
 Doc: 88

1 Linha G – São Luís/Teresina/Brasília/Rio de Janeiro/Brasília/Teresina/São Luís.

Linha K – Belo Horizonte/São Paulo/Belo Horizonte.

Linha A – Fortaleza/Salvador/Rio de Janeiro/São Paulo/Brasília/Manaus.

Linha C – Manaus/Brasília/São Paulo/Rio de Janeiro/Salvador/Fortaleza.

Linha J – Porto Velho/Cuiabá/Brasília/Salvador/Brasília/Cuiabá/Porto Velho.

Linha SP5 – São Paulo/Salvador.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 118

Objeto1	Origem da contratação	Nº Contrato/Termo Aditivo	Vigência	Ocorrência	Preço por Operação Diária (R\$)
	106/2003	12.676/04		Aditivo Reequilíbrio a partir de 01/4/2004	232.800,34
		13.001/04		Aditivo Reequilíbrio a partir de 16/8/2004	276.996,99
	Pregão nº 105/2004	13.181/04	27/12/2004 a 29/4/2005	Contrato aditivos sem	445.000,00
Linhas J e SP5	Pregão nº 009/2005	13.293/05	09/2/2005 a 29/4/2005	Contrato aditivos sem	304.227,55

### Brazilian Express Transportes Aéreos

A Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda (Beta), CNPJ nº 64.862.642/0001-82, com sede à Av. Jamil João Zarif, s/nº, Lotes 9, 9A, 11, 11A, 13 e 13A, Bairro Aeroporto – Guarulhos - SP. Formalmente, desde a fundação da empresa até dezembro de 2002, a empresa teve como sócios o Sr. Ioannis Amerssonis e a Sr. Marli Pasqualetto Amerssonis, ambos com 50% de participação societária.

Não obstante, no período compreendido entre os anos de 1997 e 2002, o Sr. Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho presidiu uma sociedade de fato que englobava diversas empresas, entre elas Beta e Promodal Logística. Os proprietários da sociedade eram o Sr. Morato e o Sr. Ioannis Amerssonis, ambos com 50% de participação, embora, juridicamente, as empresas tivessem participações societárias diversas<sup>2</sup>. A sociedade de fato foi dissolvida em 2/8/2002.

Atualmente, a Beta tem como sócios os Srs. Ioannis Amerssonis e a empresa Brazilian Express Holding Ltda (05.468.861/0001-12), com 1% e 99 % de participação societária, respectivamente. Por sua vez, a empresa Brazilian Express Holding Ltda tem como sócios os Srs. Ioannis Amerssonis e Michel Abud Atié Júnior e a Sra. Marli Pasqualetto Amerssonis, com 88%, 10% e 2% de participação societária, respectivamente.

2 Trecho do documento intitulado “Instrumento Particular de Promessa de Permuta de Participações Societárias, Dissolução de Sociedades de Fato e Outras Avenças”, firmado entre o Sr. Morato Leite Filho e o Sr. Amerssonis: “referidas empresas se acham tituladas total ou parcialmente ora em nome de um, ora em nome do outro contratante, ou sua esposa, bem com em nome uma das outras, com exceção de pequenas participações atribuída a colaboradores de tais sociedades, ou ainda com exceção de participações existentes em nome de terceiros”.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 119

A Beta operou a linha F da RPN entre julho de 2000 e abril de 2005. Inicialmente, foi contratada por 180 dias, por meio da Dispensa de Licitação n.º 003/2000. Ainda em julho de 2000, venceu a Concorrência n.º 10/2000, cuja execução foi iniciada em outubro de 2000 e estendeu-se até abril de 2005, mediante sucessivas prorrogações.

#### Histórico dos Contratos firmados entre a ECT e a Beta

Objeto	Dispensa Licitação de	Nº Contrato	Vigência		Contrato inicial Aditivo de	
Objeto3	001/2000	10.264/2000	10/1/200009/3/2000	a a a	prorrogação Contrato	95
		10.389/2000	10/3/200008/5/2000		inicial Aditivo de	95
		10.264/2000	10/1/200009/3/2000		prorrogação Ocorrência	46
		10.389/2000	10/3/200008/5/2000			46
		Nº Contrato	Vigência			Pr
		ou Termo				O
		Aditivo				D
Objeto3	003/2000	10.427/2000	10/7/2000 a 07/9/2000	a	Contrato	95
		10.498/00	08/9/2000 a 30/9/2000	inicial a	Aditivo de	95
			01/10/200031/3/2001	Aditivo de	prorrogação	R\$
			01/4/2001	prorrogação		19
			01/10/200131/3/2002	a a	Aditivo de Prorrogação e	R\$
			30/9/2001		reajuste de 20% sobre o	23
			01/7/200130/9/2001		contrato inicial Aditivo:	19
					Reajuste de 10%	R\$
						21
			01/4/200230/9/2002	a	Aditivo de Prorrogação	R\$
						23
			01/10/200230/11/2002	a	Aditivo de Prorrogação,	R\$
					Alteração de Capacidade	24
					de Carga e Reajuste de	
					5,5%	

ROS nº 003/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS  
Fls: 3917  
90  
Doc:


		Aditivo: Reajuste de 5,42% (concedido 30/4/2003, retroativamente)	de em R\$ 258.
01/12/2002 a 31/3/2003 01/4/2003	a a		
01/10/2003 a 31/3/2004 30/9/2003 01/4/2004 a 18/4/2004	a a	Aditivo de Prorrogação e Reajuste (redução de 4,99%) Aditivo de Prorrogação Aditivo de Prorrogação	R\$ 233 258. R\$ 233

3 Linha J – Porto Velho/Cuiabá/Brasília/Salvador/Brasília/Cuiabá/Porto Velho.

Linha K – Belo Horizonte/São Paulo/Belo Horizonte.

Linha F – Recife/Salvador/São Paulo/Porto Alegre/São Paulo/Salvador/Recife

Objeto <sup>3</sup>	Origem da contratação	Nº Contrato ou Termo Aditivo	Vigência	Ocorrência	Preço por Operação Diária (R\$)
			19/4/2004 a 30/9/2004	Aditivo: Reajuste de 8,61% (concedido em 2/8/2004, retroativamente)	R\$ 253.368,53
			01/10/2004 a 31/3/2005	Aditivo de Prorrogação e Reajuste (12%)	R\$ 283.772,75

A partir de 02/5/2005, foi implementada a nova malha da RPN, com alteração das principais linhas e capacidades de carga até então existentes. A Skymaster passou a manter com a ECT apenas um contrato, o de nº 13.425/2005, referente à operação das linhas 90.601 e 60.9014, vigente pelo prazo de 12 (doze) meses a partir de 01/5/2005, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses. Essa contratação teve origem na Concorrência nº 006/2004 realizada em novembro/2004, e o valor global do contrato é de R\$ 82.458.852,96 (oitenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos).

A Beta passou a manter dois contratos - 13.396/05 e 13.397/05, referentes à operação das linhas 50011<sup>5</sup> e 69011<sup>6</sup>, o valor global dos contratos é de R\$ 3.873.756,48 e de R\$ 4.082.560,24, respectivamente, ambos com vigência idêntica ao do contrato da Skymaster.

## 6.2.2 Relações Entre Os Agentes Privados Envolvidos

Antes de passarmos à análise dos processos de contratação, torna-se necessário, para melhor compreensão dos fatos, fazer referência ao Termo de Compromisso de Subcontratação firmado entre as empresas Skymaster e Beta; à sociedade de fato formada entre a Skymaster e o conglomerado de empresas presidido pelo Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho; por fim, a contrato celebrado para defesa dos interesses da Skymaster junto à ECT.

- 4 Linha 60.901 – Fortaleza/Salvador/Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre.  
 Linha 90.601 – Porto Alegre/São Paulo/Rio de Janeiro/Salvador/Fortaleza.  
 5 Recife – Salvador – São Paulo – Salvador – Recife.  
 6 Manaus – Brasília – São Paulo – Brasília - Manaus.

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fis:	<b>3918</b>
Doc:	92

### **6.2.2.1 Termo de compromisso de subcontratação firmado entre Skymaster e Beta**

As empresas Skymaster e Beta firmaram no dia 21/7/2000 um Termo de Compromisso de Subcontratação com o objetivo de dividir os serviços que uma ou outra viesse a contratar junto à ECT. Acontece que esse termo foi firmado apenas quatro dias antes da reunião de recebimento da documentação e abertura das propostas da Concorrência N° 010/2000, que ocorreu no dia 25 de julho, destinada à contratação de serviços de transporte aéreo de cargas em cinco linhas da Rede Postal Aérea Noturna. Uma dessas linhas era a “F” (Recife/Salvador/São Paulo/Porto Alegre e volta), cuja “disputa” ocorreu apenas entre a Skymaster e a Beta, sagrando-se esta última vencedora.

A parceria entre empresas era possível, uma vez que as licitações realizadas pelos Correios até o final de 2003 admitiam o instituto da subcontratação. No entanto, há de se fazer uma ressalva. O que era permitido era a subcontratação, o que pressupõe ocorrer após a contratação de uma empresa pela ECT e não um ajuste prévio obrigando as partes subcontratarem a outra. Além do mais, o referido termo não tinha como objetivo reunir condições operacionais para que as duas empresas viessem a operar apenas as linhas objeto da Concorrência nº 010/2000, mas, sim, para todo e qualquer serviço que uma ou outra viesse a contratar com os Correios.

Esse termo estipulava em seu subitem 5.1: “A subcontratação deverá ser feita de forma que a meta seja que cada empresa opere 50% (cinquenta por cento) de cada uma das linhas adjudicadas. Se a linha exigir 2 (duas) aeronaves simultaneamente, a subcontratação deverá prever o uso de uma aeronave de cada empresa ao mesmo tempo. Se a linha exigir apenas 1 (uma) aeronave, deverá ser usado, alternadamente, a cada semana, uma aeronave de cada contratante”. Portanto, esse acordo não dizia respeito apenas à questão operacional, visando permitir à empresa dispor de uma aeronave de reserva junto à subcontratada para ser eventualmente utilizada em casos emergenciais, como quiseram demonstrar os sócios da Skymaster e da Beta em depoimento prestado à CPMI dos Correios. O compromisso tinha natureza irretratável e irrevogável, de modo que qualquer das partes teria de efetuar a subcontratação da outra para a realização de 50% dos serviços.

A justificativa apresentada para o acordo era garantir disponibilidade de um avião reserva, tendo em vista que cada empresa detinha apenas duas aeronaves modelo Boeing 707. Inclusive, o Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho, presidente da Beta à época e signatário do Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 122

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quantos aviões?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO –Dois. Começou com um avião e, vamos dizer, quando ela esteve nos Correios a primeira vez que foi em 2000, ela tinha dois aviões. Dois Boeing 707 cargueiros.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, ele não tem culpa de disputar o mercado, mas veja as facilidades. Agora, há pouco, o nosso

depoente disse que, pra cada rota, era preciso ter um avião indo outro voltando e um terceiro de sobressalente. Ele tem um indo e voltando, cadê o reserva?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – Não tinha. Não tinha.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Uma facilidade dada, uma liberalidade dada.

O senhor não tem culpa disso, não. O senhor entrou no mercado, não estou culpando o senhor exatamente por isso. A irresponsabilidade é dos Correios. A irresponsabilidade é dos Correios e Telégrafos.

Se o senhor examinar a Skymaster, vai ver... quantos aviões tinha a Skymaster?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO –Aqui. Está tudo aqui. A Skymaster em 2000 tinha dois aviões, dois Boeing 707.

No mesmo sentido, o depoimento do Sr. Luiz Otávio Gonçalves, sócio e diretor comercial da Skymaster.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Há um episódio noticiado na imprensa que chamou a atenção e que aparenta uma certa negociação prévia de interesses comerciais, evidentemente, a conclusão que se extrai é quem perderia era a Fazenda Pública.

V. S<sup>a</sup> assinou um termo de compromisso, a sua empresa, com a Beta Brazilian Express Transportes Aéreos. Isso foi denunciado pela revista Época, edição 372, de 4 de julho de 2005.

O que V. S<sup>a</sup> diz a propósito desse termo de compromisso de subcontratação, ao mesmo tempo eu associo a isso?

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 123

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Sr. Relator, estou até procurando aqui, o que foi assinado com a empresa Beta, que foi antes do processo licitatório, foi um termo de compromisso de um acordo comercial visando à utilização de aeronave de uma empresa para outra. Inclusive a revista foi um pouco maldosa porque ela publicou só uma parte desse termo. Aqui está o termo de compromisso, vou fazer prova para V. Ex<sup>a</sup>.

“A Brazilian Express Transportes Aéreos LTDA, com sede em Guarulhos, e...”

É a qualificação das empresas Skymaster.

“Objeto:

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT está realizando serviço 3919 transportes aéreos, de concorrência número tal.

RQS nº 03/2005 - CN CPMI - CORREIOS Serviço 3919 Doc: 94
---

Reunindo ambas as partes condição de participar dessa licitação, a Beta/Skymaster assim o farão, cada qual por si, apresentando as propostas comerciais que julgar cada uma delas conveniente a seus interesses.”

E esse termo de compromisso é um termo de compromisso que visava a que a gente tivesse disponibilidade de aeronave, porque, nessa licitação, necessitavam de duas aeronaves. Eu, nessa época, tinha, inclusive, três aeronaves em operação e mais uma chegando, quatro. Mas eu tinha outros contratos também na área comercial e tinha a rota Manaus

– São Paulo – Manaus sendo executada. Mas eu tinha as duas aeronaves, como a Beta também tinha as duas aeronaves. Só tem que, se o senhor verificar os termos do contrato, vai verificar que é um dos contratos mais rigorosos que têm no País, porque, se não, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não teria condição de fazer Sedex e essas entregas rápidas. Então, nós precisaríamos, sim, de uma aeronave em standby. Para o senhor ter idéia, qualquer aeronave que trabalha para os Correios, o senhor tem de ter uma aeronave de standby ou de reserva, por quê? Porque as multas são pesadíssimas. As multas começam a partir de meia hora de atraso; começam a ser multadas em 5%, 10%, 15%, 20%, chegando a 60% e atualmente a 100%. E atualmente não começa nem com meia hora, não; começa com quinze minutos. Acho que todos nós estamos acostumados a viajar de avião. Se isso fosse aplicado na aviação comercial, acho que não tinha uma empresa que agüentasse pagar essas multas. Então, a intenção desse termo aqui não foi burlar a licitação; foi garantir que nós teríamos uma aeronave de reserva. Aliado a isso... Você tem um contrato aí?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Enquanto V. S<sup>a</sup> procura, eu acrescento que...

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Está aqui, já. Se o senhor quiser que eu responda.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 124

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não. É que as informações que a gente tem e pela evolução dessas contratações havidas, conclui-se que, na verdade, a sua empresa e a Beta vinham de mãos dadas, trocando negócios até o momento exato em que aconteceu esse rompimento. Daí é que houve essa circunstância levantada aqui, quando se desentenderam. Quando os Correios perceberam que estavam juntas, com valores estratosféricos e não conseguiam fazer a Sky, foi quando a Beta rompeu com a Sky e daí partiram para linhas diferentes, para buscar comerciais e resultados por caminhos outros.

No entanto, segundo dados fornecidos pelo DAC, por meio do Ofício 063/SSA/1240, de 19/8/2005, em julho de 2000 a Beta dispunha de três aeronaves Boeing 707, ao passo que a Skymaster dispunha de cinco, o que vem a desconstituir a alegação de que o acordo era meramente operacional, para disponibilização de aeronave de reserva. A tabela a seguir detalha as aeronaves disponíveis em 1º de julho de 2000.

Empresa/Operador	Prefixo PP-BRR	Modelo 707-323C
BETA BETA	PP-BSE PP-	707-330C 707-351C
BETASKYMASTER	BRI PT-WUS	707-324C 707-338C
SKYMASTER	PT-WSZ PT-	707-351C 707-369C
SKYMASTER	WSM PT-MTR	707-331C
SKYMASTER	PT-MST	
SKYMASTER		

Naquela Concorrência N° 010/2000, cujo edital exigia a utilização simultânea de duas aeronaves, “disputaram” a Linha “F” (Recife/Salvador/São Paulo/Porto Alegre e volta) apenas as empresas Skymaster e Beta. Em depoimento prestado a esta CPMI, o Sr. Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho (à época Presidente da empresa Beta), confessou que havia uma preferência para a empresa Beta vencer a licitação:

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – No pregão, o primeiro envelope é lacrado e depois é em aberto.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Na concorrência, é lacrado. Houve um prévio entendimento em relação aos envelopes lacrados que iam ser apresentados ou não?

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 125

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – Sr. Presidente, não quero afirmar que houve, mas quem tinha mais condições de atender e já estava atendendo o órgão público, o ECT, era a Beta.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Era a Beta?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – Era a Beta. Então, a preferência poderia ser a Beta.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Aí, então, houve uma combinação prévia?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – Não digo “combinação”. Combinação é uma palavra forte.

E, de fato, sagrou-se vencedora da Linha “F” nesse certame licitatório a empresa

RQS nº 03/2005 - CN - CPML - CORREIOS Fls: <b>3920</b> Doc: 96
---

Beta com o preço por operação diária de R\$ 193.940,00, sendo que a Skymaster havia cotado R\$ 206.000,00.

O contrato firmado com a Beta, após sucessivas prorrogações e reajustes, teve vigência até final de abril de 2005, quando o preço por operação diária encontrava-se em R\$ 283.772,75.

#### 6.2.2.2 Formação de sociedade de fato entre a Skymaster e o Grupo Promodal

No período compreendido entre os anos de 1997 e 2002, o Sr. Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho presidiu uma sociedade de fato que englobava diversas empresas, entre elas as empresas Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda. (Beta) e Promodal Logística e Transportes Ltda. Os proprietários da sociedade eram o Sr. Morato e o Sr. Ioannis Amerssonis, ambos com 50% de participação, embora, juridicamente, as empresas tivessem participações societárias diversas.<sup>7</sup>

7 Trecho do documento intitulado “Instrumento Particular de Promessa de Permuta de Participações Societárias, Dissolução de Sociedades de Fato e Outras Avenças”, firmado entre o Sr. Morato Leite Filho e o Sr. Amerssonis: “referidas empresas se acham tituladas total ou parcialmente ora em nome de um, ora em nome do outro contratante, ou sua esposa, bem com em nome uma das outras, com exceção de pequenas participações atribuída a colaboradores de tais sociedades, ou ainda com exceção de participações existentes em nome de terceiros”.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 126

Empresas Envolvidas	Proprietário após a dissolução da sociedade
Costa do Sol Operadora Aeroportuária S/A GPT – Participações e Empreendimentos Comerciais Ltda. Mercosul Warrant e Logística S/A Planave Navegação da Amazônia Ltda. Promodal da Amazônia – Armazéns Gerais Ltda. Promodal Logística e Transportes Ltda. Promodal Transportes Aéreos Ltda. Tecnocargo Transportes da Amazônia Ltda. Tecnocargo Transportes Ltda. Transmac Transporte Intermodal Ltda. Zenaservice Logística e Transportes Ltda.	Antônio Augusto Morato Leite Filho Conceição

Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda. (Beta) Brazilian Express Transportes Ltda. (Bex) Brazilian Express Logística e Transportes Ltda. (Belt) Prologística Transportes e Distribuição Ltda.

Ioannis  
Amerssonis

Em 15/4/2002, o Sr. Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho firmou acordo com a empresa Skymaster, denominado “Contrato de Permuta/Participação de Cotas das Empresas Skymaster Airlines Ltda – CNPJ/MF N° 00.966.339/0001-47 e Promodal Logística e Transp. Ltda – CNPJ 57.679.826/0001-04”, segundo o qual o Sr. Morato passaria a ter 50% de participação no fundo de comércio da Skymaster e os sócios da Skymaster, 50% no fundo de comércio da Promodal8. O contrato foi rescindido cerca de quatro meses depois, em 8/8/2002, por razões alheias a esta comissão.

Destarte, verifica-se que ao menos no período compreendido entre 15/4/2002 e 2/8/2002, as empresas Skymaster e Beta faziam parte de um mesmo conglomerado informal de empresas. Ainda que não se tenha notícia dos negócios celebrados nesse período, tal fato evidencia o nível de proximidade entre as empresas. Mais que isso, denota a evolução no

8 Denominação adotada no contrato para designar as empresas envolvidas na negociação: Promodal Logística e Transportes Ltda e a sua controladora, empresa Time Traveller Turismo e Empreendimentos Ltda, ambas controladas pelo Sr. Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 127

### 6.2.2.3 Ex-presidente da Beta defende interesses da Skymaster junto aos Correios

Posteriormente, em 21/8/2002, a Empresa Skymaster e o Sr. Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho firmaram um Contrato de Representação e Novos Negócios para prestação de serviços de representação comercial da Skymaster junto à ECT, envolvendo atividade de acompanhamento, em diversos setores da estatal, relativamente ao Contrato n° 11.008/2001 (linhas “A” e “C”), firmado em 24/12/2001 em decorrência do Pregão n° 045/2001.

Havia, no contrato, na cláusula referente à definição do objeto (subitem 2.2), o seguinte ajuste: “Caso haja mudança na atual estrutura de decisões dos Correios, este contrato deverá ser rediscutido em todas as sua cláusulas, visando a sua adequação às novas estruturas, inclusive ser rescindido, se for o caso”. Pelo conteúdo dessa cláusula, não é demais inferir que o Sr. Morato desfrutava de grande prestígio e influência junto às instâncias decisórias da ECT.

Como forma de pagamento pela prestação dos serviços, a Skymaster deveria repassar ao Sr. Antonio Augusto Morato 50% dos lucros líquidos auferidos sobre o valor da diferença de faturamento verificada na execução do Contrato n° 11.008 – linhas “A” e “C” (Pregão n° 045/2001), em relação ao contrato oriundo da Concorrência n° 010/2000, linha “F”, operada pela empresa Beta.

RQS n° 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 3921
Doc: 98

A Skymaster também se obrigou, por esse contrato, a pagar ao Sr. Morato 50% dos lucros líquidos auferidos sobre o faturamento verificado na execução dos novos negócios por ele obtidos.

Como se observa, a Skymaster e o ex-presidente da Beta, Sr. Morato, ajustaram um verdadeiro contrato de lobby a ser realizado junto à ECT, fundamentalmente em razão do prestígio e nível de influência de que o Sr. Morato desfrutava, em 21/8/2002, junto às instâncias decisórias da estatal.

Convém aqui chamar a atenção para o fato de que esse mesmo Sr. Morato assinou, representando a empresa Beta, o Termo de Compromisso de Subcontratação com a Skymaster. Conforme já assinalamos, o termo foi

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 128

firmado em 21/7/2000, faltando exatos quatro dias para a realização da Concorrência nº 010/2000, em 25/7/2000, cuja linha F foi vencida pela empresa Beta, já que esta “concorreu” apenas com a Skymaster.

Impõe-se, desse modo, indagar: que competição houve entre a Skymaster e a Beta?

### **6.2.3 Análise das Contratações da Skymaster -Linhas A e C**

#### **6.2.3.1 Dispensa De Licitação nº 002/2001**

As linhas “A” e “C” foram contratadas em outubro de 1997 com a empresa Interbrasil Star S/A, por meio de Procedimento Especial de Negociação, cujo contrato de nº 8.895/97 previa vigência de um ano, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite de cinco. A carga total contratada era de 56.000 kg para linha A e de 58.000 kg para linha C, com valor de R\$ 52.421,91 por operação diária de cada linha, totalizando R\$ 104.843,82. No Terceiro Termo Aditivo, a quantidade de carga contratada foi alterada para 55.000 Kg (Linha A) e 57.000 Kg (Linha C), enquanto o valor subiu para R\$ 67.477,79, o que levou o preço total diário de operação de ambas as linhas para R\$ 134.955,58. O contrato foi rescindido em 10/4/2001, em razão da impossibilidade de a empresa Interbrasil continuar operando de forma eficiente. Até a próxima contratação, a carga postal relativa a essas linhas foi transportada por meio da viação aérea comercial (VAC).

De acordo com as cópias das faturas remetidas a esta CPMI pela ECT através do ofício 0163/PR, verifica-se que o transporte da carga referente às linhas A e C, através da viação aérea comercial, no período compreendido entre a rescisão do contrato com a Interbrasil e a próxima contratação (ocorrida no dia 09/5/2001), coube à empresa Skymaster. Relativamente aos serviços prestados, foram apresentadas as faturas de nº 0104/01 no valor de R\$ 1.443.951,93 e a de nº 0119/01 no valor de R\$ 428.688,36, totalizando R\$ 1.872.640,29.

Considerando que as únicas faturas apresentadas pela ECT, relativamente ao pagamento dos serviços de transporte da carga referente às linhas A e C foram emitidas pela Skymaster, conclui-se que essa foi a única empresa contratada no âmbito da viação aérea comercial para atendimento à ECT nesse período. Considerando, ainda, que as aeronaves que a Skymaster

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 129

dispunha à época eram do modelo Boeing 707, com capacidade de transporte de cerca de 35 toneladas, ela pôde operar como se fosse uma empresa contratada regularmente para operação de linhas da RPN, ou seja, pôde atender às especificações constantes das fichas técnicas no tocante a trechos e horários de partida e chegada nos aeroportos definidos nas linhas.

Em 03/5/2001 foi autorizada pela DIOPE (Diretoria de Operações) e pela Presidência da ECT a contratação por emergência. Na ocasião, no âmbito do processo de Dispensa de Licitação nº 001/2001, foram consultadas três empresas que apresentaram, em 08/5/2001, as seguintes propostas de preço, por operação diária de cada linha: VarigLog – R\$ 88.000,00, Skymaster – R\$ 119.000,00 e Beta - R\$ 215.000,00. A estimativa de preço da ECT era de R\$ 117.500,00. Até a conclusão desse processo de contratação, a carga postal relativa a essas duas linhas (“A” e “C”) foi transportada por meio da viação aérea comercial.

Foi, então, assinado contrato com a Varig Logística S/A (VarigLog), em 09/5/2001 (Contrato nº 10.698/2001), ocorrendo um incremento da carga contratada da linha A para 85 mil kg e da linha C para 105 mil kg, abarcando o volume de carga que era transportada pela Viação Aérea Comercial e que passou a ser transportada pela RPN. Devido a desempenho insatisfatório da contratada, o contrato foi rescindido, tendo a VarigLog operado por aproximadamente 48 dias.

Quanto à rescisão, sintetizamos no quadro abaixo o cronograma dos fatos que antecederam a próxima contratação - Dispensa de Licitação nº 02/2001.

<p>25/6/2001 DATA OCORRÊNCIA 20/6/2001 CI/DEGEO/DAER/-310/01 – expedienteparecer sobre a rescisão contratual e inabilitação da empresa. 25/6/2001 PARECER/DEJUR/DJOPE – 44/2001 – sugere a rescisão contratual e alerta que quanto à inabilitação haveria a necessidade de serem seguidos os trâmites legais. 26/6/2001 FAX/DEGEO/DAER-</p>	<p>RELATÓRIO DEGEO – 002/2001 – solicita autorização para contratação emergencial. encaminhado ao DEJUR, no qual são relatados os problemas enfrentados na execução do contrato com a VarigLog e solicita</p>
---	---

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Fls: 3922  
Doc: 100

315/01 comunica a VarigLog acerca da rescisão do contrato n. 10.698 a partir daquela data. É autorizada a contratação pelo Diretor de Operações e pelo Presidente.	
26/6/2001 25/6/2001 25/6/2001 26/6/2001 26/6/2001	São respondidas as consultas, sendo que a Aero Express Táxi Aéreo Ltda informou a impossibilidade de cotar em virtude da exigüidade do tempo exigido para resposta, razão pela qual pleiteou prorrogação do prazo até às 17 horas; a Beta apresentou preço, mas solicitou prazo de 10 dias para iniciar a operação e a TAF informou não possuir aeronaves de grande porte para atender essas linhas, restando, apenas, em condições de atender às necessidades da ECT, a proposta da Skymaster. São remetidas consultas a oito empresas, com prazo para apresentação dos preços até o dia seguinte (26/6) às 12 horas, para início de operação no mesmo dia 26/6/2001. Divulgado o resultado e assinatura do contrato. Início da operação das linhas A e C pela Skymaster.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 130

Ratificação da contratação pela REDIR-026/2001.

Salienta-se a rapidez com que foi conduzida a nova contratação. Analisando-se com mais detalhe a documentação foi possível detectar que o Relatório DEGEO-002/2001, o qual teve como objeto a solicitação da contratação emergencial, é datado de 25 de junho de 2001. Entretanto, narra fato ocorrido no dia seguinte 26/6, relativamente à notificação da rescisão do contrato até então mantido com a VarigLog (Contrato nº 10.698). Se pensarmos na hipótese de erro de digitação, concluiremos que as consultas às empresas para cotação de preços ocorreram antes mesmo de ser autorizada a contratação. Não se descarte a hipótese de que o documento tenha sido produzido a posteriori.

De estranho, há de se ressaltar, também, o fato de que as numerações das Comunicações Internas (CI) do Departamento de Gestão Operacional (DEGEO) que integram o processo de Dispensa de Licitação nº 002/2001 não observam a ordem cronológica, já que a CI/DEGEO/DAER-176/01 é datada de 25 de junho de 2001, enquanto outra CI, embora de numeração posterior, CI/DEGEO/DAER – 310/01, é datada 5 (cinco) dias antes, ou seja, de 20 de junho.

Outra discrepância: a consulta para obtenção das propostas comerciais junto às companhias aéreas é realizada no dia 25/6, fixando prazo de 24 horas para apresentação dos preços e início da operação pela vencedora. Considerando o reduzido espaço de tempo para contratação e que se tratava de uma das principais linhas operadas pela ECT, tida como linha estrutural da RPN, envolvendo aeronave de grande porte e capacidade de transportar um total de 190.000 kg, não é de se estranhar que apenas uma empresa tenha atendido às exigências da

consulta. Observe-se que a empresa Beta, apesar de apresentar proposta de preço, informa que só poderia operar as linhas dentro de um prazo de 10 (dez) dias, o que, automaticamente, a excluiu da disputa, em face do caráter emergencial que caracterizava aquela Dispensa de Licitação nº 002/2001.

A própria VarigLog, que havia sido contratada na Dispensa de Licitação nº 001/2001, ao ser comunicada da rescisão contratual, informou que.

Há pouco menos de dois meses a VarigLog assumiu as duas mais importantes linhas da RPN sob condições extremamente adversas. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT deparou-se com a incapacidade de uma Contratada honrar um compromisso enquanto que, para a VarigLog, iniciar uma operação complexa em menos de 24 horas representou pesado sacrifício.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 131

Ou seja, mesmo para uma empresa que já possuía logística instalada, iniciar a nova operação revelou-se tarefa complicada, a ponto de a ECT rescindir o contrato, em menos de dois meses de operação, em razão do baixo desempenho apresentado. Logo, salta aos olhos a impossibilidade material de se buscar, em um mercado limitado como é o aéreo, outra empresa que assumisse esse compromisso no prazo de 24 horas.

Essa afirmativa é corroborada tanto pelo número de respostas (apenas duas) apresentadas à ECT no universo de oito empresas consultadas, como pela solicitação de prazo apresentada por uma das empresas que respondeu (Beta), haja vista a necessidade de tempo para “montar uma estrutura confiável em todas as localidades.” Isso implica montar equipe terrestre e aérea, além de equipamentos para embarque e desembarque de paletes, na quantidade compatível com a carga total prevista para ser transportada, associado a um prazo mínimo de permanência da aeronave no solo. Entendemos que atender tais exigências em 24 horas não era possível, naquelas circunstâncias, a não ser que a empresa já tivesse sido previamente comunicada acerca de sua possível contratação.

Esse quadro - a convocação de interessados, a escolha da proposta mais vantajosa, a assinatura de contrato e organização da infraestrutura necessária para início das operações, tudo realizado no prazo de apenas um dia - levanta sérias suspeitas de que já havia ajuste prévio entre a ECT e a Skymaster para que esta viesse a operar as linhas “A” e “C”, fazendo uso de duas aeronaves de grande porte (Boeing 707). Do contrário, como imaginar que aquela companhia aérea iria conseguir, em prazo tão curto (menos de 24 horas, repita-se), começar a operar?

Convém lembrar que a ECT expediu, no dia 25/6/2001, correspondência a 8 (oito) companhias aéreas solicitando apresentação de proposta econômica para operação das referidas linhas (A e C), a serem entregues até as 12 horas do dia seguinte (26/6/2001). A empresa Aéro Express Táxi Aéreo LTDA respondeu à ECT que, em face do curto espaço de tempo, não teria

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS Fls. 3923 Doc: 102
---

condições de apresentar proposta até às 12 horas, razão pela qual solicitava autorização para apresentar a proposta até às 17 horas. Nos autos relativos ao processo de contratação (Dispensa de Licitação nº 002/2001) não foi identificada resposta da ECT a esse pleito. Por outro lado, verifica-se que a proposta da Skymaster foi enviada por meio de fax no dia 26/6/2001 às 16h56. Admitindo-se que a ECT tenha processado as informações e assinado o contrato (nº10.721/01) em apenas uma hora, restaria à companhia aérea vencedora pouquíssimo tempo, alguns minutos para ser mais preciso, para providenciar toda infra-estrutura necessária à prestação dos serviços, já que a operação das linhas, de acordo com suas fichas técnicas,

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 132

Por oportuno, registramos que a empresa Skymaster, na Concorrência nº 006/2004 (licitação realizada para contratação das novas linhas da RPN que havia sido reformulada) ao ser indagada, em 22/3/2005, sobre a possibilidade de iniciar a operação em 01/4/2005 das novas linhas para as quais tinha se sagrado vencedora naquele certame, respondeu à ECT que: “Quanto à data de início dos serviços esclarecemos que devido a necessidade de montarmos a infra-estrutura necessária ao atendimento das Linhas 90601 e 60901, dentro dos padrões exigidos pela ECT, necessitamos de, no mínimo, trinta dias, motivo pelo qual sugerimos a data de 02/5/2004.” Há de se observar, ainda, que essa Concorrência nº 006/2004 foi homologada na Reunião de Diretoria da ECT nº 005/2005, realizada em 1º/2/2005 e, desde então, a Skymaster já teria conhecimento de que viria a operar as linhas 90.601 e 60.901, restando apenas ultimar algumas pendências judiciais. Mesmo assim, consultada em 22/3/2005, ainda precisou de pelo menos trinta dias para dar início às operações. Ou seja, não reuniu condições de dar início às operações num prazo de nove dias (entre 22/3 e 1º/4 de 2005).

Além da própria Skymaster, mais três empresas (Total Linhas Aéreas, Beta e TAF Linhas Aéreas), vencedoras de linhas licitadas na Concorrência nº 006/2004, também alegaram necessidade de prazo para organização da devida infra-estrutura, o que, no nosso modo de ver, vem a ratificar a tese de que em 26/6/2001, quando a Skymaster foi declarada vencedora da Dispensa de Licitação nº 002/2001 e começou a operar as linhas “A” e “C” naquele mesmo dia, já haveria acerto prévio com a ECT.

A proposta da Skymaster foi de cobrar R\$167.300,00, e a da Beta, de R\$236.000,00 para operação de cada linha. Após negociações com os Correios, a Skymaster concordou em reduzir sua proposta inicial para R\$ 157.000,00 por operação de cada linha, o que perfazia o total de R\$ 314.000,00 por operação diária das duas linhas “A” e “C”. Já a estimativa da ECT era de R\$ 155.000,00 por operação de cada linha.

Há de se registrar, neste instante, que tanto o preço de estimativa dos Correios quanto o preço ofertado pela Skymaster subiram significativamente no período de um mês e meio, já que, por ocasião do processo de Dispensa de Licitação nº 001/2001 (08/5/2001), quando foi contratada a empresa VarigLog, o preço ofertado por aquela empresa era de R\$ 119.000,00, enquanto a estimativa da ECT era de R\$ 117.500,00. Dessa forma, registraram-se idênticos percentuais de acréscimo na proposta da Skymaster e na estimativa da ECT, da ordem de 31,93%. Em igual período, o Dólar Americano variou 4,74%, o combustível de aviação, 26,21% e o IGPM, 1,85%, sendo esses os indexadores utilizados para atualização das parcelas

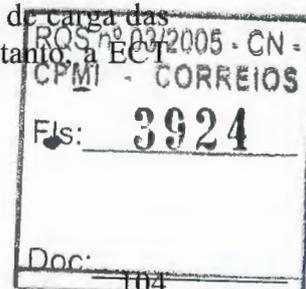
CUSTOS DO TRANSPORTE AEREO	INDEXADOR PARA CORREÇÃO
Querosene de aviação	Variação do Preço do Combustível
Arrendamento, depreciação, manutenção, revisão e seguro das aeronaves	Variação do Dólar Americano
Demais custos	Variação do IGP-M

A tabela a seguir reflete a variação dos indexadores durante a vigência do contrato:

Período	Combustível	Dólar Americano (Venda)	IGP-M
01/10/2000 a 01/10/2003	84,12%	57,08%	50,62%
01/07/2001 a 01/10/2003	26,17%	24,88%	42,52%
01/10/2001 a 01/10/2003	17,62%	8,07%	38,10%
01/10/2002 a 01/10/2003	-7,09%	-22,51%	21,87%
01/12/2002 a 01/10/2003	-0,88%	1,06%	1,49%
01/10/2003 a 02/08/2004	32,81%	4,93%	11,13%
01/10/2003 a 30/09/2004	32,81%	4,93%	11,13%
01/10/2003 a 30/04/2005	46,37%	-1,79%	12,33%

A ECT alega, no Relatório DEGEO 002/2001, que essa estimativa estava em consonância com as propostas apresentadas em concorrências anteriores, nº 010/2000/CEL/AC e nº 002/2001/CEL/AC, para linhas que demandavam aeronaves com capacidade de carga semelhante, sendo que para se chegar àquele preço estimado, adotado na Dispensa de Licitação nº 002/2001, foi tomado como referência o Relatório da consultoria Roland Berger, elaborado em 1996, no qual constam estimativas de custo por hora voada das aeronaves necessárias para o transporte dos volumes de carga demandada pela ECT.

Sobre esse preço contratado com a Skymaster, de R\$ 314.000,00 por operação diária, merece ser feita a seguinte comparação: no período de 10/4/2001 a 09/5/2001 (período compreendido entre a rescisão contratual com a empresa Interbrasil e a contratação da VarigLog) a ECT utilizou a própria empresa Skymaster para atender suas necessidades operacionais de transporte de carga das linhas A e C, contratada no âmbito da viação aérea comercial. Para tanto, a ECT pagou o total de R\$ 1.872.640,29.



Por outro lado, considerando o preço contratado na dispensa de licitação nº 002/2001, de R\$ 314.000,00 por operação diária, projeta-se um  
Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos  
Correios” Volume I - Pág. 134

gasto mensal médio para a ECT de R\$ 6.908.000,00. Mesmo considerando que a capacidade de carga contratada do período da Interbrasil para a contratação da Skymaster em junho/2001 tenha sido alterado de 112.000 Kg (Linha A – 55 ton e Linha C – 57 ton) para 190.000 Kg (Linha A – 85 ton e Linha C – 105 ton), percebe-se que houve uma expressiva variação do preço contratado pela ECT num período muito curto, inferior a dois meses.

Mais adiante, neste Relatório, restará evidenciado o superfaturamento do preço cobrado pela Skymaster na operação dessas linhas “A” e “C”, ainda mais levando em consideração a vigência, à época, de acordo firmado em 21/7/2000 entre essa empresa e sua suposta concorrente, a Beta (Termo de Compromisso de Subcontratação), com vistas à subcontratação e divisão em 50% dos serviços de transporte aéreo de carga contratados junto aos Correios.

De fato, a partir da vigência (26/6/2001) do Contrato nº 10.721 firmado entre a Skymaster e a ECT, oriundo dessa Dispensa de Licitação nº 002/2001, aquela companhia aérea subcontratou no mesmo dia 26/6/2001 a empresa Beta para a execução dos serviços, conforme Termo de Subcontratação de Serviços de Transporte de Carga Aérea encaminhado à ECT em 28/6/2001 através da carta SKY/COM-142/2001. Há de se registrar que nesse procedimento de contratação realizado pela ECT havia previsão da possibilidade da subcontratação, o que foi impedido a partir das contratações realizadas em dez/2003.

Causa estranheza o fato de a empresa Beta ter apresentado sua proposta de R\$236.000,00 por operação de cada linha, e, logo em seguida (no mesmíssimo dia de 26/6/2001), aceitar subdividir com a Skymaster os serviços contratados ao preço vencido por ela, que era de R\$157.000,00. Como são duas linhas, o valor diário almejado na proposta da empresa Beta era de R\$ 472.000,00 (R\$236.000,00 x 2), no entanto passou a receber da empresa Skymaster, em razão da subcontratação, apenas R\$314.000,00, que foi o preço vencedor da Dispensa de Licitação nº 002/2001.

Analisando-se os dados decorrentes da quebra do sigilo telefônico à disposição desta CPMI, constatou-se a ocorrência de quatro ligações efetuadas do número do telefone do Sr. Luiz Otávio Gonçalves (sócio da Skymaster e responsável por representá-la junto à ECT) para o Sr. Roberto Kfoury, Diretor Executivo da empresa Beta àquela época.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos  
Correios” Volume I - Pág. 135

Registramos, ainda, conforme já mencionado anteriormente, que a empresa Beta

havia respondido à consulta de preços da ECT informando de que necessitaria de um prazo de dez dias para dar início à operação. No entanto, analisando as informações disponíveis no Sistema de Transporte Aéreo Nacional dos Correios – STAN, verificamos que aeronave da empresa Beta, um Boeing 707, prefixo PT-BRR, começou a operar as linhas, em conjunto com a da Skymaster, já no mesmo dia da contratação (26/6/2001).

Como havia, nesse Termo de Compromisso de Subcontratação, uma cláusula de compromisso, irrevogável e irrevogável, pela qual qualquer das partes devia efetuar a subcontratação da outra para a realização de 50% (cinquenta por cento) dos serviços de cada linha que lhe fosse adjudicada, cada empresa já concorria ao processo de contratação na ECT, no caso em análise uma dispensa de licitação, sabendo, de antemão, que teria, obrigatoriamente, de subcontratar a outra, o que, evidentemente, não estimulava nenhum processo saudável de disputa, impedindo, com isso, uma possível e natural redução de preços em benefício aos cofres da ECT. E foram exatamente essas duas empresas as únicas que apresentaram propostas comerciais à ECT no âmbito do processo de Dispensa de Licitação nº 002/2001, em que pese terem sido consultadas oitavas a respeito dessa possibilidade.

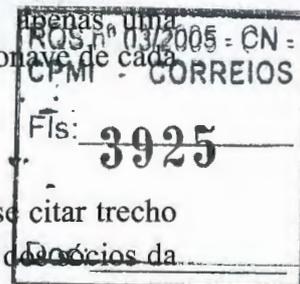
Não se confunda a circunstância em que uma empresa participa de uma disputa sem ter acerto prévio de subcontratar a outra e, posteriormente, vir a fazê-lo, quando a lei do contrato o admite; com a outra, em que se verifica a fraude, em que há acordo prévio que contempla obrigatoriedade (compromisso) de subcontratação.

O citado Termo definia que a subcontratação deveria ser realizada de forma a se alcançar a meta de cada empresa operar 50% (cinquenta por cento) de cada uma das linhas adjudicadas pela ECT. No caso de a linha exigir duas aeronaves simultaneamente, a subcontratação deveria prever o uso de uma aeronave de cada empresa simultaneamente. Se a linha exigisse apenas uma aeronave, deveria ser usada alternadamente, a cada semana, uma aeronave de cada contratante.

Inclusive, para ratificar essa visível possibilidade de conluio, pode-se citar trecho do depoimento prestado à CPMI dos Correios pelo Sr. Luiz Otávio Gonçalves, um dos sócios da Skymaster, que manteve o seguinte diálogo com o Relator desta CPMI, Deputado Osmar Serraglio:

Relatório Final dos\* Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 136

“O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Sª há de admitir que eu posso hipotetizar que duas empresas se ajustam para participar de uma licitação, mas como uma pode, eventualmente, ser mais esperta do que a outra, descumpra o acordo, as duas vão com o valor elevado, buscando a mão no pote. Mas é possível que alguma traia. Na dúvida, vamos assinar um documento, porque se você me enganar no lançamento que nós vamos fazer aproximados, nós



iremos partilhar o serviço. É uma hipótese que precisa ser aferida, mas que ela é possível é.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – Bom, hipótese pode ser, mas não foi o fato. Eu acho que poderia ser considerado como hipótese, o senhor me desculpe, Sr. Relator, se só nós dois participássemos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Uma das coisas que teremos que investigar é quantas empresas participaram.

O SR. LUIZ OTÁVIO GONÇALVES – É, porque se tiver mais do que uma empresa participando, não tem essa hipótese. O senhor há de convir comigo que, se fôssemos só nós dois participando, pode haver hipótese, mas se tiver uma, duas ou três empresas participando a mais, não tem essa hipótese.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu não diria necessariamente, mas tudo bem.”

Dentro desse contexto do diálogo pode-se citar essa contratação oriunda da Dispensa de Licitação nº 002/2001, na qual só apresentaram propostas comerciais a própria Skymaster e a Beta, em que pese não se tratar especificamente de um certame licitatório.

Outro processo licitatório do qual só participaram essas duas empresas foi a Concorrência nº 010/2000, especificamente na disputa da Linha “F”, já citada.

Como o Termo de Compromisso de Subcontratação entre as empresas fora firmado quatro dias antes da abertura das propostas da Concorrência nº 010/2000, da qual somente essas duas empresas participaram, percebe-se que o ponto de vista exposto pelo Deputado Osmar Serraglio encontra sustentação.

Há ainda outro processo de contratação (Pregão nº 045/2001) realizado em dez/2001, no qual, efetivamente, também só concorreram a Skymaster e a Beta, conforme será demonstrado mais adiante.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 137

Retornando ao processo de Dispensa de Licitação nº 002/2001, cabe informar, por derradeiro, que consta no processo o Relatório DEGEO-003/2001, de 03/7/2001, com parecer favorável à aplicação à empresa Varig Logística S/A da penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e de impedimento de contratar com a ECT pelo prazo de 2 (dois) anos. Entretanto, não há mais informações a respeito do assunto, sabendo-se que a empresa não foi apenada pela ECT. Na oportunidade, a VarigLog prestava serviços em mais duas linhas da RPN.

A respeito do fato de a ECT realizar a referida dispensa de licitação por emergência de um dia para o outro, merece ser comentado que não foi a primeira vez que a empresa teria utilizado tal expediente. Em exame do processo de Dispensa de Licitação nº 02/2000, também para a contratação de serviços de transporte aéreo de carga por emergência, a ECT enviou pedido de proposta comercial a diversas empresas para que apresentassem cotação no dia seguinte. A diferença em relação à dispensa ora analisada é que naquela o início da prestação dos serviços estava previsto para ocorrer quatro dias após a oferta das propostas, enquanto nesta veio a ocorrer alguns minutos após a oferta da proposta, com a colocação de aeronaves em dois pontos distintos do país, uma no aeroporto de Manaus e outra no de Fortaleza.

#### 6.2.3.1.1 Termos Aditivos Ao Contrato nº 10.721/2001

Foram firmados dois termos aditivos ao contrato original nº 10.721/2001, que cuidaram apenas de prorrogação contratual por igual período, mantendo-se o valor global contratado sem alteração, qual seja de R\$ 13.816.000,00, com um preço de operação diária de R\$ 314.000,00. Os termos aditivos firmados foram os de nº 10.388/00 e nº 10.387/00, de modo que o contrato original, cuja vigência era de 60 (sessenta) dias, foi prorrogado até 21/12/2001.

#### 6.2.3.2 Pregão nº 045/2001 - Linhas "A" e "C"

O contrato firmado por ocasião da Dispensa de Licitação nº 002/2001, de nº 10.721/2001, sofreu as duas prorrogações admitidas, por

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI "dos Correios" Volume I - Pág. 138

Com vistas a dar continuidade à prestação do serviço, em 05/12/2001 foi lançado o edital do Pregão nº 045/01, sendo realizada a sessão de recebimento das propostas e ofertas de lances em 17/12/2001. Dezesseis empresas retiraram o edital, quatro delas participaram da licitação e, por fim, três empresas foram classificadas para a fase de oferta de lances. O valor de referência da ECT era de R\$ 370.000,00 por operação diária de ambas as linhas. Cotaram as seguintes empresas.

Processo 03/2005 - CN  
CPMI - CORREIO  
Fls: 3926

PARTICIPANTES	PROPOSTA ESCRITA (R\$)	MELHOR LANCE (R\$)
Skymaster	390.000	380.500
Aerpostal	424.000	389.500
Beta	396.000	381.500
Total Linhas Aéreas	433.000	Desclassificada

Como o melhor lance do pregão foi o da Skymaster, no valor de R\$ 380.500,00, foi negociado com ela o valor de R\$ 369.500,00 para a operação das linhas, haja vista o preço de referência apurado pelos Correios. Foi assinado, então, o Contrato nº 11.008/01, em 24/12/2001.

A capacidade total de carga contratada passou de 85 mil quilos para 96 mil na linha “A” e de 105 mil quilos para 111 mil para linha “C”. O valor contratado foi de R\$184.750,00 por operação de cada linha, totalizando R\$ 369.500,00. O contrato nº 11.008/2001 firmado com a Skymaster teve vigência a partir de 24/12/2001. Nesse mesmo dia, a contratada firmou com a empresa Beta mais um Termo de Subcontratação de Serviços de Transporte de Carga Aérea, na forma do referido Termo de Compromisso de Subcontratação, que vinha desde julho do ano 2000.

Houve aumento de 8,95% da carga contratada pelo Edital do Pregão 45/01, entretanto não foram localizadas no processo as justificativas que amparassem tal variação. A ECT, em resposta a questionamento realizado pela Controladoria Geral da União (CGU), esclareceu, com base em dados colhidos junto ao –, Sistema de Transporte Aéreo Nacional (STAN), que, no período de junho a dezembro de 2001, a média de ocupação nessas linhas era de 91%.

Quanto a esse assunto, vale destacar que o relatório de auditoria especial elaborado pela Auditoria Interna da ECT na Rede Postal Noturna havia apontado que a unidade de medida utilizada pela empresa era inadequada para avaliação do grau de ocupação de aeronave: o Departamento Nacional de Encaminhamento da Frota (DENAF) só vinha considerando o peso da carga para avaliação do grau de utilização das aeronaves, quando

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 139

outros fatores influenciam, como a quantidade de paletes disponibilizados em cada trecho, bem como a densidade da carga transportada, por ter implicação direta na cubagem das aeronaves.

Em resposta, a área técnica da ECT informou que leva em consideração outras variáveis como quantidade de carga gerada nos diferentes dias da semana, variação da carga pelos meses do ano e plano de formação de paletes que permitam adequada conexão entre as linhas que compõem a malha. O Departamento de Auditoria (DAUDI) sugeriu, então, que se levasse em consideração o desvio padrão aos cálculos das médias de cargas transportadas e que estudos circunstanciados, que detalhassem os motivos das alterações nas quantidades de cargas contratadas, passassem a compor os processos.

Embora a tendência fosse de alta no final de 2001, no ano de 2002 a capacidade de carga transportada só se aproxima do novo total contratado pela ECT a partir de outubro. Ou seja, reduziu-se ao longo do ano a velocidade de crescimento da carga transportada, acarretando ociosidade da capacidade contratada. A minuta do contrato, anexa ao Edital, previa a possibilidade de acréscimo de carga, consoante se verifica do item 2.13 da Cláusula Segunda, in verbis: “Aceitar, durante toda a vigência contratual, os acréscimos ou supressões, por solicitação da CONTRATANTE, nas mesmas condições contratuais, tais como supressão ou inclusão de escalas e/ou rotas, alterações de horários, alteração da capacidade contratada ou outras que se fizerem necessárias, limitados, os acréscimos e supressões, à variação estabelecida na legislação vigente”.

Entretanto, a área técnica não adotou qualquer medida com vistas a diminuir a

quantidade contratada, com impacto direto nos preços então praticados. Essa iniciativa, porém, só vem a ocorrer ao final do exercício de 2002, por ocasião da solicitação de reajuste de preços efetuada pela Skymaster, quando, então, é sugerida a diminuição da capacidade de carga contratada, objetivando a redução no aumento de preço considerado devido.

Diminuindo-se a capacidade de carga contratada, restaria, à disposição da companhia aérea, mais espaço nas aeronaves, que poderiam ser utilizadas para o transporte de outras cargas, auferindo novas receitas. Considerando que o instrumento contratual permitia o ajuste da capacidade contratada, caso fosse necessário, não se identifica explicação para o fato de não ter sido adotada tal atitude ainda no primeiro semestre de 2002, quando os dados sobre carga transportada sinalizavam para um nível de utilização aquém da capacidade original, definida no contrato.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 140

#### 6.2.3.2.1 Impugnações Ao Edital

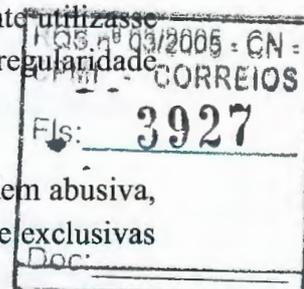
A VarigLog impugnou os itens 2.2, letra “d”, e 3.2.4, “a.1”, do Edital, que vedavam: o primeiro, a participação de empresas que exerciam atividade tidas como concorrentes às da ECT, como a entrega de malotes, documentos e encomendas expressas; o segundo, a utilização, por qualquer dos licitantes, de aeronaves dessas empresas. Além disso, o subitem 3.2.4, “a.1”, fazendo remissão ao subitem 3.2.3 do edital, impedia, também, que o licitante viesse a utilizar aeronaves de empresas que não atendessem às exigências relativas à regularidade fiscal. Ou seja, as cláusulas restritivas impediam, também, que o licitante utilizasse aeronave, por exemplo, da Varig ou da Vasp, que se encontravam em situação de irregularidade fiscal.

Quanto a essa última questão, verifica-se que a restrição foi, de tal ordem abusiva, que se exigiu, até da arrendadora da aeronave, atendimento de condições específicas e exclusivas de um licitante.

As impugnações apresentadas pela VarigLog foram rejeitadas pela ECT sob a alegação de que a exigência estaria atendendo ao interesse público e estava alicerçada em experiências anteriores, pois a ECT viu “por diversas vezes, a sua carga ser relegada a segundo plano, enquanto que a carga compartilhada da sua concorrente era priorizada, no embarque e desembarque, sem mencionar atrasos, cortes de carga postal e cancelamento de vôos freqüentemente ocorridos em detrimento da qualidade dos serviços da ECT”. Dessa forma, a manutenção das cláusulas significou restrição à competitividade, impedindo que a VarigLog disputasse o certame.

O que causa estranheza é o fato de a restrição atingir particularmente a VarigLog, empresa que mantinha, naquela ocasião, contratos de transporte aéreo de carga com a ECT para operação de duas linhas da RPN (linha “I” e “J”).

Se a ECT não estava satisfeita com os serviços prestados pela VarigLog na



operação das linhas “A” e “C” e, por conseguinte, não desejava que ela voltasse a operar tais linhas, deveria ter adotado as providências legais e pertinentes à matéria visando à instauração de processo administrativo com o fim de aplicar as sanções legais.

De acordo com o artigo 87 da Lei 8.666/93, a ECT, garantindo a defesa prévia, poderia, até, vir a suspender temporariamente a VarigLog de participar em licitação e contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos. No entanto, a ECT não veio a instaurar procedimento com esse fim, preferindo efetuar a inserção de exigências ilegais, de cunho extremamente restritivo, visando impedir a participação daquela empresa no

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 141

certame licitatório. Considerando o mercado de aviação aérea de carga no país ser pouco concorrencial, tal restrição acabou, por fim, direcionando o respectivo processo licitatório, ainda mais, levando-se em consideração o fato de as empresas Beta e Skymaster mantinham termo de compromisso de subcontratação dos serviços que viessem a contratar com a ECT.

A VarigLog, além de tentar impugnar as cláusulas restritivas no âmbito administrativo nos Correios, representou ao TCU, que decidiu, em 26/8/2004, pela ilegalidade de tais exigências e determinou a realização de nova licitação para as linhas “A” e “C” (Acórdão nº 1.577/2004-2ª Câmara).

Além dessas iniciativas, a VarigLog ingressou com ação judicial (mandado de segurança com pedido de liminar) no dia 13/12/2001 buscando assegurar seu direito de participar do referido Pregão. No entanto, a VarigLog, estranhamente, desistiu da ação no dia seguinte.

Excluída a VarigLog, restaram quatro empresas interessadas no Pregão nº 045/2001. Entretanto, uma delas, a Total Linhas Aéreas, foi desclassificada ab initio. Efetivamente, na fase de ofertas de viva voz, participaram a Skymaster, a Beta e a Aerpostal.

O Sócio da Aerpostal à época, Sr. Sérgio Perrenoud Vignoli assinou declaração - exigida pelo Edital em seu subitem 4.3.3. - a respeito de vários aspectos, inclusive no sentido de que sua empresa atendia a todas as exigências técnicas.

Ocorre que, segundo informações remetidas a esta CPMI pelo Departamento de Aviação Civil (DAC), a Aerpostal não estava habilitada a operar nesse ramo de atividade por não cumprir os requisitos técnicos exigidos no subitem 3.2.4.b do Pregão nº 045/2001, que dispunha expressamente sobre a necessidade de apresentação do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA), expedido pelo DAC. De acordo com periódico Dia a Dia nº 508, de maio de 2005, do Sindicato dos Aeronautas (ver [www.aeronautas.org.br](http://www.aeronautas.org.br)), até aquela data a empresa ainda não havia obtido a necessária homologação junto ao DAC. Portanto, é evidente que a participação da Aerpostal serviu apenas para simular competição, pois já sabia que, embora cotando o menor preço, não teria condições de ser contratada.

Como na modalidade de pregão a aferição da qualificação técnica só é realizada da licitante vencedora, que no caso foi a Skymaster, tornou-se possível a participação da Aeropostal, de modo a conferir aparência de competição ao certame, já que sabia, antecipadamente, não possuir as condições exigidas em edital para sagrar-se vencedora.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 142

Além disso, conforme atestam os dados extraídos do Sistema CNPJ da Secretaria da Receita Federal, o Sr. Roberto Kfourri foi incluído como sócio-gerente da Aeropostal em 28/9/2001. Pouco antes, até julho de 2001, o Sr. Kfourri era Diretor Executivo da Beta, empresa pela qual chegou a assinar contratos e termos aditivos com a ECT. E, muito embora tenha afirmado em depoimento a esta Comissão que se desligou da empresa Beta no dia 05/7/2001, o Sr. Kfourri firmou, em 13/9/2001, ainda na condição de Diretor-Executivo, o termo aditivo nº 10.872 entre a Beta e a ECT.

Portanto, se a Aeropostal não era concorrente com capacidade de sagrar-se vencedora, devido ao fato de não atender às exigências editalícias, e as outras duas licitantes, Skymaster e Beta, mantinham acordo para divisão dos serviços contratados com a ECT, pode-se concluir que restou frustrado o caráter competitivo do certame, com fortes e evidentes indícios de burla à licitação.

Em princípio, os responsáveis pelo processo de contratação são: o presidente dos Correios, Sr. Hassan Gebrim; o Diretor de Operações, Sr. Carlos Augusto de Lima Sena; a pregoeria, Sra. Marta Maria Coelho; a equipe de apoio ao Pregão nº 045/2001, formada pelos Srs. Jorge Eduardo Martins Rodrigues, Luiz Carlos Scorsatto, Paulo Eduardo de Lima, Agnaldo Nunes de Lima, Taylor Montedo Machado e Nauber Nunes do Nascimento. Todavia, em relação à equipe de apoio, indicaremos neste relatório apenas os Srs. Jorge Eduardo Martins Rodrigues e Luiz Carlos Scorsatto, em razão de seus notórios conhecimentos técnicos sobre a Rede Postal Aérea Noturna.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS Fts: 3928 Doc:
---

#### 6.2.3.2.2 Termos Aditivos ao Contrato nº 11.008/2001

O primeiro Termo Aditivo (nº 11.277/02) firmado em 24/6/2002 com a Skymaster limitou-se a prorrogar o contrato, pois o reajuste reivindicado pela empresa foi indeferido pela ECT, sob a alegação de elevada remuneração média das linhas e à reduzida variação dos insumos sobre os custos (variação do querosene de aviação, dólar e IGP-M no período).

Posteriormente, a Skymaster solicitou reequilíbrio do contrato, com correção de 44,33% para linha “A” e de 41,59% para a linha “C”, decorrente de elevação dos custos diretos.

A ECT, em reunião de 20/11/2002 ofereceu um reajuste de 7,6% e um ajuste na carga operada, de forma a reduzir 9 posições de paletes e cerca

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos

Em 29/11/2002, a empresa solicitou que fosse retirada a exigência de utilização exclusiva da aeronave para o transporte de carga da ECT nos trechos Brasília/Guarulhos, Guarulhos/Rio e Rio/Salvador, além de um reajuste de no mínimo 22%, já que o IGP-M do período havia sido de 20,78%.

O Coordenador do Grupo de Trabalho instituído par examinar os reajustes dos contratos da RPN (PRT/PR-244/2002) acolheu o pleito da empresa, passando as linhas “A” e “C” no total para R\$ 429.987,00 por operação (reajuste de 16,37%) e redução de 5 paletes do inicialmente contratado, o que poderia gerar uma receita extra de paletes na ordem de R\$ 19.050,00, correspondendo a 5,16% sobre o valor do contrato. O somatório das duas ações, concessão de reajuste e redução de paletes, corresponderia a uma elevação de receita para a companhia aérea da ordem de 21,53%. Além disso, foi retirada a exigência de exclusividade do transporte de carga postal nos trechos mencionados no parágrafo anterior, o que permitiria à Skymaster auferir novas receitas provenientes do transporte de carga própria nos espaços remanescentes da aeronave.

Assim, em 24/12/2002 foi assinado o Segundo Termo Aditivo (nº 11.569/02), com alteração da carga contratada. A linha “A” teve uma redução de 96 para 90 mil Kg e a linha “C” de 111 para 101 mil Kg. Essa alteração teve amparo no levantamento dos dados das cargas médias transportadas, conforme anexado ao processo de gestão contratual.

Em 24/6/2003 foi assinado o Terceiro Termo Aditivo que apenas prorrogou a vigência do contrato até 23/12/2003.

### **6.2.3.3 Pregão nº 106/2003 - Linhas “A” e “C”**

Com vistas a efetuar avaliação técnica da malha da Rede Postal Aérea Noturna, para atender à demanda de carga e aos padrões de qualidade definidos pela ECT, com minimização de custos, o Presidente da ECT, Sr. Airton Langaro Dipp, instituiu um grupo de trabalho por meio da Portaria PRT/PR-245/2003, de 26/6/2003. Para auxiliar o grupo de trabalho, foi contratado o Consultor Brigadeiro Venâncio Grossi, ex-diretor do DAC.

#### **6.2.3.3.1 Contratação do Brigadeiro Venâncio Grossi**

Sobre a contratação do Brigadeiro Grossi, cabe abordar matéria da revista Época, edição de 27/6/2005, noticiando que as despesas do consultor com hospedagem em Brasília eram pagas pela empresa Promodal, lançando suspeitas de tráfico de influência na estatal com o fim de beneficiar a empresa Promodal Transportes Aéreos Ltda, vinculada ao Grupo GPT, de propriedade do Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho.

Certo é que as despesas de hospedagem do consultor foram pagas pela Promodal, fato reconhecido pelo Sr. Venâncio Grossi - com a ressalva de que os valores teriam sido

ressarcidos à empresa. Todavia, não foi esclarecido quem pagou ao consultor pelos serviços prestados aos Correios, no valor de R\$ 45.000,00.

Sabe-se que o consultor não recebeu o pagamento diretamente da estatal, mas supostamente da empresa SINP – Serviços On-Line e Informações LTDA, contratada pela ECT por intermédio da Fundação Universidade de Brasília, em espécie, sem recibo. Todavia, o proprietário da empresa, Sr. Paulo Marcos Baptista de Oliveira, nega que o tenha feito.

O processo de sindicância instaurado no âmbito dos Correios para apurar a contratação irregular do Sr. Venâncio Grossi concluiu pela responsabilização do Sr. Maurício Marinho<sup>9</sup>, que supostamente teria autorizado o pagamento ao consultor. A conclusão da comissão de sindicância contrasta com a informação prestada a esta CPMI pelo Sr. Grossi, que afirmou ter sido convidado para o trabalho pelo Sr. Airton Langaro Dipp, então presidente da ECT, e do fato de não ter sido esclarecido a origem do pagamento ao consultor.

Abstraindo-se a forma anômala como foi contratado, não há indícios de irregularidades na atuação do consultor: a empresa cujos interesses supostamente defenderia - Promodal Transportes Aéreos Ltda - não logrou êxito na única licitação em que participou nos Correios; a consultoria prestada à estatal levou a uma economia substancial dos gastos com a Rede Postal Noturna.

Feita a abordagem sobre fatos envolvendo o nome do Sr. Venâncio Grossi, passamos ao exame do Pregão 106/2003.

#### 6.2.3.3.2 Renegociação dos Contratos

9 Empregado dos Correios flagrado recebendo vantagem indevida de empresários para intermediar negócios na estatal A repercussão das imagens motivou a instauração desta CPMI.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI 03/2005 - CN =  
Correios” Volume I - Pág. 145

CPMI - CORREIOS
Fls: 3929

A partir do segundo relatório parcial do grupo de trabalho PRT 245, o Presidente da ECT decidiu pelo encerramento dos trabalhos no estádio em que se encontravam, dando início à fase de negociações dos contratos com as companhias aéreas, com vistas à obtenção de redução de preços nas diversas linhas da RPN, fazendo uso, para tanto, do resultado dos trabalhos até então desenvolvidos pelo referido grupo.

Para realizar esse processo de renegociação, foi designado novo grupo de trabalho por meio da Portaria PRT/PR – 296/2003, que procedeu às negociações no período de setembro a novembro/2003 com todas as companhias aéreas que prestavam serviço de transporte de carga na RPN.

Segundo relatório final do grupo de trabalho designado pela Portaria PRT/PR – 296/2003, “dentre as nove empresas aéreas que operam a malha da RPN, a Skymaster foi a única que não aceitou discutir a planilha de formação de preço da maneira como vinha sendo feito com as demais e, em decorrência dessa fato, o grupo de trabalho sugeriu a abertura de licitação, na modalidade de Pregão, para as linhas A e C”. A Skymaster teria condicionada a abertura de sua planilha de preços à prévia apresentação da planilha de custos elaborada pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria PRT/PR-245/2003 para fins de renegociação.

Pelo que se depreendeu da leitura da ata da reunião de renegociação ocorrida com a empresa Skymaster em 21/10/2003, essa empresa havia informado que sua proposta era aquela constante da planilha que compõe o valor atual do contrato (R\$429.987,00 para operação das duas linhas). Como resultado das negociações realizadas com as companhias aéreas foi observado o seguinte quadro de redução de preços.

Linha	Empresa Aérea	Valor atual da operação (R\$)	Valor reduzido na negociação (R\$)	Valor renegociado por operação (R\$)	Redução
B	Total	16.400,00	400,00	16.000,00	2,44%
F	Beta	258.835,65	25.557,06	233.278,59	9,87%
H	Total	114.990,40	2.990,40	112.000,00	2,60%
I	VarigLog	133.672,81	1.976,81	131.696,00	1,48%
K	Trip	94.186,65	2.844,72	91.341,93	3,02%
N	Total	26.308,80	1.308,80	25.000,00	4,97%
Z	Total	21.924,00	924,00	21.000,00	4,21%
SP4	Total	28.000,00	1.602,00	26.398,00	5,72%
G	Taf	112.103,35	3.755,43	108.347,92	3,35%
SP3	Trip	35.400,00	1.415,00	33.985,00	4,00%
Total		841.821,66	42.774,22	799.047,44	5,08%

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria PRT/PR-245/2003 analisou, entre outros aspectos, a real necessidade de capacidade de carga

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 146

contratada em cada linha, verificando-se, para tanto, o histórico de carga efetivamente transportada. Sob esse aspecto, concluiu o grupo que haveria espaço para redução em várias delas.

Dessa forma, ajustando-se o valor a ser pago pelo transporte aéreo ao da proposta de redução de carga contratada (utilizando-se para tanto o preço por Kg contratado), encontra-se patamar de redução semelhante àquele fruto das negociações, qual seja de 5,03%, conforme quadro a seguir.

Linha	Empresa Aérea	Capacidade de carga contratada (Kg)	Capacidade de carga ajustada (Kg)	Valor ajustado à nova capac. de carga	Valor negociado (R\$)	Proposta de redução da capac. de carga	Redução do preço com negociação
B	Total	8.000	8.000	16.400,00(R\$)	16.000,00	0,00%	2,44%
F	Beta	147.000	136.000	232.423,85	233.278,59	7,48%	9,87%
H	Total	100.000	99.000	113.840,50	112.000,00	1,00%	2,60%
I	VarigLog	55.500	54.000	130.060,03	131.696,00	2,70%	1,48%
K	Trip	58.000	58.000	94.186,65	91.341,93	0,00%	3,02%
N	Total	12.000	12.000	26.308,80	25.000,00	0,00%	4,97%
Z	Total	9.000	9.000	21.924,00	21.000,00	0,00%	4,21%
SP4	Total	10.500	9.900	26.400,00	26.398,00	5,71%	5,72%
G	Taf	57.000	48.000	94.402,82	108.347,92	15,79%	3,35%
SP3	Trip	12.500	12.000	33.984,00	33.985,00	4,00%	4,00%
Total		469.500	445.900	789.930,65	799.047,44	5,03%	5,08%

As renegociações ocorreram, no entanto, sem redução das capacidades de carga contratada. As empresas aceitaram a redução do preço contratado, conforme percentuais constantes do quadro anterior. Esse comparativo serve, apenas, para se ter a noção de que a redução de custos obtida pela ECT encontrava-se dentro de um patamar esperado, tão-somente levando-se em consideração a efetiva utilização dos espaços das aeronaves. Ou seja, apenas com o ajuste da capacidade contratada às efetivas necessidades, já seria suficiente para alcançar o patamar de redução dos preços obtido com a negociação.

Deve-se observar que naquela oportunidade as contratações de transporte aéreo de carga pela ECT eram realizadas por capacidade de carga por trecho e não por fretamento total da aeronave, como ocorre atualmente na nova malha da RPN, licitada através da concorrência nº 006/2004 em novembro/2004. Assim, naquela ocasião, poderiam as companhias aéreas transportar carga própria nos espaços remanescentes das aeronaves, nos trechos em que a ECT não exigisse exclusividade.

Além dessas linhas que tiveram seus valores renegociados e reduzidos, outras tiveram seus valores contratuais mantidos.

Linha	Empresa Aérea
T	Abaeté
BS1, BS2, M, S, R	Penna
U	Taf
SP1, SP2	Tam Marília
J, SP5	VarigLog

RQS nº 03/2005 - CN - CPML - CORREIOS
Fls: <b>3930</b>
Doc: _____

Houve, também, a supressão da linha BA-02, no valor diário de operação de R\$ 4.333,89, o que correspondia a um gasto anual de R\$ 1.144.146,96.

#### **6.2.3.3.3 Processo Licitatório**

Para as linhas “A” e “C”, que vinham sendo operadas pela Skymaster ao valor diário por operação de R\$ 429.987,00, para uma capacidade de carga contratada de 191.000 Kg, foi então realizado o Pregão nº 106/2003 em dez/2003, já que não houve acordo nas negociações.

Nesse pregão a capacidade total de carga contratada foi reduzida para 170.000 Kg, sendo 77.000 Kg na linha “A” e 93.000 Kg na linha “C”, tendo em vista o histórico de efetiva utilização sinalizar nesse sentido. Para esse certame licitatório, a ECT considerou como estimativa de preço o anexo 6 do Relatório Final do Grupo de Trabalho da PRT/PR-245/2003, que teve como sustentação a consultoria prestada pelo Brigadeiro Venâncio Grossi. Assim, o valor utilizado como referência foi de R\$ 345.335,29, sendo R\$ 173.367,95 para a Linha “A” e R\$ 171.967,34 para a Linha “C”. No entanto, há de se considerar que essa estimativa foi elaborada para uma capacidade total de carga contratada de 191.000 Kg, que era a até então vigente em contrato para as linhas “A” e “C”, mas no Pregão nº 106/2003 a capacidade total contratada foi reduzida para 170.000 Kg. Fazendo-se o devido ajuste, o valor de referência que se encontraria para o total de 170.000 Kg seria de R\$ 307.366,49. Seis empresas compareceram à Sessão de Abertura das propostas, realizada em 05/12/2003: Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda (Beta), Skymaster Airlines Ltda, Varig Logística S/A, Promodal Transportes Aéreos Ltda., Transportes Charter Brasil Ltda (TCB) e TAF Linhas Aéreas Ltda.

O representante da empresa TAF, embora credenciada, comunicou que a empresa não participaria do certame. O representante da

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 148

Skymaster pediu a palavra para ler uma declaração, solicitando que ela constasse em ata. Nessa declaração, afirmou que a empresa Varig Logística S/A (VarigLog) teria, antes do lançamento do pregão, encaminhado carta ao Presidente da ECT antecipando seus preços para os serviços licitados (21% a menos que os então praticados), fato esse que prejudicaria os demais licitantes e lançaria suspeitas sobre o processo. O representante da VarigLog contestou as afirmações da Skymaster, esclarecendo que a carta foi encaminhada em resposta a questionamento da ECT a respeito da possibilidade de redução de custos dos serviços, não tendo qualquer escopo de proposta de preços.

É de se destacar, ainda, que nessa correspondência enviada à ECT pela VarigLog, não havia menção a valores, mas, tão-somente, uma referência ao percentual possível de redução do valor até então pago pelos Correios para operação das linhas “A” e “C” por parte da

Skymaster.

As empresas participantes ofereceram em suas propostas escritas os seguintes preços:

	Linhas A C R\$ 144.500,00 R\$	R\$
	142.115,43 R\$ 144.750,00 R\$	289.000,00
	145.809,20 R\$ 150.583,92	R\$
		289.296,33
		R\$
	Total R\$ 144.500,00	289.500,00
Participantes TCB*	R\$ 147.170,90 R\$	R\$
VARIGLOG	144.750,00 R\$	290.585,79
PROMODAL* Beta	144.776,62 R\$	R\$
Skymaster	149.570,87	300.154,79

A TCB e a Promodal foram desclassificadas. A Promodal, por não atender ao subitem 5.3, alínea "b.1" (apresentar declaração de que a(s) aeronave(s) indicada(s) comporta(m) a capacidade de carga a ser transportada) e, assim como a TCB, por não ter apresentado a planilha de custos por linha, conforme exigia o Anexo 3, ambos do Edital.

Restaram, então, a VarigLog, a Beta e a Skymaster classificadas para participar da fase de ofertas de lances. Após 21 rodadas, a VarigLog desistiu de reduzir ainda mais o seu preço, que já se encontrava em R\$ 219.000,00, retirando-se do pregão. A Beta e a Skymaster continuaram a disputa até que, na 26ª rodada, a Beta desistiu quando seu preço estava em R\$ 214.000,00, sagrando-se vencedora a Skymaster com o preço por operação diária de R\$ 213.990,00 para o conjunto das duas linhas.

O sócio da Skymaster, Sr. Luiz Otávio Gonçalves, em depoimento prestado a esta CPMI, disse que a Skymaster já teria

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI "dos Correios" Volume I - Pág. 149

conhecimento da carta enviada pela VarigLog comentando a possibilidade de se reduzir em 21% os preços até então praticados na operação das duas linhas, para continuar a concorrer tinha de ofertar um preço menor do que 21%.

Ele fez a seguinte afirmação em seu depoimento.

"Srs. Parlamentares, inconformado com isso... Aí vale uma explicação sobre o motivo de a Skymaster ter baixado tanto o preço nessa licitação. Primeiro,



sabíamos que tinha uma proposta de 21% a menos. Então, a nossa proposta, se quiséssemos continuar a concorrer, tinha que ser menor do que 21%. Segundo, por intermédio de nossa assessoria jurídica naquela época, foi-nos dito pelo nosso assessor jurídico – lembro bem: “Olha, nós precisamos ganhar essa licitação, porque se deixarmos entre a Skymaster e os Correios um terceiro, fica difícil ganhar administrativa ou judicialmente qualquer recurso, porque tem um terceiro interessado nele.”

Considerando que a primeira oferta de uma empresa em um Pregão, por ser o seu preço máximo, deve embutir nível satisfatório de remuneração para o ofertante, incluindo, também, alguma margem de negociação a ser utilizada na fase do oferecimento dos lances de viva voz, não é demais concluir que o preço anterior de R\$ 429.987,00 carregava, em si, elevada margem de superfaturamento, em prejuízo das finanças dos Correios. Isso fica ainda mais evidenciado quando se verifica que outras quatro empresas apresentaram, como ofertas iniciais, valores inferiores ao da própria Skymaster.

Há de se fazer apenas uma ressalva nessa comparação do preço anterior de R\$ 429.987,00 que vinha sendo cobrado com os obtidos no Pregão nº 106/2003, qual seja a da capacidade total de carga contratada. Como anteriormente a capacidade total de carga era de 191.000Kg e passou nesse pregão para 170.000Kg, deve-se efetuar um pequeno ajuste, de modo que o preço de R\$ 429.987,00 anteriormente cobrado para 191.000Kg poderia equivaler a R\$ 382.710,94 para uma capacidade total de carga contratada de 170.000Kg. Isso em razão de que haveria maiores sobras de espaço nas aeronaves, que poderiam, em tese, serem comercializadas pela companhia aérea, vindo a auferir novas receitas. De qualquer forma, comparando-se esse valor de R\$ 382.710,94 aos preços ofertados no pregão, seja os das propostas escritas como os dos lances de viva voz, percebe-se uma diferença em patamar extremamente elevado.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 150

Há de se destacar que, em análise feita da fita de VHS, referente à filmagem da sessão do Pregão nº 106/2003, constata-se que, em determinado momento, já na fase dos lances, próximo ao fim da disputa, a Pregoeira interrompe e indaga dos participantes se os preços eram exequíveis, uma vez que o percentual de redução em relação à proposta inicial já era bastante significativo. As três empresas responderam afirmativamente que eram exequíveis.

As empresas Skymaster e TCB manifestaram intenção de interpor recurso. Em consequência, a Pregoeira suspendeu a sessão e abriu o prazo legal de três dias corridos para apresentação dos memoriais sobre os motivos alegados. Posteriormente, em 09/12/2003, a empresa TCB comunicou sua desistência ao recurso. Já a Skymaster apresentou, em 10/12/2003, Recurso Administrativo, sendo este indeferido.

↑  
O Recurso Administrativo da Skymaster solicitava a declaração da nulidade do

certame, alegando, resumidamente: a) ausência de laudo técnico justificando a necessidade de contratação; b) falhas no Edital quanto a omissões e imprecisões; c) a VarigLog teria antecipado seus preços; d) as demais licitantes não teriam apresentado documentação regular; e) uma das empresas estaria concorrendo com o CNPJ de empresa alheia ao certame. O recurso recebeu parecer do DEJUR/ECT pelo não conhecimento e pela sua improcedência. A Pregoeira, em 17/12/2003, denegou o recurso, afirmando ter restado provado que as alegações da recorrente eram improcedentes e que não havia motivos para reconsiderar a declaração de que a Skymaster era a vencedora do Pregão. O resultado do Pregão teve sua homologação aprovada na 50ª REDIR (Reunião de Diretoria), de 18/12/2003.

O Sr. Luiz Otávio Gonçalves, em seu depoimento a esta CPMI,, relatou haver apresentado, ao Ministério Público Federal, representação denunciando existência de conluio entre as empresas contra a Skymaster para afastá-la da prestação de serviços à ECT. A seguir são transcritos trechos do depoimento prestado.

“Houve o pregão do edital. Eu, inconformado e vendo que estava sendo prejudicado na abertura dos trabalhos do edital e porque participaram várias empresas, a Brasília Express, a Varig Logística, a Promodal, a TCB, a Skymaster e a Taf, li um comunicado onde eu citava a correspondência da VARIGLOG, que tinha sido encaminhada dia 13, oferecendo um preço 21% a menos nessas linhas. Por que fiz isso? Porque só eu podia saber disso ou outra pessoa, mas isso não era de conhecimento geral. E iria afetar o preço inicial das empresas. Se só eu sabia, lógico que

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 151

a minha proposta inicial seria 21% menor, é lógico. Mas e as outras companhias? Saberiam disso? Li a carta de proposta da Varig lá e – pasmem os senhores! – ninguém se surpreendeu. Depois eu vi porque ninguém se surpreendeu. Houve um conluio, realmente, para me tirar dos Correios. Isso fica muito caracterizado. E esse conluio foi denunciado ao Ministério Público e em um recurso, sobre o qual entrarei em maiores detalhes depois”.

Paralelamente às vias administrativa e judicial, a Skymaster buscou a via política, segundo relato do Sr. Luiz Otávio Gonçalves. Ele lembra haver procurado o Sr. Sílvio Pereira, à época Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, com o intuito de chegar “a uma instância superior”, que seria, no caso, o então Ministro das Comunicações, Deputado Miro Teixeira. Alegou o Sr. Luiz Otávio que procurou estabelecer contato com um “líder partidário” porque se sentia “frontalmente prejudicado por um elemento do PT” (o Sr. Lelinton de Souza, Presidente do Grupo de Trabalho da ECT).

Transcrevemos outro trecho do depoimento do Sr. Luiz Otávio

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: 3932
Doc: 120

“E eu fiz de tudo, através de amigos, de contatos, e consegui um telefone de uma pessoa que se dizia secretária do Sr. Sílvio Pereira. Depois de muito custo, consegui marcar uma reunião: ele me atendeu no hall do Sofitel em São Paulo, um lugar público, amplo, à mesa sentado. (...)”

A revista também alega (...) que ele fez um comentário, mas não é bem como está escrito na revista. Eu perdi a revista, mas nela se disse que o Sr. Sílvio Pereira ia tentar resolver o problema. Ele não falou nada disso, ele falou que iria estudar o problema e depois me comunicaria se seria possível uma audiência. Eu liguei para a senhora que se dizia secretária dele uma porção de vezes, não me lembro o nome, liguei várias vezes, e o Sr. Sílvio Pereira nunca me deu resposta.”

A audiência com o Ministro Miro Teixeira ocorreu, de fato, mas não por iniciativa do Sr. Sílvio Pereira, segundo o Sr. Luiz Otávio. Foi o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro quem conseguiu, finalmente, marcar a audiência. Desse encontro, no entanto, não resultou o cancelamento do processo licitatório, contrariando o interesse da Skymaster, que pretendia prorrogar seu contrato com a ECT.

As novas planilhas de preços da Skymaster, ajustadas ao seu lance vencedor, apontaram o valor de R\$ 107.356,12 por operação da linha “A” e de R\$ 106.663,88 para a linha “C” e apontavam prejuízo de R\$

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 152

Foi, então, firmado em 26/12/2003 o contrato nº 12.405/2003 com a empresa Skymaster, que vigorou até 24/12/2004.

Considerando que a operação das linhas “A” e “C” ocorria em dias úteis, no período de um ano teríamos uma totalização de possível prejuízo para a Skymaster, segundo os dados de suas planilhas e apenas por conta da operação dessas duas linhas, da ordem de R\$ 19.925.000,00 (R\$ 75.474,88 x 22 dias x 12 meses). No entanto, avaliando os dados contábeis da empresa, pôde-se verificar um prejuízo no ano de 2004 de pouco mais de R\$ 500.000,00. Como o preço contratado sofreu dois ajustes ao longo do exercício de 2004, a título de reequilíbrio contratual, abaixo da expectativa da Skymaster, percebe-se que esse montante global de possível prejuízo, teria sido um pouco maior, elevando-se, assim, seu montante global.

Em depoimento prestado à CPMI, o Sr. João Marcos Pozzetti, sócio e diretor financeiro da Skymaster, informou que o prejuízo teria sido de cerca de 21,0 milhões de reais no ano de 2004. Mais adiante serão apresentados cálculos que evidenciam que o prejuízo, na realidade, não teria existido nesse patamar.

#### 6.2.3.3.4 Termos Aditivos Ao Contrato 12.405/2003

Em 09/3/2004, a Skymaster solicitou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, alegando o acréscimo de 12% aos preços dos combustíveis e de 12,76%, a partir de janeiro de 2004, aos salários, decorrente de dissídio coletivo da categoria dos aeronautas, aumento do PIS e da COFINS por meio das Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, baixo volume de carga própria disponível para transporte nos trechos não exclusivos e impossibilidade de operar nos trechos exclusivos da ECT, nos quais haveria maior viabilidade de operar cargas próprias. Pleiteou, então, os seguintes valores: linha A – R\$ 224.289,98 e linha C – R\$ 219.027,62, perfazendo o valor total de R\$ 443.317,50, a partir de 01/4/2004. A Skymaster, caso a ECT não aceitasse negociar o reequilíbrio de preços, requeria a rescisão amigável do contrato.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 153

10

Após as devidas análises, a ECT entendeu que cabia o reequilíbrio nos seguintes índices: 8,85% para a linha “A”, passando seu valor para R\$ 116.856,92, e 8,73% para a linha “C”, passando para R\$ 115.943,42, e retirando, com as salvaguardas pertinentes, a exigência de exclusividade do transporte de carga postal em alguns trechos. Dessa forma, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Contrato em 11/5/2004, concedendo os efeitos financeiros desses reajustes a partir de 1º/4/2004.

Em 07/7/2004, a Skymaster solicitou outro reequilíbrio de preços no percentual de 13,79% a partir de 1º/7/2004, alegando a elevação de 14,83% no preço dos combustíveis e de 6,6% no preço do dólar ocorridos no período de 01/4/2004 a 01/7/2004. Como a ECT não havia decidido sobre esse pedido até 21/9/2004, a Skymaster solicitou, novamente, reequilíbrio de preços no percentual de 21,83% a partir de 16/8/2004, alegando a elevação de 25,57% no preço dos combustíveis e de 5,08% no preço do dólar ocorrida no período de 01/4/2004 a 16/8/2004. Após vários estudos por parte da ECT11, foi concedido o reequilíbrio dos preços no percentual de 19,17% para a linha “A” e de 18,80% para a linha “C”, passando seus valores por operação, respectivamente, para R\$ 139.252,59 e R\$ 137.744,40, valores esses aceitos pela contratada. Foi, então, assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato em 27/10/2004, repactuando os preços a partir de 16/8/04.



#### 6.2.3.4 Pregão nº 105/2004 - Linhas “A” e “C”

Como o contrato até então vigente (Contrato nº 12.405/2003) expiraria em 24/12/2004 e a Skymaster, questionada, informou de seu não interesse na prorrogação, a ECT providenciou a abertura de novo procedimento licitatório, o Pregão nº 105/2004.

A ECT utilizou, desta feita, para cálculo do preço de referência, resultado do

estudo realizado em 1996 pela Consultoria Roland Berger, que envolveu os seguintes custos de operação por hora voo.

10

(CI/DENAF/DGEC-717/2004, de 24/03/04; Parecer / DEJUR/ DJTEC – 022 / 2004, de 19/04/04; Relatório / GT / PRT / PR-170/2003-019/2004, de 20/04/04; CI/DENAF/DGEC-1065/2004, de 30/04/04; e Relatório/DIOPE-014/2004, de 01/05/04, aprovado na RDIR de 05/05/04 11 Estudos amparados no Relatório DGEC/DENAF- 2566 A/2004, de 13/10/2004 e na Nota Jurídica/DEJUR/DCON-1076/2004, de 18/10/2004.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 154

a) Organização de solo US\$ 2,528.00 b) Combustível, taxa do aeroporto e depreciação US\$ 3,216.00 c) Manut., seguro da aeronave, finan. e tripulação US\$ 1,897.00 Total .....US\$ 7,641.00

Com base nesse estudo, os preços de referência encontrados pela ECT totalizaram R\$ 379.717,23 por operação diária para as duas linhas, para a mesma capacidade total de carga contratada (170.000 Kg), conforme discriminado a seguir.

1 - Para a linha “A”: R\$ 190.381,65 por operação diária, perfazendo o total de R\$ 25.130.277,80 em 6 meses com 22 operações diárias cada um.

2 - Para a linha “C”: R\$ 189.335,58 por operação diária, perfazendo o total de R\$ 24.992.296,56 em 6 meses com 22 operações diárias cada um.

Total: R\$ 50.122.674,36 em 6 meses.

Das 12 empresas que retiraram o Edital, apenas duas compareceram à Sessão de Abertura, realizada em 23/12/2003, e apresentaram proposta: Beta e Skymaster.

A proposta inicial ofertada pela Beta, por operação diária das duas linhas, foi de R\$510.875,00, enquanto que a Skymaster cotou R\$ 487.520,00. Após 31 rodadas de oferta de lances, a empresa Beta desistiu, não cobrindo o último lance da Skymaster de R\$474.390,00.

Tendo em vista que esse preço oferecido no último lance pela Skymaster ficou acima da estimativa, a Pregoeira convidou o representante da empresa para negociação. Inicialmente, o representante informou que não poderia ceder, considerando que o preço

oferecido já se encontrava dentro da realidade de mercado, mas, depois, negociou, chegando ao preço de R\$ 445.670,00. Como esse valor ainda se encontrava acima da estimativa da ECT (cerca de 18%), a Pregoeira propôs o valor de R\$ 443.953,73, o que não foi aceito pelo representante da empresa Skymaster. Após discussão com a área técnica, a Pregoeira e a Skymaster chegaram ao valor final de R\$ 445.000,00 tendo em vista necessidade do serviço e o encerramento do contrato então vigente em 25/12/2004. Alegou-se que sem essa contratação os prejuízos para a ECT seriam incalculáveis, pois aquelas duas linhas, além de interligarem os

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 155

quatro nós da RPN (SP, RJ, BA e DF), representavam 24% de toda a capacidade de carga contratada pela ECT. A eventual não adjudicação representaria a necessidade de contratação emergencial por dispensa de licitação, com probabilidade de não se conseguir preço menor.

Como não foram apresentados recursos, a matéria foi submetida à Diretoria da ECT, que, em reunião extraordinária realizada em 23/12/2004, homologou os atos da Pregoeira.

Foi firmado, então, o contrato nº 13.181/2004, com o preço diário de operação de R\$ 445.000,00, representando um acréscimo de 60,65% sobre o preço anterior de R\$ 276.996,99.

Esse contrato, firmado com vigência de seis meses a contar de 27/12/2004, foi rescindido amigavelmente em decorrência do início de operação, em 02/5/2005, da nova malha da Rede Postal Aérea Noturna, que redefiniu o arranjo de linhas, itinerários, capacidade de carga contratada e horários, com a característica de fretamento total da aeronave e não mais fretamento parcial. A Skymaster sagrou-se vencedora de outras duas linhas dessa nova configuração da RPN.

Para a contratação das operadoras das linhas dessa nova malha da RPN, foi realizada pela ECT a Concorrência nº 006/2004, em novembro de 2004.



#### 6.2.3.5 Fragilidade dos Preços de Referência da ECT

É claramente perceptível tanto o nível de variação de preços praticados durante os períodos de vigência dos contratos mantidos pela ECT em relação às linhas “A” e “C”, como a variação dos preços referenciais utilizados como estimativa pela ECT quando das contratações. O quadro abaixo sintetiza a situação encontrada desde maio/2001, quando foi contratada a empresa VARIGLOG no processo de Dispensa de Licitação nº 01/2001, que permaneceu executando os serviços por apenas 48 dias, e depois tendo sido sempre executado pela Skymaster até abril/2005.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos

Processo de origem	Data	Estimativa de Preço da ECT (R\$)	Preço contratado (R\$)	Empresa Contratada	Carga Contratada (Kg)	Preço contratado por Kg (R\$)
Disp. de Licitação nº 001/2001	Mai/01	235.000,00	176.000,00	VarigLog	190.000	0,87
Disp. de Licitação nº 002/2001	Jun/01	310.000,00	314.000,00	Skymaster	190.000	1,65
Pregão nº 045/2001	Dez/01	370.000,00	369.500,00	Skymaster	207.000	1,79
2º Termo Aditivo ao Contrato oriundo do Pregão nº 045/2001	Dez/02	-	429.987,00	Skymaster	191.000	2,25
Pregão nº 106/2003	Dez/03	307.366,49 *	213.990,00	Skymaster	170.000	1,26
Pregão nº 105/2004	Dez/04	379.717,23	445.000,00	Skymaster	170.000	2,62

\* - A ECT utilizou como estimativa o valor de R\$ 345.335,29 (oriundo da Consultoria do Brigadeiro Venâncio Grossi) calculado para um total de carga contratada de 191.000 Kg. No entanto, a licitação foi para 170.000 Kg. Fazendo o ajuste para a capacidade de carga licitada encontra-se como valor de referência R\$ 307.366,49.

Os valores utilizados como estimativa pela ECT parecem não ter consistência técnica, pois a cada licitação a empresa utiliza base de cálculo distinta, como o Relatório da Consultoria Roland Berger de 1996, preços cotados em licitações anteriores para linhas de características semelhantes e o Relatório final do Grupo de Trabalho que contou com o apoio da Consultoria do Brigadeiro Venâncio Grossi.

Outro exemplo de que esses valores utilizados pela ECT não asseguram referência consistente é o caso do Pregão nº 045/2001, de dez/2001. Na ocasião foi utilizado o valor estimado de R\$ 370.000,00, superior, inclusive, ao que foi contratado junto à Skymaster (R\$ 369.500,00). Acontece que ao final de 2003, depois de o valor do contrato oriundo desse pregão ter sido reajustado em dez/2002 em 16,37%, a ECT tentou negociar com a própria Skymaster por constatar, após consultoria do Brigadeiro Venâncio Grossi, que o preço então praticado estava elevado.

Ora, se o preço inicialmente contratado estava até abaixo do preço estimado pela ECT e se depois de um ano de contrato é concedido um reajuste de 16,37% a título de repactuação, como sustentar que ao final desse segundo ano de contrato se busque uma renegociação visando a redução do preço em face de constatação de que o valor estava elevado? Estaria, então, o preço de estimativa de R\$ 370.000,00, utilizado pela ECT por ocasião do Pregão nº 045/2001, também superfaturado?

Tanto estava elevado que no Pregão seguinte, o de nº 106/2003, realizado em dez/2003, os primeiros lances dos concorrentes estavam

compreendidos entre R\$ 289.000,00 e R\$ 300.154,79, sendo que até aquele momento a Skymaster vinha cobrando da ECT a importância de R\$ 429.987,00 por operação diária das linhas A e C para uma capacidade total de carga contratada de 191.000Kg. Ajustando-se esse valor para a nova capacidade de carga contratada que foi exigida no pregão, de modo a se fazer uma comparação mais adequada, encontra-se o valor diário por operação de R\$ 382.710,94.

Diante desse quadro, considerando a evidente simulação de concorrência patrocinada pelas empresas Beta e Skymaster, pode-se concluir que, de fato, os preços cobrados pela Skymaster estavam acima dos valores que adequadamente cobririam custos e remunerariam o capital, excetuando-se o ofertado no Pregão nº 106/2003, em que realmente houve disputa, até porque não era mais permitida a subcontratação e não havia, também, a cláusula restritiva à participação de empresas que exercem ramos de atividades concorrentes à ECT e/ou de empresas que utilizem aeronaves dessas concorrentes.

A primeira grande variação de preços para essas linhas "A" e "C" ocorreu entre a primeira e a segunda dispensas de licitação ocorridas em 2001. Segundo informações colhidas no processo de dispensa de licitação nº 002/2001, o contrato nº 10.698/2001 firmado com a empresa Varig Logística S/A teve que ser rescindido 48 (quarenta e oito) dias após sua assinatura, devido ao desempenho deficiente da contratada. Foram verificados problemas como freqüentes e dilatados atrasos, além de constantes cancelamentos de trechos em virtude, basicamente, segundo a ECT, da substituição das aeronaves inicialmente utilizadas na operação (B-727) por aeronave tipo DC10, que demanda um tempo de solo muito superior ao previsto em contrato, em razão da grande quantidade de paletes que ela comporta, além de outros fatores (Relatório DENCO - 1369/2001).

Questionada sobre a grande disparidade de preços então verificada, a ECT, em resposta à CGU, afirmou que teria ficado caracterizado que a empresa vencedora da dispensa de licitação (VarigLog) tinha condições de ofertar preços inferiores ao do mercado, uma vez que na sua malha já estava programado o vôo interligando parte das Unidades da Federação atendidas pelas linhas da RPN. No decorrer da execução restou demonstrado que o aproveitamento da malha existente da então operadora da linha não atendia às necessidades operacionais da ECT, tendo em vista as dificuldades de se cumprirem os tempos de solo em cada uma das escalas da linha, em virtude do tipo de aeronave disponibilizada para a operação (resposta da ECT à CGU).

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI "dos Correios" Volume I - Pág. 158

De fato, a VarigLog já contava com sua logística implantada, o que lhe permitiria praticar preço inferior ao das demais concorrentes, que precisariam arcar com os custos de sua implantação. Contudo, verificamos que a Skymaster já havia cotado no mês de maio/2001 um valor maior que o da VARIGLOG, já por conta dessa desvantagem relativa. Ou seja, o preço ofertado em maio (R\$ 119.000,00 por operação diária de cada linha, o que resulta em R\$ 238.000,00 para as duas linhas) decorreu, aparentemente, de disputa legítima com sua concorrente.

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 3935
126
Doc:

Outro aspecto a ser considerado é o fato de que na Dispensa de Licitação 002/2001, realizada em 26/6/2001, só cotaram preços a Skymaster (R\$167.300,00) e a Beta (R\$236.000,00, sendo esta excluída por não poder dar início à operação dentro do prazo fixado, pois precisaria de 10 dias). A empresa Aero Express Táxi Aéreo LTDA enviou fax comunicando a impossibilidade de apresentar cotação até às 12 horas do dia seguinte. A partir da vigência do contrato, a empresa Skymaster subcontratou a empresa Beta para a execução de 50% dos serviços, exatamente a outra participante do processo de contratação.

Destaque-se que a estimativa da ECT, que era de R\$117.500,00 por operação na Dispensa de Licitação nº 01/2001, passou para R\$155.000,00 na Dispensa nº 02/2001, num prazo de 48 dias, representando um aumento de 31,91%. E embora a Skymaster tenha apresentado proposta, em 09/5/2001, de R\$119.000,00, aumentou em 40,58% sua nova proposta em menos de dois meses.

Compulsando-se o processo de dispensa, podemos observar as “Considerações Finais” do Chefe do Departamento de Gestão Operacional, à época, José Garcia Mendes, nas quais afirma.

“Estima-se que a nova contratação representará uma elevação aproximada de custos, em relação aos valores praticados pela VARIGLOGÍSTICA S/A, de, aproximadamente, 75%, passando de R\$176.000,00 para R\$310.000. Este valor estimado origina-se dos custos praticados na Linha contratada pela ECT através da Concorrência 010/2000/CEL/AC e das propostas apresentadas na Concorrência 002/2001/CEL/AC, para as linhas que demandam aeronaves com capacidade semelhante às linhas objeto desta contratação. Ainda, para se chegar ao valor estimado, tomou-se como referência o Relatório da Roland Berger, onde está estimado o custo por hora voada da aeronave necessária para comportar o volume de carga demandada.”

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 159

Quanto ao afirmado, não foi esclarecido quais eram os preços praticados em cada uma das concorrências mencionadas, nem o valor exato que apontou a consultoria Roland Berger que, provavelmente, foi a fonte de consulta que resultou no preço de R\$117.500,00, apurado no mês anterior. Não foi informado se esse preço referia-se à média dos valores coletados ou a um específico. Ou seja, não restou demonstrada a forma de cálculo que levou ao novo valor de referência adotado pela ECT.

Após negociações a Skymaster concordou em reduzir seu preço para R\$157.000 e foi contratada com um incremento de 31,93% sobre a sua proposta de maio. Foi assinado, então, o Contrato nº 10.721/01, em 26/6/2001. Há informação, ainda, colhida no Relatório de Auditoria Interna da ECT, que na mesma data da contratação a empresa Skymaster subcontratou a empresa Beta para a execução de 50% dos serviços, exatamente a outra empresa que participou do

processo de contratação.

Notem-se dois fatos. Primeiro, a empresa Beta, mesmo tendo cotado seu preço em R\$236.000,00 para operação diária de cada linha no processo de Dispensa de Licitação nº 002/2001, aceitou, no mesmo dia da apresentação das propostas (26/6/2001), por conta da subcontratação firmada com a Skymaster, realizar os mesmos serviços por apenas R\$157.000,00, valor esse contratado pela ECT junto à Skymaster. Segundo, a empresa Beta, em sua proposta de preço enviada à ECT em resposta à consulta formulada no âmbito da Dispensa de Licitação nº 002/2001, informou que necessitaria de 10 dias para início da operação, no entanto, no mesmo dia 26/6/2001 assinou termo de subcontratação com vigência imediata com a empresa Skymaster.

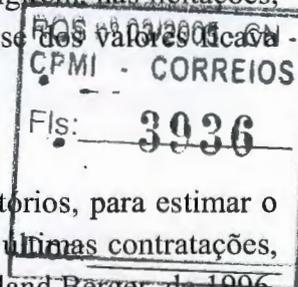
Como as empresas Beta e Skymaster já tinham o Termo de Compromisso de Subcontratação firmado em 21/7/2000 e em vigor na oportunidade da Dispensa de Licitação nº 002/2001 (junho/2001), a disputa de preço entre ambas era apenas pró-forma, uma vez que, independentemente de quem fosse a vencedora, ambas sairiam ganhando a mesma importância, já que os serviços seriam divididos entre elas em 50%. O que restava ser decidido ficava apenas por conta de quem assinaria o contrato e assumiria formalmente as responsabilidades junto à ECT. Assim, a abrupta alta de preços, nessas condições, lança sérias dúvidas acerca da justeza e adequação dos preços praticados.

Relativamente aos parâmetros adotados pela ECT, tem-se registrado pela Auditoria Interna da empresa que a estimativa de preços realizada pela ECT não é suportada por metodologia consistente. O relatório produzido registrou que inexistia pesquisa de preço de mercado ou de

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 160

evolução histórica dos custos para servir de base para a formação do preço final de cada operação nas licitações. Observou-se que, em alguns casos, foram apresentados apenas os custos das últimas aquisições (Pregão 11/2000, 10/2001, 37/2001, 45/2001 - Contrato nº 11.008/01, 19/2003, 52/2003). Afirmou-se, ainda, que apesar de a partir de 2001 se exigirem, nas licitações, as planilhas de formação de custos por parte das empresas aéreas, a análise dos valores ficava prejudicada pela carência de especialistas no DENAF.

Quando ao assunto, a ECT afirmou que, em processos licitatórios, para estimar o preço de referência da linha a ser contratada, toma como base valores das últimas contratações, assim como utiliza planilha de custo/hora voada fornecida pela empresa Roland Berger, de 1996, fornecida por ocasião da prestação de serviço de consultoria da empresa francesa L'Aeropostale. Reconheceu a ECT, ainda, que esses estudos precisariam ser revisados, em virtude das mudanças que se verificaram em todos os setores conjunturais, o que torna pouco convincente “afirmar que os valores então apresentados podem ser aplicados à realidade”. Ou seja, os técnicos não



consideram os valores obtidos por meio dos estudos da Roland Berger uma referência segura.

E mais: embora a ECT tenha passado a solicitar a planilha de custos das empresas nos certames licitatórios, relatório da área técnica apresentado na REDIR – nº 021/2003, de 28/5/2003, asseverava que era necessária uma “melhor qualificação técnica dos órgãos gestores dos contratos de transporte aéreo, notadamente no que concerne ao conhecimento dos custos de cada tipo de aeronave que opera a RPN” recomendando-se, inclusive, a contratação de consultoria cujo escopo seria o de prestar informações detalhadas sobre a participação de cada insumo na formação global do custo do transporte aéreo.

Tal afirmativa decorre do fato de que só assim seria possível analisar de forma sustentável a planilha de custos apresentada pelas empresas nos certames, pois “é fundamental importância que os profissionais da área gestora dos contratos tenham condições técnicas de avaliar a aderência das informações prestadas pelas empresas em suas planilhas de cálculo.”

Em face do exposto até o momento, é possível vislumbrar que a área técnica da ECT não possuía parâmetros confiáveis de preços em que se basear para adotar os valores de referências fixados nas licitações. Muito menos tinha condições de avaliar a coerência dos preços ofertados. Tal situação é impensável que ocorra numa empresa pública de tamanha grandeza e magnitude, principalmente se considerarmos que essa área de transporte

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 161

aéreo de carga postal é de fundamental importância para a sua atividade fim, além de ser responsável por uma das mais significativas rubricas de suas despesas.

Essa situação persiste até os dias atuais. Há informação de que quando se iniciaram os estudos com vistas a verificar a melhor forma de elaborar edital de licitação com base em custos, a Presidência da ECT os suspendeu e contratou o Consultor Brigadeiro Venâncio Grossi. Segundo conclusão da Auditoria Interna da ECT, o relatório então produzido não modificou a situação anterior da empresa, uma vez que esse não registrou as fontes de dados utilizados para obtenção de preços e, ainda, porque persistem grandes diferenças entre os valores orçados pelo consultor, os adotados pela ECT e os efetivamente praticados pelas concorrentes nos pregões imediatamente posteriores.

Assim, consoante afirmado pela própria empresa, “permanece inexistindo na ECT uma metodologia consistente que propicie uma análise eficaz das planilhas de custo apresentadas pelas licitantes.”, há necessidade urgente de qualificação de seu corpo técnico para formação de custo do setor e para conhecer a legislação inerente ao transporte aéreo.

Essas informações, aliadas à comprovação de que as empresas Skymaster e Beta,

supostas concorrentes no setor, possuíam termo de compromisso de subcontratação, comprovando que não havia disputa, de fato, entre ambas, e conduzindo à conclusão de que essas empresas, na verdade, simulavam competitividade no certame, com vistas a dar legitimidade aos preços ofertados por elas, inviabilizaram a adoção de preços de certames anteriores a 2003 como referência segura para definição dos preços referenciais a serem utilizados pela ECT na avaliação das propostas ofertadas nos processos de contratação.

Considerando essa ausência de solidez dos parâmetros utilizados pela ECT na definição dos preços referenciais capazes de nortear as ações nos diversos processos de contratação, ficou a empresa à mercê do ideal de remuneração desejado pelas empresas do setor que se apresentavam nos certames, ainda mais considerando ser esse mercado de transporte aéreo de carga reduzido e pouco concorrencial.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 3937
Doc: _____

### 6.2.3.6 Irregularidades e Atos Suspeitos

### 6.2.3.7 Cálculo do Superfaturamento – Linhas A e C

Em razão de tudo quanto foi identificado -termo de compromisso de subcontratação firmado entre a Skymaster e a Beta, vinculado à participação apenas dessas duas empresas em algumas contratações realizadas pela ECT; participação de empresa em licitação sem condições de operar por falta de homologação do DAC com objetivo único de simular disputa; inclusão de cláusulas restritivas e ilegais em editais com o objetivo a participação na disputa da VarigLog, maior concorrente\*à época da Skymaster e da Beta; bem como ausência de preços referenciais seguros para fins de avaliação dos preços ofertados - resta evidenciada a existência de cenário propício à prática de preços superfaturados.

Para demonstrar a existência de superfaturamento na contratação das linhas “A” e “C” junto à empresa Skymaster ao longo do período de junho de 2001 a abril de 2005, será adotada metodologia bastante conservadora, utilizando-se como preço referencial o valor da proposta ofertada inicialmente pela própria Skymaster naquele Pregão nº 106/2003, pois se considera que num certame licitatório como esse o primeiro preço ofertado deve embutir níveis satisfatórios de expectativa de rentabilidade para a empresa, acrescido, ainda, de certa margem de negociação, necessária para a fase do oferecimento dos lances de viva voz. Além disso, a utilização desse certame licitatório como base se deve ao elevadíssimo grau de disputa travada entre as concorrentes Skymaster, Beta e VarigLog, o que levou o preço vencedor, ao final de 25 rodadas, a nível bem reduzido se comparado aos lances inicialmente ofertados.

O conservadorismo dessa metodologia de se apurar o valor do superfaturamento está basicamente centrado no fato de se utilizar como preço referencial o valor da proposta inicial apresentada pela própria Skymaster, e não o preço com que ela se sagrou vencedora.

Convém aqui recordar quais foram esses preços ofertados na fase inicial no

referido pregão para operação das linhas “A” e “C”.

	Linhas A R\$		
	144.500,00 R\$	C R\$ 144.500,00	Total R\$ 289.000,00 R\$
Participantes TCB*	142.115,43 R\$	R\$ 147.170,90 R\$	289.296,33 R\$
VARIGLOG	144.750,00 R\$	144.750,00 R\$	289.500,00 R\$
PROMODAL* Beta	145.809,20 R\$	144.776,62 R\$	290.585,79 R\$
Skymaster	150.583,92	149.570,87	300.154,79

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 163

Esse fenômeno de acentuada disputa talvez tenha sido motivado pelos seguintes fatos.

a) retirada da cláusula editalícia proibindo a participação de empresas que exercessem ramos de atividades concorrentes à ECT e/ou de empresas que utilizassem aeronaves dessas concorrentes, cláusula essa vigente no Pregão nº 045/2001 e considerada ilegal pelo TCU em seu Acórdão nº 1.577/2004 – 2º Câmara, o que possibilitou a participação da VarigLog na disputa;

b) previsão em edital da proibição de se poder subcontratar os serviços, impedindo, assim, que empresas pudessem combinar, previamente, a divisão dos serviços, a exemplo do termo de compromisso firmado no passado entre a Beta e a Skymaster.

A partir desse preço ofertado inicialmente pela Skymaster (R\$300.154,79), realizaram-se ajustes ao longo do tempo em que a empresa manteve contrato com a ECT para as linhas “A” e “C”, exatamente entre jun/2001 e abr/2005, de modo a se calcularem os preços equivalentes na ocasião de cada contratação.

Cada preço equivalente, calculado nas respectivas datas de contratação pela ECT, corresponde exatamente àquele de R\$ 300.154,79 ofertado em dez/2003 no Pregão nº106, ajustado, inclusive, às respectivas capacidades de carga. Desse modo, ele permitiria à empresa, naqueles momentos, obter o mesmo nível de remuneração de dez/2003.

Esses ajustes foram efetuados com base na variação integral dos indexadores utilizados no setor de transporte aéreo de carga para cada item de custo, conforme segue.

Item de Custo	Indexador
Combustível	Preço do QAV praticado pela BR Distribuidora
Deprec./Arrend./Manut./Revisão/Seguro	Dólar Americano (venda)
Demais custos + Remuneração	IGP-M

QAV – Querosene de aviação.

Com base nas planilhas apresentadas pela Skymaster para sustentar o preço de R\$ 300.154,79, pode-se verificar a composição das parcelas de custo, conforme detalhamento a seguir.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 164

Item de Custo	LLinha A (R\$)	LLinha C (R\$)	TTotal (R\$)	Participação do custo
Combustível	88.178,55	85.972,03	174.150,58	58,02%
Deprec./Arrend./Manut./Revisão/Seguro	21.286,83	21.795,70	43.082,53	14,35%
Demais custos + Remuneração	41.118,54	41.803,14	82.921,68	27,63%
Total	150.583,92	149.570,87	300.154,79	100,00%

Diante dessas participações dos itens de custo, aplicam-se, ora deduzindo (para cálculo dos preços equivalentes no passado), ora acrescentando (para cálculo dos preços equivalentes no futuro), 100% da variação dos indexadores para se definição dos valores correspondentes na data em que se pretende. Com essa operação, está se dizendo que o preço de R\$ 300.154,79, que estaria dentro de níveis satisfatórios de rentabilidade para a Skymaster em dez/2003, é equivalente a cada um dos preços encontrados nas datas em que ocorreram outros processos de contratação, levando-se à conclusão de que esses preços equivalentes também conteriam em si níveis satisfatórios de rentabilidade naqueles momentos.

De igual modo, tomando-se cada um desses preços equivalentes nas respectivas datas em que ocorreram as contratações e atualizando-os com base em 100% da variação desses indexadores, encontra-se exatamente esse valor de R\$300.154,79, cotado pela Skymaster em dez/2003.

É exatamente esse cenário que o empresário do transporte aéreo de cargas sempre almejou nas negociações junto à ECT, qual seja, de obter, periodicamente, a atualização de seus preços com base em 100% da variação dos indexadores. Nos pleitos encaminhados pela Skymaster à ECT, visando à obtenção de reequilíbrios contratuais, o que a empresa sempre buscou foi obter a variação integral dos indexadores, de modo que se restabelesse o nível econômico-financeiro inicial do contrato. A propósito, o Sr. Luiz Otávio Gonçalves, em depoimento prestado a esta CPMI, emprega o mesmo raciocínio.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>3938</b>
Doc: _____

“O valor inicial desse contrato, por linha, era 184.750 – por linha, por operação. O peso do combustível nessa planilha – tenho aqui e, depois, se o senhor quiser, eu apresento – era 31,81% na linha A e 31,3% na linha C. O peso do dólar na linha A era 17,87% e na linha C, 17,75%. A variação do combustível no período de dezembro de 2001 a dezembro de 2002, quando o contrato foi reajustado, foi de 65,21% e a variação do dólar nesse período foi de 53,81%. Fazendo os cálculos, o reajuste no final de 2002 deveria, na linha A – utilizando as premissas que estão em contrato –, sair

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 165

de 184.750 para 240.832,53. O contrato foi reajustado em 214.993,50. Portanto, abaixo do que o próprio contrato previa e abaixo das planilhas existentes.”

Há ainda de se destacar que, considerando que no Pregão 106/2003 houve a definição de carga contratada em 170.000Kg e que nas outras contratações no passado a capacidade de carga era maior, tornou-se necessária a realização de um ajuste. Com isso, o cálculo manteve-se conservador, na medida em que, encontrado o preço equivalente no passado, foi realizado ajuste elevando-o, na mesma proporção de aumento da capacidade de carga contratada. Com isso, por exemplo, o preço equivalente calculado para dezembro de 2001 sofreu um acréscimo de 21,76%, já que nessa oportunidade a capacidade de carga contratada era de 207.000Kg.

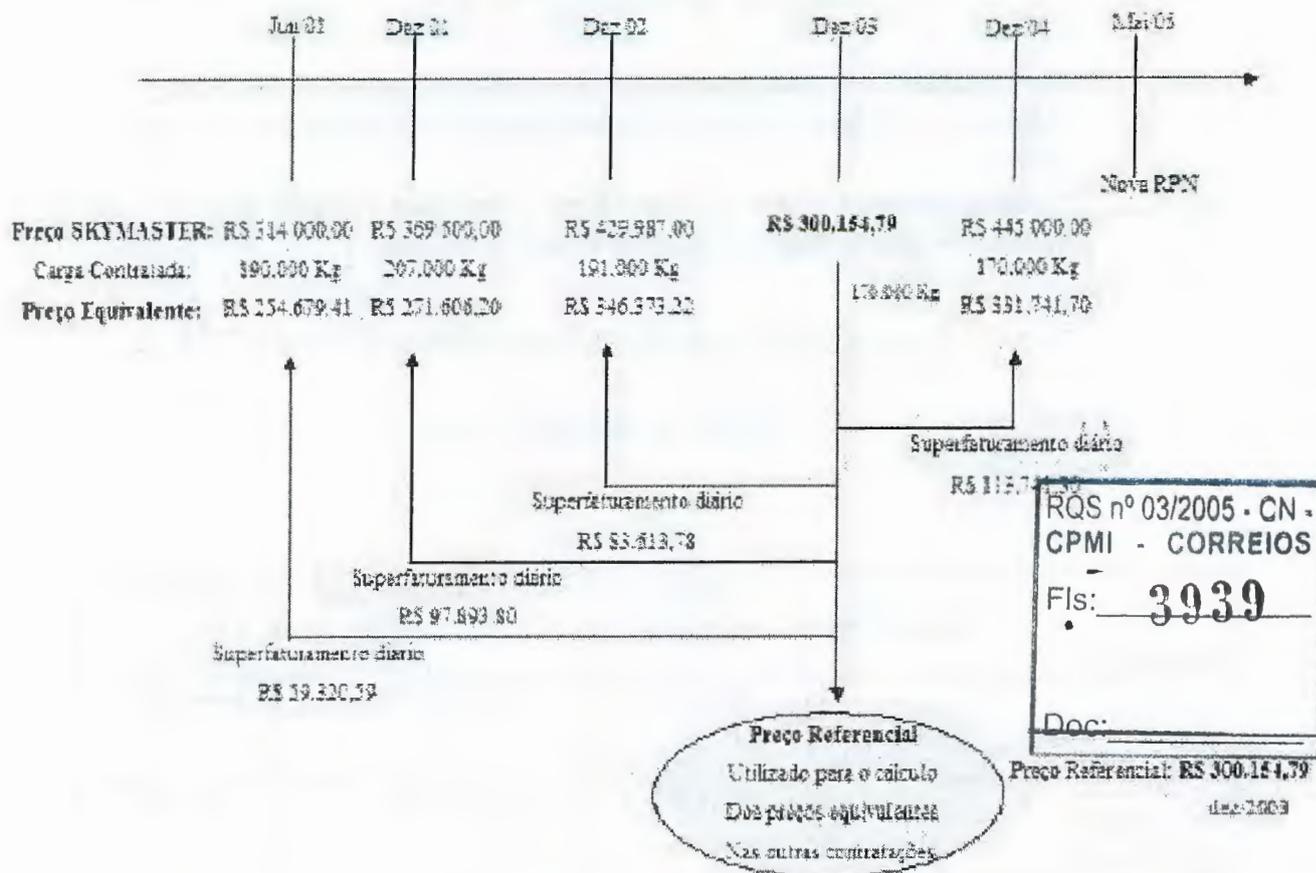
Esses ajustes de preço em decorrência da variação da capacidade de carga contratada reforça o conservadorismo da metodologia de cálculo adotada para cálculo do preço equivalente no tempo, já que certos custos independem da carga contratada, tais como tarifas aeroportuárias; seguro e arrendamento da aeronave, salário da tripulação etc. Já outros variam, mas em nível bem inferior ao percentual do acréscimo de carga, como por exemplo combustível. Com isso, considerando que no passado, antes de dez/2003, as contratações realizadas foram para uma capacidade de carga de 190.000, 207.000 ou 191.000Kg, esse ajuste que se faz no cálculo do preço equivalente eleva, ainda mais, esse preço chamado de equivalente, numa proporção maior do que realmente seria devido, acarretando, por conseguinte, redução do valor apurado como superfaturamento.

Resumindo, caso o Pregão nº 106/2003 fosse realizado para uma capacidade total de carga contratada de 207.000 Kg, ao invés de 170.000 Kg, os preços ofertados pelos licitantes não seriam necessariamente 21,76% (percentual de variação de carga desse exemplo) superiores àqueles ofertados no Pregão.

A seguir é apresentado diagrama demonstrativo da metodologia aplicada na apuração do superfaturamento.

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 166

Evolução dos preços da SKYMASTER (linhas A e C)



Mediante a aplicação dessa metodologia, encontram-se os seguintes valores equivalentes por operação diária das linhas "A" e "C" e os respectivos superfaturamentos dos períodos.

Processo de Origem	Contrato	Vigência	Capacidade de carga contratada (Kg)	Valor Contratado por operação (R\$)	Valor equivalente por operação (R\$)	Superfat. Diário (R\$)	Superfat. no período (R\$)
Disp Licit 002/2001	10.721/01	26/6/01 a 21/12/01	190.000	314.000,00	250.467,79	63.532,21	7.941.526,25
Pregão 045/2001	11.008/01 e 11.277/02	24/12/01 a 23/12/02	207.000	369.500,00	272.022,64	97.477,36	24.759.249,44
	11.569/02 e 11.879/02	24/12/02 a 23/12/03	191.000	429.987,00	346.373,22	83.613,78	21.237.900,12
Pregão 105/2004	13.181/04	27/12/04 a 29/04/05	170.000	445.000,00	331.741,70	113.258,30	10.079.988,70
<b>Total do Superfaturamento (R\$)</b>							<b>64.018.664,51</b>

Os dados históricos para cálculo da variação dos indexadores foram assim obtidos.

Combustível – Valor de revenda do QAV (Querosene de Aviação) no Aeroporto do Rio de Janeiro, informado pela BR Distribuidora S.A. a esta CPMI;

Dólar Americano – Sítio do Banco Central do Brasil na Internet;

IGP-M – Sítio do Banco Central do Brasil na Internet.

A tabela a seguir reflete a variação dos indexadores durante o período de cálculo do superfaturamento.

Período	Combustível	Dólar Americano	(venda)	IGP-M
26/6/2001 02/12/2003	a	30,88%	26,51%	45,50%
17/12/2001 02/12/2003	a	36,11%	24,14%	36,49%
24/12/2002 02/12/2003	a	- 4,96%	- 16,39%	12,77%
02/12/2003 17/12/2004	a	13,61%	6,92%	13,11%

Em que pese a Skymaster abastecer suas aeronaves nos postos da rede Shell, em diversos aeroportos, cada um com preços diferenciados, a utilização da variação do preço comercializado pela BR Distribuidora S.A. apenas no aeroporto do Rio de Janeiro não causa distorções, na medida em que se utilizou a variação percentual do preço de venda e não o preço nominal do querosene de aviação. Assim, mesmo havendo diferenciação do preço nominal nos diversos revendedores, o percentual de variação mantém-se em proporções semelhantes entre eles.

Caso fosse utilizado nesses cálculos o valor médio do QAV no Brasil, disponibilizado no sítio da Agência Nacional de Petróleo na internet, índice esse utilizado nos contratos atuais da ECT para reajustar mensalmente a parcela de custos relativa a combustível, o montante total de superfaturamento encontrado seria ainda maior, exatamente no valor de R\$ 70.373.995,92.

Isso decorre do fato de que os preços do revendedor, no presente caso da BR

Distribuidora S.A., variam em proporção diferenciada daqueles divulgados pela ANP, que se referem a preço de produtor. Na verdade o combustível é apenas um item na cadeia de custos do revendedor, de modo que o percentual de variação de seu preço no produtor não é o mesmo no revendedor. Apenas para se ter noção da diferença de variação entre o preço de produtor e o preço de revendedor (BR Distribuidora S/A – Aeroporto do Galeão)) pode-se mencionar que no período de jan/2000 a jul/2005 verificou-se a seguinte ocorrência.

Preço Produtor: 1,22977/0,2299 = variação de 434,92%

Preço BR Distribuidora S/A (Galeão): 1,3320/0,3478 = variação de 282,98%



Dessa forma, estando a parcela de combustíveis dos novos contratos da RPN indexada à correção mensal pela variação do preço de produtor, poderá haver distorções em prejuízo da própria estatal ao longo da vigência dos contratos.

O Brigadeiro Venâncio Grossi, ex-Diretor do DAC e especialista em aviação civil, contratado pela ECT para remodelar a Rede Postal Noturna, indagado pelo Deputado Maurício Rands a respeito da validade dos cálculos ora apresentados, assim se manifestou.

“O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – (...) Quero aqui seguir um raciocínio e vou indagar se estou correto nas minhas inferências.

(...) A proposta apresentada pela Skymaster, o seu lance inicial – portanto, aquele lance em que ela reconhece margens mínimas de garantia de lucratividade – foi de R\$300.154,00. Se nós utilizarmos os reajustes pelos índices que a Skymaster utiliza para indexar os seus custos, sejam os custos de combustível, com base naquela tabela de evolução do preço de querosene de aviação, que é o QAV1. Os preços de um outro item que compõe a proposta de apreciação, arrendamento, manutenção, revisão, seguro, corrigidos pelo dólar norte-americano. Se pegarmos um outro item da proposta, os demais custos e a remuneração que a empresa cobra e se fizermos simulações aplicando esses índices que a própria Skymaster apresenta sobre seus itens de custos das suas propostas (...) do jeito que podemos aplicar os índices para frente podemos aplicar para trás.

(...) Se trouxermos, fizermos simulações com os índices utilizados pela própria Skymaster nos seus itens de custos constantes das suas propostas, teríamos, por exemplo, no Pregão 45, de 2001, que foi realizado em 17 de dezembro, o preço por operação, entre dezembro de 2001 e dezembro de 2002, R\$369 mil.

O preço equivalente, a partir dessa operação que descrevi agora, pegando aquele preço de R\$300 mil, trazendo para os índices e simulando retroativamente, o preço equivalente seria de R\$271 mil. (...) Então, R\$369 mil menos R\$271mil, que seria o preço equivalente, teríamos algo como R\$97mil. Então, num ano, um superfaturamento de R\$25 milhões.

No exercício de 2003, pela mesma operação, o preço dobrou e passou

para R\$429 mil, o que já é bastante estranho, porque não tem correção de equilíbrio econômico-financeiro de contrato com base na Lei nº 8.666 que tenha neste período alguma correção de equilíbrio financeiro nessa proporção. (...) Então, portanto, entre dezembro de 2002 e dezembro de 2003, a diferença de superfaturamento foi de R\$51 milhões, superfaturamento de R\$13 milhões. Nesses dois exercícios, R\$39 milhões. (...)

Quando trazemos para o ano de 2004, que foi o Pregão nº 105, de 2004 (...) O preço por operação foi de R\$445 mil, o preço equivalente R\$331 mil, o superfaturamento era de R\$113 mil. Então, R\$10 milhões de superfaturamento. A minha pergunta é: está certo esse raciocínio e o que o senhor tem a acrescentar para colaborar com a Comissão (...)?,

O SR. VENÂNCIO GROSSI – Sugeriria ao senhor, para validar esse raciocínio, que acredito que esteja corretíssimo, pegue o trabalho que fizemos, que está todo indexado, jogue na planilha os valores, aí nós poderíamos fazer o crosscheck e chegar a uma conclusão final.”

No mesmo depoimento:

“O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – (...) A pergunta que lhe faço – e insisto que o senhor procure se concentrar nela: quando o senhor fez essa análise, carregando a sua experiência em planejamento e custos na área de aviação e assim por diante, o senhor detectou um conjunto de contratos cujos preços eram evidentemente superiores ao que deveriam ser. Por exemplo, baseado nesse reestudo feito no início de 2003, ou seja, no início do atual Governo, ele levou, por exemplo, uma empresa que tem sido um contrato-símbolo, conforme temos abordado aqui, que é a Skymaster, a reduzir o seu valor mensal de R\$429 mil para R\$213 mil. Ou seja: isso aqui ultrapassa os limites de uma falta de parâmetros, da racionalidade.

Então, a minha pergunta é bem objetiva: o senhor, com tudo o que analisou durante a sua consultoria, entende que, mais provavelmente, a Skymaster teve prejuízo ao ter um contrato de R\$213 mil ou ela estava superfaturando, violentamente, ao fazer o mesmo serviço por R\$429 mil?

O SR. VENÂNCIO GROSSI – A diferença é a resposta à sua pergunta, Deputado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Qual é a sua avaliação como consultor e como pessoa experiente?

O SR. VENÂNCIO GROSSI – A minha avaliação é que ele estava cobrando muito além do que deveria cobrar de acordo com o preço de mercado que chegamos a montar.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Ou seja, o senhor contribui com esta Comissão Parlamentar de Investigação, corroborando a tese, que é aquela para a qual eu me inclino, de que a empresa Skymaster, ao longo dos anos que antecederam essa correção feita no ano de 2003, usufruía de um contrato superfaturado do ponto de vista dos preços que cobrava.

O SR. VENÂNCIO GROSSI – É o que demonstrava. Eu não posso garantir, mas que os valores eram muito altos é verdade. Isso está na matemática, está nos relatórios. Não tenho dúvidas. Concordo com o senhor.”

Ratificando o entendimento da existência de superfaturamento nos contratos mantidos com a Skymaster para operação das linhas “A” e “C”, transcrevemos a seguir trecho do

depoimento do Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho, ex-presidente da empresa Beta e signatário do Termo de Compromisso de Subcontratação firmado à época.

Trecho do depoimento do Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho, ex-presidente da empresa Beta.

“O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Veja que, nesse pregão nº 106, de 2003, o lance foi de R\$290.000,00 e chegou a R\$214.000,00. O senhor considerava ser um preço justo e, portanto, não haveria um conluio?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – Não. Penso que, se existe uma empresa no intermédio da Beta e da Skymaster que poderia ter um sentimento de perda ou algo assim, seria a Varig. Mas a Varig é uma empresa muito grande, ela participou.

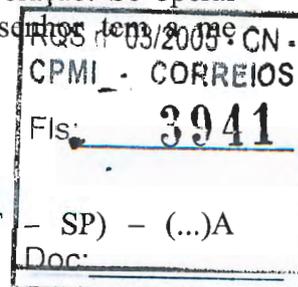
O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Mas dava para operar com R\$214.000,00?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – Com aqueles aviões, acredito que sim, depende do preço do querosene na época.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Perfeito. Isso me leva a uma outra conclusão. A Skymaster, até esta concorrência, operava ao preço de R\$429.987,00. Perguntei ao senhor Johanes (sic) [Ioannes] se, R\$213.000,00 ou R\$214.000,00, era um preço razoável da operação. Se operar por R\$429.000,00 não era um superfaturamento? O que o senhor tem a dizer responder sobre isto?

(...)

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – (...)A Skymaster operava com R\$429...



O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – É, penso que estava num valor muito alto.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – E caiu para R\$214.000,00. O senhor avalia que haveria um superfaturamento aí?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – Não. Um intermédio de preço aí dos R\$200...Porque existe o item, Sr. Presidente, da competição entre eles. Mas é uma diferença grande.

171

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – É uma diferença de mais que o dobro. A Skymaster operava com R\$429.000,00 e saiu como resultado da licitação R\$214.000,00.

(...) Saio de um contrato de quatrocentos e vinte e nove para duzentos e quatorze...

(...)

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O senhor poderia afirmar que há superfaturamento nos quatrocentos e vinte e nove ou teria alguma razão técnica – o senhor poderia me apontar? – que justificasse os quatrocentos e vinte e nove?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – Não. Eu acho que o que não justificaria seria os duzentos e treze, invertidamente. Eu vou lhe explicar o porquê. Porque para uma empresa como a Beta, por ter outros faturamentos, seria até possível fazer. Para a Skymaster, eu não sei se seria a mesma coisa. O que eu quero dizer é que os quatrocentos...

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Para a Beta seria possível?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – Eu acredito que, para a Beta, mais, porque ela tem outras atividades de transporte, mas não seria negócio.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Mas aí nós temos um problema. Porque os senhores tinham um contrato com a Skymaster de partilha de 50% desses contratos.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Ou seja, os senhores, com esse preço de quatrocentos e vinte e nove mil, receberam 50% do trabalho. Logo ganharam, então, muito acima que deveriam ter ganhado.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – É. Ok. Bem colocado.<sup>8</sup> Então, na realidade, concordo plenamente com o senhor, e está certinho: quatrocentos é um valor muito alto. Eu concordo e acho que a sua colocação está muito correta. Tanto que houve a contratação de um consultor, de outros e dos próprios Diretores dos Correios para uma reavaliação. Muito bem. Essa é a colocação que fica, e depois houve uma diferença muito grande.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Evidente.

O Sr. Ioannis falou que a faixa de remuneração ideal é de 15% do valor do contrato. Na medida que o senhor operava também por quatrocentos e vinte e nove mil, senhor ganhou muito acima daquilo que deveria ganhar, em tese, num contrato razoável.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – É, é. Eu concordo. Acho que isso é um negócio que tem que ser avaliado, não esquecendo, Presidente, de avaliar a realidade do combustível, do querosene de aviação. Muita mudança...

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Mas o querosene não desce de preço, ele sobe.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – Não. Só sobe de preço.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Exato. E aí caiu de quatrocentos e vinte e nove para duzentos e treze.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – Sem dúvida. Sem dúvida. O que corrobora com o Brigadeiro, o trabalho que ele fez, não é?”

Por fim, apresentamos trecho do depoimento do diretor financeiro da Skymaster, Sr. João Marcos Pozzetti, em que ele se manifesta acerca da metodologia utilizada para calcular os preços equivalentes no tempo.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Agora, vamos voltar à formação do preço, particularmente àquilo que é apresentado como item de custo, que pode sofrer variações – V. S<sup>a</sup> já fez referência a alguns –, particularmente o querosene de aviação. Confere?

O SR. JOÃO MARCOS POZZETTI – Perfeito.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – A variação da moeda estrangeira que indexa inclusive arrendamento de equipamentos, manutenção...

O SR. JOÃO MARCOS POZZETTI – Peças.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Peças, revisão, seguro etc. O IGPM. É isso?

O SR. JOÃO MARCOS POZZETTI – O IGPM já é uma medida de inflação interna...

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Varia para incidir sobre os outros custos que a empresa tem para além desses específicos, que são diretamente vinculados à tarefa finalística de manutenção e operação dos equipamentos, particularmente das aeronaves.

Os senhores apresentaram, por ocasião do Pregão nº 106, de 2003, uma participação de combustível da ordem de 58% do preço dos custos, uma depreciação dos equipamentos, em manutenção, revisão e seguro, da ordem de 14%. Os demais custos, mais a remuneração de 27,63%. É essa a composição mesmo?

O SR. JOSÉ MARCOS POZZETTI – Excelência, eu não me lembro agora porque essa planilha quem manuseia...

O SR. RELATOR (PT – MT) – Vossa senhoria não se lembra, mas estima que o combustível equivale a mais ou menos 60% da formação do preço?

RQS nº 03/2005 - CN - CPML - CORREIOS Fls: <b>3942</b> Doc: 140
--

O SR. JOSÉ MARCOS POZZETTI – Correto. É essa a representação do combustível hoje no custo da...

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – É essa a representação. Os outros 40% estariam entre depreciação, arrendamento, uso de equipamento, manutenção, revisão, seguro. É isso?

O SR. JOSÉ MARCOS POZZETTI – Correto.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Suponhamos que a Skymaster tenha tido um contrato com os Correios por cinco anos, que é o limite para a Administração Pública Federal. Um processo desses tem como tempo máximo 60 meses. Suponhamos então que a Skymaster tivesse seus contratos com os Correios reajustados regularmente por essa composição de preços que vossa senhoria confirmou.

O SR. JOSÉ MARCOS POZZETTI – Correto

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Segundo os percentuais de referência em que combustível corresponde a mais ou menos 60% e os outros 40% aos demais custos, nós poderíamos dizer que a remuneração da empresa seria mantida em níveis adequados ao longo de cinco anos?

O SR. JOSÉ MARCOS POZZETTI – Nesses contratos, os Correios exigem que nós apresentemos a planilha de custos em que evidencia-se a participação de cada insumo, de quanto é o combustível, de quanto é qualquer peça, etc. Toda vez que ocorrer uma variação imprevisível ou que cause danos irreparáveis em um desses insumos a própria lei prevê que se faça um reequilíbrio econômico-financeiro para que um lado não tenha um prejuízo irreparável e o outro se beneficie com isso.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Portanto, o senhor crê que essa modalidade de avaliação e de acompanhamento do processo de execução do contrato é seguro? É válido?

O SR. JOSÉ MARCOS POZZETTI – Eu considero que sim.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – O senhor considera válido para observação ao longo dos 60 meses como limite de duração desse contrato.

O SR. JOSÉ MARCOS POZZETTI – O contrato não é bem de 60 meses; na realidade é de 12 meses

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – É de até cinco anos. O processo licitatório permite que a licitação seja realizada por até cinco anos.

O SR. JOSÉ MARCOS POZZETTI – É. Nós tivemos contratos que tinham vigência de seis meses apenas ou que tinham vigência de doze meses. Ao final dos 12 meses, tanto a empresa quanto os Correios manifestavam interesse de prorrogar por mais seis meses ou não. Então as partes se sentavam à mesa e decidiam se iriam prorrogar ou não e a que preço seria prorrogado esse contrato.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Inclusive com essas condições de se observarem as variações e a partir delas se procederem ajustes sucessivos.

O SR. JOSÉ MARCOS POZZETTI – Exatamente. Fazer ajustes tanto em quantidades quanto em preços.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – O senhor considera que do ponto de vista de projeção entre a marca inicial do contrato e aquilo que é apontado como finalização do contrato essa é uma medida que pode garantir que o contrato seja exequível, que seja duradouro, que resulte tanto para a empresa que contrata quanto para a contratada no êxito do negócio?

O SR. JOSÉ MARCOS POZZETTI – Correto.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – O senhor acredita então que para o futuro essa é uma medida válida de comparação, de verificação, de avaliação dos contratos.

O SR. JOSÉ MARCOS POZZETTI – Perfeito.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Se é válido para o futuro, o senhor imagina que a aplicação desses mesmos contratos pode retroagir? Observadas as mesmas variações, os mesmos índices de composição de preços, e se para adiante eles são validados, eu também posso fazer uma retrospectiva a partir das mesmas variações?

O SR. JOSÉ MARCOS POZZETTI – É, obedecendo, claro, o peso de cada insumo sobre a planilha. Nós iniciamos o contrato com os Correios no ano de 2000, 2001, quando o peso do combustível representava 30% dos custos. Hoje ele representa 60%. Então é difícil pegarmos a situação de hoje e retroagir nessa mesma proporção; tem que fazer proporção inversa também porque este insumo combustível variou acima do dólar, acima de qualquer outro insumo da aviação. Ele foi o fator que desequilibrou a relação de custo-benefício.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Portanto ele deveria ter empurrado os preços para cima, do ponto de vista da nova contratação?

O SR. JOSÉ MARCOS POZZETTI – Os preços, teoricamente, para cima.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Teoricamente. Mas não foi o que ocorreu no Pregão de número 106, do ano de 2003, partindo dos pressupostos que vossa senhoria indicou aqui.

O SR. JOSÉ MARCOS POZZETTI – Perfeito.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Como vossa senhoria já revelou que havia uma estratégia de subfaturar no ano de 2003 - vamos supor que essa seja a tese verdadeira - em função de ter êxito no certame da concorrência, efetivamente, se eu considero esse subfaturamento como alguma coisa que a empresa propõe como exequível - vossa senhoria diz inclusive que prestou serviços com qualidade aos Correios honrando em até 100% aquilo que era previsto dentro do contrato.

O SR. JOÃO MARCOS POZZETTI – Correto.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – O senhor considera esse raciocínio correto?

O SR. JOÃO MARCOS POZZETTI – Esse raciocínio é correto. Considerando os pesos de cada insumo, considero correto.



O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Se esse raciocínio vale para o futuro e para o passado, o senhor poderia explicar de que maneira o contrato de dezembro de 2001, no valor de R\$369.500,00, decorrente do Pregão nº 45, quando a oferta equivalente no Pregão nº 106, foi de apenas R\$300.154,00 por operação? Ou seja, com dois anos de diferença, com a variação dos insumos, que – V. S<sup>a</sup> mesmo já afirmou mais de uma vez aqui – teve uma variação avassaladora para maior, como o senhor pode explicar, então, que a empresa ofereceu para as mesmas linhas, nas mesmas condições, o preço, em vez de R\$369 mil, de R\$300.154,00 usando as mesmas...

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – V. S<sup>a</sup> não pode...

O SR. (Orador não identificado) – Só pela ordem. Ele vai ter oportunidade de fazer seu raciocínio. Só pela ordem. Eu gostaria de falar para o senhor que esse raciocínio que o senhor está querendo...

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Isso o senhor vai dizer ao seu cliente, não a mim. V. S<sup>a</sup> não pode se dirigir nem à Mesa nem ao Plenário.

O SR. (Orador não identificado) – Não, é só sobre o fato referente especificamente à licitação.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – V. S<sup>a</sup>, então, deve recorrer aos depoentes para que eles falem. V. S<sup>a</sup> não pode se pronunciar.

(Pausa.)

O SR. JOÃO MARCOS POZZETTI – Excelência, o raciocínio colocado tem que ser considerado em duas perspectivas. Nas licitações anteriores, eu apresentei uma planilha de preços em que eu remunerava todos os meus custos e tinha um lucro. Eu pagava os meus impostos e tinha um lucro. Nessa licitação, especificamente, em função de todos os fatos que levaram a esse conluio e a esse estrangulamento de preço, nós apresentamos uma planilha de custos demonstrando prejuízo nessa operação. Então, não dá para pegarmos essa planilha e querermos retroagir em cima das outras, porque nessa planilha, especificamente, nós apresentamos o prejuízo que estávamos tendo na operação da linha.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Os senhores apresentaram um prejuízo na operação da linha, mas, no conjunto, a empresa não era prejudicada, a empresa Skymaster?

O SR. JOÃO MARCOS POZZETTI – No conjunto, a empresa Skymaster foi prejudicada, no ano de 2004, na execução desse contrato dos Correios.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Por essa razão, então, cresceu tanto a participação do setor privado como contratante da Skymaster?

O SR. JOÃO MARCOS POZZETTI – Correto.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Isso é o que V. S<sup>a</sup> pretende afirmar?

O SR. JOÃO MARCOS POZZETTI – Exato.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Agora, quero deixar bastante claro que estamos nos referindo aos preços iniciais de contratação...

#### 6.2.3.7.1 Elementos ratificadores da ocorrência de Superfaturamento

A seguir serão apresentadas outras evidências de que o preço praticado pela Skymaster junto à ECT, no período de jun/2001 a abril/2005, com exceção do ano de 2004, estariam superfaturados.

Os dados financeiros apresentados neste relatório contemplam informações prestadas à CPMI pelos Bancos ABN Amro Real S.A., Banco do Brasil e Bradesco, cuja identificação dos beneficiários limitou-se a movimentações superiores a R\$ 10.000,00

Até novembro de 2005 havia um total de aproximadamente R\$ 31 milhões cujos beneficiários finais eram desconhecidos, uma vez que a Skymaster emitia cheques em seu próprio favor e os endossava em ato contínuo para saques em espécie no caixa.

Antes de se passar diretamente à explanação dessas evidências, é necessário informar que a Skymaster arrenda suas aeronaves de empresas sediadas no exterior. Os arrendamentos são do tipo operacional, sem opção de compra. A seguir, apresentamos a relação de aeronaves arrendadas pela Skymaster.

MODELO AERONAVE	DA	PREFIXO	ARRENDADORA
Boeing 707-338C		PT – WSZ	Forcefield Ltd
Boeing 707-351		PT – WSM	Forcefield Ltd
Boeing 707-324C		PT – WUS	Forcefield Ltd
Boeing 707-369C		PT – MTR	Forcefield Ltd
DC-8-63F		PT – SKM	Quintessential GROUP LTD
DC-8-63F		PT – SKC	Quintessential GROUP LTD
DC-8-62F		PT – SKI	Quintessential GROUP LTD

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fs: 3944
Doc:

A empresa Forcefield Ltd tem endereço nas Ilhas Virgens Britânicas, a saber: Sea Meadow, Blackburn Building – Road Town – Tortola - British Virgin Islands. A empresa Quintessential GROUP LTD tem endereço no mesmo país: Vanterpool Plaza, 2nd Floor, Wickhams Cay I – Road Town – Tortola – British Virgin Islands.

As Ilhas Virgens Britânicas são o que se convencionou chamar de paraíso fiscal: país ou dependência com tributação favorecida — não há tributação da renda ou a tributação é inferior a 20% — ou cuja legislação interna imponha sigilo à divulgação de informações referentes à constituição societária das pessoas jurídicas ou à sua titularidade.

#### **6.2.3.7.1.1 Remuneração em Nível Acima da Média de Mercado**

A respeito da proposta apresentada pela Skymaster no Pregão nº 106/2003, de dezembro/2003, devem ser feitas algumas considerações. A proposta inicial de R\$300.154,79 continha uma remuneração declarada de R\$ 2.000,00, por operação diária, já descontados os impostos. Quando a Skymaster, em sucessivos lances de viva voz, diminuiu o preço para vencer a disputa e chegou ao valor de R\$213.990,00, teve de efetuar ajustes em sua planilha de custos, de modo a adequá-la a esse novo preço. No entanto ela não alterou nenhum item de custo, restringindo-se, apenas, a modificar o item remuneração, passando-o de R\$2.000,00 de lucro para R\$ 75.474,88 de alegado prejuízo.

Admitindo-se que todos os itens de custos da Skymaster estivessem corretos, deduzindo-se a margem de remuneração da proposta inicial (R\$2.000,00), encontraríamos um custo total de R\$298.154,79.

Considerando, por outro lado, que ela vinha executando os mesmos serviços ao preço diário de R\$429.987,00, apenas com a distinção de que a capacidade contratada atual seria menor, de 191 ton para 170 ton, permitindo, assim, sobra de espaços na aeronave para contratar carga própria e auferir novas receitas, percebe-se que a remuneração da empresa Skymaster seria da ordem de R\$120.000,00 (R\$429.987,00 – R\$298.154,79 – parcela de imposto que se elevaria com o aumento do valor faturado).

Um lucro de R\$120.000,00 sobre um faturamento de R\$429.987,00, corresponderia a uma remuneração de cerca de 28,0%. Em planilha de custos da Skymaster, apresentada à ECT em 18 de outubro de 2002, quando da negociação de pedido de reajuste, verifica-se que a remuneração declarada pela própria empresa era de 20,78% para a linha "A" e de 21,71% para a linha "C" em dezembro/2001.

A empresa poderia até alegar que, em razão da redução da capacidade total de carga contratada, de 191 para 170 toneladas, no Pregão n.º 106/2003, seus custos diminuiriam, fazendo com que essa comparação com o preço que vinha sendo praticado tenha de ser ajustada. Todavia, é óbvio que o custo de operação da aeronave não varia de modo diretamente proporcional com o peso transportado. Dessa forma, mesmo que se faça tal ajuste, considerando que a redução de carga foi de 11%, o efeito redutor no cálculo da remuneração não seria da mesma ordem.

Por outro lado, convém lembrar que no cálculo do superfaturamento exposto anteriormente, o preço do serviço foi ajustado integral e proporcionalmente à capacidade de carga contratada em cada período comparado, denotando o conservadorismo da metodologia aplicada.

Em depoimento prestado à CPMI, em 10/11/2005, o Sr. João Marcos Pozzetti, indagado qual seria o nível adequado, justo, de remuneração para operação de linhas da RPN, informou que seria da ordem de 8,0%, mesmo percentual respondido pelo Sr. Ioannis Amerssonis, proprietário da empresa Beta, em seu depoimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual o porcentual médio de remuneração, de lucro, do transporte aéreo de carga?

O SR. IOANNIS AMERSSONIS – O desejável, que nós buscamos sempre, é 15% de resultado operacional, para que, no fim, descontado Imposto de Renda e outras despesas financeiras, sobre em torno de 8%.

Já em proposta comercial apresentada por ocasião da Concorrência nº 006/2004 em novembro passado, quando foram licitadas linhas da nova malha da RPN, a Skymaster sagrou-se vencedora em duas delas apresentando planilha de preços declarando remuneração de 9,09%. Não parece ser razoável, no entanto, a remuneração de apenas R\$ 2.000,00 declarada na planilha de preços apresentada pela Skymaster no Pregão nº 106/2003, cujo preço ofertado foi de R\$ 300.154,79, na medida em que nenhuma empresa apresentaria seu preço inicial sem uma margem razoável para negociação na fase dos lances de viva voz. Com isso, conclui-se que o percentual de 28% de remuneração, ora calculado, que ela vinha obtendo com a exploração das linhas “A” e “C” no período de dez/2001 a dez/2003 tenderia a ser ainda maior.

Nesse sentido, os depoimentos a seguir transcritos dão sustentação à conclusão apresentada no parágrafo anterior.



O SR. JOÃO MARCOS POZZETTI – Bom, o que se percebe hoje nos fornecedores que prestam serviços aos Correios é que a característica principal deles é que são empresas médias ou pequenas, como é o caso da Skymaster. Hoje nós não temos mais uma grande companhia aérea trabalhando para os Correios. Não temos VARIGLOG; não temos Varig; não temos Transbrasil, que já era Vasp; nem TAM trabalhando mais para os Correios. Então, a característica não só da Skymaster como das outras prestadoras de serviços para os Correios é de ter uma estrutura menor, mais enxuta e, em função disso, ter custos menores. A nossa característica principal não é o custo total em si, menor, mas o custo fixo; nós temos um custo fixo menor que as grandes companhias, apesar de que o custo variável vai ser igual para todas. O querosene de aviação, hoje, é um fator relevante, representativo, que desequilibra qualquer equação financeira.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO – Em relação aos custos operacionais do 707, as diferenças são pequenas entre a Beta, a Total, a Skymaster, ou seja, quem for, porque tem a tripulação, o leasing do avião e há

o consumo do combustível, que é a mesma turbina. Então, não tem muita variação dos custos operacionais – a não ser custo fixo, que uma pode ter mais que a outra ou menos do que a outra, não é?

Com efeito, a VARIGLOG, que supostamente teria um custo fixo maior, segundo depoimento do Sr. Pozzetti, ofertou no Pregão n.º 106/2003, preço inicial de R\$ 289.296,33, enquanto a Beta, que na visão do Sr. Morato teria custos semelhantes à Skymaster, ofertou R\$ 290.585,79, ambos inferiores à proposta da Skymaster, de R\$ 300.154,79. Nos lances de viva voz, a VarigLog reduziu seu preço para R\$ 219.000,00 e a Beta para R\$ 214.000,00. A Skymaster sagrou-se vencedora com o preço final de R\$ 213.990,00.

#### 6.2.3.7.1.2 Consumo de Combustível das Aeronaves

Inicialmente, convém mencionar que o combustível de aviação hoje representa mais de 50% dos custos totais de operação para a Rede Postal Noturna. Além disso, há grande frequência nos reajustes — atualmente os reajustes são quinzenais, de sorte que esse insumo influi de maneira decisiva sobre os custos do contrato e sobre a sua formatação.

Não por coincidência, em todas as propostas comerciais apresentadas pela Skymaster nas licitações em que participou junto à ECT, a empresa sempre indicou um consumo de 8.600 litros por hora voada para as suas aeronaves. Já o Sr. Luiz Otávio Gonçalves, sócio da empresa, em depoimento prestado à CPMI respondeu que tanto uma aeronave DC-8 quanto um Boeing 707 consomem de forma idêntica em média 8.250 litros/hora voada. Todavia, está expresso no sítio da Skymaster na Internet que uma aeronave modelo DC-8-63F consome em média 8.000 litros/hora voada.

Os percentuais apresentados revelam variações de 4,2 a 7,5% sobre o combustível consumido pelas aeronaves da Skymaster, com acréscimo no preço final entre 2 e 3,7%. Como esses percentuais de acréscimo são insuficientes para justificar todo o superfaturamento apurado, eles indicam a sua diluição entre os diversos itens da planilha de custos da Skymaster.

#### 6.2.3.7.1.3 Prejuízo Declarado Não Se Comprovou em 2004

No ano de 2004, quando a Skymaster operou as linhas com o preço de R\$ 213.990,00, ela declarou, em sua planilha ajustada, que teria um prejuízo diário, por operação, de R\$ 75.474,88. Considerando que as linhas da RPN são operadas apenas em dias úteis, esse prejuízo diário projetaria um prejuízo anual de aproximadamente 22,0 milhões de reais, considerando que ao longo do ano de 2004, não obteve os reequilíbrios contratuais no nível requerido.

Com efeito, o Sr. João Marcos Pozzetti, em seu depoimento à CPMI dos Correios,

no dia 10/11/2005, afirmou ter sofrido prejuízo da ordem de R\$ 21 milhões.

No entanto, a Skymaster apresentou nesse ano de 2004 um prejuízo de apenas R\$532.915,20.

No ano anterior (2003), operando as mesmas linhas "A" e "C" ao preço diário de R\$429.987,00, ou seja, superior em mais de 100% em relação preço cobrado em 2004, ela só obteve R\$1.908.932,46 de lucro.

Como a variação negativa se deu sobre o contrato com os Correios, restaria, então, uma análise sobre o comportamento das demais receitas da Skymaster, de modo a verificar sua capacidade de suportar tamanho prejuízo estimado.

No ano de 2003 a receita gerada por outros clientes alcançou o total de R\$ 33.870.828,19, enquanto em 2004 saltou para R\$ 55.974.380,07. Ou seja, toda nova receita gerada pela Skymaster (R\$ 55.974.380,07 - R\$33.870.828,19), no total de R\$ 22.103.551,88, teria sido canalizada para cobrir eventuais prejuízos pela operação das Linhas "A" e "C" da RPN. Todavia, não parece razoável que R\$ 22,1 milhões de receita adicional pudessem produzir um lucro de aproximadamente R\$ 20,5 milhões, de modo a cobrir quase que totalmente a operação deficitária nos Correios, haja vista que essas novas receitas haveriam de gerar, em contrapartida, várias despesas também.

Como afirmou à CPMI dos Correios o Sr. João Marcos Pozzetti, Diretor Financeiro da Skymaster, a remuneração média no transporte de carga aérea é de 8%. Se calcularmos essa remuneração de 8% sobre o incremento verificado nas demais receitas, obteríamos um total de cerca de 1,76 milhão, o que, por certo, não conseguiria suportar o nível do suposto prejuízo com as atividades da RPN discriminado na planilha de custos da Skymaster.

A seguir é apresentado quadro de evolução das receitas operacionais da Skymaster ao longo do período de 2000 a 2004.

R\$ 100/2005 : CN =  
CPMI - CORREIOS  
Fls: 3946

Receitas Skymaster	2000	2001	2002	2003	2004
ECT - RPN	34.522.891,21	25.037.800,82	92.475.919,49	106.668.192,52	57.995,37
Outras	29.572.940,15	58.980.835,60	40.340.380,51	33.870.828,19	55.974.380,07
Total	64.095.831,36	84.018.636,42	132.816.300,00	140.539.020,71	113.108.335,44
Lucro	489.609,82	889.808,46	1.811.085,13	1.908.932,46	(532.915,20)

Esses números também levam à seguinte indagação: se as planilhas de preços relativas aos valores cobrados no ano de 2002 indicavam uma remuneração de 20,78% para a linha "A" e de 21,71% para a linha "C", descontados os impostos, então por que a empresa teria obtido lucro de apenas R\$ 1.811.085,13, já que os serviços prestados à ECT somaram uma

receita anual de R\$ 92.475.919,49?

Se calcularmos a remuneração de 21,25% (remuneração média de ambas as linhas) sobre a receita de R\$ 92.475.919,49 encontramos um lucro de aproximadamente R\$ 20 milhões só com a atividade postal. Em que pese os custos sofrerem elevações ao longo do ano, diminuindo, por conseguinte, a margem de lucro, não é sustentável que a empresa tenha obtido apenas R\$ 1,9 milhão de resultado positivo.

Por outro lado, não é razoável supor que as receitas oriundas de outros clientes, no ano de 2002, totalizando R\$ 40.340.380,51, tenham gerado elevados prejuízos, a ponto de reduzir sensivelmente o lucro estimado com os serviços da RPN (R\$ 20 milhões).

#### 6.2.3.7.2 Valores de Arrendamento Superiores aos de Mercado

A Skymaster informou à CPMI que paga entre US\$ 80 mil e US\$ 95 mil pelos contratos de arrendamento de aeronaves, firmados com empresas no exterior, conforme o quadro abaixo.

MODELO DA AERONAVE	ANO DE FABRICAÇÃO	ARRENDAMENTO MENSAL (US\$)
Boeing 707-351	1968	80.000,00
Boeing 707-324C	1967	80.000,00
Boeing 707-338C	1968	80.000,00
Boeing 707-369C	1968	88.000,00
DC-8-63F	1970	95.000,00
DC-8-63F	1971	95.000,00
DC-8-62F	1971	95.000,00

O Departamento de Aviação Civil, contudo, dispõe de tabela de custos com valores muito inferiores aos apresentados pela empresa:

184

ARRENDAMENTO MENSAL	Informação do DAC (US\$) Valor do Arrendamento		Valor pago pela Skymaster (US\$)
	Valor Mínimo	Valor Máximo	
Boeing 707	1.950,00	7.800,00	80.000,00 e 88.000,00
DC-8-63F	8.950,00	35.800,00	95.000,00

Segundo o DAC, o custo de arrendamento de um avião equivale, em média, a um

percentual entre 0,5% a 2,0% do valor total da aeronave, com variações em razão da duração do contrato. Os contratos firmados pela Skymaster são de prazo extremamente dilatado, dez anos, o que, em tese, permitiria o pagamento dos menores percentuais cobrados no mercado.

Estranhamente, no entanto, pelos dados fornecidos pelo DAC, os valores das parcelas mensais de arrendamento custaram à empresa até 22,56% do valor dos Boeing 707, e cerca de 5,31% dos aviões DC-8, em relação aos valores de mercado das aeronaves, cotadas a um preço médio de US\$ 390.000,00 para os 707 e de US\$ 1.790.000,00 para os DC-8.

Essa discrepância sugere que as operações de arrendamento de aeronaves tenham sido aproveitadas como meio de remessa ilegal de dinheiro ao exterior. Como a Skymaster atualmente arrenda quatro aeronaves 707 e três DC-8, o total de remessas a título de pagamento estaria em cerca de US\$ 466.400,00 acima do razoável no mercado, o que corresponderia, ao câmbio de US\$ 1,00 para R\$ 2,20, a R\$ 1.026.080,00 ao mês. Uma estimativa anual permite inferir que foi indevidamente remetido ao exterior um total de R\$ 12.312.960,00.

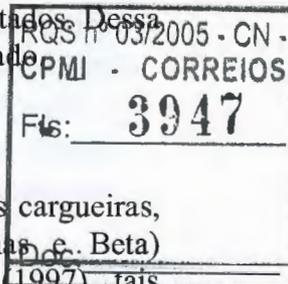
#### 6.2.3.7.3 Posicionamento do DAC sobre os valores de arrendamento da Skymaster

Sobre os seus preços de arrendamento, a Skymaster alega que os respectivos contratos foram aprovados pelo DAC.

Nesse sentido, esta Comissão indagou àquele Departamento se a aprovação dos contratos da Skymaster representava uma certificação de que os preços e prazos de arrendamento fixados refletiriam a realidade do mercado.

Em resposta, por meio do Ofício nº 009/SSA/01304, de 1º/2/2006, o DAC assim informou.

No caso das importações pleiteadas pela Skymaster, observa-se que, quando da solicitação do primeiro arrendamento pela empresa (1997), embora o DAC não utilizasse ainda publicações referentes a cotações de mercado de aeronaves de grande porte como fator de comparação, não vislumbrou no processo indícios ou evidências que levassem a desacreditar os valores apresentados. Dessa forma, o DAC houve por bem pronunciar-se favoravelmente ao pleiteado.



Posteriormente, com os pedidos de importação de aeronaves cargueiras, de interesse da Skymaster e de outras empresas (Aeroamazonas e Beta) apresentaram valores de arrendamento similares àquele primeiro (1997), tais valores passaram a ser adotados pelo DAC como parâmetro referencial para análise das condições econômicas de operações dessa natureza. Em fins de 2002, este Departamento passou a adotar a publicação internacional "Airlifter Price Guide" como referência adicional para avaliação dos preços e dos valores de arrendamento das aeronaves de grande porte.

(...)

Quanto às alterações de contratos que envolvam modificação e/ou prorrogação dos prazos de arrendamento, mantidas as demais condições da operação, o DAC entende tratar-se de uma vontade entre as partes, não procedendo, nesses casos, a uma nova análise das condições econômicas da transação, sob a suposição de que a empresa arrendatária é a mais interessada em manter contratos vantajosos, estando atenta às variações de mercado e à depreciação dos seus bens.

É importante notar que as avaliações das operações de importação de aeronaves, realizadas por esta Departamento, não têm a finalidade de examinar e apurar a prática de fraudes, fiscalizar preços e fiscalizar a regularidade da remessa de divisas ao exterior como consequência dessas transações.

Portanto, pelas razões acima expostas, este Departamento, quando aprovou as alterações nos processos de importação da empresa Skymaster, não certificou que os preços e prazos praticados em seus contratos de arrendamento refletiam a realidade do mercado.

Em resumo, o DAC informou que por ocasião do primeiro arrendamento de aeronave pela Skymaster, não havia base comparativa para avaliação dos preços praticados no contrato. Como a Skymaster era a principal interessada na contratação e não havia indícios de irregularidade, o DAC aprovou a importação. Posteriormente, por ocasião de outros processos de arrendamento, o DAC utilizou como base comparativa a própria contratação inicial da Skymaster.

Somente em 2002 o DAC passou a utilizar referência idônea para avaliar as contratações, no caso, a publicação Airliner Price Guide. Porém, como aquele órgão não avalia valores em caso de prorrogação contratual, os valores atuais dos contratos da Skymaster não foram objeto de nova avaliação.

A título de exemplo, podemos citar as prorrogações dos arrendamentos das aeronaves Boeing 707, prefixos PT-WUS e PT-WSZ, ocorridas em agosto de 2005, cujos preços foram mantidos em US\$ 80.000,00 e US\$ 88.000,00, respectivamente, enquanto o DAC informa o valor máximo de arrendamento mensal de US\$ 7.800,00 para esse modelo de aeronave. Ressalte-se que os contratos das aeronaves PT-WUS e PT-WSZ tiveram seus prazos de arrendamento prorrogados por 73 e 59 meses, respectivamente.

#### **6.2.3.7.4 Contabilização fraudulenta dos pagamentos de arrendamento**

A Skymaster efetua a maioria das remessas para o exterior, com vistas ao pagamento dos arrendamentos de suas aeronaves, por meio de operação de câmbio regular, via Banco Central. No entanto, foram identificados diversos recibos emitidos no Brasil em nome da arrendadora Forcefield. São recibos pobres em identificação, sem qualquer elemento que permita

identificar o signatário, salvo uma rubrica e a indicação dos valores supostamente pagos.

Em depoimento prestado à CPMI, em 10/11/2005, o Sr. João Marcos Pozzetti informou que os pagamentos no Brasil são efetuados em Manaus, a advogado representante da Forcefield, cujo nome se recusou a declinar, conforme transcrição a seguir.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – (...) As remessas de dinheiros são efetuadas por meio de contratos de câmbio via Banco Central ou há outra forma de pagamento?

O SR. JOÃO MARCOS POZZETTI – A maioria dos pagamentos é feita via Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – E a minoria?

O SR. JOÃO MARCOS POZZETTI – Alguns pagamentos eu pago para o representante deles. Em dinheiro, aqui no Brasil mesmo.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Não com cheque?

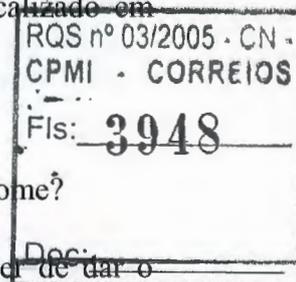
O SR. JOÃO MARCOS POZZETTI – Com cheque. Eu dou o cheque para ele, ele saca e faz o pagamento que ele quiser fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Quem é o representante deles no Brasil?

O SR. JOÃO MARCOS POZZETTI – É um advogado localizado em Manaus.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O nome?

O SR. JOÃO MARCOS POZZETTI – Vou ter de me abster de dar o nome dele, porque eu não estou autorizado a dar o nome dele.



Contudo, esses pagamentos informados e contabilizados da Skymaster à Forcefield não conferem com as informações disponibilizadas pela transferência do sigilo bancário a esta CPMI. É possível constatar que a maioria deles foi efetuada por meio de cheques,

para os quais a Skymaster contabilizou pagamento à Forcefield, tiveram destinação completamente diversa. Em grande parte, os pagamentos eram creditados na conta dos sócios da Skymaster e da Skycargas.

A tabela a seguir exemplifica pagamentos contabilizados pela Skymaster, cujo beneficiário teria sido a empresa Forcefield. No entanto, os dados de sigilo bancário registram beneficiários diversos, mormente os sócios

Beneficiário Segundo o Sigilo	Total
Américo Proietti (sócio)	R\$ 663.000,00
Éder Joubert Ribeiro Cabo Verde (funcionário Skymaster)	R\$ 1.066.675,06
Hugo César Gonçalves (sócio)	R\$ 800.000,00
Jayme Louzada Bacellar (sócio da Skycargas)	R\$ 203.200,00
João Marcos Pozzetti (sócio)	R\$ 1.537.000,00
Luiz Wagner Main (sócio da Skyavionics)	R\$ 190.000,00
Maria de Lourdes Barros Proietti (sócio)	R\$ 156.744,07
Quota Empreendimentos Imobiliários Ltda	R\$ 390.000,00

Uma análise detida dos pagamentos permite observar que a Skymaster emite cheques nominais a si própria, os quais são endossados pelo Sr. João Marcos Pozzetti, em sua maioria, e eventualmente por outros sócios, da Skymaster ou da Skycargas, sendo, em seguida, sacados no caixa. É possível observar que a maior parte foi depositada nas contas dos sócios da Skymaster ou da Skycargas LTDA, de propriedade dos mesmos controladores, como é possível identificar em tabela anexa.

#### **6.2.3.7.5 Pagamentos de Arrendamento de Aeronave Sem Autorização do DAC para Voar**

Em análise das operações de câmbio realizadas pela empresa Skymaster, foram identificadas remessas para o exterior a título de pagamento de parcelas de arrendamento da aeronave modelo 707, de prefixo PT-MTE. Pela página da Skymaster na internet ([www.skymaster.com.br](http://www.skymaster.com.br)), ela integra a frota da empresa.

No entanto, na relação de aeronaves cargueiras (com capacidade superior a 3.000 Kg) utilizadas no Brasil desde 2000, enviada à CPMI dos Correios pelo DAC, por meio do Ofício n.º 063/SSA/12400, de 19/8/2005, não há registro dessa aeronave. Inclusive, aquele Departamento não emitiu certidão para essa aeronave, ao contrário do ocorrido para as demais operadas pela Skymaster. Segundo o DAC, a Skymaster não teria concluído o processo de nacionalização da aeronave.

As remessas para o exterior para fins de pagamento de arrendamento dessa

aeronave foram identificadas nas movimentações da conta corrente da Skymaster no Banco Real. Os dados registram que já ocorreram 17 pagamentos de parcelas mensais no valor unitário de US\$ 80.000,00, o que totalizam remessas de US\$ 1.360.000,00, correspondente a R\$ 3.398.568,00.

O que causa espécie é o fato de que em outubro de 2005 a Skymaster estava efetuando a remessa da 17ª parcela do arrendamento de uma aeronave que nunca teve autorização do DAC para voar, mas, no entanto, já efetuou remessas que, segundo dados fornecidos por aquele departamento, superam, em muito, o montante suficiente para aquisição da própria aeronave.

#### 6.2.3.7.6 Relação entre Skymaster e Arrendadores de Aeronaves

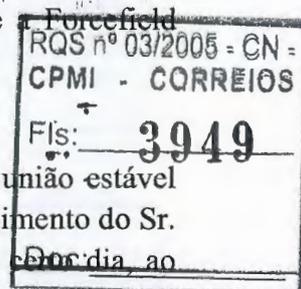
Os dados reunidos indicam a existência de relações de proximidade entre os sócios da Skymaster e os representantes das empresas Forcefield Ltd e Quintessential GROUP, sediadas nas Ilhas Virgens (Britânicas).

A Sra. Késia Maria do Nascimento Costa, cujo endereço residencial é o mesmo do Sr. João Marcos Pozzetti, sócio e diretor financeiro da Skymaster, e com o qual manteve sociedade na empresa Confette Indústria e Comércio LTDA (CNPJ – 15.770.384/0001-65), assinou contratos de arrendamento representando a empresa Quintessential GROUP LTD. O Sr. João Marcos Pozzetti assinou os mesmos contratos, representando a Skymaster.

Em nome da empresa Forcefield Ltd, assinou uma prorrogação de contrato de arrendamento o Sr. José Tomaz Simoli, que é sócio da empresa Skycargas LTDA, junto com os Srs. João Marcos Pozzetti, Luis Otávio Gonçalves, Hugo César Gonçalves, Américo Proietti, Heuser de Ávila Nascimento e Jayme Louzada Bacellar. Os quatro primeiros são sócios da Skymaster, sendo o Sr. Proietti sócio por intermédio da empresa EXPRESSO LUCAT LTDA.

Em seu depoimento à CPMI dos Correios, o Sr. João Marcos Pozzetti, embora resida no mesmo endereço da Sra. Késia Maria do Nascimento Costa, não soube informar como os dirigentes da empresa Quintessential, sediada nas Ilhas Virgens, conheceram a Sra. Késia de modo a lhe outorgarem procuração. De igual modo, não soube explicar por que outorgou procuração ao seu sócio na empresa Skycargas, Sr. José Tomaz Simoli.

Já no depoimento prestado pela Sra. Késia, que afirmou viver em união estável com o Sr. João Marcos Pozzetti, restou configurada divergência em relação ao depoimento do Sr. Pozzetti quanto à assinatura dos contratos de arrendamento. Ela afirmou que em [redacted] passar pela sede da Skymaster para se encontrar com o Sr. Pozzetti, com quem sairia para almoçar, este, que se encontrava em companhia de um Senhor americano, pediu-lhe que assinasse os respectivos contratos. Esse estreitamento de relações entre as pessoas representantes das arrendadoras e arrendatária sugere que as empresas arrendadoras são, na verdade, dos próprios sócios da Skymaster, que, sob o manto dos contratos de arrendamento, remetem



dinheiro para o exterior de forma aparentemente legal.

#### 6.2.3.7.7 Simulação Quanto à Propriedade das Aeronaves Arrendadas

No período entre 15/3 e 9/5/2002, a Skymaster repassou US\$ 1.144.000,00 milhão à empresa Omega Air Ltd, a título de quitação de parcelas de arrendamento. Pelo mesmo motivo, entre 18/1/2000 e 28/12/2000, a empresa pagou US\$ 1.200.000,00 à empresa Citizen Holdings Ltd. e, entre 1/6/2000 e 23/4/2001, a empresa pagou US\$ 2.300.000,00 para a empresa Daedalus Aviation Financing, Inc.

Em face dos expressivos montantes remetidos em curto período e dos preços de mercado dessas aeronaves, atualmente em torno de US\$ 390.000,00 dólares, essas operações assemelham-se a operações de compra de aeronaves e não arrendamento, e podem ser vistas, detalhadamente, na tabela a seguir.

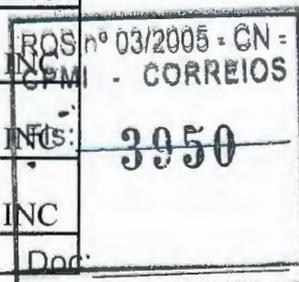
Os pagamentos realizados estão discriminados nas tabelas a seguir:

Transação	Doc	Data	Valor (US\$)	Valor (R\$)	Beneficiário
Câmbio Financeiro	1801551	15-mar-02	176.000,00	414.891,60	OMEGA AIR LTD
Câmbio Financeiro	1801971	1-abr-02	352.000,00	819.808,00	OMEGA AIR LTD
Câmbio Financeiro	1802105	5-abr-02	176.000,00	403.797,30	OMEGA AIR LTD
Câmbio Financeiro	1802104	5-abr-02	88.000,00	202.136,00	OMEGA AIR LTD
Câmbio Financeiro	1802593	26-abr-02	176.000,00	414.480,00	OMEGA AIR LTD
Câmbio Financeiro	1802912	9-mai-02	176.000,00	431.024,00	OMEGA AIR LTD
TOTAL			1.144.000,00		

Transação	Doc	Data	Valor (US\$)	Valor (R\$)	Beneficiário
Operação de Câmbio - ADM	1800248	18-jan-00	100.000,00	179.500,00	CITIZEN HOLDINGS LTD
Operação de Câmbio - ADM	1800899	25-fev-00	100.000,00	177.621,35	CITIZEN HOLDINGS LTD
Operação de Câmbio - ADM	1801435	27-mar-00	100.000,00	173.817,00	CITIZEN HOLDINGS LTD
Operação de Câmbio - ADM	1801942	27-abr-00	100.000,00	181.481,30	CITIZEN HOLDINGS LTD
Operação de Câmbio - ADM	1802489	26-mai-00	100.000,00	184.484,30	CITIZEN HOLDINGS LTD
Operação de Câmbio - ADM	1803174	29-jun-00	100.000,00	182.400,00	CITIZEN HOLDINGS LTD
Operação de	1803928	31-jul-	100.000,00	179.400,00	CITIZEN

Câmbio - ADM		00			HOLDINGS LTD
Operação de Câmbio - ADM	1804699	30-ago-00	100.000,00	182.882,70	CITIZEN HOLDINGS LTD
Operação de Câmbio - ADM	1805471	03-out-00	100.000,00	185.300,00	CITIZEN HOLDINGS LTD
Operação de Câmbio - ADM	1806147	30-out-00	100.000,00	192.300,00	CITIZEN HOLDINGS LTD
Operação de Câmbio - ADM	1806997	28-nov-00	100.000,00	198.198,00	CITIZEN HOLDINGS LTD
Operação de Câmbio - ADM	1807591	28-dez-00	100.000,00	196.596,40	CITIZEN HOLDINGS LTD
TOTAL			1.200.000,00		

Transação	Doc	Data	Valor (US\$)	Valor (R\$)	Beneficiário
Operação de Câmbio - Adm	1802575	01-jun-00	500.000,00	913.682,70	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1805108	19-set-00	100.000,00	186.232,50	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1805489	03-out-00	100.000,00	185.485,30	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1805915	19-out-00	100.000,00	187.834,50	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1806416	03-nov-00	100.000,00	193.493,20	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1806756	20-nov-00	100.000,00	194.194,00	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1807148	05-dez-00	100.000,00	197.597,40	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1807322	14-dez-00	150.000,00	295.246,70	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1807463	20-dez-00	100.000,00	196.196,00	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1800087	04-jan-01	100.000,00	194.494,30	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1800348	15-jan-01	150.000,00	292.394,80	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1800469	19-jan-01	100.000,00	195.895,70	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1800741	05-fev-01	100.000,00	199.899,70	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1801065	20-fev-01	100.000,00	201.100,90	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1801336	07-mar-01	100.000,00	204.203,90	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1801667	22-mar-01	100.000,00	214.714,50	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio Financeiro	1801906	05-abr-01	100.000,00	217.116,90	DAEDALUS AVIATION FIN, INC
Câmbio	1802219	23-abr-	100.000,00	226.826,60	DAEDALUS



Financeiro		01			AVIATION FIN, INC
TOTAL			2.300.00,00		

Ocorre, porém, que as mesmas aeronaves passaram, a partir do término desses pagamentos, a ser arrendadas pela empresa Forcefield, cujo representante, Sr.

192 José Tomaz Simioli, é sócio da Skycargas, juntamente com os sócios da Skymaster. Essas aeronaves são as seguintes.

PREFIXO	MODELO	ARRENDADOR ANTERIOR	ARRENDADOR ATUAL
PT - WUS	707-324C	Citizen Holdings Ltd	Forcefield Ltd
PT - WSZ	707-338C	Citizen Holdings Ltd	Forcefield Ltd
PT - WSM	707-351C	Omega Air Limited	Forcefield Ltd
PT - MTR	707-369C	Daedalus Aviation Financing Ltd	Forcefield Ltd

Especificamente em relação à aeronave de prefixo PT-WUS, verificamos que constam do processo 07-01/01247/98-Fev/98, encaminhado à CPMI pelo Departamento de Aviação Civil, registros dando conta de que a Skymaster teria, num primeiro momento, arrendado a aeronave da Omega Air, depois comprado da Omega Air e da Citizen Holdings, para, ao final, arrendá-la junto à Forcefield Ltd, situação que persiste até o momento.

Sobre a empresa Citizen, convém mencionar que o Sr. Paulo Roberto de Vasconcelos Gonçalves, em depoimento prestado à CPMI, afirmou que teria ouvido do Sr. Américo Proietti, um dos sócios da Skymaster, que a empresa Citizen seria a empresa da Skymaster em Miami.

Nesse mesmo depoimento, indagado se a empresa Quintessential também seria da Skymaster, o Sr. Paulo Roberto respondeu que, a partir da resposta que seu primo Hugo César Gonçalves lhe havia, ele concluir que sim. A seguir transcrevemos trecho do depoimento com as informações prestadas pelo primo do depoente que o levaram a essa conclusão.

SR. PAULO ROBERTO DE VASCONCELOS GONÇALVES: Numa vez dessas conferindo documento o Hugo sentado, ele ia de Guarulhos para Manaus, sentado na cadeira do comandante que ele--

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O senhor Hugo?

SR. PAULO ROBERTO DE VASCONCELOS GONÇALVES: O Hugo.

E fumando ali: "O primo, vem cá, esses aviões, a Quintessential é da empresa também?" Aí ele sem virar para trás continuou fumando respondeu assim: "Primo, se não fosse os essenciais você não tinha emprego". Então, confirmou o que eu perguntei.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):  
Não entendi a resposta. Se não fossem...

SR. PAULO ROBERTO DE VASCONCELOS GONÇALVES: "Se não fossem os essenciais você não tinha emprego". Eu entendi que os essenciais eram cinco, os cinco sócios.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):  
Os cinco sócios.

SR. PAULO ROBERTO DE VASCONCELOS GONÇALVES: Então, foi a resposta que me confirmou. Agora a Forcefield eu não conhecia, eu fiquei conhecendo quando a repórter do Estado de São Paulo, que fez uma entrevista comigo, ela perguntou se eu conhecia a Forcefield, eu não conhecia. Ela me disse que era deles também. A Mariana Barbosa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):  
Pelo menos uma das dúvidas que nós tínhamos era porque essa empresa chamaria Quintessential ou talvez esse mistério fica esclarecido. Agora, resta saber a Forcefield.

SR. PAULO ROBERTO DE VASCONCELOS GONÇALVES: A Forcefield eu não conhecia.

Em consulta realizada pela CPMI a empresas do setor de aviação, foi possível ter referência dos preços médios das aeronaves referidas cobrados no mercado internacional.

PROS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS Fls: <b>3951</b> Doc
--

• Boeing 707-340C, Ano 1968, com 57 mil horas de vôo, baseado no Paquistão.  
Preço entre 500 e 600 mil dólares americanos . Empresa consultada: EfKay Associates, sediada no Paquistão.

• Boeing 707-351C, Ano 1968, com 54 mil horas de vôo, baseado em San Antonio, Texas, Estados Unidos. Preço: 850 mil dólares

americanos. Empresa consultada: Omega Air Limited, sediada na Irlanda.

Ressalte-se que o peço médio informado pelo DAC para o Boeing 707 é de 390 mil dólares americanos, conforme Ofício n.º 377/SA-2, de 8/11/2005, encaminhado à Comissão.

Os valores pagos pela Skymaster são muito próximos aos preços de venda declinados nas consultas realizadas pela CPMI dos Correios, junto a empresas do setor de aviação, incluindo a Omega Air. Portanto, é possível depreender que as supostas operações de arrendamento com as empresas Citizen, Daedalus e Omega Air, na realidade, foram operações de venda de aeronaves.

Posteriormente, essas aeronaves tiveram a propriedade transferida à Forcefield Ltd., que passou supostamente a arrendar as aeronaves à Skymaster. Toda triangulação, contudo, percebe-se forjada. Trata-se, na realidade, de uma engenhosa operação para acobertar a transferência ilegal de recursos para o exterior. Os aviões foram comprados, mas as empresas forjaram uma operação de arrendamento para que pudessem remeter recursos ao exterior, continuamente, em seguida. Os valores superfaturados dos contratos de arrendamento, portanto, explicam o volume de recursos enviados.

De fato, de acordo com certidão emitida pelo DAC, constata-se que a aeronave DC-8-62F, prefixo PT-SKI, arrendada atualmente pela Skymaster junto à Quintessential, foi por esta adquirida da empresa Skytrade (de propriedade do filho de um dos sócios da Skymaster) em 17/3/2004. A despeito desse fato, o DAC nos informa que foi autorizada a inscrição do contrato de arrendamento da aeronave DC-8-63F, prefixo PTSKI, firmado entre a Skymaster e a Quintessential em 16/6/2003. É, no mínimo, curioso que a Quintessential tenha arrendado essa aeronave em 16/6/2003, se a Nota de Venda da Skytrade foi emitida posteriormente, em 17/3/2004.

Ocorre que a empresa Skytrade, cujo dono e presidente é o Sr. Rodrigo Otávio Savassi Gonçalves, filho do Sr. Luiz Otávio Gonçalves, tem sede em Miami, EUA, e foi constituída com a finalidade de importar peças de aeronaves para a Skymaster.

Somando-se aos argumentos anteriores, que dão clara indicação de que as aeronaves Boeing 707, prefixos PT-WUS, PT-WSZ, PT-WSM e PT-MTR, pertencem à Skymaster, embora formalmente arrendadas pela Forcefield, sobrevém prova mais robusta: o contrato firmado, em 15/4/2002, entre a Skymaster e a Promodal para formação de uma sociedade de fato<sup>12</sup>, referido no início deste relatório.

Transcrição da cláusula 8, verbis:

#### “8) DIVISÃO DO PATRIMÔNIO EXISTENTE

O PATRIMONIO das duas empresas será excluído do negócio. Cada empresa

ficará com os seus bens aeronáuticos, imóveis e veículos, que terão destino abaixo, ficando os demais bens (móveis, utensílios, sistemas de computador, linha de paletização, etc.) dentro do FUNDO DE COMERCIO.

### 8.1) AVIÕES.

A nova sociedade remunerará cada avião que estiver voando nas seguintes bases.

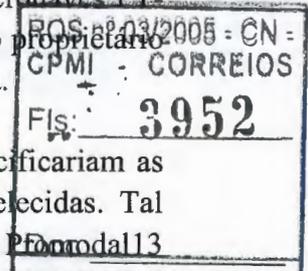
- Leasing mensal, com opção de compra e valor residual de R\$ 1,00 (um real), de US\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil dólares) para os Boeing 707 e US\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil dólares) para os DC-8, na base de 150 (cento e cinquenta) horas mensais mínimas, aplicando-se o critério pro-rata, quando oscilar. A quantidade de parcelas será obtida pelo cálculo do valor atual da aeronave, a ser definida em função do seu estado e do seu preço de mercado (de comum acordo), corrigida pelo custo financeiro de 12% ao ano em dólares americanos, dividido pelo valor da parcela mensal.
- 
- As aeronaves Boeing 707 envolvidas, por parte da Skymaster, são as de prefixo PTMTR, PT-WUS, PT-WSZ, PT-WSM E PT-MTE, e por parte da Promodal as de prefixo PT-BRG e PT-BRI, e as aeronaves DC-8s já adquiridas de ambas as partes, sendo duas da Skymaster.
- 

12 Contrato de Permuta/Participação de Cotas das Empresas Skymaster Airlines Ltda e Promodal Logística e Transp. Ltda, segundo o qual o grupo Promodal, presidido pelo Sr. Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho, passaria a ter 50% de participação no fundo de comércio da Skymaster e os sócios da Skymaster, 50% no fundo de comércio da Promodal.

- US\$ 300,00 (trezentos dólares americanos) por hora bloco, para atender o check "C" e motores da aeronave, que devem ser pagos ao proprietário e motores da aeronave, que devem ser pagos ao proprietário no 10º dia corrido após o fechamento do mês calendário, ficando por sua conta as devidas revisões."

Os termos do contrato são auto-explicativos e deixam claro que as aeronaves PT-MTR, PT-WUS, PT-WSZ, PT-WSM e PT-MTE pertencem à Skymaster. Somente o proprietário poderia estabelecer as condições de pagamento do leasing das aeronaves que arrenda.

Observe-se que o contrato estabelece que as partes avaliariam e precificariam as aeronaves envolvidas e as remunerariam segundo valores de parcelas pré-estabelecidas. Tal procedimento é perfeitamente compreensível se realizado pelo proprietário, caso da Promodal em relação às aeronaves Boeing 707, prefixo PTBRG e PT-BRI, mas totalmente descabido em relação à Skymaster, se supusermos que as aeronaves que menciona são arrendadas. O contrato beiraria o imponderável se considerarmos que os valores das parcelas são significativamente menores que os



valores pagos às supostas arrendadoras exterior: 45.000,00  
US\$80.000,00 e US\$88.000,00 no à Forcefield; US\$ 75.000,00 contra  
US\$95.000,00 pagos à Quintessential.

Além disso, há menção expressa às “aeronaves DC-8 já adquiridas de ambas as partes, sendo duas da Skymaster”. Nada mais contraditório. Supostamente, os DC-8 operados pela Skymaster sempre foram arrendados da empresa Quintessential, segundo certidões fornecidas pelo DAC a esta CPMI.

Do exposto, conclui-se: ou estamos diante de um embuste, em que a Skymaster buscou ludibriar o representante da Promodal, apresentando aeronaves de terceiros como suas; ou a Skymaster é a real proprietária das aeronaves, utilizando as arrendadoras como meio de remessa de recursos ao exterior.

Forçoso reconhecer o quão improvável é a primeira hipótese. Primeiro, porque contrária às demais evidências; segundo, porque a Beta14 mantinha estreitas relações com a Skymaster, a ponto de dividir com a empresa 50% do seu contrato com

13 Promodal foi a alcunha utilizada no contrato para designar a sociedade presidida pela Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho, que abrangia cerca de quinze empresas, entre as quais a Promodal Logística e a Brazilian Express Transportes Aéreos (Beta). Formalmente, as aeronaves pertenciam à Beta.

14 A Beta integrava o grupo Promodal e era presidida pelo Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho, presidente do grupo.  
os Correios, não parecendo razoável que não conhecesse a estrutura e a capacidade econômica do seu parceiro. Resta-nos concluir pela segunda hipótese.

#### **6.2.3.7.8 Duplicidade de Contratos de Arrendamento da para a Mesma Aeronave**

Outro aspecto intrigante é que há dois contratos de arrendamento firmados pela Skymaster junto à empresa Forcefield Ltd para a aeronave 707-369C, prefixo PTMTR. Ambos foram celebrados na mesma data (6/6/2001), mas os valores e prazos de arrendamento são distintos.

Em um contrato, entregue à ECT por ocasião do Pregão nº 45/2001 em dez/2001, o valor mensal de arrendamento está pactuado em US\$ 80.000,00, com um prazo de duração de 59 meses. Já no outro, entregue por ocasião da Concorrência nº 006/2004 em nov/2004, o valor estipulado é de US\$ 88.000,00 e o prazo de arrendamento de 118 meses.

Ambos os contratos foram assinados pelas mesmas pessoas: representando a arrendadora, a Sra. Nadezda Gaysina; representando a Skymaster, o Sr. João Marcos Pozzetti.

Em depoimento à CPMI, o Sr. João Marcos Pozzetti informou que um deles havia sido cancelado, mas não saberia dizer qual deles. Considerando que na licitação mais recente, realizada em novembro de 2004, o contrato de maior valor e prazo foi entregue pela empresa, este, em princípio, é o que deve estar em vigor.

#### 6.2.3.7.9 Operação de Aeronaves sem Autorização do DAC

Através da análise do Sistema de Transporte Aéreo Nacional dos Correios – STAN (sistema no qual são efetuados os lançamentos relativos à operação da Rede Postal Aérea Noturna, tais como horário de partida e de chegada da aeronave, quantidade de carga transportada, prefixo da aeronave etc), foi possível identificar o registro de duas aeronaves utilizadas pela Skymaster para realizar operações em linhas da RPN, sem, contudo, terem autorização do Departamento de Aviação Civil para voar (Ofícios nº 336/DGAC/16957 e 368/DGAC/17942 encaminhados à CPMI pelo DAC).

Essas aeronaves são o Boeing 707-321C, prefixo PT-MTE e o DC-8-62F, prefixo PR-SKI. Segundo consta dos registros do STAN, a aeronave PT-MTE operou nas datas elencadas no quadro a seguir, com o agravante de que teria realizado operação, inclusive, em data anterior ao registro que o DAC possui de sua entrada no país. De acordo com aquele Departamento, essa aeronave teria dado entrada no país no dia 05/12/2002, conforme registrado no diário de bordo da aeronave. Porém, há registro de realização de vôo de Guarulhos para Salvador, do dia 03 para o dia 04 de julho de 2001, operando a linha H, em favor da empresa Total Linhas Aéreas, contratada da ECT para a referida linha.



LINHA	ORIGEM	DESTINO	INÍCIO OPERAÇÃO	FIM OPERAÇÃO	HORÁRIO DE PARTIDA	HORÁRIO DE CHEGADA
H	GUARULHOS	GALEÃO	03-JUL-01	04-JUL-01	03:35	04:35
A	BRASÍLIA	MANAUS	07-OUT-02	08-OUT-02	05:20	07:10
Z	LONDRINA	GUARULHOS	01-ABR-03	02-ABR-03	22:55	01:00
C	GUARULHOS	GALEÃO	16-ABR-03	17-ABR-03	01:55	03:00
C	GALEÃO	SALVADOR	16-ABR-03	17-ABR-03	03:35	05:42
C	SALVADOR	FORTALEZA	16-ABR-03	17-ABR-03	06:33	08:17
A	FORTALEZA	SALVADOR	17-ABR-03	18-ABR-03	19:41	21:20
A	SALVADOR	GALEÃO	17-ABR-03	18-ABR-03	22:20	00:30
A	GALEÃO	GUARULHOS	17-ABR-03	18-ABR-03	01:40	02:57

A esse respeito, convém mencionar que em depoimento prestado, tanto a esta CPMI quanto à Polícia Federal, o Sr. Paulo Roberto de Vasconcelos Gonçalves, oficial da

reserva da Força Aérea Brasileira no posto de capitão especialista em vôo e primo de dois sócios da Skymaster (Srs. Luiz Otávio Gonçalves e Hugo César Gonçalves), tendo trabalhado na empresa como engenheiro de vôo de 1997 a 2004, declarou que essa aeronave teria entrado no País à revelia do Departamento de Aviação Civil.

Além desse vôo realizado para a empresa Total, houve outro, também em favor da mesma empresa, na operação da linha Z, de Londrina a Guarulhos. Os demais vôos realizados pela aeronave PT-MTE foram na operação das linhas da própria Skymaster (linhas A e C).

O DAC informou em 17/11/2005 que a aeronave PT-MTE não havia obtido, até aquela data, autorização para conduzir operações, ou seja, para voar comercialmente, em razão de a empresa Skymaster não ter concluído o processo de nacionalização da aeronave.

Já em relação à aeronave PR-SKI, de acordo com informações prestadas pelo DAC, somente no dia 15 de setembro de 2004 foi dada autorização para o início de sua operação, sendo que os registros contidos no STAN indicam que a aeronave realizou vôos regularmente na operação das linhas A e C antes de ser autorizada, ou seja, no período de 19 de abril a 09 de setembro de 2004.

Dessa forma, considerando o nível de confiabilidade dos dados constantes do STAN, no qual são lançados inúmeros e detalhados registros relativos à operação da RPN, verifica-se a ocorrência de grave irregularidade cometida pela empresa Skymaster ao colocar em operações aeronaves sem autorização do órgão competente, o que poderia comprometer, inclusive, a segurança do transporte aéreo nacional, na medida em que não há garantias de que tais aeronaves estariam em condições técnicas de realizar operações de vôo.

Assim sendo, torna-se imprescindível a realização de sindicância por parte do Departamento de Aviação Civil com vistas à apuração das devidas responsabilidades.

#### **6.2.3.7.10 Baixo Nível de Utilização das Aeronaves Arrendadas**

Segundo o Anuário do Transporte Aéreo – 2004, publicado pelo Departamento de Aviação Civil, a Skymaster somou um total de 5.718 horas voadas no ano de 2004. Nesse ano, a Skymaster operou as linhas “A” e “C” da RPN, voando diariamente um total de 18h15 em ambas as linhas. Considerando que essas linhas eram operadas somente em dias úteis, obtemos um somatório aproximado de 4.818 horas voadas no ano, o que representa 84,26% do total de horas voadas pela Skymaster.

Em 2004, a Skymaster dispunha de sete aeronaves (quatro do modelo 707 e três do modelo DC-08), das quais duas eram utilizadas na operação das linhas A e C da RPN. As outras cinco aeronaves da empresa teriam sido, então, responsáveis por apenas 15,74% do total das horas voadas. Mesmo reconhecendo-se a necessidade de se manter uma aeronave de reserva, ainda assim restariam quatro aeronaves com elevados custos de arrendamento, responsáveis pelos 15,74% das horas voadas.

Do ponto de vista econômico-financeiro, essa estratégia não seria a mais racional,

exceto se as aeronaves fossem da própria empresa e servissem, na realidade, para legitimar remessas vultosas de dinheiro para o exterior. Além disso, pode ter sido utilizada como um artifício para elevar significativamente os registros de despesas contábeis, com conseqüente redução da tributação sobre o lucro.

#### 6.2.3.7.11 Indício de Superfaturamento na Importação de Peças

Conforme exposto neste relatório, a aquisição e o envio de peças aeronáuticas utilizadas pela Skymaster eram da responsabilidade da Skytrade Intl Entreprises, Inc., empresa de propriedade do Sr. Rodrigo Otávio Savassi Gonçalves, filho do Sr. Luiz Otávio Gonçalves, sócio da Skymaster.

Em depoimento prestado à Polícia Federal e a esta Comissão, o Sr. Paulo Roberto de Vasconcelos Gonçalves, primo de sócios da Skymaster e um dos fundadores da empresa, relatou que, no período em que trabalhou na empresa (abril/1997 a março/2004), ouvia comentários, no setor de manutenção, de que as peças eram importadas com valores superfaturados.

As remessas identificadas para a Skytrade, realizadas de 2000 até junho de 2005, totalizaram R\$ 25.894.790,99, assim discriminados:

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Valor (R\$)	3.293.589,62	4.096.159,40	6.812.497,61	8.263.034,04	2.665.077,85	764.432,47

A exemplo das remessas para pagamentos de arrendamento de aeronaves, os períodos com as maiores despesas, a título de importação de peças, coincidem com os períodos de maiores níveis de superfaturamento nos Correios, os anos 2002 e 2003. Cabe lembrar que a aeronave DC-8-62F, de prefixo PT-SKI, arrendada pela Skymaster junto à Quintessential, pertencia anteriormente à Skytrade, que a vendeu em 17/3/2004 à Quintessential, segundo certidão emitida pelo DAC.

Dessa forma, torna-se indispensável que a Secretaria da Receita Federal, com a colaboração do Departamento de Aviação Civil, promovam o exame das guias de importação emitidas para aquisição de peças pela Skymaster, com vistas a apurar a possível ocorrência de superfaturamento.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORBEJOS Fis: <b>3954</b>
Doc: 164

### 6.2.3.7.12 Remessa de Divisas para o Exterior

Reforça o entendimento de que as empresas Forcefield e Quintessential são vinculadas à Skymaster, o fato de que, no dia 25/5/2005, data de aprovação da CPMI dos Correios, houve fechamento de operação de câmbio com vistas à remessa de dinheiro para ambas as empresas no exterior, em montante jamais verificado, todas relativas a pagamento de parcelas de arrendamento já vencidas. As remessas foram as seguintes.

#### Para a Quintessential Group Ltd.:

- . • Sete parcelas de US\$ 95.000,00 do arrendamento da aeronave DC-8-62F, prefixo PR- SKI, totalizando R\$ 1.605.975,00;
- . • Uma parcela de US\$ 95.000,00 do arrendamento da aeronave DC-8-63F, prefixo PR – SKC, totalizando R\$ 229.425,00;
- . • Uma parcela de US\$ 95.000,00 do arrendamento da aeronave DC-8-63F, prefixo PR – SKM, totalizando R\$ 229.425,00.

#### Para a Forcefield Ltd.:

- . • Uma parcela de US\$ 80.000,00 do arrendamento da aeronave Boeing 707-324C, prefixo PT-WUS, totalizando R\$ 193.200,00;
- . • Doze parcelas de US\$80.000,00 do arrendamento da aeronave Boeing 707-369C, prefixo PT-MTR, totalizando R\$ 2.319.360,00;
- . • Doze parcelas de US\$ 80.000,00 do arrendamento da aeronave Boeing 707-321C, prefixo PT-MTE, totalizando R\$ 2.319.360,00

Total das operações de câmbio fechadas no dia 25/5/2005: US\$ 2.855.000,00, correspondente a R\$ 6.896.745,00.

Convém aqui recordar que a aeronave de prefixo PT-MTE, para a qual foram fechadas operações de câmbio nesse dia, no valor total de R\$ 2.319.360,00, é aquela que até o momento o Departamento de Aviação Civil não autorizou conduzir operações. Portanto, sem condições de voar e gerar receita.

As remessas identificadas às empresas Forcefield e Quintessential, no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2005, somam R\$73.501.864,47, distribuídos ao longo dos anos conforme tabela a seguir.

Empresa arrendadora	
Forcefield	
Valor (US\$)	
Valor (R\$)	2000 2001 2002 2003 2004 2005 1.473.568,22 2.193.945,78
Quintessential	
Valor (US\$)	5.426.598,00 5.288.425,00 2.632.000,00 2.640.000,00 2.748.675,50
Valor (R\$)	5.156.612,46 14.361.019,83 15.520.304,81 7.379.889,60 6.613.760,00
Total Valor	9.929.575,27 1.097.725,00 8.982.877,00 5.996.598,00 8.563.394,00
(US\$) Valor	3.012.000,00 6.250.000,00 2.748.675,50 5.156.612,46 16.072.444,83
(R\$)	25.449.880,08 8.477.614,60 15.596.637,00

Percebe-se que os anos das remessas mais vultosas, 2002 e 2003, são exatamente aqueles de maior superfaturamento apurado nos contratos para operação das linhas A e C.

Embora ambas as empresas tenham sede nas Ilhas Virgens Britânicas, cópias dos contratos de operações de câmbio em poder desta CPMI indicam a cidade de Miami, nos Estados Unidos, como a localidade de destino da maior parte das remessas.

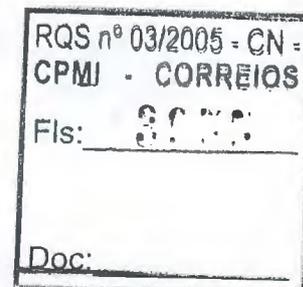
Observamos que as contas da Forcefield e Quintessential, para onde são efetuadas as remessas, situam-se na mesma Agência do Bank Of América, localizada em Miami/EUA. Se tomarmos o último número da conta como sendo o dígito verificador, teremos números seqüenciais, já que terminam em 720-8 e em 721-1, levando-nos a crer que foram abertas na mesma oportunidade. Coincidentemente, a Skytrade mantém conta na mesma agência.

#### Numeração das contas.

- Forcefield – Nº 005483547208
- Quintessential – Nº 005483547211

A tabela a seguir exemplifica pagamentos contabilizados pela Skymaster como realizados à empresa Forcefield, mas que, segundo dados do sigilo bancário, tiveram destinação distinta. A tabela a seguir exemplifica alguns dos beneficiários reais desses pagamentos que foram contabilizados de forma fraudulenta.

Beneficiário Segundo o Sigilo	Total
Américo Proietti (sócio)	R\$ 663.000,00
Éder Joubert Ribeiro Cabo Verde (funcionário Skymaster)	R\$ 1.066.675,06
Hugo César Gonçalves (sócio)	R\$ 800.000,00
Jayme Louzada Bacellar (sócio da Skycargas)	R\$ 203.200,00
João Marcos Pozzetti (sócio)	R\$ 1.537.000,00
Luiz Wagner Main (sócio da Skyavionics)	R\$ 190.000,00
Maria de Lourdes Barros Proietti (sócio)	R\$ 156.744,07
Quota Empreendimentos Imobiliários Ltda	R\$ 390.000,00



Chama a atenção, ainda, o fato de que a Skymaster tem o hábito de efetuar as remessas de seus arrendamentos sempre em atraso, tanto para a Forcefield como para a Quintessential. Dentre os inúmeros casos de pagamentos ocorridos dessa forma, citamos o

pagamento da sétima parcela mensal do arrendamento da aeronave de prefixo PT-MTR, cujo vencimento tinha ocorrido em 01/4/02, mas sua quitação somente ocorreu quase três anos após, no dia 24/3/05.

Pelos dados do sigilo obtido junto ao Banco ABN Amro Real S.A., por exemplo, é possível constatar que, no período de 2000 a 2005, a Skymaster, só naquele banco, celebrou 28 contratos de operações de câmbio para pagamento de cinquenta e sete parcelas mensais de arrendamento de aeronaves, sendo todas quitadas quando já se encontravam vencidas. O vencimento médio dessas cinquenta e sete parcelas é de quinze meses. Causa estranheza o fato de a Skymaster passar vários meses, chegando a casos de até três anos, sem efetuar os respectivos pagamentos das parcelas de arrendamento e os arrendadores, por sua vez, não exigirem a devolução de suas aeronaves.

Em face de tudo quanto foi exposto, constata-se que há fortes indícios de que as aeronaves sejam, na verdade, da própria Skymaster, servindo os contratos de arrendamento como forma de legalizar as remessas para o exterior, com redução de seu lucro e, por conseguinte, de sua carga tributária.

Assim, estaria justificado pagar-se arrendamento em valor superior ao máximo informado pelo DAC, bem como manter várias aeronaves arrendadas, mesmo que sejam para ficar, na maior parte do tempo, sem utilização.

#### **6.2.3.7.13 Simulação de pagamento à Skycargas**

A empresa Skycargas LTDA, que também possui o Sr. João Marcos Pozzetti como sócio e Diretor Administrativo, estabelece em seu contrato social o seguinte objeto.

“Prestação de serviços de logística integrada, distribuição, paletização, coordenação, agenciamento de cargas aéreas, agenciamento e transporte de cargas rodoviárias, marítimas e fluviais, nacionais e internacionais.”

Trata-se de empresa agenciadora de cargas para a Skymaster, que em retribuição lhe paga parcela do rendimento desses serviços. Grande parte das suas receitas é oriunda da Skymaster.

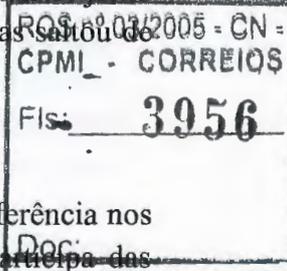
De um total de 175 pagamentos declarados pela Skymaster em correspondência enviada à CPMI dos Correios, cujo favorecido seria a Skycargas, totalizando R\$ 28.558.301,11, apenas em dois deles foram apresentadas as devidas notas fiscais. Esses dois pagamentos somavam apenas R\$ 120.469,94, sendo que para todos os demais foram apresentados, tão-somente, recibos.

Em depoimento prestado à CPMI, o Sr. João Marcos Pozzetti informou que as **notas fiscais da Skycargas** são emitidas periodicamente, agrupando vários pagamentos. Como a nota fiscal é o documento hábil e idôneo para comprovar a prestação de serviços e sua ausência é presunção de sonegação fiscal, o procedimento causa espécie.

A tabela abaixo exemplifica pagamentos contabilizados pela Skymaster como tendo sido realizados à empresa Skycargas, mas que tiveram beneficiários distintos, conforme revelam os dados do sigilo bancário.

Beneficiário Segundo o Sigilo Bancário Américo Proietti (sócio)	Total R\$
Catamarã Condominium (custos com imóvel dos sócios)	4.095.198,96
Condomínio Mucuripe Plaza (custos com imóvel dos sócios) Éder	R\$ 234.027,88
Jouber Ribeiro Cabo Verde (funcionário da Skymaster) Elizabeth	R\$ 184.426,17
Maria Dantas Barros Nascimento (esposa do Sr. Heuser de Ávila	R\$ 362.938,43
Nascimento – sócio da Skycargas). Fiduccia Empreendimentos e	R\$ 210.000,00
Participações (custo com imóvel dos sócios) Heuser de Ávila	R\$ 375.000,00
Nascimento (sócio da Skycargas) Hugo César Gonçalves (sócio)	R\$ 537.153,05
Jayme Louzada Bacellar (sócio da Skycargas) João Marcos Pozzetti	R\$
(sócio) José Carlos Rocha Lima (ex-presidente dos Correios na	3.322.491,52
primeira metade da década de 1990) José Tomaz Simioli (sócio da	R\$
Skycargas) Luiz Henrique da Silva Gonçalves (filho de Hugo César	1.131.702,67
Gonçalves) Luiz Otávio Gonçalves (sócio) Maria de Lourdes Barros	R\$
Proietti (sócia)	2.407.510,05
	R\$ 50.000,00
	R\$ 340.133,98
	R\$ 200.000,00
	R\$
	3.893.339,84
	R\$
	2.256.348,00

Pelas informações levantadas, verifica-se que o crescimento das receitas da Skycargas coincide exatamente com o período em que a Skymaster teve um salto expressivo em suas receitas, que ocorreu no ano de 2001 para 2002. Nesse período, a receita da Skymaster junto aos Correios saltou de 25 para 92,5 milhões de reais, enquanto a receita da Skycargas saltou de 1,8 para 10,7 milhões de reais.



Em razão da característica de atuação da Skycargas, esta não tem interferência nos serviços prestados pela Skymaster junto a órgãos públicos, pois não é ela quem participa das licitações, mas sim a própria Skymaster, não fazendo jus, portanto, a auferir qualquer comissão por esses serviços. Logo, o crescimento de faturamento da Skycargas deveria se comportar em consonância, tão-somente, com o de cargas oriundas da iniciativa privada transportadas pela Skymaster.

No entanto, analisando-se o crescimento das receitas da Skymaster e os pagamentos realizados à Skycargas, percebe-se que essa correlação não se verifica. Senão, vejamos.

Receitas Skymaster	2000	2001	2002	2003	2004
Dos Correios	34.522.891,21	25.037.800,82	92.475.919,49	106.668.192,52	57.133.955,37
Do BACEN	2.125.108,61	869.569,40	1.113.653,27	1.527.866,20	336.981,67
Outras	27.447.831,54	58.111.266,20	39.223.727,24	32.342.961,99	55.637.398,40
Total	64.095.831,36	84.018.636,42	132.816.300,00	140.539.020,71	113.108.335,44

	2000	2001	2002	2003	2004
Valores pagos pela Skymaster à Skycargas	216.593,78	1.841.903,05	8.370.433,65	10.326.231,07	5.540.742,15

#### 6.2.3.7.14 Grande Volume de Saques em Espécie

Percebe-se que do ano de 2001 para 2002 as outras receitas da Skymaster reduzem de R\$ 58,1 milhões para R\$ 39,2 milhões, enquanto os valores pagos pela Skymaster à Skycargas crescem significativamente, passando de R\$ 1,8 milhão para R\$ 8,3 milhões. Igual situação também se verifica do ano de 2002 para 2003, quando as outras receitas também caem, enquanto que os valores pagos pela Skymaster à Skycargas sobem.

De 2003 para 2004, a correlação supostamente existente entre as receitas oriundas de contratos privados e os pagamentos realizados à Skycargas também não se observa, uma vez que ocorre o fenômeno inverso. As receitas privadas (outras) crescem, mas os pagamentos realizados à Skycargas diminuem sensivelmente, passando de R\$ 10,3 milhões para R\$ 5,5 milhões.

Em resposta à diligência da CPMI dos Correios, a Skymaster informou os beneficiários de diversos pagamentos realizados por meio de cheques nominais à própria empresa, endossados e sacados no caixa. Verificamos que diversos dos pagamentos declarados e contabilizados como sendo realizados à Skycargas, a título de prestação de serviços de logística e transporte, foram, na verdade, sacados e depositados na conta corrente de seus sócios e dos sócios da Skycargas. Outros pagamentos, também contabilizados como serviços de logística e transporte prestados pela Skycargas, foram destinados ao pagamento de terceiros e à aquisição de bens destinados ao patrimônio individual dos sócios.

Verificamos, outrossim, que a quase totalidade dos recursos que a Skymaster contabiliza como pagamento de serviços prestados pela Skycargas é, na verdade, transferida aos sócios de ambas as empresas, indicando simulação de despesas para uma e receita para outra.

A empresa Skycargas é tributada pelo regime do lucro presumido. De maneira geral, incide alíquota de 15% sobre o máximo de 32% da receita bruta da empresa. Assim, podem ser distribuídos aos sócios 32% da receita bruta, deduzidos 15% de Imposto de Renda e outros tributos. Caso a empresa comprove, junto à Secretaria da Receita Federal, lucro superior ao presumido, poderá, em consequência, efetuar a distribuição da diferença.

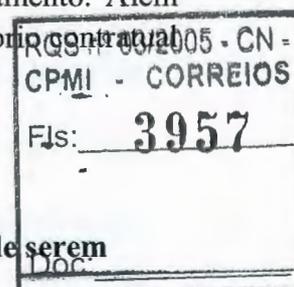
Todavia, percebe-se que a Skycargas tem distribuído aos seus sócios valores muito superiores ao lucro presumido. Como os valores distribuídos são muito próximos ao total das receitas, indicando altíssimo nível de rentabilidade, aliado ao fato de que diversos pagamentos contabilizados pela Skymaster como destinados à Skycargas foram, na verdade, destinados aos sócios, deduz-se que há operações simuladas envolvendo as duas empresas.

Para fins de visualização do montante distribuído aos sócios das duas empresas, em comparação com as respectivas receitas, apresentamos o quadro a seguir, com dados extraídos de seus sigilos fiscais.

Reais

	2000	2001	2002	2003	2004
Receita da Skymaster	64.095.831,36	84.018.636,42	132.816.300,00	140.539.020,71	113.108.335,44
Valor distribuído aos sócios pela Skymaster	189.271,92	911.000,00	1.884.000,00	Não distribuído	Não houve lucro
Receita da Skycargas	410.000,00	1.834.960,70	10.653.181,47	15.013.702,61	12.042.566,21
Valor distribuído aos sócios pela Skycargas	315.000,00	1.623.900,00	9.465.343,72	12.953.992,42	8.061.104,10

A prática de efetuar elevadas remessas para o exterior a título de pagamento de arrendamento, simular prestação de serviços por parte da Skycargas à Skymaster e de se utilizar aquela empresa para efetuar a distribuição de lucros aos sócios em comum, serve, na verdade, para esconder o lucro real que seria auferido pela própria Skymaster. Caso isso não ocorresse, tais lucros constariam de seus balanços, que são apresentados constantemente exigidos em procedimentos licitatórios e tornar-se-ia evidente o elevado nível de superfaturamento. Além disso, haveria maiores dificuldades em se aprovar os reiterados pedidos de reequilíbrio contratual junto à ECT.



**6.2.3.7.15 Prática de emissão de cheques nominais à própria Skymaster a fim de serem endossados e sacados no caixa**

A prática adotada pela Skymaster de emitir cheques em seu próprio favor para, em

seguida, endossá-los e serem sacados no caixa, é expediente de quem não pretende deixar transparente os reais beneficiários de seus recursos.

As despesas da Skymaster deveriam ser efetuadas, normalmente, por meio de pagamento em cheques nominais à prestadora do serviço/fornecedora do material, por operações identificáveis mediante Transferência Eletrônica Disponível – TED, por meio de operações de câmbio, ou por meio de depósito em conta (por exemplo, as registradas como pagamentos realizados à Shell – combustível; à Swissport e Sata – operações terrestre nos aeroportos; à Infraero – tarifas aeroportuárias; pagamentos de arrendamento e de seguro de aeronaves; importação de peças; pagamento da folha de pessoal; tributos).

Como essas despesas respondem pela quase totalidade dos custos da Skymaster, não restariam despesas significativas adicionais para a empresa pagar, ainda mais por meio de dinheiro em espécie. Assim, a alegação de depoentes vinculados à Skymaster, no sentido de que os saques em espécie seriam destinados a pagamentos de fornecedores, não merece prosperar. Nesse contexto, foi verificado que no período de 2000 a 2005 há um montante aproximado de R\$ 31 milhões em cheques emitidos pela empresa em seu próprio nome e que foram sacados no caixa, cujos beneficiários não foram identificados.

Dentre as pessoas identificadas de realizarem diversos saques, citamos os funcionários da empresa, Srs. Éder Joubert Ribeiro Cabo Verde e Reginaldo Reges Menezes Fernandes, que sacaram, respectivamente, os totais de R\$3.081.194,21 e de R\$ 1.138.941,35 no período de janeiro de 2000 a junho de 2005. Nos depoimentos prestados a esta Comissão, ambos informaram que realizavam os saques e entregavam todo o dinheiro ao Sr. João Marcos Pozzetti, Diretor Financeiro da Skymaster.

Além desses dois funcionários, identificamos, também, o Sr. Francisco Marques Carioca, funcionário da empresa Cortez Câmbio e Turismo Ltda, que realizou saques totalizando R\$ 1.036.828,40. No depoimento prestado informou que realizava os saques a pedido do Sr. Marcus Valerius Pinto Pinheiro de Macedo, ex-advogado da Skymaster e recebia, para tanto, pagamento de R\$ 50,00 por saque. Já o Sr. Marcus Valerius afirmou em seu depoimento que entregava o dinheiro sacado também ao Sr. João Marcos Pozzetti.

Do exame dos dados bancários disponibilizados, relativos aos pagamentos de valores superiores a R\$ 10.000,00, conforme aprovado por esta Comissão, foi possível identificar os pagamentos constantes das tabelas a seguir listadas, que seguem anexas a este relatório.

- Relação de supostos pagamentos à empresa Skycargas Ltda cujos registros do sigilo bancário apontam outros beneficiários, no total de R\$ 22.169.615,30;
- Relação de supostos pagamentos à empresa Omega Air Ltd cujos registros do sigilo bancário apontam outros beneficiários, no total de R\$ 244.748,27;
- Relação de supostos pagamentos à empresa Forcefield Ltd cujos registros do sigilo bancário apontam outros beneficiários, no total de R\$ 8.631.715,89;
- Relação de pagamentos efetuados pela Skymaster aos sócios das empresas Skymaster Airlines Ltda. e Skycargas Ltda, no total de R\$ 32.985.441,05;
- Relação de saques efetuados pelo funcionário da Skymaster, Sr. Éder Joubert

Ribeiro Cabo Verde, no total de R\$ 3.081.194,21;

• Relação de saques efetuados pelo funcionário da Skymaster, Sr. Reginaldo Reges Menezes Fernandes, no total de R\$ 1.138.941,35;

• Relação de saques efetuados pelo funcionário da empresa Cortez Câmbio e Turismo Ltda, Sr. Francisco Marques Carioca, no total de R\$ 1.036.828,40;

• Relação de pagamentos recebidos pela Sra. Mônica Silveira Eduards, no total de R\$ 1.494.692,02.

#### 6.2.3.7.16 Elevadas quantias em espécie em mãos dos sócios da Skymaster

Outro aspecto que chama a atenção são as elevadas importâncias de dinheiro em mãos que os sócios informam em suas declarações anuais de imposto de renda, o que não vem a ser uma prática muito usual em um país de atrativas taxas de remuneração de capital e de sensíveis problemas de segurança.

Os valores declarados pelos sócios são os seguintes.

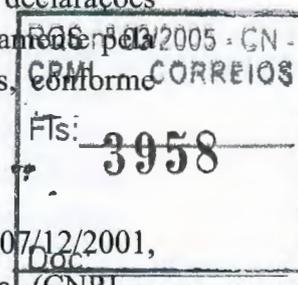
Reais

Sócio	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Luiz Otávio Gonçalves				402.400,00	425.000,00	800.000,00
Américo Proietti		25.000,00	30.000,00		450.000,00	950.000,00
João Marcos Pozzetti			60.000,00	60.000,00		
Hugo César Gonçalves				300.000,00		

#### 6.2.3.7.17 Aquisição de bens pela própria Skymaster destinados ao patrimônio dos seus sócios

Com base na análise da movimentação financeira da Skymaster e das declarações de IRPF de seus sócios, foi possível identificar alguns pagamentos realizados diretamente pela empresa para aquisição de bens alocados ao patrimônio individual de seus sócios, conforme detalhamento a seguir.

- 1 – Automóvel Audi. 2001/2002, Placa – JGG 6880, adquirido em 07/12/2001, junto à Saga Sociedade Anônima Goiás de Automóveis Ltda (CNPJ 01.104.751/0003-82) no valor de R\$ 52.000,00 – inserido no patrimônio do Sr. Hugo César Gonçalves;
- 2 – Automóvel Mitsubishi adquirido junto à Nara Veículos Ltda em Brasília em 02/5/2005, tendo sido efetuado TED pela Skymaster diretamente em favor da concessionária no valor de R\$80.000,00 – inserido no patrimônio do Sr. Hugo César Gonçalves;
- 3 – Apartamentos nºs 2101, 2102 (Inserido no patrimônio do Sr. Luiz Otávio Gonçalves) e 2202 (Inserido no patrimônio do Sr. João Marcos Pozzetti) do Condomínio Catamarã em Fortaleza/CE - Contrato particular de venda e



compra de fração ideal de terreno e adesão firmado junto à Fidúcia Empreendimentos e Participações Ltda (CNPJ – 03.717.466/0001-09) – valores identificados como pagamentos realizados a essa empresa: R\$ 234.027,88 (em 09/8/2002) e R\$ 375.000,00 (em 09/1/2003);

- d) 4 – Quatro apartamentos no empreendimento Mucuripe Plaza – Fortaleza/CE – inseridos nos patrimônios dos Srs. Luiz Otávio Gonçalves e João Marcos Pozzetti – pagamentos totalizando R\$ 90.104,16 em 2004 e R\$ 94.322,01 em 2005.

#### **6.2.3.7.18 Fortes indícios de prática de falsificação de documentos pela Skymaster**

De acordo com depoimento prestado à Comissão pelo Sr. Paulo Roberto de Vasconcelos Gonçalves, a Skymaster tinha o hábito de falsificar documentos, sempre com o fim de obter benefícios.

O depoente fez menção a diversas e graves irregularidades que teriam ocorrido na empresa no tempo em que lá trabalhava, inclusive apresentando cópia da documentação comprobatória de algumas falsidades autenticadas em cartório e gravação em CD.

As irregularidades relatadas dizem respeito à falsificação de assinaturas de tripulantes dos vôos nos documentos pertinentes (conhecida no jargão da empresa como “tripulação virtual”), de modo a atender à legislação aeronáutica; à falsificação da realização de treinamento dos pilotos; a acordos fraudulentos nos processos judiciais de acerto das rescisões trabalhistas; a recebimento de pagamento não registrado em carteira de trabalho, mediante pagamento em espécie e depósito não identificado em conta bancária; e à alteração de livro de bordo da aeronave posterior à ocorrência de acidente.

A falsificação das assinaturas dos tripulantes dos vôos tinha por fim evitar que os tripulantes ultrapassassem o limite normativo estipulado para a quantidade de horas voadas ou de pousos realizados em determinado período, o que, segundo o depoente, era comum ocorrer na Skymaster. Tais falsificações tinham o objetivo, ainda, conferir aparência de regularidade à quantidade e à qualificação dos tripulantes presentes aos vôos, além, é claro, de reduzir custos para a empresa, já que esta teria de contratar mais tripulantes.

Para exemplificar esse último caso, o Sr. Paulo Roberto informou que no dia 03 de outubro de 2003, um dia de eleição no Brasil, em que estava votando na cidade de Lagoa Santa/MG, consta seu nome integrando a tripulação que naquele mesmo dia estava trazendo a aeronave Boeing 707, prefixo PT-WSM, da Inglaterra para Belém. A aeronave teria ido àquele país para fazer uma revisão. Segundo o depoente, em vôos de longa duração a legislação exige uma tripulação formada por 5 tripulantes, sendo composta por dois comandantes, dois engenheiros de vôo e um copiloto. Segundo o depoente, nem ele, nem o Sr. Marcos, que era copiloto à época, embora constando como tripulantes desse vôo, não participaram da operação. Desse modo, o vôo teria sido realizado de forma irregular.

A falsificação de treinamentos de pilotos teria ocorrido com a certificação dos

pilotos sem, contudo, terem freqüentado o curso necessário em Miami/EUA, já que examinadores credenciados pelo DAC na Skymaster, responsáveis por efetuar a avaliação da proficiência técnica dos tripulantes naquela cidade norte-americana, assinavam as respectivas fichas de avaliação dos tripulantes aqui mesmo no país, sem, contudo, realizarem o devido treinamento no exterior. A respeito do problema, o Sr. Paulo Roberto formalizou denúncia junto ao Departamento de Aviação Civil, ao Ministério Público Federal, ao Sindicato Nacional dos Aeronautas e ao Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA).

Como resultado das investigações, o DAC comprovou a denúncia e aplicou a penalidade de suspensão do Certificado de Habilitação Técnica do Diretor Técnico e Sócio da Skymaster, Sr. Hugo César Gonçalves, bem como de outros funcionários da empresa, além de outros funcionários envolvidos.

Já os acordos fraudulentos, verificados nos processos judiciais de acerto de rescisões trabalhistas, ocorriam a partir de orientação da Skymaster no sentido de que o demitido assinasse uma procuração constituindo um determinado escritório de advocacia, indicado pela própria empresa, para representá-lo em juízo. A partir da assinatura da procuração, a empresa efetuava os cálculos das verbas trabalhistas devidas e, se o demitido não concordasse com os valores apurados, o escritório de advocacia fazia um acordo na justiça trabalhista com a Skymaster para fins de homologação.

Além dessa questão de rescisão de contrato de trabalho, informou ainda o Sr. Paulo Roberto que os tripulantes da Skymaster recebiam, a título de salário, o valor especificado nas respectivas carteiras de trabalho, além de outra parte não registrada, ou seja, não contabilizada. O pagamento dessa parcela teria sido realizada, no início do funcionamento da empresa, por meio de pagamento em espécie e, posteriormente, mediante depósito não identificado em conta bancária.

Outro fato narrado pelo Sr. Paulo Roberto, de natureza também muito grave, refere-se ao acidente ocorrido com a aeronave Boeing 707, prefixo PT-MST, que resultou em perda total. Afirmou o depoente que a aeronave já vinha apresentando pane do compensador do estabilizador, responsável por colocar o "nariz" da aeronave para cima ou para baixo. A pane já estaria ocorrendo havia cerca de dois meses e a tripulação sempre reclamava, mas, segundo o depoente, não podiam lançar no livro de ocorrência da aeronave.

O acidente teria ocorrido em março de 2001, no trecho de Brasília a São Paulo da linha da RPN dos Correios. O Sr. Paulo Roberto informou que ele, descumprindo determinações da Skymaster, havia registrado no livro de manutenção da aeronave o problema, mas, pelo que soube, os funcionários envolvidos teriam refeito todo o livro.

Segundo o depoente, a aeronave no momento do acidente teria a tripulação composta pelo comandante Alírio, co-piloto Jordão e engenheiro de vôo Darci, sendo que nos últimos seis dias antes da ocorrência, teria ele voado na aeronave, juntamente com o comandante Marques e co-piloto Apiguião Leite.

A falsificação do livro de manutenção teria, então, evitado a aplicação de penalidades à empresa e seus responsáveis por parte do Departamento de Aviação Civil e,

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS Fls: 3959 Doc: 174
---

provavelmente, viabilizado o pagamento da indenização por parte da seguradora.

Pelo que se depreende do conteúdo do depoimento do Sr. Paulo Roberto, várias irregularidades graves teriam sido cometidas pela empresa Skymaster, as quais ensejam imediata apuração pelos órgãos de fiscalização, em especial pelo Departamento de Aviação Civil, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Ministério de Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência e Assistência Social.

#### **6.2.4 Análise das contratações da Beta**

Antes de passarmos à análise dos contratos propriamente dita, ressaltamos que as conclusões deste relatório em relação à Beta são baseadas quase exclusivamente em documentos e depoimentos apresentados a esta Comissão, sem o auxílio dos dados sigilosos disponibilizados pelos bancos.

A despeito de todos os esforços empreendidos para que fosse disponibilizado o sigilo bancário, até a data de conclusão deste relatório o conjunto de dados reunidos é bastante precário. Até o início do mês de março, pouco mais de 20% dos registros tinham identificação de favorecido ou depositante, o que inviabilizou inferências sobre natureza e razões dos pagamentos.

Por outro lado, a análise detalhada dos dados da Skymaster não representa disparidade de procedimentos. Do mesmo modo que ocorreu com a Beta, a identificação de beneficiários e depositantes nos dados do sigilo bancário da Skymaster era precária. À época, os técnicos da CPMI preencheram a tabela de favorecidos e depositantes manualmente, mediante a análise de cada uma das cópias dos documentos fornecidos pelos bancos.

Ao final de cerca de duas semanas de trabalho, a base de dados ainda possuía um conjunto significativo de registros sem identificação. Não obstante, o conjunto de dados permitiu parte das conclusões registradas neste relatório. As conclusões iniciais alimentaram novos pedidos de informações às mais diversas autoridades, formando a convicção expressa neste relatório.

Em relação à Beta, somente no início de 2006 as primeiras informações chegaram, não permitindo sequer a avaliação do conjunto de dados disponível. Saliente-se que a Skymaster teve o seu requerimento de transferência de sigilo aprovado em julho de 2005, ao passo que a Beta teve o seu sigilo transferido em outubro de 2005.

Feitas essas considerações, passamos à análise.

##### **6.2.4.1 Dispensa de licitação nº 001/2000**

Em 22/12/1999, o Secretário de Controle Interno no Ministério das Comunicações (CISSET/MC), por meio do Ofício nº 537/99- DIEST/COFIC/CISSET/MC, encaminhou ao Presidente da ECT cópias de documentos que demonstravam que as Certidões Negativas de Débito (CND) da Previdência Social apresentadas pela Viação Aérea São Paulo S/A - Vasp à

ECT eram falsas. Essas CNDs haviam sido apresentadas por ocasião do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 8859/97, em 01/7/99, e do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 8902/97, em 01/10/99. Esses contratos haviam sido firmados com a Vasp para operacionalização das linhas H, J e K, e F e G, da Rede Postal Noturna – RPN, respectivamente.

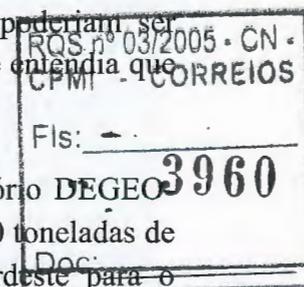
Por meio do Parecer/GAB/DEJUR-062-1999, o Departamento Jurídico da ECT recomendou que se oficiasse à Vasp para que se manifestasse quanto à autenticidade das certidões. Em 03/1/2000, o Departamento de Operações – DIOPE, solicitou ao DEJUR parecer acerca da modalidade de contratação das linhas remanescentes do contrato com a Vasp, caso seus contratos fossem anulados. Em resposta, o DEJUR afirmou estarem presentes os pressupostos de admissibilidade da contratação emergencial, recomendando que fosse promovida prévia cotação de preços junto às empresas aéreas a serem consultadas.

Mediante o Ofício 746/PR, de 22/12/1999, a ECT concedeu prazo de 8 dias para que a VASP apresentasse manifestação esclarecedora a respeito das CNDs. A VASP, em 04/1/2000, solicita mais 10 dias de prazo, tendo em vista os feriados de fim de ano. Em 06/1/2000, em complementação ao Parecer 062/99, o DEJUR emitiu o Parecer 013/2000-A, no qual afirmava que, ao se findar o prazo dado à Vasp, 18h00m do dia 10/1/2000, e não se verificando de forma irrefutável a autenticidade das CNDs questionadas, os Contratos nºs 8859 e 8902 deveriam ser considerados nulos de pleno direito.

Expirado o prazo fixado pela ECT sem que houvesse manifestação da VASP, o DEJUR recomendou que fosse oficiado ao Ministério Público Federal e à Ciset/MC, que não fosse efetuado à Vasp o pagamento dos serviços remanescentes, os quais só poderiam ser realizados mediante apresentação de CND válida ou mediante depósito em Juízo, e entendia que a ECT poderia promover a contratação por emergência das linhas H, J, K, F e G.

O Departamento de Gestão Operacional – DEGEO, em seu Relatório 001/2000, afirma que as linhas F, G, H, J e K transportavam por dia, em média, 220 toneladas de carga urgente, fazendo o intercâmbio no eixo Rio/São Paulo/Curitiba, do Nordeste para o Sul/Sudeste, no eixo São Paulo/Belo Horizonte/Goiânia, e da região Oeste/Noroeste para o restante do Brasil, ligando todas as bases da RPN. Dessa forma, “a não operacionalização dessas linhas, mesmo que em apenas uma data, trará conseqüências em cadeia para a ECT, cuja recuperação demandará tempo, e com reflexos financeiros negativos.”. Informa que não há possibilidade de escoamento da carga através da Viação Aérea Comercial – VAC, pois o mercado nacional “não dispõe de vôos comerciais em quantidade, destinos, disponibilidade de carga e horários suficientemente adequados para atender ao volume de carga transportado pelas 05 (cinco) linhas.”. O transporte via superfície também era descartado em função das grandes distâncias, restando, como alternativa, a contratação de empresas aéreas para operarem as citadas linhas, pois havia pelo menos 10 delas, entre as de vôos regulares e não-regulares, que estariam aptas para esses serviços.

Em 06/1/2000, foram encaminhadas cartas às empresas de aviação, consultando-as sobre a viabilidade de operarem aquelas linhas da RPN em 10/1/2000 e solicitando, em caso positivo, cotações de preços. Foram consultadas as seguintes empresas: BM – Táxi Aéreo Ltda., TRIP – Transporte Aéreo do Interior Paulista Ltda., BETA – Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda., TRANSBRASIL S/A – Linhas Aéreas, TOTAL Linhas Aéreas Ltda., SKYMASTER Air Lines Ltda., UNEX – Universal Express Linhas Aéreas Ltda., VARIG –



Viação Aérea Riograndense, TAM – Transportes Aéreos Meridionais S/A, PENTA – Pena Transportes Aéreos S/A e ALA – ABAETÉ Linhas Aéreas S/A.

A carta informava que os contratos teriam a duração de 60 dias, prorrogáveis até o limite máximo de 180 dias; que, para habilitar-se a qualquer das linhas, a empresa deveria possuir todas as condições operativas e que, para a celebração do contrato, seria necessário apresentação da documentação exigida pela legislação. As propostas deveriam ser apresentadas separadamente por linha e em ordem de prioridade, caso houvesse condições de operacionalizar mais de uma, e deveriam ser protocolizadas até às 12h do dia 07/1/2000.

15

As linhas tinham as seguintes fichas técnicas .

#### LINHA F

TRECHO	HORÁRIOS		CAPACIDADE CONTRATADA (KG)
	Partida		
Recife – Salvador	-20:15	21:30	13.000
Salvador – São Paulo	22:15	00:40	13.000
São Paulo – Porto Alegre	02:50	04:30	28.000

#### LINHA J

TRECHO	HORÁRIOS		CAPACIDADE CONTRATADA (KG)
	Partida		
Porto Velho – Cuiabá	16:20	18:20	3.500
Cuiabá – Brasília	19:00	21:30	4.500
Brasília – Salvador	23:00	01:00	9.000
Salvador – Brasília	02:00	04:00	7.000
Brasília -Cuiabá	05:40	06:00	11.000
Cuiabá – Porto Velho	06:40	08:30	5.500

#### LINHA K

TRECHO	HORÁRIOS		CAPACIDADE CONTRATADA (KG)
	Partida		
Goiânia – Belo Horizonte	20:55	22:15	7.000

15 Tratamos apenas das linhas vencidas pela Beta ou cuja participação tenha reflexo nas análises de outras contratações da empresa pelos Correios, caso da Linha F. As demais linhas contratadas no mesmo processo de dispensa não serão mencionadas.

217

Belo Horizonte – São Paulo	23:05	00:05	15.000
São Paulo – Belo Horizonte	03:15	04:15	20.000
Belo Horizonte – Goiânia	05:05	06:25	9.000

As propostas de preço e os vencedores da licitação, para as linhas F, J e K, estão

apresentados nas tabelas abaixo.

LINHA F

Empresa	Preço Ofertado (R\$)	Preço por Operação no Contrato Anterior	Preço Estimado (R\$)	Vencedor/Valor Contratado (R\$)	Diferença
UNEX	87.813,67	40.122,59	40.122,59	VARIG/ 43.592,11	3.469,52 ou 8,6%

LINHA J

Empresa	Preço Ofertado (R\$)	Preço por Operação no Contrato Anterior	Preço Estimado (R\$)	Vencedor/Valor Contratado (R\$)	Diferença
UNEX	109.107,84	67.070,21	67.070,21	BETA/ 93.203,00	26.132,79 ou 39,0%

LINHA K

Empresa	Preço Ofertado (R\$)	Preço por Operação no Contrato Anterior	Preço Estimado (R\$)	Vencedor/Valor Contratado (R\$)	Diferença
UNEX	59.868,86	39.294,05	39.294,05	BETA/ 46.520,00	7.225,95 ou 18,4%

**6.2.4.2 Dispensa de licitação nº 003/2000**

No ano de 1997, consciente do esgotamento do modelo de Rede Postal Noturna até então utilizado, pois não conseguia uma performance melhor em relação ao índice histórico de carga afetada por cancelamentos e/ou atrasos superiores a 30 minutos - que era de 11,63%, quando o aceitável seria que esse índice não ultrapassasse 2% -, a ECT contratou a empresa L'Aeropostale para prestar serviços de consultoria nessa área, visando à obtenção de subsídios para melhor gerenciar o transporte de carga.

A partir das conclusões apresentadas pela L'Aeropostale, foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de desenvolver estudos visando ao aprimoramento do modelo de gestão da RPN, bem como propor melhorias na malha da RPN então vigente. Como resultado, foi estabelecido um novo modelo operacional e contratada uma consultoria especializada para avaliar a malha da RPN e seus respectivos custos.

A previsão de início da operação da nova malha seria 20/8/2001. Como essa data estava muito além da data ideal, foi elaborado um novo cronograma, cuja estrita observância poderia permitir o início da operação em 08/1/2001. Todavia, no dia 7/7/2000 venceriam os contratos emergenciais das linhas F, G, H e J e no dia 17/11 venceria o contrato emergencial da

ROS nº 03/2005 - CN.  
CPM - CORREIOS  
Fls: 3961

linha K, sem que os estudos estivessem concluídos. Seria necessária a manutenção dessas linhas até o dia 08/1/2001.

A solução encontrada foi a realização de nova contratação emergencial. Dessa forma, em 26/6/2000, foram convidadas 16 empresas para apresentar propostas, a serem entregues até as 18 horas do dia 29/6/2000. Oito empresas o fizeram: Skymaster, Beta, Total, TAM, Fly Brasil, Varig, TAF e Transbrasil. Restringiremos a análise à Linha F.

A seguir, a configuração da Linha F:

Trecho	Capacidade Contratada (Kg)
Recife-Salvador	13.000
Salvador – São Paulo	13.000
São Paulo – Porto Alegre	30.000

O mapa de cotações para a linha F é o seguinte:

Empresa	Capac. Máx. a ser contratada (Kg)	Preço Atual (R\$)	Preço Ofertado (R\$)	Capac. Máx. Ofertada (Kg)	Diferença %
Skymaster	30.000	43.592,11	98.000,00	38.000	119% da última contratação 43.592,11
Beta			95.507,00	35.000	
Varig			65.006,32	17.500**	

A VARIG teria de fazer 2 vôos de São Paulo a Porto Alegre para atingir os 30.000 Kg exigido nesse trecho. Desistiu da linha F para ficar com a linha J, pois só dispunha de uma aeronave.

A Beta, segunda colocada, foi consultada sobre o seu interesse em operar a linha F, sob a condição de que o preço cotado fosse reduzido, em razão de o preço máximo de referência da ECT ser de R\$ 78.000,00.

A correspondência foi encaminhada numa sexta-feira (07/7/2000) solicitando um posicionamento da empresa a respeito até às 11h daquele mesmo dia. A Beta informou que não poderia fazê-lo. Contudo, apresentou contra-oferta: “caso conste em contrato a possibilidade de reajuste mensal de preço, para maior ou menor, sob a variação do preço dos combustíveis aéreos e sob a variação cambial, o que temos como factível dentro de licitação emergencial, ofertamos o preço de R\$ 90.701,00 por operação, sendo esse preço composto por 40% correspondente a combustível, 30% correlacionado ao dólar e 30% por outras despesas, com variação pelo IGPM-FGV – mensal”. Após isso, baixou o seu preço para R\$ 89.000,00, desde que constasse em contrato o reajuste imediato deste preço por influência exclusiva do aumento de preços dos combustíveis de aviação e que as multas fossem relevadas durante a primeira semana.

Por meio da CT/DEGEO/DAER-243/00, de 07/7/2000, os Correios informaram à empresa BETA que aceitavam o preço por ela cotado. Informaram, ainda, que o início das operações dar-se-ia no dia 10/7/2000 (segunda-feira), e que oportunamente estariam remetendo o contrato correspondente. Apesar disso, o contrato foi assinado com a empresa BETA com vigência a partir de 10/7/2000 sem redução de preço. Em 07/7/2000, a contratação das empresas vencedoras da DL-03/2000 foi submetida à Diretoria da ECT para ratificação.

#### **6.2.4.2.1 Indícios de montagem do processo de dispensa de licitação n° 003/2000**

Compulsando os autos do procedimento administrativo de Dispensa de Licitação n.º 003/2000, verificamos a existência de indícios de montagem dos autos para entrega a esta CPMI e ao Tribunal de Contas da União, em razão da incompatibilidade de datas, assunto e numeração das folhas.

Por exemplo, a folha 217 é o expediente CT/DEGEO/DAER-368/2000, de 02/10/2000, que informa a empresa Skymaster Airlines sobre alteração na configuração da Linha G, a partir de 2/10/2000. A data do documento e o assunto tratado são incompatíveis com a numeração do processo.

A incompatibilidade de data do documento verifica-se em comparação, por exemplo, com o Relatório DEGEO – 003/2000, de 03/7/2000, às folhas 218 e 219. Aliás, todo o processo está compreendido entre 20 de junho e 06 de setembro – última folha, de número 242 –, o que é absolutamente incompatível com um documento datado de 2 de outubro.

Da mesma forma, a CT/DEGEO/DAER-368/2000 informa a Skymaster sobre a alteração da Linha G, a partir de 2/10/2000. Ocorre que a Linha G foi licitada por meio da Concorrência 010/2000, cujas propostas comerciais foram recebidas somente em 25/7/2000. Ou seja, sequer era sabido quem seriam as concorrentes da licitação, quanto mais empresa que seria contratada, não sendo cabível cogitar um eventual erro de digitação. Com efeito, a Skymaster não ofertou a melhor proposta para a linha, portanto não venceu o certame. Todavia, a licitação foi revogada por preço excessivo. Em seguida, a Skymaster foi contratada diretamente, por dispensa de licitação por emergência, iniciando suas operações no dia 02/10/2002.

Desse quadro, podemos concluir que o processo foi montado após outubro de 2000, possivelmente quando da solicitação de cópias pelos órgãos de controle e por esta Comissão. A propósito dessa assertiva, a última folha do processo, datada de 6/9/2005, contém alerta do Departamento Jurídico dos Correios para que as páginas do processo fossem numeradas e que os documentos encaminhados por fax fossem substituídos pelos originais.

ROS n.º 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 3962
Doc:

#### **6.2.4.2.2 Decisão dos Correios sobre consulta às licitantes anterior à própria consulta**

No processo de Dispensa de Licitação n.º 003/2000, a empresa Beta disputou a linha F, enquanto a Skymaster disputou a linha G. Ambas as empresas não apresentaram as

melhores ofertas. Contudo, as empresas que ofertaram melhores preços acabaram desclassificadas.

Em consequência, o Chefe do Departamento de Gestão Operacional, Sr. José Garcia Mendes encaminhou expediente convidando as empresas Beta e Skymaster a celebrarem contrato, bem como solicitando redução dos preços ofertados.

Tanto a Beta quanto a Skymaster propuseram uma redução de preços condicionada à inclusão em contrato de cláusula de reajuste automático, indexada ao preço do combustível, segundo a participação desse insumo nos custos das empresas. O acordo proposto pela Skymaster foi rejeitado, mas o da Beta foi aceito. No entanto, os contratos foram assinados nos termos e valores originais, o que faz supor que tal aceite não foi referendado pelas instâncias superiores ou pelo setor jurídico, uma vez que permitia reajustes não concedidos às demais concorrentes.

No dia 3/7/2000, o Sr. José Garcia Mendes apresentou o Relatório DEGEO – 004/2000, primeira versão <sup>16</sup>, informando sobre a desistência da Varig e a convocação da Beta, que não teria aceitado qualquer redução do preço cotado. O mesmo relatório informa que a empresa Fly Brazil, vencedora da licitação para a Linha G, não apresentou a documentação exigida no processo, tendo sido desclassificada. Em consequência, foi convocada a segunda colocada, a empresa TAF – Transportes Aéreos Fortaleza, que também foi desclassificada por não apresentar a documentação exigida. Ao final, informa sobre a contratação da Skymaster para operar a Linha G.

No mesmo dia, 3/7/2000, por meio do expediente CT/DEGEO-212/2000, a ECT solicitou à empresa Fly Brazil o encaminhamento da documentação comprobatória de que a empresa tinha condições de prestar os serviços para os Correios. O prazo para resposta estendia-se até as 12h do dia 04/7/2000. Na mesma data, os Correios consultaram o Departamento de Aviação Civil sobre a possibilidade de a empresa Fly Brazil operar aeronaves DC-8. A resposta do DAC, informando sobre a impossibilidade de a empresa Fly Brazil operar aeronaves DC-8, é datada de 13/7/2000 e foi protocolada nos Correios em 20/7/2000.

Além disso, a Beta somente foi consultada sobre a possibilidade de operar a linha F em 07/7/2000, conforme se verifica no expediente CT/DEGEO-242/2000, assinado pelo Sr. José Garcia Mendes. Além disso, o documento informa “como condição essencial para que essa empresa seja contemplada, citamos a necessidade de redução de preço em relação à oferta inicial (R\$ 95.507,00 por operação)”. Em procedimento análogo, a Skymaster foi convidada por meio da CT/DEGEO-244/2000, de 07/7/2000.

Por fim, o documento encaminhado à empresa TAF (CT/DEGEO-215/2000), solicitando o encaminhamento da documentação exigida para contratação com os Correios – dando prazo até as 12h do dia 5/7/2000, é datado de 04/7/2000. Posterior, portanto, ao Relatório DEGEO – 004/2000, que informa que a empresa não apresentou a documentação exigida, razão pela qual fora desclassificada.

Ora, antes de solicitar informações às empresas, a ECT já tinha o parecer pronto.

O encaminhamento de correspondências às empresas servia apenas para cancelar o que já estava decidido. Com efeito, a segunda versão do Relatório DEGEO – 004/2000, desta vez datado de 07/7/2000 e também assinado pelo então Diretor de Operações, Sr. Carlos Augusto de Lima Sena, repete os termos da primeira versão do Relatório, de autoria do Sr. José Garcia Mendes.

16 Tratamos do documento finalizado, não de minuta.

#### 6.2.4.3 Concorrência 010/2000

Em 23/6/2003, os Correios publicaram o Aviso de Licitação referente à Concorrência 010/2000. Esse certame tinha como objeto a contratação, por menor preço, de serviços de transporte aéreo da Rede Postal Noturna, linhas F, G, H, J e K, pelo prazo de seis meses, a contar de 1/10/2000.

Neste tópico abordaremos os aspectos gerais da licitação e a contratação da linha F. A linha G será considerada no conjunto de contratações da Skymaster.

Nos termos do item 2.7 do edital, era vedada a participação de consórcios entre empresas, sendo permitida a subcontratação dos serviços.

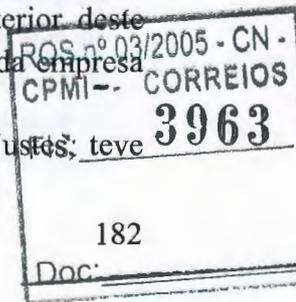
Convém observar que essa linha F, a partir dessa concorrência 010/2000, teve sua especificação modificada, já que o percurso, que anteriormente era somente de ida, conforme detalhado anteriormente (Recife/Salvador/São Paulo/Porto Alegre), passou a contemplar a volta também, com exigência de duas aeronaves voando simultaneamente.

A abertura das propostas se deu no dia 25/7/2000. Disputaram a linha F as empresas Skymaster e Beta, sagrando-se vencedora a Beta, ao preço de R\$ 193.040,00 por operação. A empresa Skymaster ofertou um preço de R\$ 206.000,00 por operação. A estimativa dos Correios para a Linha F era de R\$ 197.914.

Observe-se a conveniência do contrato de divisão de cargas celebrado entre a Skymaster e Beta. Conforme exposto anteriormente, as empresas Skymaster e Beta firmaram no dia 21/7/2000 um Termo de Compromisso de Subcontratação com o objetivo de dividir os serviços que uma ou outra viesse a contratar junto à ECT, portanto, apenas quatro dias antes da reunião de recebimento da documentação e abertura das propostas da Concorrência Nº 010/2000.

Em resumo, na Concorrência nº 010/2000, cujo edital exigia a utilização simultânea de duas aeronaves, disputaram a Linha “F” (Recife/Salvador/São Paulo/Porto Alegre e volta) apenas as empresas Skymaster e Beta. Conforme exposto em trecho anterior deste relatório, o Sr. Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho, à época Presidente da empresa Beta, confessou que havia uma preferência para a empresa Beta vencer a licitação.

O contrato firmado com a Beta, após sucessivas prorrogações e reajustes, teve



vigência até final de abril de 2005, quando o preço por operação diária encontrava-se em R\$ 283.772,75.

#### **6.2.4.3.1 Apresentação de Certidão Falsa pela Beta**

Compulsando os autos da Concorrência n.º 010/2000, verifica-se que a Beta apresentou a Certidão Quanto à Dívida Ativa da União n.º 00082/2000, positiva, em razão de existirem inscrições ativas da Beta na Dívida Ativa da União. No seu verso, um despacho, supostamente emitido pelo Procurador da Fazenda Nacional Marden Mattos Braga, conferindo à certidão o efeito de negativa. A seguir, a transcrição da ressalva (com adaptações).

“A Procuradoria da Fazenda Nacional confere à Certidão em epígrafe [Certidão no. 00082/2000] o efeito de Negativa, conforme Art. 206, do Código Tributário tendo em vista que os débitos tributários (...) estarem em análise (...), aguardando seu deferimento.”(acréscimo nosso)

Instada a apresentar manifestação sobre a legalidade do despacho no verso da certidão, a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) assim informou:

“Especificamente em relação à Certidão expedida em favor da Brazilian Express Transporte Aéreos Ltda., afirma o missivista que a ressalva foi objeto de falso, o que conclui pela forma, caracteres, conteúdo e assinatura do redigido texto”.

O missivista a que se refere o expediente da PGFN é o Procurador Marden Mattos Braga, que nega ter emitido o parecer:

“Constato, sem sombra de dúvida, que no caso ora abordado, se trata de ressalva falsa, dolosamente produzida, com fins escusos. (...) Sendo assim, não reconheço, como minha não só a assinatura, bem como todo o teor do texto ora analisado. E reafirmo. Trata-se de texto falso.”

Baseada em fundada suspeita de ocorrência de ilícitos administrativo e penal, a PGFN comunicou a ocorrência à sua Coordenação-Geral Disciplinar e à Polícia Federal, para adoção de providências.

Assim, tem-se clara a falsidade da ressalva, o que contamina a certidão e os seus efeitos. Não se pode estabelecer de imediato a autoria. Podemos atribuir à Beta a entrega de certidão com ressalva falsa, dolosamente produzida, com fins escusos. No caso, o Sr. Roberto Kfourir, representante da empresa no certame, que a apresentou aos Correios.

A ressalva no verso da certidão não faz menção a suspensão de exigibilidade dos créditos ou qualquer outra hipótese de emissão Certidão Positiva com Efeitos de Negativa. Há apenas a referência ao fato de os “débitos estarem em análise, aguardando deferimento”. Além disso, a certidão positiva é assinada pelo Procurador Seccional de Guarulhos, enquanto a ressalva é feita por um procurador de carreira, sem que esteja evidenciada a sua competência para retificar a certidão apresentada pela Beta.

Assim, causa espécie que a Comissão de Licitação tenha aceitado o documento sem nenhum questionamento, principalmente se considerado que a VASP, no início do ano, teve o contrato para operação de seis linhas da RPN rescindidos, justamente pela apresentação de Certidão Negativa de Débito falsa, obrigando os Correios a realizarem uma contratação emergencial de todas as linhas cujos contratos foram rescindidos.

Por semelhança, pode-se identificar na certidão falsa as assinaturas dos seguintes membros da Comissão Especial de Licitação: Carlos Augusto de Lima Sena, então Diretor de Operações dos Correios; Jânio Cezar Luiz Pohren, então assessor do Diretor de Operações dos Correios e atual presidente da empresa; José Garcia Mendes, então Chefe do Departamento de Gestão Operacional (DEGEO); Sônia Maria Guimarães Campos, Subchefe do Departamento Jurídico (DEJUR); Marta Maria Coelho, presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Uma das razões levantadas pelos depoentes para a instalação de Comissões Especiais de Licitação, em detrimento da CPL, era a relevância e complexidade da licitação. Seguindo essa lógica, os membros da Comissão Especial de Licitação são funcionários escolhidos entre os mais capacitados para a função. Ocorre que a verificação da regularidade fiscal é procedimento básico, bastando para tanto a leitura dos documentos. Nesse particular, deve ser frisado que a Sra. Sônia Maria Guimarães Campos era a Subchefe do Departamento Jurídico dos Correios – DEJUR, sendo razoável supor que conhecesse a legislação afeta a contratações com o setor público e tivesse contato habitual com certidões para comprovação de regularidade fiscal. Da mesma forma, a Sra. Marta Maria Coelho era a Presidente da Comissão Permanente de Licitação dos Correios, sendo também razoável supor que tivesse conhecimento técnico e prático acerca da validade de certidões.

Não obstante, é possível imaginar que os funcionários dos Correios receberam a certidão falsa de boa-fé. Todavia, a hipótese mostra-se pouco plausível. Conforme pretendemos demonstrar ao longo deste relatório, há fortes evidências de que a Beta operava um esquema de pagamento de propinas a agentes dos Correios, de modo a garantir seus negócios com a estatal.

Ademais, não houve questionamento por parte da sua única concorrente, a empresa Skymaster. Nada mais natural, se considerado que no dia 21/7/2000, a Beta e a Skymaster assinaram contrato dividindo todos os contratos que as empresas tivessem ou viessem a ter, à razão de 50% para cada uma.

Toda a documentação da Beta para participação na concorrência, inclusive as certidões, foi entregue pelo Sr. Kfourri, que assinou o recibo de entrega e conferência pela Comissão de Licitação. Assim, está evidenciado que o agente responsável pela entrega de documento fraudado, com vistas à participação na licitação, é o Sr. Roberto Kfourri, devendo ser



#### **6.2.4.3.2 Aceitação pelos Correios de Certidão Positiva da Beta**

Por meio do expediente CT/DEGEO-326/2000, de 12/9/2000, os Correios

informaram à Beta que a comprovação de regularidade com a Fazenda Federal da empresa estava com validade vencida<sup>17</sup> desde 21/8/2000, sendo necessária nova certidão para assinatura do contrato derivado da Concorrência 010/2000.

Em resposta, a Beta encaminhou em 18/9/2000 a Certidão da Dívida Ativa da União n.º 00193/2000, de 05/9/2000, desta vez positiva. A certidão foi recebida como negativa. Nesse caso, a Beta não teve o trabalho de incluir uma ressalva. O expediente de encaminhamento foi assinado pelo Sr. Michel Abud Atié Jr., que consignou no documento: “segue cópias autenticadas dos comprovantes de regularidade com a Fazenda Federal”.

Se considerarmos que a inscrição dos débitos na Dívida da Ativa da União da Beta foi realizada no ano de 1998, que em abril de 2000 a empresa falsificou uma certidão para apresentar aos Correios e que até setembro de 2000 a Beta não possuía certidão da Dívida Ativa da União Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, pode-se concluir que entre janeiro e setembro de 2000 a Beta não possuía uma certidão apta para contratar com a Administração Pública.

17 A certidão cujo prazo havia vencido era a certidão falsa apresentada para comprovar a regularidade fiscal da empresa na habilitação da Concorrência 010/2000.

Contudo, a empresa foi contratada em duas dispensas de licitação e uma concorrência. Consultados sobre as certidões utilizadas pela empresa para demonstrar a sua regularidade fiscal, os Correios informaram não tê-las encontrado, conforme depreende-se da leitura do Ofício 0163/PR, de 14/3/2006, que encaminhou a CI/DIOPE-172/2006. Informaram, porém, que em casos de dispensa de licitação, em obediência ao Manual de Licitação da estatal (MANLIC), a empresa solicita somente as certidões referentes à regularidade como o INSS e o FGTS.

De fato, as cópias das páginas do MANLIC anexas ao ofício listam apenas as certidões de regularidade com o INSS e com o FGTS como indispensáveis nos processos de contratação mediante dispensa de licitação. Admitindo-se verdadeiros os termos do MANLIC, tal como repassados a esta Comissão, estamos diante de um caso de infringência à Constituição Federal institucionalizado em manual de procedimentos.

#### **6.2.4.4 Superfaturamento dos Contratos da Beta – Linha F**

Conforme exposto anteriormente, a Concorrência 010/2000 gerou o Contrato 10.498/2000, celebrado entre a Beta e os Correios para operação da Linha F, ao preço diário de R\$ 193.940,00. Saliente-se que a Linha F teve o seu percurso dobrado, passando a contemplar trajetos de ida e volta.

Deve ser lembrado que disputaram a Linha F as empresas Beta e Skymaster, que possuíam um termo de divisão de contratos celebrado quatro dias antes da data da entrega das propostas comerciais. Convém lembrar que o Sr. Antonio Augusto Conceição Morato Leite

Filho declarou a esta CPMI que a preferência para vencer a licitação era da BETA, pois já vinha prestando os serviços para os Correios.

Os Correios contrataram a Beta, e a operação teve início no dia 1º/10/2000, vigorando mediante várias prorrogações, até abril de 2005. Ao longo do tempo o preço sofreu diversas repactuações e reequilíbrios, chegando ao fim do contrato no valor de R\$ 283.772,75.

No segundo semestre de 2003, entendendo que os preços estavam elevados no segmento de transporte aéreo de carga, os Correios contrataram consultoria do Brigadeiro Venâncio Grossi para realizar um estudo de custos das linhas da Rede Postal Noturna.

Como fruto desse trabalho, os Correios negociaram com as companhias aéreas a redução dos preços cobrados. A Beta concordou em reduzir seu preço de R\$ 258.835,65 para R\$ 233.278,59, ou seja, uma redução de aproximadamente 10%, com vigência a partir de 01 de outubro de 2003. Saliente-se que ao longo do tempo, as aeronaves da Beta que prestaram serviços aos Correios foram as mesmas.

Assim, considerando que a empresa aceitou reduzir os seus preços em cerca de 10%, podemos afirmar que havia margem para a redução dos preços. Evidentemente, a empresa continuou a ter lucros com os Correios, embora em níveis mais baixos. Naturalmente, esse era um preço justo, tanto que a empresa continuou a prestar serviços aos Correios até o fim de abril de 2005, época em que todos os contratos foram encerrados para modificação da malha da RPN.

Se o preço era o adequado naquele momento, pode-se afirmar, também, que a aplicação sobre ele da variação integral dos indexadores do setor (combustível de aviação, dólar americano e IGP-M), respeitando a participação de cada item da planilha de custo das empresas, manteria seu real valor no decorrer do tempo.

Obviamente, se o raciocínio é válido para o futuro, também o é para o passado. Logo, se indexarmos ou desindexarmos o preço negociado pela Beta no segundo semestre de 2003, utilizando a variação integral dos indexadores do setor, iremos encontrar o preço equivalente ao longo do tempo, de modo que será o preço justo em cada momento. Assim, procederemos, em procedimento análogo ao utilizado no caso da Skymaster.

Sinteticamente, o preço equivalente representa o preço que proporciona à BETA a obtenção do mesmo patamar de remuneração que o preço negociado no segundo semestre de 2003 – preço este considerado adequado pela própria Beta, em cada época da vigência do contrato.

A seguir, o resumo dos cálculos.

O preço de referência - R\$ 233.278,59 - pode ser assim decomposto, segundo os percentuais de incidência de cada indexador:

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 3965
Doc:

Indexadores	Custos (R\$)	Participação dos custos (%)
-------------	--------------	-----------------------------

Combustível <sup>18</sup>	94.008,10	40,30%
Dólar Americano (Venda)	58.444,98	25,05%
IGP-M	80.825,51	34,65%
TOTAL	233.278,59	100,00%

18 Foi utilizado o preço do QAV-1 BR vendido pela BR Distribuidora. Observe-se que é utilizada a variação do preço do combustível e não o preço de revenda. Como o único fornecedor de querosene de aviação é a Petrobrás, a variação percentual do preço no tempo entre as diversas distribuidoras é muito próxima.

228

Os resultados estão apresentados a seguir.

Período	Preço Beta Contratado pela ECT	Preço Equivalente	Superfaturamento Diário	Dias Úteis	Superfaturamento no Período
01/10/2000 a 30/6/2001	193.940,00	129.508,68	64.431,32	187	12.048.657,09
01/7/2001 a 30/9/2001	213.334,00	162.447,31	50.886,69	64	3.256.748,02
01/10/2001 a 30/9/2002	232.728,00	192.533,45	40.194,55	252	14.373.582,41
01/10/2002 <sup>19</sup> a 30/11/2002	245.528,04	242.925,34	2.602,70	42	109.313,55
01/12/2002 a 30/9/2003	258.835,65	232.313,45	26.522,20	210	5.569.662,03
01/10/2003 a 01/8/2004	233.278,59	233.278,59	Não há	-	Não há
02/8/2004 a 30/9/2004	253.368,53	276.001,62	Não há	-	Não há
01/10/2004 a 30/4/2005	283.772,75	285.788,82	Não há	-	Não há

TOTAL: R\$ 35.357.963,10

Assim, o superfaturamento calculado para a operação da Beta entre outubro de 2000 e abril de 2005 é de mais de R\$ 35 milhões. Note-se, porém, que o superfaturamento só é verificado no período compreendido entre outubro de 2000 e setembro de 2003. No restante da vigência contratual, não há indicativo de superfaturamento.

Entre abril de 2004 e abril de 2005, a empresa renovou o contrato duas vezes e recebeu dois reajustes de preços, insuficientes, porém, para retornar seu preço ao patamar da época da renegociação. Ou seja, durante o período de pelo menos um ano e sete meses, a contar de outubro de 2003, a Beta operou com preço igual ou inferior ao preço considerado adequado, conforme metodologia. Como a empresa tinha a opção de renovar ou não seu contrato, fica evidente que o preço pago pelos Correios no período a remunerava em níveis satisfatórios. Tal fato demonstra o conservadorismo do método.

Retornando às questões iniciais, recordemos que a BETA havia cotado em junho de 2000, por ocasião da Dispensa de Licitação 003/2000, o preço de R\$ 95.507,00 para operação da linha F, sendo que o preço ofertado pela empresa em janeiro - R\$ 45.908,00 -, projetado para junho do mesmo ano, indicava um preço equivalente R\$ 50.689,31. Para tanto, foi utilizada a participação aproximada de cada indexador no custo da Beta, segundo carta encaminhada aos Correios em 07/7/2000: 40% correspondente ao combustível, 30% indexado pelo dólar e 30% indexado pelo IGP-M.

19 Nessa data, a carga total contratada foi aumentada de 133 para 147 toneladas.

Até a Dispensa de Licitação 0003/2000, a linha F era só de ida. IDA. Assim, dobrando o valor de R\$ 50.689,31 encontraríamos o valor de R\$ 101.378,62. No entanto, a BETA apresentou no mês seguinte, por ocasião da Concorrência 010/2000, o valor de R\$ 193.940,00. Desindexando o valor do contrato renegociado pela Beta no segundo semestre de 2003, retrocedendo até a data da Concorrência 010/2000, encontramos o valor de R\$ 128.240,01.

Portanto, seja indexando o preço ofertado pela BETA em janeiro de 2000, seja desindexando o preço renegociado no segundo semestre de 2003, percebe-se que o preço ofertado pela BETA na concorrência em julho de 2000 era superfaturado.

- . • preço ofertado pela Beta na Concorrência 010/2000: R\$ 193.940,00;
- . • preço corrigido no tempo a partir da proposta da Beta de janeiro de 2000, na Dispensa de Licitação 001/2000: R\$ 101.378,62;
- . • preço corrigido no tempo a partir do preço renegociado no segundo semestre de 2003: R\$ 128.240,01;

Como a decomposição das parcelas de custo informadas pela Beta é aproximada, utilizaremos o método mais conservador possível. Atualizaremos a proposta apresentada em janeiro de 2000 pela Beta pelo indexador com maior variação no período. Entre 07/1/2000 e 29/6/2000, as variações foram as seguintes:

- . • Dólar Americano (venda) no período: - 0,60%
- . • IGP-M no período: 3,17%
- . • Combustível (QAV da Petrobrás): 24,11%

Assim, a proposta da Beta apresentada em janeiro de 2000 (R\$ 45.908,00) será atualizada em 24,11% no período. O resultado é R\$ 56.976,42. Ressalte-se que a melhor oferta na Dispensa de Licitação nº 001/2000 foi da Varig - R\$ 43.592,11, vencendo a disputa com a Beta.

A seguir, a tabela de pagamentos a maior efetuados pelos Correios:

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: 3966
Doc:

Período	Preço Beta Contratado pela ECT	Preço Equivalente	Superfaturamento Diário	Dias Úteis	Superfaturamento no Período
07/7/2000 30/9/2000	R\$ 95.507,00	R\$ 56.976,42	R\$ 38.530,58	59	R\$ 2.273.304,22

TOTAL: R\$ 2.273.304,22

Somando com os valores calculados anteriormente, obtém-se o superfaturamento total dos contratos da Beta – Linha F, da ordem de R\$ 37,5 milhões, cujos valores foram indevidamente pagos pelos Correios no compreendido entre 10/10/2000 e 30/9/2003.

#### 6.2.4.5 Os Preços de Referência dos Correios

Indagada pela Controladoria-Geral da União (CGU) sobre o método de cálculo do preço de referência da Dispensa de Licitação 001/2000, a ECT respondeu.

Todos os processos licitatórios conduzidos pela ECT seguem critério objetivo para determinação da estimativa de preço de referência.

Os critérios para fixação dos preços de referência estão baseados no item 2 do Capítulo 3, do Módulo 3, do Manual de Licitações da ECT, cujo texto está transcrito a seguir.

‘2. A estimativa do valor a ser contratado basear-se-á:

- no custo de referência da ECT, quando houver;

- .- nos preços da última contratação de objeto idêntico, devidamente corrigidos, caso tenha sido realizada a menos de 06 (seis) meses;
- .- nos preços coletados em pesquisa de mercado, por item, realizada em até 06 (seis) meses.’

(...)

No caso específico do transporte aéreo de carga, tem-se por prática adotar como referencial de preço para adjudicação aquele que vem sendo praticado nos contratos em vigor ou o obtido em processos licitatórios recentes, desde que haja similaridade entre o objeto licitado e as condições originais de rota e de demanda de cargas, pois estes preços representam naquele momento a situação de mercado.

(...)

Dada a celeridade imposta pela situação, foi estabelecido naquele momento como valor de referência os preços então praticados pela VASP.

Idêntico questionamento se fez em relação aos preços de referência da Dispensa 003/2000. Os Correios assim responderam.

“assim, como referência, foram adotados os preços então vigentes, por tratarem-se de modalidades de licitações idênticas, realizadas dentro de um curto intervalo de tempo e o objeto contratado guardar similaridade como o do procedimento anterior.”

Pelos termos da manifestação dos Correios, o preço de referência da Dispensa de Licitação 001/2000 era de R\$ 40.122,59, para a linha F e de 66.256,64 para a linha G, preços da Vasp, empresa que operava as linhas até então. Na Dispensa de Licitação 003/2000, os preços de referência deveriam ser R\$ 43.592,00 - preço praticado pela Varig e R\$ 84.000,00 – preço da Skymaster, respectivamente, devidamente atualizados no tempo segundo os índices de correção aplicáveis ao setor.

O preço de referência para a Linha G foi de R\$ 84.000,00, preço até então praticado pela Skymaster. Saliente-se que a empresa foi selecionada pelos Correios ao preço de R\$ 105.000,00 por operação.

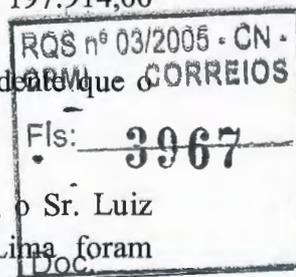
Ocorre que o preço de referência para a Linha F foi de R\$78.000,00. Obviamente, esse não é preço da contratação anterior atualizado. Caso o método alegado pelos Correios tivesse sido aplicado, o preço de referência não chegaria aos R\$ 50 mil, considerando que o indexador com maior variação no período entre janeiro a junho de 2000 foi o combustível, com variação de 24,11%, incide apenas sobre cerca de 40% dos custos. Se aplicada a variação do combustível sobre a integralidade do preço anterior, o preço de referência não chegaria aos R\$ 55 mil.

Para a Concorrência 010/2000, o cálculo do preço de referência mudou, embora o edital tenha sido publicado no dia 23/6/2000, seis dias antes da realização da Dispensa de Licitação 0003/2000. O preço de referência dos Correios subiu para R\$ 197.914,00. Observe-se que a linha F, a partir dessa licitação, passou a ser de ida e volta. Para comparação com o preço anterior, dividimos o preço de referência por dois: R\$ 98.957,00.

Ora, vejamos o absurdo: o preço de referência dos Correios para a Concorrência 010/2000, cujo edital foi publicado no dia 23/6/2000, é de cerca de R\$ 98.000,00, enquanto o preço de referência em 29/6/2000 é de R\$ 78.000,00. Note-se que o preço de referência dos Correios para a Concorrência 010/2000 é superior ao dobro do preço de contratação da Beta em julho de 2000, em decorrência da Dispensa de Licitação n.º 003/2000. Assim, a Beta ofertou preço inferior ao preço de referência dos Correios na Concorrência 010/2000 (R\$ 197.914,00 contra R\$ 193.940,00). Como

o preço da Beta estava superfaturado, conforme demonstrado neste relatório, é evidente que o preço de referência dos Correios estava superiorizado.

Saliente-se que, segundo os termos da Portaria PRT/PR – 066/2000, o Sr. Luiz Carlos Scorsatto, Chefe de Divisão do DEGEO, e o Sr. Paulo Eduardo de Lima foram designados para compor a equipe de Apoio Técnico à Comissão Especial de Licitação da Concorrência 010/2000, figurando entre suas atribuições a elaboração das especificações técnicas da licitação, além da prestação de assessoria técnica à Comissão. Naturalmente, entre as



especificações técnicas da licitação figura o cálculo do preço de referência, de sorte que os Srs. Luiz Carlos Scorsatto e Paulo Eduardo Lima são diretamente responsáveis pelos referenciais utilizados pelos Correios.

Caso semelhante – ajuste do preço de referência em relação ao preço de contratação – ocorreu com a Skymaster, de modo inverso. Na Dispensa de Licitação 001/2000, a empresa foi contratada ao preço de R\$ 84.000,00 por operação diária para a Linha G (São Luis/Teresina/Brasília/Rio de Janeiro/Brasília/Teresina/São Luis). Na Dispensa de Licitação 03/2000, a Linha foi alterada (troca do Rio para São Paulo). A Skymaster venceu, ao preço de R\$ 105.000,00.

Na Concorrência 010/2000, novamente a linha foi alterada, voltando à sua condição inicial, de janeiro de 2000. A Skymaster ofertou R\$ 132.000,00. A empresa Brata – Brasília Táxi Aéreo venceu, ofertando R\$ 82.768,00.

A ECT solicitou à Brata um desconto de 5% sobre o preço, alegando que o preço de referência para a linha era de R\$ 71.825,00. A empresa não aceitou a redução proposta pelos Correios. A ECT revogou a licitação por preço excessivo e prorrogou o contrato com a Skymaster, celebrado mediante dispensa de licitação, reduzindo o seu preço para R\$ 81.050,00.

Ora, o preço da Skymaster para a Linha G, em janeiro de 2000, era de R\$ 84.000,00. Em julho de 2000, para idêntica linha, a empresa Brata ofertou R\$ R\$ 82.768,00, preço que foi considerado excessivo, enquanto a Skymaster ofertou R\$ 132.000,00 para o mesmo objeto. A mesma empresa que foi beneficiada com a revogação da licitação, embora cumprindo contrato com um preço de cerca de 61% do pretendido.

A respeito do cálculo do preço de referência pelos Correios para a Concorrência 010/2000, a Controladoria Geral da União assim se manifestou:

As planilhas apresentadas na ‘Manifestação da ECT’ não esclarecem os cálculos realizados para determinação dos valores de referência. Foi informado.

‘Foram utilizadas as projeções feitas pela Consultoria Roland Berger & Partners, em 1996, e também pela Aéropostale em 1998/99, atualizadas pela variação cambial, pelo aumento do preço do querosene e pelos reajustes autorizados pelo Governo Federal,...’

Os valores de referência determinados não restaram justificados, uma vez que os percentuais calculados nessas planilhas não correspondem aos percentuais apresentados no relatório da Consultoria Roland Berger. Também não há indicação do modelo de aeronave que foi utilizado como base para os cálculos.

Ressalte-se, ainda, que essas folhas, que de acordo com a ECT foram obtidas na pasta do processo, não apresentam o devido carimbo de numeração do processo, conforme exigência do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Ademais, as planilhas

apresentam valores apenas para as linhas F e G. Para as demais linhas licitadas não existem sequer planilhas.

Do exposto, não é demasiado supor que a Skymaster tinha a preferência para ganhar a Linha G, assim como a Beta tinha a preferência para vencer a Linha F – conforme depoimento do Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho –, considerando que as duas empresas dividiam irmanamente seus contratos com os Correios.

Outro exemplo é preço de referência do Pregão 45/2001, vencido pela Skymaster mediante conluio com a Beta e a Aerpostal, a preços superfaturados. O preço dessa licitação foi obtido pela atualização monetária dos preços da Dispensa de Licitação 002/2001, vencida pela Skymaster, cujo procedimento foi realizado em poucas horas, da convocação até o início da operação pela empresa.

Os Correios têm como procedimento o descumprimento da previsão do art. 40, § 2º, inciso II, da Lei de Licitações, que prevê como anexo do edital o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários. De fato, a prática verificada nos processos de licitação dos Correios indica que a empresa somente apresenta o seu preço de referência após a entrega das propostas comerciais pelas licitantes. Ora atualiza-se o último preço no tempo, ora empregam-se os dados da consultoria Roland Berger, ora utiliza-se o preço por quilograma por quilômetro transportado, ora utiliza-se o índice tarifário do DAC.

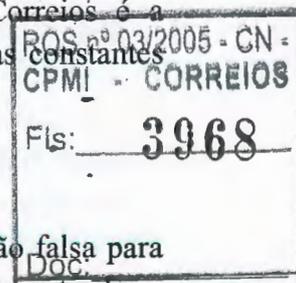
Em verdade, na grande maioria dos processos não há menção ao método de obtenção do preço de referência. A maioria das informações sobre esses parâmetros foi obtida quando a empresa foi questionada sobre como avaliou a economicidade da contratação. Aliás, a própria auditoria interna dos Correios já havia apontado esse fato, conforme exposto em trecho anterior deste relatório.

Assim, as situações relatadas sugerem que os Correios ajustam as linhas e os preços de referência da Rede Postal Noturna de modo a justificar o preço de contratação dos Correios. Como há evidências de favorecimento a empresas nas contratações com os Correios, cabe solicitação aos órgãos competentes, a exemplo do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União, para que investiguem os procedimentos de formação de preços de referência empregados pelos Correios, em todas as licitações e dispensas de licitação da Rede Postal Noturna, a partir de janeiro de 2000.

Saliente-se que um efeito colateral do modo de proceder dos Correios é a dificuldade de fiscalização dos contratos pelos órgãos de controle, uma vez que as constantes alterações dificultam a comparação entre as diversas contratações.

#### 6.2.4.6 A Atuação do Sr. Pedro Vieira de Souza

Conforme relatado em tópico anterior, a Beta apresentou uma certidão falsa para contratar com os Correios, mediante a inclusão de ressalva falsa no verso do documento. Esse fato traz indicativo de que a Beta valia-se de expedientes ilícitos nas suas relações com o setor



público, particularmente em relação à área tributária.

Nesse contexto, surge a figura do Sr. Pedro Vieira de Souza.

Em diversas oitivas, foi perguntado aos depoentes quem era o Sr. Pedro Vieira de Souza. Os depoentes que afirmaram conhecê-lo disseram tratar-se de um assessor da presidência da Beta para assuntos tributários, um consultor de planejamento tributário e outras denominações assemelhadas, todas com indicação de ser pessoa voltada ao tratamento de questões tributárias. Questionados sobre o que exatamente fazia o Sr. Pedro Vieira de Souza, ninguém soube dizê-lo, existindo apenas referência ao seu trabalho de parcelamento de débitos tributários.

O Sr. Pedro Vieira de Souza, quando indagado sobre a sua função de consultor de planejamento tributário ou assessor de planejamento, afirmou que o seu trabalho se resumia ao parcelamento de débitos tributários e à recepção de fiscais quando havia fiscalização na Beta.

Segundo o Sr. Pedro Vieira de Souza, o trabalho de parcelamento consistia em ficar na fila dos órgãos públicos, levantar os débitos da empresa e apresentar o requerimento-padrão solicitando o parcelamento das dívidas. O trabalho de atendimento a fiscais consistia em gerenciar o atendimento à fiscalização, providenciando os documentos solicitados e prestando informações aos fiscais.

Trecho do depoimento do Sr. Pedro Vieira de Souza a esta CPMI:

“Então eu vou explicar qual é o trabalho. Chega 3h da manhã na fila do INSS, na fila da Receita, pega uma senha, fica até abrir para ser recebido e espera até as 3, 4, 5 horas da tarde e daí eles dão a relação desse CNPJ com a dívida, e assim vai, são setenta e poucos CNPJs. O senhor vai 4 horas da manhã, fica na fila, pega uma senha. (...) eu pego o levantamento da dívida.(...) Daí eu entro no INSS com toda documentação de cada empresa, dou entrada e peço um parcelamento. Isso aí levou um ano e pouco, Deputado.”

Pelo trabalho de parcelamento, o Sr. Pedro Vieira de Souza recebeu cerca de R\$ 10.000,00 por mês, durante dezoito meses, totalizando cerca de R\$ 180.000,00. Para o trabalho de fiscalização, recebeu cerca de R\$ 120.000,00. Pelo conjunto dos serviços prestados, cerca de R\$ 500.000,00, distribuídos ao longo de cerca de cinco anos. De efetivo recebimento, o Sr. Pedro Vieira de Souza alega cerca de R\$ 400.000,00, tendo um saldo a receber da ordem de R\$ 80.000,00.

Causam espanto os valores pagos. Os trabalhos descritos poderiam ser realizados pelos funcionários da empresa, em sua maioria por pessoas sem grande qualificação, como contínuos e assemelhados. Procurar uma repartição pública, esperar pelo atendimento na fila e levantar os débitos de uma empresa são trabalhos simples. Preencher o requerimento-padrão também não exige grande especialização. Atender fiscais e fornecer informações sobre a empresa é tarefa que o contador poderia realizar perfeitamente.

Expostos os mesmos argumentos ao Sr. Pedro Vieira de Souza, este informou que a contratação de profissionais era atividade discricionária da empresa, cabendo a ele apenas prestar os serviços para os quais fora contratado.

De fato, a assertiva é verdadeira.

236

Ocorre que o Sr. Pedro Vieira de Souza era pago por um mecanismo denominado “cheque frete”, ainda não inteiramente explicado. Segundo a maioria dos depoentes, assim era a denominação dos pagamentos feitos aos empregados avulsos contratados para transportar as carretas do Grupo Promodal. Ao que tudo indica, eram cheques nominais à própria empresa, endossados para saque por terceiros diretamente no caixa da agência bancária.

A descrição acima conflita com o relato do Sr. José Vanderlei de Medeiros, controller do Grupo Promodal, que afirmou a esta CPMI que a empresa não fazia pagamentos em espécie, exceto em relação ao Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho, que sacaria mensalmente cerca de R\$ 500 mil.

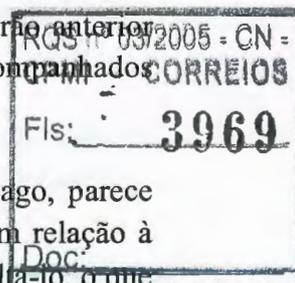
Em correspondências internas do Grupo Promodal de Transportes (Grupo GPT), trocadas entre o Sr. José Vanderlei de Medeiros e o Sr. Marcelo Naufal, funcionário do setor financeiro do grupo, no ano de 2003, todas com a mensagem em destaque “recomendável a eliminação deste documento após sua leitura”, há a solicitação de pagamento ao Sr. Pedro Vieira de Souza – favorecido: “Cheque Frete”.

Uma das correspondências trata da programação dos pagamentos referentes ao PIS/COFINS 2002, sempre em valores de R\$ 30.000,00, com intercalados em períodos de cerca de dez dias, perfazendo o total de R\$ 900.000,00, distribuídos entre março e dezembro. Ao final, a informação “realizado”, seguida por “favorecido: ‘Cheque Frete’, referência: Pedro Vieira de Souza”.

Outra correspondência traz uma relação de valores, datados entre setembro de 2002 e 28 de novembro (supostamente do mesmo ano), com itens de nome “R\$ 20.000,00 penhora”, “R\$ 5.000,00 INSS – mudança fiscaliz.”, “R\$ 17.500,00 INSS – TIME”, “R\$ 10.000 RF – TT”. São dezessete registros, cujos valores somam R\$ 262.500,00.

A lista continua, com lançamentos variando entre 5 de dezembro e 21 de abril (possivelmente 5/12/2002 a 21/4/2003). São onze registros, seguindo o mesmo padrão anterior de valores e nomes, somando R\$ 127.500. Diversamente dos anteriores, estes são acompanhados do desenho de um raio, sugerindo a idéia de problema ou tarefa não realizada.

Independentemente do modo que o Sr. Pedro Vieira de Souza era pago, parece claro que os pagamentos eram feitos de modo a ocultar o beneficiário, inclusive em relação à contabilização. Sendo um trabalho normal, não haveria por que a empresa buscar ocultá-lo, o que sugere que o trabalho de atendimento a fiscais e parcelamento de débitos tributários seja, em verdade, tráfico de influência junto aos órgãos tributários, mediante pagamento de propinas a



servidores públicos e autoridades.

Aliás, um dos depoentes afirmou que o Sr. Pedro Vieira de Souza tinha bom relacionamento com servidores do INSS, derivado de um possível parentesco com autoridade da autarquia. Neste ponto, voltamos à Certidão da Dívida da União fraudada pela Beta no início do ano 2000, época em que o Sr. Pedro Vieira de Souza iniciou seus trabalhos na empresa, sugerindo a sua participação no episódio.

Por fim, embora não exista evidência de que seja diretamente relacionado à atuação do Sr. Pedro Vieira de Souza, mas que denota ser prática reiterada do grupo GPT o pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos, cabe mencionar bilhete do Sr. Geraldo José Pereira ao Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho, sem data, transcrito a seguir: “solicito a liberação de R\$ 8.000,00 referente a fiscalização do trabalho”.

Ante a ausência de conclusão sobre as atividades do Sr. Pedro Vieira de Souza, este relatório deve ser encaminhado às autoridades competentes, para prosseguimento da investigação.

#### **6.2.4.7 A Questão do ICMS**

Ainda em relação a questões tributárias envolvendo a Beta, merece comentário o caso da utilização de créditos tributários pelo ICMS pela empresa. Deve ser ressaltado que as informações apresentadas a seguir têm caráter preliminar e não representam opinião sobre a conduta da empresa e das pessoas envolvidas. Aqui apresentamos o registro do trabalho iniciado e não concluído, para prosseguimento das investigações pelas autoridades competentes.

A hipótese investigada por esta comissão é a de obtenção fraudulenta de créditos do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) no Estado de São Paulo.

Para coletar informações, esta Comissão oficiou às secretarias de fazenda dos estados onde a Beta operou ou opera, a partir de janeiro de 2000. Foram solicitadas informações sobre os conhecimentos aéreos emitidos pela empresa em cada uma das unidades da federação e sobre os créditos de ICMS gerados no período, utilizados ou não pela empresa. Também foram contactados a própria empresa Beta e a empresa Pigatto OTM – Transporte Multimodal, que contratava os serviços de transporte aéreo de carga da Beta.

As secretarias de fazenda responderam ao pedido desta CPMI, ressaltado quanto aos conhecimentos aéreos, comumente chamados de AWB20. Como razões gerais, o grande número de documentos e o curto prazo para entrega.

Até a conclusão deste relatório, somente a empresa Pigatto atendeu integralmente à solicitação desta CPMI. Além disso, um representante da Pigatto foi ouvido pela Sub-Relatoria de Contratos e explicou detalhes da operação de remessa de cargas da empresa, de Porto Alegre

para São Paulo.

Conforme depreende-se dos documentos encaminhados pela Pigatto e do depoimento do seu representante, todos os conhecimentos aéreos de carga embarcada pela Beta no Rio Grande do Sul são emitidos em São Paulo. O depoente afirmou ainda que o procedimento convencional das demais companhias aéreas é a emissão do conhecimento aéreo no local de origem.

Efetivamente, o Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo, aprovado pelo Decreto nº 45.490/2000, prevê que o local da prestação do serviço, para efeitos de cobrança do imposto, é o local onde tiver início a prestação do serviço ou o local do estabelecimento destinatário do serviço, se dentro do Estado de São Paulo, no caso de utilização de serviço cuja prestação se tiver iniciado em outro Estado e não estiver vinculada a operação ou prestação subsequente alcançada pela incidência do imposto.

Perguntado como era feito o transporte de São Paulo para Porto Alegre, considerando que o conhecimento aéreo era emitido sempre em São Paulo, o representante da Pigatto informou que a Beta enviava uma cópia por fax para Porto Alegre, o que asseguraria o transporte da carga até São Paulo.

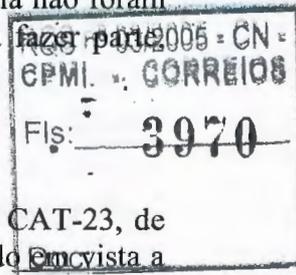
Deve ser salientado que a carga da Pigatto viajava com um conhecimento aéreo da própria Pigatto, segundo informação do representante da empresa. O conhecimento aéreo da Beta serviria para cumprir uma obrigação fiscal da empresa em relação ao serviço prestado, devendo acompanhar a carga da origem ao destino.

Em relação à emissão de todos os conhecimentos aéreos no Estado de São Paulo, cabe remissão às notas explicativas da Portaria CAT-28/02.

20 Em verdade, o AWB (airway bill) é o conhecimento aéreo internacional, mas a sigla é comumente utilizada para designar todos os tipos de conhecimentos aéreos, nacionais ou internacionais.

A presente portaria é uma consolidação das normas relativas à prestação de serviços de transporte nas suas diversas modalidades. Todavia, nela não foram incluídas as seguintes normas, que presumivelmente deveriam dela fazer parte pela razões que a seguir se expõem.

I - as relativas a transporte aéreo, de que tratava a Portaria CAT-23, de 15/02/90, editada com base no Ajuste SINIEF nº 10, de 22/8/89, tendo em vista a decisão exarada pelo STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 1601-6, a qual, por maioria de votos, "...deferiu o pedido de medida cautelar, para suspender, com eficácia ex nunc, até a decisão final da ação, a execução e aplicabilidade do Convênio ICMS nº 120, de 13/12/96..."; tendo em vista que esse convênio, na sua cláusula quarta, determina que "Permanecem aplicáveis aos



estabelecimentos prestadores de serviço aéreo as disposições contidas no Ajuste SINIEF nº 10/89, de 22 de agosto de 1989.", deve-se entender que está também suspensa a execução e aplicabilidade do Ajuste SINIEF 10/89; tendo em vista, ainda, a decisão exarada pelo mesmo STF em outra Ação Direta de Inconstitucionalidade, a de nº 1600-8, "...para declarar a inconstitucionalidade do ICMS sobre a prestação de serviço de transporte aéreo de passageiros intermunicipal, interestadual, internacional, e de transporte aéreo internacional de cargas"; os prestadores de serviço de transporte aéreo de cargas intermunicipal e interestadual, deverão passar a cumprir as suas obrigações de acordo com as disposições do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto 45.490, de 30/11/2000;

O Ajuste SINIEF nº 10/89, em sua cláusula sexta, informa que "o conhecimento aéreo poderá ser impresso centralizadamente, mediante autorização do fisco da localidade onde seja elaborada a escrituração contábil e terá numeração seqüencial única para todo o país".

Em razão da medida cautelar concedida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1601-6, o Estado de São Paulo entende que está suspensa a execução e aplicabilidade do Ajuste SINIEF nº 10/89. Ou seja, para o Estado de São Paulo, a norma aplicável ao transporte de carga aérea é a do seu Regulamento do ICMS. Em consequência, o estado não aceita a emissão centralizada de conhecimentos aéreos, de modo que todos os conhecimentos aéreos emitidos no Estado de São Paulo devem ter o local de prestação presumidos como sendo o próprio Estado.

O Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo reproduz os termos do Convênio SINIEF 06/89, que prescreve.

Art. 32. O Conhecimento Aéreo será emitido antes do início da prestação do serviço;

Art. 34. Na prestação de serviço aeroviário de cargas para destinatário localizado em outro Estado, o Conhecimento Aéreo será emitido com uma via adicional (4ª via), que acompanhará o transporte para fins de controle do fisco do destino.

A intelecção dos trechos acima demonstra uma aparente contradição entre o procedimento previsto na legislação e a prática da Beta. De fato, a emissão do conhecimento aéreo em São Paulo para cargas com origem em outros estados não parece se amoldar à norma, ainda mais se considerada a emissão de um fax para a localidade de origem, de modo a acompanhar a carga.

Observe-se que até outubro de 2005, a Beta somente possuía inscrição no cadastro de contribuintes nos estados do Amazonas e de São Paulo, segundo informações do Sistema Integrado de Informações Interestaduais com Mercadorias e Serviços – SINTEGRA (consulta via Internet, [www.sintegra.gov.br](http://www.sintegra.gov.br)). As inscrições nos cadastros de contribuintes dos estados de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e do Distrito Federal foram abertas no ano de 2005. Até

hoje não possui inscrição nos Estados do Ceará e do Rio de Janeiro.

Como regra geral, a inscrição no cadastro estadual de contribuintes é obrigatória quando o contribuinte realiza de operações com intuito comercial e habitualidade. Essa era a condição da Beta em cada estado em que operou a Rede Postal Noturna: a Beta operou a RPN nos estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Amazonas, São Paulo e no Distrito Federal.

Foi perguntado aos depoentes como a Beta prestava contas ao fisco estadual em relação ao transporte de carga aérea nesses estados, considerando que a empresa não estava registrada no cadastro de contribuintes do ICMS.

A maioria dos depoentes alegou desconhecimento da matéria. O contador da empresa, Sr. Dinaldo dos Santos Galindo, afirmou que eram emitidas efetuados pagamentos por meio de guias de recolhimento avulsas, disponíveis no posto fiscal do aeroporto.

Causa espécie o procedimento. Primeiro, porque a legislação obriga o cadastramento do contribuinte que realiza operações sujeitas a tributação pelo ICMS com habitualidade. Segundo, porque ainda que fosse esse a realidade, a Beta fazia o transporte de carga nos estados citados diariamente, não parecendo factível que pudesse recolher com guia avulsa o imposto referente a cada operação.

Assim, presume-se que todos os conhecimentos aéreos emitidos no Estado de São Paulo sejam utilizados para apuração dos créditos de ICMS, independentemente de a operação ser iniciada ou não no estado. O efeito desse procedimento é que a Unidade da Federação a quem caberia a alíquota interestadual não receberá o ICMS correspondente e o Estado de São Paulo receberá arcará com a devolução dos créditos do ICMS à Beta.

Esse fenômeno ocorre porque alíquota incidente sobre o transporte de carga aérea é de 4%, enquanto todos os insumos utilizados na prestação do serviço sofrem a incidência de alíquota maior.

Caso exemplar é o do combustível de aviação, sobre o qual incide alíquota de 25%. Assim, 25% do gasto com combustível é creditado pela empresa, enquanto as suas operações são tributadas em 4%. A diferença entre o crédito e o débito gera o crédito acumulado a ser recuperado segundo as hipóteses previstas na legislação.



A legislação paulista permite que empresas de transporte de carga aérea utilizem os seus créditos de ICMS para custear despesas com combustível (somente até 3/7/2003); pagar estabelecimento fornecedor, a título de pagamento das aquisições feitas por estabelecimento comercial, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor de cada operação de compra de bem destinado ao ativo permanente para utilização direta na sua atividade comercial; transferir para empresas interdependentes<sup>21</sup>. O Secretário de Fazenda pode excepcionar a regra, permitindo a transferência do crédito acumulado para empresas não-interdependentes.

Observe-se que a Beta já houve conseguiu recuperar seus créditos acumulados

junto à Fazenda do Estado de São Paulo em pelo menos uma ocasião e que outro pedido está em análise.

Além disso, recentemente a Beta adquiriu as empresas Transquadros, Logika e Thatva, segundo depoimento do Sr. Michel Abud Atié Jr., sócio e atual presidente da Beta. A seguir, trecho do depoimento a esta CPMI (com adaptações).

21 Nos termos da legislação paulista, são consideradas interdependentes duas empresas quando uma delas, por si, seus sócios ou acionistas, e respectivos cônjuges e filhos menores, for titular de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital da outra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): TRANSQUADROS, pertence ao grupo?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ah, TRANSQUADROS. Perdão. Ela, foi mudado a nome, é BETA Rodoviária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve alteração societária da TRANSQUADROS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Na TRANSQUADROS, nós não compramos a TRANSQUADROS, a TRANSQUADROS ela, o que é que aconteceu é que ela estava encerrando as atividades e nós fizemos um acordo em relação a ativos e... E a carteira de clientes para que ele pudesse honrar com os compromissos de débitos fiscais que ele tinha, então, nós compramos esses ativos mediante-- São veículos, tinha aproximadamente 271 veículos, entre carretas, cavalos que é a parte--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E aí foi criada a BETA Rodoviária?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: A BETA Rodoviária.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como uma nova empresa ou como uma alteração social da TRANSQUADROS?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, não. Como uma nova empresa, a empresa dele efetivamente não foi adquirida, a empresa do Sr. Francisco Souto não foi adquirida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Então não houve transferência societária?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E uma empresa... TÁTIVA, é isso?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ah, sim, desculpe, Excelência, TÁTIVA foi uma empresa que nem chegou a ser adquirida, havia um contrato de se fazer uma associação, o ex-sócio acabou desistindo da operação. (...) foi uma operação diferente. A TÁTIVA era uma

aquisição da empresa com uma divisão societária do antigo dono. Então, ele ficaria com 30%, O Grupo BETA-- Nós fizemos a aquisição... Uma compra da empresa no valor estipulado, fizemos o contrato, e esse contrato previa o pagamento pela compra o negócio em si.

Mas isso, de fato, acabou não acontecendo. Nós pagamos, mas não--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não levaram? Por quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: O que houve é que essa aquisição por motivos de, vamos dizer, desentendimento com o vendedor-- Ele resolveu inclusive tomar a decisão de interromper até o processo de... não é de homologação, é de... Autorização...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Autorização para quê? Quer dizer, não chegou a ser firmado o contrato social?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não foi, não foi mudado o contrato social.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas foi firmado um contrato? Não foi é registrado?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: O contrato previa que se fizesse a mudança dos sócios. Isso acabou não acontecendo. Ele bloqueou as procurações. E aí houve um desentendimento--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Houve uma aquisição de uma empresa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sim?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: --Que inicialmente, tinha um contrato--Num determinado momento ele, por qualquer motivo, acabou havendo um desentendimento e ele--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A razão do desentendimento, qual foi?

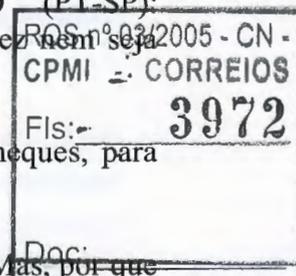
SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: --Eu acho que foi pontos de vista de administração, enfim. Então ele retirou as procurações. E naquele momento--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Sinceramente, eu não estou entendendo a transação, se o senhor me permitir, talvez não seja importante, mas, procurações para quê?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Procuração para a assinatura de cheques, para movimentação de contas--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas, por que é que o senhor outorgou procurações e não se passou o nome da empresa de uma vez para os senhores?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Deveria ter sido feito, isso foi sendo postergado para se fazer, os pagamentos foram ocorrendo, isso já deveria ter sido feito, entramos em processo--



SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas havia alguma razão? Por que é que já não se fez direto, e se faz procuração?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não, não, é simplesmente pelo tempo que se leva para fazer a procuração, porque-- Existia na cláusula de contrato levantamentos que estavam sendo elaborados. E aí houve alguns entendimentos e aí acabou--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Houve um rompimento?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer. Então, a TÁTIVA não pertence hoje--

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Não pertence. Nunca pertenceu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Alguma outra empresa, que os senhores adquiriram nessas condições?

SR. MICHEL ABUD ATIÊ JÚNIOR: Ela chama LÓGICA. [Faz] A mesma coisa que a TÁTIVA. Assim que nós desfizemos o negócio, nós fomos em busca de uma outra empresa, mas acabamos adquirindo somente a carteira de clientes dele, uma vez que ele estava fechando a empresa como acho que ele acabou fechando e nós adquirimos, basicamente, a carteira de clientes. Mas isso não tem... Eu estou citando isso muito mais para esclarecimento, isso não tem uma razão social, um CGC, um CPF, um CGC dela.

Em princípio, o Sr. Atié Jr. faz referência às empresas Transquadros Armazéns Gerais e Logística Ltda, Lógika – Logística e Transportes Ltda e Thatva Logística e Distribuição Ltda. Fato comum a todas elas é a não transferência do controle societário para a Beta. Possivelmente, são utilizados “contratos de gaveta”, expediente largamente empregado pela Beta, a exemplo da sociedade de fato entre o Sr. Ioannis Amerssonis e o Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho.

Não está claro o que seria a operação de aquisição de ativos mencionada pelo Sr. Atié, realizada entre a Beta e as empresas Transquadros e Lógika. Em princípio, a operação aproxima-se da hipótese investigada nesta Comissão, qual seja, a possibilidade de a Beta utilizar seus créditos de ICMS do Estado de São Paulo para recuperar empresas interdependentes submetidas a situação financeira desfavorável mediante fraude, tal como o registro de despesas fictícias.

Por fim, cabe registrar que a Beta encaminhou um número significativo de cópias de conhecimentos aéreos, entregues nesta Comissão por volta da 17h30 do dia 17/3/2006, sexta-feira. Segundo os termos do expediente22, datado de 17/3/2006, são cerca de 12.000 cópias de conhecimentos aéreos, abrangendo parcialmente o exercício de 2005, quase todas emitidas em

Manaus.

A empresa solicitou prorrogação de prazo, em virtude número de cópias a ser produzido – afirma serem 220.000 laudas – e informou informando que tão-somente pela enorme quantidade de documentos não atendeu a esta Comissão em tempo hábil.

O expediente da Beta merece alguns comentários. Inicialmente, deve ficar claro que esta Comissão solicitou da empresa quatro itens distintos, conforme Ofício n.º 0457-A-06/CPMI “CORREIOS”, de 13/2/2007. O primeiro item era a cópia do contrato social, contemplando todas as alterações contratuais eventualmente ocorridas, incluindo abertura e fechamento de filiais, desde a fundação da empresa até a presente data; o segundo item era uma cópia do plano de contas da Beta, referente ao período de 2000 a 2005; o terceiro era a cópia dos registros contábeis e fiscais da Beta: livros Diário e Razão, Registro de Apuração do ICMS, Demonstrativo de Apuração do ICMS, Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, referentes ao período de 2000 a 2005; o quarto item era cópia de todos os Conhecimentos Aéreos e Relatórios de Emissão de Conhecimentos Aéreos emitidos pela Beta, referentes ao período de 2000 a 2005. Ao final do expediente, a ressalva: as informações deveriam ser encaminhadas em meio magnético para esta CPMI, naquilo que fosse possível.

É aceitável a resposta da Beta no que se refere à dificuldade de reprodução dos conhecimentos aéreos, em função do grande volume de documentos. Contudo, não é razoável que a empresa tenha demorado mais de um mês para fornecer os três primeiros itens e ainda assim não tenha o feito.

Certamente, há uma explicação. Façamos um exercício.

Conforme exposto, esta Comissão suspeita da existência de um esquema de obtenção fraudulenta de créditos do ICMS no Estado de São Paulo. O primeiro e o segundo item eram informações simples, apenas para confronto com os dados disponíveis nesta Comissão. O terceiro item apresentaria a escrituração contábil e fiscal da empresa, particularmente em relação ao ICMS. Estaria demonstrada a origem dos créditos. A cópia dos conhecimentos aéreos seria enviada apenas para confrontar com as informações prestadas.

22 Trata-se de documento assemelhado a uma carta, sem numeração, sem o timbre da empresa e sem a identificação dos seus signatários – há duas assinaturas distintas.

Certamente a Beta não teria nada a ocultar desta CPMI. No entanto, há grande coincidência nos fatos: dos 12.000 conhecimentos aéreos encaminhados a esta CPMI, mais de 11.500 foram emitidos no Estado do Amazonas, localidade onde não há a suspeita de irregularidades; os demais documentos são do Estado de São Paulo, em grande parte derivados de operações iniciadas no próprio Estado – aparentemente legais, portanto; todos os documentos foram emitidos no ano passado, época em que a Beta passou a se inscrever no cadastro de contribuintes em que opera.

Parece-nos que o atraso na entrega de informações pela Beta é estratégia deliberada, com vistas a não permitir o desenvolvimento da investigação, fiada na proximidade

PROS - 001005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 3973
Doc:

da data de encerramento dos trabalhos desta Comissão. Desse modo, não é demais inferir que a resposta da Beta é uma tentativa de desfazer essa impressão, expressa na indagação do Sub-Relator de Contratos ao Sr. Lauro Pasqualetto Júnior - cunhado do proprietário da Beta e funcionário da empresa, ouvido nesta Comissão no dia 14/3/2006 - inquirindo-lhe sobre o porquê da não entrega da documentação solicitada.

#### **6.2.4.8 Pagamento de Propina ao Diretor dos Correios**

Em depoimento a esta CPMI, o Sr. Lincoln Pereira Frade, ex-segurança do Sr. Antônio Augusto Morato Leite Filho, então presidente da Beta, afirmou que veio a Brasília trazer vinte mil dólares, a mando do Sr. Morato. O dinheiro seria destinado ao pagamento de propina nos Correios e teria sido entregue ao então Diretor-Executivo da Beta, Sr. Roberto Kfoury, que teria cuidado do pagamento, supostamente em favor do então Diretor de Operações, Sr. Carlos Augusto de Lima Sena.

A seguir, transcrição de trecho do depoimento Sr. Lincoln Pereira Frade a esta CPMI, adaptado, para que o raciocínio do Sr. Frade seja linear.

(...) Fui chamado, estava na minha sala, fazendo as filmagens que o Sr. Antônio sempre pedia... Fui chamado até a sala dele e ele me pediu um favor, para que eu fosse até Brasília, fazer um grande favor para ele. E isso estava o Sr. Roberto Kfoury com ele na sala. Eu... Claro, de antemão já falei que iria, e fui até a sala do Sr. Roberto Kfoury e foi me entregue vinte mil dólares. Coloquei esse dinheiro em meu paletó, não é? Em vários bolsos, porque era uma quantia boa e...

Mas o Sr. Roberto Kfoury, que eu achei estranho até então, porque o Sr. Roberto Kfoury também foi nesse vôo, e ele não chegava perto de mim. E eu falei, “Não estou entendendo por que é que ele estava fazendo isso”. E depois que eu vi realmente porque foi (...) má-fé da parte deles, ter feito isso, porque ele foi no mesmo vôo comigo, pegou um táxi diferente do meu. Só lá no hotel que ele me encontrou no mesmo quarto. Ou seja, eu entreguei o dinheiro, me pediu o dinheiro e entreguei o dinheiro na mão dele.

(...) foi da seguinte maneira: eu coloquei esse dinheiro, eu levei comigo e então eu me encontrei com o Sr. Roberto Kfoury nessa mesma Academia de Tênis, e entreguei o dinheiro para ele. (...) E eu perguntei para ele: “Pô, Sr. Roberto por que é que o senhor fez isso? Por que eu trouxe esse dinheiro? Podia ser pego”; “Não, não se preocupa não que isso já vem acontecendo há algum tempo, mas isso é para a gente poder conseguir algumas vantagens”. E ficou por isso mesmo. Aí eu fui embora e deixei ele no hotel. E numa oportunidade que eu tive com ele numa viagem que eu fiz até ao Rio de Janeiro, com o Sr. Roberto Kfoury, ele me contou que o dinheiro foi para ser entregue aos Diretores do Correio. (...) Pelo que eu tinha entendido é [para] o Carlos Lima Sena.

A versão do Sr. Frade, em relação à sua vinda a Brasília, foi confirmada pela comprovação obtida junto à companhia aérea de que ele e o Sr. Roberto Kfoury embarcaram no

mesmo vôo, de São Paulo para Brasília, no dia 28/6/2000, viajando pela companhia aérea TAM.

Também é verdadeira a afirmação de que o Sr. Roberto Kfouri hospedou-se no hotel Academia de Tênis. Pela comprovação fornecida pelo hotel, o Sr. Kfouri deu entrada no hotel no dia 28/6/2000, encerrando a sua hospedagem no fim da tarde do no dia 29/6/2000. O mesmo local em que o Sr. Frade afirma ter entregado o dinheiro.

Em depoimento prestado a esta CPMI, o Sr. Roberto Kfouri afirmou que o Sr. Lincoln havia mentido e que jamais havia viajado para Brasília na companhia dele. Confrontado com os documentos que demonstravam a viagem conjunta, acabou por admitir. Não obstante, esboçou a tese de que era vítima de uma armação montada pelo Sr. Frade, que teria feito a viagem no mesmo vôo, naquela data, de modo a levantar suspeitas sobre a sua conduta.

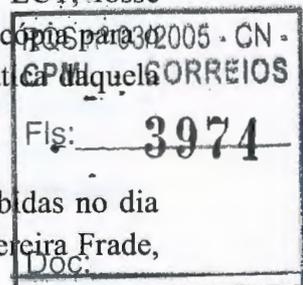
Questionado sobre como o Sr. Frade teria montado no ano 2000 uma encenação para incriminá-lo cinco anos depois, após o acontecimento de fatos que não eram sabidos no ano de 2000, entre eles a eleição do Presidente Lula e a instalação da CPMI dos Correios, o Sr. Kfouri não soube responder.

Ocorre que em 29/6/2000 houve a Dispensa de Licitação nº 003/2000, com vistas à contratação de serviços para operação de cinco linhas da RPN, dentre elas a da Linha F, vencida pela empresa Beta. Nessa contratação, o Sr. Kfouri entregou a proposta da Beta pessoalmente, em mãos, sem registro de protocolo, conforme admitido em seu último depoimento. Além disso, todas as empresas enviaram suas propostas ao Chefe do Departamento de Gestão Operacional – DEGEO, Sr. José Garcia Mendes, enquanto a empresa Beta entregou a proposta com cópia para o Diretor de Operações, Sr. Carlos Augusto de Lima Sena.

Analisada a correspondência enviada pelo Sr. José Garcia Mendes – Chefe do DEGEO - solicitando proposta de preço às empresas (CT/DEGEO-207/2000 de 26/6/2000), não se identificou recomendação no sentido de que as respostas contendo as propostas comerciais fossem enviadas ao DEGEO, com cópia para o Diretor de Operações, Sr. Carlos Augusto de Lima Sena. Verificou-se, apenas, que a correspondência de solicitação de cotação de preços do Departamento de Gestão Operacional foi encaminhada às companhias aéreas, com cópia para a Diretoria de Operações – DIOPE.

A propósito, verificou-se da análise de outros processos que a empresa Beta, sempre que enviava correspondência ao Departamento de Gestão Operacional da ECT, fosse apresentando proposta comercial, fosse em seus pleitos de reequilíbrio, o fazia com cópia para o Diretor de Operações Sr. Carlos Augusto de Lima Sena, mostrando-se ser uma prática daquela companhia aérea.

Sobre a Dispensa de Licitação 003/2000, cujas propostas foram recebidas no dia 29/6/2000, dia posterior à chegada em Brasília dos Srs. Roberto Kfouri e Lincoln Pereira Frade, convém registrar os seguintes comentários.



- a) em janeiro de 2000, a ECT rescindiu os contratos mantidos com a VASP, por ela não ter comprovado a autenticidade

das Certidões Negativas de Débito junto ao INSS. Dessa forma, houve necessidade de se contratar por Dispensa de Licitação (DL nº 001/2000), com fundamento na emergência, as linhas que vinham sendo operadas pela VASP (Linhas F, G, H, J e K);

- b) a Varig foi a vencedora da Linha F, tendo apresentado o preço por operação diária de R\$ 43.592,11, enquanto que a BETA cotou R\$ 45.908,00;
- c) o contrato foi assinado com a vigência de 60 dias, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de seis meses, o que, de fato, ocorreu;
- d) passados seis meses, em 29 de junho de 2000, a ECT realizou a Dispensa de Licitação nº 003/2000 para as Linhas F, G, H, J e E, sagrando-se vencedora a empresa BETA para a Linha F, com o preço diário de R\$ 95.507,00, já que a Varig, que havia cotado o preço de R\$ 65.006,32, desistiu alegando não possuir aeronave adequada para operar a linha, pois vencera também a linha J, preferindo a execução apenas dessa linha. O preço de referência da ECT para a linha F era de R\$ 78.000,00.

Chama a atenção a elevada variação do preço cotado para a Linha F pela BETA entre janeiro/2000 - R\$ 45.908,00 - e junho/2000 - R\$ 95.507,00 -, que foi de 108,04%, enquanto que os indexadores de custos utilizados pelo setor variaram em percentual bem inferior. Evidentemente, os preços estavam superfaturados, conforme demonstrado neste relatório.

#### **6.2.4.9 Presidente da Beta Presenteia Diretor dos Correios com Dois Aquecedores à Óleo**

No dia 12/4/2002, a empresa Promodal Logística Transportes Ltda, presidida pelo Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho, comprou no sítio das Lojas Americanas na Internet dois aquecedores a óleo Dragon – Delonghi, no valor de R\$ 598,00, e mandou entregar na casa do então Diretor de Operações dos Correios, Sr. Carlos Augusto de Lima Sena.

Em verdade, a compra foi realizada pelo segurança do presidente da Beta23, Sr. Lincoln Pereira Frade, pagando com seu cartão de crédito pessoal. Ressalte-se que o Sr. Frade é o mesmo segurança que afirmou a esta Comissão ter transportado vinte mil dólares para o pagamento de propina ao Sr. Lima Sena.

23 Nessa época, o Sr. Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho presidia todo o grupo GPT, que englobava as empresas Beta, Promodal e Tecnocargo.

Transcrição do depoimento do Sr. Frade (com adaptações).

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A relação mais estreita que o Sr. Morato mantinha dos Correios com quem era? Era com o Sr. Lima Sena ou com outros também?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Olha, como eu falei para o senhor, como

b. o Sr. Lima Sena é uma pessoa que mandava as esposas, iria para São Paulo e tudo mais, eu acredito que era com ele. Eu uma época comprei um presente e mandei via americanas.com. Os dois aquecedores o que Sr. Antônio mandou comprar. Eu comprei, até com o meu cartão de crédito.

A pedido desta Comissão, o Sr. Lincoln encaminhou comprovante da aquisição dos aquecedores, demonstrando a veracidade das suas afirmações.

Matéria publicada na revista Época, edição de 04/7/2005, apresenta as versões do Sr. Morato e do Sr. Lima Sena sobre o fato.

“Comentei com o Antonio Augusto que estava pensando em comprar os aquecedores. Ele comprou e me mandou. Mas, como era uma coisa ilegal, acabei devolvendo os dois aparelhos”, diz Carlos Sena. A versão de Antonio Augusto é um pouco diferente. ‘Ele depois me reembolsou.’ Ambos disseram que tinham comprovantes de suas afirmações, mas não os mostraram.”

Perguntado sobre o caso, em depoimento nesta CPMI, o Sr. Lima Sena afirmou .

“(…) esse aquecedor eu não solicitei, eu não recebi ele, mas ele efetivamente foi entregue na minha casa no momento que eu não estava. Nem eu nem a minha esposa. Eu de imediato retornei uma ligação para ele [Sr. Morato], ele falou que não sabia do que se tratava e eu devolvi para ele.” (acréscimo nosso)

Em mensagem eletrônica encaminhada ao Presidente dos Correios – trazida a esta Comissão pelo Sr. Lima Sena, o Sr. Morato expõe outra versão.

“Apurando o caso dos aquecedores no qual supostamente a Empresa PROMODAL teria enviado ao Sr. Carlos Augusto de Lima Sena a mercadoria constante da matéria (2 aquecedores no valor de R\$ 299,00 cada), ao tomarmos conhecimento da reportagem em questão publicada na Revista Época, levantamos o pedido feito via Internet, porém, não detectamos quem foi o responsável pela aquisição de tais produtos e porque o havia feito. Todavia, constatamos que o Sr. Carlos Augusto de Lima Sena os devolveu imediatamente pois não sabia do que se tratava.

Isso nos parece mais uma grande ‘armadilha’ de concorrentes e/ou inimigos.”

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 3975
Doc:

Percebe-se uma incoerência nas versões do Sr. Morato. No relato da Revista Época, o Sr. Lima Sena o teria reembolsado, enquanto na carta o Sr. Lima Sena teria devolvido o aparelho. Obviamente, a devolução não teria sido para o Sr. Morato, que chega a cogitar a existência de uma grande armadilha de concorrentes ou inimigos.

Também é incoerente a afirmação do Sr. Lima Sena sobre como o Sr. Morato soube do seu desejo de possuir aquecedores à óleo. Na versão publicada pela revista Época, o Sr. Lima Sena teria comentado com o Sr. Morato. Em depoimento a esta CPMI, afirmou ter comentado o fato com colegas de trabalho e não soube explicar como o Sr. Morato ficou sabendo do seu anseio.

A seguir, trecho do depoimento do Sr. Lima Sena (com adaptações).

SR. CARLOS AUGUSTO DE LIMA SENA: A questão do aquecedor Deputado. Isso aí várias pessoas na Diretoria, eu tinha interesse de comprar um aquecedor algo simples, extremamente simples, algumas pessoas sabiam disso aí eu comentei com pessoas que trabalham comigo. Agora, eu jamais me dirigi ao Antônio Augusto para solicitar algo dessa natureza. Porque uma coisa tão sem significado que eu acho que isso aí para mim não tem--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Como é que o Sr. Antônio Augusto soube que o senhor queria aquecedor?

SR. CARLOS AUGUSTO DE LIMA SENA: Eu não sei, eu não sei exatamente como que ele soube disso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

O senhor de alguma forma, devolveu os aquecedores para quem? Para o Antônio Augusto?

SR. CARLOS AUGUSTO DE LIMA SENA: Eu pedi que ele mandasse buscar o aquecedor em casa--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Como o senhor sabia que era ele que tinha comprado?

SR. CARLOS AUGUSTO DE LIMA SENA: Porque eu... Era quem eu tinha contato dessa empresa, da PROMODAL era o Antônio Augusto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Porque alguma razão levou o senhor ligar para o Antônio Augusto.

SR. CARLOS AUGUSTO DE LIMA SENA: Com certeza, com certeza,

eu não consigo precisar o quê.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):  
E aí ele ficou surpreso?

SR. CARLOS AUGUSTO DE LIMA SENA: Ele falou olha: “Eu vou resolver isso aí”.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

“Agora, veja, uma pessoa que não comprou, você liga para mim.” Zé Eduardo, você mandou os aquecedores para mim? Venha retirar”. Eu falo: “Eu vou ver isso aí”. Que aquecedor, o que você está falando? Não sei o que é isso, que história é essa? Eu vou retirar aquecedor que eu não mandei para sua casa. Agora, estranho o senhor dar credibilidade a uma carta como essa, porque ele diz aqui, que coisa maluca, ele diz: “Ao tomar o conhecimento da reportagem em questão, levantamos o pedido feita via internet, porém não detectamos quem foi o responsável pela aquisição”. Ou seja, ele dá a impressão que ele soube, quando saiu à matéria da Revista Época, quando na verdade pela sua narrativa, ele soube quando ele retirou. E aí depois ele diz aqui, que o senhor pagou em dinheiro. E o senhor me mostra essa carta que contraria rigorosamente a sua palavra como prova, exatamente do oposto Poder Público objetivamente se ele tomou ciência quando o senhor mandou retirar o que ele está dizendo aqui é mentira.

Como o Sr. Frade afirmou ter adquirido os aquecedores a óleo a pedido do Sr. Morato e o Sr. Lima Sena afirmou que o segurança não tinha motivo para presentear-lhe e que teria ligado para o Sr. Morato tão logo recebeu os presentes, conclui-se que os termos da carta do Sr. Morato são falsos.

Surgem as perguntas: por que o presidente de uma das empresas contratadas pelos Correios presentearia o Diretor de Operações da estatal e utilizaria o cartão de crédito do seu segurança particular para fazê-lo? Por que um presente tão específico, como dois aquecedores a óleo?

A resposta à primeira pergunta revela a intenção do presidente da Beta de oferecer um mimo à sua principal contraparte nos Correios. A aquisição por intermédio do cartão de crédito pessoal do segurança teria a função de ocultar a origem do presente.

A resposta à segunda pergunta revela uma possível intimidade entre o Sr. Lima Sena e o Sr. Morato, condição negada pelo Diretor de Operações dos Correios.

Sobre a pretensa intimidade do Sr. Lima Sena e o Sr. Morato, o Sr. Frade relata visitas frequentes do dirigente da ECT a São Paulo, juntamente com a sua família. A ex-esposa do Sr. Morato, em mensagem eletrônica a esta CPMI, relatou encontros em restaurantes entre as famílias do Sr. Morato e do Sr. Lima Sena em 2001. Como exemplo, cita os restaurantes Antiquarius e Santory. Relata, inclusive, a participação do Sr. Lima Sena e família na celebração do seu aniversário, no dia 06/10/2001, sábado, em uma pizzaria.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO:
Fis: 3976
Doc:

Segue transcrição de parte do depoimento do Sr. Frade (com adaptações).

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):  
Então que pessoas o senhor lembra de ter pegado no aeroporto para levar até ele?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: O próprio Carlos Lima Sena.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O  
Carlos Lima Sena, quem mais?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: A esposa e a filha do seu Carlos que  
foi pega para fazer, isso era mais para passeio, não é? [Levava para] Shoppings.  
(acréscimo nosso)

O Sr. Lima Sena negou a proximidade com o Sr. Morato, admitindo ter  
participado de reuniões de trabalho apenas, uma delas na sala do Sr. Morato, em companhia do  
Brigadeiro Venâncio Grossi, à época Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil.

É possível que o Sr. Carlos Augusto de Lima Sena não tivesse uma relação muito  
próxima com o Sr. Morato. Admitida essa hipótese, soa ainda mais estranho o Diretor de  
Operações ter recebido aquecedores a óleo de presente de um dos contratados dos Correios, cujo  
contrato era gerido pela diretoria ocupada pelo Sr. Lima Sena.

#### 6.2.4.10 Pagamentos realizados pela empresa BETA ao Sr. João Herrmann Neto

Através da análise do sigilo bancário da empresa Brazilian Express Transportes  
Aéreos Ltda, foi possível constatar uma série de pagamentos mensais realizados ao Deputado  
Federal Exmº Sr. João Herrmann Neto no período de março de 2003 a março de 2005, conforme  
quadro a seguir:

Banco: SAFRA S.A Agência: ITAIM Conta nº: 163283

Data	Beneficiário	Valor do Lançamento
19/3/2003	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.000,00
15/4/2003	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.000,00
15/5/2003	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.011,99
16/6/2003	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.015,00
15/7/2003	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.032,00
15/8/2003	JOAO HERRMANN NETO	R\$

		3.042,00
18/9/2003	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.059,00
15/10/2003	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.084,01
17/11/2003	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.120,00
15/12/2003	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.125,00
15/1/2004	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.089,00
16/2/2004	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.250,00
15/3/2004	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.250,00
22/4/2004	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.150,00
17/5/2004	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.189,00
21/6/2004	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.182,00
03/8/2004	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.260,00
20/9/2004	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.250,00
30/9/2004	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.315,00
29/10/2004	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.280,00
22/11/2004	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.260,00
20/12/2004	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.310,00
17/1/2005	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.280,00
22/2/2005	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.310,00
15/3/2005	JOAO HERRMANN NETO	R\$ 3.380,00
		R\$ 79.244,00

Conforme documentação encaminhada à CPMI e notas veiculadas na imprensa, o Deputado Herrmann alega que a sua família é muito próxima à do Sr. Ioannis Amerssonis, proprietário e presidente da empresa BETA, mantendo com ele laços de amizade há vários anos. Informa, ainda, que os pagamentos teriam sido realizados a título de ressarcimento que o Sr. Ioannis fazia às despesas ocorridas com a utilização do carro Volkswagen, modelo Passat, importado, blindado, placa DCA-0450. Segundo o Deputado, o carro ficava à disposição para compromissos das crianças e familiares em comum das duas famílias na cidade de São Paulo ou em viagens, sendo que as despesas variáveis de combustível, pedágios, estacionamento, oficina e pequena manutenção, quando realizadas por ele, eram prestadas contas e ressarcidas pelo Sr. Ioannis através de depósitos em sua conta no Citybank.

PROF. 03/2005 Sr. CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: -
210
Doc:

Para comprovar os 25 depósitos mensais relativos a ressarcimento de despesas, o Deputado Herrmann apresentou 25 notas fiscais referentes a gastos realizados apenas com combustível. Todas as notas foram emitidas no mesmo posto (Posto do Trevo) – Auto Posto Degaspari Ltda, situado à Av. Piracicamirim, 3141 – Piracicaba/SP.

Argumentou, por fim, que esse veículo foi afastado no início do ano de 2005 em razão dos elevados custos de manutenção, inerentes a um carro blindado e importado, tendo substituído por uma Toyota Hillux, ano 2005, placa HCF – 6488 que atualmente o atende.

Há de se observar que, embora os pagamentos tenham sido realizados pela empresa BETA, o Passat utilizado pelas famílias do Deputado Herrmann e do Sr. Ioannis, era registrado no Detran como de propriedade da empresa Belt Logistics Ltda.  
– CNPJ: 04.031.406/0001-92, que também apresenta em seu quadro social o Sr. Ioannis Amerssonis.

A esse respeito, inclusive, em declaração assinada, o Sr. Ioannis admite o erro de ter efetuado o pagamento por meio da empresa BETA e não por ele próprio.

Já o sigilo telefônico, registrando inúmeras ligações realizadas pelo Sr. Ioannis tanto para a residência do Deputado Herrmann, quanto para o seu gabinete na Câmara dos Deputados, ratifica o estreito relacionamento existente entre ambos.

#### 6.2.4.11 Planilha de acertos de pagamentos entre as empresas Beta e Skymaster

Chegou ao conhecimento da CPMI, cópia de planilha relativa a acertos de contas realizados entre as empresas Beta e Skymaster, relativamente à exploração das linhas “F”; “A” e “C” da Rede Postal Aérea Noturna. A planilha refere-se ao mês de abril de 2002. Nessa oportunidade a empresa Beta mantinha com a ECT contrato para exploração da linha “F”, enquanto que a Skymaster para as linhas “A” e “C”.

Por força do Termo de Compromisso de Subcontratação firmado pelas duas empresas em 21/7/2000, elas celebraram, após a assinatura de seus respectivos contratos com a ECT, termos de subcontratação, de modo que cada uma disponibilizaria uma aeronave para operação das linhas que exigiam a operação de duas aeronaves simultaneamente. Ao todo seriam, então, quatro aeronaves, sendo duas operando na linha “F” e outras duas nas linhas “A” e “C”.

A exploração da linha “F” através dessa parceria de subcontratação, envolvendo as empresas Beta e Skymaster, teve início em outubro de 2000, enquanto que das linhas “A” e “C” em junho de 2001.

De acordo com dados do Sistema de Transporte Aéreo Nacional – STAN da ECT, essa parceria ocorreu até o dia 04 de abril de 2002, já que a partir dessa data não há registros de aeronaves de uma empresa efetuando operações na linha objeto do contrato da outra.

Essa planilha de acerto de contas entre as duas empresas contém rubricas denominadas "Acerto ECT" e "Acerto VG". O termo "acerto" utilizado leva a crer que se tratam de valores de pagamento de propina a dirigentes e empregados da ECT e da empresa Varig Logística S.A.

A respeito desse tipo de planilha há o depoimento prestado pelo Sr. Lincoln Pereira Frade a esta Comissão. O Sr. Lincoln era segurança do Sr. Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho, presidente à época da empresa BETA, e responsável por realizar filmagens de reuniões ocorridas no escritório do Sr. Morato. Em seu depoimento ele afirma que em certa ocasião filmou uma reunião em que as pessoas presentes discutiam sobre uma planilha de custos envolvendo serviços de transporte aéreo prestados aos Correios.

A seguir são transcritos trechos do depoimento prestado à CPMI pelo Sr. Lincoln a respeito da planilha.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):  
Estavam discutindo uma planilha de custos, lembra?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Essa planilha, vou ser sincero para o senhor, eu tive informações dessa planilha.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que é que é, hein?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Eram custos referentes a aeronaves, linhas A, linhas F, C e por aí vai.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Mostrava o quanto se gastava por cada linha, em combustível, em comissários e também o que era repassado para os... O pessoal da VARIG, no caso.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Por que repassava para o pessoal da VARIG, isso que eu não consigo entender. De fato nós temos uma palavra planilha dessas nas mãos e que tem duas coisas curiosas, quer dizer, consta, não é? Que teria uma fita que teria filmado esse encontro entre o Sr. Ioannis, o Sr. Augusto, o Sr. Léo Botelho, então uma pessoa teria entrado na sala, então é esse Sr. Willer(F), é isso? E eles conversariam sobre esta planilha. E esta planilha nós temos uma planilha aqui, imagino que possa ser a mesma ou similar, ela tem dois itens que nos chamaram a atenção, uma falava acerto ECT e outra acerto VG, que nos leva a crer que é acerto VARIG. O acerto ECT seria então pagamento a propina aos Diretores dos Correio, seria isso?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Não posso afirmar isso para CPMI

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI
CORREIOS
Fls: 3978
212
Doc:

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Não tem certeza. E esse acerto VARIG, por que se pagava a VARIG? Porque ontem o Sr. Rocha Lima esteve aqui e disse que não tinha razão nenhuma para pagar a VARIG. O senhor tem idéia do que seja isso?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Não tenho, sinceramente não.

258

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas chegavam a falar que tinham que pagar a VARIG?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Falavam que tinham que pagar a VARIG, um acerto com a VARIG.

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Pelo que eu li nessa planilha estava acerto VARIG, ECT.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Chegou a ver?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Cheguei.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Se pudesse pegar a planilha para ele verificar se é a mesma planilha...

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): A planilha é essa, ou parecida com essa.

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Essa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Aqui consta, acerto ECT. Cento e vinte e três mil e quarenta e sete. 2.5 sobre o faturamento líquido do Correio. Ou seja, dá a impressão que alguma coisa era paga pelo Correio da ordem de 2.5. Todo mês se pagava 2.5. Então, por exemplo, nesse mês de abril teria sido pago cento e vinte e três mil reais, para esse acerto para os Correios, nós presumimos que deva ser propina para alguém. E acerto VG, que nós imaginamos VARIG, Comissão 1.5%. Então é essa planilha que o senhor viu?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Sim senhor.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Em que condições o senhor viu essa planilha? Quando o senhor viu?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Essa planilha foi mostrada para mim por um dos funcionários dentro da empresa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ah é? Por quê?  
O senhor lembra?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Esse funcionário, não sei se ele trabalha ainda, tá?

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Como é o nome dele, lembra?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Wellington Cavalcante Santiago(F).

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):  
Wellington?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Cavalcante Santiago.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): O que ele fazia?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Ele era uma pessoa de bom relacionamento com o Sr. Antônio Augusto.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Mas o que ele fazia na empresa?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Ele trabalhou na parte financeira, na área financeira. Ele fazia as planilhas, não é? Dos custos mensais e tudo mais. E o Sr. Antônio Augusto ficou muito amigo desse rapaz.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quer dizer, aquele que entrou na sala o que senhor falou era um outro nome, nele.

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Willer(F).

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):

Willer(F), são duas pessoas diferentes, Willer(F) o que, o senhor lembra? SR.

LINCOLN PEREIRA FRADE: Não.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): E o Sr. Wellington trabalhava na parte financeira.

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Exato.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era subordinado

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>3979</u>
Doc: _____

ao Sr. Michel Abud Atié.

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Não. Diretamente ao Sr. Antônio Augusto.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Esse Wellington, então, ele mexia com essa planilha.

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: É. Esse Wellington ele entrou mais na história por causa da separação do grupo e essa separação trouxe muitos problemas para o Sr. Antônio. E o Sr. Antônio Augusto... Ficou uma parte ao lado do Antônio Augusto e outra parte ao lado do Sr. Ioannis Amerssonis. E o Wellington ele era um dos únicos na parte financeira que estava a favor do Sr. Antônio. Então era a equipe, a parte A e a parte B, vamos dizer assim, que era comentado na época lá. O Sr. Wellington fazia parte do Sr. Antônio Augusto.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Era do Sr. Antônio Augusto. Ele mostrou essa planilha.

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Esse Wellington ele me ajudou em algumas, vamos dizer assim, investigações que o Sr. Antônio mandava eu fazer dentro da empresa.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Vou apenas pedir a assessoria também que providencie para submeter ao plenário da Comissão amanhã a convocação do Sr. Michel Abud Atié, Sr. Gilberto Setúbal, Sr. Wellington Cavalcante Santiago(F). Como eu sei o que Relator, nesse momento, está apreciando os requerimentos, nós podemos informar de imediato. Michel Abud Atié, Sr. Gilberto Setúbal, Sr. Wellington Cavalcante Santiago(F). Mas nós estávamos falando aqui, esse Wellington lhe mostrou por quê, hein?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Ele, como ele tinha acesso, a várias informações, ele um dia resolveu mostrar esses documentos para mim. Eu falei: “Mas por que esses documentos estão com você?”; “Não, que eu vi lá com o Sr. Antônio Augusto eu peguei”.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Certo.

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Eu peguei. E eu descobri depois que esse rapaz ele tinha vários problemas. Eu passei um dossiê para o Sr. Antônio Augusto sobre ele.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Que problemas que ele tinha?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Ele teve problema numa empresa chamada... CCE.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): CCE. O que é que ele fez?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Ele deu uma... Isso foi passado para mim, não sei se é fato, uma fraude dentro e ele foi mandado embora, tá? E realmente eu descobri muita coisa, ele é uma pessoa, era uma pessoa que mentia e conseguia enganar as pessoas. Era incrível! Ele dizia que era piloto de avião, mostrava as fotos, dentro do avião, e aí eu comecei a verificar a vida dessa pessoa,

não é? E realmente era tudo falso, a vida dele era toda falsa. Aí fui até a família dele.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):  
Era muito próximo ao Sr. Augusto...?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Muito, muito próximo. Como eu, mas ele foi de uma maneira bem diferente. O Sr. Antônio pegou muita confiança desse rapaz.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):  
Ele mexia muito com o dinheiro, com esses cálculos...?

SR. LINCOLN PEREIRA FRADE: Sim, sim, com tudo.

Para melhor compreensão dos fatos e das considerações a serem feitas a respeito do assunto, apresentamos, a seguir, essa planilha de acertos realizados entre as empresas Beta e Skymaster, relativamente ao mês de abril de 2002.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fts: <b>3980</b>
Doc:

APRIL/2002	Sky linha "F"	BETA linha "AVC"	Saldo BETA
Receita Bruta	355.130,04	623.592,32	268.462,28
Receita Skymaster	355.130,04	-623.592,32	
Reduções da Receita Bruta	-	-	
Multa Skymaster	-	-	
Impostos Indiretos	55.577,85	97.592,20	
ICMS - todo dia 3º util	42.615,60	74.831,08	(32.215,47)
PIS - 15	2.308,35	4.053,35	
COFINS - 15	10.653,90	18.707,77	
<b>RECEITA LÍQUIDA Sem Multas</b>	<b>299.552,19</b>	<b>526.000,12</b>	<b>226.447,93</b>
<b>Despesas Variáveis Operacionais</b>	<b>31.933,12</b>	<b>28.297,40</b>	<b>(3.635,72)</b>
Combustível	-	-	
SATA - (15 dias fora Quinzena)	11.000,00	22.000,00	
SATA - Extras	20.092,40	3.376,52	
INFRAERO - Tarifas Aeroport.	-	-	
INFRAERO - Ajuste Meses ant.	-	-	
INFRAERO - Estrutura POA	-	-	
Comissaria(15 dias fora Quinz)	-	-	
Hospedagem Trip. (HOTEL)	-	-	
POA ( 21 dias fora semana)	-	-	
REC ( 15 dias fora Quinzena)	-	-	
Despesas Fixas Operacionais	-	-	
Prestadores Serviço R\$ 91,00	221,25	2.191,05	
Funcionário Exclusivo Coord.	-	-	
Outros Custos	-	-	
CPMF sobre Operação 0,038%	330,19	475,61	
Custo Descasamento de Caixa	289,28	254,22	
<b>Resultado Bruto</b>	<b>267.619,07</b>	<b>497.702,72</b>	<b>230.083,55</b>
<b>OUTROS CUSTOS INCIDENTES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PAGAR / (RECEBER)</b>	<b>267.619,07</b>	<b>497.702,72</b>	<b>230.083,65</b>
<b>SALDO À FAVOR DA BETA</b>	<b>230.083,65</b>		
Acerto ECT	(123.047,02)	2,5% s/Faturamento Líquido Correç	
Acerto VG <i>VARIG</i>	(7.794,90)	Comissão de 1,5%	
<b>SALDO À FAVOR DA BETA</b>	<b>99.241,73</b>		
CPMF S/ ACERTO DE CONTAS	188,56		
<b>SALDO FINAL À FAVOR DA BETA</b>	<b>99.053,17</b>		

VALOR ACERTO ECT E RG DA BETA	
FATURAMENTO LINHA "F"	5.270.646,91
PARTE SKY	(355.130,04)
PARTE BETA LINHA "A/C"	623.592,32
MULTAS	(70.352,57)
FATURAMENTO TOTAL	5.468.756,62
90% Faturamento Total	4.921.880,96
VALOR ACERTO ECT 2,5% s/ 90% fat.	123.047,02
VALOR ACERTO RG Linha A/c x 1,25%	7.794,90

Considerando que as empresas Beta e Skymaster mantinham termo de subcontratação, com divisão da exploração das linhas em 50%, tanto para operação da linha "F", cujo titular do contrato celebrado com a ECT era a Beta, como para operação das linhas "A" e "C", cujo titular do contrato com a ECT era a Skymaster, e levando-se em conta que o faturamento das linhas "A" e "C" era superior ao da linha "F", no encontro de contas mensal entre as empresas sempre constava a Beta como credora da relação. Nessa planilha, por exemplo, consta saldo final a favor da Beta de R\$ 99.053,17.

A confiabilidade desta planilha reside no fato de que alguns de seus valores refletem com exatidão a realidade verificada. Por exemplo, verificamos que, deduzindo-se o valor das multas aplicadas no mês de abril/2002 (R\$ 70.352,57) do valor do faturamento bruto da linha "F" (R\$ 5.270.646,91), encontra-se, exatamente, o montante que foi creditado pela ECT na conta da empresa Beta (R\$ 5.200.294,34), conforme revelado pelo sigilo bancário da companhia aérea disponibilizado à CPMI.

Outras informações contidas na planilha que guardam consistência com a realidade referem-se aos valores declarados no encontro de contas entre as empresas, ou seja, o valor que a Beta deveria pagar à Skymaster (R\$ 355.130,04), por esta ter operado também a linha "F", e o valor que caberia à Beta receber da Skymaster (R\$ 623.592,32), por aquela também ter operado as linhas "A" e "C".

No mês a que essa planilha faz referência, abril/2002, a parceria entre essas duas empresas, através da celebração de subcontratações recíprocas para operação das linhas contratadas junto aos Correios (linhas "A" e "C", e "F"), vigorou até o dia 4. A partir daí, cada empresa veio a operar exclusivamente sua linha, de modo não mais ser necessário o encontro de contas. Assim, essa planilha, referente ao acerto de contas do último mês da parceria, levou em consideração, apenas, os quatro dias de operação.

Pela análise dos dados registrados no Sistema de Transporte Aéreo Nacional dos Correios – STAN, verifica-se, na tabela a seguir, a distribuição, por empresa, das operações dos trechos das linhas subcontratadas, realizadas nos quatro primeiros dias do mês de abril de 2002.

ROS - 8.04/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS  
Fts: 3981

Convém destacar que o número fracionado de operações significa que as empresas realizaram, apenas, alguns trechos da linha em determinado dia e não a linha por completo.

	Linha F	Linhas A e C
Empresa Contratada pelos Correios	Beta	Skymaster
Número de Linhas	1	2
Número de Operações por Linha (abril/2002)	22	22
Número Total de Operações no Mês (abril/2002)	22	44
Número de Operações Realizadas pela Skymaster/Beta*	1,5*	3,4**
Valor Líquido recebido pela Empresa Contratada (abril)	R\$ 5.200.294,34	R\$ 8.083.609,32
Valor Devido à Skymaster/Beta (estimativa da CPMI)	R\$ 354.565,52	R\$ 624.642,54
Valor Devido à Skymaster/Beta (constante da planilha)	R\$ 355.130,04	R\$ 623.592,32

\* -quantidade de operações realizadas pela Skymaster;

\*\* - quantidade de operações realizadas pela Beta.

Desse modo, fica evidenciada a consistência dos valores encontrados com os especificados na planilha, os quais, juntamente com a exatidão dos valores registrados a título de faturamento (R\$ 5.270.646,91) e de multas aplicadas (R\$ 70.352,57), corroboram no sentido de conferir veracidade a esse documento.

O valor discriminado como “Acerto ECT” é de R\$ 123.047,02, correspondente a 2,5% sobre 90% do faturamento total da Beta com a operação das linhas subcontratadas (linhas “A”, “C” e “F”), enquanto que o valor relativo ao “Acerto VG” é de R\$ 7.794,90 (no resumo da planilha consta “Acerto RG”, mas corresponde ao mesmo valor discriminado para o “Acerto VG” constante do corpo da planilha).

Chama a atenção o fato de que o cálculo do “Acerto ECT” não incide sobre o valor total faturado, mas sim sobre 90% desse valor.

Já o “Acerto VG” corresponde a 1,25% incidente apenas sobre a parte que a empresa Beta deveria receber da Skymaster pela operação das linhas “A” e “C”, na condição de subcontratada, não incidindo sobre o faturamento da linha “F”, cujo contrato era mantido pela Beta junto aos Correios.

Isso corrobora a tese de que a empresa VarigLog também estava em conluio com as empresas Beta e Skymaster no Pregão 045/2001, quando a Skymaster venceu e começou a operar a linha em parceria com a Beta.

A respeito desse pregão, convém relembrar que o edital dessa licitação continha cláusulas impeditivas à participação, dentre outras, da empresa VarigLog ou, de licitantes que viessem a arrendar aeronaves daquela empresa, já que ela se encontra no universo de empresas que exercem atividades concorrenciais às da ECT. A empresa VarigLog impetrou mandado de

segurança com pedido de liminar no dia 13/12/2001, buscando assegurar seu direito de participar do referido Pregão. No entanto, a VarigLog, estranhamente, ingressou com pedido de desistência da ação no dia seguinte.

Sobre esse pedido de concessão de liminar e, em seguida, de sua desistência, cabem os seguintes comentários.

- o pedido de liminar objetivava a suspensão das cláusulas 2.2, alínea “d” e 3.2.4, alínea “a.1” (conforme constou da inicial), sendo que a primeira não permitia a participação de empresas que exercessem atividades concorrentes às da ECT, enquanto que a segunda vedada a utilização de aeronave de empresa que exercesse atividade concorrencial à ECT ou que estivesse em situação de irregularidade fiscal, nos termos do edital. Com isso, vedou-se não só a participação da VarigLog, como de licitantes que quisessem arrendar aeronaves da VarigLog ou de empresas que se encontravam em situação de irregularidade fiscal, casos da Varig e Vasp à época;
- por outro lado, a alegação da assessoria jurídica da VarigLog para desistência da ação, conforme material entregue voluntariamente a esta CPMI pelo Sr. Paulo César Bastos Castelo Branco, Superintendente da VarigLog à época, baseia-se no dispositivo restritivo do edital, justamente aquele que estava sendo contestado na ação, qual seja o do impedimento de a licitante utilizar aeronaves arrendadas de empresas que se encontravam em situação de irregularidade fiscal.

O pedido constante da inicial foi efetuado nos seguintes termos.

#### VI – PEDIDO

266

42. Demonstrado o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, requer a impetrante, inicialmente, que Vossa Excelência conceda a liminar, para o fim de suspender provisoriamente as cláusulas 2.2, “d” e 3.2.4, “a.1”, do Edital, assegurando, em consequência, a participação da impetrante no pregão a ser realizado em 17.12.01.

43. Requer, igualmente, que as ilustres autoridades coatoras sejam notificadas, no endereço constante do preâmbulo, assim como seja ouvido o representante do Ministério Público, nos termos do art. 10, da Lei 1.533/51.

44. Ao final, confia a impetrante em que Vossa Excelência, ratificando liminar inicialmente deferida, irá conceder a segurança, para o fim de reconhecer o direito líquido e certo da impetrante de participar do Pregão 045/2001/AC sem as exigências contidas nas cláusulas 2.2., “d” e 3.2.4., “a1”, do Edital.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fts: <u>3982</u>
Doc: _____

44.Requer igualmente, nos termos do art. 6º, § único, da Lei 1.533/51, que as ilustres autoridades coatoras sejam intimadas para fornecer os documentos que comprovam que, até o final do dia 12.12.01, não haveriam proferido decisão sobre as impugnações administrativas, uma vez que se recusaram a fornecer certidão para instruir o presente mandado de segurança.

45.Dá-se à presente causa, para efeitos fiscais, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Brasília, 13 de dezembro de 2001.

P.pP.p

ANA FRAZÃOALBERTO PAVIE RIBEIRO

(OAB/DF 12.847)(OAB/DF 7.077)

Como se observa, a VarigLog estava, justamente, pedindo a suspensão das cláusulas 2.2, “d” e 3.2.4, “a.1”, do Edital, que dispunham o seguinte.

2.2. Não poderão participar do presente Pregão empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos.

(...)

d) Empresas que exerçam ramos de atividades concorrentes ao da ECT, como atividades de entrega de malotes e documentos, encomendas expressas e correlatas.

3.2.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica

a. ...

a.1. Não se admitirá nenhuma modalidade de contrato de leasing, locação, ou qualquer outro tipo de contrato que garanta a posse ou disponibilidade da(s) aeronave(s), por parte da(s) licitante(s), celebrado com empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses previstas no subitem 2.2 ou que não atendam as exigências estabelecidas no subitem 3.2.3. deste Edital.

O subitem 3.2.3 do edital a que essa cláusula faz remissão, por sua vez, trata da documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal que necessitava ser apresentada na licitação, dentre elas certidões negativas de débitos com o INSS, o FGTS e com as fazendas federal, estadual e municipal .

A seguir é transcrito trecho da exposição de motivos a respeito da desistência da ação por parte da VarigLog, enviada por e-mail pelos mesmos advogados signatários da petição

inicial do mandado segurança ao Senhor Paulo César Bastos Castelo Branco, no dia 14/12/2001.

“Ocorre que o Dr. René Portal, em ligação telefônica posterior, informou-nos sobre a circunstância de que a VARIGLOG, para participar desta licitação, teria que indicar aeronaves que, embora já tenham sido transferidas para o seu patrimônio próprio, continuam registradas em nome da VARIG, que, por sua vez, não possui CND.

Indagou-nos, portanto, o Dr. René Portal sobre os riscos que a empresa estaria correndo ao oferecer documentação de aeronaves nessa hipótese.

De nossa parte, temos a informar que o fato de os aviões a serem indicados pela VARIGLOG ainda estarem registrados em nome da VARIG constitui, sim irregularidade que implica o descumprimento da cláusula contratual que impossibilita a utilização de aeronaves de que sejam proprietárias empresas sem CND.

Se descoberto tal fato pela ECT, poderá a VARIGLOG sofrer sanções administrativas sérias, dentre as quais a suspensão para contratar com o poder público. Eventualmente, tal conduta pode até ser considerada como crime, se prova a má-fé da empresa.

Ademais, caso essa irregularidade fosse descoberta no curso da execução do contrato, a consequência seria a declaração de nulidade do mesmo, o que poderia dar margem até mesmo à devolução dos valores já recebidos pela VARIGLOG, uma vez que o art. 59, § único, da Lei 8.666/93, deixa claro que a nulidade do contrato imputada ao contratado será de responsabilidade deste.

268

São por essas razões que sugerimos a desistência do mandado de segurança, pois, ainda que consigamos afastar a cláusula editalícia que impossibilita a participação da VARIGLOG, esta não teria como atender aos requisitos do edital no que se refere à qualificação técnica.”

Atenciosamente,

Ana Frazão, Alberto Pavie Ribeiro e Pedro Gordilho

Advocacia Pedro Gordilho S/C



Causa espécie o fato de que o fundamento para desistência da ação tenha sido, justamente, cláusula editalícia de exigência indevida que estava sendo questionada no mandado de segurança impetrado um dia antes.

A alegação apresentada pelos advogados para a desistência da ação foi no sentido de que a Variglog, caso vencesse a licitação, não poderia cumprir o contrato sem descumprir cláusula editalícia, que proibia a utilização de aeronaves de empresas em situação de irregularidade fiscal, é insustentável na medida em que, se a VarigLog viesse a contratar com os

Correios, evidentemente a aplicação da cláusula teria sido afastada pelo judiciário. Logo, não haveria mais que se falar em inadimplemento contratual.

O Sr. Lincoln Pereira Frade afirmou em seu depoimento que tomou conhecimento de planilha com características idênticas a essa por meio do Sr. Wellington Cavalcanti Santiago. No entanto, o Sr. Wellington, também em depoimento, negou a ocorrência de tal fato. Inclusive negou já ter visto planilha com essas características, chegando a ponto de, imediatamente após ser-lhe apresentada, desqualificá-la como sendo uma planilha financeira, mas sim, contábil. Afirmou, ainda, ser uma planilha mal elaborada, sem conseguir explicar, porém, as razões de tal crítica.

O Sr. Wellington trabalhava no setor financeiro da empresa Beta, subordinado à época ao Sr. Willer Martins Giordano, Diretor Administrativo-Financeiro da empresa. Em decorrência das investigações desta CPMI, o Sr. Willer também foi chamado a prestar depoimento, oportunidade na qual afirmou tratar-se, de fato, de uma planilha financeira. Afirmou, ainda, que planilhas com essas características eram conferidas em seu setor e que era possível o Sr. Wellington ter tido acesso a elas, já que este trabalhava no mesmo setor, inclusive na mesma sala.

Dessa forma, considerando que o Sr. Wellington Cavalcanti Santiago prestou depoimento a esta CPMI no dia 09/3/2006 na condição de testemunha, tendo, inclusive, assinado termo de compromisso de falar a verdade naquilo que soubesse e lhe fosse perguntado, constata-se a existência de indícios de cometimento de crime de falso testemunho.

Além dessa planilha, chegou ao conhecimento desta CPMI fita gravada no escritório do Sr. Morato, onde está registrado diálogo a respeito do conteúdo de planilha análoga. A seguir são expostos trechos degravados pelo Laboratório de Perícias Prof. Dr. Ricardo Molina de Figueiredo:

Willer:da Skymaster o senhor viu o... papel?

Morato:vi, tá aqui ele aqui...tá aqui

Morato:me explica só uma coisa, cadê aqueles duzentos paus que eles mandaram?

WILLER:DUZENTOS... NÃO, AQUELES DUZENTOS ELES DESCONSIDERARAM

Morato:não tinha que ter mandado?

Willer:duzentos e sessenta paus, né?

Willer:ele já excluiu (...)... ele já excluiu

Morato:assim, ó... Correio a favor da Beta (...) valor de duzentos mil...

Willer:(planilha), né?

Morato:será emitida... você já emitiu?

Willer:tá emitida (...)

Morato:planilha (...)

Willer:isso (é crédito)... quatrocentos (...)

Morato:e se o cara se negou a pagar é porque ele vai pagar...

Willer:pagamentos...

Morato: deu dois... deu esse valor?

Willer: isso... dá um, três, três, quatro, no total

Morato: somando aqui...

Willer: aqui é Correio, quatrocentos e vinte e seis, menos (...), não é isso?

Morato: certo... melhor falar isso pra ele, a planilha e a (conta/cota)

Willer: e aí deduziu esse...

Morato: tá...

Willer: agora, ele fez a conta sem... sem incluir esse e deduziu esse e acabou dando um problema interminável... não dá pra entender... que que ele fez?... ele pegou esses dois, um, três, nove e tirou tudo isso mas como que ele vai tirar quatrocentos e vinte e seis se ele devolveu (...)

Morato: não, mas ele não pagou isso

Willer: então

Morato: exatamente...

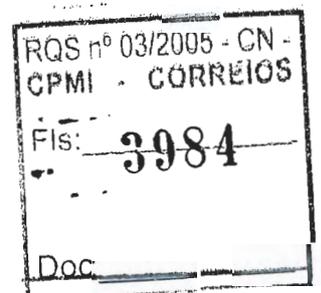
Morato: bom, o... o... saldo a favor da Beta

Willer: nós tínhamos esse preliminar

Morato: isso é só de fevereiro?

Willer: só de fevereiro

Willer: ele mandou hoje, dá setecentos e trinta e poucos, eu tô conferindo



Morato: depois confere pra mim isso daí

Willer: duzentos mil de diferença

Morato: e tem os dois... e tem aquele...

Willer: duzentos e sessenta

Morato: ... que eles mandaram essa semana, né?

Willer: é, eu vou dar uma olhada

Morato: tá bom, faz favor

Amerssonis: o que eles estão mandando tá dando setecentos e poucos?

Willer: é, do Correio Willer: setecentos e trinta e quatro mil

Amerssonis: e pela nossa conta...?

Willer: nossa prévia era nove cinco três

Willer: cento e vinte paus é acerto do Correio, né? e tem mais trinta mil...  
vinte e oito mil que é Varig ...

Morato: Varig...

Willer: então pode ser essa a diferença, viu, António?

Morato: vamos checar se é essa a diferença

Willer: tá

Amerssonis: tá descontando tudo?

Willer: não, cinqüenta por cento... cento e vinte mil é sonegado

Amerssonis: ah, os cento e vinte mil?

Wiler: é, é...

Morato: é duzentos e quarenta, exatamente...

Willer: e da Varig...

Morato: da Varig, já pagamos um mês só da Varig, anota isso aí

Willer: tá...

Morato: desculpa, isso começou dia vinte e quatro de dezembro

Morato: foi no dia que nós pagamos cinco (...)... foi dia vinte e cinco, vinte e seis de dezembro, encerrou o mês de dezembro

Morato: em janeiro nós já pagamos... (no cheio)

Willer: agora, janeiro não descontou nada?

Morato: vamos por a vinte e cinco por cento (...)

Willer: que é a taxa que se cobra

Morato: (...) vinte e cinco por cento

Morato:falei  
(...)

Amerssonis:e  
...?

Morato:(...)

Amerssonis:positivou?

Morato:(...)

Amerssonis: tá falando notícias boas sobre a Varig

Morato:hum...



Como se pode observar, o Sr. Morato, fazendo alusão à discussão sobre a

planilha, afirma que aquilo teria começado no dia 24 de dezembro e é, justamente, a data em que tiveram início as operações das linhas “A” e “C”, objeto do contrato celebrado entre a Skymaster e a ECT, oriundo do Pregão 045/2001, realizado em 17 de dezembro/2001.

Muito provavelmente o diálogo contido na fita refere-se ao mês de fevereiro de 2002, sendo que a planilha de posse desta CPMI diz respeito a acerto de contas relativas ao mês de abril/2002. Dessa forma, fica demonstrado tratar-se de prática das empresas Beta e Skymaster a elaboração mensal de planilhas dessa natureza, até porque, devido aos contratos de subcontratação recíproca mantidos por elas, havia necessidade de se realizar um encontro de mensal contas para apuração do saldo que uma teria a receber da outra .

O Sr. Willer, no dia de seu depoimento prestado a esta CPMI, requereu ao Sub-relator de Contratos, Deputado José Eduardo Cardozo, por meio de seu advogado, que lhe fosse permitido assistir reservadamente a fita relativa ao diálogo anteriormente transcrito. Considerando o longo decurso de tempo entre o período relativo à gravação, realizada em 2002, e o dia do depoimento, o pleito foi deferido pelo Sub-relator de Contratos.

Após assistir à gravação, foi realizada a oitiva do Sr. Willer, na qual confirmou ser ele uma das pessoas presentes à reunião constante da referida gravação. Apresentada a planilha de posse desta CPMI, relativa ao mês de abril, o Sr. Willer confirmou ser ela verídica e que havia, de fato, compensação mensal entre as empresas Beta e Skymaster, já que dividiam a operação de linhas contratadas junto aos Correios. No entanto, não soube informar o que significava as expressões “acerto ECT” e “acerto VG”.

Dessa forma, vem o depoimento do Sr. Willer conferir veracidade à referida planilha.

À época dos fatos, a VarigLog era presidida pelo Sr. José Carlos Rocha Lima e tinha como superintendente o Sr. Paulo Cezar Bastos Castelo Branco. Ambos ocuparam cargos de direção nos Correios no início da década de noventa, respectivamente os cargos de Presidente e Vice-Presidente.

Analisando os dados do sigilo bancário da Skymaster, foi possível identificar pagamentos realizados aos Srs. Rocha Lima e Castelo Branco. O primeiro recebeu um único pagamento de R\$ 50.000,00, em novembro de 2002, e o segundo recebeu cinco pagamentos, em agosto e outubro de 2003, totalizando R\$ 220.110,28.

De posse de parte da contabilidade disponibilizada pela Skymaster a esta Comissão, foi possível identificar que o pagamento ao Sr. Rocha Lima foi contabilizado como tendo sido realizado à empresa Skycargas. Por sua vez, um dos pagamentos ao Sr. Castelo Branco (R\$ 59.079,28, de 25/08/2003), foi contabilizado como tendo sido feito à empresa Forcefield. Os demais pagamentos não estão abrangidos pela fração dos registros contábeis em poder desta CPMI.

Como afirmado neste relatório, a contabilização fraudulenta de pagamentos é

prática reiterada da Skymaster, denotando a nítida intenção de ocultar o real beneficiário.

Em depoimento a esta CPMI, o Sr. José Carlos da Rocha Lima afirmou que o pagamento era a contraprestação por consultoria prestada à Skymaster, não tendo sido celebrado contrato formal e não sendo possível demonstrar o resultado material do trabalho. Essa afirmação conflita com o depoimento do Sr. Pozzetti quanto à formalização do contrato, o qual teria sido celebrado. Contudo, o documento não foi apresentado a esta Comissão.

O Sr. Castelo Branco também alegou ter prestado consultoria à Skymaster. Diversamente do Sr. Rocha Lima, apresentou cópia do contrato formalizado, das notas fiscais emitidas em favor da Skymaster e do relatório encomendado pela empresa, como produto da consultoria.

### 6.2.5 Concorrência nº 006/2004

Examina-se, a seguir, a Concorrência nº 006/2004/CEL/AC, que tratou da contratação dos serviços de transporte aéreo de cargas para a nova malha aérea<sup>24</sup> formulada pela ECT.

#### 6.2.5.1 Nova Malha da Rede Postal Noturna

Em 10/5/2004, o Presidente da ECT instituiu grupo especial de estudos para revisar a malha aérea e os instrumentos licitatórios/contratuais então em vigor. O grupo de estudos constatou.

- saturação da malha, acarretando o pagamento da carga excedente nos trechos em que se compartilhava o espaço com o fornecedor, ou o corte de carga, quando não havia espaço na aeronave;
- falta de padrão dos contratos em vigor;
- contratos que possibilitavam ao fornecedor transportar cargas concorrenciais da ECT em trechos altamente competitivos, sucesso de empresas concorrentes no segmento de encomenda;
- mudança do padrão de qualidade do LC para as Regiões Norte e Nordeste que impunha o ajuste de parte da malha, com a eliminação de algumas linhas.

O Diretor de Operações propôs ao Comitê de Avaliação das Contratações Estratégicas – CACE que fossem licitadas 21 novas linhas, ao custo de R\$ 346.851.703,44 anual. Na época, existiam 26 linhas, operadas por 9 empresas. Para as linhas que previam o uso de aeronaves de pequeno porte, o valor estimado para a contratação foi definido com base no preço pago à época. Já para as linhas que seriam operadas com aeronaves de maior porte, adotou-se como parâmetro o preço por hora de voo constante do Relatório de Consultoria Roland Berger<sup>25</sup>. Informou-se, ainda, que o comparativo de custos entre o proposto (estimado) a ser contratado e o então executado indicava acréscimo anual de despesas na ordem de R\$ 3.024.000,00 ou 0,9%.

RQS nº 03/2005 - GN =
CPMI de CORREIOS
Fls: <u>3986</u>
Doc: 228

24. A malha aérea da ECT consiste nas rotas para o transporte de cargas entre as capitais brasileiras, dentro dos prazos fixados pela empresa.

25. Empresa de consultoria francesa contratada pela ECT para apurar custos de transporte aéreo nacional, analisar o mercado nacional e propor alternativas para melhorar as operações da empresa nacional.

Segundo o relatório do grupo de estudos, os princípios que nortearam o novo desenho da malha a ser instalada foram o da economia e o da eficiência, buscados a partir de: seleção de aeronaves disponíveis no mercado nacional; redução do manuseio de unitizadores primários (malas e caixetas); exigência de aeronaves com paletes equivalentes (IATA P1); maximização da carga trânsito com transbordo direto na pista; minimização da carga trânsito no Terminal de Carga de Guarulhos, passando de 71 para 42 toneladas por dia; coeficiente de segurança 15%; manutenção dos horários atualmente praticados; paletização nos eixos Campo Grande – Londrina – Guarulhos e Goiânia – Uberlândia - Guarulhos; aumento da disponibilidade nos trechos São Paulo/Nordeste/São Paulo/ e São Paulo/Manaus/São Paulo; diminuição de uma ligação São Paulo/Nordeste; supressão da ligação Brasília/Belo Horizonte/Brasília; aumento da capacidade contratada passando de 743.300 para 1.594.700 quilogramas por dia; diminuição do número de trechos passando de 83 para 68; não elevação dos custos atuais.

Em virtude da nova malha, inúmeras impugnações foram interpostas contra o edital, com o argumento de que as quantidades de paletes fixados para cada linha necessariamente conduziria a um resultado já esperado, porquanto a contratação só se mostraria competitiva para aquelas aeronaves que atendessem exatamente ao número de paletes exigidos, já que estava vedada a utilização dos espaços excedentes pela contratada.

Abaixo, transcrevem-se trechos ação judicial promovida pela VarigLog:

“Sustenta, em síntese, em petição judicial, que estaria havendo limitação à livre concorrência, com indícios de beneficiamento de determinadas concorrentes, em decorrência da: “...aparente repartição das linhas oferecidas na licitação entre empresas de pequeno porte que atuam no serviço de transporte aéreo de carga, proprietárias de aeronaves que se enquadram perfeitamente nas configurações de transporte exigidas, as quais certamente serão vencedoras e passarão a atuar nas linhas que incluem os principais e mais rentáveis.”

Argumenta que: “Caso fosse permitida, de forma efetiva, a utilização dos espaços excedentes para o transporte de produtos não concorrentes dos Correios, o que sempre foi permitido em licitações anteriores da ECT, a Impetrante certamente poderia oferecer preços extremamente competitivos, o que só traria benefícios para o interesse público.[ poderia participar oferecendo aeronave maior]

27. Ao contrário, da forma como foi engendrada a licitação, o QUE SE OBSERVA É O BENEFÍCIO INDIRETO DE DETERMINADAS EMPRESAS DO RAMO, QUE POSSUEM AERONAVES QUE SE ENQUADRAM EXATAMENTE NOS PARÂMETROS EXIGIDOS, principalmente no que diz respeito à capacidade de carga e paletes, mas que não poderão oferecer preços tão competitivos, trazendo assim gastos excessivos (e desnecessários) ao erário público.

.....

29.O Anexo 1 do Edital apresenta as fichas técnicas das linhas a serem operadas, identificando em cada um dos trechos, a capacidade de carga (“payload”), o número de paletes e o tempo de solo necessários para cada operação. Quando fala da primeira linha a de nº 90601, cuja capacidade exigida é de 43.000kg.

.....

33.Analisando-se atentamente os documentos anexos (docs. 6 e 8), constata-se que as únicas empresas do ramo capazes de operar tal linha em condições competitivas são a BETA CARGO e SKYMASTER AIR LINES LTDA., que operam 04 aeronaves de modelo DC-8 (famílias 60 e 70), com idênticas características às exigidas no Edital, conforme se observa do manual de funcionamento da aeronave (doc. 12).

34. Da mesma forma ocorre nas linhas 60901 ( trecho....) e 50011 (trecho....), que somente poderão ser operadas, em condições competitivas, com aeronaves de modelo DC-8, que possuem capacidade de carga de 43.000kg com a utilização de 18 paletes, por ciclo.

35.Resta claro, que nessas 3 linhas, apenas 2 empresas terão condições de oferecer preços competitivos, haja vista serem as únicas que possuem as aeronaves DC-8, que são praticamente “exigidas” pelo edital.

.....

37.A linha 69011 só poderá ser realizada, em condições competitivas, por aeronaves que possuam 35.000kg de capacidade de carga, operando com 13 paletes, o que só se verifica nos 05 modelos 707 utilizados pelas empresas BETA CARGO e SKYMASTER AIR LINES LTDA (docs.6, 8 e 13), ou seja, pelas mesmas empresas acima beneficiadas. Já na linha 66201, 65401, 78011, 74011, 79011, onde a capacidade de carga exigida é de 15.000kg., com a utilização de 7 paletes, característica única dos modelos 737-200 e 737-300 (doc.14), utilizados pelas empresas ATA BRASIL (uma vez que possui 2 aeronaves com essas características – doc. 5 -, existindo ainda outras 2 já encomendadas) e a TAF LINHAS AÉREAS, únicas empresas que disputarão, em condições competitivas, o certame.

.....

1. 39. O tempo médio exigido para permanência no solo, entre as chegadas e partidas em um destino, será de aproximadamente 1 hora, o que só é possível na operação de aeronaves de pequeno porte, configurando assim mais uma restrição à participação da Impetrante, assim como de inúmeras outras.

2. 40. Nota-se, dessa forma, QUE DENTRE AS EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO NACIONAIS (docs. 04 a 11), SOMENTE UMA, OU NO MÁXIMO DUAS EMPRESAS, PODERÃO CONCORRER EM IGUAIS CONDIÇÕES POR LINHA LICITADA; O QUE CONFIGURA EVIDENTE RESTRIÇÃO AO DIREITO DE LIVRE CONCORRÊNCIA.

.....

PQS nº 03/2005 - CN -	
CEMI - CORREIOS	
Fis:	3987
230	
Doc:	

42. Quisesse a ECT realizar essa otimização, sem prejuízo à competição e, por consequência, ao erário público, deveria permitir a adequação da frota das licitantes posteriormente à contratação e anteriormente ao início da operação dos serviços, conduta essa utilizada por inúmeras licitações de diversos entes da Administração Pública, dentre eles a Petrobrás.”

O exame de documentos técnicos apresentados pelas empresas participantes da concorrência revela que, de fato, o número de paletes fixados refere-se a aeronaves específicas. Técnicos da ECT informaram que o mercado é restrito: no Brasil, praticamente, há apenas aeronaves com 24, 18, 13, 7 paletes. A ECT teria de levar em consideração o mercado para definir sua malha, mas o fez tendo com base em suas próprias necessidades.

Os técnicos apresentaram os cálculos efetuados na definição da nova malha, que consideraram a capacidade transportada pela ECT em cada aeroporto e outros fatores já descritos anteriormente. Esclareceram que é necessário incluir linhas maiores para diluir custos, já que o tempo despendido pela aeronave no ar compensa os gastos de querosene na decolagem e aterrissagem. Informaram, ainda, que o edital, ao definir o número de paletes, não impedia que o licitante concorresse com duas aeronaves menores.

Em primeiro lugar, a utilização de duas aeronaves menores para um mesmo trecho, em vez de uma maior, provavelmente aumentaria a despesa final, uma vez descartada a possibilidade de aproveitamento de espaços disponíveis pela própria contratada. Isso justifica o argumento apresentado pela Varilog de que, para apresentar preços competitivos, seria necessário que a aeronave ofertada atendesse exatamente ao exigido.

Em segundo lugar, as “Fichas Técnicas” que acompanham o Edital faziam referência a condições mínimas para atender ao item licitado, não indicando a menor possibilidade de se participar com duas aeronaves menores. A simples leitura dos termos do edital leva à outra conclusão, conforme transcrição da parte relativas às “Informações Técnicas”:

**INFORMAÇÕES TÉCNICAS  
ITEM CARACTERÍSTICAS CONDIÇÕES**

1, 2, 3	Modelo da Aeronave	“Payload” de, no mínimo, 43 toneladas calculado de acordo com dados técnicos da aeronave, inclusive o Peso Básico Operacional constante da respectiva Ficha de Peso e Balanceamento.
4, 5, 9	Modelo da Aeronave	“Payload” de, no mínimo, 24 toneladas calculado de acordo com dados técnicos da aeronave, inclusive o Peso Básico Operacional constante da respectiva Ficha de Peso e Balanceamento.
6 :	Modelo da Aeronave	“Payload” de, no mínimo, 35 toneladas calculado de acordo com dados técnicos da aeronave, inclusive o Peso Básico Operacional constante da respectiva Ficha de Peso e Balanceamento.
7, 8, 10 11	Modelo da Aeronave	“Payload” de, no mínimo, 15 toneladas calculado de acordo com dados técnicos da aeronave, inclusive o Peso Básico Operacional constante da respectiva Ficha de Peso e Balanceamento.

Persistiu a indagação: por que essa malha foi desenhada dessa forma e não de outra, que possibilitasse uma maior concorrência entre as empresas do mercado? Técnicos da ECT informaram alguns pressupostos que precisariam ser atendidos, como: na medida do possível, instituir linhas maiores para aproveitar o tempo de vôo das aeronaves e diminuir custos; necessariamente ligar os quatro pontos principais ou “hubs”, que são Brasília, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro; sair o mais cedo possível do Nordeste e o mais tarde possível de São Paulo (eixo Sul/Sudeste), onde a carga é mais volumosa.

A necessidade exposta pela ECT, em termos de paletes e capacidade de transporte das aeronaves, mesmo que decorrente das necessidades da empresa pública, não afasta a afirmativa acerca da adequação de determinada aeronave para cada operação, uma vez que os próprios documentos afirmam que um dos pressupostos obedecidos para a reformulação da malha foi exatamente a “seleção de aeronaves disponíveis no mercado nacional”.

Essa realidade é confirmada também pela comparação do que foi afirmado pela Varilog/TRIP, em suas impugnações, sobre os possíveis vencedores e o que realmente se deu com o resultado do certame abaixo sintetizado:

LINHA LICITADA/AERONAVE	EMPRESA COMPETITIVA PARA OPERAR A LINHA INFORMADA PELA VARILOG	EMPRESAS VENCEDORAS
90601/DC -8	BETA CARGO E SKYMASTER	Skymaster Airlines Ltda
60901/DC-8	BETA CARGO E SKYMASTER	Skymaster Airlines Ltda
50011	BETA CARGO E SKYMASTER	BETA – Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda
88301	-	TOTAL Linhas Aéreas S.A
33881	-	TOTAL Linhas Aéreas S.A
69011	BETA CARGO E SKYMASTER	Beta – Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda
66201	ATA BRASIL E TAF LINHAS AÉREAS	TAF Linhas Aéreas S.A

65401	ATA BRASIL E TAF LINHAS AÉREAS	TAF Linhas Aéreas S.A
78011	ATA BRASIL E TAF LINHAS AÉREAS	TOTAL Linhas Aéreas S.A
74011	ATA BRASIL E TAF LINHAS AÉREAS	ATA BRASIL
79011	ATA BRASIL E TAF LINHAS AÉREAS	ATA BRASIL

Nesse ponto, uma malha desenhada pela ECT atendendo a itens técnicos e limitada às condições do mercado. Essa malha, como foi desenhada, beneficia a determinadas aeronaves e, como consequência, coloca as empresas que porventura possuam essas aeronaves em posição privilegiada na disputa licitatória. O fato por si só não caracterizaria irregularidade, desde que existisse um estudo que indicasse de forma palpável a vantagem da utilização deste

03/2005 - CN  
CORREIC  
3988

modelo de malha em detrimento de outro. Entretanto, não foram apresentadas simulações de outros desenhos, com a exigência de outras aeronaves, ou um estudo comparativo entre essas diversas opções. Inclusive, para indicar que, de fato, esse novo desenho era o mais propício dentre as opções estudadas.

Essa vantagem relativa (tipo de aeronave mais adequada) também poderia ter sido neutralizada caso fossem possibilitadas iguais chances de concorrer às empresas que não tivessem essas aeronaves, mas se dispusessem a obtê-las caso vencida a licitação. Contudo, ao lado desse direcionamento denunciado e apontado pelas empresas do setor, há algumas exigências editalícias que macularam a estratégia idealizada pela ECT.

## **6.2.5.2 Cláusulas Editalícias Restritivas**

### **6.2.5.2.1 Exigência de regularidade fiscal e de saúde financeira de empresa que não é licitante**

Entre as exigências contidas no edital, a primeira a ser abordada diz respeito à exigência relativa à alínea “a.2” do item 1.4 do Anexo 4, que versa.

#### **1.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

.....  
.....

a.2) não se admitirá nenhuma modalidade de contrato de arrendamento, locação ou qualquer outro tipo de contrato que garanta a posse ou disponibilidade da(s) aeronave(s), por parte da(s) licitante(s), celebrado com empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses previstas no subitem 2.2 do Edital ou que não atendam às exigências consignadas no subitem 1.3 deste Anexo.”

O subitem 1.3 do Anexo 4 diz respeito à regularidade fiscal e o subitem 2.2 do Edital explicita.

“2.2. Não poderão participar da presente licitação empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos.

â) suspensas de licitar ou impedidas de contratar com a ECT, enquanto durar a suspensão ou o impedimento;

b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

c) que se encontrem sob falência decretada, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação.”.

A empresa VarigLog foi inabilitada pelos seguintes motivos.

a) os certificados de Aeronavegabilidade e de matrícula apresentados pela licitante tinham como proprietária a Varig S.A - Viação Riograndense, sendo que não foram apresentados os documentos que comprovassem o atendimento do subitem 1.3 do anexo 4 dessa última empresa. Assim, a licitante contrariou a alínea a.2 do subitem

1.4. do anexo 4. (aeronaves PP-VLS e PP-VLD);

b) para as aeronaves PP-VQU e PP-VQV o prazo dado para prorrogar a locação era 26/9/2004 e a Varig respondeu em 1/10/2004, intempestivamente. Não foi apresentado pela licitante o contrato ou documento anterior que gerou a proposta de prorrogação, documento considerado imprescindível, pelo fato de que na documentação das aeronaves (Certificado de matrícula e Certificado de Aeronavegabilidade) consta como operadora a Varig S. A. Desta

forma, figurou como não atendida a alínea a do subitem 1.4 do

Anexo 4; e c) Apresentou a Certidão de Regularidade com a Fazenda

Federal com

o CNPJ 04.066.143/0002-38, sendo que o CNPJ da licitante é o número 04.066.143/0001-57.

Quanto aos motivos indicados, os itens a e b relacionam-se com a exigência contida no item 1.4 do Anexo 4, e quanto ao último item a VarigLog comprovou que a CNCD da filial só poderia ser expedida caso a matriz estivesse em dia com os tributos.

Relativamente à exigência contida na alínea “a” acima descrita, a empresa VarigLog argumentou o que segue:

Exige-se, dessa forma, pelo referido subitem, que as licitantes apresentem documentos relativos à regularidade fiscal de empresas com as quais tenham celebrado contrato de arrendamento, locação ou qualquer outro tipo de instrumento que garanta a posse ou disponibilidade de aeronaves. O Edital dispõe que o serviço contratado será prestado única e exclusivamente pelo Licitante contratado, sem a possibilidade de subcontratação. Portanto, todo o relacionamento entre as partes será entre o licitante e a administração. Quem apresentará documentação para habilitação será o licitante. Não faria sentido exigir a apresentação de documentação de regularidade fiscal das empresas com quem as empresas executam seus negócios, ou seja, das empresas com quem foram celebrados os contratos de arrendamento. O edital não pode exigir que pessoa distinta do licitante se submeta ao disposto na Lei de Licitações.

Quanto ao assunto, o Departamento Jurídico da ECT se pronunciou argumentando

RECIBO Nº 02/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 3989
Doc:

que era necessária a exigência, pois do contrário estaria a empresa pública exposta à ação de apreensão da aeronave, o que a deixaria em situação delicada. Assim, a exigência era cabível.

Examinando a questão, observou-se que, em primeiro lugar, se o objetivo foi se precaver da possível falência das arrendadoras, a exigência deveria ter sido imputada às demais participantes cujas arrendadoras se situam no exterior, sob pena de se caracterizar tratamento não isonômico. Afinal, todas estão, em tese, sujeitas à falência. Entretanto, tal fato não se concretizou. Na documentação relativa ao arrendamento de aeronave de empresas estrangeiras, não existe esse documento e ele nem foi solicitado pela Comissão de Licitação.

Em segundo lugar, a Lei nº 8.666/93 é clara quanto às exigências a serem efetuadas das licitantes. Caso contrário, seria o mesmo que dizer que todos os fornecedores dos licitantes contratados (como os fornecedores das construtoras, por exemplo) teriam de preencher os mesmos requisitos desses, o que não é crível.

Uma coisa é ser subcontratado, situação essa que exige que se possua os mesmos requisitos da contratada; outra, completamente diferente, é arrendar um bem para uma licitante.

Por mais nobres que sejam os motivos, os documentos concernentes à comprovação de regularidade fiscal e econômica limitam-se àqueles definidos em lei para os licitantes. Tratando-se de artigo legal que cuida de restringir direitos, esse não deve ser interpretado de forma extensiva. No caso, a ECT estendeu, de forma abrangente e sem amparo legal, cláusula limitadora de direito. Destarte, ficou configurada restrição ao caráter competitivo da licitação de forma concreta, pois, no caso examinado, o item em discussão foi diretamente responsável pelo afastamento de licitante da disputa. Em futuras licitações, deve a empresa pública excluir referido item de seus editais.

#### **6.2.5.2.2 Exigência de Certificado de Matrícula, de Certificado de Aeronavegabilidade e de Especificações Operativas**

Outros aspectos importantes relativos às exigências de qualificação técnica também consubstanciaram-se como restritivos. Para melhor compreensão da matéria, transcreve-se o teor dessas exigências a seguir (Anexo 4 do Edital de Concorrência nº 006/2004/CEL/AC, item 1.4):

##### **1.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a) Certificado de Propriedade, Contrato de Arrendamento Mercantil, Contrato de Arrendamento Operacional ou outro tipo de contrato de aquisição ou locação que garanta a posse ou a disponibilidade da (s) aeronave(s), no prazo definido para início das operações (item 11.9. do Edital), com capacidade e especificações que atendam às exigências consignadas nas Fichas Técnicas das linhas constantes do Anexo 1 deste Edital, bem como durante toda a vigência contratual.

a.1) Para cada aeronave indicada ao atendimento do presente Edital,

deverão ser apresentados o Certificado de Matrícula e o Certificado de Aeronavegabilidade, emitidos pela Departamento de Aviação Civil – DAC, onde possam ser constatados o(s) proprietário(s) e o(s) operador(es) atuais da(s) aeronave(s).

a

.2)

.....

b) Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo – CHETA, expedido pelo Departamento de Aviação Civil – DAC, nos termos do Art. 66, §1º, do Código Brasileiro de Aeronáutica, que comprove habilitação da empresa licitante para operar a(s) aeronave(s) adequada(s) à(s) linha(s).

b.1) Especificações Operativas expedidas pelo DAC que comprovem a autorização da empresa licitante para operação da(s) aeronave(s), segundo o(s) modelo(s) e marca(s), capacidade(s) e quantidade(s) necessária(s) a atender às exigências consignadas nas Fichas Técnicas das linhas constantes do Anexo 1, bem como das demais exigências do presente Edital.

c) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a capacidade da licitante de efetuar o transporte de carga em quantidade e características semelhantes ao serviço licitado;

1.4.1. Não será admitida a apresentação de “protocolo de” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos acima citados. (grifos do original)

A discussão havida em torno desta questão relaciona-se ao fato de que, ao se exigir os referidos Certificados de Matrícula da Aeronave e de Aeronavegabilidade, e mesmo as Especificações Operativas, estar-se-ia exigindo a posse ou propriedade do bem logo no início do certame. Mais que isso, estar-se-ia determinando que para as aeronaves participarem do processo licitatório, essas estivessem em território brasileiro.

Tal conclusão advém do fato de o Certificado de Matrícula servir para comprovar que determinada aeronave encontra-se com sua posse outorgada a um operador de determinado país. Considerando que as aeronaves disponíveis estão, em sua maioria, em território estrangeiro, sendo comum para as empresas aéreas importá-las quando da efetivação de qualquer novo serviço ou contrato, não poderiam as participantes apresentar esse Certificado a menos que já contasse com a aeronave no Brasil. Dessa forma, essa exigência foi fundamental para as empresas que pretendiam participar do certame.

Já o Certificado de Aeronavegabilidade, esse somente é concedido após o exame

008/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: <b>3990</b>
236
Doc:

da aeronave pelo órgão responsável pelo setor no país. Assim, esses dois documentos exigiam que os partícipes, necessariamente, tivessem a posse da aeronave já no momento da apresentação da proposta.

As Especificações Operativas são a comprovação de que a licitante está autorizada para a operação “da aeronave, segundo o modelo e marca, capacidade e quantidade necessárias a atender às exigências consignadas nas Fichas Técnicas...”. Essas especificações podem variar no tempo e no espaço, segundo a necessidade e/ou conveniência da empresa de operar esta ou aquela aeronave .

Destarte, segundo afirmado por uma das empresas impugnantes: “..só poderiam participar [da Concorrência nº 006/2004/CEL/AC] as empresas que mantivessem estocadas em suas garagens, aeronaves já matriculadas no Brasil e disponíveis para prestarem serviços à ECT; mantiverem em suas prateleiras ‘especificações operativas’ e ‘certificados de aeronavegabilidades’, etc., tudo isso antes e preventivamente apenas pressentindo o que a ECT vai demandar ao mercado.”.

Assiste razão às empresas que impugnaram o edital quando afirmam que a indústria do transporte aéreo de carga tem como característica o alto nível de aproveitamento das aeronaves, ou seja, a utilização intensiva de capital, evitando-se, ao máximo, aeronaves ociosas e a espera de serviço. Segundo exposto, o habitual neste mercado é, após o serviço ou linha aérea ser determinado, providenciar junto ao mercado mundial de aeronaves equipamento adequado para iniciar os procedimentos de importação.

Essa afirmativa encontra procedência, segundo foi possível observar dos próprios procedimentos de contratações emergenciais e Pregões levados a efeito pela ECT. Não raras vezes a empresa pública foi obrigada a contratar aeronave superior a sua necessidade, por falta de equipamento adequado disponível no mercado.

Esclareça-se que o CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA, em seu art. 181, estabelece as exigências para a outorga da concessão de autorização para a empresa operar no Brasil – Lei nº 7.565/86, Portaria nº 536/GC5, de 18/8/99, do Ministério da Defesa, art. 7º . O Departamento de Aviação Civil - DAC exige o registro das aeronaves no RAB (Registro Aeronáutico Brasileiro) e a obtenção do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo – CHETA, não sendo condição a inscrição de aeronaves futuras.

A concessão em si depende do cumprimento dos requisitos das referidas normas, que em nenhum momento faz menção às Especificações Operativas, certificado de aeronavegabilidade ou certificado de matrícula de qualquer aeronave, os quais serão solicitados da empresa, “a posteriori”, na medida em que essa manifeste o desejo ou a necessidade de operar esta ou aquela aeronave específica.

O DAC editou o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA), e editou o de nº 119 que versa sobre a Homologação para Operadores Regulares e não Regulares. O RBHA nº 119 no item 119.7 alínea 2 (b) discorre que : “Exceto quanto aos parágrafos das

especificações operativas identificando espécies de operações autorizadas, as especificações operativas são vinculadas mas não constituem parte de um certificado de homologação.” E ainda, discorre o item 119.7 que as especificações operativas contenham as autorizações, limitações e procedimentos segundo os quais cada espécie de aeronave e operação, se aplicável, deve ser conduzida, como também certos procedimentos segundo os quais cada classe e tamanho de aeronave devem ser operados.

O RBHA estabelece certos procedimentos segundo a operação a ser realizada. De fato, se a contratante menciona o tipo dessa operação com um mínimo de antecedência de 80 dias, via edital, e não aceita protocolo, como poderia a empresa estar com as especificações correspondentes a essa operação?

Assim, mais uma vez, assiste razão às impugnantes quando afirmam que os documentos válidos para determinar se uma empresa está apta a realizar os serviços a serem contratados são os contratos de concessão e o Certificado de Homologação de Empresa Aérea – CHETA, documentos esses obrigatórios a qualquer empresa do setor.

Dessa forma, é lógico que qualquer exigência para apresentação das especificações operativas (de determinadas rotas/aeronaves) ou a inclusão de uma determinada aeronave como condição de validade para a realização do serviço aéreo está direcionando sua execução apenas para as empresas que já disponham desses requisitos, embora outras empresas que não tenham os equipamentos e os documentos diretamente vinculados a esse, naquele momento, possuam plenas condições técnicas de obtê-los.

Quanto a isso, mister se faz repisar que o art. 30, inciso II, PP 5º e 6 da Lei nº 8.666/93 dispõe que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a.

.....

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo e de época ou ainda locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedadas as exigências de propriedade e de locação prévia.”

REG. Nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
Fls: 3991
238
DOC

A leitura desse artigo torna cristalino que a lei não está a exigir que o licitante comprove que já tenha os equipamentos necessários à execução da obra ou do serviço para participar da licitação. Tanto é que restringe a comprovação à declaração formal de sua disponibilidade, sob as penas da lei, mesmo sendo os equipamentos e pessoal técnico considerados essenciais para o cumprimento do objeto. Não exige, igualmente, que os bens estejam em local específico, como foi o caso ora examinado. Logo, a ECT não poderia ter exigido os documentos ora discutidos, na fase de habilitação técnica, mesmo esses documentos sendo essenciais à execução do contrato.

Tratando-se de mercado restrito e com características próprias e a ECT detendo amplo conhecimento dessas características, seus técnicos e gestores sabiam exatamente os resultados práticos dessas exigências para o certame a ser levado a efeito. Mesmo assim, mantiveram as cláusulas restritivas.

A esse respeito, inclusive, merece ser reproduzido comentário do Sr. Roberval Borges Correa, realizado já em 11/1/2000, quando, respondendo pela Diretoria de Operações da ECT, consignou em seu Relatório/DIOPE-002/2000, submetido à Reunião de Diretoria da empresa (REDIR-002/2000), relativamente à ratificação das contratações oriundas da Dispensa de Licitação nº001/2000:

Com relação a estes resultados, cabe esclarecer que as linhas G, J e K serão executadas com aeronaves 707, disponibilizando-se 38 toneladas para a ECT em todos os trechos, enquanto que hoje o máximo disponível é de 20 toneladas na linha K e de 11 toneladas nas outras duas linhas.

Deve-se esclarecer que é possível conseguir-se uma redução nos preços de operação, desde que se dê um tempo de pelo menos 60 dias para que os operadores obtenham equipamentos mais adequados para as operações, e se garanta um período de pelo menos um ano de execução das linhas para justificar possíveis investimentos. Tão logo seja normalizado este período emergencial, a intenção da área operacional é fazer uma avaliação completa no modelo de gestão, buscando uma adequação final da RPN.

Como se observa, já no ano de 2000, o Sr. Roberval, respondendo pela Diretoria de Operações da ECT e preocupado em obter preços mais reduzidos para a empresa, conseguia prever tal possibilidade, desde que a ECT concedesse prazo para as licitantes obterem aeronaves adequadas às linhas licitadas.

No entanto, estavam os termos do edital da Concorrência nº006/2004 em sentido contrário a essa posição.

Sobre essa questão, convém mencionar que na Audiência Pública, realizada para apresentação do novo modelo da RPN e esclarecimentos relativos à referida concorrência, o Sr. Luis Otávio Gonçalves, Sócio e Diretor Comercial da SKYMASTER, analisando a minuta de

edital, fez a seguinte indagação à Comissão:

“ Início dos serviços até 30 dias não é um prazo muito grande, pois vai possibilitar que empresas que nem tenham os aviões possam participar, prejudicando até as empresas que já prestam serviços?”

Em resposta a Comissão Especial de Licitação informou:

A ECT considera o prazo bastante razoável. Todavia, o edital prevê que o início do serviço se dará em “ATÉ” 30 dias após a homologação dos vencedores pela Diretoria da ECT, mas, obviamente todas as circunstâncias serão observadas. A ECT está considerando a relação de aeronaves fornecida pelo DAC que operam no Brasil e acredita que essas aeronaves serão disponibilizadas para a licitação.

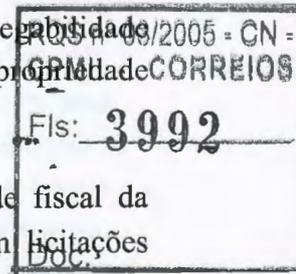
No edital da licitação, porém, constou um período ainda menor, já que foi fixado o prazo de vinte dias, após assinatura do contrato, para início das operações.

É evidente que Skymaster ou qualquer outra empresa que vinha prestando serviços na antiga configuração da Rede Postal Aérea Noturna não tinha, por esse fato, direito a vencer a disputa por novas linhas e, com isso, continuar prestando serviços aos Correios. É evidente que o interesse maior em questão era da própria ECT que, para resguardá-lo, deveria ter concedido prazo suficiente aos licitantes para a obtenção das aeronaves.

Ademais, o TCU já se manifestou acerca da ilegalidade de se onerar o licitante com exigências excessivas. No presente caso, foi solicitada a certidão de Matrícula e de Aeronavegabilidade das aeronaves que fossem concorrer a cada linha, o que, de fato, exigia que o licitante detivesse o equipamento para poder concorrer.

Veja-se que mesmo que no item 1.4, alínea “a”, a ECT tenha dito que aceitaria “Certificado de Propriedade, Contrato de Arrendamento Mercantil, Contrato de Arrendamento Operacional ou outro tipo de contrato de aquisição ou locação que...”garantissem a posse ou disponibilidade da aeronave no prazo definido para o início das operações, conforme argumentado pela empresa pública, a exigência do Certificado de Matrícula/Aeronavegabilidade e Especificações Operativas anularam qualquer outra possibilidade senão a posse ou propriedade imediata da aeronave.

Verificou-se que algumas dessas exigências, como a de regularidade fiscal da arrendadora e das especificações operativas, eram sistematicamente solicitadas em licitações anteriores, entretanto, não eram questionadas. A regularidade fiscal do setor ficou mais complicada a partir da crise da aviação que alcançou seu ápice a partir de 2001. Assim, embora essa exigência constasse dos editais, as participantes começaram a ter problemas em momento posterior. Verificou-se um caso com a VASP e outro com a Varilog, em processo já examinado pelo TCU, o qual não se enquadrou exatamente em arrendamento, mas fretamento, situação essa em que a operação é realizada pela fretadora, caso similar à subcontratação, sendo a exigência de



regularidade fiscal cabível.

Quanto à solicitação de especificações operativas, observou-se que tal exigência não ocasionava muito impacto nas contratações anteriores pelo próprio modelo utilizado: contratava-se capacidade – quantidade de peso transportado - e não se exigia toda a disponibilidade da aeronave. Permitia-se a utilização dos espaços disponíveis pela contratada, mediante remuneração. Assim, poderia ser feita a operação por diversos tipos de aeronaves, e não se questionava a exigência. Entretanto, nos moldes atualmente adotados, o modelo da aeronave desempenha papel fundamental na contratação e as especificações operativas começaram a pesar significativamente. Hoje tem que se ter a especificação operativa da aeronave mais adequada à contratação, havendo limitação ao tipo de equipamento. Isso significa que os certames anteriores sempre contaram com cláusulas restritivas, entretanto, suas conseqüências eram atenuadas.

Soma-se a isso o pequeno espaço de tempo fixado entre o processo licitatório, a assinatura do contrato e o início das operações (previsto para ocorrer vinte dias a partir da assinatura do contrato), o que impediria qualquer iniciativa de se internalizar aeronaves por parte da grande maioria das empresas de aviação existentes no Brasil, uma vez que a regulamentação emanada pelo Departamento de Aviação Civil e pelo Regulamento Aduaneiro praticamente inviabilizaria qualquer ação em tempo hábil. Ou seja, não foi concedido prazo razoável para a empresa, que não dispusesse de aeronave adequada à exigência editalícia, viesse à arrendá-la no exterior.

Quanto ao prazo para início das operações, observou-se que o S. Luís Otávio Gonçalves, representando a empresa Skymaster na Audiência Pública que antecedeu a Concorrência, indagou, após exame da minuta de edital, se o "Início dos serviços em até 30 dias – não é um prazo muito grande, pois vai possibilitar que empresas que nem tenham os aviões possam participar, prejudicando até as empresas que já prestam serviços." A ECT respondeu que entendia ser um tempo razoável. O que é pertinente, considerando que pretendia, de fato, realizar a licitação contando, apenas, com as aeronaves já existentes no Brasil. Não foi considerada a possibilidade de ser fixado prazo para a internalização de aeronaves o que daria oportunidade para aumento da concorrência e, conseqüentemente, para uma diminuição dos preços a serem arcados pela empresa pública.

É evidente que Skymaster ou qualquer outra empresa que vinha prestando serviços na antiga configuração da Rede Postal Aérea Noturna não tinha, por esse fato, direito a vencer a disputa por novas linhas e, com isso, continuar prestando serviços aos Correios. Claro estava que o interesse maior em questão era da própria ECT que, para resguardá-lo, deveria ter concedido prazo suficiente aos licitantes para a obtenção de aeronaves adequadas às exigências.

O TCU, ao analisar a questão num primeiro momento, não descartou a existência de restrição, mas ponderou que a Administração só poderia exigir tais cláusulas se fossem imprescindíveis para a execução dos serviços.

Quanto a essa assertiva, observou-se que a ECT esclareceu que a documentação

exigida no Edital era a necessária para que a ECT pudesse iniciar os serviços objeto da licitação no prazo legal definido no Edital, que é de 20 dias após a assinatura do contrato. Sem essa exigência não haveria condições de garantir o início da prestação dos serviços no prazo requerido.

O Departamento Jurídico da instituição pública manifestou-se no sentido de que as exigências contidas no Anexo 4 justificava-se por motivo de segurança na continuidade do serviço postal. Essa segurança exigia que se estipulasse a obrigatoriedade de os licitantes já demonstrarem, na fase de habilitação, que possuíam os meios necessários à execução dos serviços.

Relativamente ao afirmado, cumpre registrar que a empresa pública possuía vários contratos em andamento e estava realizando seus serviços normalmente. A saturação de algumas linhas da malha poderia ser sanada tanto com a utilização da cláusula que permitia o acréscimo de até 25% no valor contratado, como através da contratação emergencial (o que ocorreu com a linha J – Pregão 09/2005 até a entrada em vigor dos novos contratos). Assim, pode-se afirmar que o prazo fixado não era “fatal” para a empresa, e essa teria condições de adiar a entrada em funcionamento da nova malha, caso fosse necessário, como de fato ocorreu.

Ademais, em outra oportunidade, quando a ECT estava exatamente procurando iniciar uma nova malha, foi deflagrada a Concorrência nº 002/2001 – CEL/AC. Nesse Edital as condições foram diferentes, o que comprova a viabilidade técnica de não se exigir os pontos acima discutidos. Abaixo transcrevem-se alguns de seus itens.

a) com relação à qualificação técnica (item 3.2.3 do edital) foram exigidos apenas:

“a) Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo – CHETA  
– expedido pelo DAC, nos termos do art. 66, § 1º do Código Brasileiro de Aeronáutica, que comprove habilitação para operar aeronaves adequada à(s) linha(s) pretendida(s). Exigir-se-á o CHETA 121 da(s) empresa(s) proponente(s) para qual(is)quer dos itens 1 a 19 do Anexo V, e o CHETA 135 ou 121, atendendo ao previsto na Instrução de Aviação Civil – IAC 3138, da(s) proponente(s) para qual(is)quer dos itens 20 a 36 do Anexo V;

b) Relação, conforme modelo constante do Anexo VI, discriminando, para cada linha cotada, o tipo/modelo da aeronave a ser utilizada e sua configuração (capacidade de carga – payload -, quantidade de paletes IATA P1, tipo e quantidade de contêineres de porão), que deverá atender às exigências consignadas nas Especificações das Linhas constantes do Anexo IV.”

b) quanto aos prazos concedidos para início das operações:

2.5. A empresa contratada deverá iniciar os serviços contratados no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da assinatura do Contrato.

PROS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: <b>3993</b>
242
Doc: _____

2.5.1. No prazo definido no subitem anterior, as empresas contratadas deverão adotar todas as providências necessárias à operacionalização das suas respectivas linhas.

1. 2.5.1.1. Durante o transcurso destes 120 (cento e vinte) dias, as empresas contratadas deverão apresentar à ECT, quinzenalmente, relatório das ações desenvolvidas, no sentido de garantir o início da prestação dos serviços no prazo definido no subitem 2.5., sem prejuízo da aplicação dos subitens 8.1. e 8.1.1. deste Edital.

2. 2.5.2. O não cumprimento do prazo estabelecido no subitem 2.5. implicará a supressão contratual da(s) linha(s) não iniciadas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, bem como o pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor contratual da(s) linha(s), podendo ainda a(s) empresa(s) ficar(em) impedida(s) de licitar com a ECT por um período de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos.

Essa Concorrência foi revogada por preços excessivos. Ou seja, não se chegou nem a testar o prazo fixado. Não se sabe se haveriam problemas ou não com a internalização das aeronaves. Observando as fichas técnicas foi possível constatar que a nova malha então idealizada previa a licitação de 36 linhas e eram todas baseadas em trechos pequenos, o que oneraria os contratos pois, como já dito, linhas longas permitem a diluição de custos. Provavelmente o modelo adotado não levou esse aspecto em consideração por ocasião de sua elaboração.

Logo, pode-se concluir que era plenamente viável a retirada dos itens considerados restritivos no edital da Concorrência nº 006/2004, não se tratando de proposta “absurda” ou eminentemente jurídica que desconsidera os aspectos técnicos que envolvem a matéria. Era uma questão que gravitava na órbita de discricionariedade dos administradores, já que esses poderiam adotar diversas outras providências para garantir a prestação dos serviços até a entrada em vigor da nova malha e, nesse sentido, a opção escolhida foi extremamente restritiva.

Claro que podem os gestores argumentarem que o fato de retirar tais cláusulas não garantiria que fossem internalizadas novas aeronaves mas, como bem colocado pelo Ministro Relator Ministro do TCU Exmº Sr. Marcos Vinicius Vilaça, ao comentar acerca das características do mercado de transporte de cargas aéreo brasileiro: “Por outro lado, tal característica demanda do gestor maior atenção na elaboração das exigências para habilitação. A Administração não pode, comodamente, aceitar os fatos e deixar de procurar meios de fomentar a competição. Quanto menor a oferta do bem licitado, maior deve ser a preocupação do gestor em favorecer a competitividade. Nessas situações, qualquer ato destinado a aumentar a competitividade é desejável.” (Acórdão nº 241/2005-Plenário)

Assim, se não houvesse todas essas cláusulas consideradas restritivas e, mesmo assim, só aparecessem as mesmas empresas, seria possível concluir que os gestores despenderam todos os esforços para atingir ao fim público da economicidade, da concorrência, da isonomia e da eficiência. O insucesso, nesse caso, poderia ser atribuído ao mercado brasileiro. Isso demandaria novas providências por parte dos administradores, inclusive, o estudo da

possibilidade de a própria empresa pública arrendar, diretamente, as aeronaves que julgasse necessárias e adequadas para atender a seus objetivos estatutários. No caso em exame não foi isso o que ocorreu.

Pelo exposto, entende-se que a decisão adotada pelos gestores da ECT para elaboração do edital da Concorrência nº006/2004 foi restritiva e injustificável, feriu o princípio constitucional da isonomia e não conseguiu garantir à Administração que essa tenha obtido a melhor proposta, pela ausência de maior competitividade. Os administradores tinham mecanismos para garantir a continuidade da prestação dos serviços e, ao mesmo tempo, realizar um certame que não fosse tão restritivo.

#### 6.2.5.2.3 Fixação da capacidade de carga dos trechos em valores superiores ao necessário

Outro ponto abordado foi a possibilidade de a restrição derivar, também, das capacidades de cargas exigidas nos trechos fixados, pois esses valores definiram o modelo da aeronave. Argumentou-se que as capacidades definidas não corresponderiam à realidade vivida pela ECT e estariam acima do necessário. Em princípio, pelos cálculos efetuados de carga efetivamente transportada no período de maio a julho de 2005, pode-se afirmar que essa capacidade estava, de fato, superavaliada para a demanda então existente.

Utilizando os dados disponibilizados pela ECT, elaborou-se a tabela abaixo, que demonstra a carga efetivamente transportada pela RPN nos meses de maio, junho e julho de 2005.

MÊS/2005	CARGA CONTRATADA (KG)	CARGA TRANSPORTADA (KG)
MAIO	1.295.600	723.315
JUNHO	1.300.100	705.529
JULHO	1.300.100	697.408

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: <b>3994</b>
Doc:

Como se observa, as afirmativas de que as aeronaves estariam voando “vazias” ou que a capacidade contratada estava muito além do necessário, procedem. Contudo, segundo informado pelos técnicos, a intenção era exatamente proporcionar disponibilidade nos aviões, para, então, buscar novos negócios, incrementando as receitas da empresa. Argumentaram que sem previsão de disponibilidade não poderia a ECT adotar uma política mais agressiva de mercado.

Analisaram-se dados técnicos sobre a capacidade potencial de aumento dos negócios e as projeções de comportamento da economia, já que esse elemento tem reflexo direto no aumento/diminuição da demanda por transporte de cargas em que se afirmava que no ano de 2004 o crescimento do tráfego anual de Sedex aumentou 9,5%. Entretanto, como os estudos para o desenho da nova malha ocorreram no primeiro semestre, e o crescimento do tráfego anual de Sedex havia caído de 18,3%, em 2002, para 0,6%, no ano de 2003, o item permaneceu sem uma

explicação aceitável.

De qualquer forma, entende-se que seria pertinente que a entidade pública contasse com probabilidades estatísticas de desempenho da economia, ou de fatores que pudessem estimular ou impactar negativamente a decisão gerencial, ou mesmo de prazos para se atingir as metas imaginadas, quais sejam: atingir a capacidade contratada, por meio do incremento do número de contratos de transporte aéreo de cargas.

Assim, os números fixados, que determinaram quais as aeronaves a serem contratadas, vieram, ao que parece, ou da percepção dos técnicos com experiência na área, ou de determinação superior nesse sentido. Não há como afirmar, com convicção, o que de fato ocorreu.

Conforme informações de técnicos da ECT, as linhas principais já estariam alcançando a capacidade contratada e que já estariam sendo firmados contratos para transporte de outras cargas aéreas importantes para a empresa. No geral, constatou-se que nos processos ligados à área da RPN não constam documentos que justifiquem adequadamente as decisões administrativas antes de serem adotadas, nem são anexados aos processos os documentos que serviram de fundamento técnico para elas. Podem até ter motivos justos, mas esses não constam de forma completa nos processos constituídos. Isso pode causar problemas não só para os técnicos envolvidos, como para os próprios órgãos de controle que se vêem impossibilitados de firmar convicção acerca da prévia justificativa.

Note-se que, no direito público, todo ato administrativo precisa estar motivado e justificado. A ausência dessa motivação prévia contamina a gestão, lançando sérias dúvidas acerca do objetivo pretendido com a adoção da medida pretérita. No presente caso, ficou inviabilizada, a nosso ver, a comprovação de que os números fixados o foram por razões eminentemente técnicas, podendo, dessa forma, terem se originado de motivos outros, não explicitamente declarados.

Em resumo, quanto a essa questão, constata-se que a fixação da capacidade de carga a ser contratada em valor superior às necessidades da empresa pública não se encontra devidamente documentada e justificada, lançando dúvidas sobre sua pertinência, nos patamares fixados.

### 6.2.5.3 Economicidade da Nova Malha da RPN

A nova malha idealizada pela ECT tinha como meta gerar os seguintes gastos.

Inicialmente:

CUSTO MÉDIO ANUAL		
UAL	AT	PRO A
	POSTO	CRÉSCIMO
	343.	346. 0,9

826.765,04	851.703,44	%
------------	------------	---

• Situação da Malha antes da alteração: 26 linhas ao custo diário R\$ 1.300.652,60 e anual de R\$ 343.826.765,04, percorrendo uma quilometragem de 57.692 km, com capacidade contratada de 743.300 quilos – julho/2004;

• Custo anual inicialmente previsto para 21 linhas era de R\$ 346.851703,44, para uma quilometragem de 47.765 km e uma

capacidade contratada de 1.594.700 quilos. Entretanto, após novos estudos, a ECT decidiu licitar apenas as linhas da malha estrutural da RPN, retirando as linhas não paletizadas. Com isso, a licitação passou a contar com 11 linhas;

• Custo diário da contratação das 11 linhas então aprovadas: R\$ 1.230.650,00 (julho/2004);

• Custo diário estimado atualizado das 11 linhas até 25/11/2004: R\$ 1.338.028,42, com um custo anual de R\$ 353.239.392.

Com a abertura dos envelopes de habilitação, e após uma segunda reunião da CEL, na qual foram abertos os envelopes de habilitação dos itens 10 e 11 e de todos os envelopes de proposta econômica, a situação da concorrência ficou assim definida:

Item da Licitação	Empresas que apresentaram propostas	Empresas Habilitadas	Empresa Vencedora
1	- Skymaster Airlines Ltda	Skymaster Airlines Ltda	Skymaster Airlines Ltda
2	- Skymaster Airlines Ltda	Skymaster Airlines Ltda	Skymaster Airlines Ltda
3	- BETA – Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda - AIR BRASIL Linhas Aéreas Ltda	BETA – Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda	BETA – Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda
4	- Skymaster Airlines Ltda - VARIG Logística S. A - TOTAL Linhas Aéreas S.A	Skymaster Airlines Ltda TOTAL Linhas Aéreas S.A	TOTAL Linhas Aéreas S.A
5	- Skymaster Airlines Ltda - VARIG Logística S. A - TOTAL Linhas Aéreas S.A	Skymaster Airlines Ltda TOTAL Linhas Aéreas S.A	TOTAL Linhas Aéreas S.A
6	- Skymaster Airlines Ltda - TCB – Transportes Charter do Brasil - Beta – Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda	Skymaster Airlines Ltda Beta – Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda	Beta – Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda
7	- Varig -TAF Linhas Aéreas S.A - ATA – Atlântico Transporte Aéreo Ltda - RLA – Rico Linhas Aéreas S.A	TAF Linhas Aéreas S.A	TAF Linhas Aéreas S.A
8	- Varig - TAF	TAF Linhas Aéreas S.A	TAF Linhas Aéreas S.A

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fls: 3995

Doc:

9	- Varig - Total	TOTAL Linhas Aéreas S.A	TOTAL Linhas Aéreas S.A
10	- ATA - RLA	ATA – Atlântico Transporte Aéreo Ltda	ATA – Atlântico Transporte Aéreo Ltda
11	- ATA - RLA	- ATA – Atlântico Transporte Aéreo Ltda	ATA – Atlântico Transporte Aéreo Ltda

- 1- Linha 90601: Porto Alegre/SP/RJ/Salvador/Fortaleza - 06:30 horas de vôo/43 toneladas;  
2- Linha 60901: Fortaleza/Salvador/RJ/SP/Porto Alegre – 06:30horas de vôo/43 toneladas;  
3- Linha 50011: Recife/Salvador/SP/Salvador/Recife – 07:20 horas de vôo/43 toneladas;  
4- Linha 88301: Florianópolis/Curitiba/S P/R J/Belo Horizonte – 03:20horas de vôo/24 toneladas;  
5- Linha 33881: Belo Horizonte/RJ/SP/Curitiba/Florianópolis – 03:20 horas de vôo/24 toneladas;  
6- Linha 69011: Manaus/Brasília/SP/Brasília/Manaus – 08:50 horas de vôo/35 toneladas;  
7- Linha 66201: Belém/Brasília/RJ/Brasília/Belém – 07:40 horas de vôo/15 toneladas;  
8- Linha 65401: São Luiz/Teresina/Brasília/Salvador/Teresina/São Luiz – 09:10 horas de vôo/15 toneladas;  
9- Linha 78011: Porto Velho/Cuiabá/Bsb/SP/ Brasília/Cuiabá/Porto Velho – 09:30 horas de vôo/24 toneladas;  
10- Linha 74011: Goiânia/SP/Goiânia – 03:10 horas de vôo/15 toneladas;  
11- Linha 79011: Campo Grande/Londrina/SP/Londrina/Campo Grande – 03:30 horas de vôo/15 toneladas.

Em termos de preços, a Concorrência teve como resultado:

Item	Empresa	Preço hora vôo (R\$)			Valor Global Contratado(R\$)	Valor Global Estimado/ Diferença (R\$)	Negociado
		Estimado	Proposta				
1	Skymaster Airlines Ltda	22.322,20	23.532,62	23.532,62	40.381.975,92	38.304.890,03 (+2.077.085,89)	
2	Skymaster Airlines Ltda	22.322,20	24.520,33	24.520,33	42.076.877,04	38.304.890,03 (+3.771.987,01)	
3	Beta-Brazilian Express Transportes Ltda	22.920,04	24.011,00	24.011,00	46.485.077,76	44.353.030,56 (+2.132.047,20)	
4	Total Linhas Aéreas S/A	21.159,00	22.822,88	22.522,52	19.800.000,00	18.601.300,75 (+1.198.699,25)	
5	Total Linhas Aéreas S/A	21.159,00	22.814,96	22.522,52	19.800.000,00	18.601.300,75 (+1.198.699,25)	

6	Beta-Brazilian Express Transportes Ltda	22.909,62	21.008,04	21.008,04	48.990.722,88	53.425.241,35 (-4.434.518,47)
7	TAF Linhas Aéreas S/A	17.544,17	14.050,42	14.050,42	28.435.572,00	35.524.845,75 (-7.089.273,75)
8	TAF Linhas Aéreas S/A	14.626,50	14.072,66	13.952,73	33.765.000,00	35.396.132,54 (-1.631.132,54)
9	Total Linhas Aéreas S/A	16.910,27	17.289,54	17.210,53	43.164.000,00	42.410.965,70 (+753.034,30)
10	ATA – Atlântico Transporte Aéreo Ltda	17.705,76	12.815,44	12.815,44	10.713.706,08	14.802.019,06 (-4.088.312,98)
11	ATA – Atlântico Transporte Aéreo Ltda	14.626,50	11.912,52	11.912,52	11.007.171,12	13.514.886,97 (-2.507.715,85)

- Valores abaixo da estimativa (R\$19.750.953,59)
- Valores acima da estimativa (R\$11.131.552,90)
- Diferença favorável de R\$ 8.619.400,69

Com vistas a obter uma visão geral dos resultados obtidos no certame, estão sintetizadas abaixo, em valores percentuais, as diferenças entre o estimado e o contratado, além dos percentuais de remuneração fixados nas planilhas de formação de preço das vencedoras. Cabe esclarecer que a ECT, por ocasião da submissão do certame para homologação, atualizou os valores estimados para novembro de 2004 (data da abertura das propostas), utilizando o percentual de variação do querosene e do IGPM no período, e considerando a participação desses nas planilhas de preços informados pelas vencedoras, segundo modelo da aeronave.

Considerando a informação de que esses preços permaneceram estáveis até maio/2005, mês em que iniciou a operação da nova malha e utilizando a mesma metodologia foram atualizados esses valores até esse mês. Assim, tem-se.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPML - CORREIOS  
Fls.: **3996**

Item/ Linhas	Valor estimado Aprovado pelo CACE atualizado Até Maio de 2005 (por trecho)	Valor Contratado (por trecho)	Diferença Percentual Estimado/ Contratado Nov/2004	Diferença Percentual O Estimado/ Contratado Maio/2005	Percentual Fixado Como Remuneração na Planilha de Preço da Vencedora
1 / 90601	148.747,29	152.962,01	+ 5,42%	+2,83%	9,09%
2 / 60901	148.747,29	159.382,13	+ 9,85%	+7,15%	9,09%
3 / 50011	172.233,70	176.079,84	+ 4,81%	+ 2,23%	5,18%

4 / 88301	72.376,71	76.075,51	+ 6,44%	+ 5,11%	8,54%
5 / 30881	72.376,71	76.049,11	+ 6,44%	+ 5,11%	8,55%
6 / 69011	207.008,31	185.570,92	- 8,30%	-10,36%	2,47%
7 / 66201	138.232,17	107.710,50	-19, 96%	-22,08%	9,01%
8 / 65401	137.731,33	128.989,99	- 4,61%	- 6,35%	9,00%
9 / 78011	165.018,92	164.250,62	+1,78%	+ 0,46%	8,30%
10 / 74011	57.593,90	40.582,22	-27,62%	-29,54%	6,56%
11 / 79011	52.588,32	41.693,83	-18,56%	-20,72%	6,24%
SOMA	1.372.654,65	1.308.680,70	-2,44%		

Examinando as planilhas apresentadas para cada item, percebe-se que nas linhas 4 e 5, apesar de a Total fixar um percentual de remuneração maior do que a Skymaster (8,54% contra 4,76%) a primeira ofertou para operação um Boeing 727-200 (capacidade 24.000Kg) enquanto a segunda um Boeing 707-300C, que comporta 38.000 kg. Como a contratação era para 24 toneladas, a Total conseguiu um preço melhor, apesar de fixar uma remuneração 79% superior.

Esses dados comprovam que a empresa que possui a aeronave mais adequada para a operação encontra-se em uma posição melhor para cotar os preços. Comprova, também, que para a ECT quanto maior a competição entre elas, melhor o preço a ser ofertado, como ocorreu com a linha do item 6 onde a Beta e a Skymaster chegaram a ofertar 2,47% e 3,85% de remuneração, respectivamente, uma vez que a linha interessava às duas empresas, enquanto que para as linhas dos itens 1 e 2 a Skymaster ofereceu 9,09% de remuneração (136% a mais em relação à linha do item 6 ), sendo a única concorrente.

#### 6.2.5.4 Comissão de licitação composta por membros da mesma cadeia hierárquica

A exemplo do que já foi comentado no exame da Concorrência nº 010/2000, a Presidência da Comissão Especial de Licitação nesta Concorrência nº 006/2004 também coube ao Diretor de Operações. Naquela oportunidade o Diretor era o Sr. Carlos Augusto de Lima Sena, enquanto que nesta era o Sr. Maurício Coelho Madureira.

Esta comissão era composta por oito membros, sendo que, além do Diretor de Operações, seis outros membros eram pessoas que exerciam funções comissionadas em unidades da ECT, subordinadas hierarquicamente àquele diretor, sendo apenas um lotado em diretoria diversa.

Esses seis membros subordinados ao Diretor de Operações eram.

- . • Sr. Paulo Onishi – Consultor do Diretor;
- . • Sr. Luiz Carlos Scorsatto – Chefe do DENAF;
- . • Sr. Delamare Holanda Pereira – Subchefe do DENAF;
- . • Sr. Paulo Eduardo de Lima – Assessor do Chefe do DENAF;
- . • Sr. Arlindo Gomes de Lima – Assessor do Chefe do DENAF;
- . • Sr. Júlio Yassuo Aoki – Chefe de Divisão do DENAF.

O DENAF é o Departamento Nacional de Administração e Encaminhamento da Frota, responsável pelo gerenciamento da Rede Postal Aérea Noturna, estando subordinado diretamente ao Diretor de Operações.

Em que pese tratar-se de uma Comissão Especial de Licitação e não haver vedação legal, não parece ser a melhor estratégia administrativa formar-se uma comissão quase que por completo por integrantes da mesma cadeia funcional hierárquica. Na verdade, no âmbito de uma comissão assim formada, restarão comprometidas a autonomia e a independência de seus membros, princípios que devem sempre nortear os trabalhos lá desenvolvidos. Na prática, tal organização proporciona a manutenção da posição defendida pelo seu presidente, no caso o Diretor de Operações.

Além disso, está demonstrada neste relatório a prática de direcionamento na Concorrência 006/2004. Em princípio, os responsáveis pelo processo de contratação são o presidente dos Correios, João Henrique de Almeida e Sousa, o Diretor de Operações, Sr. Maurício Coelho Madureira, e os membros da Comissão Especial de Licitação. Todavia, em relação à Comissão Especial de Licitação, indicaremos neste relatório apenas os Srs. Luiz Carlos Scorsatto e Paulo Eduardo de Lima, em razão de seus notórios conhecimentos técnicos sobre a Rede Postal Aérea Noturna, fato denotado pelas declarações do Sr. Scorsatto em depoimento a esta Comissão e a constante participação de ambos na assessoria técnica dos responsáveis pela contratação de serviços da Rede Postal Aérea.

#### 6.2.5.5 Reajuste do preço do combustível com base na variação de preços do produtor

Nessa licitação a ECT inovou ao indexar o reajuste da parcela de combustível da planilha de custos das empresas às variações do preço do produtor, disponibilizadas no sítio da Agência Nacional de Petróleo – ANP na internet. Dessa forma, a ECT está concedendo reajuste mensal a esse item de custo, seja para mais ou para menos, dependendo da variação observada.

A crítica que se faz diz respeito à indexação à variação do produtor e não à do revendedor. Como se sabe, na estrutura de custos do revendedor, o combustível, embora sendo o item principal, não é exclusivo. Há outros custos que, também, impactam no preço final de venda, mas que não variam na mesma proporção do combustível, tais como salários, energia, água, aluguel etc.

Dessa forma, fica evidente que a variação de preço do produtor não se refletirá no revendedor no mesmo patamar.

Apenas para se ter noção do impacto desse descompasso de percentuais de variação de preços ao longo do tempo, citamos que no período de jan/2000 a jul/2005 observaram-se as seguintes variações:

- Do preço do produtor: R\$ 1,22977/R\$ 0,2299 = variação de 434,92%
- Do preço da revendedora BR Distribuidora S.A.: R\$ 1,3320/0,3478 = variação de

ROS nº 03/2005 - CN =
2000 a Jul/2005
CPMI - CORREIOS
Fls: <b>3997</b>
Doc: 250

282,98%

## 6.2.6 Conclusões da Controladoria-Geral da União

A respeito das contratações das empresas Beta e Skymaster, a Controladoria-Geral da União (CGU), após analisar os contratos e licitações da Rede Postal Noturna, apresentou as seguintes conclusões, em relatório datado de 26/12/2005. Os textos a seguir são de autoria da CGU, ressalvados pequenos ajustes de forma.

### 6.2.6.1 Ausência de justificativas consistentes para adoção de critérios na determinação do valor de referência dos serviços nos processos de licitação.

A respeito da definição dos preços de referência a serem utilizados nos processos de contratação dos Correios, a Controladoria-Geral da União concluiu que não há justificativas consistentes para os critérios adotados na determinação desses preços.

Os preços de referência são de extrema importância no processo de contratação, uma vez que determinam a modalidade de licitação aplicável, os valores a desembolsar pela Administração e a desclassificação de propostas por preço excessivo. Eles representam um guia para o valor que será contratado.

Ao analisar as justificativas apresentadas pelos Correios a respeito dos critérios para definição dos preços de referência, fez o seguinte comentário:

“Não acatamos as justificativas apresentadas pela Empresa. Ao contrário, consideramos que as informações prestadas corroboram o entendimento de que não há justificativas consistentes para a adoção de critérios na formulação de valores de referência. A Empresa utiliza o critério que melhor se encaixar no momento, de modo subjetivo e discricionário, justificando sempre que a situação do mercado deve ser analisada e que o transporte aéreo não pode ser interrompido. Estas alegações não são suficientes para justificar a contratação a preços desarrazoados”

A tabela a seguir sintetiza o argumento da CGU, ao demonstrar a diversidade de critérios adotados:

Processo	Critério Adotado
Linha	
Analizado	
F e G	

referenciais que serão considerados nas negociações com as cias”

F e G	DL 003/00	“preço atual por operação (R\$)”
F e G	CC 010/00	Processo não esclarece.
G	PG 011/00	“considerando-se os preços pagos atualmente”
U	PG 010/01	“tendo como referência o custo atual”
A e C	DL 001/01	“manutenção do preço médio por quilograma transportado”
A e C	DL 002/01	“os custos praticados na linha contratada pela ECT através da Conc. 010/2000 e das propostas apresentadas na Conc. 002/2001, para as linhas que demandam aeronaves com capacidade semelhante às linhas objeto desta contratação. Ainda, para se chegar ao valor estimado, tomou-se como referência o Relatório Roland Berger”
A e C	PG 045/01	“o custo atualmente pago, acrescido de um percentual de reajuste de 4,8% (referente à variação do dólar entre 26/6/2001 e a data atual, que incide sobre os insumos expressos em dólar) e também a necessidade e ajustes no disponível contratual nos trechos GIG/GRU, GRU/BSB, BSB/MAO, BSB/GRU e SSA/FOR”
A e C	PG 106/03	“aquela constante no Anexo 6 do Relatório Final do Grupo de Trabalho da PRT/PR-245/2003”. Grupo de Trabalho apoiado pela consultoria do Brigadeiro Venâncio Grossi
A e C	PG 105/04	“o CR – Custo de Referência, segundo cálculos de custo por hora vôo, realizado pela Consultoria Roland Berger”

Constatou-se que não há metodologia definida para determinação dos valores de referência utilizados nos certames licitatórios. Esta utilização de critérios distintos a cada novo estabelecimento de preços de referência resultou em variações relevantes nos preços dos contratos da RPN.

Foi recomendado que a ECT apure responsabilidades pelos fatos apontados e reavalie os critérios, os métodos adotados e os fundamentos para determinação desses valores.

#### 6.2.6.2 Falta de divulgação dos valores de referência nos processos de licitação

Os editais analisados e seus respectivos avisos de licitação não informam o valor total estimado da licitação, em desacordo com a Lei de Licitações. O próprio Manual de Licitação e Contratação da ECT – MANLIC – recomenda que não se divulgue tal valor. Foi recomendado que o MANLIC seja alterado de forma a garantir que haja a divulgação desses valores de referência.

RQS nº 03/2005 - CN - CPML - CORREIOS
Fls: <u>3998</u>
252
Doc:

#### **6.2.6.3 Inconsistência no relatório DEGEO-002/2001 que subsidiou a fixação dos preços de referência para a DL 002/01. Referência no corpo do relatório a fato ocorrido em data posterior a sua assinatura.**

Embora a data de assinatura do relatório DEGEO-002/2001 seja 25/6/01, dia anterior ao recebimento das propostas das empresas, em seu corpo encontramos referência a fato ocorrido após esta data, conforme subitem 3.3. Há, portanto, incerteza de que o valor de referência tenha sido calculado antes do recebimento das propostas. Recomendou-se que a ECT adote procedimentos objetivos para a determinação dos valores de referência, garantindo que conste nos processos suas memórias de cálculos.

#### **6.2.6.4 Ausência de audiência pública no início do processo licitatório.**

Foi constatado que os procedimentos licitatórios analisados (Pregão 045/2001 e Concorrência 010/2000) não observaram a exigência legal da obrigatoriedade de realização de audiência pública.

#### **6.2.6.5 Adoção de critérios distintos para casos semelhantes na desclassificação de empresas em certames licitatórios.**

Diferença percentual entre o valor de referência e o valor proposto pela licitante que apresentou a menor oferta foi considerada excessivamente alta na Concorrência 010/2000, provocando a revogação do certame. Em contratações anteriores, diferenças percentuais maiores foram aceitas, revelando aplicação pelos Correios de critérios distintos para casos semelhantes.

Recomendou-se que a ECT discipline, em seu MANLIC, os parâmetros para desclassificação de propostas por preços excessivos.

#### **6.2.6.6 Irregularidades na formação das comissões de licitação**

Constatou-se, ainda, que houve o descumprimento do princípio da segregação de funções. Foi, portanto, recomendado que a ECT adote procedimentos no sentido de evitar que o mesmo funcionário/agente público realize as funções de solicitar a contratação dos serviços, conduzir o processo licitatório e enviá-lo para a aprovação do presidente e dos demais diretores da Empresa.

#### **6.2.6.7 Contratação emergencial por dispensa de licitação sem respaldo legal.**

Consideramos irregular a contratação derivada da DL 003/2000, por apresentar situação emergencial causada pela própria Administração, que não adotou providências imediatas com vistas à realização do certame licitatório.

Foi recomendado que os Correios apurem responsabilidades pela contratação por dispensa de licitação sem respaldo legal e, doravante, aplique a dispensa de licitação apenas aos casos previstos em lei.

### 6.2.6.8 Contratações por dispensa de licitação sem publicação tempestiva.

Houve falta de tempestividade na publicação das contratações por dispensa de licitação (DL 001/2000, 003/2000, 001/2001 e 002/2001).

### 6.2.7 Providências e Encaminhamento

Em face de tudo quanto foi apurado no âmbito desta Comissão, algumas providências tornam-se quase que impositivas, sejam para a continuidade dos trabalhos investigativos, sejam para permitir o devido ressarcimento aos cofres da ECT, sejam para o aperfeiçoamento das atividades administrativas.

Dessa forma, autorizamos a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático das pessoas físicas e jurídicas a seguir relacionadas para o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a Secretaria da Receita Federal.

- . • Skymaster Airlines Ltda – CNPJ.
- . • João Marcos Pozzetti – CPF.
- . • Hugo César Gonçalves – CPF.
- . • Luiz Otávio Gonçalves – CPF.
- . • Américo Proietti – CPF.
- . • Maria de Lourdes Barros Proietti – CPF.
- . • Expresso Lucat – CNPJ.
- . • Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda.- CNPJ.
- . • Antonio Augusto Conceição Morato Leite Filho – CPF.
- . • Ioannis Amerssonis – CPF.
- . • Roberto Kfourri – CPF.
- . • Carlos Augusto de Lima Sena – CPF.
- . • Maurício Coelho Madureira – CPF.
- . • João Henrique de Almeida CPF.

#### Empresas vinculadas a Skymaster ou a seus sócios.

- . • Expresso Lucat Ltda – CNPJ: 58.290.743/0001-23;
- . • Skycargas Ltda – CNPJ: 02.680.564/0001-48;
- . • Skyavionics Serviços Aeronáuticos Ltda – CNPJ: 05.153.821/0001-81;
- . • Confêtte Indústria e Comércio de Roupas Ltda – CNPJ: 15.770.381/0001-65;
- . • Donna Dinha Casa de Massas Ltda – CNPJ: 66.047.044/0001-85;
- . • Ristorante Brerra Ltda.-CNPJ: 04.984.960/0001-94;
- . • Tecnelétrica da Amazônia Ltda – CNPJ: 05.531.157/0001-67;
- . • João Marcos Pozzetti (Amazonia Shows) – CNPJ: 03.922.251/0001-11;
- . • Siema Eco Essencias da Amazônia Ltda – CNPJ: 01.092.465/0001-82;
- . • GT da Amazônia Ltda - CNPJ: 04.312.132/0001-00;
- . • Fundação Poceti – CNPJ: 03.120.897/0001-85;
- . • Energisa Latex Ltda – CNPJ: 15.790.892/0001-49;
- . • Auto Posto Raiosol Ltda – CNPJ: 14.171.508/0001-67;
- . • Agroprepes -Agropecuária Representação e Comércio Ltda – CNPJ: 04.805305/0001-21;
- . • Skybreuwa Reparos de Componentes Aeronáuticos Ltda- CNPJ: 05.152.694/0001-04;

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS Fls: <b>3999</b> Doc:
--

- Provare Importação e Exportação Ltda – CNPJ: 64.084.379/0001-48;  
305
- Sava South América Valvulas de Aerosol e Outros Ltda – CNPJ:  
04.399.481/0001-00;
- Roveil Cosméticos da Amazonia Ltda 10.203.032/0001-48;

Empresas do Grupo Promodal de Transportes.

- Time Traveller Turismo e Empreendimentos Ltda – CNPJ: 57.760.027/0001-08;
- Costa do Sol Operadora Aeroportuária S/A – CNPJ: 04.342.634/0001-83;
- GPT – Participações e Empreendimentos Comerciais Ltda – CNPJ:  
74.390.121/0001-23;
- Planave Navegação da Amazônia Ltda – CNPJ: 84.111.194/0001-92;
- Promodal Logística e Transportes Ltda – CNPJ: 57.679.326/0001-04;
- Promodal Transportes Aéreos Ltda – CNPJ: 04.762.693/0001-00;
- Tecnocargo Transportes da Amazônia Ltda – CNPJ: 84.131.028/0001-28;
- Tecnocargo Transportes Ltda – CNPJ: 59.519.660/0001-26;
- Transmac Transporte Intermodal Ltda – CNPJ: 84.481.167/0001-01;
- Brazilian Express Transportes Ltda. (Bex) – CNPJ: 22.700.207/0001-01;
- Brazilian Express Logística e Transportes Ltda. (Belt) – CNPJ: 06.194.469/0001-  
95;
- Prologística Transportes e Distribuição Ltda – CNPJ: 00.755.517/0001-90;
- Golden Hill Ltd – CNPJ: 05.658.759/0001-80;
- Morato Leite – Empreendimentos e Participações Ltda – CNPJ: 04.766.726/0001-  
90;
- Syn da Amazônia Ltda – CNPJ: 04.516.234/0001-47;
- Geolog Logística e Transportes Ltda – CNPJ: 01.783.990/0006-59;
- Pim Logística S/A – CNPJ: 03.941.566/0001-06. •

Além disso, cabe a esta CPMI efetuar as seguintes recomendações.

- a) ao Ministério das Comunicações, ao Departamento de Aviação Civil ou à Agência que vier a sucedê-lo e à ECT para que seja efetuada avaliação legal, técnica, econômica e financeira de a ECT vir a dispor de aeronaves próprias destinadas a operar as principais linhas da RPN, tendo em vista o mercado brasileiro ser pouco concorrencial no segmento de aviões cargueiros de grande porte, contribuindo, assim, para a formação de conluios entre possíveis concorrentes, em prejuízo aos cofres da ECT, que tem de pagar preços superfaturados em suas contratações;
- b) à Secretaria da Receita Federal para, em conjunto com o Departamento de Operações de Comércio Exterior e o Departamento de Aviação Civil ou a Agência que vier a sucedê-lo, realizar o exame da ocorrência de possíveis superfaturamentos na importação de peças realizadas pela Skymaster Airlines Ltda junto à Skytrade Intl Entreprises, Inc.;
- c) ao Tribunal de Contas da União para realizar auditoria operacional na atual malha da Rede Postal Aérea Noturna dos Correios, com vistas a apurar se a definição das linhas, com a exigência das respectivas capacidades de carga

e quantidades de paletes, estão realmente adequadas às reais necessidades da empresa, em termos operacionais e econômicos;

d) ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria Geral da União para que investiguem a existência de possíveis irregularidades na contratação de outras companhias aéreas pela ECT, atentando, dentre outros, para os tipos de ocorrências apuradas no âmbito desta Comissão, avaliando, inclusive, a existência de eventuais superfaturamentos, em especial com as empresas Total Linhas Aéreas S.A.; TAF Linhas Aéreas S.A., Atlântico Transporte Aéreo Ltda, Transporte Aéreo Regional do Interior Paulista Ltda; Rico Linhas Aéreas S.A.; ABAETÉ Linhas Aéreas; TAM Linhas Aéreas S.A. e Varig Logística S.A.;

e) ao Departamento de Aviação Civil ou à Agência que vier a sucedê-lo para que:

e.1 - reveja normas, métodos e rotinas de trabalho com vistas à realização de análises econômicas mais adequadas dos contratos de arrendamento de aeronaves e suas alterações, objetivando impedir a evasão de divisas pelo pagamento de preços superiores aos valores máximos de mercado;

e.2 - instaure, de imediato, processos administrativos com vistas à investigação e possível aplicação das sanções previstas no Título IX do Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986), em relação aos fatos tratados neste relatório e a seguir elencados:

e.2.1 - aeronaves da Skymaster, de prefixos PT-MTE e PR-SKI, teriam realizado operações no âmbito da Rede Postal Aérea Noturna dos Correios sem a devida autorização para voar;

e.2.2 - ocorrência de diversos vôos realizados por aeronaves da Skymaster contando com tripulação distinta da oficialmente registrada (tripulação virtual), de modo a burlar o limite máximo legal do número de horas voadas ou de pousos realizados no período por tripulante;

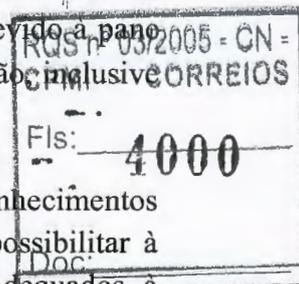
e.2.3 - ocorrência de falsificação do livro de manutenção da aeronave da Skymaster, de prefixo PT-MST, a qual teria sofrido acidente em março de 2001 devido a pane no compensador do estabilizador, situação que já tinha sido constatada pela tripulação inclusive com a respectiva anotação no livro de ocorrências original do aparelho;

f) à ECT para que.:

f.1 - adote medidas visando capacitar seus funcionários de conhecimentos técnicos específicos relativos a custos de transporte aéreo de carga, de modo a possibilitar à empresa, nos processos de contratação, dispor de preços de referência mais adequados à realidade do mercado, tendo em vista serem os serviços prestados no âmbito da Rede Postal Aérea Noturna responsável por uma de suas principais despesas;

f.2 - promova a abertura de procedimentos administrativos próprios destinados a:

f.2.1 - declaração de nulidade, com efeitos "ex-tunc", dos contratos já executados e que tenham como contratada as empresas Skymaster e Beta, nos casos em que os procedimentos licitatórios e os procedimentos de dispensa de licitação, originários das respectivas contratações, apresentaram vícios e ilicitudes, nos termos indicados neste relatório, com o objetivo de serem tomadas medidas judiciais necessárias ao ressarcimento da contratante



relativamente aos valores já pagos, com base no art. 59 da Lei nº 8.666/93;

f.2.2 - declaração de nulidade dos contratos originados da Concorrência nº 006/2004, com base no art. 59 da Lei nº 8.666/93, adotando-se as medidas judiciais necessárias ao ressarcimento do contratante relativamente aos valores já pagos;

f.2.3 – processe disciplinarmente, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa os funcionários a seguir:

- Carlos Augusto de Lima Sena (responsável pelas contratações objeto das Dispensas de Licitação nº 003/2000 e 003/2001, da Concorrência nº 010/2000 e do Pregão 045/2001, tendo sido Presidente da Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência nº 010/2000);

- Maurício Coelho Madureira (Diretor de Operações da ECT de 24/2/2003 a 09/6/2005 e Presidente da Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência nº 006/2004);

- Jânio Pohren (Membro da Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência nº 010/2000);

- José Garcia Mendes (responsável pelos atos de contratação objeto da Dispensa de Licitação nº 003/2000 e membro da Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência nº 010/2000);

- Luiz Carlos Scorsatto (Membro da Equipe de Apoio Técnico da CEL/AC da Concorrência nº 010/2000 e dos Pregões nº 045/2001 e 105/2004; membro da Comissão Especial de Licitação da Comissão Especial da Licitação nº 006/2004);

- Jorge Eduardo Martins Rodrigues (Membro da Equipe de Apoio do Pregão nº 045/2001);

308

- Paulo Eduardo de Lima (Membro da Equipe de Apoio Técnico da CEL/AC da Conc. 010/2000 e do Pregão nº 045/2001; membro da Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência 006/2004);

- Marta Maria Coelho (Membro da Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência nº 010/2000 e Pregoeira dos Pregões nº 045/2001 e 105/2004);

- Sônia Maria Guimarães (Membro da CEL/AC da Conc. nº 010/2000);

g) ao Ministro de Estado das Comunicações para que promova a abertura de procedimento administrativo próprio, fundado nos arts. 87, inciso IV e §3º, e 88, inciso II, da Lei nº 8.666/93, para fins de aplicação de pena de declaração de inidoneidade para contratar ou licitar com a administração pública contra as empresas Beta e Skymaster;

h) ao Ministério Público do Trabalho, ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério da Previdência e Assistência Social e ao Instituto Nacional de Seguridade Social para que investiguem a ocorrência de:

h.1 - acordos fraudulentos nos processos de rescisão de contrato de trabalho na Skymaster, bem como de pagamentos de verba de natureza salarial a seus tripulantes sem registro nas respectivas carteiras de trabalho, de acordo com denúncia contida neste relatório;

h.2 – pagamentos de vantagens indevidas a agentes fiscais do trabalho e da previdência social por parte das empresas Beta e das integrantes do Grupo Promodal de Transportes – GPT; i) à Secretaria da Receita Federal para apurar a ocorrência de

pagamentos de vantagens indevidas a agentes fiscais por parte das empresas

Beta e das integrantes do Grupo Promodal de Transportes

- GPT;

- j) à Procuradoria Geral da Fazenda para apurar a ocorrência de irregularidades na emissão da Certidão de Dívida Ativa da União, nº 00082/2000, em favor da empresa Beta;
- k) à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal para que aprofundem as investigações no sentido de avaliar se a Varig Logística S.A. ou seus dirigentes foram beneficiados com pagamentos de vantagens realizadas por parte da Skymaster e/ou da Beta, em razão de sua desistência do mandado de segurança contra cláusulas restritivas constantes do edital do Pregão nº 045/2001;
- l) à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal para que dêem continuidade aos processos investigativos com vistas a apurar o envolvimento e a participação dos responsáveis a seguir listados nos atos delituosos tratados neste relatório e não contemplados nas tipificações constantes do subitem seguinte deste relatório:

- Jayme Louzada Bacelar – Sócio da Skycargas;
- Heuser de Ávila Nascimento – Sócio da Skycargas;
- Américo Proietti - Sócio da Expresso Lucat a partir de dezembro de 2002 e sócio da Skycargas;
- Armando Sérgio Proietti – Sócio da Expresso Lucat até dezembro de 2002;
- Maria de Lourdes Barros Proietti – Sócia da empresa Expresso Lucat;
- Marli Pasqualetto Amerssonis – Sócia da empresa Beta;
- Reginaldo Reges Menezes Fernandes – Funcionário da Skymaster que realizou diversos saques em espécie;
- Éder Joubert Ribeiro Cabo Verde – Funcionário da Skymaster que realizou diversos saques em espécie;
- Hélio José Ribeiro – Sócio da empresa Aeropostal e sócio da Promodal Transportes Aéreos – CPF: 228.613.608-44;
- Marcus Valérius Pinto Pinheiro de Macedo – Ex-advogado da empresa Skymaster;
- Francisco Marques Carioca – Contratado do Sr. Marcus Valérius Pinto Pinheiro de Macedo para realizar saques no caixa em cheques emitidos pela Skymaster;
- Léo Botelho – Agente da empresa Beta para fins de parcelamento de débitos tributários;
- Pedro Vieira de Souza - Agente da empresa Beta para fins de parcelamento de débitos tributários;
- Marcelo Naufal – Funcionário da área financeira da empresa Beta;
- Geraldo José Pereira - Funcionário da área financeira da empresa Beta;
- José Vanderlei de Medeiros - Funcionário da área financeira da empresa Beta;
- Integrantes da equipe de apoio do Pregão nº 045/2001 cujo indiciamento não foi proposto neste relatório;
- Membros da Comissão Especial de Licitação da Concorrência nº 006/2004 cujo indiciamento não foi proposto neste relatório;
- Sílvio José Pereira, ex-Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores.

### 6.2.8 Conclusão

A análise dos documentos, dados e informações colhidas nesta CPMI, acompanhada da incongruência dos depoimentos e de parte da contabilidade fornecida pelos



envolvidos, mostra, inequivocamente, a ocorrência de uma série de irregularidades, que têm, como articuladores centrais, as empresas Skymaster Airlines Ltda e Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda (Beta), com o propósito de fraudar processos de contratação para a prestação de serviço à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Representa uma coleção de evidências que revelam a prática de conluio e acerto prévio entre as empresas referidas, com objetivo de apoderar-se de contratos com a administração pública por vias escusas, contando com a participação de funcionários dos Correios. O termo de compromisso firmado entre a Skymaster e a Beta, sob a égide de um contrato de subcontratação, revela-se um acordo de cavalheiros com o objetivo de obstruir uma disputa franca no processo licitatório e desviar dinheiro público em benefício privado.

Comete-nos destacar que as irregularidades apresentadas neste Relatório, no que tange ao universo examinado pela CPMI, advêm na atividade de espoliar o erário desde o ano de 2000, o que revela que tal esquema fraudulento persistiu a diferentes diretorias e gestões administrativas na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

As irregularidades se explicitam, entre outras razões, pela estimativa de lucro dos fornecedores obtida nos contratos firmados com os Correios, em patamares bem superiores ao nível considerado razoável no mercado, garantindo excelentes retornos aos dirigentes das empresas à custa do dinheiro público. Pode-se observar a prática de enriquecimento ilícito por parte dos sócios das empresas, conforme apresentado neste relatório.

Irregularidades que contaram com a participação de dirigentes da ECT e membros de comissão de licitação, seja no direcionamento de editais; na inserção de cláusulas ilegais, restritivas à participação de concorrentes em potencial; na complacência na verificação de documentos fiscais apresentados; na tolerância de disposições internas em desacordo com a legislação; na manipulação dos critérios para definição dos preços de referência utilizados nos processos de contratação; na apresentação de versões diferentes para o mesmo documento, contendo remissões a fatos futuros, indicando a montagem de processos a posteriori; dentre outros.

A malversação foi lesiva aos cofres públicos, com prejuízos, em cálculos conservadores, estimados em R\$ 100 milhões, no período compreendido entre julho de 2000 e abril de 2005. Por vários ângulos, torna-se patente o superfaturamento dos contratos, revelado por exame cuidadoso das planilhas de custo das empresas, contrastadas com os preços praticados ao longo do tempo.

É de se notar a enorme quantia de recursos remetidos para o exterior para fins de pagamento pelo arrendamento de aeronaves por parte da Skymaster, em valores muito superiores ao preço cobrado no mercado por negócios e operações dessa natureza. Esta CPMI suspeita de que essas operações tenham sido utilizadas para conferir aspecto de legalidade ao envio de dinheiro ao exterior, de procedência duvidosa. Há também sinais de contabilização fraudulenta de valores pagos e recebidos pela Skymaster Airlines Ltda e Skycargas Ltda, o que indica má-fé no registro da contabilidade por parte de seus controladores.

Os crimes e práticas descritos nesse relatório ferem os princípios da probidade administrativa, o que reza a Constituição Federal, a Lei de Licitações Públicas e o Código Penal, em vários de seus dispositivos.

As explicações apresentadas pelas diretorias das empresas nvestigadas não resistem a um questionamento pormenorizado. Em diversas oportunidades, os envolvidos admitem as ilicitudes que cometeram, na vã tentativa de justificar o injustificável. Causa desconfiança, por exemplo, o expressivo volume de recursos, da ordem de R\$ 30 milhões, de saques em espécie realizados nas contas bancárias da Skymaster, atitude que, em regra, visa a ocultação dos reais beneficiários.

Os desdobramentos recentes das investigações convergem no sentido do que foi desvelado por esta CPMI. Em 25 de maio, data da aprovação da CPMI, foram fechadas operações de câmbio para remessas ao exterior de mais de R\$ 6,8 milhões para a Quintessential Group LTD e a Forcefield Ltd, empresas constituídas nas Ilhas Virgens Britânicas, em operações absolutamente atípicas. Há fortes indícios de que essas empresas são controladas pelos proprietários da Skymaster, que objetivam livrar seus recursos e bens das implicações penais da Lei brasileira.

Cumpre ainda observar que, em decorrência da impressionante dimensão das ilicitudes encontradas, as conclusões ora apresentadas indicam a necessidade de que se prossigam, com absoluta celeridade, as investigações das irregularidades na área em exame pelas autoridades competentes, em especial pelo Ministério Público.

No tocante às autoridades administrativas, cumpre ao Departamento de Aviação Civil, ou ao órgão que vier a sucedê-lo na função de regulador do modal de transporte aéreo, empenhar-se de forma pró-ativa na fiscalização das companhias aéreas e aperfeiçoar as normas pertinentes, sobretudo por tratar-se de setor pouco concorrencial. Ao mesmo tempo, ante às graves irregularidades ora apontadas, deve aquele Departamento, na defesa dos interesses do Estado, engajar-se nas investigações em curso.

Coloca-se, assim, a nosso ver, como imprescindível o aprofundamento imediato das investigações, com o objetivo de que se possa identificar a totalidade dos participantes e beneficiários desse portentoso esquema de fraudes e de desvio de dinheiro público.

### 6.3 Contratos de Informática

#### 6.3.1 Aquisição de sistema de gestão empresarial – contrato n° 10.353/00

O contrato foi firmado, em junho de 2000, com a empresa Unisys, referente à aquisição de uma Solução Integrada de Gestão Empresarial. Desde 1996 a ECT enfrentava diversos problemas decorrentes do esgotamento de seu ambiente computacional (hardware – mainframe), existindo orientação do TCU para que não se ampliassem os investimentos em plataforma proprietária de mainframe. Na época, a ECT operava com diversos sistemas corporativos sem integração, o que, por conseguinte, gerava desperdício de força de trabalho e inconsistências, motivando apontamentos por parte de auditorias internas e externas.

participantes e
RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4002
Doc: _____

Simultaneamente a esse contexto tecnológico crítico, a ECT carecia de mão-de-obra especializada para atender às demandas de novos sistemas e manutenções, o que gerou um movimento interno de desenvolvimento de sistemas diretamente pelos usuários, sem observação dos padrões, normas e diretrizes da área de Tecnologia. Nesse cenário conturbado, a Diretoria da ECT decidiu viabilizar uma Nova Plataforma Computacional.

Na mesma época, a Consultoria Boucinhas & Campos recomendou à ECT a aquisição de uma Solução Integrada para a área Econômico-Financeira. Assim, após efetuar pesquisas de mercado, a Diretoria da ECT decidiu pela aquisição de uma Solução Integrada de Gestão Empresarial, abrangendo as seguintes áreas: Administrativa, Econômico-Financeira, Recursos Humanos e Tecnologia.

A Solução Integrada compreende: um Sistema Integrado de ERP (Enterprise Resource Planing); CRM (Customer Relationship Management); o fornecimento de um ambiente de DataWarehouse; a adequação de processos com customização, parametrização, integração, fluxo de trabalho integrado e automático (workflow); migração de dados; treinamento e implantação; e operacionalização inicial assistida.

Em dezembro de 1999, em concorrência com apenas dois fornecedores habilitados: Unisys e subcontratadas e Consórcio SET (TBA Informática Ltda., SAP Brasil e Ernst & Young Consulting Ltda.), a Unisys se consagra vencedora do certame.

O Contrato foi assinado em junho de 2000 e foi acrescido de sete aditivos no período de julho de 2001 a abril de 2004, vindo a ser rompido unilateralmente pela ECT em maio de 2005, em razão do não-cumprimento da cláusula 17.2, itens a, b e f.

O valor contratado originalmente foi de R\$ 44.570.466,08, totalizando R\$ 64.902.149,86 em função dos aditivos e dos reequilíbrios econômico-financeiros acordados. Desse valor final foram pagos R\$ 38.138.150,63 até a rescisão contratual.

Sobre a execução do referido contrato foram apuradas as seguintes constatações:

- A ECT não se baseou em um plano de custos detalhado dos serviços prestados para a concessão dos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro e generalizou a aplicação de índice de mão-de-obra para o reajuste integral de serviço prestado pela própria contratada;
- A ECT não agiu tempestivamente na aplicação de multas por atraso do fornecedor, o que incentivou o descumprimento contratual;
- Ao não priorizar a absorção tecnológica do projeto antes da colocação de módulos em produção, a ECT colocou em risco sua operação que é, hoje, dependente da solução adquirida;
- A ECT concebeu uma contratação emergencial que excedeu sua finalidade de eliminação do risco operacional.

Dos sete aditivos ao Contrato nº 10.353/2000 celebrados entre a ECT e a Unisys, dois tiveram como objeto o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a partir de solicitações apresentadas pela Unisys. Em ambos os casos, os responsáveis pela análise do pleito deixaram de observar os procedimentos adequados para análise da pertinência da solicitação e

para determinação dos índices aplicáveis.

No 1º reequilíbrio contratual observou-se que a ECT não obteve da Unisys a discriminação dos custos de serviço e promoveu a atualização monetária dos serviços a faturar, exclusivamente, com base no índice de mão-de-obra, sem questionar custos como os de transporte e hospedagem, bem como aqueles custos de mão-de-obra terceirizada para os quais não caberia reajuste por índice de dissídio.

Oportunamente, a ECT constituiu grupo de trabalho específico para analisar os novos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados pela empresa, por meio da Portaria PRT/PR-170/2003. Assim, coube a esse grupo emitir parecer sobre o segundo pedido de reequilíbrio pleiteado pela Unisys, tendo sido concedido 50% do valor solicitado em razão do grupo ter entendido que o reajuste de mão-de-obra não poderia ser exclusivamente atualizado pelo índice de dissídio coletivo, considerando a existência de serviços sub-contratados sujeitos a índices próprios. Entretanto, mais uma vez não foi exigida a Planilha Detalhada de Custos, como versa o item 9.3 do contrato firmado.

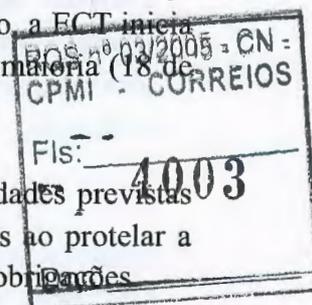
Fica caracterizado que a ECT falhou no 1º reequilíbrio ao aplicar o reajuste da parcela de serviços a faturar em 100% com base no dissídio e, também, falhou ao aplicar 50% do reajuste da parcela de serviços pelo dissídio no 2º reequilíbrio. O procedimento da ECT diferiu do padrão normal de governança corporativa em diversos pontos: a empresa deveria ter exigido do fornecedor a planilha detalhada de custos e, a partir dela, fazer a aplicação específica de índices de reajuste. Ao não proceder desta maneira, os índices referentes aos dissídios coletivos foram indevidamente aplicados, nas duas situações, a parcelas de composição de custos que não estavam diretamente vinculados aos salários dos empregados, mas sim a outros índices de atualização.

Quanto à falta de tempestividade na aplicação de multas contratuais, cabe observar que somente após promover a rescisão unilateral do contrato, a partir de dezembro de 2004 e já com oito meses de atrasos constantes em relação ao cronograma vigente do projeto, a ECT iniciou a aplicação das multas contratuais dos itens inconclusos e atrasados, sendo que a maioria (18 de 20) com atraso superior a nove meses (todos acima de 290 dias).

A falta de atuação tempestiva da ECT em fazer cumprir as penalidades previstas no item 16.2 do contrato pode ter contribuído para o descontrole contratual, pois ao protelar a aplicação de multas por tantos meses incentivou o fornecedor a descuidar de suas obrigações.

Sobre a não priorização da absorção da tecnologia relacionada à solução adotada, observou-se que durante toda a vigência do contrato, a ECT não adquiriu condições de assumir as atividades de manutenção dos equipamentos e programas durante a execução contratual com a Unisys, apesar da passagem de tecnologia ser um requisito explícito do edital.

Essa falta de priorização da transferência de conhecimento durante a execução do projeto, em especial quando da constatação das dificuldades do fornecedor, culminou no cenário crítico e de alto risco operacional que a empresa vive hoje, com serviços do Sistema Integrado de Gestão Empresarial em funcionamento no ambiente de produção da ECT, sem que sua equipe esteja apta a mantê-la de forma independente. Fica evidenciado que o aporte de profissionais



qualificados e o investimento em transferência de tecnologia são condições sine qua non para que a ECT adquira uma independência mínima dos fornecedores dessa solução e, com isso, controle os riscos operacionais do projeto.

De fato, a ECT, hoje, depende de uma solução tecnológica sem respaldo de uma equipe técnica que tenha as condições mínimas de suporte a problemas inerentes aos projetos de software ou para realização de ajustes legais urgentes. Tal fragilidade pode gerar enormes prejuízos financeiros e institucionais, caso o risco de falha se concretize em algum módulo central da solução.

Com a dissolução do negócio jurídico, os Correios contrataram, em caráter emergencial, a empresa Oracle como integradora, por ser atualmente a detentora do software núcleo do ERP, com a aquisição da PeopleSoft. A Oracle subcontratou as empresas MPL, PROCWORK, GLR e CERG, que participaram do projeto original, a fim de se preservar o conhecimento adquirido na execução contratual com a Unisys. A proposta comercial da Oracle, depois de negociada, fixou-se no valor de R\$ 20.341.100,00.

Para justificar tal operação, a ECT sugere que a complementação de módulos, em estágio avançado de desenvolvimento, deve ser realizada por meio de do contrato emergencial, pois haveria risco de perda do conhecimento investido até o momento se esses módulos não forem retomados de imediato.

### **6.3.2 Contrato GPGEM/ERP nº 11.826/03**

Este contrato foi firmado, em 30/04/2003, com a empresa Unisys, referente à aquisição de 2.690 licenças de uso perpétuo e serviços de suporte e manutenção do software OneWorld da J. D. Edwards, e prestação de serviço de treinamento para os servidores dos Correios no referido software, pelos preços de R\$ 15.823.584,60 e de R\$ 2.995.996,90, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 18.819.581,24. A contratação foi realizada mediante inexigibilidade de licitação, após a realização de Chamamento Público por intermédio do Edital nº 03/2002.

O software OneWorld já vinha sendo utilizado pela ECT desde 2000, quando esta empresa iniciou um processo de integração de todas as suas regionais e agências, tendo sido adquiridas, à época, 1.775 licenças do referido software mediante o Contrato nº 10.353/00.

O processo de contratação por inexigibilidade de licitação das licenças de uso perpétuo e serviços de suporte e manutenção de software, objeto do Contrato nº 11.826/03, teve seu fundamento na inviabilidade de competição, consubstanciado na declaração de exclusividade de fornecimento emitida pelo Sindicato das Empresas de Processamento de Dados e Serviços de Informática do Estado de São Paulo – SEPROSP, que informa:

“(…) a empresa J. D. Edwards (…) autorizou a empresa (“Unisys”) (…) a fornecer, comercializar, licenciar o uso e prestar serviços de suporte e manutenção

para o produto One World (...) com exclusividade para empresas de grande porte do Setor Público, em âmbito nacional, podendo ainda fornecer suporte e treinamento a esses clientes localizados no Brasil” (grifo nosso).

No entanto, a ECT não apresenta justificativas para a contratação do treinamento de seus servidores mediante inexigibilidade no valor global de R\$ 2.995.996,90.

No tocante à justificativa do preço praticado, em conformidade com art. 26, parágrafo único, inciso III da Lei 8.666/93, verificou-se nos autos apenas a existência de justificativa no que se referem às licenças, não se fazendo menção aos valores relativos aos serviços de treinamento.

A exclusividade do fornecimento de um software desenvolvido por uma dada empresa baseia-se no direito autoral de seu criador. No entanto, essa figura inexistente no que diz respeito à prestação de serviços de treinamento para utilização de um determinado software. Esse posicionamento está em conformidade com o paradigma estabelecido pelo item 9.21 do Acórdão TCU 1.521/03 – Plenário:

“9.2.1. quanto à contratação de serviços técnicos de informática (assistência técnica, treinamento e certificação, suporte técnico e consultoria) para o ambiente Microsoft:

1. 9.2.1.1. deve obrigatoriamente ser precedida de licitação, ante a comprovada viabilidade de competição nessa área, e as licitações devem ser distintas das utilizadas para a aquisição das licenças de software, conforme a jurisprudência deste Tribunal consubstanciada nas Decisões 186/99 e 811/02, todas do Plenário;
2. 9.2.1.2 os serviços de treinamento e certificação, suporte técnico e consultoria devem ser especificados, licitados e contratados separadamente dos demais serviços técnicos, utilizando-se o parcelamento ou a adjudicação por itens como forma de obtenção do melhor preço entre os licitantes, conforme prevê a Decisão 811/02 do Plenário;
3. 9.2.1.3 os requisitos de qualificação técnica para contratação desses serviços devem necessariamente ser distintos para cada espécie de serviço a ser contratado e diferenciados daqueles utilizados para a contratação de licenças de software, vez que estes últimos são, em regra, mais simples.”

Constatou-se no exame do contrato que não houve qualquer preocupação, seja da parte dos Correios, seja da parte da Unisys, em demonstrar a inviabilidade da competição para o fornecimento do treinamento associado ao software OneWorld, não existindo comprovação de exclusividade relativamente à prestação de serviços de treinamento.

Assim, aponta-se para a necessidade de separação dos procedimentos licitatórios, para, conforme decisão do TCU acima mencionada, permitir o maior número de interessados aos certames, ampliando a possibilidade de efetivação de melhor contratação, bem como a evidenciação, de maneira adequada para os fins legais, da ausência de outras empresas capacitadas a atender à necessidade dos Correios.

RQS nº 03/2005 - CN =	
CPMF -	CORREIOS
Fls:	4004
Doc:	264

Ademais, não há, em todo o processo, qualquer justificativa para o preço do treinamento, pois, ainda que a contratação viesse a ser realizada por inexigibilidade de licitação a justificativa de preço deveria ser apresentada, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93, art. 26, § único, inciso III.

Portanto, ficam caracterizadas três irregularidades cometidas na celebração do Contrato nº 11.826/03, a saber: ausência de justificativa da inexigibilidade de contratação do treinamento; ausência de pesquisa de preços para justificar o custo do treinamento, contratado por inexigibilidade; e a realização de processo de aquisição de licenças de software e de treinamento em único certame, restringindo a competição.

O prejuízo a ser apurado no decorrer do processo circunscreve-se ao montante de R\$ 2.995.996,90, referente ao serviço de treinamento para os servidores dos Correios no software OneWorld.

### **6.3.3 Contrato GPGEM/ERP nº 13.180/04**

O contrato foi firmado, em 23/12/2004, com a empresa Peoplesoft do Brasil Ltda, referente à aquisição de licença de uso perpétuo com número irrestrito de usuários e serviços de suporte e manutenção do software Enterprise One, pelo valor total de R\$ 19.719.952,37. A contratação foi realizada mediante inexigibilidade de licitação.

Esse valor subdivide-se em R\$ 16.338.028,17 relativos à licença de uso perpétuo do software com número ilimitado de usuários, e R\$ 3.381.924,20 relativos ao serviço de suporte e manutenção, pelo período de um ano.

O software Enterprise One já vinha sendo utilizado desde o ano de 2000 - na época denominado One World XE, quando os Correios iniciaram processo de integração de todas as suas regionais e agências. Foram adquiridas, à época, 1.775 licenças, sendo 598 do tipo "moderada" e 1.177 do tipo "nominada" mediante o Contrato nº 10.353/00, com vigência até junho de 2005.

Posteriormente, em 30/04/03, foram adquiridas outras 2.390 licenças ao preço de R\$ 16.456.399,00 (de uma proposta inicial de 2.690 ao preço de R\$ 18.819.581,24), mediante o Contrato nº 11.826/03, com serviços de suporte e manutenção até outubro de 2004.

No mês de agosto de 2004, após minucioso levantamento, concluiu-se que seria necessário adquirir mais 3.721 licenças, divididas em 2.287 na versão moderada e 1.434 na versão nominada, tendo a ECT optado, inicialmente, por adquirir 3.696 licenças que, ao custo de referência da aquisição realizada em 2003, alcançariam o valor de R\$ 18.528.036,32.

Entretanto, considerando que, além dessas 3.696 novas licenças, havia ainda a sinalização da "necessidade de aquisição" de outras 14.294 licenças ao custo total de R\$ 22.967.599,20, a empresa optou por celebrar o contrato GPGEM/ERP nº 13.180/04, no qual adquiriu direito de uso perpétuo de número irrestrito de usuários, tendo sido, para tanto,

modificada a metodologia de fixação de preços unitários da licença, que passou a valer-se não mais de um preço individualizado para cada licença contratada, mas sim de um preço variável em razão de métricas pré-definidas no contrato, a saber: a Receita Operacional Bruta e o número de funcionários da ECT.

O contrato em questão apresenta uma série de vícios jurídicos, não obstante pareça, à primeira vista, vantajoso e oportuno.

A Concorrência nº 01/99, da qual derivou o Contrato nº 10.353/00, preceituou que os preços dos diversos itens a serem contratados correspondessem a percentuais sobre o valor global da licitação. Assim, apesar de haver objeto claramente definido, subdividido em diversos itens, não é possível identificar o preço pago por cada item separadamente, afrontando-se, desde aquela época, a Lei nº 8.666, art. 7, § 2º, inciso II, bem como o art. 16 da referida Lei.

A consequência da adoção dessa sistemática, além de causar uma afronta à legislação, como visto, impedindo que as contratações posteriores do mesmo produto tivessem a referência do preço praticado originalmente, traz um enorme impacto à autonomia da ECT, pois, ao adquirir um software da modalidade ERP (Enterprise Resource Planning), a empresa está fazendo uma opção de longo prazo, com dificuldades quase intransponíveis para trocá-lo. Portanto, era indispensável uma avaliação aprofundada quanto ao desdobramento da implantação desse software ERP, no que diz respeito à necessidade de ampliação do número de usuários e consequente aquisição de novas licenças.

É razoável admitir que se tratava de um negócio altamente promissor para os licitantes, pela simples informação do número de empregados dos Correios – mais de 100.000 – em comparação com o número de licenças adquiridas inicialmente – 1.775. Qualquer empresa que visualizasse a demanda estimada de aquisição de novas licenças seria capaz de realizar esforços imensos para conseguir que os Correios adotassem o seu ERP, tornando-se clientes cativos de um produto para o qual ainda viria a ser vendido em grandes quantidades.

No ano de 2004, a ECT procedeu a detalhado levantamento de necessidades sobre novas licenças a serem adquiridas, concluindo pela necessidade de aquisição de 3.721 novas licenças, posteriormente ajustada para o número final de 3.696 licenças.

Naquele momento, em 28/10/04, a PeopleSoft, atendendo demanda da ECT, apresentou proposta de licenciamento de uso do software segundo nova metodologia, baseada em indicativos do tamanho da empresa, em vez da metodologia antiga, de preço unitário por usuário licenciado.

O Relatório ECT GPGEM nº 015/2004, de mesma data, faz uma análise comparativa das contratações no molde anterior em relação à nova modalidade oferecida, concluindo que o valor total da contratação, caso se mantivesse a opção pela aquisição de licenças individuais, seria de R\$ 18.528.036,32.

Além disso, o Relatório ECT GPGEM nº 017/2004 informa que havia sido “identificada” uma demanda estimada, em função do alto nível de descentralização da ECT, de outras 14.294 licenças, o que alcançaria o valor final de R\$ 41.495.635,52. Entretanto, não há estudos que evidenciem a necessidade estimada de 14.294 licenças, e nem o cronograma de sua

ROS nº 03/2005 - CN  
CPMI - CORREIOS

Fls: 4005

implantação. O resultado é o estabelecimento de valor superestimado da contratação caso fosse realizada na antiga modalidade, de maneira que os valores a serem pagos na nova modalidade pudessem ser considerados como benéficos aos Correios.

Sobre a nova metodologia proposta pela empresa Peoplesoft, cabe destacar que o contrato previa a existência de cláusula de expansão que tem por objetivo garantir “o preço de licença futura, caso o cliente expanda as métricas previamente determinadas”. Na prática, tal dispositivo garante à PeopleSoft pagamentos adicionais sobre o preço inicialmente contratado, em função do aumento quantitativo de uma determinada medida, no caso dos Correios, o número de funcionários.

Tal prática caracteriza indefinição do preço do objeto da contratação. Trata-se de uma contratação por preço variável. Aumentando o número de funcionários, o produto, já adquirido e pago, tem seu preço aumentado. Não se trata de reajuste ou atualização monetária, previstos na Lei, com o objetivo de reparar possíveis perdas incorridas pela contratante e promover o reequilíbrio do contrato, conforme previsto na Lei nº 8.666/93 em diversas oportunidades, como, por exemplo, art. 5º, §1º; art. 40, inciso XI; art. 55, inciso III, art. 65, §<sup>s</sup> 6º e 8º. Trata-se, efetivamente, de aumento de preço.

Tal prática, conceituada como “taxa de sucesso”, aceitável em negócios privados, não encontra elementos que a autorizem no âmbito público, pois afronta a Lei nº 8.666/93, em seu art. 14, que prevê: “Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa”.

Ademais, no caso em tela, poder-se-ia questionar se seria possível proceder-se a um exame objetivo (art. 44 da Lei nº 8.666/93) de uma proposta cujo valor é apenas inicial, podendo ir aumentando ao longo do tempo. Trata-se na verdade de elemento subjetivo que poderia elidir a igualdade entre os participantes, situação esta proibida pelo §1º do referido art. 44 da Lei de Licitações.

Com vista a justificar o preço ofertado, a empresa Peoplesoft apresentou estudos comparativos com outras duas empresas que teriam adquirido o seu software, quais sejam AGCO International e Citibank. Não obstante essa atitude, o exame dos dados apresentados pela própria empresa licitante indica que o preço pago pelos Correios, considerando o parâmetro Receita Operacional Bruta, é dez vezes maior do que o pago pela AGCO e trinta e oito vezes maior do que o pago pelo Citibank.

Tais fatos suportam a percepção de que o preço foi acertado primeiramente, e, posteriormente, saiu-se à busca de dados que pudessem tentar justificá-lo, o que, de fato, não foi possível, e acabou revelando a inadequação do valor da contratação. Assim, conclui-se não ser possível a permanência da cláusula de Expansão de Direitos, bem como que não há justificativa adequada do preço, com evidentes indicadores de ter sido praticado em valores bem acima de seus referenciais de mercado.

Resulta, assim, evidenciado que a sistemática de contratação praticada na Concorrência nº 01/99, que resultou no Contrato nº 10.353/00, tem como consequência a impossibilidade de definição do preço unitário pago pelas licenças do software One World, e que essa sistemática não permitiu que os Correios avaliassem de maneira adequada a necessidade de futuras aquisições de licenças do software One World.

Além disso, o cálculo do preço a ser pago pelas licenças na modalidade antiga não foi feito a contento, visto que a necessidade de 14.294 novas licenças não está adequadamente evidenciada. Com efeito, a comparação com o preço proposto para aquisição da licença na nova modalidade ficou prejudicada.

Ressalte-se a manifesta ilegalidade no Contrato nº 13.180/04, pelo não atendimento à Lei nº 8.666/93, art. 26, § único, inciso III, qual seja não haver adequada justificativa do preço da contratação, com conseqüente prejuízo para os Correios na contratação efetuada, e que a cláusula “Expansão de Direitos” não tem fundamento legal, . Além disso, a contratação foi efetuada em valor que não guardou relação com a proposta apresentada pela própria contratada, havendo evidências de superfaturamento, constituindo-se prática de ato antieconômico por parte dos Correios, devendo, portanto, ser revisto, em especial em função dos pagamentos ainda em curso relativos a suporte e manutenção.

O prejuízo a ser apurado no decorrer do processo circunscreve-se ao montante de R\$ 19.719.952,37, referente ao preço total do Contrato nº 13.180/04.

#### **6.3.4 Programa Banco Postal – Contrato nº 10.805/2001**

O assunto em referência tem sua origem em denúncia anônima sobre irregularidades que teriam sido praticadas pela ECT no Contrato nº 10.805/2001 firmado com o BRADESCO, em 24/09/2001, para a implantação do Programa Banco Postal.

Devido à gravidade dos fatos apontados e considerando a expressiva soma dos valores envolvidos no Programa (cerca de 310 milhões de reais), o TCU, órgão que recebeu inicialmente a denúncia, entendeu conveniente solicitar, preliminarmente, informações à ECT, com vistas ao esclarecimento das questões tratadas na denúncia.

##### **6.3.4.1 Inclusão de agências terceirizadas na abrangência do Contrato celebrado com o Bradesco, mediante o 1º Termo Aditivo, não obstante o disposto no art. 3º, inciso I, da Portaria GM/MC nº 588, de 04/10/2000**

O Serviço Financeiro Postal Especial, denominado Banco Postal, foi instituído mediante a Portaria GM/MC nº 588, de 04/10/2000. Nos termos do art. 2º dessa Portaria, os serviços pertinentes seriam prestados por meio da rede de atendimento da ECT, em todo território nacional, como correspondente de instituições bancárias, na forma definida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 2.707, de 30/03/2000, devendo ser concedida prioridade aos municípios desassistidos de atendimento bancário (§ 1º do art. 2º).

RQS nº 03/2005 - CN - CPML - CORREIOS
Fls: <b>4006</b>
Doc: _____

Seriam requisitos para implantação do Banco Postal, conforme o art. 3º daquele normativo:

I – existência de unidade de atendimento de propriedade da ECT no município a ser contemplado com os serviços; e

II – disponibilidade de meios de comunicação e processamento de dados, adequados às operações, de forma a assegurar unicidade e privacidade das informações disponibilizadas para as partes. (grifo nosso)

Observa-se, portanto, que, para efeito de implantação do Banco Postal, deveriam ser consideradas apenas as agências próprias da ECT. Tal fato foi, inclusive, reconhecido pelo Departamento Jurídico dos Correios, o qual, em atendimento à consulta formulada por meio da CI/DICOM-2362/2004, de 13/08/2004, a respeito da celebração do 4º Termo Aditivo, emitiu a CI/DJFIN/DEJUR 1103-A, informando da impossibilidade de se firmar o aditivo pretendido, visto que “a Portaria 588/2000 do Ministério das Comunicações exigia, como condição para implantação dos serviços de Banco Postal, que a unidade fosse própria da ECT”.

A manifestação do DEJUR levou o Presidente da ECT a solicitar, por meio do Ofício 0578/2004-PR, ao Ministro das Comunicações, que fosse alterada a Portaria GM/MC nº 588/2000, para que se permitisse a instalação do serviço nas unidades terceirizadas, o que veio a ser viabilizado mediante a Portaria GM/MC nº 329/2004, que alterou a redação do inciso I, do art. 3º da Portaria anterior, excluindo a expressão “de propriedade”:

I – a existência de Unidade de Atendimento da ECT no município a ser contemplado com os serviços; e

Não obstante a alteração tenha ocorrido apenas em 02/09/2004, a ECT celebrara, em 20/12/2001, o 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 10.805/2001, o qual, promoveu a alteração da redação da Cláusula Terceira, no seu caput e no seu § 4º, nos seguintes termos:

Contrato nº 10.805, de 24/09/2001	1º Termo Aditivo, de 20/12/2001
“Cláusula Terceira – A presente contratação é aplicável em todo o território nacional, sendo total a responsabilidade do CONTRATANTE, perante o Sistema Financeiro Nacional, sobre os serviços prestados pela CONTRATADA.”	“Cláusula Terceira – A presente contratação é aplicável em todo o território nacional, sendo total a responsabilidade do contratante pela qualidade dos serviços prestados pela contratada, inclusive no que concerne à segurança bancária.”

“Parágrafo Quarto – Sendo concedida autorização para as unidades terceirizadas da CONTRATADA operarem como correspondentes bancários, a CONTRATADA inserirá essas unidades na abrangência deste contrato de prestação de serviços, mediante aviso prévio ao CONTRATANTE.”

“Parágrafo Quarto – As unidades de atendimento de serviços postais terceirizadas, estão incluídas na abrangência deste contrato, condicionadas à regularidade dos seus contratos com a ECT.”

O aditivo, portanto, foi celebrado em frontal desrespeito ao disposto no referido normativo. Embora não tenha gerado efeitos imediatos - visto que a inclusão de agências terceirizadas só veio a ocorrer quando do 4º Termo Aditivo -, possibilitou ao Bradesco direito potencial de operação nessas unidades. Tal prerrogativa, inclusive, foi requerida pela instituição financeira, em 25/09/2003, a título de compensação pelo acolhimento da proposta da ECT, consubstanciada no documento “DESAT/DEREV Julho 2003”, para inclusão do Banco Postal em todos os municípios brasileiros não atendidos por agências próprias dos Correios.

Saliente-se ainda que:

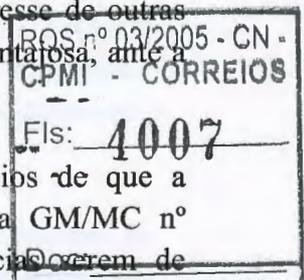
a) não houve manifestação do Departamento Jurídico a respeito do 1º Termo Aditivo, indicando inobservância ao disposto no art 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93. Como já apontado anteriormente, aquele DEJUR só veio a ser consultado a respeito da matéria quando do 4º Termo Aditivo, tendo se pronunciado pela inviabilidade do intento;

b) a inclusão das agências terceirizadas no âmbito do Banco Postal (incluindo franqueadas, que se localizam em capitais e cidades de médio e grande porte), resultou em alteração do objeto licitado, possibilitando o acesso do Bradesco a agências financeiramente mais atrativas do que as inicialmente previstas. Apesar do edital não trazer, especificamente, que a licitação se restringia às agências próprias da ECT, o contrato, cuja minuta se constituía em Anexo 4 do edital, estabelece claramente a impossibilidade de contratação com terceirizadas, conforme se depreende da sua Cláusula Terceira, §§ 3º e 4º.

É de se considerar que a alteração ocorreu cerca de três meses após a celebração do contrato e, caso prevista na origem do processo, poderia ter suscitado o interesse de outras instituições financeiras, as quais não manifestaram pretensão ou proposta mais vantajosa, ante a relação de agências inicialmente oferecidas;

c) não encontra respaldo o argumento apresentado pelos Correios de que a possibilidade de utilização da rede terceirizada já estava prevista na Portaria GM/MC nº 588/2000, visto que a Portaria estabelecia como requisito primário as agências de propriedade da ECT (art. 3º inciso I). Esse fato foi reconhecido como necessário pelo DEJUR/ECT, que condicionou a prévia solicitação ao Ministério das Comunicações à aprovação da minuta do 4º Termo Aditivo;

Ainda, caso estivesse subentendida a possibilidade de utilização da rede



terceirizada a partir de livre arbítrio dos Correios, mediante mera “solução administrativa”, restaria desnecessária a alteração do normativo, mediante a Portaria GM/MC nº 329/2004.

#### **6.3.4.2 Possibilidade de inclusão de novos serviços, bem como de novas agências ao objeto do contrato versus pagamento único:**

O Edital, em seu subitem 5.2, referente à “Proposta Comercial”, estabelecia os seguintes itens de formação de preço, necessários a “cobrir investimentos, custos operacionais e retorno sobre o capital empregado”:

- a) valor básico, a ser pago à ECT, de uma única vez, correspondente à remuneração do acesso a cada grupo de agências de Correios;
- b) valor unitário a cada transação efetuada nas agências postais, pago à ECT mensalmente;
- c) percentual sobre o valor captado nas operações de depósito em conta corrente, conta de poupança e em aplicações financeiras, a ser pago mensalmente.

As remunerações relacionadas nas alíneas “b” e “c” correspondem a valores a serem pagos durante a execução contratual, em face do volume de serviços prestados.

O mesmo raciocínio não se aplica, todavia, ao chamado valor básico (alínea “a”), que se constituiria em remuneração do “acesso”. Na acepção dessa palavra, temos que o valor básico se destinaria a remunerar o ingresso do Bradesco na rede de agências dos Correios, e, por conseguinte, deveria envolver todos os custos necessários à inserção dos serviços bancários previstos no subitem 1.1 do Edital, em consonância com o subitem 5.2.7: “5.2.7. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os custos referentes ao atendimento do escopo estabelecido no objeto deste Edital.”

Conclui-se, portanto, que esses recursos se destinariam a financiar os investimentos necessários para ajuste da infra-estrutura física e tecnológica das agências, cujo fornecimento seria de responsabilidade dos Correios, conforme subitem 1.5 do Edital e Cláusulas Sexta e Décima Quarta do Contrato. Para esse fim, o Bradesco teria pago à ECT, a título de valor básico, o total de R\$ 200.001.840,00 (contra R\$ 79.500.000,00 oferecidos pelo Itaú. A CEF não apresentou proposta para esse item), consoante se verifica na análise das propostas comerciais.

O mesmo Edital, em seu item 1, relativo ao “Objeto”, estabeleceu que o processo se destinaria à seleção de um ou mais bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial ou caixas econômicas para, em parceria com a ECT, implementar o conceito de Banco Postal, em toda a rede de atendimento postal, nas unidades constantes de seu Anexo 2.

O objeto, todavia, nos termos do subitem 1.1, c/c os subitens 1.1.3 e 1.3.2, poderia ser ampliado indefinidamente, tendo em vista que:

a) a critério das partes, poderiam ser incluídas, entre os serviços a serem prestados no âmbito das agências da ECT, outras atividades autorizadas pelo Banco Central, mediante a celebração de termo aditivo, tal como ocorreu por meio dos 2º e 3º Termos Aditivos;

b) além das unidades de atendimento definidas no Anexo 2, poderiam ser incluídas, a critério das partes, novas unidades de atendimento da ECT. Nesse caso, não estava prevista explicitamente a pactuação de termo aditivo para esse fim.

Essas diretrizes foram consignadas no termo contratual, especificamente na Cláusula Primeira, inciso X e Parágrafo Terceiro, bem como na já referida Cláusula Terceira, Parágrafos Primeiro e Terceiro.

Temos, por conseguinte, que o objeto contratual poderia sofrer ampliação ilimitada, seja pelo acréscimo de novos serviços, seja pelo acréscimo do número de agências, fato, inclusive, reconhecido pelos Correios. Não obstante tal permissividade, o Bradesco, conforme já visto, efetuou, como remuneração de acesso, necessária à disponibilização da infra-estrutura requerida, pagamento único, para o qual não caberia repactuação, consoante Cláusula Décima Segunda do Contrato.

É de se salientar que também não encontra respaldo o entendimento dos Correios no sentido de que a cotação do valor básico não estaria vinculada ao número de agências. Tal raciocínio levaria à conclusão de que a proposta oferecida pelo Bradesco teve caráter aleatório, não se vinculando a qualquer parâmetro para sua definição. Entendemos, por racionalidade, que, para definição do valor básico cotado, a instituição financeira contratada tenha se utilizado do número de agências inicialmente previstas, para fins de definição dos recursos necessários à sua adequação às condicionantes do Banco Postal, o que, por conseguinte, tornaria forçosa a revisão do valor pago, quando da inclusão de novas agências.

#### **6.3.4.3 Substituição de 237 das 5.299 agências inicialmente previstas, sem a celebração de Termo Aditivo ao Contrato:**

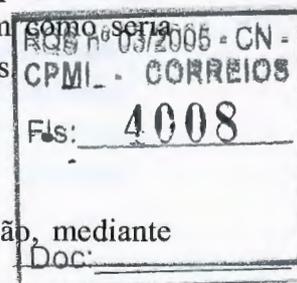
Conforme já apontado na análise do tópico anterior, o subitem 1.3.2 do Edital e o Parágrafo Terceiro da Cláusula Terceira do Contrato nº 10.805, de 24/09/2001, possibilitavam a inclusão de novas agências na lista inicialmente prevista, a critério das partes.

Entenderiam os Correios, consoante esclarecimentos prestados, que, havendo previsão contratual, restariam desnecessárias negociações com o Bradesco, assim desnecessário o aditamento, já que não haveria alteração das condições estabelecidas

Posicionamento incorreto, visto que:

a) a Cláusula Vigésima Quinta previa a necessidade de formalização, mediante termo aditivo, de qualquer alteração das disposições do contrato;

b) é vedada, pelo art. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, a celebração de contrato verbal.



Ressalte-se ainda que, caso fosse efetivamente desnecessária a formalização de aditivo, quando da inserção de novas agências próprias da ECT no objeto do contrato, sendo, por conseguinte, um processo “automático”, não se justificaria a inclusão das 237 agências substituídas, bem como de 199 agências próprias adicionais, quando da formalização do 4º Termo Aditivo. O que se verifica, de fato, é que o aditamento veio a ocorrer, só que a posteriori, sendo promovidos atos, com os conseqüentes efeitos, sem o devido e tempestivo respaldo formal.

#### **6.3.4.4 Ampliação do objeto em cerca de 50%, tendo, como contrapartida, pagamento correspondente a 31% do preço inicialmente pactuado**

Conforme o Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira do Contrato nº 10.805, de 24/09/2001, a ECT e o Bradesco se obrigaram a implantar os serviços em todas as 5.299 unidades de atendimento postal listadas em seu Anexo 1. Em face desse total de agências inicialmente previsto, aquela instituição financeira pagou, a título de valor básico, a importância de R\$ 200.001.840,00, que se destinaria, consoante já visto, a financiar os investimentos necessários para ajuste da infra-estrutura física e tecnológica das agências.

Mediante o 4º Termo Aditivo, de 20/09/2004, foram acrescentadas 2.521 novas unidades de atendimento. Para tanto, o Bradesco deveria pagar R\$ 62.000.000,00, sendo metade em até quinze dias úteis contados da data da assinatura do aditivo, e o restante por ocasião da apresentação, pela ECT, da comprovação da adesão de 85% do total das agências adicionadas. Esses recursos, como dispõe explicitamente a Cláusula Décima do 4º Termo Aditivo, visavam “proporcionar os meios e condições de operacionalidade para as agências (...), na execução daqueles serviços”, equivalendo, por conseguinte, ao “Valor Básico” pago, tal como reconhecido pela ECT.

Saliente-se que, além das novas agências, deveria haver a implantação do Banco Postal nas 237 agências inicialmente previstas, que ainda não se encontravam aptas à prestação dos serviços do Banco Postal, visto a substituição promovida pela ECT. Por essas agências, o Bradesco não desembolsou nenhum valor, amparado na Cláusula Terceira do Contrato, que possibilitava a adição ilimitada de novas agências, sem qualquer contraprestação pela instituição financeira.

A esse respeito, merece ser ressaltado, ainda, que houve a tentativa pela ECT de negociação com o Bradesco, no sentido de que fossem pactuados “valores adicionais relativos à implantação dos serviços de correspondente bancário nas agências não previstas inicialmente no contrato”, mediante o chamado “Modelo de Atendimento para Operar como Correspondente Bancário – DESAT/DEREV – julho de 2003”.

Consoante destacado nesse documento, em julho/2003, 56 agências, instaladas após a assinatura do Contrato, e, por conseqüência, não previstas em seu Anexo I, já atuavam como Banco Postal, cabendo ao Bradesco o pagamento de R\$ 2.882.579,94, tendo por base o “Valor Básico”, atualizado monetariamente.

Além desse valor, a proposta da ECT consignava ainda:

a) a inclusão de 204 agências já instaladas, que ainda não atuavam como Banco Postal, ao custo de R\$ 10.660.259,35;

b) a inclusão de 737 agências, a partir da conversão de agências terceirizadas (comunitárias, satélites e Postos de Correios) em agências próprias, ao custo de R\$ 38.526.607,68.

Ao proceder a análise da proposição dos Correios, o Bradesco declarou, mediante correspondência de 25/09/2003, que “os municípios integrantes da proposta” caracterizavam-se “pelo baixo potencial econômico”, não adicionando “praticamente qualquer valor financeiro ao projeto”. Ademais, “ao se transformarem em Agências Próprias elas passariam a integrar o rol de Agências abrangidas” pelo contrato, “sem que houvesse necessidade de qualquer pagamento adicional, além dos R\$ 200 milhões desembolsados para acesso à Rede dos Correios”.

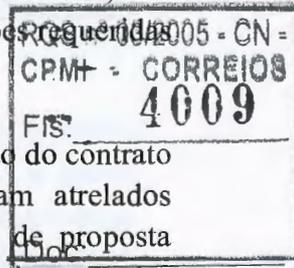
Não obstante tais ponderações, considerando a “impossibilidade de retorno sobre os investimentos que teriam de ser realizados para a instalação das Agências dos Correios e implantação do Banco Postal”, o Bradesco considerou a possibilidade de “desembolsar os R\$ 52 milhões solicitados”, desde que tivesse “compensações”, entre as quais, a prorrogação do contrato por mais trinta meses, a “possibilidade de comercialização de produtos e serviços de Previdência, Seguro e Capitalização por intermédio do Banco Postal” e o “início imediato da operação nos terceirizados”, atuantes nos grandes centros.

Em novo pronunciamento, de 03/08/2004, promovido em termos semelhantes ao anterior, o Bradesco se comprometeu com o pagamento da quantia de R\$ 62 milhões – montante efetivamente contratado – tendo estipulado as condições sob as quais os Correios receberiam tal valor. Ressaltou ainda que, para tanto, deveria existir a “inclusão automática de todas as novas agências dos Correios” no contrato, “sem necessidade de qualquer desembolso adicional, inclusive dos Franqueados”.

Tem-se, portanto, que, embora o objeto do contrato tenha sido acrescido em 47,5% (ou 52%, se considerarmos as 237 agências substituídas), em frontal descumprimento ao disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93, foi pago, em contrapartida, valor correspondente a 31% do total inicialmente pactuado, decorridos três anos da celebração do contrato. Esse valor praticamente corresponderia aos investimentos necessários às adequações das agências terceirizadas que seriam convertidas em agências próprias dos Correios; em levantamento promovido em julho/2003, excluindo-se, por conseguinte, as adaptações requeridas nas agências franqueadas.

É de se ressaltar por fim, que não procede o argumento de que o objeto do contrato se restringiria à “prestação de serviços bancários básicos”, visto que estariam atrelados diretamente às agências inseridas no projeto. Tanto é verdade que, para efeito de proposta comercial, foi prevista a cotação do “Valor Básico”, vinculado diretamente às agências selecionadas (fato, inclusive, reconhecido pelo Bradesco).

Ademais, salvo a pretensão do Bradesco de venda de seguros/títulos de



capitalização como contrapartida da proposta da ECT, as negociações promovidas giraram em torno das agências, não havendo qualquer modificação quanto aos serviços prestados.

#### **6.3.4.5 Prazo de vigência do contrato**

Para fins de análise desse ponto, há que se dividi-lo em dois momentos distintos: o interregno entre a assinatura do contrato e a instalação da 5.299ª agência e o momento posterior à celebração do 4º Termo Aditivo.

Vejamos, inicialmente, os condicionantes estabelecidos no termo original.

Consoante o Parágrafo Primeiro da Cláusula Terceira do Contrato nº 10.805/2001, a implantação dos serviços nas 5.299 agências listadas no Anexo I deveria estar concluída no prazo máximo de dois anos, contados da homologação dos testes previstos na Cláusula Quarta (ocorrida, como já visto, em 15/08/2002).

A partir dessa data – correspondente ao início da operação da última unidade implantada – teria começado a vigência do contrato, pelo prazo de cinco anos, nos termos de sua Cláusula Décima.

Em 23/07/2004, dentro do prazo previsto, foi concluída a instalação da última das 5.299 unidades de atendimento – fato, inclusive, divulgado no Boletim Técnico nº 132/2004, de 26/07/2004, e comunicado ao Bradesco, em 23/07/2004, mediante a Carta-DEBAN-069/2004. Todavia, desse total, 5.059 unidades correspondiam às inicialmente previstas. As 240 agências restantes foram substituídas por outras não previstas no Anexo I: 238, em face “da localização das mesmas e das dificuldades regionais” apresentadas e 2 outras por terem os nomes repetidos na listagem original.

A questão, portanto, seria: o prazo deveria ter se iniciado a partir da implantação efetiva da 5.299ª agência, ou, de fato, o objeto do contrato não teria sido cumprido, visto que parte das agências implantadas não estava inicialmente prevista no Anexo I do contrato? A resposta para esse questionamento resta contraditória tanto no contrato, quanto nas respostas apresentadas pelos Correios.

A ECT informou que o prazo de vigência não teria se iniciado, visto que restariam 237 agências a serem implantadas. Assim, deveria ser considerada a data de início prevista na Cláusula Quarta e seus parágrafos seguintes do 4º Termo Aditivo.

Posteriormente, em atendimento à nova diligência, os Correios encaminharam o Ofício 0013/PR, de 12/01/2005, alegando, desta feita, que “a vigência de cinco anos a que se refere a CLÁUSULA DÉCIMA iniciou-se em 26/07/2004 (data da implantação da última agência), constituindo-se no primeiro período, assim como o Aditivo nº 4 implica a primeira prorrogação.” (grifo nosso).

Quanto ao contrato, não obstante estipulasse a instalação das 5.299 agências previstas como condicionante para início da contagem do prazo de vigência, o Contrato permitia a inclusão/exclusão de novas agências (Cláusula Terceira, Parágrafos Terceiro e Quinto), o que

possibilitou a substituição promovida.

Saliente-se ainda que, conforme reconhecido pela ECT, o Anexo I apresentava diversas falhas na sua elaboração, inclusive com nomes em duplicidade; todavia não houve preocupação formal com a readequação da lista de agências, uma vez que poderiam ser incluídas a qualquer momento após a assinatura do contrato:

Ressalta-se que à época da constituição do Anexo 2 do Edital (31/12/2000), a ECT contava com 5.351 agências em operação, (...), mas, por conveniência operacional, apenas 5.299 foram incluídas naquele anexo (...).

Por ocasião da assinatura do Contrato 10.805/2001, o Anexo-2 do Edital foi inadvertidamente transformado em Anexo-1 do referido Contrato, porém sem os necessários ajustes: i) inclusão das 52 agências faltantes no Anexo-2 do Edital; ii) inclusão das novas unidades eventualmente criadas entre a elaboração do Anexo 2 do Edital e a assinatura do Contrato; iii) exclusão daquelas que eventualmente foram fechadas no mesmo período.

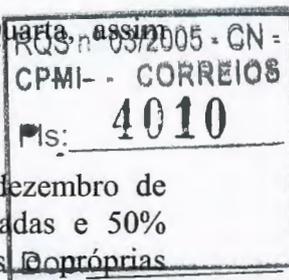
Por fim, merece relevância o fato de que cerca de dez das 238 agências substituídas foram fechadas, impossibilitando, por conseguinte, o cumprimento integral do Anexo I. A vinculação à implantação das unidades listadas possibilitou, na prática, a extensão indefinida do início da contagem da vigência contratual.

O novo prazo foi definido mediante o 4º Termo Aditivo. Consoante a sua Cláusula Quarta, caput e Parágrafo Primeiro, o prazo de cinco anos para a vigência do Contrato nº 10.805/2001 teria sua fluência iniciada somente quando todas as agências (próprias, franqueadas, permissionárias e comunitárias) previstas na sua Cláusula Primeira, Parágrafos Primeiro e Segundo, bem como as 237 unidades que constaram da relação original, estivessem em condição de prestar os serviços do Banco Postal.

Contraditoriamente, o Parágrafo Segundo, da mesma Cláusula Quarta, estabelece:

“Parágrafo Segundo. Fica estabelecido que, após 31 de dezembro de 2006, se 85% (oitenta e cinco por cento) das agências franqueadas e 50% (cinquenta por cento) das agências permissionárias, comunitárias e próprias considerando os números que constam no parágrafo primeiro, da cláusula primeira, do presente termo, e as 237 agências referidas no parágrafo primeiro acima, estiverem reconhecidas como aptas para a prestação do serviço de Correspondente Bancário, terá início a contagem do prazo de 05 (cinco) anos, para a vigência do contrato firmado pelas partes em 24 de setembro de 2001.”

Temos, portanto, na melhor das hipóteses, que o prazo de vigência do contrato terá



início em 31/12/2006, desde que atendidas todas as condicionantes previstas no Parágrafo Segundo da Cláusula Quarta. Caso as metas de implantação não venham a ser atingidas, retorna-se às disposições do caput e do Parágrafo Primeiro da mesma Cláusula, ou seja, só quando todas as unidades previstas, mais as 237 iniciais, estiverem implantadas, tornando, em decorrência, o prazo de vigência indeterminado.

Deve-se lembrar, no entanto, que:

a) dez das 237 unidades foram fechadas, bem como que foram implantadas, até 12/01 deste ano, apenas 31 das 2.521 unidades inseridas pelo 4º Termo Aditivo;

b) caso, por qualquer motivo, sejam inviabilizados o início das atividades das agências constantes do Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira do aditivo, ou a prorrogação do prazo prevista na Cláusula Quarta, a ECT tem a obrigação de devolver os valores até então recebidos do preço de R\$ 62 milhões (Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima). Da mesma forma, não ocorrendo a implementação dos serviços na totalidade das agências previstas, cabe a devolução proporcional à parte não implantada (Parágrafo Segundo da Cláusula Décima).

#### **6.3.4.6 Apurações da Controladoria Geral da União – CGU a respeito da implantação do Programa Banco Postal**

A Controladoria Geral da União – CGU, por sua vez, também auditou o processo de contratação do Banco Bradesco pela ECT para implantação do Programa Banco Postal. A seguir transcrevemos síntese dos achados por aquele órgão, com as devidas recomendações efetuadas aos Correios.

O Edital de Chamamento Público nº 001 – CES/AC, publicado em 2001, teve por objeto a seleção de um ou mais bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial ou caixas econômicas para, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, implementar o conceito de Banco Postal, sob a forma de Correspondente Bancário, em toda a Rede de Atendimento Postal, (nas agências próprias da ECT), de acordo com as especificações definidas e limitadas ao escopo da Resolução nº 2.707/2000 do Conselho Monetário Nacional.

O processo foi selecionado para análise a partir de pedido de informações por parte do Ministério Público Federal no DF, versando sobre denúncia, Processo nº 00190.007691/2005-0.

Relata a denúncia, resumidamente, que das 5.299 agências constantes do contrato original para operação do Banco Postal, houve a substituição de cerca de 200, situadas em municípios de menor porte, por outras 2.521 agências, a maioria delas franqueadas e terceirizadas, instaladas em cidades de médio e grande porte. Tal substituição, conforme denúncia, teria sido eivada de imoralidade, dado que tais novas agências se apresentam muito mais lucrativas para operarem o Banco Postal, tendo sido deixadas de lado aquelas localizadas em municípios mais carentes, destituídos de serviço bancário de qualquer espécie.

Os fatos narrados acrescentam que, como contraprestação pela inclusão

dessas novas agências, o que totaliza quase 50% do quantitativo de agências originais, o Bradesco deverá pagar cerca de R\$ 60 milhões de reais à ECT, sendo que pagara, há quase três anos, cerca de 250 milhões para ter as primeiras 5.299 agências.

Por fim, sugere a denúncia que, por conta de alteração da vigência contratual, por meio de termo aditivo, este passou, na prática, a possuir prazo indeterminado, já que se fixou, como data de início da contagem do prazo de cinco anos, a adequação da última agência prevista no contrato e em seus aditivos para operar os serviços bancários.

Das análises realizadas, conclui-se que o valor cobrado para efeito do uso da Rede de Atendimento Postal, para inclusão das unidades terceirizadas, deu-se, efetivamente, mediante parâmetros diferenciados do cobrado para as unidades próprias, sem que se possa, entretanto, afirmar que a rentabilidade daquelas justificasse uma cobrança de valores mais elevados.

Por outro lado, constatou-se que houve alteração e ampliação do período inicial estabelecido para a vigência contratual aplicável às agências instaladas, e que os termos contratuais possibilitam a substituição ou exclusão de agências de menor atratividade econômica por outras de maior, quanto aos fins de prestação de serviços financeiros, com riscos de não atingimento de um dos objetivos originais do Projeto, que era alcançar a camada social excluída do acesso aos serviços financeiros bancários.

Tais conclusões estão refletidas nas constatações de auditoria e suas respectivas recomendações, conforme a seguir:

#### CONSTATAÇÕES:

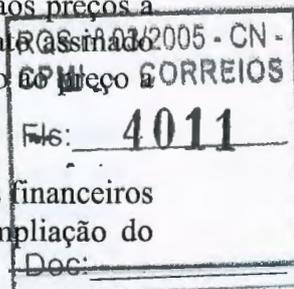
1. Extensão das atividades financeiras postais a agências terceirizadas em desacordo com condições previamente estabelecidas.

O Parágrafo Terceiro da Cláusula Terceira, da minuta do contrato anexa ao Edital de Chamamento nº 001 – CES/AC, estipula que, “A CRITÉRIO DA CONTRATADA”, no caso, a ECT, a rede de unidades de atendimento postal poderia ser ampliada. No entanto, no contrato assinado entre o Banco Bradesco e a ECT, o Parágrafo Terceiro da Cláusula Terceira eliminou a possibilidade de negociação da ECT sobre a inclusão de novas agências.

A expressão “a critério da contratada”, prevista originalmente, conferia à ECT a decisão sobre a possibilidade de extensão da prestação de serviços financeiros a unidades terceirizadas, o que poderia dar-se mediante condições previamente estabelecidas, inclusive quanto aos preços a serem cobrados pela ampliação do acesso à rede de atendimento da ECT. O contrato assinado inseriu as unidades contratuais sem, no entanto, estipular condições, inclusive quanto a ser cobrado pelo acesso à rede de atendimento postal.

O 4º Termo Aditivo também foi assinado estendendo a prestação de serviços financeiros às unidades terceirizadas, na ausência do estabelecimento de condições para a ampliação do acesso à rede de atendimento postal.

Para o contrato original, assinado em 24/09/2001, o Banco Bradesco propôs o valor de



R\$ 200.001.840,00, a título de Valor Básico de Acesso à Rede de Atendimento Postal, equivalente a 5.308 agências, sendo parte destas e prioritariamente em localidades desprovidas de atendimento bancário, ao tempo em que, mediante o 4º Termo Aditivo, assinado em 20/09/2004, foram incluídas mais 2.521 agências (47% do número de agências do contrato original), ao valor global de R\$ 62.000.000,00 (30% do valor do contrato original).

Foi recomendado à ECT:

1. 1. Apresentar as razões para a assinatura do contrato afastando do seu texto original a expressão “A critério da Contratada” na extensão das atividades financeiras à rede de atendimento terceirizada.
2. 2. Demonstrar, no prazo de 90 dias, a viabilidade econômica da ampliação do objeto contratual, estendendo a prestação de serviços financeiros postais às unidades terceirizadas, de modo a comprovar o equilíbrio financeiro contratual, considerando-se o valor auferido originalmente e o constante do aditivo contratual para remuneração do uso da rede de atendimento postal, de modo a comprovar a eficiência na realização da receita pública.
3. 3. Alteração dos termos do Contrato nº 10.805/2001, de 24/09/2001, mediante o 1º Termo Aditivo, em desacordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.707/2000 e Parecer Jurídico da ECT.

Determinou o Termo Aditivo que a responsabilidade do Banco Bradesco S/A ser restringiria à qualidade e à segurança dos serviços prestados pela ECT, enquanto que o texto do contrato original assinado, em conformidade com o conteúdo da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.707, de 30 de março de 2000, previa ampla obrigação da instituição financeira perante o Sistema Financeiro Nacional.

Foi recomendado à ECT:

1. Adequar as condições contratuais ao texto das orientações normativas vigentes quanto às obrigações da contratante.
2. Não admitir alterações contratuais em desacordo com as normas vigentes.
2. 3. Alteração da vigência contratual, mediante o 4º Termo Aditivo, ampliando o prazo de vigência.

O Parágrafo Quarto da cláusula 10ª do Contrato original (modificada por este TA) previa que, caso houvesse inclusão de novas agências a operarem o Banco Postal, o prazo de 5 anos defluiria individualmente para cada nova agência, não afetando o fluxo do prazo das agências já em operação.

A Cláusula Quarta do 4º Termo Aditivo estabelece que o prazo de 05 (cinco) anos, fixado em 24 de setembro de 2001, para a vigência do contrato de prestação de serviços financeiros, terá a sua fluência iniciada somente quando todas as agências (próprias, franqueadas, permissionárias e comunitárias) que constam no Anexo I do presente Termo Aditivo, estiverem em condições de prestar os serviços de Correspondentes Bancários.

Em sua manifestação a ECT considera que, por tratar-se de contrato de natureza comercial com regras próprias, não estando sujeito às restrições da Lei 8.666/93 e que o término de sua vigência depende fundamentalmente dos resultados da parceria e do ambiente legal-institucional vigente, não havendo outra restrição à sua continuação, não a exime de atentar para o princípio do interesse público, uma vez que, a vigência contratual, é também quesito de atratividade econômica para os interessados formularem suas propostas, o que reflete no preço ofertado, e no caso em tela, repercute nas receitas auferidas pela ECT.

Foi recomendado à ECT:

1. Apurar responsabilidades pela alteração da vigência contratual, mediante o 4º Termo Aditivo, sem comprovação da viabilidade econômica para a ECT.
2. Ajustar a vigência contratual, limitando-a de forma adequada.
3. Atentar para as diretrizes originais do Projeto quanto à implantação prioritária das agências postais em localidades desprovidas de atendimento bancário, em cumprimento ao seu interesse social, inicialmente previsto.

### **6.3.5 Aquisição e prestação de assistência técnica por 24 meses de diversos equipamentos utilizados na solução de automação das agências da ECT – Contrato nº 11.346/2002**

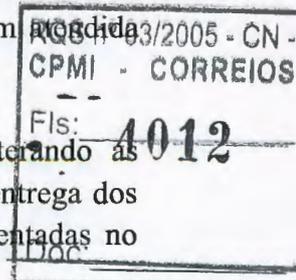
O Pregão nº 042/2002-CPL/AC teve como objeto a aquisição, e prestação de assistência técnica por 24 meses, da solução de automação das agências da ECT, composta de: 8.222 conjuntos contendo microcomputador, impressora autenticadora, leitor de CMC7, leitor laser de código de barras, teclado PIN e balança de correspondência; 4.119 balanças de encomenda 30 kg; 1.018 balanças de encomenda 50 kg; 2.353 impressoras laser monocromáticas e 4.324 impressoras de códigos de barra. Segundo o termo de referência nº 44/02, a justificativa para a aquisição foi “atender à necessidade da ECT devido à Automação Postal, Bancária e compartilhamento entre os diversos Projetos Corporativos, com impacto direto nas agências dos Correios e outros órgãos da empresa”. A estimativa de preços apresentou valor global de R\$ 87.807.152,75.

A sessão de pregão realizou-se em 18/7/2002. Participaram do certame o Consórcio Alpha, constituído pelas empresas Novadata Sistemas e Computadores S.A. (líder) e Positivo Informática Ltda. e as empresas Unisys, Procomp, Itautec e IBM, sagrando-se vencedor o Consórcio Alpha. O lance final do Consórcio apresentou valor 2,5% inferior ao apresentado no início da sessão, resultando no valor global de R\$ 90.989.913,20, sendo R\$ 81.890.921,88 referentes à aquisição dos equipamentos e R\$ 9.098.991,32 referentes à assistência técnica por 24 meses, a contar do aceite dos equipamentos.

Em 2/8/2002, foi assinado o Contrato nº 11.346/2002, cujo valor global é de R\$ 90.989.913,20, sendo estabelecidos, como prazos de entrega para os lotes de equipamentos de 1 a 4, os dias 5/9/02, 20/9/02, 5/10/02 e 25/10/02.

Em 4/10/2002, o Contratado solicitou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em 18,64%. Esta solicitação foi analisada diversas vezes na ECT e por fim aceita parcialmente em 23/11/2004.

Em 10/12/2002, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Contrato, alterando as especificações dos equipamentos por outros similares e homologando os prazos de entrega dos lotes de 1 a 4 para 23/9/02, 8/10/02, 23/10/02 e 12/11/02, devido às razões apresentadas no relatório GT/PRT/PR-147/02-01/2002.



Em 21/1/2003, o prazo do lote 2 foi ajustado para o dia 12/12/02 e os dos lotes 3 e 4 para o dia 27/12/02, atendendo solicitação do Consórcio efetuada em 19/12/2002, na qual o Contratado ofereceu como contrapartida a unificação da garantia de todos os equipamentos para 24 meses após o aceite do 4º lote.

Em 7/3/2003, iniciou-se o período de garantia de todos os equipamentos dos lotes 1 a 4. Esta foi a data em que todos os equipamentos já estavam entregues e o Consórcio apresentou amostras de teclados PIN com as modificações propostas pela ECT, pois o Edital era dúbio com relação a algumas funcionalidades.

Em 4/6/2003, foi firmado o 2º Termo Aditivo ao Contrato, para acréscimo de 25% no valor global contratado para aquisição de mais 3.592 microcomputadores, 3.431 impressoras autenticadoras, 3.438 leitores de código de barras, 3.425 teclados PIN e 2.737 leitores de CMC7. O prazo de entrega dos equipamentos foi fixado em 31/7/2003.

Em 28/7/2003, foi dado aceite dos teclados PIN, liberando a glosa de R\$ 1.564.791,00.

Em 23/1/2004, foi firmado o 3º Termo Aditivo ao Contrato, para suprimir a instalação, em agências em reforma, de equipamentos adquiridos no 2º Termo Aditivo.

Em 18/5/2004, foi firmado o 4º Termo Aditivo ao Contrato, suprimindo a parte da assistência técnica em garantia dos equipamentos não instalados em razão do determinado no 3º Termo Aditivo e alterar o prazo da garantia dos equipamentos adquiridos no 2º Termo Aditivo para abranger o período de 5/12/2003 a 5/12/2005.

Em 23/11/2004, foi assinado o 5º Termo Aditivo ao Contrato concedendo indevidamente um reequilíbrio de 6,064%, no valor de R\$ 5.517.286,97.

Considerando a necessidade de racionalização da análise do assunto em tela, a seguir são descritas tão-somente as impropriedades graves relativas a esse pregão.

#### **6.3.5.1 Concessão Irregular de Reequilíbrio Econômico financeiro**

O argumento utilizado para a necessidade de repactuação foi a súbita desvalorização do real frente ao dólar a partir de agosto de 2002. Percebe-se atuação irregular da Direção da ECT na condução do processo a partir do dia em que Sr. Antônio Osório Menezes Batista assumiu a Diretoria de Administração, dia este em que o pleito, que antes se encontrava em processo de indeferimento e havia sido sobrestado durante dez meses a pedido do Consórcio, foi retomado e, descartando argumentos anteriores da própria ECT pelo indeferimento, acabou por ser concedido.

Em observação ao processo de reequilíbrio, verifica-se que, em 4/10/2002, menos de três meses após a licitação, o Contratado encaminhou carta à ECT onde solicitou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato no valor de R\$ 16.967.765, 93, alegando que “evidenciada a onerosidade excessiva é imprescindível a revisão contratual para adequar, em

bases razoáveis, as prestações recíprocas das partes contratantes no percentual de 18,648 %”. O argumento do Contratado era de que havia ponderado um preço médio do dólar a R\$ 2,8628 para fornecimento dos quatro lotes de equipamentos e este preço chegou a R\$ 3,6952 no dia anterior à solicitação.

Em 20/11/2002, o Grupo de Trabalho 128/2001, coordenado pelo Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, foi designado para avaliar a solicitação e produziu o Relatório nº 034/2002, fixando o valor do reequilíbrio devido em R\$ 11.172.535,91. A equipe técnica do Grupo tinha perfil fortemente financeiro e fez sua avaliação considerando os aspectos estritamente econômicos da situação, verificando as variações de preços dos componentes nas diversas datas de importação e, após inúmeras ponderações matemáticas dos diversos percentuais de variação, obteve o percentual médio de 12,278%.

Embora o Grupo tenha manifestado que “o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 11.346/2002, celebrado com o consórcio Alpha, encontra amparo legal e contratual”, há, no relatório somente uma rápida referência de que a solicitação do consórcio estava amparada na “Lei nº 8.666, de 1993, em seu art. 65, inciso II, alínea ‘d’”. Não há qualquer avaliação da imprevisão do ocorrido, dos fundamentos da solicitação ou do seu enquadramento jurisprudencial. Tais avaliações deveriam ter sido exigidas ou providenciadas pelo coordenador do Grupo, e abordadas posteriormente pelo Departamento Jurídico.

Em função de mudanças de administração no Governo Federal e na diretoria da ECT, nova avaliação foi encomendada a um segundo Grupo de Trabalho (244/2002) que, em 10/1/2003, por meio do Relatório nº 016/2003, ratificou totalmente a decisão do primeiro Grupo, novamente não procedendo análise quanto à legalidade do pleito ou da imprevisão do ocorrido.

Em 18/7/2003 o terceiro Grupo de Trabalho designado para analisar o pedido de reequilíbrio (GT 170/2003), coordenado pela Srª. Tânia Regina Teixeira Munari, apresentou relatório muito bem embasado, que concluiu pela total improcedência do pleito. Dentre os argumentos utilizados pelo GT para indeferimento do pleito podemos destacar:

a) não-aderência aos fundamentos legais e doutrinários para a revisão, sendo destacado no relatório, em citação a Diógenes Gasparini:

“O gravame causado pela determinação deve ser de tal grandeza que dificulte sobremaneira a execução ou mesmo impossibilite a continuidade do vínculo. Se não for dessa natureza, nenhuma relevância tem para a ordem jurídica, e sequer se presta para justificar a revisão do contrato. O contratado deve suportar os riscos normais do negócio em que está envolvido. (in Direito Administrativo, Ed. Saraiva, 5ª ed., pg. 543, apud)”;

b) ilegalidade da aplicação da variação cambial como fundamento para a revisão, citando inclusive a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, parágrafo único do art. 1º: “Parágrafo único. São vedadas, sob pena de nulidade, quaisquer estipulações de:

I – pagamento expressas em, ou vinculadas a ouro ou moeda estrangeira,

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4013
Doc:

ressalvado o disposto nos arts. 2º e 3º do Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, e na parte final do art. 6º da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994;”

c) gestão de riscos inerentes à atividade comercial, na qual “quanto maior o retorno maior será o risco”;

d) existência de instrumentos financeiros de mercado para proteção contra a variação do dólar, tais como hedge, mercado futuro, mercado a termo, opção, e swaps. O relatório informa que estes mecanismos são utilizados pela própria ECT para sua própria proteção nos seus contratos em dólar; e

e) inexistência de disponibilidade orçamentária para a concessão.

Em 6/8/2003, o Consórcio enviou carta à ECT informando que “obteve a informação de que esta nova comissão teria opinado contrariamente ao atendimento do nosso pleito” e solicita o “SOBRESTAMENTO do processo administrativo em questão, afim de que o Consórcio possa instruir com novos documentos o pedido”. O sobrestamento foi deferido em 8/8/2003, e estes “novos documentos” jamais foram apresentados.

Em 18/5/2004 o Consórcio encaminhou carta ao “Ilmo. Sr. M.D. Antonio Osório Menezes Batista – Diretor de Administração” solicitando que o processo de reequilíbrio fosse retomado. Acontece que o Sr. Antônio Osório Menezes Batista, conforme Decisão do Conselho de Administração, só tomou posse na Diretoria de Administração no dia 19/5/2004, portanto um dia após o envio da carta do Contratado para sua pessoa. Ou seja, o processo ficou sobrestado durante 10 meses a pedido do Contratado, o maior interessado no andamento do processo, que só teve a tranquilidade de retomá-lo quando soube antecipadamente que o Sr. Antônio Osório Menezes Batista assumiria a Diretoria de Administração, e aí o fez imediatamente. Na carta apresentada, o Consórcio alega que conseguiu melhores preços junto aos seus fornecedores, que o valor da moeda americana havia retornado aos patamares de julho de 2002 e que não havia como utilizar mecanismos do mercado financeiro para se proteger da variação do dólar.

Em depoimento nesta CPMI o Sr. Mauro Farias Dutra entregou documentos e rebateu as acusações que pesam sobre seus negócios com os Correios, tais documentos foram enviados, juntamente com o depoimento, ao TCU para exame em conjunto e confronto.

O novo Diretor de Administração, então, por meio do Departamento de Contratação e Administração de Material (DECAM), encaminhou o pedido para reanálise pelo mesmo Grupo de Trabalho (GT 170/2003) que anteriormente havia opinado pelo indeferimento. Em 1/9/2004, o Grupo de Trabalho resolveu consultar o Departamento Jurídico sobre a tese de gerenciamento de risco, consulta esta que o Grupo não havia achado necessária quando concluiu anteriormente pela improcedência do pedido. É importante perceber que o processo então passou a ter acompanhamento sistemático do Diretor de Administração que chegou a rubricar “de acordo” nesta simples consulta.

Em 6/9/2004, em resposta à consulta, o DEJUR, mediante a Nota Jurídica DEJUR/DJTEC-956/2004, afirmou laconicamente, sem apresentação de qualquer análise legal ou jurisprudencial, que a “tese não pode prosperar”, “por que a Lei 8.666, ao tratar do

reequilíbrio econômico-financeiro, não excepcionou a prévia obrigatoriedade de a contratada se proteger de uma eventual variação cambial por intermédio de mecanismos financeiros, além de não constar do Edital ou Contrato esta exigência”. Esta análise destaca-se das demais do DEJUR pela sua velocidade de produção (quatro dias úteis) e pela falta de embasamento técnico e jurídico da nota, característica comum que faz com que os as conclusões do Departamento sejam acatadas.

Diante da citada Nota Jurídica, o Grupo de Trabalho 170/2003, por meio do Relatório nº 058/2004, de 23/9/2004, descartou a tese de gerenciamento de risco. O Grupo de Trabalho também acatou o argumento do Contratado, encaminhado por intermédio da CI/DEBAN-0523/2004, de que “para obter preços melhores, supomos que o Consórcio Alpha fez melhor negociação com seus fornecedores do que quando do primeiro fornecimento, conforme eles mesmos afirmam” e, por isso, concluiu o Grupo que “o Termo Aditivo em referência não serve como fundamento para negar o pleito de reequilíbrio”. Diante dos argumentos encaminhados pelo DEJUR e pelo DEBAN, o Grupo mudou sua interpretação inicial e concluiu então ser devido o acréscimo no contrato. Entretanto, o Grupo considerou que era previsto, à época da licitação, pelo Banco Central do Brasil, um valor de dólar em torno de R\$ 3,10 no “período que abarca a contratação”, e que, portanto, a imprevisibilidade do ocorrido se deu apenas após este valor. O GT concluiu, então, que o total da recomposição devida, em função da variação do preço do dólar de julho a dezembro de 2002, era 6,064% e não 12,278%, gerando uma economia de R\$ 5.655.248,94 em relação ao proposto pelos dois primeiros Grupos de Trabalho.

De posse do Relatório do Grupo de Trabalho 170/2003 e de parecer favorável do DEJUR emanado em 25/10/2004, o Sr. Diretor de Administração produziu o Relatório/DIRAD-133/2004, opinando pela concessão do reequilíbrio em 6,064%, totalizando R\$ 5.517.286,97. O reequilíbrio foi autorizado pela Diretoria sem ressalvas na Reunião da Diretoria de 17/11/2004, à qual estavam presentes os Srs. João Henrique de Almeida Sousa (Presidente da ECT), Maurício Coelho Madureira (Diretor de Operações), Antônio Osório Menezes Batista (Diretor de Administração), Ricardo Henrique Suñer Caddah (Diretor Econômico Financeiro), Robinson Koury Viana da Silva (Diretor de Recursos Humanos) e Eduardo Medeiros de Moraes (Diretor de Tecnologia e Infra-Estrutura). O 5º Termo Aditivo foi firmado em 23/11/2004 e assinaram pela ECT o Presidente João Henrique de Almeida Sousa e o Diretor de Administração Antônio Osório Menezes Batista.

Em resumo, a readequação de contrato para concessão de recomposição financeira em valor elevado, como é o caso em estudo, é matéria que merece cuidadosa análise por parte de qualquer empresa, e muito mais quando se trata de empresa pública. No caso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, pode-se observar que a condução do processo é diretamente afetada pela composição da Diretoria da Empresa. O processo, que havia sido abordado de forma pouco criteriosa quanto aos aspectos jurídicos no relatório do Grupo de Trabalho 128/2001, coordenado pelo Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, que concluiu pela concessão de reequilíbrio e foi endossado pelo relatório do GT 244/2002, veio posteriormente a sofrer detalhada análise no primeiro relatório do Grupo de Trabalho 170/2003, que acabou concluindo pelo indeferimento do pleito.

análise no  
ROS nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS  
Fls: 4014  
284  
Doc:

Com a posse do Sr. Antônio Osório Menezes Batista na Diretoria de Administração, a ECT passou a desconsiderar os próprios argumentos anteriormente utilizados para o indeferimento e furtou-se de aprofundar suas análises, culminando com a total reversão da conclusão do GT 170/2003, que mudou seu parecer de “improcedente” para “procedente”. A drástica mudança de atitude da ECT em relação à condução do processo de reequilíbrio, juntamente com o sobrestamento do processo por dez meses a pedido do Contratado até que a Diretoria fosse assumida por outro grupo, somada ao fato de existir documento endereçado ao Diretor de Administração antes de ele assumir o cargo e às denúncias veiculadas na imprensa por intermédio de divulgação de fita de vídeo em que o Chefe do DECAM informa que o Diretor de Administração atuou pessoalmente na resolução do reequilíbrio dos kits postais com a Novadata, mostra que a assinatura do 5º Termo Aditivo para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que foi claramente demonstrada neste relatório como indevida, também apresentou graves irregularidades em sua condução.

Desta forma, a concessão de recomposição de 6,064% a título de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em função da variação do preço do dólar de julho a dezembro de 2002, caracterizou irregularidade grave da forma como foi conduzida, pois ficou evidenciado que foram indevidamente descartados argumentos contra a concessão que já haviam sido corretamente emanados em relatórios internos da ECT, além de não terem sido observadas as reais variações dos preços dos equipamentos no mercado ou a capacidade de previsibilidade da variação do dólar pelo Consórcio.

#### **6.3.5.2 Tentativa de revisão indevida de valores previamente acordados**

A ECT, contrariando todos os princípios jurídicos razoáveis, aceitou retomar discussão acerca do percentual devido em função do reequilíbrio econômico-financeiro no âmbito do Contrato nº 11.346/02, discussão que já havia sido completamente encerrada, sem chances de contestação, por meio da assinatura do 5º Termo Aditivo, pois este representou acordo das partes para restabelecer a relação que pactuaram inicialmente. O chefe do DECAM e integrantes do DEJUR à época atuaram fortemente no sentido de atender aos interesses do Consórcio, produzindo relatórios pelo deferimento do pleito, que foram acatados pelo Departamento Jurídico. A negociação indevida só foi interrompida após a substituição do Chefe do DECAM, em razão de denúncias de corrupção veiculadas na imprensa.

Em 4/10/2002, o Consórcio solicitou a alteração do Contrato nº 11.346/02 para restabelecer a equação econômico-financeira entre as partes devido a alegados prejuízos em função da desvalorização do real em relação ao dólar de julho a dezembro de 2002. As negociações prosseguiram por mais de dois anos até serem encerradas com a assinatura do 5º Termo Aditivo ao Contrato em 23/11/2004.

A assinatura do 5º Termo Aditivo, embora indevida, conforme demonstrado no item anterior, encerrou definitivamente a questão para o Consórcio no que diz respeito ao seu pleito, pois o aditivo baseou-se na Lei nº 8.666/93, art. 65, inciso I, alínea d.

A assinatura do Termo Aditivo representou um acordo, no qual as partes

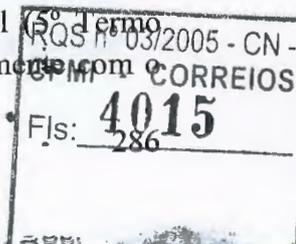
assumiram que o percentual de reajuste concedido restabeleceu definitivamente o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Caso o Consórcio não tivesse concordado plenamente com os valores ou percentuais devidos, não poderia ter assinado o Termo Aditivo, pois, ao fazê-lo, aceitou todos os termos expostos no instrumento contratual e na Lei; dentre eles, o de que estava restabelecida a equação financeira do contrato.

Embora tenha assinado de livre e espontânea vontade o acordo embutido no referido Termo Aditivo, o Consórcio apresentou, em carta datada de 8/12/2004 (duas semanas após a celebração do 5º Termo Aditivo), solicitação para retomada da discussão sobre a mesma questão, ou seja, o valor a ser acrescentado no Contrato a título de reequilíbrio econômico-financeiro, pela variação do preço do dólar de julho a dezembro de 2002 e também uma suposta correção monetária a ser aplicada. Na carta, o Consórcio refere-se, tão somente, a fatos já abordados e devidamente resolvidos com a assinatura do 5º Termo Aditivo. Não foram apresentados fatos novos ou ocorridos após a assinatura do instrumento contratual.

Percebendo as facilidades oferecidas pela ECT quanto à possibilidade de reavaliação de matéria que já havia sido encerrada com a assinatura do 5º Termo Aditivo, o Consórcio encaminhou, em 4/3/2005, nova carta à ECT, na qual fez mais um pedido referente ao mesmo assunto. Argumentou o Contratado que o Edital especificava que, na proposta das licitantes, a manutenção e garantia dos equipamentos deveria ser cotada como custeio num total de 10% em relação ao total da proposta. Argumentou também que havia sido concedida recomposição de 6,064% no preço dos equipamentos. Então, concluiu, também era devido o mesmo percentual à parcela de custeio, em uma avaliação totalmente indevida, pois não só o acordo entre as partes já havia encerrado a questão quanto os valores devidos, como também o próprio Consórcio havia afirmado em seu pleito inicial que não solicitava reequilíbrio em função da variação do preço de mão-de-obra ou de outros fatores de custo, e também já havia demonstrado, por ocasião da assinatura do 2º Termo Aditivo, que o preço dos componentes havia diminuído após a entrega dos equipamentos.

Com base nesta outra solicitação, foi produzida, então, uma versão do relatório do DECAM. Esta versão tem duas partes, sendo que, na primeira, a equipe técnica apenas efetua simulações financeiras e não apresenta considerações acerca da pertinência ou não da solicitação. Na segunda parte, há o Parecer do DECAM opinando pela procedência das solicitações e sugerindo acréscimo maior no Contrato, agora no valor de R\$ 4.295.556,97, quantia obtida quando a ECT acatou os inconsistentes argumentos do Contratado e optou pelo acréscimo do reajuste em 6,064% da parcela referente a custeio. Esta versão possui assinatura do Sr. Maurício Marinho no Parecer do DECAM.

Embora fosse clara a total inviabilidade jurídica da solicitação e a condução totalmente controvertida do processo, com substituição de relatórios já previamente encaminhados, o DEJUR, em 16/5/2005, emitiu a Nota Jurídica DEJUR/DCON – 530/2005, atendendo não apenas o que o DECAM havia sugerido, mas acatando outros argumentos do Contratado. A Nota Jurídica, que deveria, em atendimento aos mínimos preceitos legais e de interesse da administração, ter descartado qualquer possibilidade de retomada da discussão de assunto, que já havia sido pacificado com a assinatura de instrumento contratual (5º Termo Aditivo), não só deu prosseguimento indevido à discussão, como concordou totalmente com o



DECAM quanto à tese de que a revisão deveria utilizar a cotação do dólar americano no valor de R\$ 3,57 para os terceiro e quarto lotes.

Com a veiculação na imprensa de denúncias de corrupção envolvendo o Sr. Maurício Marinho, o Chefe do DECAM foi substituído. Então, em 7/6/2005, o DECAM, por intermédio do relatório CGS/DGCS/DECAM-234/2005, assinado pelo novo Chefe de Departamento, Sr. Edio Schwalm, foi emitido outro parecer, discordando totalmente do pleito. Os argumentos pela improcedência do pleito também foram assinados pela mesma equipe técnica que, na gestão anterior, havia se furtado de assinar o parecer pela procedência da solicitação, equipe esta composta pelos Srs. Marcos Lopes Meira e Valdson Santos Freitas. Este documento demonstra claramente qual era a posição inicial da equipe técnica, que não prosperou na administração do Sr. Maurício Marinho. O relatório é claro em descartar qualquer possibilidade de retomada de discussão de matéria já encerrada:

“(...) entende este DECAM que não há que se revolver a matéria, sob pena de ser eternizado um conflito que foi concluído com a assinatura do 5º Termo Aditivo, sendo que qualquer tentativa no sentido de acrescer o valor pactuado caracterizará um verdadeiro bis in idem, ferindo todos os preceitos legais.”

Por meio da CI GCS/DGCS/DECAM-2766/2005, o DECAM submeteu novamente o assunto ao DEJUR. O Departamento Jurídico, em 20/6/2005, com a ECT já sob nova gestão, produziu a Nota Jurídica DEJUR/DCON-657/2005, que versa sobre exatamente o mesmo assunto tratado anteriormente. Porém, desta vez, resolveu considerar que qualquer discussão sobre o assunto objeto de acordo já realizado entre as partes era totalmente indevida.

Por fim, em 27/6/2005, o DECAM produziu o Relatório GCS/DGCS/DECAM-243/2005, com a proposta de “não conceder o reequilíbrio econômico-financeiro”, que foi corroborada pelo Diretor de Administração Marcos Gomes da Silva, que despachou em 1/7/2005: “autorizo conforme proposto o indeferimento do reequilíbrio econômico-financeiro”.

Portanto, a retomada na ECT, por provocação do Contratado, de discussão de tema que já havia sido completamente resolvido pelo 5º Termo Aditivo caracterizou irregularidade da forma como foi conduzida, pois ficou evidenciado que o ex-chefe do DECAM, a ex-chefe da DCON/DEJUR e a chefe do DEJUR deram prosseguimento à renegociação, com parecer parcialmente favorável ao pleito do Contratado, embora soubessem da total inviabilidade jurídica da retomada da discussão.

### **6.3.5.3 Não-aplicação de multas propostas pelas Diretorias Regionais em função de demora no atendimento de chamados durante a garantia**

Nos anos de 2004 e 2005, o Departamento de Contratação e Administração de Materiais (DECAM) foi acionado pelas Diretorias Regionais para que aplicasse multas previstas

contratualmente em função de atraso no atendimento de chamados para reparos nos equipamentos em garantia, mas não tomou as atitudes necessárias para que fossem efetivamente cobradas do Consórcio as devidas multas, que, em levantamento inicial da nova gestão do DECAM, chegariam ao valor total de R\$ 22.285.723,29.

O Contrato nº 11.346/2002 prevê, na parte que se refere à execução da garantia dos equipamentos adquiridos, multa por atraso no atendimento dos chamados, conforme se segue:

8.6.2. Os prazos máximos para atendimento e solução do problema estão discriminados na tabela abaixo, contados em horas corridas, excluindo sábados, domingos e feriados.

	ATENDIMENTO	SOLUÇÃO DO PROBLEMA
SEDE DAS DIRETORIAS REGIONAIS	02 HORAS CORRIDAS	04 HORAS CORRIDAS
ATÉ 200KM SEDES DR'S	06 HORAS CORRIDAS	08 HORAS CORRIDAS
ACIMA DE 200KM SEDES DAS DR'S	06 HORAS CORRIDAS	12 HORAS CORRIDAS



(...)

11.3.3. Pelo atraso do início do atendimento, nos termos do subitem 8.6.2. deste Contrato: 1% (um por cento) do valor dos equipamentos questionados, por hora de atraso;

11.3.4. Pelo atraso do efetivo reparo dos equipamentos, nos termos do subitem

2. 8.6.2. deste Contrato: 2% (dois por cento) do valor dos equipamentos questionados, por hora de atraso;

Na análise dos documentos relativos à execução do Contrato nº 11.346/2002, a equipe de auditoria do TCU encontrou várias propostas de multas por atrasos no reparo dos equipamentos, conforme previsto no contrato, originadas do Grupo de Trabalho PRT/PR-229/2002 e das Gerências Técnicas de várias Diretorias Regionais. Estas propostas de multas foram consolidadas no Levantamento de Aplicação de Multas elaborado na nova Gestão do DECAM, que levantou um valor total de R\$ 22.285.723,29.

Do levantamento pode-se concluir que as CI reclamando de atrasos no atendimento, enviadas pelas DR durante a gestão do Sr. Aduino Tameirão Machado, resultaram todas em CT de aplicação de multa enviadas ao Consórcio. A partir da gestão do Sr. Maurício Marinho, não apenas o andamento das CT já enviadas pelo DECAM ao Consórcio foi interrompido, como também nenhuma CI reclamando de atrasos no atendimento, enviada pelas DR, resultou em CT de aplicação de multa, a não ser uma, da DR MT, na qual a ECT havia sido multada pelo Inmetro em função de desregulagem de balanças.

As CI queixando-se de atrasos no atendimento pelo Consórcio, enviadas pelas DR e recebidas no DECAM durante a gestão do Sr. Maurício Marinho, não resultaram em aplicação de multa ao Consórcio. No conjunto de documentos analisados pela equipe de auditoria, verificou-se que o DECAM não dava prosseguimento à aplicação das multas alegando que, para que tal procedimento fosse adotado, seria necessário o parecer do Gestor Operacional a respeito, além do “de acordo” do diretor da área, conforme determinado na CI GAB/DECAM-020/2004-CIRCULAR, de 25/8/2004. Como exemplos, podemos elencar as CI/DECAM 2097/2005, 2156/2005, 2117/2005, 2200/2005, 2366/2005, 2367/2005, 2532/2005 2404/2005, e 2682/2005.

Entretanto, conforme se depreende da análise das CI CSG/DGCS/DECAM-2467/2005, de 14/4/2005, em que o DECAM questiona sobre o gestor operacional do Contrato nº 11.346/2002, respondida pelas CI CI/DICOM-770/2005, CI/DITEC-1057/2005, CI/DITEC-713/2005 e CI/CAD/DIEFI-1065/2005, nas quais nenhum dos diretores assume tal gestão, a ECT não definiu, durante praticamente toda a vigência do contrato, um gestor operacional para acompanhar a garantia dos equipamentos. A definição só veio a ocorrer na nova gestão, em 17/8/2005, conforme explicitado na CI/DIRAD-1128/2005, que define como Gestor Operacional do Contrato nº 11.346/2002 o Departamento de Manutenção da DITEC.

A não-indicação do gestor operacional configura descumprimento parcial do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, em prejuízo do acompanhamento e da fiscalização do contrato, resultando na não-aplicação das multas devidas, bem como no atendimento insatisfatório das demandas das DR pelo Consórcio, como pode ser verificado na CI SEGC/GERAD/DR/MG-0306/2005 e GEREN/DR/SC-1080/2004.

Portanto, o DECAM, mantida a indefinição quanto ao gestor operacional do contrato, e em face da CI/GAB/DECAM-020/2004, de 25/4/2004, acabou criando, com o aval do Diretor de Administração, uma situação em que vedava a si próprio aplicar multas ao contratado, mesmo havendo a solicitação pelas DR, pois não aceitava estas como gestores operacionais. Ressalte-se que este não era o posicionamento do DEBAN, pois, na CI ASS/DEBAN-234/2005, esse Departamento informou que “a gestão operacional das DRs fica mais evidente, devido aos chamados de manutenção de equipamentos estarem relacionados à necessidade de atestação de faturas de manutenção previstas na assistência técnica contratada”. Para isso, invoca a Nota Jurídica DEJUR/DJRAD-1174/2003, de 13/11/2003, que indicava, já na época, os procedimentos a serem adotados caso fossem encontrados problemas na assistência técnica.

Em resumo, da análise dos responsáveis pela não-aplicação das multas, resta claro que o DECAM, sob gestão do Sr. Maurício Marinho, e a DIRAD, sob gestão do Sr. Antônio Osório Menezes Batista, criaram, por meio da CI/GAB/DECAM-020/2004, dificuldades extremas para que fossem aplicadas as penalidades, pois passaram a impedir o procedimento normal de aplicação de multas que já vinha sendo seguido com sucesso na gestão anterior do DECAM sob orientação da Nota Jurídica DEJUR/DJRAD-1174/2003. Não aceitando as DR como gestores operacionais do contrato, o DECAM demorou tempo excessivo para acionar as áreas competentes para definir qual área deveria assumir tal gestão, só vindo a fazê-lo, sem sucesso, em 14/4/2005, por intermédio da já citada CI CSG/DGCS/DECAM-2467/2005. Também atuou o DECAM intempestivamente no acionamento do DEMAN e DEBAN para que se posicionassem quanto as CI enviadas pelas DR solicitando aplicação de multas, conforme se

pode observar nas já citadas CI CSG/DGCS/DECAM-2097/2005, só emitida em 24/1/2005, e CI CSG/DGCS/DECAM-2366/2005, só emitida em 18/3/2005. Além disso, o Sr. Maurício Marinho não deu prosseguimento ao andamento das multas já aplicadas ao consórcio por meio das CT 4099/2003, 4222/2003, 2057/2004, 2317/2004 2464/2004, 2424/2004 e 2476/2004.

Dessa forma, a invalidação, pelo DECAM, com o aval da DIRAD, dos procedimentos de aplicação de multas ao Consórcio que vinham sendo praticados com sucesso, e o estabelecimento de procedimento que exigia novo gestor operacional, sem a definição imediata de tal gestor, caracterizou irregularidade da forma como foi conduzida, pois ficou evidenciado que o ex-chefe do DECAM e o ex-chefe da DIRAD acabaram por favorecer o Contratado, que pôde prestar atendimento insatisfatório às agências, sem receber qualquer multa prevista no contrato.

### **6.3.6 Aquisição de Solução Integrada para Fornecimento de Endereço Eletrônico Permanente – Contrato nº 11.290/2002**

Em 2001, os Correios iniciaram o programa e-Post, constituído de projetos associados ao desenvolvimento e fortalecimento da atuação da organização na Internet. Os principais resultados esperados eram:

- a) a criação de um portal de venda de produtos;
- b) a implantação de quiosques eletrônicos para acesso público a Internet nas agências dos Correios;
- c) a comercialização pelos Correios de certificados digitais; e
- d) a implantação de um correio eletrônico gratuito para ser oferecido a todos os cidadãos.

Internet nas
RGSI nº 08/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: -
4017
Doc: _____

Dentre os projetos citados acima, o item “a)” está em funcionamento; os itens “b)” e “c)” geraram processos licitatórios que não chegaram a termo ou não tiveram o objetivo cumprido, estando em processo de rescisão; e o item “d)” ensejou o objeto da auditoria do Tribunal de Contas da União.

Assim, em 30/05/2001 foi publicada a Portaria PTR/PR 136/2001, que define a criação do Grupo de Trabalho para a elaboração do Projeto Básico Endereço Eletrônico Permanente dos Correios. Na mesma data, a Portaria PTR/PR 137 designou a Comissão Especial de Licitação para a realização da Concorrência 12/2001, objeto da presente análise.

#### **6.3.6.1 Restrição ao Caráter Competitivo no Edital**

Ao elaborar o edital da Concorrência nº 12/2001 a Comissão Especial de Licitação (CEL) especificamente designada para esse certame, estabeleceu a realização da presente

licitação sob o regime de empreitada por preço global, conforme preâmbulo do Edital. De fato, utilizando jargão comum em Informática, o objeto foi definido como “solução integrada de endereço eletrônico”.

Segundo o especificado no Edital, contudo, estão ali agrupados os seguintes itens de produto/serviço:

- Implantação, que corresponde ao fornecimento e configuração de todo o equipamento (hardware) e programas (software) necessários para que a solução entre em funcionamento, bem como fornecimento de treinamento;
- Sustentação, que corresponde ao fornecimento de serviços continuados ao longo do projeto, incluindo manutenção dos programas desenvolvidos, suporte aos softwares básicos (sistema operacional) e de aplicação (servidor web), suporte à equipe de gestores, manutenção da documentação produzida para scripts;
- Locação, que corresponde ao aluguel dos equipamentos (computadores e impressoras) e ao fornecimento do software básico para o funcionamento dos mesmos (sistema operacional e serviço web);
- Serviços, que corresponde à criação e manutenção das caixas postais eletrônicas, bem como o serviço de hosting – isto é, hospedagem das caixas postais dos usuários em meio magnético disponibilizado pela Contratada.

Os itens do edital não estão agrupados de forma clara quanto à natureza de cada serviço prestado. Contudo, da descrição desses produtos e serviços constantes no Projeto Básico e na Proposta Econômica depreendem-se os seguintes tipos de objetos:

- Fornecimento de licenças de software (não fica claro se em regime de propriedade ou de licença temporária, em função do pagamento continuado no item “locação”) para os softwares de apoio e para o software de correio eletrônico em si;
- Desenvolvimento de programas para a customização da interface aos padrões dos Correios, bem como para a criação/manutenção dos usuários;
- Manutenção de programas, para os programas desenvolvidos no item “b”);
- Treinamento;
- Suporte;
- Locação de equipamentos;
- Hospedagem (hosting) de caixas postais.

Torna-se bem fácil, assim, perceber os diferentes tipos de produtos sendo oferecidos sob a alcunha genérica de “solução”.

Dada a diversidade dos produtos e serviços deste edital, seria necessário que a administração demonstrasse cabalmente que a empreitada por preço global era a opção técnica e economicamente mais vantajosa. Não há tal justificativa no Projeto Básico, e as evidências apontam exatamente na direção oposta.

Nesse contexto, o problema foi a adjudicação por preço global e não por itens, sem a devida justificativa, constituindo um fator de limitação da competição.

Dessa forma, houve restrição à competição. Apesar disso, o preço da licitante

vencedora ficou bem abaixo do estimado e dos outros concorrentes. Esse fator, aliado ao atual estágio do projeto, faz-nos considerar que não seja economicamente vantajoso reverter agora a situação. Resta-nos buscar que o malefício não se estenda a novos contratos semelhantes.

### 6.3.6.2 Superfaturamento do Subitem Manutenção de Aplicação

A Concorrência nº 12/2001 estava estruturada nos itens “Implantação”, “Locação”, “Sustentação” e “Serviços”. Além disso, a ECT exigiu das licitantes o preenchimento de planilha detalhada para os custos associados a cada item, especificando inclusive os subitens componentes. Tal detalhamento, correspondente às tabelas do “Resumo da Proposta Econômica”, permite não só a consideração pontual dos subitens como também subsidia as eventuais negociações de aditivos e reequilíbrios financeiros.

Em particular, nesse caso, podemos observar na proposta da licitante vencedora (BrT Serviços de Internet) que o subitem de “Manutenção das aplicações desenvolvidas”, no valor total de R\$ 810.000,00 conforme o Resumo da Proposta Econômica, representou um valor bem acima do valor de mercado.

Segundo a definição do item 3.2.2.4 do projeto básico, estão incluídas nesse valor um total de 3.000 horas para manutenção, a serem executadas ao longo de 45 meses de operação da solução implantada. Sendo assim, para o total proposto de R\$ 810.000,00, o valor da hora resulta em R\$ 270,00.

Para se verificar o exagero desse valor, é suficiente consultar a “Tabela de Preços de Horas para o Serviço de Manutenção Adaptativa e Evolutiva”, utilizada como referência para o contrato efetivado pela própria ECT como resultado da Concorrência nº 13/2001, que teve como objeto a implantação do Shopping Correios, também parte do projeto e-Post:

Tabela de Preços de Horas para o Serviço de Manutenção Adaptativa e Evolutiva dos Aplicativos “Shopping Virtual”, “Administração do ShopCorreios”, “Ferramenta de Integração de Sistemas” e “Atendimento”

Perfil Profissional	Preço por hora
Webdesigner	40,00 (quarenta reais)
Analista de sistemas web	70,00 (setenta reais)
Programador de sistemas web	43,61 (quarenta e três reais e sessenta e um centavos)



Observa-se que a hora de manutenção mais elevada dessa tabela é de R\$ 70,00, representando pouco mais de 25% do valor cotado pela BrT.

Também é dos próprios Correios o levantamento de preço médio do mesmo serviço de manutenção de aplicação, feito em preparação para a Concorrência nº 07/2004, cujo resultado apontou para R\$ 82,93 por hora. Vale ressaltar que, nesse mesmo levantamento, a hora mais elevada da pesquisa é a da empresa Tata Consultancy (exatamente a subcontratada da BrT

no contrato ora analisado), e chega apenas a R\$ 115,18. E ainda mais: esse valor foi estimado em 2004 – ou seja, 3 anos depois da Concorrência nº 12/2001, sendo que o preço médio ainda é de aproximadamente um terço do valor cotado de R\$ 270,00 em 2001.

Verifica-se que, apesar de ter acesso à planilha detalhada de custos na Concorrência nº 12/2001, a ECT aceitou um superfaturamento no preço do subitem “Manutenção das aplicações desenvolvidas” da proposta da BrT. Como consequência, esse superfaturamento representou o valor de R\$ 464.460,00 a maior no valor do contrato original (aprox. 2% do total do contrato), e o valor de R\$ 568.131,48 a maior no valor do termo aditivo (aprox. 54% do termo aditivo), considerando o custo de mercado da hora de manutenção em R\$ 115,18.

Portanto, houve superfaturamento no item “Sustentação”, subitem “Manutenção das aplicações desenvolvidas”. Apesar desse fato não ter sido impactante no valor global inicial da contratação, que ficou muito abaixo dos preços previstos pelos Correios, foi impactante no valor do Termo Aditivo.

#### **6.3.6.3 Mascaramento de Aumento de Custo no Termo Aditivo**

Em 28 de janeiro de 2005, foi assinado Termo Aditivo ao Contrato nº 11.290/2002. Tal aditivo especificava a mudança dos seguintes itens, em relação ao contrato inicial:

a) Acréscimo de 4.214 horas para manutenção das aplicações desenvolvidas que, somadas à quantidade inicialmente prevista de 3.000 horas, totalizam 7.214 horas;

b) Mudança na forma de prestação dos serviços de caixa postal, com conseqüente alteração nos preços unitários. No contrato original, havia três tipos de caixa postal (funcionalidade básica, funcionalidade adicional e passaporte), com preços unitários diferenciados para cada uma delas. Na alteração do termo aditivo, passa a existir um tipo único de caixa postal, a preço unitário fixo;

c) Mudança na forma de prestação dos serviços de hosting, com conseqüente alteração nos preços unitários. No contrato original, o serviço tinha como referência uma caixa postal com espaço de 5 MB. Na alteração do termo aditivo, considera-se uma caixa postal com espaço de 7MB, podendo chegar a 150 MB para usuários ativos – desde que não seja ultrapassada a média de 7 MB por caixa postal.

O que as novas regras do contrato aditivado significam é que, em função do aumento da capacidade de 5MB para um valor médio de 7MB, o serviço de hosting sofreu um aumento de preço por caixa postal de R\$ 0,02 para R\$ 0,34. Ocorre que o preço por hosting neste contrato é computado por caixa postal e por mês, ao contrário dos valores de criação e renovação de caixa postal, que são valores anuais por caixa postal. Resulta daí que o impacto sobre o preço final de um aumento significativo no custo unitário do subitem de hosting não é, em absoluto, desprezível.

De fato, como consequência do aumento do valor no aditivo, sua contribuição no preço final do item "Serviços", que era pequeno originalmente, passou a ser determinante. Se observarmos a tabela "Fornecimento da Solução de Hosting" constante no contrato original e aqui transcrita, temos o valor previsto acumulado de R\$ 2.328.000,00 para os 48 meses do contrato:

Fornecimento de solução de hosting

Período	Quantidade estimada	Preço Unitário de Referência (R\$)
Ano 1	1.200.000	0,01
Ano 2	2.000.000	0,02
Ano 3	2.900.000	0,02
Ano 4	4.200.000	0,02
Total Serviço de Hosting (R\$)		2.328.000,00

Ao se substituir os preços unitários de referência pelo novo preço constante do aditivo para os anos restantes do contrato e se efetuar exatamente os mesmos cálculos para cada mês e depois o acumulado de todos os meses, será obtido o seguinte resultado:

Período	Quantidade estimada	Preço Unitário mensal de referência (contrato original)	Preço Unitário mensal de referência (contrato aditivado)
Ano 1	1.200.000	0,01	0,01
Ano 2	2.000.000	0,02	0,02
Ano 3	2.900.000	0,02	0,34
Ano 4	4.200.000	0,02	0,34
Total Serviço de Hosting (R\$)		2.328.000,00	29.592.000,00

RQS nº 03/2005 - C  
CPMI - CORREI  
Fls: **4019**  
Doc: \_\_\_\_\_

Por outro lado, a situação se inverteu em relação aos preços de criação das caixas postais: em relação ao preço original de referência, o valor unitário diminuiu. Se considerarmos então o valor total anteriormente estimado para o gasto com a criação de caixas postais, temos uma redução de pouco mais de 2%:

Contrato Original

Tipo	Preço unitário	Quantidade	Preço total (cada tipo)	Tipo	Preço unit.	Quantidade	Preço total
Passaporte	4,50	295.000	1.327.500,00	único	3,50	4.200.000	14.700.000,00
Preço total caixas postais			15.075.000,00	Preço total caixas postais			14.700.000,00

Quanto ao preço unitário de referência para renovação das caixas postais, permaneceu exatamente o mesmo entre o contrato original e o contrato aditivado. Por isso, o valor total estimado do serviço de renovação de caixas postais não se alterou: R\$ 427.000,00.

Em decorrência, se forem consideradas exatamente as mesmas quantidades de cada subitem que compuseram o preço estimado total para o item “Serviços” no contrato original, o custo do item passa de R\$ 17.830.000,00 (criação+renovação+hosting) para R\$ 44.719.000,00,00 (criação+renovação+hosting). Isso representa um aumento de mais de 150% sobre o valor estimado original – aumento esse que se tentou ocultar nas tabelas apresentadas por ocasião do termo aditivo através, principalmente, da redução das quantidades originais.

Assim, ao se elaborar o Termo Aditivo ao Contrato nº 11.290/02, foram desconsideradas alterações nos preços de referência do item “Serviços” para efeito do cálculo do impacto financeiro sobre o contrato original. Entretanto, tais alterações não são desprezíveis e, se consideradas as metas e os valores de referência originais do projeto, resultam em aumento injustificado de cerca de 150% sobre o preço original, em desacordo ao disposto no art. 65, §1º e §2º da Lei nº 8.666/93.

#### **6.3.6.4 Fuga à Licitação no Termo Aditivo**

Em 15/04/2004, o Sr. Maurício da Silva Marinho (Coordenação de Comercialização do Correio Eletrônico – CEEL) encaminha ao Sr. Paulo Batistella (Brasil Telecom) um e-mail solicitando uma reunião para começar a tratar do tema “nova camada de apresentação CNEE”, referindo-se à necessidade de modificar a camada de apresentação (interface web) da solução de correio eletrônico objeto do Contrato nº 11.290/02. Nesta correspondência, o Sr. Marinho informa à Brasil Telecom da necessidade dos Correios de alterar a interface da solução de endereço eletrônico em função de duas alegações básicas: insatisfação dos usuários com relação aos padrões de layout então oferecidos pela solução; desejo dos Correios de se alinhar com a orientação do Governo Federal de utilização de softwares livres.

Em 24/06/2004, o Departamento de Negócios e Comercialização da Internet - DENET envia a Carta nº 1/2004 à BrT, tratando das alterações na Solução de Endereço Eletrônico e abrindo a possibilidade de mudança nos termos do contrato. Neste momento, além da discussão da interface, aparecem também o aumento do tamanho de armazenamento da caixa postal e a alteração na forma de implementação/pagamento das caixas postais, transformando os três tipos de serviço de caixa postal definidos no edital em um único tipo, chamado “caixa completa”. Com isso, além de refazer cada vez mais itens já implantados, começa-se a redefinir também

o conteúdo do item “Sustentação” do edital original. Também é citada claramente a ocorrência de “problemas do anti-vírus e de anti-spam” na solução atual, e exigida a sua resolução dentre as características da nova solução. Deve-se lembrar que, entretanto, os recursos do antivírus e do anti-spam são matéria obrigatória definida no edital, e seu mau-funcionamento deveria ensejar punições sobre a contratada, e não a proposta de um novo contrato modificado.

Em resposta à correspondência formal da ECT, a BrT apresenta sua primeira contraproposta em 26/07/2004, e já se começa a negociar os termos do que será o futuro termo

aditivo. Paralelamente, são feitas apresentações de outras empresas e soluções, como é o caso do Quadratta Mail, do Critical Path e do IG.

Paralelamente à negociação técnica está ocorrendo a negociação comercial. Assim, finalmente, em 11/11/2004, a ECT envia mais uma contraproposta de negociação à BrT, que a aceita em 12/11/2004. Os termos dessa proposta, resumidos na tabela transcrita abaixo, compõem os valores estabelecidos no contrato aditivado:

Condição	Proposta BRT	ContraProposta ECT
Customização (60 dias)	599.400,00	443.485,00
Sustentação	610.000,00 (2440 x 250,00)	610.000,00 (2440 x 250,00)
Hosting	0,34 (caixa postal até 7MB)	0,34 (caixa postal até 7MB)
Criação de caixa postal	3,50	3,50
Renovação de caixa postal	0,15	0,07

Com esse resumo histórico constata-se que, ao prosseguir na definição das mudanças, cada vez mais os Correios se propunham a refazer e redefinir um maior número de atividades anteriormente contempladas na implantação da solução – redefinindo softwares, redesenvolvendo aplicações, especificando e detalhando itens requeridos para a aplicação que não constavam anteriormente do edital. Não é sem motivo que ao longo de toda documentação desse processo o termo comum a referenciá-la é “nova solução”.

Mesmo considerando as iniciativas de negociações efetuadas pela ECT junto à BrT, bem como as análises técnicas conduzidas para a implantação da “nova solução”, a Lei nº 8666/93 é clara: o instrumento para a contratação de bens e serviços pela Administração Pública é o processo licitatório.

Foi abandonada uma solução já implantada e homologada, e foi solicitado seu re-desenvolvimento e implantação, sob a alcunha de “horas de manutenção evolutiva”, contratadas mediante Termo Aditivo. As mudanças foram tantas no objeto do contrato original a ponto desta ser chamada de “nova solução”, resultando num complexo processo de escolha de novos parceiros subcontratados para a sua implementação, repetindo e acrescentando funcionalidades exigidas na concorrência original.

Dessa forma, ficou caracterizado que não se tratou apenas de “manutenção evolutiva”, mas sim do re-desenvolvimento e implantação de toda a solução. Não consta nos autos justificativa para a operacionalização de tantas alterações por meio de um Termo Aditivo, ao invés de executar um novo processo licitatório. Em face do exposto, tal prática caracterizou-se por fuga à licitação.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4020</u>
Doc: _____
296

### 6.3.6.5 Execução de Serviço sem a Cobertura Contratual

Após a assinatura do Primeiro Termo Aditivo, em 28 de janeiro de 2005, iniciaram-se os serviços contratados de desenvolvimento da nova solução. Chamou atenção, então, o fato de que já em 31 de janeiro de 2005 – portanto 3 dias após a assinatura do Aditivo – tenha sido atestada pelo Sr. Maurício da Silva Marinho, chefe da DEEL, a Fatura nº 137 para pagamento à BrT de R\$ 149.495,00, relativos a 598 horas de manutenção. Tal fato claramente configura irregularidade, pois não haveria tempo hábil para a execução de tais horas de trabalho imediatamente após a negociação do termo aditivo, em período tão exíguo.

Questionado sobre o pagamento já realizado precocemente em 31 de janeiro de 2005, informou que se referia a serviço já executado pela empresa antes mesmo da assinatura do aditivo. Argumentou o Sr. Antônio de Paula Braquehais (chefe do DENE) que, na verdade, a contratada havia prestado mais horas de trabalho de manutenção do que as 3.000 inicialmente previstas no contrato original para todo o decurso do projeto (45 meses após a implantação), sem que os Correios pudesse sequer efetuar o pagamento dessas horas já trabalhadas. Isto se daria por causa da modalidade inicial de pagamento do contrato, a qual prevê o desembolso mensal fixo por horas de manutenção da solução. Em função disso, a administração haveria negociado informalmente com a empresa o pagamento das horas excedentes, incluindo o montante devido quando da assinatura do Termo Aditivo.

Conforme transcrição da nota taquigráfica, o Sr. Maurício da Silva Marinho confirmou que as horas excedentes foram incluídas no Termo Aditivo, mesmo contrariando as determinações legais:

“SR. RELATOR JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, era um saldo de horas trabalhadas antes do aditamento?”

SR. MAURÍCIO DA SILVA MARINHO: Antes do aditamento. Estourou, não tinha.

SR. RELATOR JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Quem decidiu pagar dessa forma?

SR. MAURÍCIO DA SILVA MARINHO: Foi o chefe de departamento.

SR. RELATOR JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Dr. Braquehais, não foi sua a decisão?

SR. MAURÍCIO DA SILVA MARINHO: Não, não tenho essa.

SR. RELATOR JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Porque evidentemente isso não poderia ter sido feito, né? Ou seja, se havia um limite de horas, o limite tinha que ser respeitado. Se houve uma ultrapassagem de horas teria que ser apurado por que houve e se, eventualmente, houvesse erro de pagamento a empresa seria a título diminuí nunca por um aditamento feito a posteriori colocando depois de três dias essas horas. Isso qualifica uma grave irregularidade no contrato. Daí a importância de quem decidiu pagar desta forma.

O senhor tem uma situação um pouco melhor, porque o senhor atesta que as horas foram executadas com base no aditamento muito.

(...)

SR. RELATOR JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, o responsável, o responsável para fazer esta forma foi o Dr. Braquehais?

SR. MAURÍCIO DA SILVA MARINHO: A decisão foi dele.

SR. RELATOR JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Foi dele?

Adicionalmente, foi observado que, sobre a modalidade de pagamento das horas de manutenção, o Contrato nº 11.290/2002 determina, na Cláusula Décima Segunda – Pagamentos, que “A contratante pagará, mensalmente, os valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados: Serviços de Hosting e aquisição de licenças de softwares de caixa postal, calendário, agenda e manutenção dos referidos softwares”. Sendo assim, fica claro que o pagamento mensal do cronograma de desembolso refere-se ao máximo previsto para cada mês, tendo em vista a necessidade da ECT de prever as despesas distribuídas ao longo do contrato. Desse valor, a Contratante deve pagar, exclusivamente, o que for efetivamente prestado.

Ao gestor do contrato cabe fiscalizar as horas efetivamente executadas e manter em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, conforme estabelece a Lei nº 8.666/93, art. 67, § 1º. Sendo assim, o DENET/DEEL não pode se eximir de, em bases regulares, acompanhar e documentar, em registros próprios, a execução de tais serviços, a fim de que o ateste das faturas se dê sempre contra os serviços efetivamente prestados.

Finalmente, o procedimento executado pelo gestor de consentir na execução das 598 horas a mais – ou seja, de consentir na execução de serviço sem a devida cobertura contratual – desrespeitou a Lei de Licitações e Contratos, uma vez que realizou acordo verbal, vedado pelo art. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, efetuando pagamento sem cobertura contratual, não observando também o art. 66 do referido diploma legal, que dispõe que o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas. A Administração não pode se colocar em posição de devedora, ou se comprometer a qualquer tipo de pagamento ou benefício por outro meio que não os contratos regularmente firmados entre as partes. Tampouco pode, a título de “pagamento de dívida”, efetuar pagamento sem certificar-se, por procedimentos próprios, da efetiva prestação dos serviços.

Constata-se, portanto, que foi realizado serviço sem cobertura contratual. Além disso, ficou evidenciado o frágil controle por parte do gestor das horas de manutenção efetivamente prestadas, ao não dispor de registro próprio para as tarefas. Tais práticas resultaram no compromisso de pagamento de parcela equivalente ao valor de 598 horas. O valor foi pago como horas de manutenção (pagamento precoce de R\$ 149.495,00), imediatamente após assinatura do Termo Aditivo.

RQS nº 03/2005 - CN =	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	4021
Doc:	298

### **6.3.6.6 Cobrança Intempestiva e Redução Indevida de Multa Contratual**

Embora o DENET seja o responsável pela gestão comercial do Contrato nº 11.290/2002, cabe ao DPROD (Departamento de Produção) e ao DERCO (Departamento de Rede Corporativa – Brasília) a monitoração da disponibilidade da solução de correio eletrônico no que diz respeito aos recursos de responsabilidade/propriedade da ECT, segundo tabela de responsabilidades definida para o projeto. Além disso, a empresa contratada BrT deve fornecer, a cada mês, relatório de disponibilidade da solução gerado a partir do software EEPMaestro. Mensalmente, então, o DENET tem as informações complementares das duas fontes: o DPROD/DERCO informa os períodos de parada programada, períodos de parada por falha na infra-estrutura que é responsabilidade dos Correios e períodos de falha da solução, enquanto a BrT envia os relatórios produzidos pela sua própria monitoração. A totalização é feita em termos percentuais do tempo em que a solução esteve disponível aos usuários em relação ao tempo total do período medido, descontando sempre as paradas programadas e as paradas por falha na infra-estrutura de responsabilidade dos Correios.

Tal relatório serve de subsídio ao DENET para avaliar o atendimento da contratada ao índice mensal especificado no contrato por meio da Declaração de Nível de Serviço, que especifica 97,5% de disponibilidade para a solução. Caso o nível de serviço esteja abaixo desse valor, segundo o definido na Cláusula Décima Quarta do contrato, a contratada se submete à multa de 0,002% sobre o valor total do contrato. É responsabilidade do DENET encaminhar o pedido de multa, conforme tabela de responsabilidades.

Em 4 de novembro de 2004, a partir dos dados de monitoração e conforme vários chamados de usuários registrados no sistema de help desk “Fale Conosco”, o DEEL/DENET tomou conhecimento de ocorrência de indisponibilidade no fornecimento da solução de endereço eletrônico. Em função disso, o chefe do DENET, Sr. Braquehais, encaminhou, em 9 de dezembro de 2004, pedido de multa no valor de R\$ 18.637,57 ao DECAM, por meio da CI/DSHC/DENET 0448/2004. O pedido, contudo, foi retornado pelo DECAM, sob a exigência de obter o “de acordo” do diretor da DICOM. Depois disso, não há registro de que o pedido tenha sido reenviado nem que os trâmites necessários ao pagamento da multa tenham sido efetivados.

Além dessa ocorrência, em abril de 2005 o DENET também foi informado de problema similar ao que ensejou a primeira multa, tendo sido apontada uma disponibilidade de 87,55% no mês de fevereiro e 90,32% no mês de março de 2005. O chefe do DENET encaminhou ao DECAM os dois pedidos de multa, anexados com os relatórios de disponibilidade, com o “de acordo” do diretor da DICOM, em 15/04/2005, nos valores respectivos de R\$ 27.562,52 e R\$ 22.133,54, totalizando juntas R\$ 49.696,06. O DECAM encaminhou os avisos de multa à empresa contratada em 27/04/2005, para que se pronunciasse.

Em ambos os casos, a empresa não reconhece a ocorrência do fato gerador da multa. As argumentações da empresa não são aceitas pela equipe técnica, e o DENET se posiciona pela ratificação do pedido de multa em 11/05/2005.

Finalmente, em 22/06/2005, a BrT envia nova carta ao DECAM, informando ter negociado com a área técnica uma redução no valor da multa, sob a alegação de que a indisponibilidade havia sido parcial. Cabe, então, aqui, uma análise dos fatos documentados e

das alegações.

O número de horas paradas, segundo o método regular de medição do relatório, foi de 144 no primeiro caso e 96 no segundo. O DENET, conhecendo a arquitetura da solução, que permite que dois equipamentos respondam pelo serviço de maneira simultânea, dividindo entre si o atendimento aos usuários, e considerando a alegação da empresa de que pelo menos um dos equipamentos esteve sempre operacional, dividiu pela metade o número de horas utilizado como base para a multa. O DENET considerou que, embora para a metade dos usuários o serviço tenha ficado indisponível na sua totalidade, aqueles que porventura fossem atendidos pelo equipamento que estava funcionando poderiam efetuar as operações a contento. Isso explicaria o fato de que, apesar dos inúmeros registros de reclamação de usuários confirmando a parada do serviço, algumas contas de correio foram criadas no período identificado de indisponibilidade. Essa consideração está documentada nos relatórios e no encaminhamento do DENET.

Em 01/07/2005, o DENET acaba por acatar a argumentação da empresa, e estipula finalmente um valor total para as duas multas, de R\$ 15.948,04, considerando adicionalmente a “estimativa de crescimento do quantitativo de caixas postais”. Tal procedimento gera prejuízo à Administração e produz, na empresa contratada, uma sensação de descrédito quanto à capacidade de punição por parte do gestor, induzindo a um relaxamento dos níveis de qualidade dos serviços prestados. Aliás, pode-se mesmo inferir que foi exatamente isso o que aconteceu, pois, na documentação encaminhada posteriormente à equipe de auditoria, também constava uma nova ocorrência de indisponibilidade, agora referente ao mês de maio de 2005, cuja solicitação de multa pelo DENET ao DECAM foi feita também em 29 de agosto de 2005, por meio da CI/DENET-343/2005, no valor de R\$ 44.559,41.

Por todo o exposto, considera-se que houve, reiteradamente pela ECT, falha na atuação junto à Contratada para o cumprimento do índice de disponibilidade da solução EEP, infringindo, portanto, o art.58, incisos III e IV da Lei nº 8.666/93.

Dessa forma, a demora na notificação e cobrança de multas, bem como a concordância com critérios para redução de valores cujo cálculo não encontra respaldo contratual, configuram uma fiscalização fraca sobre os níveis de serviço acordados, em desacordo com o estabelecido na Lei nº 8666/93, art. 87, inciso II e § 2º, bem como no seu art. 67, § 2º, causando risco de prejuízo aos usuários e à Administração.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4022</u>
Doc:

### **6.3.7 Concorrência nº 004/2004 - solução integrada de automação do Seguro Postal**

Analisados os autos do processo licitatório da Concorrência nº 004/2004, que visava à “contratação de solução integrada de automação do seguro postal (SIASP), para ser implementada no Centro Corporativo de Dados da ECT, em Brasília, com previsão de acesso por toda a rede de agências destinada à operação e gestão das atividades relativas ao Serviço

Especial Seguro Postal”, constatou-se a existência de indícios de irregularidades graves em sua condução, quais sejam:

1) quando da elaboração do edital: inclusão de cláusulas restritivas à competitividade do certame, vinculadas à definição do objeto e a exigências excessivas para qualificação econômico-financeira e para pontuação técnica; favorecimento à empresa eCommerce Consultoria em Informática S.A. no processo de coleta de informações e levantamento de preços; eliminação de etapas previstas no projeto básico, quando da elaboração da minuta de contrato;

2) quando da realização do certame: aceitação de todos os atestados apresentados pela empresa eCommerce, apesar da existência de indícios contrários à validade desses documentos; aceitação de proposta comercial da empresa eCommerce com indícios de superfaturamento; remuneração antecipada de serviços e remuneração por serviços em desacordo com o objeto;

3) quando da homologação do certame: exercício de pressões internas que levaram à homologação imediata do certame, apesar de recomendação anterior de que a contratação somente fosse efetivada quando houvesse certeza do retorno financeiro a ser obtido pela ECT a partir do investimento realizado.

Em 7 de dezembro de 2001, por intermédio da Portaria PRT/PR/ECT 332/2001, foi constituído Grupo de Trabalho com o objetivo de “conduzir estudos relativos à complementação do Programa Banco Postal, incluindo serviços parafinanceiros, como a comercialização de apólices de seguro, títulos de capitalização, títulos de valores mobiliários, etc.”. Dentre as atribuições do grupo, destacam-se a “formatação operacional, comercial e econômica dos serviços a serem prestados pela ECT” e a “proposição de eventuais ajustes na plataforma tecnológica do Banco Postal para enquadramento das operações relativas aos novos serviços”.

Assim, em junho de 2002, o referido grupo apresentou Projeto Básico do Seguro Postal com vistas a “complementar o Programa Banco Postal, apresentando o modelo de negócios e de parceria para as operações de venda de seguros e títulos de capitalização na rede de atendimento postal”. Para tanto, foi destacada a necessidade de formação de uma “parceria envolvendo um conjunto institucional constituído por entidades seguradoras e corretoras” e de adequação da plataforma de software da ECT.

Segundo tal projeto, para adequação da Plataforma de Software existente na ECT, seria necessária a elaboração de programas que permitissem a “integração sistêmica das aplicações postais convencionais, das aplicações do Banco Postal, das aplicações dos seguros e outras aplicações executadas nas agências”. O projeto enumera as funcionalidades requeridas da nova plataforma de software para suportar as operações do seguro postal e, sobre os aspectos de integração, esclarece que:

“A aplicação relativa ao Seguro Postal, apesar de ser especializada e relativamente independente das demais existentes nas agências de atendimento, deverá estar absolutamente integrada a estas, sendo mais um módulo do Sistema de Automação da Rede de Atendimento (SARA). Em decorrência deverá seguir o padrão web, como os demais módulos já implementados ou em desenvolvimento e, na camada de atendimento, deverá ser rodado sob a administração do SARA, especialmente no que se refere às funções de caixa e de caixa de retaguarda.”

Em 30 de julho de 2002 o então presidente da ECT, Sr. Hassan Gebrim, aprovou o Projeto Básico do Seguro Postal e autorizou a abertura de processo de seleção do tipo “técnica e preço”, precedida de audiência pública, para “seleção de consórcio de empresas seguradoras para formar parceria com a ECT, na qualidade de operador do mercado de seguros, para distribuição e venda de apólice de seguros na rede de agências postais”.

Entretanto, o processo foi interrompido devido a questionamentos sobre a legalidade da atuação da ECT na venda de títulos de capitalização. Tais questões foram elucidadas com a edição da Portaria MC 2.589, de 26/11/2002. Posteriormente, no início de 2003, o projeto voltou a ser adiado devido à mudança de gestão da ECT. Cabe ressaltar, por oportuno, que as questões relativas à competência da ECT para operação do Seguro Postal estão sendo analisadas pelo Tribunal de Contas da União no âmbito do TC 008.737/2005-6.

Ao elaborar o edital da Concorrência nº 004/2004, a CEL/AC cometeu impropriedades que comprometeram severamente o caráter competitivo do certame. Apesar dos vícios existentes, o referido edital recebeu parecer favorável do Departamento Jurídico da ECT por meio da nota jurídica DEJUR/DCON 1060/2004. Realizado o certame, somente duas empresas apresentaram propostas, tendo sido uma delas inabilitada justamente por não atender à exigência de patrimônio líquido desproporcional ao valor da contratação. Ainda que se tenha comprovado, na prática, o caráter restritivo do certame, o resultado foi homologado pela Diretoria da ECT em 13/04/2005.

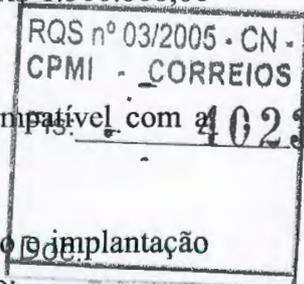
Na análise do edital foram encontrados os seguintes pontos que configuram fatores restritivos à competitividade do certame:

a) exigência de patrimônio líquido superior ao limite estabelecido no art. 31, § 3º, da Lei nº 8.666/93, correspondente a 10% do valor da contratação, já que o valor global estimado pela ECT para o certame foi de R\$ 6.777.145,00 (para um prazo de vigência contratual de 12 meses), enquanto que o edital exigia um patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 1.500.000,00 para qualificação das licitantes;

b) definição de prazo exíguo para realização dos serviços, incompatível com a complexidade dos requisitos do projeto técnico constante do edital;

c) contratação, como objeto único, do serviço de desenvolvimento e implantação da solução e dos serviços de manutenção, suporte técnico, treinamento e operação;

d) inclusão de critérios de pontuação vinculados à quantidade e à qualificação de



profissionais existentes previamente na licitante, sem correlação direta com o objeto da licitação.

Conforme descrito anteriormente, o edital da Concorrência nº 004/2004 restringiu severamente a competitividade do certame, especialmente no que tange à exigência de patrimônio líquido incompatível com o valor do objeto e à definição de prazo excessivamente exíguo para sua execução. Além de tais impropriedades, verifica-se ainda a existência de outros fatores que sugerem que a licitação em questão foi elaborada e conduzida de maneira direcionada, com o propósito de favorecer ilicitamente à empresa eCommerce Consultoria em Informática Ltda.

No depoimento da Sra. Maria de Fátima Moraes Seleme, Chefe do Departamento Jurídico dos Correios, ficou comprovado que realmente houve restrição da competitividade, pois foi exigido patrimônio social acima do percentual permitido na Lei 8.666/93, conforme transcrição de nota taquigráfica:

“SR. RELATOR JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): (...) Pois bem, nessa licitação constatou-se que o valor global orçado pela ECT foi da ordem de 06 milhões, 777 mil, 145 reais, que corresponde ao prazo de vigência contratual de 12 meses, conforme o parecer que nós pudemos... O Tribunal de Contas da União pôde auditar. Essa estimativa do valor de 06 milhões 777 mil, constou ainda, do despacho do Presidente João Henrique de Almeida, ao autorizar a abertura da licitação. (...). Constatou-se todavia que o edital, nos itens 415 e 42C, estabeleceu a exigência de patrimônio líquido igual ou superior a um milhão e 500 mil reais, para a qualificação dos licitantes, o que corresponde a aproximadamente 22,1% do valor orçado para a contratação. Essa proposição ela viola a Lei 8666, no artigo 31, parágrafo 3º, porque prevê que o patrimônio líquido não pode ultrapassar o percentual dos 10% do valor estimado para contratação, (...). Essa questão chegou a ser observada pelo Departamento Jurídico? O parecer jurídico fez alguma ressalva? Por que foi admitida essa situação dessa questão patrimonial se ofensiva a Lei 8666?

SRA. MARIA DE FÁTIMA MORAES SELEME: O edital dessa concorrência para a contratação desse sistema integrado que depois seria usado no projeto do seguro postal, realmente foi cancelado o edital pela ECT, pela então Chefe de Divisão, e eu creio que eu deva ter aprovado a nota jurídica, sem observar que o patrimônio social estava acima do percentual permitido na lei, Deputado. E isso foi uma falha da área jurídica, mas ocorreu involuntariamente, porque o patrimônio social estava calculado por uma fórmula e nós não tínhamos os demais elementos dentro do processo. Não havia a prática na ECT de se encaminhar o edital de licitação com todos os atos pertinentes desde o momento que ele iniciava. Por exemplo, quando o Presidente da empresa autorizava o início do processo, quando o CACE em alguns casos - que é aquele Comitê que avalia grandes contratações tivesse se manifestado e assim por diante. Então, nós não nos apercebemos que o patrimônio estava acima, ele estava calculado por uma fórmula e nós não tínhamos nenhum outro elemento dentro do processo, que nos indicasse que esse valor estava acima de 10%.

SR. RELATOR JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP): Ou seja, na análise preliminar, então, isso não foi detectado.

SRA. MARIA DE FÁTIMA MORAES SELEME: Não foi detectado.”

Na análise dos autos foram identificados os seguintes indícios de direcionamento da licitação:

a) discussão ocorrida no âmbito da diretoria da empresa eCommerce, 80 dias antes do levantamento de preços efetuado pela ECT, sobre a necessidade de investimentos significativos para concluir o desenvolvimento de sistema na plataforma Java (exigida na Concorrência nº 004/2004);

b) ausência de contatos formais, na fase de levantamento de preços, com outras empresas de informática especializadas no mercado de seguros, além da própria eCommerce;

c) elevada complexidade na definição de critérios de pontuação, com variações significativas na quantidade de atestados de capacidade técnica exigidos para obtenção de pontuação máxima, na pontuação conferida e nos pesos adotados para ponderação dos critérios;

d) concessão de pontuação expressiva à empresa eCommerce, com base em atestados emitidos por empresa interessada no resultado da licitação, e ainda com indícios de serem referentes a produtos que ainda não foram efetivamente fornecidos.

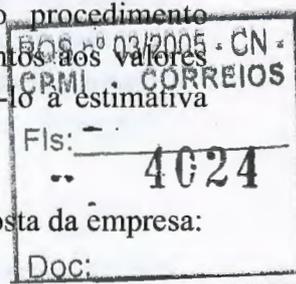
Os anexos do edital da Concorrência nº 004/2004 apresentam incompatibilidade no que se refere às etapas e aos prazos de execução dos serviços contratados. A minuta de contrato constante do Anexo 4 do edital traz em sua cláusula oitava o cronograma de desembolso físico-financeiro do contrato, o qual está em desacordo com a descrição dos serviços encontrada no item 10 do Projeto Técnico, constante do Anexo 1 do edital.

A proposta comercial apresentada pela empresa eCommerce contém impropriedades que deveriam ter ensejado sua desclassificação durante o procedimento licitatório. No entanto, tal proposta foi aceita pela CEL/AC sem questionamentos aos valores propostos, a não ser pela solicitação de redução do preço global para adequá-lo a estimativa existente para a contratação.

Em síntese, foram detectadas as seguintes impropriedades na proposta da empresa:

a) atribuição de valor de R\$ 1.600.125,00 ao item correspondente aos serviços de planejamento da implantação, estimados para execução em 15 dias corridos, sendo que em fase anterior, quando do levantamento de preços realizado pela Comissão Especial de Licitação, a empresa eCommerce apresentou estimativa orçando esses mesmos serviços em apenas R\$ 75.159,00;

b) atribuição de valor nulo ao item correspondente ao software da SIASP, que



consiste no núcleo da solução a ser contratada pela ECT;

c) previsão de remuneração futura, durante a fase de operação assistida, por serviços a serem prestados somente durante o processo de implantação da SIASP.

Após a conclusão do processo licitatório, constata-se que houve exercício de pressões internas para homologar o resultado da Concorrência nº 004/2004, apesar de parecer anterior do Comitê de Avaliação de Contratações Estratégicas – CACE ter recomendado que tal homologação se desse somente após a seleção de parceiros. Em decorrência das pressões exercidas, o certame foi efetivamente homologado sem estudos técnicos que fundamentassem a mudança de posicionamento, colocando em risco investimentos públicos da ordem de sete milhões de reais.

Os produtos gerados pelo Grupo de Trabalho designado para contratação da Solução Integrada de Automação do Seguro Postal foram submetidos à aprovação do CACE. O seu Coordenador, Marcos Gomes da Silva, ao examinar os trabalhos apresentados, manifestou-se de forma favorável à aprovação da abertura da licitação, porém emitiu a seguinte recomendação:

Considerando que a implementação do Serviço Especial de Seguro Postal, depende da disponibilização de uma plataforma tecnológica complementar a do Banco Postal, assim como de se firmar parceria com as operadoras do setor (empresas de seguro, entidades de previdência privada e sociedades de capitalização, conforme o caso), que deverão ser selecionadas pela ECT, por meio de licitação, entendemos que esta licitação somente poderá ser homologada pela Diretoria da Empresa após a efetiva definição da contratação do(s) parceiro(s), de modo que não venhamos a assumir altos investimentos em tecnologia, sem a garantia de realização dos serviços pelos parceiros. (grifo nosso).

Em face da gravidade dos fatos relatados, foi proposta a adoção de Medida Cautelar pela equipe de auditoria do TCU para que a ECT se abstinhasse de assinar contrato com a empresa eCommerce até que o Tribunal se manifestasse no mérito quanto à nulidade do processo licitatório, sem prejuízo da realização de audiências posteriores dos envolvidos nas irregularidades. O pedido foi acatado. Sem embargo, a própria Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em 13/10/2005, revogou por interesse público a Concorrência nº 04/2004.

#### **6.3.8 Concorrência nº 07/2004 - Sistemas de automação do atendimento comercial**

A licitação em referência tem por objetivo a prestação de serviços técnicos especializados para evolução e manutenção dos sistemas de automação do atendimento comercial nas unidades dos Correios e suporte técnico e monitoração da sala de controle e ambiente de produção desses sistemas. Atualmente, os sistemas de automação do atendimento comercial são o Banco Postal e o SARA. O sistema Banco Postal foi desenvolvido por intermédio do Contrato nº 10.708/2001 com a empresa IBM. O sistema SARA é oriundo de termo aditivo a esse mesmo contrato.

Justificou-se a necessidade de realização da licitação pelo encerramento iminente do contrato vigente à época (com a empresa IBM) e ao não-conhecimento das tecnologias envolvidas com os dois sistemas retromencionados por parte dos Correios. Além disso, os serviços abrangidos pelos sistemas são essenciais para a empresa, não podendo sofrer descontinuidade, além de existir uma série de demandas que não puderam ser implementadas e que impactam o atendimento aos clientes. Ressalte-se, ainda, a necessidade urgente de padronização pelos sistemas dos processos de captação de dados para faturamento (Termo de Referência nº 61/04).

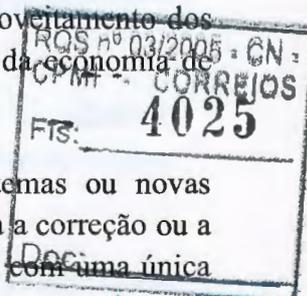
Em maio de 2004, foi feita pesquisa de preço, da qual foram recebidas respostas das empresas Fóton, Politec, BRQ, CTIS, Montreal e Tata. O valor global anual estimado para contratação é de R\$ 11.951.918,30.

O edital da Concorrência nº 07/2004 configura-se como de alta complexidade, dada a abrangência de seu objeto: “prestação de serviços técnicos especializados para evolução e manutenção dos sistemas de automação do atendimento comercial nas unidades dos Correios e suporte técnico e monitoração da sala de controle e ambiente de produção desses sistemas”. Os seguintes itens corroboram essa afirmação:

- a) Antes da fase de habilitação, foram efetuados 319 questionamentos com relação ao edital;
- b) Os questionamentos resultaram em 5 erratas ao edital;
- c) Houve 3 prorrogações para a abertura inicial das propostas, cuja data inicial era 22/11/04 e que somente ocorreu em 24/01/05;
- d) Houve vários recursos e impugnações após a abertura das propostas técnicas, que resultaram em dois resultados técnicos;
- e) A fim de abranger todo o conteúdo objeto da licitação, é pontuada a apresentação de atestados de capacidade técnica dos mais variados tipos, o que exige dos licitantes uma atuação multidisciplinar.

O § 1º do artigo 23 da Lei nº 8.666/93 estabelece: “As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala”.

Entende-se por evolução de sistemas a criação de novos sistemas ou novas funcionalidades dentro de sistemas já existentes. A manutenção de sistemas seria a correção ou a adequação de funcionalidades já existentes. Essas atividades estão relacionadas com uma única área típica dentro de um ambiente de tecnologia da informação – TI, que lida, grosso modo, com tecnologias de desenvolvimento, como as linguagens de programação. O suporte técnico, por sua vez, representa outra área típica dentro desse ambiente, qual seja, a de oferecer suporte



especializado aos sistemas, como aquele relativo ao banco de dados, à rede e aos servidores. Já o ambiente de produção é responsável por manter os sistemas disponíveis, em pleno funcionamento, gerenciando a execução das rotinas que se façam necessárias. Essas três áreas não se confundem dentro de um ambiente de TI, pois suas responsabilidades são diferentes: um sistema é desenvolvido pela área de desenvolvimento que, após todos os testes e aceitação do usuário, é entregue para a área de produção, que deve mantê-lo em operação, conforme definições da área de desenvolvimento e do próprio usuário; a equipe de suporte deve garantir o apoio técnico especializado necessário ao ambiente como um todo a fim de que os sistemas possam efetivamente funcionar.

Dessa forma, os serviços relativos à evolução/manutenção de sistemas, ao suporte técnico e ao ambiente de produção exigem perfis profissionais distintos, conforme definido no próprio projeto básico do edital da concorrência, que divide a descrição dos requisitos e atribuições necessários aos profissionais nessas três áreas. Algumas empresas podem atuar numa determinada área, mas não em outra. Assim, ao se juntar esses três serviços num mesmo objeto, é possível que se esteja restringindo a competitividade do certame, haja vista a possibilidade de uma empresa oferecer um serviço, mas não poder oferecer outro.

Entende-se que o objeto da Concorrência nº 07/2004 pode ser dividido em pelo menos três itens distintos: 1) evolução e manutenção dos sistemas de automação do atendimento comercial; 2) suporte técnico desses sistemas; e 3) monitoração da sala de controle e ambiente de produção desses sistemas. As próprias pesquisas de preço foram realizadas fracionando o objeto em cinco atividades: evolução dos sistemas, manutenção dos sistemas, suporte técnico – local/produção, suporte técnico – remoto e monitoração da sala de controle. Do valor total estimado da contratação (R\$ 11.961.918,30), 62% referem-se à evolução e manutenção de sistemas, 23% a suporte técnico e 15% a monitoração e ambiente de produção.

Portanto, a equipe técnica responsável pela elaboração do projeto básico definiu inadequadamente a contratação conjunta de serviços que poderiam ser tratados em objetos distintos. Como efeito, constata-se a restrição à competitividade, o que possibilita a contratação de um serviço mais oneroso para a administração.

Por meio de despacho exarado em 13 de setembro de 2005, o Ministro Relator Ubiratan Aguiar, do TCU, adotou medida cautelar de determinar à ECT a suspensão do processo licitatório relativo à Concorrência nº 07/2004 até que o Tribunal se manifestasse em caráter conclusivo sobre a restrição ao caráter competitivo do certame.

Em seu novo despacho, de 06/12/2005, após análise dos esclarecimentos prestados, o Ministro Ubiratan Aguiar, verificando não mais ser necessária a suspensão do respectivo processo licitatório, revogou a medida cautelar anteriormente concedida.

Determinou ainda o Ministro Ubiratan Aguiar, em seu despacho, que a 1ª Secretaria de Controle Externo do TCU procedesse ao acompanhamento do certame licitatório, informando imediatamente ao TCU eventuais desvios para a adoção das providências cabíveis.

Como se observa, as razões que motivaram o Ministro a revogar a medida cautelar de suspensão do processo licitatório dizem respeito, fundamentalmente, à importância da

continuidade dos sistemas que dependem da presente contratação, e não da legalidade dos procedimentos do certame em si, o que ainda será objeto de julgamento por parte do TCU.

### **6.3.9 Contratação da prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos da rede de atendimento – Contratos nº 13.477/05 e nº 13.482/05**

Os contratos foram firmados, em 01/06/2005, com as empresas Scopus Tecnologia (Contrato nº 13.477) e Bematech Indústria e Comércio (Contrato nº 13.482), referente à contratação da prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos da rede de atendimento.

Durante os anos de 2001 e 2002, a ECT realizou diversas aquisições de equipamentos de informática para atender às necessidades geradas pelos projetos Banco Postal, SARA – Solução de Automação da Rede de Agências e SGEA – Sistema de Gerenciamento Eletrônico do Atendimento. Tais equipamentos foram alocados nas agências dos Correios, para suporte às atividades de atendimento ao público.

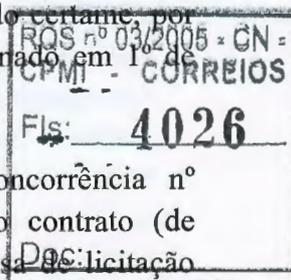
Os equipamentos em questão foram adquiridos das empresas IBM (Contrato nº 10.708/2001), Unisys (Contrato nº 11.055/2002) e do Consórcio Alpha, formado pelas empresas Novadata e Positivo (Contrato nº 11.346/2002). Em todos os casos, a contratação abrangeu a prestação dos serviços de assistência técnica e manutenção corretiva, com prazos estendidos até meados de 2005.

Com a proximidade do encerramento dos prazos contratuais de assistência técnica em garantia, o Departamento de Manutenção da ECT solicitou, em julho de 2004, manifestação do Departamento de Administração do Banco Postal e do Departamento de Vendas no Varejo e Administração da Rede sobre a necessidade de contratação dos serviços de manutenção dos equipamentos da rede de atendimento. Em setembro de 2004, o Departamento de Manutenção propôs a contratação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, de modo a garantir elevada disponibilidade dos equipamentos dedicados ao atendimento de clientes na rede de agências da ECT.

A proposta de contratação foi acatada pela Administração da ECT em 11 de novembro de 2004 e resultou na realização da Concorrência nº 13/2004. O aviso da referida concorrência foi publicado em 31 de dezembro de 2004, sendo que a sessão de abertura da licitação ocorreu em 10 de fevereiro de 2005 e a sessão de abertura das propostas econômicas das licitantes habilitadas em 11 de abril de 2005. A homologação do resultado do certame, por sua vez, se deu em 26/04/2005, enquanto que o respectivo contrato só foi assinado em junho de 2005.

Diante da morosidade do trâmite do processo licitatório (Concorrência nº 13/2004), desde os seus preparativos iniciais até a assinatura do respectivo contrato (de julho/2004 a junho/2005), a ECT realizou contratação emergencial, por dispensa (DL nº 074/2005), visando evitar a descontinuidade na prestação dos serviços em tela.

Nesse contexto, a Controladoria Geral da União, após analisar os esclarecimentos prestados pela ECT, recomendou à empresa que sejam apuradas as responsabilidades:



“ pela morosidade na tramitação do processo relativo à Concorrência nº 13/2004, levando em consideração os períodos transcorridos no DECAM e na CEL, tendo em vista que esta ausência de agilidade ocasionou a contratação, por dispensa de licitação, resultando em um sobre-preço no valor de R\$ 408.348,06, quando comparado os preços praticados na Concorrência supracitada, durante os dois meses de vigência do contrato nº 13.419/05, oriundo da dispensa em tela;

... pela contratação por dispensa de licitação, indevidamente fundamentada no inciso 4º, art. 24 da Lei nº 8.666/93, haja vista que a situação emergencial se originou da falta de planejamento administrativo. Não é cabível a contratação direta quando a situação emergencial foi causada pela própria administração, como decidiu o Tribunal de Contas da União (Decisão nº 347/94 – Plenário):

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

...

a) que, além da adoção das formalidades previstas no art. 26 e seu parágrafo único da Lei nº 8.666/93, são pressupostos da aplicação do caso de dispensa preconizado no art. 24, inciso IV, da mesma Lei:

374

a.1) que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação;”

## **6.4 Franquias**

### **6.4.1 Introdução**

O ponto central deste trabalho diz respeito aos contratos administrativos firmados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT com particulares interessados em operar agências postais (Contratos de Franquia Empresarial CFE), visto que as Agências dos Correios Franqueadas - ACF foram alvo de denúncias do ex-Diretor Administrativo da ECT, Senhor Antônio Osório Menezes Batista, e do ex-Diretor de Tecnologia da ECT, Senhor Eduardo Medeiros de Moraes, conforme transcrição literal das notas taquigráficas da oitiva dos depoentes. Segundo os depoentes, existem fortes indícios que as concessões foram realizadas por indicação política, isto é, sem licitação.

Em cumprimento aos Requerimentos dos membros do CPMI, foram convocados vários particulares envolvidos com franquias para prestarem esclarecimentos.

É importante destacar que o Sr. Ernesto Duarte, convocado para depor no dia 09 de novembro de 2005, não compareceu ao Senado Federal em virtude de problemas de saúde, conforme comprovado no atestado médico entregue ao Sub-Relator de Contratos, Deputado Federal José Eduardo Cardozo.

Acrescente-se ainda que o relatório preliminar desta CPMI, contendo os indícios de irregularidades na rede franqueada dos Correios, já foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União – TCU. Esse encaminhamento foi realizado para dar início às apurações na esfera administrativa, motivo pelo qual nenhum responsável pela Secretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações foi convocado para depor, considerando que tais indivíduos devem ser formalmente citados no processo em curso no TCU.

Os demais convocados compareceram ao Senado Federal para prestarem os devidos esclarecimentos, cujas fundamentações passamos a analisar.

#### 6.4.2 Assinatura de Contrato de Franquias sem Licitação

A partir de 15/09/1990, os Correios passaram a firmar contratos administrativos sem licitação com particulares interessados em operar agências postais. Esses contratos foram denominados Contratos de Franquia Empresarial (CFE) e deram origem a todas as Agências dos Correios Franqueadas (ACFs) existentes nos dias atuais.

O TCU, em 21/9/1994, por meio da Decisão 601/94-Plenário, determinou à ECT que adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento das normas e princípios norteadores das contratações efetivadas por entes da Administração Pública, mormente os arts. 37, inciso XXI, e 175, "caput", da Constituição Federal, bem assim dos dispositivos da Lei 8.666/93, que regulamenta o instituto da licitação. Destaca-se que tal determinação foi somente para as novas franquias, pois a Decisão 721/94-Plenário, de 30/11/1994, excetuou as Agências dos Correios Franqueadas – ACFs já existentes, como também ressalvou as ACFs que estavam na fase de concretização dos contratos.

Após a origem da rede franqueada em 1990, mesmo havendo sinalização do TCU da obrigação de licitar, ocorreu uma sobrevida desses contratos iniciais por meio dos seguintes instrumentos normativos:

A Medida Provisória 1.531-18, de 29/4/1998 estendeu a validade das ACFs até 31/12/1999.

A transformação da Medida Provisória 1.531-18 na Lei 9.648/98 estabeleceu que os contratos de franquias teriam a data limite de 31/12/2002.

A Lei 10.577, publicada em 27/11/2002, prorrogou os contratos realizados sem licitação com as Agências dos Correios Franqueadas por mais cinco anos.

Em resumo, a partir de 1990, foram realizadas contratações sem licitação pela ECT. Em 1994, o TCU determinou que as novas franquias somente fossem concedidas mediante licitação. Esta atitude moralizante do Tribunal não teve o efeito desejado, pois os Contratos de

Bas ACFs 2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: 4027
Doc:

Franquia Empresarial – CFE foram prorrogados (Lei 9.648/98 e Lei 10.577/2002). As prorrogações e a Decisão 721/94-Plenário possibilitaram também que os proprietários das franquias vendessem suas cotas da sociedade para terceiros, prática denominada mudança de titularidade ou alteração de composição societária.

#### 6.4.3 Síntese dos Depoimentos

O ex-Presidente dos Correios, Sr. Carlos Hassan Gebrin, declarou que o custo da rede franqueada era absurdo, razão pela qual o modelo deveria ser substituído por concessões públicas com remuneração adequada. Na sua gestão, conforme esclareceu, foram licitadas cerca de 300 novas lojas (permissionárias), com base na Constituição Federal e na Lei 8.666/93.

Também ex-Presidente dos Correios, o Sr. Egydio Bianchi foi contundente ao se referir ao contrato de franquia empresarial, criticando veementemente a falta de regras claras que estabelecessem obrigações aos franqueados.

O SR. EGYDIO BIANCHI – “(...) as franquias brasileiras, na época em que foram atribuídas, não existia a Lei das Franquias no Brasil e tampouco existia no Brasil a Lei das Concessões.

Ela, então, foi instituída em cima de um contrato comercial que, de alguma maneira, obrigava as partes – um contrato extremamente frágil não só do ponto de vista da autoridade concedente – que são os Correios ou o Governo, o Poder público através dos Correios, como, também, até para os próprios empresários porque ali não existem mecanismos claros que garantam seus direitos e, sobretudo, não garantem também as suas obrigações. (grifo nosso)

O atual Diretor Regional dos Correios em São Paulo, Sr. Marcos Antônio Vieira da Silva, e o ex-Diretor Comercial dos Correios, Sr. Carlos Eduardo Fioravanti da Costa, quando questionados sobre a possibilidade de determinados indivíduos simularem a propriedade de ACFs junto aos Correios para dissimular a verdadeira composição societária das franquias (propriedade de fato), responderam que não existe nenhum instrumento hábil nos atuais procedimentos da ECT que tenha o condão de coibir essa prática. O Sr. Marcos Antônio Vieira, inclusive, confirmou a possibilidade de políticos possuírem franquias nesse sistema de titularidade de fachada.

O SR. MARCOS ANTONIO VIEIRA DA SILVA – O que eu quis dizer aí é que não é impossível uma pessoa, por meio de outras – não é? –, entrar na participação societária, desde que cumpra o nosso regimento interno, tenha nível superior, preparo, tenha assumido um outro negócio, se apresentar como sócia e, de repente, estar...

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Então, por exemplo, vamos imaginar que eu, um deputado, consiga uma franquia. Eu posso não aparecer como dono da franquia e posso ter um “laranja” operando essa franquia e talvez aí seja difícil detectar. Seria isso?

O SR. MARCOS ANTONIO VIEIRA DA SILVA – É exatamente isso. Eu não tenho como dizer, eu não tenho máquina de detectar “laranja”. Então se coloca uma pessoa lá... Se coloca uma pessoa...”(grifo nosso)

(...)

“O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Têm laranjas nos franqueados?

O SR. CARLOS EDUARDO FIORAVANTE DA COSTA – Eu também não sei dizer a V. Ex<sup>a</sup> Eu ouvi dizer também, mas se tem é impossível da gente saber, não é? Se a CPMI, se essas CPIs todas não conseguem os laranjas e os bancos, imagine o Correio saber se alguém é laranja de alguém.”(...) (grifo nosso)

Buscando desvendar a verdadeira identidade dos proprietários das franquias, integrantes da CPMI questionaram o cotista majoritário da ACF Anchieta, Sr. Paulo Roberto Kress Moreira, sobre a existência de contrato de gaveta na sua franquia. Surpreendentemente, o depoente confessou que havia realizado essa modalidade de contrato com alguns indivíduos e declarou que tal prática era muito comum entre os franqueados, tendo em vista que a ECT não autorizava a transferência de titularidade em determinada época.



O SR. PRESIDENTE “ad hoc”(José Eduardo Cardozo DE – SP) – Não permitia a transferência da empresa.

O SR. PAULO ROBERTO KRESS MOREIRA – Isso, isso, não se permitia a transferência da empresa. Então, era muito comum se fazer um contrato de gaveta, à época...

A SR<sup>a</sup> JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Era isso que eu queria ouvir.

O SR. PAULO ROBERTO KRESS MOREIRA – Desculpe-me, se tardei a lhe dar essa informação, isso não é segredo, isso é verdadeiro e notório, isso não aconteceu só com a ACF Anchieta, era uma prática àquela época de transferir, fazer um contrato de gaveta das franqueadas com dificuldades financeiras junto aos Correios, de modo que estes conseguissem receber os débitos, porque se não eles perdiam tudo, ficavam no prejuízo. Então, tínhamos o contrato de gaveta por um período até que, depois – parece-me que de dois a três anos – os Correios começaram a autorizar essa transferência.(grifo nosso)

A Srta. Juliana Azeredo Duarte, uma das cotistas da maior franquia do Brasil (ACF Shopping Tamboré), também foi questionada sobre a real titularidade dessa ACF, já que, segundo ela própria, nunca teve patrimônio pessoal para justificar a propriedade de um negócio com faturamento anual de aproximadamente R\$ 144 milhões. A depoente esclareceu que nunca havia entrado na loja franqueada, que somente foi titular dessa franquia por um mês (abril/2004 a maio/2004) e, em decorrência desse fato, a titularidade da sociedade havia sido transferida para o

antigo dono, que era o Sr. João Leite Neto. Após a oitiva da Srta. Juliana, a ECT declarou que a agência em tela pertence oficialmente, até a presente data, à Srta. Juliana Azeredo Duarte.

A SRª JULIANA AZEREDO DUARTE -Temos uma casa simples.

(...)

A SRª JULIANA AZEREDO DUARTE – A gente tem uma loja pequena.

(...)

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – A senhora conhece a empresa.

A SRª JULIANA AZEREDO DUARTE – Por fora.

O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – Só de fora. Nunca entrou?

A SRª JULIANA AZEREDO DUARTE – Não. Só passei.

(...)

O SR. RELATOR “ad hoc” (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Juliana, quanto tempo você ficou nessa agência franqueada?

379

A SRª JULIANA AZEREDO DUARTE – Mais ou menos um mês. Foi de abril a maio do ano passado.

(...)

O SR. RELATOR “ad hoc” (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Você conhece a composição da nova sociedade?

A SRª JULIANA AZEREDO DUARTE – Pelo que eu sei, é o João Leite Neto, que era o antigo sócio...

O SR. RELATOR “ad hoc” (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Voltou para o antigo?

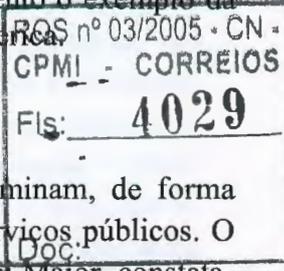
A SRª JULIANA AZEREDO DUARTE – Voltou para o antigo, que tinha pego a base da dívida, só que a gente viu que não daria pra cobrir, então, devolvemos.

As afirmações da Srta. Juliana revelaram a controvérsia acerca da titularidade da ACF Shopping Tamboré, haja vista que os registros dos Correios não identificam o Sr. João

Leite Neto como proprietário da franquia, embora a supracitada depoente tenha declarado peremptoriamente que era ele o proprietário de fato. Dessa forma, o depoimento da Srta. Juliana ensejou a convocação do Sr. João Leite Neto.

O Sr. João Leite Neto reconheceu no seu depoimento que a ACF Shopping Tamboré é de sua propriedade. Apresentou, inclusive, documentação, à fl. 657, comprovando que a Srta. Juliana lhe restituíra a franquia. Vale ressaltar que a documentação apresentada não é reconhecida pela ECT, fato que comprova de maneira cabal a existência do contrato de gaveta também nesta franquia.

A Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Empresas Prestadoras de Serviços Postais – ABRAPOST, Sra. Emily Sônia Fukuda Yamashita, também foi convocada na condição de testemunha para prestar esclarecimentos a esta CPMI. Em resumo, a depoente deixou claro que a grande preocupação e o objetivo principal da rede franqueada é a prorrogação de todos os atuais contratos de franquia empresarial, levando em consideração que a Lei 10.577/2002 somente tem vigência até 2007. Acrescente-se que a senhora Emily Sônia Fukuda Yamashita sugeriu o prazo de 20 anos para a nova prorrogação dos contratos de franquia, utilizando como argumento o exemplo da prorrogação realizada pela Caixa Econômica Federal na rede lotérica.



#### 6.4.4 Análise dos Depoimentos

Os arts. 37, inciso XXI e 175 da Constituição Federal determinam, de forma expressa, a obrigatoriedade de licitação para a concessão ou permissão de serviços públicos. O art. 21 define o serviço postal como serviço público. Da leitura sistêmica da Lei Maior, constata-se que a intenção do legislador constituinte foi estabelecer que a prestação de serviços públicos, quando não executada diretamente pelo Poder Público, somente seja realizada respeitando os princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade, probidade administrativa, publicidade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, previstos na Lei 8.666/93 (Lei das Licitações).

O art. 14 da Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, determina in verbis:

Art. 14. Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Sob a égide das determinações da Carta Magna, verifica-se que as prorrogações dos contratos de franquia empresarial, autorizadas pelas Leis 9.648/98 e 10.577/2002, podem ter sua constitucionalidade questionada no Supremo Tribunal Federal, dado

que a rede franqueada dos Correios nunca foi licitada.

É importante também destacar que a análise da inconstitucionalidade das prorrogações dos contratos de franquia aborde o aspecto da impessoalidade, pois, ao se examinar os depoimentos dos ex-presidentes dos Correios Carlos Hassan Gebrin e Egydio Bianchi, constata-se que o custo da rede franqueada é muito alto para o erário e que as obrigações estabelecidas aos franqueados não contemplam a supremacia do interesse público.

Segundo a doutrinadora Maria Sílvia Zanella Di Pietro (“Direito Administrativo”, Atlas, 13ª ed., 2001, p.71):

“Exigir impessoalidade da Administração tanto pode significar que esse atributo deve ser observado em relação aos administrados como à própria Administração. No primeiro sentido, o princípio estaria relacionado com a finalidade pública que deve nortear toda a atividade administrativa. Significa que a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento.”

Considerando a essência do Princípio da Impessoalidade e a possibilidade de ter havido direcionamento político para a assinatura dos contratos de franquia, segundo consta do depoimento do atual diretor regional de São Paulo, foi solicitada a transferência dos sigilos bancário e fiscal das ACFs Anchieta, Shopping Tamboré, Cidade Ademar e do senhor Paulo Roberto Kress Moreira. Vale ressaltar que os requerimentos de transferência desses sigilos (com os números 1.126, 1.127, 1.128 e 1.307) foram aprovados pela CPMI “dos Correios” na reunião administrativa ocorrida em 01/12/2005.

Todavia, as ACFs Anchieta e Cidade Ademar e o senhor Paulo Roberto Kress Moreira conseguiram suspender a quebra dos respectivos sigilos no Supremo Tribunal Federal – STF (Mandado de Segurança números 25.746-6, 25.738-5 e 25.757).

Acrescente-se, ainda, que a ACF Shopping Tamboré também impetrou Mandado de Segurança nº 25.768-7 no STF, mas, até a presente data, não existe nenhuma liminar deferida impedindo o uso dos sigilos bancário e fiscal desta franqueada. Desta forma, as informações desse sigilo serão analisadas em um tópico específico do presente relatório.

Ainda que as solicitações de transferência dos sigilos tenham apenas logrado êxito parcial, os depoimentos e os documentos colhidos na execução dos trabalhos tonaram possível a seguinte constatação: a composição societária das franquias é muito suscetível a modificações sem a devida autorização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, contrariando o que determina o módulo 4, capítulo 2 do Manual de Comercialização e Atendimento da ECT.

Tal constatação fica evidente pela análise do depoimento do titular da ACF Anchieta, pois o senhor Paulo Roberto Kress Moreira declarou que já havia utilizado contrato de gaveta para transferir a titularidade da ACF sem autorização dos Correios.

Outro elemento que torna óbvia a constatação efetuada é o fato de o Sr. João Leite Neto ter apresentado documento comprovando que a ACF Shopping Tamboré é de sua propriedade, embora os Correios afirmem que os titulares dessa ACF são o Sr. Ernesto Duarte e a Srta. Juliana Azeredo Duarte.

Em suma, somente os titulares de duas franquias foram ouvidos pela CPMI do Correios e, coincidentemente, as duas ACFs apresentaram problemas de transparência na composição societária, ou seja, essa inconsistência detectada pode ser uma característica de toda a rede franqueada.

Vale destacar que a atual diretoria da ECT, em 31/08/2005, atenta para o problema identificado, decidiu suspender por 120 dias todas as transferências de titularidade e todas as alterações da composição societária das ACFs.

Nesse contexto, pode-se concluir que a mudança de titularidade ocorrida na rede franqueada visa apenas ao benefício do particular, por via de consequência, não observa a supremacia do interesse público. Esse aspecto, associado à falta de licitação na origem da rede franqueada, faz com que seja razoável e mais coerente o entendimento de que o regime ideal para a terceirização do serviço postal seja a concessão ou permissão de serviço público, previsto no artigo 175 da Constituição Federal.



#### 6.4.5 Migração sem Limite

Houve uma omissão do Ministério das Comunicações (Subsecretaria de Serviços Postais), pois nunca foi fixado um limite de faturamento para impedir a migração do grande cliente para a rede franqueada.

Quando surgiu a oportunidade dos clientes corporativos com faturamento anual de até R\$ 21.600.000,00 passarem das agências próprias da ECT para as Agência de Correios Comercial Tipo II – ACC II (IN nº 01/2002), o ex-subsecretário de Serviços Postais, Sr. Vanderlei Rodrigues, em resposta a diligência realizada no processo TC 012.751/2002-7, afirmou que esse limite (R\$ 21.600.000,00) deveria ser revisto, sugerindo inclusive que tal limite poderia comprometer o resultado estratégico da empresa, às fls. 677 e 678.

Cumprе esclarecer que as ACC II nunca foram licitadas. Portanto, a ACC II não chegou a existir e o limite de faturamento anual de R\$ 21.600.000,00 nunca foi utilizado. Todavia o responsável por esse assunto demonstrou claramente, na época, que deveria ser estabelecido um limite para ser autorizada a migração dos clientes corporativos.

A inexistência da ACC II possibilitou que a rede franqueada continuasse a atuar no mercado cooptando os clientes corporativos livremente, pois, até a presente data, não existe nenhum limite para regular esse tipo de migração, conforme transcrição da declaração dos Correios:

No que respeita à possível vinculação, em ACF, da execução de contratos de prestação de serviços/venda de produtos celebrados pela ECT, não existe, dentre os pontos considerados, um valor financeiro específico estabelecido, que

deva servir de limite (mínimo ou máximo) para balizar a avaliação de solicitação específica de vinculação. (grifo nosso)

Destaca-se que compete à Subsecretaria de Serviços Postais propor metodologias e demais parâmetros operacionais, econômicos e financeiros dos serviços postais, necessários à sua regulamentação, conforme inciso III, art. 6º do Decreto Nº 5.220, de 30 de Setembro de 2004.

#### **6.4.6 Omissão do Ministério das Comunicações**

Como esta CPMI foi criada para investigar atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, os diretores e funcionários do Ministério das Comunicações não foram convocados para depor. Todavia o relatório preliminar desta CPMI, contendo os indícios de irregularidades na rede franqueada dos Correios, já foi encaminhado ao –TCU. Mesmo assim, procederemos a uma breve análise da omissão da Subsecretaria de Serviços Postais, com o objetivo de subsidiar a instrução do processo autuado no Tribunal de Contas da União.

A própria publicação da IN nº 01/2002 pelo Ministério das Comunicações comprova que a Subsecretaria de Serviços Postais deveria ter fixado um limite para impedir a migração de grandes clientes para a rede franqueada, visto que esta Instrução Normativa somente estabeleceu um parâmetro de faturamento para impedir a migração dos clientes corporativos para Agência de Correios Comercial Tipo II – ACC II.

Em função da flagrante omissão do Ministério das Comunicações (Subsecretaria de Serviços Postais), verifica-se que a ECT registrou, no ano de 2005, uma migração substancial de grandes clientes, quais sejam: Banco Itaú, Banco Unibanco, Banco Santander e Banco Real.

Portanto, pode-se verificar que a omissão em questão deu causa à migração dos clientes porque, caso o limite de R\$ 21.600.000,00 também fosse estabelecido para a rede franqueada, nenhum dos bancos supracitados teria migrado dos Correios para as ACFs.

Dessa forma, os responsáveis pela Subsecretaria de Serviços Postais ainda devem ser formalmente citados pelo Tribunal de Contas da União para apresentarem suas razões de justificativa sobre os indícios de irregularidades evidenciados neste relatório.

#### **6.4.7 Migração de grandes clientes para a rede franqueada**

A ECT registrou, no ano de 2005, uma migração substancial de grandes clientes dos Correios para as ACFs. Os maiores clientes corporativos que deixaram de realizar o Franqueamento Autorizado de Cartas – FAC diretamente com a ECT e passaram a executar as suas postagens com a intermediação das ACFs foram: Banco Itaú, Banco Unibanco, Banco Santander e Banco Real.

O Manual de Comercialização e Atendimento possibilita a migração de grandes clientes, como também estabelece como deve ser o comissionamento das franquias que foram

autorizadas a receber o serviço migrado. O pagamento de comissão, segundo tal manual, é executado com base no excedente da média histórica. Vale destacar que a média histórica é calculada utilizando os últimos 6 meses das faturas do serviço executado diretamente pela própria ECT.

O então Diretor Comercial, Sr. Carlos Eduardo Fioravanti da Costa, autorizou, excepcionalmente, o pagamento de comissionamento com base na média histórica da época em que foram solicitadas as respectivas vinculações (ano de 2002). Portanto, as migrações ocorridas desses clientes corporativos não observaram a regra estabelecida no Manual de Comercialização e Atendimento.

Ademais, não houve estudo de viabilidade econômica para motivar as migrações ocorridas e a diretoria dos Correios não foi consultada a respeito da autorização excepcional realizada pelo então Diretor Comercial, às fls. 689 e 690.

É importante destacar que, além do ato não ter sido motivado, vários documentos nos Correios demonstram que as migrações em tela nunca deveriam ter ocorrido, quais sejam:

- Acordo ABRAPOST, assinado pelo próprio Diretor Comercial que autorizou as migrações, o qual determina como compromisso recíproco entre a ECT e as ACFs: “respeitar e preservar a manutenção de clientes já atendidos pela outra parte acordante”, à fl. 694;
- Comunicação Interna do Departamento de Desenvolvimento da Rede de Atendimento - CI / DESAT – 071/2005, a qual firma entendimento que a migração de contratos já em operação tanto pela ECT como pela ACF deve ser recusada, à fl. 699; e
- Comunicação Interna do Gerente Comercial da Diretoria Regional do Rio de Janeiro – CI/GECOM/DR/RJ 930/2005, a qual afirma que a prática da migração do serviço FAC “não traz resultados positivos para a ECT”, à fl. 700.

Diante de tantos fatos contraditórios e da vultosa soma de recursos envolvida, foi solicitada a quebra dos sigilos bancário e fiscal de algumas ACFs beneficiadas pelas migrações do serviço FAC. Os requerimentos de transferência desses sigilos (com os números 1.126, 1.127, 1.128 e 1.307) foram aprovados pela CPMI “dos Correios” na reunião administrativa ocorrida em 01/12/2005, mas somente foram utilizados parcialmente.



#### 6.4.8 Depoimentos

O ex-presidente dos Correios, senhor Carlos Hassan Gebrim, afirmou no seu depoimento que a idéia inicial de agência franqueada foi ampliar a rede de atendimento no varejo, ou seja, para atuar como pequenas agências de serviço postal. Contudo, os franqueados se transformaram em grandes comerciantes, por via de consequência, segundo o depoente, algumas ACFs passaram a realizar trabalhos junto aos grandes clientes. Declarou, ainda, que é totalmente desnecessário o pagamento de comissão por serviços prestados aos grandes clientes, uma vez que a ECT poderia realizar o trabalho sem qualquer intermediação da rede franqueada, motivo pelo qual na sua gestão determinou o retorno dos clientes corporativos para os Correios (interesse público).

O SR. CARLOS HASSAN GEBRIM – A intenção, quando foram criados os franqueados, era ampliar a rede de atendimento, era ampliar a rede de

atendimento, mas no varejo. Era para ampliar a rede de atendimento no varejo, chegar mais perto da população. Os franqueados viraram grandes comerciantes, agiam no atacado.

Os Correios estavam repassando para os franqueados, ou repassam, em média, de 8% a quase 10% de todo o seu faturamento. Um levantamento do que foi repassado para os franqueados de 98 a 2002 dá conta de mais de US\$1 bilhão. Nenhuma empresa, em sã consciência, repassa US\$1 bilhão para ninguém sem necessidade. Não digo que foi irregular. Não foi, porque havia o contrato, mas sem necessidade. Por que sem necessidade? Porque os Correios poderiam fazer aquele trabalho junto aos grandes clientes.

E eu determinei: vamos pegar de volta os grandes clientes, porque os franqueados não são para isso, eles foram criados para atender no varejo, mas eles se transformaram.

Então, é essa a razão da verdade. (grifo nosso)

O Sr. Carlos Eduardo Fioravante da Costa afirmou ser o único responsável pela autorização da utilização da média histórica de 2002, empregada para viabilizar a migração dos Bancos Santander, Itaú, Unibanco e Real. Segundo o depoente, se não fosse autorizada a migração desses quatro grandes clientes com tal média histórica, a concorrência poderia atuar no mercado e tirar esses clientes corporativos da ECT, mesmo sendo o serviço FAC garantido pelo monopólio. Quando questionado se sua decisão foi motivada por estudo de viabilidade econômica ou parecer jurídico, declarou que apenas foram feitas várias reuniões para fundamentar sua decisão.

Explicou também que a utilização da média histórica de 2002 foi para atender ao pleito de algumas franquias que se achavam injustiçadas pela ECT (interesse particular), pois as instituições financeiras supracitadas deixaram de realizar os serviços postais com as ACFs em razão de uma prática comercial agressiva dos Correios em 2002 (ação determinada pelo ex-presidente Carlos Hassan Gebrin).

Diante disso, ainda que não tenha sido executado um estudo de viabilidade econômica formal, o Sr. Carlos Eduardo Fioravante da Costa afirmou que considera positivo o resultado da utilização da média histórica de 2002, porque o faturamento global das franquias beneficiadas com a migração cresceu muito, compensando o pagamento a maior de comissionamento. O aumento do faturamento global dessas franquias está demonstrado em um documento formulado pelo diretor regional de São Paulo.

“O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – (...)Se isso é possível no mundo privado, no mundo público, essa falta de transparência de estudos ou aquilo que nós tecnicamente chamamos de falta de motivação da decisão, explicitação das razões da decisão, de orientação técnica da decisão, nos parece muito complicado.

(...) O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – O senhor tem algum estudo que demonstre a ligação causal, não numérica – numérica, como eu disse, pode ser o tambor e a chuva –, que mostre o porquê que clientes perderam, que demandas passaram a ser gestadas por essa decisão?

Isso não tem nada. Não há nenhum estudo nesse sentido. O senhor tomou uma decisão, com a devida vênia, às cegas. O SR. CARLOS EDUARDO FIORAVANTE DA COSTA – Eu discordo de V. Ex<sup>a</sup>, porque o fato de formalizar alguma coisa nesse sentido não quer dizer que não tenham sido feitas várias reuniões... (...) O SR. CARLOS EDUARDO FIORAVANTE DA COSTA – (...) Quero dizer mais: os bancos, esse monopólio que V. Ex<sup>a</sup> diz que existe, eu disse-lhe que há três mil empresas na Abraed, e temos centenas de ações contra elas. Isso é um fato. Não é uma suposição.  
A concorrência existe.

(...)  
O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – (...) O responsável maior pela decisão das migrações é V. S<sup>a</sup>?  
O SR. CARLOS EDUARDO FIORAVANTE DA COSTA – O responsável maior e único pela volta à média histórica de 2001 sou eu.

(...)  
O SR. RELATOR (José Eduardo Cardozo. PT – SP) – A média aritmética o jurídico examinou? (Pausa.)  
A proposta de V. S<sup>a</sup> de legalidade, em face da decisão do Manual, houve uma manifestação da sua assessoria jurídica sobre isso?  
O SR. CARLOS EDUARDO FIORAVANTE DA COSTA – Não.” (grifo nosso)

O atual Diretor Regional dos Correios em São Paulo, Sr. Marcos Antônio Vieira da Silva, confirmou que não houve um estudo de viabilidade econômica formal para motivar as migrações com a média histórica de 2002. Declarou, inclusive, que a utilização de tal média histórica baseia-se no relacionamento anterior das instituições financeiras com as franquias (interesse particular). O depoente deixou claro que somente efetivou essas migrações porque teve autorização do Sr. Carlos Eduardo Fioravante da Costa.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas você tem um parecer? Você tem um parecer que podia voltar a média histórica para 2000?

O SR. MARCO ANTONIO VIEIRA DA SILVA – Eu fiz essa proposição a Brasília...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não... Sou muito objetivo. Você tem um parecer?

O SR. MARCO ANTONIO VIEIRA DA SILVA – Foi com base nesse relacionamento anterior que eu embasei o meu pedido.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Você tem um parecer? Você não tem um parecer?

O SR. MARCOS ANTONIO VIEIRA DA SILVA – Eu tenho autorização para fazer, em função da minha solicitação.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Você

REQ Nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4032
Doc: _____

teve autorização de cima para fazer?

O SR. MARCOS ANTONIO VIEIRA DA SILVA – Sim, claro.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas não tinha um parecer?

O SR. MARCOS ANTONIO VIEIRA DA SILVA – Eu não vi o parecer, se foi feito para aprovação ou alguma coisa... Eu recebi um documento, autorizando-me a fazer o movimento. (grifo nosso)

#### **6.4.8.1 Análise dos Depoimentos**

A ECT, quando questionada da existência de estudos de viabilidade econômica das migrações ocorridas na gestão anterior, esclareceu apenas que o processo de migração de vinculação tem suas regras explicitadas no Módulo 8, Capítulo 22 do Manual de Comercialização e Atendimento, às fls. 708, 787 a 789, ou seja, afirmou que não houve a realização de tal estudo para possibilitar a migração do serviço FAC com média histórica de 2002, pois o Manual não prevê media histórica retroativa.

Confirmando a necessidade de estudo, a atual gestão da ECT decidiu suspender, por 120 dias, as novas vinculações de contratos de clientes corporativos e estratégicos, segundo consta do documento assinado pelo chefe do Departamento da Rede de Atendimentos - DERAT. O objetivo dessa interrupção foi reavaliar todas as condições e critérios estabelecidos que vinham orientando a definição das vinculações do serviço FAC.

Nesse contexto, o atual Diretor Comercial, Sr. José Otaviano Pereira, em agosto de 2005, ratificou a necessidade de ser reavaliado o critério de vinculação operacional de contrato a unidades de atendimento terceirizadas, inclusive, na oportunidade, também entendeu que a diretoria regional de São Paulo região metropolitana deveria tornar sem efeito a vinculação operacional dos objetos FININVEST/RJ, relativa ao contrato FAC pertencente ao UNIBANCO/SP, á fl. 710. Desta forma, fica evidente que a ECT não tem certeza da viabilidade econômica das vinculações do serviço FAC a unidades franqueadas.

É de rigor observar que o Sr. Carlos Eduardo Fioravante da Costa declarou, no seu depoimento, que apenas foram feitas várias reuniões para fundamentar a autorização do uso da média histórica de 2002, ou seja, não houve motivação formal do ato. Também afirmou não ter solicitado um parecer jurídico para tomar essa decisão que contrariava o Manual de Comercialização e Atendimento.

No Direito Administrativo, a motivação é a demonstração, por escrito, de que existem os pressupostos de fato. Como não houve estudo de viabilidade econômica para motivar as migrações ocorridas com a média histórica de 2002, pode-se concluir que a CPMI não tem meios para constatar a legalidade das migrações com média histórica de 2002.

Segundo a doutrinadora DI PIETRO, "Entendemos que a motivação é, em regra, necessária, seja para os atos vinculados, seja para os atos discricionários, pois constitui garantia de legalidade, que tanto diz respeito ao interessado como à própria Administração Pública; a motivação é que permite a verificação, a qualquer momento, da legalidade do ato, até mesmo pelos demais Poderes do Estado. (...)" ("Direito Administrativo", Atlas, 13ª ed., 2001, p. 195). (grifo nosso)

É importante destacar ainda que a diretoria dos Correios não foi consultada a respeito da autorização excepcional realizada pelo então Diretor Comercial. Em razão disso, a responsabilidade pela migração e pelo débito gerado é do Sr. Carlos Eduardo Fioravanti da Costa.

Vale ressaltar também que, caso as normas do Manual de Comercialização e Atendimento fossem respeitadas para balizar as migrações, o comissionamento pago para as ACFs deveria ser calculado com base na média mensal dos últimos seis meses das faturas dos serviços executados pela própria ECT (média aritmética), à fl. 787. Todavia, essa regra não foi cumprida, dado que o então Diretor Comercial autorizou, excepcionalmente, a utilização da média de seis meses de 2002, às fls. 680, 682, 685 e 688. Tal autorização criou um excedente artificial de serviço, uma vez que a média em 2002 foi muito menor do que a média determinada pelo Manual de Comercialização e Atendimento, conforme pode se observar na tabela a seguir:

Valores em reais

Cliente	Média determinada pelo Manual de Comercialização e Atendimento (A)	Média de seis meses de 2002 (B)	Excedente artificial (A-B)
ITAÚ	12.285.517,57	7.988.040,73	4.297.476,84
UNIBANCO	7.001.243,78	3.721.735,00	3.279.508,78
REAL	4.270.771,50	2.092.493,43	2.178.278,07
SANTANDER	4.362.009,10	ZERO	4.362.009,10

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fis: 4033

Doc:

Acrescenta-se que o excedente artificial evidenciado gera um pagamento desnecessário de comissão, visto que os clientes que migraram já realizavam exatamente os mesmos serviços diretamente com os Correios, isto é, a ECT atendia a essas instituições financeiras sem o ônus de comissionar a rede franqueada pela prestação de serviço de Franqueamento Autorizado de Carta (FAC).

Além do pagamento desnecessário de comissionamento gerado pelo excedente artificial, deve-se ressaltar, por oportuno, a possibilidade real do aumento do faturamento do setor bancário, por via de consequência, aumento do pagamento de comissão para as ACFs.

O setor bancário no nosso país é um dos segmentos mais lucrativos da economia. Em virtude disso, existe um crescimento normal de suas atividades ao longo dos anos, resultando um aumento da demanda do serviço FAC. O crescimento das atividades bancárias, associado ao excedente artificial criado, está onerando, nestes casos específicos, os cofres públicos sem necessidade, pois esses grandes clientes poderiam continuar sendo atendidos pelos Correios.

Na realidade, conforme demonstrado na próxima tabela, as migrações geraram um pagamento de comissão de R\$ 4.811.844,78, podendo chegar a mais de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) até o final de 2005.

VALORES DE JANEIRO A JULHO DE 2005

Valores em reais

Nome da ACF	Nome do Cliente	Serviço Migrado	Comissão incorreta informada pela ECT "A"	Diferença apurada pela ECT "B"	Comissão efetivamente paga "A - B"
Anchieta	Banco Itau Sa	FAC	219.375,86	27.619,57	191.756,29
Carlos Gomes	Banco Itau Sa	FAC	531.881,52	70.713,66	461.167,86
Cidade Ademar	Banco Itau Sa A	FAC	778.277,23	8.904,58	769.372,65
Shopping Tamboré	Banco Itau Sa	FAC	909.869,86	7.607,98	902.261,88
Anchieta	Unibanco	FAC	574.349,80	4.819,58	569.530,22
Cidade Ademar	Unibanco	FAC	306.785,97	2.999,02	303.786,95
Jaboatão - Pe	Unibanco	FAC	211.576,57	1.507,70	210.068,87
Marcos de Macedo	Unibanco	FAC	32.434,45	30,52	32.403,93
Ronald de Carvalho	Unibanco	FAC	30.645,01	28,84	30.616,17
Vicente de Carvalho	Unibanco	FAC	32.518,91	30,61	32.488,30
Anchieta	Banco Abn Amro Real	FAC	47.292,89	150,16	47.142,73
Campo Grande	Banco Abn Amro Real	FAC	6.813,21	18,96	6.794,25
Cidade Ademar	Banco Abn Amro Real	FAC	133.946,33	377,66	133.568,67
Shopping Tamboré	Banco Abn Amro Real	FAC	339.690,06	199,28	339.490,78
Cidade Ademar	Banco Santander	FAC	782.436,13	1.040,91	781.395,22
Total	-	-	4.937.893,80	126.049,03	R\$ 4.811.844,78

Observação: Segundo memória de cálculo dos Correios, às fls. 716 a 743, o pagamento de comissão passa a ser de R\$ 4.811.844,78 (R\$ 4.937.893,80 – R\$ 126.049,03), pois esse valor foi o comissionamento efetivamente pago às agências franqueadas no período, conforme versão 2.988 do Sistema de Faturamento Regional – SFR.

A diferença de R\$ 126.049,03 (B) foi resultado da utilização da versão 2.991 do Sistema de Faturamento Regional – SFR. Vale ressaltar que a ECT assumiu o erro e passou o

problema técnico para a área de sistema.

Feitas essas considerações sobre a falta de motivação do ato, pagamento de comissão e distorção da média histórica de 2002, deve-se examinar as afirmações dos depoentes sobre as questões evidenciadas.

O Sr. Carlos Hassan Gebrin foi muito esclarecedor nas suas declarações, pois, amparado pelo interesse público, afirmou que os grandes clientes devem ser atendidos diretamente pelos Correios. Na avaliação do ex-presidente da ECT, a rede franqueada deveria agir apenas no mercado de varejo. Verifica-se, portanto, que autorizar a migração de grandes clientes com a média histórica de 2002 foi um erro, visto que o FAC movimenta grandes volumes de correspondência (mercado de atacado), além de ser um serviço garantido à ECT pelo monopólio.

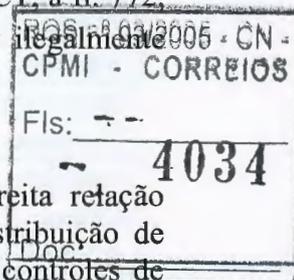
O Sr. Carlos Eduardo Fioravanti da Costa tentou justificar a migração autorizada com média histórica de 2002. Ele fundamentou sua justificativa dizendo que existia a possibilidade da concorrência realizar o serviço no lugar da ECT, como também argumentou que, mesmo utilizando a média histórica de 2002 e pagando mais comissão, o faturamento global das franquias cresceu bastante, conseqüentemente, a empresa estatal saiu ganhando.

Em primeiro lugar, cumpre salientar que a Divisão de Inspeção da ECT, à fl. 772, identificou que as ACF podem estar atuando com as concorrentes para subtrair ilegalmente receita operacional dos Correios e quebrar o monopólio de cartas:

“em diversas Diretorias Regionais, há indicativos de estreita relação comercial entre ACFs e concorrentes da ECT, no segmento de distribuição de cartas. Nas situações verificadas, transparece a vulnerabilidade dos controles de ingresso de carga no fluxo postal, reforçando o sentimento de que esteja ocorrendo significativa evasão de receita operacional, com a entrada de objetos no tráfego postal sem a contrapartida do pagamento das tarifas correspondentes.” (grifo nosso)

Como se vê, as franquias já foram indicadas pela Divisão de Inspeção da estatal como uma das possíveis razões da atuação da concorrência no mercado de distribuição de cartas. Portanto, a justificativa do senhor Carlos Eduardo Fioravanti da Costa não faz o menor sentido, uma vez que a migração de grandes clientes para rede franqueada aumenta a vulnerabilidade dos controles de ingresso de carga no fluxo postal.

Em segundo lugar, é importante esclarecer que não foram apresentadas, em nenhum momento, evidências de que a conduta do responsável (autorização da migração com média histórica de 2002) contribuiu significativamente para o resultado (o aumento do faturamento global das franquias), ou seja, de que foi uma das causas do resultado. Portanto, não existe nexó de causalidade na justificativa do depoente, pois o faturamento global das franquias pode crescer por diversos motivos, por exemplo, crescimento normal dos clientes garantidos pelo monopólio, novas demandas do mercado, conquista de novos clientes no segmento concorrencial, etc.



Antes de finalizar a análise do nexo de causalidade, há que se comentar também a relação de causa e efeito do débito causado para os cofres públicos apurado por esta CPMI.

A autorização do uso da média histórica de 2002, assinada pelo senhor Carlos Eduardo Fioravanti da Costa, incentivou a ocorrência de migração de grandes clientes dos Correios para a rede franqueada, por via de consequência, deu causa a despesa desnecessária (comissionamento) para os cofres públicos de R\$ 3.440.340,42 (R\$ 4.811.844,78 - R\$ 1.371.504,36), conforme demonstrado no próximo quadro.

VALORES DE JANEIRO A JULHO DE 2005

Valores em reais

Nome da ACF	Nome do Cliente	Serviço FAC realizado pela rede franqueada	Comissão com a média histórica de 2002 "A"	Comissão com a média histórica do MANCAT "B"	Despesa Desnecessária com FAC (Débito) "A - B"
Anchieta	Banco Itau Sa	6.504.261,15	191.756,29	85.513,36	106.242,93
Carlos Gomes	Banco Itau Sa	16.348.024,75	461.167,86	208.745,32	252.422,54
Cidade Ademar	Banco Itau Sa A	26.544.204,08	769.372,65	341.005,36	428.367,29
Shopping Tamboré	Banco Itau Sa	31.480.479,82	902.261,88	400.051,60	502.210,28
Anchieta	Unibanco	24.253.326,48	569.530,22	123.429,49	446.100,73
Cidade Ademar	Unibanco	13.252.928,67	303.786,95	59.156,62	244.630,33
Jaboatão - Pe	Unibanco	8.071.598,29	210.068,87	37.366,10	172.702,77
Marcos de Macedo	Unibanco	1.099.704,16	32.403,93	17.109,17	15.294,76
Ronald de Carvalho	Unibanco	1.039.032,24	30.616,17	16.165,24	14.450,93
Vicente de Carvalho	Unibanco	1.102.567,59	32.488,30	17.153,72	15.334,58
Anchieta	Banco Abn Amro Real	1.949.968,73	47.142,73	243,89	46.898,84
Campo Grande	Banco Abn Amro Real	284.767,13	6.794,25	30,13	6.764,12
Cidade Ademar	Banco Abn Amro Real	5.557.639,73	133.568,67	598,85	132.969,82
Shopping Tamboré	Banco Abn Amro Real	12.010.150,50	339.490,78	64.935,51	274.555,27

Cidade Ademar	Banco Santander	17.378.086,15	781.395,22	0,00	781.395,22
Total	-	166.876.739,47	4.811.844,78	1.371.504,36	R\$

O serviço FAC dos quatro bancos realizado pela rede franqueada, de jan/2005 a jul/2005, foi de R\$ 166.876.739,47. Esse serviço de franqueamento de carta rendeu para as ACFs relacionadas na tabela uma comissão de R\$ 4.811.844,78, sendo que essa comissão foi paga com base na média histórica de 2002. Caso a comissão paga fosse calculada com base na média histórica prevista no Manual de Comercialização e Atendimento, o valor recebido pelas ACFs seria de R\$ 1.371.504,36. Desta forma, é possível se concluir que a regra do MANCAT, calcada no interesse público, tornaria a migração pouco rentável para as ACFs, dado que as franquias iriam receber somente 0,82% de comissão pelo serviço prestado ( $1.371.504,36 \div 166.876.739,47 = 0,00822$ ).

Vale destacar que a própria Associação Brasileira de Empresas Prestadoras de Serviços Postais, à fl. 780, conclui o seguinte sobre a regra da média histórica prevista no MANCAT (a regra que deveria ser utilizada): “Assim, nesses casos, a remuneração da agência franqueada é de 5% sobre o valor que eventualmente exceder a média mensal do serviço que a ECT vinha executando diretamente nos últimos 6 meses anteriores. Portanto, um serviço de risco!” (grifo nosso)

O depoimento do Sr. Carlos Eduardo Fioravanti da Costa também confirma que a migração somente ocorreu porque a regra utilizada foi a média histórica de 2002, conforme segue:

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) –

(...)

Agora, eu estou dizendo, eu quero perguntar o seguinte ao senhor: se o senhor tivesse proposto a eles que seguiria o manual do jeito que o manual mandasse, o senhor acha que eles não aceitariam a proposta de recuperar?

O SR. CARLOS EDUARDO FIORAVANTE DA COSTA – Essa é uma boa pergunta para fazer ao franqueado que vem aqui. Vai vir um grande franqueado aqui. Pergunte a ele, Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu estou perguntando ao senhor.

O SR. CARLOS EDUARDO FIORAVANTE – Eles me disseram que não, lógico que não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ah, eles disseram que não aceitariam?

O SR. CARLOS EDUARDO FIORAVANTE DA COSTA – Lógico que não. Não há vinculação.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eles prefeririam ficar sem... (grifo nosso)

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4035</b>
Doc:

Portanto, caso fosse respeitada a regra do Manual de Comercialização e Atendimento - MANCAT, o excedente artificial não existiria e o pagamento de comissão seria muito menor (R\$ 1.371.504,36). A prova inequívoca dessas assertivas é a memória de cálculo do comissionamento, que está resumida na tabela anterior.

O art. 10 da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992, tipifica a ação com dano ao erário da seguinte forma:

“Art. 10 - Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:”(grifo nosso)

Diante de todo o exposto, considerando o nexo de causalidade, verifica-se que a reprovação da conduta do gestor está caracterizada (culpabilidade), tendo em vista que foi priorizado o interesse do particular em detrimento da supremacia do interesse público.

#### **6.4.9 Análise do Sigilo Bancário e Fiscal da ACF Shopping Tamboré**

Preliminarmente, deve-se atentar para o fato das franquias Shopping Tamboré (Expresso Postal Teng), Anchieta e Cidade Ademar terem ingressado com Mandado de Segurança no Supremo Tribunal Federal (MS 25.768-7, MS 25.746-6 e MS 25.738-5). Ainda que essas franqueadas tenham exercido seu direito constitucional de recorrer ao Poder Judiciário, o fato demonstra que tais pessoas jurídicas não tinham interesse de revelar os números de sua movimentação financeira e fiscal, em razão disso, também fica evidente a ação premeditada de dificultar as investigações realizadas por essa CPMI.

É importante destacar que apenas a ACF Shopping Tamboré (Expresso Postal Teng) não obteve liminar suspendendo a transferência dos sigilos bancários e fiscal. Portanto, como, até a presente data, a Suprema Corte ainda não decidiu o mérito de nenhum desses Mandados de Segurança, serão analisados os sigilos somente de tal franquia.

O sigilo fiscal dessa agência franqueada foi de pouca utilidade para as investigações realizadas pela CPMI “dos Correios”, pois a ACF Shopping Tamboré (Expresso Postal Teng - CNPJ 71.739.361/0001-00) apresenta suas informações fiscais para a Receita Federal através do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), o qual utiliza como única base de cálculo a receita bruta da empresa. Portanto, tal sistemática de pagamento de tributos, por dispensar o detalhamento de todas as receitas e despesas do contribuinte, não propiciou uma análise mais acurada e detalhada dos números da Expresso Postal Teng.

Seguindo a análise, cumpre destacar que o sigilo bancário examinado não contou com a integralidade das informações financeiras da ACF, pois uma parte considerável dos beneficiários dos valores não foi identificada em tempo hábil pela rede bancária, ainda assim tal sigilo foi muito útil para a execução dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito,

dado que vários indícios importantes foram detectados, os quais circunstanciam a real relação comercial da franquia, conforme será descrito a seguir:

• O senhor Alípio dos Santos Filho substituiu o senhor Armando Ferreira da Cunha, a partir de 15/03/2001, na função de sócio-gerente da Alpha Document Mailer Ltda. Coincidentemente, essa empresa tem o mesmo endereço de outra firma chamada de A. M. E Impressões a Laser e Manuseio de Documentos Ltda (antes era na Al. Xingu, Nº 1176, mas agora é na Al. Tucunaré, Nº 342, Barueri). É importante ressaltar que o senhor Alípio também é o sócio-administrador da segunda sociedade citada. Como as duas empresas receberam juntas da ACF Shopping Tamboré, no período de 2000 a 2005, a elevada soma de R\$ 3.561.898,45, fica comprovada uma ativa relação comercial entre a ACF e os estabelecimentos do ex sócio do senhor Armando;

• Apenas a empresa A. M. E. recebeu R\$ 2.926.000,00 da franquia da ECT. O senhor Paulo Henrique de Souza, segundo sócios da A. M. E Impressões a Laser e Manuseio de Documentos Ltda, é o contador de uma das empresas do senhor Armando Ferreira da

Cunha que realiza tratamento de encomendas em geral (Direct Express Ltda), indicando que existe uma relação óbvia entre a Shopping Tamboré e a Direct Express. Essa ligação das três sociedades possibilita a ocorrência de uma ilegalidade, qual seja: o fluxo postal ser entregue sem a intervenção obrigatória dos Correios (quebra do monopólio postal);

• O senhor Armando Ferreira da Cunha possui, entre outros empreendimentos, o negócio chamado de "Ponto Com Representações Comerciais Ltda. Tal empresa está situada no segundo andar do prédio alugado pelas empresas A. M. E Impressões a Laser e Manuseio de Documentos Ltda e Alpha Document Mailer Ltda, tornando patente a ligação dessas empresas com o senhor Armando;

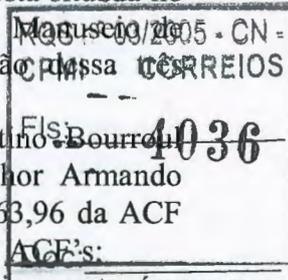
• O senhor Antônio Eugênio Guerra, proprietário da ACF Celestino Bourroli (R.R.C. Prestação de Serviços Postais S/C LTDA) e primo da esposa do senhor Armando Ferreira da Cunha, recebeu, no período de 2000 a 2004, um total de R\$ 1.523.163,96 da ACF Shopping Tamboré (Expresso Postal Teng), demonstrando estreita ligação das duas ACF's;

• A empresa Tucunaré Administração de Bens S/C Ltda, cujo sócio-gerente é o senhor Armando Ferreira da Cunha, recebeu, no ano de 2004, R\$ 165.040,00 (valores em espécie) da ACF Shopping Tamboré, evidenciando que as empresas lideradas por esse senhor tem relações comerciais com a ACF;

• O senhor Armando Ferreira da Cunha, no período de 04/2000 a 11/2002, foi sócio da Sytem Technology Engenharia Ltda. A Shopping Tamboré realizou pagamento no valor de R\$ 79.000,00 para essa empresa de Engenharia em 25/10/2000, ou seja, após o senhor Armando ter se retirado da sociedade da Expresso Postal Teng (fato que ocorreu em 08/2000), revelando mais uma vez a ligação suspeita do senhor Armando com a franquia dos Correios.

Após feita essa confrontação do sigilo bancário com os dados cadastrais do sistema CNPJ da Receita Federal, é possível se concluir que, mesmo contando com somente parte dos dados bancários do investigado, existe uma interligação clara e fartamente documentada da ACF Shopping Tamboré (Expresso Postal Teng) com o senhor Armando Ferreira da Cunha. Nesse sentido, não se pode ignorar que a análise do histórico da titularidade de algumas ACF's pode confirmar a grande influência que esse senhor tem na franquia situada no Shopping Tamboré, como também em boa parte da rede franqueada dos Correios, conforme segue:

- 1) A filha do senhor Armando Ferreira da Cunha, senhora Vanessa Ferreira da Cunha, foi a proprietária da ACF Jardim Agu no período de 24/09/1999 a 06/06/2000;



- 2) A senhora Vanessa Ferreira da Cunha foi sócia da senhora Ana Theresa Scarassati Vinholi, na ACF Jardim Agu de 11/08/1999 a 30/06/2005;
  - 3) Por sua vez, a mesma senhora Ana Theresa foi proprietária da ACF Ribeiro de Lima no período de 2000 a 2004;
  - 4) O cunhado da senhora Ana Theresa Scarassati Vinholi, senhor Geraldo Antônio Vinholi, foi sócio do senhor Armando Ferreira da Cunha na ACF Shopping Tamboré, no período de 02/01/1996 a 15/11/1996;
  - 5) O primo da esposa do senhor Armando, senhor Antônio Eugênio Guerra, é o atual proprietário da ACF Celestino Bourroul;
  - 6) O atual sócio majoritário da ACF Shopping Tamboré, senhor Ernesto Duarte, foi sócio do senhor Armando, em 1999, na Churrascaria Alpha Grill Ltda;
- 7) O próprio senhor Armando F. da Cunha, no período de 01/1996 a 08/2000, já foi o proprietário da ACF Shopping Tamboré; 8) O senhor Adir Leme da Silva, após vender a ACF Celestino Bourroul para primo da esposa do senhor Armando, em 12/05/2000, assumiu

o cargo de diretor na ACF Joaquim Floriano. Somente a venda daquela ACF e o desempenho da direção dessa não seria fato relevante para ligar o senhor Adir ao esquema de influência suspeito do senhor Armando, todavia, surpreendentemente, foi encontrada propaganda conjunta veiculada pelas empresas: ACF Shopping Tamboré (Expresso Postal Teng), ACF Jardim Agu, ACF Joaquim Floriano e Alpha Document Mailer Ltda, comprovando de maneira inequívoca a atuação coordenada e centralizada dessas firmas. Vale destacar que a Alpha Document Mailer Ltda é uma empresa relacionada com o senhor Armando, conforme já comentado.

Para demonstrar o poder que possui essas cinco franquias reunidas, será descrito a seguir um quadro contendo o volume de recursos movimentados, no período de 07/2004 a 06/2005, e sua posição ranking nacional de ACF's.

Ranking Nacional  
Nome

Faturamento (R\$)

Comissão (R\$)

		Faturamento (R\$)	Comissão (R\$)
Primeira	ACF SHOPPING TAMBORE	144.543.266,12	12.260.269,89
Vigésima	ACF CELESTINO BOURROUL	10.877.831,91	1.702.953,16
Vigésima quarta	ACF RIBEIRO DE LIMA	9.476.866,50	1.583.310,32
Trigésima	ACF JOAQUIM FLORIANO	8.444.007,55	1.528.600,29
Sexagésima nona	ACF JARDIM AGU	5.041.833,10	902.185,97
Total		178.383.805,18	17.977.319,63

Por ser um grupo com uma enorme movimentação financeira, essas franquias podem utilizar o grande volume de carga postal recebida em benefício próprio, fraudando o fluxo

postal. Assim, a prática criminosa de algumas franquias, associada com a obrigação da ECT de entregar toda a correspondência no menor prazo possível, acaba gerando condições muito favoráveis a não contabilização do fluxo postal (“caixa dois”), conseqüentemente, um grande prejuízo para o erário, conforme vem detectando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em algumas franqueadas sob a influência do senhor Armando Ferreira da Cunha:

ACF Joaquim Floriano

Nº do Processo - 72.0001.0009.03 Valores envolvidos: R\$ 78.242,91 Titularidade: Marilene da Silva e Marcos Eduardo da Silva Posição final: a ACF foi punida com advertência em 22/01/2004 e quitou o

débito com correção. Resumo das apurações: Na contagem de carga da ACF, em 12/03/03, constatou-se uma diferença

de R\$ 21.400,96, entre o que foi postado pela ACF e o contabilizado; e Indícios de haver adulteração dos Recibos de Vendas de Produtos (RVP). Dois RVP's somaram R\$56.841,95, mas só foi contabilizado R\$1,65.

ACF Celestino Bourroul

Nº do Processo – 0380/01 Valores envolvidos: Não foram comprovados os débitos Titularidade: Antônio Eugênio Guerra Posição final: a ACF foi punida com sanção pecuniária de 10% sobre o

valor do faturamento. Resumo das apurações: Suspeita de irregularidades no franqueamento de correspondência. O

supervisor da ECT que fiscalizava a unidade suspeitou da quantidade de carga. Após conferência da carga na unidade de tratamento, constatou-se R\$ 595.993,62 em cargas, mas só foi contabilizado R\$ 369.211,45.

ACF Celestino Bourroul

Nº do Processo – 72.0001.00268.03  
399

Valores envolvidos: R\$ 304.676,34

Titularidade: Antônio Eugênio Guerra e Marcia de Cerqueira Carvalho Guerra

Posição final: a ACF recolheu R\$ 65.938,88 em 15/06/04, demais valores em aberto face pendências de análise.

Resumo das apurações:

Acompanhamento da carga no período de 27/08 a 05/09 apontou erros na contabilização da carga.

ACF Shopping Tamboré

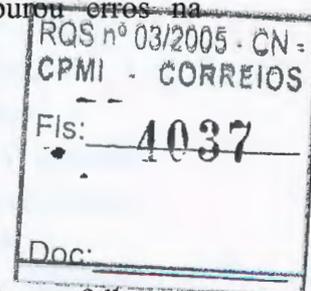
Nº do Processo – 72.0004.00004.03

Valores envolvidos: R\$ 300.000,00

Titularidade: Ernesto Duarte e Valéria do Amaral Gianordoli

Posição final: Não foi possível a correta avaliação dos indícios face a falhas no levantamento dos dados e falta de instrumentos de aferição de carga.

Resumo das apurações:



Constatada divergência entre a quantidade de objetos postados e o contabilizado em máquinas de franquear.

#### ACF Shopping Tamboré

Nº do Processo – Conforme determina o Manual de Comercialização e Atendimento, deveria ter sido aberto processo administrativo para apurar o débito, mas, inexplicavelmente, tal procedimento não foi realizado. (referência dos Correios CI/GAB/GERAT/DR/SPM-029/06)

Valores envolvidos: R\$ 2.202.539,99

Titularidade: Ernesto Duarte e Valéria do Amaral Gianordoli

Posição final: Ainda não existe posição final, todavia parte do débito nominal já foi pago aos Correios (R\$ 1.284.765,00) e parte ainda está em aberto (R\$ 917.774,99).

Resumo das apurações:

O débito da ACF Shopping Tamboré foi Contraído na prestação de contas da 1ª quinzena de Dezembro de /04, ou seja, 16/12/2004.

Dessa forma, fica evidente que as franquias ligadas ao senhor Armando Ferreira da Cunha utiliza como prática corrente e reiterada a contabilização incorreta dos objetos postados.

Em resumo, a presente análise objetivou identificar indícios suficientes para comprovar as seguintes irregularidades: o fato de determinados indivíduos simularem a propriedade de ACF's junto aos Correios para dissimular a verdadeira composição societária das franquias (“laranjas”); a fuga do fluxo postal e o prejuízo para os cofres públicos (“caixa dois”); e, principalmente, a destinação dada aos recursos de algumas franquias.

Para os dois primeiros pontos supracitados, foram apresentados diversos indícios que confirmam as desconfiças em questão, todavia para o destino dos recursos, um dos pontos centrais das investigações da CPMI “dos Correios”, ainda não foram demonstrados indícios suficientes. Desta forma, objetivando caracterizar definitivamente a ocorrência dessa irregularidade, serão circunstanciados mais alguns fatos relacionados com a movimentação financeira da franquia.

O sigilo bancário da ACF Shopping Tamboré (Expresso Postal Teng) revelou que essa franquia dos Correios emitiu 19 (dezenove) cheques nominais (com valores entre R\$ 50.000,00 e R\$ 324.700,00) para o senhor Ronaldo Dias de Andrade, CPF 094.864.828-70, RG 181470378 SSP/SP, no valor total de R\$ 1.870.840,00.

Considerando que:

- todo esse montante foi sacado em espécie na instituição financeira;
- o volume gerado pelo acondicionamento de todo esse papel moeda é enorme; o índice de criminalidade da região metropolitana de São Paulo é conhecido nacionalmente; e
- os valores poderiam ser facilmente transferidos eletronicamente pelo nosso sistema financeiro.

Suspeita-se assim, que a real intenção do senhor Ronaldo Dias de Andrade foi

utilizar esses recursos para fins ilícitos, utilizando, para tanto, o estratagema de sacar grandes somas no caixa do banco. Tal modus operandi é executado para impossibilitar a identificação dos reais beneficiários do dinheiro originário do serviço postal.

Nesse contexto, foram realizadas investigações para descobrir quem realmente é o senhor Ronaldo Dias de Andrade e qual é a sua principal fonte pagadora. Surpreendentemente, foi constatado que o senhor Ronaldo Dias de Andrade é agente da Polícia Civil do Governo do Estado de São Paulo. Logo, um indivíduo com um perfil totalmente incompatível com os valores sacados.

Acrescenta-se que o senhor Ronaldo Dias de Andrade, além de possuir vencimentos pelo Governo do Estado de São Paulo, recebe também salário das fontes pagadoras A.M.E Impressões a Laser e Manuseio de Documentos e Alpha Document Mailer S/C Ltda. Esse relacionamento prova, mais uma vez, a ligação de tais empresas com a Shopping Tamboré.

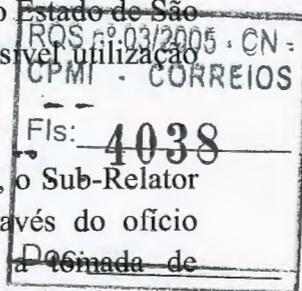
Cabe destacar que outro policial civil, senhor Nilton de Lima Brahim, CPF 042.138.898 - 66, RG 46894793 SSP/SP, também recebeu um total de R\$ 4.734.609,00 da Expresso Postal Teng, conforme relação de cheques em anexo. A exemplo do primeiro, todos os cheques foram sacados em espécie na instituição financeira, situação que também suscita muitas dúvidas sobre a mesma utilização ilícita do dinheiro, já que o senhor Nilton de Lima Brahim é delegado de polícia na cidade de São Paulo, assim sendo, por via de determinação legal, não pode ter outra fonte de rendimento.

Finalmente, cumpre registra que o Eliel Cavallaro de Aguiar, CPF 113.688.648-64, também realizou 8 saques em dinheiro da conta da Expresso Postal Teng no valor total de R\$ 1.116.350,00.

Levando em consideração que os endereços dos senhores Eliel Cavallaro de Aguiar e Ronaldo Dias de Andrade são na mesma cidade onde o senhor Nilton de Lima Brahim é delegado, que os três sacaram, no período de 2000 a 2005, altas somas em dinheiro da ACF Shopping Tamboré (total de R\$ 7.721.799,00) e que os três são da Polícia Civil do Estado de São Paulo, fica estabelecida uma relação evidente desses três indivíduos com a possível utilização ilegal de dinheiro.

Nesse sentido, para comprovar a atuação conjunta desses policiais, o Sub-Relator de contratos da CPMI "dos Correios", Deputado José Eduardo Cardozo, através do ofício 651/2006, solicitou ao Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal a tomada de depoimento dos senhores Nilton de Lima Brahim e Ronaldo Dias de Andrade. Tais depoimentos confirmaram vários indícios apontados anteriormente, principalmente, a relação do senhor Armando Ferreira da Cunha com a movimentação de valores em espécie da ACF Shopping Tamboré (Expresso Postal Teng), dado que os depoentes esclareceram:

- que o Sr. Alípio dos Santos Filho comparece esporadicamente na sede da empresa A.M.E.;
- que não sabem dizer se o Sr. Alípio dos Santos Filho é sócio-gerente da empresa Alpha e nem tampouco se é sócio administrador da empresa A.M.E. Impressões a Laser e Documentos Ltda.;
- que Armando Ferreira da Cunha comparece na sede da A.M.E. de três a quatro



vezes por semana;

- .• que a ACF Shopping Tamboré, a Alpha Document Mailer Ltda e a
- .A.M.E. Impressões a Laser e Documentos Ltda. são parceiras comerciais;
  - . • que o escritório da empresa Ponto Com (firma de propriedade do Armando) funciona no mesmo prédio onde está estabelecida a empresa A.M.E.;
  - . • que os Srs. Nilton de Lima Brahim, Eliel Cavallaro de Aguiar e Ronaldo Dias de Aguiar são da Polícia Civil do Estado de São Paulo;
  - . • que os responsáveis pela escolta dos altos valores em dinheiro foram os Srs. Nilton de Lima Brahim, Eliel Cavallaro de Aguiar e Ronaldo Dias de Aguiar;
  - . • que os valores em dinheiro eram entregues nas mãos do Sr. João Leite Neto e do Sr. Paulo Henrique de Souza;
- .• que o dinheiro era para pagar funcionários e fornecedores das empresas ACF Shopping Tamboré, Alpha Document Mailer Ltda e
- .A.M.E. Impressões a Laser e Documentos Ltda.; e
  - . • que João Leite Neto tem vínculos com políticos;

O Código de Processo Penal define, com algumas ressalvas doutrinárias, o indício:

Art. 239 Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.(grifo nosso)

Como se sabe, um conjunto de indícios (fatos remotos) tem o condão de demonstrar a ocorrência de um fato próximo, desde que o raciocínio lógico-dedutivo seja válido:

O indício é o ponto de partida de onde, por inferência, chega-se a estabelecer uma presunção. É o caso de, ao se deparar com uma ponta de gelo no mar glacial, entender-se que é um indício de um iceberg. (Sílvio de Salvo Venosa: Direito Civil: Parte Geral, 2003, v.1, p. 564)

O indício é o fato provado que, estando na base do raciocínio do juiz, leva a que este creia (como acredita qualquer homo medius) que tenha ocorrido outro fato (o fato principal). A este raciocínio se dá o nome de presunção hominis. (Arruda Alvim: Manual de Direito Processual Civil, 2000, v. 2, p. 596)

Assim sendo, é possível deduzir que a movimentação de grandes somas de dinheiro ocorrida na ACF Shopping Tamboré (fato provado), associada às fraudes detectadas pela ECT (fato provado) e às relações comerciais, societárias, trabalhistas e de parentesco entre os agentes envolvidos (fato provado), permite que se conclua, com grande margem de segurança, que os saques em espécie de milhões de reais estão umbilicalmente relacionados com os desvios de recursos dos Correios.

O simples desvio de recursos dos Correios não seria um crime de enorme gravidade. Mas, o fato de estar provado que esse crime está associado à ocultação de valores praticada por agentes inter-relacionados, impõe que se levante a suspeita de crime de lavagem de dinheiro, num primeiro momento. Ademais, lembrando que existe suspeita de que o sistema de distribuição de franquias é manipulado politicamente, não se pode deixar de supor que esses crimes estejam relacionados a outros crimes contra a Administração, tais como: corrupção, prevaricação e tráfico de influência. Por fim, as máximas da experiência mostram que o saque de elevadas quantias em espécie apontam para os crimes de evasão de divisas e sonegação fiscal.

#### 6.4.10 Conclusão

Os serviços postais, quando não realizados diretamente pelos Correios, podem ser explorados por particulares por meio da concessão do serviço público. Esse direito de exploração deve respeitar rigorosamente o arcabouço legal vigente no país, especialmente, a Constituição Federal e os princípios consagrados pelo art. 37 do mesmo diploma legal.

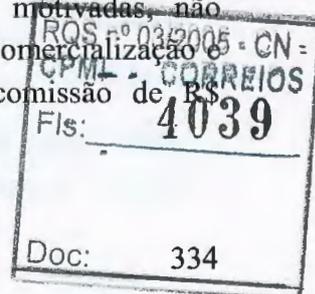
Verificou-se, todavia, que a constitucionalidade da Lei 10.577/2002 pode ser questionada, visto que prorrogou contratos que na sua origem não respeitaram a obrigatoriedade da licitação, como também não se balizaram nos princípios da impessoalidade, legalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

Diante desse fato, deve-se alertar ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, que, caso sejam apresentados projetos de lei que visem à prorrogação das atuais franquias, deve-se analisar a constitucionalidade desses projetos em confronto com os comandos dos arts. 37, inciso XXI e 175, caput, da Constituição Federal. A CPMI “dos Correios” deve recomendar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que providencie todos os meios necessários para que, no fim da vigência da Lei 10.577/2002, licite os novos concessionários dos Correios, sem que haja descontinuidade da prestação dos serviços postais.

Complementarmente, a CPMI “dos Correios” deve também recomendar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que realize estudos para reestruturação da rede franqueada, discutindo a necessidade de uma nova legislação para o setor que respeite os princípios estabelecidos no artigo 37 da Constituição Federal.

A Subsecretaria de Serviços Postais tem a competência de estabelecer parâmetros necessários a regulamentação dos serviços postais, nessa esteira, a CPMI “dos Correios” deve recomendar ao Ministério das Comunicações que exerça a sua competência legal, fixando condições que garantam a economia de escala da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos deve ser informada sobre as migrações de grandes clientes (Itaú, Unibanco, Real e Santander) com a utilização da média histórica de 2002, uma vez que tais migrações não foram devidamente motivadas, não observaram a supremacia do interesse público, não respeitaram o Manual de Comercialização e Atendimento dos Correios e causaram um pagamento desnecessário de comissão de R\$ 3.440.340,42, no período de janeiro a julho de 2005, tendo como responsáveis:



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES 1) Marcelo Perrupato e Silva – Secretário de Serviços Postais CPF.: 010.821.326-91 Período: 13/4/1999 a 9/4/2003 2) Vanderlei Rodrigues – Secretário de Serviços Postais CPF.: 410.898.638-53 Período: 9/4/2003 a 29/7/2004 3) Paulo Machado Belém Filho – Secretário de Serviços Postais CPF.: 370.738.857-34 Período: 4/8/2004 até a presente data  
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS 1) Carlos Eduardo Fioravanti da Costa – Diretor Comercial  
CPF.: 298.243.117-34  
Período: 29/4/2004 a 9/6/2005

Quanto aos nomes acima arrolados, esta CPMI deve propor a responsabilização do Sr. Carlos Eduardo Fioravanti da Costa, nos termos dos artigos 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa, pelas condutas comissivas/omissivas ora relatadas.

A CPMI “dos Correios”, criada para investigar as causas e conseqüências de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, frente a indícios tão fortes do envolvimento da empresa Expresso Postal Teng (ACF Shopping Tamboré) com a utilização ilegal de recurso, deve informar à Receita Federal as irregularidades cometidas, como também deve compartilhar o sigilo bancários da Expresso Postal Teng com o Tribunal de Contas da União, com o Ministério Público Federal e com a Receita Federal.

Encaminhar os presentes autos para o Tribunal de Contas da União a fim de que proceda à continuação das apurações necessárias ao deslinde das questões evidenciadas. Encaminhar os presentes autos para o Ministério Público Federal a fim de que proceda à continuação das apurações necessárias ao deslinde das questões evidenciadas.

## **6.5 Correio Híbrido Postal**

O projeto do Correio Híbrido Postal caracteriza-se por envolver a criação de um novo serviço até então inexistente no País, ser de grande complexidade técnica e envolver cifras de grande magnitude.

A CPMI fundamentou seus trabalhos nos relatórios resultantes das diligências conduzidas pela CGU e pelo TCU em relação ao processo licitatório envolvendo o Correio Híbrido Postal (Processo de Concorrência Internacional nº 12/2002) e na realização de diversas oitivas com pessoas envolvidas com o projeto da ECT.

Esse processo licitatório foi marcado por sucessivas interrupções e terminou por ter a participação de um único grupo consorciado, BRPostal, que foi sagrado vencedor do certame.

A confirmação da existência de um segundo grupo (DIGIPOST) interessado em participar do processo se deu nos depoimentos dos representantes da Cobra Tecnologia (empresa líder) e Xerox do Brasil. Esse grupo chegou a elaborar proposta, mas não a apresentou em

função da desistência da Cobra Tecnologia poucos dias antes do prazo de entrega fixado em Edital. Essa proposta foi mantida sob guarda de um escritório de advocacia e encaminhada a esta CPMI, pela Cobra Tecnologia, em 9 de março de 2006.

O TCU, como resultado dos trabalhos de auditoria desenvolvidos por sua equipe de técnicos, emitiu medida cautelar suspendendo a execução do contrato assinado entre a ECT e o Consórcio BRPostal. Posteriormente, o TCU revogou a medida cautelar que determinava tal suspensão. Essa revogação se dá, principalmente, em função da determinação de novo valor do contrato, 39% inferior em relação ao apresentado na proposta, redução apurada em decorrência da identificação de erros de cálculos nas planilhas de formação de preço.

Os preços praticados pelos dois grupos são a seguir resumidos:

Item	BRPostal	DIGIPOST
Software GPDD	69.321.347,38	28.400.000,00
Softwares básicos de de apoio, geração de de formulários e desenvolvimento de aplicativos	30.865.332,02	4.974.888,00
Manutenção evolutiva	3.014.400,00	1.600.000,00
Custeio dos serviços de produção	2.517.873.391,85 (*)	1.805.247.594,54

(\*) valor já retificado em função da correção dos erros de cálculo

As informações obtidas pela CPMI “dos Correios” nas oitivas dos representantes da Cobra e da Xerox e, principalmente, pela obtenção da proposta elaborada pelo Consórcio DIGIPOST, são de grande relevância para que o TCU possa aprofundar suas análises, antes de julgamento do mérito da ação de nulidade do processo licitatório, proposta em seu relatório:

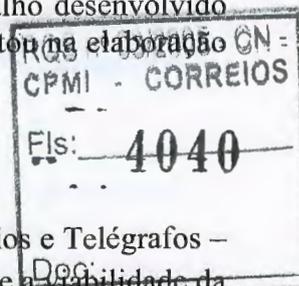
- A avaliação da proposta do consórcio DIGIPOST, liderado pela Cobra, permitirá comparar e analisar as significativas divergências de preços
- As duas empresas consideram as condições do edital, quanto às exigências dos atestados, restritivas ou de difícil atendimento
- As razões alegadas pela Cobra para sua desistência na participação do certame são, de certa forma, incoerentes quando se avalia o estágio avançado do trabalho desenvolvido pelo grupo de empresas participantes do grupo consorciado, uma vez que resultou na elaboração de proposta de alta complexidade.

### 6.5.1 Histórico

Em julho de 1998, a presidência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT formou um grupo de trabalho para realização de estudos preliminares sobre a aplicação de um novo serviço denominado correio híbrido.

Em setembro de 2000, a presidência da ECT formou um novo grupo de trabalho para elaborar anteprojeto visando à implantação na ECT dos serviços de correio híbrido.

Em julho de 2001, a diretoria da ECT aprova a criação do Programa Correio



Híbrido, constituído dos seguintes projetos: Correio Híbrido Telemático, Reverso e Postal.

Em outubro de 2001 é constituído grupo de trabalho para elaborar o projeto básico com modelagem comercial, técnica e de gestão para a Solução Integrada de Correio Híbrido Postal. Como resultado das ações desse grupo de trabalho, ocorreu a Concorrência Internacional nº 12/2002, que resultou na celebração do contrato nº 13.159/2004 com o consórcio vencedor.

O processo de Concorrência Internacional nº12/2002 foi objeto das seguintes auditorias:

- Controladoria-Geral da União: Auditoria Especial na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, instituída pela Portaria 121/2005/CGU-PR.
- Tribunal de Contas da União: Auditoria Fiscal nº 890/2005, determinada pela Portaria de Fiscalização nº 961 de 27 de junho de 2005, Relatório Preliminar do Processo de Representação TC-016.572/2005-9 elaborado em atendimento ao despacho do Ministro – Relator Ubiratan Aguiar TC-007.694/2005-2.

A execução do contrato nº 13.159/2004 esteve suspensa até 7/12/2005 em atendimento à medida cautelar do TCU que, contudo, ainda não julgou o mérito das questões tratadas.

Conforme previsto no primeiro termo aditivo firmado simultaneamente ao contrato, a execução contratual permanecerá suspensa até que seja obtida junto ao INPI a nacionalização do software GPDD e correspondente registro de sua propriedade em nome da ECT. Enquanto esse quesito não for cumprido, não ocorrerão investimentos por parte do Consórcio BRPostal e da ECT.

### **6.5.2 Conceito de Correio Híbrido Postal e Projeto da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT**

Esse serviço, já prestado por outras instituições postais de outros países, como, por exemplo, Alemanha, Itália e França, caracteriza-se por ser uma solução integrada para grandes clientes do segmento de correspondências, envolvendo as etapas de geração, postagem eletrônica, triagem eletrônica, impressão, acabamento e entrega de documentos, combinando a capilaridade do correio tradicional com a velocidade e produtividade da Tecnologia da Informação e Telecomunicação.

Destina-se ao atendimento de grandes clientes, que atualmente utilizam os serviços da ECT para distribuição de impressos promocionais, extratos bancários, faturas de cartões de crédito e contas de concessionários de serviços públicos, entre outros. Em geral, essas empresas imprimem grandes volumes de documentos de forma centralizada, em uma única localidade, e realizam a postagem por meio do serviço FAC (franqueamento autorizado de cartas) em âmbito nacional.

O novo serviço permitirá que as empresas enviem, à ECT, as correspondências em meio eletrônico, com os dados a serem impressos e respectivos destinatários. O processamento e

a triagem eletrônica de dados passariam a ser feitos nos sistemas da ECT, que os distribuiria para impressão e acabamento o mais próximo possível do destino final. Dessa forma, os documentos impressos seriam entregues com custos menores para as empresas.

O projeto desenvolvido pela ECT apresenta as seguintes características principais:

- . • Opção pelo modelo de negócio integrado
- . • Aquisição apenas da inteligência do processo: software de gerenciamento de produção e licenças de software de apoio para a produção
- . • Custos de investimento em hardwares, rede de transmissão de dados e comunicação, montagem dos centros de distribuição, mobiliários, integração, operação, fornecimento e logística de insumos e outras necessidades, são de responsabilidade do Fornecedor da Solução
- . • Serviços serão prestados através de três tipos de centros a serem implantados e operados pelo fornecedor da Solução Integrada, com a transferência de conhecimento e “know how” aos empregados da ECT:

Centro de Controle: unidade central, localizada em Brasília, responsável pela coordenação, monitoramento e suporte de toda cadeia produtiva e pelo atendimento a clientes

Centros de Tratamento de Dados: duas unidades, a serem localizadas em Brasília e São Paulo, responsáveis pela recepção, tratamento e desenvolvimento de formulários e aplicativos, geração de mídia, triagem e distribuição eletrônica de dados recebidos dos clientes para os Centros de Produção

Centros de Produção: quatorze unidades, subdivididos em exclusivos e não-exclusivos, a serem distribuídas conforme tabela constante do apêndice A do projeto básico, responsáveis pela recepção dos dados enviados pelos Centros de Tratamento de Dados, impressão e acabamento de documentos e preparação de objetos para expedição

- A ECT pagará pelos serviços executados pelo fornecedor da Solução Integrada com base na quantidade de documentos efetivamente produzidos

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Fts: 4041

### 6.5.3 Concorrência Internacional nº 12/2002 E Contrato 13.159/2004

Após os trabalhos de modelagem da Solução Integrada de Correio Híbrido Postal desenvolvidos pelo grupo de trabalho constituído em outubro de 2001, a Presidência da ECT constituiu Comissão Especial de Licitação – CEL/AC com o objetivo de realizar processo licitatório das contratações necessárias ao desenvolvimento do Correio Híbrido Postal.

Os trabalhos da Comissão Especial de Licitação e o processo de Concorrência Internacional nº 12/2002 que resultou na celebração do contrato nº 13.159/2004, resumidamente, transcorreram da seguinte forma:

- . • Em 05/04/2002 a CEL/AC comunica a conclusão da elaboração do projeto básico e minuta do edital para contratação da Solução Integrada de Produção Descentralizada de Documentos, a um custo estimado de R\$ 900 milhões.
- . • Em 09/04/2002 publicação do aviso de Audiência Pública referente à

Concorrência Internacional nº 12/2002.

. • Em 24/04/2002 realização da Audiência Pública referente à Concorrência Internacional nº 12/2002 com a participação de 35 representantes de 21 empresas distintas.

. • Em 14/05/2002 a CEL/AC encaminha minuta de edital e anexos para análise e chancela do Departamento Jurídico da ECT.

. • Em 27/05/2002 o Departamento Jurídico da ECT aprova minuta de edital e anexos por meio da Nota Jurídica DEJUR/DJCOM 324/2002.

. • Em 28/05/2002 a CEL/AC publica Edital de Concorrência Internacional nº 12/2002, com sessão de abertura marcada para 30/07/2002.

. • Em 25/07/2002 a CEL/AC publica aviso de alteração da data de abertura da licitação, adiada em 15 dias, para 13/08/2002.

. • Em 29/07/2002 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Distrito Federal) concede liminar em mandado de segurança impetrado pela Xerox Comércio e Indústria que questiona a não reabertura do prazo de 60 dias a partir da publicação de alterações no Edital, realizada em 11/06/2002 por meio de respostas a questionamentos.

. • Em 05/08/2002 o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (São Paulo) nega liminar em ação cautelar impetrada pela Associação Brasileira de Formulários, Documentos e Gerenciamento da Informação – ABRAFORM e pela Associação Brasileira da Indústria Gráfica – ABIGRAF, que questiona a legalidade da intenção da ECT em operar no mercado de produção descentralizada de documentos.

. • Em 06/08/2002 a empresa American Bank Note Company apresenta impugnação ao Edital motivada pela omissão de elementos que permitam definir claramente o objeto da licitação.

. • Em 13/08/2002 a CEL/AC republica o Edital com novas alterações, e estabelece a data de abertura da licitação para 15/10/2002.

. • Em 09/10/2002 a CEL/AC publica aviso de adiamento “sine die” da abertura da licitação, informando também alteração no critério de ponderação Técnica/Preço.

. • Em 28/02/2003 a Presidência da ECT reedita Portaria alterando a composição da Comissão Especial de Licitação.

. • Em 27/05/2003 a Presidência da ECT reedita Portaria alterando novamente a composição da Comissão Especial de Licitação.

. • Em 15/08/2005 a CEL/AC encaminha nova versão de minuta de edital e anexos para análise e chancela do Departamento Jurídico da ECT.

. • Em 10/09/2003 o Departamento Jurídico da ECT aprova minuta de edital e anexos por meio da Nota Jurídica DEJUR/GAB 898/2003.

. • Em 27/11/2003 o Departamento de Orçamento e Custos apresenta estudo de viabilidade econômico-financeira do projeto de Correio Híbrido Postal.

. • Em 03/12/2003 o presidente da CEL/AC encaminha ao Gabinete da Presidência da ECT resposta a questionamentos apresentados pela Controladoria Geral da União sobre o projeto do Correio Híbrido Postal.

. • Em 03/12/2003 o Presidente da ECT encaminha nota técnica à ABIGRAF e à ABRAFORM, em resposta a questionamentos formulados por aquelas entidades sobre o projeto do Correio Híbrido Postal.

. • Em 10/12/2003 a Chefe do Departamento Jurídico convalida respostas aos questionamentos formulados pela CGU, por meio da Nota Jurídica DEJUR/GAB1295/2003.

. • Em 12/12/2003 a CEL/AC republica o Edital da Concorrência Internacional nº 12/2002 com sessão de abertura marcada para 16/02/2004

. • Em 19/12/2003 a CEL/AC realiza sessão pública para reapresentação do projeto Correio Híbrido e do Edital de Concorrência Internacional nº12/2002, a qual compareceram 26 representantes de 15 empresas.

. • Em 23/12/2003 a ABIGRAF apresenta impugnação ao Edital motivada pela alegada inexistência de competência constitucional e legal da ECT para operar no mercado de

produção de documentos.

• Em 02/02/2004 a Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet – ASSESPRO solicita a ECT que seja suspensa a Concorrência Internacional nº 12/2002 devido à opção pela aquisição de software estrangeiro e à suposta monopolização do mercado.

• Em 10/02/2004 a empresa Xerox Comércio e Indústria apresenta impugnação ao Edital motivada pela não realização de nova audiência pública anterior à republicação do Edital, pela suposta restrição à competitividade do certame devido a exigências excessivas e pela introdução de alterações nas especificações técnicas sem a necessária reabertura de prazo.

• Em 12/02/2004 o Presidente em exercício da ECT, Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, com base nos argumentos fornecidos pela CEL/AC e Departamento Jurídico da ECT, julga improcedentes as impugnações apresentadas pela Xerox Comércio e Indústria e pela ABIGRAF.

• Em 13/02/2004 o Presidente em exercício da ECT, Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, responde à ASSESPRO com argumentos contrários às alegações apresentadas para solicitar a suspensão do certame licitatório.

• Em 13/02/2004 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Distrito Federal) nega liminar em ação cautelar impetrada pela ABIGRAF questionando a legalidade da intenção da ECT operar no mercado de produção descentralizada de documentos.

• Em 13/02/2004 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Distrito Federal) concede liminar em novo mandado de segurança impetrado pela empresa Xerox Comércio e Indústria, que questiona a não reabertura de prazo de 60 dias a partir da publicação de alterações no Edital, realizada em 29/01/2003 por meio de resposta a questionamento.

• Em 16/12/2004 a CEL/AC realiza sessão de abertura da licitação apenas para comunicar às licitantes a suspensão do certame, por determinação judicial.

• Em 19/12/2004 a CEL/AC publica aviso de novo adiamento “sine die” da abertura da licitação.

• Em 06/04/2004 a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça decide pelo arquivamento de processo administrativo motivado por representação apresentada pela ABIGRAF, questionando a legalidade da intenção da ECT em operar no mercado de produção descentralizada de documentos.

• Em 13/05/2004 os gerentes do Projeto de Correio Híbrido Postal e do Programa de Correio Híbrido sugerem modificações ao Edital para eliminar as exigências questionadas pela empresa Xerox Comércio e Indústria.

• Em 21/05/2004 a CEL/AC encaminha nova versão de minuta de edital e anexos para análise e chancela do Departamento Jurídico da ECT, com solicitação de especial atenção aos itens 3.1.3 e 3.2.1.

• Em 24/05/2004 a chefe do Departamento Jurídico da ECT aprova minuta de edital e anexos por meio da Nota Jurídica DEJUR/DJTEC 441/2004.

• Em 02/06/2004 os gerentes do Projeto de Correio Híbrido Postal e do Programa de Correio Híbrido incluem nos autos considerações sobre as exigências de qualificação técnica incluídas no Edital.

• Em 07/06/2004 a CEL/AC republica o Edital de Concorrência Internacional nº 12/2002, com sessão de abertura marcada para 18/08/2004.

• Em 14/07/2004 o TCU, por meio do Acórdão 971/2004-Plenário, conhece representação formulada pela ABIGRAF sobre a alegada inexistência de competência constitucional e legal da ECT para operar no mercado de produção de documentos, para, no mérito, considerá-la improcedente.

• Em 11/08/2004 a empresa Moore do Brasil apresenta impugnação ao Edital motivada pela suposta violação a diversos dispositivos da Lei 8.666/93.

• Em 13/08/2004 a empresa Fingerprint Gráfica apresenta impugnação ao Edital motivada pela suposta violação a diversos dispositivos da Lei 8.666/93.

PROS - Edital 2005 - CN - CPMI - CORREIOS Fis: 4042
Doc: 340

- . • Em 13/08/2004 a empresa Evoluti Tecnologia e Serviços apresenta impugnação ao Edital motivada por supostas ilegalidades na definição dos critérios de pontuação.
- . • Em 13/08/2004 a empresa S2C Consultoria e Tecnologia apresenta impugnação ao Edital motivada pela suposta violação a diversos dispositivos da Lei 8.666/93.
- . • Em 16/08/2004 o Presidente da ECT, com base nos argumentos fornecidos pela CEL/AC e Departamento Jurídico da ECT, julga improcedentes as impugnações apresentadas pela Moore do Brasil e Fingerprint Gráfica.
- . • Em 17/08/2004 o Presidente da ECT, com base nos argumentos fornecidos pela CEL/AC e Departamento Jurídico da ECT, julga improcedentes as impugnações apresentadas pela Evoluti Tecnologia e Serviços e S2C Consultoria e Tecnologia.
- . • Em 18/08/2004 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Distrito Federal) concede liminar em ação cautelar impetrada pela empresa Xerox Comércio e Indústria, que questiona aspectos relativos à restrição à competição e à falta de objetividade do Edital.
- . • Em 18/08/2004 a CEL/AC realiza sessão de abertura da Concorrência Internacional nº 12/2002, efetua abertura do envelope de documentação do Consórcio BRPostal, única licitante presente à sessão, e interrompe a sessão quando do conhecimento da liminar concedida pela justiça federal.
- . • Em 19/08/2004 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Distrito Federal) suspende a liminar anteriormente concedida à empresa Xerox Comércio e Indústria.
- . • Em 19/08/2004 a CEL/AC realiza sessão para comunicado do resultado da fase de habilitação e abertura de proposta técnica do Consórcio BRPostal.
- . • Em 25/08/2004 a CEL/AC realiza sessão para comunicado do resultado da fase de julgamento da proposta técnica do consórcio BRPostal.
- . • Em 30/08/2004 a CEL/AC realiza sessão para abertura de proposta comercial do Consórcio BRPostal – valor global da proposta: R\$ 4.459.791.009,44.
- . • Em 01/09/2005 a CEL/AC solicita ao Consórcio BRPostal redução dos valores constantes da planilha de preços relativos ao fornecimento de insumos com base em relatório produzido pela equipe do projeto Correio Híbrido Postal.
- . • Em 13/09/2004 o Consórcio BRPostal apresenta versão revisada de sua proposta comercial, com os ajustes solicitados pela ECT – valor global atualizado: R\$ 4.316.201.411,45.
- . • Em 16/09/2004 o Departamento de Orçamento e Custos efetua revisão do estudo de viabilidade econômico-financeiro do projeto Correio Híbrido Postal, que conclui pela viabilidade do projeto mesmo com valores atualizados com base na proposta do Consórcio BRPostal.
- . • Em 23/09/2004 a CEL/AC solicita ao Consórcio BRPostal esclarecimentos sobre os custos relativos ao software GPDD, à manutenção evolutiva e aos serviços de produção de documentos.
- . • Em 30/09/2004 o Consórcio BRPostal apresenta os esclarecimentos solicitados pela CEL/AC, incluindo as planilhas de composição de custos dos serviços de produção.
- . • Em 14/10/2004 a CEL/AC solicita ao Consórcio BRPostal a redução de preços relativos ao fornecimento de alguns softwares básicos, com base em pareceres produzidos pela área de tecnologia da ECT.
- . • Em 19/10/2004 o Consórcio BRPostal apresenta nova versão revisada de sua proposta comercial, com os ajustes solicitados pela ECT – valor global atualizado: R\$ 4.315.881.812,33.
- . • Em 26/10/2004 o gerente do Projeto Correio Híbrido Postal manifesta-se pela adequação dos preços constantes da proposta comercial do Consórcio BRPostal.
- . • Em 28/10/2004 a CEL/AC realiza sessão para comunicação do resultado final do julgamento das propostas, que tem como resultado a classificação do Consórcio BRPostal em primeiro lugar e o encaminhamento da licitação para homologação e adjudicação.
- . • Em 08/11/2004 o Diretor Comercial da ECT solicita o ajuste dos bloqueios

orçamentários referentes à licitação, com base nos valores constantes da proposta do Consórcio BRPostal.

• Em 10/11/2004 a Diretoria da ECT, sob a presidência do Sr. João Henrique de Almeida Sousa, homologa a adjudicação do objeto da Concorrência Internacional nº 12/2002 ao Consórcio BRPostal, de acordo com o Relatório DICOM – 040/2004.

• Em 08/12/2004 o Consórcio BRPostal é formalmente constituído por meio de contrato registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 13/12/2004:

• Em 14/12/2004 a Chefe do Departamento Jurídico aprova, por meio da Nota Jurídica DEJUR/DCON 1329/2004, o contrato a ser assinado com o Consórcio BRPostal.

• Em 21/12/2004 a Chefe do Departamento Jurídico aprova, por meio da Nota Jurídica DEJUR/GAB 1365/2004, o primeiro termo aditivo ao contrato 13.159/2004, com base em proposta contida em relatório do projeto Correio Híbrido Postal e aprovado por meio do Relatório DICOM 005/2004, todos da mesma data.

• Em 21/12/2004 a ECT e o Consórcio BRPostal assinam Contrato nº 13.159/2004 em decorrência do resultado da Concorrência Internacional nº 12/2002 que resumidamente, apresenta:

Empresa	% de participação
American Bank Note (empresa líder)	40,44
BMK Pró Indústria Gráfica Ltda	7,94
Brasil Telecom BrT Serviços de Internet S/A	1,46
MI Montreal Informática Ltda.	9,84
Planalto Indústria de Artefatos de Papel Ltda.	7,51
Postel do Brasil Serviços e Participações Ltda.	0,50
Postel Print SpA	0,50
Postel SpA	11,73
Print Laser Service Ltda.	20,08

Distribuição dos valores em relação aos serviços contratados (cláusula 7 do contrato, planilha obtida do relatório TCU, anexo 4)

Item	Memória de cálculo	Valor – R\$	%
Software GPDD (inclui planos de gestão e contingência)	Valor estabelecido em contrato	69.321.347,38	1,61
Softwares básicos de apoio, de geração de formulários e de desenvolvimento de aplicativos	Valor estabelecido em contrato	30.865.332,02	0,71
Manutenção evolutiva	Valor estabelecido em contrato	3.014.400,00	0,07

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Fis. 4043  
Doc: 342

Operação dos centros de controle e de tratamento de dados	13,77% (serviços GPDD) + 2,29% (impostos*), sobre os valores estimados dos serviços de produção	676.556.525,71	15,68
Operação dos centros de produção	71,98% (custos diretos e indiretos) + 11,96% (impostos*), incidentes sobre os valores estimados dos serviços de produção	3.536.124.207,22	81,93
		4.315.881.812,33	100,00

\*Os valores relativos a impostos foram obtidos a partir da aplicação proporcional dos impostos devidos sobre cada uma das parcelas constantes da planilha de composição de custos.

Distribuição de responsabilidades entre empresas integrantes do Consórcio (planilha obtida do relatório TCU, anexo4)

Empresa

Responsabilidade

Com relação à implantação da solução

- Fornecer licenças de softwares básicos e de apoio, além dos fornecidos pela Postel
- Elaborar e executar planos de gestão, de contingência e de trabalho
- Elaborar e executar plano de treinamento dos softwares básicos por ela fornecidos
- Assessorar a Postel na elaboração e execução do plano de treinamento do software GPDD e dos softwares básicos fornecidos pela Postel
- Integrar o software GPDD aos softwares

American Bank Note	básicos de apoio e aos sistemas de informação da ECT  Com relação à operação da solução • Operar centros de controle e de tratamento de dados  • Fornecer papel branco e pré-impresso para os centros de produção
--------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operar os centros de produção exclusivos de Brasília e Curitiba e o centro de produção nãoexclusivo de Porto Alegre</li> <li>• Desenvolver parte das atividades de impressão, acabamento e expedição de talonários de cheques</li> </ul>
BMK	<p>Com relação à operação da solução</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Operar o centro de produção exclusivo de São Paulo 2 (Santo Amaro) e o centro de produção não-exclusivo de São Paulo 3 (Mooca)</li> <li>• Desenvolver parte das atividades de impressão, acabamento e expedição de talonários de cheques</li> </ul>
Brasil Teleco	<p>Com relação à operação da solução:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrar e gerenciar a transmissão de informações entre os centros de informação de tratamento de dados e os centros de produção</li> <li>• Subcontratar empresas para fornecimento dos links de comunicação e da infra-estrutura necessária para comunicação entre os centros de tratamento de dados e os centros de produção</li> </ul>
Montreal Informática	<p>Com relação à implantação da solução</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assessorar a American Bank Note na elaboração e execução dos planos de gestão, de contingência e de trabalho</li> <li>• Assessorar a American Bank Note na integração do software GPDD aos softwares básicos e de apoio aos sistemas de informação da ECT</li> </ul> <p>Com relação à operação da solução</p>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operar o centro de produção exclusivo do Rio de Janeiro e o centro de produção não-exclusivo de Belo Horizonte</li> <li>• Prestar os serviços de manutenção evolutiva do software GPDD e demais softwares que compõem a solução integrada</li> </ul>
Planalto	<p>Com relação à operação da solução</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fornecer envelopes para os centros de produção</li> </ul>

RQS nº 03/2005 - CN -  
 CPMI - CORREIOS  
 Fls: **4044**  
 Doc:

Postel Brasil	Com relação à operação da solução • Prestar apoio administrativo e comercial à Postel e à Postel Print • Realizar a gestão de assuntos estratégicos junto à ECT
Postel Print	Com relação à operação da solução • Prestar assistência técnica aos consorciados nos serviços de produção integrada e distribuição de documentos
Postel	Com relação à implantação da solução • Fornecer a “tecnologia contida no software GPDD” • Fornecer licenças dos seguintes softwares básicos: Message Ware Plus (Elsag), Address Norm (Address Software), Call Center (Delfi) e CSGD (Delfi) • Prestar assistência técnica na transferência de tecnologia relativa ao software GPDD e demais softwares fornecidos pela Postel • Assistir tecnicamente à ECT e à American Bank Note na integração do software GPDD aos softwares básicos e de apoio e aos sistemas de informação da ECT • Assistir tecnicamente à American Bank Note na integração, customização e manutenção evolutiva do software GPDD
Print Laser	Com relação à operação da solução • Operar os centros de produção exclusivos de São Paulo 1 (Jaguapé) e Campinas e os centros de produção não-exclusivos de São Paulo 4 (Vila Maria), Fortaleza, Belém, Recife e Salvador

• Em 21/12/2004 a ECT e o Consórcio BRPostal assinam o Primeiro Aditivo ao Contrato nº 13.159/2004, que tem como objeto a suspensão da execução e da prestação de garantia do referido contrato até que seja obtido pronunciamento do INPI quanto à transferência de tecnologia relativa ao software GPDD.

• Em 19/01/2005 o INPI encaminha resposta à consulta formulada pela ECT.

• Em 23/03/2005 a Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão aprova a criação de estrutura temporária de pessoal para implantação do programa de correio híbrido postal.

• Em 25/04/2005 o Diretor Comercial da ECT solicita reprogramação dos pagamentos relativos ao contrato nº13.159/2004, considerando a estimativa de início efetivo de sua execução dia 06/06/2005.

• Em 12/05/2005 o INPI encaminha novo ofício à ECT, no qual esclarece e ratifica as informações prestadas anteriormente acerca da transferência de tecnologia do software GPDD.

• Em 23/05/2005 a empresa Postel encaminha correspondência à gerência do

programa Correio Híbrido Postal, na qual manifesta discordância quanto à responsabilidade daquela empresa pelo pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre as parcelas relativas à transferência de tecnologia.

• Em 24/05/2005 a empresa Postel encaminha nova correspondência à gerência do programa Correio Híbrido Postal, na qual concorda em ressarcir a ECT pelos custos decorrentes do pagamento da CIDE, descontados os valores dos incentivos fiscais recebidos pela ECT em função de tal pagamento.

• Em 06/06/2005 o Diretor Comercial da ECT solicita parecer da Diretoria Econômico-Financeira sobre a proposta apresentada pela Postel.

• Em 14/06/2005 a Diretoria Econômico-Financeira recomenda o ressarcimento integral do valor da CIDE, mediante retenção a ser efetuada no momento do pagamento à Postel.

• Em 20/06/2005 a Chefe do Departamento Jurídico recomenda à Diretoria Comercial que obtenha parecer da área financeira sobre eventual impacto do pagamento da CIDE sobre tributação dos serviços de produção de documentos.

• Em 30/06/2005 a Diretoria Econômico-Financeira apresenta parecer preliminar sobre a tributação dos serviços de produção, no qual destaca a necessidade de definição prévia do modelo de faturamento a ser adotado pelo Consórcio BRPostal.

• Em 08/07/2005 o Gerente do Programa Correio Híbrido Postal solicita ao Consórcio BRPostal a definição do modelo de faturamento dos serviços a serem prestados.

• Em 25/07/2005 o Gerente do Programa Correio Híbrido Postal solicita à Diretoria Comercial que verifique, junto ao Departamento Jurídico, a possibilidade de autorizar a continuidade das negociações com o Consórcio BRPostal, mesmo sem a definição do modelo de faturamento a ser adotado.

• Em 27/07/2005 a Controladoria Geral da União (CGU) encaminha à ECT a Nota de Auditoria nº 8, para que a empresa se manifeste sobre as considerações e questionamentos apresentados (item 5.1.5.4 deste capítulo).

• Em 29/07/2005 o Departamento de Orçamento e Custos realiza estudo de viabilidade comercial do Correio Híbrido Postal, em atendimento a solicitação contida na Nota de Auditoria nº 8.

• Em 01/08/2005 a ECT encaminha à CGU as justificativas relativas aos questionamentos contidos na Nota de Auditoria nº 8.

• Em 02/08/2005 o Consórcio BRPostal encaminha à gerência do Programa Correio Híbrido Postal o modelo de faturamento a ser adotado.

• Em 08/08/2005 a Diretoria Comercial encaminha cópia do modelo de faturamento do Consórcio BRPostal à Diretoria Econômico-Financeira e ao Departamento Jurídico, para continuidade das análises relativas ao pagamento da CIDE e demais questões tributárias pertinentes ao Correio Híbrido Postal.

• Em 11/08/2005 a CGU emite Relatório Parcial nº 8, referente à auditoria realizada sobre a contratação da Solução Integrada de Produção Descentralizada de Documentos.

• Em 15/09/2005 a ECT encaminha à CGU informações complementares em resposta aos comentários e recomendações constantes do Relatório Parcial nº 8.

• Em 28/09/05 Despacho do Ministro Relator Ubiratan Aguiar concedendo medida cautelar determinando que a ECT mantenha a suspensão da execução do contrato nº 13.159/2004.

• Em 17/10/2005 o Presidente da ECT, Sr. Jânio Cezar Luiz Pohren, em atendimento ao despacho proferido pelo Ministro Relator Ubiratan Aguiar nos autos do processo TC – 016.572/2005-9, dá cumprimento à medida cautelar no sentido de manter suspensa a execução do Contrato nº 13.159/2004.

• 07/12/2005 Despacho do Ministro Relator Ubiratan Aguiar suspende a medida cautelar que mantinha suspensa a execução do contrato. Também é reportado que o valor correto do contrato é de R\$ 2.621.394.070,37, em função da identificação de erros de cálculo na apuração dos valores de serviços de impressão e acabamento.

RGS nº 0372005 - CN -	
CPM - CORREIOS	
Fls:	4045
	346
Doc:	

#### **6.5.4 Relatório Controladoria-Geral Da União**

O Relatório Parcial nº 8 (anexo 1) da Auditoria Especial na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, instituída pela Portaria 121/2005/CGU-PR, apresenta diversas constatações. Essas constatações foram encaminhadas à ECT que, por sua vez, apresentou suas contraposições (anexo 2). Essas contraposições foram analisadas e consideradas no Relatório Final (anexo 3).

As principais constatações identificadas no relatório parcial foram:

##### **6.5.4.1 Variação injustificada no valor contratado, em relação ao estimado**

O valor contratado (R\$ 4.315.881.812,33) para a Solução Integrada de Produção Descentralizada de Documentos – GPDD, Projeto Correio Híbrido Postal – CHP, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, foi 400,77% maior que o valor estimado (R\$ 861.848.916,00).

Apesar das justificativas apresentadas pela ECT quanto à subestimação do preço estimado, a CGU aponta que o critério estabelecido no Edital, média ponderada de todos os serviços, resultou em valores significativamente diferentes do real custo a ser incorrido pela ECT.

Mesmo não havendo risco de pagamentos excessivos, uma vez que o pagamento do serviço prestado será item a item, foram efetuadas as seguintes observação e recomendações:

- Reavaliar a razoabilidade dos valores estabelecidos em contrato, tendo-se que os valores apurados na Proposta Comercial do Consórcio BRPostal o foram mediante ponderação entre os preços de serviços diferentes ofertados “célula a célula” nas Tabelas T1 a T5
- Ajustar, mediante Termo Aditivo, os valores contratuais, de sorte a trazê-los para os patamares da estimativa de realização dos serviços célula a célula das Tabelas T1 a T5

##### **6.5.4.2 Inconsistência entre os estudos de viabilidade econômico-financeira**

O primeiro estudo de viabilidade econômico-financeira foi efetuado com base nos valores subestimados inicialmente previstos para o projeto.

O segundo estudo, realizado após a abertura da proposta econômica do Consórcio BRPostal e considerando a majoração de 406,42% nos custos com impressão e acabamento dos objetos postais, apresenta resultados ainda mais favoráveis em um dos cenários estabelecidos.

Ao ser indagada sobre essa situação, a ECT apresentou um terceiro estudo fundamentado na redução dos custos operacionais aplicados ao processo tradicional.

A CGU reafirma sua recomendação, já efetuada por ocasião da análise do primeiro estudo de viabilidade, quanto à adoção de providências para o monitoramento das ações de implementação e produção, com vistas a aferir, sistematicamente, o desempenho de produção,

retorno do investimento e viabilidade econômico-financeira, dando ênfase ao monitoramento da viabilidade comercial do Projeto.

#### **6.5.4.3 Riscos de manipulação por terceiros de dados protegidos por sigilo**

O estudo de viabilidade aponta para o risco de os potenciais clientes corporativos não admitirem a entrega de seus “dados variáveis” para a ECT os entregar a um terceiro que produzirá os objetos postais.

A ECT argumenta que tal situação já acontece em grande número de casos em que clientes corporativos não dispõem de parque gráfico próprio além de elencar uma série de procedimentos e sistemas de segurança que integram o Projeto Básico.

A CGU entendeu que as explicações apresentadas foram suficientes para elidir a questão.

#### **6.5.4.4 Estimativa inadequada de preço do Software GPDD**

Usualmente, a ECT utilizava, nos projetos envolvendo tecnologia da informação, a metodologia de “métrica de pontos por função”. A CGU verificou que no processo de licitação em questão, a ECT optou pela contratação de um software pronto ao invés de contratar seu desenvolvimento e, conseqüentemente adotar o referido método de avaliação.

A ECT esclareceu que, em função da especificidade e singularidade do software GPDD e dos altos riscos do desenvolvimento total de um software para atendimento da solução de correio híbrido, optou pela contratação de software já existente no mercado.

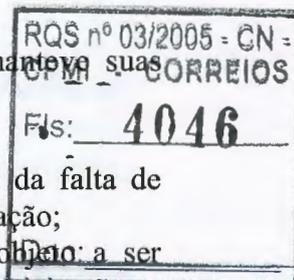
A CGU entendeu que as explicações apresentadas foram suficientes para elidir a questão.

#### **6.5.4.5 Levantamento insuficiente para definição do valor de referência do projeto**

Em função de não ter obtido êxito na pesquisa de preços efetuada junto a potenciais licitantes, o parâmetro de preço para o software de gestão da solução Correio Híbrido Postal foi baseado no preço contratado do Correio Híbrido Telemático, com o qual não guarda nenhuma similaridade.

Em que pesem as explicações apresentadas pela ECT, a CGU manteve suas observações e recomendações:

- Não há como afirmar, em função da falta parâmetros de preços e da falta de competitividade do certame, que a contratação foi a mais vantajosa para a Administração;
- A ECT lançou ao mercado licitação sem ter domínio pleno do objeto a ser adquirido e, ao não obter o valor de referência desatendeu as exigências da Lei de Licitações e Contratos. Essa situação configura-se pela pesquisa de preços efetuada nos mercados nacional e internacional após a apresentação da proposta do Consórcio BRPostal;
- Recomendou efetuar ampla pesquisa no âmbito de administrações postais que



operam correio híbrido postal e, considerando as diferenças de cada uma, demonstrar seus custos incorridos com aquisição ou desenvolvimento e operação de tal solução integrada, objetivando a aferição da adequação dos preços contratados. Os resultados das avaliações serão encaminhados à CGU, no prazo de 60 dias, para fins de eventual apuração de responsabilidade.

#### **6.5.4.6 Exigência de atestado de capacidade técnica restritiva à competição**

O Edital publicado em 28/05/2002 previa, em relação ao subitem 3.2.1 que a qualificação técnica poderia ser comprovada mediante o somatório de atestados apresentados pelas empresas consorciadas. Essa condição foi alterada na última versão do Edital, quando se passou a exigir que a comprovação técnica passasse a ser cumprida por uma única empresa integrante do consórcio.

A CGU considerou, apesar das explicações apresentadas pela ECT, que a alteração foi injustificada e que não se coaduna com a posição da ECT apresentada em Audiência Pública, no sentido de buscar diversificação de tecnologia e de uma plataforma mais aberta possível.

A CGU recomendou à ECT a demonstração, no prazo de 60 dias, da real capacidade instalada no país que pudesse atender à exigência de capacidade técnica prevista na versão final do Edital.

#### **6.5.4.7 Exigência de tecnologia de impressão restritiva à competição**

Foi permitida a apresentação de propostas técnicas que previssessem a utilização, exclusivamente, das tecnologias de impressão “led”, laser ou magnetográfica.

A ECT informou que as tecnologias de impressão previstas são as mais utilizadas no mercado e as que apresentam a melhor relação de custo/benefício, qualidade e resistência.

A CGU considerou que a manifestação da ECT foi suficiente para elidir o ponto.

#### **6.5.4.8 Alteração injustificada dos percentuais e das bases de cálculo de multas da primeira para a última versão do Edital**

Os percentuais e bases de cálculo de multas a serem aplicadas em caso de inadimplência foram significativamente alterados entre a primeira e última versão do Edital.

A CGU entendeu ser razoável a justificativa da ECT para as alterações das bases de cálculo. Contudo manteve o entendimento de haver sido excessiva a redução dos percentuais a serem aplicados. Recomendou reavaliar os novos percentuais, de modo a evitar que as reduções se tornem incentivos à inadimplência.

#### **6.5.4.9 Antecipação de pagamento à contratada**

O cronograma de desembolso dos valores referentes ao investimento prevê o pagamento de 10% na aprovação do Plano de Trabalho.

A ECT apresentou explicações referentes ao cronograma de pagamentos que foram consideradas, pela CGU, suficientes para elidir o ponto.

### 6.5.5 Relatório Tribunal de Contas da União

A representação emitida pelo TCU em 22 de setembro de 2005 (anexo 4), referente à Auditoria Fiscal nº 890/2005, designada pela Portaria de Fiscalização nº 961 de 27 de junho de 2005, visou cumprir despacho do Exmo. Ministro-Relator Ubiratan Aguiar no TC 007.694/2005-2, no sentido de que indícios de irregularidades graves fossem relatados tempestivamente.

Em face da gravidade dos fatos relatados, que ensejam até a nulidade do certame, foi proposta, na referida representação, a adoção de medida cautelar para que a ECT suspendesse a execução contratual até que o Tribunal se manifeste quanto à nulidade do processo licitatório. Em 28 de setembro de 2005, foi emitido despacho pelo Ministro-Relator Ubiratan Aguiar concedendo a referida Medida Cautelar e determinando outras providências (anexo 5). Essas recomendações foram acatadas pela ECT em 17/10/2005, conforme documentos 1 e 2 (anexo 6).

Os principais indícios de irregularidades graves na condução da Concorrência Internacional nº 12/2002 identificados na representação do TCU e constantes do despacho que aprova a citada Medida Cautelar, são a seguir resumidos:

#### 6.5.5.1 Restrição à competição

A partir da análise do Edital e dos autos do correspondente processo licitatório foram encontrados os seguintes pontos que configuram fatores restritivos à competitividade do certame:

- Contratação dos serviços de impressão e acabamento em conjunto com os demais produtos e serviços que compõem o objeto;
- Exigência de instalação de centros de produção em dependências da própria ECT;
- Vedação ao somatório de atestados para qualificação técnica no caso de participação em consórcio.

#### 6.5.5.2 Adoção de critérios inadequados de qualificação e pontuação técnica

A inadequação dos critérios de qualificação e pontuação técnica é observada sob três aspectos distintos:

- Os critérios estabelecidos não alcançam alguns dos elementos mais importantes que compõem o objeto: a comprovação de produção exigida não está diretamente atrelada à empresa que efetivamente prestará esses serviços; não há exigência de comprovação de que o software de gerenciamento tenha sido usado em operações de porte semelhante à que será implantada pela ECT;
- Alguns itens avaliam apenas experiências anteriores e não a capacidade de fornecer os produtos e serviços contratados: o Atestado de Capacidade Técnica a ser apresentado pelas empresas licitantes destina-se a comprovação de experiência anterior na gestão e na

Processo nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS Fls: <b>4047</b> Doc:
---

execução do processo de produção descentralizada de documentos;

- Itens irrelevantes para a contratação restringem a competitividade do certame: pontuação simultânea de certificados ISO 9002 e 9001 que deveriam ser excludentes, uma vez que um substituiu o outro; pontuação para atestado de experiência de gestão de solução integrada de produção descentralizada de documentos, que já é exigida como parte da qualificação técnica para habilitação; pontuação significativa para licitantes que apresentem experiência na produção mensal de documentos em quantidades até cinco vezes superiores ao mínimo exigido para qualificação; pontuação para a quantidade de contratos para produção descentralizada de documentos.

#### **6.5.5.3 Ausência de critérios objetivos para fixação de preços**

A partir da análise do Edital e dos autos do correspondente processo licitatório constatou-se a ausência de critérios objetivos para fixação de preços e para verificação da conformidade dos preços cotados com os valores de mercado:

- Atribuição de valores a apenas 2 produtos: softwares GPDD e básicos e serviços de produção de documentos (definido a partir de cálculos ponderados contidos nas tabelas T1 a T15 do edital);
- Custos dos demais serviços e produtos deveriam ser embutidos nos valores do software e serviços de produção.

#### **6.5.5.4 Superfaturamento dos serviços contratados**

Apesar da identificada ausência de critérios objetivos para fixação de preços, constatou-se a existência de preços que podem ser considerados superfaturados na proposta do Consórcio BRPostal:

- Manutenção evolutiva do software (8.000 horas de trabalho de técnicos, taxa horária média de R\$ 376,80, destinadas à assistência técnica e suporte operacional no desenvolvimento de atualizações, mudanças e inclusões de novas funcionalidades);
- Transferência de tecnologia relativa ao software GPDD e à operacionalização da solução integrada de produção descentralizada de documentos.

#### **6.5.5.5 Proposta de Encaminhamento**

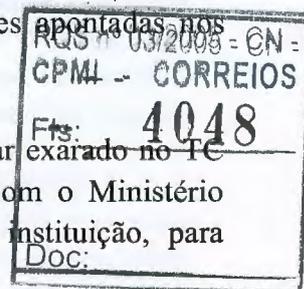
A representação encaminhou ao Gabinete do Exmo. Ministro Relator Ubiratan Aguiar as propostas a seguir reproduzidas:

“a) nos termos da art.45 da Lei nº 8443/92, c/c o caput do art. 276 do Regimento Interno, adotar medida cautelar no sentido de ser determinado à ECT que mantenha a suspensão da execução do contrato nº 13.159/2004 até que o Tribunal se manifeste em caráter conclusivo sobre as irregularidades, já que, caso contrário, a rescisão contratual poderia onerar a Administração com o dever de indenizar previsto no art. 59, parágrafo único, da Lei 8.666/93;

b) nos termos do art.45 da Lei nº 8.443/92, c/c o §3º do art. 276 do Regimento Interno, promover a oitiva do Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e do Consórcio BRPostal, na pessoa de seu representante legal, para que se

manifestem, no prazo de 15 (quinze dias), acerca das irregularidades enumeradas abaixo, esclarecendo-lhes que a não apresentação de justificativas ou seu não acolhimento poderá ensejar a fixação de prazo para a adoção de medidas legais cabíveis com vistas à nulidade do processo licitatório:

- i. contratação dos serviços de impressão e acabamento em conjunto com os demais produtos e serviços que compõem o objeto, quando tais itens poderiam ser licitados em separado e possivelmente em melhores condições para a ECT, conforme descrito na seção 3.1, parágrafos 3.1.1.2 a 3.1.1.11 da presente representação, em desacordo com o disposto na Súmula TCU nº 247 e na Lei 8.666/93, art. 3º, caput e art. 23, § 1º;
  - ii. exigência de instalação de centros de produção nas dependências da própria ECT, conforme descrito na seção 3.1, parágrafos 3.1.1.13 a 3.1.1.20 da presente representação, em violação ao disposto na Lei 8.666/93, art.3º, § 1º, inciso I;
  - iii. vedação ao somatório de atestados de qualificação técnica no caso de participação por consórcio, sem justificativas técnicas para tal restrição, conforme descrito na seção 3.1, parágrafos 3.1.1.21 a 3.1.1.31 da presente representação, em desacordo com o disposto na Lei 8.666/93, art.3º, § 1º, inciso I;
  - iv. adoção de critérios inadequados de qualificação e pontuação técnica, conforme descrito na seção 3.2 da presente representação, em desacordo com o disposto na Lei 8.666/93, art.30, inciso II e art. 3º § 1º, inciso I;
  - v. ausência de critérios objetivos para fixação de preços, conforme descrito na seção 3.3 da presente representação, em desacordo com o disposto na Lei 8.666/93, art.3º, caput e art.43, inciso IV;
  - vi. superfaturamento de serviços contratados, conforme descrito na seção 3.4 da presente representação, em desacordo com o disposto no item 6.7 do edital da Concorrência Internacional nº 12/2002
- c) encaminhar cópia da presente representação à ECT e ao consórcio BRPostal, para fins de subsidiar suas respectivas manifestações quanto às irregularidades apontadas nos subitens da alínea anterior;
- d) nos termos do despacho do Exmo. Ministro-Relator Ubiratan Aguiar nº 007.694/2005-2, no que se refere ao estabelecimento de parceria com o Ministério Público, determinar imediata remessa de cópia dos autos àquela instituição, para apuração de responsabilidade e adoção das medidas cabíveis;
- e) considerada a existência de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no âmbito do Congresso Nacional, destinada a apurar as denúncias de corrupção na ECT, determinar a imediata remessa de cópia dos autos àquela Comissão, para apuração de responsabilidades e adoção das medidas cabíveis;
- f) nos termos do art. 11 da Lei nº 8.443/92, c/c o Inciso IV do art. 250 do Regimento Interno, determinar à 1ª Secretaria de Controle Externo que realize, após análise do mérito da proposta de nulidade do processo licitatório, as audiências propostas no corpo da presente representação.”



Em 7 de dezembro de 2005, o Ministro Relator Ubiratan Aguiar, através de despacho, concluiu no sentido da revogação da Medida Cautelar e da retomada da execução do contrato nº 13.159/2004 (anexo 7). Tal decisão foi tomada considerando que os argumentos apresentados pela ECT e pelo consórcio BRPostal foram suficientes para elidir, total ou parcialmente, os pontos “b” a “f”, acima reproduzidos, deixando, assim, de representar motivação suficiente para determinar a nulidade do certame. Quanto ao item “a” foram feitas as considerações a seguir reproduzidas:

“3.2.1 (...) A argumentação contida nas respostas às oitivas enfatiza os custos adicionais de integração e gestão que seriam advindos da contratação em separado, mas revela-se falha ao atribuir importância excessiva a tais custos, em particular devido a uma compreensão equivocada de qual seria exatamente a forma sugerida pela equipe técnica para tal contratação.

1. 3.2.2. Diante de tal situação, torna-se necessário avaliar qual seria o potencial benefício advindo para a ECT da realização de uma nova licitação nos moldes sugeridos, de modo a permitir uma comparação objetiva de tais resultados com os custos potenciais decorrentes da execução de novo processo – envolvendo aspectos administrativos, financeiros, operacionais e de gestão de risco.

2. 3.2.3 Para tanto, ainda nessa fase de análise preliminar, foi necessário rever em detalhes as planilhas de preços e de composição de custos constantes da proposta do consórcio BRPostal e refletidas no contrato nº 13.159/2004. Conforme pode-se verificar nas folhas 3435-3451 do anexo 1, trata-se de planilhas complexas, com dezenas de linhas e colunas cada uma, permeadas de fórmulas de ponderação de custos para obtenção de valor global da contratação.

3. 3.2.4 Ocorre que, ao efetuar tal análise, constatou-se a existência de erros nas fórmulas de ponderação de pelo menos quatro das 17 planilhas constantes do contrato, mais especificamente nas tabelas referentes ao fornecimento de papel (tabelas 5 e 6). Os cálculos em questão foram verificados com base em versões eletrônicas das respectivas planilhas, às quais a equipe teve acesso quando da realização das atividades de auditoria nas dependências da ECT.

4. 3.2.5 Como resultado, efetuadas as correções necessárias, verificou-se que o valor global estimado do contrato nº 13.159/2004 encontra-se artificialmente majorado em aproximadamente um bilhão e setecentos milhões de reais. Cabe ressaltar, entretanto, que tal discrepância não decorre de superfaturamento em nenhum serviço específico, mas sim falhas estruturais no cálculo utilizado para se obter o valor global do contrato a partir dos valores cotados para cada um dos produtos e serviços prestados.

5. 3.2.6 Em decorrência dos resultados obtidos, a análise comparativa de custos e benefícios de uma eventual nova licitação foi realizada com base no valor estimado do contrato, já corrigido para refletir adequadamente os valores individuais cotados. Tal valor, segundo os cálculos realizados, corresponde a R\$ 2.621.394.070,37, dos quais R\$ 2.517.873.391,85 seriam relativos aos serviços de impressão e acabamento.

6. 3.2.7 Nesse contexto, a análise preliminar indica que uma nova licitação da solução de correio híbrido postal nos termos sugeridos poderia não resultar em

benefícios para a ECT que justificassem o risco envolvido e os eventuais acréscimos dos custos de gestão da solução. Com a redução do valor contratual, reduz-se na mesma proporção o ganho que poderia ser esperado de uma maior competitividade na prestação dos serviços de impressão e acabamento.

1. 3.2.8 Assim, verifica-se que também a irregularidade constante do item “a” supra, referente à adjudicação global de produtos e serviços que poderiam ser contratados em separado,

não deverá ensejar a nulidade do certame em questão. Como resultado da análise desse ponto, quando da instrução de mérito, caberá tão somente a determinação de revisão do valor global do contrato para se ajustar à correta ponderação dos valores individuais cotados pelo consórcio BRPostal.

2. 3.2.9 Conclusão: Considerando que, em exame de cognição sumária, não persistiram indícios de irregularidades que ensejem a nulidade da Concorrência Internacional nº 12/2002, e considerando ainda que os valores contratuais a serem revistos referem-se a serviços de impressão e acabamento, cuja execução deverá ser iniciada somente dentro de aproximadamente seis meses, entende-se que a execução do contrato nº 13.159/2004 pode ser retomada sem prejuízos à ECT”.

### 6.5.6 Recomendações

Em que pese o TCU ter considerado diversos de seus pontos elididos em função das explicações dadas pela ECT, tendo até revogado a medida cautelar suspensiva do contrato, ainda não houve o julgamento do mérito do referido processo licitatório.

Contudo, considerando que o conteúdo dos depoimentos recentemente tomados pela CPMI “dos Correios”, substancialmente o do sr. Leandro Vergara Raimundi, presidente da Cobra Tecnologia, não era de conhecimento do TCU por ocasião da realização de seus trabalhos, recomendamos que análises complementares sejam efetuadas a fim de elucidar dúvidas relevantes que ainda não foram esclarecidas.

1. Em seu depoimento, o sr. Leandro Vergara Raimundi confirma que a Cobra integrou grupo de empresas interessadas em participar do processo licitatório do Correio Híbrido. Esse grupo chegou a elaborar proposta que, em função da desistência da Cobra em participar do certame, não chegou a ser apresentada.

O sr. Leandro comprometeu-se a encaminhar a proposta à CPMI o que contudo, em um primeiro momento, não ocorreu, conforme explicado em correspondência datada de 16/02/2006 (anexo 25 A). Posteriormente, em 9 de março de 2006, a proposta foi entregue à CPMI (anexo 27) É fundamental a análise dessa proposta no tocante a:

- Comparação dos preços praticados com o do consórcio BRPostal;
- Análise das diferenças de preços de software e solução de impressão entre as propostas dos dois grupos
- Verificação de que a proposta não contém os mesmos erros de cálculo cometidos pela BRPostal, que resultaram em representativa majoração de preços e custos dos centros de impressão.
- É importante a informação de que a Cobra é prestadora, em conjunto com a Xerox, de serviços de impressão de documentos para o Banco do Brasil. Por já exercer diretamente essa atividade, seu preço deve ter sido formado com boa dose de precisão.

1. 2. Ainda conforme depoimento do sr. Leandro, as exigências do Edital quanto aos certificados exigidos dificultaram a participação de outras empresas. A própria Cobra somente passou a ter interesse na participação no processo licitatório a partir do momento em que foi procurada pela S2C/Printsoft, empresa que poderia apresentar o atestado exigido.

2. 3. Confrontar as razões alegadas pela Cobra para sua desistência com as informações que serão prestadas em depoimento de representante da Xerox. As razões alegadas apresentam certa fragilidade se considerada a complexidade da proposta produzida.



4. Aprofundar as análises relacionadas aos estudos de viabilidade econômica efetuados pela ECT no sentido de responder às seguintes questões:

- Os critérios de formação de preço de venda da ECT levaram em consideração os impactos tributários de cada região em que estarão instalados os centros de impressão?

- Os critérios de formação de compra, fixados no edital, levaram em consideração os impactos tributários de cada região em que estarão instalados os centros de impressão?

- O estudo de viabilidade contemplou e demonstra claramente os impactos dos serviços do correio híbrido nas outras áreas de serviços da ECT, notadamente Rede Postal Noturna e FAC (postagem)? Impactos como redução de receitas e aumento de custos foram contemplados?

5. Em relação ao plano de contingências como serão consideradas as seguintes questões:

- Se a demanda for superior ao previsto em contrato e ainda acima dos 25% possíveis de serem aditivados, conforme prevê a Legislação, a ECT poderá licitar novos centros de produção ou estará presa aos já contratados? E após os 5 anos de contrato, haverá novo processo licitatório para os centros de produção? Há vedação da contratação por inexegibilidade?

- O software GPDD poderá ser usado livremente para qualquer volume de produção ou estará restrito aos volumes constantes de contrato? E após os 5 anos de contrato, a ECT terá pleno domínio do software, para qualquer volume?

- Há previsão de que os funcionários da ECT, submetidos aos treinamentos previstos, não poderão ser contratados pelos prestadores de serviços, de modo a garantir que a ECT tenha pleno domínio da tecnologia e da operação após a vigência do contrato?

3. 6. Foram analisadas eventuais benefícios que o Bradesco, na condição de acionista da American Bank Notes e potencial demandador dos serviços de Correio Híbrido, poderia ter através do Consórcio BRPostal?

4. 7. As explicações fornecidas pela ECT não foram consideradas suficientes pelo TCU para elidir seus questionamentos quanto às desvantagens de licitar separadamente os centros de produção. Esse aspecto poderá ser melhor avaliado considerando-se informações complementares que podem ser prestadas pela Cobra e pela Xerox, uma vez que, além de operarem 2 centros de produção para o Banco do Brasil, participaram do grupo de empresas dispostas a participar do processo licitatório em questão.

5. 8. Recomenda-se, assim, o encaminhamento deste Relatório ao Tribunal de Contas para que à luz dos documentos recolhidos pela CPMI melhor possa examinar a questão para que se apure os indícios de improbidade administrativa e de condução da licitação, bem como para que se investigue a licitude da desistência do consórcio liderado pela Cobra.

## **6.6 Outros Contratos dos Correios**

### **6.6.1 Denúncia Original**

A análise e a compreensão dos atos delituosos praticados por agentes públicos no âmbito dos Correios impõem a remissão deste Relatório à denúncia original sobre a qual se edificou esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Desde maio de 2005, quando se deu a divulgação da fita em que Maurício Marinho, então Diretor do Departamento de Contratação e de Administração de Material (DECAM), foi gravado em flagrante ato de corrupção, muitos foram os desdobramentos e ramificações investigados. Não obstante, permanece central a missão de se deslindar o esquema de corrupção consubstanciado naquela gravação.

Às revelações da fita logo se somaram acusações feitas pelo então Deputado Roberto Jefferson, do uso generalizado da máquina pública para a captação de recursos para os partidos políticos. O que inicialmente se apresentava como foco de corrupção em uma das mais

respeitadas estatais brasileiras revelou-se muito mais abrangente.

As investigações realizadas por esta CPMI, ao longo de aproximadamente dez meses, coligiram fortes evidências de que o ex-Deputado Roberto Jefferson exerceu franca influência na administração dos Correios. Tais indicadores, ratificados pelas declarações do próprio Roberto Jefferson, formam a convicção de que havia, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, um esquema de captação de recursos possivelmente comandado pelo então deputado federal.

O Deputado Roberto Jefferson, em depoimento a esta CPMI e em entrevistas aos mais variados órgãos de imprensa, afirmou e reiterou que, no Brasil, as indicações para cargos de confiança sempre objetivam a arrecadação de recursos para campanhas eleitorais. Argüido se ele próprio também adotava essa prática, respondeu afirmativamente. O Sr. Roberto Jefferson tornou patente que suas indicações, bem como as de seu partido, tinham o mesmo fim das indicações feitas pelos demais partidos políticos: arrecadar recursos para financiamento eleitoral.

Em seu depoimento, o Sr. Roberto Jefferson confessou o cometimento de crime eleitoral e contra ordem tributária ao admitir que recebera recursos para as campanhas eleitorais de seu partido e que não prestara contas à Justiça Eleitoral dos valores recebidos.

Assim declarou à CPMI o Sr. Roberto Jefferson:

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – V. Ex<sup>a</sup> quer me perguntar se esses cargos ajudam ao financiamento dos Partidos. É isso?

A SR<sup>a</sup> JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ) – Isso.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Ajudam. E vou explicar a V. Ex<sup>a</sup> como, a regra que eu tenho no PTB. Primeiro, a empresa pública. Disse isso sempre aos meus companheiros diretores. Segundo, o interesse da empresa privada que se relaciona; se é possível, na relação, a empresa privada ajudar por dentro, no caixa, o Partido, fazendo doações. É assim que funciona há anos, sempre foi assim. Essa é a discussão que eu gostaria de abrir aqui, e V. Ex<sup>a</sup>, com muita sapiência, o faz. É assim que funciona. Toda essa disputa, Juíza Frossard, passa por aí.

Por que os Partidos buscam nomear os cargos de Governo? Para ter um homem numa área importante de decisão, que estabeleça uma relação com as empresas privadas que gravitam em torno dessa área para, na seleção de algumas – isso respeitando parâmetros éticos –, pedir àquele empresário que possa contribuir com o caixa do Partido que representa aquela pessoa. É assim que funciona, Juíza Frossard.

Em outro trecho:

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – (...)A primeira pergunta que faço ao nobre depoente é a seguinte: a nomeação do Sr. Osório para os Correios seguiu essa mesma estratégia, ou seja, captar recursos financeiros para campanha?



O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Sobre a primeira pergunta, Sr. Presidente, se o Dr. Antonio Osório soube de mim essa estratégia de arrecadação, soube. Eu pedi a ele que, se possível, na relação com algum empresário privado, que é uma coisa que tem que ser selecionada, amadurecida, ele pudesse, no final, nessa relação, ajudar o caixa oficial do meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – O senhor falou que as nomeações feitas nos Correios se prendiam, sim, a uma estratégia de captação de recursos eleitorais. Quanto foi captado por essa estratégia nos Correios pelo Partido a que pertence V. Ex<sup>ª</sup>?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Absolutamente nada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Nada?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Nada. O Antonio Osório não chegou a montar nenhuma estrutura para nos ajudar no PTB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP) – Então, falhou nessa estratégia?

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não falhou, não teve condições de fazer.”

O resultado dessa estratégia são processos licitatórios, contratações, revogações, nomeações, exonerações, readmissões, uma série de atos e procedimentos administrativos contaminados por práticas que violam valores republicanos e o ordenamento jurídico do Estado democrático de Direito, desrespeitando os princípios constitucionais que regem a administração pública federal, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Conforme analisou o Sr. Relator durante o depoimento do Sr. Roberto Jefferson:

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – (...) Vimos também que há uma prática de se conversar, precedentemente à elaboração do edital, com os interessados para se detalhar o que possa amarrar; não digo que o seja, mas que permite que o seja, de forma que o edital, quando trazido a lume, já venha direcionado. E não adianta nada alguém examinar o procedimento licitatório, porque ele já nasceu ocultando os fatos. Enfim, vimos hoje a referência à pesquisa de preços. E, quando olhamos os contratos, o que vemos? Nas licitações, antes de se emitir um edital, para se dar um parâmetro àqueles que pretendam participar da licitação, a empresa estabelece um valor referencial. E o que assistimos? Repetidas vezes, relativamente ao valor referencial, as propostas vencedoras correspondiam a até 50% do valor. Que pesquisa de mercado é essa? É direcionada também? E as revogações? Não tenho essa confirmação, mas alguém, em algum lugar, afirmou, ou está registrado em algum documento ou algum depoente reportou que há mais de 140 revogações. Revogações?

(...)Revogações, quem conhece, repito, se há um princípio geral que autoriza, que rege o direito administrativo, da revogabilidade dos atos administrativos, hoje avançamos muito, e aquilo que era tão generalizado, hoje é tão afunilado que a revogação exige um fato novo. (...)Então, vamos examinar se essas revogações foram, de fato, a título de interesse público ou se visavam a dificultar aqueles que, vencedores nas licitações, eram posteriormente alijados,

afastados.

Há indícios de que o esquema existia havia pelo menos uma década na Diretoria Regional da ECT no Pará, e se tentou implantá-lo na Diretoria Regional do Rio de Janeiro. É muito provável também que o esquema existisse na administração central dos Correios, em Brasília. Mais recentemente, buscou-se estender as ramificações para outros cargos dos Correios, entre os quais a Diretoria de Tecnologia.

Alguns métodos e circunstâncias se repetem. São várias as coincidências, convergências, semelhanças. É curioso, por exemplo, constatar que o termo “acerto”, empregado na já referida planilha de créditos e débitos das empresas Skymaster e Beta, é a mesma expressão usada pelo Sr. Maurício Marinho na gravação que o flagrou recebendo propina de dois empresários interessados em fornecer equipamentos de informática à ECT. Na gravação, o Sr. Marinho disse que seria necessário um “acerto” para que a ECT contratasse os serviços dos empresários e esclarece, com riqueza de detalhes, como são definidos os valores dos “acertos”.

Por mais que, durante os trabalhos da CPMI e de outras instâncias investigativas, os Srs. Roberto Jefferson e Maurício Marinho se tenham empenhado em descaracterizar a natureza fisiológica das relações que mantinham, e ainda que não se tenham revelado estreitas essas relações, os fatos e os relatos apontam no sentido de que o ex-parlamentar e o ex-chefe do DECAM faziam parte da mesma rede:

- ambos reconheceram que foi política a indicação do Sr. Marinho para ocupar cargo na Universidade dos Correios;
- o Diretor de Administração, superior hierárquico imediato do Sr. Marinho, era o Sr Antônio Osório, amigo do Sr. Roberto Jefferson e por ele indicado para o cargo;
- o Sr. Antônio Osório tinha como assessor executivo o Sr. Fernando Leite Godoy, e ambos mantinham relações político-partidárias com o Sr. Roberto Jefferson;
- foi do então Diretor Regional do Pará, Sr. Waldemir Freire Cardoso, que mantinha relações político-partidárias com o Sr. Jefferson, a decisão de readmitir na ECT o Sr. Maurício Marinho, em 1993;
- foi aprovada pelo Sr. Roberto Jefferson a indicação do Sr. Waldemir Freire Cardoso para ocupar a Diretoria Regional do Rio de Janeiro, em 2001;
- foi o Sr. Waldemir Freire Cardoso quem requisitou o Sr. Maurício Marinho para assessorá-lo, em 2001, na Diretoria Regional do Rio de Janeiro;
- o Sr. Waldemir Freire Cardoso é hoje Secretário Municipal de Turismo em Belém, cujo Prefeito mantém relações político-partidárias com o Sr. Roberto Jefferson;
- o Sr. Waldemir Freire Cardoso foi indicado para a Secretaria de Turismo de Belém pelo Sr. Roberto Jefferson e tem como Secretário Adjunto o Sr. Roberto Jefferson Filho.

ROS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
4051
Fis: -
Doc: 358

Ao mesmo tempo em que buscou afastar-se da figura do Sr. Maurício Marinho – que na fita se apresentara praticamente como um preposto do então deputado – o Sr. Roberto Jefferson tentou minimizar a falta do ex-chefe do DECAM. Reiteradamente, acusou-o de “usar o nome alheio”, “o nome de gente séria para pegar R\$ 3 mil, R\$ 2 mil”; qualificou-o como “um ‘petequeiro’, um leviano apanhando R\$ 3 mil num movimento de contratos de bilhões”, como se a lei, a ética e a probidade administrativa pudessem transigir em medida proporcional ao valor da vantagem econômica (propina) indevidamente recebida pelo servidor.

Todavia, a suspeição se agrava ao se analisarem os dados do sigilo bancário do Sr. Maurício Marinho. Os valores movimentados por apenas uma conta bancária não parecem tão modestos. Afinal, a movimentação financeira, entre 2000 e 2005, soma aproximadamente R\$ 1 milhão, período em que a maior remuneração do ex-funcionário dos Correios alcançou R\$ 6 mil. Agravante também o fato de haver grande número de depósitos em dinheiro na conta do Sr. Marinho.

Transcreve-se, a seguir, trecho do depoimento do Sr. Maurício Marinho à CPMI:

“O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Marcos Vinícius Vasconcelos Ferreira, o senhor disse que o conhece. Ele é genro de Roberto Jefferson. O senhor disse aqui que já recebeu uma vez um telefonema dele para que visse o caso da Canon. (...). O senhor disse que não tinha contato com ele, que o conheceu na festa do Roberto Jefferson e que não sabe quantas vezes falou com ele. A minha pergunta é a seguinte: o senhor disse que é uma pessoa extremamente aberta com empresários e que todos que iam lá o senhor recebia, não é verdade? Por que o genro de Roberto Jefferson tinha de ligar para o senhor para o senhor ver um caso?”

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Ele esteve lá pessoalmente, inclusive com duas pessoas, visitando os Correios...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por quê? Empresários?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – É, inclusive o Sr. César, da Canon.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Considerando que o seu chefe foi indicado por ele, considerando que o seu subordinado foi indicado por ele e considerando que o senhor também foi indicado por um Deputado do Partido de Roberto Jefferson, a minha pergunta é a seguinte: isso não é tráfico de influência? Não é pressão? Não é advocacia administrativa? Não é uma forma de fazer com que V. S<sup>a</sup> dê um tratamento preferencial para esse caso? Se o senhor atende todo mundo, por que o genro de Roberto Jefferson tinha de pedir para o senhor atender, em caráter especial, uma empresa?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Não, ele estava visitando a empresa e foi com o fornecedor até a minha sala, e eu o atendi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não, o senhor falou que ligou. No caso da Canon, houve uma ligação, e o senhor falou isso.

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Houve uma ligação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por que ele ligaria para o senhor para atender uma empresa, se o senhor atende a todos? E o senhor não acha estranho o genro da pessoa, Presidente do Partido que o indicou, pedir-lhe um favor para uma empresa? E o senhor não tomou cuidados? Por que o senhor não falou “venha o empresário aqui, que eu atendo todo mundo, Sr. Marcus”?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Mas ele foi e foi atendido, e foi dada a resposta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E por que o Marcus precisava ligar para o senhor?

O SR. MAURÍCIO MARINHO – Mas ele quis ligar e ligou. Ele me ligou para eu atender, e eu atendi.

Para esta CPMI, resta clara a ligação do Sr. Maurício Marinho com o ex-Diretor das Regionais do Pará e do Rio de Janeiro, Waldemir Freire Cardoso, que, por sua vez, mantém estreita relação com o Sr. Roberto Jefferson.

Resta claro que o Sr. Waldemir Freire Cardoso operava com um grupo de assessores de confiança, entre os quais os Srs. Maurício Marinho e Paulo Maurício Sales Cardoso. Resta igualmente claro que, na Diretoria Regional do Pará, houve irregularidades gravíssimas, dentre as quais a readmissão ilegal de ex-funcionários, a contratação irregular de escritório de advocacia e o favorecimento de empresa do Sr. Walmir Freire Cardoso, irmão do Diretor Regional, em procedimentos licitatórios, alguns destes marcados por graves irregularidades, como, por exemplo, a adjudicação feita antes da apresentação da proposta.

Pesam, portanto, fortes indícios sobre o Sr. Roberto Jefferson. Indícios de que a influência dele e de seu Partido extrapola o universo dos Correios, estendendo-se sobre outras entidades da administração pública indireta: Eletronorte, DNIT, IRB, Furnas. Trata-se de esquema cujas raízes subjazem em uma teia de relações baseadas unicamente em laços políticos, de parentesco, de amizade, em síntese, relações desprovidas de caráter institucional e, portanto, pautadas pelo interesse particular em detrimento do interesse público.

Denúncias como as apuradas por esta Comissão - de que indicações para cargos políticos geram arrecadação de recursos para financiamento eleitoral – não são recentes. Datam de 1995, por exemplo, as irregularidades relatadas pelo empresário Edvaldo Ferreira Leite em depoimento que prestou, em 2001, à Comissão de Sindicância instaurada na CPMI Regional do Pará e que resultou na demissão do Sr. Waldemir Freire Cardoso.

Ferreira Leite em	
ROS nº 03/2005 - CN -	
Regional do Pará e	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	4052
	360
Doc:	

O Sr. Edvaldo Ferreira expôs àquela Comissão o tráfico de influência do então Diretor Regional, Sr. Waldemir Freire Cardoso, que favorecia as atividades empresariais desenvolvidas pelo próprio irmão, Sr. Walmir Freire Cardoso, e se beneficiava com o recebimento de propina para “pagar compromissos políticos”. O Sr. Walmir era o proprietário da empresa US Mendonça, que venceu 21 processos licitatórios, sendo chamada para todos os processos de Convite. A Comissão apurou prejuízos aos cofres da ECT e o pagamento de propina ao Diretor Regional. No período de 1998 a 2001 foram pagos à US Mendonça e à US Mendonça Express LTDA o total de R\$ 3.428.600,66. A Comissão de Sindicância da ECT apurou diversas irregularidades nos processos de contratação da empresa US Mendonça. Em 2002, concluída a sindicância, o relatório foi encaminhado ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal.

Assim, cinco anos antes do escândalo enunciado pelo Deputado Roberto Jefferson, cinco anos antes de suas revelações e confissões, o Sr. Waldemir Freire Cardoso, pessoa que tinha ligação estreita com o ex-deputado, era denunciado por tráfico de influência.

Por conseguinte, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no que se refere à denúncia original que deflagrou o processo de investigação, dificilmente poderá ter desconstituída a convicção de que existia, sim, em torno do Sr. Roberto Jefferson uma rede arrecadatória conforme a lógica que ele próprio expôs a esta CPMI.

Evidentemente, há ainda que se mensurar o universo de pessoas que compuseram este grupo ou rede nos diferentes momentos da vida política do ex-Deputado Roberto Jefferson. Contudo, permanece inabalada a convicção de que a corrupção já existia nos Correios, talvez não empreendida por “petequeiros”, mas por um esquema bem engendrado e destinado à arrecadação de recursos para fins eleitorais.

#### **6.6.1.1 Irregularidades em Processos de Readmissão na ECT**

A trajetória funcional nos Correios dos Srs. Maurício Marinho (ex-chefe do DECAM), Waldemir Freire Cardoso (ex-Diretor das Regionais do Pará e do Rio de Janeiro) e Paulo Maurício Sales Cardoso (ex-Assessor de Planejamento e ex-Assessor Jurídico da ECT) coincidem em vários momentos.

Entre 1976 e 1978, os Srs. Maurício Marinho e Waldemir Freire Cardoso freqüentaram, juntos, o curso de Administração Postal ministrado pela PUC/RJ em convênio com a ECT.

O Sr. Maurício Marinho foi admitido na ECT em 11/12/1978, na Diretoria Regional do Rio de Janeiro e logo transferido para a Diretoria Regional de Mato Grosso do Sul. Trabalhou naquela Regional até 9/7/1980, quando foi transferido para a Diretoria Regional do Pará, onde ocupou os cargos de chefe da Assessoria de Planejamento e Gerente de Serviços Gerais. Na Regional do Pará, envolveu-se com irregularidades administrativas, e decidiu pedir demissão, desligando-se da ECT em 30/12/1984.

Em 1993, transcorridos mais de oito anos da sua demissão em caráter voluntário, o Sr. Maurício Marinho retornou aos quadros da empresa via acordo judicial promovido pelo

então Diretor Regional do Pará, Waldemir Freire Cardoso, que teria vinculação com o Sr. Roberto Garcia Salmeron, outro homem de confiança do Sr. Roberto Jefferson. Naquela época, o Sr. Salmeron ocupava o cargo de vice-Presidente da ECT. A vice-Presidência da ECT, que foi extinta em 1997, era responsável pela coordenação administrativa das diretorias regionais da empresa. Logo, o Sr. Salmeron, como Vice-Presidente, era o chefe imediato do Sr. Waldemir Freire Cardoso.

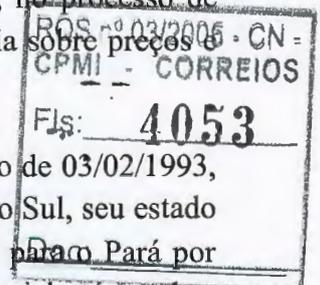
Ocorre que o processo de readmissão do Sr. Marinho se deu à revelia da lei. Como o pedido de demissão partira do próprio Sr. Marinho, não havia fundamento jurídico para o ato de readmissão. Ademais, o Sr. Marinho mentiu em juízo: alegou, em 1984, que deixara a ECT por razões salariais; anos mais tarde, ao recorrer judicialmente pela readmissão, construiu versão diferente, segundo a qual apresentara pedido de demissão em 1984 em virtude da impossibilidade de ser transferido para o Mato Grosso do Sul e de problemas familiares.

É flagrante a ilegalidade da readmissão do Sr. Maurício Marinho, constituindo burla ao instituto do concurso público, e forte a suspeita que ora recai sobre a readmissão do Sr. Waldemir Freire Cardoso. Consultada oficialmente pela CPMI sobre a os processos de readmissão por meio de acordos judiciais, a partir de 1988, a ECT apresentou relação com apenas 48 readmitidos, entre os quais, estranhamente, não se incluíam nomes da Diretoria Regional do Pará, contrariando o teor dos depoimentos dos Srs. Waldemir Freire Cardoso e Paulo Maurício Sales Cardoso, segundo os quais houve vários outros casos como do Sr. Marinho no Pará. A suspeita de irregularidades cometidas nesses processos de readmissão enseja investigações mais profundas, devendo, portanto, a CPMI propor seja levado o caso ao conhecimento do Ministério Público do Trabalho.

No processo, a ECT foi representada pelo escritório de advocacia Barra Brito Advogados & Associados, que, por sua vez, fora também contratado de forma irregular. A contratação do escritório se deu, em outubro de 1997, por meio de Dispensa de Licitação, sob alegação de estado de emergência, em virtude do grande número de processos. Ao final, ficou comprovado que a quantidade de processos era bem inferior. O escritório recebeu carga de remuneração equivalente ao acompanhamento de 530 (quinhentos e trinta) processos e, no final, tratou de apenas 16 (dezesesseis) processos.

O parecer da ECT favorável à contratação do escritório em caráter emergencial foi emitido pelo então Assessor Jurídico, Sr. Paulo Maurício Sales Cardoso, durante a gestão do Sr. Waldemir Freire Cardoso como Diretor Regional do Pará. O TCU questiona a contratação do escritório Barra Brito porque, entre outras irregularidades, houve elevação injustificada dos valores pagos mensalmente pela prestação de serviços advocatícios. Ademais, no processo de contratação do Barra Brito, não foram consultados outros escritórios de advocacia sobre preços e condições dos serviços.

O Sr. Marinho trabalhou na Diretoria Regional do Pará no período de 03/02/1993, data de sua readmissão, a fevereiro de 1996, quando retornou ao Mato Grosso do Sul, seu estado de origem. Porém, depois de pouco mais de quatro meses, foi levado de volta para o Pará por Waldemir Freire, ainda diretor naquele Estado, onde ficou como gerente comercial até outubro de 1997. Em novembro de 1997, foi transferido para Brasília e colocado à frente do



Departamento Nacional de Treinamento da ECT, função em que permaneceu até abril de 2001.

Em 2001, o Sr. Waldemir Freire Cardoso, até então Diretor Regional do Pará, foi designado Diretor Regional do Rio de Janeiro. Segundo ele, por indicação política do Sr. Roberto Jefferson. No entanto, o ex-Presidente dos Correios Hassan Gebrim relatou à CPMI que, em 14/02/2001, designou o Sr. Waldemir para o cargo de Diretor Regional do Rio de Janeiro sem pressão política.

Em abril de 2001, logo após a posse no novo cargo no Rio de Janeiro, o Sr. Waldemir Freire Cardoso solicitou à presidência da ECT a liberação de quatro profissionais da empresa – Srs. Maurício Marinho, Paulo Maurício Sales Cardoso, Fernando Augusto Alves da Silva e Carlos de Souza Montenegro - para serem seus assessores diretos.

Durante seu exercício no Rio de Janeiro, estava em andamento uma sindicância para apurar irregularidades ocorridas ao longo da gestão do Sr. Waldemir Freire Cardoso como Diretor da Regional do Pará. No período em que chefiou aquela Diretoria, o Sr. Waldemir recebeu multas do Tribunal de Contas da União (TCU) por:

.(a) enquadramento de serviços comuns como serviços de engenharia, o que qualificou irregularidades nos contratos de dispensa de licitação; (b) imprevidência administrativa; .(c) elevação injustificada dos valores pagos mensalmente pela prestação de serviços advocatícios do escritório Barra Brito Advogados & Associados; (d) prorrogação irregular, por cinco anos, de contrato de fornecimento de peças; celebração de contrato de locação de veículos em condições anti-econômicas; (e) falta de agilidade nos processos de cobrança de agências franqueadas dos Correios, o que contribuía para elevação dos índices de inadimplência ou a sua continuidade por longos períodos, com ofensa dos princípios de economicidade, e (f) celebração de termo aditivo referente a contrato já extinto.

O Sr. Gebrim relatou à CPMI que logo foi informado pelo Diretor-Adjunto do Rio de Janeiro de que os trabalhos na Regional não estavam ocorrendo conforme as orientações e padrões de atuação da ECT. Em seguida, recebeu informações sobre os problemas ocorridos na gestão do Sr. Waldemir à frente da Diretoria Regional do Pará. Alguns dias depois, o Sr. Waldemir solicitou-lhe a dispensa do Diretor-Adjunto.

Diante dos fatos relatados, o então Presidente da ECT destituiu de suas funções o Sr. Waldemir Freire Cardoso e seus coordenadores, inclusive o Sr. Maurício Marinho, transferindo-os para suas unidades de origem (Pará e Brasília), bem como determinou a instauração de sindicâncias para apurar as possíveis irregularidades nas Regionais do Rio de Janeiro e do Pará.

Sobre as conclusões das sindicâncias, afirmou o ex-Presidente da estatal:

“O SR. HASSAN GEBRIM -Os relatórios de ambas as comissões foram contundentes ao apontar inúmeras irregularidades ocorridas durante as administrações do Sr. Waldemir. De imediato, determinei a demissão sem justa causa, mas por causa justa do Sr. Waldemir e dos auxiliares cujos nomes foram apontados nos relatórios das sindicâncias. O Sr. Maurício Marinho não foi demitido porque não havia nos processos, pelo menos até aquele momento, a

citação de seu nome.”

Disse, ainda, o Sr. Gebrim:

“O SR. HASSAN GEBRIM – (...) Então, eu, quando relatei essa questão, quis induzir exatamente a isso, porque, para mim, só pode ser uma vingança, porque ficou claro e evidente no relatório que está aqui com o relator que estava se formando uma quadrilha no Rio de Janeiro. Estava se formando uma quadrilha no Rio de Janeiro, eu não tenho dúvida disso. E o líder dessa quadrilha era o Waldemir – ele não era o chefe, ele era o líder da quadrilha. Eu não tenho dúvida disso.”

Embora assegure que não foi política a escolha do nome para o cargo de Diretor Regional do Rio de Janeiro, o Sr. Hassan Gebrim recorda que, quando demitiu o Sr. do Sr. Waldemir Freire Cardoso, recebeu telefonema do então Deputado Roberto Jefferson, indagando-o sobre o motivo da demissão. No entanto, o próprio Sr. Waldemir Cardoso reconhece a possibilidade de que sua indicação tenha sido feita pelo então Deputado Roberto Jefferson, pois ele teria procurado o parlamentar para tratar do assunto.

A sindicância culminou com a demissão do Sr. Waldemir em 8/10/2001, por iniciativa da empresa. Além do Diretor, foram demitidos três dos seus assessores diretos. Apenas o Sr. Maurício Marinho não foi demitido naquela circunstância, retornando para Brasília, onde permaneceu por três meses sem qualquer função de confiança.

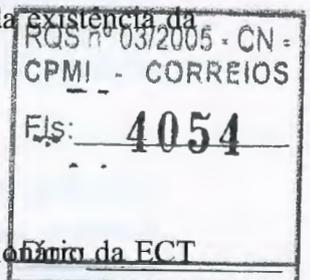
Após a demissão em 2002 e a exemplo do que acontecera com o Sr. Maurício Marinho, o Sr. Waldemir Cardoso logrou ser readmitido pela ECT, em 4/02/2003, por decisão judicial, sendo imediatamente cedido à Câmara dos Deputados, precisamente à Liderança do Partido do Sr. Roberto Jefferson.

Em 6/08/2003, por indicação política, o Sr. Maurício Marinho foi designado Coordenador Nacional da Universidade dos Correios pelo Diretor de Recursos Humanos à época, Sr. Antônio Osório, que fora indicado pelo Sr. Roberto Jefferson. Quando Antonio Osório foi transferido para a Diretoria de Administração, levou de imediato o Sr. Marinho para o Departamento de Contratação e Administração de Material (DECAM). O Sr. Marinho permaneceu no DECAM até 11/05/2005, quando já teria tomado conhecimento da existência da fita.

#### 6.6.1.2 Tráfico de Influência no Contrato ECT-AUTOTRAC

Em depoimento à Polícia Federal, prestado em 14/03/2006, o funcionário da ECT Isio Mauro Cudischevitch relatou que, entre os anos de 2003 e 2004, período em que exerceu o cargo de Gerente de Administração da Frota, foi instaurada sindicância para apurar irregularidades no setor de transportes na Divisão Regional do Rio de Janeiro.

Sobre as irregularidades constatadas, o Sr. Isio Cudischevitch afirmou que



o contrato 312/98, com a empresa Autotrac de rastreamento de veículos, não só apresentava deficiências técnicas como excedera o período máximo de 60 meses estabelecido pela Lei de Licitações. O contrato foi celebrado em 10/06/98 sem procedimento licitatório, sob pretexto de inexigibilidade, pelo período inicial de 12 meses, e foi prorrogado diversas vezes por meio de aditivos.

O Sr. Isio Cudishevitch declarou que, constatado o caráter irregular e ineficiente do contrato com a Autotrac, iniciou-se processo licitatório para substituição da empresa. A partir da abertura do prego 017/2004, o Sr. Cudishevitch passou a receber pressões de Brasília em favor da permanência da Autotrac, inclusive com o argumento de que a contratação de nova empresa colocaria em risco o sistema de transporte da ECT no Rio de Janeiro. Os porta-vozes de Brasília eram os Senhores Paulo Onishi e Delamare Holanda, respectivamente Chefe e Subchefe do Departamento de Administração de Frota, ambos vinculados ao então Diretor de Operações, Maurício Coelho Madureira.

Sob a chefia do Sr. Luiz Carlos Scorsatto, o Departamento de Encaminhamento e Administração da Frota (DENAF) determinou a instalação de um grupo de trabalho integrado por funcionários da Gerência de Administração de Frotas (Srs. Abílio Antônio de Oliveira Freitas, Luiz Lincoln Massena Costa e Cláudio Martinez). Segundo o depoimento do Sr. Cudishevitch, os integrantes do Grupo de Trabalho eram convocados semanalmente para reuniões em Brasília.

Quando pôde analisar a minuta do edital, o Sr. Cudishevitch percebeu, com base na especificação técnica, o claro direcionamento do processo para favorecer a empresa Autotrac. À época, o Sr. Cudishevitch percebeu também, pelo acompanhamento de editais referentes a linhas de tronco nacionais contratadas por Brasília, exigência técnica que resultaria na necessidade de as eventuais empresas vencedoras das licitações contratarem a Autotrac, que, no entanto, não tinha competência para atuar em âmbito nacional.

Em 11/02/2004, o Sr. Isio Mauro Cudishevitch recebeu comunicação interna pela qual o então chefe do DENAF, Sr. Luiz Carlos Scorsatto, determinava a suspensão da tomada de preço 4000004/2004 – DR/RJ, relativa à contratação de sistema para rastreamento de veículos pela Diretoria Regional do Rio de Janeiro. A justificativa era a elaboração de novo projeto corporativo para nortear as futuras contratações. O Sr. Cudishevitch, na qualidade de Gerente de Administração da Frota, valeu-se de argumentos técnicos para refutar a orientação do Chefe do DENAF, ponderando que a frota ficaria sem o rastreamento, pois esse serviço estava sendo prestado em regime de excepcionalidade. Com a suspensão da licitação, não seria possível contratar nova empresa conforme as especificações técnicas adequadas às novas exigências.

Em 19/06/2005, provocado por matéria publicada no jornal “O Dia” sobre a suspensão da licitação e as diversas renovações do contrato, o Diretor Regional Omar de Assis Moreira, por ordem do Presidente da ECT, Sr. Jânio Cezar Luiz Pohren, realizou reunião extraordinária com os gerentes de transportes e de comunicações. Nessa reunião, o Sr. Omar Assis Moreira teria dito que demitiria o Sr. Isio Cudishevitch. Ao tomar conhecimento desses termos, o Sr. Cudishevitch protocolou petição dirigida ao Diretor Regional, solicitando esclarecimentos. O Sr. Omar, que não respondeu formalmente à petição, fez apenas um contato

telefônico, negando a referência à demissão do Sr. Cudishevitch.

No entanto, no dia seguinte a seu despacho (contrário) à comunicação de suspensão da tomada de preço, o Sr. Isio Mauro Cudishevitch foi exonerado da Gerência de Administração de Frotas pelo Diretor Regional, Nelson de Andrade Junior, sem nenhuma justificativa. Em seguida, o ex-Gerente foi transferido para o Complexo Operacional de Benfica, situado em região de alta periculosidade, sendo inicialmente designado para o turno das 23h às 7 horas; atualmente, cumpre o turno das 14h30 às 23 horas.

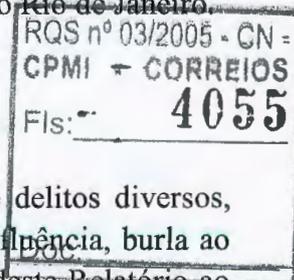
Dois meses depois de sua exoneração, o Sr. Cudishevitch foi procurado por diretor da Transporte Botafogo, uma das três maiores empresas de linha de transporte rodoviário contratadas pela ECT. O executivo, Sr. César, teria relatado que fora convidado a comparecer a um escritório de representação política na Torre Rio Sul, que seria do então Deputado Federal Roberto Jefferson. No escritório, havia uma relação de contratos da empresa Transporte Botafogo com a ECT. Na ocasião, o diretor César foi informado de que, para manter o “nível de contrato”, a empresa deveria participar da “caixinha” de campanha política. Segundo o Sr. Cudishevitch, o diretor não teria revelado o nome da pessoa que o convidara e o recebera no suposto escritório de representação política. O Sr. César teria afirmado, porém, que não se encontrara com Roberto Jefferson. Cumpre registrar, ainda, a fim de que se complete o círculo de relações, o Sr. Cudishevitch contou que era “voz corrente na ECT” que o Waldemir Freire Cardoso era ligado ao então Deputado Roberto Jefferson e que, no período em que ocupou o cargo de Diretor Regional, freqüentava a Torre Rio Sul. Esse dado pareceria irrelevante, mais uma mera coincidência, não fosse a coleção de indícios das relações estreitas mantidas pelo Srs. Waldemir Cardoso e Roberto Jefferson. Além disso, o nome do Sr. Waldemir Freire Cardoso foi arrolado pelo TCU entre os responsáveis por irregularidades no contrato com a Autotrac.

O Sr. Cudishevitch acredita que, da administração central dos Correios, o Sr. Maurício Coelho Madureira tenha sido o principal defensor dos interesses da AUTOTRAC, sempre com o assessoramento direto dos Srs. Paulo Onishi, Delamare Holanda e Luiz Carlos Scorsato. Já da Diretoria Regional da ECT, atuando precisamente no Grupo de Trabalho, os Srs. Abílio Antônio de Oliveira Freitas, Luiz Lincoln Massena Costa e Cláudio Martinez serviram aos interesses da empresa.

As circunstâncias da exoneração do cargo de Gerente de Administração de Frota, marcada pela ausência de motivação, e a designação do novo posto (Complexo Benfica) indicam que o Sr. Isio Mauro Cudishevitch pode ter sido alvo de retaliação em virtude de seu posicionamento contrário à suspensão da tomada de preço, atitude que colidia com os interesses da empresa Autotrac. Estaria configurado, assim, além do tráfico de influência e do direcionamento do edital de licitação, o abuso de poder por parte da Diretoria do Rio de Janeiro.

### 6.6.1.3 Recomendações

Diante dos fatos e relatos ora reunidos, revelando indícios de delitos diversos, entre eles improbidade administrativa, corrupção ativa e passiva, tráfico de influência, burla ao concurso público, direcionamento de licitação, propõe-se o encaminhamento deste Relatório ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho, para que dêem continuidade à



apuração das irregularidades, bem como à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para as providências administrativas que couberem.

#### 6.6.1.4 Contratação da Empresa Autotrac

Em julho de 2005, o Sr. Isio Mauro Cudischevitch, ex-gerente de transporte da Diretoria Regional dos Correios do Rio de Janeiro, apresentou denúncia a esta CPMI versando sobre irregularidades na contratação pelos Correios da empresa Autotrac, para rastreamento de veículos.

Denúncia similar foi apresentada à Ouvidoria do Tribunal de Contas da União<sup>26</sup>, que auditou os contratos e proferiu decisão preliminar, nos termos do Acórdão 2167/2005 – Plenário. A seguir, reproduziremos as constatações do TCU, combinadas com a denúncia do Sr. Cudischevitch.

A seguir, a avaliação do TCU:

Em 10/06/98, os Correios, por intermédio da Diretoria Regional no Rio de Janeiro – DR/RJ, celebrou o Contrato nº 312/98, por inexigibilidade de licitação com a empresa Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A., pelo período de doze meses, cujo objeto era o fornecimento de trinta e cinco equipamentos e prestação de serviços necessários à operação de um sistema de administração, comando e controle da frota da contratante (sistema de rastreamento de veículos), no valor global de R\$ 438.550,00 (quatrocentos e trinta e oito mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais), sendo R\$ 314.650,00 (trezentos e quatorze mil, seiscentos e cinquenta reais) referentes à aquisição dos equipamentos, e R\$ 123.900,00, relativos à manutenção do serviço.

A contratação por inexigibilidade de licitação foi aprovada pela Assessoria Jurídica da Diretoria Regional da ECT do Rio de Janeiro, sob a alegação de inviabilidade de competição, baseada em atestado do Ministério das Comunicações que informava que a empresa Autotrac era “a única empresa do país com permissão para explorar o Serviço Limitado, com a finalidade de serem prestadas a terceiros comunicações doméstica bidirecionais, na forma de texto, sobre posicionamento de veículos, utilizando o satélite doméstico Brasilsat da Embratel”.

O Contrato nº 312/98 foi alterado por quatro termos aditivos, conforme quadro a seguir:

Contrato/Termo	Assinatura	Vigência	Objeto

Contrato Inicial	10/06/98	10/06/98 09/06/99	a	Fornecimento de equipamentos e prestação de serviços
1º Termo Aditivo (fls. 20)	14/07/99	A partir 21/07/99	de	Alteração da vigência: -Quanto à entrega dos equipamentos: 12 meses

<sup>26</sup> O autor da denúncia tem a identidade preservada pelo TCU. Não se pode, de antemão, atribuí-la ao Sr. Isio Mauro Cudishevitch.

447

				-Quanto à prestação do serviço: vigorará a partir da efetividade das comunicações, por um prazo de 12 meses, renovável por 60 meses, considerando-se o início do serviço de rastreamento em 21.07.98.
2º Termo Aditivo (fls. 21/22)	21/07/99	A partir 21/07/99	de	Alteração de preços, conforme respectivo Anexo I
3º Termo Aditivo (fls. 23/25)	07/01/03	A partir 21/07/01	de	Definição de preços para manutenção preventiva dos equipamentos adquiridos, após extinção da garantia; -Substituição do Anexo I – Tabela de Preços
4º Termo Aditivo (fls. 25/26)	18/07/03	21/07/03 20/07/04	a	Prorrogação por mais 12 meses, com base no art. 57, § 4º da Lei nº 8.666/93.

Em 12.07.04, o Gerente de Administração da Frota (GENAF) da DR/RJRJ encaminhou à ASJUR – DR/RJ a CI/GENAF-312/2004, informando que em 20 de julho estaria vencendo o Contrato nº 312/98, e que, tendo em vista o entendimento da Gerência de Administração daquela Diretoria Regional, ratificado pelo DEJUR, de que não caberia mais a contratação por inexigibilidade de licitação, pois se tratava de “um processo concorrencial, com vários fornecedores no mercado”, em janeiro de 2004 havia sido iniciado o processo licitatório, de forma a evitar a descontinuidade nos serviços.

No entanto, informa que devido ao posicionamento da Assessoria Jurídica, a modalidade de licitação deveria ser alterada de Pregão para Tomada de Preços tipo técnica e preço, o que retardaria a tramitação do processo, não sendo possível a sua conclusão antes do vencimento do contrato então vigente, razão pela qual abre o Pregão nº 24/2004, para contratação em caráter emergencial de dezessete linhas de transporte terceirizadas, dotadas de serviço de rastreamento, até a conclusão da licitação principal.



Nesse interregno, a Autotrac teria proposto a continuidade do serviço prestado no

valor mensal de R\$ 23.000,00, com a utilização dos equipamentos já instalados. Ante a necessidade do serviço e diante do grande diferencial de custo, o GENAF propôs a revogação do Pregão nº 24/2004 e a contratação direta da Empresa Autotrac. Respalado em parecer da assessoria jurídica, os Correios celebraram com a empresa Autotrac o Contrato nº 118/04, com vigência de noventa dias, com previsão de prorrogação por igual período, o que de fato ocorreu.

Não obstante os argumentos apresentados para a contratação da Autotrac por dispensa, em 11.08.04, o então Chefe do Departamento Nacional de Administração e Encaminhamento da Frota, Sr. Luiz Carlos Scorsatto, por meio da CI/DENAF-2082, solicitou ao Diretor Regional do Rio de Janeiro a suspensão temporária da Tomada de Preço nº 4000004/2004, cujo objeto era a contratação de sistema de rastreamento de veículos daquela regional, uma vez que estava em curso “a elaboração de um projeto corporativo estabelecendo diretrizes inerentes a esse sistema”, a qual seria utilizada nacionalmente nos processos de aquisição dessa tecnologia.

Posteriormente, em 19.10.04, o Diretor de Operações da Estatal, Sr. Maurício Coelho Madureira, encaminhou a CI/DIOPE – 742/2004 ao Chefe do DEJUR, solicitando parecer quanto à possibilidade legal de nova contratação da Autotrac, por inexigibilidade de licitação, com base nas seguintes considerações:

Considerando o teor das condições técnicas estipuladas na Tomada de Preços nº 4000004/2004 e o fato de estar em curso na DIOPE projeto corporativo que visa estabelecer diretrizes, a nível nacional, para contratação do objeto em foco, o DENAF solicitou, por intermédio do expediente em referência, o adiamento da abertura da licitação para uma análise pormenorizada da contratação pretendida.

Consoante conteúdo da TP 4000004/2004, a contratação dela resultante prevê uma nova solução para o serviço de rastreamento dos 34 veículos da DR/RJ, que não contempla o aproveitamento dos equipamentos/software hoje instalados nos veículos e na base de operação, resultado de investimento pretérito e que se encontram em perfeitas condições de funcionamento. Esta base de operação, inclusive, monitora os veículos das empresas contratadas, já que estes utilizam a mesma solução de rastreamento (plataforma) dos veículos próprios da ECT. Além disso, o sistema empregado comprovou plenamente sua eficácia ao longo da contratação, já que, após sua implantação, nenhuma ocorrência de sinistro se verificou com os veículos daquela Regional.

...

O projeto corporativo em estudo na DIOPE prevê aumento da quantidade de veículos próprios rastreados, realizada em etapas. Se adotada a mesma sistemática de contratação prevista na licitação em foco, a cada etapa seria necessário deflagrar um novo processo licitatório para contratação do serviço de

rastreamento, abrindo possibilidade de virem a ser contratadas várias plataformas. Estas, com softwares incompatíveis entre si, necessitariam de terminais exclusivos, com aumento dos custos em decorrência do número maior de terminais e funcionários envolvidos, além de dificultar a monitoração dos veículos rastreados a nível operacional.

Ante ao aqui exposto, julgamos que seria recomendável uma reavaliação quanto à contratação pretendida, eis que, a princípio, estão sendo descartados equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, além da necessidade de mobilização de recursos adicionais (equipamento e funcionário) para a tarefa de monitoração dos veículos, tanto próprios quanto contratados, se contratadas plataformas com soluções tecnológicas diferentes e incompatíveis entre si.

Parece-nos viável, portanto, que, dentro dos princípios de economicidade e padronização preconizados pelo diploma legal das licitações, a DR/RJ deva efetivar apenas a contratação da prestação dos serviços junto à atual contratada, com aproveitamento dos equipamentos existentes, por meio de inexigibilidade, fato que possibilitaria unicidade dos recursos necessários à monitoração dos veículos rastreados.

Em 30.12.04, o Diretor de Operações, por meio da CI/DIOPE – 968/2004, ante a ausência de manifestação do DEJUR quanto ao questionamento anterior, e face à proximidade do fim da vigência da contratação emergencial, voltou a solicitar o posicionamento do Departamento Jurídico da Estatal quanto à nova contratação da Autotrac, por meio de inexigibilidade de licitação, com os mesmos argumentos.

O Departamento Jurídico manifestou-se favoravelmente ao pleito, ressalvando, porém, que a contratação direta se daria em caráter excepcional, e que ao fim da vigência do novo contrato não seria mais possível nova dispensa de licitação, em razão da inexistência de imprevisibilidade, requisito indispensável para a contratação por emergência.

O quadro a seguir relaciona os referidos contratos emergenciais e seus termos aditivos:

Contrato/Termo	Assinatura	Vigência	Fis:
Contrato nº 118/04 Dispensa de Licitação 4000147/2004	22/07/2004	22/07/2004 a 19/10/2004	4057
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 118/04	20/09/2004	20/10/2004 a 17/01/2005	
Contrato nº 37/05 Dispensa de Licitação 5000108	20/04/2005	21/04/2005 a 19/07/2005	Doc:
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 37/05	01/08/2005	20/07/2005 a 17/10/2005	

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Da tabela, verificamos que, embora a vigência do Primeiro Termo Aditivo ao

Contrato nº 118/04 tenha expirado em 17.01.05, somente em 20.04.05 foi celebrado o Contrato nº 037/2005 com a empresa Autotrac.

Sobre a questão, a Gerência de Administração da Diretoria Regional do Rio de Janeiro informou o Diretor Regional sobre a prestação dos serviços sem a devida cobertura contratual e encaminhou Termo de Acordo e Confissão de Dívida, “para chancela da Assessoria Jurídica; análise e assinatura do Sr. Diretor Regional, de sorte a viabilizarmos a quitação do débito com a Contratada...”.

Após aprovação dos setores competentes da DR/RJ, em 29.07.05, foi assinado entre as partes o Termo de Acordo e Confissão de Dívida, pelo qual a Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro, reconheceu que devia à empresa Autotrac

o valor de R\$ 111.393,91 referentes aos serviços prestados. Assim, temos um caso de contratação verbal pela Administração, procedimento vedado expressamente pelo art. 60 da Lei 8.666/93.

A mesma ocorrência foi detectada em relação à contratação da Autotrac no período compreendido entre 21/07/1999 e 20/07/2003. Ainda assim, em 21/07/2003,

b. o contrato cuja vigência estava expirada desde 20/07/1999, foi prorrogado irregularmente em 21/07/2003, por mais doze meses, por ocasião do 4º Termo Aditivo. Os termos aditivos anteriores não cuidavam de prorrogação contratual. Idêntico caso ocorreu em relação ao Contrato 37/05, cuja assinatura do Primeiro Termo Aditivo se deu em 1º/08/2005, com data retroativa a 20/07/2005.

Mesmo após um longo período (10.06.1998 a 20.07.2004) de contratação direta da empresa Autotrac, com base em inexigibilidade de licitação, em 22.07.2004, celebrou-se o Contrato nº 118/04, para prestação dos serviços em tela, com vigência de noventa dias, prorrogável por igual período, com base em dispensa de licitação por emergência.

Ressalte-se que existem diversos documentos no processos referentes à contratação da empresa Autotrac em que se reconhece a existência atual de outros sistemas, ou seja, outras empresas, que oferecem o serviço de rastreamento de veículos objeto desses contratos, como por exemplo, a CI/DIOPE-968/2004, de 30.12.04.

Assim, não caberia a contratação com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei de Licitações, visto que não restaria demonstrada a situação de emergência, caracterizada pela urgência de atendimento a situações eventuais, para os quais não houve planejamento prévio, não sendo possível, em decorrência, a realização do devido processo licitatório. No caso, entre a suspensão da TP 4000004/2004, ocorrida em agosto/2004, e a celebração do Contrato nº 37/05, decorreram cerca de oito meses – incluindo período em que os serviços foram prestados sem cobertura contratual – durante os quais deveriam ter sido concluídos os estudos necessários e promovido o devido certame, visto os prejuízos que, conforme salientado em diversos documentos constantes dos autos, seriam acometidos à ECT pela inexecução do serviço de rastreamento.

Além disso, o dispositivo que permite a dispensa de licitação para contratação emergencial possibilita a execução do contrato pelo prazo máximo de execução de 180 dias, sendo vedada a sua prorrogação. Ao estabelecer um prazo máximo de duração, a norma pressupõe que, nesse interregno, seja possível a solução do problema momentâneo ou, conforme o caso, a elaboração de procedimentos ou adoção de medidas com vistas à licitação pertinente. Todavia, na prática, a celebração do segundo contrato emergencial figurou como uma prorrogação do contrato anterior.

A seguir, serão apresentados os funcionários dos Correios preliminarmente responsabilizados pelo Tribunal de Contas da União. A esses funcionários foram apresentadas as constatações do Tribunal para apresentação de justificativa.

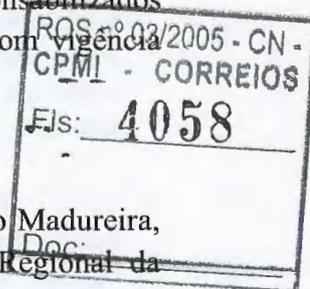
Em relação à prestação de serviços de rastreamento de veículos pela empresa Autotrac entre 21/07/1999 e 20/07/2003, sem contrato formalizado, caracterizando a existência de contrato verbal, procedimento vedado pelo parágrafo único do art. 60 da Lei de Licitações, foram responsabilizados os Srs. Roberto Dias Fraga, Waldemir Freire Cardoso, Celso Silva de Carvalho e Cipriano Maria Braz Filho, ex-Diretores Regionais da DR/RJ e os Srs. Silvério da Consolação Moreira, Luis Cláudio Ghetti, Sérgio Maurício Bleasby Rodrigues, Abílio Antônio de Oliveira Freitas, Sérgio Murilo da Silva Miranda, Carlos Augusto Marinho Resende, e Paulo Cesar Nunes Sá Reis, ex-Gerentes de Administração da DR/RJ.

Sobre o contrato verbal mantido pelos Correios com a Autotrac no período compreendido entre 17/01 e 20/04/2005, foram responsabilizados o Sr. Nelson de Andrade Júnior, ex-Diretor Regional da DR/RJ, bem como das Sras Maria Sílvia Osse de Sordi e Maria Helena Maciel, ex-Gerentes de Administração da DR/RJ.

No caso da prorrogação em 21/07/2003 do contrato da Autotrac expirado em 20/07/1999, foram responsabilizados pelo TCU os Srs. Paulo César Nunes Sá Reis, ex-Gerente de Administração da DR/RJ, e Cipriano Maria Braz Filho, ex-Diretor Regional da DR/RJ.

Os Srs. Silvério da Consolação Moreira, Diretor Regional por delegação da DR/RJ, e Luiz Cláudio Ghetti, Gerente de Administração da DR/RJ, foram responsabilizados pela celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 37/05, em 01.08.05, com vigência retroativa a 20.07.05, caracterizando a existência de contrato verbal nesse período.

Os Srs. Luiz Carlos Scorsatto, Chefe do DENAF, e Maurício Coelho Madureira, Diretor de Operações, bem como o Sr. Nelson de Andrade Júnior, ex-Diretor Regional da DR/RJ, foram responsabilizados pela não adoção de providências efetivas para a realização de procedimento licitatório para contratação dos serviços necessários à operação de sistema de comunicação de dados e controle da frota da ECT na Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro/RJ, omissão que resultou na contratação emergencial da empresa Autotrac, não obstante



a situação fosse previsível, caracterizando a ocorrência de inércia administrativa.

O Sr. Omar de Assis Moreira, Diretor Regional da DR/RJ, não foi responsabilizado pela ocorrência, pois tomou posse apenas em 15/04/2005, tendo celebrado o contrato segundo orientação do Departamento Jurídico, além de ter adotado providências para realização de licitação dos serviços até então prestados pela Autotrac.

Indagado nesta CPMI sobre as contratações da Autotrac, conforme matéria publicada no jornal O Dia, o Sr. Maurício Coelho Madureira informou ao Deputado Eduardo Paes que os pareceres eram montados, versão claramente falsa. À época da oitiva, 22/9/2002, o TCU ainda não havia se pronunciado sobre o assunto, não sendo possível contrastar a resposta do funcionário dos Correios com a realidade verificada em auditoria do Tribunal.

A seguir, trecho do depoimento:

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – no dia 19 de junho deste ano, o jornal O Dia dá conta da interferência do senhor e do Chefe do Departamento de Encaminhamento e Administração da Frota (Denaf), Sr. Luiz Carlos Scorsatto, em favor da empresa Autotrac, que faz rastreamento de veículos, embora a gerência de transporte da Diretoria Regional do Rio de Janeiro fosse contra em razão da extrapolação do limite máximo de contratação – cinquenta meses normais mais doze excepcionais – e o parecer da Consultoria Jurídica dos Correios fosse contrário à contratação. Autotrac, para quem não sabe, é uma dessas empresas que faz rastreamento de veículos.

Enfim, essa notícia foi publicada no jornal O Dia, no dia 19 de junho. Apesar dos dois pareceres contrários da Gerência de Transporte da Diretoria Regional do Rio e da Consultoria Jurídica dos Correios, esses contratos foram renovados. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. MAURÍCIO MADUREIRA – Eu tenho a dizer que essa matéria publicada no jornal foi uma montagem. Usou-se um parecer jurídico de outro processo que era de compra de equipamentos, em que foi feita uma consulta ao Departamento Jurídico com relação – já fazia um tempo isso – à possibilidade... se era juridicamente possível comprar os equipamentos de rastreamento por veículo por inexigibilidade de licitação. E o Departamento Jurídico se manifestou contrário. Esses aparelhos, no caso da reportagem, já tinham sido comprados em 1998 pela Diretoria Regional do Rio de Janeiro. O que se contratava, no momento, era o sinal. É como um aparelho de celular que precisa de uma operadora para fazer a comunicação, senão o aparelho não tem função nenhuma.

Esse processo... Existia um grupo de trabalho que estava reavaliando novas tecnologias que tinham surgido no mercado com comunicação via celular e estava em via de conclusão, e venceu o quinto ano do contrato. Então, houve uma consulta do Rio de Janeiro, e sugerimos que, antes de contratarem – para que nós tivéssemos uma unidade em termos de tecnologia a ser usada nessa área –, fosse aguardado o trabalho desse grupo. Isso foi encaminhado ao nosso Departamento Jurídico, que deu um parecer favorável a essa prorrogação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito, eu tenho aqui o parecer do Departamento Jurídico e ele é muito claro. A nota jurídica está aqui: “Solicito os diretores de operações, por intermédio das CIs em referência, a ratificação do parecer que afirmou a possibilidade de contratação da empresa Autotraco Comércio & Representações”. Então, esse é o parecer. E aí, na conclusão, eles falam, entre outras coisas: “Finalmente, pede (Inaudível.) os atestados apresentados com o fim de demonstrar a exclusividade da Autotraco para comercialização e distribuição do sistema Unisat, já estão com a sua validade vencida, sendo necessário, portanto, juntar certidões atualizadas, se houver”. E então fala da necessidade de observar, enfim, algumas questões da necessidade de licitação.

Quer dizer, o parecer publicado na matéria é diferente desse parecer.

O SR. MAURÍCIO MADUREIRA – O parecer que foi publicado na matéria é um parecer referente a um processo de compra de equipamentos com o serviço, e esse caso do Rio de Janeiro era só da contratação do serviço para que o aparelho que já tinha sido comprado em 1998 pudesse continuar funcionando em 35 ou 34 veículos que nós temos no Rio de Janeiro.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agora esse parecer aqui que eu li é o parecer verdadeiro?

O SR. MAURÍCIO MADUREIRA – Não, na verdade, o que o senhor está lendo é um parecer de um processo aqui de Brasília, e o que a matéria fez foi pegar este processo, este parecer daqui e mencionar como se isso tivesse a ver com o processo do Rio de Janeiro, e era diferente a sua finalidade, o seu objetivo. A empresa, inclusive, respondeu ao jornal... Os Correios responderam ao jornal, esclarecendo todos esses fatos, desde a época em que foi publicada esta matéria.

Em depoimento à Polícia Federal, o Sr. Isio Mauro Cudishevitch, engenheiro dos Correios no Rio de Janeiro, afirmou que foi exonerado do cargo de gerente de transportes pelo Diretor Regional dos Correios do Rio de Janeiro no dia 12/08/2004, em razão de despacho contrário à suspensão da Tomada de Preço nº 4000004/2004, determinada pelo Sr. Luiz Carlos Scorsatto, chefe do DENAF, tendo sido transferido para uma unidade dos Correios situada entre diversas favelas, na cidade do Rio de Janeiro, para trabalhar durante a madrugada.

A seguir, trecho do depoimento:



Em 11 de fevereiro de 2004 recebeu comunicação interna em que o então chefe do DENAF, Sr. LUIZ CARLOS SCORSATO determinava a suspensão da tomada de preço tendo como objeto a contratação de sistema para rastreamento de veículos pela Diretoria Regional do Rio de Janeiro sob argumento de elaboração de novo projeto corporativo que iria nortear as futuras contratações; QUE o depoente se valeu de argumentos técnicos para refutar a orientação do Chefe do DENAF, pois a frota ficaria sem o rastreamento, já que a empresa que estava fazendo a cobertura estava prestando o serviço num regime de excepcionalidade e com a suspensão da licitação não seria possível contratar nova empresa de acordo com as especificações técnicas mais adequadas a novas exigências advindas com a

modernização;

QUE no dia seguinte do seu despacho na comunicação de suspensão da tomada de preço 4000004 – DR/RJ foi exonerado pelo Diretor Regional NELSON DE ANDRADE JUNIOR, não sendo apresentado nenhuma justificativa para sua exoneração e transferido para o Complexo Operacional de Benfica, inicialmente trabalhando no turno de 23:00h às 07:00h e atualmente de 14:30h às 23:00h; QUE o Complexo Operacional de Benfica fica em região de grande periculosidade, sendo cercada por diversas favelas; QUE acredita que a sua exoneração do cargo de GENAF – Gerente de Administração de Frota foi em virtude do seu posicionamento contrário a suspensão da tomada de preço 4000004 –DR/RJ;

Segundo o Sr. Cudishevitch, em 2003 foi instaurada sindicância para verificar possíveis irregularidades no setor de transportes. Uma das constatações da Comissão de Sindicância foi que o contrato 312/98 da empresa Autotrak para rastreamento de veículos havia superado o período máximo de sessenta meses previsto na Lei 8.666/93. Esse contrato foi celebrado em 1998 sem procedimento licitatório, por inexigibilidade de licitação, para fornecimento de equipamentos e serviços de administração, comando e controle da frota dos Correios.

O Sr. Cudishevitch alegou ter iniciado processo licitatório para substituição do contrato da Autotrak, incorporando várias melhorias, como utilização de valor fixo mensal por veículo, incluindo manutenção, independente do tempo de uso de serviço e da quantidade de mensagens/caracteres enviados, além do fornecimento do equipamento de rastreamento por conta da empresa contratada. No contrato com a Autotrak então vigente, os Correios não tinham condições de verificar o número de caracteres/mensagens enviados pelo sistema de rastreamento, sendo este o método utilizado para a cobrança pelos serviços prestados.

A partir do momento em que foi aberto o pregão 017/2004, o Sr. Cudishevitch teria passado a receber pressões vindas da sede dos Correios. Inicialmente, era alegado que tecnicamente a Autotrak era a única empresa capaz de satisfazer as necessidades da ECT em relação ao sistema de gerenciamento por satélites, argumento que teria sido rebatido com citação das áreas sem a cobertura do satélite e com a demonstração de que o sistema de cobrança não permitia a ECT verificar o serviço prestado, além de deficiência na assistência técnica.

Apesar dos argumentos, a direção dos Correios teria insistido na manutenção do contrato com a AUTOTRAC, sustentando que a contratação de nova empresa seria uma incógnita, envolvendo sérios riscos para o sistema de transporte da ECT no Rio de Janeiro. As demandas seriam levadas pelos Srs. Paulo Onishi e Delamare Holanda, chefe e subchefe do DENAF, ambos subordinados ao Diretor de Operações, Sr. Maurício Coelho Madureira, funcionários dos Correios que claramente defenderiam os interesses da Autotrak na estatal.

Segundo o depoente, eram comuns as reuniões entre o Diretor de Operações e o Diretor Comercial da Autotrak, Sr. Márcio Toscano.

Após a saída do Sr. Paulo Onishi da chefia do DENAF, o cargo foi assumido pelo Sr. Luiz Carlos Scorsatto, que teria telefonado ao depoente informando sobre a instalação de

grupo de trabalho para tratar da contratação de serviços de rastreamento de veículos. De fato, o Grupo de Trabalho foi instalado, com participação dos funcionários da Gerência de Administração de Frotas, Srs. Abílio Antônio de Oliveira Freitas, Luiz Lincoln Massena Costa e Cláudio Martinez, funcionários que serviriam aos interesses do Diretor de Operações e que eram convocados semanalmente para reuniões em Brasília.

Segundo o Sr. Cudishevitch, a minuta de edital indicava o direcionamento do processo licitatório para a Autotrac, em razão da especificação técnica que exigia a utilização de satélite de alta órbita, sistema utilizado somente pela Autotrac. Os editais de licitações para contratações de transporte rodoviário interestadual também continham exigência de rastreamento por sistema equivalente, o que obrigava as empresas de transportes vencedoras das licitações a contratarem a Autotrac. O posicionamento do Sr. Cudishevitch teria ido de encontro à intenção da direção dos Correios de estabelecer uma reserva de mercado para a Autotrac.

Como exemplo, cita o caso da DR/RJ, cujo contrato inicial abrangia 34 veículos, número que foi aumentado gradativamente a partir da obrigatoriedade das empresas terceirizadas contratarem a Autotrac.

O Sr. Cudishevitch relata que cerca de dois meses após a sua exoneração do cargo de Gerente de Administração de Frotas, foi contactado pelo Sr. César, Diretor de Transporte da empresa Botafogo, transportadora contratada pelos Correios, que relatou ECT ter sido chamado ao suposto escritório do então Deputado Federal Roberto Jefferson na Torre Rio Sul, na cidade do Rio de Janeiro. No local, teria sido informado que para manter o “nível de contrato” com os Correios, a empresa deveria participar da caixinha de campanha política. Em dúvida sobre a existência do esquema de arrecadação, procurou o Sr. Cudishevitch para confirmação, que alegou nada saber sobre o assunto.

Por fim, informa que na data publicação de matéria sobre os contratos da Autotrac no jornal O DIA, edição de 19/06/2005, o Diretor Regional do Rido de Janeiro, Omar de Assis Moreira teria convocado uma reunião extraordinária com os gerentes de transportes e comunicações para tratar do assunto a mando do presidente dos Correios, Sr. Janio Cezar Luiz Pohren, ocasião em que o Diretor Regional teria afirmado que iria demitir o Sr. Cudishevitch, fato negado pelo próprio Sr. Moreira em telefonema realizado após petição do Sr. Cudishevitch solicitando esclarecimentos sobre o assunto.

Resumidamente, temos uma denúncia do Sr. Isio Mauro Cudishevitch, que alega a existência de um esquema de favorecimento à empresa Autotrac pelos Correios, mediante contratações irregulares e direcionamento de licitações. A corroborar as afirmações do Sr. Cudishevitch, as conclusões do Tribunal de Contas da União.

Do exposto, cabe informar os órgãos competentes sobre os fatos, com vistas ao prosseguimento da investigação.

#### **6.6.1.5 A Denúncia do Sr. Edson Maurício Brockveld**

A revista Carta Capital (edição de 28/9/2005) publicou denúncia do empresário

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 4060
Doc:

Edson Maurício Brockveld. Segundo a revista, a empresa Brockveld Equipamentos Industriais Ltda foi inabilitada na Concorrência 016/99 em procedimento supostamente irregular.

Segundo a denúncia, as empresas Alstom Indústria Ltda e o Consórcio Siemens fraudaram a licitação mediante conluio e contrataram com os Correios com preços superfaturados. O preço de contratação dos Correios para os três lotes da licitação, de cerca de R\$ 78 milhões, seria bastante superior ao preço ofertado pela Brockveld, de cerca de R\$ 48 milhões<sup>27</sup>. O conluio contaria com a participação da Mannesmann Dematic Rapistan – outra participante da licitação, cuja proposta foi inabilitada.

A Mannesmann, juntamente com a Siemens e a Alstom, teria convidado a Brockveld a não participar da licitação, alegando a existência de combinação prévia para que as duas últimas vencerem o certame.

A denúncia ainda afirma que a empresa NEC desistiu de formar consórcio com a Brockveld dois dias antes da data da apresentação da proposta, supostamente a pedido da Siemens.

<sup>27</sup> Na verdade, o preço da Brockveld não é público, uma vez que o envelope contendo a proposta comercial da empresa foi devolvido sem que fosse aberto, em razão da inabilitação da empresa. O valor de R\$ 48 milhões foi anunciado pelo Sr. Brockveld, sem que exista comprovação da sua existência e factibilidade.

Além disso, na data de entrega das propostas, teria sido emitido um parecer único acerca da proposta técnica e habilitação, em desacordo com o edital, resultando em inabilitação da empresa Brockveld.

Em face da intenção da empresa Brockveld de apresentar recurso administrativo, a empresa teria sido procurada por representantes da Alstom e da Siemens para que não concretizasse o intento. Em troca, a Siemens e a Alstom contratariam parte do projeto para com a Brockveld, comprando-lhe os equipamentos previstos no contrato.

O acordo com a Alstom teria sido assinado no dia 23/02/2000. Com a Siemens, foi assinado em 24/2/2004, último dia para apresentação do recurso administrativo. A Alstom foi representada pelo seu diretor, Sr. Jean Bernard Devraignes. A Siemens foi representada pelo seu diretor, Sr. Hélcio Aunhão, que teria ido ao encontro do Sr. Brockveld no aeroporto de Brasília, de modo a impedir que o recurso fosse apresentado. Depois de assinados os contratos, as empresas vencedoras não teriam honrado os acordos.

Posteriormente à denúncia da revista Carta Capital, a Senadora Ideli Salvatti encaminhou a esta Comissão dossiê sobre o caso, repassando documentação entregue pelo empresário Edson Maurício Brockveld.

### 6.6.1.6 Comentários

A Concorrência 016/99 era do tipo menor preço. Não obstante, foi exigida a apresentação de proposta técnica para habilitação das licitantes, procedimento previsto no art. 30, §8º, da Lei 8.666/93:

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais."

A proposta técnica da Brockveld foi inabilitada por não atender a diversos quesitos. Todavia, antes da inabilitação, os Correios encaminharam expediente informando a empresa das supostas falhas identificadas pela área técnica. A Brockveld rebateu parte das falhas, reconheceu a omissão de diversos itens exigidos pelo edital e afirmou que cumpriria as exigências dos Correios, porém sem detalhar como o faria. Ao final do processo, a ECT inabilitou a empresa.

Da análise do processo licitatório, não foram identificadas irregularidades. De relevante, apenas o fato de que a licitação foi concebida como lote único, estimado em cerca de 36 milhões de reais. Posteriormente, o objeto foi ampliado e dividido em três lotes: lote 1, compreendendo o CTP/Jaguareé (SMIC, equipamentos de apoio, e reforma); lote 2, compreendendo o COP Marginal Tietê (SMIC e equipamentos de apoio), COP-01 Centro, CT-09 Santo André, COI-13 Campinas e COI-14 Ribeirão Preto (equipamentos de apoio); lote 3, compreendendo o COP Benfica (SMIC e equipamentos de apoio) e CTP Rio de Janeiro (reforma).

A seguir, o resultado da licitação e as estimativas da ECT:

Lote	Estimativa ECT	Empresa Vencedora	Preço Vencedor	Preço Contratado*
1	R\$ 35.355.247,05	Alstom	R\$ 39.913.870,31	R\$ 35.658.984,23
2	R\$ 20.139.568,45	Consórcio Siemens	R\$ 28.448.987,04	R\$ 24.975.447,88
3	R\$ 18.164.049,03	Alstom	R\$ 19.191.810,75	R\$ 17.921.950,00

\*mediante negociação entre os Correios e a empresa vencedora

Objetivamente, a licitação é de grande vulto, tomando o conjunto de lotes



licitados. A análise do processo licitatório indica que o objeto licitado é de alta complexidade, uma vez que envolve o desenvolvimento de solução de movimentação de cargas dentro dos centros de tratamento de objetos postais dos Correios. São esteiras e elevadores, associados a softwares de controle e circuitos fechados de TV, para classificação e separação automática dos objetos postais, antes e depois do tratamento pelas máquinas de triagem, sendo justificada a necessidade de proposta técnica.

Ressalve-se que não houve avaliação sobre a pertinência dos quesitos exigidos na proposta técnica, não sendo possível afirmar que não foram embutidos itens de direcionamento da licitação.

Não houve impugnação ao edital e todas as empresas pediram prorrogação de 45 a 60 dias para apresentação das propostas, o que foi atendido pela ECT.

Em depoimento a esta CPMI, o Sr. Brockveld confirmou a matéria da revista e ampliou a denúncia. Afirmou que o representante da Mannesmann, sr. Roberto Naccache, teria lhe ofertado dois milhões de reais para que não participasse da licitação. A Mannesmann Dematic Rapistan estaria em processo de aquisição pela Siemens.

Observe-se que a licitação permitia a participação de consórcio, porém a Brockveld participou sozinha. A revista Carta Capital publicou uma suposta desistência da empresa NEC, que teria abandonado a disputa a pedido da Siemens – denúncia ratificada pelo Sr. Brockveld.

O que se sabe é que a Brockveld apresentou termos de vistoria dos locais onde seriam instalados os equipamentos em nome da NEC, que os teria cedido à empresa, procedimento não aceito pelos Correios.

Ouvidos os Srs. Hércio Aunhão e Roberto Naccache, representantes da Siemens e da Mannesmann Dematic Rapistan, as denúncias foram negadas.

O Sr. Hércio Aunhão negou o conluio e que a empresa estivesse adquirindo a Mannesmann quando da realização das propostas. Segundo o Sr. Aunhão, as negociações para aquisição da empresa foram iniciadas em abril de 2000.

O Sr. Roberto Naccache negou ter apresentado oferta para que a Brockveld desistisse da licitação – sua presença na sede dos Correios na data da entrega das propostas foi devida aos serviços de consultoria que prestava à Mannesmann.

Os documentos apresentados pelo Sr. Brockveld foram desqualificados pelo Sr.

Aunhão. Segundo o representante da Siemens, os documentos não seriam contratos, mas minutas de cartas de intenção. O percentual de participação da Brockveld no fornecimento de equipamentos seria mínimo – menos de 2% do valor dos equipamentos.

O Sr. Naccache apresentou versão semelhante, alegando que as minutas foram firmadas porque a Brockveld seria a representante no Brasil das empresas Portec e Buschmann, fabricantes de parte do equipamento que seria fornecido aos Correios.

As informações prestadas pelos representantes da Siemens e da Mannesmann conflitam com as declarações do Sr. Brockveld, que alegou que a soma dos contratos firmados com a Alstom e com a Siemens chegaria a R\$ 12 milhões e que os contratos eram precários pela situação em que foram realizados.

Tomando as declarações do Sr. Brockveld como verdadeiras, teríamos caracterizado o conluio para fraudar as licitações. O próprio Sr. Brockveld estaria envolvido, na medida que desistiu de recurso contra o resultado da licitação visando a uma partilha dos contratos com os Correios. Destarte, estaria caracterizado o delito tipificado no art. 95 da Lei 8.666/93, Art. 95, verbis:

Art. 95. Afastar ou procura afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se abstém ou desiste de licitar, em razão da vantagem oferecida.

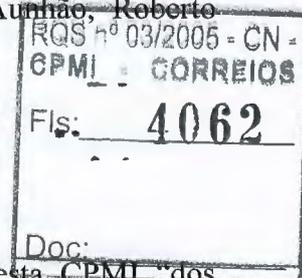
Como não houve controvérsia entre os envolvidos sobre a ocorrência das situações afirmadas, mas tão somente sobre a interpretação dos fatos e as suas conseqüências, a exemplo da presença do Sr. Naccache na sede dos Correios e da assinatura da minuta de contrato no aeroporto de Brasília, no último dia para apresentação dos recurso administrativo, resta cientificar às autoridades competentes para que dêem procedimento à investigação. Como possíveis envolvidos, citamos os Srs. Edson Maurício Brockveld, Hélcio Aunhão, Roberto Naccache e Jean Bernard Devraignes.

#### **6.6.1.7 Área de Suprimento de Materiais**

##### **6.6.1.7.1 COMAM**

Entre os processos examinados pelo TCU, em sintonia com esta "CPMI dos Correios", na área de suprimento de materiais, destaca-se o relacionado à aquisição de cofres da empresa COMAM - Comercial Alvorada de Manufaturados Ltda, conforme processo TC-015.199/2005-6.

O Pregão n.º 0262002 – CPL/AC, teve por objeto a aquisição de 1.400 cofres



equipados com fechadura eletrônica de retardo.

A execução do Contrato n.º 11.328/2002, firmado com a empresa Comam Comercial Alvorada de Manufaturados Ltda., no valor de R\$ 4.986.400,00, para o fornecimento de 920 cofres às Diretorias Regionais da ECT situadas nas Regiões Leste e Nordeste, evidenciou que os bens fornecidos não atendiam às especificações editalícias.

Posteriormente à entrega e aceitação dos cofres pela maioria das Diretorias Regionais, e após a ocorrência de sinistros em algumas agências postais, foram detectadas várias desconformidades estruturais nos cofres pela equipe técnica da ECT, tais como: chapas de aço internas e placas de blindagem química utilizadas com espessura inferior ao especificado no edital; ausência de reforços internos nos cantos dos bens; dobradiças e soldagens inapropriadas, entre outros. Além disso, consta dos autos documentos que comprovam uma elevada quantidade de rejeições de equipamentos pelas Regionais.

A irregularidade ocasionou não apenas prejuízos financeiros à ECT - em face do dispêndio de recursos para adquirir produto de qualidade inferior ao contratado, bem assim custear serviços relativos à sua assistência técnica - mas também inúmeros transtornos às agências postais que operam o Banco Postal.

Assim, o TCU decidiu pela citação dos gestores, solidariamente com a contratada, para promover o ressarcimento do valor de R\$ 4.986.400,00 pago à COMAM.

Outra irregularidade detectada foi que consta no edital do pregão, na parte relativa à qualificação técnica, a exigência de 02 atestados de capacidade técnica que comprovassem a aptidão da licitante para o fornecimento compatível e pertinente em características com o objeto da licitação.

Todavia, a análise da documentação apresentada pela Comam evidenciou que os atestados técnicos eram genéricos, referindo-se superficialmente ao fornecimento de cofres, sem correspondência efetiva com o objeto do certame (cofres equipados com fechadura de retardo). Assim, verificou-se que a empresa Comam foi habilitada indevidamente pela Comissão Permanente de Licitação.

O TCU assim concluiu sua manifestação:

Com fulcro nos arts. 11, 12, incisos II e III, da Lei Orgânica do TCU c/c os arts. 157, 252, do RI/TCU propomos:

a) desde já sejam os autos convertidos em Tomada de Contas Especial, consoante o disposto no art. 47 da Lei nº 8.443/92 e art. 197 do Regimento Interno;

b) Seja promovida a citação, conforme dispõe os arts. 12, incisos I e II, da Lei 8.443/92 e 202, incisos I e II do Regimento Interno, dos empregados a seguir arrolados, solidariamente com a Comam Comercial Alvorada de Manufaturados Ltda.

– Comam, CNPJ: 02.003.291/0001-05, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência,

apresentar alegações de defesa ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional a importância de R\$ 4.878.000,00 (quatro milhões, oitocentos e setenta e oito mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir das datas constantes da tabela em anexo, nos termos da legislação em vigor, em razão do fornecimento de cofres que não atendiam às especificações técnicas constantes do Anexo I do Edital do Pregão nº 026/2002, em afronta ao art. 66, da Lei 8.666/93, causando sério prejuízo ao erário;

b.1) Empregado da ECT: Sr. Adauto Tameirão Machado, CPF: 33969060125, – Chefe do Departamento de Contratação e Administração de Materiais – DECAM, no período de 09/05/2001 a 08/06/2004; – por ter permitido a aceitação de cofres sem a qualidade requerida, e por não ter adotado as medidas necessárias à rescisão contratual quando da constatação dos problemas dos equipamentos durante as entregas dos lotes, conforme o disposto nos arts. 66, 82 e 92 da Lei 8.666/93;

b.2) Empregado da ECT: Sr. Luiz Claudomiro Sacoman, CPF: 204694039-34 – Chefe do Departamento de Infra-Estrutura – DEINF, no período de 03/06/2001 a 06/07/2003, por não ter procedido à correta verificação da qualidade dos cofres adquiridos previamente ao seu fornecimento, em consonância com as diretrizes contidas nos Capítulos IV do Anexo I do Contrato nº 11.328/02, e se omitido quanto à necessidade de rescindi-lo, resultando na aceitação de cofres sem a qualidade requerida;

b.3) Empregado da ECT: Sr. Hélcio Almeida Sá Freire de Abreu, CPF: 76217400782 – Chefe do Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais – DEPAS, no período de 21/08/2001 até os dias atuais, por ter ciência das entregas de cofres defeituosos oriundos do contrato nº 11.328/02 e não ter adotado postura pró-ativa no sentido de propor a rescisão contratual, o que teve como consequência a permissão para o aceite e pagamento de todos os equipamentos de qualidade inferior.

c) seja promovida, nos termos do art. 43, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a audiência prévia dos responsáveis a seguir enumerados, pelas seguintes impropriedades:

c.1) exame inadequado dos atestados técnicos apresentados pela empresa Comam, que resultou na aceitação, como válidos, de documentos que não demonstravam a efetiva habilitação técnica da participante para o cumprimento do objeto licitado, contrariando o subitem 3.3.4 do Edital e o art. 41 da Lei nº 8.666/93, e comprometendo o fornecimento do produto para a empresa, consoante a Ata da Segunda Sessão do Pregão nº 026/2002 – CPL/AC, de 18/06/2002, e assinaturas constantes do documento:

Gilberto Ferreira do Amaral – Pregoeiro – CPF: 066.614.401-04;

Cláudio Nunes Barbosa – CPF: 281.003.601-20;

Hélio Flauzino Garcia – CPF: 084.446.251-91;

Pedro Alberto da Silva Oliveira – CPF: 239.201.141-91;

Benedita de Fátima Câmara Pires – CPF: 152.820.231-72;

Jorge Francisco Duarte – CPF: 043.397.207-63



c.2) ante a homologação e adjudicação do objeto de forma indevida à Comam, de acordo com o Relatório/DIRAD – 198/2002, de 10/07/2002:

Cláudio Melo Colaço – Diretor de Administração – CPF: 059.571.259-20.

c.3) ante os aceites dos cofres sem a certificação de qualidade referente à combinação de segredos do tipo mecânico prevista nas especificações técnicas:

c.3.1) Sr. Aduino Tameirão Machado, CPF: 339690601-25, Chefe do Departamento de Contratação e Administração de Materiais – DECAM, no período de 09/05/2001 a 08/06/2004, responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato nº. 11.328/2002, quanto à permissão de aceite dos cofres sem a devida certificação de qualidade referente à combinação de segredos do tipo mecânico exigida no subitem 2.2.5 do Anexo I, contrariando o art. 66 da Lei 8.666/93, bem como quanto à não aplicação da multa contratualmente prevista no subitem 8.4.2 da Cláusula Oitava do Contrato nº 11.328/2002;

c.3.2) Sr. Hélcio Almeida Sá Freire de Abreu, CPF: 76217400782, Chefe do Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais– DEPAS, no período de 21/08/2001 até os dias atuais, por ter orientado as Diretorias Regionais a aceitar os cofres desacompanhados da certificação técnica exigida no subitem 2.2.5 do Anexo I do Contrato nº 11.328/2002, o que contrariou o disposto no art. 66 da Lei 8.666/93.

c.4) ante a aceitação de certificação indevida e omissão na adoção de providências com vistas a assegurar o cumprimento do disposto no item 2.2.5.3 do Anexo I do Contrato nº 11.328/02, tão logo emitido o Parecer Técnico DPRO/DEINF-PTEC – 078/03, de 20/10/2003, implicando aceitação de produto de qualidade duvidosa e descumprindo os termos contratuais, o que infringiu o art. 66 da Lei 8.666/93:

c.4.1) Sr. Aduino Tameirão Machado, CPF: 339690601-25, – Chefe do Departamento de Contratação e Administração de Materiais – DECAM, no período de 09/05/2001 a 08/06/2004;

c.4.2) Sr. Hélcio Almeida Sá Freire de Abreu, CPF: 76217400782, Chefe do Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais– DEPAS, no período de 21/08/2001 até os dias atuais.

d) seja remetida cópia do presente relatório ao Ministério Público Federal, em razão da ocorrência de ato tipificado como fraude contra a Fazenda Pública, nos termos do disposto no art. 96 da Lei nº 8.666/93.

Esta Relatoria subscreve as providências elencadas, assim como a submissão ao Ministério Público Federal.

#### **6.6.1.7.2 Medicamentos**

O processo TC 017.418/2005-3 trata do Pregão Eletrônico n.º 070/2005-CPL/AC, que teve por objeto a contratação de empresa especializada na administração, controle e operacionalização da logística de fornecimento de medicamentos aos empregados da ECT.

Com a divulgação da notícia do esquema de corrupção pela revista Veja, a

licitação foi adiada sine die. A partir dos elementos constantes dos autos e da documentação elaborada pela área técnica da ECT, foram detectadas diversas impropriedades no projeto básico e no edital da licitação, configuradas pela ausência das seguintes informações:

- a) detalhamento das doenças crônicas dos beneficiários do CorreiosSaúde; b) discriminação dos componentes dos custos envolvidos;
- c) custo atual do CorreiosSaúde, no que se refere ao tratamento dos portadores de doenças crônicas, para comparação com a projeção de custos e benefícios futuros;
- d) justificativas para o tratamento dessas patologias crônicas, considerando a existência de programas de distribuição de medicamentos, promovidos pelo Ministério da Saúde, para três (Dislipidemias, Diabetes e Hipertensão) das quatro patologias eleitas;
- e) estimativas e orçamentos, com base nos valores cobrados no mercado por cada um dos serviços embutidos no preço por vida, de forma a fundamentar o valor da remuneração a ser contratada;
- f) número estimado de portadores de doenças crônicas, de forma detalhada por tipo de patologia, bem como distribuição geográfica dos beneficiários do programa;
- g) número estimado de portadores de doenças crônicas, de forma detalhada por tipo de patologia, bem como distribuição geográfica dos beneficiários do programa;
- h) discriminação detalhada das doenças crônicas a serem tratadas pelos medicamentos fornecidos; e i) listagem contendo os medicamentos básicos com os quais a ECT espera tratar seus doentes crônicos.

A disponibilidade dessas informações possibilitaria à ECT identificar a "vantajosidade" e a economicidade da contratação, adequar o projeto básico e o edital da licitação aos ditames da Lei de Licitações e Contratos, e evitar prejuízos futuros.

Em face disso, o TCU determinou à ECT a correção das falhas verificadas como condição para a continuidade do certame. Independentemente do prosseguimento ou não das licitações, sugerimos a remessa ao Ministério Público para avaliação de possíveis ilícitos ainda na fase pré-licitatória.

#### 6.6.1.7.3 Caixetas Plásticas

O TC-016.121/2005-8 trata do Pregão nº 105/2003-CPL/AC visava a aquisição de 240 mil caixetas plásticas CTA-05 e CTA-06 com tampa e porta-etiquetas, para suprimento das Diretorias Regionais de São Paulo e Rio de Janeiro.

A vencedora do certame foi a empresa Precision Componentes Ltda com que foi firmado o Contrato nº 12.669/04, celebrado com a em 11/05/04, no valor de R\$ 3.735.600,00. O contrato estipulava a entrega dos produtos em quatro lotes, de 15.000 unidades cada, nos prazos de 150, 180, 210 e 240 dias após a data da assinatura do contrato.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Fls: 4064

Doc: \_\_\_\_\_

Não obstante esse prazo, somente em 27/01/05, ou seja, 260 dias após a celebração do instrumento contratual, o DECAM, unidade responsável pela gestão dos contratos, adotou medidas com vistas a aplicação das penalidades cabíveis pela não entrega dos produtos - quais sejam, aplicação de multa, rescisão contratual e abertura de processo da penalidade de suspensão do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Estatal pelo período de até 5 anos - evidenciando falta de tempestividade e caracterizando ato de gestão antieconômico do qual resultou dano ao erário.

Ressalte-se que essa intempestividade também ficou evidenciada na Sindicância Sumária, instaurada em 22.06.05, com o objetivo de apurar denúncias do contratado contra o ex-chefe do Decam, Maurício Marinho, que teria pleiteado R\$ 350.000,00 de propina em troca da não aplicação das penalidades. O Relatório Final da Sindicância confirma a morosidade, por parte das áreas gestoras dos contratos, na execução das penalidades contratuais, permitindo passivamente, por longos períodos, o descumprimento, por parte da empresa contratada, das suas obrigações junto aos Correios.

O TCU assim concluiu sua manifestação:

Ante o exposto, sugere-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete do Exmo. Ministro-Relator Ubiratam Aguiar, com as seguintes propostas:

realização de audiência do Srs. Jorge Francisco Duarte e Elvis de Paiva Borges, engenheiros do DPRO/DEINF da ECT, para que, nos termos do artigo 43, inciso II da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 250, inciso IV do Regimento Interno do TCU, apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, razões de justificativa para haverem concluído, no âmbito do Relatório Técnico DPRO/DEINF-031/2003, de 15.12.2003, que a empresa Precision Componentes Ltda possuía capacidade técnica/operacional para fornecer os produtos objetos do Pregão Nº 105/2003-CPL/AC, dentro dos prazos e quantidades previstos no Edital, sem mencionar que a aquela licitante necessitaria da contratação de outras empresas para a produção de parte do objeto em questão, o que evidenciaria a subcontratação, vedada pelo Edital;

realização de audiência do Sr. Maurício Marinho, então Chefe do Departamento de Contratação e Administração de Materiais – DECAM da ECT, e responsável administrativo pela gestão do Contrato nº 12.669/2004, celebrado com a empresa Precision Componentes Ltda, para que, nos termos do artigo 43, inciso II da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 250, inciso IV do Regimento Interno do TCU, apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, razões de justificativa para a falta de tempestividade na aplicação à contratada das penalidades contratuais previstas, decorrentes de atraso injustificado de entrega do objeto contratual, em descumprimento aos art. 77, 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, bem como às Cláusulas Oitava e Nona do referido Contrato;

encaminhamento imediato de cópia dos autos ao Ministério Público para apuração de responsabilidades e adoção das medidas cabíveis, nos termos do despacho do Exmo. Ministro-Relator Ubiratam Aguiar, exarado no TC 007.694/2005-2, no que se refere ao estabelecimento de parceria com aquela

instituição.

Esta Relatoria subscreve as providências elencadas, assim como a submissão ao Ministério Público Federal.

#### 6.6.1.7.4 Xerox

Consta do TC-018.900/2005-0 que houve superfaturamento de preço no contrato da XEROX decorrente do Pregão Eletrônico nº. 131/2003 que visava à contratação de serviços reprográficos, mediante locação de 21 copiadoras digitais, tendo em vista a proximidade do término de vigência do Contrato nº 10.007/98, celebrado com a empresa XEROX do Brasil Ltda.

O procedimento licitatório em questão foi deflagrado a partir de um preço de referência (R\$ 98,00/milheiro de cópias), 103% (cento e três por cento) superior ao preço praticado no contrato anterior (R\$ 48,29/milheiro de cópias). Tal preço resultou da coleta de apenas 3 (três) propostas junto a fornecedores (Xerox, Novadata e Centro Nacional de Cópias - CNC), sendo que as duas últimas foram desconsideradas.

Em face da exclusão das cotações apresentadas pela Novadata e pelo CNC, a estimativa de custos estabelecida (R\$ 5.174.400,00) correspondeu, portanto, ao valor da proposta fornecida pela XEROX. Nessas condições, a ECT iniciou o processo licitatório com inadequada avaliação do que seriam os preços de mercado.

Na abertura do Pregão Eletrônico, das 36 (trinta e seis) empresas interessadas que retiraram o edital, apenas duas apresentaram propostas, XEROX e CNC, tendo apenas a primeira ofertado os dois únicos lances do certame.

Com efeito, resultou ganhadora a proposta da XEROX, no valor de R\$ 4.690.400,00, o que, dada a franquia de 4.400.000 cópias ao mês, correspondeu a um custo de R\$ 88,83 por milheiro de cópia, valor 84% superior ao custo de R\$ 48,29/milheiro vigente no contrato anterior. Tal percentual resta excessivo, considerando que a variação do IGPM-FGV, no período março/2003 a março/2004 durante o qual vigorou o preço até então vigente - foi da ordem de 11%.

Após um ano da assinatura do Contrato nº 12.575/2004, firmado com a XEROX, a ECT, com base em pesquisa de mercado realizada entre fornecedores de equipamentos equivalentes, celebrou termo aditivo, mediante o qual conseguiu reduzir o preço para R\$ 56,76/milheiro, o que representou queda de 36,1% no valor cobrado.



A vantagem alcançada faz necessária a conclusão no sentido de que a adoção de procedimento de pesquisa semelhante, um ano antes, quando da licitação, teria orientado o certame para a obtenção de preço mais competitivo, ao menos próximo àquele objeto da repactuação. Em face dessas conclusões, o TCU determinou:

Converter os autos em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 47 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 252 do Regimento Interno;

Autorizar a 1ª Secex a realizar a citação, de forma solidária, dos responsáveis abaixo indicados, nos termos do art. 12, inciso II, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 202, inciso II, do Regimento Interno, em razão do superfaturamento dos preços praticados no primeiro ano de vigência do Contrato nº 12.575, celebrado com a Xerox, Comércio e Indústria Ltda. Quanto aos valores e datas, eles deverão ser apurados pela Unidade Técnica, a partir da análise das notas fiscais/faturas relativas aos pagamentos feitos no primeiro ano de vigência do ajuste. Tais quantias correspondem à diferença entre os montantes pagos no primeiro ano de vigência do contrato (preço de referência 88,83 R\$/milheiro) e aqueles que deveriam ter sido pagos (preço de referência 56,76 R\$/milheiro), incluindo os pagamentos extras realizados nos meses em que o número de cópias excedeu a franquia mensal:

- empresa XEROX Comércio e Indústria Ltda;

- .- Sr. Hélcio Almeida Sá Freire de Abreu, (ex-Chefe do Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais);
- .- Adauto Tameirão Machado (ex-Chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material);
- .- Liana Aparecida de Araújo (ex-Chefe da Divisão de Contratação);
- .- Gabriel Pauli Fadel (ex-Diretor de Administração);
- .- Airton Langaro Dipp (ex-Presidente);

-Antônio Osório Menezes Batista (ex-Diretor de Recursos Humanos respondendo pela Diretoria de Administração da ECT quando da assinatura do Contrato nº 12.575);

- Eduardo Medeiros de Moraes (ex-Presidente);

Encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, à CPMI “dos Correios”, à Procuradoria-Geral da República e à Casa Civil da Presidência da República.

Esta CPMI ratifica tais providências.

#### **6.6.1.7.5 Espaço Aberto**

Trata-se de apuração acerca dos procedimentos administrativos relacionados à construção da sede dos Correios em Florianópolis, licitada no ano de 2000, cujo termo contratual foi assinado no exercício de 2001, entre a Construtora Espaço Aberto Ltda. e a ECT no valor de R\$ 21 milhões. O prazo da obra era de 12 meses.

O responsável pela Espaço Aberto foi ouvido nesta CPMI. O relator inquiriu sobre auditoria realizada pelo TCU, que examinou o mérito do acordo homologado judicialmente. Segundo o TCU, ficou ajustado o pagamento de R\$ 28.472.849,96, quantia correspondente “ao Orçamento atualizado em setembro de 2004, o qual será corrigido pelo INCC até a data da homologação judicial do acordo, mantendo-se a relação de custos

inicialmente pactuada, estando inclusos nesse valor os custos relativos à modernização tecnológica”.

Contudo, há uma série de quantitativos que não respeitam efetivamente os preços unitários licitados e contratados, configurando, na prática, uma repactuação do ajuste, em clara ofensa à Lei 8.666/1993, porque, na verdade, a pretexto de se fazer um acordo em relação às demandas que estavam colocadas, foi feito um verdadeiro aditamento contratual, sem as formalidades legais e fora dos parâmetros da Lei de Licitações. Segundo detecta o Tribunal de Contas da União, esse acordo foi claramente lesivo ao patrimônio dos Correios, em valores que chegam a R\$ 6.433.598,17.

O depoente respondeu que sua empresa pleiteou o preço de mercado. Considera que o acordo não foi vantajoso, do ponto de vista econômico, pois o quantitativo da obra mudou. Foram exatamente tais divergências que conduziram aos entreveros na Justiça.

Elevadores de carga foram comprados por R\$ 80 mil, ao passo que o conceito de “elevador de carga” estabelecido pelos Correios refere-se a equipamento da ordem de R\$ 600 mil. Além disso, há os custos com refazimento das partes perdidas, como a impermeabilização e a cobertura, os custos com pagamento de pessoal, que haviam sido orçados para 12 meses e que agora se referia a um espaço de tempo de mais de 5 anos.

Sobre a possibilidade de ter havido intermediação política para que fosse resolvida a querela com os Correios, inclusive com ajuda monetária a políticos, o Sr. Paulo Nei Almeida negou. Disse que só contribuiu, nesses 25 anos, em dois momentos. Um para ajudar um parente que se candidatara ao Senado, e uma outra pequena quantia destinada ao PFL. Frisa, ainda, que ambas as doações foram registradas na forma da Lei.

Noutra linha, ressalta que os acordos foram feitos na Justiça e que, portanto, a questão não foi resolvida no âmbito dos Correios.

Relatório da CGU analisou o contrato desde o seu início. Contratada originalmente em janeiro de 2001 para ser executada em 360 dias, ao preço de R\$ 21.240.780,70, por parte da empresa Espaço Aberto Ltda., a obra teve vários aditivos que implicaram em várias prorrogações de prazo e acréscimo de valor em R\$ 1.142.813,77. Os aditivos foram justificados pela empresa pela necessidade de equacionar problemas técnicos, entre os quais um conjunto de estacas que, devido à presença de rochas não detectadas nas sondagens, não puderam ser executadas conforme o projeto, o que exigiu custos adicionais.

Após atrasos, imposição de multas, ações judiciais e paralisação dos serviços, celebrou-se um acordo judicial em novembro de 2004 para a retomada e conclusão da obra, com novo aditamento, da ordem de R\$ 22,8 milhões.

Das análises realizadas sobre a execução do contrato constatou-se que o novo orçamento elaborado pelo Departamento de Engenharia da ECT para os serviços remanescentes, por ocasião do acordo judicial, já referido no parágrafo acima, ultrapassa em R\$ 9.238.469,73 o



valor obtido ao atualizar-se de outubro/2000 a setembro/2004 a planilha da Construtora Espaço Aberto pela aplicação do INCC, conforme previa o contrato original.

O TCU também analisou tal contrato e abordou apenas os requisitos relativos à concessão de medida cautelar, sendo que a manifestação dos contratantes foi analisada num contexto de cognição sumária desses requisitos, conforme determinação do Ministro-Relator. Entretanto, outras questões ainda necessitavam de análise por parte da Unidade Técnica.

A oitiva dos responsáveis – Presidente da ECT e a Construtora Espaço Aberto – não logrou, segundo a equipe do TCU, elidir as irregularidades apontadas.

Ante o exposto, propôs a equipe do TCU:

Adoção de medida cautelar, bem como determinação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT que, até que o Tribunal decidisse sobre o mérito da questão suscitada com relação ao Contrato nº 005/2001, firmado com a empresa Espaço Aberto Ltda para a construção do Complexo Operacional e Administrativo de Florianópolis:

a.1) nos pagamentos relativos aos serviços executados de janeiro de 2005 a setembro de 2005, utilize nos cálculos, conforme o contrato firmado, os preços unitários contratados originalmente reajustados pelo INCC de outubro de 2000 até outubro de 2004;

a.2) nos pagamentos relativos aos serviços executados de outubro de 2005 em diante, utilize nos cálculos, conforme o contrato firmado, os preços unitários contratados originalmente reajustados pelo INCC de outubro de 2000 até outubro de 2005;

a.3) faça, no pagamento da medição de agosto, a compensação dos valores pagos a maior nas medições já quitadas relativamente aos serviços executados desde janeiro de 2005, e, caso o valor total da medição de agosto não seja suficiente, compense o valor restante na medição de setembro, e assim sucessivamente, até a quitação total dos valores pagos a maior;

a.4) em caso de paralisação da obra por parte da contratada, tome imediatamente as medidas previstas nos arts. 77, 78, conforme incisos aplicáveis, 79, inciso I, 80, incisos I, II, III e IV, 87 e 88, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista a urgência do término da obra;

a.5) em caso de paralisação judicial da obra, passe a contabilizar, para fins de débito a ser futuramente consolidado e cobrado da construtora Espaço Aberto Ltda, via judicial ou via Tomada de Contas Especial, todos os prejuízos diretos sofridos pela ECT em consequência do atraso na conclusão da obra a partir de 2/1/2006, sem prejuízo da aplicação das medidas previstas no art. 80, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93;

a.6) refaça o cálculo do valor total da obra conforme a presente determinação, com vistas ao recálculo do percentual acrescido ao seu valor original e, conseqüentemente, à abstenção de extrapolação do limite de 25 % previsto na Lei nº 8.666/93.”

Portanto, considerando a necessária análise percuente das informações apresentadas pela ECT em razão das medidas determinadas pelo TCU, por parte da Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina; e considerando, ainda, que o Egrégio Tribunal de Contas, no exercício de sua atribuição constitucional, auxiliou esta CPMI nas investigações realizadas junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, entende-se deva esta CPMI encaminhar o teor desta ratificação àquele Tribunal, bem como ao Ministério Público Federal, para que esses Órgãos adotem as medidas atinentes a suas esferas de competência, visando à conclusão das apurações.

#### 6.6.1.8 Denúncia da Empresa Gadotti Martins

O empresário Vilmar Martins, sócio da empresa Gadotti Martins Carrinhos Industriais Ltda, apresentou denúncia a esta CPMI segundo a qual a ECT teria reconhecido dívida com a sua empresa e ainda assim não teria pagado.

A dívida seria resultado do atraso no pagamento de produtos vendidos aos Correios pela empresa Gadotti Martins em meados de 1993, período em que o Brasil sofria de altos índices de inflação. A defasagem entre a data-limite e o pagamento resultou produziu as perdas reclamadas pela empresa.

Segundo o Sr. Vilmar Martins, os atrasos dos pagamentos e a não compensação financeira pelos atrasos levaram a sua empresa à insolvência. Todos os seus funcionários teriam sido demitidos e todos os ativos teriam sido exauridos no pagamento de credores.

Certo é que em 18/01/1996, o então consultor da Presidência dos Correios, Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, apresentou o Relatório/PR-0001/96 reconhecendo a dívida - R\$ 498.802,18, em valores da época – e propondo ao presidente da estatal as seguintes alternativas:

“a) negociar com a empresa Gadotti Martins Carrinhos Industriais Ltda o pagamento pela ECT apenas do valor correspondente à correção monetária dos pagamentos efetuados em atraso, para o qual há embasamento legal (R\$ 498.802,18, segundo a reclamante, devendo a Área de Administração verificar a correção dos valores, caso aprovada esta alternativa);

b) Negociar com a Gadotti Martins, somente se houver cobrança judicial;

c) Só pagar os valores reivindicados pela Gadotti Martins após decisão judicial.”

ROD - 002000
CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4067
Doc:

Em depoimento a esta CPMI, o Senador Eduardo Suplicy explicitou a denúncia do Sr. Vilmar Martins. Segue transcrição de trecho do depoimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Desde que V. S<sup>a</sup> trabalha na ECT tem conhecimento de ter sido citado por algum empresário, em correspondência ou documento enviado à Presidência da empresa ao longo dos anos entre 1992 e 2005, fazendo referência a

alguma exigência de pagamento ou pedido de benefício para que V. S<sup>a</sup> desse o aceite no fornecimento de equipamentos ou autorizasse o pagamento de algum contrato?

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Não me recordo disso não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, conversei hoje por mais de uma hora com o Sr. Vilmar Martins. O Sr. Eduardo Medeiros de Moraes irá compreender a importância do relato que passarei a transmitir, especialmente ao Sr. Relator, a respeito do que me foi relatado.

A Metalúrgica Gadotti Martins Carrinhos Industriais foi fundada em 1992 no Rio de Janeiro. Tornou-se líder nacional da fabricação de carrinhos para transportar correspondências e participou de inúmeras licitações.

Entretanto, desde 90 verificou que, para participar de licitações junto às empresas públicas e ganhá-las, muitas vezes se fazia necessário influenciar na preparação do edital – ele acredita estar nesse ponto o maior problema das concorrências. Normalmente, os editais elencam os requisitos que a empresa precisa preencher para poder participar da licitação, mas, na maioria das vezes, essas exigências acabam dirigindo o edital para a empresa vencedora.

Ele me relatou que, em 1990, ganhou uma concorrência no Banco Central para fornecer contentores para transportar valores da Casa da Moeda para as delegacias do Banco Central. O representante da Metalúrgica Gadotti leu com atenção

a. o edital e concluiu que, considerando as exigências contidas no edital, só a empresa Mannesman tinha o tubo para fazer o contentor na medida especificada. As demais concorrentes seriam desclassificadas porque não tinham como adquirir o respectivo tubo. Então, surpreendentemente, a Metalúrgica Gadotti ganhou, mas a empresa Mannesman contestou o resultado da licitação, alegando que a vencedora não teria aquele tubo especificado no edital. Mas a Metalúrgica Gadotti provou ter conseguido

b. o molde do tubo especificado junto à usina de Volta Redonda. Conseguiu porque a usina exportava a chapa específica para a fabricação do tubo, conforme as especificações constantes do edital do Banco Central.

Sendo assim, a Metalúrgica Gadotti contratou uma empresa para fazer o referido tubo. Ainda assim, a Mannesman contestou. Apesar de o Departamento de Engenharia do Banco ter elaborado o edital para que a Mannesman ganhasse a licitação, ele não teve como dar ganho de causa para a referida empresa porque a Gadotti cumpriu todas as exigências.

Agora é que vou entrar na história da ECT.

A Gadotti...

(...)

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Em 1992, a Gadotti participou de concorrência na ECT, aquela de que o Sr. Eduardo Medeiros disse não se lembrar tão bem, em cujo edital descobriram-se novas especificações que direcionavam a licitação para algumas empresas. A espessura da tinta que deveria ser aplicada no produto a ser fornecido deveria ser feita através de processo eletrostático, não costumeiro para a época.

Consciente disso, a Metalúrgica Gadotti preparou a documentação para concorrer à

licitação conforme os termos do edital. Conseguiu vencer o certame com 50% do preço inferior ao do segundo colocado. A Gadotti novamente teve sua vitória contestada pois a segunda colocada afirmou em recurso que a empresa não teria como cumprir o edital no que se referia ao quesito pintura eletrostática. Mas, ao terminar o certame, o representante a que me referi, o Sr. Vilmar, ao cumprimentar o segundo pela vitória, ouviu o seguinte: ganhar é fácil, levar é que é difícil. Ouvindo essa afirmativa, consultou o presidente da comissão de licitação se tal afirmativa procedia. Depois de várias reuniões, a ECT apresentou-lhe o contrato de serviços, com deveres e multas para ambos os lados.

Começou a fabricar os produtos para as delegacias regionais da ECT em 23 Estados da Federação. Acertou o cronograma de entrada, começando por Belo Horizonte. Numas segunda-feira, chegou com três caminhões de mercadorias para serem entregues à Delegacia Regional de BH. Esse carregamento representava 5% do valor total do contrato.

À época, a Metalúrgica Gadotti mandou um gerente e dois funcionários acompanharem a referida entrega. Atônitos, seus funcionários foram informados pelo gerente da administração da D.R. de BH: “Não posso receber a encomenda enquanto não me trouxerem 20% do valor da nota em dólares”. O gerente não quis sequer ver a mercadoria antes que chegassem os dólares solicitados. Eram 9 horas da manhã quando o gerente da Metalúrgica ligou para o dono da Gadotti informando o ocorrido. Como este não possuía os referidos dólares, pediu emprestado a um amigo e pensou em tirar xerox das notas e notificar a polícia federal, antes de entregá-las ao funcionário da ECT.

Entretanto, ao consultar um advogado acerca desse procedimento, foi desaconselhado de fazê-lo. A advogado sugeriu-lhe procurar a direção da ECT, tendo em vista que aquela entrega era a primeira de uma série de 23. Face ao ocorrido, o representante da Gadotti pediu uma audiência ao Presidente da ECT. Não foi atendido. Foi, então, à ECT, acompanhado do Deputado Federal José Carlos Coutinho, do PDT, e solicitou uma audiência com o Superintendente da ECT em Brasília, Eduardo Medeiros de Moraes, para o qual contou o ocorrido naquela Delegacia, na D.R. de BH. O Superintendente Eduardo Medeiros de Moraes, segundo – vou aguardar o advogado – o Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, então pediu para que o representante da metalúrgica Gadotti não levasse a cabo o plano de denunciar o funcionário da DRBH. Mencionou que a ECT tinha uma extraordinária imagem, melhor mesmo do que a da Igreja Católica no Brasil, segundo pesquisa recente. Medeiros de Moraes ligou, então, para o funcionário em Belo Horizonte e autorizou-o a receber a mercadoria e a pagar a fatura.

Ao chegar ao aeroporto de Brasília, o representante da Gadotti ligou para seu funcionário em Belo Horizonte e perguntou-lhe se tudo estava ocorrendo conforme o previsto. O funcionário respondeu que não, pois o gerente da ECT insistia em não receber a mercadoria sem o pagamento dos dólares.

Sr. Presidente, estou chegando ao ponto crucial que define a importância do que estou relatando e, portanto, peço a atenção de V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Isso fez com que o representante da metalúrgica Gadotti fosse a Belo Horizonte. Lá chegando, na presença de seus funcionários – portanto há testemunhas –, o gerente da ECT repetiu que somente receberia a encomenda com o pagamento dos referidos dólares. Então, ele perguntou se havia recebido telefonema do Sr. Eduardo Medeiros de Moraes que, na sua frente, havia autorizado o recebimento da mercadoria sem necessidade de pagar qualquer propina. O gerente da ECT confirmou a ligação, mas disse que os dólares seriam divididos entre ele – o gerente, que receberia 10% – e o Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, segundo esse empresário, que está em Brasília hoje e estava aqui há poucos



instantes.

Inconformado, o representante da metalúrgica Gadotti, no dia seguinte, retornou a Brasília. Foi novamente recebido pelo Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, ainda que ele não se lembrasse tão bem dele. Em uma conversa franca, o Sr. Eduardo lhe disse que ele estava no lugar errado, que havia entrado na porta errada e no momento errado. Afirmou, então, que não iria mais receber a mercadoria nem a propina e nem a ECT iria pagar por ela. Justificaria o não-recebimento da mercadoria alegando que a mesma estava fora das especificações do edital.

Dada essa situação, o representante da metalúrgica Gadotti solicitou nova audiência com o Presidente da ECT e, com sua intervenção, conseguiu iniciar a entrega das mercadorias contratadas, sem que fosse necessário o pagamento da propina.

Em várias DRs foram feitas exigências absurdas fora do contrato. Em algumas DRs a mercadoria somente foi recebida na terceira tentativa de entrega. Na DR de Vitória, a mercadoria não foi paga até hoje.

Visando solucionar o problema dos pagamentos, o representante da metalúrgica Gadotti celebrou um acordo com a ECT, que se comprometeu a pagar em fevereiro de 2002, agora mais recentemente, R\$200 mil de entrada e mais seis parcelas, totalizando um pouco mais de R\$739 mil.

Como o acordo não foi honrado pela ECT, o representante da Gadotti veio novamente a Brasília para tentar um novo acordo. Foi recebido pelo Vice-Presidente da ECT, que alegou a falta de recursos para não honrar o acordo, marcando nova data para realizar os pagamentos.

Entretanto, Sr. Presidente, até hoje, a metalúrgica não conseguiu receber da ECT o total das mercadorias entregues.

Pergunta final: V. S<sup>a</sup>, Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, confirma que ontem o senhor falou ao telefone com o Sr. Vilmar Martins, da metalúrgica Gadotti, informando que se ele entregasse hoje, em 12.07.2005, uma carta, conforme os termos anexos – que entrego ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator –, em que a metalúrgica Gadotti desistisse de entrar na Justiça contra a ECT, a empresa pagaria o que lhe deve sem correção nem multa, aqueles R\$739.547,00? Considerando que o Sr. Vilmar Martins seguiu as suas orientações e protocolou a carta hoje à tarde, junto à sua secretária, o senhor garante que a ECT vai pagar-lhe sem que algum funcionário lhe cobre qualquer benefício extra? É a pergunta conclusiva que faço, Sr. Presidente, passando a V. Ex<sup>a</sup> o relato inteiro, porque estava aqui até uma hora e meia atrás, mas acho que...

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Está em Brasília ainda o Sr. Vilmar Martins, que se V. Ex<sup>a</sup> desejar, obviamente, poderá vir aqui testemunhar, ele próprio, o que eu aqui relatei. Acredito que se trata de um depoimento da maior importância, mas aguardo as explicações do Sr. Eduardo Medeiros de Moraes – quem sabe ele agora se recorde melhor do Sr. Vilmar Martins, porque, ainda ontem, falou no telefone com ele, segundo o Sr. Vilmar Martins.

Com respeito à pergunta que formulei, se a algum presidente da ECT foi enviada carta relatando esses fatos, o Sr. Vilmar Martins relatou esses fatos com os detalhes que aqui falei para o Sr. Amílcar Gazaniga, presidente da ECT, que inclusive determinou que se acertasse o entendimento para se fazerem os pagamentos que, ainda assim, acabaram não sendo feitos até hoje, Sr. Presidente, de forma completa.

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Nobre Presidente, nobre Relator, o mínimo que eu poderia falar sobre essa história toda é que ela seria hilária, absurda, irresponsável, tudo isso que foi falado: 13 anos depois, relatar uma história de não sei quantas páginas, lidas aqui, sem pé nem cabeça, sobre um funcionário dos Correios em Minas Gerais, em Belo Horizonte, pelo que entendi, que teria cobrado 20%... No mínimo, absurda essa história, no mínimo, absurda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – V. S<sup>a</sup>, então, não conversou ontem com o Sr. Vilmar Martins.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O senhor ligou para ele do seu telefone celular ou do seu telefone fixo?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ligou do celular ou do telefone fixo?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S<sup>a</sup> confirma que há dois dias atrás ...

O SR. EDUARDO MEDEIROS DE MORAIS – Sim, confirmo que eu recebi uma ligação da minha antiga secretária dizendo que esse senhor teria me procurado, precisava muito falar comigo. Eu retornei a ligação. Achei muito estranho, depois de tantos anos ... Ele me disse: “Você se recorda que eu estive com você, você era assessor do ex-Presidente Amílcar Gazaniga para tratar de uns assuntos assim de carrinhos e tal.” Não, não me recordo disso – disse isso ao telefone. “Não, mas é porque eu precisava retomar esse assunto, queria retomar esse assunto.” Eu disse: Olha, há muitos anos que eu não trabalho nessa área. Se você tem interesse em retomar o assunto procure os canais normais da licitação e protocole lá o expediente. E ele disse: Ok É isso o que vou fazer.” Foi essa a conversa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E, independentemente desses fatos últimos, V. S<sup>a</sup> não lembra da época de 1996, na seqüência, se se tratou de uma empresa que tivesse, de fato, sido submetida a um calvário de solicitações e que foram baldadas, não sabe se a ECT tomou alguma providência em relação a isso?

Em correspondência datada de 08/07/2005, encaminhada aos Correios, o Sr. Gadotti alegou ter firmado acordo com os Correios durante a gestão do Sr. Amílcar Gazaniga para receber os seus créditos. O suposto acordo foi solicitado à empresa pelo Departamento Jurídico dos Correios, que alegou não dispor de cópia e solicitou que os Correios diligenciassem seus arquivos.

Do exposto, cabe informar os órgãos competentes sobre os fatos, para fins de apuração da eventual solicitação de vantagem indevida da empresa Gadotti Martins Carrinhos Industriais Ltda pelo Sr. Eduardo Medeiros de Moraes, bem como recomendar aos Correios para que providenciem pesquisa nos seus arquivos para identificar a situação atual dos valores devidos à empresa pelo fornecimentos dos materiais e equipamentos, conforme parecer de seu consultor, bem como avalie a legalidade e legitimidade da realização de tais pagamentos.

PROS 283/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4069
Doc: 394

<b>7. O ESQUEMA MARCOS VALÉRIO.....</b>	<b>6</b>
7.1 INTRODUÇÃO .....	6
7.2 A ORIGEM DO ESQUEMA MARCOS VALÉRIO: A CAMPANHA DO PSDB/PFL EM MINAS GERAIS NO ANO DE 1998. ....	7
<b>7.2.1 AS LIGAÇÕES DE MARCOS VALÉRIO .....</b>	<b>7</b>
<b>7.2.2 EMPRÉSTIMOS PARA A CAMPANHA DE 1998: A MONTAGEM DO ESQUEMA .....</b>	<b>9</b>
<b>7.2.3 CONTRATOS DE MARCOS VALÉRIO COM OS GOVERNOS DO PSDB EM MINAS GERAIS E COM O GOVERNO FEDERAL NO PERÍODO.....</b>	<b>17</b>
7.2.3.1 CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais.....	17
7.2.3.2 ENDURO DA INDEPENDÊNCIA .....	18
7.2.3.3 Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro – Ministério do Trabalho .....	20
7.2.3.4 TELESP .....	38
7.2.3.5 O Esquema Marcos Valério em Goiás .....	45
<b>7.2.4 A POSIÇÃO DO SENADOR EDUARDO AZEREDO.....</b>	<b>47</b>
<b>7.2.5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>49</b>
<b>7.3 MARCOS VALÉRIO E A CPMI DOS CORREIOS .....</b>	<b>49</b>
<b>7.4 OS EMPRÉSTIMOS.....</b>	<b>63</b>
7.4.1 “EMPRÉSTIMOS” COMO FONTE E INTERMEDIACÃO DO ESQUEMA MARCOS VALÉRIO .....	63
7.4.1.1 INTRODUÇÃO .....	63
7.4.1.2 AS CARACTERÍSTICAS DOS “EMPRÉSTIMOS” .....	64
7.4.1.2.1 EMPRÉSTIMOS TOMADOS PELO PT.....	64
7.4.1.2.2 EMPRÉSTIMOS TOMADOS PELAS EMPRESAS DO SR. MARCOS VALÉRIO.....	65
7.4.2 REPASSES DE MARCOS VALÉRIO PARA O PARTIDO DOS TRABALHADORES .....	68
7.4.2.1 OS EMPRÉSTIMOS AO PT.....	68
7.4.2.2 REPASSES DOS RECURSOS – OS EMPRÉSTIMOS .....	68
7.4.3 O PAPEL DO BANCO CENTRAL E OS EMPRÉSTIMOS .....	69
7.4.3.1 RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO DO BACEN NOS BANCOS RURAL E BMG .....	70
7.4.3.1.1 BANCO BMG.....	71
7.4.3.1.2 BANCO RURAL .....	71
7.4.4 MARCOS VALÉRIO, BMG E BANCO RURAL - PARTICIPAÇÕES NO ESQUEMA MARCOS VALÉRIO.....	71
7.4.4.1 DEPOIMENTOS DO SR. MARCOS VALÉRIO (ANEXO 6.9 – EMPRÉSTIMOS) .....	71
7.4.4.2 BENEFÍCIOS DOS BANCOS BMG E RURAL PARA A CONCESSÃO DE LINHAS DE CRÉDITOS A MARCOS VALÉRIO E AO PT.....	77
7.4.5 CONCLUSÃO .....	79
7.4.6 Banco BMG.....	79
7.4.6.1 Créditos Consignados.....	79
7.4.6.2 Relatório de Auditoria do TCU.....	80
7.4.6.3 Depoimento do Presidente do BMG, Sr. Ricardo Annes Guimarães .....	83
7.4.6.4 Pareceres de Consultores do BMG para Avaliar a Transação com a CEF.....	84
7.4.6.5 Valora Participações .....	87
7.4.6.6 Conclusão BMG x CEF.....	90
7.4.5 Conclusão.....	91
<b>7.5 CASOS ESPECÍFICOS: VISANET, GRUPO OPPORTUNITY, USIMINAS E COSIPA.....</b>	<b>93</b>
7.5.1 VISANET .....	93
7.5.1.1 ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO FUNDO VISANET .....	94

7.5.1.2 OS REPASSES REALIZADOS PELA VISANET.....	96
7.5.1.3 A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS ADIANTADOS PELA VISANET À DNA .....	99
7.5.1.4 AS VANTAGENS DE MARCOS VALÉRIO .....	115
7.5.2 Grupo Opportunity.....	125
7.5.2.1 INTRODUÇÃO .....	125
7.5.2.1.1 O OPPORTUNITY E O ESQUEMA MARCOS VALÉRIO .....	127
7.5.2.2 DANTAS, MARCOS VALÉRIO e MAURICIO MARINHO .....	131
7.5.2.3 DANIEL DANTAS E SEU GRUPO OPPORTUNITY.....	140
7.5.2.4 ASCENÇÃO E QUEDA DE DANTAS .....	143
7.5.2.6 O OPPORTUNITY FUND .....	156
7.5.2.9 CONCLUSÃO .....	167
7.5.3 GRUPO USIMINAS E COSIPA.....	169
<b>7.6 INTERMEDIACÃO.....</b>	<b>170</b>
7.6.1 INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS COM SIGILOS AFASTADOS.....	170
7.6.1.1 COMPOSIÇÃO RESUMIDA DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS .....	176
7.6.1.1.1 CORREÇÃO MANUAL DA BASE DE DADOS.....	176
7.6.1.2 ANÁLISE – CONCENTRAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS (ORIGENS) POR BANCO – GRUPO ECONÔMICO “ MARCOS VALÉRIO”.....	180
7.6.1.3 ANÁLISE – CONCENTRAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS POR TITULAR DE CONTA CORRENTE DAS PESSOAS QUE COMPÕEM O GRUPO ECONÔMICO “MARCOS VALÉRIO”.....	181
7.6.1.4 RELAÇÃO DOS MAIORES DEPOSITANTES DAS ORIGENS DOS RECURSOS NAS EMPRESAS DO GRUPO ECONÔMICO “ MARCOS VALÉRIO”.....	182
7.6.1.5 RELAÇÃO DOS MAIORES BENEFICIÁRIOS DAS EMPRESAS DO GRUPO “ MARCOS VALÉRIO”.....	183
7.6.1.6 RELAÇÃO DOS SAQUES NAS EMPRESAS DO GRUPO ECONÔMICO “ MARCOS VALÉRIO”.....	184
7.6.1.7 CONCLUSÃO .....	186
7.6.2 BÔNUS BANVAL E GUARANHUNS.....	186
7.6.2.1 BÔNUS BANVAL.....	186
7.6.2.1.1 AS DIFERENTES VERSÕES PARA A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA OCORRIDA .....	189
7.6.2.1.2 RESUMO DOS FATOS NA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA BÔNUS BANVAL.....	194
7.6.2.2 GUARANHUNS.....	194
7.6.3 A FARSA CONTÁBIL.....	198
7.6.3.1 O VALERIODUTO POR MARCOS VALÉRIO .....	200
7.6.3.1.1 A VERSÃO CONTÁBIL DE MARCOS VALÉRIO PARA A “RELAÇÃO DE PESSOAS INDICADAS PELO PT” .....	201
7.6.3.1.2 DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS À GRAFFITI .....	205
7.6.3.1.3 CONTA CAIXA .....	205
7.6.3.2 LANÇAMENTOS CONTÁBEIS PARA PARTIDOS POLÍTICOS .....	208
7.6.3.3 CONCLUSÃO .....	214
7.6.4 A FRAUDE FISCAL .....	214
7.6.4.1 INFORMAÇÕES ANALISADAS.....	215
7.6.4.2 ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS.....	215
7.6.4.2.1 MARCOS VALÉRIO E RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA (ESPOSA) .....	216
7.6.4.2.1.1 DIVIDENDOS RECEBIDOS .....	216
7.6.4.2.1.2 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL.....	217
7.6.4.2.1.3 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA FISCAL DE MARCOS VALÉRIO .....	

REQ nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: 4070
2
Doc:

7.6.4.2.1.4 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA FISCAL DE RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA .....	217
7.6.4.2.2 CRISTIANO DE MELLO PAZ .....	218
7.6.4.2.2.1 DIVIDENDOS RECEBIDOS .....	218
7.6.4.2.2.2 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL .....	219
7.6.4.2.2.3 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA FISCAL .....	219
7.6.4.2.3 SIMONE REIS LOBO DE VASCONCELOS .....	219
7.6.4.2.3.1 DIVIDENDOS .....	219
7.6.4.2.3.2 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL .....	219
7.6.4.2.3.3 MOVIMENTAÇÃO FISCAL FINANCEIRA .....	219
7.6.4.2.4 OUTROS SÓCIOS NÃO ANALISADOS .....	220
7.6.4.2.5 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	221
7.6.4.2.6 MOVIMENTAÇÃO FISCAL FINANCEIRA .....	222
7.6.4.2.6.1 DNA PROPAGANDA LTDA. ....	222
7.6.4.2.6.2 SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO LTDA. ....	222
7.6.4.2.6.3 SMP&B COMUNICAÇÕES LTDA. ....	223
7.6.4.2.6.4 GRAFFITI PARTICIPAÇÕES LTDA. ....	223
7.6.4.2.7 RELATÓRIO DO COAF .....	224
7.6.4.2.7.1 OFÍCIO COAF Nº 1376/2005 .....	224
7.6.4.2.7.2 OFÍCIO COAF Nº 5201/2005 .....	224
7.6.4.2.8 RELATÓRIO RECEITA FEDERAL .....	225
7.6.4.2.8.1 SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA. ....	225
7.6.4.2.8.2 DNA PROPAGANDA LTDA. ....	225
7.6.4.2.8.3 GRAFFITI PARTICIPAÇÕES LTDA. ....	227
7.6.4.2.8.4 PARTICIPAÇÕES LTDA. ....	227
7.6.4.3 CONCLUSÃO .....	227
7.7 OUTROS CONTRATOS PÚBLICOS DE MARCOS VALÉRIO .....	229
7.7.1 BANCO DO BRASIL E COLIGADAS .....	229
7.7.1.1 BANCO DO BRASIL .....	229
7.7.1.2 PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS .....	229
7.7.1.3 QUANTO AO CONTRATO .....	231
7.7.1.4 CONCORRÊNCIA 1.131/99 – CONTRATO VIGENTE ENTRE MARÇO/00 E SETEMBRO/03 .....	231
7.7.1.5 CONCORRÊNCIA 01/2003 – CONTRATO NO VIGENTE A PARTIR DE SETEMBRO DE 2003. ....	232
7.7.1.6 SUBJETIVIDADE NA CONTRATAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE .....	233
7.7.1.7 BONIFICAÇÃO DE VOLUME .....	235
7.7.1.8 BANCO POPULAR DO BRASIL .....	237
7.7.1.9 MINISTÉRIO DO ESPORTE .....	242
7.7.1.10 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A – ELETRONORTE .....	243
7.7.1.11 CÂMARA DOS DEPUTADOS .....	257

<b>7.7.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS OUTROS CONTRATOS PÚBLICOS DE MARCOS VALÉRIO</b> .....	264
<b>7.8 A DESTINATAÇÃO DOS RECURSOS</b> .....	265
<b>7.8.1. Comentários iniciais</b> .....	265
<b>7.8.2 O início das denúncias</b> .....	268
7.8.2.1 A Denúncia de Roberto Jefferson .....	268
7.8.2.2 Os depoimentos dos deputados José Múcio e Arnaldo Faria .....	270
7.8.2.3 O testemunho do Deputado Miro Teixeira .....	271
7.8.2.4 A denúncia da Deputada Raquel Teixeira .....	272
<b>7.8.3 A acusação contra José Dirceu</b> .....	272
<b>7.8.4. A ciência do Presidente Lula</b> .....	274
<b>7.8.5. Da finalidade dos repasses ilegais</b> .....	275
7.8.5.1. A acusação de repasses a fim de ampliar a base de sustentação do Governo .....	275
7.8.5.2. A acusação de repasses a fim de obter o voto favorável de Deputados a proposições de interesse do Governo Federal.....	280
<b>7.8.6. Da necessidade de corajosas soluções para os problemas apontados</b> .....	282
<b>7.8.7 A CPMI da Compra de Votos</b> .....	283
<b>7.8.8. Os destinatários dos recursos</b> .....	284
<b>7.9 MOVIMENTAÇÃO NO EXTERIOR (DUDA MENDONÇA)</b> .....	285
7.9.1 TRECHOS DE DEPOIMENTOS .....	286
7.9.2 CAMPANHAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES .....	288
7.9.3 PRIMEIRA CONTRADIÇÃO.....	291
7.9.4 SEGUNDA CONTRADIÇÃO.....	295
7.9.5 MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DA CONTA DUSSELDORF.....	299
7.9.6 OUTRAS DIVERGÊNCIAS CONSTATADAS ENTRE O DEPOIMENTO PRESTADO E OS DOCUMENTOS BANCÁRIOS ANALISADOS .....	304
7.9.7 OUTRAS SITUAÇÕES A SEREM INVESTIGADAS.....	305
7.9.8 OUTRAS INFORMAÇÕES.....	305
7.9.9 TIPIFICAÇÃO DAS CONDUTAS.....	306
<b>7.10. FURNAS</b> .....	307
<b>7.10.1 Metodologia de Medição Inadequada</b> .....	307
<b>7.10.2 Quantificação do débito</b> .....	309
<b>7.10.3 Lista de Dimas</b> .....	311
<b>7.10.4 Considerações Finais</b> .....	321

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4071</u>
Doc: _____

## 7. O ESQUEMA MARCOS VALÉRIO

### 7.1 INTRODUÇÃO

O episódio de espionagem nos Correios desencadeou uma série de acontecimentos que instaram o Congresso Nacional a assumir um papel destacado na apuração das irregularidades que se mostravam à sociedade brasileira. Cabe rememorar a seqüência de fatos e denúncias que iniciaram o processo: no dia 6 de junho de 2005, o então Deputado Roberto Jefferson, em meio às acusações de seu envolvimento com o esquema de corrupção flagrado nos Correios, fez declarações à imprensa que alteraram os rumos das investigações relacionadas ao caso. Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, Jefferson mencionou pela primeira vez à opinião pública o conceito do *Mensalão*, que se traduziria em repasses periódicos de recursos ilícitos a parlamentares e a partidos políticos.

Os repasses do *Mensalão* teriam sido realizados em 2003 e 2004 pelo então secretário de Finanças e Planejamento do PT, Delúbio Soares, e serviram para cooptação de políticos da base aliada do Governo, afirmava o então Deputado. No dia seguinte, o Sr. Delúbio Soares, acimado pelas denúncias, convocou entrevista coletiva à imprensa e negou peremptoriamente as palavras de Jefferson. Ocorreu uma sucessão de desmentidos, contradições e confissões públicas de ilegalidades, que forçou o então Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno, a abandonar o posto.

O que aconteceu em seguida é conhecido. O então Deputado Jefferson sustentou às denúncias em depoimento à Polícia Federal, ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, a esta CPMI dos Correios e à opinião pública. Aos poucos, detalhou, pormenorizadamente, o enredo dessa nociva prática de corrupção consagrada como *Mensalão*, que será descrita em detalhes. À época, o Deputado Jefferson admitiu a escassez de provas materiais, mas acusou a muitos e citou um nome, que, adiante, mostrou ser o vértice do esquema: o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza, empresário do ramo de publicidade e proprietário das agências DNA Propaganda e SMP&B Comunicação. Este era o Marcos Valério que fazia os repasses financeiros, sob auspícios do Sr. Delúbio Soares.

A CPMI dos Correios mergulhou em um universo inexplorado e centrou seu foco nas ações desse personagem até então obscuro no cenário político nacional. Descobriu no Sr. Marcos Valério um arquiteto de sofisticadas operações financeiras de distribuição de dinheiro a parlamentares. O empresário angariava recursos no setor público e privado e os repassava, por meio de suas agências de publicidade, às pessoas indicadas por Delúbio Soares. Havia o publicitário seduzido o Partido dos Trabalhadores com um mecanismo para arrecadar fundos, cuja gênese - como comprovou as investigações - se deu nas campanhas políticas desde 1997, mas se explicita com todas as suas características na campanha eleitoral de 1998 para o Governo do Estado de Minas Gerais, na qual saiu derrotado o hoje Senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG).

O empresário Marcos Valério engendrou uma verdadeira teia de relações com membros dos diversos partidos políticos, entre eles o partido do atual Governo e com autoridades públicas. Suas agências de publicidade possuíam contratos com a administração pública, incluindo os Correios, nosso foco primordial de investigação, o Banco do Brasil, a Eletronorte, o Ministério do Trabalho e o Ministério dos Esportes. São contratos firmados ao longo de diversos Governos. Todos eles

irregularidades, como procuraremos detalhar a seguir.

coleccionaram
RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: 4072
6
Doc:

Existem vínculos entre o faturamento e a movimentação financeira de suas agências de publicidade (particularmente SMP&B e DNA) e a consolidação do que viríamos a conhecer como o *esquema Marcos Valério*, expressão pela qual se batizou o mecanismo de financiamento de determinadas campanhas políticas. É precisamente o funcionamento deste esquema que este capítulo pretende desvendar. Evidentemente, ainda há aspectos que necessitam de luz, e as autoridades competentes hão de prosseguir na investigação dos fatos.

## **7.2 A ORIGEM DO ESQUEMA MARCOS VALÉRIO: A CAMPANHA DO PSDB/PFL EM MINAS GERAIS NO ANO DE 1998.**

A investigação conduzida pela CPMI dos Correios revelou extensa movimentação financeira das empresas e contas do Sr. Marcos Valério, familiares e sócios, explicitando um esquema de financiamento de campanhas eleitorais que atendeu a diversos políticos de diversos partidos.

Dois vetores orientaram os trabalhos desta CPMI: um, o de não adentrar a seara estadual, tantos seriam os casos a investigar; e outro, o de não deixar de investigar tudo que, de alguma sorte, estivesse relacionado ao que se denominou de *esquema Marcos Valério*.

Daí porque, desde o primeiro momento, assegurou-se que, pela natureza e originalidade, não se deixaria de enfrentar o ocorrido em Minas Gerais, nas eleições estaduais de 1998. Trata-se de um caso específico, que merece análise pormenorizada, principalmente por envolver o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza e suas empresas. E, nesse sentido, pelas mesmas características das operações e por ser o mesmo empresário de publicidade o principal agente, podemos afirmar que a CPMI encontrou, durante suas investigações, a origem do *esquema* em Minas Gerais – terra do publicitário Marcos Valério – particularmente por suas atividades no ano de 1997, na campanha do então Governador Eduardo Azeredo, do PSDB, à reeleição (hoje Senador Eduardo Azeredo). Descobriu-se ali o *DNA do esquema Marcos Valério*.

### **7.2.1 AS LIGAÇÕES DE MARCOS VALÉRIO**

Há evidências que Marcos Valério manteve relacionamento constante e intenso com o Senador Eduardo Azeredo, desde sua campanha a Governador de MG em 1998, embora a CPMI não tenha tido acesso aos sigilos telefônicos de 1997 a 1999, pois as operadoras de telefonia somente guardam dados dos últimos cinco anos.

Contudo, no período de julho de 2000 a março de 2003 ocorreram 135 ligações entre o Senador Azeredo e Marcos Valério, Cristiano de Mello Paz e a SMPB, conforme se comprova nos anexos deste relatório.

Além do Senador, seu irmão Álvaro Brandão Azeredo, que foi titular da SECOM de Minas Gerais durante a gestão do Senador Azeredo, manteve freqüentes contatos telefônicos com a SMPB.

Marcos Valério, indagado na CPMI da Compra de Votos pelo Senador Leonel Pavan (PSDB/SC) sobre o caso de Minas Gerais, assim se manifestou:

“O Sr. Claudio Mourão tinha uma procuração assinada pelo Senador Eduardo Azeredo. E o sr. Claudio Mourão, através do sr. Clésio Andrade, é que me pediu o recurso. E o Senador Eduardo Azeredo, com todo respeito e admiração que lhe tenho – é meu amigo pessoal – sabia do empréstimo” (grifamos).

Outro fato comprova de modo enfático a relação entre Marcos Valério e o Senador Eduardo Azeredo. Uma parte da dívida do Senador Azeredo com Cláudio Mourão foi paga, conforme depoimento de Claudio Mourão à Polícia Federal, por meio do cheque nº 7683, no valor de R\$ 700 mil reais, emitido pelo próprio Marcos Valério e por sua mulher, Renilda Santiago, em 18 de setembro de 2002, do Banco Rural de Belo Horizonte. Atesta-se de maneira inequívoca a relação íntima entre o Senador e Marcos Valério.

Personagem principal do esquema montado por Marcos Valério, a diretora financeira da SMPB Comunicação Simone Reis Vasconcelos, ocupou cargo de diretoria da Secretaria de Recursos Humanos e Administração no Governo de Minas Gerais na gestão de Eduardo Azeredo (PSDB). Não por coincidência, ela deixou o cargo no final de 1998, ao final do mandato de Azeredo, para trabalhar numa das agências de publicidade de Marcos Valério de Souza. Quando deixou o cargo no Estado de Minas Gerais, em dezembro de 1998, Simone ocupava o cargo de "diretora 3". Mais uma vez, não por coincidência, o secretário da pasta era Cláudio Mourão, que depois foi o tesoureiro da campanha à reeleição de Azeredo.

Outra figura emblemática em todo o *esquema Marcos valério* é o Sr. José Vicente Fonseca. Está registrado nos dados do sigilo bancário que a DNA e SMPB fizeram repasses ao Sr. José Vicente Fonseca no total de R\$ 2.687.967,83 (dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, novecentos e sessenta e sete reais e oitenta e três centavos).

Segundo Cláudio Mourão, José Vicente foi contratado para trabalhar na campanha à reeleição do então Governador Eduardo Azeredo ao governo de Minas Gerais. Segundo o tesoureiro da referida campanha José Vicente é dono das empresas ADSERVIS, SERTEC e ATTEMPO. Merece registro o fato de que a ATTEMPO teve como sócia a Sra. Denise Pereira Landim que atuou, juntamente com Cláudio Roberto Mourão da Silveira, no comitê financeiro da campanha, conforme seu depoimento à Polícia Federal em 12/01/2006.

José Vicente Fonseca confirmou ter sido contratado em 1998 pelo PSDB por meio do então tesoureiro de Azeredo, Cláudio Mourão. Segundo esta versão o objetivo do contrato seria alocar mão-de-obra para a campanha. Os repasses ao empresário José Fonseca são a primeira evidência de um pagamento direto de Valério para a campanha do Senador Azeredo. Além de fornecedor, Fonseca também foi doador da campanha tucana. Disse ter contribuído oficialmente, com registro na Justiça Eleitoral, com cerca de R\$ 700 mil por meio da empresa Sertec, a mesma que foi contratada por Mourão com recursos de Valério.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - -CORREIOS
Fls: 4073
8
Doc:

### Valores repassados diretamente da DNA e SMPB para a campanha

Bco	Ag	Conta	Titular	Nome	Data	Valor R\$
453	9	60022899	SMP&B	ATTEMPO*	03/09/1998	27.079,34
453	9	60022899	SMP&B	SERTEC**	03/09/1998	699.342,29
453	9	60022899	SMP&B	SERTEC	29/09/1998	560.480,00
453	9	60022899	SMP&B	José V. Fonseca	30/09/1998	653.566,20
453	9	60022414	DNA	José V. Fonseca	01/10/1998	40.075,04
453	9	60022899	SMP&B	José V. Fonseca	01/10/1998	607.424,96
453	9	60022899	SMP&B	José V. Fonseca	07/10/1998	100.000,00
TOTAL	-	-	-	-		2.687.967,83

(\*) ATTEMPO Atend Temp Rec Hum Eng Limpeza Ltda.

(\*\*) SERTEC Serviços Gerais Ltda.

Há que se registrar que o atual Vice-Governador de Minas Gerais, Clésio Andrade, fez parte das empresas SMP&B e DNA. Na primeira de 1996 a 1998 e, na segunda, de 1997 até 1998. Coincidentemente, seu afastamento das empresas se deu em 28 de julho de 1998, data em que foi avalista do primeiro empréstimo para a campanha do então Governador e hoje Senador Eduardo Azeredo à reeleição em MG. As investigações mostraram que existem repasses - no período eleitoral - para várias instituições ligadas ao vice-governador, quais sejam: Instituto João Alfredo Andrade (R\$ 1,6 milhões), empresa relacionada ao ensino superior, de propriedade de Clésio Andrade. Além disso, foram identificados outros repasses ligados ao Sr. Clésio Andrade, como por exemplo, os pagamentos feitos à Aristides França Neto, que recebeu da SMP&B o valor de R\$ 392.500,00.

### 7.2.2 EMPRÉSTIMOS PARA A CAMPANHA DE 1998: A MONTAGEM DO ESQUEMA

Durante a campanha eleitoral de 1998, a agência SMP&B Comunicação, do publicitário Marcos Valério, contraiu dois empréstimos no Banco Rural de Minas Gerais que foram destinados à campanha do então candidato do PSDB à reeleição, Governador Eduardo Brandão Azeredo - hoje Senador da República -, fato este reconhecido pelo coordenador da campanha, Sr. Cláudio Mourão da Silveira. Em um deles, frise-se desde logo, causou espécie que tenha sido quitado por valor bem inferior ao montante adquirido.

Costa da documentação investigada por esta CPMI que o primeiro empréstimo foi o Contrato de Mútuo nº 06.002289.9, firmado em 28 de julho de 1998, entre o Banco Rural e a SMP&B Comunicação Ltda., no valor de R\$ 2.300.000,00, tendo como devedores solidários os Srs. Marcos Valério Fernandes de Souza, Clésio Soares de Andrade, Ramon Hollerbach Cardoso e Cristiano de Mello Paz.

De acordo com os termos do contrato, o empréstimo tinha como garantia uma Nota Promissória e deveria ter sido pago em 6 de agosto de 1998. No dia 7 de agosto foi feita a renovação do contrato, nº 96.001136-3, pelo contrato 96.001137-1, também no mesmo valor, desta feita com vencimento em 24/08/1998, data em que foi quitado pela SMP&B. Já

de pronto cabe ressaltar a similaridade de procedimento que o Senhor Marcos Valério utilizará nas campanhas eleitorais de 2002 e 2004.

O segundo empréstimo a considerar para entendimento da gênese do *esquema Marcos Valério* é o Contrato de Mútuo nº 06.2241.4, firmado em 19 de agosto de 1998, entre o Banco Rural e a DNA Propaganda Ltda., no valor de R\$ 9.000.000,00, tendo como devedores solidários os Srs. Marcos Valério Fernandes de Souza e Ramon Hollerbach Cardoso (anexos contratos de mútuo).

Este segundo empréstimo deveria ter sido pago em 19 de outubro de 1998, o que não ocorreu. A dívida foi prorrogada três vezes, uma em 1998 e duas em 1999. No ano seguinte, em 2000, o Banco Rural entrou com ação judicial de cobrança. Em 11 de abril de 2003, a ação foi extinta por acordo. A dívida, que já estava em R\$ 13,9 milhões, segundo o cálculo judicial, foi liquidada, no referido acordo, com o pagamento pela DNA de apenas R\$ 2 milhões (anexo Processo 024001273242 – 1ª Instância).

Diferentemente do que foi afirmado perante à CPMI pelo Senador Eduardo Azeredo, foi sim o contrato entre a SMPB e a SECOM de Minas Gerais que suportou o empréstimo desde a primeira hora. Com efeito, estava previsto no contrato de mútuo aspecto fundamental para o real entendimento dos fatos:

*“... a garantidora dá ao Banco, neste ato, em caução/penhor e em favor do Banco Rural S/A, os créditos decorrentes do Contrato de Produção e Veiculação de Matéria Publicitária, conforme Edital de Licitação 001/95 e seus aditamentos de 07.05.97 e 04.10.97, firmado com o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social – SECOM”.*

Este é o caso que, por sua similitude, pode-se afirmar que serviu de *portfolio* para o ingresso de Marcos Valério no mundo do financiamento das campanhas políticas. Segundo Marcos Valério, o PSDB ficou inadimplente com ele (“levei um cano do PSDB”, declarou).

Além desses empréstimos, cópias dos contratos solicitados pela CPMI evidenciaram que há mais três empréstimos que não se sabe se foram destinados ao *esquema Marcos Valério* de Minas Gerais, pois não houve a quebra de sigilo da empresa tomadora dos recursos, a CARBO, apesar dela pertencer ao grupo econômico comandado por Marcos Valério.

Cláudio Mourão, em seu depoimento a esta CPMI, em 19/10/2005, confirmou que assumiu ambos empréstimos no Banco Rural. Porém, quanto ao primeiro, no valor de R\$ 2.300.000,00, repassou apenas R\$ 2.000.000,00, dos quais, R\$ 1.000.000,00 foram devolvidos em espécie após 15 dias, ficando devedor de R\$ 1.000.000,00.

Posteriormente, em agosto de 1998, recebeu mais R\$ 9.000.000,00. Em depoimento na Polícia Federal, Ramon Hollerbach Cardoso (sócio de Marcos Valério) ratificou tais dados, acrescentando que o interesse da SMPB era “reforçar o relacionamento com o governo do Estado de Minas Gerais”.

Em depoimento, Sr. Cláudio Mourão afirmou que o então Governador Eduardo Azeredo não sabia dos empréstimos (o que foi desmentido pelo próprio Marcos Valério em seu depoimento, como vimos acima). Alegou que não tencionava operar com caixa dois, fato que veio a ocorrer em razão da impossibilidade de se obter recursos para pagar os referidos financiamentos. Disse que foram gastos R\$ 20 milhões e não os R\$ 8,5 milhões declarados.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>10 4074</u>
Doc:

Sustenta que, passada a eleição de 1998, buscou o recebimento amigável do montante, tendo recebido do Senador apenas o valor de R\$ 700 mil em outubro de 2002. Esse valor, como vimos, foi pago por Marcos Valério, por meio do cheque 007.883. Marcos Valério, por sua vez, também foi ressarcido via Ministro Walfrido Mares da Guia. Esses dados estão nos depoimentos de Marcos Valério e Cláudio Mourão na Polícia Federal, respectivamente em 02/02/2006 e 12/01/2006.

O Sr. Mourão admite que todos os grandes doadores de campanhas políticas são motivados, no fundo, pelo seu interesse em negócios com o governo. Nega ter participado, entretanto, de qualquer negociação ou discussão nesse sentido no âmbito das campanhas em que trabalhou, não obstante haver ocupado elevados cargos de coordenação de campanha e na estrutura organizacional do Governo do Estado de Minas Gerais.

Um dado fundamental, no caso, e que é preciso ressaltar, foi que o próprio Mourão foi à Justiça em novembro de 2004, por meio de uma ação de indenização de perdas e danos contra o Senador Eduardo Brandão Azeredo e o Vice-governador Clésio Andrade, requerendo indenização de R\$ 3,5 milhões. Entretanto, em 3 de agosto de 2005, espantosamente um dia após a vinda espontânea do Senador Eduardo Azeredo a essa CPMI, a ação foi retirada (íntegra do processo enviada pelo STF à CPMI – Doc. 1230). Cabe perguntar: foi feito algum acordo?

No desempenho da função de tesoureiro, foi o responsável também pelo pagamento de valores não declarados ao publicitário Duda Mendonça, segundo depoimento do Sr. Cláudio Mourão na Polícia Federal em 12 de janeiro de 2006. A contratação de Duda Mendonça foi no valor de R\$ 4,5 milhões. Tal fato foi ratificado pelo depoimento de Marcos Valério na Polícia Federal em 02/02/2006. Na CPMI da Compra de Votos, Marcos Valério entregou recibo assinado por Duda Mendonça nesse valor.

Porém, na contabilidade da campanha, segundo Sr. Cláudio Mourão, só R\$ 700 mil foram registrados.

Voltando ao empréstimo, seu saldo devedor de R\$ 13.901.708,12 foi negociado em 11 de abril de 2003. Como forma de garantir a realização de novo empréstimo, foi liquidado com o pagamento de R\$ 2.000.000,00 por Marcos Valério, tendo a DNA acordado com o Banco Rural em pagar o restante com serviços de publicidade, conforme transcrição do depoimento de Marcos Valério em 9 de agosto de 2005:

***O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA*** – Há aí uma cronologia e também um motivo. Entenda bem, Sr. Deputado: em 1996, a SMP&B Publicidade estava numa dificuldade muito grande e devia muito dinheiro na praça. Nós, em 1996, junto com o Sr. Cristiano e Ramon, fomos atrás de um novo sócio. Esse novo sócio que nós localizamos era o Sr. Clésio Andrade Soares, que era da CNT, Presidente do PFL na época, e ele resolveu entrar, mas desde que a gente criasse um nova empresa, que se chama SMP&B Comunicação. E aí começa a SMP&B Comunicação.

*Em 1998, o Dr. Clésio Andrade resolve sair da SMP&B Comunicação, para se candidatar, junto com o Sr. Eduardo Azeredo, a Vice-Governador na chapa. Até aí, não tinha nenhum problema. Um dia eu recebo um telefonema à noite, na minha casa, do Sr. Clésio Andrade, falando que o Dr. Cláudio Mourão iria me procurar. Bom, quando o Cláudio Mourão me procurou, ele veio com a seguinte encomenda: 'Oh, o seu ex-sócio, Dr. Clésio Andrade, que faz parte da chapa junto com o PSDB, a campanha vai parar, e nós estamos precisando de recurso. Eu estou te falando a*

*verdade, puramente a verdade'. Ai eu falei assim: 'E o que você sugere?' 'Ele sabe que você tem relacionamento com o Banco Rural. Ele também, nas empresas dele, tem relacionamento com o Banco Rural. Então, ele acha que você poderia utilizar um empréstimo e utilizar esse empréstimo para ajudar a campanha'. Eu fiz esse empréstimo para utilizar na campanha, e o Sr. Cláudio Mourão foi quem determinou os pagamentos. Bom, aí que vem uma notícia que foi alardeada em Belo Horizonte – e o nobre Deputado Mauro deve saber dessa história – que o Dr. Clésio brigou literalmente comigo. Por quê? Porque, quando eu fui cobrar o empréstimo do Sr. Eduardo Azeredo e do Dr. Clésio, na época eu não coloquei isso na praça e todo o mundo achou que eu tinha literalmente roubado o Sr. Clésio. Se eu estou falando mentira, o senhor me corrija. Mas, na verdade, foi um empréstimo que eles não pagaram. E eu fiz um acordo com o Banco Rural e paguei dois milhões que eu tinha no caixa e o restante foi pago com propaganda junto ao Banco Rural, que é cliente até hoje, da SMP&B. Literalmente, foi isso que aconteceu em 1998. (grifamos)*

Não obstante tal negociação, os dados da movimentação bancária mostram que o Banco Rural continuou pagando os serviços de publicidade efetuados pelas empresas de Marcos Valério, por meio da SMP&B, colocando, assim, em xeque o argumento de que se negociou com prestação de serviços. A SMP&B recebeu R\$ 34 milhões no período de 2000 a junho de 2005. A referida negociação foi em abril de 2003, justamente o ano em que os repasses alcançaram maior cifra, R\$ 13 milhões, conforme abaixo:

**Valores pagos pelo Banco Rural a SMP&B**

Ano	Valor (R\$)
2000	6.553.165
2001	1.466.376
2002	11.437.913
2003	13.887.385
2004	573.570
2005	433.288
<b>TOTAL</b>	<b>34.351.697</b>

Fonte: Banco Rural

É preciso fazer uma ressalva sobre a investigação do período relativo à campanha de 1998. Embora a análise da movimentação bancária seja fundamental para desvendar a origem e o destino dos recursos que transitaram nas contas das empresas de Marcos Valério, os dados enviados nesse período estão incompletos, na conta particular de Marcos Valério há pouco mais que 56 lançamentos entre 1997 e 1999, o que é absolutamente insignificante.

Outro fator limitante é a ausência de identificação dos lançamentos da SMPB e DNA. É importante registrar que entre maio e novembro de 1998 o Banco Rural deixou de informar a identidade dos depositantes de R\$ 26 milhões efetuados por meio de 300 depósitos. De igual modo, não estão identificados R\$ 3 milhões de beneficiários dos recursos. Há, inclusive, um depósito de R\$ 5,6 milhões, efetuado no dia 03/09/1998 cujo destino é a DNA. Esse valor segue o mesmo fluxo dos empréstimos, qual seja:

Entrada na	03/2005 - CN -
CPM+ -	CORREIOS
FIS: 12	4075
Doc:	

conta corrente 60022414 da DNA no Banco Rural e é movimentado para a conta da SMPB 60022899 e de lá é pulverizado com cheques da SMPB para ela mesma.

São vultosas quantias que o Banco Rural se comprometeu em informar, porém, até o dia 10 de fevereiro de 2006, tais dados não foram apresentados. Para dimensionar a magnitude de tais fatos, é cabível exemplificar com os maiores depósitos cujos autores são ignorados:

#### Amostra de 6 depósitos dos 300 sem identificação

Banco	Agência	Conta	Beneficiário	Bco	Banco	Valor (R\$)	Data
53	009	60022899	SMP&B	41	Bco Alvorada	1.500.000,00	24/8/1998
53	009	60022899	SMP&B	48	BEMGE	1.000.000,00	25/8/1998
53	009	60022414	DNA	44	Banco Cidade	5.600.000,00	03/9/1998
53	009	60022414	DNA	01	Banco do Brasil	1.000.000,00	21/9/1998
53	009	60022414	DNA	30	Unicard Bco Multiplo	1.000.000,00	24/9/1998
53	009	60022899	SMP&B	01	Banco do Brasil	1.000.000,00	5/10/1998
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	<b>11.000.000,00</b>	-

#### O Esquema Marcos Valério - fontes de recursos

O *Esquema Marcos Valério*, em toda a sua amplitude, contemplou empréstimos bancários para serem pagos, no País ou no exterior, ou mesmo para não serem liquidados (o que a continuidade das investigações será capaz de comprovar), mas também teve base em publicidade com os setores público e privado (não realizada ou superfaturada), e nos repasses a partidos políticos alegando serem empréstimos, como se pretende aqui comprovar. Fato é que com os movimentos feitos concomitantemente ou não, o *esquema* começou a funcionar, até onde se tem notícia, na **campanha eleitoral de Minas Gerais de 1998**.

A idéia de que os empréstimos poderiam ser uma trucagem do publicitário para impedir o conhecimento dos meandros de seus negócios vai deixando de ser uma hipótese, frente à inequívoca papelada investigada no âmbito desta CPMI, que além dos empréstimos já do conhecimento da sociedade e analisados a miúdo neste relatório, há na CPMI dos Correios cópias de outros **98 contratos de empréstimo de 1998**, cópias enviadas pelo Banco Rural, destinados às empresas de Marcos Valério ou a outras empresas e pessoas físicas, que tiveram seu aval, no período de 1997 a 1999.

Destes 98 empréstimos, 3 têm com o avalistas Marcos Valério e Clésio Andrade, que não se sabe se foram destinados ao *esquema Marcos Valério*, pois não houve a quebra

do sigilo da empresa tomadora dos recursos, a Carbo Artefatos de Borracha Ltda, apesar de pertencer ao Grupo Econômico de Marcos Valério. Já o sigilo das empresas de Marcos Valério registra o repasse de R\$ 2,1 milhões para essa empresa durante o período eleitoral de 1998.

Após uma série de mudanças societárias envolvendo a Carbo Artefatos (de Clésio Andrade), a empresa Holding Brasil e a Star Alliance Participações, cujos sócios são os Srs. Marcos Valério, Ramon Hollembach e Cristiano Paz, recompôs-se a sociedade e a Carbo Artefatos obteve três empréstimos junto ao Banco Rural, tendo como avalistas Marcos Valério e Clésio Andrade, totalizando entre julho e agosto de 1998 o valor de R\$ 5 milhões. Merece registro, além dos três empréstimos mencionados, mais dois 'contratos de mútuo' firmados entre a DNA e o Banco Cidade, conforme abaixo demonstrado:

Titular	Empresa	Contrato	Valor (R\$)	Data
Banco Rural	CARBO	91.00382-8	1.000.000	15/07/1998
Banco Rural	CARBO	91.000387-9	1.000.000	29/07/1998
Banco Rural	CARBO	91.000390-9	3.000.000	10/08/1998
Banco Cidade	DNA	072979-93	3.000.000	03/09/1998
Banco Cidade	DNA	072980-27	3.000.000	03/09/1998
Total	-		11.000.000	

Nota: Em todos os contratos o Sr. Marcos Valério aparece como avalista, sempre junto com um ou mais de um de seus sócios.

A movimentação financeira dos empréstimos tomada pela DNA no Banco Cidade evidencia que foram recursos destinados (já em 1998) ao *Esquema Marcos Valério*. As dúvidas quanto ao *esquema* e sua origem deixam de existir em razão de dois importantes documentos disponíveis na CPMI dos Correios: um correspondência da DNA dirigida à SECOM solicitando a transferência do domicílio bancário para "o Banco Rural S/A, Agência 0009 Assembléia, Belo Horizonte, situada à Av. Olegário Maciel, conta empréstimo n° 06002241-4" (essa correspondência foi assinada pelo Sr. Eduardo Guedes neto, então Secretário de Comunicação Social do governo mineiro); e uma outra do Banco Rural destinada à SECOM, informando que o contrato (daquela Secretaria) tinha sido dado em garantia de empréstimo.

Todo o debate envolvendo o então candidato à reeleição, atual Senador Eduardo Azeredo, está referenciado nas responsabilidades, se suas, ou do então tesoureiro da sua campanha, Cláudio Mourão. Cabe observar que embora tivesse como responsável pela campanha o seu tesoureiro, a Lei n° 9.504/97, já em vigor na época da disputa de 1998, dispõe no art. 21, que "o candidato é o único responsável pela veracidade das informações financeiras de sua campanha".

Segundo depoimento do Sr. Cláudio Mourão à Polícia federal, em 12 de janeiro de 2006, no desempenho da função de tesoureiro, foi ele também o responsável pelo pagamento de valores não declarados ao publicitário Duda Mendonça.

As tentativas infrutíferas do Senador Eduardo Azeredo de manter distância do publicitário Marcos Valério e de seu *esquema* não se sustenta nos fatos. Há evidências concretas deste relacionamento com o senador, pois embora esta CPMI não tenha o sigilo telefônico de 1997 a 1999 (as operadoras só guardam dados dos últimos cinco anos), no período de julho de 2000 a março de 2003 ocorreram 135 ligações telefônicas

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4076
14
Doc:

senador Azeredo e os Srs. Marcos Valério, Cristiano de Mello paz e a SMP&B. Mais especificamente, 51 ligações deste total ocorreram entre o Senador Eduardo Azeredo e o publicitário Marcos Valério.

Além do Senador Azeredo, seu irmão Álvaro Brandão, que à época se sua gestão no Executivo de MG era responsável pela SECOM, mantém freqüente contato telefônico com a SMP&B e com Gino Luiz Murta, funcionário daquela agência de publicidade.

Uma outra demonstração dos elos do Senador com o *esquema Marcos Valério* reside na afirmação do tesoureiro Cláudio Mourão, de que após as eleições (ao buscar o recebimento referente a 98 veículos, sendo 95 novos e 3 usados), o tesoureiro destacou que tal aquisição se deu com o consentimento dos candidatos (entre eles o Senador), junto à empresa Locadora de Automóveis União, de propriedade de seu filho Guilherme Machado Silveira. E aqui, mais uma vez, Marcos Valério foi o caixa.

Em relação às fontes do *esquema*, mais uma vez a dúvida entre os entes públicos e empresas privadas, a análise das contas do Sr. Marcos Valério, nos anos de 1997, 1998 e 1999 podem dar um bom indicativo dessa composição, em ordem de grandeza, como se vê no quadro abaixo (do conjunto investigado, optou-se por listar os 10 maiores):

Entidade	1997	1998	1999	Total (R \$)
TELESP	18.239.196	18.728.023	344.986	37.312.205
FUNDACENTRO	10.970.128	14.062.962	9.291.911	34.325.001
BANCO RURAL	11.313.000	20.152.662	610.000	32.076.662
BANCO DO BRASIL	11.429.111	8.172.632	11.200.981	30.802.724
TELEMIG	4.440.142	5.703.936	18.455.803	28.599.881
SEC.FAZ. DE MG	0	13.122.969	0	13.122.969
BANCO CIDADE	0	6.000.000	0	6.000.000
USIMINAS	517.552	497.204	3.264.771	4.279.527
CEMIG	20.000	2.812.167	1.912.297	4.744.464
Subtotal	56.929.129	89.252.555	45.080.749	191.262.433
Outros	2.985.299	16.219.757	1.251.640	20.451.702
Total	59.914.428	105.472.312	46.332.389	211.714.135

O Governo de Minas Gerais é o sexto maior alimentador das contas de Marcos Valério no período de 1997-1998. Os repasses do BEMGE, por exemplo, foram bem pontuais, ocorreram tão somente entre maio e setembro de 1998. A COPASA e a COMIG realizaram um único depósito de R\$ 1,5 milhões em agosto de 1998.

Dois aspectos finais, presentes na documentação disponível na CPMI dos Correios devem estar ressaltados no texto deste relatório Final:

- (1) Em 26 de dezembro de 2003 foram firmados dois contratos com o Governo de Minas Gerais, um com a SMP&B e o outro com a DNA (R\$ 12.600.000 e R\$ 3.600.000, respectivamente). Com os aditamentos de 25% esse total alcançou o valor anual de R\$ 20.250.000. Em razão do advento da CPMI os referidos contratos foram suspensos; e
- (2) Antes de serem suspensos, houve tempo para um empréstimo entre o Banco Rural e a SMP&B, fato que revela vínculo entre essa empresa e membros do executivo e legislativo mineiro (valor: R\$ 707.000,00 –

firmado em 28/03/2005). Os avalistas deste empréstimo são Sr. Danilo de Castro, Secretário de Governo de Minas Gerais, e o deputado Estadual Mauri Torres, presidente da Assembléia Legislativa.



Contudo, em que pesem tais dificuldades, as provas coletadas e os depoimentos prestados permitem a conclusão inevitável que Marcos Valério e o PSDB, em Minas Gerais, no ano de 1998, durante a campanha para o governo mineiro, inauguraram um novo esquema de financiamento de campanha que depois foi estendido com a participação de Delúbio Soares.

Os empréstimos bancários, garantidos a partir de contratos de publicidade oficiais ou não, foi a saída encontrada para efetuar tais financiamentos. A estrutura é exatamente a mesma repetida anos mais tarde para financiar o PT e outros partidos.

Contudo, a situação da campanha de 1998 complica-se pelo fato de existir sérias evidências que houve transferência de recursos públicos para o *esquema Marcos Valério*.

Veremos, a seguir, os contratos de Marcos Valério com os governos Federal e de Minas Gerais, ambos à época geridos pelo PSDB, que contêm graves indícios de irregularidades.

### **7.2.3 CONTRATOS DE MARCOS VALÉRIO COM OS GOVERNOS DO PSDB EM MINAS GERAIS E COM O GOVERNO FEDERAL NO PERÍODO**

Do mesmo modo que os mecanismos acima descritos, as suspeitas sobre desvios de recursos públicos para abastecer as contas das empresas de Marcos Valério são abundantes nos governos mineiro e federal do PSDB. Assim, foi possível identificar que vários órgãos da estrutura do executivo estadual e federal alimentaram as contas das empresas de Marcos Valério, destacando-se a Secretaria da Fazenda de MG que no período de março a setembro de 1998 repassou a Solimões Publicidade R\$ R\$ 13 milhões, não houve repasses em 1997 e 1999 por parte da SEFAZ-MG.

O Banco BEMGE repassou à DNA, por meio de 12 depósitos entre maio e novembro de 1998, o valor de R\$ 1,7 milhões. Há evidências de que a Companhia de Desenvolvimento Econômico (Comig) e a Companhia de Saneamento (Copasa) de Minas Gerais repassaram R\$ 3 milhões para a SMP&B, que deveria organizar o Enduro da Independência, em 1998, com sérios indícios de superfaturamento e serviços não prestados. A CEMIG repassou R\$ 2 milhões entre junho e dezembro de 1998.

Entes federais destacam-se Banco do Brasil, tendo repassado em 1997 R\$ 11,6 milhões; em 1998 R\$ 8,3 milhões; e em 1999 R\$ 10,9 milhões. Já a Fundacentro, em 1997 repassou R\$ 8,5 milhões; em 1998 R\$ 12,1 milhões; e 1999 R\$ 1,3 milhões.

#### **7.2.3.1 CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais**

A SMP&B é alvo do Ministério Público estadual de Minas Gerais que investiga pagamento de R\$ 1.673.981.90, em 21 de outubro de 1998, feito pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG à SMPB Publicidade.

Encontra-se nessa CPMI os 13 volumes referentes ao Procedimento Investigativo 131/2005 (DOC 868). Há nos autos o julgamento da Concorrência CEMIG RP/PB nº 001/96, no qual consta a classificação das 8 agências classificadas para atender o governo de MG, dentre elas 3 eram de Marcos Valério: em primeiro lugar consta DNA; em segundo lugar SMPB; e em sexto a Feeling Propaganda. Há depoimentos e peças investigatórias a respeito do repasse da CEMIG à SMPB no dia 21 de outubro de 1998, como pagamento pela produção de revistas, folhetos e cartazes destinados a uma campanha de divulgação do uso eficiente de energia. No dia seguinte ao depósito, a SMPB transferiu R\$ 1.162.459,28

em DOCs para contas de diversos candidatos no Estado. (Procedimento Investigativo 131/2005).

Outro episódio investigado pelo Ministério Público de MG foi o fato da CEMIG ter apresentado como comprovação notas fiscais da Graffar Editora Gráfica Ltda. no valor de R\$ 1,4 milhão. Depoimentos mostram que essa empresa foi registrada em novembro de 1997 em nome de Cláuber Gilberto Denucci Miranda e de seu cunhado Willer Henrique Nunes de Andrade, ambos testemunharam que emprestaram seus nomes para a abertura da empresa, a pedido de uma amiga, Cleonice, irmã de Cleiton Melo de Almeida, ligado a Cláudio Mourão (ratificado pelo depoimento de Mourão nessa CPMI). Consulta realizada em 8 de fevereiro de 2006 no sistema CNPJ da Receita Federal registra que Cleiton Melo de Almeida é atualmente sócio dessa empresa, juntamente com Marcos Almeida Nunes.

### 7.2.3.2 ENDURO DA INDEPENDÊNCIA

Há, da mesma forma, evidências de que a Companhia de Desenvolvimento Econômico (Comig) e a Companhia de Saneamento (Copasa) de Minas Gerais repassaram R\$ 3 milhões para a SMP&B, que deveria organizar o Enduro da Independência, em 1998, com sérios indícios de superfaturamento e serviços não prestados.

A respeito de tal contrato, encontram-se nessa CPMI auditorias oriundas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e da Secretaria de Fazenda de Minas Gerais que tratam dos gastos de publicidade; Procedimento Investigativo no 131/2005 do Ministério Público de Minas Gerais; e extrato da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal no Supremo Tribunal Federal (Ministro Relator Carlos Ayres de Brito – Diário de Justiça de 11/12/2003 Página 00014).

O Tribunal de Contas de Minas Gerais investigou a aplicação de recursos na área de publicidade oriundos da Companhia Mineradora de Minas Gerais – COMIG e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, que repassaram R\$ 3 milhões para a SMPB a fim de organizar eventos esportivos, tendo os referidos pagamentos ocorrido em agosto e setembro de 1998.

Técnicos do TCMG questionaram os responsáveis pela SECOM em 1998, os Srs. Álvaro Brandão Azeredo e o Sr. Eduardo Pereira Guedes Neto, uma vez que partiram da SECOM as ordens para as duas entidades desembolsarem R\$ 1,5 milhões cada; também foram ouvidos os Srs. José Cláudio Pinto de Rezende e Ruy José Vianna Lage, dirigentes à época da COMIG e da COPASA acerca de despesa paga à SMPB no valor de R\$ 3.000.000,00 à título de prestação de serviços de propaganda, quando se referia a eventos esportivos (Enduro Internacional da Independência, Iron Biker e Mundial de Supercross) por não ter sido comprovada a efetiva prestação de tal serviço.

O exame técnico constatou que a participação financeira do governo no evento Enduro foi feita, até 1998, diretamente pela SECOM, por meio dos seguintes valores: R\$ 50.000 em 1995; R\$ 50.000 em 1996; R\$ 250.000 em 1997; e saltou para R\$ 3.000.000 em 1998. Ainda, de acordo com a equipe técnica: “a cota patrocínio para esse evento, no ano de 1998, sofreu aumento nominal na ordem de 1.100%, em relação ao exercício de 1997 e de 5.900% em relação aos exercícios de 1995 e 1996”.

Os gestores foram ouvidos em audiência, paradoxal foi a alegação de defesa apresentada pela COMIG: “Sendo a COMIG uma sociedade de economia mista, de que o Estado de Minas Gerais é controlador com a quase totalidade das ações, não se pode

PROS nº 03/2005 - CN  
CPMI CORREIOS  
4078  
Ms:  
Doc:  
18

desconsiderar o fato de que quem manda na empresa é o Governo de Minas” e que não só houve determinação governamental expressa e por escrito, como foi fixado o montante do dispêndio e designada a empresa destinatária dos recursos. O ofício sugere até que para “respaldo” da decisão, fossem ouvidos os órgãos de direção da Empresa, “posteriormente”, para simples “homologação”.

Quanto à COPASA, alegou que a SECOM tem a competência para controlar as atividades de publicidade e sendo ela a determinadora de tal montante ao evento, entendeu o gestor estar amparado pela legislação. Quanto ao significativo valor gasto com publicidade em relação a outros exercícios, ficaram silentes, o que demonstra a ausência de justificativa para tamanha diferença e dispêndio.

Em depoimento prestado junto a Polícia Federal, em 12 de janeiro de 2006, Ruy José Vianna Lage, então Presidente da COPASA, disse que não sabia que a SMPB era a empresa de publicidade que receberia tal recurso, mesmo porque era a ASA Comunicação a empresa responsável pela publicidade da COPASA. Disse que não era favorável que o patrocínio fosse arcado pela COPASA, razão pela qual solicitou que a SECOM o fizesse formalmente (anexo depoimento).

Ainda no que concerne ao valor de R\$ 3 milhões para o patrocínio, equipe do TCMG diligenciou a Trail Clube Minas Gerais que respondeu não ter recebido recursos do governo Estadual uma vez que os custos são repassados para as agências de publicidade. Os dados do sigilo bancário mostram que, de fato, a Trail Clube Minas Gerais, assim como a Confederação Brasileira de Motociclismo receberam recursos da SMPB, entretanto, é preciso enfatizar tal aspecto, os valores são incompatíveis com o valor do patrocínio, conforme dados abaixo retirados da base de dados da CMPI:

#### Valores repassados pela SMP&B

Entidade	Data	Valor (R\$)
Trail Clube Motos Minas Gerais	02/09/1997	30.000,00
Confed. Brasileira de Motociclismo	01/07/1997	20.500,00
Trail Clube Motos Minas Gerais	23/07/1998	12.000,00
Trail Clube Motos Minas Gerais	24/08/1998	14.800,00
Trail Clube Motos Minas Gerais	31/08/1998	14.900,00
Confed. Brasileira de Motociclismo	11/11/1998	10.000,00
Trail Clube Motos Minas Gerais	02/09/1999	15.000,00
Confed. Brasileira de Motociclismo	21/01/1999	10.000,00
<b>Total</b>	-	<b>127.200,00</b>

Além daquela Corte de Contas, o Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública por atos de improbidade administrativa contra o Senador Eduardo Brandão de Azeredo e outros dez réus, com base nas Leis n°s 7.347/85 e 8.429/92, com pedido de indisponibilidade de bens até o limite de R\$ 12.080.000,00. Tal ação foi fruto do Inquérito Civil Público 04/00 que concluiu “estar demonstrado que os réus, em comunhão de esforços e unidade de desígnios, alguns deles ocupantes de cargos de alto escalão da Administração Pública Estadual, no Município de Belo Horizonte, entre os dias 25/05/1998 e 04/09/1998, promoveram a transferência, através de dois Órgãos da Administração

Indireta do Estado de Minas Gerais, COPASA e COMIG, da importância de R\$ 3.000.000,00 para uma empresa privada, a SMPB Publicidade”.

Os réus na ação são: EDUARDO BRANDÃO DE AZEREDO; CLÉSIO SOARES DE ANDRADE; EDUARDO PEREIRA GUEDES NETO; JOSÉ CLÁUDIO PINTO DE REZENDE; RUY JOSÉ VIANNA LAGE; CRISTIANO DE MELLO PAZ; MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA; RAMON HOLLERBACH CARDOSO; SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA; SOLIMÕES PUBLICIDADE LTDA; HOLDING BRASIL S/A.

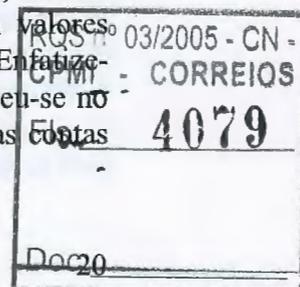
Dizem os procuradores: “tendo os cheques correspondentes ao numerário sido depositados no Banco Rural, na conta corrente de terceira empresa, a SMPB Comunicação Ltda., tudo sem o competente e prévio procedimento licitatório, e sem a necessária formalização do ato através de contrato administrativo (art. 37, XXI da CF). (...) Na época dos fatos, o primeiro requerido ocupava o cargo de Governador do Estado de Minas Gerais e foi exatamente na condição de ordenador de despesas que teria determinado, de forma ilegal, o pagamento da referida importância com o suposto fim de patrocinar o evento denominado Enduro da Independência de 1998. A empresa SMP&B Comunicação Ltda participou da campanha eleitoral majoritária de 1998 do então candidato a Governador do Estado de Minas Gerais, EDUARDO BRANDÃO AZEREDO e a Vice-Governador, CLÉSIO SOARES ANDRADE, ambos réus nesta ação. Este último, vinte dias antes da liberação da milionária importância, detinha, através de outra empresa de que era o sócio controlador, a HOLDING BRASIL S/A, a maior parte do capital da empresa requerida SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA. Tais atos, além de afrontar os princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública, causaram prejuízo ao Erário e importaram enriquecimento ilícito em favor de quem os praticou”.

O desfecho da ação é fundamental para se entender e comprovar (o valerioduto) a gênese do *esquema Marcos Valério*, na forma como inaugurado em Minas Gerais, durante o governo de Eduardo Azeredo. Advirta-se: será a primeira condenação judicial que atestará o desvio de dinheiro público para financiamento de campanha promovido por Marcos Valério.

### **7.2.3.3 Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro – Ministério do Trabalho**

O TCU investigou o contrato de publicidade firmado entre a Fundacentro e a SMP&B São Paulo Comunicação Ltda. Em despacho de novembro de 2005, após a análise das alegações de defesa dos responsáveis pela Fundacentro à época, o TCU concluiu pela irregularidade das contas da Fundacentro e pela devolução de valores face às graves irregularidades constatadas (TC 010.556/2003-1).

Trata-se a FUNDACENTRO de uma autarquia federal ligada ao Ministério do Trabalho, que está sendo objeto de ações judiciais, nas quais se investiga a contratação das empresas Quality e SMP&B, de Marcos Valério, existindo neste caso evidências de licitação fraudada, pagamentos sem comprovação de serviços, superfaturamento de preços etc. Os pagamentos, feitos no Governo FHC para as duas empresas de 1997 a 1999, somam mais de R\$ 24,9 milhões (ou aproximadamente cerca de R\$ 42 milhões em valores atualizados), dos quais mais de R\$ 5 milhões teriam sido desviados diretamente. Enfatize-se, a propósito, que a maior parte deste fluxo (em direção às empresas citadas) deu-se no segundo semestre de 1998, quando as empresas de Marcos Valério abasteceram as contas da campanha do PSDB, em Minas Gerais.



Ainda sobre o assunto, há dois processos tramitando na 11ª Vara Civil da 1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo Justiça Federal, quais sejam: Ações de Improbidade Administrativa 2001.61.00.031706-2 e 2002.6100.008642-1.

A gênese dessa contratação, descrita com riqueza de detalhes pela Procuradora da República Isabel Cristina Groba Vieira, dá conta que em 11 de junho de 1996 o assessor de comunicação José Carlos Castilha Crozera, agindo sob determinação direta do Presidente da Fundacentro, Humberto Carlos Parro, solicitou a contratação de agência de publicidade para a execução de campanha educativa junto à mídia para divulgação de assuntos voltados à saúde e segurança do trabalhador, com estimativa de custo de R\$ 9 milhões com recursos do FAT. Despesa essa autorizada por Marco Antonio Seabra de Abreu Rocha, então Diretor Administrativo e Financeiro da Fundacentro.

Em 18 de junho de 1996, o Sr. Crozera informou ao Presidente que haveria dotação disponível de R\$ 15 milhões. Sem qualquer motivação para a ampliação da despesa com publicidade, o Sr. Humberto Carlos Parro manifestou-se favoravelmente ao aumento da despesa. Porém, no orçamento da Fundacentro, a disponibilidade orçamentária para a contratação de serviço de pessoa jurídica naquele exercício era de R\$ 9.098.192,89, sem qualquer previsão de gastos com publicidade. Não obstante tal determinação contida no procedimento administrativo nº 1184/96, foi dado prosseguimento à realização da despesa, sendo realizada a Concorrência 003/96.

Entre as irregularidades constatadas estão o desaparecimento dos documentos de habilitação das propostas técnicas e das propostas de preços das empresas que participaram do certame licitatório, bem como as atas de julgamento. Não obstante tais fatos, a Procuradora da República de São Paulo registra que nenhuma providência de ordem disciplinar foi adotada pelo Presidente Humberto Carlos Parro para apurar a responsabilidade dessas ocorrências. Fizeram parte da Comissão Especial de Licitação três integrantes dos quadros da Fundacentro, entre eles, dois são réus no processo: Marco Antonio Seabra de Abreu Rocha e José Carlos Castilha Crozera.

Segundo a procuradora, esses dois servidores passaram a atuar ativamente na execução dos referidos contratos, no âmbito dos quais promoveu-se, com a participação de Humberto Carlos Parro, desvio de recursos públicos.

Essa licitação, Concorrência nº 003/96, cujos documentos desapareceram, teve como vencedoras as empresas SMP&B São Paulo Comunicação Ltda e Quality Comunicação Ltda., embora os licitantes RC Propaganda Ltda e Ênio Mainardi Propaganda Ltda. tivessem apresentado proposta mais vantajosa. Não obstante a ausência de ata da reunião de julgamento das propostas de preços, e mesmo estando evidenciadas na leitura dos autos da Concorrência nº 003/96, tais irregularidades, o Presidente Humberto Carlos Parro, atuando de forma direta para a consumação da fraude à licitação, homologou e ratificou o relatório final do certame e a conseqüente adjudicação do objeto da licitação, em 25/03/1997 (fls. 15 do Processo 2002.61.00.008642-1).

Mesmo com essa mácula, o contrato foi assinado em 10/04/1997, com prazo de 12 meses, entre a Fundacentro e a SMP&B São Paulo Comunicação Ltda e Quality Comunicação Ltda, com R\$ 7,5 milhões para cada empresa. Foi aditado em junho de 1997, modificando a cláusula 3ª do Contrato, estabelecendo nova forma de pagamento, ou seja, foi instituído um percentual não previsto no edital para determinados serviços, qual seja: “10% de honorários sobre serviços que geram veiculação, sobre o custo dos serviços internos e sobre serviços especiais”. O segundo e terceiro aditivos prorrogaram a vigência para mais 12 meses cada um.

Entretanto, os valores gastos com as duas empresas, foram da ordem de R\$ 34.097.082,64, sendo R\$ 22.024.317,55 para a SMP&B e R\$ 12.066.771,09 para a Quality, assim distribuídos:

Exercício	Quality Comunicação Ltda	SMP&B São Paulo Comunicação Ltda	Total/exercício
1997	4.400.058,29	8.529.232,29	12.931.287,58
1998	5.110.716,71	12.111.048,73	17.223.763,44
1999	2.555.996,09	1.384.036,53	3.942.031,62
Total/agência	12.066.771,09	22.024.317,55	34.097.082,64

Quanto à execução do contrato, foi identificado o recebimento de R\$ 654.576,92 pela SMP&B e R\$ 91.388,40 pela Quality a título de honorários, tendo constado no processo disciplinar administrativo que os pagamentos foram efetuados com base em "ajuste verbal" entre os representantes das empresas e da Fundacentro (fls. 61 do Processo 2002.61.00.008642-1).

O elenco de irregularidades encontradas vai desde fraude em documento fiscal, tendo sido encontradas notas fiscais em que as vias fixas da gráfica (Gráfica Braga Editora – Fls. 35 do 2002.61.00.008642-1) estavam em nome de outro cliente e não da Fundacentro, até a comprovação de serviços sem a realização dos mesmos.

Os dados que seguem são os resumos dos achados de auditoria com a análise das alegações de defesa dos responsáveis pelas irregularidades, uma vez que os mesmos já foram devidamente citados e todas as peças juntadas ao TC 010.556/2003-1.

**1) Pagamentos de honorários às empresas SMP&B e Quality efetuados ao arrepio das disposições estatuídas na Cláusula Terceira de ambos os contratos, com as alterações introduzidas pelo primeiro aditivo contratual celebrado em julho de 1997**

Os débitos, em valores históricos, imputados às empresas Quality e SMP&B podem ser assim resumidos:

Ocorrência	Valor histórico imputado à SMP&B	Valor histórico imputado à Quality
Pagamentos de honorários de 10% sobre o custo de serviços necessários à estratégia de divulgação (serviços que geram veiculação) em desacordo com a Cláusula Terceira, Parágrafo Primeiro, Inciso I, do I Termo Aditivo ao Contrato.	R\$ 321.067,47	R\$ 53.280,75
Pagamentos de honorários de 10% sobre o custo de serviços internos em desacordo com a Cláusula Terceira, Parágrafo Primeiro, Inciso IV, do I Termo Aditivo ao Contrato.	R\$ 3.753,75	R\$ 6.930,00

RQS nº 03/2005 - CN -  
 CPM+ - CORREIOS  
 FIS. 4080  
 22  
 Doc:

Pagamentos de honorários de 10% sobre o custo de serviços especiais (pesquisa, programação visual, promoção, etc.) em desacordo com a Cláusula Terceira, Parágrafo Primeiro, Inciso III, do I Termo Aditivo ao Contrato.	R\$ 329.755,70	R\$ 31.177,65
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 654.576,92</b>	<b>R\$ 91.388,40</b>

As alegações de defesa das duas agências de publicidade, quanto às controvérsias sobre os pagamentos indevidos de honorários, tanto em relação à SMP&B quanto em relação à Quality, giram em torno dos mesmos incisos I, II, III e IV da cláusula 3ª do 1º Termo Aditivo dos respectivos contratos. Esses dispositivos dispõem o seguinte, *in verbis*:

*Pelos serviços prestados, a AGÊNCIA será remunerada, ainda, de acordo com a negociação realizada no processo licitatório, a saber:*

*honorários de 0% (zero por cento) sobre o custo comprovado de trabalhos executados por terceiros e que sejam necessários à execução da estratégia de divulgação aprovada pela FUNDACENTRO, excluídos os trabalhos internos. Esses honorários serão calculados sobre o preço líquido, assim entendido o preço efetivamente faturado, dele excluído o valor dos impostos, e somente incidirão sobre serviços que proporcionem comissões à AGÊNCIA.*

*honorários de 10% (dez por cento) sobre o custo comprovado de trabalhos executados por terceiros, a que se refere o item anterior, quando os serviços não proporcionem comissões de veiculação à AGÊNCIA.*

*honorários de agenciamento de 0% (zero por cento) sobre o custo comprovado de serviços especiais de assessoria de imprensa, relações públicas, pesquisa, promoção, programação visual e outros necessários às atividades de comunicação da FUNDACENTRO.*

*descontos de 100% (cem por cento) sobre os custos internos, baseados na tabela do Sindicato de Agências de Propaganda da sede da AGÊNCIA ou São Paulo, recaindo a escolha sobre a tabela que apresentar o menor preço.*

*percentual máximo de 40% (quarenta por cento) sobre o custo comprovado de cachê original a ser pago, pela FUNDACENTRO, a atores e modelos, na reutilização de peças.*

*percentual máximo de 30% (trinta por cento) sobre o custo comprovado do valor original de direitos autorais de obras consagradas, incorporadas a peças, a ser pago pela FUNDACENTRO, aos detentores desses direitos na reutilização das peças.*

Deduz-se dos incisos I e II supra que incidiam honorários de 10% sobre os trabalhos executados por terceiros que não proporcionassem comissões de veiculação à Agência. É

justamente isso que alegam as empresas de publicidade em relação aos pagamentos descritos na alínea “a”, ou seja, de que os honorários eram devidos porque eram relativos a serviços que não foram veiculados, sendo aplicável o inciso II.

Em relação aos honorários, as empresas responsáveis contestam suas impugnações alegando que não se tratava de serviços especiais ou de custos internos, mas que foram trabalhos executados por terceiros e não veiculados, razão pela qual estão abrangidos também pelo Termo Aditivo I, cláusula primeira, parágrafo primeiro, inciso II.

Os honorários foram considerados indevidos porque a Comissão de TCE da Fundacentro classificou a natureza dos serviços em um dos seguintes dispositivos contratuais: inciso I, inciso III ou inciso IV da cláusula terceira do contrato. E, para realizar tal classificação, aquela comissão deve ter-se instrumentalizado com os controles de execução de serviços estabelecidos pelo próprio contrato. Senão vejamos:

- pela cláusula quinta do contrato, os pagamentos somente seriam feitos mediante a apresentação pelas agências de publicidade das faturas dos veículos de comunicação e dos respectivos comprovantes de veiculação;
- a cláusula nona preconiza que era de responsabilidade das agências contratadas submeter à aprovação prévia da Fundacentro, através da Assessoria de Comunicação Social, mediante consulta prévia à Presidência, texto, layout, arte-final, roteiro e mapa de veiculação de qualquer anúncio, peça ou serviço de comunicação (inciso V), como também cabia às agências apresentarem, mensalmente, à contratante, relatório dos serviços executados (inciso XIII);
- a cláusula décima primeira diz que à contratante cabia acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato.

## **2) Pagamentos de despesas com publicidade sem a comprovação da entrega dos materiais ou da prestação efetiva dos serviços**

A Comissão de Tomada de Contas Especial, instaurada pela Portaria nº 158, de 05.08.1999 da Presidência da Fundacentro concluiu que houve irregularidade em uma série de pagamentos relativos a fornecimento de serviços e materiais de publicidade, cuja prestação, contudo, não foi comprovada.

Foi também instaurado o Processo Administrativo Disciplinar, mediante a Portaria nº 020/2000, de 21/02/2000, da Presidência da Fundacentro. A Comissão Disciplinar chegou à mesma conclusão, ou seja, de que foram pagas despesas sem a devida comprovação da entrega.

### **Notas fiscais sem comprovação da entrega dos serviços**

Empresa fornecedora: **RBS Gráfica e Editora Ltda.**

<b>Nota fiscal</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Produto</b>	<b>Valor (R\$)</b>
000161	250.000	Conf e Impressão do Programa Técnico	142.386,00
000162	212.000	Confecção e Impr do Programa Técnico	137.426,20
000163	198.000	Confecção e Impr do Programa Técnico	113.170,00
000164	200.000	Confecção- Impressão de folheto	115.904,00
000165	210.000	Confecção- Impressão de folheto	136.291,00
000166	250.000	Confecção- Impressão de folheto	146.287,20
000167	205.000	Produção de Fascículo de “Proteção de Maquinas” ..	131.206,00

RQS nº 03/2005 - CN -  
PMI - CORREIOS  
Is: 4081  
Doc:

000168	190.000	Produção de Fascículo de “Proteção de Maquinas”	124.319,00
000170	215.000	Produção de Fascículo de “Proteção de Maquinas”	125.957,20
000174	90.000	Impr. folheto institucional	101.188,08
000175	120.000	Impr. folheto institucional	152.458,00
000176	105.000	Impr. folheto institucional	127.836,12

18

Empresa fornecedora: Gráfica Braga Ltda. Empresa fornecedora: Image Solution Gráfica Editora Ltda.

Nota fiscal	Quantidade	Produto	Valor (R\$)
003010	98.100	Encartes nº 01 – em inglês	127.482,36
003011	112.700	Encartes nº 02 – em português	146.492,00
003012	90.450	Encartes nº 03 – em espanhol	117.507,84
003013	100.850	Encartes nº 01 – em inglês	130.960,00
003015	109.650	Encartes nº 02 – em português	142.526,37
003020	90.850	Encartes nº 03 – em espanhol	117.995,83

Nota fiscal	Quantidade	Produto	Valor (R\$)
164	3.000.000	Encartes	322.510,02
206	400.000 jogo fotolito	Produção e impressão de folhetos “XV Congresso”	251.790,00
504	20.370	Impressão de Mala Direta em “inglês”	26.457,76
506	17.970	Impressão de Mala Direta em “português”	23.339,60
507	32.100	Encartes em “espanhol”	41.687,19
508	22.770	Encartes em “inglês”	29.577,31

Empresa fornecedora: Magnaprint do Brasil Editora Ltda.

Nota fiscal	Quantidade	Produto	Valor (R\$)
775	185.000	Encartes nº 3 – reimpressão	51.529,78
781	01	Refação de Fotolito	50.797,00

Empresa fornecedora: Topic Participações e Serviços Ltda.

Nota fiscal	Quantidade	Produto	Valor (R\$)
000310		Prestação de serviços no Planejamento do XV Congresso Mundial — fase 1	112.300,00
000311		Prestação de serviços no Planejamento do XV Congresso Mundial — fase 2	112.356,00
000312		Prestação de serviços no Planejamento do XV Congresso Mundial — fase 3	112.519,03
000322		Execução e produção do XV Congresso — 1º fase	125.626,00
000323		Execução e produção do XV Congresso — 2º fase	134.452,00
000324		Execução e produção do XV Congresso — 3º fase	101.414,20



000325		Planejamento e coordenação do projeto Construção Civil	144.286,00
000326		Planejamento e coordenação do projeto para CIPA	124.714,00

Tanto a Comissão de Tomada de Contas Especial quanto a Comissão Disciplinar apontam as seguintes provas e indícios das irregularidades supra:

Almoxarifado e Setor de Serviços de Atividades Auxiliares responderam respectivamente:

- que os materiais/serviços relacionados nas notas fiscais não deram entrada pelo Serviço de Almoxarifado; e
- que as publicações constantes das notas fiscais citadas não foram expedidas pelo Serviço de Atividades Auxiliares.

O Chefe do Serviço de Almoxarifado confirmou esta informação em depoimento no Processo Disciplinar. Segundo a Comissão de TCE, a alegação da empresa SMP&B de que uma parte do material foi remetida para o Anhembi e o restante para a gráfica da Fundacentro não procede, porquanto a realização do XV Congresso Mundial ocorreu no período de 08 a 18.04.1999, sendo que os materiais e/ou serviços foram atestados e ditos como recebidos no período de outubro de 1998 a janeiro de 1999.

A Sra. Marta Correa de Toledo Dias – Assessora da Presidência da Fundacentro – informou à Comissão de TCE que os materiais recebidos no Anhembi não coincidem com os relacionados nas notas fiscais acima descritas. Os materiais recebidos eram encartes nas pastas a serem distribuídas aos participantes do evento que não chegaram a três mil pessoas.

Ao averiguar o Setor Gráfico da Fundacentro, sito à Rua Mauro, 552, Bairro de Jabaquara, São Paulo, Capital, a Comissão de TCE não encontrou qualquer material correlacionado com as notas fiscais.

No que tange à irregularidade das despesas realizadas com a empresa Topic Participações e Serviços Ltda., a Comissão Disciplinar, informa que os serviços contratados objetivaram a elaboração de um planejamento estratégico para a realização do XV Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho. Ocorre que, para esse mesmo serviço, já havia sido contratada a empresa Casa de Marketing.

Essa mesma empresa, a Topic Participações e Serviços Ltda., foi contratada para a fase de execução do planejamento supracitado. Entretanto, a Comissão Disciplinar aponta divergências de datas entre as datas de emissão de notas fiscais e de recebimentos – realizados pelo Sr. Marcos Antônio Seabra de Abreu Rocha – que configuram indícios de fraude nas transações. A Comissão Disciplinar indaga o seguinte: “Como pode o Sr. Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha atestar a realização e o recebimento dos serviços discriminados nas notas fiscais nº 000324, 000325, 000326 no dia 09/12/98 se esses documentos foram emitidos respectivamente em 11/12/98, 14/12/98 e 16/12/98?”. A empresa SMP&B Comunicação Ltda, contratante da Topic Participações e Serviços Ltda, por sua vez, emitiu as notas fiscais nºs 013984, 013983, 013982 e 013980, no dia 07/12/98, recebendo honorários indevidos e pertinentes às notas fiscais já citadas, de emissão da Topic Participações e Serviços Ltda em 11/12/98.

As Comissões de TCE e Disciplinar apontam uma série de outras irregularidades, ou indícios, que corroboram a acusação de fornecimento fraudulento de serviços e materiais

por fornecedores contratados pela SMP&B no âmbito do contrato de serviços de publicidade celebrado com a Fundacentro (vide quadro sintético abaixo).

FORNECEDOR	IRREGULARIDADES
RBS Gráfica e EditLtda.	<p>Despesas não autorizadas pela Presidência da Fundacentro (NF 170).</p> <p>Utilização fraudulenta de fotocópias de autorizações de despesas da Presidência da Fundacentro (NF 167).</p> <p>Utilização fraudulenta de autorização da Presidência da Fundacentro para a elaboração de folhetos institucionais para o XV Congresso Mundial. A autorização era para 10.000 peças e foi fraudada para permitir a elaboração de 315.000 peças (NF 174, 175 e 176).</p> <p>Elaboração de 660.000 programas técnicos (NF 000161 a 000163), de 660.000 folhetos (NF 000164 a 000166) e de outros 610.000 folhetos (NF 000167 a 000170), todos para o XV Congresso Mundial que não teve mais do que 3.000 participantes.</p>
Gráfica Braga Ltda.	<p>Serviço prestado em desacordo com a descrição da Nota Fiscal 3011, fls. 944-vol.4 (previa-se encartes com papel <i>couche</i> liso 120 g mas foi entregue em papel de 75 g, inferior ao descrito).</p> <p>As notas fiscais discriminam a elaboração de um total de 602.600 encartes. Ocorre que as notas fiscais e as estimativas de custos têm a mesma data – 15.01.99. A autorização da Presidência da Fundacentro data de 13.01.99, em fotocópia.</p>
TOPIC Participações e Serviços Ltda.	Utilização fraudulenta de autorizações de despesas da Presidência da Fundacentro, isto é, utilização de fotocópias de autorizações regulares na realização de outras despesas sem a prévia anuência formal da Presidência (NF 325 e 326)
Image Solution Gráfica Editora Ltda.	Alteração fraudulenta dos quantitativos de impressão de encartes fixados pela Presidência da Fundacentro. A autorização era para três mil encartes mas foram impressos três milhões de encartes (NF 164).
Magnaprint do Brasil Editora Ltda.	Despesa realizada sem prévia autorização do Presidente da Fundação (NF 775 e 781).

Além disso, a Comissão de Tomada de Contas Especial da Fundacentro procedeu a uma série de diligências com o fito de averiguar a operacionalidade das empresas.



fornecedoras supracitadas, constatando os seguintes indícios de irregularidade:

FORNECEDOR	SITUAÇÃO DA EMPRESA SEGUNDO A COMISSÃO DE TCE
RBS Gráfica e Editora Ltda.	<p>A Comissão de TCE não logrou localizar a empresa RBS Gráfica e Editora Ltda. no endereço lançado em sua documentação fiscal. Segundo a proprietária do imóvel, o mesmo fora alugado à mencionada empresa gráfica, de responsabilidade do Sr. Juberto, tendo sido devolvido, meses após, por falta de pagamento.</p> <p>A Chefia da Divisão de Fiscalização de Tributos da Secretaria Municipal de Finanças do Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, informou que a empresa RBS Gráfica e Editora Ltda. não se encontrava em atividade no município há pelo menos um ano.</p>
Gráfica Braga Ltda.	<p>O Departamento de Rendas Mobiliárias da Secretaria Municipal da Fazenda de Belo Horizonte informou que a empresa encontra-se cadastrada na municipalidade, sendo autêntica a Autorização para Impressão de Documentos Fiscais n.º 0027194/98, de 28.10.1998, constante das notas fiscais emitidas contra a FUNDACENTRO. Não obstante, o fisco municipal informa que examinando as vias fixas apresentadas pela empresa constatou que os mencionados documentos fiscais (Notas 003010, 003011, 003012, 003013, 003015 e 003020) foram emitidos contra empresa diversa da FUNDACENTRO, em valores e datas diferentes dos lançados nos mesmos.</p>
TOPIC Participações e Serviços Ltda.	<p>A empresa não é do ramo dos serviços necessários ao planejamento do XV Congresso, conforme verifica-se pelo objeto social registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. A TOPIC apresenta como objeto social a prestação de serviços nas áreas: “contábeis, estatístico e cálculos em trabalhos matemáticos, desenvolvimento de projetos organizacionais para empresas”. O capital social registrado em 30.01.1996 é da ordem de R\$ 4.000,00, sendo a sociedade composta por dois sócios: Sr. Antônio Francisco de Carvalho e Sr. Joaquim Raspante Tavares.</p> <p>A Comissão Disciplinar, em diligência efetuada em Belo Horizonte – MG constatou que a Topic está localizada na Av. Afonso Pena nº 941, sala 1508, 15º andar, em uma sala medindo aproximadamente 7m<sup>2</sup>, contendo um computador, um fax, uma mesa e prateleiras, tendo como atividade a prestação de serviços contábeis – segundo informação prestada pelo Sr. Joaquim Raspante Tavares, sócio proprietário que atendeu o diligenciador. Indagado se os serviços constantes nas notas fiscais foram realizados pela firma respondeu que <i>“devem ter sido feitos pelo outro sócio”</i>.</p>
Image Solution	Os membros da Comissão de Tomada de Contas Especial, mediante

Gráfica Editora Ltda.	diligência realizada em 17/08/1999, constataram que a mencionada empresa não mais se encontrava instalada em nenhum dos dois endereços constantes das Notas Fiscais emitidas contra a FUNDACENTRO. Em seu relatório, a Comissão informa não ter conseguido localizar o novo endereço da mesma. imóvel localizado na Rua Larival Gea Sanches, 170 – Água Fria, edifício com três andares, encontrava-se desocupado há mais de um ano. Conforme conversas com vizinhos, o imóvel era de propriedade do Sr. Motti. O imóvel localizado a Avenida Franklin do Amaral, n.º 1017, Vila Nova Cachoeirinha, um edifício com três andares, também se encontrava desocupado, tendo a empresa dele se retirado há mais de um ano, conforme informa o proprietário-locador.
-----------------------	---

A cláusula terceira, parágrafo terceiro, dos contratos formalizados com as agências de publicidade exigia a apresentação mínima de três orçamentos para cada serviço contratado pelas agências, de forma a comprovar-se a seleção do serviço com menor custo. Ocorre que foram constatadas diversas irregularidades concernentes às empresas que “concorreram” pelo direito de fornecer serviços e materiais referentes às despesas impugnadas supramencionadas (vide quadro abaixo). A constatação desses fatos, segundo as Comissões de TCE e Disciplinar, corrobora a acusação de fraude nas contratações celebradas pela SMP&B:

Empresas que disputaram o fornecimento de serviços (não contratadas pela SMP&B, em razão dos preços)	INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES
COLMEIAGRAF LITOGRAFIA LTDA.	A Comissão de TCE constatou que encontra-se desocupado, há pelo menos dois anos, o imóvel localizado no endereço constante nos orçamentos oferecidos à FUNDACENTRO pela empresa COLMEIAGRAF, conforme informado pelo vigilante.
GRÁFICA E EDITORA FUTURA LTDA.	A Comissão de TCE encontrou, no endereço constante nos orçamentos oferecidos pela empresa Futura, um pequeno salão comercial, no qual funcionava a empresa MULTIPREX COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA., de propriedade do mesmo Sr. Motti, proprietário do imóvel da empresa IMAGE SOLUTION GRÁFICA EDITORA LTDA.
LISIANTHUS ORGANIZAÇÃO LTDA.	Esta empresa e a Tulipa (vide abaixo) apresentaram orçamentos, que disputaram com o da empresa Topic Participações e Serviços Ltda, para o fornecimento dos serviços de planejamento do XV Congresso Mundial. Segundo a Comissão Disciplinar (NF 000310, 000311 e 000312) de forma bastante suspeita, as empresas Topic e Tulipa remeteram os seus orçamentos através do mesmo fax. Ocorre que

RQS nº 03/2005 - CN -  
 CPMI - -CORREIOS  
 Fls. 30 - 4084  
 Doc: \_\_\_\_\_

	<p>não se encontra registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, bem como não foi localizado seu registro nos Cartórios de Registro de Pessoa Jurídica, conforme Termo de Diligência. O Departamento de Rendas Mobiliárias da Secretaria Municipal da Fazenda de Belo Horizonte informou, em 25.04.2000, que a empresa Lisianthus Organização Ltda. não se encontrava inscrita no município.</p>
<p>TULIPA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO COMERCIAL LTDA.</p>	<p>Segundo a Comissão Disciplinar, de forma bastante suspeita, as empresas Topic e Tulipa remeteram os seus orçamentos através do mesmo fax(031 – 241.1763). para concorrerem aos serviços descritos nas NF 000310, 000311 e 000312). Além disso, a remessa dos orçamentos via fax, em 25/11/98, foi posterior às datas de emissão das referidas notas fiscais. A Comissão Disciplinar também apurou que a empresa Tulipa Assessoria e Planejamento Comercial Ltda., constituída em 21.08.1992, tem por finalidade as atividades de comércio varejista de informática, peças e acessórios, confecção de roupas, papelaria, comércio de papel, papelão, cartolina, cartão e seus artefatos, artigos escolares e de escritório; serviço de escritório, jurídico, contábil, auditoria, assessoria técnica e financeira, levantamento estatístico e pesquisa de mercado. Compõem a sociedade, os sócios Alceu Monteiro Carvalho Neto – CPF 735.448.766-94, Lúcia Nazaré Carvalho – CPF 573.469.766-49 e Maria das Dores – CPF 221.410.306-68 (Certidão da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais). O Departamento de Rendas Mobiliárias da Secretaria Municipal da Fazenda de Belo Horizonte informou que a empresa encontra-se em atividade normal, tendo recolhido o ISSQN para os meses de fevereiro a maio, agosto a dezembro/1993; janeiro, fevereiro e setembro/1994; novembro de 1995. O fisco informa que a empresa recolheu a Taxa de Fiscalização e Funcionamento para os anos de 1992 a 1999, e tem autorização para emissão de notas fiscais. A empresa está sujeita ao lançamento por homologação, e não existe ação fiscal instaurada contra a mesma não sendo possível informar a ocorrência de irregularidades tributárias no recolhimento do tributo.</p>
<p>EDITORA GRAFFAR PERGAMINHO EDITORA GRÁFICA</p>	<p>Os orçamentos apresentados por estas empresas não continham endereço, telefone e, em grande parte, não estavam assinados.</p>

Além dos fatos acima, há forte indício de que gestores da Fundacentro e a empresa SMP&B agiam em mútua colaboração no cometimento das irregularidades, pois os orçamentos da SMP&B eram aprovados sem qualquer ressalva. A cláusula terceira, parágrafo terceiro, do contrato exigia a apresentação mínima de três orçamentos para cada serviço contratado pela agência, de forma a comprovar-se a seleção do serviço com menor custo.

Foram constatadas diversas irregularidades concernentes às empresas que “concorreram” pelo direito de fornecer serviços e materiais referentes às despesas

impugnadas supramencionadas. A Comissão de Tomada de Contas Especial apurou a inexistência física da empresa Colméia Graf Litografia Ltda. e da empresa Gráfica e Editora Futura Ltda que apresentaram cada qual pelo menos quatro orçamentos. Outras duas empresas que concorreram diversas vezes pelos serviços impugnados, a Editora Graffar e a Pergaminho Editora Gráfica, apresentaram orçamentos que não continham sequer o endereço ou o telefone e, em grande parte, nem estavam assinados.

É preciso abrir um parêntese no que diz respeito à Editora Graffar, pois se encontram nesta CPMI os autos do Procedimento de Investigação 131/2005 oriundo do Ministério Público de Minas Gerais, cujos depoimentos mostram que essa empresa foi registrada em novembro de 1997 em nome de Cláuber Gilberto Denucci Miranda e de seu cunhado Willer Henrique Nunes de Andrade. Ambos testemunharam que emprestaram seus nomes para a abertura da empresa, a pedido de uma amiga, Cleonice, irmã de Cleiton Melo de Almeida, ligado a Cláudio Mourão. Já está também amplamente comprovada a ligação de Cláudio Mourão com a SMP&B. Há empréstimos no Banco Rural diretamente para ele tendo como avalistas Marcos Valério e Cristiano de Mello Paz, além de R\$ 700 mil pagos diretamente a ele em 2002.

Embora a SMP&B alegue que não poderia saber da inexistência física das empresas Colméia e Futura, constitui fato inadmissível que fossem aceitos orçamentos das empresas Graffar e Pergaminho, pois que desprovidas das mínimas características formais – endereço, telefone, nº de inscrição, CNPJ, prazo de validade da proposta, assinatura – que lhes pudessem dar alguma aparência de idoneidade. A fraude fica ainda mais evidente se considerarmos que, segundo os autos, essas quatro empresas concorreram por diversas oportunidades e sempre apresentaram propostas com valores superiores aos das empresas contratadas. Pergunta-se: por que a insistência na realização de cotações junto a essas empresas, se a agência de publicidade deveria buscar as negociações mais vantajosas para a Fundacentro? Os fatos indicam que os orçamentos das empresas aqui citadas foram utilizados tão-somente para emprestar ares de legitimidade às cotações de preços que, tudo leva a crer, foram forjadas.

A ausência de documentos hábeis que comprovem o adimplemento dos fornecimentos contratados, aliada aos fatos até aqui descritos, configuram fortes indícios de que não houve a execução das despesas impugnadas. Não fosse o bastante, é preciso ainda ressaltar que a Comissão de Tomada de Contas Especial da Fundacentro, a partir de diligências realizadas junto às empresas fornecedoras, constatou o seguinte:

A RBS Gráfica e Editora Ltda. havia deixado o imóvel do endereço indicado nas notas fiscais, por inadimplemento; a Prefeitura de Contagem-MG informou, em 22/09/1999, que a empresa RBS Gráfica e Editora Ltda não se encontrava em atividade no município há pelo menos um ano.

Em relação à Gráfica Braga Ltda., a Secretaria Municipal da Fazenda de Belo Horizonte informou que as notas fiscais nºs 003010, 003011, 003012, 003013, 003015 e 003020 foram emitidas contra empresa diversa da Fundacentro. A SMP&B alega que consta do livro de prestação de serviços, documento legal confirmatório de atuação da empresa, valores idênticos aos das notas emitidas contra a Fundacentro. Todavia, as divergências de valores nos documentos fiscais tornam as negociações suspeitas, prejudicando a credibilidade probatória dos documentos que registraram as transações.

A Image Solution Gráfica Editora Ltda. não mais se encontrava instalada, há mais de um ano, em nenhum dos dois endereços constantes das notas fiscais emitidas contra a Fundacentro. A SMP&B alega que a Image Solution encontrava-se legalmente inscrita no



Sicaf – Cadastro Nacional de Prestadores de Serviços ao Governo. Ocorre que o cadastramento no Sicaf não se traduz em garantia de entrega dos serviços e mercadorias, sendo obrigatória a realização dos procedimentos de recebimento de serviços e produtos de todos os fornecedores, cadastrados ou não no Sicaf.

Com referência aos diversos testemunhos colhidos junto aos funcionários da Fundacentro, cabe destacar o seguinte: o então Assessor da Diretoria de Administração e Finanças, René de Souza Fusco, declara “*que alguns materiais foram entregues no almoxarifado da Fundacentro inclusive não tendo espaço suficiente o almoxarifado o declarante viu exemplares nos corredores do prédio sede da Fundacentro*”. Esse testemunho foi totalmente vago quanto à origem e descrição do material.

Segundo a SMP&B, a funcionária Iracema Fagá havia declarado que “*tem absoluta certeza da realização desses serviços*”. Ao perscrutar esse depoimento, verifica-se que ela deu realmente tal declaração. Ocorre, todavia, que ela se refere especificamente aos serviços pertinentes à publicidade do balanço da Fundacentro – exercício 1998.

Todos os depoimentos dos servidores da Fundacentro colhidos pela Comissão Disciplinar dão conta de que nenhum deles vistoriou, nem mesmo viu, no todo ou em parte, aquelas 6.188.600 peças.

Ainda em relação às 6.188.600 peças gráficas, a SMP&B apresentou à Comissão de Tomada de Contas Especial os relatórios de distribuição de peças gráficas no exterior e no Brasil. De acordo com tais relatórios, foram distribuídos 1.740.490 encartes no exterior e 4.601.320 encartes no Brasil, tendo a empresa apresentado uma extensa relação de supostas destinatárias dos encartes descritos nas notas fiscais das despesas impugnadas.

Todavia, os relatórios da empresa Onda, apresentados pela SMP&B, não têm o condão de comprovar a efetiva distribuição das mais de 6 milhões de peças publicitárias relativas às despesas impugnadas. Tais relatórios, datados de 16/07/1999, apresentam uma série de deficiências, a começar pela ausência da assinatura do preposto da empresa Onda. Mais grave que isso é a completa ausência de referências quanto aos meios que foram utilizados para se realizar a distribuição de milhões de peças publicitárias, isto é, não há informação alguma sobre a utilização dos serviços dos Correios ou de distribuição direta ou de qualquer outro meio. Também não há menção a datas e custos. Ou seja, relatórios tão desprovidos de informações não logram comprovar a efetiva distribuição de mais de 6 milhões de encartes e folhetos pelo Brasil e por diversos países. Na verdade, os relatórios apresentados pela SMP&B constituem tão-somente uma relação de nomes e endereços de entidades e empresas, do Brasil e do Exterior. Nada mais que isso.

A SMP&B informou que a distribuição dos fascículos foi feita para todo o País pela empresa Onda ND Produção e Publicidade, às suas expensas, isto é, sem ônus para a Fundacentro. No bojo da Ação Civil Pública, a SMP&B afirma dispor de vias de conhecimentos aéreos de embarques relativos a mercadorias enviadas a vários destinos no ano de 1999, efetuados pela SMP&B. Essas mercadorias, segundo aquela empresa, consistiam em material impresso (folders, convites, programação técnica, etc.) que foram enviados com finalidade de promover a Fundacentro e o Brasil junto ao XV Congresso Mundial de Saúde e Segurança no Trabalho, na quantidade estabelecida pela Topic. Os destinos foram: Montevidéu, Santiago do Chile, Buenos Aires, México, Miami, Nova York, Los Angeles, Toronto, Frankfurt, Paris e Milão.

A alegação de que a empresa Onda realizou a distribuição de mais de 6 milhões de peças publicitárias para todo o País e também para o Exterior às expensas da SMP&B é inverossímil. Por que uma agência de publicidade, ou seja, uma empresa com fins

lucrativos, que defende aguerridamente a cobrança de honorários dos serviços, assumiria para si tais custos? O que impediu que a SMP&B solicitasse o ressarcimento destas despesas à Fundacentro? A SMP&B não esclarece estas questões, assim como não apresenta nenhuma prova de que os serviços de distribuição tenham sido realmente executados e de que ela tenha assumido tais custos.

No que tange às vias de conhecimento aéreo de embarques, relativos a mercadorias enviadas a algumas cidades estrangeiras, cabe ressaltar que as notas fiscais das despesas impugnadas, na quase totalidade, foram emitidas e pagas em 1998, enquanto essas vias de conhecimento, segundo a própria SMP&B, referem-se a transportes efetuados em 1999. Observe-se que apenas as notas fiscais abaixo (para impressão de 93.210 peças em língua estrangeira), da empresa Image Solution Gráfica Editora Ltda, é que foram emitidas e pagas em 1999. Ou seja, é uma quantidade insignificante em um universo de mais de 6 milhões de peças que foram impugnadas. É preciso também considerar que a maior parte do material considerado não entregue, cerca de 4,6 milhões de peças gráficas, foi supostamente distribuída no próprio território nacional.

#### Elaboração de peças gráficas em 1999

NF	Data	Quantidade	Descrição	Valor (R\$)
504	18.03.99	20.370	Impressão de Mala Direta em "inglês"	26.457,76
506	23.02.99	17.970	Impressão de Mala Direta em "português"	23.339,60
507	18.03.99	32.100	Encartes em "espanhol"	41.687,19
508	18.03.99	22.770	Encartes em "inglês"	29.577,31
		93.210		121.061,86

Outrossim, entendemos que as vias de conhecimento aéreo de embarques de mercadorias não são documentos regulares para comprovar a distribuição de materiais publicitários. Aliás, os relatórios retrocitados da empresa Onda são totalmente omissos quanto à sistemática adotada na distribuição do material publicitário. Sobre isso, a SMP&B também nada esclarece. Era de se esperar que houvesse a utilização dos serviços dos Correios para a distribuição, ao menos em parte, de todo esse material. Ou será que a distribuição foi feita diretamente, porta a porta, tanto no Brasil, quanto no exterior? E se utilizaram os serviços dos Correios, por que não foram apresentados, a título de prova, os contratos ou notas de fatura dos Correios? O fato é que não consta nenhum documento que comprove o pagamento de despesas de distribuição desse material. Por seu turno, a SMP&B tenta justificar esse fato dizendo, simplesmente, que realizou graciosamente a distribuição por intermédio da empresa Onda.

A SMP&B, ao apresentar a sua defesa perante a Comissão de Tomada de Contas Especial, não fez qualquer menção a essas vias de conhecimento de embarque, muito menos fez anexar tais provas aos autos. Assim como na sua resposta ao TCU, a empresa também não providenciou a apresentação de tais vias de conhecimento de embarque, sequer as mencionou.

A Comissão Disciplinar aponta mais irregularidades, desta feita com relação às despesas pagas à SMP&B pelos serviços prestados pela empresa Topic Participações e Serviços Ltda. Diferentemente dos casos até aqui analisados, os serviços contratados junto a esta empresa não objetivavam a elaboração de encartes ou folhetos publicitários, mas

ROS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4086</u>
34
Doc: _____

visavam à elaboração de um planejamento estratégico para a realização do XV Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho. Ocorre que, para esse mesmo serviço, já havia sido contratada a empresa Casa de Marketing. Aliás, segundo aquela Comissão, para a contratação da empresa Topic, o Sr. Marco Antônio e a SMP&B se utilizaram, fraudulentamente, de fotocópia da mesma solicitação da Presidência da Fundacentro que ensejou a contratação da empresa Casa de Marketing.

A SMP&B contesta a acusação, afirmando que a empresa Casa de Marketing foi contratada pela outra agência de publicidade – Quality – que também prestava serviços à Fundacentro. A SMP&B alega que foi autorizada a iniciar um trabalho paralelo aos esforços dirigidos diretamente à realização do evento e que teriam a missão de repertoriar e qualificar a Instituição, aproveitando a oportunidade legítima e única da realização do XV Congresso – um evento de caráter mundial. Portanto, os serviços não são os mesmos prestados pela Casa de Marketing.

A SMP&B diz que o plano estratégico gerado pela Topic incluía: a) Divulgar a preocupação do País com o setor; b) Divulgar as ações do Governo para o Setor; c) Divulgar a Fundação como órgão gestor do segmento; d) Melhorar o relacionamento da Fundação com os seus públicos diretos, que eram, naquele momento, praticamente inexistentes; e) Garantir o preenchimento das três mil vagas – o sucesso do evento Congresso; f) Dar respostas efetivas às prioridades definidas pelo próprio presidente da República, quando assinou a portaria definindo os critérios de operacionalização do evento.

Destoando das afirmações da SMP&B, verifica-se que através do orçamento apresentado pela empresa Topic, datado de 5/5/1998, intitulado Conceituação / Planejamento / Concepção do 15º Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho, que os objetivos dos serviços contratados eram mais modestos. Senão vejamos: a) Planejamento Conceitual do Congresso; b) Planejamento Operacional do Congresso; c) Orçamento, Identificação e Seleção de Fornecedores; d) Criação de uma campanha dirigida para divulgação da Fundacentro; e) Criação de uma campanha dirigida para divulgação do XV Congresso; f) Gerenciamento das etapas preparatórias para o evento; e g) Gerenciamento do evento em si.

A empresa Casa de Marketing, por sua vez, previa o seguinte escopo de trabalho em seu orçamento: a) Disponibilização de uma equipe de trabalho composta por um Gerente de Conta exclusivamente dedicado à Fundacentro, um Assistente, uma Coordenadora de Conta a ser alocada na Secretaria Executiva do Congresso, um Digitador também alocado na Secretaria Executiva do Congresso na Fundacentro, um Jornalista contratado para redigir os textos que serão levados ao ar no site da Internet exclusivo do XV Congresso; b) Planejamento, conceituação e criação de um site na Internet a ser hospedado na homepage da Fundacentro, exclusivamente alusivo ao XV Congresso; c) Planejamento, conceituação, criação de uma estratégia de Marketing Direto e aquisição de um *mailing list* de 5.000 nomes de empresas dos países do Mercosul, que potencialmente possam participar do XV Congresso como Congressistas ou Expositores; d) Serviços da Agência envolvendo o Gerenciamento dos processos de desenvolvimento detalhado do Planejamento disponível para a realização do XV Congresso, levantamentos e detalhamentos orçamentários, identificação dos potenciais fornecedores para o Congresso, recomendações táticas e estratégicas e apresentação do custo final da realização do XV Congresso.

Com base nos dois últimos itens, constata-se que o orçamento da empresa Topic incluía o seguinte item adicional de serviço: “criação de uma campanha dirigida para divulgação da Fundacentro”. Todavia, não se percebe qualquer ênfase deste em relação aos

outros seis itens de serviço, ou seja, não consta da proposta comercial nada que confirme a assertiva da própria SMP&B em sua defesa. Na verdade, evidencia-se na proposta da Topic uma abrangência dos trabalhos restrita aos preparativos do XV Congresso Mundial, a começar pelo título: "Conceituação / Planejamento / Concepção do 15º Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho". Por outro lado, percebe-se que o teor das duas propostas comerciais é bastante semelhante, especialmente no que tange à estratégia de divulgação do congresso, planejamento orçamentário e seleção de fornecedores.

Além dessa suspeitável semelhança de orçamentos, restam não esclarecidas diversas outras irregularidades que afetam as despesas referentes aos serviços supostamente executados pela Topic.

Essa empresa foi contratada para desenvolver o planejamento do congresso em três fases, mas, estranhamente, as notas fiscais das 3 fases foram emitidas no mesmo dia, 23/11/1998. Fato semelhante ocorreu em relação aos serviços de execução e produção do congresso: as 3 fases previstas aparentemente foram concluídas quase que simultaneamente, porquanto as notas fiscais tiveram emissão nos dias 4, 7 e 11/12/98. Surgem, daí, as seguintes questões:

a) Por que o planejamento e a execução do congresso foram divididos em fases? Por que as fases foram concluídas simultaneamente?

b) Como pôde o XV Congresso ter sido executado e produzido em tão poucos dias após o recebimento do planejamento (menos de 3 semanas após)? E, especialmente, por que o Sr. Marco Antônio atestou o recebimento da execução e da produção do congresso em 9/12/1998 quando o XV Congresso somente foi concretamente realizado no período de 12 a 16 de abril de 1999? Não pode a SMP&B tentar justificar esse fato alegando que se tratava de um trabalho de divulgação anterior à realização do congresso, porquanto, como vimos, este era apenas um dos sete itens de serviços contratados junto à Topic;

c) Por que se pagou integralmente o valor contratado para a execução e produção do XV Congresso se a própria SMP&B afirma, que boa parte das ações recomendadas e planejadas pela Topic não foi viabilizada em função dos cortes orçamentários realizados pelo Governo Federal e que atingiram diretamente as perspectivas da Fundacentro?

As notas fiscais nºs 000324, 000325 e 000326 foram emitidas pela Topic em 11/12/98, 14/12/98 e 16/12/98, respectivamente; contudo, constata-se que o Sr. Marco Antônio atestou a realização e o recebimento daqueles serviços em data anterior às emissões, isto é, em 09/12/1998, tendo pago tais despesas em 11/12/1998.

A empresa Topic, supostamente, havia disputado o fornecimento dos serviços com as empresas Tulipa Assessoria e Planejamento Comercial Ltda e Lisanthus Organização Ltda. Ocorre que essas duas últimas empresas não foram localizadas. Não bastasse isso, os orçamentos da Topic e da Tulipa foram remetidos pelo mesmo fax.

A Comissão Disciplinar, em diligência efetuada em Belo Horizonte – MG, constatou que a Topic está localizada na Av. Afonso Pena nº 941, sala 1508, 15º andar, em uma sala medindo aproximadamente 7m<sup>2</sup>, contendo um computador, um fax, uma mesa e prateleiras, tendo como atividade a prestação de serviços contábeis – segundo informação prestada pelo Sr. Joaquim Raspante Tavares, sócio proprietário que atendeu ao diligenciador. Indagado se os serviços constantes nas notas fiscais foram realizados pela firma, ele respondeu que "devem ter sido feitos pelo outro sócio".

A SMP&B, por seu turno, não logra comprovar a entrega efetiva dos serviços e

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4087
36
Doc:

materiais em apreço, por qualquer outro meio hábil disponível, ou seja, as provas apresentadas por ela, conforme demonstramos, são todas inidôneas.

### Conclusão

Esses e outros aspectos amplamente discutidos no TC 010.556/2003-1 configuram plenamente a responsabilidade dos dirigentes da Fundacentro e das empresas SMP&B e Quality. Dessa forma, o TCU, por considerar que houve pagamentos sem a comprovação de execução; e pagamentos indevidos de honorários e superfaturamentos, transformou o processo em Tomada de Contas Especial para a cobrança do débito apurado, cujo valor histórico está abaixo discriminado e cuja atualização, até outubro de 2005, era da ordem de R\$ 12 milhões:

Irregularidades Datas de ocorrência: no período de 15/10/1998 a 18/03/1999	Agência de publicidade responsável	Débito: vlr histórico (R\$)
pagamentos indevidos de honorários em desacordo com Cláusula Terceira, Parágrafo Primeiro, do I Termo Aditivo ao Contrato (v. contratos às fls. 563vol. 2 e 585-vol.3)	QUALITY COMUNICAÇÃO LTDA	91.388,4
	SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO LTDA	654.576,92
superfaturamento na realização de despesas com impressão de peças publicitárias e serviços com fotolitos	SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO LTDA	196.953,2
pagamentos efetuados sem a comprovação da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço	SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO LTDA	4.102.749,09
<b>Total R\$</b>		<b>5.045.667,61</b>

Com fundamento no processo do TCU, no Relatório da Secretaria de Controle Interno no Ministério do Trabalho e Emprego, bem como nas irregularidades indicadas em Procedimento Disciplinar Administrativo instaurado no âmbito da Fundacentro, o Ministério Público Federal, considerando que contra os réus: Srs. Humberto Carlos Parro (ex-Presidente da Fundacentro); Marco Antonio Seabra de Abreu Rocha (ex-Diretor Administrativo e Financeiro da Fundacentro); José Carlos Castilha Crozera (ex-Assessor de Comunicação da Fundacentro); Cristiano de Mello Paz (responsável pela SMP&B São Paulo Comunicação); e Ney Tadeu da Silveira (responsável pela Quality Comunicação Ltda); há provas de enriquecimento ilícito e dano ao patrimônio público e descumprimento dos princípios que regem a Administração Pública e seus agentes – legalidade, moralidade, honestidade, lealdade – e, ainda, o concurso direto das empresas-rés e de seus sócios-rés para a prática dos atos de improbidade perpetrados, dos quais se beneficiaram também diretamente, nos termos do § 4º art. 35 da CF/88, regulamentado pela Lei nº 8.429/92, e consoante os ditames da lei nº 7.347/92, sejam os réus citados pela prática de atos de improbidade a fim de que sejam condenados, nos termos dos arts. 1º da Lei nº 7.347/85; 3º e 12º da Lei nº 8.429/92; bem como com supedâneo nos arts. 159 e 1.518 do Código Civil.

#### 7.2.3.4 TELESP

Ao considerar a movimentação financeira efetivada pelo *Esquema Marcos Valério* à partir da Fundacentro, cumpre adicionalmente destacar - neste Relatório Final - o que ocorreu na TELESP. Constam das informações disponíveis na CPMI dos Correios: “O Banco Central do Brasil encaminhou, em 19.10.2005, documentação entregue pelo Banco Industrial e Comercial S.A. (Bicbanco) referente à conta de depósitos de SMP&B São Paulo Comunicação Ltda. Trata-se da conta corrente nº 14.053.497-6, da Agência 007, do Bicbanco. A documentação remetida registra grande número de depósitos e ordens de crédito a favor da SMP&B São Paulo oriundos de Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP e da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.” Para melhor ponderação da representatividade diante dos padrões monetários atuais, a assessoria da CPMI dos Correios procedeu à correção da sua expressão numérica pela variação do INPC, até o mês de novembro/2005, obtendo o quadro apresentado a seguir:

#### **Depósitos para SMP&B-SP no Bicbanco**

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4088</u>
Doc: _____

Mês	FUNDACENTRO	TELESP	Varição INPC	Soma Corrigida
Abril/1997	0,00	1.751.888,69	1,8429	3.228.555,67
Maiio/1997	0,00	1.536.976,17	1,8319	2.815.586,65
Junho/1997	0,00	946.237,07	1,8299	1.731.519,21
Julho/1997	90.271,05	2.119.873,63	1,8235	4.030.198,82
Agosto/1997	0,00	1.017.649,32	1,8202	1.852.325,29
Setembro/1997	1.540.187,43	1.665.545,73	1,8207	5.836.678,36
Outubro/1997	265.586,11	1.916.333,78	1,8199	3.970.876,01
Novembro/1997	1.245.003,03	1.919.364,64	1,8137	5.739.213,64
Dezembro/1997	480.168,20	3.224.517,73	1,8110	6.709.186,22
Janeiro/1998	2.433.370,44	2.142.790,43	1,8007	8.240.292,88
Fevereiro/1998	126.751,89	1.226.546,69	1,7855	2.416.314,62
Março/1998	664.199,08	3.630.103,40	1,7759	7.626.251,77
Abril/1998	1.427.117,67	3.999.253,89	1,7673	9.590.026,46
Maiio/1998	1.104.593,76	1.700.362,18	1,7593	4.934.758,99
Junho/1998	732.969,38	2.875.275,58	1,7468	6.302.882,30
Julho/1998	1.096.525,35	2.910.119,75	1,7442	6.988.390,38
Agosto/1998	130.770,34	2.488.747,32	1,7490	4.581.536,39
Setembro/1998	84.460,40	3.992.657,82	1,7577	7.166.350,70
Outubro/1998	398.278,65	0,00	1,7631	702.205,09
Novembro/1998	724.198,41	0,00	1,7612	1.275.458,24
Dezembro/1998	3.455.996,76	0,00	1,7644	6.097.760,68
Janeiro/1999	926.873,07	0,00	1,7570	1.628.515,98
Fevereiro/1999	135.307,87	0,00	1,7456	236.193,42
Março/1999	175.865,66	0,00	1,7234	303.086,88
<b>Totais</b>	<b>17.238.494,55</b>	<b>41.064.243,82</b>		<b>104.004.164,64</b>

NOTA.: Do quadro apresentado acima ganha relevo o total corrigido pela variação do INPC, que alcançou o montante de R\$ 104.004.164,64. São valores que precisam ser cotejados com as somas até este momento identificadas nos empréstimos bancários realizados pelas empresas de Marcos Valério junto ao Banco Rural em 2002/2003.

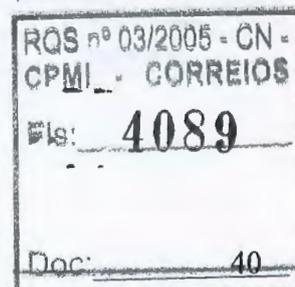
2. A ficha-proposta de abertura da conta, que foi movimentada até 30.09.2003, foi preenchida em 28.01.1997 e indica como sócios/diretores os seguintes nomes:

NOME	CPF/CNPJ
Cristiano de Mello Paz	129.449.476-72
Ramon Hollerbach Cardoso	143.322.216-72
Marcos Valério Fernandes de Souza	403.760.956-87
Espólio de Maurício Moreira da Silva	009.948.126-04
C. S. Andrade Participações S.A.	38.582.904/0001-45

OBS.: Segundo registro da Receita Federal, Marcos Valério Fernandes de Souza é o responsável pela SMP&B São Paulo Comunicação Ltda.

3. "Os depósitos feitos pela Telesp tiveram início em 07.04.1997 e os feitos pela Fundacentro, em 31.07.1997. Considerando a natureza dos negócios da SMP&B São Paulo, quais sejam publicidade e propaganda, parece-nos razoável presumir que tais depósitos estivessem relacionados ao pagamento de serviços dessa espécie, embora não possamos justificar a razão pela qual isto fosse feito mediante depósitos de cheques e não pelo pagamento de duplicatas de faturas correspondentes aos serviços realizados. Para elucidar, portanto, a questão pertinente ao relacionamento entre as empresas, foi expedido à Telesp o Ofício nº 1501/2005, em 28.11.2005, solicitando cópia de todos os contratos de prestação de serviços firmados com empresas do Sr. Marcos Valério ali arroladas, bem como relação discriminativa dos pagamentos deles resultantes, além da composição da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Companhia."

A respeito da utilização dos recursos depositados, com base nos documentos encaminhados pelo Bicbanco, algumas considerações presentes na Nota Técnica de 15.12.2005 merecem destaque neste momento. Todavia, cumpre destacar inicialmente que o extrato da movimentação bancária investigado registra um considerável número de cheques que trazem anotação de estarem destinados ao pagamento de notas fiscais emitidas por pessoas jurídicas específicas, que estão resumidos nos cinco quadros a seguir, todos de Pagamentos da SMP&B-SP para as empresas: i) DESTAQUE PROMOÇÕES E SERVIÇOS LTDA; ii) IMPACTO COMUNICAÇÃO E MARKETING S/C. LTDA; iii) MAXI-VISÃO MARKETING S/C. LTDA; iv) PROMO PLACE PROPAGANDA PROM. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA; e v) VIRTUAL TRABALHOS PROMOCIONAIS LTDA.



Pagamentos da SMP&B-SP para DESTAQUE  
PROMOÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Mês	Pagamentos	Varição INPC	valor corrigido
maio/1997	76.203,60	1,8319	139.597,37
março/1998	30.507,00	1,7759	54.177,38
abril/1998	82.486,00	1,7673	145.777,51
maio/1998	117.861,92	1,7593	207.354,48
junho/1998	98.104,01	1,7468	171.368,08
julho/1998	68.761,00	1,7442	119.932,94
<b>T o t a l</b>	<b>473.923,53</b>		<b>838.207,76</b>

Pagamentos da SMP&B-SP para IMPACTO  
COMUNICAÇÃO E MARKETING S/C. LTDA.

Mês	Pagamentos	Varição INPC	valor corrigido
abril/1997	18.734,30	1,8429	34.525,44
março/1998	106.500,00	1,7759	189.133,35
abril/1998	116.884,50	1,7673	206.569,98
maio/1998	95.388,12	1,7593	167.816,32
<b>T o t a l</b>	<b>337.506,92</b>		<b>598.045,09</b>

Pagamentos da SMP&B-SP para MAXI-VISÃO MARKETING S/C. LTDA.

Mês	Pagamentos	Varição INPC	valor corrigido
abril/1997	70.712,32	1,8429	130.315,73
agosto/1997	71.500,00	1,8202	130.144,30
setembro/1997	353.358,55	1,8207	643.359,91
outubro/1997	81.161,00	1,8189	147.623,74
novembro/1997	276.716,00	1,8137	501.879,81
dezembro/1997	29.755,00	1,811	53.886,31
janeiro/1998	892.158,00	1,8007	1.606.508,91
fevereiro/1998	191.468,00	1,7855	341.866,11
março/1998	119.692,82	1,7759	212.562,48
abril/1998	286.987,00	1,7673	507.192,13
maio/1998	54.708,00	1,7593	96.247,78
junho/1998	96.200,00	1,7468	168.042,16
<b>t o t a l</b>	<b>2.524.416,69</b>		<b>4.539.629,37</b>

Pagamentos da SMP&B-SP para PROMO PLACE  
PROPAGANDA PROM. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Mês	Pagamentos	Varição INPC	valor corrigido
março/1997	75.940,23	2,4234	184.033,55
abril/1997	365.309,00	1,8429	673.227,96
maio/1997	84.479,40	1,8319	154.757,81
julho/1997	248.313,90	1,8235	452.800,40
agosto/1997	104.593,50	1,8202	190.381,09
setembro/1997	57.787,00	1,8207	105.212,79
outubro/1997	842.414,70	1,8189	1.532.268,10
novembro/1997	379.420,00	1,8137	688.154,05
dezembro/1997	847.879,00	1,8110	1.535.508,87
janeiro/1998	280.365,90	1,8007	504.854,88
fevereiro/1998	298.242,22	1,7855	532.511,48
março/1998	1.642.311,34	1,7759	2.916.580,71
abril/1998	924.875,88	1,7673	1.634.533,14
maio/1998	500.199,15	1,7593	880.000,36
junho/1998	1.345.100,65	1,8299	2.461.399,68
julho/1998	618.593,58	1,8235	1.128.005,39
agosto/1998	1.315.812,86	1,8202	2.395.042,57
setembro/1998	1.725.773,00	1,8207	3.142.114,90
<b>Total</b>	<b>11.657.411,31</b>		<b>21.111.387,73</b>

Pagamentos da SMP&B-SP para VIRTUAL  
TRABALHOS PROMOCIONAIS LTDA.

Mês	Pagamentos	Varição INPC	valor corrigido
junho/1997	24.268,83	1,8299	44.409,53
julho/1997	155.601,00	1,8235	283.738,42
agosto/1997	312.843,90	1,8202	569.438,47
setembro/1997	365.609,85	1,8207	665.665,85
outubro/1997	182.031,00	1,8189	331.096,19
novembro/1997	224.921,00	1,8137	407.939,22
dezembro/1997	143.862,30	1,8110	260.534,63
Janeiro/1998	211.725,00	1,8007	381.253,21
março/1998	110.745,00	1,7759	196.672,05
abril/1998	78.721,00	1,7673	139.123,62
maio/1998	32.829,00	1,7593	57.756,06
junho/1998	41.546,00	1,7468	72.572,55
<b>Total</b>	<b>1.884.703,88</b>		<b>3.410.199,80</b>

OBS.: As declarações registradas nos versos dos cheques indicam, ainda, tratar-se de faturamento de serviços prestados para a Fundacentro e, na maior parte dos casos, para Telesp.

RO nº 03/2005 - CN -  
CPML - CORREIOS  
Fls: **4090**  
42  
Doc: \_\_\_\_\_

Tais fornecedores integram um conjunto de pessoas jurídicas sob controle dos irmãos Ricardo Yoshiyuki Otsuka e Rubens Yukio Otsuka, conforme indicava a Nota Técnica (15.12.2005):

**Ricardo Yoshiyuki Otsuka é titular das seguintes pessoas jurídicas:**

Nome Empresarial	CNPJ	Constituída em	Situação Fiscal
Destaque Promoções e Serviços Ltda.	01.171.005/0001-40	24.04.1996	inapta desde 18.09.2004
Impacto Comunicação e Marketing S/C Ltda.	01.172.492/0001-65	24.04.1996	ativa
Maxi Visão Marketing S/C Ltda.	01.564.593/0001-81	18.11.1996	inapta desde 22.02.2003
Promo Sports, Promoção, Eventos e Comércio Ltda.	01.827.808/0001-00	15.05.1997	inapta desde 22.02.2003
Virtual Trabalhos Promocionais Ltda.	01.564.594/0001-26	18.11.1996	inapta desde 18.09.2004

**Rubens Yukio Otsuka é titular da seguinte pessoa jurídica:**

Nome Empresarial	CNPJ	Constituída em	Situação Fiscal
Promo Place Propag. Prom. Comércio e Serviços Ltda.	74.404.856/0001-69	16.02.1994	inapta desde 22.02.2003

OBS.: Ricardo Yoshiyuki Otsuka é portador do CPF 570.149.738-00, enquanto seu irmão Rubens Yukio Otsuka detém o CPF 043.602.448-94 e ambos residem na Capital Paulista.

A Nota Técnica já chamava a atenção para o fato de toda esta movimentação financeira tratar-se de saques em dinheiro, ao afirmar ser igualmente digna de atenção a **freqüência dos saques em dinheiro**, registrados no extrato da movimentação sob o histórico “cheque pago”. Seguem alguns exemplos justamente dos anos de **1997 e 1998**:

Data	cheque nº	valor – R\$	Data	cheque nº	valor – R\$
14.10.1997	0.535.204	231.305,00	02.12.1997	0.618.360	52.000,00
03.11.1997	0.535.327	85.500,00	08.12.1997	0.618.430	77.333,00
10.11.1997	0.394.259	132.140,00	26.12.1997	0.591.493	90.846,00
17.11.1997	0.448.019	111.956,00	02.01.1998	0.591.552	50.154,71
28.11.1997	0.618.337	293.920,00	02.01.1998	0.591.553	124.173,00

4. “Quanto à Fundacentro, especificamente, cumpre destacar que a entidade parece ter sido submetida a um **processo de espoliação entre o 2º semestre 1998 e o 1º de 1999**, haja vista a Ação de Ressarcimento de Danos ao Erário Público que essa entidade move contra o seu ex-Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. Marco Antonio Seabra de Abreu Rocha, servidor público estadual do Estado de Minas Gerais que figura no feito como réu principal, contra a SMP&B São Paulo Comunicação Ltda., bem como seu Presidente (sic) Cristiano de Mello Paz, e contra a Quality Comunicação Ltda., acompanhada de seu diretor geral Senhor Ney Tadeu da Silveira, sendo que os últimos citados comparecem à lide na condição de co-réus.” (grifamos)

Os fatos mencionados na Ação Ordinária supramencionada são, em breve resumo, os seguintes:

- a) a Autora contratou SMP&B e Quality para a prestação de serviços de publicidade e propaganda;
- b) à época dos fatos, o Sr. Marco Antonio era Diretor Administrativo e Financeiro da Autora;
- c) auditoria especial procedida pela Secretaria de Controle Interno do Ministério do Trabalho apurou que *“a execução dos contratos de publicidade no âmbito da Fundacentro atentou contra os princípios basilares da administração pública, legalidade e moralidade e, principalmente (sic) da economicidade”*;
- d) instaurada Comissão de Tomada de Contas Especial, responsabilizou-se solidariamente o ex-Diretor e as Empresas, determinando-se a restituição ao erário dos honorários pagos indevidamente, dos preços praticados acima do mercado e dos materiais pagos sem comprovação efetiva da despesa; e
- e) re-análise procedida pela Comissão de Tomada de Contas Especial consolidou o valor devido pelos réus no total de R\$ 5.754.015,69, correspondentes a 5.407.401,2724 UFIR's, valor que em 19.10.2005 foi estimado em R\$ 12.311.217,44.

A Nota Técnica aqui considerada indicava que a maior parte desse montante correspondeu a valores cobrados pela SMP&B São Paulo pela realização de despesas preparatórias do XV Congresso Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho, que transcorreu em São Paulo, entre 12 e 16.04.1999, boa parte das quais incorridas já em 1998.

5. “Fundacentro e Telesp eram, quando se deu a movimentação financeira reportada na presente Nota Técnica, ambas entidades públicas, eis que a privatização da segunda somente ocorreu em julho/1998. Os depósitos que realizaram na conta da SMP&B no Bicbanco podem ter apresentado irregularidades na sua utilização capazes de caracterizar **desvio de recursos públicos.**” (grifamos)

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI = CORREIOS Fls: <u>4091</u> 44 Doc: _____
--

Pode-se considerar como indicativos desses desvios:

- a) as empresas beneficiárias dos pagamentos haviam sido recentemente constituídas e foram logo após descontinuadas;
- b) são elas pessoas jurídicas submetidas a controle comum;
- c) os saques em espécie de valor expressivo na conta da SMP&B no Bicbanco;
- d) notável aumento dos valores depositados nessa conta pela Telesp no último semestre precedente da privatização; e
- e) na mesma época da liberação de recursos por parte da Telesp, a SMP&B integrava esquema acusado de açambarcar quantias pertencentes à Fundacentro.”

Os documentos trazidos à colação da CPI demonstram repasses da Telesp à SMP&B Comunicação São Paulo Ltda. da ordem de R\$ 60 milhões, no período entre 1996 e 1997. Essa movimentação também não foi adequadamente analisada, embora se constitua em expressiva movimentação.

Em conclusão, pode-se destacar a afirmação presente na Nota Técnica, que em relação à Fundacentro (e no caso específico aqui em análise, com claros vínculos à gestão no período em que seus dirigentes eram vinculados ao PSDB) não restam dúvidas dos problemas indicados, pois a malversação de seu patrimônio foi efetivamente comprovada em instância própria.

#### **7.2.3.5 O Esquema Marcos Valério em Goiás**

Os tentáculos do *esquema Marcos Valério* estiveram presentes em diversas Unidades da Federação. Um caso emblemático – como o da gênese do esquema nas eleições de 1998, em Minas Gerais, quando o publicitário atuou ao lado do PSDB – diz respeito às atividades do publicitário e de suas empresas no Estado de Goiás. Mais uma vez para atender aos interesses do PSDB e, naturalmente, de suas empresas.

No dia 25 de abril de 2000 foi firmado contrato entre a SMP&B e a Agência Goiana de Comunicação, com vigência até 31/12/2000. Cumpre neste momento chamar atenção para o ano em que Marcos Valério atuava junto ao PSDB. O objeto do contrato é *estudar, planejar, criar, produzir, distribuir para veiculação e controlar os serviços de divulgação e publicidade de programas e campanhas promocionais sobre as linhas de ação administrativa do Governo do Estado de Goiás*.

O Procurador-Geral do estado de Goiás, Diógenes Morteza da Cunha, entre inúmeras outras considerações quanto ao referido contrato, preocupado com o fato de tratar-se de um instrumento que, em apenas 6 meses de vigência, foi dobrada em 100% a verba inicialmente destinada ao contrato, chamou a atenção da sociedade para a gravidade das **irregularidades praticadas**. O Procurador destacou, ainda, como sendo de maior gravidade a publicação do extrato de termo aditivo sem a existência do mesmo, o que segundo ele *“invalida a pretensa prorrogação do contrato através de tal artifício”*.

Mas vejamos no quadro abaixo a agilidade do governo do PSDB goiano na multiplicação dos recursos:

Contrato	Empresa	Valor (R\$)	Data	Prazo
Original	SMP&B	2.800.000	25/04/2000	31/12/2000
1º Termo Aditivo	SMP&B	700.000	29/09/2000	31/12/2000
2º Termo Aditivo	SMP&B	2.800.000	30/11/2000	15/06/2001
3º Termo Aditivo	SMP&B	700.000	30/03/2001	31/12/2001
<b>Total</b>		<b>7.000.000</b>		

Com esses artifícios, no interstício de abril de 2000 a março de 2001, o contrato saltou de R\$ 2,8 milhões para R\$ 7 milhões e, ainda, não obstante o contrato ter expirado em dezembro de 2001, há pagamentos realizados até junho de 2002.

Esta CPMI recebeu documentos da auditoria realizada pelo Ministério da Saúde nas contas de publicidade do Governo de Goiás, tal documento foi assinado por técnicos do DENASUS – Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde que investigaram a aplicação de recursos do “*Teto Financeiro da Epidemiologia e Controle de Doenças - TFECD*” em gastos com publicidade e divulgação, no período de 1999 a 2005, trabalho que originou o relatório DNASUS/COSIN-Auditoria nº 2458.

A auditoria apontou que os gastos com a SMP&B a partir de janeiro de 2001 foram realizados sem cobertura de contrato, que venceu em 2000 e não foi renovado. Entre 2000 e 2001 foram pagos R\$ 1,68 milhão, também sem licitação e sem amparo contratual para a empresa Tiara Comunicação e Marketing Ltda. Curiosamente (e os auditores identificaram tal fato) o endereço da empresa Tiara é o mesmo da SMP&B Comunicação, em Aparecida de Goiânia-GO.

Ante tais indícios, cumpre registrar (como fizeram os auditores), que “*esses fatos permitem admitir que o processo não passou de uma simulação (montagem)*”. O quadro abaixo dá uma noção exata dos pagamentos efetuados pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, no período auditado:

Empresas	Período dos pagamentos	Total pago (R\$)
1) SMP&B Comunicação Ltda (CNPJ: 01.322.078/0001-95)	Mar/2001 a Jan/2003	233.144,30
2) 2) SMP&B São Paulo Comunicação Ltda (CNPJ: 62.7999.184/0002-30)	Nov/2000 a Nov/2001	560.949,70
3) Tiara Comunicação e Marketing Ltda. (CNPJ: 00.368.020/0001-10)	Abr/2001 a Ago/2002	1.688.005,11
<b>Total</b>	-	<b>2.482.099,11</b>

NOTA: Há que se aditar que consta no sigilo bancário à disposição desta CPMI, que houve transferência de recursos da SMP&B para a Tiara Comunicação no período de janeiro a outubro de 2001 no valor de R\$ 301.738,60.

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4092</b>
Doc:

Merecem destaque, ao final, três aspectos:

- (1) De maior relevância é a informação de que nem a SMP&B São Paulo Comunicação Ltda e nem a Tiara Comunicação e Marketing Ltda. Haviam participado do processo licitatório ou mantinham qualquer contrato de prestação de serviços à Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, em desobediência ao art. 37 da Constituição Federal e às disposições da Lei nº 8.666/93;
- (2) Em 10.08.2000 a Agência Goiana de Comunicação solicitou à SMP&B uma proposta orçamentária para a divulgação da Campanha Estadual de Doação de Órgãos, mas é de estranhar que no ofício convite da Secretaria explicita-se: “a dotação disponível é no valor de R\$ 310.454,20 empenhada sob o número 00592 00, através da Secretaria de estado da Saúde”, Nota de Empenho que só foi emitida em 18.09.2000, ou seja, 28 dias após ter sido informada à SMP&B (processo 5532800); e por fim
- (3) O caso da Campanha de Combate à Dengue, em que a empresa Tiara Comunicação e Marketing Ltda., então vencedora do processo licitatório (sic) comunicou à Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, por meio do orçamento vencedor, que um dos concorrentes derrotados realizaria os serviços contratados, sob a forma de terceirização, a um preço inferior ao que a empresa executante havia estipulado para contratação direta.

Os seguintes servidores foram identificados como responsáveis pelas irregularidades:

Fernando Passos Cupertino de Barros	CPF: 195.630.601-30
Idelmar de Paiva Neto	CPF: 147.289.071-04
Luiz Antonio Aires da Silva	CPF: 118.366.601-20
Maria Lúcia Carnellosso	CPF: 385.314.960-04
Maria da Graça Silva Golçalves	CPF: 827.850.901-87

#### **7.2.4 A POSIÇÃO DO SENADOR EDUARDO AZEREDO**

O Senador Eduardo Azeredo compareceu espontaneamente à CPMI “dos Correios” para prestar os esclarecimentos relativos à campanha ao Governo de Minas Gerais em 1998. O Senador afirmou que a prestação de contas da sua campanha, no valor de R\$ 8,5 milhões, foi aprovada sem ressalvas pelo TRE. Além disso, destacou que o responsável pela movimentação financeira da campanha foi o Sr. Cláudio Mourão. Segundo, por sua decisão e dos dirigentes da coligação partidária que o apoiou, fez a campanha à reeleição acumulando o exercício do cargo de Governador.

O Senador disse que a condução da campanha esteve a cargo da coordenação geral criada pela coligação e de comissões específicas que dela receberam diferentes delegações para atuar. Segundo Azeredo, a responsabilidade da movimentação financeira era da coordenação da campanha, por meio da contratação de veículos, pintores, panfleteiros, material de propaganda e outros itens.

Declarou que jamais admitiria que seu governo desse aval ou anuência a qualquer empréstimo, tanto que quando o Banco Rural promoveu a execução judicial da dívida, cobrou não do Estado, mas sim dos três garantidores do empréstimo.

Portanto, ainda segundo a posição externada pelo Senador, se o tomador do empréstimo apresentou como garantia um contrato com o governo do Estado e o Banco Rural aceitou, a decisão diz respeito à diretoria do Banco. O empréstimo foi feito entre uma empresa e um banco, não tendo o Senador nada a ver com isso (sic). Acrescenta que tais contratos publicitários com secretarias do seu governo foram dados em garantia apenas na renovação do empréstimo, não na sua concessão e, repetiu na CPMI, que tal fato ocorreu sem a sua autorização. Continuou sua manifestação na CPMI dizendo que sua campanha no valor de R\$ 8,5 milhões foi a mais alta entre as realizadas a candidatos a governador, mas certamente não foi a campanha mais cara, o que em boa medida não explica os problemas identificados no financiamento de sua campanha.

O Senador distingue a questão dos financiamentos de campanha eleitoral das investigações sobre a prática da compra do voto de parlamentares. Diz que eventuais irregularidades no processo eleitoral deverão ser objeto de esclarecimento e depois de medidas concretas, no bojo da reforma política.

O Senador apresentou uma carta escrita por Mourão, na qual este afirma que, por sua própria iniciativa, tomou decisões estratégicas em relação aos seguintes pontos: 1) como gerenciador das finanças, tomou a decisão de apoiar candidatos a deputado, no entendimento de que isso pudesse fortalecer a campanha majoritária; 2) solicitou à SMP&B o apoio a vários candidatos a deputado; 3) entendendo ainda que as referidas campanhas fossem fazer as respectivas prestações de contas, não as incluiu na prestação da campanha majoritária. Somente agora compreendeu que o entendimento era de que ele o faria.

Embora “tivesse como responsável pela campanha o Sr. Cláudio Mourão”, a Lei nº 9.504/97, já em vigor na época da disputa de 98, dispõe no art. 21 que “**o candidato é o único responsável** pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha”. (grifamos)

O Senador **Eduardo Azeredo** entregou **diversos documentos** a essa CPMI, além de extratos bancários da DNA que mostram a movimentação da conta 60022414, a qual não registra qualquer dos nomes veiculados pela imprensa como beneficiários dos recursos oriundos dos empréstimos de 1998. De fato, do extrato apresentado não constam tais nomes, porém, como a transferência do sigilo dessa CPMI retroagiu para 1997, foi possível observar que os repasses às pessoas indicadas não saíram da conta cujo extrato foi apresentado pelo Senador, essa conta – 60022414 do Banco Rural – foi a receptora do empréstimo. A movimentação conjunta das empresas de Marcos Valério mostra que o valor do empréstimo foi movido da conta 60022414 da DNA para a conta 60022899 da SMP&B, ambas no Banco Rural. A partir daí, foram pulverizados com cheques da SMP&B para a própria SMP&B. Entretanto, há alguns repasses via DOC ou depósito em dinheiro para 82 políticos ou pessoas ligadas à campanha em que há identificação. Os repasses identificados, somados, ultrapassam R\$ 1,6 milhão e saíram das contas da SMP&B do Banco Rural e BCN (anexo Procedimento Investigativo nº 131/2005 do Ministério Público de MG).

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4093</b>
Doc:

### 7.2.5 CONCLUSÃO

Contudo, em que pesem os argumentos trazidos pelo Senador Eduardo Azeredo, as informações disponíveis – até mesmo em processos judiciais – têm comprovado, de forma consistente:

- 1) as ligações do Senador Eduardo Azeredo com Marcos Valério encontram comprovação no depoimento do próprio Marcos Valério e também nas ligações telefônicas entre os dois, além dos benefícios obtidos por suas empresas durante o governo Azeredo;
- 2) o *esquema Marcos Valério* foi – de fato - inaugurado na gestão de Eduardo Azeredo à frente do governo de Minas Gerais e durante a sua campanha à reeleição; e
- 3) o empréstimo bancário foi o meio encontrado para a obtenção dos recursos que se faziam necessários, tanto em 1998 como em 2002/2003.

Não se conseguiu comprovar se de fato tais empréstimos existiram na forma tornada pública, mas não há elementos que permitam considerar tais empréstimos como uma farsa. Contudo, no caso de Minas Gerais e no Governo Federal do PSDB (período FHC: 1999/2002), os processos judiciais em estágio avançado têm comprovado que existem sérias irregularidades nos contratos firmados com as empresas de Marcos Valério (exemplos: Fundacentro e Secretaria de Estado da Saúde de Goiás).

### 7.3 MARCOS VALÉRIO E A CPMI DOS CORREIOS

As evidências públicas do *esquema Marcos Valério* surgiram em momento próximo ao início dos trabalhos desta CPMI. Em 9 de junho, três dias após entrevista do Deputado Roberto Jefferson ao jornal Folha de S.Paulo, na qual o então Presidente Nacional do PTB fez as primeiras referências públicas ao que seria um pagamento a parlamentares, desde então denominado *Mensalão*, a CPMI dos Correios inaugurou suas atividades.

Fato é que desde o início dos trabalhos a Comissão se afastou de seu desiderato inicial, desvirtuando-se de forma exacerbada de sua linha primária de investigação, na medida em que direcionou suas energias para a tentativa de demonstrar o que seria a suposta gênese de um grande esquema de corrupção descoberto na seara da República Federativa Brasileira e sob os auspícios do Governo Atual.

Evidentemente que não se vai aqui asseverar ou expender argumentos acerca da inexistência das irregularidades que foram descortinadas e expostas à opinião pública e à sociedade brasileira pela Comissão Parlamentar, que apenas reafirmam e reforçam a necessidade premente da adoção de mecanismos que moralizem e tornem mais transparentes as campanhas eleitorais.

Nesse prisma, o relatório final desta CPMI não pode estar dissociado dos objetivos divisados pelo ato de criação da Comissão, como também deve espelhar fielmente a realidade das investigações, não dando margem a que se reverbere dados, constatações e informações genéricas, circunstanciais, laterais, que não encontram amparo no conjunto probatório objeto das investigações realizadas pela Comissão.

É nessa seara que devem ser analisadas com muita e refletida ponderação algumas afirmações ou supostas ilações acerca, por exemplo, de *transferências de recursos públicos*

*para o Partido dos Trabalhadores ou ainda que o Governo atual foi o responsável pelo maior sistema de corrupção nos últimos anos*, asserções que não encontram respaldo nos fatos, nas provas coletadas e no resultado dos trabalhos produzidos pela Comissão.

Da mesma forma, não se pode admitir, sob pena de frustração da sociedade e desmoralização da Comissão e do próprio instituto constitucional de investigação legislativa, ou seja, a própria CPMI, que diante dos fatos apurados sejam desfiguradas ou até mesmo transformadas em inverdades ou, o que seria mais grave, que a responsabilidade pela materialização das impropriedades sejam transferidas, por conveniência e disputa política a terceiros, como ocorreu, por exemplo, em face das circunstâncias e da “gênese” das irregularidades de fluxo financeiro que informaram as campanhas eleitorais nos últimos anos.

Há, portanto, uma realidade que não pode ser refutada ou ignorada pela CPMI e pelo relatório final produzido. A gênese e toda a engenharia das operações realizadas pelo Sr. Marcos Valério e suas agências de publicidade foram edificadas e construídas em 1998 no Estado de Minas Gerais, sob os auspícios do Governo liderado pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

O fato é que muito embora a criação da CPMI tenha sido fundamentada na necessidade de investigar as denúncias de ilícitos praticados no âmbito da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) ou diretamente a estes relacionados, todos os esforços da investigação se voltaram para a apuração das supostas irregularidades envolvendo os chamados escalões superiores da Administração Pública atual, como se todos os males e defeitos existentes no Brasil tivessem origem na campanha eleitoral de 2002 e no período subsequente (2003 a 2005).

Nessa empreitada e conquanto seja uma realidade insofismável que o Legislativo não dispõe de poderes gerais e indiscriminados de investigação, muitos abusos foram cometidos pela Comissão, especialmente com pronunciamentos e juízos de valores preliminares e apressados de Parlamentares em relação aos seus próprios pares, além da utilização farta de fontes e fatos genéricos ou enunciados vagos ou indefinidos que em várias oportunidades levaram a conclusões dissociadas da realidade efetivamente apurada, quase sempre a reboque de notícias.

Nesse prisma, adverte o Eminentíssimo Ministro CELSO DE MELLO que ‘*constitui verdadeiro abuso instaurar-se inquérito legislativo com o fito de investigar fatos genericamente enunciados, vagos ou indefinidos*’ (in *Justitia* 121/150 e ss., órgão do Ministério Público de São Paulo, ano 45, abril-junho/83).

Mesmo que se considerasse haver um aspecto determinado a ser investigado, fato é que a CPMI dos Correios desde logo se mostrou um instrumento de ataques fortuitos ao Governo Federal, em boa medida com ritmo definido pela mídia, que em vários momentos pareceu andar à frente das investigações.

A Constituição impõe que o inquérito parlamentar objetive atos, ações ou fatos concretos. Não há, no ordenamento constitucional brasileiro, investigações difusas. O objeto de investigação da comissão de inquérito há de ser preciso. Nesse sentido, vários autores já se posicionaram a respeito: NELSON DE SOUZA SAMPAIO, “Do Inquérito Parlamentar”, p. 35, 1964, FGV; PONTES DE MIRANDA, “Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda nº 1, de 1969”, tomo III, p. 49, 2ª ed., 1970, RT; JOSÉ CELSO DE MELLO FILHO, “Constituição Federal Anotada”, p. 172, 2ª ed., 1986, Saraiva.

Ora, imprecisão e precipitação são os vetores que nortearam algumas linhas de investigação dessa CPMI, na tentativa vã de demonstrar, de qualquer forma, a todo custo e

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fís.: 4094
50
Doc:

sob qualquer pretexto, algumas “verdades” (*sic*) pré-anunciadas ou alguns juízos de valores que apenas tentam cristalizar no imaginário popular uma determinada posição política em detrimento da realidade que viceja da apuração levada a termo.

A falta de objetividade, enfatiza GEORGE VEDEL, tem sido a causa maior da descaracterização e da ineficácia das investigações parlamentares (Ver ‘*Manuel Elementaire de Droit Constitutionnel*’, p. 456, 1949, Lib, Recueil Siray, Paris).

Devem os trabalhos finais da CPMI dos Correios estar condizentes com todas as provas e achados da investigação, jamais privilegiando ou procurando acomodar quaisquer dos interesses políticos ou sociais que necessariamente influenciam as empreitadas dessa espécie.

Assim, a Comissão não pode se transformar em instrumento de devassa infundada da vida privada de alguns cidadãos e/ou instituições ou mesmo de abuso dos poderes de investigação próprios de autoridades judiciais conferidas ao Poder Legislativo. Essa a posição é assim defendida por MIGUEL REALE:

*“... a exigência constitucional de investigação sobre fato determinado com poderes próprios das autoridades judiciais constitui uma díade incidível que atende, concomitante e complementarmente, ao interesse público e à proteção do direito individual” (Questões de Direito Público, Saraiva, p. 102).*

O artigo 58 da Constituição Federal destaca com percuciência que as CPIs são comissões temporárias que poderão ser criadas pela Câmara ou pelo Senado Federal, ou em conjunto por ambas as Casas, mediante requerimento de um terço de seus membros.

Nesse sentido, as Comissões Parlamentares de Inquérito têm suas regras de criação, instituição e funcionamento estabelecidas na Constituição Federal e nos Regimentos Internos da Câmara dos Deputados (RICD) e do Senado Federal (RISF), sendo que este último, em seu Art. 145, § 1º estabelece que o *“requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito determinará o fato a ser apurado, o número de membros, o prazo de duração da comissão e o limite das despesas a serem realizadas.”* (grifamos)

No mesmo diapasão, o artigo 35 do RICD define o conceito de “FATO DETERMINADO” como acontecimento de interesse relevante para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do País, ou seja, o fato determinado deve estar devidamente caracterizado no requerimento de constituição da CPI, situação que, claramente, não se encontra presente no Requerimento nº 3, de 2005.

Existem pressupostos inequívocos: as Comissões Parlamentares de Inquérito não podem acusar de forma leviana. Não podem usar a imprensa e os meios de comunicação para explicitar juízos ou conclusões sem a efetiva e plena apuração dos fatos que pretendem demonstrar serem verdades. Devem colher as provas, de modo amplo, ouvindo todos os envolvidos e analisando todos os documentos. Devem ser equidistantes, imparciais e, acima de tudo, devem respeitar o princípio da presunção da inocência, tão caro ao Estado Democrático de Direito, por vezes banalizado por aqueles que se preocupam tão somente com a repercussão dos fatos na mídia, deixando de verificar a consistência das alegações.

Esta CPMI tem a responsabilidade e o ônus da prova, o que significa demonstrar com todos os elementos disponíveis as afirmações e conclusões que fizer, sob pena de macular indevidamente direitos sagrados dos cidadãos e das instituições que integram a República Federativa do Brasil.

Nesse sentido, o Ministro Nelson Jobim no artigo “Balanço de CPIs revela que punição é rara”, publicado em 22/01/2006 no jornal Folha de S. Paulo, afirmou:

### Antecipação de culpas

*“Pela experiência que tive no Congresso, posso afirmar que há um espaço não muito rigoroso no que diz respeito à antecipação de culpas. Há sempre uma antecipação de culpas nas CPIs”.*

E mais:

*“O pressuposto no sistema judiciário é a inocência, e o dever é a prova. Quem tem o ônus da prova, quem tem de convencer o sistema judiciário de que o cidadão é culpado é o Ministério Público. Quando nós decidimos, há, digamos, uma flacidez da prova (...)”*

Ainda a esse respeito, ganha relevo a análise de J. Cretella Júnior (*In Comentários à Constituição de 1988*, Ed. Rio, São Paulo, 1991, págs. 2.074 e segs.) quando afirma:

*“O máximo que se pode dizer é que, se uma investigação deve versar sobre fato determinado, ela somente poderá ser juridicamente admissível se se reportar pelo menos a algo de determinável ou certificável de maneira circunscrita e definida, e não de forma indiscriminada e ilimitada, dando lugar a atos abusivos, tanto mais graves quando estão em causa direitos fundamentais como aqueles supralembrados, relativos à liberdade, à vida privada e à imagem dos cidadãos”.*

J. Cretella Júnior complementa:

*“.....A Comissão Parlamentar de Inquérito, só pode ter: "por objetivo a investigação de 'ato' a não de hipótese (...) Crises in abstracto, suposição e hipótese do que pode ocorrer, suas causas e conseqüências podem ser objeto de investigação por outro tipo de Comissão, jamais pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigando 'fato determinado', não investiga 'fantasias' ou 'hipóteses', que pertencem ao mundo artificial de meras cogitações." (op. cit.; pp. 105/106)*

O objeto da CPMI dos Correios era investigar o caso de corrupção envolvendo o Chefe do Departamento de Contratação dos Correios Maurício Marinho, relatado no capítulo 5. Contudo, a ligação entre Roberto Jefferson e Maurício Marinho, personagem central daquele episódio, puxou um novo fio da história.

Maurício Marinho, gravado em ato explícito de corrupção, citou o nome do Deputado Roberto Jefferson como organizador do esquema de corrupção. Na fita o funcionário dos Correios mencionava ao interlocutor a sua ligação com o então parlamentar. Já em depoimento à CPMI, acuado, Jefferson respondeu alegando ter sido vítima de “chantagem” e negou participação no esquema. Foi neste ponto dos acontecimentos que os fatos tomaram rumo, no qual mostrou-se que muito havia de ser descoberto.

Roberto Jefferson não se limitou a defender-se de seu envolvimento no caso. Revidou as denúncias disparando outras acusações, ao revelar um eventual esquema de corrupção de parlamentares coordenado pela direção do Partido dos Trabalhadores, que seria chamado de *Mensalão*. De acordo com Jefferson, o articulador do esquema publicitário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza.

RECEBEMOS
03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
FTS: 4095
52
Doc:

Em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, no dia 14 de junho de 2006, o ex-Deputado descreveu Marcos Valério como o intermediador de repasses de dinheiro a parlamentares e líderes de bancada da base governista, a mando da direção do PT:

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ)** – [...] desde agosto de 2003, é voz corrente em cada canto desta Casa, em cada fundo de plenário, em cada gabinete, em cada banheiro que o Sr. Delúbio, com o conhecimento do Sr. José Genoíno, sim, tendo como pombo-correio o Sr. Marcos Valério, um carequinha que é publicitário lá e Minas Gerais, repassa dinheiro a partidos que compõem a base de sustentação do Governo num negócio chamado mensalão.

Descobriu-se em seguida que as agências de publicidade SMP&B Comunicação e DNA Propaganda, de propriedade de Marcos Valério, mantinham diversos contratos com a administração pública e tinha relacionamento com políticos e autoridades públicas. O Banco do Brasil, a Eletronorte, o Ministério do Trabalho e os Correios, centro das investigações dessa CPMI, todos eram contratantes dos serviços de Valério.

Naquele mesmo dia, a página eletrônica da Revista IstoéDinheiro publicou entrevista com a ex-secretária de Marcos Valério Fernanda Karina Somaggio, na qual ela acusava o publicitário de ter feito saques nas agências do Banco Rural às vésperas de suas viagens para Brasília. Segundo o posicionamento da ex-secretária o dinheiro seria destinado a políticos e parlamentares. A esta CPMI, posteriormente, Karina confirmou o teor de suas declarações em depoimento realizado no dia 07/07/2005:

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na Polícia Federal, V. S<sup>a</sup> disse que, na verdade, era de seu pleno conhecimento que vultosas quantias saíam da empresa em malas destinadas a Brasília para pagamentos a Deputados. Essa afirmação, essa referência específica a Deputados... E antes eu lhe fiz a pergunta, de um certo modo, por uma outra forma, se V. S<sup>a</sup> tinha certeza que esses recursos vinham para Parlamentares ou eventualmente para alguém da Administração Pública, e V. S<sup>a</sup> aqui fala. Tem alguma informação para dizer que...

**A SR<sup>a</sup> FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO** – Tenho.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...essas malas vinham com destinação a pagamento de Parlamentares?

**A SR<sup>a</sup> FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO** – Sim, tenho. Porque algumas vezes ele falava com o Sr. Delúbio, depois ele ligava para alguma outra pessoa, dizendo: “Olá, Deputado!” Mas nunca citava o nome e sempre dizia: “Amanhã vou estar em Brasília”. E nesse dia em específico, que eu me lembro, quando ele disse “olá Deputado”, houve um saque, mas eu não me lembro o dia exatamente.

Naquela oportunidade, a depoente afirmou ter presenciado evento que indicava o favorecimento à SMP&B Comunicação na licitação vencida para prestação de serviço à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT):

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tem um episódio, se não me engano, em que V. S<sup>a</sup> fala que ele antecipou a vitória da licitação.

**A SR<sup>a</sup> FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO** – Sim, um dia antes da licitação, já tinha uma festa não marcada com todos mas já tinha uma festa pronta.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas era tão pronta que poderia não haver uma decepção na hora porque a notícia foi equivocada?

**A SR<sup>a</sup> FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO** – Sim, porque eles compraram vários salgados, ligaram antes, compraram champanhe.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E diziam que era para comemorar a...

**A SR<sup>a</sup> FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO** – Ai, no outro dia, às 3 horas da tarde, eles pediram para avisar que às 5h30min ia ter a festa para comemorar a licitação dos Correios, que já tinha sido da SMP&B. Mas eu não sei o horário em que saiu, mas no outro dia já tinha a festa pronta.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu não entendi isso do outro dia. O que aconteceu no primeiro dia?

**A SR<sup>a</sup> FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO** – No dia anterior, eles já tinham encomendado a champanhe, as bebidas e todas as comidas, mas não tinham dito que era pela licitação dos Correios. Somente no outro dia ficamos sabendo.(...)

Fernanda Karina Somaggio ainda repassou à Polícia Federal sua agenda de recados utilizada no período em que foi secretária de Valério. O conteúdo da agenda foi entregue a esta CPMI. Diversas anotações de Karina correspondiam às suspeitas e confirmavam as informações que prestara. Os registros de saques em dinheiro coincidiam com datas das viagens do empresário Marcos Valério a Brasília. Na agenda também consta a identificação de compras de passagens e pagamento de diárias de hotéis entre maio e dezembro de 2003 ao ex-Procurador da Fazenda Nacional, Glênio Guedes. Em depoimento à CPMI, o publicitário afirmou ter estreita amizade com Guedes e admitiu que adquiriu passagens aéreas para o Procurador:

*“SR. MARCOS VALÉRIO - O Dr. Glênio Guedes eu conheci durante os eventos de hipismo. Temos a mesma paixão – cavalos – e conversamos muito sobre cavalos, muito. E ele vai a Belo Horizonte, onde tinha uma irmã, ia visitar o Centro Hípico também, a meu convite. E foi a São Paulo, também, ver algumas provas de hipismo a meu convite. Nos tornamos muito, muito, muito... com um relacionamento muito íntimo. E, muitas vezes, o Dr. Glênio Guedes me solicitava ajuda de emitir passagem, não porque ele precisasse que eu pagasse, não - ele reembolsou todas as passagens e isso está na minha contabilidade -, mas porque eu tinha facilidade de a minha secretária emitir passagem e ele não tinha secretária à época. E foi só isso”*

O Procurador da Fazenda Glênio Guedes era um dos dois membros do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), que pode rever sanções e multas aplicadas pela área de fiscalização do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A partir dessas e outras evidências, outras pessoas citadas pelo Deputado Roberto Jefferson, como o então ministro das Comunicações, Miro Teixeira e a Deputada Raquel

RGS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4096
54
Doc:

Teixeira confirmaram os seus relatos, referente aos destinatários do *esquema Marcos Valério*.

O Sr. Delúbio Soares prontificou-se a refutar as delações de Jefferson. Dois dias após a publicação da reportagem da Folha de S.Paulo na qual o Deputado Jefferson o classificara como um dos organizadores do esquema do Mensalão, o Tesoureiro Nacional do PT convocou entrevista coletiva à imprensa. Naquela oportunidade, alegou estar sendo vítima de “chantagem”. E declarou:

*“Nós estamos entendendo que o conteúdo da entrevista dada no que se refere à compra de deputados e à compra de votos é chantagem. O PT não participa da compra de votos de deputados. Não participa de compra de apoio de deputados. Estão tentando chantagear não só o PT, mas também o governo e o Congresso Nacional”.*

O outro principal envolvido, o Sr. Marcos Valério, levou duas semanas para se pronunciar. Quando o fez, também negou as acusações de Jefferson e os relatos de sua ex-secretária Fernanda Karina Somaggio. Em entrevista ao Jornal Nacional da TV Globo, que foi ao ar no dia 23 de junho, Valério negou relações com PT, conforme transcrição abaixo:

**MARCOS VALÉRIO** – *“Eu não sou pombo Correio do seu Delúbio Soares, não sou operador do PT. Eu não opero para ninguém [...] Mais uma vez ela (Fernanda Karina Somaggio) mente, e na última ela fala que supõe que seja mala de dinheiro. Nunca as minhas empresas puseram nada em malas, nem de dinheiro, nem de documentos, nada. As minhas empresas são sólidas e sérias. Qualquer depósito, insinuação de lavagem, qualquer especulação de empresas laranjas, eu refuto, são mentirosas”*

Na mesma entrevista, como em seu depoimento à CPMI, o empresário admitiu ser amigo de Delúbio Soares e por isso era visto com frequência em sua companhia:

**MARCOS VALÉRIO** – *“(...) sou amigo do Delúbio e nunca escondi isso e sempre encontrei com o Delúbio ou em público ou na sede do PT em Brasília ou em São Paulo. Repito, sou amigo dele”*

No dia 29 de junho, o empresário sustentou a mesma versão em depoimento à Polícia Federal. Novamente negou ser responsável pela distribuição de dinheiro a deputados da base do governo. Em 8 de julho, o mesmo fez o Sr. Delúbio Soares em depoimento a Polícia Federal. Ambos não fizeram referência à existência de empréstimos, versão que posteriormente iriam sustentar, sob força das evidências. Naquelas oportunidades, desmentiram a possibilidade de relação comercial entre eles e entre as entidades jurídicas que representavam, no caso, empresas de propriedade do Sr. Marcos Valério e o Partido dos Trabalhadores.

Em edição do dia 6 de julho de 2005 (tornada pública dois dias antes) a Revista Veja publicou reportagem com documento de contrato de mútuo firmado no valor de R\$ 2,4 milhões no dia 17 de fevereiro de 2003, entre o Partido dos Trabalhadores e o Banco BMG, no qual o publicitário Marcos Valério assina como avalista e devedor solidário. Uma das parcelas foi paga pela SMP&B Comunicação. Os demais avalistas foram o Presidente

do PT à época, José Genoíno, e Delúbio Soares. Os detalhes dessa operação serão descritos no tópico seguinte deste relatório. Na reportagem, foi publicada entrevista com José Genoíno, em que procurava desmentir o teor da reportagem:

**REVISTA VEJA – E então ?**

**JOSÉ GENOÍNO** – Olha, não tem isso, não. O que temos com o Marcos Valério são dívidas de campanhas de políticos que ele fez para a gente como *publicitário*.

**REVISTA VEJA – Ele nunca foi avalista do PT em alguma operação bancária?**

**JOSÉ GENOÍNO** – Nunca. Ele nunca foi avalista do PT. Não tem isso, não.

Premido pelos fatos, o publicitário Marcos Valério depôs a esta CPMI no dia 6 de julho de 2005 e admitiu, pela primeira vez, que tinha negócios com o Partido dos Trabalhadores. É importante mencionar que Marcos Valério depôs sob condição de investigado, a partir de decisão liminar do Supremo Tribunal Federal. O instituto permite ao depoente calar-se sempre que suas palavras possam auto-incriminá-lo, a seu critério de julgamento. O depoente, contudo, naquela oportunidade, não fez menção a outros empréstimos, que viriam a público dias após o depoimento para contradizer novamente o publicitário:

**O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) – V. S<sup>a</sup> foi avalista de algum Partido político? Em que estabelecimento? Em qual valor? Em que circunstâncias?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Fui avalista, sim.

**O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) – De quem?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) – Somente do Partido dos Trabalhadores ou de algum outro banco?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Somente do Partido dos Trabalhadores, no Banco BMG, a pedido do Dr. Delúbio Soares.

**O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB - PR) – Financiamento de?**

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – Acho que de dois milhões e pouco. Não lembro o valor.

Em seu depoimento, o empresário asseverou que aceitou o encargo unicamente para fazer um favor pessoal ao Sr. Delúbio Soares, como amigo, sem levar em consideração vantagens ou, mesmo, o aspecto puramente comercial da transação. Não fez menção à existência de outro contrato de empréstimo, naquela mesma instituição financeira ou mesmo em outra. No dia seguinte, contudo, o publicitário seria novamente contraditado por reportagem da Revista Época, que, em sua página eletrônica, divulgou a existência contrato de empréstimo tomado pelo PT no Banco Rural, em 14 de maio de 2003, no valor de R\$ 3 milhões. Da mesma forma, no contrato apareciam como supostos avalistas o então Presidente do PT José Genoíno, o Secretário de Finanças e Planejamento, Delúbio Soares e o publicitário Marcos Valério.

Os Senhores Marcos Valério e Delúbio Soares decidiram abandonar uma estratégia inicial e adotaram outra linha de defesa: assumiram que os “empréstimos” foram tomados por Marcos Valério e repassados a pessoas indicadas pelo Partido dos Trabalhadores.

Protocolo nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls.: 4097
56
Doc:

15 de julho, Marcos Valério publicou nota à imprensa para justificar as operações com o seguinte teor:

*O empresário Marcos Valério Fernandes de Souza torna público que:*

- 1. Em atenção a pedidos do senhor Delúbio Soares, então secretário nacional de finanças do Partido dos Trabalhadores, contraiu vários empréstimos bancários em nome das agências de publicidade SMP&B e DNA, no período de 2003 a 2005;*
- 2. As referidas operações de crédito, bem como toda a movimentação financeira originária daquelas operações, obedeceram sempre às normas vigentes para o sistema financeiro nacional;*
- 3. Os recursos originários dos financiamentos foram transferidos, sempre segundo a legislação que regula o sistema financeiro, para o Partido dos Trabalhadores, a título de empréstimos, e depositados na rede bancária para pessoas indicadas pelo então secretário de finanças do PT, senhor Delúbio Soares;*
- 4. Todos os pedidos de socorro financeiro feitos pelo senhor Delúbio Soares baseavam-se, de acordo com o próprio secretário do PT, na **necessidade de saldar dívidas relacionadas a campanhas eleitorais**. O empresário Marcos Valério reafirma que não tem conhecimento e, muito menos, qualquer envolvimento com a suposta prática do que tem sido denominado de "mensalão". (grifamos)*

No dia 16 de julho, em depoimento à Procuradoria Geral da República, Delúbio assumiu que campanhas eleitorais do partido foram financiadas com "**recursos não-contabilizados**" e não identificados à Justiça Eleitoral, na forma de um "caixa dois". A partir dessa data, passou a sustentar esta versão, como em depoimento à CPMI dos Correios, realizado também sob decisão liminar da justiça que reservou-lhe o direito de não responder perguntas que poderiam lhe incriminar, no dia 20 de julho de 2005:

**SR. DELÚBIO SOARES** – [...] *resolvi procurar o Procurador-Geral da República para explicar a ele um fato que, até então, nós não tínhamos assumido. E eu, como fui responsável, quero explicar a todos vocês sobre isso e à Nação brasileira, sentime na obrigação, para não prejudicar pessoas que estão sendo acusadas indevidamente, pessoas que tiveram algum compromisso e estão sendo acusadas indevidamente, bem como seus familiares, assessores, dirigentes partidários, sentime na obrigação de esclarecer que o Partido dos Trabalhadores, durante 2003 e 2004, usou de um recurso não contabilizado para quitar dívidas das nossas campanhas de vários membros dos diretórios, vários membros do PT nos Estados e vários membros da base aliada. Usamos esses recursos para quitar essas dívidas. Pegamos um empréstimo numa instituição financeira, via terceiro, que já é público, claro e notório, das empresas em que o Sr. Marcos Valério é sócio, para fazer esses pagamentos. Por que nós usamos esses recursos? Porque as dívidas, as campanhas eleitorais, todos nós aqui nesta sala sabemos como é feita a campanha eleitoral.*  
[...]

**SR. DELÚBIO SOARES** –[...] *Nós recorremos desses instrumentos para quitar dívidas não-contabilizadas desses companheiros nossos que ficaram devendo em 2002. Isso é um fato, é uma realidade. E preparamos e organizamos a preparação da campanha de 2004, quando também utilizamos de recursos não-contabilizado, que são esses recursos que giram em torno de R\$ 39 milhões. Nós solicitamos*

*durante o período 2003/2004 que as empresas do Marcos Valério solicitassem junto ao Banco Rural e junto ao Banco de Minas Gerais que fizessem esses empréstimos para que nós pudéssemos quitar esses débitos com os fornecedores que os nossos companheiros membros do Partido, membros da Base aliada solicitaram para que gente pudesse quitar com os credores.*

Delúbio justificou a contradição do que disse anteriormente para não prejudicar “pessoas que estavam sendo acusadas indevidamente”, sem querer nominá-las. Vale mencionar ainda que o montante de empréstimos à época girava em torno de R\$ 39 milhões, bem inferior aos R\$ 55 milhões que, posteriormente terminou sendo admitido por Marcos Valério a esta CPMI e à opinião pública. Os empréstimos foram adquiridos porque, segundo alegou o ex-secretário de Finanças do PT, vários filiados foram candidatos e ficaram com dívidas não contabilizadas, que estavam sendo cobradas pelos credores. Na oportunidade, pediram que o depoente resolvesse o problema.

Segundo o depoente, no período em questão, as dívidas dos candidatos do PT e dos partidos da base aliada somavam R\$ 20 milhões. A solução seria a obtenção de empréstimos para saldar os compromissos. Foi quando estreitou relações com o publicitário, afirmou Delúbio:

**O SR. DELÚBIO SOARES** – [..], *ele colocou uma idéia e eu perguntei a ele, eu pedi a ele se ele podia fazer, fazer esse empréstimo nas empresas dele para quitar esses débitos. Ele concordou e assim fez. Os bancos concordaram em fazer o financiamento das empresas dele. Os bancos não fizeram financiamento a mim ou ao Partido dos Trabalhadores. Fizeram às empresas dele – tanto o Rural quanto o BMG.*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *V. S<sup>a</sup> sabia que ele dava em garantia os contratos que ele tinha com o Governo?*

**O SR. DELÚBIO SOARES** – *Do método de ele conseguir os empréstimos, eu não participei. Mas está público na imprensa que tem as garantias dos recebíveis nas empresas onde ele trabalhava.*

Delúbio admitiu que não tinha contrato formal de empréstimo com as agências de Marcos Valério. A vultosa quantia emprestada pelo publicitário se baseou em um “contrato de confiança”, baseado na “amizade” entre ambos. Também admitiu que não havia pago nenhuma parcela ou encargo dos supostos “empréstimos”, obtidos por Valério nos bancos BMG e Rural, por solicitação do ex-Secretário de Finanças e Planejamento do PT:

**O SR. DELÚBIO SOARES** – *É um contrato de confiança... Vou deixar claro para o senhor: é um contrato de confiança... [...] Nós fizemos um contrato em confiança com o Sr. Marcos Valério. Ele fez os pedidos de empréstimo. Nós não saudamos esses pedidos de empréstimo. Nenhum! Então, o valor original em torno de R\$39 milhões, quase R\$40 milhões, que deverá, ao se quitado, ser corrigido com juros e correção monetária vigentes nos contratos.*

[..]

**O SR. DELÚBIO SOARES** – *Eu solicitei ao Marcos Valério que, por intermédio de suas empresas, fizesse os empréstimos. Não quitei nenhum empréstimo com as empresas do Marcos Valério. A relação minha com o banco... Não tenho relação formal com o banco, de dívida, documentos meus com os bancos sobre empréstimo.*

ROS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 4098
58
Doc:

*Então, a relação é direto com o Marcos Valério. E não fiz nenhum pagamento de nenhum dos recursos que o Marcos Valério solicitou e, sob minha orientação, fez os pagamentos. Não fiz nenhum pagamento.*

Delúbio Soares asseverou que se encontrava com o publicitário regularmente, pelo menos uma vez por semana, e que informava a Marcos Valério, pessoalmente, a relação das pessoas que deveriam receber dinheiro. Na oportunidade, recusou-se a declinar qualquer nome de pessoa autorizada a receber dinheiro de Marcos Valério; limitou-se a dizer que “as investigações revelarão os nomes dessas pessoas”.

O ex-Secretário de Finanças e Planejamento do PT alegou que os empréstimos não foram levados ao conhecimento da Executiva do PT porque o dinheiro seria destinado ao pagamento de dívidas não contabilizadas.

Além disso, causava estranheza que as instituições financeiras em que os supostos empréstimos foram contratados por Marcos Valério, os bancos BMG e Rural tivessem sido tão coniventes. Afinal, os financiamentos não estavam sendo ressarcidos aos bancos, conforme confessou o Sr. Delúbio Soares. Contudo, havia outros interesses em questão para que concorresse na operação financeira de alegados R\$ 55,9 milhões, idealizada por Valério. Embora fosse proprietário de agências de publicidade, Marcos Valério tinha conhecimento de negócios na área financeira. Havia trabalhado como diretor financeiro do Agrimisa (Banco Agrícola de Minas Gerais) e prestados serviços ao Banco Central.

A proximidade com as Diretorias tanto do Banco Rural como do Banco BMG permitia ao publicitário falar em nome das instituições financeiras junto a autoridades públicas federais. Não se comprovou, todavia, se isso acontecia com autorização legal ou mesmo informal. Marcos Valério parecia tão próximo dos diretores do Banco Rural que utilizava com frequência um dos aviões de propriedade da instituição financeira para suas viagens pessoais, como informou a Presidenta do Banco Rural, Kátia Rabelo, em depoimento à CPMI. Mas não há certeza a respeito dessa afirmação da Sra. Kátia Rabelo, visto que durante as investigações ficou patente que a administração da aeronave do Banco e todos os seus vôos eram acompanhados e, em boa medida, resultavam da decisão do pai da Presidente do Banco Rural. Há, portanto, dúvidas em relação às facilidades de Marcos Valério utilizar tal aeronave. Essa relação lhe permitia agir como um facilitador dos interesses do Banco Rural junto ao Governo Federal, em especial ao então Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, que coordenava as ações do Governo, no âmbito da Casa Civil, conforme revelou a Sra. Kátia Rabelo, Presidente do Banco Rural, no dia 13 de setembro de 2005:

**O SR. PRESIDENTE** (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – *Em depoimento prestado na CPI, a Sr<sup>a</sup> Renilda, esposa do Sr. Marcos Valério, narrou que o ex-Ministro José Dirceu realizou reunião com a direção do Banco Rural, em 2004, no Hotel Ouro Minas, em Belo Horizonte, com o objetivo de acertar com o Banco como se daria o pagamento dos empréstimos feitos por Marcos Valério junto ao Banco Rural. A pergunta é: essa reunião ocorreu? V. S<sup>a</sup>, Presidente, ou o vice-Presidente, participou dessa reunião ou quem participou? E se, efetivamente, existe esse tema tratado, conforme relatado?*

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA RABELO** – *A reunião aconteceu, na verdade, não foi uma reunião, foi um jantar, estávamos presentes eu, um outro diretor do banco e o Ministro, e nós não tratamos do assunto da dívida do Sr. Marcos Valério.*

**O SR. PRESIDENTE** (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – *O Banco Rural tem uma participação no Banco Mercantil de Pernambuco em processo de liquidação extrajudicial, sendo 22% de propriedade do Banco Rural. O Sr. Marcos Valério intermediou ou intermediava interesses do Banco Rural junto ao Governo Federal, particularmente a cerca do processo de liquidação extrajudicial do Banco Mercantil de Pernambuco?*

**A SRª KÁTIA RABELO** – *À primeira pergunta a resposta é sim, o Banco Rural possui cerca de 22% das ações do Banco que está ainda sob intervenção, da parte do Banco Mercantil de Pernambuco que ainda se encontra sob intervenção do Banco Central.*

*Qual foi a outra pergunta?*

**O SR. PRESIDENTE** (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – *Com relação à intermediação de interesses por parte do Sr. Marcos Valério.*

**A SRª KÁTIA RABELO** – *Sim. O Sr. Marcos Valério foi um facilitador para a interlocução do Banco Rural junto a várias pessoas no tratamento dessa questão.*

**O SR. PRESIDENTE** (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – *A senhora poderia nominar quais essas pessoas do Governo?*

**A SRª KÁTIA RABELO** – *Perfeitamente. Uma das pessoas com a qual nós tratamos desse assunto foi o Ministro José Dirceu.*

Cumpra aqui uma primeira observação concreta em relação às afirmações colhidas e mencionadas acima: o Ministro José Dirceu participou de um jantar e não de uma reunião formal para tratar do assunto relacionado ao *Banco Mercantil de Pernambuco*, que se encontra sob intervenção do Banco Central.

O publicitário cultivava relação semelhante com os diretores do Banco BMG. Em depoimento à CPMI no dia 20 de setembro de 2005, o Sr. Ricardo Guimarães, presidente do BMG, contou que Maria Ângela Saragoza, ex-mulher do ex-Ministro José Dirceu, foi empregada no Banco por indicação do Sr. Marcos Valério:

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – *Por que razão o banco decidiu empregar a ex-esposa do Ministro José Dirceu?*

**O SR. RICARDO GUIMARÃES** – *Olha, ela... é... na época, ela já... a gente já estava olhando uma contratação de uma pessoa, de uma psicóloga em São Paulo; ela estava apta para exercer essa função. Foi feita a entrevista com ela. Ela realmente trabalha no banco, está lá até hoje. Ela tem o serviço, nós temos lá trabalhos dela. Ela tem lá a disponibilidade dela para atender o nosso pessoal...*

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – *Mas quem pediu? Foi o Zé Dirceu?*

**O SR. RICARDO GUIMARÃES** – *Quem pediu foi o Marcos Valério.*

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (PTB – SP) – *Sim.*

Esse tipo de resposta demonstra que o publicitário, de fato, procurava entranhar-se nos meandros do Poder, particularmente para ganhar ainda mais confiança dos dirigentes do Banco Rural e do BMG, e futuros ganhos comerciais para suas empresas de publicidade, como se evidencia num outro momento em que intermediou um encontro entre o Ministro José Dirceu e a diretoria do BMG:

RQS nº 03/2005 - CN.
CPMI - CORREIOS
Fls: 4099
60
Doc:

**O SR. PRESIDENTE** (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – A primeira pergunta – e eu queria perguntar desta coincidência: no dia 20 de fevereiro de 2003, houve uma reunião da diretoria do BMG com o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu.

**O SR. RICARDO GUIMARÃES** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Qual foi o objeto dessa reunião?

**O SR. RICARDO GUIMARÃES** – O objeto foi uma inauguração que nós... de uma empresa alimentícia de produtos enlatados que a minha família tem na cidade de Luziânia. A gente ia fazer uma inauguração, e foi a oportunidade para convidar o Ministro José Dirceu para estar presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E o Marcos Valério e o Delúbio acompanharam essa audiência?

**O SR. RICARDO GUIMARÃES** – Sim. Os dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – Os dois. E comentaram sobre esse empréstimo? Há coincidência de um empréstimo ter sido três dias antes, e o outro, quatro dias depois?

**O SR. RICARDO GUIMARÃES** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Gustavo Fruet. PSDB – PR) – E quem marcou a audiência na Casa Civil?

**O SR. RICARDO GUIMARÃES** – Marcos Valério.

As operações financeiras descritas acima, que apresentam inúmeras irregularidades poderiam ter sido detectadas pela diretoria do Banco Rural e pelo próprio Banco Central, como se verá no tópico seguinte deste Relatório. Esse deveria ter sido o procedimento, de acordo com o superintendente do Banco Rural, Roberto Godinho:

**O SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO** – [...] É lavagem de dinheiro? Sim ou não? Ele tem de marcar sim ou não e assinar. Então, a área de **compliance** cria mecanismos para atender aos indícios de lavagem de dinheiro. Agora, a decisão de informar ao Banco Central é da diretoria estatutária.(...)

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na sua visão estava configurada a lavagem de dinheiro?

**O SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO** – O computador mostrou que tem indícios. Ai, os indícios têm de ser analisados pelo responsável em conhecer o cliente. E, no caso específico, eles acharam que não era lavagem de dinheiro e não informaram ao Banco Central. E quem tomou a decisão foram eles.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eles quem? Especificamente, os nomes...

**O SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO** – Os diretores....

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Diretores? Quantos?

**O SR. CARLOS ROBERTO SANCHES GODINHO** – É o seguinte: até 2004, quem era responsável pela prevenção à lavagem de dinheiro era o José Roberto Salgado. Depois que o José Augusto morreu, entrou a Dr<sup>a</sup> Ayanna e ela passou a ser a responsável.

Em outro momento do depoimento, o ex-superintendente do Banco Rural se mostrou intrigado com o resultado da fiscalização do Banco Central:

*(...) a fiscalização do Banco Central foi muito rigorosa, o que me surpreendeu foi o resultado [...] Os relatórios do Banco Central também não abordaram nenhuma irregularidade sobre a SMPB e o PT. Todas as informações que eles pediram foram repassadas. Eles tinham condições de levantar todas as irregularidades.*

Mais uma vez é preciso destacar - nas palavras do próprio depoente - aspectos fundamentais. Afirmo ele que *“a fiscalização do Banco Central foi muito rigorosa”*. E isso não pareceu ao depoente correto! Cabe perguntar: por que? Logo em seguida, o depoente destacou que *“os relatórios do Banco Central também não abordaram nenhuma irregularidade sobre a SMPB e o PT.”* Sim, mas se haviam irregularidades (como ele afirma), o que levaria o Banco Central a omiti-las? Teria o BACEN interesse em escamotear e compactuar com irregularidades? Não há em nenhum ponto e informações coletadas nas investdigações algo que evidencie e dê razão a tal hipótese.

Em outra oportunidade, o publicitário Marcos Valério afirma que Delúbio, a seu pedido, marcou reunião com ele e representantes do Banco Espírito Santo:

*O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – (...) o senhor esteve na Casa Civil, com o Banco Espírito Santo, com o Sr. José Dirceu.*

*O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Verdade.*

*O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Do que o senhor tratou lá? Quais foram as tratativas dessa audiência que o senhor teve, e por que o senhor foi lá?*

*O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Muito boa.*

*Também quero explicar essa. Na verdade, o seguinte. Quem marcou a reunião com o Ministro José Dirceu, a meu pedido, foi o Sr. Delúbio Soares, e eu fui acompanhando o Dr. Ricardo Espírito Santo – são dois Ricardos, um que fica em Portugal e um que fica no Brasil –, porque eles têm investimento acima de 1 bilhão aqui no Brasil, e ele foi colocar esses investimentos para o Governo brasileiro. [...]*

Não era somente com os Bancos que o publicitário intermediava encontros e negociações no Governo Federal. Sua amizade com Delúbio também lhe permitiu que marcasse uma reunião entre representantes do Grupo Opportunity e o Sr. Delúbio Soares. O grupo era gestor à época da Brasil Telecom, que seria uma das fontes financiadoras do esquema Marcos Valério, como será descrito adiante neste relatório. Como se verá em outro item deste Relatório, tal fato evidencia as tentativas do Sr. Daniel Dantas de tentar se aproximar da nova equipe de Governo, com a qual não mantinha relações, o que não parece ser o que ocorreu durante a gestão do Governo FHC (ver capítulo dos Fundos de Pensão).

Em depoimento à CPMI “dos Correios”, o Sr. Marcos Valério admite que intermediou encontro entre Delúbio e o Sr. Carlos Rothenburg, pessoa ligada aos interesses de Daniel Dantas:

*O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S<sup>a</sup> participou de uma intermediação de interesses junto ao Governo, em relação ao Banco Opportunity?*

*O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – [...] nós passamos a atender o Grupo Daniel Dantas. Num dado momento, nós tivemos um relacionamento com o Dr. Daniel Dantas e com o Dr. Carlos Rodenburg*  
*Relator.*

RS n° 03/2005 - CN.
CPMI - CORREIOS
Fis: 4100
62
Doc:

**O SR. RELATOR** (*Osmar Serraglio. PMDB – PR*) – *E essa intermediação resultou em sucesso no que se pretendia?*

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** –[...] *Intermediei um encontro do Sr. Carlos Rodenburg com o Dr. Delúbio Soares.*

No dia 14 de julho, uma operação da Polícia Civil de Minas Gerais e do Ministério Público do Estado apreendeu notas fiscais e documentos da agência DNA Propaganda. Parte dos documentos estava queimada e se encontravam na casa de Marco Túlio Prata, conhecido como “Pratinha”, na região de Contagem, município da região metropolitana de Belo Horizonte. Prata é irmão do contador Marco Aurélio Prata, que fazia a contabilidade das agências DNA Propaganda e SMP&B Comunicação.

Diante dos acontecimentos, a CPMI, em requerimento aprovado no dia 27 de julho, solicitou ao Ministério Público Federal a prisão preventiva e a indisponibilidade dos bens do publicitário Marcos Valério. Na oportunidade, a CPMI também aprovou a ampliação da transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico até o ano de 1997.

Em 1 de agosto, o publicitário Marcos Valério decidiu entregar à Procuradoria Geral da República e à Polícia Federal uma lista com 31 nomes que supostamente seriam os destinatários dos recursos “emprestados” ao PT. Soma dos repasses alcançava R\$ 55,8 milhões. Esta lista foi repassada a esta CPMI, que a utilizou como uma das referências para produzir as análises que constam nesse Relatório. Valério também entregou a aparente contabilidade os documentos fiscais de suas agências de publicidade, que serão examinados no próximo tópico deste Relatório.

## **7.4 OS EMPRÉSTIMOS**

Identificada uma série de repasses feitos pelo Sr. Marcos Valério a políticos e autoridades públicas, não restou alternativa ao mentor do esquema de financiamento de campanhas políticas, a não ser tornar pública as operações financeiras (os empréstimos) parte deles contraídos em seu nome, que foram destinados ao Partido dos Trabalhadores, por meio de mecanismo idêntico ao que ela já havia utilizado com o Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.

### **7.4.1 “EMPRÉSTIMOS” COMO FONTE E INTERMEDIÇÃO DO ESQUEMA MARCOS VALÉRIO**

#### **7.4.1.1 INTRODUÇÃO**

A necessidade de investigações mais detalhadas desses empréstimos com os Bancos BMG e Rural decorre dos depoimentos das duas principais pessoas envolvidas no *esquema Marcos Valério* feitos na Polícia Federal, no Ministério Público e na própria CPMI.

Conforme os depoimentos, os empréstimos adiante analisados serviriam para suportar financeiramente os repasses feitos pelas empresas do Sr. Marcos Valério aos beneficiários indicados pelo Sr. Delúbio Soares.

Portanto, as análises adiante descritas estão baseadas nos conceitos gerais de concessão de linha de crédito como: características da linha de crédito, valor envolvido,

taxa de juros, prazos, tomador dos recursos, garantias, amortizações, etc. Cumpre destacar que os empréstimos analisados são aqueles apontados nos depoimentos do Sr. Delúbio Soares, tomados pelo PT, e aqueles apontados pelo Sr. Marcos Valério, tomados pelas suas empresas, tendo como cedentes os Bancos BMG e Rural.

#### 7.4.1.2 AS CARACTERÍSTICAS DOS “EMPRÉSTIMOS”

Primeiramente, destaca-se a segregação dos empréstimos cedidos pelas duas instituições financeiras, sendo dois empréstimos concedidos diretamente para o Partido dos Trabalhadores e outros seis concedidos para as empresas do Sr. Marcos Valério.

##### 7.4.1.2.1 EMPRÉSTIMOS TOMADOS PELO PT

Conforme depoimento do Sr. Delúbio Soares, os empréstimos são:

Data	Banco	Renovações	Ajuizamento	Valor (R\$ mil)	Liberado Atual
17/02/2003	BMG	4	23/08/2005(a)	2.400	3.390 (a)
14/05/2003	Bco Rural	10	26/10/2005	3.000	6.040 (b)

**NOTA:**

(a) Atualizado até 22/08/2005 (último vencimento após início da CPMI)

(b) Atualizado até 13/06/2005 (última renovação após CPMI)

A seguir, a descrição e comentários de cada empréstimo:

#### 1. Partido dos Trabalhadores e Banco BMG, contrato de 17/02/2003, R\$ 2.400.000 (Anexo 6.1 – Empréstimos)

Tomador: Partido dos Trabalhadores S/P CNPJ 00.676.262/0002-51

Representado por: Delúbio Soares de Castro e José Genoíno Neto

Data inicial 17/02/2003 – Contrato de Mútuo nº 13.03.00102

Finalidade: financiamento de capital de giro

Encargos: CDI + 1% a.m. (equivalente a 12,68% a.a.)

Garantias: Avalistas: José Genoíno Neto / Delúbio Soares de Castro/

Marcos Valério Fernandes de Souza

Vencimento: 17/07/2003

Prazo: 150 dias

Comentários:

- O Sr. Marcos Valério é avalista solidário desse empréstimo, confirmando seu envolvimento, proximidade e intermediação entre PT e BMG. Os cônjuges dos avalistas solidários José Genoíno Neto, Delúbio Soares de Castro e Marcos Valério Fernandes de Souza não assinaram o contrato e a nota promissória como devedoras solidárias, o que impossibilita ao banco executar o integral patrimônio pessoal dos avalistas em caso de cobrança litigiosa;
- O empréstimo teve amortizações de encargos até a data da 3ª renovação em 14/07/2004. Após essa renovação, e até a data de ajuizamento, não houve mais nenhuma amortização

RGS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
FIS: <b>4101</b>
64
Doc:

dos encargos financeiros, que foram incorporados na 4ª renovação de 21/02/2005, no valor de R\$ 501 mil, e em 22/08/2005, data do ajuizamento de cobrança, no valor de R\$ 489 mil;

- O pagamento dos encargos financeiros no valor de R\$ 351 mil, em 14/07/2004, foi feito pela empresa SMP&B Comunicação, do Sr. Marcos Valério, o que possibilitou a 3ª renovação;

- A primeira renovação do empréstimo foi feita em 26/05/2003, antes do vencimento inicialmente contratado, que era em 17/07/2003. Os contratos do PT e da SMP&B foram renegociados na mesma data de 26/05/2003, ambos com prazos iniciais de vencimento ainda não expirados e, ainda, ambos com a mesma data de vencimento renegociada para 24/11/2003;

- A partir da 2ª renovação, o Sr. Marcos Valério deixa de ser avalista solidário do empréstimo. Os outros dois avalistas, Srs. José Genoíno Neto e Delúbio Soares de Castro não possuíam patrimônio pessoal suficiente para garantir referida cobrança em litígio;

- O empréstimo não foi liquidado. A cobrança judicial só foi feita após a instalação da CPMI.

## **2. Partido dos Trabalhadores e Banco Rural, contrato de 14/05/2003, R\$ 3 milhões (Anexo 6.2 – Empréstimos)**

Tomador: Partido dos Trabalhadores S/P CNPJ 00.676.262/0002-51

Representado por: Delúbio Soares de Castro e José Genoíno Neto

Data inicial: 14/05/2003

Finalidade: financiamento de capital de giro

Encargos: CDI + 1,2% .m. (equivalente a 15,395% a.a.)

Garantias: Avalistas: Delúbio Soares de Castro e Marcos Valério Fernandes de Souza

Vencimento: 12/08/2003 – Prazo 90 dias

Comentários:

- O Sr. Marcos Valério é avalista solidário do empréstimo inicial. A partir da primeira renovação não figura mais como avalista;

- Os cônjuges dos avalistas solidários Delúbio Soares de Castro, Marcos Valério Fernandes de Souza e José Genoíno Neto não assinaram o contrato como devedoras solidárias, o que impossibilita ao banco executar integralmente o patrimônio pessoal dos avalistas em caso de cobrança litigiosa. A partir da primeira renovação, os avais são cedidos pelos Srs. José Genoíno Neto e Delúbio Soares de Castro;

- Houve dez renovações, com os juros contratuais incorporados e com avalistas que dificilmente teriam possibilidade de quitar os empréstimos;

- A cobrança judicial do empréstimo só foi feita após a instalação da CPMI;

- A primeira e única liberação foi em 14/05/2003, de R\$ 3 milhões, e a décima e última renovação foi em 13/06/2005, de R\$ 6 milhões, comprovando a incorporação dos juros, em um período total de 29 meses até o último vencimento em 12/09/2005.

### **7.4.1.2.2 EMPRÉSTIMOS TOMADOS PELAS EMPRESAS DO SR. MARCOS VALÉRIO**

Conforme depoimento do Sr. Marcos Valério, são seis os empréstimos tomados por suas empresas, que teriam como destino os repasses aos indicados pelo Sr. Delúbio Soares.

Data	Banco	Tomador	Renovações	Valor Bruto (R\$ mil)	Liberado Atualizado (c)
25/02/2003	BMG	SMP&B	1	12.000	Liquidado 28/01/2004
26/05/2003	Rural	SMP&B	6 (b)	19.000	34.296 em 22/06/2005
12/09/2003	Rural	Graffiti	5 (b)	10.000	15.513 em 22/06/2005
28/01/2004	BMG	Graffiti	2	15.728	22.564 em 01//09/2005
28/01/2004	BMG	SMP&B	(a)	(14.932)	-
26/04/2004	BMG	Rog. Tol. Ass.	2	10.000	13.960 em 01//09/2005
14/07/2004	BMG	SMP&B	1	3.516	4.917 em 01//09/2005
<b>Total</b>	-	-	-	<b>55.312</b>	<b>91.250</b>

**NOTA:**

(a) O empréstimo de 25/02/2003, tomado pela SMP&B no BMG foi liquidado em 28/01/2004, justamente com os recursos do empréstimo de 28/01/2004 tomado pela Graffiti também no Banco BMG.

(b) São Cédulas de Crédito Bancário formalizadas como “novos” contratos, mas que pela proximidade das datas do vencimento e pelas “novas” concessões, entende-se por renovações no sentido financeiro.

(c) Os valores atualizados foram obtidos pelas informações dos Bancos BMG e Rural e incorporam juros, encargos de mora e atualizações, conforme cláusulas contratuais.

**Resumo dos empréstimos por banco:**

Instituição Financeira	Valor (R\$ mil)	Liberado Atualizado (a)
Banco BMG	26.312	41.441
Banco Rural	29.000	49.809
<b>Total</b>	<b>55.312</b>	<b>91.250</b>

**NOTA:**

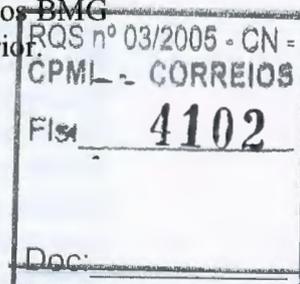
(a) Os valores atualizados foram obtidos das fichas gráficas fornecidas pelos Bancos BMG e Rural. As datas base de atualização estão demonstradas na planilha analítica anterior.

A seguir, apresenta-se uma breve descrição dos empréstimos:

**1. SMP&B e Banco BMG, contrato de 25/02/2003, de R\$ 12 milhões (Anexo 6.3 – Empréstimos)**

Tomador: SMP&B Comunicação Ltda.

Representado por: Cristiano de Mello Paz, Ramon Hollerbach Cardoso e Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza



Data inicial 25/02/2003 – Contrato de Mútuo  
Finalidade: Financiamento de capital de giro  
Encargos: CDI + 1% a.m. (equivalente a 12,68% a.a.)  
Garantia: Trava de domicílio bancário dos recursos do contrato de publicidade entre DNA Propaganda Ltda. e Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil Ltda.  
Garantias: Avalistas dos sócios da SMP&B Cristiano de Mello Paz, Ramon Hollerbach Cardoso e Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza  
Vencimento: 25/08/2003 – Prazo 181 dias

**2. SMP&B e Banco Rural, contrato de 26/05/2003, de R\$ 19 milhões  
(Anexo 6.4 – Empréstimos)**

Tomador: SMP&B Comunicação Ltda.  
Representado por: Marcos Valério Fernandes de Souza e Cristiano de Mello Paz  
Data inicial 25/05/2003 – Cédula de Crédito Bancário – Mutuo 345/0009/03  
Finalidade: Capital de giro  
Encargos: CDI + 0,95% a.m. (equivalente a 12% a.a.)  
Garantias: Avalistas Cristiano de Mello Paz, Marcos Valério Fernandes de Souza e Ramon Hollerbach Cardoso  
Vencimento: 25/08/2003 – Prazo 91 dias

**3. Graffiti e Banco Rural contrato de 12/09/2003 de R\$ 10 milhões  
(Anexo 6.5 – Empréstimos)**

Tomador: Graffiti Participações Ltda.  
Representado por: Marcos Valério F. de Souza e Ramon Hollerbach Cardoso  
Data inicial 12/09/2003 – Cédula de Crédito Bancário 00552/0009/03  
Finalidade: Capital de giro  
Encargos: CDI + 0,95% a.m. (equivalente a 12% a.a.)  
Garantias: Avalistas Marcos Valério F. de Souza, Cristiano de M. Paz e Ramon Hollerbach Cardoso  
Vencimento: 11/11/2003 – Prazo 60 dias

**4. Graffiti e Banco BMG, contrato de 28/01/2004, de R\$ 15.728.000,00  
(Anexo 6.6 – Empréstimos)**

Tomador: Graffiti Participações Ltda.  
Representado por: Marcos Valério Fernandes de Souza, Ramon Hollerbach Cardoso e Cristiano de Mello Paz  
Data inicial 28/01/2004 – Contrato de Mútuo 14.03.00062  
Finalidade: Financiamento de capital de giro  
Encargos: CDI + 1,2% a.m. (equivalente a 16,07% a.a.)  
Garantia: Trava de domicílio bancário dos recursos do contrato de publicidade entre a SMP&B Comunicação Ltda. e a ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos  
Garantias: Avalistas Cristiano de Mello Paz, Ramon Hollerbach Cardoso e Marcos Valério Fernandes de Souza  
Vencimento: 01/07/2004 – Prazo 155 dias

**5. Rogério L. Tolentino e BMG, contrato de 26/04/2004, de R\$ 10**

### **milhões (Anexo 6.7 – Empréstimos)**

Tomador: Rogério Lanza Tolentino e Associados Ltda.

Representado por: Rogério Lanza Tolentino

Data inicial 26/04/2004 – Contrato de Mútuo 14.03.00530

Finalidade: Financiamento de capital de giro

Encargos: CDI + 1% a.m. (equivalente a 12,68 % a.a.)

Garantia: Penhor de título CDB do próprio BMG de propriedade da DNA

Garantias: Avalistas Marcos Valério F. de Souza e Rogério Lanza Tolentino

Vencimento: 26/07/2004 – Prazo dias

### **6. SMP&B e BMG, contrato de 14/07/2004 de R\$ 3.516.000,00 (Anexo 6.8 – Empréstimos)**

Tomador: SMP&B Comunicação Ltda.

Representado por: Ramon Hollerbach Cardoso, Cristiano de Mello Paz e Marcos Valério Fernandes de Souza

Data inicial 14/07/2004 – Contrato de Mútuo 14.03.01036

Finalidade: Financiamento de capital de giro

Encargos: CDI + 1% a.m. (equivalente a 12,68 % a.a.)

Garantias: Avalistas Cristiano de Mello Paz, Ramon Hollerbach Cardoso e Marcos Valério Fernandes de Souza

Vencimento: 09//02/2005 – Prazo 210 dias

## **7.4.2 REPASSES DE MARCOS VALÉRIO PARA O PARTIDO DOS TRABALHADORES**

### **7.4.2.1 OS EMPRÉSTIMOS AO PT**

Conforme depoimentos do Sr. Marcos Valério, confirmados pelos movimentos financeiros bancários das suas empresas com sigilo afastado, foram feitas centenas de repasses para pessoas físicas e jurídicas por cheques, transferências eletrônicas e saques no Banco Rural por meio de cheques nominais emitidos e endossados pela SMP&B. E que essa forma de ocultar o beneficiário do repasse foi sugerida pelo próprio Banco Rural, conforme depoimento do Sr. Marcos Valério, que informou os beneficiários desses repasses no valor de R\$ 55,8 milhões como sendo parlamentares, partidos políticos e outras pessoas físicas e jurídicas.

Tanto o Sr. Marcos Valério como o Sr. Delúbio afirmam que a origem dos repasses são os empréstimos obtidos pelas empresas do Sr. Marcos Valério com o BMG e Rural, haja vista que o PT – em princípio – não teria condições de pleitear linha de crédito dessa monta junto aos Bancos.

As questões dos empréstimos entre Marcos Valério e os bancos BMG e Rural foram tratados no tópico precedente 7.3.1 – Empréstimos como Fonte e Intermediação do *esquema Marcos Valério*. A seguir, o relatório traz apenas os repasses do Sr. Marcos Valério aos beneficiários indicados pelo Sr. Delúbio Soares.

### **7.4.2.2 REPASSES DOS RECURSOS – OS EMPRÉSTIMOS**



Diante das afirmações sobre os repasses e suas eventuais origens, na verdade, há somente três pontos que ligam esses repasses feitos às pessoas indicadas pelo Sr. Delúbio Soares com a figura jurídica dos supostos “empréstimos” das empresas do Sr. Marcos Valério para o Partido dos Trabalhadores, que são:

- afirmações feitas em depoimentos do Sr. Marcos Valério e Delúbio Soares no Ministério Público, na Polícia Federal e na CPMI; (Anexo 6.9 – Empréstimos)
- registro dos repasses a título de <Empréstimos ao PT> na contabilidade da empresa SMP&B pertencente ao Sr. Marcos Valério, somente após a instalação da CPMI; e
- carta assinada pelo Sr. Delúbio Soares na qualidade de avalista devedor solidário dos empréstimos contraídos pelas empresas do Sr. Marcos Valério (Anexo 6.10 – Empréstimos).

O reconhecimento dos empréstimos e das obrigações dele decorrentes constam do documento assinado por Sr. Delúbio Soares na qualidade de avalista, devedor solidário dos empréstimos contraídos pelas empresas do Sr. Marcos Valério. O referido documento está com a data de 1º de julho de 2004, assinado exclusivamente pelo Sr. Delúbio Soares de Castro. O texto tem o seguinte conteúdo:

*Ao Banco BMG S/A, Belo horizonte – MG.*

*Prezados Senhores,*

*Pela presente assumo, junto a esse Banco, o compromisso irrevogável e irretroatável de garantir, como avalista e devedor solidário, todas as operações de empréstimo firmadas por V.Sas. com Rogério Lanza Tolentino & Associados Ltda. inscrita no CNPJ 19.163.138/0001-30; SMP&B Comunicação Ltda. inscrita no CNPJ 01.322.078/0001-95; DNA Propaganda Ltda. inscrita no CNPJ 17.397.076/0001-03 e Partido dos Trabalhadores inscrita no CNPJ 00.676.262/0001-51.*

*Atenciosamente,*

*Delúbio Soares de Castro. (assina)*

Destaque-se a inexistência de uma análise pericial especializada que possa comprovar a verdadeira data de emissão desse documento. A carta é de cunho pessoal, ou seja, pode-se inferir que a garantia oferecida é a da pessoa física do Sr. Delúbio Soares. Conforme seu depoimento, o patrimônio pessoal é de R\$ 163 mil, mais um veículo Corola financiado.

### **7.4.3 O PAPEL DO BANCO CENTRAL E OS EMPRÉSTIMOS**

A responsabilidade de manter a estabilidade do Sistema Financeiro é do Banco Central do Brasil (BACEN), incumbindo-lhe a supervisão bancária, com o foco na identificação tempestiva dos riscos que possam afetar a situação das instituições financeiras, evitando, assim, a ocorrência de prejuízos à sociedade.

No capítulo XVI, artigo 67 do Regimento Interno do BACEN são descritas as competências do Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros e Supervisão de Câmbio e Capitais Internacionais (DECIC), entre outras:

*I – ...;*

*II – avaliar e manter sob acompanhamento as providências*

*adotadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional quanto à prevenção à lavagem de dinheiro e ao combate ao financiamento ao terrorismo;*

*III – adotar as medidas cabíveis para a correção da atuação de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional na prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo;*

*IV – monitorar as operações realizadas no mercado de câmbio e suas ligações com outros ramos do Sistema Financeiro, de modo a detectar indícios da prática de ilícitos;*

*V – ...;*

*VII – ...;*

*VIII – executar rastreamento de recursos financeiros por determinação das autoridades competentes;*

*IX – aplicar as penalidades previstas na regulamentação em vigor relacionadas às ocorrências de sua área de atuação.*

A conduta dos Bancos BMG e Rural na concessão dos empréstimos ao PT e ao Sr. Marcos Valério, tanto em nível documental, no descumprimento de formalidades importantes, como também dos limites financeiros concedidos, demonstra que os atuais critérios de fiscalização do BACEN permitem inferir, que nestes casos, não se alcançou seus objetivos de contribuir para um ambiente de segurança e de fiscalização adequadas. Conforme correspondência do BACEN de 13/09/2005 (Anexo 6.12 – Empréstimos), cujo resultados estão abordados abaixo, em duas fiscalizações foram analisados os empréstimos concedidos ao Partido dos Trabalhadores e as empresas do Sr. Marcos Valério pelos Bancos BMG e Rural. Por possíveis deficiências na estrutura operacional ou decorrentes de um sistema inadequado de informações, a força de trabalho talvez tenha se direcionado mais para o levantamento de informações do que para a análise e adoção de medidas preventivas. O BACEN, mesmo dispondo de alguns instrumentos legais que possibilitam ações preventivas, não conseguiu alcançar, preventivamente, os casos dos empréstimos concedidos ao Sr. Marcos Valério e ao PT.

Portanto, há de se considerar e estudar uma forma mais eficiente de fiscalização, com a revisão das rotinas de visitas, de programas de trabalhos, aprimoramento de normas de controles mais eficazes e que possibilitem a utilização de recursos de fiscalização de dados via eletrônica.

Todavia, cumpre, ao final deste item, destacar que além da documentação relativa às operações em comento (empréstimos), bem como dos comprovantes de transferências de recursos, chegou, também, a esta CPMI, ofício encaminhado pelo Banco Central, datado de 13/09/2005, informando a cerca das inspeções realizadas no BMG, no tocante aos contratos, com a recomendação daquela Autarquia quanto à sua reclassificação.

Ademais, chegou ainda, a comprovação do registro das operações junto à Central de Risco do Banco Central do Brasil, com exceção do contrato celebrado com a SMP&B em 25/02/2003, vez que se encontra liquidado.

#### **7.4.3.1 RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO DO BACEN NOS BANCOS RURAIS E BMG**

ROS 13/03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: <b>4104</b>
Doc: 70

#### **7.4.3.1.1 BANCO BMG**

Na data-base 28/02/2003 foi realizada Inspeção Modular – Análise da Situação Econômico-Financeira. Como resultado da análise, foi determinada e atendida a constituição de provisão de perda adicional de R\$ 301 mil, em decorrência da reclassificação da operação com a SMP&B para nível de risco mais elevado.

Posteriormente, na data-base 31/03/2005, foi realizada uma nova análise dirigida à Carteira Comercial, cujo resultado foi a determinação da reclassificação dessas operações para níveis de risco ainda mais elevados.

Portanto, determinou-se que as operações mantidas pelas empresas Graffiti Participações e SMP&B Comunicação, que estavam classificadas no nível de risco “E”, fossem reclassificadas para o nível de risco “H”, o que representa 100% de provisão por expectativa de perda total. Para o empréstimo da R. L. Tolentino, foi determinada a classificação de risco para o nível “C”. Assim, foi ordenada uma provisão complementar de perda no valor total de R\$ 17,7 milhões.

Também foi realizada verificação especial, incluindo a operação de crédito com o Partido dos Trabalhadores. O resultado da análise apontou a necessidade da reclassificação de risco para o nível “H”, e, conseqüentemente, a constituição de provisão de perda pela totalidade do saldo desse empréstimo.

De tudo que se relacionou acima, fica patente a existência dos empréstimos (tanto em 1998, quanto em 2003), não sendo factível supor tratar-se (como inicialmente se aventou) de mecanismo para burlar ou obscurecer ações criminosas impetradas pelo PSDB ou pelo Partido dos Trabalhadores. Os empréstimos de fato ocorreram, tanto lá, quanto cá.

#### **7.4.3.1.2 BANCO RURAL**

Em fevereiro de 2005, o Banco Central realizou fiscalização nas operações de crédito com data-base 31/12/2004 e, da mesma forma, o BACEN determinou que, pela falta de liquidez das operações, os empréstimos com a Graffiti Participações e SMP&B Comunicação Ltda. deveriam ser reclassificados para o nível de risco “H”, representando 100% de expectativa de perda na operação. Assim foi determinada uma provisão complementar de perda no valor total de R\$ 52,6 milhões.

Também foi realizada verificação especial, incluindo a operação de crédito com o Partido dos Trabalhadores. O resultado da análise apontou a necessidade da reclassificação de risco para o nível “H”, e, conseqüentemente, constituição de provisão de perda pela totalidade do saldo desse empréstimo, no valor de R\$ 5,9 milhões. Conforme aponta a verificação especial: “as provisões determinadas aos Bancos BMG e Rural, também consideram o eventual descumprimento das normas regulamentares que disciplinam a concessão de empréstimos, como, por exemplo, garantias insuficientes, renovações sucessivas e incapacidade de pagamento do devedor”.

#### **7.4.4 MARCOS VALÉRIO, BMG E BANCO RURAL - PARTICIPAÇÕES NO ESQUEMA MARCOS VALÉRIO**

##### **7.4.4.1 DEPOIMENTOS DO SR. MARCOS VALÉRIO (ANEXO 6.9 – EMPRÉSTIMOS)**

Relativamente ao Banco Rural

**29/06/2005 Na Polícia Federal - IPL nº 810/2005-SR/DPF/MG**

*...QUE em duas oportunidades utilizou o avião do Banco Rural, sempre na companhia do Dr. José Augusto Dumont, ex-vice-presidente do Banco Rural; QUE nessas duas viagens no avião do Banco Rural estava em companhia de seu sócio Rogério Lanza Tolentino; QUE as duas viagens foram para Brasília/DF, ambas para acompanhar José Augusto em encontros com o Diretor de Fiscalização do Banco Central, Paulo Sergio Cavaleiro; QUE esses encontros foram intermediados pelo Deputado Federal Virgílio Guimarães; QUE esses encontros foram realizados para discutir o relacionamento do Banco Rural com o Banco Central - BACEN."*

**14/07/2005 Na Procuradoria-Geral da República - PA/MPF/PGR. Nº**

**1.00.000.006045/2005-55**

*...e em uma das vezes (visita à Casa Civil, com o Ministro José Dirceu) (...) e outra com a diretoria do Banco Rural, que tem uma empresa de mineração, para comunicar os investimentos que a empresa mineradora vinculada ao Banco faria no Estado do Amazonas...*

**02/08/2005 Procuradoria Geral da República**

*... QUE, em dado momento, após sucessivas renovações, o declarante foi pressionado pelos Bancos a saldar as dívidas contraídas, ocasião em que apresentou um documento assinado por Delúbio Soares, na qualidade de avalista e devedor solidário dos empréstimos contraídos, o que ocorreu em 01.07.04; QUE o depoente apresenta, nesta oportunidade, cópia do documento firmado por Delúbio Soares entregue ao Banco BMG, que também foi entregue declaração semelhante ao Banco Rural, embora o depoente não tenha cópia do mesmo consigo; QUE, a partir dessa data, ou seja, 01/07/2004, os Bancos BMG e Rural passaram a ter conhecimento oficial da natureza e finalidade dos empréstimos; QUE, no entanto, é fato que a partir da movimentação bancária ocorrida em março de 2003, os bancos já tinham conhecimento da destinação dos recursos emprestados às empresas do declarante; (...) QUE quanto à origem dos empréstimos, o declarante esclarece que teve conhecimento que, por ocasião das tratativas para obtenção dos mesmos junto ao BMG e Rural, Delúbio Soares lhe informou que José Dirceu teve reuniões com os dirigentes de ambos os bancos; QUE, a reunião com os dirigentes do Banco Rural ocorreu no hotel Ourominas, em Belo Horizonte, num jantar e...; QUE no primeiro semestre de 2003, o declarante acompanhou as Diretorias de ambos os Bancos em audiência oficiais com o então Ministro José Dirceu, para tratarem de interesses já declarados no depoimento anterior, ou seja, visita à fábrica instalada em Luziânia, do Grupo BMG, e o projeto de mineração do nióbio da empresa Mineração Rural, no Amazonas; QUE, indagado sobre o empréstimo à ex-esposa do ex-Ministro José Dirceu, chamada Ângela, o depoente confirmou que efetivamente houve o empréstimo do Banco Rural... QUE, o declarante foi procurado por Silvio Pereira para auxiliar o Ex-*



*Ministro José Dirceu na resolução de um problema pessoal com sua exesposa, que pretendia trocar de apartamento e não tinha recursos financeiros; QUE, desta forma, foi conseguido o empréstimo e o emprego já mencionados e...; QUE, quanto ao registro de ingresso do depoente no Edifício-Sede da ECT, onde consta a anotação "Banco Rural", esclarece que de fato compareceu na ECT acompanhado dos SRS. Caio e Lucas, Diretor e Gerente do Banco Rural, que pretendiam que a conta de recebimento dos serviços prestados aos Correios fosse transferida diretamente ao Banco Rural; QUE, indagado, esclarece que a sistemática adotada em conjunto com a direção do Banco Rural para facilitar as transferências dos recursos (ou seja, o modelo de transferências de numerários de Belo Horizonte para outras agências de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro com a utilização de FAX ou e-mail como também de saques através de cheques nominais à SMP&B, endossados no verso por representantes da SMP&B)(grifo nosso);...*

05/09/2005 Departamento da Polícia Federal em Brasília – Termo de Declarações  
*QUE conheceu Junia Rabello, José Augusto Dumont, José Roberto Salgado, Sabino Correa Rabello e Guilherme Rocha Rabello, todos vinculados ao Banco Rural; QUE conheceu tais pessoas de relacionamentos comerciais que manteve com o Banco Rural;... QUE conheceu o presidente da Portugal Telecom, Sr. Miguel Horta e Costa, através de Ângelo Calmon de Sá (banco econômico); QUE foi apresentado a Ângelo Calmon de Sá por José Augusto Dumont, na época das discussões envolvendo o pedido de levantamento da liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco; QUE como era de seu conhecimento que Ângelo Calmon de Sá possuía um relacionamento de longa data com o Banco do Espírito do Santo, do qual Miguel Horta e Costa é um dos principais acionistas, solicitou àquele que intermediasse um encontro com o empresário português; ...*

Relativamente ao Banco BMG

14/07/2005 Na Procuradoria-Geral da República – PA/MPF/PGR  
nº nº 1.00.000.006045/2005-55

*Esclarece que esteve somente duas vezes na Casa Civil, com o Ministro José Dirceu, uma das vezes acompanhando a diretoria do BMG para convidar o Ministro para inauguração de uma fábrica de alimentos em Luziânia/GO...*

02/08/2005 Procuradoria Geral da República

*... QUE, em dado momento, após sucessivas renovações, o declarante foi pressionado pelos Bancos a saldar as dívidas contraídas, ocasião em que apresentou um documento assinado por Delúbio Soares, na qualidade de avalista e devedor solidário dos empréstimos contraídos, o que ocorreu em 01.07.04; QUE o depoente apresenta, nesta oportunidade, cópia do documento firmado por Delúbio Soares entregue ao Banco BMG...;*

*QUE, a partir dessa data, ou seja, 01/07/2004, os Bancos BMG e Rural passaram a ter conhecimento oficial da natureza e finalidade dos empréstimos; QUE, no entanto, é fato que a partir da movimentação bancária ocorrida em março de 2003, os bancos já tinham conhecimento da destinação dos recursos emprestados às empresas do declarante; ( ... ) QUE quanto à origem dos empréstimos, o declarante esclarece que teve conhecimento que, por ocasião das tratativas para obtenção dos mesmos junto ao BMG e Rural, Delúbio Soares lhe informou que José Dirceu teve reuniões com os dirigentes de ambos os bancos; QUE, a reunião com os dirigentes do Banco Rural ocorreu no hotel Ourominas, em Belo Horizonte, num jantar e a outra reunião, com a Diretoria do Banco BMG ocorreu em Brasília/DF; QUE no primeiro semestre de 2003, o declarante acompanhou as Diretorias de ambos os Bancos em audiência oficiais com o então Ministro José Dirceu para tratarem de interesses já declarados no depoimento anterior, ou seja, visita à fábrica instalada em Luziânia, do Grupo BMG, ... ; QUE, indagado sobre o empréstimo à ex-esposa do ex-Ministro José Dirceu, chamada Ângela, o depoente confirmou que efetivamente houve o empréstimo do Banco Rural e colocação com emprego no Banco BMG; QUE, o declarante foi procurado por Sílvio Pereira para auxiliar o Ex-Ministro José Dirceu na resolução de um problema pessoal com sua ex-esposa, que pretendia trocar de apartamento e não tinha recursos financeiros; QUE, desta forma, foi conseguido o empréstimo e o emprego já mencionados e...;*

Relativamente ao Partido dos Trabalhadores

**Com DELÚBIO SOARES**

29/06/2005 Depoimento na Polícia Federal - IPL nº 810/2005- SR/DPF/MG

*...QUE um dos seus principais interlocutores em Brasília é o seu amigo pessoal Delúbio Soares; QUE se encontra com Delúbio Soares para conversar sobre diversos assuntos, tais como política, imagem do governo federal...; QUE conhece Delúbio Soares desde meados do segundo semestre de 2002; Que foi apresentado a Delúbio pelo Deputado Federal Virgílio Guimarães; QUE realmente pode ter cedido o motorista da empresa SMP&B de nome Neiton em uma viagem que Delúbio Soares fez a Belo Horizonte/MG para participar de uma reunião do diretório do PT; QUE costumava conversar ao telefone com Delúbio Soares no máximo de duas a três vezes por semana; QUE ligava para Delúbio para conversar a respeito de assuntos ligados às administrações do PT, tais como a imagem que o partido está tendo perante à sociedade; QUE não consegue numerar quantas visitas fez aos diretórios do PT, mas pode afirmar que foram várias...*

14/07/2005 Na Procuradoria-Geral da República – PA/MPF/PGR

1.00.000.006045/2005-55

*...No início de 2003, o Sr. Delúbio procurou o declarante, afirmando que o Partido dos Trabalhadores, em razão das campanhas realizadas, estava com problemas de caixa em diversos diretórios, oportunidade em que propôs que as empresas do declarante tomassem*

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4106</b>
Doc: _____

*empréstimos e os repassassem ao Partido dos Trabalhadores que restituiria os valores com os juros e acréscimo legais. Tal proposta se deu em razão do seu relacionamento com Delúbio e da perspectiva de que, mantendo um bom relacionamento com o Partido do Governo, obtivesse serviços para suas empresas, inclusive, em futuras campanhas eleitorais. (...) Naquele momento o declarante alertou o Sr. Delúbio sobre o risco da operação proposta, especialmente de quem garantiria o pagamento no caso de saída de Delúbio do Partido ou qualquer outro evento, visto que se tratava de uma operação baseada na confiança, já que não seria e não foi documentada. O Sr. Delúbio esclareceu que o então Ministro José Dirceu e o Secretário Silvio Pereira eram sabedores dessa operação de empréstimo para o Partido e em alguma eventualidade garantiriam o pagamento junto às empresas do declarante. (...) a totalidade desse valor (dos empréstimos tomados no BMG e Rural, nosso texto) ao longo do ano de 2003 até o início desse ano, foi repassada ao PT por intermédio ou por indicação do Sr. Delúbio. (...) Nunca tratou sobre os empréstimos ao PT com o ex-ministro José Dirceu, mas esclarece que Delúbio informava ao declarante que o Ministro e o Secretário Silvio Pereira tinham conhecimento. O declarante freqüentava a sede do PT tanto em São Paulo como em Brasília, não tendo nunca conversado com o ex-Presidente do PT, José Genoíno, sobre os empréstimos, mas o ex-secretário Geral Silvio Pereira tinha conhecimento dos empréstimos que estavam no nome das empresas do declarante e também que Silvio havia dito ao declarante que o então Ministro José Dirceu tinha conhecimento dos empréstimos.*

Com SILVIO PEREIRA

29/06/2005 Polícia Federal - IPL nº 810/2005-SR/DPF/MG

*...QUE conhece Silvio Pereira da mesma época em que foi apresentado para Delúbio Soares; QUE mantém uma amizade superficial com Silvio Pereira, se encontrando com o mesmo para discutir assuntos relacionados à prestação de serviços de marketing para candidatos a prefeitos pelo Partido dos Trabalhadores; QUE, o declarante foi procurado por Silvio Pereira para auxiliar o Ex-Ministro José Dirceu na resolução de um problema pessoal com sua ex-esposa, que pretendia trocar de apartamento e não tinha recursos financeiros; QUE, desta forma, foi conseguido o empréstimo e o emprego já mencionados e...;*

Com JOSÉ DIRCEU

29/06/2005 Polícia Federal - IPL nº 810/2005-SR/DPF/MG

*...QUE já se encontrou com o Deputado Federal Jose Dirceu em reuniões sociais..., Que nunca agendou qualquer encontro pessoal ou oficial com o Deputado Federal Jose Dirceu; Que esteve na Casa Civil da Presidência da República aproximadamente quatro vezes, sempre para se encontrar com a assessora Sandra Cabral; Que se encontrava com Sandra Cabral para discutir a provável candidatura de Delúbio Soares à Câmara de Deputados no próximo pleito...*

02/08/2005 Procuradoria Geral da República

*...QUE, indagado, o declarante informou que compareceu em várias ocasiões na Casa Civil, entrevistando-se com o Ministro José Dirceu em três ocasiões, conversando com a Sra. Sandra Cabral, Secretária de José Dirceu e responsável pela área administrativa do gabinete; Marcelo Sereno, assessor especial do Ministro José Dirceu; QUE, indagado sobre o empréstimo à ex-esposa do ex Ministro José Dirceu, chamada Ângela, o depoente confirmou que efetivamente houve o empréstimo do Banco Rural e a colocação com o emprego no Banco BMG; QUE, o declarante foi procurado por Sílvio Pereira para auxiliar o Ex-Ministro José Dirceu na resolução de um problema pessoal com sua ex-esposa, que pretendia trocar de apartamento e não tinha recursos financeiros; QUE, desta forma, foi conseguido o empréstimo e o emprego já mencionados e também o sócio do declarante, Rogério Tolentino, para resolver o problema já que o crédito imobiliário dependia do pagamento de recursos em dinheiro, comprou o apartamento da Sra. Ângela, pagou à vista e declarou a aquisição no seu imposto de renda;...*

**Depoimentos do Sr. Delúbio Soares de Castro (Anexo 6.9 – Empréstimos)**

08/07/2005 Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em São Paulo – Termo de Declarações

*... ; QUE conheceu o publicitário Marcos Valério no final de 2002, na época da campanha eleitoral para Presidência da República; QUE foi apresentado a Marcos Valério pelo Deputado Federal Virgílio Guimarães;... QUE também sempre discutia com Marcos Valério a respeito da imagem do PT perante a sociedade; ... QUE ao chegar em Belo Horizonte/MG para participar da conferência de Marketing, Marcos Valério foi buscá-lo no aeroporto; Que já se encontrou com Marcos Valério em hotéis nas cidades de São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG e Brasília/DF; ... QUE, entretanto, a maioria dos encontros que teve com Marcos Valério foram nos Diretórios do PT em São Paulo e Brasília; QUE falava com Marcos Valério uma ou duas vezes por semana, sempre para tratar de assuntos relacionados a política e conversas entre amigos; ... QUE realmente solicitou um empréstimo junto ao banco BMG no valor de R\$ 2.4 milhões para cobrir um saldo negativo decorrente de despesas efetuadas pelo PT na transição do Governo e na cerimônia da posse do Presidente da República; QUE os dirigentes do banco BMG responsáveis pela concessão do empréstimo foram apresentados ao declarante pelo publicitário Marcos Valério;... QUE consultou vários bancos que não aceitaram a concessão do crédito, podendo citar Banco Santos, Bradesco, Schain, ABN-Real, dentre outros que não se lembra; ... QUE pediu a Marcos Valério para que aceitasse ser avalista do empréstimo...; QUE em julho de 2004 Marcos Valério saldou uma prestação no valor de R\$ 350 mil, referente a taxa de juros cobrada pelo contrato;...QUE também obteve um empréstimo no Banco Rural, agência Paulista, no valor de R\$ 3 milhões; QUE esse empréstimo no Banco Rural Também possui como avalista o Sr. Marcos Valério; ... QUE foi apresentado por Marcos Valério aos dirigentes do*

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4107
Doc:

*Banco Rural que concederam o referido empréstimo;...*

15/07/2005 Procuradoria-Geral da República-PA/MPF/PGR (1.00.000.006045/2005-55)

*...Passada esta fase, já em 2003, Marcos Valério apresentou ao Partido dois bancos (Rural e BMG), onde foram efetuados dois empréstimos pelo próprio PT, avalizados por Marcos Valério, José Genoíno e pelo declarante: um no valor de R\$ 2.400.000,00 no BMG, em fevereiro de 2003; e outro no valor de R\$ 3.000.000,00 no Banco Rural, em maio de 2003.*

Assim tem-se o desenlace do *esquema Marcos Valério*, demonstrando a atuação do Sr. Marcos Valério em intermediar a necessidade do Partido dos Trabalhadores por recursos para fazer frente a dívidas de campanha, bem como o interesse comercial das suas empresas e dos Bancos BMG e Rural.

#### **7.4.4.2 BENEFÍCIOS DOS BANCOS BMG E RURAL PARA A CONCESSÃO DE LINHAS DE CRÉDITOS A MARCOS VALÉRIO E AO PT**

Primeiramente, é importante ressaltar que os bancos eram sabedores da finalidade dos recursos obtidos. O Banco Rural, inclusive, sugeriu o meio pelo qual deveriam ser feitos os pagamentos aos indicados/beneficiários, conforme depoimento do Sr. Marcos Valério.

Dos benefícios esperados ou alcançados pelos bancos por participarem e financiarem referido esquema:

##### ***Banco Rural***

- Possível favorecimento no âmbito de pareceres sobre recursos administrativos, de processo de fiscalização do Banco Central, emitidos pelo Sr. Glênio Guedes, Procurador da Fazenda Nacional, afastado do cargo desde o início de julho, diante das denúncias da CPMI. O referido tema foi abordado pelo Sr. Marcos Valério no depoimento na Polícia Federal em 29/06/2005 (Anexo 6.9 – Empréstimos): *“Que em duas oportunidades utilizou o avião do Banco Rural, sempre na companhia do Dr. José Augusto Dumont, ex-vice-presidente do Banco Rural; Que as duas viagens foram para Brasília/DF, ambas para acompanhar José Augusto em encontro com o Diretor de Fiscalização do Banco Central; Que esses encontros foram intermediados pelo Deputado Federal Virgílio Guimarães; Que esses encontros foram realizados para discutir o relacionamento do Banco Rural com o Banco Central – BACEN...”*

Tal favorecimento também encontra sustentação no pagamento feito pela empresa do Sr. Marcos Valério, a **Tolentino & Melo Assessoria Empresarial S/C**, ao pai do Sr. Glênio Guedes, de nome do Sr. Ramon Guedes, no valor de R\$ 1,1 milhão, através de dois depósitos em uma conta bancária conjunta que mantinham no BankBoston (em 04/12/2003, no valor de R\$ 782 mil, e em 12/02/2004 no valor de R\$ 367 mil, ambos transferidos por TED enviado pelo Banco do Brasil).

- Concentração de aplicações financeiras. Como será relatado mais adiante no tópico 8 – Fundos de Pensão, o Banco Rural teria sido beneficiado com o aumento do volume financeiro aplicados pelos Fundos de Pensões.
- Intermediação de negócios relativos à liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco e do Banco Econômico pelo Banco Central.

Depoimento do Sr. Marcos Valério em 05/09/2005 no Departamento da Polícia Federal Brasília DF – Termo de Declarações (Anexo 6.9 – Empréstimos):

*...QUE conheceu Junia Rabello, José Augusto Dumont, José Roberto Salgado, Sabino Correa Rabello e Guilherme Rocha Rabello, todos vinculados ao Banco Rural; QUE conheceu tais pessoas de relacionamentos comerciais que manteve com o Banco Rural;... QUE conheceu o presidente da Portugal Telecom, Sr. Miguel Horta e Costa, através de Ângelo Calmon de Sá (Banco Econômico); QUE foi apresentado a Ângelo Calmon de Sá por José Augusto Dumont, na época das discussões envolvendo o pedido de levantamento da liquidação do Banco Econômico; QUE como era de seu conhecimento que Ângelo Calmon de Sá possuía um relacionamento de longa data com o Banco do Espírito do Santo, do qual Miguel Horta e Costa é um dos principais acionistas, solicitou àquele que intermediasse um encontro com o empresário português; ...”*

Durante as investigações da CPMI, os Deputados Federais Osmar Serraglio e Eduardo Paes receberam visita do Sr. Paulo Cavalheiro, Diretor do Banco Central, que confirmou o assédio e intenções do Sr. Marcos Valério na liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco e Econômico. Conforme se verifica abaixo, o Sr. Marcos Valério visitou o Banco Central por 17 vezes, a primeira das visitas em 26/03/2003, acompanhado da Diretoria do Banco Rural, e outras tantas no período de 2003 a 2005.

Conforme matéria publicada pela revista *Veja* de 02/11/2005 (Anexo – 6.13 – Empréstimos), o banqueiro do Econômico, Ângelo Calmon de Sá, disse que Marcos Valério seria capaz de resolver os problemas do Banco Econômico para suspender a liquidação feita pelo Banco Central. Que Marcos Valério empenhava-se também em solucionar o caso a pedido do Banco Rural, que sonhava em comprar o controle do Banco Mercantil de Pernambuco. Marcos Valério teria dito ainda que não queria nada em troca para ele mesmo.

*“Queria que eu contribuísse com o PT quando estivesse tudo resolvido. Concorde com essa proposta, é claro”, disse Calmon de Sá a Veja.*

A matéria comenta que o salvamento dos bancos falidos e a recompensa que ele produziria para Marcos Valério e associados, no negócio, eram vitais para garantir a longevidade do projeto petista. Que dependendo da forma como fosse encaminhada, a operação da liquidação dos bancos Mercantil de Pernambuco e Econômico poderia alcançar R\$ bilhão. Esse ganho seria decorrente da criação do programa de reestruturação do sistema financeiro – Proer. Que permitia que a parte sadia dos bancos quebrados fosse separada da parte podre. O “banco bom” seria vendido a alguma instituição financeira interessada. No caso do Mercantil, a parte boa ficou com o Rural, que já era sócio. O “banco ruim”



receberia um empresário e passaria a ser administrado pelo BACEN. O Mercantil e o Econômico foram obrigados a comprar títulos públicos cotados em dólar e dá-los ao BACEN em garantia do empréstimo oficial do Proer. Os títulos públicos adquiridos pelos dois bancos são corrigidos pelo dólar, que, à época, valia R\$ 1. Com a desvalorização da moeda brasileira, a massa falida dos bancos começou a ter lucros. Segundo alguns cálculos, o Mercantil dispõe de dinheiro para pagar o empréstimo do BACEN desde 2001. Desde então, tem acumulado lucros. Assim, o ganho de um bilhão seria daqueles que viessem a possuir o “banco ruim”. Para definir de quem seria o beneficiário desse ganho, há duas teses: a) a defendida pelos antigos controladores, que, no caso do Mercantil de Pernambuco, seriam o Sr. Armando Monteiro Filho e o Banco Rural; b) e uma segunda, de que o BACEN não deveria permitir que os banqueiros falidos saíssem das liquidações com dinheiro. Assim, o objetivo do Sr. Marcos Valério era dobrar a resistência dos diretores do BACEN contrários à tese dos antigos banqueiros.

#### **7.4.5 CONCLUSÃO**

O fato de os trabalhos de investigação da CPMI não alcançarem e confirmarem todos os verdadeiros propósitos e interesses que vão além dos ganhos financeiros de cessão de crédito e os descritos acima, como também outros não conhecidos até o momento, ou que foram frustrados diante da abertura das investigações da CPMI, não descaracteriza a existência dos empréstimos entre os Bancos BMG e Rural com o Partido dos Trabalhadores e as empresas do Sr. Marcos Valério (SMP&B, Graffiti e Rogério Lanza Toletino).

#### **7.4.6 Banco BMG**

##### **7.4.6.1 Créditos Consignados**

A esta CPMI competiu investigar as denúncias acerca de eventual favorecimento do Banco BMG em suas operações de cessão da carteira de empréstimos consignados a aposentados e pensionistas do INSS à CEF.

São várias as suposições envolvendo o caso:

- a) Favorecimento ao BMG para operar nessa modalidade de crédito;
- b) As aquisições de carteira de crédito consignado-INSS propiciaram um favorecimento de antecipação de receita a vista ao BMG;
- c) A rapidez com que as negociações foram conduzidas deixou clara a situação de favorecimento e exclusividade de operação com o BMG;
- d) Falta de isonomia no comportamento da CEF em relação a outras propostas de aquisição de carteira de crédito em consignação; e
- e) Possibilidade de benefício indevido ao BMG quando da repactuação das taxas;
- f) Favorecimento ao BMG em detrimento do próprio desempenho e atuação da CEF

nesse segmento de mercado;

- g) Prejuízo à CEF decorrente dos acordos de uso de sua rede de cobrança e de administração da carteira;
- h) A inexistência de objetivo econômico na realização da operação.

Assim sendo, os trabalhos desenvolvidos sobre esse assunto se referem à análise das seguintes principais informações:

- a) Relatório do TCU sobre representação para apurar possíveis irregularidades no contrato entre a CEF e o BMG;
- b) Depoimento do Sr. Ricardo Annes Guimarães – Presidente do BMG; e
- c) Pareceres de consultores independentes sobre a análise da transação em questão, contratados pelo BMG.

#### 7.4.6.2 Relatório de Auditoria do TCU

Com base em solicitação formulada pelo Procurador-Geral ao TCU, em razão de conteúdo de matéria veiculada pela imprensa sobre eventual favorecimento do Banco BMG no contrato de cessão onerosa da carteira de créditos consignados a CEF, o TCU procedeu à auditoria dos contratos em questão.

Destacando, de pronto, que o produto utilizado para as análises aqui realizadas não se tratam de posicionamento do Pleno do TCU, mas sim de um relatório preliminar e inconclusivo de técnicos daquela Casa, a representação de nº 013.688/2005-0, emitida em 16 de dezembro de 2005, continha as seguintes conclusões:

*“A partir das análises supra, vislumbramos que, em tese, não houve prejuízo aos cofres da CAIXA, sendo procedente a avaliação da CAIXA de um retorno acima da taxa SELIC nas operações com o BMG.*

*Não obstante, com base exclusivamente nos elementos fornecidos pela CAIXA, constatamos que as aquisições de carteiras de crédito consignado-INSS examinadas propiciaram um favorecimento do BMG, em afronta aos princípios da moralidade e da impessoalidade, que deveriam nortear a atuação dos gestores da CAIXA.*

*A pressa com que as negociações foram conduzidas, aliado ao fato de que, entre as 17 instituições financeiras atuantes nos empréstimos em consignação do INSS em meados de 2005, apenas o BMG efetuou operações de cessão de carteira de crédito na referida modalidade, deixou clara a situação de favorecimento. Ademais, restou comprovado que a CAIXA antecipou os lucros do BMG, mediante o pagamento do ágio à vista na liquidação de cada parcela.*

*Também não se pode deixar de mencionar que causa grande indignação que um banco com as dimensões da CAIXA, cuja estratégia de atuação era inclusive*

*sentido de aumentar sua participação no segmento de crédito em tela, tenha obtido*

REQ. nº 03/2005 - CN -
CTMP - CORREIOS
Fls: 80 <b>4109</b>
Doc:

*um desempenho operacional muito abaixo do esperado, em contraposição ao BMG, com desempenho muito superior.*

*O favorecimento apontado acima ficou evidenciado pelas seguintes constatações:*

1. *Tratamento desigual por parte da CAIXA às demais negociações do mesmo gênero, todas infrutíferas e com informações contraditórias fornecidas pela documentação encaminhada pela CAIXA, considerando que em meados de 2005 o segmento de crédito sob exame tinha 17 instituições financeiras em atuação e apenas o BMG cedeu parte de sua carteira à CAIXA;*

2. *Celeridade incomum com que foi conduzida a negociação com o BMG, uma vez que entre a apresentação da proposta inicial e a autorização do Conselho Diretor decorreram somente 23 dias, enquanto as demais negociações prosseguiram ao longo de meses, de forma obscura e indefinida, sem lograrem êxito na celebração de contratos;*

3. *Contradição entre os motivos alegados pela CAIXA para a não concretização das demais negociações do mesmo gênero e as evidências apresentadas, visto que aqueles mencionam que não foram atendidos requisitos, taxas de juros, escala mínima e garantias exigidas pela CAIXA e estes não se referem a tais alegações, sendo que, na maioria, são inclusive favoráveis à negociação;*

4. *Ausência de especificação dos valores que a CAIXA teria considerado aceitáveis para requisitos, taxa de juros, escala mínima e garantias exigidas, não sendo encontrados nos autos estudos técnicos ou memoriais de cálculo que tivessem fundamentado tais parâmetros;*

5. *Os resultados atingidos pela CAIXA com a operação foram o inverso do pretendido, uma vez que a CAIXA reduziu sua participação no mercado, propiciando que o BMG aumentasse a sua. Ademais, a CEF proporcionou ao BMG, somente com as quatro primeiras tranches, a antecipação de um lucro imediato de aproximadamente R\$ 119 milhões, correspondente à cerca de 17% do saldo devedor da carteira adquirida nessas tranches (R\$ 711,8 milhões), sendo que o ganho da CAIXA, de cerca de R\$ 70 milhões, será realizado somente após o vencimento dos empréstimos, no prazo de 36 meses;*

6. *Várias ações da CAIXA demonstraram que o favorecimento foi deliberado, dentre eles destacamos o pagamento do ágio à vista, aprovado pela Resolução do Conselho Diretor nº 1260/2005, de 23/02/2005, quando o estabelecido inicialmente era de 12 parcelas; a alteração da taxa de desconto de CDI + 5,85% aa, autorizado mediante o Termo de Alteração, de 14/06/2005, beneficiando o BMG, e a disponibilidade de toda a estrutura da CAIXA para ajudar o BMG a incrementar suas atividades no segmento de créditos consignados - INSS, conforme inciso I da cláusula primeira c/c cláusula quinta do contrato assinado em 01/04/2005, referente ao Acordo Operacional de aquisições futuras na carteira de créditos consignados -INSS do BMG;*

7. *Além da celeridade incomum na tramitação do processo do BMG, a superficialidade dos pareceres técnicos, elaborados às pressas junto com a*

*aprovação do Conselho Diretor, sem o respaldo de memórias de cálculo ou estudos técnicos, evidenciam a falta de critério que pautou toda a negociação com o BMG;*

8. *Em nenhum momento foi cogitada a hipótese de se destinar os valores a serem aplicados na aquisição dos créditos do BMG para a concessão de empréstimos pela própria CAIXA;*

9. *Não foram realizadas análises comparativas entre o retorno financeiro advindo da aquisição da carteira do BMG e o da concessão de empréstimos pela própria CAIXA, nas mesmas condições do BMG (vencimento em 36 meses a taxa de 2,8% am), considerando todos os custos e prazos envolvidos na captação de clientes;*

10. *Os resultados observados até o momento demonstraram que a caixa deixou de conceder entre janeiro e junho de 2005, em relação ao período de abril a dezembro de 2004, cerca de R\$ 84 milhões por mês em novos empréstimos para poder adquiri-los do BMG, em condições muito mais favoráveis a este último; e*

11. *Não foram encontradas nos autos as razões que motivaram a redução do desempenho operacional da CAIXA no período de dezembro a julho de 2005.*

*Assim, podemos concluir que os atos praticados pelos gestores que permitiram a contratação do BMG, principais responsáveis pelo favorecimento do referido banco, infringiram dois princípios básicos da administração pública: o princípio da moralidade e o da impessoalidade. Ambos consubstanciados na Constituição Federal de 1988, art 37, caput, e impõem ao administrador público que pratique apenas atos visando o interesse público e a conveniência para a Administração, vedando praticá-los no interesse próprio ou de terceiros, por favoritismo ou perseguição.*

*A Lei nº. 8.429, de 02/06/1992, que dispõe sobre atos de improbidade administrativa, em seu art. 4º obriga os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia "a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos." O art. 11 dispõe que constitui ato de improbidade administrativa aquele que, por ação ou omissão, atenta contra os princípios da administração pública violando os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições. Das penas previstas no art. 12, III, estão o pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, perda da função pública, suspensão dos direitos de 3 a 5 anos, dentre outras.*

*No que concerne à legalidade da operação, propugnamos que seja chamada em audiência prévia a Sra. Mary Carla Silva Ribeiro, consultora jurídica da DIJUR, responsável pela emissão da NJ DIJUR 2626/2004 Com.#20 (fls. 773), por não ter observado o inciso II, art 1º da IN INSS/DC nº 110, de 14/10/2004, vigente à época, que restringia as consignações de descontos na renda mensal dos benefícios do INSS para o pagamento de empréstimos concedidos pela própria instituição financeira credora.*

*Quanto ao favorecimento do BMG, o presidente da CAIXA, Sr. Jorge Eduardo Levi Mattoso, que assinou a Resolução do Conselho Diretor nº 1173/2004, autorizando*

ROS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS
Fls: 4110
82
Doc:

*a contratação do BMG, bem como os demais membros do Conselho Diretor, devem ser responsabilizados pela ocorrência do favorecimento apontado.*

*Concernente a áreas técnicas que emitiram os pareceres que subsidiaram a decisão do Conselho Diretor, vislumbramos que foram realizadas as análises de risco e de retorno financeiro das operações sob exame, dentro da atribuição de cada área. Não obstante, vislumbramos que os Superintendentes da SUEMF e da SUEMJ, ao emitirem o Parecer-Síntese cometeram uma falha ao afirmarem que a assinatura do acordo operacional evitaria novos aportes de recursos ao principal concorrente da CAIXA, evitando perdas de mercado. As análises de desempenho operacional e de resultados junto ao mercado demonstraram exatamente o contrário, devendo tais gestores, pois, serem chamados em audiência para que apresentem suas razões de justificativa.”*

A CEF tomou conhecimento do teor do relatório do TCU pela imprensa. Em 9 de janeiro de 2006, a CEF encaminhou correspondência ao TCU condenando a veiculação de informações sigilosas, que estariam atacando a imagem da instituição. Também, na mesma correspondência, prestou uma série de esclarecimentos sobre a transação realizada, refutando as conclusões do relatório do TCU.

Ainda, em 31 de janeiro de 2006, encaminhou nova correspondência ao TCU solicitando que fossem acostados aos autos do TCU:

- cópia da apresentação realizada aos auditores do TCU, questionando cada conclusão do relatório do TCU;
- Íntegra da entrevista concedida pelo presidente do BMG a *Folha de São Paulo*, publicada em 12 de janeiro de 2006; e
- Análise das operações de cessão de carteiras de crédito consignados entre o BMG e a CEF, efetuada pelo Sr. Maílson F. da Nóbrega.

Também, como será visto mais adiante, o Banco BMG procedeu à contratação de dois consultores independentes, que concluíram favoravelmente a transação efetuada.

#### **7.4.6.3 Depoimento do Presidente do BMG, Sr. Ricardo Annes Guimarães**

No depoimento do Sr. Ricardo Annes Guimarães (presidente do Banco BMG) em 20 de setembro de 2005, os seguintes principais assuntos foram abordados:

##### **Aplicações da Real Grandeza**

Questionado sobre a relevância dos valores aplicados pela Real Grandeza no Banco BMG, vez duas considerações relevantes:

- a. houve uma redução do nível de investimento dos fundos de pensão no BMG. Em 1997 representavam 200% do patrimônio líquido do banco, enquanto que, em 2.005, representa cerca de 51%; e
- b. que não houve aumento significativo de investimentos em valores nominais. Em dezembro de 2002 havia investimentos da ordem de R\$ 58 milhões, enquanto que, em junho de 2005, estes investimentos foram de R\$ 109 milhões e que representam, praticamente, os mesmos níveis de investimento do ano de 2002, atualizados pela variação da taxa Ambid + 1,5%.

#### **Empréstimos ao PT**

Questionado sobre o empréstimo concedido ao PT em 17 de janeiro de 2003 no

montante de R\$ 2,4 milhões, declarou:

- a. Que, apesar de o banco ter foco em certos produtos (empréstimos consignados), também é um banco de empréstimos, de acordo com as políticas administrativas e na avaliação de riscos das operações;
- b. Que os empréstimos foram concedidos com garantia em avais do presidente do partido, Sr. José Genoíno, do tesoureiro do partido, Sr. Delúbio Soares, e do empresário, Sr. Marcos Valério; e
- c. Que a avaliação do risco estava baseada na avaliação dos recebíveis decorrentes do fundo partidário, que teriam capacidade de honrar os compromissos assumidos, e na capacidade financeira do Sr. Marcos Valério.

#### **Audiência com Sr. José Dirceu**

- a. Que em 20 de fevereiro de 2003 a diretoria do banco BMG teve uma reunião com o Sr. Jose Dirceu.
- b. Que o assunto da reunião foi um convite para inauguração de uma fábrica de produtos enlatados da família em Luziânia – GO.
- c. Que os Srs. Delúbio Soares e Marcos Valério estavam presentes à reunião.
- d. Que a audiência havia sido marcada pelo Sr. Marcos Valério.

#### **Venda da carteira de créditos consignados para a CEF**

Naquela oportunidade não se deu tanta ênfase a questionamentos sobre as condições financeiras da negociação da carteira de créditos consignados com a CEF. Mas, quando questionado sobre o assunto, declarou:

- a. Que havia firmado um convênio com a CEF para ceder parte dos créditos de empréstimos consignados com os segurados do INSS.
- b. Que usava a *expertise* e a estrutura do banco BMG para formar a carteira.
- c. Que cedia em torno de R\$ 100 milhões de créditos mensalmente; e
- d. Que, como benefício da CEF, esta passava a ter acesso aos clientes.

#### **7.4.6.4 Pareceres de Consultores do BMG para Avaliar a Transação com a CEF**

Com o intuito de comprovar a idoneidade da transação de venda da carteira de créditos consignados a CEF, cuja operação é objeto de investigação desta Comissão, a diretoria do Banco BMG contratou duas empresas de consultoria para avaliar e emitir opinião sobre a referida transação.

As empresas contratadas, cujos pareceres foram encaminhados a esta Comissão, são as seguintes:

- . Tendências – Consultoria Integrada, do Sr. Maílson da Nóbrega



. Valora Participações Ltda.

### **Tendências Consultoria – Mailson da Nóbrega**

Transcrevemos, a seguir, principais comentários e conclusões do parecer do Sr. Mailson da Nóbrega, de 19 de janeiro de 2006.

*A atividade fundamental de uma instituição financeira é composta de um lado, pela captação de recursos através do pagamento de uma determinada remuneração, e de outro, pelo empréstimo desses recursos a tomadores (pessoas físicas e jurídicas, e governos, mediante o pagamento de uma certa taxa de juros). A diferença entre as taxas de captação e de empréstimo compõe o spread de onde provém essencialmente o retorno financeiro da atividade bancária.*

*No caso em tela, em 2004 os bancos médios (entre os quais o BMG) identificaram um bom nicho de mercado demandando recursos na ponta tomadora, qual seja, o mercado de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS. Todavia não tinham uma estrutura de captação própria (correntistas, investidores institucionais, etc) compatível com esse volume de recursos, criando uma situação de baixa liquidez.*

*Nesses casos, uma das formas mais comuns de captação ocorre no mercado interbancário através de depósitos a prazo (CDI). Trata-se de depósitos entre bancos, lastreados pelo patrimônio líquido da instituição tomadora, cujo custo está relacionado à sua solidez financeira.*

*No final de 2004, com a intervenção do Banco Santos, os investidores institucionais reduziram de forma significativa o volume de recursos direcionados aos bancos médios, elevando seus custos de captação. Como forma de manter a liquidez e continuar expandindo as atividades, esses bancos recorreram à captação de recursos via fundos de recebíveis (FIDCs) e, sobretudo, via cessões de carteiras de crédito com o mesmo objetivo, ou seja, precisamente a operação envolvendo BMG e CEF ora em análise.*

*Uma cessão de carteira de crédito funciona como uma venda à vista de ativos (no caso, promessas de pagamentos por empréstimos realizados). A instituição mais líquida compra um fluxo de recebíveis entregando recursos à instituição menos líquida, que com esses recursos mantém sua política de expansão de crédito. Para essa venda, é determinado um preço, que no curso normal dos negócios será maior que o custo de oportunidade da instituição compradora mais líquida (no caso, a taxa do CDI) e inferior ao retorno obtido com as operações de crédito da instituição cedente (no caso, as taxas dos empréstimos consignados já contabilizados riscos, juros e custos operacionais).*

*Entre dezembro de 2004 e outubro de 2005, CEF e BMG firmaram 7 contratos (tranches) de cessão de créditos em favor da primeira instituição. As duas primeiras foram realizadas com um “preço” (spread) entre 4,00% e 4,20% ao ano sobre o custo de oportunidade da CEF. As cinco operações subsequentes, já sob o Acordo Operacional firmado em 01/04/2005, foram feitas pagando um spread de 5,85% ao ano na primeira e de 3,90% ao ano nas quatro tranches subsequentes.*

*O Acordo previa (i) a cessão de R\$ 100 milhões/mês em créditos consignados a*

*aposentados e pensionistas do INSS por um período de 24 meses; (ii) a administração da carteira de crédito pelo BMG; (iii) a transferência do processamento das ordens de pagamento (cobrança) para a rede da CEF; e (iv) o direito de preferência da CEF na aquisição de volumes suplementares da carteira de crédito caso o BMG desejasse realizar novas cessões além dos limites estabelecidos. Sobre essas operações, o relatório do TCU teria mencionado seis questões substantivas:*

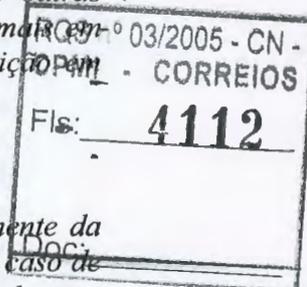
- *a possível existência de perdas para a CEF na operação frente aos termos então praticados no mercado, em especial relativas ao pagamento antecipado de ágio ao BMG;*
- *o prazo incomum para aprovação da operação;*
- *a falta de isonomia no comportamento da CEF em relação a esse tipo de operação;*
- *a possibilidade de benefício indevido ao BMG quando da repactuação das taxas;*
- *a existência de prejuízo à instituição pública proporcionada pelos acordos de uso da rede de cobrança da CEF e de administração da carteira; e*
- *a inexistência de objetivo econômico na realização da operação.*

*Quanto ao primeiro aspecto, as taxas e termos praticados são condizentes com as condições conjunturais e normais do mercado, respectivamente. Porém, é necessário ter em mente que esse tipo de operação, apesar de comum, não é um negócio de rotina, mas uma oportunidade de mercado – e como tal, sua comparação precisa não é trivial. Como referência genérica, note-se que o preço praticado nas operações não destoava daquele acordado pelo BMG com outras instituições privadas na mesma época, em alguns casos sendo inclusive superior ao preço que essa instituição vinha pagando.*

*Ainda no que tange a esse ponto, note-se que na venda da carteira à vista, o preço praticado foi intermediário entre o custo de oportunidade da CEF e o retorno obtido pelo BMG com os empréstimos, de modo que não tem sentido econômico falar em pagamento antecipado de ágio nessa situação.*

*Quanto ao segundo e terceiro ponto, tratam-se de questões factuais, como tal, este parecer econômico tem pouco a contribuir. Ainda assim, no mínimo, dizer que os prazos praticados pela CEF não diferem daqueles praticados pelo mercado. Na verdade, quando comparado a prazos de negociação entre o BMG e outras instituições, foram prazos que podem ser considerados excessivos, ainda mais em um mercado em competição. Nessas condições, a demora de uma instituição para realizar negócios significa perdê-los para os concorrentes.*

*Já a repactuação de taxas, após o Acordo Operacional, decorreu diretamente da estrutura do Acordo firmado, que permitia a saída unilateral das partes em caso de desacordo nas condições pactuadas, e da melhoria da liquidez do mercado, que*



*reduziu as taxas de captação dos bancos médios. Tanto é assim que a taxa contratada é condizente com outras operações de mercado realizado pelo próprio BMG. Ademais, o Acordo trazia ganhos implícitos decorrentes de condições bastante favoráveis à CEF no que tange à receita de serviços e a administração da carteira. Adicionalmente, foi dobrado de 2,5% para 5% o percentual de retenção, de recursos do BMG depositados em conta da CEF, dados como contra-garantia das operações.*

*Por fim, cabe mencionar que a CEF registrou ganhos econômicos com a operação (um retorno total de R\$ 355 milhões, o que representa um lucro da ordem de R\$ 60 milhões acima do custo de oportunidade), além de aumentar em quase R\$ 1 bilhão sua carteira de crédito, estando equivocadas as afirmações atribuídas ao TCU de que a instituição teria reduzido sua participação no mercado pós-operação e que a operação teria gerado uma apropriação indevida por parte do BMG.*

*Em síntese, tratou-se de uma operação regular, realizada dentro do contexto do mercado financeiro, não se identificando qualquer benefício ao BMG que possa ser considerado incomum. Ao contrário, a CEF adquiriu uma carteira de crédito de qualidade, constituída pelo BMG, instituição líder nesse mercado e no qual a CEF já havia manifestado interesse em aumentar a sua participação. (grifamos)*

#### **7.4.6.5 Valora Participações**

Transcrevemos, a seguir, principais comentários e conclusões do parecer da Valora Participações, assinado pelos Srs. Carlos Eduardo de Freitas e Carlos Gradim, em 9 de fevereiro de 2006:

*Estabelecemos cinco condições de lisura para as operações sob análise, cuja verificação permitiria rejeitar-se a hipótese de favorecimento nas cessões de crédito entre o BMG e a CEF.*

*Foram elas:*

- *Condições de não-singularidade;*
- *Rejeição da hipótese de celeridade inusitada do processo;*
- *Robustez do regime legal das cessões estudadas – proteção à CEF;*
- *Condições de equivalência financeira, ou de equilíbrio entre os interesses econômico-financeiros das partes;*
- *Demonstração de acesso pelo BMG a outras fontes de captação no período analisado.*

*As condições de não-singularidade foram devidamente verificadas (Seção III a), a hipótese de celeridade inusitada foi rejeitada (Seção III b), o acesso do BMG a outras fontes de captação foi demonstrado (Seção III c).*

*As condições de equivalência financeira, ou de equilíbrio entre os interesses econômico-financeiros das partes, amplamente discutidas na Seção III d, e resumidas, e, sua essência, no Anexo V, foram igualmente verificadas.*

*Senão, vejamos. No período de novembro de 2004 a fevereiro de 2005, as margens obtidas pela CEF (4,4 pontos de percentagem acima do “Swap Dix Pré”) se situaram no mesmo patamar das Instituições A e N, embora inferiores à média (4,9 pontos). Essa média foi fortemente influenciada pelas margens da Instituição B, de*

6,6 pontos de percentagem.

Isso não obstante, nesse período, os resultados do BMG com as operações da CEF (17,2%) ficaram abaixo da média (20,9%). Os melhores resultados obtidos pelo BMG foram com a Instituição A (26,9%). Os resultados do BMG refletem as taxas das cessões conjugadas às taxas dos contratos originais, conceito explicado à sociedade na Seção III d.

No período subsequente, de março a junho de 2005, a CEF obteve a segunda melhor margem – 4,9 pontos de percentagem sobre o “Swap Dix Pré” – apenas superada pela Instituição B – 5,1 pontos. A margem da CEF foi, inclusive, superior à média desse período – 4,2 pontos.

No último período, de julho a dezembro de 2005, a margem da CEF se reduz para 3,8 pontos, situando-se abaixo da média de 4,6 pontos. Note-se que a instituição R obteve margem igualmente de 3,8 pontos, e a instituição D, 2,9 pontos.

Três aspectos merecem destaque aqui. Primeiro que as margens da CEF, mesmo quando inferiores à média, o que se observou em dois dos três períodos analisados, situam-se em patamar compatível com as margens obtidas pelos demais cessionários das carteiras de crédito, e nunca foram isoladamente as mais reduzidas. Inclusive, sempre estiveram em nível equivalente ao observado para outras instituições financeiras de primeira linha.

Segundo, os resultados obtidos pelo BMG com as cessões de crédito à CEF foram consistentemente inferiores às médias de todos os três períodos. Ou seja, **o BMG lucrou com a CEF sempre menos do que com seus demais parceiros nas operações da espécie**. Se considerarmos, também, o custo implícito da retenção de liquidez inerente aos contratos da CEF, os resultados efetivos da BMG seriam ainda inferiores aos exibidos no Anexo V.

Terceiro, a redução da margem contratual praticada pela CEF nas operações com o BMG, negociada entre abril e junho de 2005, refletiu um cenário de relativa trégua para o segmento de bancos ao qual pertence o BMG, após a crise que seguiu à intervenção no Banco Santos, e foi acompanhada por reduções correspondentes praticadas pelos demais bancos cessionários.

As margens auferidas nas operações da CEF nesse período mantiveram-se em patamar significativamente superior às praticadas pelos demais bancos durante todo o período em que transcorreram as negociações, as quais, concluídas em junho, refletiram-se em reduções de margens apenas ao longo do segundo semestre de 2005.

Finalmente, deve-se observar a compatibilidade das taxas de juros praticadas nas operações sob foco, com as verificadas em outras alternativas de captação utilizadas pelo BMG no período relevante, o que resta também evidenciado nos Anexos VI, VII e VIII.

**De tudo isso, concluímos que as operações de cessão de crédito celebradas entre o BMG e a CEF, entre dezembro de 2004 e outubro de 2005, obedecem aos padrões de mercado usualmente aceitos; seguiram as normas da boa técnica bancária; e apresentaram evidente e genuína natureza comercial, rejeitando-se, por conseguinte, a hipótese de favorecimento ao BMG.**

Com base nas evidências extraídas dos documentos e informações examinadas, não encontramos razões que pudessem embasar qualquer suspeita de que as transações em foco tivessem violado os princípios da moralidade e impessoalidade, ou que

Recibo nº 03/2005 - CN =
GPMI - CORREIOS
Fls: 88 <b>4113</b>
Doc:

*houvessem respeitado o equilíbrio entre os interesses econômico-financeiros das partes. (grifamos)*

#### **7.4.6.6 Conclusão BMG x CEF**

A CEF, uma das maiores estruturas bancárias do País, desenvolveu seu planejamento estratégico para atuar e conseguir a liderança no segmento de crédito consignado e, dessa forma, atender às diretrizes econômicas de conceder empréstimos às pessoas de baixa renda.

Uma crise pontual de mercado criada pelo Banco Santos gerou dificuldades de liquidez e aumento de custos de captação a dezenas de bancos de pequeno e médio porte. Esta situação criou a oportunidade para a CEF avançar nesse mercado e conquistar a liderança de forma definitiva e conclusiva, já que tinha as condições operacionais e de liquidez, aproveitando-se da fragilidade momentânea do mercado financeiro.

#### **7.4.6.8.4 Empréstimos Contraídos pelo PT nos Bancos BMG e Rural**

##### **7.4.6.8.4.1 Banco BMG**

Empréstimo de R\$ 2,4 milhões obtido em 17/02/2003 com o aval do Sr. Marcos Valério. O prazo para o pagamento venceu e os advogados do banco informaram a esta CPMI que entrarão com ação judicial de cobrança cujo saldo atualizado é de R\$ 3.390 mil em 22/08/2005.

##### **7.4.6.8.4.2 Banco Rural**

Empréstimo de R\$ 3 milhões obtido em 14/05/2003 com o aval do Sr. Marcos Valério. O prazo para o pagamento venceu e os advogados do banco informaram a esta CPMI que entrarão com ação judicial de cobrança cujo saldo atualizado é de R\$ 6.040 mil em 26/10/2005.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4114</b>
Doc: _____

#### 7.4.5 Conclusão

O fato de os trabalhos de investigação da CPMI não alcançarem e confirmarem todos os verdadeiros propósitos e interesses que vão além dos ganhos financeiros de cessão de crédito e os descritos acima, como também outros não conhecidos até o momento, ou que foram frustrados diante da abertura das investigações da CPMI, **não descaracteriza a existência dos empréstimos entre os Bancos BMG e Rural com o Partidos dos Trabalhadores** e as empresas do Sr. Marcos Valério (SMP&B, Graffiti e Rogério Lanza Tolentino).

Também não é arrojado afirmar que, no futuro, os bancos declinassem do propósito de receber os empréstimos, concluindo por perdas financeiras, já que havia, inclusive, recomendação do próprio Banco Central sinalizando para a classificação de risco "h". Também colabora com essa afirmação o precedente do **empréstimo nº 06.2241.4**, firmado em 19 de agosto de 1998, entre o Banco Rural e a DNA Propaganda Ltda., no valor de R\$ 9 milhões, que envolve a campanha ao pleito eleitoral de 1998 do Governo de Minas Gerais. Em 11 de abril de 2003, a ação de **cobrança judicial no valor de R\$ 13,9 milhões foi extinta por acordo, com o pagamento de apenas R\$ 2 milhões.**

Os esclarecimentos adicionais trazidos a público pela CEF torna forçoso a esta CPMI considerar no relatório (*particularmente diante dos riscos de uma indesejável contaminação política em relação ao teor do relatório preliminar, inconclusivo e sigiloso de técnicos do TCU, pois ele reproduz acusações semelhantes às contidas em um dossiê divulgado de maneira premeditada por assessores de um parlamentar*), que quatro entre as oito acusações feitas podem ser consideradas genéricas, isto é, cabem a todas as operações de aquisições de carteiras de todos os sete bancos:

- a. a falta de isonomia com outros bancos de pequeno porte;
- b. o prazo para aprovação da operação;
- c. o custo de oportunidade da operação de aquisição de carteira de créditos; e
- d. o pagamento de ágio à vista.

As outras quatro acusações referem-se a aspectos específicos da negociação CAIXA-BMG, mas que tem nos dados e fatos um efetivo desmentido:

- a. a renegociação das taxas pactuadas;
- b. o uso da rede da Caixa para serviços de ordens de pagamento;
- c. a avaliação de risco; e
- d. o rendimento e o ganho de mercado da operação.

*No que diz respeito ao fato de existirem 17 instituições financeiras em atuação no mercado, e mesmo assim o BMG teria recebido tratamento desigual ao ser escolhido, é equivocado assim considerar, pois de fato a CEF conferiu tratamento isonômico a todos os*

*bancos, visto que os outros bancos não fizeram ofertas similares (em termos de volume, qualidade da carteira, condições e prazos) ou em melhores termos que aqueles pactuados com o BMG. Não se pode exigir tratamento isonômico, quando não se tratava de procedimento licitatório, mas sim de negociação de mercado, atividade-fim da CEF. Ademais, por tratar-se de uma operação típica de mercado, como é o caso de cessão onerosa de direitos creditórios, é totalmente inadequado ao mundo dos negócios exigir que a CEF dispense a mesma forma de tratamento a todos os bancos que tenham interesse em ceder a carteira de consignações.*

Quanto à “*celeridade incomum*” com que a negociação foi conduzida; no caso do BMG, apenas 23 dias, enquanto que, em outros casos, teriam durado meses, merece lembrar que em entrevista do presidente do BMG ele esclarecia que “*o BMG celebrou operação semelhante com o Itaú, Cetelem e com 20 outras instituições financeiras. (...) Com o Itaú, nós fechamos a cessão em 6 dias. Com os demais bancos, não levamos mais de 48 horas*”. Portanto, a CEF levou 23 dias até a aprovação do voto e 30 dias até a assinatura do contrato com o BMG! A título de exemplo pode-se mencionar que o Bradesco comprou a carteira do Banco Cruzeiro do Sul em quatro horas! O fato fundamental neste debate é que a oferta em mercado de operações da espécie já se havia substancialmente reduzido, em razão das aquisições por concorrentes, quando a CEF iniciou, em fevereiro de 2005, as suas tratativas com outros bancos potencialmente interessados em negociar. O mercado já estava praticamente tomado.

Sobre uma aparente contradição entre os motivos alegados para a não-realização da transação com as outras instituições, mencionou-se que certos requisitos, tais como taxas de juros, escala mínima e garantias, não foram atingidos, sendo que, na maioria das vezes, eram favoráveis à negociação. É preciso considerar que havia um problema de escala para carteiras de outros bancos terem interesse, visto que a CEF e o BMG possuíam, então, 89% do mercado, portanto, representaria maior custo fixo unitário fechar com bancos menores.

As exigências estabelecidas para novas operações foram aquelas obtidas na negociação com o BMG, tanto no que se refere à taxa de juros quanto no caso das garantias: conta-garantia (5% do valor da operação), coobrigação (reposição de eventual perda), aval dos sócios, centralização do repasses do INSS na Caixa. Outros bancos, em um contexto que a crise de liquidez e o risco sistêmico já tinham sido ultrapassados, não se dispuseram a aceitar essas condições.

Tratando-se do fato de que o ágio negociado na transação foi liquidado à vista, ao invés de ter sido pago em parcelas, é preciso deixar explicitado que o parcelamento não traria vantagem financeira para a CEF, pois levaria à atualização mensal pela taxa da operação. Além disso, não é praxe no mercado essa alternativa. Portanto, inviabilizaria a aquisição dos créditos que, para o credor, é um pagamento antecipado de parte das prestações.

E por fim, a crítica feita de que o objetivo almejado pela CEF (*proceder a aquisição da carteira para atingir a liderança do mercado nesta modalidade de crédito*) não foi atingido, cumpre considerar que ao final do ano de 2004 a Caixa possuía um saldo originado das operações de consignação INSS realizadas por sua própria rede no valor de R\$ 1,35 bilhão e, no final de 2005, já tinha originado R\$ 2,2 bilhões. Devido aos contratos cedidos ao BMG (R\$ 966 milhões acumulado em 7 cessões), acrescentou mais 50% em sua carteira. Os números disponíveis, ao contrário do que foi recorrentemente afirmado, mostram que a CEF tornou-se empresa líder nesse mercado.

Arquivado em 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fís: 4115
92
Doc: _____

## **7.5 CASOS ESPECÍFICOS: VISANET, GRUPO OPPORTUNITY, USIMINAS E COSIPA**

No curso das investigações empreendidas pela CPMI no que tange às movimentações financeiras do Sr. Marcos Valério e suas empresas foram revelados um contingente expressivo de contratos e movimento bancário, caracterizados pela atipicidade seja em relação ao volume ou à forma de contabilização, ou a falta dela, o que poderia ensejar a existência de delitos de natureza fiscal e penal.

Não obstante, salvo uma grande “engenharia” criativa e forte dose de desejo de crer nos resultados da sua própria criatividade, poderiam ensejar a convicção de que tais movimentos seriam os indícios contundentes a revelar a origem dos recursos do esquema Marcos Valério, afastando, de forma definitiva, a hipótese dos empréstimos, situação esta que não apontaria para o melhor caminho seja da investigação em si mesmo, que terá prosseguimento no âmbito do Ministério Público e da Polícia Federal, mas, sobretudo, para se chegar à verdade. A seguir, serão abordados alguns dos fatos que caracterizam a dita movimentação financeira.

### **7.5.1 VISANET**

A Companhia Brasileira de Meios de Pagamento (Visanet) é uma empresa privada cuja participação societária é composta basicamente por instituições financeiras que utilizam à bandeira Visa, entre elas o Banco do Brasil, empresa de capital misto controlada pela União, que participava com 31,9964% do capital da empresa em 31/12/2002.

Em 2001 foi criado o Fundo de Incentivo Visanet, mantido com recursos disponibilizados pela Visanet. O regulamento prevê que os recursos do Fundo são “destinados à promoção, no Brasil, da marca Visa e do uso dos cartões com a bandeira Visa” e que cada acionista determinará sua utilização na proporção de sua participação no capital social da empresa (regulamento anexo).

O Banco do Brasil é o responsável pela gestão de 31,9964% dos recursos do Fundo de Incentivo Visanet, cujo montante é definido anualmente pelo Comitê Gestor do Fundo Visanet, conforme fica explicitado nas correspondências enviadas a esta CPMI.

Em de 14 de novembro de 2005, a Visanet afirma que (Anexo) os recursos alocados para as ações planejadas pelo Banco do Brasil foram pagos pela Visanet, conforme instruções do próprio Banco do Brasil, aos respectivos fornecedores indicados, escolhidos e contratados pelo próprio Banco do Brasil, responsável exclusivo pelas negociações com eles mantidas, não havendo interferência direta da Visanet nessa contratação.

Note-se que o Banco do Brasil, segundo informa o Regulamento do Fundo poderia optar pela transferência dos recursos do fundo para ele próprio e assim realizar os pagamentos as agências publicitárias e os demais fornecedores, ou indicar os fornecedores para que a própria Visanet providenciasse o pagamento, sendo esta segunda a opção do Banco do Brasil.

Todos os pagamentos da Visanet e Servinet para a DNA Propaganda foram realizados por instrução e sob a responsabilidade do Banco do Brasil, conforme determinava o Regulamento do Fundo, com base em informações por ele prestadas relativos aos serviços e ações de marketing a serem desenvolvidos com o objetivo de promover a aquisição e uso dos cartões com bandeira Visa, conforme planos de marketing definidos pelo Banco do

Brasil. Não obstante, em que pese a informação prestada pela Visanet, da análise do Regulamento do Fundo pode-se depreender que a liberação dos recursos decorria da aprovação da Proposta de Ações de Incentivo, bem como da comprovação fiscal da realização dos referidos eventos, cabendo, até mesmo, não efetuar o reembolso dos valores, caso as formalidades comprobatórias não fossem cumpridas a contento. Resta saber, pois, em que condições, de fato, houve antecipação irregular, e o que teria motivado o comitê gestor do Fundo Visanet a atuar de forma negligente ou de má-fé contra o cumprimento do seu próprio regulamento, fato este que somente poderá vir a ser esclarecido com a continuidade das investigações nas instâncias devidas. Note-se que o comitê gestor do fundo era composto por representantes dos sócios os quais a maioria é oriunda de empresas privadas.

Deve-se destacar que não é formalmente da competência da diretoria do Banco do Brasil a responsabilidade pela gestão dos recursos provenientes do Fundo Visanet, o que pode ser caracterizado como uma deficiência regulamentar. Assim, a responsabilidade deste relacionamento formal com a Visanet recaiu sobre a diretoria de varejo ou de marketing em face de se tratar de publicidade de um dos produtos do Banco os quais tinha a referida responsabilidade formal.

O Banco do Brasil, como acionista da Visanet, teria autonomia para indicar a utilização dos recursos provenientes do Fundo limitado à aprovação da Proposta de Ações de Incentivo e a fiscalização do comitê gestor. Assim sendo, seus diretores ligados ao episódio seriam responsáveis pela alocação desses recursos e pelas potenciais irregularidades referidas no presente Relatório. Assim, é imprescindível apurar estas responsabilidades no escopo de uma investigação mais aprofundada, onde seja possível aferir os gastos efetivos e os produtos deles advindos, para além das irregularidades formais, investigação esta que a CPMI não pode realizar com a minudência necessária, dados os seus próprios limites.

Esclareça-se que a empresa Visanet é uma empresa privada com participação minoritária do Banco do Brasil e que detém regulamentos próprios para o seu funcionamento, conforme se pode depreender da transcrição de parte do Regulamento do Fundo Visanet, apresentado mais adiante. Por sua vez, o Banco do Brasil, por ser uma sociedade de economia mista, tem parte dos seus recursos ou patrimônio, a natureza pública, a qual requer um tratamento diferenciado, onde as responsabilidades dos seus dirigentes devem ser harmonizar com os deveres dos responsáveis pela "coisa pública". Não obstante, as regras de gestão dos recursos do Fundo Visanet obedecem a parâmetros próprios, sendo inaplicáveis os procedimentos os quais a administração interna do BB está adstrita, inclusive a observação da lei de licitações e contratos da administração pública, sendo este um elemento a mais a complexificar a apuração dos fatos e das responsabilidades, mas que deve ser feita de forma imparcial e cuidadosa.

#### **7.5.1.1 ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO FUNDO VISANET**

Foi disponibilizado a esta CPMI o Regulamento de Constituição e Uso do Fundo de Incentivo Visanet dos Exercícios de 2001 a 2005, onde constam as regras para utilização dos recursos (Anexo).

Mencionamos abaixo algumas das mais importantes regras para o entendimento das relações entre a Visanet, o Fundo, o Banco do Brasil e a DNA Propaganda:

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4116</b>
94
Doc: _____

*“ A Visanet sempre se manterá como legítima proprietária do Fundo de Incentivo Visanet.*

*“Os recursos existentes no Fundo de Incentivo Visanet serão compartilhados pelos Incentivadores de acordo com a participação acionária que cada um possui, diretamente ou indiretamente (através do respectivo Acionista Visanet) na Visanet, apurada no último dia do ano anterior, conforme posição constante no livro de registro de ações da Visanet.*

*O Fundo de Incentivo Visanet será administrado por um Comitê Gestor.*

*Cada acionista da Visanet indicará um Gestor do Fundo de Incentivo.*

*Para uso dos recursos do Fundo, deverá ser apresentada proposta de Ações de Incentivo no mês de novembro de cada exercício fiscal, conforme modelo pré-estabelecido denominado “Proposta de Ações de Incentivo (JOB).*

*A Visanet tem 5 dias úteis para aprovar ou recusar as Propostas de Ações de Incentivo” emitindo parecer segundo o modelo “Parecer de Avaliação de proposta de Ações de Incentivo (JOB).*

*Para que o Incentivador (acionista Visanet) possa utilizar a verba do Fundo nas ações aprovadas deve apresentar os documentos comprobatórios previstos no regulamento, acompanhados do documento “Carta de Envio de Documentos para Pagamento”.*

*Os documentos comprobatórios devem ser faturados dentro do exercício, independente da data de vencimento e devem ser entregues até o primeiro dia útil após 9 de dezembro de cada exercício fiscal.*

*Os documentos fiscais podem ter vencimento até 31 de março do ano seguinte ao exercício de incentivo.*

*A falta de envio da Carta de Indicação do Gestor do Fundo de Incentivo, a falta de envio da Proposta de Ações de Incentivo, a não aprovação oficial dessas propostas e/ou ausência da apresentação de qualquer documento fiscal impedirá o reembolso, que somente será efetuado após a entrega de todos os documentos acima referidos.*

*A administração dos recursos existentes no Fundo (...), bem como as entradas e saques, poderá ser objeto de auditoria interna da Visanet ou de terceiros, a critério do seu Conselho de Administração.*

*Faz parte das atribuições do Comitê Gestor e do Conselho de Administração da Visanet a averiguação de que os recursos do Fundo (...) sejam utilizados de acordo com as diretrizes e estratégias de negócio e as condições do regulamento. A constituição do Fundo (...) vigorarão por prazo indeterminado*

a partir do exercício de 2001 e até que o Conselho de Administração defina pela sua extinção.

O Fundo de Incentivo Visanet foi extinto em 23/11/2005.

#### 7.5.1.2 OS REPASSES REALIZADOS PELA VISANET

A partir das informações disponibilizadas à CPMI pela Visanet, apresentamos a seguir o resumo dos valores anuais destinados pelo Fundo de Incentivo aos acionistas.

Repasse de recursos do Fundo de Incentivo Visanet aos acionistas (Anexo):

Banco	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	Total	%
Banco do Brasil	27.792	33,4%	32.079	32,2%	35.475	31,2%	49.592	30,1%	6.659	21,8%	151.597	30,8%
Outros acionistas	55.364	66,6%	67.833	67,8%	78.366	68,8%	115.141	69,9%	23.883	78,2%	340.587	69,2%
Total	83.156	100,0%	99.912	100,0%	113.841	100,0%	164.733	100,0%	30.542	100,0%	492.184	100,0%

Os recursos destinados ao Banco do Brasil cresceram 78,4% entre 2001 e 2004, acompanhando a evolução da dotação orçamentária do Fundo.

##### a) Orçamento anual aprovado pela Visanet para o Banco do Brasil

O Comitê Gestor da Visanet aprovava anualmente o orçamento global para as ações de incentivo à utilização da bandeira Visa.

Os acionistas, por sua vez, apresentam para aprovação anual a Proposta de Ações de Incentivo que, se aprovado, executados os serviços e ainda tendo sido apresentados os documentos finais, gerará os pagamentos aos fornecedores.

Dos recursos repassados às agências de publicidade, não houve prestação de contas em relação aos anos de 2001 e 2002, ao que parece em função de que os recursos eram repassados na totalidade, sendo que as agências de publicidade fornecedoras emitiam Nota Fiscal do valor total do serviço e de fora genérica. Nos demais anos houve divergência entre as informações prestadas pelo Banco do Brasil e pela Visanet, entre os recursos disponibilizados e efetivamente utilizados, divergência esta que somente pode ser resolvida no âmbito de um processo administrativo ou investigatório próprio que possibilite a manifestação das partes de forma mais minuciosa.

Destaque-se que há uma divergência que soma R\$ 2.960.711,74 e R\$ 373.788,08, apurados com base nos dados enviados pela Visanet, com relação à real utilização dos mesmos pela DNA ou outro fornecedor. Não obstante, tanto no âmbito da auditoria interna levada a efeito pelo próprio Banco do Brasil quanto da conciliação de recebimentos e pagamentos realizados quando da rescisão contratual empreendida no final de 2005, pelo Banco do Brasil e a DNA, necessária em face da existência de vários projetos em execução ou desenvolvimento, destaca-se a controvérsia com relação aos mesmos, não sendo possível afirmar, sem a conclusão do processo apuratório, se efetivamente houve sobra ou apropriação indevida de tais recursos.

##### b) Agências de propaganda indicadas pelo Banco do Brasil

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: 4117
Doc: 96

O Banco do Brasil como acionista da Visanet, por intermédio de seus diretores, seria o responsável por indicar as agências ou empresas que receberiam os recursos do Fundo.

No período compreendido entre 2001 e 2002, a equipe de auditoria interna do Banco do Brasil, conforme relatório anexo, constatou: “Em setembro e novembro de 2001 e em junho e outubro de 2002 houve antecipação de créditos para a realização de eventos específicos num total de R\$ 48.328 mil, contra a apresentação de documentos fiscais de emissão da agência de publicidade no valor global de cada ação. Em maio e novembro de 2003 e em março e junho de 2004 houve antecipações sem especificação das ações de incentivo a serem realizadas, que totalizaram R\$ 73.851 mil contra apresentação de documentos fiscais da agência de publicidade pelo valor de cada antecipação...”.

Até 2002, havia antecipação, com os eventos especificados e com o valor global de cada ação, sendo que as notas fiscais comprobatórias registravam o valor global dos gastos. A partir de 2003, a antecipação passou a ocorrer sem a especificação da ação, mas amparada por Notas Técnicas, onde se dava o detalhamento.

A partir de maio de 2003, por deliberação do Banco do Brasil, as operações de publicidade pagas com recursos do Fundo foram centralizadas na DNA, conforme documento emitido pela Diretoria de Marketing e Comunicação datado de 5 de maio de 2003, assinado por Cláudio de Castro Vasconcelos e Douglas Macedo, gerentes executivos, e aprovado por Henrique Pizzolato e Fernando Barbosa de Oliveira, diretores (Anexo).

Tal mudança teria se dado em decorrência do fato de que a DNA era especialista em varejo, o que era o caso do produto Visa Eletron, e que a mesma era a vencedora do processo licitatório para prestação destes serviços relativos aos produtos do próprio Banco.

De acordo com o exposto pela própria Visanet, não há contrato entre a Visanet e a DNA para a utilização dos recursos do Fundo. Ressalta-se que o contrato de publicidade existente entre o Banco do Brasil e a DNA também não abrange essas operações.

Esse tipo de relação comercial não é usual, levando-se em consideração o volume de recursos transferidos, sem garantia da prestação de serviços e da devolução dos mesmos em caso de não terem sido utilizados.

O próprio Banco do Brasil, em seu contrato de publicidade firmado com a DNA, na cláusula 10ª especifica:

“10. Garantias

10.1 A contratada entregará ao BANCO comprovante de garantia, na modalidade fiança bancária, no valor de R\$ 2.840.000,00 da verba estimada no item 5.1 deste contrato, como forma de garantir a perfeita execução de seu objeto.”

Esta forma atípica de relacionamento comercial pode denotar irregularidades e até mesmo a caracterização delituosa. Não obstante, é preciso reconhecer que tal situação se inicia desde 2001, portanto no período anterior à atual gestão, onde os controles eram ainda mais frágeis e que ao longo do ano de 2004, em decorrência do trabalho da auditoria do Banco e do posicionamento da Diretoria do mesmo, os critérios de fiscalização da aplicação dos recursos foram se aprimorando.

Desta forma, se houve prática delituosa é necessário que se apure a responsabilidade pontual de cada diretor e dos membros do comitê gestor do Fundo Visanet e do Conselho de Administração da Empresa.

O Diretor de Marketing da instituição assumiu a participação de outros diretores e apontou o Sr. Luiz Gushiken, então Ministro da Comunicação, como a autoridade que teria

ordenado os repasses antecipados de R\$ 53,8 milhões à DNA. De acordo com Pizzolato, a responsabilidade pela contratação da agência também teria sido de Gushiken e contou com a anuência do Presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, e de outros diretores do banco, conforme disse em reportagem publicada pela revista Isto é, em edição do dia 16/11/2005.

Em depoimento em 07/12/2005 a esta CPMI ex-Diretor de Marketing do Banco do Brasil, Pizzolato afirmou que recebeu ordens expressas por parte do ex-Secretário da Secom para que assinasse a nota autorizando o repasse antecipado de R\$ 58,3 milhões à DNA:

*“O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas o Ministro Gushiken sempre disse “assine o que é preciso assinar”.*

*O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, senhor. No caso dessa nota específica, ele disse: “Assina, porque não há nenhum problema. Isso é bom. O Banco vai ter mais...”*

*Henrique Pizzolato declarou que assinou tal documento e consultou o Presidente do Banco, o Diretor de Varejo e Distribuição, e os três conselheiros do Banco que eram os responsáveis pelas ações do Banco em relação à Visanet. De acordo com Pizzolato, todas essas pessoas demonstraram documentalmente que esse procedimento era efetivado desde a criação do fundo.*

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Uma ordem, então o senhor estava, do ponto de vista hierárquico, subordinado a uma ordem do Ministro e não do Presidente do Banco? V. S<sup>a</sup> consultou o Presidente do Banco ou o sistema colegiado para tomar essa decisão? Porque V. S<sup>a</sup> falou sempre aqui em instâncias de deliberações, em hierarquia, e que eram tomados sempre em colegiado. Nessa questão de dar o “de acordo”, que V. S<sup>a</sup> deu, foi obedecendo ao Ministro Gushiken?*

*O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Consultei o Presidente do Banco, já relatei no início, consultei o Diretor de Varejo e Distribuição, os três conselheiros do Banco, que eram os responsáveis pelas ações do Banco junto à Visanet, e todas essas pessoas me disseram, me informaram, me mostraram documentos, que o procedimento já era um procedimento anterior, que vinha desde a criação do fundo. Me exibiram pareceres jurídicos de que não havia nada de desconforme naqueles procedimentos. Procurei tomar as precauções que estavam na alçada da Diretoria de Marketing, no entanto a parte contábil, a parte tributária ou a engenharia financeira não competia à Diretoria de Marketing.*

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não ocorreu a V. S<sup>a</sup> nunca que essa é uma administração temerária, se adiantar recursos públicos, recursos de uma estatal para uma empresa de publicidade?*

*O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Senador, essa decisão não era da minha alçada, até porque o repasse de recursos não*

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
Fls: 4118
98
Doc:

*era feito pela Diretoria de Marketing. Os recursos saíam, e eu demonstrei isso, do Fundo Visanet para a agência. Eu era informado do valor que estava... desculpe, a disposição na Visanet quando chegava a nota.*

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas V. S<sup>a</sup> deu o “de acordo”. Quando deu o “de acordo”, V. S<sup>a</sup> não assumiu a responsabilidade? Destacamos que o contrato do Banco do Brasil com as agências de publicidade define que sobre o valor dos serviços de mídia prestados será retido, no momento do pagamento, o correspondente a 5 pontos percentuais dos descontos por elas obtidos junto às subcontratadas. Esse contrato foi utilizado como parâmetro pelo Banco do Brasil para apuração do valor líquido a ser pago aos subcontratados. Porém, no caso específico da DNA/Visanet, os recursos foram repassados antecipadamente, não sendo feita a retenção dos correspondentes valores, mas sim sua manutenção em conta corrente para serem gastos com publicidade.”*

É responsabilidade desta CPMI revelar os fatos e concluir aquilo que os mesmos evidenciam. Neste caso específico não é possível responsabilmente atribuir veracidade ou crédito ao Sr. Henrique Pizzolato, quanto ao envolvimento do Ministro Luiz Gushiken ou ao presidente do Banco do Brasil, por cumplicidade quanto à responsabilidade pelos repasses. Ressalte-se que o procedimento dos repasses às agências de publicidade já ocorriam antes mesmo da atual gestão sem qualquer contestação. O Ministro Gushiken, por sua vez, não detinha qualquer responsabilidade quanto as contas de publicidade das empresas, para além da regulamentação geral de procedimentos que tem uma relação direta com a estratégia governamental e não com as especificidades de cada conta em particular. De igual forma, não se poderia atribuir responsabilidade ao presidente do Banco, já que este não detinha qualquer linha com relação ao assunto. Caso fosse necessário qualquer autorização para tal, este procedimento deveria se dar formalmente.

#### c) Repasses de recursos do Fundo Visanet solicitados pelo Banco do Brasil

O padrão de pagamentos realizados pela Visanet era adiantar os recursos, a partir das notas fiscais emitidas pelas agências.

Esta regra começou a ser modificada em 2004, com o aprimoramento dos controles internos, por iniciativa da diretoria do Banco do Brasil, em face aos apontamentos realizados pela auditoria interna, como se pode depreender do Relatório Interno, anexo.

### **7.5.1.3 A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS ADIANTADOS PELA VISANET À DNA**

A análise da utilização dos recursos adiantados pela Visanet à DNA é dividida, para melhor compreensão, em duas fases: 1<sup>a</sup> fase (2001 a 2002) - período em que não foi apresentada a contabilidade da DNA e os gastos não constam da Conta Controle da operação Visanet entregue pelo Sr. Marcos Valério.

2ª fase (2003 a 2005) - período no qual foi apresentada a contabilidade da DNA e os gastos constam, em parte do período, da Conta Controle da operação Visanet.

1ª fase dos adiantamentos

A utilização dos recursos adiantados entre 2001 e 2002 é apresentada a seguir:

a) Adiantamento de R\$ 12.798.000,00

O valor de R\$ 12.798.560,00 foi adiantado no dia 08/11/2001.

Com esse recurso foram pagos R\$ 5.344.956,94 para a empresa Takano Editora Gráfica Ltda. e aplicados R\$ 5.871.967,46 em fundos de investimento, totalizando R\$ 11.216.924,40.

Em função de não terem sido apresentados os controles e a contabilidade do período, não foi possível rastrear com segurança a utilização do saldo de R\$ 1.581.635,60 e da aplicação financeira.

Entretanto, entre as datas de 8 e 16/11/2001, ocorreram movimentações com cheques sacados por pessoas físicas e pela própria DNA, que podem ser indícios da utilização desses recursos e devem ser investigadas pelo Ministério Público:

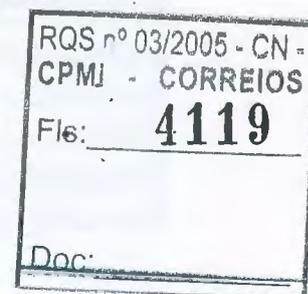
Sacador	Data	Valor
Daniel Bonifácio do Carmo	09/11/2001	100.000,00
Daniel Bonifácio do Carmo	09/11/2001	100.000,00
Daniel Bonifácio do Carmo	09/11/2001	220.813,00
Daniel Bonifácio do Carmo	09/11/2001	79.187,00
Saque feito pela DNA	12/11/2001	300.000,00
Daniel Bonifácio do Carmo	13/11/2001	100.000,00
Daniel Bonifácio do Carmo	13/11/2001	100.000,00
Ivantuil T. Junior	13/11/2001	100.000,00
Ivantuil T. Junior	13/11/2001	100.000,00
Francisco Marcos Castilho	14/11/2001	100.000,00
Saque feito pela DNA	16/11/2001	784.441,50
<b>Total</b>		<b>2.084.441,50</b>

Foram solicitados à Takano Editora Gráfica esclarecimentos sobre os movimentos realizados com as empresas de Marcos Valério. O advogado da empresa, Sr. Toshio Honda, em correspondência datada de 20/01/2006 (Anexo 7.9), informa que a falência da empresa foi decretada em 23/05/2005, e que por razões judiciais não pôde esclarecer as dúvidas desta CPMI.

b) Adiantamento de R\$ 4.500.000,00

O valor de R\$ 4.500.000,00 foi adiantado no dia 18/10/2002.

São apresentadas a seguir algumas movimentações posteriores ao recebimento do adiantamento que merecem destaque e podem ser investigadas pelo Ministério Público:



Sacador identificado na Base de Dados	Data	Valor
Depósito Servinet	18/10/2002	4.500.000,00 (+)
Banco Mercantil do Brasil – cheque nº 437654	23/10/2002	92.646,60 (-)
Banco Mercantil do Brasil – cheque nº 437653	23/10/2002	250.403,40 (-)
Banco Mercantil do Brasil – cheque nº 437655	23/10/2002	814.809,54 (-)
Transferência para conta 602000, agência 3032 do B Brasil	23/10/2002	3.337.740,59 (-)
<b>Sub-total</b>		4.399,87
CPMF		4.399,87 (-)
<b>Saldo da operação</b>		<b>0,00</b>

O sub-total apurado refere-se à CPMF relativa aos três cheques emitidos no total de R\$ 1.157.859,54. Até a data de 23/10/2002, os recursos foram rastreados, embora não tenha sido possível a identificação dos sacadores. A partir desta data, com a transferência do valor de R\$ 3.337.740,59 para a conta nº 602.000 do Banco do Brasil é impraticável o rastreamento sem a documentação comprobatória devido à grande movimentação financeira existente naquela conta, e por não terem sido disponibilizados a contabilidade e os controles da DNA para o período de 2002.

## 2ª fase dos adiantamentos

### a) Formas de controle dos adiantamentos recebidos pela DNA

O Sr. Marcos Valério apresentou à Polícia Federal o controle gerencial de gastos com os recursos da Visanet, denominado de Conta Controle.

Tal planilha contém o mesmo período da contabilidade disponível, porém ambos divergem quanto a critérios, valores, empresas e formas de apresentação.

Nota-se que, em ambas as planilhas, existem sobras de recursos, ou seja, valores adiantados pela Visanet que não têm evidência de utilização.

### b) Composição dos pagamentos realizados pela DNA

Os principais pagamentos realizados pela DNA com recursos recebidos da Visanet correspondentes a 90% das despesas do período entre 2003 e 2005, de acordo com a contabilidade e controle gerencial, são apresentados a seguir:

#### b.1) Com base na contabilidade

Fornecedor	Atividade	Valor	%
D+ Brasil Comunicação Total S/A	Agências de publicidade e propaganda	8.657.004,42	15,00%
TV Globo	Não informada	4.300.645,52	7,45%
BBTUR	Atividades de agências de viagens e organizadores de viagem	2.558.992,40	4,43%
Nacional Comercial e Serviços Ltda	(a)	2.500.000,00	4,33%
Diretorial Planejamento e Representações Ltda	Agenciamento e locação de espaços publicitários	2.401.088,78	4,16%
Lowe Ltda	Agências de publicidade e propaganda	2.397.121,08	4,15%
Móbile	Comércio varejista de móveis	2.088.420,00	3,62%
Tres Editorial Ltda	Edição de livros, jornais e revistas	2.000.000,00	3,47%
Mag + Rede Cultural Produções e	Produção, organização e promoção de	1.957.067,85	3,39%

Edições Ltda	espetáculos artísticos e eventos culturais		
Ogilvy & Mather	Agências de publicidade e propaganda	1.559.293,48	2,70%
Koek Tavares Promoções e Eventos S A	Edição, edição e impressão de revistas	1.400.000,00	2,43%
Meta 29 ServiçosMarketing S/C Ltda	Outros serviços de publicidade	1.272.613,81	2,21%
Visuplac Projetos e Mídias Urbanas Ltda	Agências de publicidade e propaganda	1.207.847,34	2,09%
Carre Airports Ltda	(a)	882.676,85	1,53%
Codemp Comunic. Market. Empreend. Ltda	(a)	864.143,32	1,50%
Trevisan The Global Solution	(a)	817.240,00	1,42%
Editora Guia D Ltda	Edição, edição e impressão de jornais	790.000,00	1,37%
Alfândega Empreendimentos	Edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços)	650.000,00	1,13%
Multi Action Entretenimentos	Outros serviços prestados principalmente às empresas	638.462,09	1,11%
Jaol Editora Jornais Ltda	Outros serviços de publicidade	620.800,52	1,08%
RSC Editora e Produções Promocionais Ltda	Edição, edição e impressão de livros	617.320,00	1,07%
TVI Comunicação Comercial Ltda	Agências de publicidade e propaganda	600.000,00	1,04%
Cine Academia Produções Ltda	Estúdios cinematográficos	600.000,00	1,04%
Shelda Eventos Ltda. - EPP	Outras atividades desportivas	554.347,00	0,96%
Adriana B. B Eventos Ltda. EPP	Outras atividades desportivas	554.347,00	0,96%
Adshel Ltda	Outros serviços técnicos especializados	514.881,07	0,89%
Arte 3 Assessoria Produção e Marketing Cultural S/C Ltda	Produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais	491.840,00	0,85%
M&M Comunicação Ltda	Produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais	485.624,12	0,84%
Markplan Marketing e Propaganda Ltda	Agências de publicidade e propaganda	478.247,80	0,83%
Mello Soares & cia Ltda	Agências de publicidade e propaganda	473.500,00	0,82%
Street Mídia & Comunicação Ltda	Agenciamento e locação de espaços publicitários	471.189,00	0,82%
Grottera	Agências de publicidade e propaganda	442.544,24	0,77%
Artviva Produção Cultural Ltda	Produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais	396.107,72	0,69%
Carre Merchandising	(a)	383.472,00	0,66%
Unicef	(a)	375.000,00	0,65%
RFG Ltda	Outros serviços prestados principalmente às empresas	373.540,00	0,65%
MPV7 Comércio e Serviços Ltda	Composição de matrizes para impressão gráfica	363.789,59	0,63%
Cinco Empreendimentos Esportivos S/C Ltda	Outras atividades desportivas	361.903,90	0,63%
Fazer Arte	(a)	350.452,73	0,61%
Mídia Painéis Comunicação Visual Ltda	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	349.666,57	0,61%

RQS nº 03/2005 - CN  
CPMI - CORREIO  
Fls: **4120**  
Doc: \_\_\_\_\_

Os Independentes		320.000,00	0,55%
JCdecaux Salvador S.A	Outras obras de instalações	311.840,48	0,54%
Cemusa do Brasil Ltda	Outros serviços técnicos especializados	311.359,88	0,54%
RR Produções Fotográficas	Laboratórios fotográficos	307.000,00	0,53%
La Fabbria do Brasil Ltda	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	297.373,19	0,52%
DES/BTLG Promoções e Eventos Ltda	(a)	282.785,94	0,49%
Champion Group Comercio e Produções	Produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais	244.377,60	0,42%
Tom Maior Entretenimento	Produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais	237.877,90	0,41%
Instituto Desenvolvimento Estudo e Integração Pela Animação – IDEIA	Produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais	230.000,00	0,40%
Rede 21 Comunicações Ltda	Atividades de rádio	224.000,00	0,39%
Rafael Studio	(a)	208.488,00	0,36%
Associação Sergipana Blocos Trio – ASBT	(a)	200.000,00	0,35%
Fornecedores acima de R\$ 200 mil		52.262.953,19	90,56%
Outros fornecedores abaixo de 200 mil		5.450.914,98	9,44%
Total Global		57.713.868,17	100,00%

(a) Informação não obtida

b.2) Com base na conta controle elaborada pela DNA (Anexo):

Fornecedor	Atividade	Total	%
TV Globo	Não informada	4.444.263,12	7,48%
Calia Assumpção	Agências de publicidade e propaganda	4.401.103,09	7,41%
D+ Brasil	Agências de publicidade e propaganda	3.795.917,57	6,39%
Bbtur	Atividades de agências de viagens e organizadores de viagem	2.553.918,40	4,30%
Casa Tom Brasil	(a)	2.500.000,00	4,21%
Lowe Ltda	Agências de publicidade e propaganda	2.397.121,08	4,03%
Editora Três Editorial Ltda	(a)	2.000.000,00	3,37%
Mag+Rede Cultural Progs. Editora	Atividades de produção de filmes e fitas de vídeo, exceto estúdios cinematográficos	1.999.999,91	3,37%
Carre Advertising	(a)	1.836.803,20	3,09%
Mobile do Brasil	(a)	1.748.192,00	2,94%
Ogilvy Brasil Comunicação	Agências de publicidade e propaganda	1.543.065,32	2,60%
Diretorial Planejamento Repr. Ltda.	Agenciamento e locação de espaços publicitários	1.309.488,79	2,20%
Meta 29 Serviços Markt	Outros serviços de	1.244.720,00	2,09%

RQS nº 03/2005 - CN -  
 CPMI - CORREIOS  
 Fls: **4121**  
 Doc: \_\_\_\_\_

	publicidade		
Carre Comunicação	(a)	1.027.424,00	1,73%
TVF Multimídia Ltda	Agências de publicidade e propaganda	908.700,00	1,53%
Koch Favares Promoções Eventos	(a)	800.000,00	1,35%
Trevisan The Global Solution	(a)	676.000,00	1,14%
Allãndega Participações	Edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços)	650.000,00	1,09%
Rede Vida	(a)	639.999,99	1,08%
Multiaction Entretenimentos	Outros serviços prestados principalmente às empresas	637.797,00	1,07%
Nova Visuplac	(a)	604.088,20	1,02%
Oetagon Favares	(a)	600.000,00	1,01%
Cine Academia Produções	Estúdios cinematográficos	600.000,00	1,01%
Shelda Eventos Ltda	Outras atividades desportivas	579.347,00	0,97%
Adriana BB Eventos Ltda	Outras atividades desportivas	579.347,00	0,97%
Art 3 Assessoria Prod Mkt	Produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais	500.000,00	0,84%
Editora Guia D Ltda	Edição, edição e impressão de jornais	890.000,00	1,50%
Street Midia	Agenciamento e locação de espaços publicitários	486.625,00	0,82%
Clear Channel	(a)	476.695,10	0,80%
Mello Soares & Cia Ltda	Agências de publicidade e propaganda	473.500,00	0,80%
Mark Plan	Agências de publicidade e propaganda	457.115,40	0,77%
Grótera TBWA	Agências de publicidade e propaganda	442.544,24	0,74%
Camp, Valores Mídia Externa + Rede 21 Com. Calia	(a)	429.582,50	0,72%
M&M Comunicação Ltda	Produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais	421.404,12	0,71%
Codemp Rio	(a)	411.776,59	0,69%
E. Cunha Consultoria	Serviços técnicos de engenharia	109.000,00	0,69%
Artiviva Produção Cultural	Produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais	400.122,56	0,67%
RSC Editora Produções	Edição, edição e impressão de livros	400.000,00	0,67%
Mídia Painéis Comunicação	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	388.222,57	0,65%
MPV7 Comércio e Serviços	Composição de matrizes para impressão gráfica	376.450,90	0,63%
Unicef	(a)	375.000,00	0,63%
Codemp	(a)	358.162,78	0,60%
Studio Vero - Brindes 20003	(a)	340.228,00	0,57%
Visuplac Projetos e Mídias Urbanas	Agências de publicidade e propaganda	330.459,68	0,56%
Os Independentes	(a)	320.000,00	0,54%
JC Decaux Salvador S.A.	Outras obras de instalações	319.410,00	0,54%
Fazer Arte	(a)	318.452,73	0,54%

Visupar Sinalização	(a)	316.982,40	0,53%
Cinco Empreendimentos	Outras atividades desportivas	312.006,30	0,52%
Tom Maior Entretenimento	Produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais	300.107,90	0,50%
La Fábrica do Brasil	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	299.816,15	0,50%
AdShell	Outros serviços técnicos especializados	284.589,09	0,48%
Casa da Gávea	Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente	256.660,00	0,43%
TV SBT	(a)	245.124,09	0,41%
Cemusa Rio S. A	(a)	239.876,64	0,40%
DE/BTLG Prom. Festival Inverno Campos Jordão	(a)	227.043,50	0,38%
Rede 21 de Comunicações	Atividades de rádio	224.000,00	0,38%
Rafael Reisman	(a)	219.000,00	0,37%
Carta Maior	(a)	215.000,00	0,36%
Champion Group	Produção, organização e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais	211.600,00	0,36%
ASBT	(a)	200.000,00	0,34%
<b>Fornecedores acima de R\$ 200 mil</b>		<b>52.953.853,91</b>	<b>89,10%</b>
<b>Outros Fornecedores abaixo de R\$ 200 mil</b>		<b>6.476.979,75</b>	<b>10,90%</b>
<b>Total geral</b>		<b>59.430.833,66</b>	<b>100,00%</b>

(a) Informação não obtida

Em função de não ter sido disponibilizada à CPMI a documentação suporte dos pagamentos realizados pela DNA, merece análise pelos órgãos competentes os fornecedores que não desenvolviam atividades ligadas à promoção, publicidade, marketing, produção, veiculação e mídias em geral.

b.3) Pagamentos realizados às agências subcontratadas

Com base no controle contábil:

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMH - CORREIOS
Fls: <b>4122</b>
Doc: _____

Forneecedor	Total	%
D+ Brasil Comunicação Total S/A	8.657.004,42	15,00%
Lowe Ltda	2.397.121,08	4,15%
Ogilvy & Mather	1.559.293,48	2,70%
Meta 29 Serviços Marketing S/C Ltda	1.272.613,81	2,21%
Visuplae Projetos e Mídias Urbanas Ltda	1.207.847,34	2,09%
TVI Comunicação Comercial Ltda	600.000,00	1,04%
Markplan Marketing e Propaganda Ltda	478.247,80	0,83%
Mello Soares & cia Ltda	473.500,00	0,82%
Grottera	442.544,24	0,77%

<b>Total principais agências</b>	<b>17.088.172,17</b>	<b>29,61%</b>
<b>Total Global</b>	<b>57.713.868,17</b>	<b>100,00%</b>

Com base no controle gerencial:

Forneecedor	Total	%
Calia Assumpção	4.401.103,09	7,41%
D+ Brasil	3.795.917,57	6,39%
Lowe Ltda	2.397.121,08	4,03%
Ogilvy Brasil Comunicação	1.543.065,32	2,60%
Meta 29 Serviços Markt	1.244.720,00	2,09%
TVI Multimídia Ltda	908.700,00	1,53%
Mello Soares & Cia Ltda	473.500,00	0,80%
Mark Plan	457.115,40	0,77%
Grottera TBWA	442.544,24	0,74%
Visuplae Projetos e Mídias Urbanas	330.459,68	0,56%
<b>Total principais agências</b>	<b>15.994.246,38</b>	<b>26,91%</b>
<b>Total geral</b>	<b>59.430.833,66</b>	<b>100,00%</b>

\*Trata-se da mesma agência.

b.4) Pagamentos realizados às empresas de segmentos não relacionados com publicidade

Com base no controle contábil:

Fornecedor	Atividade	Total	%
Móbile	Comércio varejista de móveis	2.088.420,00	3,62%
Trevisan The Global Solution	(a)	817.240,00	1,42%
E. Cunha Consultoria (b)	Serviços técnicos de engenharia	399.936,00	0,69%
Os Independentes	(a)	320.000,00	0,55%
Cemusa do Brasil Ltda	Outros serviços técnicos especializados	311.359,88	0,54%
Casa da Gávea	Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente	286.660,00	0,50%
Rafael Studio	(a)	208.488,00	0,36%
<b>Sub-total</b>		<b>4.432.103,88</b>	<b>7,68%</b>
<b>Total Global</b>		<b>57.713.868,17</b>	<b>100,00%</b>

(a) Informação não obtida

(b) Ressalta-se que, no controle gerencial, as faturas do fornecedor Trevisan The Global Solution foram contabilizadas como pagamentos à empresa E. Cunha Consultoria:

Data	Fatura	Valor
26/05/04	170	83.526,50
22/06/04	179	89.000,00
18/08/04	189	77.000,00
24/08/04	197	77.000,00
30/09/04	205	73.409,50
<b>Total</b>		<b>399.936,00</b>

Com base no controle gerencial:

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4123</b>
Doc: _____

Forneecedor	Atividade	Total	%
Móbile do Brasil Ind. E Com. Ltda	Comércio varejista de móveis	1.748.192,00	2,94%
Trevisan The Global Solution	(a)	676.000,00	1,14%
Allãndega Participações	Edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços)	650.000,00	1,09%
Clear Channel	(a)	476.695,10	0,80%
E. Cunha Consultoria	Serviços técnicos de engenharia	409.000,00	0,69%
Os Independentes	(a)	320.000,00	0,54%
JC Decaux Salvador S.A.	Outras obras de instalações	319.410,00	0,54%
Casa da Gávea	Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente	256.660,00	0,43%
Rafael Reisman	(a)	219.000,00	0,37%
ASBI	(a)	200.000,00	0,34%
<b>Sub-total</b>		<b>5.274.957,10</b>	<b>8,88%</b>
<b>Total</b>		<b>59.430.833,66</b>	<b>100,00%</b>

a) Informação não obtida.

As despesas acima apresentadas devem ser analisadas com os documentos e contratos em mãos para identificar se fazem ou não parte do Plano de Ação para difundir a bandeira Visa, pois, caso não o sejam, estará caracterizada a aplicação indevida ou o desvio dos recursos.

Resumo dos serviços prestados por essas empresas, declarados pela Visanet, registrados na contabilidade da DNA e no controle gerencial de Marcos Valério:

Pagamentos realizados diretamente pela Visanet:

Empresa	Data	Nota Fiscal	Valor
E. Cunha Consultoria Empresarial	14/07/2003	110	113.000,00
E. Cunha Consultoria Empresarial	25/08/2003	117	113.000,00
E. Cunha Consultoria Empresarial	16/09/2003	120	113.000,00
E. Cunha Consultoria Empresarial	30/10/2003	125	113.000,00
			<b>452.000,00</b>

Pagamentos realizados pela DNA com recursos da Visanet (com base na contabilidade):

Empresa	Data	Nota Fiscal	Valor
Trevisan The Global Solution	12/02/04	146	89.000,00
Trevisan The Global Solution	04/03/04	150	89.000,00
Trevisan The Global Solution	30/04/04	160	89.000,00
Trevisan The Global Solution	26/05/04	170	83.526,50

Trevisan The Global Solution	22/06/04	179	89.000,00
Trevisan The Global Solution	18/08/04	189	77.000,00
Trevisan The Global Solution	24/08/04	197	77.000,00
Trevisan The Global Solution	24/11/04	215	77.000,00
Trevisan The Global Solution	30/09/04	205	73.409,50
Trevisan The Global Solution	03/11/04	212	73.304,00
			<b>817.240,00</b>

Pagamentos realizados pela DNA com recursos da Visanet (com base no controle gerencial de Marcos Valério):

Empresa	Data	Valor
E. Cunha Consultoria Empresarial	26/05/04	89.000,00
E. Cunha Consultoria Empresarial	22/06/04	89.000,00
E. Cunha Consultoria Empresarial	18/08/04	77.000,00
E. Cunha Consultoria Empresarial	24/08/04	77.000,00
E. Cunha Consultoria Empresarial	30/09/04	77.000,00
<b>Sub-total</b>		<b>409.000,00</b>
Trevisan The Global Solution	12/02/04	89.000,00
Trevisan The Global Solution	12/02/04	89.000,00
Trevisan The Global Solution	04/03/04	89.000,00
Trevisan The Global Solution	17/03/04	89.000,00
Trevisan The Global Solution	30/04/04	89.000,00
Trevisan The Global Solution	03/11/04	77.000,00
Trevisan The Global Solution	24/11/04	77.000,00
Trevisan The Global Solution	12/01/05	77.000,00
<b>Sub-total</b>		<b>676.000,00</b>
<b>Total geral</b>		<b>1.085.000,00</b>

O regulamento do Fundo até 2002 não previa pagamentos a empresas de consultoria, tendo sido alterado em 2003 para incluir tal possibilidade. Em 2005 o regulamento do Fundo voltou a ser alterado. Pode-se constatar a mudança no texto do regulamento quanto ao item "Ferramentas Mercadológicas":

- " Em 2001 e 2002, não havia o item g, descrito a seguir
- Em 2003 e 2004, inclusão do item g "Contratação de serviços de consultoria e agências de pesquisas cujo produto final poderá colaborar com a ativação e aumento da base dos Cartões Visa."
- Em 2005, modificação do item g
- "Contratação de serviços de agências cujo produto final resultará na ativação e aumento da base dos Cartões Visa."

Tais alterações evidenciam os aprimoramentos levados a efeito no funcionamento do fundo, que, volte-se a ressaltar, tinha natureza privada e era gerenciada por um comitê com a participação da maioria dos seus membros oriundos da iniciativa privada.

PROS nº 03/2005 - CN -  
CPM - CORREIOS  
Fjs: **4124**  
110  
Doc:

Neste caso específico, deve-se evidenciar que a contratação de consultoria e expediente largamente utilizado no mundo empresarial privado, mas também no ambiente da administração pública, como estratégia para evitar a contratação direta de servidores ou empregados cujos serviços não compõem a “expertise” da corporação, nem faz parte da sua principal atividade. Portanto, não há o que estranhar com relação a contratação de consultorias. Não obstante, a divergência dos dados poderia vir a indicar, em processo apuratório mais minudente, a possibilidade de irregularidades ou práticas delitivas. Como não foram recebidas todas as notas fiscais, a análise da qualidade dos gastos, ou seja, se os gastos foram realmente destinados aos planos de mídia estabelecidos pelo Banco do Brasil e aprovados pela Visanet, não pôde ser realizada.

### c) Saldo da operação entre a DNA e o Fundo Visanet

Na tentativa de obter o fechamento das contas entre a DNA e a Visanet, foram analisados os lançamentos contábeis e gerenciais apresentados pelo Sr. Marcos Valério, as cobranças realizadas pelo Banco do Brasil, e a resposta do advogado da DNA, Dr. Paulo Sergio Abreu e Silva.

#### c.1) As cobranças realizadas pelo Banco do Brasil

Foram apresentadas à DNA duas cobranças formais por parte do Banco do Brasil: Em 17/01/2005, foi emitida correspondência assinada pelo Sr. Rogério Sousa de Oliveira – Gerente Executivo, na qual afirma-se que: “analisando os pagamentos de cada projeto até 14/12/2004 existem despesas pagas indevidamente que devem ser ressarcidas, no valor de R\$ 178.001,93 e saldo credor de R\$ 1.886.520,68, o que totaliza em favor do Banco do Brasil saldo no valor de R\$ 2.064.522,61”. (Anexo)

Em 25/10/2005, foi emitida correspondência assinada pelo Sr. Antonio Carlos Correia – Gerente Executivo – notificando que há saldo de R\$ 9.095.610,00 pendentes de conciliação, compostos por (Anexo):

Saldo da verba sem destinação (novos projetos) R\$ 1.327.178,58  
Saldo referente aos 66 projetos autorizados R\$ 2.813.666,50  
Valor pendente de confirmação de pagamento R\$ 4.954.764,92  
Saldo do Fundo Visanet 2004 R\$ 9.095.610,00

Ressalte-se que este valor refere-se somente ao orçamento de 2004 do Fundo Visanet, não contemplando possíveis diferenças de anos anteriores.

Para fechamento e conciliação do saldo, solicitou-se ao Banco do Brasil a composição dos gastos autorizados e realizados. Tal posição não foi recebida por esta CPMI. Esses aspectos foram analisados em relatório de auditoria realizado pelo Banco do Brasil, por meio do qual se constata que o próprio banco não tem elementos para tal levantamento, devido à falta de controle da operação.

Os saldos apresentados acima são levantamentos realizados pela área de marketing do banco, portanto, desprendidos da ótica contábil, fiscal e financeira da operação.

Desta forma, conclui-se que os valores de R\$ 2.064.522,00 e R\$ 9.095.610,00 apresentados pela área de marketing do banco não podem ser considerados como efetiva pendência entre o Fundo e a DNA, pois os próprios controles da agência mencionados anteriormente neste relatório apresentam saldo muito mais elevado de recursos a devolver ao Fundo ou a apresentar comprovação da efetiva realização dos serviços ao Banco do Brasil.

c.2) A resposta oficial da DNA

Em carta datada de 09/11/2005 (Anexo 7.13), o Sr. Paulo Sergio Abreu e Silva, advogado do Sr. Marcos Valério, com objetivo de, segundo transcrição literal, “refutar as inverídicas notícias divulgadas nos últimos dias, referentes às possíveis irregularidades nos repasses de verbas pela Visanet...”, afirma:

- *que o “Banco do Brasil oficiou a DNA informando que, analisando os pagamentos de cada projeto até 14/12/2004, existia em seu favor um saldo no valor de R\$ 2.064.522,61”.*
- *a DNA, “por serviços prestados à Visanet despendeu um montante de R\$ 12.947.436,09 sem receber da mesma empresa qualquer importância para cobrir as despesas decorrentes dos serviços prestados, fato que determina, diante da verdade real e material, que existe crédito a receber pela DNA da Visanet no montante de R\$ 10.882.913,48.”*
- *que, “por argumentar como próprio e válido o documento firmado pelo Banco do Brasil datado de 25 de outubro de 2005, amplamente divulgado pela imprensa nacional, onde se procura demonstrar que a DNA teria um débito para com a referida empresa no valor de R\$ 9.095.610,00, no ano de 2004, mesmo assim, ... a DNA é credora da Visanet da quantia de R\$ 3.851.826,09.”*

As afirmações do Dr. Paulo Sergio Abreu e Silva revelam-se equivocadas em pelo menos três aspectos:

- ao contrário do que afirma o Dr. Paulo (nada ter recebido da Visanet no período 12/2004 a 11/2005), a DNA recebeu, em julho de 2005, o valor de R\$ 844.383,87;
- na contabilidade da DNA, a contacontrole da Visanet nº 2.1.01.002.7861 – Fornecedor CBMP, conforme demonstrativo entregue a esta CPMI pela Polícia Federal, apresenta em 13/06/2005 saldo de R\$ 12.751.185,55 a pagar/devolver ao Fundo Visanet, demonstrando a inconsistência entre as informações prestadas pelo advogado e as registradas pela empresa;
- de acordo com levantamento apresentado no item anterior deste relatório, os gastos Visanet informados, tanto contábil quanto gerencialmente, são inconsistentes entre si, porém, ambos apresentam saldo a pagar ou a devolver à Visanet/Banco do Brasil.

c.3) Auditoria interna realizada pelo Banco do Brasil

Após as denúncias que motivaram a instalação desta CPMI, o Banco do Brasil realizou trabalho de auditoria (Anexo) entre 25/07/2005 e 07/12/2005, cujo objetivo foi avaliar a forma de utilização dos recursos do Fundo de Incentivo Visanet, no período de 2001 a 2005, verificando se os procedimentos adotados estão em conformidade com o regulamento de constituição e uso do Fundo.

Dentre as principais conclusões, o relatório aponta a inexistência total ou parcial de documentação fiscal hábil que comprove a realização dos serviços dos subcontratados das agências de publicidade nomeadas pelo Banco para gerir as campanhas objeto do Fundo.

ROS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4125</b>
112
Doc:

No período de 2001 e 2002, as agências responsáveis pela gestão dos recursos do Fundo eram a Lowe Lintas e a DNA, que receberam, para a realização de ações publicitárias, o montante de R\$ 48,328 milhões, representando 79,41% dos recursos destinados ao Banco do Brasil. Não foram localizadas na documentação disponibilizada para a auditoria as notas fiscais de prestação de serviços de fornecedores referentes a esses recursos.

Com relação ao período de 2003 e 2004, a auditoria do Banco do Brasil realizou seus trabalhos com base em amostragem que compreendeu 70,17% dos recursos recebidos pela DNA, e, das 93 ações realizadas neste período, 33 foram analisadas.

Diz o texto do relatório: *“na amostra de 33 ações analisadas, relativas às antecipações ocorridas em 2003 e 2004, no valor de R\$ 51.826 mil, em 3 casos, foi constatada a ausência total de nota fiscal, fatura ou recibo de fornecedores prestadores de serviço e em 20, constatou-se existência parcial de documentos. Considerando-se estes fatos, a falta de documentos alcançou o montante de R\$ 23,243 milhões. O Banco notificou as agências de publicidade sobre o assunto.”*

Desta forma, é possível verificar que, com base na documentação disponibilizada para as análises da auditoria interna do Banco do Brasil, R\$ 71.571.000,00 não possuem documentação comprobatória adequada da prestação dos serviços de publicidade realizados pelas subcontratadas, o que demonstra o descontrole da área de marketing do Banco com relação à alocação desses recursos.

Considerando a baixa qualidade do controle sobre os gastos realizados, a maneira genérica com que a Nota Técnica trata das ações planejadas, a falta de documentos fiscalmente aceitos dos supostos serviços prestados e os inúmeros problemas identificados na movimentação financeira das empresas do Sr. Marcos Valério, não é possível comprovar se houve ou não a realização da totalidade dos serviços apresentados pela DNA, seja através de sua contabilidade ou do seu controle gerencial.

Por fim, o Sr. Antonio Pedro da Silva Machado, consultor jurídico do Banco do Brasil, informou que o Conselho de Administração do Banco do Brasil, em reunião realizada em 09/12/2005, decidiu determinar, com base nas conclusões do relatório da auditoria, que sejam instaurados os procedimentos competentes e promovidas medidas administrativas e judiciais cabíveis (Anexo).

#### c.4) Saldo em aberto entre DNA e Visanet – Conclusão

A DNA, de acordo com os registros de sua contabilidade, apresenta em aberto junto ao Banco do Brasil o saldo devedor de R\$ 12.751.185,55, conforme demonstrado pela movimentação a seguir resumida:

Resumo do registro contábil	Valor
Total adiantado	74.695.740,05
Receita prestação serviços (lucros distribuídos)	<u>(4.966.011,52)</u>
Total de recebimentos	69.729.728,53
Impostos retidos	385.325,19
Total de pagamentos	(57.713.868,17)
Descontos obtidos	350.000,00
<b>Saldo contábil</b>	<b>12.751.185,55</b>

A contabilidade da DNA, conforme demonstrado no quadro anterior, considerou como receita na prestação de serviços à Visanet o montante de R\$ 4,966 milhões. Este valor diverge do informado pelo sr. Marcos Valério em sua planilha apresentada à Polícia Federal, que totaliza R\$ 6,421 milhões.

Para a apuração do valor contábil pendente a devolver ao Banco do Brasil, abatemos do saldo contábil os valores sacados como distribuição de lucros, pois só foram reconhecidos contabilmente R\$ 4,9 milhões, e não o total sacado de R\$ 6,4 milhões. A seguir apresentamos o saldo contábil "ajustado" com base nas informações do sr. Marcos Valério:

<b>Saldo contábil</b>	<b>12.751.185,55</b>
Ajuste receitas não consideradas nesta conta contábil, mas sacadas financeiramente	(1.455.888,48)
<b>Saldo a ser devolvido a Visanet/ Banco do Brasil</b>	<b>11.295.297,37</b>

Não obstante, decorridos por volta de seis meses da realização da auditoria, onde foram solicitadas várias providências e diligências, inclusive um processo administrativo para apuração destas diferenças, tendo inclusive o Sr. Marcos Valério acionado o Banco do Brasil para receber a diferença dos recursos que o mesmo se considera credor, faz-se necessário atualizar as informações para que se possa concluir, de fato, qual a real situação relativamente à prestação de contas da DNA em relação aos serviços publicitários devidos pelo Fundo Visanet.

O Regulamento do Fundo de Incentivo Visanet estabelece que os pagamentos a fornecedores devem estar suportados por documentos fiscais que os comprovem.

Para atendimento às condições do Regulamento, a DNA Propaganda emitiu as seguintes notas fiscais para amparar o recebimento desses recursos:

Nota Fiscal	Data de Emissão	Valor
029061	05/05/2003	R\$ 23.300.000,00
033997	11/11/2003	R\$ 6.454.331,00
037402	13/02/2004	R\$ 35.000.000,00

É importante ressaltar que tais notas foram consideradas falsas em Laudo de Exame Contábil do Instituto Nacional de Criminalística do Departamento de Polícia Federal, emitido em 29/11/2005 (Anexo).

Assim sendo, portanto, enseja a compreensão que houve fraude contábil e fiscal cometida pela diretoria da DNA Propaganda.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM# - CORREIOS
Fis: <b>4126</b>
114
Doc: _____

#### 7.5.1.4 AS VANTAGENS DE MARCOS VALÉRIO

Os adiantamentos dos recursos financeiros da Visanet à DNA possibilitou que o Sr. Marcos Valério os utilizasse conforme as suas necessidades e pudesse auferir vantagens de diversas maneiras:

a) Aplicação financeira dos recursos adiantados - conforme já apresentado neste relatório, adotou-se, como regra geral, o adiantamento às agências de publicidade gestoras das campanhas publicitárias dos recursos orçados anualmente pelo Fundo de Incentivo Visanet. Esses adiantamentos possibilitaram resultados financeiros à DNA. Por outro lado, novos adiantamentos eram realizados mesmo existindo saldos de repasses anteriores. Resta saber se tais ganhos eram deduzidos ou acrescidos do montante total quando da prestação de contas, que caso assim tenha ocorrido poderia mesmo significar ganho indevido já que os recursos não seriam aplicados com este fim se não fossem disponibilizados. Esta CPMI não tem como concluir esta hipótese que deve ser investigada posteriormente pelos órgãos competentes.

Outro fato digno de registro é que a agência manteve em seu caixa, sem qualquer contrato formalizado, grande volume de dinheiro, com liberdade para usá-lo com frágil monitoramento tanto do Banco do Brasil quanto da Visanet. Além disso, tal situação dificultaria, em caso de qualquer problema de descontinuidade da relação DNA/Banco, que tais recursos possam ser efetivamente cobrados.

Essa prática permitiu à DNA produzisse rendimentos financeiros de aproximadamente R\$ 5,6 milhões, decorrentes da aplicação dos recursos adiantados pela Visanet (Anexo):

Recurso adiantado	Data da aplicação no Banco do Brasil	Período total aplicado	Último resgate
R\$ 12,79 milhões	09/11/2001	4 meses	Março de 2002
R\$ 4,5 milhões	Não houve aplicações relevantes		
R\$ 23 milhões	20/05/2003	8 meses	Janeiro de 2004
R\$ 6,4 milhões	01/12/2003	6 meses	Maior de 2004
R\$ 35 milhões	15/03/2004	8 meses	Novembro de 2004
R\$ 9 milhões	02/06/2004	9 meses	Fevereiro de 2005

A seguir é demonstrada a concessão de novos adiantamentos em momentos em que existiam saldos de operações anteriores:

Recurso adiantado	Data do adiantamento	Recursos disponíveis quando das liberações	
		Saldo da aplicação financeira	Data do saldo
R\$ 12,79 milhões	08/11/2001	Início da operação	
R\$ 4,5 milhões	18/10/2002	Não havia saldo anterior	
R\$ 23 milhões	19/05/2003	Não havia saldo anterior	
R\$ 6,4 milhões	28/11/2003	R\$ 5,06 milhões	28/11/2003
R\$ 35 milhões	12/03/2004	R\$ 2,19 milhões	31/03/2003
R\$ 9,09 milhões	01/06/2004	R\$ 22,62 milhões	31/05/2004

O quadro anterior demonstra claramente que:

- quando foram liberados R\$ 6,4 milhões, ainda existiam R\$ 5,06 milhões aplicados relativos ao adiantamento de R\$ 23 milhões.

- quando foram liberados R\$ 35 milhões, ainda existiam R\$ 2,19 milhões aplicados relativos ao adiantamento de R\$ 6,4 milhões.

- quando foram liberados R\$ 9,09 milhões, ainda existiam R\$ 22,62 milhões aplicados relativos ao adiantamento de R\$ 35 milhões.

Nesta hipótese a DNA teria sido amplamente favorecida pela concessão dos adiantamentos. Caso tais desembolsos fossem realizados com prudência e na medida da realização dos gastos, tais ganhos financeiros seriam da própria Visanet, integrando o resultado de suas operações e, conseqüentemente, beneficiando seus acionistas, entre os quais o Banco do Brasil. Resta saber qual era a prática dos demais acionistas da Visanet, bem como, qual o motivo que levou o comitê gestor da Visanet, o qual é formado majoritariamente por representantes dos sócios privados, a ter aceitado tais irregularidades e perdas para os seus próprios bancos. Tal aspecto deverá ser objeto da continuidade das investigações pelas autoridades competentes.

b) Adiantamentos possivelmente dados em garantia de empréstimos

Não se pode afirmar que os recursos adiantados à DNA foram utilizados como garantia em duas operações bancárias que compõem o esquema Marcos Valério, como é uma das hipóteses ventiladas:

Operação bancária denominada empréstimo realizada junto ao Banco do Brasil (Anexo):

Em 22/05/2003, a DNA Propaganda obteve empréstimo de R\$ 9.700.000,00 junto ao Banco do Brasil, garantido pela aplicação dos recursos adiantados pela Visanet em 19/05/2003 e aplicados em fundo de investimento do próprio Banco do Brasil no dia seguinte.

Embora os recursos adiantados não pertencessem à DNA, mas sim a Visanet / Banco do Brasil, cabe ressaltar que Marcos Valério, no documento emitido em 21/05/2003 (Anexo), garante o empréstimo concedendo: *“bloquear os direitos creditórios – capital e respectivos rendimentos relativos às quotas do fundo de renda fixa BB FIX CORPORATIVO, no valor nominal de R\$ 23.211.000,00 administrados ...”* e *“vinculados a conta 602.000-3 (a) da agência 3032-5, como forma e meio do efetivo pagamento da dívida decorrente do instrumento de crédito Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 303.200.709, firmado entre a DNA Propaganda Ltda. e o Banco do Brasil no valor de R\$ 9.700.000,00.”* (a) Conta estabelecida pela DNA para alocação dos créditos provenientes do Fundo Visanet.

Não seria razoável depreender que tal procedimento seria necessário para garantir tais empréstimos na medida em que as contas da DNA continham saldos e investimentos bem superiores ao que precisaria ser garantido. Por outro lado, qualquer recurso disponível em tais contas não estava absolutamente vinculado a nada, sendo, portanto recursos de propriedade ou sob responsabilidade da DNA, que deverá prestar contas aos seus credores. Tal hipótese, portanto seria inverossímil.

Desembolsos realizados pela Visanet à DNA no período de 2003 a maio de 2005:

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4127</b>
116
Doc:

<b>Descrição</b>	<b>Sobre os adiantamentos totais</b>
2003	23.300.000,00
2003	6.454.331,43
2004	35.000.000,00
2004	9.097.024,75
2004	120.000,00
Diversos	78.777,56
<b>Total dos adiantamentos</b>	<b>74.050.133,74</b>
<b>Total dos saques</b>	<b>6.421.900,00</b>
<b>% apurado</b>	<b>8,67%</b>

A DNA apropriou-se de 8,67% dos desembolsos realizados pelo Fundo Visanet a título de comissão pelos serviços prestados de intermediação e gerenciamento dos recursos. Tal apropriação seria indevida uma vez que não há qualquer formalização ou autorização do Banco do Brasil para tal. Entretanto, em que pese as irregularidades, uma vez constatada a existência dos serviços realizados, há um correspondente direito a remuneração pelos mesmos, caso contrário se constituiria enriquecimento ilícito.

c) Comissão sobre a veiculação

A DNA, como agência das veiculações das mídias realizadas, auferiu comissão de 15%, em média, sobre os serviços prestados.

O Sr. Marcos Valério declara, por meio da Conta Controle Gerencial, que o valor de suas comissões monta em R\$ 4.108.507,12.

Além disso, seu advogado apresentou a esta CPMI, em 09/11/2005, diversas notas fiscais de fornecedores subcontratados pela DNA, emitidas em 2005 e com pagamentos autorizados pelo Banco do Brasil, cujas comissões não constavam do Controle Gerencial dos gastos do Fundo Visanet por ele elaborado:

Comissões não incluídas no Controle Gerencial de Marcos Valério (Anexo):

Data	Valor pago ao fornecedor	Comissão da agência	Fornecedor
03/03/05	221.409,09	34.959,32	ADSHIEL
03/03/05	120.686,10	19.055,68	TV RECORD
30/03/05	111.720,00	17.640,00	PUBLISHOPPING
16/05/05	97.375,00	15.375,00	NOVA VISUPLAC
30/03/05	93.575,00	14.775,00	VEICULAÇÃO COMERCIAL
06/06/05	93.100,00	14.700,00	JCDECAUX SALVADOR S.A
03/03/05	89.110,00	14.070,00	JCDECAUX SALVADOR S.A
03/03/05	65.095,77	13.278,26	META 29 SERVIÇOS MARKT
03/03/05	80.750,00	12.750,00	STREET MIDIA
30/03/05	80.750,00	12.750,00	STREET MIDIA
02/05/05	80.750,00	12.750,00	STREET MIDIA
03/03/05	252.000,00	12.000,00	TOM MAIOR ENTRETENIMENTO
30/03/05	75.026,25	11.846,24	CLEAR CHANNEL
21/03/05	65.095,76	10.278,29	META 29 SERVIÇOS MARKT
16/05/05	65.096,56	10.278,27	META 29 SERVIÇOS MARKT
21/03/05	59.203,00	9.347,84	CODEMP RIO
03/03/05	47.500,00	7.500,00	CARTA MAIOR
21/03/05	47.500,00	7.500,00	CARTA MAIOR
02/05/05	46.550,00	7.350,00	TV BRASÍLIA
21/03/05	43.682,90	6.897,31	MARK PLAN
16/05/05	43.682,10	6.897,31	MARK PLAN
02/06/05	40.375,00	6.375,00	STREET MIDIA
03/03/05	36.220,08	5.718,96	PIRAMIDE PAINEIS
21/03/05	36.220,08	5.718,96	PIRAMIDE PAINEIS
16/05/05	36.220,08	5.708,96	PIRAMIDE PAINEIS
21/03/05	27.550,00	4.350,00	TOM MAIOR ENTRETENIMENTO
28/01/05	48.500,00	3.333,35	CNPBRASIL
06/06/05	13.060,67	2.738,61	SOCIEDADE ADM.
03/03/05	9.483,85	2.252,16	RD E TV RIOVISAO
30/03/05	13.060,67	2.062,21	SAS SOCIEDADE ADMIN
21/07/05	32.000,00	1.968,00	GAMA EVENTOS
21/03/05	10.925,00	1.725,00	PRIMEIRA LEITURA
03/03/05	10.830,00	1.710,00	DBL PUBLICIDADE PRODUÇÕES
21/03/05	10.830,00	1.710,00	DBL PUBLICIDADE PRODUÇÕES
16/05/05	10.830,00	1.710,00	DBL PUBLICIDADE PRODUÇÕES
02/05/05	10.497,50	1.657,50	MIDIAMAX
21/03/05	9.025,00	1.425,00	TOP MAGAZINE
03/03/05	7.315,00	1.155,00	CDU COMUNICAÇÃO
03/03/05	6.899,85	1.089,45	MAX MARKETING
21/03/05	4.438,87	1.054,12	MEIO E MIDIA COM. LTDA
21/03/05	5.889,72	929,96	CODEMP
21/03/05	5.337,58	842,43	SAC
03/03/05	4.435,55	593,35	RD E TV CAPITAL
21/03/05	3.681,25	581,25	ELAP
16/05/05	1.771,72	420,70	TV BRASÍLIA
13/04/05	1.026,80	302,39	EDITORA GRA. BURTT
<b>Total</b>		<b>329.130,88</b>	

ROS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Fls: **4128**

Data

Em que pese o fato de a relação comercial entre a Visanet/Banco do Brasil não estar formalizada, entende-se que o montante de comissão apurado de R\$ 4.437.638,00 está de acordo com as práticas do Banco do Brasil em seus contratos de publicidade.

d) Nota fiscal paga parcialmente

Foi identificado que a nota fiscal de serviços abaixo mencionada não foi paga em sua totalidade, permanecendo saldo em aberto na contabilidade da DNA. Embora o valor seja relevante, não houve qualquer ação de cobrança formal de parte do fornecedor, indicando a possibilidade de irregularidade e até fraude com relação aos valores recebidos da Visanet:

Fornecedor: Nacional Comercial e Serviços Ltda

Valor da nota fiscal: R\$ 2.500.000,00

Valor do pagamento em 14/11/2003: R\$ 1.920.470,00

Saldo em aberto: R\$ 579.530,00

O saldo não pago, mas cobrado da Visanet, foi aplicado em 20/11/2003 no Banco do Brasil, conta nº 602.000, agência 3608, no Fundo BB DI Corporativo, e resgatados dois meses depois, em 23/01/2004.

Adicionalmente, foram formalmente solicitadas ao fornecedor informações sobre essas operações com as empresas de Marcos Valério. Contudo até a presente data não foi obtida resposta.

Os recursos provenientes do resgate dessa aplicação, no montante de R\$ 594.225,36, foram transferidos para a conta nº 601.999, mantida na mesma agência e, a partir dela, realizados diversos pagamentos em datas subseqüentes, reportados na contabilidade como descrito a seguir:

Descrição	Data	Valor
Empréstimo - Mútuo SMP&B	23/01/2004	100.000,00
Transferência entre contas	28/01/2004	110.000,00
Aprovação Financeira	30/01/2004	200.000,00
<b>Total</b>		<b>410.000,00</b>

O lançamento efetuado sob a denominação de empréstimo, no valor de R\$ 100.000,00, não teve movimentação financeira correspondente.

Portanto, pode-se inferir que este lançamento claramente poderia servir para regularizar movimentação financeira não informada.

Foram transferidos R\$ 110.000,00 da conta nº 601.999 do Banco do Brasil para o Banco Rural, e na mesma data, sacado deste banco o cheque nº 413172, no valor de R\$ 100.000,00, em nome de Marcio Hiram Guimarães Novaes, sócio de Marcos Valério na empresa Estratégica Marketing e Promoção Ltda. Esta operação foi contabilizada como suprimento de caixa e como distribuição de lucros para a Graffiti. Não foi possível o rastreamento da utilização dos R\$ 200 mil aplicados pelo fato de existirem diversas outras aplicações no mesmo fundo de investimento e vários saques. Podemos acrescentar que os primeiros resgates somente aconteceram em 29 de abril de 2004 e em 9 e 11 de junho de 2004, portanto 5 meses após a apropriação do montante, ocorrida em 14/11/2003.

Estes fatos revelam, acima de qualquer coisa, a total desarmonia entre as movimentações financeiras e as normas contábeis nacionais, que se manifestam já a partir de 2001, quando se começa a investigar as atividades do Sr. Marcos Valério. Mas não se pode concluir que tais recursos possam ter relação com os empréstimos feitos ao PT, dado que seria admitir

que o dinheiro “tem cor” e pode ser identificado. Ao contrário, se intenção houvesse de propiciar qualquer fraude neste campo, a hipótese menos provável é que houvesse a vinculação direta e imediata, o que seria facilmente detectável. Tal procedimento não seria típico daqueles que delinquem com tal sofisticação, como seria o caso do Sr. Marcos Valério.

#### Conclusões parciais

- Foi constatada a ocorrência de atípicas antecipações de recursos a agências de publicidade, sem registro, **na documentação analisada**, de informações que demonstrassem a vantajosidade ou a necessidade do procedimento, concedidas contra a apresentação de documento fiscal, com descrição genérica dos serviços a serem realizados, nele não constando detalhamentos que pudessem permitir a identificação das ações que seriam executadas;
- Em setembro e novembro de 2001 e em junho e outubro de 2002, houve antecipação de créditos para a realização de eventos específicos, num total de R\$ 48.328 mil, contra a apresentação de documentos fiscais de emissão de agência de publicidade no valor global de cada ação. Em maio e novembro de 2003 e em março e junho de 2004 houve antecipações, sem especificação das ações de incentivo a serem realizadas, que totalizaram R\$ 73.851 mil, contra a apresentação de documentos fiscais de emissão de agência de publicidade, pelo valor de cada antecipação. Este valor, segundo documento apresentado pela Dimac, foi destinado à realização de 93 (noventa e três) ações de incentivo distintas, descritas em notas técnicas específicas;
- A inexistência, no âmbito do Banco, de formalização de instrumento, ajuste ou equivalente para disciplinar as destinações dadas aos recursos adiantados às agências de publicidade revela injustificável descuido que pode facilitar o desvio dos recursos transacionados;
- Foram identificadas fragilidades no processo e falhas na condução das ações/eventos, dentre as quais destacamos:
  - (a) falta de definição do fluxo e demais procedimentos necessários à operacionalização dos processos;
  - (b) deficiente acompanhamento e controle dos procedimentos adotados;
  - (c) ausência, total ou parcial, de documentação comprobatória da realização das ações;
  - (d) ausência, total ou parcial, de documentação fiscal comprobatória dos pagamentos efetuados pelas agências de publicidade e/ou prestadores de serviços; e
  - (e) implementação de ações com indícios de incompatibilidade com o Regulamento do Fundo.”
- A ausência ou incompletude de documentos que se destinariam a demonstrar a realização dos serviços e a comprovar os pagamentos efetuados limitam a evidenciação de que os recursos foram aplicados e a verificação do alinhamento das ações realizadas com o previsto no regulamento do Fundo.

RG 03/2005 - CN -
CPMI -- CORREIOS
Fls: <b>4129</b>
Doc: 120

- Recursos Aportados

Os recursos aportados do Fundo de Incentivo Visanet, pela Companhia Brasileira de Meios de Pagamento, para serem compartilhados pelos acionistas, de acordo com as suas participações acionárias, ano a ano, são os seguintes:

Tabela 1 Valor em R\$

Ano	Valor Total	Quota do BB
2001	90.000.000,00	28.826.663,88
2002	100.000.000,00	32.029.775,03
2003	120.000.000,00	38.435.553,19
2004	156.000.000,00	52.013.475,16
2005	59.200.000,00	18.961.523,00

Posição: 13.09.2005

- Utilização dos Recursos

Conforme previsto no Regulamento de Constituição e Uso do Fundo, o Banco apresentou à CBMP propostas de Ações de Incentivo, denominadas de JOB, nos valores constantes da tabela abaixo, de acordo com informações e documentos disponibilizados pelas áreas:

Tabela 2 Valor em R\$

Ano	Qtd de JOB	Montante
2001	11	28.826.663,88
2002	25	32.029.775,03
2003	21	38.435.553,19
2004	21	51.979.533,84
2005	7	10.916.054,04

Posição: 31.08.2005

- Normas Internas

Foi constatada a inexistência de normas e procedimentos internos, formalmente definidos, disciplinando a gestão e operacionalização dos recursos do Fundo de Incentivo Visanet, no período compreendido entre a Constituição do Fundo, em 2001, e meados de 2004.

- Competência para indicação do "Gestor do Fundo

As correspondências encaminhadas a CBMP, indicando o “Gestor do Fundo” – representante do Banco – sempre foram assinadas, ano a ano, desde 2001, pelo primeiro gestor da Área de Varejo (Superintendente ou Diretor).

- Antecipações de recursos para agências de Publicidade

Dentre as ações de incentivo analisadas, constatou-se que foram efetuadas antecipações a agências de publicidade, sem registro na documentação analisada, de informações que demonstrassem a vantajosidade ou a necessidade do procedimento, conforme tabela a seguir:

tabela 4 valores em R\$

Ano	Valor Aportado ao Banco (A)	JOB/Evento	Antecipação		Agência de Publicidade
			Valor (B)	Data	
2001	28.826.663,88	05/2001 - Campanha Gestos 2001	13.650.000,00	5/9/2001	Lowe Lintas
		06/2001 - Campanha Visa Electron	12.798.560,00	8/11/2001	DNA Propaganda
2002	32.029.775,03	08/2002 - Campanha Gestos 2002	15.500.000,00	12/6/2002	Lowe Lintas
		20/2002 - Sorcio Clube Ouro 2002	1.879.800,00	4/10/2002	Lowe Lintas
		21/2002 - Campanha Visa Electron	4.500.000,00	18/10/2002	DNA Propaganda
2003	38.435.553,19	03/2003 - Diversos	23.300.000,00	19/5/2003	DNA Propaganda
		21/2003 - Diversos	6.454.331,43	28/11/2003	
2004	52.013.475,16	04/2004 - Diversos	35.000.000,00	12/3/2004	DNA Propaganda
		14/2004 - Diversos	9.097.024,75	1/6/2004	
<b>Total</b>	<b>151.305.467,26</b>		<b>122.179.716,18</b>		

Essas antecipações se davam pelo crédito de valor pela CBMP em conta corrente de livre movimentação da empresa de publicidade, contra apresentação de documento fiscal emitido pela agência, com descrição genérica dos serviços e antes que as ações de incentivo correspondentes tivessem sido executadas.

As notas fiscais emitidas pela Lowe Lintas destacavam o valor da comissão devida à Agência. Os documentos fiscais de emissão da DNA Propaganda não faziam menção à remuneração da empresa de publicidade.

Em setembro e novembro de 2001 e em junho e outubro de 2002 foram concedidas antecipações, para a realização de ações específicas, contra a apresentação de documentos fiscais de emissão de agência de publicidade, no valor global de cada ação, num total de R\$ 48.328 mil, representando 79,41% do total de recursos destinados ao Banco, no período.

As Notas Técnicas que aprovaram as ações nesse período, especificavam as campanhas ou eventos a serem realizados. Foram

RQS nº 03/2005 - CN -  
 CEMI - CORREIOS  
 Fls. 4130  
 Doc:

apreciadas nas instâncias competentes (considerada a alçada vigente para eventos que envolvem recursos do orçamento próprio do Banco) e não faziam referência a antecipações e nem as autorizavam. Não há registro na documentação apresentada, que indique a instância que autorizou essas antecipações.

Não foram localizadas, na documentação disponibilizada, as notas fiscais faturas ou recibos de fornecedores/prestadores de serviços que teriam sido contratados pelas agências para a realização das ações citadas no item anterior (relatório Auditoria Interna do Banco do Brasil) – antecipações ocorridas em 2001 e 2002 – no valor de R\$ 48.328 mil. O Banco notificou as agências de publicidade sobre o assunto.” “No dossiê do JOB 05/2001 (R\$ 13.650 mil) consta documento demonstrativo de gastos, emitido pela Lowe Lintas, com data 01.02.2002, no valor de R\$ 11.151.164,39. No dossiê do JOB 21/2002 (R\$ 4.500 mil), planilha, sem assinatura, arquivada junto à Nota Técnica, traz um resumo dos investimentos que teriam sido feitos a Campanha, no valor de R\$ 3.813.725,98.

Em maio e novembro de 2003 e em março e junho de 2004, houve antecipações, cujas especificações das ações de incentivo a serem realizadas constavam de Notas Técnicas. Tais liberações se davam contra a apresentação de documentos fiscais de emissão de agência de publicidade pelo valor de cada antecipação. Os valores abrangidos totalizaram R\$ 73.851 mil, correspondendo a 81,65% do total de recursos destinados ao Banco no período.

Em julho e setembro de 2003, foi realizado processo licitatório para contratação de agências de publicidade, sendo que a DNA Propaganda Ltda. foi uma das três vencedoras do certame. Nesse período, considerando-se como referência a data e o valor das Notas Técnicas que autorizaram a realização de ações de incentivo, por conta dos recursos antecipados à DNA, o Banco era credor junto àquela agência dos seguintes montantes aproximados: (a) julho/2003, R\$ 15.748 mil: início dos procedimentos licitatórios; (b) agosto/2003, R\$ 11.266 mil: abertura dos envelopes; e (c) setembro/2003, R\$ 6.736 mil: assinatura do contrato.

- Os adiantamentos apresentaram, ainda, os seguintes aspectos:
  - a) a utilização dos recursos deveria ser autorizada, conjuntamente, pela Direv e pela Dimac, conforme previsto nas Notas Técnicas que autorizaram as antecipações. Em 12 dos 33 casos analisados, no montante de R\$ 6.954 mil, não foi constatado a aprovação da Direv, segundo o Relatório da Auditoria do Banco do Brasil;
  - b) as Notas Técnicas que autorizaram as antecipações previam que a Dimac apresentaria relatório de acompanhamento de desembolsos e daria conhecimento do assunto ao Comitê de Comunicação e ao Conselho Diretor. Não há registro de que a medida tenha sido adotada;
  - c) na amostra de 33 ações analisadas, relativas às antecipações ocorridas em 2003 e 2004, no valor de R\$ 51.826 mil, em 3 casos, foi

constatada a ausência total de nota fiscal, fatura ou recibo de fornecedores/prestadores de serviços e em 20, constatou-se existência parcial de documentos. Considerando-se estes fatos, a falta de documentos alcançou o montante de R\$ 23.243 mil. O Banco notificou as agências de publicidade sobre o assunto.” Não foi identificada a existência de formalização de instrumento, ajuste ou equivalente, no âmbito do Banco, para disciplinar as destinações a serem dadas aos recursos. Esta situação dificulta a obtenção de convicção de que as agências de publicidade tenham utilizado os recursos, então antecipados, exclusivamente na execução das ações de incentivo previstas.

Quanto à solicitação de documentação comprobatória da realização das ações executadas com recursos antecipados, a Diretoria de Marketing e Comunicação informou que desconhece a existência de solicitação formal de documentos às agências de publicidade, para o período 2001 a 2003. Para as ações realizadas com os recursos antecipados em 2004, informou que, desde setembro de 2004, vem sendo solicitada à DNA Propaganda a documentação comprobatória da realização dessas ações.

Em 22.11.2005, por recomendação da Auditoria, a Diretoria de Marketing e Comunicação Expediu correspondência às agências de publicidade, solicitando o encaminhamento, até 28.11.2005, de cópia de toda a documentação comprobatória das ações executadas no período de 2001 a 2004.

- Conciliação: Recursos Aportados versus Notas Fiscais Pagas – CBMP

Coma base em informações e documentos disponibilizados pelas Diretorias de Varejo e de Marketing e Comunicação (posição em 22.09.2005), foi realizado trabalho de conciliação com o propósito de verificar a existência de documentos fiscais – notas fiscais, faturas, recibos- faturados contra a CBMP, e em seu poder relativos aos pagamentos por ela efetuados, por solicitação do Banco, no período de 2001 a 2004.

- Período Ações de incentivo

Período	Ações de incentivo		
	Aporte (A)	Somatório das cópias de Notas Fiscais em poder da CBMP (B)	(A-B)
2001	28.826.663,88	28.762.450,39	64.213,49
2002	32.029.775,03	31.988.575,03	41.200,00
2003	38.435.553,19	38.284.086,65	151.466,54
2004	52.013.475,16	51.453.203,84	560.271,32

RGS nº 03/2005 - CN  
 OFMI - CORREIO  
 Filst: 4131  
 Doc:

Em síntese, os repasses realizados pela Visanet à DNA, alcançaram a soma de R\$ 73,8 milhões de reais, em 2003 e 2004. Nesse período houve, como foi relatado, mudanças na política de pagamentos dos montantes referentes a serviços de publicidade do Fundo Visanet, gerido pelo Banco do Brasil.

A partir de 2002 houve concentração de realização dos serviços, na DNA Propaganda, o que teria sido justificado pela especialização no marketing de varejo a qual a DNA se notabilizou.

O próprio Banco do Brasil, através do trabalho realizado pela auditoria interna, demonstra a fragilidade dos controles existentes nos gastos de publicidade da Visanet, identificando-o como campo fértil para fraudes e desvios de recursos.

É possível verificar também que, em função da inexistência de grande parte da documentação comprobatória, o próprio Banco do Brasil não teve como averiguar o real montante de recursos efetivamente empregados para incentivar o uso da marca Visanet.

## **7.5.2 Grupo Opportunity**

### **7.5.2.1 INTRODUÇÃO**

1. Existe, no âmbito dos parlamentares que compõem a CPMI uma preocupação não somente de identificar os agentes envolvidos nos escândalos que são objeto das apurações como, também, quais as fontes financiadoras do suposto *Esquema Marcos Valério*.

2. Uma das teses reflete a possibilidade de que os recursos sejam originados do setor privado e que, portanto, as empresas de publicidade do Sr. MARCOS VALÉRIO tenham sido o elo entre as fontes financiadoras e os beneficiários de tais recursos, o que se daria através, de um lado, dos contratos de publicidade e, de outro, dos empréstimos bancários do mencionado investigado.

3. No curso das investigações revelou-se que a TELEMIG CELULAR S.A. e AMAZÔNIA CELULAR S.A. eram dois dos principais clientes das empresas de MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA, confessamente o operador dos pagamentos feitos a parlamentares.

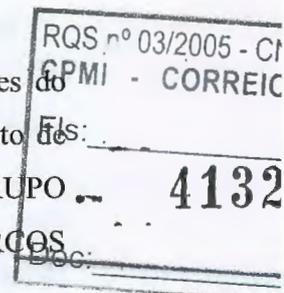
4. O Sr. DANIEL VALENTE DANTAS é o fundador do GRUPO OPPORTUNITY, que gere recursos próprios e de terceiros por intermédios de fundos de investimentos e empresas com sede no Brasil e no exterior, inclusive no paraíso fiscal das Ilhas Cayman, onde tem sede o OPPORTUNITY FUND.

5. O GRUPO OPPORTUNITY, por intermédio do OPPORTUNITY FUND é o controlador das empresas TELEMIG CELULAR S.A., AMAZÔNIA CELULAR S.A. e, durante o período compreendido entre 1998 e setembro de 2005, da BRASIL TELECOM S.A. entre outras.

6. É importante salientar que, conforme dados obtidos pela CPMI DOS CORREIOS, amplamente divulgados na imprensa, as empresas controladas pelo GRUPO OPPORTUNITY, TELEMIG CELULAR S.A. e AMAZÔNIA CELULAR S.A., realizaram, em conjunto, pagamentos da ordem de R\$152.458.434,00 (cento e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil reais) desde o ano de 2.000. Algumas notas fiscais emitidas pela TELEMIG CELULAR S.A., que mais realizou pagamentos ao Sr. MARCOS VALÉRIO, simplesmente sumiram dessa empresa, não se podendo ainda comprovar com exatidão a natureza dos serviços prestados pelas empresas do Sr. MARCOS VALÉRIO.

7. Indagado a respeito pelas CPMI's sobre faturas emitidas pela DNA Propaganda e SMP&B Publicidade contra as empresas de telefonia celular citadas – muitas delas encontradas queimadas nos municípios de Contagem e Brumadinho, em Minas Gerais, - DANTAS disse que elas não correspondiam a serviços prestados. Não produziu contraprovas de glosas devidamente justificadas da inexatidão das faturas. Prometeu enviá-las à esta Comissão, o que não ocorreu.

8. Ademais, conforme revelado recentemente durante a oitiva dos representantes do CITIBANK no Brasil, em meados de 2005, pouco antes das denúncias do pagamento de recursos a parlamentares, a BRASIL TELECOM S.A., então controlada pelo GRUPO OPPORTUNITY, firmou um contrato milionário com as empresas de MARCOS



VALÉRIO, fato, aliás, omitido pelo Sr. Daniel Dantas, quando inquirido pela CPMI, ocasião em que sustentou que a Brasil Telecom possuía contratos de publicidade com empresas de propriedade do Sr. José Eduardo Cavalcanti Mendonça – O Duda Mendonça.

9. Constatou-se, ainda a partir da transferência de sigilo do investigado MARCOS VALÉRIO e de suas empresas, depósitos efetuados pela BRASIL TELECOM à empresa SMP&B Comunicação Ltda no valor de R\$ 3.936.161,00 e à DNA PROPAGANDA no valor de R\$ 823.529,00. Até então tais contratações eram dadas como inexistentes pelo mencionado pivô do escândalo do mensalão. A atual administração da Brasil Telecom denunciou a existência de dois contratos de publicidade da BRASIL TELECOM com as empresas DNA PROPAGANDA e SMP&B no valor de R\$ 25.000.000,00 cada, assinados em maio de 2005. Nota-se que a assinatura de tais contratos, entretanto, vem a ser posterior à movimentação financeira antes referida, gerando ainda mais suspeitas de participação dos Impetrantes no ‘esquema’ de MARCOS VALÉRIO pois a assinatura de tais contratos coincide com o período de afloramento do escândalo ora sob análise.

10. A magnitude dos contratos firmados pelo Sr. MARCOS VALÉRIO e o GRUPO OPPORTUNITY impressionaram os integrantes da CPMI, pois existem fatos que indicam que a relação acima mencionada estaria além da relação profissional entre tomador e prestador de serviços, e extrapolaria a linha entre os interesses privados e os interesses de ordem pública.

11. Em 6 de julho de 2005, o Sr. MARCOS VALÉRIO confirmou ao relator da CPMI DOS CORREIOS, DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO, que atendia o GRUPO OPPORTUNITY de DANIEL VALENTE DANTAS e que teve um “relacionamento” com esse último e com o Sr. CARLOS RODENBURG. Na sequência, afirma que intermediou um encontro com DELÚBIO SOARES

#### **7.5.2.1.1 O OPPORTUNITY E O ESQUEMA MARCOS VALÉRIO**

12. Em 1997, em meio a controvérsias, DANIEL VALENTE DANTAS (“DANIEL DANTAS” ou “DANTAS”) e seu GRUPO OPPORTUNITY foram agraciados com

recursos de fundos de pensão (“FUNDOS DE PENSÃO”) de empresas controladas pelo setor público, que lhe foram entregues à administração<sup>1</sup>.

13. Após a descoberta de irregularidades praticadas frente à administração das empresas que DANIEL DANTAS controlava através do dinheiro investido pelos Fundos de Pensão, além das manobras perpetradas para manter-se à frente daqueles investimentos, inclusive aquelas referentes à pressão governamental a favor de DANTAS no processo de privatização da TELEBRÁS, ele e seu GRUPO OPPORTUNITY foram removidos, em 2003, da administração dos recursos dos fundos de pensão, por quebra do dever fiduciário; ou seja, eliminara-se, formalmente, o já frágil liame que uma vez houvera entre os FUNDOS DE PENSÃO e DANIEL DANTAS.

14. Nesse contexto, povoado por diversas irregularidades amplamente divulgadas pela mídia, eclode, então, o maior escândalo societário e corporativo brasileiro, com lances policialescos e desrespeito à ordem instituída e aos milhares de pensionistas de empresas controladas pelo estado, como BANCO DO BRASIL S.A., a PETROBRAS e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, dentre outras.

15. Com a remoção, o poder de DANIEL DANTAS e seu GRUPO OPPORTUNITY na BRASIL TELECOM S.A., TELEMIG CELULAR S.A. e AMAZÔNIA CELULAR foi seriamente abalado, e estaria com os dias contados. No afã de voltar a obter o poder de outrora, DANTAS não mediu esforços e canalizou recursos das citadas empresas para as de MARCOS VALÉRIO, que os distribuiu entre seus interlocutores com o intuito de auxiliar DANIEL DANTAS a reestabelecer-se. É fato que DANTAS quase logrou êxito em sua empreitada, não fosse a brusca guinada política, provocada pela revelação do esquema de MARCOS VALÉRIO, objeto da presente investigação parlamentar.

16. Contratos milionários foram celebrados – entre as empresas BRASIL TELECOM S.A., TELEMIG CELULAR S.A. e AMAZÔNIA CELULAR S.A., sob a administração de

<sup>1</sup> A relação dos FUNDOS DE PENSÃO que investiram com o GRUPO OPPORTUNITY, bem como o relato sobre como se deu esse investimento é explicado nos capítulos II e III.



DANTAS e SMP&B e DNA PROPAGANDA, essas últimas, como é notório, de propriedade de MARCOS VALÉRIO.

17. VALÉRIO confirmou que intermediou reuniões entre prepostos de DANTAS e DELÚBIO SOARES e que poderia influenciar decisões governamentais em relação aos fundos de pensão. VALÉRIO era frequentador dos escritórios do GRUPO OPPORTUNITY, conforme depoimento prestado à CPMI.

18. DANIEL DANTAS necessitava influenciar políticos para que pudesse manter o controle das citadas empresas durante e após sua destituição da administração de recursos de fundos de pensão das grandes empresas estatais. A proximidade de DANTAS e de seu GRUPO OPPORTUNITY com MARCOS VALÉRIO e DELÚBIO SOARES tinha o objetivo de persuadir e pressionar políticos e dirigentes de fundos de pensão para que não o removessem do controle da BRASIL TELECOM, TELEMIG CELULAR e AMAZÔNIA CELULAR.

19. Se, de um lado, utilizou-se de MARCOS VALÉRIO para conseguir influência política, de outro, DANTAS lançou a sorte em investigações perpetradas contra ministros e presidentes de empresas públicas e privadas, com a contratação de espões que entregaram a DANTAS informações protegidas constitucionalmente, como as movimentações financeiras, as declarações de imposto de renda, contas telefônicas e gravações de áudio e voz daqueles que ousaram cruzar o seu caminho. DANTAS foi indiciado e denunciado pelo Ministério Público federal por tais ilegalidades.

20. É importante destacar, também, que verificou-se no correr das investigações da CPMI que DANTAS cuidava pessoalmente de contratos publicitários, inclusive de pormenores na relação com agências de publicidade, como revelam correspondências trocadas entre ele e representantes de DUDA MENDONÇA, em que aprova verba de publicidade para esse último.

21. Os contornos da questão tornam-se ainda mais graves quando se verifica que MAURÍCIO MARINHO mantinha contatos frequentes com a BRASIL TELECOM. Conforme revelado por MARINHO, a BRASIL TELECOM havia firmado um contrato com os CORREIOS na área de tecnologia, cujo diretor foi indicado por DANIEL DANTAS. Tal contrato é citado por MARINHO em seu depoimento à CPMI, como se verá a seguir.

22. Evidencia-se na análise da documentação em poder da CPMI que DANIEL DANTAS era o timoneiro e administrador *de facto* das empresas adquiridas com recursos de Fundos de Pensão, sendo o pagador e o beneficiário do esquema montado por MARCOS VALÉRIO, imiscuindo-se pessoalmente nos negócios e tirando proveito próprio das empresas que deveria administrar em nome de terceiros, que lhe confiaram recursos.

23. A seguir, demonstraremos em detalhes as razões que levaram DANIEL DANTAS a alimentar o chamado *Esquema Marcos Valério*, como de fato o fez, e as provas de sua atuação ilegal.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4134</b>
Doc:

### **7.5.2.2 DANTAS, MARCOS VALÉRIO e MAURICIO MARINHO**

24. DANIEL DANTAS administrava os recursos dos FUNDOS DE PENSÃO sob forte suspeita, confirmada à medida que o tempo passava, de havê-los conseguido de forma espúria, pelas graças governamentais. Além disso, as provas de abuso da posição de administrador, tirando vantagens em proveito próprio, iam se avolumando de forma acelerada. Tal situação precária, então, deveria ser acompanhada minuto a minuto, governo a governo, necessitando de uma alta dosagem de influência política para se sustentar, bem como uma verdadeira “armada de guerra” de advogados contratados a peso de ouro e um time de investigadores para violar direitos e a vida de quem ousava atravessar seu caminho.

25. Os inúmeros depoimentos e a farta documentação entregue à CPMI permitem afirmar que DANIEL DANTAS, então, orquestrou sua relação com MARCOS VALÉRIO, que tinha bom trânsito entre os partidos políticos e seus membros, para tentar se manter no controle da BRASIL TELECOM S.A., TELEMIG CELULAR S.A. e AMAZÔNIA CELULAR S.A., dentre outras. Dessa forma, DANTAS entregou a MARCOS VALÉRIO contas de publicidade das empresas supracitadas, as quais controlava . Todos os contratos são milionários e com grandes evidências de superfaturamento , tendo abastecido as contas de VALÉRIO desde, pelo menos o ano de 2000, até a eclosão do escândalo que ora é investigado.

26. Os encontros, reuniões, acertos e assuntos discutidos entre o grupo de DANTAS, VALÉRIO e DELÚBIO SOARES também são objeto do presente Relatório. Primeiramente, examinar-se-á a fonte de recursos de VALÉRIO na TELEMIG CELULAR S.A., AMAZÔNIA CELULAR S.A. e BRASIL TELECOM S.A.

27. No curso das investigações da CPMI revelou-se que a TELEMIG CELULAR S.A. e AMAZÔNIA CELULAR S.A., controladas pelo GRUPO OPPORTUNITY até a presente data, eram as principais clientes das empresas de MARCOS VALÉRIO, a DNA e SMP&B.

28. Essa informação foi revelada, em primeira mão, pela ex-secretária de MARCOS VALÉRIO, KARINA SOMAGGIO, em depoimento à CPMI em 7 de julho de 2005. Quando inquirida sobre os grandes clientes das empresas de VALÉRIO, passou-lhe a mente de forma instantânea a TELEMIG CELULAR S.A. e a AMAZÔNIA CELULAR; de outra empresa, sua lembrança é vaga, conforme a seguir:

*“O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais são os grandes clientes particulares da SMP&B? Ontem, ele esteve aqui, mas não nos passou, na verdade, o rol das...”*

*A SRª FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Telemig Celular, Amazônia Celular, uma empresa mineira que se chama Ricardo Eletro... Que eu me lembre, é só.*

*O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Sª tem alguma noção de valores dos contratos que essas empresas tinham?*

*A SRª FERNANDA KARINA RAMOS SOMAGGIO – Não, não tenho.”*

29. Pois bem, após requerimento encaminhado pela CPMI à TELEMIG e AMAZÔNIA, verificou-se que essas duas empresas, em conjunto, realizaram pagamentos da ordem de R\$152.458.434,00 (cento e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil reais), desde o ano de 2000, às empresas de VALÉRIO.

30. Inexplicavelmente, algumas notas fiscais emitidas para a TELEMIG, que mais realizou pagamentos a VALÉRIO, simplesmente sumiram daquela empresa e não constavam da sua contabilidade oficial, o que é um sério indício – senão uma prova cabal – de que se estava tentando encobrir o esquema de pagamentos a MARCOS VALÉRIO.

31. Quando compareceu para depor na CPMI, e foi indagado a respeito dessas faturas emitidas pela DNA e SMP&B contra as empresas de telefonia celular citadas – muitas delas:

REQ. nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
Fls: -
- 4135
das:

encontradas queimadas nos municípios de Contagem e Brumadinho, em Minas Gerais – DANIEL DANTAS afirmou que as faturas não correspondiam a serviços prestados. Não produziu contra-provas de glosas devidamente justificadas da inexatidão das faturas.

32. A magnitude dos contratos firmados por MARCOS VALÉRIO e o GRUPO OPPORTUNITY impressiona e se configura como um indicador da relação simbiótica de DANTAS com VALÉRIO: a troca de recursos por influência, visando a sobrevivência de todos. Dessa forma, não há como negar que o envolvimento de VALÉRIO com DANTAS e seu GRUPO OPPORTUNITY estava além da relação profissional entre tomador e prestador de serviços, mas extrapolava a linha entre interesses privados e interesses de ordem pública.

33. Durante o depoimento de VALÉRIO na CPMI constatou-se de forma cristalina que sua relação com o GRUPO OPPORTUNITY era ainda mais profunda. Tal se deu com o episódio da “Conexão Lisboa”, em que MARCOS VALÉRIO, juntamente com o tesoureiro do PTB, EDSON PALMIERI, viajaram a Portugal para intermediar a venda da TELEMIG CELULAR S.A. para a PORTUGAL TELECOM.

34. Apesar de DANTAS ter negado, durante sua oitiva perante a CPMI, a contratação de VALÉRIO como intermediário da venda da TELEMIG CELULAR S.A., é possível afirmar que houve de fato a intermediação, apesar dela não haver logrado o êxito a que se propunha. MARCOS VALÉRIO, que já era contratado de DANTAS e das empresas que controlava, atuou como verdadeiro corretor de negócios de DANTAS e seu GRUPO OPPORTUNITY. Note-se que a CPMI apurou que realmente houve tratativas neste sentido – negociação da TELEMIG CELULAR S.A. - entre o GRUPO OPPORTUNITY e a PORTUGAL TELECOM.

35. Pelo exposto, DANTAS praticou, em tese, os crimes de TRÁFICO DE INFLUÊNCIA, art. 332 do Código Penal; e CORRUPÇÃO ATIVA, art. 333 do Código Penal; SUPRESSÃO DE DOCUMENTO, art. 305 do Código Penal; e CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, artigos 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 1990.

***Dantas, Marcos Valério e Brasil Telecom***

36. O relacionamento entre a BRASIL TELECOM e as empresas de MARCOS VALÉRIO, DNA e SMP&B, inicia-se, como demonstram os documentos encaminhados à CPMI pela nova administração da BRASIL TELECOM, em julho de 2003. Naquele mês foi contratada a veiculação de programas de informação de utilidade pública, no período de 1º a 31 de julho de 2003, serviços esses solicitados diretamente pela presidência da BRASIL TELECOM, então dirigida pela italiana CARLA CICO.

37. No ano seguinte, em julho de 2004, foram firmados uma série de contratos, com prazos de vigência mais longos. A soma dos valores atribuídos aos contratos (ou “teto contratual”) excedia os R\$50,000,000.00 (cinquenta milhões de reais), dos quais cerca de R\$2,500,000.00 (dois milhões e quinhentos mil reais) foram efetivamente despendidos até o fim do primeiro semestre de 2005, antes mesmo da entrega dos serviços contratados.

38. Esta CPMI teve acesso a diversos relatórios falsos de serviços prestados pelas empresas do Sr. Marcos Valério à BRASIL TELECOM, comprovando a utilização de empresas de propaganda como fachada para transferência de recursos de empresas privadas para o valerioduto.

39. O contato de VALÉRIO e seu sócio com a BRASIL TELECOM dava-se, também, por intermédio de um preposto de DANTAS, HUMBERTO BRÁZ, que ocupava o cargo de Presidente da BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., *holding* que controla a BRASIL TELECOM S.A.

40. Conforme documento entregue à CPMI, a nova administração da BRASIL TELECOM S.A. encontrou uma agenda corporativa em que são revelados os diversos encontros entre BRÁZ, VALÉRIO e CRISTIANO PAES. Eis que BRÁZ, como *longa manus* de DANTAS, participou de várias reuniões com VALÉRIO, as quais não foram sequer reveladas à CPMI durante os depoimentos de VALÉRIO e PAES. VALÉRIO restringia-se a dizer que teve encontros com CARLOS RODEMBURG, cunhado de

RQS - 03/2005 - CN
CPMI - CORREIC
Fis:
4136
Doc:

DANIEL DANTAS, mas não citou BRÁZ, presidente da *holding* BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES . As reuniões ocorreram nos seguintes dias:

*Marcos Valério – 21/06/2004*

*Cristiano Paes – 22/06/2004*

*Marcos Valério – 13/07/2004*

*Marcos Valério – 22/07/2004*

*Marcos Valério – 05/08/2004*

41. As datas supracitadas coincidem com a época em que os FUNDOS DE PENSÃO já haviam removido DANTAS da administração de seus recursos e tentavam removê-lo, por conseguinte, do controle precário e ilegal que exercia sobre a BRASIL TELECOM S.A. É nesse período também que os FUNDOS DE PENSÃO e DANIEL DANTAS viviam o clímax de embates judiciais que culminaram, também, na destituição de DANTAS da administração dos recursos do CITIBANK N.A., investidos através de um fundo nas Ilhas Cayman.

42. Assim, DANTAS praticou, em tese, os crimes de TRÁFICO DE INFLUÊNCIA, art. 332 do Código Penal; e CORRUPÇÃO ATIVA, art. 333 do Código Penal.

#### ***Dantas, Maurício Marinho e Brasil Telecom***

43. Apresenta-se, também, como suspeita a relação de MAURÍCIO MARINHO com a BRASIL TELECOM S.A. Consta que MARINHO fez várias ligações telefônicas para a BRASIL TELECOM S.A., na época em que DANTAS a controlava. MARINHO é um dos pivôs e personagens centrais das investigações da CPMI.

44. As investigações da CPMI confirmaram as suspeitas existentes. No seu depoimento à CPMI , em 21 de junho de 2005, o próprio MARINHO confirmou que havia um contrato entre os CORREIOS e a BRASIL TELECOM S.A. na área de tecnologia que estaria expirando e deveria ser renovado, conforme trechos de seu depoimento a seguir:

***O SR. RELATOR*** (*Osmar Serraglio. PMDB – PR*) – *V. S<sup>a</sup> se lembra de uma empresa: Mandic?*

**O SR. MAURÍCIO MARINHO** – Lembro, lembro, lembro.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sabe de alguma coisa que lhe foi atribuída em relação a essa empresa?

**O SR. MAURÍCIO MARINHO** – A Mandic esteve lá, nos Correios, há mais ou menos uns três meses – por isso que eu digo que não tem nada a ver –, só que o seu **Artur Waschek**, tá?, o Fortuna, é o representante da Mandic. Na realidade, o contrato que existe com os Correios não é com a Mandic. É com a área de tecnologia e é com a BrasilTelecom. A Mandic é uma prestadora de serviços.

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E por que V. S<sup>a</sup> mandou um e-mail para essa empresa?

**O SR. MAURÍCIO MARINHO** – A Mandic, o contrato está sendo vencido. Vai ser expirado. Todo contrato quando é expirado, a nossa área administrativa, com antecedência mínima de seis meses, fizemos com a Xerox, que talvez o senhor tenha aí, e com qualquer outra empresa. Aí todo o processo, através da área cliente... Você quer que renove contrato? Termo aditivo. Vai vencer o contrato, você deseja que continue? Tem que fazer novo processo licitatório. Então, a gestão administrativa de um contrato contínuo é de seis meses. De uma ata de registro de preço, são três meses. Aí vai ver qual é o contrato. Agora, não temos contrato com a Mandic. O contrato é com a BrasilTelecom. Agora, se a Mandic vai se habilitar a participar do contrato na hora que vencer, aí é outra conversa. Aí é um processo que ainda vai ser aberto, vai ser divulgado, vai para a mídia e pode ter “n” concorrentes.

45. Pelo elenco de informações obtidos pela CPMI, soube-se que o antigo diretor da área de tecnologia da BRASIL TELECOM S.A. foi indicado por DANTAS para exercer o cargo. Assim, não se pode deixar de registrar outro indício de que uma das fontes de recursos de MARINHO era a BRASIL TELECOM, na época em que DANTAS a controlava, pois lá, novamente, havia: um contrato para fechar; um dos pivôs da investigação da CPMI – MARINHO; novamente, uma empresa de DANTAS; e, um homem de DANTAS.

46. A CPMI já se manifestou no sentido de que, desde o início das investigações, os elos encadeiam-se com o fato principal: a gravação audiovisual do recebimento de dinheiro por MAURÍCIO MARINHO em circunstâncias suspeitas. De fato, desde a instauração do devido inquérito policial pelo DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, para

RQS nº 03/2005 - CI
CPMI - CORREIO
Fis: 4137
Doc:

apuração da autoria e materialidade de fatos ilícitos, por portaria de lavra do Dr. LUIS FLÁVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA (IP nº 04.488/2005-SR/DPF/DF), têm-se informações do envolvimento da BRASIL TELECOM S.A., empresa à época administrada por DANTAS, com MARINHO, a saber:

- nas declarações prestadas pelo Sr. JOSÉ SANTOS FORTUNA NEVES (fls. 328 ou 342, IP 04.448.2005-SR/DPF/DF) consta que MAURÍCIO MARINHO procurava ALEXANDRE MANDIC; este teria sido aconselhado pelo depoente a não se encontrar com Marinho, “tendo em vista a possibilidade de indispor-lo com a **BRASIL TELECOM S.A.**, sendo que “**que essa também possui contratos com os correios**”;
- dispõe a CPMI dos Correios de registros de dezenas de telefonemas do Sr. Maurício Marinho para a sede da Brasil Telecom.

*Valério e Delúbio confirmam a Relação com o Opportunity*

47. Em 6 de julho de 2005, VALÉRIO confirmou á CPMI DOS CORREIOS, , que atendia o GRUPO OPPORTUNITY de DANTAS e que teve um “relacionamento” com esse último e com o Sr. CARLOS RODEMBURG, executivo do GRUPO OPPORTUNITY, ex-cunhado e amigo de longa data de DANTAS. Na sequência, VALÉRIO afirma que intermediou um encontro entre DELÚBIO SOARES e CARLOS RODEMBURG, conforme transcrição dos depoimentos a seguir:

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA** – *Aí, nós passamos a atender o Grupo Daniel Dantas. Num dado momento, nós tivemos um relacionamento com o Dr. Daniel Dantas e com o Dr. Carlos Rodenburg, Sr. Relator.*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *E essa intermediação resultou em sucesso no que se pretendia?*

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – A intermediação com?**

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *Com o Governo, com o poder, com as autoridades constituídas.*

**O SR. MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA – Não, eu não intermediei nenhum encontro do Dr. Daniel Dantas com ninguém do Governo. Intermediei um encontro do Sr. Carlos Rodenburg com o Dr. Delúbio Soares. E parece que não deu muito certo, porque o Governo está destituindo das empresas. (Grifou-se)**

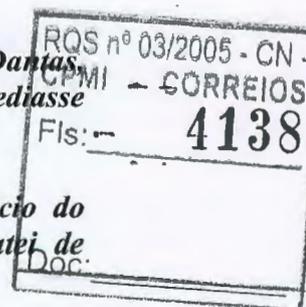
48. Eis que durante sua oitiva no dia 20 de julho de 2005, DELÚBIO SOARES também confirmou que conhecia DANTAS e que havia participado de uma reunião com CARLOS RODEMBURG, diretor do BANCO OPPORTUNITY S.A. e cunhado de DANIEL VALENTE DANTAS, cuja intermediação foi fruto dos esforços de MARCOS VALÉRIO. O motivo da reunião seria a discussão de problemas que o GRUPO OPPORTUNITY estava enfrentado com os FUNDOS DE PENSÃO. Senão vejamos:

**“O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *Havia alguma negociação no sentido de se criar um Banco do Trabalhador ou algo assim entre o Marcos Valério e o Opportunity? Fariam uma central, pegariam uma central dos trabalhadores, seria um banco que emprestaria recursos com desconto nas folhas de pagamento. Houve uma proposta que tramitou nesse sentido da qual V. S<sup>a</sup> tomou conhecimento?*

**O SR. DELÚBIO SOARES – Tomei conhecimento pela imprensa, embora a imprensa tenha dito que eu era um grande entusiasta desse processo. Eu sou um grande entusiasta do crédito popular. Fui do Conselho do FAT, fui Presidente do Codefat e incentivei muito o Brasil a fazer o Proger, o Pronaf. Foi a gestão que eu estava no FAT que aprovou o Proger, o Pronaf, e é de conhecimento público que eu viajei o Brasil inteiro formando as comissões estaduais, as comissões municipais de emprego para o microcrédito.”**

**“O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *O Sr. Dantas do Opportunity, procurou alguma vez V. S<sup>a</sup> para que intermediasse algum interesse dele junto ao Governo?*

**O SR. DELÚBIO SOARES – Não. Encontrei com um sócio do Daniel. Eu conheço o Daniel de outras datas. Nunca tratei de**



*negócio com o Sr. Daniel. E o que o Carlos Rodenburg, que é o sócio do Banco Rural, pediu-me foi que conversasse dentro do PT, porque ele imaginava que nós, do PT, tínhamos uma restrição ao grupo Opportunity por disputas comerciais, porque alguns membros do PT estão em alguns cargos do Governo que já tiveram disputa de interesses comerciais, o que é público, todos sabem. Mas ficamos nisso. Conversamos. Estive com o Sr. Carlos Rodenburg em duas oportunidades. Mas ele solicitou isso, e eu disse a ele que o PT não tinha restrição a nenhuma empresa brasileira ou estrangeira e que a nossa relação deveria ser correta, entre empresa e Partido.*

*O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que dificuldades ele dizia que estava tendo?*

*O SR. DELÚBIO SOARES – A dificuldade que é pública e notória, a disputa comercial entre o Opportunity e a Previ.*

*O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Entre a Opportunity e...*

*O SR. DELÚBIO SOARES – E a Previ.*

*O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E a Previ?*

*O SR. DELÚBIO SOARES – É uma disputa secular, que já estamos observando pela imprensa, todos sabem. Vários membros desta CPMI sabem disso.*

49. As oitivas acima transcritas revelam que VALÉRIO não era apenas um empresário do setor de publicidade, que se limitava simplesmente a oferecer e prestar serviços a relativos a esse setor. As oitivas indicam que houve influência ou pelo menos a tentativa de influir nos assuntos de ordem pública, como no caso dos FUNDOS DE PENSÃO, por intermédio do DELÚBIO SOARES, em benefício de DANIEL DANTAS e seu GRUPO OPPORTUNITY.

50. Pelo exposto, DANTAS praticou, em tese, os crimes de TRÁFICO DE INFLUÊNCIA, art. 332 do Código Penal; e CORRUPÇÃO ATIVA, art. 333 do Código Penal.

### 7.5.2.3 DANIEL DANTAS E SEU GRUPO OPPORTUNITY

51. O GRUPO OPPORTUNITY é formado por várias empresas que se dedicam ao gerenciamento de recursos no Brasil e no exterior. Dentre ela, podemos destacar o BANCO OPPORTUNITY S.A., OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA., o OPPORTUNITY FUND e o OPPORTUNITY ASSET MANAGEMENT. Lideradas pelo banqueiro DANIEL VALENTE DANTAS (“DANIEL DANTAS” ou “DANTAS”), o GRUPO OPPORTUNITY amealhou recursos de fundos de pensão de empresas estatais e de companhias nas quais a UNIÃO FEDERAL possuía investimentos.

52. Em 1997, DANIEL DANTAS constituiu um fundo de investimento chamado “CVC/OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS FMIA-CL” ou “FUNDO ON-SHORE”, em parceria com o CITIBANK N.A., para atuar nos processos de desestatização de empresas brasileiras, mormente na privatização do SISTEMA TELEBRÁS. DANIEL DANTAS, pessoalmente, ofereceu quotas desse fundo de investimento aos principais fundos de pensão brasileiros, tendo logrado êxito na captação de cerca de mais de **meio bilhão de dólares**, em valores da época.

53. Os fundos de pensão (“FUNDOS DE PENSÃO”) que entregaram recursos à Dantas em 1997 foram os seguintes:

- FUNDAÇÃO BANCO CENTRAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CENTRUS;
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL – PREVI;
- FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROCEEE;
- FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL – CELOS;
- FORLUZ – FUNDAÇÃO FORLUMINAS DE SEGURIDADE SOCIAL;

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4139</b>
140
Doc:

- FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – **COPEL**;
- FUNDAÇÃO CHESF DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL – **FACHESF**;
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS – **FUNCEF**;
- FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL – **VALIA**;
- **TELOS** – FUNDAÇÃO EMBRATEL DE SEGURIDADE SOCIAL; e
- **BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR**;

54. O CITIBANK N.A. não aportou recursos no mesmo FUNDO ON-SHORE, mas sim em outro fundo de investimento sediado nas Ilhas Cayman, chamado “CVC/OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS L.P.” ou “FUNDO OFF-SHORE”. DANIEL DANTAS assegurou que tanto o FUNDO ON-SHORE quanto o FUNDO OFF-SHORE gozariam de iguais deveres e obrigações, assim como dos mesmos privilégios e tratamento no que se referia à administração dos fundos e das empresas adquiridas em conjunto. Ademais, seguindo o mesmo acordo, DANTAS assegurou que os FUNDOS DE PENSÃO poderiam realizar – como de fato realizaram - co-investimentos diretamente nas empresas que seriam adquiridas pelo FUNDO ONSHORE e FUNDO OFF-SHORE.

55. FUNDO ON-SHORE, FUNDO OFF-SHORE e co-investidores (também FUNDOS DE PENSÃO, que investiram mais meio bilhão de dólares nos chamado co-investimento) iriam investir em conjunto; administrar os negócios em conjunto; e desinvestir em conjunto, compartilhando o prêmio de controle auferido na venda das empresas.

56. Os FUNDOS DE PENSÃO realizaram o investimento, adquirindo quotas do FUNDO ON-SHORE e investindo diretamente nas estruturas societárias montadas pelo GRUPO OPPORTUNITY. Da mesma forma, nas Ilhas Cayman, o CITIBANK N.A. aportou mais de 700 milhões de dólares no FUNDO OFF-SHORE.

57. Conjugados os recursos de ambos os fundos, DANIEL DANTAS comandou a aquisição de várias empresas nacionais, dentre elas, três resultantes da cisão da TELEBRÁS: BRASIL TELECOM; TELEMIG CELULAR e AMAZÔNIA CELULAR, arrematadas num dos mais controversos leilões públicos de ações brasileiros. Além dessas empresas, foram adquiridos também o METRO DO RIO DE JANEIRO, a SANEPAR e o TERMINAL DE CONTEINERES DO PORTO DE SANTOS. .



#### 7.5.2.4 ASCENÇÃO E QUEDA DE DANTAS

##### *Dantas e a Gênese de Recursos*

58. Ainda em 1998, o mercado financeiro se inquiria sobre como DANTAS poderia ter amealhado tantos recursos dos FUNDOS DE PENSÃO. Pairavam questões e desconfiava-se de uma “alavancagem” ou “preferência” política por parte do governo de Fernando Henrique Cardoso do PSDB em relação a DANIEL DANTAS

59. Eis que, em maio de 1999, revelou-se o primeiro elo entre DANIEL DANTAS e o PSDB. O jornal “FOLHA DE SÃO PAULO”, de posse de conversas gravadas em 46 fitas, afirma que “FHC TOMOU PARTIDO DE UM DOS GRUPOS NO LEILÃO DA TELEBRÁS”. FHC autorizou o uso de seu nome para pressionar a PREVI a entrar no consórcio do GRUPO OPPORTUNITY e da TELECOM ITALIA, para vencer a disputa pela aquisição da empresa “TELE NORTE LESTE”, hoje, “TELEMAR”, em detrimento de outro grupo liderado pela CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ.

60. O diálogo entre o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente do BNDES André de Lara Rezende é inequívoco, conforme trecho do diálogo publicado pelo jornal:

*“Lara Resende – Se precisarmos de uma certa pressão ... (para forçar a Previ a entrar no consórcio Opportunity-Stet)*

*FHC - ... Não tenha dúvida.*

*Lara Resende – A idéia é que podemos usá-lo aí para isso.*

*FHC – Não tenha dúvida.*

*Lara Resende – Tá bom.”*

61. Cumpre salientar, também, que o próprio BNDES era investidor do FUNDO ON-SHORE, tendo atuado nas duas pontas: como gerenciador da privatização e como investidor no próprio processo por intermédio do GRUPO OPPORTUNITY. A relação de afinidade entre o GRUPO OPPORTUNITY e o Poder Executivo estava configurada e, estava sujeita à pressão governamental avalizada pelo próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso.

62.

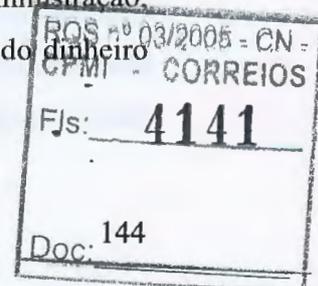
*Os Embates com os Fundos de Pensão*

63. Não foi preciso passar muito tempo para começarem os embates entre os FUNDOS DE PENSÃO e o GRUPO OPPORTUNITY. Meses após a privatização do SISTEMA TELEBRÁS e apesar de preferido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, DANIEL DANTAS negou direitos básicos aos FUNDOS DE PENSÃO, tanto no que se referia à forma do exercício do controle das empresas adquiridas, quanto aos direitos ao desinvestimento do FUNDO ON-SHORE.

64. De posse do dinheiro dos FUNDOS DE PENSÃO, DANIEL DANTAS negou ao FUNDO ON-SHORE e aos co-investidores (também FUNDOS DE PENSÃO, que aportaram mais meio bilhão de dólares) o direito de desinvestir em conjunto com o FUNDO OFF-SHORE. Ou seja, mesmo tendo utilizado o dinheiro dos FUNDOS DE PENSÃO para conseguir o controle das empresas adquiridas, DANIEL DANTAS não garantiu aos FUNDOS DE PENSÃO o direito de reaver o prêmio de controle que pagaram nos leilões de privatização.

65. No que se referia à TELEMIG CELULAR e à AMAZÔNIA CELULAR, por exemplo, DANIEL DANTAS interpôs uma empresa no meio da estrutura societária, a NEWTEL PARTICIPAÇÕES S.A., que tornou a participação dos FUNDOS DE PENSÃO minoritária, tendo o controle das aludidas empresas passado ao FUNDO OFF-SHORE no qual o CITIBANK N.A. investia.

66. Dessa forma, DANIEL DANTAS estava tomando para si o controle de todas as empresas que foram adquiridas com os recursos dos FUNDOS DE PENSÃO. Não poupava expedientes duvidosos em detrimento dos pensionistas e beneficiários dos FUNDOS DE PENSÃO. Agia como se dono fosse de todo o dinheiro que lhe confiaram à administração, amealhando vantagens e enriquecendo o seu grupo a partir da administração do dinheiro dos aposentados e pensionistas.



### *Taxa de Administração Inflada*

67. Além dessas operações societárias que retiraram dos FUNDOS DE PENSÃO todo o poder, e que transformariam seus investimentos em pó caso não fossem contestados legalmente, o GRUPO OPPORTUNITY cobrou taxa de administração do FUNDO ON-SHORE sobre base inflada. Tal fato foi levado ao conhecimento da CVM que o condenou.

- *Custo Corrigido* – O Opportunity atualizou o valor de alguns investimentos feitos pelo Fundo sob a alegação de que o pagamento de parcelas adicionais do preço de aquisição das ações nos leilões de privatização, que se venceram naquele período, justificava a correção monetária do valor total do investimento, afastando-se assim do critério de custo histórico imposto pela regulamentação. A CVM, instada por alguns quotistas do Fundo, posteriormente determinou que fossem refeitas essas demonstrações financeiras, inclusive indeferindo o recurso interposto pelo Opportunity. Foi uma decisão inédita, pois pela primeira vez na história do mercado de capitais brasileiro um administrador de fundos de investimento teve suas contas reprovadas; ... (Grifou-se).

### *Taxa de Colocação Ilegal*

68. Entretanto, o GRUPO OPPORTUNITY foi mais longe, cobrando, irregularmente, do FUNDO ON-SHORE e demais co-investidores (também FUNDOS DE PENSÃO), uma taxa de colocação pública de ações de empresas controladas e investidas por eles próprios, no valor de mais de 10 milhões de reais. A colocação pública pressupõe a intermediação de uma instituição financeira que se esforça em vender as ações das companhias a terceiros e deve ser aprovada e registrada pela CVM.

69. Não obstante, quando do aporte de capital para o pagamento de parcela do leilão de privatização da TELEBRÁS, que pressupunha um aumento de capital nas empresas OPPORTUNITY ZAIN, INVITEL e FUTURETEL, o GRUPO OPPORTUNITY de DANIEL DANTAS optou por colocação pública de ações, ao arrepio da boa-fé e do dever fiduciário que devia em relação àqueles que lhe entregaram recursos para administrar. Tal

manobra foi levada ao conhecimento do judiciário pelos FUNDOS DE PENSÃO, que se saíram vitoriosos. O OPPORTUNITY e pessoas ligadas ao Grupo, terão que devolver às companhias o valor cobrado por essas pretensas colocações públicas, que de fato nunca ocorreram.

### *Consórcio Voa*

70. Com os recursos das empresas adquiridas com dinheiro dos FUNDOS DE PENSÃO, DANIEL DANTAS fez constituir o “CONSÓRCIO VOA”, que adquiriu várias aeronaves, inclusive jatinhos, com os quais DANIEL DANTAS e seus associados circulam livremente, até a presente data. Tal desperdício de dinheiro é fato que preocupou os FUNDOS DE PENSÃO, que agora tentam obter reparação na Justiça.

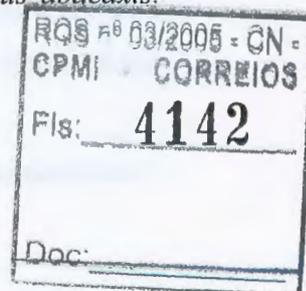
71. Esses aviões teriam sido usados em campanhas eleitorais e no traslado de outras autoridades.

### *As numerosas contratações de Advogados*

72. Para se ter uma idéia das disputas judiciais nas quais DANIEL DANTAS estava metido, a Revista Veja publicou, em 16 de maio de 2001, uma nota afirmando que os gastos desse último com advogados somava 12 milhões de dólares; e isso apenas no ano de 2000, conforme a seguir:

#### *A Farra dos Advogados*

*O banco Opportunity, do baiano Daniel Dantas, gastou no ano passado 12 milhões de dólares com advogados. Tem sob contrato pelo menos duas dúzias de escritórios de advocacia trabalhando duro para descascar seus abacaxis. Nossa, quanta encrenca!*



### ***Aquisição da Telemig e Amazônia***

73. DANIEL DANTAS obrigou a BRASIL TELECOM S.A. a aportar recursos em fundo de investimento que ele mesmo concebeu, o TELECOM CAPITAL FUND, para que tal fundo lhe emprestasse dinheiro para comprar uma fatia da TELEMIG CELULAR S.A. e AMAZÔNIA CELULAR S.A. e se interpusesse na cadeia de controle das mesmas em detrimento dos FUNDOS DE PENSÃO.

74. As três empresas supracitadas, desviaram recursos para MARCOS VALÉRIO, . Ambos guardavam entre si uma relação simbiótica, pois, uma vez que DANTAS perdesse o controle das empresas, MARCOS VALÉRIO também perderia sua fonte de recursos, como ficará demonstrado neste Relatório e nos documentos que constam da representação à CVM, apresentada pela nova administração da BRASIL TELECOM S.A., em poder da CPMI.

### ***Escritório e Carro de Luxo***

75. DANTAS utilizou recursos da BRASIL TELECOM S.A., TELEMIG CELULAR S.A. e AMAZÔNIA CELULAR S.A. para montar seu próprio escritório e o de CARLOS RODEMBURGO, num dos mais caros endereços de São Paulo. Ressalte-se que RODEMBURGO foi citado por VALÉRIO e DELÚBIO, como um dos interlocutores de DANIEL DANTAS, também flagrado na porta de um investigador particular denunciado por ter realizado escutas ilegais em favor de DANIEL DANTAS.

76. CARLOS RODEMBURGO também circulava em veículos da BRASIL TELECOM S.A. As provas constam da representação à CVM apresentada pela nova administração da BRASIL TELECOM S.A., igualmente em poder da CPMI.

### ***Funcionários do Opportunity pagos pela Brasil Telecom S.A.***

77. DANIEL DANTAS também pagou regiamente funcionários do GRUPO OPPORTUNITY com recursos do caixa da BRASIL TELECOM S.A. Instalou, assim, olhos e ouvidos de sua estrita confiança dentro da companhia para que suas manobras societárias, corporativas, financeiras e políticas ocorressem. As provas constam da representação à CVM já mencionada . Dentre os pontos relacionados na Representação consta, por exemplo, o caso da bacharel em direito DANIELLE SILBERGLEID, que acompanhou DANIEL DANTAS em seu depoimento na CPMI dos Correios. A CPMI recebeu informações de que essa senhora, que não é advogada, recebia remuneração da BRASIL TELECOM S.A., como se lá trabalhasse.

#### ***Participação nos Lucros das Viagens***

78. Para lucrar com as viagens de funcionários e executivos da BRASIL TELECOM S.A., DANIEL DANTAS interpôs sua irmã, MÔNICA DANTAS, representante da Kontik Franstur Viagens e Turismo Ltda., como responsável pela emissão de tickets e reservas de hotéis para a BRASIL TELECOM S.A. Note-se que a contratação da referida empresa ocorreu sem a devida realização de concorrência.As provas constam da representação à CVM apresentada pela nova administração da BRASIL TELECOM S.A., em poder da CPMI.

#### ***Espionagem do Governo e Quebra de Sigilo***

79. DANIEL DANTAS fez a BRASIL TELECOM S.A. pagar cerca de R\$46,000,000.00 (quarenta e seis milhões de reais) para a empresa KROLL e advogados para espionar membros do governo, autoridades e desafetos, inclusive o então Ministro LUIZ GUSHIKEN e o então Presidente do BANCO DO BRASIL, CÁSSIO CASSEB. As provas constam da representação à CVM apresentada pela nova administração da BRASIL TELECOM S.A., também em poder da CPMI.

BRASIL/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4143</b>
148
Doc:

80. A KROLL enviava a DANIEL DANTAS relatórios contendo informações financeiras, fiscais e telefônicas dessas pessoas , inclusive informações obtidas junto ao BANCO CENTRAL e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. DANIEL DANTAS, CARLOS RODEMBURG e agentes da KROLL foram indiciados e posteriormente denunciados pelos crimes de violação de sigilo, formação de quadrilha e corrupção.

#### ***Brasil Telecom paga o Advogado de Dantas***

81. O papel de DANIEL DANTAS na administração BRASIL TELECOM S.A., é melhor exemplificado no episódio da contratação do escritório de advocacia do Dr. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA pela BRASIL TELECOM S.A. para defendê-lo no processo criminal que tramita junto a 5ª Vara Federal de São Paulo, mais conhecido como “Caso Kroll”, em que ele figura como réu.

82. Em 2 de dezembro de 2004, o citado advogado enviou um e-mail a HUMBERTO BRÁZ, então Presidente da BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., apresentando os “honorários advocatícios para defender os interesses exclusivos do Sr. DANIEL VALENTE DANTAS”, no procedimento criminal 2004.61.81.001452-5, distribuído a 5ª Vara Federal de São Paulo até o seu desfecho final”. Salienta-se que a “atuação do escritório compreenderá, também, a interposição de medidas judiciais visando resguardar os interesses do Sr. DANIEL VALENTE DANTAS”. Os honorários são fixados em R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) no ato e o restante em 10 parcelas de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

83. Mai uma vez é intrigante o fato de que a BRASIL TELECOM tenha arcado com o pagamento desses advogados e a operação de contratação tenha sido realizada sob as ordens do senhor HUMBERTO BRÁZ, que não é funcionário do GRUPO OPPORTUNITY. Conforme já constatado no presente Relatório, HUMBERTO BRÁZ na verdade funcionava como *longa manus* do GRUPO OPPORTUNITY e de DANIEL DANTAS dentro da BRASIL TELECOM, fazendo com que contratos de interesse desses

últimos, mesmo que representassem um prejuízo para a empresa, fossem aprovados e pagos por CARLA CICO, antiga presidente da BRASIL TELECOM.

84. O fato da BRASIL TELECOM S.A. pagar o advogado de DANIEL DANTAS mostra o grau de ingerência que ele possuía na empresa., dispondo do dinheiro da companhia com se dele fosse.

### ***A Utilização da Imprensa***

85. Na imprensa, DANIEL DANTAS tem como fiel escudeiro o jornalista LEONARDO ATTUCH, da revista "ISTO É DINHEIRO", autor de sucessivas reportagens tendenciosas e baseadas em falsas informações que atendem apenas aos interesses de DANIEL DANTAS, que também valeu-se de uma dezena de assessorias de imprensa, pagas regidamente para defendê-lo, tudo às expensas dos cofres da BRASIL TELECOM e das demais empresas por ele controladas.

86. Empresário e jornalista parecem acreditar na máxima de que a repetição da mentira torna-a em verdade. Essa é a temática da nota publicada na Revista VEJA em 22 de fevereiro de 2006 sobre o livro "A CPMI QUE ABALOU O BRASIL", da lavra de ATTUCH, como se pode constatar abaixo:

### ***O mais vendido***

*(copyright Veja n° 1944, de 22/2/2006)*

*"Investigado pela Polícia Federal por atividades ilícitas, o negociante de notícias Leonardo Attuch está envolvido em uma nova fraude. Há três semanas, um volume de ficção de sua autoria, intitulado A CPMI que Abalou o Brasil, apareceu nas listas de mais vendidos classificado equivocadamente como não-ficção. Só isso já seria estranho. Mas, como tudo o que circunda o investigado, as zonas de sombra desse caso são mais densas do que parecem. Na semana passada, desconfiados de que o desonesto volume pudesse estar tendo suas vendas fraudulentamente infladas, repórteres de Veja foram investigar a correção dos dados enviados pelas livrarias. Bingo! Descobriu-se que a livraria Siciliano, dona do selo Futura, que publicou o indecoroso panfleto ficcional, fornecera à imprensa dados manipulados, jogando para cima as cifras de venda. Se elas ainda fossem referentes ao autor, vá lá. Mas ao livreco? Bem, o fato é que a*



*vendagem do panfleto ignominioso (452 exemplares em uma semana) divulgada pela Siciliano – superior à de outras quatro grandes redes somadas ao longo de mais de um mês – era tão falsa quanto a produção do quadrilheiro que deve satisfações à polícia.*

*Veja pediu explicações à Siciliano. A resposta veio na forma de uma nota oficial: 'Constatamos que houve um erro de informação na lista referente ao período de 6/2 a 12/2. Por um erro de cadastro no sistema, foram computadas, além das vendas internas (nas lojas Siciliano), as vendas para redes de livrarias e distribuidores. Isso ocorreu somente com o título A CPMI que Abalou o Brasil'. Foram dados, portanto, como vendidos livros que estão apanhando poeira em estoques. A nota termina assim: 'Favor considerar, como venda total nas livrarias Siciliano, 84 exemplares'. Com os dados corretos – ou seja, 368 exemplares a menos –, o volume ficcional não teria sido alçado a nenhuma lista de vendagem. Até que a fraude seja completamente esclarecida e a Siciliano, inocentada de cumplicidade com o novelista investigado que ela publica, Veja decidiu não computar os dados daquela livraria na elaboração de suas listas. Leonardo Attuch, porém, continua à venda.'*

87. O fato que importa às investigações da CPMI é que o jornalista LEONARDO ATTUCH havia entrevistado FERNANDA KARINA SOMAGGIO 9 (nove) meses antes do Deputado ROBERTO JEFFERSON ter feito as acusações que levaram à instalação dessa CPMI. ATTUCH não descobriu SOMAGGIO por acaso. Como braço direito do GRUPO OPPORTUNITY na mídia, ele sabia das transações entre MARCOS VALÉRIO e DANIEL DANTAS.

88. KARINA SOMAGGIO foi a garantia de DANIEL DANTAS, depositada na gaveta de ATTUCH por 9 (nove) meses. Se a matéria fosse publicada na época em que as informações foram colhidas, DANIEL DANTAS não teria mais parte do poder de manobra contra MARCOS VALÉRIO ou DELÚBIO SOARES. A relação seria implodida assim como os benefícios derivados da mesma.

89. Por conseguinte, no caso da eventual negativa de MARCOS VALÉRIO e DELÚBIO SOARES em cumprir o combinado – ou seja, prestar auxílio no trato com os FUNDOS DE PENSÃO – a entrevista deveria ser utilizada como instrumento eficaz de pressão, que pudesse coagi-los a agir em benefício de DANIEL DANTAS. Assim, a estória de KARINA SOMAGGIO assumiu a característica de garantia eficaz.

90. A revista VEJA, em edição de 6 de julho de 2005, tratou a questão de KARINA SOMAGGIO e LEONARDO ATTUCH sob o sub-título de “A mentira da secretária”, conforme a seguir:

*A mentira da secretária*

*Assim como a mentira, a memória da secretária Fernanda Karina Somaggio tem pernas curtas. A secretária – que em entrevista à revista IstoÉ Dinheiro declarou que seu ex-chefe, Marcos Valério, era íntimo do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e costumava transportar malas de dinheiro para Brasília – tem afirmado que se transformou em personagem da crise política por acidente. Em entrevista ao programa de Jô Soares, no último dia 29, ela repetiu o que havia dito, na véspera, ao Conselho de Ética da Câmara: que se espantou ao ver suas declarações publicadas, já que havia tido apenas “uma conversa informal com o repórter” da revista. Karina não deveria ter ficado tão surpresa assim, já que posou em estúdio para a foto que ilustra a capa da edição em que saiu a sua “conversa informal”. A foto foi feita no dia 2 de setembro do ano passado (a mesma data em que ocorreu a tal “conversa informal”) no estúdio da agência Primeiro Plano, em Belo Horizonte. Karina chegou ao local de táxi, acompanhada pelo repórter Leonardo Attuch, autor da entrevista, e submeteu-se a uma sessão de fotos que durou quarenta minutos. Pois bem. O que isso prova? Prova que Karina mentiu mais uma vez (a primeira foi na Polícia Federal). E que, ao contrário do que afirma, não agiu ingenuamente ao relatar a um jornalista fatos gravíssimos envolvendo dirigentes do partido do governo. A ex-secretária sabia, sim, que suas declarações bombásticas seriam publicadas – ainda que, por motivos não explicados, tenham ficado na gaveta de Attuch por nove meses. Por que Karina decidiu falar? Talvez a quebra de seu sigilo bancário, determinado na semana passada pela CPMI dos Correios, possa mostrar que não foi por aquele motivo suficiente – o patriotismo.*

**“Tentativa” de suborno de Juiz**

91. No dia 14 de outubro de 2003, pouco mais de uma semana após ter sido destituído da administração dos recursos dos FUNDOS DE PENSÃO, o GRUPO OPPORTUNITY fez publicar um fato relevante no jornal “Monitor Mercantil” dando conta de que havia sido firmado um “aditivo” a certo “acordo de acionistas” (“Acordo Guarda-Chuva”) que regulava direitos e obrigações do FUNDO ON-SHORE e do FUNDO OFF-SHORE, sediado nas Ilhas Cayman e cujo único cotista era o CITIBANK N.A.



92. Ora, como os FUNDOS DE PENSÃO já haviam destituído o GRUPO OPPORTUNITY da administração de seus recursos e não tinham notícia de acordo de acionistas entre os mencionados fundos, tal descoberta foi surpreendente, mormente pelo fato de já haver um “aditivo” a tal acordo então desconhecido.

93. Quando tiveram acesso ao Acordo Guarda-Chuva, os FUNDOS DE PENSÃO e o novo administrador do INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FIA (nova denominação do FUNDO CVC OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS FIA) verificaram que: (i) a data de assinatura do referido acordo era anterior à data de destituição do GRUPO OPPORTUNITY da administração do INVESTIDORES INSTITUCIONAIS FIA. O acordo somente foi revelado após a destituição do GRUPO OPPORTUNITY, o que gerou dúvidas sobre a verdadeira data de sua assinatura; (ii) o GRUPO OPPORTUNITY assinava por todas as partes do Acordo Guarda-Chuva; e (iii) o Acordo Guarda-Chuva continha termos extremamente lesivos aos interesses dos FUNDOS DE PENSÃO, mas que beneficiavam enormemente o GRUPO OPPORTUNITY, já que destinava-se a manter esse último no controle das empresas em que os Fundos On-Shore e Off-Shore investiam, inclusive a BRASIL TELECOM S.A.

94. No dia 13 de abril de 2004, PREVI e o FUNDO ON-SHORE, após busca de informações e documentos relativos ao Acordo Guarda-Chuva, propuseram uma ação judicial contra várias empresas do GRUPO OPPORTUNITY, alegando que: (i) houve simulação quanto ao momento em que teria sido realizado (pós-datação); (ii) verificou-se violação do dever de fidúcia pelo conflito de interesses gerado ao assinar o acordo em benefício próprio, quando deveria fazê-lo em nome dos investidores; e (iii) constatou-se prática de negócio jurídico mediante dolo, com a finalidade do mandatário (GRUPO OPPORTUNITY) prejudicar o mandante (FUNDOS DE PENSÃO).

95. Em maio de 2005, a Juíza de Direito Dra. Márcia Cunha, da 2ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, anulou os efeitos do Acordo Guarda-Chuva, após ter suspenso sua

vigência em decisão anterior. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro manteve as decisões da Juíza.

96. Por suas peculiaridades, essa questão merece maiores esclarecimentos no presente Relatório. Com a leitura dos documentos apresentados à CPMI verifica-se a participação do Sr. EDUARDO RASCOVISKY no caso. Conforme artigos jornalísticos publicados nos jornais "O GLOBO" e "FOLHA DE SÃO PAULO" em outubro de 2005, a Juíza MÁRCIA CUNHA revelou que houve uma tentativa de suborno, por parte de RASCOVISKY e em benefício do GRUPO OPPORTUNITY, para que julgasse em favor desse último.

97. EDUARDO RASCOVISKY, que administrava o escritório de advocacia do sogro, um desembargador aposentado, teria procurado o marido da Juíza MÁRCIA CUNHA, que trabalha como advogado no Rio de Janeiro, propondo-lhe que prestasse serviços ao BANCO OPPORTUNITY. Em troca, receberia um pagamento astronômico. Segundo a juíza, uma das conversas entre os dois foi gravada.

98. Ocorre que, no mesmo período em que foi proposta a ação para anulação do Acordo Guarda-Chuva, o senhor EDUARDO RASCOVISKY atendeu a diversos compromissos e reuniões com o Sr. HUMBERTO BRÁZ, presidente da BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A. BRÁZ também participou de uma reunião com RASCOVISKY e a Sra. MARIA AMÁLIA COUTRIM, diretora do GRUPO OPPORTUNITY.

99. Recentemente a mídia revelou a série de contatos entre HUMBERTO BRÁZ, MARIA AMÁLIA COUTRIM (GRUPO OPPORTUNITY) e o lobista EDUARDO RASCOVISKY, que tentou subornar a juíza carioca em benefício do GRUPO OPPORTUNITY. São evidências pesadas da atuação ilegal de DANTAS no Poder Judiciário.

#### ***A queda de DANTAS***

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4146</b>
Doc: _____

Somente em outubro de 2003, os FUNDOS DE PENSÃO destituíram DANIEL DANTAS e seu GRUPO OPPORTUNITY da administração do FUNDO ON-SHORE, por quebra do dever fiduciário, após ferrenha batalha jurídica. Não se podia manter na administração de recursos de pensionista e beneficiários dos FUNDOS DE PENSÃO o responsável por tantas ilegalidades.

100. Em 2005, após entendimentos com os FUNDOS DE PENSÃO, o CITIBANK também destituiu o GRUPO OPPORTUNITY da gestão de seus ativos, por justa causa, pela quebra do dever fiduciário, sob acusação de fazer negócios em interesse próprio, sem preocupação com os investidores. O CITIBANK cobra US\$300 milhões de dólares do GRUPO OPPORTUNITY por perdas e danos sofridos.

101. Para salvar seus respectivos investimentos na BRASIL TELECOM S.A. e acabar com as irregularidades na gestão da empresa e o desvio de recursos para o grupo de DANIEL DANTAS e para o valerioduto, os FUNDOS DE PENSÃO e o CITIBANK celebraram uma série de contratos que garantiram vantagens mútuas. Diante da situação catastrófica, a assinatura desses acordos, dentre os quais se destaca o Acordo de Put, foi a única solução para que os investimentos dos FUNDOS DE PENSÃO não virassem pó.

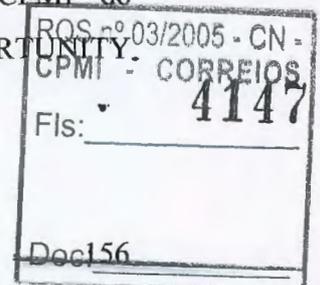
#### 7.5.2.6 O OPPORTUNITY FUND

102. A CPMI tem informações que revelam que não só o caixa das operadoras de telefonia funcionou como fonte de recursos para DANIEL DANTAS. O OPPORTUNITY FUND é outro instrumento fundamental para captar recursos de brasileiros e de “caixas dois” de empresas. Tais recursos foram enviados às Ilhas Cayman por intermédio de doleiros e repatriados na aquisição das empresas que sustentaram o *valerioduto*, dentre elas a BRASIL TELECOM S.A., a TELEMIG CELULAR S.A. e a AMAZÔNIA CELULAR S.A. Até a presente data o OPPORTUNITY FUND participa da cadeia de controle dessas companhias.

103. Sabe-se, também, que a CVM já condenou o GRUPO OPPORTUNITY pela distribuição de quotas do OPPORTUNITY FUND no Brasil, o que é proibido por lei e pelo próprio regulamento do Fundo. Essa distribuição de quotas no Brasil foi confirmada por vários funcionários do OPPORTUNITY que prestaram depoimentos à CVM durante os trabalhos de investigação daquela autarquia.

104. Muitos esforços foram realizados no sentido de desvendar os nomes dos quotistas do OPPORTUNITY FUND nas Ilhas Cayman, inclusive pela CPMI, com a quebra de sigilo do disco rígido apreendido pela POLÍCIA FEDERAL durante a operação “Chacal”, no âmbito do “Caso Kroll”. Porém, até o momento, a Ministra ELLEN GRACIE, do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, não autorizou a quebra do sigilo do aludido disco.

105. Existem, ademais, informações sobre outro disco rígido que revela o papel do OPPORTUNITY FUND no esquema de captação ilegal de recursos para aportá-los em empresas que contratavam MARCOS VALÉRIO. Esse disco rígido foi enviado pela PROCURADORIA GERAL DE NOVA IORQUE para os autos da CPMI do BANESTADO, demonstrando as transações entre o MTB BANK e o OPPORTUNITY FUND.

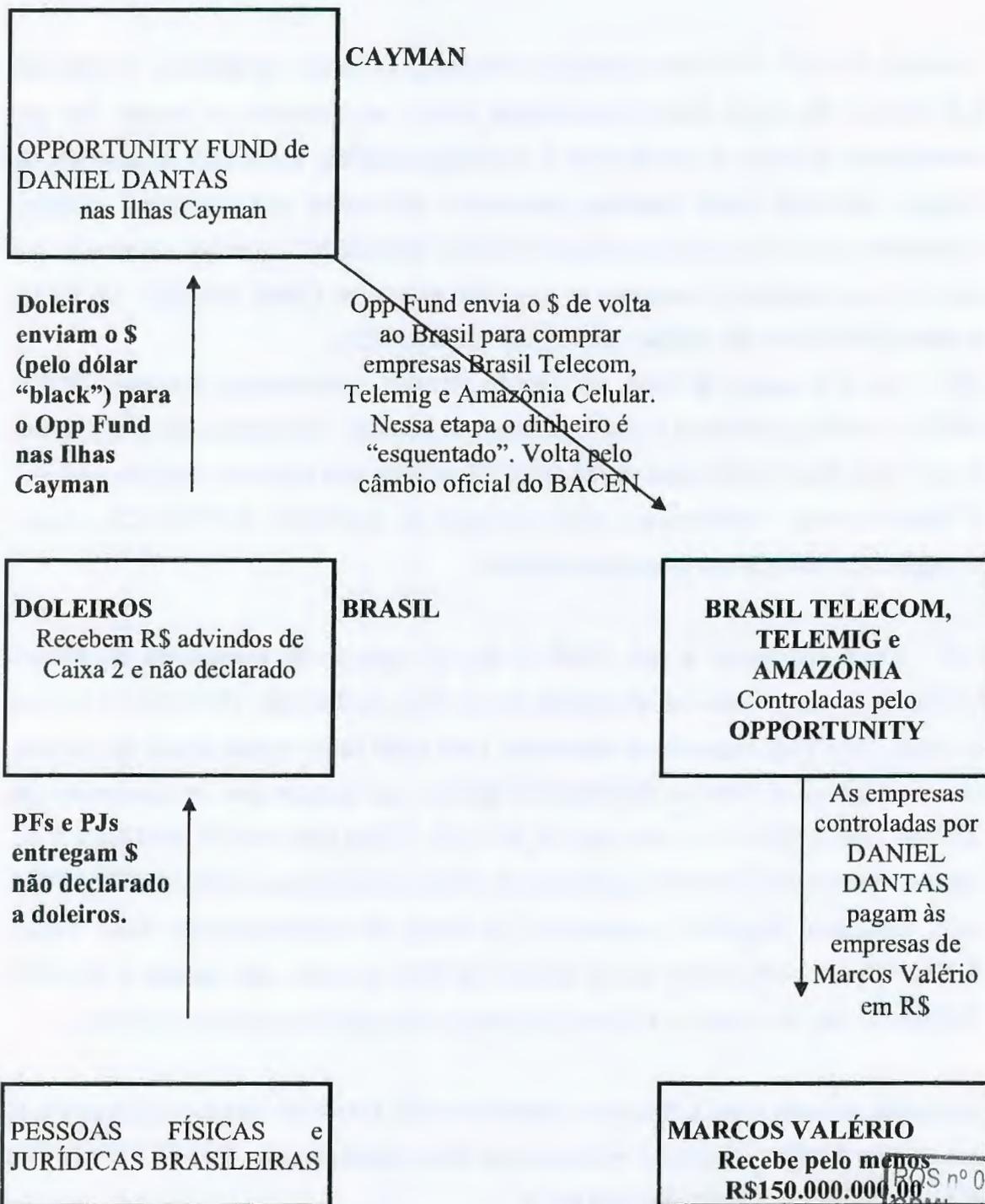


106. O conteúdo desse disco foi divulgado pela imprensa em diversas ocasiões, nas quais foram mencionadas transações de brasileiros e doleiros com o OPPORTUNITY FUND. A formal requisição deste disco rígido foi aprovada pela CPMI.

107. O esquema compreenderia a entrega de R\$ (reais) pelo cliente ao doleiro no Brasil que, por sua vez, entregava US\$ (dólares) na conta do cliente no exterior e vice-versa. As transferências em dólar eram realizados por empresas estrangeiras que possuíam contas no MTB BANK, que estava sob investigação da promotoria norte-americana. As contas dos doleiros junto ao MTB BANK, que teriam realizado transferências para o OPPORTUNITY FUND, são as seguintes: DEPOLO CORPORATION; AGATA; AZTECA; JAZZ; ORANGE, entre outras.

108. O esquema pode ser resumido da seguinte forma:

## ESQUEMA OPPORTUNITY - VALÉRIODUTO



BOS nº 08/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Fls: 4148  
Doc: \_\_\_\_\_

#### 7.5.2.7 DANIEL DANTAS MENTIU À CPMI

O senhor DANIEL DANTAS participou ativamente da gestão da BRASIL TELECOM S.A, mesmo não sendo sendo administrador formal ou estatutário da mesma. Era um administrador *de facto*, de acordo com as evidências colhidas; participava do dia-a-dia da empresa decidindo desde matérias corriqueiras até outras que envolviam quantias milionárias, como no caso da contratação de DUDA MENDONÇA, em que acompanhava e aprovava seu trabalho, ao contrário do que testemunhou na CPMI. DANIEL DANTAS mentiu à CPMI sobre sua relação com DUDA MENDONÇA.

109. Em 4 de agosto de 2004, RICARDO BRAGA, representando a agência DUDA PROPAGANDA, enviou um e-mail diretamente a DANIEL DANTAS sobre o orçamento de um “novo filme” publicitário da BRASIL TELECOM, bem como seu respectivo roteiro. O Texto do e-mail salientava que, conforme explicado por DUDA MENDONÇA e diante da urgência, o filme já estaria sendo produzido.

110. Causa estranheza a esta CPMI o fato da agência de propaganda de DUDA MENDONÇA ter enviado um orçamento de um filme da BRASIL TELECOM S.A. para DANIEL DANTAS, rogando sua aprovação. Uma cópia desse mesmo e-mail foi enviada, em 6 de agosto de 2004, a HUMBERTO BRÁZ, que também não era funcionário da BRASIL TELECOM S.A., mas sim da BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., cujas atribuições não incluíam a aprovação de filmes publicitários na BRASIL TELECOM S.A., nem seus respectivos orçamentos. No corpo do encaminhamento desse e-mail, RICARDO BRAGA alertava que o material do filme já havia sido enviado a DANIEL DANTAS e, por fim, requeria a “formalização da autorização de produção” do filme.

Fica claro, portanto a esta CPMI que o senhor DANIEL DANTAS cuidava pessoalmente de minuciosos detalhes relativos à veiculação de filme publicitário da BRASIL TELECOM S.A. contratado com DUDA MENDONÇA.

111. O relator lembra que quando o senhor DANIEL DANTAS foi ouvido por esta CPMI sobre sua relação com DUDA MENDONÇA, fez afirmações completamente

discrepantes com o conteúdo dos e-mails acima aludidos: (i) perguntado se a decisão da BT de contratar DUDA MENDONÇA teria algo a ver consigo, respondeu que não; tal foi uma decisão da BRASIL TELECOM, mas, ele, DANIEL DANTAS, teria recomendado; (ii) perguntado se recomendou mais alguma empresa, respondeu que não; haveria recomendado DUDA pois era um excelente publicitário, mas que “daí para adiante” não teve papel na contratação, pagamentos, “em mais nada”, conforme transcrito de seu depoimento:

**SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR):** *A decisão da BRASIL TELECOM de contratar Duda Mendonça tem alguma coisa a ver com V.Sa.? SR. DANIEL VALENTE DANTAS:* Não. Foi uma decisão da BRASIL TELECOM, mas eu recomendei.

**SR. RELATOR DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR):** *V.Sa. recomendou-o a mais alguma empresa...*

**SR. DANIEL VALENTE DANTAS:** *Não. Eu recomendei o Duda Mendonça porque eu disse que achava ele um extraordinário publicitário. Eu achava ele muito bom publicitário, eu achava ele muito criativo, eu conhecia Duda Mendonça de muito tempo e, de fato, o Duda Mendonça fez dois trabalhos muito importantes para a BRASIL TELECOM. Eu credito, no fundo, grande parte do sucesso, ou parte do sucesso que a BRASIL TELECOM teve, no lançamento da telefonia móvel, a uma inspiração trazida pelo Duda Mendonça, e eu gostaria de explicar aqui, porque seria justo. Ele veio com uma idéia dizendo o seguinte: “No mercado de telefonia, tem muita promoção e as pessoas se confundem. Esse negócio de centavo por minuto, minuto por centavo. Então, o consumidor não tem muita idéia do que é que é mais barato”. E ele disse: “Olha, eu tenho uma sugestão para vocês. Quando eu fiz a publicidade da Feira dos Tecidos na Bahia, eu criei um metro com um metro e trinta. Então, tinha um ‘metrão’. Eu vendia pelo mesmo preço, mas o metro era maior. Então, as pessoas viam com clareza que aquilo era mais barato, tinha um desconto. Na hora de medir, o metro era grande, então era didático que havia um desconto [soa a campanha]. As pessoas percebem tamanho com maior facilidade do que ‘por centos’”. Então, sugeri que a BRASIL TELECOM entrasse com um plano, que foi lançado aqui em Brasília, que alguns dos senhores devem conhecer, o plano do “Pula-Pula, paga num mês, não paga no outro”. É fácil entender, é mais simples de entender do que ‘por centos’, descontos etc e tal. E de fato a BRASIL TELECOM, nesse período, como um quarto entrante, conseguiu um milhão e meio de clientes. A idéia foi dele, e eu tinha sugerido à BRASIL TELECOM dizendo o seguinte: “Olha, na fase de entrar numa coisa empresarialmente mais agressiva, é sempre conveniente contar com a melhor orientação estratégica possível”. Nós não conhecíamos muito a capacidade da agência do Sr. Duda Mendonça, como aliás não conheço, de conseguir fazer o resto, quer dizer, operacionalizar a propaganda, mas eu tinha certeza de que ele era um publicitário maduro, muito criativo e muito experiente. Então, sugeri à BRASIL TELECOM*

RGS nº 03/2005 - CN
BRASIL TELECOM - CORREIOS
Fls.: 4149
160
Doc:

***TELECOM que conversasse com ele. Daí para adiante, eu não tive mais nenhum papel na contratação ou nos pagamentos, em mais nada.***

Considerando-se o conteúdo dos e-mails em tela, a CPMI concluiu que DANIEL DANTAS não se limitou a “indicar” DUDA MENDONÇA à BRASIL TELECOM. Na verdade, conforme se constata, ele foi além da simples indicação e passou a cuidar de detalhes operacionais da publicidade da empresa. ,

112. O sr. DANIEL DANTAS mentiu ao prestar depoimento na CPMI e o fez deliberadamente ao vivo, em cadeia de televisão nacional, o que se configura em crime.

## 7.5.2.8 CAPÍTULO VI OS ACORDOS ENTRE FUNDOS DE PENSÃO E CITIBANK

### *O Acordo*

Como se pôde verificar, as irregularidades praticadas por DANIEL DANTAS e seus parceiros gerou a necessidade de composição entre os verdadeiros investidores: FUNDOS DE PENSÃO e CITIBANK.

113. Para resguardar seus interesses, o CITIBANK, a PREVI, a PETROS e a FUNCEF firmaram em 9 de Março de 2005 vários acordos. Esses acordos restituíram aos Fundos de Pensão os direitos usurpados pelo OPPORTUNITY ao longo dos anos, destacando-se o direito de venda conjunta e o direito de gestão compartilhada - direitos essenciais para evitar a perda total dos investimentos.

114. Entre estes contratos está o “Acordo de Put”, ou acordo para venda de ações, pelo qual os FUNDOS DE PENSÃO se comprometem a comprar as ações que o CITIBANK detém na BRASIL TELECOM S.A. por um preço previamente fixado, a partir novembro de 2007 se até lá os acionistas controladores ainda não tiverem logrado vender em conjunto a empresa. O Acordo de PUT é na verdade um compromisso de compra e venda com diversas condições suspensivas. Esse tipo de contrato é usual no mercado corporativo. Entretanto, como não é de interesse de DANIEL DANTAS e de seu GRUPO OPPORTUNITY, eles resolveram se utilizar de influência política para derrubar a operação.

115. É importante lembrar que o Acordo de Put faz parte de um conjunto de acordos que resgataram enorme valor para os FUNDOS DE PENSÃO não só na BRASIL TELECOM S.A., mas também em outras empresas. Através deles foram resgatados os direitos de controle e de venda em conjunto com o CITIBANK em todas as empresas investidas. Garantir o direito de venda conjunta é fundamental para os FUNDOS DE PENSÃO, pois, de outra forma, não conseguiriam receber o prêmio de controle por suas ações, acarretando em sério prejuízo para seus pensionistas. No âmbito do Acordo de Put a venda em conjunto foi acertada com o CITIBANK, sanando a distorção criada por DANIEL DANTAS.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4150</b>
162
Doc:

116. Está em poder desta CPMI, bem como do TCU, farta documentação que atesta que o preço de venda contratado no Acordo de Put (preço que os referidos FUNDOS DE PENSÃO deverão pagar ao CITIBANK) é justo para uma participação no bloco de controle da BRASIL TELECOM S.A. Justo, diga-se, por meio de averiguação com critérios técnicos, conforme se pode observar de parecer da lavra dos Professores Dr. William Eid Junior e Dr. Ricardo Ratner Rochman, da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. E também quando se compara com outras operações recentes envolvendo as mesmas ações, como veremos abaixo.

117. O fato é que a operação não interessava a DANIEL DANTAS, pois ele mesmo, estava negociando a venda, indevida e ilegalmente, de algumas ações que possuía para a TELECOM ITÁLIA. O Acordo de Put, na concepção de DANIEL DANTAS, dificultaria a aquisição do controle da BRASIL TELECOM S.A. pela TELECOM ITÁLIA, prejudicando a operação irregular de venda de ações que ele arquitetara.

118. Por outro lado, à TELECOM ITALIA, então aliada a DANIEL DANTAS, não interessava que FUNDOS DE PENSÃO e CITIBANK realizassem a venda em conjunto de suas ações. Se, na situação anterior, pré-Acordo de Put, a TELECOM ITÁLIA poderia comprar o controle da companhia apenas de uma das partes (CITIBANK), sem pagar prêmio de controle a outra, na situação atual, deverá adquirir tanto a posição dos FUNDOS DE PENSÃO e do CITIBANK em conjunto, pagando o ágio aos dois blocos de acionistas pelas ações de controle.

119. Conforme documento encaminhado à CPMI, evidencia-se que o valor ajustado entre FUNDOS DE PENSÃO e CITIBANK é de R\$1.045.0000.000,00. Por outro lado, DANTAS já havia oferecido ao CITIBANK comprar suas ações, por R\$1.020.000.000,00. Ademais, a TELECOM ITALIA havia oferecido ao CITIBANK R\$1.220.000.000,00, valor superior em R\$175.000.000,00 do valor do Acordo de Put.

120. Conclui-se, também, pela leitura dessa documentação que, apesar de DANIEL DANTAS e TELECOM ITÁLIA tentarem manipular a imprensa e o TCU atacando o

Acordo de Put, o preço unitário por ação que DANTAS ajustou com a TELECOM ITÁLIA na venda de sua participação na BRASIL TELECOM é virtualmente o mesmo fechado entre FUNDOS DE PENSÃO e CITIBANK. Assim, tem-se que DANIEL DANTAS novamente tentou com isso obter mais uma vantagem em benefício próprio.

### ***Manipulação Política de DANTAS***

121. Matéria publicada pelo jornal "Folha de São Paulo", em 23 de agosto de 2005, revelanovas peças do quebra-cabeça que compõe a busca da "influência" política tentada por DANIEL DANTAS e que envolve um , membro da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal ALBERTO FRAGA, do PFL.

122. O senhor deputado ALBERTO FRAGA, após conversas com LUIS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA, advogado ligado a DANIEL DANTAS, , resolveu requerer, junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, liminar que sustava os efeitos doAcordo de Put firmado entre os FUNDOS DE PENSÃO e o CITIBANK N.A., medida que beneficiaria DANTAS e seu GRUPO OPPORTUNITY. A manobra foi descoberta, pois o texto do pedido da liminar era igual ao texto de carta enviada por MOTTA VEIGA à Casa Civil, que a rejeitou. Transcreve-se, a seguir, a matéria, publicada pelo Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, em 23 de agosto de 2005:

#### ***"DEPUTADO DO PFL "CLONA" AÇÃO A FAVOR DO OPPORTUNITY***

***Leonardo Souza  
Kennedy Alencar***

#### ***DA SUCURSAL DE BRASÍLIA***

*O deputado Alberto Fraga (PFL-DF) usou texto do advogado do grupo Opportunity Luis Octavio da Motta Veiga para solicitar ao TCU (Tribunal de Contas da União) a suspensão do acordo entre os fundos de pensão e o Citigroup, segundo documentos obtidos pela Folha. Na semana passada, o TCU acatou o pedido.*

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4151</b>
164
Doc:

*O Opportunity é o maior interessado no fim do pacto firmado entre os três grandes fundos de pensão (Previ, Funcef e Petros) e o Citigroup, pelo qual as fundações de previdência e a instituição financeira americana tiraram o banco de Daniel Dantas do comando da Brasil Telecom.*

*Ouvidos pela Folha, Fraga e Motta Veiga admitem a possibilidade de uso do texto, mas dão versões conflitantes (leia abaixo).*

***O voto do relator do TCU, ministro Benjamin Zymler, seguiu exatamente a linha de raciocínio de Fraga. Melhor dizendo, de Motta Veiga. Em seu despacho, Zymler cita vários trechos do pedido de medida cautelar assinado por Fraga. Por sua vez, o documento do deputado do PFL, partido ao qual tradicionalmente Dantas é ligado, contém nove páginas transcritas na íntegra ou em partes do relatório escrito por Motta Veiga. Até a forma como o deputado se dirigiu ao ministro do TCU foi escrita pelo advogado.***

*"Mas não é só... Pasmé, Excelência, que, após terem celebrado o negócio obscuro acima descrito, os fundos de pensão e o Citigroup, novamente, em atuação concertada, ingressaram em negócio sigiloso e nebuloso", escreveu Motta Veiga, copiado literalmente por Fraga.*

*O documento de Motta Veiga foi entregue à Casa Civil no dia último dia 10, depois de o deputado ter apresentado sua ação ao TCU no dia 25 de julho. Motta Veiga afirma que deu cópia de seu relatório ao advogado de Fraga, Walter Costa Porto, antes de o parlamentar ter feito o pedido ao TCU.*

*A Casa Civil confirmou a entrega, disse que examinou o documento e que o assunto não era de sua alçada, tendo-o remetido a outros órgãos do governo -Ministério da Previdência Social, Controladoria Geral, Comissão de Valores Mobiliários e TCU.*

***A Folha já revelou que Daniel Dantas, dono do grupo Opportunity, tem contado com a ajuda do PFL para tentar recuperar o poder de influência sobre os fundos de pensão que tinha no governo FHC (1995-2002).***

***Ele se aproveita da fragilidade política do governo e estimula o PFL a dificultar a vida do presidente. O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu voltou a atuar a favor de Dantas, com quem tem relação por meio do advogado Antonio Carlos de Almeida Castro. Recentemente, Almeida Castro deixou de advogar para Dantas e negou que faça pontes entre o banqueiro e Dirceu e os pefelistas.***

123. A matéria enfatiza novamente que o senhor DANIEL DANTAS nunca deixou de buscar maneiras de se relacionar com os FUNDOS DE PENSÃO , mas, ao contrário, continuava buscando “influir” nas decisões desses FUNDOS.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
EJs: <u>4152</u>
Doc: _____

### 7.5.2.9 CONCLUSÃO

124. DANTAS e seu GRUPO OPPORTUNITY levantaram recursos dos FUNDOS DE PENSÃO devido a influências políticas durante o Governo do Presidente FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, que os beneficiou na formação dos consórcios na privatização do SISTEMA TELEBRÁS.

125. Com capital dos FUNDOS DE PENSÃO e do CITIBANK, DANTAS e seu GRUPO OPPORTUNITY assumiram o controle de diversas companhias, incluindo a BRASIL TELECOM S.A., TELEMIG CELULAR S.A. e AMAZÔNIA CELULAR S.A., derivadas do processo de privatização do SISTEMA TELEBRÁS.

126. Após a descoberta de favorecimento no leilão de privatização do SISTEMA TELEBRÁS e diversas outras irregularidades e ilegalidades cometidas em desfavor dos FUNDOS DE PENSÃO, que lhe entregaram recursos a administrar, DANIEL DANTAS necessitava de apoio político para manter o controle das companhias.

127. O senhor DANIEL DANTAS e seu GRUPO OPPORTUNITY, como controladores da BRASIL TELECOM S.A., TELEMIG CELULAR S.A. e AMAZÔNIA CELULAR S.A., suprimiram as empresas de MARCOS VALÉRIO, suspeito de ser o maior articulador do esquema ora investigado, com recursos que ultrapassaram os R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) em troca de auxílio político e favores que pudessem mantê-lo no controle das companhias.

□

128. A contrapartida desse fluxo de recursos através das agências de publicidade SMP&B e DNA foi a intermediação de reuniões feita por MARCOS VALÉRIO entre membros do GRUPO OPPORTUNITY e DELÚBIO SOARES. Assim, CARLOS RODEMBURGO, diretor do GRUPO OPPORTUNITY e ex-cunhado de DANIEL DANTAS, encontrou-se com DELÚBIO SOARES e MARCOS VALÉRIO em diversas ocasiões para fazer acordos que pudessem cessar os embates com os FUNDOS DE PENSÃO.

129. Apesar de MARCOS VALÉRIO ter sido contratado pelas companhias BRASIL TELECOM S.A., TELEMIG CELULAR S.A. e AMAZÔNIA CELULAR S.A., atendia a reuniões nos escritórios do GRUPO OPPORTUNITY. MARCOS VALÉRIO e DELÚBIO SOARES confirmaram, em seus depoimentos à CPMI, sua relação com o GRUPO OPPORTUNITY de DANIEL DANTAS.

130. MARCOS VALÉRIO - juntamente com o tesoureiro do PTB, EDSON PALMIERI - agiu como agente de negócios de DANTAS e do GRUPO OPPORTUNITY na intermediação, fracassada, da venda da TELEMIG CELULAR S.A. e AMAZÔNIA CELULAR S.A. para a PORTUGAL TELECOM.

131. O senhor DANIEL DANTAS também mentiu em seu depoimento à CPMI ao afirmar que, além da indicação do nome de DUDA MENDONÇA para trabalhar para a BRASIL TELECOM, não tinha mais nada com o publicitário. Na verdade, conforme se verificou, DANIEL DANTAS aprovava filmes e orçamentos de publicidade apresentados à BRASIL TELECOM pela agência de DUDA MENDONÇA.

132. Também se confirmou com as oitivas da CPMI que o senhor MAURÍCIO MARINHO mantinha contatos com a BRASIL TELECOM S.A. sobre contratos na área de tecnologia, cujo diretor era indicado por DANTAS.

133. DANIEL DANTAS também utilizou o OPPORTUNITY FUND para captar recursos de *caixa dois* de empresa no Brasil, enviando-as às Ilhas Cayman e repatriando-as na forma de investimento estrangeiro nas empresas BRASIL TELECOM S.A., TELEMIG CELULAR S.A. e AMAZÔNIA CELULAR S.A., que, por sua vez, nutriam o *valerioduto*.

134. Diante de todas as irregularidades identificadas e apontadas no presente relatório da CPMI, recomenda-se o indiciamento de DANIEL DANTAS, HUMBERTO JOSÉ ROCHA BRAZ, CARLA CICO (Presidente da Brasil Telecom à época), CARLOS BERNARDO TORRES RODEMBURG, ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS (Presidente da Telemig

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fts: <b>4153</b>
168
Doc:

Celular Participações e Tele Norte Celular Participações à época) pelos seguintes crimes, em tese, praticados:

- (a) TRÁFICO DE INFLUÊNCIA, art. 332 do Código Penal;
- (b) CORRUPÇÃO ATIVA, art. 333 do Código Penal;
- (c) SUPRESSÃO DE DOCUMENTO, art. 305 do Código Penal;
- (d) CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, artigos 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 1990; e
- (e) LAVAGEM DE DINHEIRO, art. 1º, V, da Lei nº 9.613, de 1998.

135. Recomenda-se o indiciamento de LEONARDO ATTUCH pelos seguintes crimes, por ele, em tese, praticados:

- (a) TRÁFICO DE INFLUÊNCIA, art. 332 do Código Penal;
- (b) CORRUPÇÃO ATIVA, art. 333 do Código Penal;
- (c) CRIME PREVISTO NO INCISO I e IV do Artigo 16 da Lei 5.250/67.

### **7.5.3 GRUPO USIMINAS E COSIPA**

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS – tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlata. Visando à ampliação de seu ramo de atividade, a companhia mantém participação em empresas controladas, controladas em conjunto, e coligadas, diretas e indiretas.

Estratificamos as movimentações financeiras a crédito (origens) da DNA Propaganda Ltda., SMP&B Comunicação Ltda. E Mult-Action Entretenimentos Ltda., bem como as informações disponíveis de contratos de prestação de serviços de publicidade, para os anos de 2000 a 2005, das empresas contratantes Usiminas Mecânica S/A, Usinas Siderúrgicas S/A – USIMINAS e companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA, bem como as

Notas Fiscais disponibilizadas espontaneamente a esta CPMI pela USIMINAS - COSIPA.

Confrontando estas estratificações não identificamos nenhum repasse que possa relacionar com o sistema valerioduto, mesmo que pesem as palavras do Deputado Roberto Brant em resposta à notificação desta CPMI.

## **7.6 INTERMEDIACÃO**

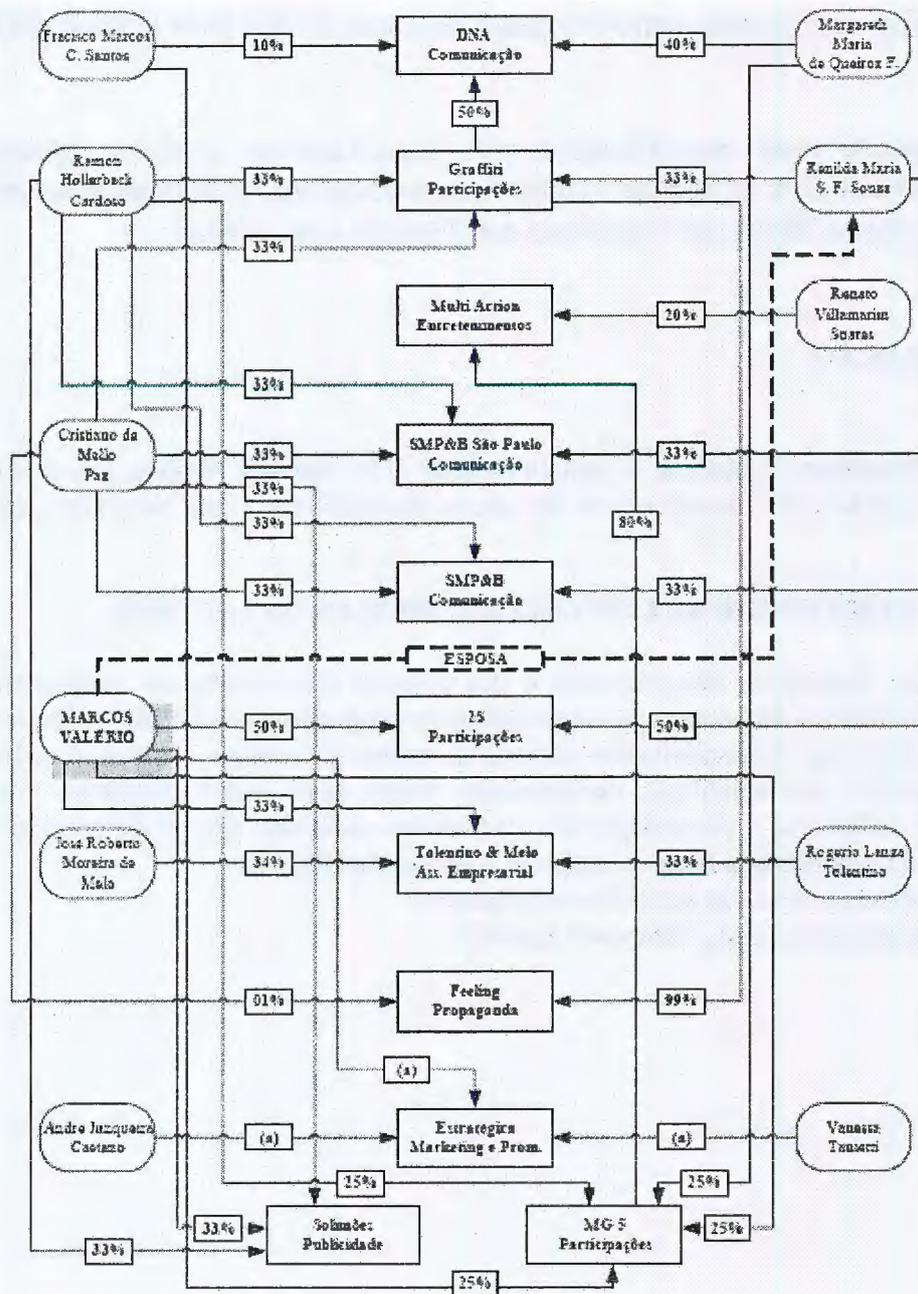
A partir daqui passaremos a analisar a maneira como o Sr. Marcos Valério operava o esquema por ele criado para financiamento de campanhas políticas e que teve início em 1998.

### **7.6.1 INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS COM SIGILOS AFASTADOS**

As movimentações financeiras das empresas e das pessoas relacionadas ao empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, que são alvo de investigação desta CPMI, conforme demonstrativo abaixo, são disponibilizadas através de dados eletrônicos fornecidos pelas instituições financeiras, por solicitação da Comissão. Todos esses dados alimentam uma base eletrônica de dados que é disponibilizada para serem analisados através de programa informatizado de análise de dados denominado B.O. (Business Objects)

A seguir, apresentamos o demonstrativo das participações nas empresas do grupo econômico "*Marcos Valério*".





Faltam informações que possam fornecer os percentuais de participação de cada sócio na empresa Estratégica Marketing e Promoção.

As informações de cada conta fornecem, basicamente, as transações financeiras comuns a um extrato bancário: entradas (origens) e saídas (destinos) de recursos das contas. A estas informações foram acrescentadas algumas outras, especialmente quanto à identificação das

contrapartidas das saídas ou entradas de numerários, ou seja, para quem foram ou de quem vieram os recursos denominados “favorecidos” e “depositantes”.

Uma das formas utilizadas para se detectar os pontos, ou períodos, a serem investigados nas movimentações financeiras é a análise da evolução das movimentações. Para isso, foram divididas em duas partes: *origens* e *destinos* de numerários, além dos agrupamentos dos valores por período e por contrapartida.

Foram selecionadas empresas e pessoas, ligadas aos investigados, para que servissem de pontos de referência das movimentações financeiras. Esta seleção foi baseada na relevância financeira de cada empresa ou pessoa.

Para os exames das movimentações financeiras relacionadas ao grupo econômico “*Marcos Valério*” utilizamos as informações disponibilizadas até a data base de 18/01/2006.

Em 18/01/2006 a base eletrônica das movimentações financeiras apresentava 12.409.051 registros, sendo que 255.840 registros pertenciam ao grupo econômico “*Marcos Valério*”.

As movimentações financeiras disponibilizadas na base de dados iniciam-se com a data do primeiro movimento em 02/01/1997 e o último em 30/09/2005.

Relação das pessoas físicas e jurídicas componentes do grupo econômico denominado “*Marcos Valério*”.

#### Personalidade Nome

---

Jurídica Feeling Propaganda Ltda.  
Jurídica SMP&B Comunicação Ltda.  
Jurídica Multi Action Entretenimento Ltda.  
Jurídica SF Assessoria e Consultoria Técnica Ltda.  
Jurídica Tolentino & Melo Assessoria Empresarial S/C  
Jurídica 2S Participação Ltda.  
Jurídica Estratégica Marketing Ltda.  
Jurídica Praeseptu Centro de Preparação Eqüestre Ltda.  
Jurídica DNA Propaganda Ltda.  
Jurídica Graffiti Participação Ltda.  
Jurídica SMP&B São Paulo Comunicação Ltda.

Estas empresas totalizam 92 contas bancárias distribuídas em 15 instituições financeiras, sendo estas:

#### Nome

---

Banco Alfa S/A  
Banco do Brasil S/A  
Bankboston Banco Múltiplo S/A  
Banco BMG S/A  
Banco Rural S/A  
Banco Santander S/A  
Banco BEMGE S/A  
HSBC Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo  
Banco Itaú S/A  
Caixa Econômica Federal



Banco Mercantil do Brasil S/A  
 Banco de Brasília S/A  
 Banco Sudameris S/A  
 Banco Industrial e Comercial S/A  
 Banestado S/A

As movimentações financeiras estão distribuídas entre  
 “origens” e “destinos” de recursos da seguinte forma:

	Nº Registros	Montante R\$
Movimentação de Origens de Recursos	74.187	2.012.302.018
Movimentação de Destinos de Recursos	181.653	(2.051.698.829)
<b>Totais</b>	<b>255.840</b>	<b>(39.396.811)</b>

As contas examinadas estão apresentadas na planilha abaixo.

Relação das contas com sigilos afastados em aberto na base eletrônica de dados.

Planilha 01

NOME TITULAR	BANCO	DESCRIÇÃO	AGÊNCIA	CONTA	TIPO
2 S PARTICIPAÇÕES LTDA	025	BANCO ALFA S/A	0005	0000000256145	CORRENTE
2 S PARTICIPAÇÕES LTDA	025	BANCO ALFA S/A	0005	0000000007539	FUI
2 S PARTICIPAÇÕES LTDA	025	BANCO ALFA S/A	0005	0000000000131	FUI
2 S PARTICIPAÇÕES LTDA	025	BANCO ALFA S/A	0005	0000000256145	INT
25 PARTICIPAÇÕES LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	3053	000000011231	CORRENTE
25 PARTICIPAÇÕES LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	0643	00000002442	CORRENTE
25 PARTICIPAÇÕES LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	3008	000000011231	CORRENTE
25 PARTICIPAÇÕES LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	0643	00010002442	INT
25 PARTICIPAÇÕES LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	3008	000100011231	INT
25 PARTICIPAÇÕES LTDA	479	MÚLTIPLO S/A	0016	000001150231	CORRENTE
DNA PROPAGANDA LTDA	318	BANCO BMG S/A	0001	00000107643	INT
DNA PROPAGANDA LTDA	318	BANCO BMG S/A	0001	00000113733	INT
DNA PROPAGANDA LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	2063	000000000032	CORRENTE
DNA PROPAGANDA LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	1629	000000001998	CORRENTE
DNA PROPAGANDA LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	3603	0000000002000	CORRENTE
DNA PROPAGANDA LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	1629	0000000002072	CORRENTE
DNA PROPAGANDA LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	3603	0000000003000	CORRENTE
DNA PROPAGANDA LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	3302	0001000001099	INT
DNA PROPAGANDA LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	3392	0001000001000	INT
DNA PROPAGANDA LTDA	453	BANCO RURAL S/A	0039	0000000000540	CORRENTE
DNA PROPAGANDA LTDA	453	BANCO RURAL S/A	0000	0000000027610	CORRENTE

NOME TITULAR	BANCO	DESCRIÇÃO	AGENCIA	CONTA	TIT
DNA PROPAGANDA LTDA	453	BANCO RURAL S/A	0000	000901000092	CORRENTE COF
DNA PROPAGANDA LTDA	453	BANCO RURAL S/A	0000	000910000705	CORRENTE COF
DNA PROPAGANDA LTDA	453	BANCO RURAL S/A	0000	000900011142	CORRENTE COF
DNA PROPAGANDA LTDA	453	BANCO RURAL S/A	0030	000930000521	CORRENTE COF
DNA PROPAGANDA LTDA	453	BANCO RURAL S/A	0036	000930001780	CORRENTE COF
DNA PROPAGANDA LTDA	453	BANCO RURAL S/A	0039	000930002150	CORRENTE COF
DNA PROPAGANDA LTDA	353	BANCO SANTANDER BRASIL S/A	0048	000001109030	CORRENTE COF
DNA PROPAGANDA LTDA	048	BEMGE S/A	0011	000000226181	CORRENTE COF
DNA PROPAGANDA LTDA	048	BEMGE S/A	0011	000000226181	CORRENTE COF
DNA PROPAGANDA LTDA	048	BEMGE S/A	0044	000000226181	CORRENTE COF
DNA PROPAGANDA LTDA	048	BEMGE S/A	0044	000000226181	CORRENTE COF
DNA PROPAGANDA LTDA	237	BRAPESCO S/A	2505	000000001800	CORRENTE COF
DNA PROPAGANDA LTDA	397	BANCO MULTIPLO S/A - HBC BANK BRASIL S.A.	1940	000000114414	CORRENTE COF
DNA PROPAGANDA LTDA	158	BRASIL S/A - HBC INVESTMENT BANK	0005	000000021702	CONV
ESTRATEGICA MARKETING PROMOÇÃO	453	BANCO RURAL S/A	0000	000000031380	CORRENTE COF
ESTRATEGICA MARKETING PROMOÇÃO	453	BANCO RURAL S/A	0000	000000031380	CORRENTE COF
ESTRATEGICA MARKETING PROMOÇÃO	453	BANCO RURAL S/A	0000	000000031380	CORRENTE COF
FEELING PROPAGANDA LTDA	341	BANCO ITAÚ S/A	5933	000000024344	CORRENTE COF
FEELING PROPAGANDA LTDA	048	BEMGE S/A	0145	000000023386	CORRENTE COF
FEELING PROPAGANDA LTDA	048	BEMGE S/A	0733	000000005810	CORRENTE COF
FEELING PROPAGANDA LTDA	104	CAXA ECONOMICA FEDERAL	0681	000000021326	CORRENTE COF
GRAFFITI PARTICIPAÇÕES LTDA	318	BANCO BMG S/A	0001	000001130211	CORRENTE COF
GRAFFITI PARTICIPAÇÕES LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	3032	000000005980	CORRENTE COF
GRAFFITI PARTICIPAÇÕES LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	3603	000000005980	CORRENTE COF
GRAFFITI PARTICIPAÇÕES LTDA	453	BANCO RURAL S/A	0000	000000023643	CORRENTE COF
GRAFFITI PARTICIPAÇÕES LTDA	453	BANCO RURAL S/A	0000	000000015805	CORRENTE COF
GRAFFITI PARTICIPAÇÕES LTDA	479	MULTIPLO S/A - BANKBOSTON BANCO	0016	000000370900	CORRENTE COF
GRAFFITI PARTICIPAÇÕES LTDA	479	MULTIPLO S/A - BANKBOSTON BANCO	0016	000000370900	CORRENTE COF
MULTI-ACTION ENTRETENIMENTOS	453	BANCO RURAL S/A	0000	000000001613	CORRENTE COF
MULTI-ACTION ENTRETENIMENTOS	453	BANCO RURAL S/A	0000	000000001613	CORRENTE COF
MULTI-ACTION ENTRETENIMENTOS	237	BRAPESCO S/A	1246	000000004000	CORRENTE COF
MULTI-ACTION ENTRETENIMENTOS	001	BANCO DO BRASIL S/A	1744	000000000640	CORRENTE COF
MULTI-ACTION ENTRETENIMENTOS	001	BANCO DO BRASIL S/A	1229	000000000640	CORRENTE COF
MULTI-ACTION ENTRETENIMENTOS	001	BANCO DO BRASIL S/A	3032	000000000727	CORRENTE COF
MULTI-ACTION ENTRETENIMENTOS	001	BANCO DO BRASIL S/A	3603	000000000727	CORRENTE COF
MULTI-ACTION ENTRETENIMENTOS	389	BRASIL S/A - BANCO MERCANTIL DO	0295	000000280045	CORRENTE COF
PRAESEPIU CENTRO DE PREPARAÇÃO TDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	3603	000000021815	CORRENTE COF
SF ASSESSORIA E CONSULTORIA DA	001	BANCO DO BRASIL S/A	3596	000000000214	CORRENTE COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	318	BANCO BMG S/A	0001	000001130040	CORRENTE COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	070	BANCO DE BRASILIA S/A	0059	000000001126	CORRENTE COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	3032	000000000099	CORRENTE COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	001	BANCO DO BRASIL S/A	3603	000000000099	CORRENTE COF

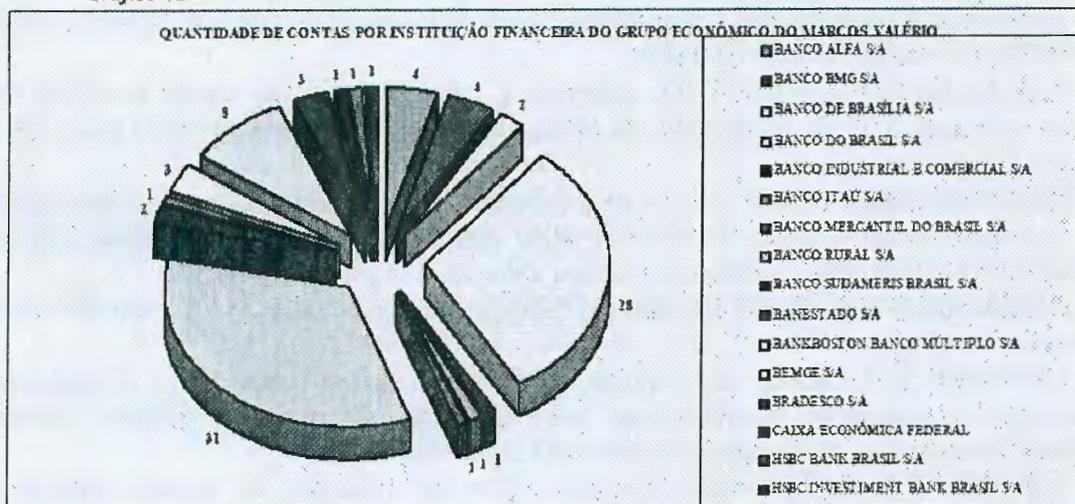
BPS Nº 03/2005 - CN =  
 CPMI - CORREIOS  
 Fls: 4156  
 Doc: \_\_\_\_\_  
 174

SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	001	BANCO DO BRASIL S.A	3603	0002100659041		DTV
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	453	BANCO RURAL S.A	0030	0000060207855	CORRENTE	COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	453	BANCO RURAL S.A	0030	0000060507990	CORRENTE	COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	453	BANCO RURAL S.A	0009	0000060313055	CORRENTE	COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	453	BANCO RURAL S.A	0009	0000060022937	CORRENTE	COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	453	BANCO RURAL S.A	0009	0000060015912	CORRENTE	COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	453	BANCO RURAL S.A	0009	0000060011493	CORRENTE	COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	453	BANCO RURAL S.A	0009	0000060015040	CORRENTE	COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	453	BANCO RURAL S.A	0030	0000060011003	CORRENTE	COF

NOME TITULAR	BANCO	DESCRIÇÃO	AGENCIA	CORTA		TIP
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	453	BANCO RURAL S/A	0030	0000060011445	CORRENTE	COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	453	BANCO RURAL S/A	0030	0000060020060	CORRENTE	COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	451	BANCO RURAL S/A	0000	0000060010100	CORRENTE	COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	453	BANCO RURAL S/A	0000	0000060011233	CORRENTE	COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	237	BRDESCO S/A	3427	0000000712829	CORRENTE	COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	001	BANCO DO BRASIL S.A	1220	0000060011463	CORRENTE	COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	347	S/A BANCO SUDAMERIS BRASIL	0100	0001579370603	CORRENTE	COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	048	BEMGE S/A	0037	0000000244320	CORRENTE	COF
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	048	BEMGE S/A	0037	0000000245699	CORRENTE	COF
SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO	070	BANCO DE BRASILIA S/A	0019	0000000002774	CORRENTE	COF
SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO	320	COMERCIAL S/A BANCO INDUSTRIAL E	0007	0000140934979	CORRENTE	COF
SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO	453	BANCO RURAL S/A	0019	0000060007907	CORRENTE	COF
SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO	453	BANCO RURAL S/A	0000	0000060024140	CORRENTE	COF
SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO	453	BANCO RURAL S/A	0009	0000060011124	CORRENTE	COF
SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO	038	BANESTADO S/A	0016	0000000014003	CORRENTE	COF
STAR ALLIANCE PARTICIPAÇÕES LTDA	453	BANCO RURAL S/A	0031	0000060011340	CORRENTE	COF

TOLENTINO & MELO ASSESSORIA ARIAL S/C	001	BANCO DO BRASIL S.A	3032	0000000010128	CORRENTE	COF
TOLENTINO & MELO ASSESSORIA ARIAL S/C	001	BANCO DO BRASIL S.A	3488	0000000013672	CORRENTE	COF
TOLENTINO & MELO ASSESSORIA ARIAL S/C	001	BANCO DO BRASIL S.A	3604	0000000010128	CORRENTE	COF
TOLENTINO & MELO ASSESSORIA ARIAL S/C	001	BANCO DO BRASIL S.A	3488	0001500013672		DTV

➤ Demonstração gráfica das quantidades de contas por instituição financeira.  
Gráfico 01



### 7.6.1.1 COMPOSIÇÃO RESUMIDA DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS

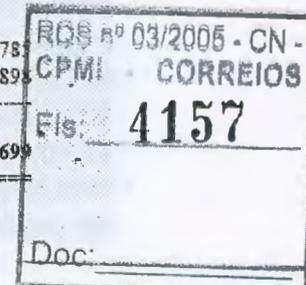
Estratificação e agrupação das movimentações financeiras das empresas ligadas ao grupo econômico "Marcos Valério"

#### 7.6.1.1.1 CORREÇÃO MANUAL DA BASE DE DADOS

Para as estratificações e agrupações das movimentações financeiras do grupo econômico "Marcos Valério" devem ser observadas as seguintes situações encontradas nas informações extraídas da base de dados, e que foram ajustados para fins de alcançar os valores das movimentações com menor representação de erros. Portanto, os referidos ajustes não foram feitos na base de dados do B.O.

Ressaltamos que os ajustes foram feitos com base nas movimentações constantes nos extratos de conta corrente impressos e enviados pelos bancos.

		Em Milhares de Reais	
		Crédito	Débito
(a)		19.280.309	18.298.382
(b)	(	15.000.000	15.000.000
(c)	(	1.000.000	-
(d)		10.000	-
(e)	(	1.280.700	1.221.783
(f)		2.693	24.896
(g)		2.012.302	2.051.699



(a) **MOVIMENTAÇÃO TOTAL:** é representada pelo valor total das origens de recursos, na coluna de “*Crédito*” e pelo valor total dos destinos de recursos na coluna de “*Débito*” que integram as contas do grupo econômico “*Marcos Valério*” no período de 02/01/1997 à 30/09/2005 extraídos da base de dados.

(b) **LANÇAMENTO INDEVIDO:** refere-se a uma autenticação errada realizada pelo Banco do Brasil S/A em 06/08/1998 na conta 601999 da DNA Propaganda Ltda., que foi estornada logo em seguida.

(c) **ERRO DE REGISTRO:** erro de uma informação fornecida pelo banco BMG S/A de um investimento no valor de R\$10.000.000,00 efetuado pela DNA Propaganda Ltda. em 22/04/2004 no qual o banco informou ser um valor de R\$1.000.000.000,00.

(d) **CORREÇÃO DO ERRO DE REGISTRO:** correção do valor de R\$1.000.000.000,00 citado no item (c).

(e) **OUTROS VALORES:** são valores de movimentações referentes a investimentos (aplicações e resgates), transferências entre empresas do grupo econômico “*Marcos Valério*” ou estornos de lançamentos em conta corrente.

(f) **AJUSTE GRAFFITI:** são correções efetuadas manuais de valores informados erroneamente pelo banco Rural S/A da conta 60028633 da Graffiti Participações Ltda.

(g) **SALDO AJUSTADO:** saldos apresentados na *Planilha 02* - “**RESUMO DAS ESTRATIFICAÇÕES E AGRUPAÇÕES DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DAS EMPRESAS DO MARCOS VALÉRIO**”.

Os resultados das estratificações e análises apresentados no “**RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DAS EMPRESAS DO MARCOS VALÉRIO**” das empresas e contas informadas na *Planilha 01* estão apresentadas de forma resumida logo abaixo na *Planilha*

*02*. Este resumo apresenta o montante financeiro estratificado e agrupado da seguinte forma:

o **EMPRESAS MARCOS VALÉRIO:** Esta linha representa as transações financeiras entre empresas do mesmo grupo (recebimento ou envio de numerários), ou seja, entre aquelas apresentadas na *Planilha 01*.

o **NÃO INFORMADO:** É representado pelas origens e destinos de recursos que não tiveram suas contrapartidas identificadas, ou seja, não foram mencionados os nomes das pessoas ou empresas que enviaram ou receberam recursos das contas das empresas do “*Marcos Valério*”.

• **BANCÁRIAS:** São as operações financeiras de ingresso ou saída de numerários, cujas contrapartidas são as próprias instituições financeiras (basicamente movimentações de resgates e de aplicações financeiras).

• **PESSOAS JURÍDICAS:** São todas as movimentações financeiras com empresas jurídicas, exceto as do próprio grupo, com as quais o grupo econômico “*Marcos Valério*” manteve relações financeiras e que possibilitaram imediatas investigações.

• **PESSOAS FÍSICAS:** São todas as movimentações financeiras com pessoas físicas com as quais o grupo econômico “*Marcos Valério*” manteve relações financeiras e que possibilitaram imediatas investigações.

• **DIVERSOS:** São movimentações financeiras de pagamentos de tributos e correlatos que não tem finalidade investigativa.

O resultado desta segregação e agrupação esta apresentada na *Planilha 02* foram feitas com base na **identificação** constante no B.O. como “*Depositantes*” (em relação as “origens dos recursos”) e na **identificação** como “*Favorecido*” (em relação aos “destinos dos

recursos”).

**Planilha 02**  
RESUMO DAS ESTRATIFICAÇÕES E AGRUPAÇÕES DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DAS EMPRESAS DO MARCOS VALÉRIO

ANO 1998	ANO 1999	ANO 2000	ANO 2001	ANO 2002	ANO 2003	ANO 2004
12.465.933	6.473.820	1.917.109	875.523	773.451	38.481.773	21.203.559
46.931.033	24.195.079	20.995.983	20.699.857	22.478.214	21.186.214	31.666.965
37.501.843	37.500.036	14.164.568	26.544.027	23.072.505	127.195.953	119.898.032
71.226.894	51.595.501	84.805.647	114.737.632	162.579.738	166.924.755	329.799.336
145.060	180.903	1.451.000	641.088	120.430	2.404.285	1.943.344
2.153.515	1.430.101	501.253	283.140	616.040	1.627.103	1.947.490
178.469.276	111.375.269	123.946.563	167.663.067	209.642.399	377.848.083	506.448.727

ANO 1998	ANO 1999	ANO 2000	ANO 2001	ANO 2002	ANO 2003	ANO 2004
24.876.669	8.324.843	1.354.907	2.060.571	1.724.250	33.864.420	11.510.175
32.572.174	21.250.438	65.700.751	17.657.527	23.282.721	44.694.985	50.158.431
26.234.961	50.869.271	10.885.983	71.954.124	65.389.288	89.135.219	167.267.699
44.730.229	30.307.007	25.571.462	38.671.846	42.758.911	160.497.578	215.977.629
6.067.461	1.496.735	4.869.957	5.781.617	6.219.248	30.719.284	26.589.334
4.831.725	3.510.697	3.555.884	3.093.100	32.725.393	41.941.139	45.790.151
139.543.248	116.948.981	131.740.548	168.123.822	192.129.989	648.882.726	884.264.468
38.628.031	5.406.161	12.186.617	36.848.236	37.612.370	28.968.464	1.184.269

As relações analíticas dos “*depositantes*” e “*beneficiários*” estão apresentadas no “ANEXO 9.1 – MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - ORIGENS DOS RECURSOS DAS EMPRESAS DO MARCOS VALÉRIO”, e no “ANEXO 9.2 – MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - DESTINO DOS RECURSOS DAS EMPRESAS DO MARCOS VALÉRIO”, respectivamente.

Gráfico 02  
Gráfico 02.1 Origens de recursos

RGS Nº 03/2005 - GN -  
CPMI - CORREIOS  
Fls.: **4158**  
Doc: \_\_\_\_\_

Gráfico 02

Gráfico 02.1 Origens de recursos

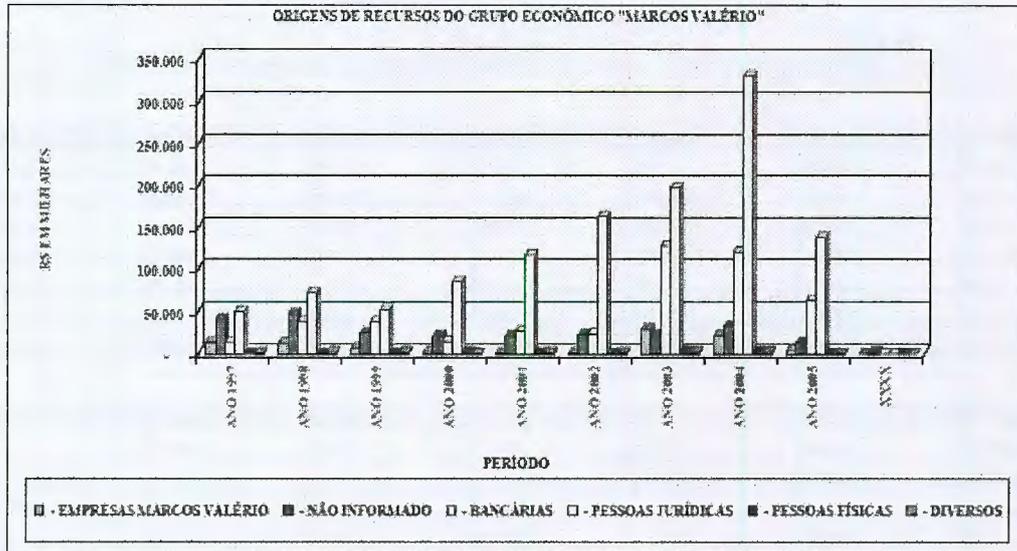
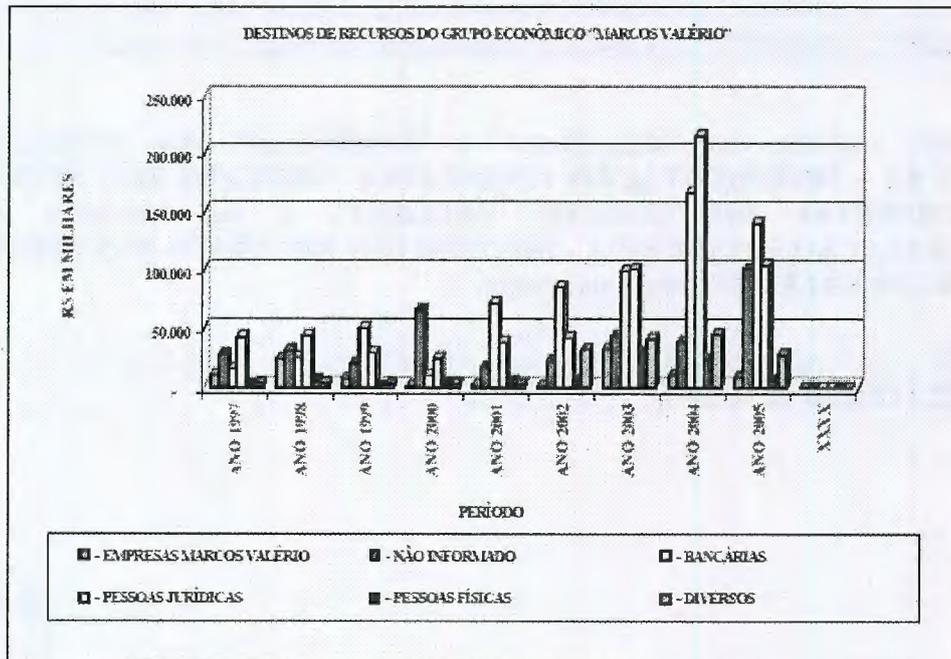


Gráfico 02.2 Destinos de recursos



### 7.6.1.2 ANÁLISE – CONCENTRAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS (ORIGENS) POR BANCO – GRUPO ECONÔMICO “MARCOS VALÉRIO”

Apresentamos abaixo a planilha e gráfico que demonstram o montante de recursos movimentados por banco relativo ao período disponível na base de dados do B.O. Como o objetivo é evidenciar quais os bancos que concentram os maiores montantes de movimentações dos investigados utilizamos como base as movimentações de “*Origens de Recursos*” que é similar em montante aos “*Destinos dos Recursos*”.

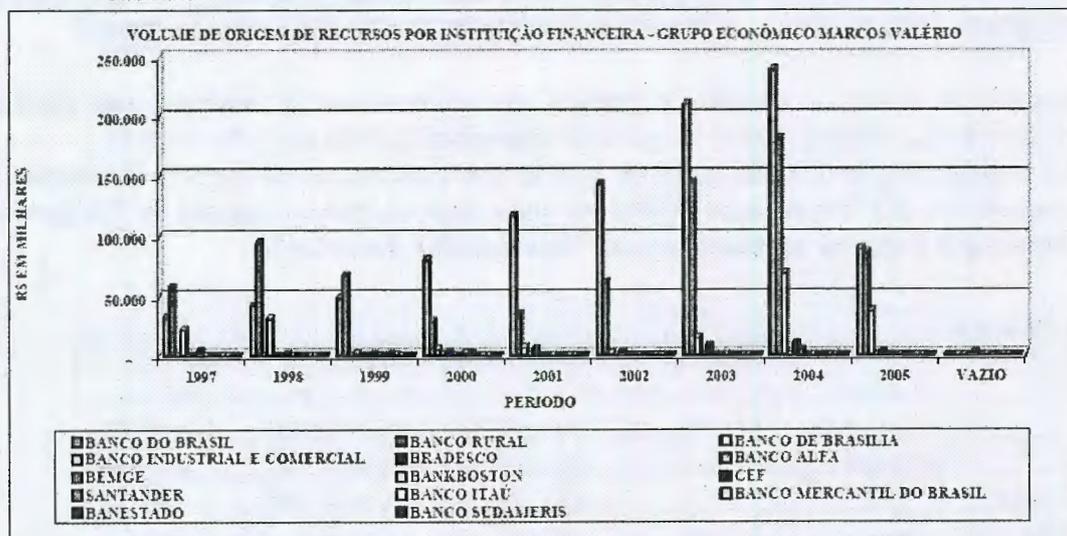
Planilha 03

BANCO	EM MILHARES DE REAIS										AZIO	TOTAL	
	997	998	999	000	001	002	003	004	005				
BANCO DO BRASIL	2.839	2.414	9.060	1.185	17.329	43.181	10.522	39.933	9.903			806.366	0%
BANCO RURAL	8.274	4.989	7.877	9.293	5.280	1.793	44.033	81.252	6.603			89.398	9%
BANCO DE BRASÍLIA				.391	.014	.853	4.878	9.950	7.408			36.294	%
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL	2.152	1.850	.728	.54	.33	.67	1					6.653	%
BRASESCO				.349	.774	.838	.908	0.305	.058			3.228	%
BANCO ALFA								.00	.590			.428	.21%
BEMGE	.044	.062	.113									.118	
BANKBOSTON				.154	.34		.30	0				.593	
CEF				.009								.011	
SANTANDER		.45	.085									.210	
BANCO ITAU			.32									.32	
BANCO MERCANTIL DO BRASIL								.40				.40	
BANESTADO	.45											.45	
TOTAIS	17.544	70.459	21.375	23.938	66.665	89.642	77.843	86.450	16.963	.428		812.305	00%
%	%	%	%	%	%	0%	0%	5%	1%			00%	

O campo com a denominação “VAZIO” ocorre devido a falta de informação de datas no B.O.

RQS nº 03/2005 - CN =  
 CPMI - CORREIOS  
 Fls: **4159**  
 Doc: \_\_\_\_\_

Gráfico 03



O campo com a denominação "VAZIO" ocorre devido a falta de informação de datas no B.O. Estas análises visam enfatizar os períodos com maiores ingressos de numerários.

Estas análises visam enfatizar os períodos com maiores ingressos de numerários.

### 7.6.1.3 ANÁLISE – CONCENTRAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS POR TITULAR DE CONTA CORRENTE DAS PESSOAS QUE COMPÕEM O GRUPO ECONÔMICO "MARCOS VALÉRIO"

Apresentamos abaixo a planilha e gráfico que demonstram o montante de recursos movimentado por "titular investigado" do grupo "Marcos Valério" relativo ao período disponível na base de dados do B.O.

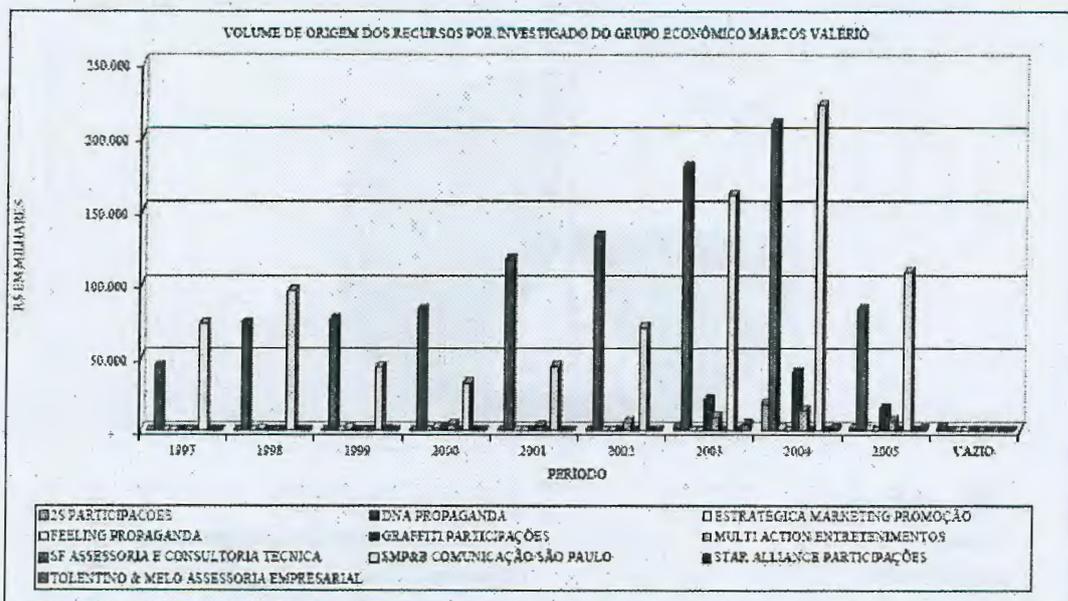
Com o objetivo de evidenciar quais os titulares investigados que possuem os maiores montantes de movimentação utilizamos como base as movimentações de "*Origens de Recursos*" que é similar em montante aos "*Destinos dos Recursos*". O campo com a denominação "VAZIO" ocorre devido à falta de informação de datas no B.O.

Planilha 04

EM MILHARES DE REAIS								
1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
-	-	-	-	-	-	2.277	13.585	-
43.991	73.482	76.136	82.832	116.551	133.074	179.813	209.629	-
-	-	-	-	-	-	-	1.104	-
-	1.061	-	2.008	3	-	-	-	-
-	-	1.645	2.154	134	15	21.010	46.025	-
-	-	-	4.111	3.406	5.642	9.550	13.647	-
-	-	-	-	5	6	-	-	-
73.552	95.917	43.571	32.812	44.565	70.749	160.623	221.652	-
-	1	23	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	156	4.550	1.403	-
117.642	170.459	121.375	123.937	165.664	209.642	377.843	506.450	-
6%	8%	6%	8%	8%	10%	20%	25%	-

O campo com a denominação "VAZIO" ocorre devido a falta de informação de datas no B.O.

Gráfico 04



O campo com a denominação "VAZIO" ocorre devido a falta de informação de datas no B.O.

#### 7.6.1.4 RELAÇÃO DOS MAIORES DEPOSITANTES DAS ORIGENS DOS RECURSOS NAS EMPRESAS DO GRUPO ECONÔMICO "MARCOS VALÉRIO"

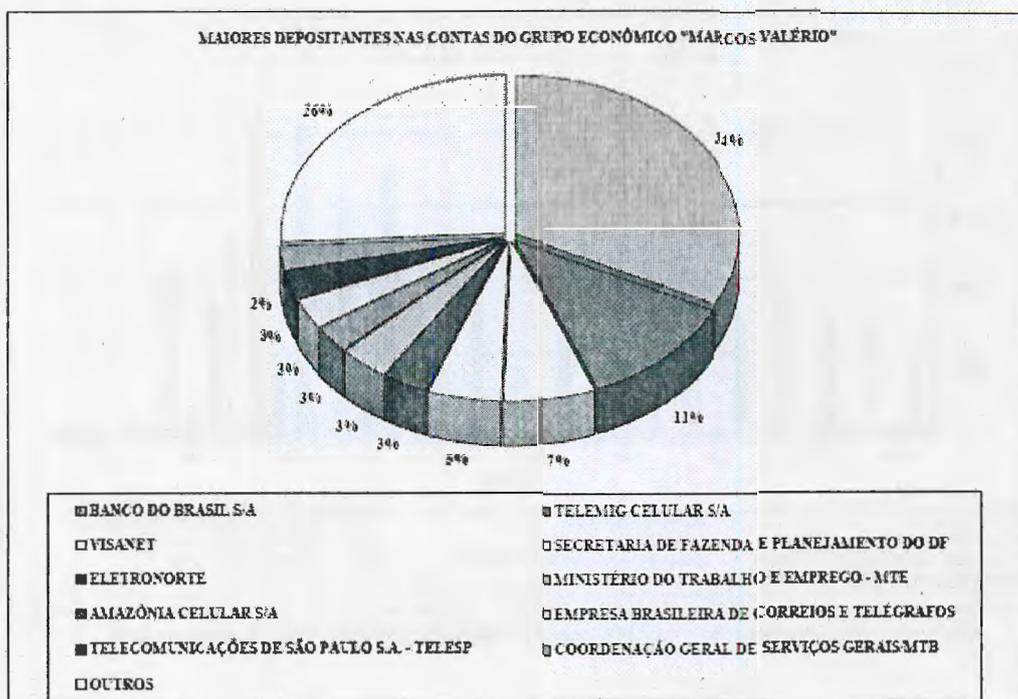
Apresentamos abaixo a relação dos maiores depositantes das empresas que compõem o grupo econômico "Marcos Valério". Esta demonstração enfoca apenas a movimentação apontada na linha "ORIGENS DE RECURSOS – PESSOAS JURÍDICAS" demonstrada na Planilha 02.

Planilha 05

EM MILHARES DE REAIS									
1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	VAZIO
10.173	6.743	10.758	41.183	44.637	64.931	78.724	94.639		
3.392	3.830	13.102	18.534	13.667	23.352	19.074	20.631		
-	-	-	-	11.798	-	25.300	44.354		
-	-	-	2.574	1.321	-	13.783	31.257		
-	-	-	-	6.508	13.253	6.193	12.403		
-	-	-	4.217	12.757	16.644	4.254	2.516		
-	-	-	143	1.233	1.921	9.761	15.454		
-	-	-	-	-	-	-	21.311		
16.778	18.728	24	-	-	-	-	-		
5.268	15.338	9.345	-	-	-	-	-		
24.030	24.639	16.447	19.173	23.134	42.508	43.547	86.603		
49.843	71.227	51.598	84.886	116.118	162.586	196.915	339.789		
4%	6%	4%	7%	10%	14%	16%	27%		

A relação completa de todos os "depositantes" no grupo econômico "Marcos Valério" está no "ANEXO 9.1 - MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - ORIGENS DOS RECURSOS DAS EMPRESAS DO MARCOS VALÉRIO".





#### 7.6.1.5 RELAÇÃO DOS MAIORES BENEFICIÁRIOS DAS EMPRESAS DO GRUPO "MARCOS VALÉRIO"

Abaixo a relação dos maiores *"beneficiários"* das empresas que compõem o grupo econômico *"Marcos Valério"*. Esta demonstração enfoca apenas a movimentação apontada nas linhas **"DESTINOS DOS RECURSOS – FAVORECIDOS - PESSOAS JURÍDICAS"** e **"DESTINOS DOS RECURSOS – FAVORECIDOS - PESSOAS FÍSICAS"** demonstrada na *Planilha 02*.

A relação completa de todos os *"beneficiários"* no grupo econômico *"Marcos Valério"* esta no **"ANEXO 9.1 – MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA – ORIGENS DOS RECURSOS DAS EMPRESAS DO MARCOS VALÉRIO"**.

Planilha 06

BENEFICIÁRIOS	EM MILHARES DE REAIS										TOTAL	
	997	998	999	000	001	002	003	004	005	006		
GRUPO GLOBO	787	065	728	302	933	047	319	5.554	208	1.943	6%	
GRUPO SBT	140	532	210	9	33	60	278	503	825	6.180	4%	
S/A CORREIO BRAZILENSE	12	37	39	28	94	63	720	1.054	479	2.046	4%	
SOCIEDADE RADIO TELEVISÃO ALTEROSA LTDA.	405	124	276	79	02	91	505	088	828	6.395	4%	
TAKANO EDITORA GRAFICA LTDA.		8		29	628	257	529	07		0.348	4%	
GRUPO BANDEIRANTES	644	14	02	29	4	75	61	961	068	649	4%	
VON POPULI MERCADO E OPÇÃO S/C LTDA.	319	937	41			40	64	121	63	485	4%	
EDITORA ABRIL S/A	410	011	15	87	63	27	3	292	362	120	4%	
GRUPO RECORD	7	35	99	8			592	231	838	018	4%	
EDITORA GRÁFICOS BURTI LTDA.	1	26	325	63	913	465	88	02	54	119	4%	
GRÁFICA E EDITORA JORNAL DE BRASÍLIA LTDA	1			68	235	4	779	951	55	063	4%	
DAVID RODRIGUES ALVES							600			900	4%	
EDITORA JB S/A							08	271	521	100	4%	
S/A O ESTADO DE SÃO PAULO	951	02	40	37	93	6	71	251	46	047	4%	
GUARANHUNS EMPREENDIMENTOS												
INTERMEDIACOES E PARTIC							036			036	4%	
EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A	34	58	02	91	05	95	92	088	004	799	4%	
MAIS FILMES LTDA							43	222	610	675	4%	

MARCOS VALERIO FERNANDES DE SOUZA	1	1		81	9	12	383	336	17	082	4%
EMPRESA JORNALISTICA TRIBUNA DO BRASIL							130	583	63	976	4%
SIMONE REIS L. VASCONCELOS							647	050		697	4%
OUTROS	7.704	4.726	5.929	1.912	9.732	5.746	5.429	58.230	4.272	86.700	6%
TOTAIS	6.156	1.427	1.006	9.643	4.756	9.005	81.217	40.577	10.641	35.450	004%
%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	

7.6.1.6 RELAÇÃO DOS SAQUES NAS EMPRESAS DO GRUPO ECONÔMICO “MARCOS VALÉRIO”

O objetivo desta relação é demonstrar os saques das contas pertencentes ao grupo econômico “Marcos Valério” que tiveram como beneficiários as próprias empresas. Isto porque, conforme depoimento do próprio Marcos Valério, os repasses de numerários eram feitos através de cheques endossados pelas próprias empresas.



Planilha 07

TITULAR	EM REAIS										OTIAIS	FAVORECIDO
	997	998	999	000	001	003	003	004	005	006		
25 PARTICIPAÇÕES LTDA								0,019.345			0,019.345	25 PARTICIPAÇÕES LTDA
25 PARTICIPAÇÕES LTDA								25.000			25.000	CRISTIANO DE MELLO FRANCISCO MARCOS
25 PARTICIPAÇÕES LTDA								0,000			0,000	CASTILHO SANT JOSE ROBERTO MOREIRA DE
25 PARTICIPAÇÕES LTDA								0,000			0,000	MELLO
25 PARTICIPAÇÕES LTDA								04.950			04.950	MARCOS VALERIO F. SOUZA MARGARETH MARIA DE
25 PARTICIPAÇÕES LTDA								0,000			0,000	QUEIROZ FREITAS MULTI-ACTION
25 PARTICIPAÇÕES LTDA								4.887			4.887	ENTRETENIMENTOS LTDA ROGERIO LANZA
25 PARTICIPAÇÕES LTDA								6.430	1.500		97.900	TOLENTINO
25 PARTICIPAÇÕES LTDA								68.000			68.000	SMP & B
<b>SUB-TOTAL</b>								<b>460.383</b>	<b>1.500</b>		<b>961.882</b>	

DNA PROPAGANDA								0,000			30,000	25 PARTICIPAÇÕES LTDA
DNA PROPAGANDA								79,361			79,361	CRISTIANO DE MELLO PAZ
DNA PROPAGANDA	704,658	046,068	355,170	24,287	469,274	46,011	75,516	99,770	34,000		759,024	DNA
DNA PROPAGANDA	0,832										0,832	FEELING EDITORIAL LTDA FRANCISCO MARCOS C
DNA PROPAGANDA	848	4,829		0,000	45,000	9,943	60,600	37,500	1,136		106,256	SANTANA MARCOS VALEIO F. DE
DNA PROPAGANDA		1,200				16,667	34,357	20,600	1,136		194,559	SOUZA MARGARETH MARIA DE
DNA PROPAGANDA					0,000	4,667	6,877	37,500	5,000		64,004	QUEIROZ FREITAS MULTI-ACTION
DNA PROPAGANDA				11,678				95,879	81,403		187,010	ENTRETENIMENTOS LTDA RAMON HELLER BACH
DNA PROPAGANDA									1,136		1,136	CARDOSO
DNA PROPAGANDA								0,000			9,900	RENILDA MARIA S F SOUZA
DNA PROPAGANDA	20,000	165,590						05,560	00,000		587,150	SMP&B PUBLICIDADE LTDA
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>640,458</b>	<b>247,707</b>	<b>355,170</b>	<b>95,915</b>	<b>623,654</b>	<b>29,288</b>	<b>760,270</b>	<b>490,740</b>	<b>135,893</b>		<b>5.988,233</b>	

FEELING PROPAGANDA LTDA			21,000								21,000	FEELING PROPAGANDA LT.
<b>SUB-TOTAL</b>			<b>21,000</b>								<b>21,000</b>	
GRAFFITI PARTICIPAÇÕES LTDA					8,000						8,000	MARCOS VALERIO FERNANDES DE SOUZA
<b>SUB-TOTAL</b>					<b>8,000</b>						<b>8,000</b>	
MULTI-ACTION ENTRETENIMENTOS LTDA								75,517	03,104		76,621	MULTI ACTION
MULTI-ACTION ENTRETENIMENTOS LTDA					0,595	4,630	0,000				25,125	SMP&B COMUNICAÇÃO
<b>SUB-TOTAL</b>					<b>0,595</b>	<b>4,630</b>	<b>0,000</b>	<b>75,517</b>	<b>03,104</b>		<b>01,845</b>	

SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA							50,000				50,000	RENILDA MARIA S F SOUZA SMP&B COMUNICAÇÃO
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA							00,000	50,000	21,520	6,034	51,614	LTDA
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	1,746	6,751		0,000	16,000	9,000	21,760	61,110	7,809		15,167	CRISTIANO DE MELLO PAZ
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA		27,500	061,000			5,000	000,000	0,000			654,500	DNA PROPAGANDA LTDA ESTRATEGICA MARKETING
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA									0,000		0,000	
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	0,000										0,000	FEELINGS EDITORIAL LTDA FRANCISCO DE ASSIS
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA								510,000			910,000	NOVAES SANTOS GRAFFITI PARTICIPAÇÕES
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA		5,240									5,240	LTDA
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	1,324	9,030		03,240		98,236	06,111				46,721	MARCOS VALERIO F SOUZA MULTI-ACTION
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA				43,403	30,500	49,558	45,028				88,389	ENTRETENIMENTOS LTDA RAMON HELLER BACH
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	0,350	6,741			4,000	1,514	60,000	0,000	0,737		63,302	CARDOSO
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA		6,751									6,761	RENILDA MARIA S F SOUZA ROGERIO LANZA
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	0,000	2,000		29,800	000		3,800	0,000			73,700	TOLENTINO
SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA	376,817	0,217,895	793,531		67,895	4,630		3,852			4,314,143	LTDA SMP&B COMUNICAÇÃO
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>200,288</b>	<b>0,971,916</b>	<b>816,531</b>	<b>16,552</b>	<b>45,696</b>	<b>090,359</b>	<b>146,630</b>	<b>38,542</b>	<b>94,372</b>		<b>7,359,795</b>	

LTDA	SMP&B S PAULO COMUNICACAO									6.350	CRISTIANO DE MELO PAZ
LTDA	SMP&B S PAULO COMUNICACAO	0.000								0.000	FEELING EDITORIAL LTDA
LTDA	SMP&B S PAULO COMUNICACAO		0.350							0.350	MARCOS VALERIO
LTDA	SMP&B S PAULO COMUNICACAO	04.786	70.378	1.200	20.044	63.523				046.952	FERNANDES DE SOUZA SMP&B S PAULO COMUNICACAO LTDA
	SUB-TOTAL	64.786	01.078	1.200	20.044	63.523				140.631	
EMPRESARIAL S-C	TOLENTINO & MELO ASSESSORIA							00.000	0.986	40.986	2 S PARTICIPACOES LTDA
EMPRESARIAL S-C	TOLENTINO & MELO ASSESSORIA					355		0.600	80.000	45.585	JOSE ROBERTO MOREIRA DE MELO
EMPRESARIAL S-C	TOLENTINO & MELO ASSESSORIA							0.000	13.000	33.000	MARCOS VALERIO F. SOLZA ROGARIO LANZA
EMPRESARIAL S-C	TOLENTINO & MELO ASSESSORIA								47.000	47.000	TOLENTINO
	SUB-TOTAL					355	0.000	30.000	80.986	66.571	
	TOTAIS	014.657	6.020.702	383.007	210.512	513.160	018.361	196.809	643.190	505.863	9.527.959

A relação analítica dos saques está apresentada no ANEXO 9.3 - MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - DESTINAÇÃO DE RECURSOS ENTRE PESSOAS DO GRUPO ECONÓMICO "MARCOS VALÉRIO".

### 7.6.1.7 CONCLUSÃO

Os relacionamentos das diversas informações contidas nas movimentações financeiras, juntamente com outros documentos investigativos como contratos de publicidade, declarações de rendas, notas fiscais, depoimentos, sigilos telefônicos são linhas de investigações utilizadas por essa Comissão para apuração de denúncias envolvendo o empresário Marcos Valério.

### 7.6.2 BÔNUS BANVAL E GUARANHUNS

No item anterior vimos que o Sr. Marcos Valério utilizou-se em geral do repasse direto de recursos aos beneficiários do *Valerioduto*.

Em dois casos, no entanto, valeu-se de intermediários: as empresas Bônus Banval e Guaranhuns.

#### 7.6.2.1 BÔNUS BANVAL

A Bônus Banval foi envolvida nos trabalhos desta CPMI a partir da identificação de movimentações financeiras com a empresa 2S Participações e do reconhecimento contábil na SMP&B de operação denominada Mútuo.

Tais movimentações tiveram a seguinte origem:

O escritório Rogério Lanza Tolentino & Associados obteve junto ao Banco BMG, em 26/04/2004, empréstimo no valor bruto de R\$ 10 milhões (líquido, R\$ 9.962.440,00). Para a liberação deste suposto "empréstimo" foi dada a garantia de aplicação em CDB efetuada pela DNA Propaganda, aplicação esta feita com recursos originados da Visanet, conforme descrito no tópico 7.2.1.4 deste Relatório.

A movimentação financeira do empréstimo na empresa Rogério Lanza Tolentino & Associados, obtida através dos dados bancários, é apresentada a seguir:



Descrição	Doc.	Valor
Ingresso do empréstimo		9.962.440,00
(-) CPMF		(37.857,00)
(-) repasse à 2S Participações	Cheque 850006	(6.463.733,00)
(-) repasse à Bônus Banval	Cheque 850002	(2.688.350,00)
(-) repasse à Bônus Banval	Cheque 850001	(772.500,00)

Dessa forma, inicialmente, a 2S Participações recebeu R\$ 6.463.733,00 e a Bônus Banval recebeu R\$ 3.460.850,00.

A 2S Participações, no período em questão, pertencia a Marcos Valério Fernandes de Souza e Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza.

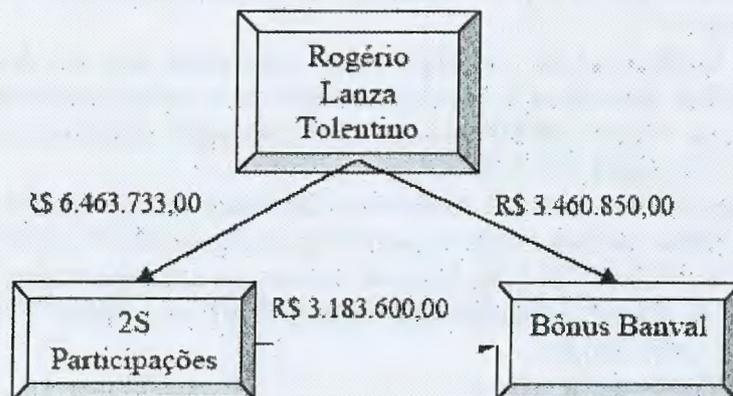
A corretora Bônus Banval, no mesmo período, era composta por um grupo de empresas cuja principal atividade é a corretagem na BM&F e tinha como sócio o Sr. Enivaldo Quadrado.

No período compreendido entre 28/04/2004 e 14/06/2004, a 2S Participações transferiu financeiramente à corretora Bônus Banval diversos cheques, totalizando R\$ 3.183.600,00.

A composição é apresentada a seguir:

Favorecido	Data do depósito	Número do documento (cheque)	Valor R\$
Bônus Banval Comercio Ltda	28/04/2004	850008	200.000,00
Bônus Banval Comercio Ltda	29/04/2004	850014	1.000.000,00
Bônus Banval Commodities Corretora de Mercado	04/05/2004	850020	270.000,00
Bônus Banval Commodities Corretora de Mercado	07/05/2004	850021	220.100,00
Bônus Banval Commodities Corretora de Mercado	24/05/2004	850040	200.000,00
Bônus Banval Commodities Corretora de Mercado	24/05/2004	850046	200.000,00
Bônus Banval Commodities Corretora de Mercado	24/05/2004	850047	1.000.000,00
Bônus Banval Comercio Ltda	01/06/2004	850055	50.000,00
Bônus Banval Comercio Ltda	14/06/2004	850183	43.500,00
<b>Total</b>			<b>3.183.600,00</b>

O quadro a seguir apresenta as entradas de recursos apuradas até 14/06/2004.



A movimentação líquida dos ingressos até 14/06/2004 era:

2S Participações - R\$ 3.280.133,00

Bônus Banval - R\$ 6.644.450,00

A Bônus Banval, como é comum entre as corretoras de valores, controlava os recursos dos seus clientes em contas internas denominadas "contas controle". Financeiramente, o recurso ingressa na conta corrente da corretora.

Os recursos acima foram registrados internamente na conta corrente interna (controle) do cliente Natimar Negócios e Intermediações Ltda.

De acordo com o depoimento de Carlos Alberto Quaglia, sócio da empresa Natimar, Enivaldo Quadrado informou que por problemas técnicos não poderia fazer o estorno dos valores que teriam sido creditados na conta corrente da Natimar por engano e, portanto, solicitou a assinatura de diversas transferências.

No item 7.3.3.1.1 está transcrita parte do depoimento de Carlos Alberto Quaglia, na qual informa a existência do problema de “logística de caixa”.

#### **7.6.2.1.1 AS DIFERENTES VERSÕES PARA A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA OCORRIDA**

a) A versão de Marcos Valério e Rogério Lanza Tolentino

Em sua versão, Rogério Lanza Tolentino informa que foi repassado à Bônus Banval o valor de R\$ 9.783.009,00.

Desse recurso, R\$ 3.915.000,00 foram destinados ao Partido dos Trabalhadores e R\$ 5.861.213,00 não foram utilizados, tendo sido por isso devolvidos.

Além disso, afirma a existência de R\$ 6.796,00 pendentes de devolução pela corretora Bônus Banval.

Os principais trechos do seu depoimento:

*O SR. ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – Na realidade, o que foi encaminhado pela 2S na sua totalidade? Assim é contabilizado: R\$9.783.009,93. Repasse para o PT, com intermédio da SMP&B: R\$3.915 redondo. Está na contabilidade. O que ocorreu? Devoluções efetuadas por Bônus-Banval com depósito no Banco do Brasil. Lista, total devolvido: 6.796,70. É o saldo na conta-corrente e que voltou dessa forma nesses cheques que aqui estão elencados. Essa é a informação contábil da operação.*

Muito embora Rogério Lanza Tolentino tenha informado em seu depoimento que R\$ 3.915.000,00 foram destinados a partidos políticos, bem como registrados contabilmente, Marcos Valério, na relação dos beneficiários, informa que o valor repassado ao PT através da Bônus Banval foi de R\$ 3.515.000,00.

A análise financeira dos extratos bancários demonstra que o valor identificável como depositados na Bônus Banval e supostamente repassado ao PT, PL e PP, por indicação do Sr. Delúbio, foi de R\$ 3.183.600,00. Marcos Valério, em seu depoimento à Polícia Federal, confirma o valor de R\$ 3.915.000,00 como repasse ao PT e o compõe da seguinte forma:

Partido Liberal R\$ 900.000,00  
PT/RJ R\$ 750.000,00  
PT/DF R\$ 120.000,00  
PT /Nacional R\$ 945.000,00  
Partido Progressista R\$1.200.000,00  
**TOTAL R\$3.915.000,00**

Foi possível verificar o registro contábil do retorno do montante de R\$ 5.861.213,00 anteriormente mencionados. Marcos Valério entregou a esta CPMI a relação dos cheques que comporiam a referida devolução, conforme segue:

#### **Data Descrição contábil Valor**

30/6/2004 Devolução Bonus Banval 1.199.980,00  
21/10/2004 Dinamo Dist. de Petroleo 1.707.700,00  
8/11/2004 La Gard do Brasil Ltda 116.896,76  
8/11/2004 Kapcon Comércio Importadora Ltda 100.000,00  
8/11/2004 Lord Ind. Com. em Plasticas 267.570,00  
10/11/2004 Itafarma Imp. e Exp. Ltda. 18.491,50

Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios”

Volume I - Pág. 696

10/11/2004 Kapcon Comércio Importadora Ltda 99.000,00

10/11/2004 Pecuaria Novo Horizonte Ltda 61.600,00

10/11/2004 Cigma Projetos Eng. Constr 369.908,50

10 e 11/11/2004 Kapcon Comércio Importadora Ltda 540.473,65

Total de Depósitos Não Identificados 1.469.196,97

Total de Cheques Devolvidos (89.604,75)

**Total 5.861.212,63**

Pelo fato de não ter sido disponibilizada a documentação suporte que comprove a natureza dos valores depositados ou a operação comercial que ampare tais recebimentos, a movimentação contábil pode ter sido simulada tendo por base valores financeiros movimentados.

b) A Versão de Enivaldo Quadrado - Bônus Banval

Em seu depoimento, Enivaldo Quadrado afirma ter recebido R\$ 6,55 milhões de Rogério Lanza Tolentino e Associados e que, por determinação de Marcos Valério, repassou esse recurso para a Natimar. A transferência ocorre apenas na conta de controle das operações da empresa Natimar, cliente da Bônus Banval, explicada anteriormente.

Observe-se parte da transcrição do depoimento:

*O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A síntese disso que V. S<sup>a</sup> está nos apresentando são documentos relativos a quê?*

*O SR. ENIVALDO QUADRADO – Relativos a essas aplicações e a todos os resgates feitos.*

*O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo que, na Bônus Banval, o senhor operou que diga respeito a Marcos Valério e a suas empresas – tudo – está contido nisso?*

*O SR. ENIVALDO QUADRADO – Tudo está aí. Inclusive, ele disse à imprensa e aos senhores que tinham sido três milhões, três milhões e meio. Eu levei a informação à Polícia Federal – estou entregando aos senhores aí – de que foram seis milhões e meio.*

Ainda segundo Enivaldo Quadrado, após os recursos serem transferidos à Natimar, por solicitação da empresa depositante, ou seja, Rogério Lanza Tolentino & Associados, a Bônus Banval não mais tinha ingerência sobre os valores.

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, aqui foi elucidada por V. S<sup>a</sup> uma contradição entre a declaração de Marcos Valério no sentido de que havia R\$3,5 milhões que passou para a Bônus-Banval para que fossem pagos a políticos do PP e do PT, como foi declarado por ele – e o Sr. Jacinto Lamas era tesoureiro do PL – e a declaração de V. S<sup>a</sup> de que recebeu R\$6,5 milhões.*

*O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.*

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Como V. S<sup>a</sup> recebeu esses R\$6,5 milhões?*

*O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foram depósitos on-line*

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4164</b>
Doc: _____

feitos na minha corretora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para que esses R\$6,5 milhões?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Para investimentos na conta de um cliente na corretora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foram depósitos feitos a Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Na Bônus-Banval.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para fazer investimento onde?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Bônus-Banval era uma corretora que atuava nos mercados futuros. Esses recursos entraram na conta de um cliente da corretora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que cliente?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Natimar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas o senhor transfere e recebe. Por que o intermediário Natimar? Por que o senhor não pode, como corretor, fazer aplicação diretamente na Bolsa de Mercadorias e de Futuros?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A corretora não atua diretamente, Senador, mas com clientes.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas as empresas do Sr. Marcos Valério não são clientes? A Tolentino, a 2 S Participações, por que ele não poderia fazer direto? São clientes da Bônus-Banval.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foram diretamente...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E por que a Natimar como intermediária?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Pelo tipo de aplicações no mercado de dólar futuro, no mercado de ouro à vista. Foi por isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas esse dinheiro terminava com V. S<sup>a</sup>, que fazia aplicação na BM&F.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – As aplicações ficavam sempre a critério do próprio cliente. A Natimar é que fazia os investimentos. A corretora só é o local onde se procede às liquidações.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quando havia resgate dessas aplicações da Natimar, qual era o destino desses recursos? Como se dava a entrega desses recursos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Entreguei, documentalmente, todos os TEDs, os DOCs. A maior parte a terceiros.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas chegava uma ordem para a Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Bônus-Banval tem que fazer os pagamentos e os recebimentos. A Bônus-Banval sempre aparece nas liquidações.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não entendi onde entra a Natimar. O dinheiro saía da empresa de Marcos Valério para a Bônus-Banval, chegava na conta da Bônus-Banval. Onde é que entra a

*Natimar?*

*O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Natimar é a empresa que operou, que fez as operações com esses recursos.*

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que dizia onde V. S<sup>a</sup> deveria aplicar: ouro, dólar.*

*O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ele é quem decide. É sempre o cliente que decide.*

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas não era V. S<sup>a</sup> que representava, que ia à Bolsa de Mercadorias e de Futuros com os aplicativos, escolhia?*

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Essa destinação... quem lhe dava a ordem sobre para quem deveria ir o recurso?*

*O SR. ENIVALDO QUADRADO – A própria Natimar.*

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nunca foi o Sr. Marcos Valério?*

*O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca foi o Sr. Marcos Valério.*

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer, V. S<sup>a</sup> nega, aqui, de forma categórica, que nunca repassou dinheiro para qualquer político?*

*O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nego de forma categórica.*

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nunca entregou a ninguém, de qualquer partido?*

*O SR. ENIVALDO QUADRADO – A ninguém. De qualquer partido.*

c) A Versão de Carlos Alberto Quaglia - Natimar

Segundo Carlos Alberto Quaglia, a Natimar operava com a Bônus Banval, pois esta corretora oferecia diversas vantagens, entre elas redução dos custos de corretagem e possibilidade de manutenção de saldos negativos por período curto de tempo.

Até junho de 2004 nunca tivera nenhum tipo de problema com a Bônus Banval, até a entrada indevida dos R\$ 6,5 milhões na conta controle da Natimar. Solicitou o ajuste da posição e foi informado pelo Sr. Enivaldo Quadrado que, em função de problemas com a logística do caixa, o ajuste não seria possível.

Para a regularização da posição de caixa, foram assinadas cartas de transferência autorizando a transferência de recursos para terceiros. Em seu depoimento, o Sr. Quaglia afirma não se lembrar dos valores nem dos beneficiários desses recursos e, ainda, afirma não conhecer Marcos Valério.

Observe-se parte de seu depoimento:

*O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Com relação aos fatos, e já entrando, Sr. Quaglia, em depoimento à Polícia Federal o senhor disse que os vários depósitos da Bônus-Banval na conta da Natimar no valor de R\$6,5 milhões foram por engano. Por que o senhor não exigiu imediatamente que fosse efetuado o estorno desse recurso?*

*O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Essa é uma história longa, mas eu exigí, eu pedi isso, mas já tinha uma histórica operação*

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fds: <u>4165</u>
Doc: _____

*com a operadora Bônus-Barval que sempre foi muito positiva para mim. Quando iniciei as operações com ele, no ano de 2003, ele me ofereceu vantagens que não poderia obter em outra operadora, foram várias: devolução de grande parte das notas de corretagem cobria, durante alguns dias, o saldo eventualmente negativo de minha conta que estava descoberto e me deixava preocupado, depositava margem de garantia para operações futuras, coisa que exige a Bolsa BM&F. E nossa atividade foi sempre muito bem, eu sempre recebia as notas de corretagem corretas, que, na verdade, não são notas de corretagem da Bônus, são notas de corretagem da BM&F, mas que me chegavam através da Bônus. Sempre estavam corretas, de acordo com... E depois eu, por telefone, me informava da situação da conta. Às vezes, ficava negativa, e ela cobria efetivamente. Numa oportunidade, ele me falou de problemas – acho que ele chamou de logística – na tesouraria do caixa. O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PMDB – PR) – Logística? O SR. CARLOS ALBERTO QUAGLIA – Logística na tesouraria do caixa da corretora e que, por essa razão, tinha depositado – e vai aparecer na contabilidade deles –, em minha conta valores maiores do que realmente tinha. Eu falei para ele que, no meu caso, não tinha problema, que era só estornar isso; se era um erro de caixa, que estornasse. Ele falou que não podia fazer isso porque estava sofrendo uma auditoria externa. Não me explicou de quem era a auditoria, eu também não entrei em detalhes, mas que não podia fazer esse estorno nesse momento por causa de uma auditoria externa. Mas ele falou para mim que podíamos deixar minha conta com saldo normal, resolver o problema, se eu permitia para ele repassar o saldo excessivo na minha conta, para outra conta dele. Eu acedi a isso, e assinei bastantes cartas de transferência para outra conta dele. Preciso declarar que uma conta numa corretora não é o mesmo que uma conta em banco; uma conta numa corretora é de absoluto controle da corretora, pois a contabilidade não está atrelada ao Banco Central como está, por exemplo, a conta corrente de um banco. Então, ele pode fazer o que bem entender. Mas não pensei, em nenhum momento, claro, que isso poderia ter haver com alguma coisa que pudesse me prejudicar, ou alguém. Simplesmente, de alguma maneira, estava ajudando ele, acedendo a isso, como ele me ajudava quando a vantagem que me oferecia eu não encontrava em outra corretora.*

*Neste momento, hoje, eu afirmo que só nesse valor que ele...*

*Claro, a ele chegava a valores, não sei se em dinheiro vivo, ou a conta corrente bancária da corretora; e ele devia repassar esse valor para uma pessoa que não deve aparecer. Claro, essa é uma conclusão que estou fazendo hoje depois de todos esses acontecimentos. Ele simplesmente faz esse jogo e oculta o que está acontecendo. Isso durou bastante tempo.*

d) Comentários adicionais sobre as três versões

Foi possível, através da movimentação financeira no período, verificar que foram efetivamente transferidos à conta da Bônus Banval pela Rogério Lanza Tolentino & Associados e 2S Participações o total de R\$ 6.644.450,00, desmentindo dessa forma a versão de Marcos Valério.

Especificamente com relação às saídas dos recursos, foi possível verificar, através da conciliação entre o depoimento de Rogério Lanza Tolentino e da movimentação financeira da Bonus Banval, que R\$ 3.183.600,00 foram destinados à Bônus Banval.

A corretora Bônus Banval contratou a empresa Assessor Consultores Empresariais Ltda. para efetuar levantamento na conta corrente controle da Natimar. Nesse trabalho, apuraram-se ingressos totais no período de 03/02/2004 a 13/09/2004 no montante de R\$ 9.537.830,00. Dentre esses ingressos está o valor de R\$ 6.550.950,00, mencionado pelo sr. Enivaldo Quadrado em depoimento, e outros ingressos, no valor de R\$ 2.986.880,00, ocorridos através de diversos depósitos bancários.

A análise da empresa Assessor abrange todas as movimentações da empresa Natimar, não se limitando às movimentações originadas pelos depósitos da Rogério Lanza Tolentino & Associados e da empresa 2S Participações.

Não foi possível obter maiores detalhes acerca dos R\$ 3.460.850,00 restantes (R\$ 6.644.450,00 – R\$ 3.183.600,00) transferidos à Bônus Banval, nem apurar se os ingressos adicionais na conta corrente controle da Natimar, no valor de R\$2.986.880, totalizando assim R\$ 9.537.830 mencionados pela empresa Assessor, referem-se a novos ingressos do sistema *Valerioduto*.

Sugerimos que o Ministério Público efetue aprofundamento das análises na conta corrente controle da Natimar (mantida na corretora Bônus Banval), na própria Bônus Banval e na 2S Participações, com o objetivo específico de analisar as origens dos R\$ 2.986.880,00, bem como na relação dos destinatários beneficiados, constantes no documento preparado pela empresa Assessor e apresentado no Anexo 11.1.

#### **7.6.2.1.2 RESUMO DOS FATOS NA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA BÔNUS BANVAL**

Através da movimentação financeira, podemos assim resumir os fatos ocorridos:

A 2S recebe R\$ 6.463.733,00 da Tolentino e repassa R\$ 3.183.600,00 à Bônus Banval, ficando com o saldo de R\$ 3.280.133,00.

A Bônus Banval recebe diretamente da Tolentino R\$ 3.460.850,00.

Marcos Valério declara que a Bônus Banval devolve R\$ 5.861.213,00, o que é inconsistente com as movimentações financeiras identificadas, dando indícios de que se trata de outras origens

#### **7.6.2.2 GUARANHUNS**

A Guaranhuns, conforme declaração de imposto de renda, é uma empresa prestadora de serviços com denominação social completa de Guaranhuns Empreendimentos Intermediações e Participações S/C Ltda.

O quadro acionário da empresa é a seguir apresentado:

Até 2001:

José Roberto Funaro

Lucio Bolonha Funaro

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4166</u>
Doc: _____
194

A partir de 2002 o quadro acionário passou a ser:

Esfort Trading S/A (empresa uruguaia)

José Carlos Batista

De 11/02/2003 a 27/08/2003, a SMP&B enviou para a Guaranhuns R\$ 6.035.742.

Destes recursos, R\$ 3.218 mil foram endossados a terceiros e R\$ 2.819 mil foram depositados na conta da própria Guaranhuns.

A relação dos cheques contabilizados na SMP&B encontra-se no tópico 7.3.4 deste Relatório.

Foi possível verificar que os valores informados pelo Sr. Marcos Valério e registrados contabilmente foram efetivamente transferidos para a conta corrente da empresa Guaranhuns.

Segundo informações de Simone Reis Lobo Vasconcelos, Rogério Lanza Tolentino e Marcos Valério, os recursos que movimentaram através da Guaranhuns foram destinados exclusivamente ao Partido Liberal.

*A Sra. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS - Marcos*

*Valério Já me disse isso.*

*O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Foi ele*

*também que lhe disse que o dinheiro da Guaranhuns ia para Waldemar*

*Costa Neto?*

*A Sra. SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS - Sim*

Marcos Valério declarou em depoimento a Polícia Federal que “(...) os cheques emitidos em nome da Guaranhuns eram entregues a pessoas indicadas pelos Srs. Waldemar Costa Neto e Jacinto Lamas”.

É apresentada abaixo a composição dos cheques destinados à Guaranhuns:

**Data Cheque Valor Informações do TCU**

11/2/2003 725259 200.000,00 Waldemar Costa Neto - Erste Banking Emp. Interm. E Participações Ltda (informação M.

Valério, cheque administrativo).

11/2/2003 725261 150.000,00 Waldemar Costa Neto - Erste Banking Emp. Interm. E Participações Ltda (informação M.

Valério, cheque administrativo).

11/2/2003 725257 100.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda (informação M. Valério, cheque

administrativo)

11/2/2003 725258 50.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda (informação M. Valério, cheque

administrativo)

19/2/2003 725309 70.000,00 Waldemar Costa Neto - Engefrin Assessoria e Fomento Mercantil Ltda (Informação M. Valério).

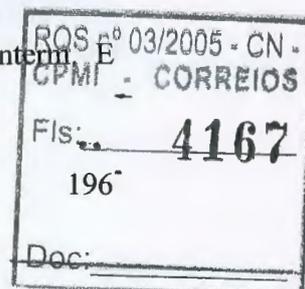
19/2/2003 725310 80.000,00 Waldemar Costa Neto - Engefrin Assessoria e Fomento Mercantil Ltda (Informação M. Valério).

19/2/2003 725313 90.000,00 Waldemar Costa Neto - Edna Maria Ricci Borini Artero (informação M. Valério).

19/2/2003 725311 120.000,00 Waldemar Costa Neto - Edna Maria Ricci Borini Artero (informação M. Valério).

19/2/2003 725312 140.000,00 Waldemar Costa Neto - Edna Maria Ricci Borini Artero (informação M. Valério).

26/2/2003 725364 170.000,00 Waldemar Csota Neto - LC Imóveis S/A (informação M. Valério - cheque administrativo).  
26/2/2003 725362 85.000,00 Waldemar Csota Neto - LC Imóveis S/A (informação M. Valério - cheque administrativo).  
26/2/2003 725263 95.000,00 Waldemar Costa Neto - Unitow Ltda (informação do M. Valério - cheque administrativo).  
26/2/2003 725360 75.000,00 Waldemar Costa Neto - BRA Transportes Aéreos Ltda (Informação M. Valério. Cheque administrativo).  
26/2/2003 725361 75.000,00 Waldemar Costa Neto - BRA Transportes Aéreos Ltda (Informação M. Valério. Cheque administrativo).  
6/3/2003 725411 97.000,00 Waldemar Costa Neto - Temon - Rec. Montag. Const. Ltda (Informação M. Valério)  
6/3/2003 725412 102.000,00 Waldemar Costa Neto - Temon - Rec. Montag. Const. Ltda (Informação M. Valério)  
6/3/2003 725410 99.000,00 Waldemar Costa Neto - Temon - Rec. Montag. Const. Ltda (Informação M. Valério)  
6/3/2003 725409 98.000,00 Waldemar Costa Neto - Temon - Rec. Montag. Const. Ltda (Informação M. Valério)  
6/3/2003 725408 104.000,00 Waldemar Costa Neto - Temon - Rec. Montag. Const. Ltda (Informação M. Valério)  
12/3/2003 725447 150.000,00 Waldemar Costa Neto - Schahim Engenharia Ltda (informação M. Valério)  
12/3/2003 725448 65.000,00 Waldemar Costa Neto - Schahim Engenharia Ltda (informação M. Valério)  
12/3/2003 725449 85.000,00 Waldemar Costa Neto - Schahim Engenharia Ltda (informação M. Valério)  
17/3/2003 725469 78.000,00 Waldemar Costa Neto - Adhemar de Barros Filho (informação M. Valério)  
17/3/2003 725470 66.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda (informação M. Valério)  
17/3/2003 725471 88.000,00 Waldemar Costa Neto - Adhemar de Barros Filho (informação M. Valério)  
17/3/2003 725472 68.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda (informação M. Valério)  
24/3/2003 725502 69.000,00 Waldemar Costa Neto - Erste Banking Emp. Intern. E Participações Ltda (informação M. Valério, cheque administrativo).  
24/3/2003 725501 96.000,00 Waldemar Costa Neto - Erste Banking Emp. Intern. E Participações Ltda (informação M. Valério, cheque administrativo).  
24/3/2003 725500 48.000,00 Waldemar Costa Neto - Erste Banking Emp. Intern. E Participações Ltda (informação M. Valério, cheque administrativo).  
24/3/2003 725503 87.000,00 Waldemar Costa Neto - Erste Banking Emp. Intern. E Participações Ltda (informação M. Valério,



cheque administrativo).

31/3/2003 725539 85.000,00 Waldemar Costa Neto - Temon - Rec. Montag. Const. Ltda  
(Informação M. Valério)

31/3/2003 725538 105.000,00 Waldemar Costa Neto - Temon - Rec. Montag. Const. Ltda  
(Informação M. Valério)

31/3/2003 725537 110.000,00 Waldemar Costa Neto - Temon - Rec. Montag. Const. Ltda  
(Informação M. Valério)

7/4/2003 725579 78.000,00 Waldemar Costa Neto - Destilaria de Álcool e Aguardente da  
Barra (Informação de M. Valério).

7/4/2003 725580 74.000,00 Waldemar Costa Neto - Destilaria de Álcool e Aguardente da  
Barra (Informação de M. Valério).

7/4/2003 725581 148.000,00 Waldemar Costa Neto - Destilaria de Álcool e Aguardente da  
Barra (Informação de M. Valério).

4/6/2003 débito 200.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)

11/6/2003 débito 200.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)

18/6/2003 811070 200.000,00 Guaranhuns

25/6/2003 334612 200.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)

2/7/2003 334662 200.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)

7/7/2003 334704 80.000,00 Waldemar Csota Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)

9/7/2003 334715 80.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)

10/7/2003 334729 40.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)

14/7/2003 334782 37.500,00 Guaranhuns (Cheque administrativo).

15/7/2003 334789 90.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)

16/7/2003 334820 50.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)

17/7/2003 334841 60.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)

22/7/2003 334898 90.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)

23/7/2003 334908 50.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)

24/7/2003 334928 60.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)

28/7/2003 334941 90.000,00 Guaranhuns (informação bancária).

29/7/2003 334973 50.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)

31/7/2003 335010 60.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)

4/8/2003 335042 90.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)  
6/8/2003 335056 50.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)  
7/8/2003 335071 60.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)  
11/8/2003 335087 90.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)  
14/8/2003 745511 110.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)  
18/8/2003 745526 90.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)  
19/8/2003 745547 50.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)  
20/8/2003 745550 60.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)  
27/8/2003 745596 100.000,00 Waldemar Costa Neto - Guaranhuns Empreendimentos Ltda  
(informação M. Valério)  
**TOTAL 6.037.500,00**

Sugere-se ao Ministério Público investigação adicional acerca das origens dos recursos e das declarações de receita apresentada pela empresa Guaranhuns.

Foi possível demonstrar através das explanações deste item, que o Sr. Marcos Valério apesar de ter estabelecido um padrão de operação financeira sofisticado e complexo justamente com o intuito de apagar os rastros de suas ilegalidades, como toda ação criminoso. Só que não há crime perfeito.

### **7.6.3 A FARSA CONTÁBIL**

#### **Análise Contábil das Empresas do Senhor Marcos Valério Registros Contábeis**

No dia 27/6/2005, por meio de uma operação de busca e apreensão no Escritório de Contabilidade Prata e Associados, empresa com sede em Belo Horizonte - MG, e responsável pela contabilidade das empresas do Senhor Marcos Valério e família, a Polícia Federal apreendeu 6 (seis) documentos, registrados em folhas de papel A4, com timbre da SMP&B e assinadas pelo Contador Marco Aurélio Prata - CRC/MG 45683/04.

Essa documentação apreendida apresenta os balanços sintéticos da SMP&B Comunicação findos em 31/12/2004 e 31/3/2005. Apresenta também Demonstração do Resultado dos Exercícios findos nas mesmas datas dos balanços. No Ativo dos Balanços Sintéticos não estão contabilizados empréstimos a receber e no Passivo estão contabilizados apenas R\$ 3.516.080,56 como "Empréstimos e Financiamentos", valor esse igual ao do empréstimo tomado pela SMP&B ao Banco BMG em 14/7/2004.

O fato comprova que antes da instalação da CPMI dos Correios, em 9/6/2005, a SMP&B não mantinha em sua contabilidade registro de empréstimos tomados nos Bancos BMG Rural e dos empréstimos ao PT.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4168</b>
198
Doc: _____

Na mesma situação se inserem as demonstrações financeiras da DNA Propaganda LTDA, apreendidas pela Polícia Federal na mesma data, assinadas pelo mesmo profissional de contabilidade. Nelas também não consta nenhum registro de empréstimo, no ativo ou no passivo.

O Senhor Marcos Valério, por sua vez, entregou à CPMI dos Correios 3 CDs contendo o Diário, o Razão e o Balancete mensal das empresas SMP&B, DNA e Graffiti. Essa contabilidade apresenta registros de empréstimos ao PT, diferentemente das demonstrações apreendidas pela Polícia Federal.

Vale mencionar que a análise de documentos bancários, físicos e de dados informatizados enviados pelos bancos à CPMI, apontava para uma concentração de recursos repassados a pessoas supostamente indicadas pelo Sr. Delúbio Soares - então tesoureiro do PT - segundo depoimentos do Sr. Marcos Valério, por via da conta bancária 2595-2, do Banco Rural, cujo titular é a SMP&B. A contabilidade entregue pelo Senhor Marcos Valério a esta CPMI confirmou essa concentração.

Menciona-se também que as Declarações de Imposto de Renda da SMP&B para os exercícios 2003 e 2004 foram retificadas na Receita Federal em 27/6/2005 e 28/6/2005, respectivamente, segundo informou a Receita Federal. As retificações ocorreram logo em seguida à instalação da CPMI, em 9/6/2005, o que evidencia a tentativa de justificar o envio de recursos a pessoas físicas e jurídicas com o argumento de que se tratava de empréstimos que não tinham sido contabilizados. O arquivo contido nos CDs entregues pelo Sr. Marcos Valério tem a data de 9/8/2005.

Como foi colocado, com propriedade, no Relatório Parcial de Movimentação Financeira, pelo Sub-Relator Gustavo Fruet:

*A análise contábil relacionada às empresas do Senhor Marcos Valério mostra inconsistência na identificação de entradas e saídas de recursos. Os documentos contábeis entregues a esta CPMI apresentam erros, lacunas e omissões, principalmente no que se refere ao registro dos supostos empréstimos. Em diversos casos, os números são incongruentes: o Senhor Marcos Valério chegou a apresentar quatro valores diferentes para o montante total dos recursos que teriam sido repassados ao PT, por exemplo.*

*Há claros indícios de fraude contábil, sugerindo que alguns lançamentos foram feitos tão somente para justificar os repasses ao Partido dos Trabalhadores. As declarações de Imposto de Renda fornecidas por Marcos Valério foram retificadas também, coincidentemente, após a data de instalação da CPMI.*

*Os valores tomados pela SMP&B junto aos Bancos Rural e BMG não constam do passivo da sua contabilidade, assinada pelo contador Marco Aurélio Prata. Tampouco os valores repassados pela SMP&B às pessoas indicadas por Delúbio Soares constam de seu ativo. Apenas em junho deste ano o empresário Marcos Valério apresentou uma retificação.*

### 7.6.3.1 O VALERIODUTO POR MARCOS VALÉRIO

O Sr. Marcos Valério, em seus depoimentos a esta CPMI e à Polícia Federal, reconhece e explica o *Valerioduto* como sendo uma relação de pagamentos que totaliza R\$ 55.841.227,81, realizada a mando do Sr. Delúbio Soares (Anexo 12.1).

Declara que os recursos são provenientes de empréstimos tomados junto aos Bancos Rural e BMG, compostos no item 7.1 deste Relatório.

Contudo, até o início dos trabalhos desta CPMI, essas operações, tanto os valores a pagar aos bancos BMG e Rural como os valores a receber do Partido dos Trabalhadores, não estavam representadas nos registros contábeis das empresas do Sr. Marcos Valério, quando todos os registros foram refeitos e reprocessados.

Ressalte-se que fraudar a contabilidade de uma empresa, alterando as características dos registros contábeis para que eles passem a representar fatos diferentes daqueles ocorridos, não é impossível. Em outras palavras, é possível que uma série de pagamentos feitos, independentemente de estarem registrados contabilmente ou não, ganhem, a partir do reprocessamento dos registros contábeis, novo significado contábil.

No intuito de averiguar a fidedignidade dos registros contábeis das empresas do Sr. Marcos Valério, consultores representantes da Comissão Parlamentar de Inquérito estiveram no Instituto Nacional de Criminalística de Departamento da Polícia Federal com o Perito Criminal Federal Leonardo Vergara, um dos subscritores do Laudo de Exame Contábil 3058/2005-INC, de 29/11/2005, que atestou a existência de fraude nos referidos registros contábeis.

A entrevista com o Sr. Vergara teve duração aproximada de 3 horas e teve o objetivo de detalhar as informações do referido laudo, bem como solicitar compartilhamento da base de dados e documentos apreendidos.

Diante da dificuldade do acesso ao inquérito na Polícia Federal, segundo se soube por ordem do Ministério Público, descontinuou-se o intento de compartilhamentos dessas informações.

Assim, a constatação, pelos peritos da Polícia Federal, da existência de fraude contábil, traduzida em laudo, serve de supedâneo à referida análise.

Entre as principais conclusões constantes no referido laudo, temos:

- *houve alterações nas AIDFs (ordem da prefeitura para poder emitir notas fiscais). Com base nas AIDFs adulteradas, a SMP&B mandou imprimir 25.000 notas fiscais falsas e a DNA, 55.000, totalizando 80.000 notas fiscais falsas. Essas informações constam, também, em documento emitido pela Prefeitura de Rio Acima (Anexo 12.2);*
- *houve pedido de cancelamento de notas junto à prefeitura, sendo que as mesmas foram utilizadas posteriormente;*
- *notas falsas emitidas sem o reconhecimento da prefeitura, com carimbo e assinatura falsos;*
- *a empresa DNA afirma ter utilizado notas canceladas, as quais a prefeitura afirma ter incinerado;*
- *várias dessas notas foram utilizadas para dar suporte a recebimento de recursos de empresas como o Banco do*

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: <u>4169</u>
Doc: _____

*Brasil, Eletronorte e Ministério do Trabalho;*

- *contabilidade viciosa, não representando adequadamente a situação patrimonial e financeira da pessoa jurídica;*
- *contabilidade original representava menos da metade da movimentação que a empresa declarou na contabilidade retificadora;*
- *na contabilidade original não foram registrados contratos de mútuo entre DNA e SMP&B;*
- *uma nota fiscal de R\$ 12.000.000,00, da DNA para a Eletronorte, não estava registrada na contabilidade, e foi dada como garantia em empréstimo ao BMG.*

A polícia de Minas Gerais apreendeu, em 14/07/2005, mais de 10.000 notas fiscais da empresa DNA Propaganda na casa do irmão do contador da empresa, Sr. Marco Aurélio Prata. No local havia indícios de que outras notas fiscais haviam sido incineradas.

As notas fiscais estavam emitidas, e em alguns casos foram encontradas inclusive as primeiras vias.

O quadro a seguir apresenta resumo das notas abertas por cliente:

**Cliente e Quantidade de notas**

Banco do Brasil S/A - 3939

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte - 1695

Ministério do Trabalho e Emprego - 517

Fiat Automóveis S/A - 412

Amazônia Celular S/A - 361

Telemig Celular S/A - 182

Editora e Distribuidora Universidade Ltda - 177

Companhia da Cor Studio Gráfico Ltda - 154

Terra Network Brasil S/A - 126

Canopus Empreendimentos e Incorporações Ltda - 112

Açominas S/A - 105

Demais - 2396

TOTAL - 10176

Com o reprocessamento da contabilidade, ficou o Sr. Marcos Valério obrigado a criar uma lógica que pudesse compor a referida lista. Tal lógica passa por operações contábeis incomuns, como apresentaremos adiante.

### **7.6.3.1.1 A VERSÃO CONTÁBIL DE MARCOS VALÉRIO PARA A “RELAÇÃO DE PESSOAS INDICADAS PELO PT”**

Com o objetivo de registrar contabilmente na empresa SMP&B Comunicação Ltda. os recursos repassados aos indicados pelo PT, que denominamos **Destinatários do Valerioduto**, foi criada a conta contábil denominada “Empréstimos ao PT”.

O saldo dessa conta, classificada erroneamente no grupo do passivo circulante da SMP&B, era de R\$ 55.941.227,81 em 01/10/2004, ou seja, R\$ 100.000,00 a mais do que a lista apresentada pelo próprio Sr. Marcos Valério como sendo o suposto “Empréstimo ao Partido dos Trabalhadores”.

Curiosamente, essa diferença refere-se a um pagamento efetuado, conforme a lista apresentada pelo Sr. Marcos Valério, em maio de 2005, cuja contabilização foi efetuada em 2004.

Este é o primeiro indício de que a contabilidade foi remontada para dar suporte à versão apresentada pelo Sr. Marcos Valério. Como os pagamentos não foram efetuados diretamente ao Partido dos Trabalhadores, mas por sua conta e ordem e de diversas formas, os registros contábeis deveriam espelhar essas formas.

No quadro a seguir é apresentada a seqüência contábil usada na montagem do saldo contábil da conta denominada "Empréstimos ao PT".

Pagamento efetuados por intermédio de:	Comentários	Valores
Cheques emitidos	a	30.393.876,20
Conta corrente Banco Rural	b	12.827.000,00
Guaranhuns (adiantamento)	c	6.037.500,00
2S Participações (Mútuo)	d	3.915.000,00
Adiantamento a fornecedores	e	1.891.190,94
Conta corrente Banco Brasil	f	400.000,00
DNA (Mútuo)	g	326.660,67
Conta corrente Bradesco	h	150.000,00
Saldo final da conta Empréstimos ao PT		55.941.227,81

Nas análises a seguir também será possível verificar a fragilidade da forma de contabilização efetuada, evidenciando a fraude contábil.

#### **a) Cheques emitidos**

Por meio de cheques emitidos, teriam sido pagos R\$ 30.393.876,10 dos valores registrados na conta denominada "Empréstimos ao PT".

O saldo contábil dos Cheques Emitidos foi atribuído às seguintes contas na contabilidade da SMP&B:

Banco Rural 29.475.534,37

Banco do Brasil 650.000,00

Bradesco 250.000,00

Conta caixa 18.341,73

**Total 30.393.876,10**

A composição das contas acima se deu por meio de vários cheques emitidos, cuja relação individual está apresentada no Anexo 12.3.

#### **b) Conta corrente Banco Rural**

De acordo com os registros contábeis, diretamente da conta Corrente Banco do Brasil teriam sido pagos R\$ 12.827.000,00. A constituição inicial da conta se deu através de vários cheques emitidos relacionados individualmente no (Anexo 12.4).

#### **c) Guaranhuns (adiantamento)**

Os registros contábeis indicam que R\$ 6.037.500,00 teriam sido repassados por intermédio da Guaranhuns.

Neste tópico a análise está restrita a aspectos contábeis, sendo que a análise relacionada à movimentação financeira da Guaranhuns está mencionada em tópico específico (7.3.3).

#### **d) 2S Participações (Mútuo)**

Os registros contábeis indicam que R\$ 3.915.000,00 teriam sido repassados por intermédio da 2S Participações.

RQS nº 03/2005 - CN -
SRM - CORREIOS
Fls: <b>4170</b>
202
Doc: _____

Nessa conta contábil está registrada parte da operação de transferência de recursos referente ao empréstimo tomado pelo escritório Rogério Lanza Tolentino & Associados Ltda. junto ao Banco BMG, no valor de R\$ 10 milhões.

A análise da movimentação financeira desta operação está mencionada no tópico 7.3.2.1 deste Relatório.

Muito embora a contabilidade apresente pagamentos da ordem de R\$ 3.915.000,00, na movimentação financeira referente a esse assunto foram identificados R\$ 3.183.600,00, conforme demonstrado a seguir:

<b>Data</b>	<b>Valor</b>
28/4/2004	200.000,00
29/4/2004	1.000.000,00
4/5/2004	270.000,00
7/5/2004	220.100,00
24/5/2004	1.400.000,00
1/6/2004	50.000,00
14/6/2004	43.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.183.600,00</b>

A diferença de R\$ 731.400,00, apurada entre a posição contábil e a posição financeira, demonstra que a contabilidade apresentada pelo Sr. Marcos Valério não possui o correspondente suporte para seus lançamentos, o que corrobora a fraude contábil já apontada no relatório da Polícia Federal.

#### **e) Adiantamento a fornecedores**

Os registros contábeis indicam que pagamentos efetuados a título de Adiantamento a Fornecedores, no montante de R\$ 1.891.190,94, foram atribuídos aos supostos "Empréstimos ao PT".

Na realidade, ao reconstituir a movimentação da conta de adiantamento a fornecedores, verifica-se que ela foi utilizada para o encontro de contas entre diversas operações, visando fechar o saldo do balancete com a Lista de Marcos Valério, caracterizando mais uma vez simulação contábil.

Para maior esclarecimento demonstra-se, a seguir, a operação contábil montada para que os registros contábeis totalizassem o saldo de R\$ 55.941.227,81 como "Empréstimo PT":

<b>Natureza do lançamento original</b>	<b>Valor</b>
Mútuo com a DNA	5.280.000,00
Distribuição de Lucros Graffiti	(1.389.000,00)
Conta Caixa	(1.995.658,00)
Outros Lançamentos	(23.878,01)
Varição de saldo 30/11/2003 a 31/12/2004	19.726,92
	<b>1.891.190,91</b>

#### **Mútuo com a DNA**

O saldo de mútuo com a DNA, no valor de R\$ 5.280.000,00 teve como origem três lançamentos contábeis, demonstrados a seguir:

**Descrição Valor**

Empréstimos em julho de 2004 2.250.000,00

Empréstimos em agosto de 2004 4.150.000,00

**Total de lançamentos a débito 6.400.000,00**

Devolução de empréstimo em setembro de 2004 (1.120.000,00)

**Saldo final 5.280.000,00**

Por se tratar de mútuo entre as empresas, este lançamento deveria estar registrado na conta mútuo nas empresas envolvidas.

A seguir apresentamos como as empresas DNA Propaganda e SMP&B Comunicação contabilizam tais lançamentos.

Na DNA, o tratamento dado à operação consistiu em reconhecer um empréstimo efetuado para a SMP&B, tendo como contrapartida uma saída de recursos em caixa. Esta forma de lançamento foi utilizada para o reconhecimento dos valores de R\$ 4.150.000,00 e R\$ 2.250.000,00 supostamente emprestados pela DNA à SMP&B.

Para a devolução, a forma de registro contábil foi inversa, ou seja, uma entrada de caixa em dinheiro e uma contrapartida redução do valor emprestado pela DNA.

Cabe ressaltar que, muito embora a SMP&B tenha reconhecido uma devolução de R\$ 1.120.000,00, a DNA reconheceu uma devolução de R\$ 1.170.000,00, ou seja, a DNA reconheceu uma devolução R\$ 50.000,00 maior do que a registrada pela SMP&B como sendo o valor pago. Outra evidência de fraude contábil.

Por outro lado, a SMP&B realizou lançamentos diferentes dos da DNA. No momento do recebimento fictício dos recursos, o lançamento contábil foi o reconhecimento de pagamento a empréstimo feito à DNA e um adiantamento a fornecedor.

Com relação à devolução, o lançamento contábil realizado foi o estorno de parte do lançamento original.

Como é possível verificar, a DNA reconheceu um empréstimo em dinheiro, ou seja, saída efetiva de caixa, e por outro lado a SMP&B não reconheceu a entrada de recursos em caixa. Essa forma de contabilização é inconsistente.

Se estas três operações envolvendo a conta caixa fossem verdadeiras, isso significaria que teriam transitado em dinheiro R\$7.520.000,00 entre as empresas DNA Propaganda e SMP&B no período de dois meses.

A seguir apresentamos a movimentação da conta contábil mútuo entre as empresas DNA Propaganda e SMP&B Comunicação.

Descrição	Mútuo na DNA	Mútuo na SMP&B
Saldo em 31/07/04	1.959.687,05 a receber da SMP&B	5.535.731,43 a receber da DNA
Movimento de julho	2.250.000,00 empréstimo à SMP&B	(2.250.000,00) recebimento da DNA
Movimento de agosto	4.150.000,00 empréstimo à SMP&B	(4.150.000,00) recebimento da DNA
Movimento de setembro	(1.170.000,00) recebimento da SMP&B	1.120.000,00 pagamento à DNA
Saldo em 30/09/2004	7.189.687,05 a receber da SMP&B	255.731,43 a receber da DNA

Como visto, a contabilidade da SMP&B registrou o lançamento de mútuo de forma distinta ao registro adotado na DNA, ou seja, lançamentos com objetivo de "ajustar" o saldo contábil para tentar dar sustentação ao "Empréstimos ao PT".



Isso comprova, além da simulação contábil, a montagem de uma operação para justificar a lista apresentada pelo Sr. Marcos Valério.

#### **7.6.3.1.2 DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS À GRAFFITI**

Ainda com relação à análise da conta contábil **Adiantamento a Fornecedores**, outro lançamento envolvido está relacionado à Distribuição de Lucros à Graffiti.

Na análise detalhada do lançamento, é possível verificar que trata-se de distribuições de lucros para Renilda Souza, Cristiano de Mello Paz e Ramon Cardoso, conforme demonstrado a seguir:

##### **Data Histórico Valor**

31/10/2004	Pagto distribuição de lucros n/mês Renilda Souza	148.000,00
31/10/2004	Pagto distribuição de lucros n/mês Cristiano Mello Paz	148.000,00
31/10/2004	Pagto distribuição de lucros n/mês Ramon Cardoso	148.000,00
30/11/2004	Pagto distribuição de lucros n/mês Renilda Souza	210.000,00
30/11/2004	Pagto distribuição de lucros n/mês Ramon Cardoso	210.000,00
30/11/2004	Pagto distribuição de lucros n/mês Ramon Cardoso	210.000,00
31/12/2004	Pagto distribuição de lucros n/mês Ramon Cardoso	105.000,00
31/12/2004	Pagto distribuição de lucros n/mês Cristiano Mello Paz	105.000,00
31/12/2004	Pagto distribuição de lucros n/mês Renilda Souza	105.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.389.000,00</b>

Uma distribuição de lucro normal pressupõe o pagamento de recursos ao acionista, seja através de pagamento em dinheiro, cheque, ou através de quitação de algum passivo que o acionista tenha com a empresa.

Porém, no caso em questão, o reconhecimento ocorreu diretamente na conta de adiantamento a fornecedores.

Na análise fiscal da SMP&B é possível verificar que a SMP&B informa não ter distribuído lucros ao longo do período de 2000 a 2004.

O fato de não ter existido a efetiva movimentação financeira e a SMP&B não ter reconhecido fiscalmente a distribuição de lucros evidenciam a fragilidade dos lançamentos contábeis apresentados e poderiam caracterizar uma montagem contábil para dar suporte à dita operação de “Empréstimos ao PT”. Mas trata-se somente de uma evidência que não permite afirmar, de forma categórica, que os empréstimos são uma farsa.

#### **7.6.3.1.3 CONTA CAIXA**

Ainda com relação à análise da conta contábil de adiantamento, foram reconhecidas entradas em dinheiro no valor de R\$ 1.995.658,00, reduzindo o saldo de adiantamento a fornecedores. Em função do detalhe existente nas informações contábeis, não é possível verificar a qual fornecedor se referem essas devoluções.

Data	Histórico	Valor
6/1/2004	rec. Devolução de adiantamento	102.458,00
12/1/2004	rec. Devolução de adiantamento	150.000,00
19/1/2004	rec. Devolução de adiantamento	180.000,00
20/1/2004	rec. Devolução de adiantamento	231.200,00
23/1/2004	rec. Devolução de adiantamento	225.000,00
19/2/2004	vlr devolução de adiantamento	146.000,00
19/2/2004	vlr devolução de adiantamento	240.000,00
26/2/2004	vlr devolução de adiantamento	170.000,00
28/2/2004	vlr devolução de adiantamento	170.000,00
30/9/2004	vlr devolução de adiantamento	188.500,00
31/10/2004	vlr devolução de adiantamento	192.500,00

total - 1.995.658,00

Na conta contábil **Adiantamento a Fornecedores** ficam registrados os valores adiantados aos fornecedores para posterior prestação de serviços. No momento em que esses serviços são prestados, os saldos contábeis são ajustados com base na nota fiscal do fornecedor.

Os lançamentos contábeis efetuados pela SMP&B Comunicação, apresentados no subitem **Adiantamento a Fornecedores**, evidenciam clara manipulação com o objetivo de tentar registrar contabilmente os recursos destinados ao *Valerioduto*.

#### f) Conta corrente Banco do Brasil

De acordo com os registros contábeis, diretamente da conta corrente Banco do Brasil teriam sido pagos R\$ 400.000,00 dos valores registrados a título de "Empréstimos ao PT".

Os pagamentos realizados diretamente da conta mantida junto ao Banco do Brasil foram:

Data	Cheque	Valor	Sacador
5/1/2004	271908	200.000,00	SMP&B Comunicação Ltda - não identificado beneficiário
24/9/2004	271912	200.000,00	Braspontex Com. Exter. Ltda
		400.000,00	

#### g) Mútuo com DNA

De acordo com os registros contábeis, teria sido repassado por intermédio da DNA o montante de R\$ 326.660,67 dos valores registrados na rubrica contábil denominada "Empréstimos ao PT".

Em 20/01/2004, foi sacado, através da DNA, em nome do Sr. Robson Ferreira Pego, o cheque nº 413171 do Banco Rural, no valor de R\$ 326.660,67, que foi considerado como parte da lista de Marcos Valério. Este saque coincide com a data do registro contábil.

RGS Nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Fls: 4172  
206  
Doc:

Analisando a movimentação financeira da empresa DNA, verificamos a existência de cheques sacados nos dias 15, 16 e 19 de janeiro, nos valores de R\$ 326.660,67, R\$ 653.321,34 e R\$ 653.321,34, respectivamente. É possível verificar que se tratam de valores múltiplos em datas consecutivas.

O cheque do dia 15 de janeiro de 2004 foi sacado pelo Sr. Luiz Eduardo Ferreira da Silva e convertido em espécie. Curiosamente, no mesmo dia, o Sr. Henrique Pizzolato recebeu o mesmo valor em um “pacote” entregue por “pessoa do PT”, como descreveu, e repassou a uma “outra pessoa do PT”, que diz saber a identidade. Posteriormente, Pizzolato confirma ter tomado conhecimento de que no “pacote” havia R\$ 326.660,67 em dinheiro, conforme declarou em depoimento prestado à CPMI dos Correios, no dia 18 de agosto de 2005.

A seguir reproduzimos trechos do depoimento:

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Bom.*

*Então, o Sr. Luiz Gushiken – e está provado, aqui, Sr.*

*Presidente, – tinha influencia muito grande sobre os Fundos. Digo isso porque nós estamos querendo agendar uma vinda do Ministro Luiz Gushiken e não temos conseguido. E o Ministro Luiz Gushiken desmentiu isto, e eu vejo, aqui, a Bancada do Governo não querer trazer o Ministro Luiz Gushiken. Eu acho que, em toda essa história, o Ministro Luiz Gushiken tem uma influência muito grande. O Sr. Henrique Pizzolato tem a sua influência, tem a sua culpa, mas, é claro, tinha toda uma orientação do Ministro Luiz Gushiken.*

*Agora, só para concluir, Sr. Presidente: a versão do Pacote recebido, a pedido do Sr. Marcos Valério, por uma pessoa que não era o Sr. Marcos Valério, realmente era totalmente inverossímil. Não dá para que nós acreditemos.*

*Agora, eu quero de V. S<sup>a</sup> que, pelo menos, confirme – já que cita, por duas vezes, tanto no primeiro contato para o senhor pegar essa encomenda – que seria uma pessoa do PT que iria pegar a encomenda. Depois, no seu depoimento à Polícia Federal, volta a repetir que a pessoa do PT esteve em seu prédio no período da noite. V. S<sup>a</sup> confirma que era uma pessoa do PT.*

*O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Se apresentou como uma pessoa do PT.*

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E quem era essa pessoa?*

*O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Senador, eu não participo do diretório e...*

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E V. S<sup>a</sup> entregaria uma encomenda a uma pessoa que não conhecia?*

*O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque a orientação que eu havia recebido era: entregar pra uma pessoa do PT.*

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Bom; hoje, quando V. S<sup>a</sup> sabe que havia ali uma quantia de R\$326 mil, V. S<sup>a</sup> acha que essa quantia era para uma pessoa do PT para quê? Para pagar contas da campanha do Rio de Janeiro?*

*O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Senador, eu não faço a menor idéia. Eu nem imagino... Eu disse aqui, no início, que custo a*

*crer... Não há evidência...*

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Como era essa pessoa do PT? Era baixa, alta, gorda, larga, magra, era mulher, homem?*

*O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Era uma pessoa normal. Já era noite quando ele chegou...*

*O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pessoa normal, quer dizer, dois braços, duas pernas, cabeça? Era isso? O senhor só se lembra disso?*

*O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – É. Era um homem.*

#### **h) Conta corrente Bradesco**

De acordo com os registros contábeis, a conta corrente Bradesco teria sido utilizada para efetuar pagamentos da ordem de R\$ 150.000,00 dos valores registrados como “Empréstimos ao PT”.

Os pagamentos realizados diretamente da conta mantida junto ao Bradesco foram:

#### **Data Cheque Valor Sacador**

29/09/2003 9 50.000,00 SMP&B Comunicação Ltda – não identificado beneficiário

03/10/2003 10 50.000,00 SMP&B Comunicação Ltda – não identificado beneficiário

17/09/2004 23 50.000,00 SMP&B Comunicação Ltda – não identificado beneficiário

**total - 150.000,00**

Estes cheques, é possível verificar, referem-se a recursos sacados em dinheiro no caixa.

### **7.6.3.2 LANÇAMENTOS CONTÁBEIS PARA PARTIDOS POLÍTICOS**

Verificamos registros contábeis para partidos políticos na contabilidade das empresas do Senhor Marcos Valério entregues por ele à CPMI dos Correios

A análise do Livro Diário da SMP&B permitiu a identificação dos seguintes lançamentos:



Data Movimento	Num Documento	Txt Historico	Valor Lançamento
26/12/2002	496000	PRESENTE P/FINANCEIRO PT CF NF 4960-MANOEL BERNARDES COM E I	17.250,00
21/02/2003	725326	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725327	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725328	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725329	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725330	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725331	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725332	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725333	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725334	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725335	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725336	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725337	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725338	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725339	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725340	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725341	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725342	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725343	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725344	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/02/2003	725345	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
26/02/2003	725374	VR EMPRESTIMO PT	160.000,00
06/03/2003		VR QUE SE TRANSFERE CFE EMPRESTIMO PT	2.000.000,00
21/03/2003	840394	PG PT-SERV GRAF PARC 01/03 CF NF 3698-FLAMAR GRAF E EDIT	100.000,00
21/03/2003	840395	PG PT-SERV GRAFICOS CF NF 105 AGENCIA GRAFICA NACIONAL LTDA	20.000,00
21/03/2003	840399	PG PT-SERV INFRA-ESTRUTURA EVENTOS DIVS-NF 68 LOCASHOW	19.700,00
24/03/2003	840410	PG PT MIDIA ANTEC CF NF 882-TISEL-TRAD E INTERP.SIMULT E ESC	30.000,00
26/03/2003	840430	REEMB.DESP VIAGEM S VASCONCELOS REUN PT	320,50
03/04/2003	725569	VALOR EMPRESTIMO PT	150.000,00
07/04/2003	70403	VALR EMPRESTIMO PT	250.000,00
07/04/2003		VALOR QUE SE TRANSFERE CONF. EMPRESTIMO PT	1.500.000,00
07/04/2003	725582	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
16/04/2003	725668	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00

22/04/2003	0	TED PARC 02/03 ANTECIP.MIDIA P/DIVS CLIENTES-NF 981 TISEL-PT	39.988,00
22/04/2003	0	TED PARC 02/03 PROD.IMPRESSOS DIVS-NF135 AGENCIA GRAF NAC-PT	19.988,00
22/04/2003	0	TED SERV.GRAF PARC 03/03-NF 3698 FLAMAR GRAF EDIT-PT	82.305,00
22/04/2003	0	TED SERV.INFRA-ESTRUTURA EM EVENTOS-NF 69 LOCASHOW-PT	29.538,00
22/04/2003	210982	PG PT-SERV.GRAFICOS PARC 03/03 NF 3698 FLAMAR GRAF EDIT	82.317,00
22/04/2003	210984	PG PT-SERV.INFRA ESTRUTURA EVENTO-NF 69 LOCASHOW EVENTOS	29.550,00
22/04/2003	210985	PG PT-PARC. 02/03 ANTECIP.MIDIA P/DIVS CLIENTES-NF 891 TISEL	40.000,00
22/04/2003	210986	PG PT PROD.IMPRESSOS DIVS.PARC.02/03 AG.GRAF.NACIONAL	20.000,00
06/05/2003	810719	VR EMPRESTIMO PT	190.000,00
06/05/2003	-	VLR EMPRESTIMO PT	100.000,00
15/05/2003	150503	VLR EMPRESTIMO PT (29/04 A 15/05)	1.500.000,00
16/05/2003	0	TED ENVIADA P/PAZ PUBLICIDADE NF 21-PLANEJ.ASS.SITE INST.-PT	295.500,00
21/05/2003	0	PT - TED ENVIADA IMPRESSOS P/CLIENTES DIVS-NF 163 AG.GRAF.NA	19.988,00
21/05/2003	0	PT- TED ENVIADA SERV.INFRA ESTRUTURA EVENTOS-NF 70 LOCASHOW	19.688,00
21/05/2003	0	PT-TED SERV.GRAFICOS PARC.03/03-NF 3698 FLAMAR GRAF EDIT	99.988,00
27/05/2003	270503	VLR EMPRESTIMO PT	300.000,00
28/05/2003	280503	VLR EMPRESTIMO PT (23/04 A 28/05)	4.000.000,00
28/05/2003	810900	VLR EMPRESTIMO PT	350.000,00
03/06/2003	30603	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
05/06/2003	810970	VLR EMPRESTIMO PT	260.000,00
09/06/2003	810986	VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00
09/06/2003	0	TED P/TROPICAL GRAFICA NF 2421-CARTAZES PROM.P/SMPB-PT	100.000,00
17/06/2003	811060	VLR EMPRESTIMO PT	157.000,00
18/06/2003	180603	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
24/06/2003	240603	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
03/07/2003	334674	VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00
04/07/2003	334676	VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00
10/07/2003	334731	VR EMPRESTIMO PT VLR CHEQUE EMITIDO	50.000,00
10/07/2003	334750	VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00
15/07/2003	150703	VLR EMPRESTIMO PT - (09/06 A 15/07)	700.000,00
17/07/2003	170703	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
17/07/2003	334842	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
14/08/2003		VR QUE SE TRANSFERE CFE EMPRESTIMO PT	2.537.500,00
19/08/2003	190803	VR EMPRESTIMO PT	150.000,00
19/08/2003	190803	VR EMPRESTIMO PT -(11/06 A 19/08)	2.000.000,00
25/08/2003	-	VLR EMPRESTIMO PT	80.000,00
04/09/2003	40903	VLR EMPRESTIMO PT	200.000,00
04/09/2003	745651	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
09/09/2003	90903	VLR EMPRESTIMO PT	100.000,00

RQS Nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

Fis: 4174  
210

Doc: \_\_\_\_\_

15/09/2003	745746	VR EMPRESTIMO PT	10.000,00
15/09/2003	745750	VR EMPRESTIMO PT	10.000,00
15/09/2003	745752	VR EMPRESTIMO PT	10.000,00
15/09/2003	745740	VR EMPRESTIMO PT	20.000,00
15/09/2003	745758	VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00
16/09/2003	745755	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
16/09/2003	745756	VR EMPRESTIMO PT	250.000,00
16/09/2003	745757	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
18/09/2003	745779	VR EMPRESTIMO PT	200.000,00
22/09/2003	220903	VR EMPRESTIMO PT	120.000,00
22/09/2003	745800	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
23/09/2003	745833	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
23/09/2003	745834	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
24/09/2003	240903	VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00
25/09/2003	250903	VLR EMPRESTIMO PT	250.000,00
25/09/2003	250903	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
29/09/2003	8	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
29/09/2003	9	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
29/09/2003	745876	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
30/09/2003	300903	VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00
30/09/2003	745883	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
30/09/2003	745884	VR EMPRESTIMO PT	150.000,00
30/09/2003	25159	FRETAMENTO DE AERONAVE INAUGURACAO SEDE PT C/USIMINAS RURAL CF NF 2	6.780,00
02/10/2003	21003	VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00
06/10/2003	745956	VR EMPRESTIMO PT	25.000,00
06/10/2003	61003	VLR EMPRESTIMO PT	35.000,00
07/10/2003	71003	VLR EMPRESTIMO PT	200.000,00
08/10/2003	745974	VR EMPRESTIMO PT	250.000,00
08/10/2003	745975	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
08/10/2003	745972	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
08/10/2003	745973	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
09/10/2003	141005	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
09/10/2003	141006	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
09/10/2003	141007	VR EMPRESTIMO PT	500.000,00
09/10/2003	745987	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
09/10/2003	745988	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
09/10/2003	745993	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
09/10/2003	745994	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
09/10/2003	745995	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
09/10/2003	745996	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
10/10/2003	141021	VR EMPRESTIMO PT	20.000,00
10/10/2003	745991	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
10/10/2003	745992	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
10/10/2003	745997	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
13/10/2003	141031	VR EMPRESTIMO PT	162.411,00

13/10/2003	6833	PG FRETAMENTO DE AERONAVE P/INAUGURACAO SEDE PT C/USIMINAS/RURAL-NF	6.780,00
15/10/2003	151003	VLR EMPRESTIMO PT	150.000,00
15/10/2003	151003	VLR EMPRESTIMO PT (17/09 A 15/10)	1.000.000,00
16/10/2003	141081	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
16/10/2003	141086	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
16/10/2003	141087	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
16/10/2003	141088	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
16/10/2003	141089	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
16/10/2003	141080	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
20/10/2003	141093	VR EMPRESTIMO PT	500.000,00
20/10/2003	141102	VR EMPRESTIMO PT	200.000,00
20/10/2003	141103	VR EMPRESTIMO PT	300.000,00
21/10/2003	-	VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00
21/10/2003	-	VLR EMPRESTIMO PT	100.000,00
23/10/2003	141121	VR EMPRESTIMO - PT	50.000,00
24/10/2003	241003	VLR EMPRESTIMO PT (26/09 A 24/10)	500.000,00
28/10/2003	281003	VLR EMPRESTIMO PT	185.000,00
28/10/2003	141166	VR EMPRESTIMO PT	200.000,00
30/10/2003	141174	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
03/11/2003	31103	VLR EMPRESTIMO PT	30.000,00
04/11/2003	141217	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
11/11/2003	111103	VLR EMPRESTIMO PT	100.000,00
13/11/2003	131103	VLR EMPRESTIMO PT (18/09 A 13/11)	2.000.000,00
18/11/2003	141368	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
20/11/2003	201103	VLR EMPRESTIMO PT	200.000,00
25/11/2003	251103	VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00
27/11/2003	271103	VLR EMPRESTIMO PT	200.000,00
04/12/2003	41203	VLR EMPRESTIMO PT	200.000,00
05/12/2003	51203	VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00
06/12/2003	61203	VLR EMPRESTIMO PT	120.000,00
09/12/2003	91203	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
10/12/2003	101203	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
10/12/2003	141495	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
16/12/2003	161203	VLR EMPRESTIMO PT	100.000,00
17/12/2003	413742	VLR EMPRESTIMO PT	100.000,00
17/12/2003	413743	VLR EMPRESTIMO PT	100.000,00
17/12/2003	413745	VLR EMPRESTIMO PT	150.000,00
18/12/2003	181203	VLR EMPRESTIMO PT	20.000,00
19/12/2003	191203	VLR EMPRESTIMO PT	100.000,00
22/12/2003	221203	VLR EMPRESTIMO PT	100.000,00
23/12/2003	413777	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
30/12/2003	413793	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
05/01/2004	271908	VR EMPRESTIMO PT	200.000,00
05/01/2004	413823	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
06/01/2004	60104	VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00

RQS nº 03/2005 - CN  
 CPMI - CORREIO  
 Fls: 4175  
 212  
 Doc: \_\_\_\_\_

06/01/2004	413825	VR EMPRESTIMO PT	200.000,00
07/01/2004	70104	VLR EMPRESTIMO PT	100.000,00
07/01/2004	413828	VLR EMPRESTIMO PT	350.000,00
09/01/2004	90104	VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00
13/01/2004		VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00
13/01/2004	413851	VR EMPRESTIMO PT	200.000,00
13/01/2004		TD PGTO SERV. PRESTADOS PRODUCAO EVENTO ALIANÇA PMDB/PT	26.888,41
14/01/2004	413859	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
14/01/2004	413860	VR EMPRESTIMO - PT	150.000,00
15/01/2004		VR RECEBIDO DA DNA P/ EMPRESTIMO PT	326.660,67
20/01/2004	200104	VLR EMPRESTIMO PT	200.000,00
20/01/2004	413887	VR EMPRESTIMO - PT	200.000,00
28/01/2004	280104	VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00
10/02/2004	100204	VLR EMPRESTIMO PT	50.000,00
19/02/2004	413981	VR EMPRESTIMO - PT	500.000,00
10/03/2004	100304	VLR EMPRESTIMO PT	236.070,00
24/03/2004		VR EMPRESTIMO PT - OPERAC P/BBVAL - AM	300.000,00
26/03/2004	414067	VR EMPRESTIMO - PT	100.000,00
29/03/2004	414070	VR EMPRESTIMO PT	100.000,00
29/03/2004	414071	VR EMPRESTIMO - PT	100.000,00
31/03/2004	310304	VLR EMPRESTIMO PT	47.644,03
26/04/2004	260404	VLR EMPRESTIMO PT	174.125,91
26/04/2004		VR EMPRESTIMO PT OPERAC P/ B BVAL	1.865.000,00
28/04/2004	280404	VLR EMPRESTIMO PT	970.000,00
30/04/2004		VR EMPRESTIMO PT OPERAC P/ B BVAL	1.650.000,00
04/05/2004	40504	VLR EMPRESTIMO PT	150.000,00
07/05/2004	70504	VLR EMPRESTIMO PT	1.000.000,00
20/05/2004	200504	VLR EMPRESTIMO PT	90.000,00
26/05/2004	260504	VLR EMPRESTIMO PT	90.000,00
31/05/2004		VLR EMPRESTIMO PT	200.000,00
09/06/2004	90604	VLR EMPRESTIMO PT	90.000,00
15/06/2004		VR EMPREST PT - OPERAC P/ BBVAL RM	50.000,00
16/06/2004		EMPRESTIMO PT - OPERC P/ BBVAL - LCM	50.000,00
17/06/2004	170604	VLR EMPRESTIMO PT	77.687,20
23/06/2004		VLR EMPRESTIMO PT	80.000,00
05/07/2004	50704	VLR EMPRESTIMO PT	3.256.940,00
05/07/2004	50704	VLR EMPRESTIMOS PT	1.000.000,00
05/07/2004	50704	VRL EMPRESTIMO PT	1.300.000,00
12/07/2004	120704	VLR EMPRESTIMO PT	1.000.000,00
14/07/2004		DIVIDENDOS PGS P/ SOCIA RENILDA - TRANSFERENCIA P/ PT	351.508,20
03/08/2004	30804	VLR EMPRESTIMO PT	400.000,00
03/08/2004	30804	VR EMPRESTIMO PT	1.550.000,00
03/08/2004	30804	VRL EMPRESTIMO PT	500.000,00
12/08/2004	120804	VLR EMPRESTIMO PT	274.000,00
12/08/2004	120804	VR EMPRESTIMO PT	68.600,00

16/08/2004	160804	VLR EMPRESTIMO PT	2.790.000,00
09/09/2004	414516	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
17/09/2004	23	VR EMPRESTIMO PT	50.000,00
24/09/2004	240904	VLR EMPRESTIMO PT ( 17 A 24/09).	250.000,00
24/09/2004	271912	VR EMPRESTIMO PT	200.000,00
01/10/2004	11004	VLR EMPRESTIMO PT	200.000,00
Soma:			60.206.715,92

Através da análise dos aspectos contábeis da empresa SMP&B, é possível evidenciar clara manipulação com o objetivo de tentar registrar contabilmente os recursos destinados ao *Valerioduto*.

### 7.6.3.3 CONCLUSÃO

As evidências coletadas no presente processo de investigação demonstram, de maneira cabal, que existiu extensa manipulação de dados e documentos.

Podem ser destacados diversos evidências que corroboram essa percepção. Entre essas, a descoberta, pela Polícia Federal, de 80.000 notas fiscais falsas das agências de Marcos Valério; a falsificação, também comprovada dos pedidos de autorização de emissão de notas fiscais (AIDF); A utilização de algumas dessas notas frias para o faturamento de serviços prestados à Visanet, à Eletronorte e ao Ministério do Trabalho.

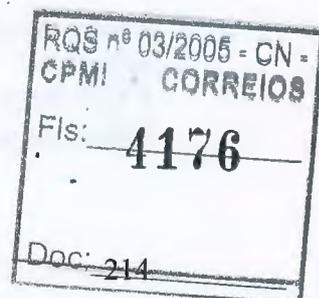
Recorde-se, também, a descoberta, pela Polícia Militar de Minas Gerais, de 10.176 notas fiscais das empresas de Marcos Valério, que estavam na iminência de serem incineradas pelo irmão do contador de Marcos Valério.

Apesar da importância da contabilidade apresentada pelo Sr. Marcos Valério para o trabalho de investigação desta CPMI, fica claro que, uma vez mais, se tentou, com informações inverídicas e montadas a partir do início do processo de investigação, obstruir o trabalho da CPMI e dar credibilidade a tese que buscava justificar o esquema montado.

### 7.6.4 A FRAUDE FISCAL

Com o objetivo de identificar e analisar inconsistências entre as informações das pessoas físicas e jurídicas que compõem, direta ou indiretamente, o chamado “núcleo Marcos Valério”, foram analisadas as informações disponibilizadas pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pelas instituições financeiras, em consequência do afastamento dos sigilos bancário e fiscal, relativos aos exercícios de 2000 a 2004, das seguintes pessoas físicas e jurídicas:

- Marcos Valério Fernandes de Souza (anexo 13.7);
- Renilda Maria Santiago (anexo 13.8);
- Cristiano de Mello Paz (anexo 13.6);
- Simone Reis Lobo de Vasconcelos (anexo 13.5);
- SMP&B Comunicações Ltda., CNPJ nº 01.322.078/0001-95 (anexo 13.1);
- SMP&B São Paulo Comunicação Ltda., CNPJ nº 62.799.184/0001-59 (anexo 13.2);



- SMP&B Comunicação Ltda., CNPJ nº 02.910.798/0001-34 (anexo 13.9);
- DNA Propaganda Ltda. (anexo 13.3);
- Graffiti Participações Ltda. (anexo 13.4);
- 2S Participações Ltda (anexo 13.11);
- Tolentino & Melo Assessoria Empresarial S/C Ltda. (anexo 13.17);
- MG5 Participações Ltda. (anexo 13.12);
- Feeling Propaganda Ltda. (anexo 13.16);
- Solimões Publicidade Ltda. (anexo 13.13);
- SF Assessoria Empresarial Ltda.;
- Praeseptu Centro de Prep. Equestre Ltda. (anexo 13.15);
- Pouso Alegre Editorações Ltda. (anexo 13.18);
- Star Aliance Participações Ltda. (anexo 13.10);
- Multi-Action Entretenimentos Ltda. (anexo 13.14);

#### **7.6.4.1 INFORMAÇÕES ANALISADAS**

Nesse sentido, foram analisados os dados obtidos através dos seguintes documentos:

- Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, sendo que as declarações da empresa SMP&B Comunicação Ltda. (CNPJ 01.322.078/0001-95) entregues nos anos 2001 a 2004 são retificadoras (anexo 13.1);
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, sendo que a declaração do Sr. Cristiano de Melo Paz entregue em 2005 (anexo 13.6) e as do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza entregues em 2004 e 2005 são retificadoras (anexo 13.7);
- Relatório de Índícios de Irregularidades Fiscais (anexo 13.20);
- Relatório Coaf –(Conselho de Controle de Atividades Financeiras) (anexo 13.19);
- Relatório de Movimentação Financeira e Dados da CPMF fornecido pela Secretaria da Receita Federal –(SRF) (anexado à declaração de imposto de renda de cada pessoa física/jurídica);
- Movimentação financeira informada pelos bancos e inserida na Base de Dados, considerando as transações de saídas de conta corrente, excluídas as destinadas a contas de mesmo CNPJ ou mesmo CPF. (anexada à declaração de imposto de renda de cada pessoa física/jurídica).

#### **7.6.4.2 ASPECTOS RELEVANTES IDENTIFICADOS**

Dentre as divergências identificadas e documentos analisados, destacam-se de forma resumida:

- Diferença entre rendimentos informados pelas pessoas físicas e os informados pelas fontes pagadoras (pessoas jurídicas) – Marcos Valério e esposa, e Cristiano de Mello Paz.

- Aumento patrimonial declarado maior do que o total de rendimentos auferidos pelo Sr Marcos Valério e esposa.
- Divergências entre a movimentação financeira informada pelos bancos e a decorrente da quebra do sigilo fiscal (CPMF) de Marcos Valério, Renilda Santiago, Cristiano de Mello Paz, Simone Reis Lobo, e das empresas Dna Propaganda Ltda., SMP&B Comunicação Ltda., SMP&B São Paulo Comunicação Ltda. e Graffiti Participações Ltda.
- Constatação de existência de autuação fiscal da empresa DNA Propaganda Ltda.

#### 7.6.4.2.1 MARCOS VALÉRIO E RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA (ESPOSA)

##### 7.6.4.2.1.1 DIVIDENDOS RECEBIDOS

Ao serem cruzadas as informações declaradas em DIPJ's das empresas a seguir indicadas e as DIRPF's de Marcos Valério Fernandes de Souza em conjunto com sua esposa Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza, foram identificadas, quanto aos lucros e dividendos distribuídos, as seguintes divergências:

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004
Lucros e dividendos recebidos por Marcos Valério F. de Souza (R\$)	450.000	366.886	504.000	3.949.141	7.348.580
SMP&B (todas)	0	0	0	0	0
DNA Propaganda	0	0	0	0	0
Graffiti Participações	0	222.727	170.000	206.364	1.004.800
2S Participações Ltda	0	0	0	0	0
Tolentino & Melo Assessoria Empresarial S/C Ltda	0	0	0	0	0
MG5 Participações Ltda	0	0	0	86.000	196.400
Feeling Propaganda Ltda	0	0	0	0	0
Solimões Publicidade Ltda	0	0	0	0	0
SF Assessoria Empresarial Ltda	0	0	0	0	0
Praesepiu Centro de Prep. Equestre Ltda	0	0	0	0	0
Pouso Alegre Editorações Ltda	0	0	0	0	0
Star Aliance Participações Ltda	0	0	0	0	0
Diferença	(450.000)	(144.159)	(334.000)	(3.656.777)	(6.147.380)

As diferenças identificadas são indícios de que o Sr. Marcos Valério e/ou a Sra. Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza mantêm participação societária em outras empresas que não tiveram sigilo fiscal afastado, e/ou de que houve omissão/erro na prestação das informações relativas à distribuição de dividendos pelas empresas mencionadas pelo Sr. Marcos Valério.



#### 7.6.4.2.1.2 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

A situação patrimonial informada nas DIRPF's do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza em conjunto com sua esposa mostrou a seguinte evolução ao longo dos últimos cinco anos:

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004
Aumento Patrimonial	N/A	415.210	571.901	7.108.999	7.517.224
Total de Rendimentos (Dividendos + Rendimentos de Aplicações Financeiras e Poupança)	N/A	644.580	851.321	4.871.598	7.868.897
Diferença		229.370	279.420	-2.237.401	351.673

Toda a variação patrimonial do Sr. Marcos Valério ocorrida no período acima deveria estar suportada pelos rendimentos informados em sua DIRPF. Contudo, no ano de 2003, tais rendimentos, além de serem significativamente inferiores à variação patrimonial, não são informados nas DIPJ's das fontes pagadoras.

#### 7.6.4.2.1.3 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA FISCAL DE MARCOS VALÉRIO

Verificam-se as seguintes divergências ao confrontarmos as informações fornecidas pelo Relatório de Movimentação Financeira e Dados da CPMF e a Base de Dados – B.O., referente ao Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza:

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Movimentação Financeira:</i>					
• Conf. Relatório da Receita Federal relativo a CPMF	2.658.162	2.708.246	9.492.824	13.152.583	3.026.481
• Conf. Base de Dados – B.O.	831.577	765.178	7.492.825	7.559.695	2.427.890
Diferença	1.826.585	1.943.068	1.999.999	5.592.888	598.591

As diferenças identificadas são indícios de que a base de dados – B.O. pode conter informações incompletas, indicando a possibilidade da existência de outras fontes de movimentação de recursos ou da circulação de valores cuja movimentação pode não ter sido informada pelos bancos.

No confronto realizado, verificaram-se alguns lançamentos na base de dados – B.O., no valor de R\$ 1.535.053 (a crédito) e R\$ 1.614.363 (a débito), para os quais não há identificação quanto a data e ano e sua data de ocorrência. Serão necessárias informações adicionais e análises complementares quanto à origem e natureza das operações.

#### 7.6.4.2.1.4 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA FISCAL DE RENILDA MARIA SANTIAGO FERNANDES DE SOUZA

Verificam-se as seguintes divergências ao confrontarem-se as informações fornecidas pelo Relatório de Movimentação Financeira e Dados da CPMF e a Base de Dados – B.O., referente à Sra. Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza:

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Movimentação Financeira:</i>					
• Conf. Relatório da Receita Federal relativo a CPMF	223.652	298.368	3.955.592	5.222.403	4.749.348
• Conf. Base de Dados – B.O	16.071	29.709	1.069.646	4.330.256	2.262.547
<b>Diferença</b>	<b>207.581</b>	<b>268.659</b>	<b>2.885.946</b>	<b>892.147</b>	<b>2.486.801</b>

As diferenças identificadas são indícios de que a base de dados – B.O. pode conter informações incompletas, indicando a possibilidade da existência de outras fontes de movimentação de recursos ou da circulação de valores cuja movimentação pode não ter sido informada pelos bancos.

#### 7.6.4.2.2 CRISTIANO DE MELLO PAZ

##### 7.6.4.2.2.1 DIVIDENDOS RECEBIDOS

Ao cruzar as informações declaradas em DIPJ's das empresas SMP&B (todas), DNA Propaganda e Graffiti Participações e as DIRPF's de Cristiano de Mello Paz, identificam-se, quanto aos lucros e dividendos distribuídos, as seguintes divergências:

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004
Lucros e dividendos recebidos por Cristiano de Mello Paz	300.000	366.886	504.000	292.364	1.000.000
SMP&B Publicidade Ltda	0	0	0	0	0
Graffiti Participações Ltda	0	222.727	170.000	206.364	0
SMP&B São Paulo Com Ltda	0	0	0	0	0
SMP&B Comunicação Ltda	0	0	0	0	0
SMP&B Comunicação Ltda	0	0	0	0	0
MG5 Participações Ltda	0	0	0	86000	0
Ações Telemar N. L. S/A	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Solimões Publicidade Ltda	0	0	0	0	0
José Bento ind.e com. Ltda	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado
<b>Diferença</b>	<b>(300.000)</b>	<b>(144.158)</b>	<b>(334.000)</b>	<b>-</b>	<b>(1.000.000)</b>

As diferenças identificadas são indícios de que o sr. Cristiano de Mello Paz mantém participação societária em outras empresas que não tiveram o sigilo fiscal afastado ou de que houve omissão/erro na prestação das informações relativas a distribuição de dividendos pelas empresas mencionadas ou pelo sr. Cristiano.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: <b>4178</b>
Doc: 218

#### 7.6.4.2.2 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Não foram identificadas inconsistências entre os rendimentos declarados pelo Sr. Cristiano de Mello Paz e sua evolução patrimonial.

#### 7.6.4.2.3 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA FISCAL

Verificam-se as seguintes divergências ao confrontar-se as informações fornecidas pelo Relatório de Movimentação Financeira e Dados da CPMF e a Base de Dados – B.º, referente a Sr. *Cristiano de Mello Paz*:

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Movimentação Financeira:</i>					
• Conf. Relatório da Receita Federal	3.966.284	3.952.085	2.957.701	2.128.108	4.241.431
relativo a CPMF					
• Conf. Base de Dados – B.O	2.120.674	1.769.750	1.353.970	1.564.144	2.967.916
<b>Diferença</b>	<b>1.845.610</b>	<b>2.182.335</b>	<b>1.603.731</b>	<b>563.964</b>	<b>1.273.515</b>

As diferenças identificadas são indícios de que a base de dados – B.O. pode conter informações incompletas, indicando a possibilidade da existência de outras fontes de movimentação de recursos ou da circulação de valores cuja movimentação pode não ter sido informada pelos bancos.

#### 7.6.4.2.3 SIMONE REIS LOBO DE VASCONCELOS

##### 7.6.4.2.3.1 DIVIDENDOS

A Sra. Simone Reis Lobo de Vasconcelos adquiriu, no ano de 2003, participação na empresa Vasconcelos Produções Fotográficas, no valor de R\$ 990,00. Não está explícito em suas declarações o recebimento de valores dessa empresa. Pode ter ocorrido erro/omissão ou efetiva ausência de recebimento de recursos.

##### 7.6.4.2.3.2 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Não foram identificadas inconsistências entre os rendimentos declarados pelo Sra. Simone Reis Lobo de Vasconcelos e sua evolução patrimonial

##### 7.6.4.2.3.3 MOVIMENTAÇÃO FISCAL FINANCEIRA

Verificam-se as seguintes divergências ao confrontarem-se as informações fornecidas pelo Relatório de Movimentação Financeira e Dados da CPMF e a Base de Dados – B.O., referente a Sra. *Simone Reis Lobo de Vasconcelos*:

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Movimentação Financeira:</i>					
• Conf. Relatório da Receita Federal relativo a CPMF	15.616	6.882	29.140	148.518	237.220
• Conf. Base de Dados – B.O	213.838	0	0	43.492	19.202
<b>Diferença</b>	<b>(198.222)</b>	<b>6.882</b>	<b>29.140</b>	<b>105.026</b>	<b>218.018</b>

As diferenças identificadas de 2001 a 2004 são indícios de que a base de dados – B.O. pode conter informações incorretas ou incompletas, indicando a possibilidade da existência de outras fontes de movimentação de recursos ou da circulação de valores cuja movimentação pode não ter sido informada pelos bancos.

A divergência identificada no ano 2000 é indício de que existem outras transações que compõem a base de dados bancária.

Contudo, essa análise não pôde ser efetuada em função das limitações relacionadas às contas bancárias do Núcleo Marcos Valério.

#### 7.6.4.2.4 OUTROS SÓCIOS NÃO ANALISADOS

Além das pessoas físicas mencionadas neste relatório, verifica-se a existência de outras pessoas físicas que figuram no quadro societário das empresas, conforme informado nas respectivas DIPJ's:

Empresa	Sócio Pessoa Física
SMP&B Comunicações, CNPJ 01.322.078/0001-95 e Graffiti Participações, CNPJ 19.163.138/0001-30 MG5 Participações Ltda	Ramon Hollerbach Cardoso
DNA Propaganda, CNPJ 17.397.076/0001-03	Daniel da Silva Freitas
DNA Propaganda, CNPJ 17.397.076/0001-03 MG5 Participações Ltda	Francisco Marcos Castilho
DNA Propaganda, CNPJ 17.397.076/0001-03	Margareth Maria Q. de Freitas
Tolentino & Melo Assessoria Empresarial S/C Ltda	José Roberto Moreira de Melo
Tolentino & Melo Assessoria Empresarial S/C Ltda	Rogério Lanza Tolentino
Feeling Propaganda Ltda	Marcus Vinicius Ribeiro
Multi-Action Entretenimentos Ltda	Eduardo Avelar Fonseca
Multi-Action Entretenimentos Ltda	Renato Villamarim Soares
Multi-Action Entretenimentos Ltda	Ricardo Penna Machado

As empresas em questão declararam em suas DIPJ's pagamentos de lucros e dividendos aos respectivos sócios. Contudo, não foi possível confrontar os rendimentos pagos pelas pessoas jurídicas com os valores informados nas DIRPF's.

Seria oportuno avaliar a necessidade de levantamento das movimentações fiscais e bancárias dessas pessoas, a fim de o Ministério Público, a Polícia Federal, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos darem prosseguimento às investigações aqui iniciadas.

RECIBO Nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: <u>4179</u>
Doc 220

#### 7.6.4.2.5 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As empresas ligadas ao Sr. Marcos Valério auferiram o seguinte faturamento no período analisado:

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004
SMP&B Comunicações Ltda.	14.214.072	10.186.331	30.676.772	27.284.917	32.304.778
SMP&B São Paulo Comunicação Ltda	733.681	226.814	32.412	12.743	Não Entregue
SMP&B Comunicações Ltda. CNPJ nº 02.910.798/0001-34	Inativa	Inativa	Inativa	Inativa	Não Entregue
DNA Propaganda	2.754.463	3.029.401	4.822.812	4.533.980	34.738.041
Graffiti Participações	150.777	37.487	23.502	37.298	102.570
2S Participações Ltda	Não Entregue	Não Entregue	0	0	629.092
Tolentino & Melo Assessoria Empresarial S/C Ltda	Não Entregue	Não Entregue	0	4.494.183	1.364.852
MG5 Participações Ltda		Inativa	Inativa	0	0
Feeling Propaganda Ltda	343.802	1.387	0	0	0
Solimões Publicidade Ltda	49.933	26.814	24.000	24.000	24.000
SF Assessoria Empresarial Ltda	Inativa	Inativa	Não Entregue	Não Entregue	Não Entregue
Praeseptiu Centro de Prep. Equitestre Ltda	Não Entregue				
Pouso Alegre Editorações Ltda	Inativa	Inativa	Inativa	Inativa	Inativa
Star Alliance Participações Ltda	Inativa	Inativa	Inativa	Inativa	Inativa
Multi Action Entretenimentos Ltda	1.774.924	394.834	1.498.598	4.641.005	6.764.961

Pelo demonstrativo acima, é possível observar que a empresa SMP&B Comunicações obteve um acréscimo expressivo em seu faturamento no período de 2002 a 2004.

No que se refere à movimentação da empresa SMP&B São Paulo Comunicação, depreende-se do quadro acima que o declínio do faturamento foi contínuo até reduzir-se a zero. Serão necessários o exame e análise dos documentos contábeis e fiscais do período envolvido para a obtenção de maiores subsídios acerca da situação apresentada pela empresa em suas declarações.

No que tange a situação da empresa DNA Propaganda, o faturamento do ano de 2004 é o que apresenta maior relevância. O expressivo aumento merece ser analisado, com base nos contratos celebrados, movimentação bancária e outros documentos pertinentes que justificam seu acréscimo.

Quanto à Graffiti Participações, a movimentação do seu faturamento com base nas DIPJ's será examinada com maiores detalhes, visando a identificação de eventuais divergências ao se comparar tais informações com sua movimentação bancária.

A Empresa Multi-Action Entretenimentos aumentou sensivelmente seu faturamento após a entrada da empresa MG5 Participações Ltda. em seu quadro societário, como detentora de maior parte de suas cotas.

A empresa SMP&B Comunicação Ltda., inscrita no CNPJ 02.910.798/0001-34, entregou as DIPJ's dos exercícios de 2000 a 2003 com situação "inativa". Salientamos que, nos períodos relativos a 2003 e 2004, o Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza figura como responsável pelo preenchimento das informações nas declarações.

A situação da SMP&B Comunicação será mais bem examinada a partir do confronto de dados da movimentação bancária, para a certificação das informações prestadas à Secretaria da Receita Federal por meio da entrega das DIPJ's.

## 7.6.4.2.6 MOVIMENTAÇÃO FISCAL FINANCEIRA

### 7.6.4.2.6.1 DNA PROPAGANDA LTDA.

Verificam-se as seguintes divergências ao se confrontarem as informações fornecidas pelo Relatório de Movimentação Financeira e Dados da CPMF e a Base de Dados – B.º, referente à empresa DNA Propaganda Ltda.:

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Movimentação Financeira:</i>					
Conf. Relatório da Receita Federal relativo a CPMF	73.445.492	92.964.937	106.259.424	212.909.182	271.998.800
Conf. Base de Dados – B.O	78.327.691	100.022.121	125.162.304	185.141.881	209.782.090
Diferença	(4.882.199)	(7.057.184)	(18.902.880)	27.767.301	62.216.710

As diferenças identificadas no período de 2003 e 2004 são indícios de que a base de dados – B.O. pode conter informações incompletas, indicando a possibilidade da existência de outras fontes de movimentação de recursos ou da circulação de valores cuja movimentação pode não ter sido informada pelos bancos.

As divergências identificadas nos anos de 2000 a 2002 são indícios de que existem outras transações que compõem a base de dados bancária. Contudo, essa análise não pode ser efetuada em função das limitações relacionadas às contas bancárias do Núcleo Marcos Valério.

### 7.6.4.2.6.2 SMP&B SÃO PAULO COMUNICAÇÃO LTDA.

Verificam-se as seguintes divergências ao se confrontarem as informações fornecidas pelo Relatório de Movimentação Financeira e Dados da CPMF e a Base de Dados – B.O, referentes à empresa SMP&B São Paulo Comunicação Ltda., inscrita no CNPJ nº 62.799.184/0001-59:

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Movimentação Financeira:</i>					
Conf. Relatório da Receita Federal relativo a CPMF	4.875.800	8.542.807	2.023.600	740.389	84.174
Conf. Base de Dados – B.O	4.833.197	5.560.140	1.098.379	562.459	176.517
Diferença	42.603	2.982.667	925.221	177.930	(92.343)

As diferenças identificadas no período de 2000 a 2003 são indícios de que a base de dados – B.O. pode conter informações incompletas, indicando a possibilidade da existência de outras fontes de movimentação de recursos ou da circulação de valores cuja movimentação pode não ter sido informada pelos bancos.

A divergência identificada no ano de 2004 é indício de que existem outras transações que compõem a base de dados bancária e deveriam ter sido excluídas para efeito de formação da base de cálculo da CPMF. Contudo, essa análise não pôde ser efetuada em função das limitações relacionadas às contas bancárias do Núcleo Marcos Valério



#### 7.6.4.2.6.3 SMP&B COMUNICAÇÕES LTDA.

Verificam-se as seguintes divergências ao se confrontarem as informações fornecidas pelo Relatório de Movimentação Financeira e Dados da CPMF e a Base de Dados – B.O., referentes à empresa SMP&B Comunicações Ltda., inscrita no CNPJ nº 01.322.078/0001-95. :

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Movimentação Financeira:</i>					
Conf. Relatório da Receita Federal relativo a CPMF	34.387.440	37.906.013	71.168.902	200.476.550	239.504.503
Conf. Base de Dados – B.O	21.134.278	32.531.532	60.320.257	142.241.391	217.840.221
Diferença	13.253.162	5.374.481	10.848.645	58.235.159	21.664.282

As diferenças identificadas são indícios de que a base de dados – B.O. pode conter informações incompletas, indicando a possibilidade da existência de outras fontes de movimentação de recursos ou da circulação de valores cuja movimentação pode não ter sido informada pelos bancos.

#### 7.6.4.2.6.4 GRAFFITI PARTICIPAÇÕES LTDA.

Verificam-se as seguintes divergências ao se confrontarem as informações fornecidas pelo Relatório de Movimentação Financeira e Dados da CPMF e a Base de Dados – B.O., referentes à empresa Graffiti Participações Ltda.:

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Movimentação Financeira:</i>					
Conf. Relatório da Receita Federal relativo a CPMF	2.514.648	316.393	11.840	20.908.380	55.880.269
Conf. Base de Dados – B.O	1.612.847	0	25.960	22.330.833	66.066.104
Diferença	901.801	316.393	(14.120)	(1.422.453)	(10.185.835)

As diferenças identificadas no período de 2000 e 2001 são indícios de que a base de dados – B.O. pode conter informações incompletas, indicando a possibilidade da existência de outras fontes de movimentação de recursos ou da circulação de valores cuja movimentação pode não ter sido informada pelos bancos.

As divergências identificadas nos anos de 2002 a 2004 são indícios de que existem outras transações que compõem a base de dados bancária e deveriam ter sido excluídas para efeito de formação da base de cálculo da CPMF. Contudo, essa análise não pode ser efetuada em função das limitações relacionadas às contas bancárias do Núcleo Marcos Valério.

#### 7.6.4.2.7 RELATÓRIO DO COAF

##### 7.6.4.2.7.1 OFÍCIO COAF Nº 1376/2005

Os documentos sigilosos nºs 08 e 14, arquivados no envelope nº 02, caixa 03, guardam posição do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf, órgão do Ministério da Fazenda, por meio da correspondência Ofício Coaf nº 1376/2005, de 5 de julho de 2005, abordando os seguintes assuntos:

- Posição dos saques em espécie realizados no Banco Rural, pela empresa SMP&B Comunicação Ltda., inscrita no CNPJ nº 01.322.078/0001-95, nos seguintes valores: 16/07/2003 a 18/05/2005 81 16.529.408

- Posição dos saques em espécie realizados no Banco Rural e no Banco do Brasil, pela empresa DNA Propaganda Ltda., inscrita no CNPJ nº 17.397.076/0001-03, nos seguintes valores:

Período	Banco	Qtde. de Saques	Valores em R\$
19/08/2003 a 10/09/2004	Banco Rural	21	4.372.678
09/09/2003	Banco do Brasil	1	112.667
<b>Total</b>		<b>22</b>	<b>4.485.344</b>

- A SMP&B Comunicação Ltda., inscrita no CNPJ nº 01.322.078/0001- 95, movimentou recursos em espécie, no período de julho de 2003 a maio de 2005, da ordem de R\$ 21,7 milhões, sendo retiradas em espécie de R\$ 16,5 milhões.

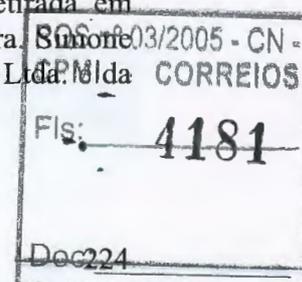
- A DNA Propaganda, inscrita no CNPJ nº 17.397.076/0001-03, apresentou, no período de agosto de 2003 a setembro de 2004, movimentação de recursos em espécie (saques, depósitos e provisionamento) da ordem de R\$ 5,3 milhões, sendo retiradas em espécie de R\$ 4,4 milhões.

- O Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza e sua esposa Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza são proprietários da Agropecuária Bandeira, com nome fantasia Agrotel Pecuária Ltda., e esclarecem que a empresa está em nome de Meire Telma Campos Krayem, que trabalha na empresa LINKNET Tecnologia e Telecomunicações, e de Efraim José Fernandes Bandeira, do Instituto Candango de Solidariedade – ICS.

Com relação às empresas LINKNET Tecnologia e Telecomunicações e Instituto Candango de Solidariedade – ICS, cabe esclarecer que as mesmas são objeto de outras investigações, por desvio de recursos públicos, por parte do Ministério Público do Distrito Federal.

##### 7.6.4.2.7.2 OFÍCIO COAF Nº 5201/2005

No Ofício Coaf nº 5201/2005, de 29 de agosto de 2005, arquivado na caixa 158, envelope nº 528, documento sigiloso nº 803, o órgão administrativo da Receita Federal aborda que a Sra. Simone Reis Lobo de Vasconcelos figura como responsável de uma retirada em espécie, no valor de R\$ 413,99 mil, em 12.01.2004, da conta da SMP&B. A Sra. Simone Reis figura também como representante legal da empresa Solimões Publicidade Ltda. empresa Feeling Propaganda Ltda.



Consta ainda movimentação financeira atípica da empresa Bônus Banval Corretora de Câmbio e Títulos, no valor de R\$ 420 mil, sendo um saque de R\$ 120 mil, em 12/11/2004, e um depósito de R\$ 300 mil, em 25/04/2005.

#### **7.6.4.2.8 RELATÓRIO RECEITA FEDERAL**

O Ofício nº 1781/2005/Gabin, da Secretaria da Receita Federal – SRF, do dia 19 de agosto de 2005, arquivado na caixa 146, envelope nº 390, documento sigiloso nº 630, abordou os seguintes pontos:

##### **7.6.4.2.8.1 SMP&B COMUNICAÇÃO LTDA.**

Os dados levantados pelo órgão administrativo com base nas DIPJ's e Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF referem-se à SMP&B Comunicação Ltda., inscrita no CNPJ nº 01.322.078/0001-95, e demonstram o seguinte:

<b>Ano</b>	<b>Receita Bruta conf. DIPJ</b>	<b>Rendimentos Recebidos conf. DIRF (RS)</b>	<b>Rendimentos Pagos conf. DIRF (RS)</b>
2000	14.214.072	390.221	1.241.213
2001	10.186.332	700.298	890.447
2002	30.676.772	8.156.004	2.156.053
2003	27.284.917	7.621.563	1.766.786
2004	32.304.778	31.157.952	3.661.751
<b>Total</b>	<b>114.666.871</b>	<b>48.026.038</b>	<b>9.716.250</b>

Verifica-se que os rendimentos que foram pagos à SMP&B Comunicação, declarados por intermédio da DIRF, são inferiores à receita bruta declarada pela empresa, o que não caracteriza, por esse critério, indício de omissão de rendimentos.

Por outro lado, da análise dos pagamentos efetuados por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), verifica-se que alguns pagamentos ali registrados em nome da SMP&B Comunicação superam os valores declarados em DIRF pelo órgão público contratante, o que, se levados em consideração tais valores, caracterizaria indício de omissão de rendimentos, conforme exemplo a seguir descrito:

*A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Esporte, CNPJ 02.973.091/0001-77, nos anos calendário de 2001, 2002 e 2003 declarou na DIRF ter efetuado pagamentos à SMP&B nos valores de R\$ 362.675, R\$ 1.106.204 e R\$ 151.603, enquanto no SIAF o registro total pago nos referidos anos calendário é de R\$ 2.817.488, R\$ 6.812.469 e R\$ 676.540, respectivamente.*

##### **7.6.4.2.8.2 DNA PROPAGANDA LTDA.**

Os dados levantados pelo órgão administrativo com base nas DIPJ's e Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF referem-se a DNA Propaganda Ltda., inscrita no CNPJ nº 17.397.076/0001-03, e demonstram o seguinte:

<b>Ano</b>	<b>Receita Bruta</b>	<b>Rendimentos Recebidos conf.</b>	<b>Rendimentos Pagos conf. DIRF</b>
	<b>conf. DIPJ</b>	<b>DIRF (R\$)</b>	<b>(R\$)</b>
2000	2.754.463	9.123.375	0
2001	3.029.402	12.407.894	5.000.672
2002	4.822.812	6.851.801	4.219.962
2003	4.533.980	7.801.358	4.789.932
2004	34.738.041	93.407.990	2.813.168
<b>Total</b>	<b>49.878.698</b>	<b>129.592.418</b>	<b>16.823.734</b>

Verifica-se que os rendimentos que foram pagos à DNA Propaganda, declarados por intermédio da DIRF, são superiores à receita bruta declarada pela empresa, o que caracteriza, por esse critério, indício de omissão de rendimentos.

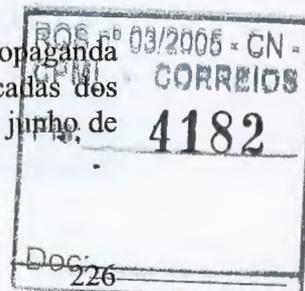
Por outro lado, da análise dos pagamentos efetuados por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), verifica-se que alguns pagamentos ali registrados em nome da DNA Propaganda superam os valores declarados em DIRF pelo órgão público contratante, o que, se levados em consideração tais valores, caracterizaria indício de omissão de rendimentos, conforme exemplo a seguir descrito:

*O Ministério do Trabalho e Emprego, CNPJ 37.115.367/0033- 48, nos anos-calendário de 2000, 2001 e 2002 declarou na DIRF ter efetuado pagamentos à DNA Propaganda nos valores de R\$ 5.706.743, R\$ 5.221.195 e R\$ 1.833.386, enquanto que no SIAFI o registro do valor total pago nos referidos anos-calendário é de R\$ 8.764.254, R\$ 16.360.925 e R\$ 13.480.221, respectivamente. Já no ano-calendário de 2003, o valor declarado na DIRF e registrado no SIAFI é exatamente o mesmo, qual seja, R\$ 4.842.426.*

Tais discrepâncias podem ser justificadas pelo fato de que os anunciantes devem excluir da base de cálculo do IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) as importâncias diretamente pagas ou repassadas pelas agências de propaganda a empresas de rádio, televisão, publicidade ao ar livre (*outdoor*), cinema, jornais e revistas, conforme preceitua o parágrafo único do art. 53 da Lei nº 7.450, de 1985. De qualquer modo, tal fato somente poderá ser comprovado mediante exame da documentação comprobatória das referidas operações em processo de auditoria.

Vale informar que a empresa DNA Propaganda Ltda. já foi objeto de procedimento de fiscalização instaurado pela Receita Federal em 26 de março de 2003 e encerrado em 30 de novembro de 2004, referente aos anos-calendário 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002, tendo sido apuradas infrações relacionadas ao Imposto de Renda, bem assim às contribuições sobre o lucro líquido, PIS e COFINS, que resultaram em crédito tributário no valor total de R\$ 63.259.720, além de formalização de representação fiscal para fins penais por intermédio do Processo nº 10.680.014698/2004- 24.

Ressalte-se que, após esse período, a SMP&B Comunicação e a empresa DNA Propaganda estão sob procedimento de fiscalização no âmbito da SRF, tendo sido cientificadas nos respectivos termos de início de fiscalização nos dias 30 de junho de 2005 e 29 de junho de 2005, respectivamente.



#### 7.6.4.2.8.3 GRAFFITI PARTICIPAÇÕES LTDA.

A empresa Graffiti Participações Ltda., inscrita no CNPJ nº 19.163.138/0001-30, está sob procedimento de fiscalização no âmbito da SRF, tendo sido cientificada do respectivo termo de início de fiscalização no dia 8 de julho de 2005.

Segue, no quadro abaixo, resumo com a receita bruta informada nas respectivas declarações de imposto de renda da empresa Graffiti, no período de 2000 a 2004:

Ano	Receita Bruta em R\$
2000	150.777
2001	37.487
2002	23.502
2003	37.298
2004	102.570
<b>Total</b>	<b>351.634</b>

Foi apurada, ao longo do período, movimentação financeira de R\$ 79.631.529, que, ao ser comparada com a receita bruta declarada à Receita Federal (351.634), caracteriza indício de omissão de rendimentos, que somente poderá ser comprovado mediante o afastamento do sigilo bancário da empresa para verificação da origem dos recursos depositados em contas correntes ou de investimentos, nos termos e condições estabelecidos no art. 42 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Além disso, verifica-se que a Graffiti Participações se declara como agência de propaganda e publicidade e, no entanto, tributa seus rendimentos pelo lucro presumido considerando a alíquota de 16% para determinação da base de cálculo do imposto, enquanto o art. 15, § 1º, inciso III, da Lei nº 9.249, de 1995, determina que, para prestação de serviços em geral, a alíquota a ser utilizada é de 32%.

Por fim, a empresa Graffiti não apresentou a DIRF referente aos anos-calendário 2004, 2003, 2002 e 2001, o que pressupõe não ter sido efetuado nenhum pagamento pela empresa, sujeito a retenção do imposto de renda na fonte.

#### 7.6.4.2.8.4 PARTICIPAÇÕES LTDA.

A empresa 2S Participações está sob procedimento de fiscalização no âmbito da SRF, tendo sido cientificada do respectivo termo de início de fiscalização no dia 7 de julho de 2005. Existem fortes indícios de omissão de receitas, visto que a empresa declarou estar inativa no ano de 2003 e não ter auferido receitas no ano de 2004; porém, movimentou R\$ 22,9 milhões no mesmo período. Durante o procedimento de fiscalização poderão ser encontradas novas irregularidades.

#### 7.6.4.3 CONCLUSÃO

Das investigações efetuadas por esta CPMI, tornou-se evidente que existiram grandes discrepâncias entre os valores declarados ao Fisco pelo Sr. Marcos Valério, sua esposa, Sra. Renilda Santiago, seus associados, Sr. Cristiano Paz e Sra. Simone Vasconcelos, e suas

empresas e os valores obtidos pela análise de sua movimentação financeira durante o período.

No dia 27/6/2005, por meio de uma operação de busca e apreensão no Escritório de Contabilidade Prata e Associados, empresa com sede em Belo Horizonte - MG, e responsável pela contabilidade das empresas do Senhor Marcos Valério e família, a Polícia Federal apreendeu 6 (seis) documentos, registrados em folhas de papel A4, com timbre da SMP&B e assinadas pelo Contador Marco Aurélio Prata - CRC/MG 45683/04. Essa documentação apreendida apresenta os balanços sintéticos da SMP&B Comunicação findos em 31/12/2004 e 31/3/2005.

Apresenta também Demonstração do Resultado dos Exercícios findos nas mesmas datas dos balanços. No Ativo dos Balanços Sintéticos não estão contabilizados empréstimos a receber e no Passivo estão contabilizados apenas R\$ 3.516.080,56 como "Empréstimos e Financiamentos", valor esse igual ao do empréstimo tomado pela SMP&B ao Banco BMG em 14/7/2004.

Esse, por si só (falamos aqui dos negócios efetivados com os Bancos), é mais uma das demonstrações de que os empréstimos que deram base a toda esta movimentação financeira do *Esquema Marcos Valério* passam a fazer sentido. O fato comprova que antes da instalação da CPMI dos Correios, em 9/6/2005, a SMP&B não mantinha em sua contabilidade registro de empréstimos tomados nos Bancos BMG e Rural e dos empréstimos ao PT. Na mesma situação se inserem as demonstrações financeiras da DNA Propaganda LTDA, apreendidas pela Polícia Federal na mesma data, assinadas pelo mesmo profissional de contabilidade. Nelas também não constam registros de empréstimo, no ativo ou no passivo.

O Senhor Marcos Valério, por sua vez, entregou à CPMI dos Correios 3 CDs contendo o Diário, o Razão e o Balancete mensal das empresas SMP&B, DNA e Graffiti. Essa contabilidade apresenta registros de empréstimos (inclusive os do PT), diferentemente das demonstrações apreendidas pela Polícia Federal.

Vale mencionar que a análise de documentos bancários, físicos e de dados informatizados enviados pelos bancos à CPMI, apontava para uma concentração de recursos repassados a pessoas – como se pode atestar pelos depoimentos, inclusive – por pessoas indicadas pelo Sr. Delúbio Soares – então tesoureiro do PT – também segundo depoimentos do Sr. Marcos Valério, por via da conta bancária 2595-2, do Banco Rural, cujo titular é a SMP&B. A contabilidade entregue pelo Senhor Marcos Valério a esta CPMI confirmou essa concentração.

Menciona-se também que as Declarações de Imposto de Renda da SMP&B para os exercícios 2003 e 2004 foram retificadas na Receita Federal em 27/6/2005 e 28/6/2005, respectivamente, segundo informou a Receita Federal.

RGS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4183
Doc:

## **7.7 OUTROS CONTRATOS PÚBLICOS DE MARCOS VALÉRIO**

As agências de publicidade do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza tinham contrato com diversos órgãos da administração pública.

No Capítulo 6, apresentamos detalhes do contrato da SMP&B Comunicação com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

No presente item deste Relatório, detalharemos os demais contratos firmados entre agências de publicidade de Marcos Valério com outros órgãos da administração pública federal (Banco do Brasil, Eletronorte, Ministério do Trabalho, Ministério dos Esportes e Câmara dos Deputados).

Cumprir adiantar que algumas irregularidades foram observadas nesses contratos de forma geral, em maior ou menor grau.

É precisamente das peculiaridades desses contratos públicos de que se trata este capítulo. A análise tem por base relatórios do Tribunal de Contas da União ainda não conclusivos e, em muitos casos, sem o devido contraditório, da Controladoria-Geral da União e dados coletados nas transferências do sigilo bancário, fiscal e telefônico. Também foram utilizados depoimentos prestados à CPMI e à Polícia Federal, bem como as peças documentais enviadas por Tribunais de Contas Estaduais, Poder Judiciário e demais órgãos de controle interno.

### **7.7.1 BANCO DO BRASIL E COLIGADAS**

#### **7.7.1.1 BANCO DO BRASIL**

Os dados que se seguem foram fornecidos pelo Tribunal de Contas da União e originam-se do que consta no processo TCU- 012.095/2005-8. Esse processo teve como objeto o exame dos atos administrativos de contratação/execução de serviços de publicidade, propaganda e patrocínios do conglomerado Banco do Brasil, bem como convênios e consultorias no Banco Popular do Brasil. Durante o período definido pelo escopo do trabalho (jan/2000 a jul/2005) o Banco do Brasil manteve contratos decorrentes dos processos de licitação nos 1131/1999 e 01/2003.

A Licitação nº 1131/1999 deu origem aos contratos com as agências Grottera Comunicação S/C Ltda., Lowe Ltda. e DNA Propaganda Ltda., vigentes no período de 22/03/2000 a 21/09/2003. A Licitação nº 01/2003 originou os contratos com as agências D+ Brasil Comunicação Total S/A, DNA Propaganda Ltda. e Ogilvy Brasil Comunicação Ltda., vigentes a partir de 23/09/2003.

#### **7.7.1.2 PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Os procedimentos licitatórios de serviços de publicidade – Concorrências 1131/1999 e 01/2003 – estabeleceram, a seu tempo, as regras para a realização de certames visando à contratação de três agências para a prestação de serviços de publicidade e propaganda ao conglomerado Banco do Brasil.

Da análise dos referidos editais, verificou-se a existência de dois pontos controversos. O primeiro deles refere-se à contratação de três agências para a execução de um único objeto. O segundo refere-se à adoção de critérios subjetivos para a escolha da melhor proposta técnica.

O Banco da Brasil ao atribuir um único objeto a três licitantes, num primeiro momento, o da licitação, parece cumprir a determinação legal. Entretanto, uma vez contratadas três empresas, o Banco do Brasil passa a agir com uma certa discricionariedade – que a Lei nº 8.666/93 não lhe confere – na escolha da empresa que realizará um determinado serviço, ou na indicação do percentual do orçamento para publicidade que cabe a cada empresa.

A Instrução Normativa nº 7, de 13 de novembro de 1995, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, estatui:

*4. A entidade cujo plano anual de comunicação compreenda diferentes linhas de atuação, e que disponha de recursos financeiros compatíveis, dividirá estes recursos em mais de uma conta publicitária.*

*4.1. Nessa hipótese, cada conta publicitária será atendida por uma agência ou consórcio de agências diferentes.*

*4.2. As diferentes contas publicitárias de uma mesma entidade poderão ser colocadas em licitação simultaneamente, por meio de um só processo licitatório ou mediante processos licitatórios concomitantes paralelos.*

Conclui-se que o procedimento adotado pelo Banco do Brasil não tem observado, nesses casos específicos, o princípio da impessoalidade, afrontando a Lei de Licitações e Contratos, assim como os procedimentos previstos na IN nº 7 da Secom.

No que tange à adoção de critérios subjetivos para a escolha da melhor proposta técnica, encontramos clara afronta aos artigos 44, § 1º e 45, *caput*, da Lei nº 8.666:

*Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.*

*§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.*

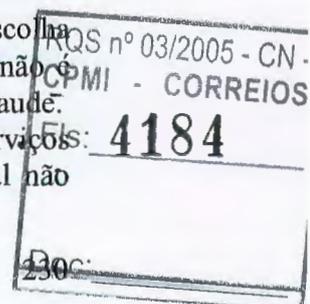
*Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.*

O anexo 1 da já referida IN/Secom nº 7 dispõe sobre os aspectos considerados no julgamento das propostas. Principalmente no que tange à idéia criativa, não há possibilidade de aplicação de critérios objetivos e, portanto, do cumprimento dos dispositivos da Lei nº 8.666/93 no caso de contratação de serviços de publicidade e propaganda, em razão da própria natureza do objeto.

Assim, por exemplo, como poderia a comissão de licitação julgar objetivamente a "originalidade da combinação dos elementos" que constituem a idéia criativa? Ou, ainda, a multiplicidade de interpretações favoráveis que (a idéia criativa) comporta, considerados os objetivos da entidade?

A fragilidade dos controles, aliada à subjetividade desses critérios de escolha das agências de publicidade, permite afirmar que apenas um bom arcabouço legal não é suficiente para coibir a adoção de procedimentos incorretos ou a eventual prática de fraude.

Embora conste taxativamente no art. 2º da Lei nº 8.666/93 que os serviços de publicidade sejam contratados por intermédio de licitação, essa prescrição legal não



conseguiu resolver o problema da contratação discricionária de empresas de publicidade que remonta aos tempos regidos pelo Decreto-Lei nº 2.300/86.

Atualmente, a Administração continua a escolher discricionariamente as agências de publicidade com as quais deseja trabalhar, conforme ocorria no período anterior à Lei de Licitações e Contratos, pela via da inexigibilidade de licitação. Atualmente, os gestores públicos, ao realizarem licitações cujos critérios de seleção são altamente subjetivos, atuam de forma substancialmente discricionária, ainda que sob o manto da legalidade exarada pela Lei nº 8.666/93.

### **7.7.1.3 QUANTO AO CONTRATO**

O Banco do Brasil e suas coligadas definiram em contrato de prestação de serviços de publicidade as seguintes estimativas de verbas para o período de março de 2000 a setembro de 2005 (a verba da Visanet não está excluída nessa estimativa): No período de 03/2000 a 09/2005, foi destinada verba publicitária suportada pelos contratos e aditivos no montante de R\$ 720,6 milhões, conforme anexos.

Fonte: contratos (\*) período de 9 meses findo em junho de 2005 No mesmo período, os desembolsos efetuados pelo Banco do Brasil foram de R\$ 959.116.618. Desta forma, os gastos com publicidade superaram os valores estipulados em contrato no montante de R\$ 238.467.880 e os pagamentos efetuados a cada agência de publicidade foram, respectivamente: (ver dados em anexo).

### **7.7.1.4 CONCORRÊNCIA 1.131/99 – CONTRATO VIGENTE ENTRE MARÇO/00 E SETEMBRO/03**

Em 22 de março de 2000, foram firmados os contratos de publicidade entre o Banco do Brasil com as empresas Grottera Comunicação S/C LTDA, Lowe Lintas & Partners Ltda e DNA Propaganda Ltda.

A verba estimada para o contrato original foi de R\$ 85.000.000,00 para o período de 12 meses, a findar em 21 de março de 2001. O contrato foi aditado, tendo sido prorrogado por mais 12 meses, com nova verba estimada em R\$ 118.000.000,00 A segunda prorrogação de contrato foi assinada em 22 de março de 2002, com verba adicional estimada em R\$ 149.232.000,00. Em 22 de março de 2003, foi assinada a terceira prorrogação do contrato de publicidade, por período de 6 meses, findos em 21 de setembro de 2003.

Nesta prorrogação, a verba anual estimada foi de R\$ 152.833.475,00. A seguir apresentamos quadro resumo das prorrogações do contrato de publicidade:

Verba estimada para publicidade - Banco do Brasil:

Valor Variação

Contrato inicial em 21/03/2000 85.000.000,00

Prorrogação de 22/03/2001 118.000.000,00 38,82%

Prorrogação de 22/03/2002 149.232.000,00 26,47%

Prorrogação de 22/03/2003 152.833.475,00 2,41%

Fonte: contratos de publicidade e aditivos firmados junto a agências de propaganda

O incremento do valor do contrato firmado em 21/03/2000, cuja verba era de R\$ 85.000.000,00 e passou para R\$ 118.000.000,00, representa 38,8%. Esse percentual

extrapola o limite de 25% estipulado no § 1º do art. 65 da Lei de Licitações e não pode ser atribuído à inflação do período, uma vez que o INPC foi de apenas 6,27%.

A assinatura do aditivo seguinte, ocorrida em 22/03/2002, também teve o valor de verba estimada aumentado em R\$ 26,47%, neste período a variação do INPC foi de 9,72%, portanto o crescimento real foi de 15,27%.

Esse contrato de publicidade foi dado em garantia a operações de empréstimos bancários efetuados pelas empresas SMP&B e Graffiti com o Banco Rural, não obstante a explícita proibição do contrato, *in verbis*: “é vedado ceder ou dar garantia, a qualquer título, no todo ou em partes, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste Contrato, salvo com autorização prévia e por escrito do BANCO.”

Apesar da vedação contratual, o contrato do Banco do Brasil foi usado como garantia as seguintes operações financeiras:

**Empréstimos garantidos pelo contrato:**

Empresa tomadora do empréstimo SMP&B Graffiti

Banco envolvido Rural Rural

Valor original do empréstimo R\$ 19.000.000,00 R\$ 10.000.000,00

Data inicial 26/05/2003 12/09/2003

Saldo devedor do empréstimo (\*) R\$ 34.296.160,00 R\$ 15.512.570

Renovações 6 5

Fonte: contratos de empréstimos firmados junto ao Banco Rural (\*) em 2005

**7.7.1.5 CONCORRÊNCIA 01/2003 – CONTRATO NO VIGENTE A PARTIR DE SETEMBRO DE 2003.**

Em 23 de setembro de 2003 foi firmado novo contrato de prestação de serviço de publicidade entre o Banco do Brasil e as seguintes agências de propaganda: Ogilvy Brasil comunicação Ltda; D+ Comunicação Total S.A. (anteriormente Calia Assumpção Publicidade S/A) e DNA Propaganda Ltda.

A verba estimada para os gastos de publicidade foi de R\$ 142.000.000,00 para o período de 12 meses, compreendido entre 23 de setembro de 2003 a 23 de setembro de 2004. Em 22 de setembro de 2004 o contrato foi prorrogado por igual período de tempo, estimando nova verba publicitária de R\$ 200.000.000,00.

A seguir apresentamos quadro resumo da estimativa de verba publicitária, partindo os valores estimados para o período de 6 meses findo em 21 de setembro de 2003

Verba estimada para publicidade - Banco do Brasil:

Valor Variação

Prorrogação de 22/03/2003 152.833.475,00

Novo contrato firmado em 22/09/2003 142.000.000,00 (7,09%)

Prorrogação de 22/09/2004 200.000.000,00 40,85%

Fonte: contratos de publicidade e aditivos firmados junto a agências de propaganda

O quadro acima demonstra que a instituição financeira federal tem ultrapassado o limite legal dos 25%, pois para o contrato firmado em 22/09/2003 cuja estimativa de verba para publicidade era de R\$ 142.000.000,00, tendo sido aditado em 40,85%, desobedecendo ao §1º do art. 65 da Lei de Licitações. Ressalta-se, ainda, que mesmo considerando a variação do INPC no período, 5,95%, tal aumento totaliza 32,94%.



Em seu depoimento o Sr. Henrique Pizzolato justificou o incremento nos gastos de publicidade relacionados o incremento na base de clientes do Banco.

**O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS)** – *Bom, então, só para eu entender, e as pessoas também. O Banco do Brasil executou em 2003, sou preciso, R\$153 milhões, porque estudei a matéria. Para este ano estavam previstos R\$140 milhões, certo? Quero que o senhor me diga por que o Banco do Brasil executou R\$262 milhões no ano de 2004. O senhor não acha que há uma discrepância.*

**O SR. HENRIQUE PIZZOLATO** – *Porque o Banco, de 2003 para 2004, o Banco cresceu aproximadamente 7 milhões de clientes. Se o senhor utilizar um parâmetro do gasto cliente. No que concerne à divisão entre as três empresas contratadas, houve modificação do contrato. Cada empresa seria responsável pela administração de no mínimo 25% e no máximo 40% da verba estimada, porém, em 21/02/2005, foi alterada a distribuição dos gastos por agência, passando a vigorar o limite individual mínimo de 15% e limite individual máximo de 50%.*

O contrato de publicidade firmado em 2003, incluindo suas prorrogações foi dado em garantia, da mesma forma que nos anos anteriores, nas rolagens das operações bancárias iniciadas em 2003 pelas empresas SMP&B e Graffiti junto ao Banco Rural.

Da mesma forma que o contrato de publicidade anterior, define que é vedado “*ceder ou dar garantia, a qualquer título, no todo ou em partes, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste Contrato, salvo com autorização prévia e por escrito da Diretoria de Marketing e Comunicação do BANCO.*”

Indagado por esta CPMI a respeito do uso do contrato como garantia de empréstimos, o Banco do Brasil, 29/08/2005, por meio de seus advogados Luciene Cristina Bascheira Sakuma e Antônio Pedro da S. Machado, informa que o Banco não tem conhecimento das operações financeiras nas quais o contrato é garantidor.

#### **7.7.1.6 SUBJETIVIDADE NA CONTRATAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE**

Inicialmente cabe tecer algumas considerações sobre as irregularidades que permeiam o próprio contrato do Banco do Brasil, que segue – do ponto de vista formal – o modelo-padrão fornecido pela então Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM) há alguns anos, o qual discrepa, em alguns aspectos, dos rigores da Lei n.º 8.666/1993.

Embora essa CPMI esteja ciente que tais falhas não são exclusivas do contrato do Banco do Brasil, compilamos, nos parágrafos que seguem, os pontos nevrálgicos levantados pelo TCU (TC-019.024/2005-8 e 012.095/2005-8) a esse respeito.

Em primeiro lugar, o contrato abrange múltiplos e indeterminados objetos: além de atividades relacionadas a campanhas publicitárias, também inclui atividades de promoção, patrocínio, pesquisa de opinião e mercado, elaboração de marcas, logotipos, projetos de arquitetura e decoração, montagem de estandes em feiras e exposições e organização de eventos.

Outra impropriedade refere-se à variação do valor do contrato, que decorre de sua vinculação à verba de publicidade do Banco do Brasil, originalmente prevista em R\$ 85 milhões. Já no primeiro termo aditivo, o valor foi elevado para R\$ 118 milhões. Esse aumento de 38,8% extrapola o limite de 25% estipulado no § 1º do art. 65 da Lei de

Licitações, somente possível em situações excepcionais e devidamente justificadas, e não pode ser atribuído à inflação do período, uma vez que o INPC foi de apenas 6,3%.

Também contribui para a variação do valor do contrato o fato de a verba de publicidade ser vinculada a três contratos, consoante cláusula 5.1.2:

*5.1.2 Referido valor estimado será distribuído entre as três agências contratadas de forma que o valor mínimo dos serviços solicitados a cada uma delas corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do montante apontado no item 5.1 e o valor máximo poderá alcançar 40% (quarenta por cento) daquele montante.*

Os preços finais dos produtos de publicidade e afins não foram estipulados no contrato. Consta, apenas, o percentual de remuneração da agência, resultante de honorários de 2% incidentes sobre os custos dos serviços realizados por terceiros, como serviços gráficos, pesquisas de mercado e opinião, dentre outros. No tocante à veiculação, a remuneração fixada para a agência foi de 15%, de um total de 20% de desconto-padrão de agência de que cuida o art. 11 da Lei n.º 4.680/1965, nos seguintes termos:

*Art. 11. A comissão, que constitui a remuneração dos Agenciadores de Propaganda, bem como o desconto devido às Agências de Propaganda serão fixados pelos veículos de divulgação sobre os preços estabelecidos em tabela.*

*Parágrafo único. Não será concedida nenhuma comissão ou desconto sobre a propaganda encaminhada diretamente aos veículos de divulgação por qualquer pessoa física ou jurídica que não se enquadre a classificação de Agenciador de Propaganda ou Agências de Propaganda, como definidos na presente Lei.*

Na hipótese de ser adotado preço especial de divulgação, diferente daquele fixado em tabela, supostamente menor, o desconto-padrão de agência incidiria sobre o preço negociado.

Verifica-se, portanto, que a lógica do modelo adotado não contribui para que a execução do contrato seja feita da forma menos onerosa para a Administração Pública, muito pelo contrário. Quanto maior o custo dos serviços de terceiros, indicados pela própria contratada, maior será seu ganho.

A possibilidade de subcontratar serviços de terceiros cria uma situação singular, na qual as despesas da administração são elevadas, ao passo que os custos da contratada são reduzidos e seus honorários elevados.

Isso decorre do fato de a empresa não ser diretamente remunerada por seu trabalho de criação, mas apenas de forma indireta, mediante percentual incidente sobre serviços de terceiros, como impressão de cartazes e folders e veiculação de anúncios, etc.

A forma de remuneração estipulada reforça a propensão da contratada de repassar para terceiros o serviço que deveria por ela ser realizado. Na subcontratação normal, quem fatura os serviços é a própria contratada, que por eles responde. Não é o que ocorre no contrato em tela, uma vez que o executor do serviço estabelece vínculo direto com o anunciante e a contratada recebe honorários sobre os pagamentos efetuados ao executor.

A faculdade de apresentar despesas de terceiros, sem limitação quanto à natureza do serviço a ser executado, torna mais vantajoso para a Agência repassar o trabalho de execução das peças publicitárias para outras empresas, pois, além de não incorrer em custos, a Agência ainda será remunerada em razão do trabalho de outrem. E também o será quando o trabalho executado pela subcontratada for veiculado ou impresso. Ora, essa espécie peculiar de "subcontratação" significa, portanto, aumento injustificado de despesa para a contratante, que passa a pagar por serviços que antes somente seriam

Processo nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4186</u>
234
Doc:

remunerados pelos honorários pactuados. Além disso, pagará honorários sobre esses mesmos serviços, antes da divulgação, o que também não ocorreria se o trabalho fosse diretamente executado pela contratada, como previsto no objeto do contrato (subcláusula 1.2.1).

Cabe, ainda, mencionar o exemplo didático dado pelo Ministro- Relator do processo no Tribunal de Contas: a agência de publicidade é chamada a produzir uma peça de publicidade cujo custo é de R\$ 50.000,00. O custo de divulgação na televisão é de R\$ 1.000.000,00 e o desconto de agência é de 20% (R\$ 200.000,00), sendo 15% da agência e 5% do anunciante. Pelo contrato celebrado, a agência receberia R\$ 150.000,00 se executasse diretamente a peça, ou seja, lucro de R\$ 100.000,00, ao passo que o anunciante gastaria R\$ 950.000,00. Se a opção fosse a subcontratação, nesses mesmos termos, a agência receberia R\$ 1.000,00 a título de honorários e R\$ 150.000,00 de desconto de agência, lucrando R\$ 151.000,00, ao passo que o anunciante arcaria com despesas R\$ 1.001.000,00. Assim, sempre que houver possibilidade de repassar atividades para terceiros, a agência tenderá a fazê-lo, para reduzir seus custos e elevar seus honorários.

Essa modalidade *sui generis* de "subcontratação" decorre da falta de maior precisão do contrato quanto à natureza dos serviços a serem executados por terceiros, bem como sobre aqueles que necessariamente deveriam ser executados pela contratada. Entendemos, e julgamos necessário registrar, neste passo, que a prática rotineira de repassar a execução de serviços típicos de publicidade a terceiros deve ser coibida legalmente, de modo a evitar que a contratada se torne uma mera e dispendiosa intermediária na realização dos serviços. Isso poderia ser feito mediante melhor definição do objeto do contrato, de molde a impedir que a agência de publicidade contratada atuasse como uma mera organizadora de contratações sem licitação.

Não menos grave, a cláusula 6.5 do contrato estabelece a possibilidade de a forma de pagamento ser objeto de renegociação, quando da renovação ou prorrogação do contrato, o que contraria a finalidade da licitação, que é buscar a proposta mais vantajosa para a administração. Essa cláusula também torna indefinidas as condições para a execução do contrato, em violação ao § 1º do art. 54 da Lei n.º 8.666/1993, e não se coaduna com as possibilidades de alteração contratual estipuladas no art. 65 da mesma lei. Não obstante, não há, nos termos aditivos juntados aos autos, nenhuma indicação de repactuação dos percentuais originalmente fixados.

#### **7.7.1.7 BONIFICAÇÃO DE VOLUME**

As bonificações de volume obtidas pelas agências de publicidade junto a fornecedores, que deveriam ter sido transferidas ao Banco do Brasil, por força do contrato, não foram repassadas. O Banco, entretanto, ainda não tomou qualquer providência no sentido de evitar tal prejuízo. Convém explicitar que o pagamento dos fornecedores subcontratados pelas agências de publicidade e propaganda é feito pela própria agência, que, após receber do Banco o valor devido aos fornecedores somado a seus honorários, os retém e repassa o restante a esses fornecedores.

Durante a execução da auditoria, a equipe, em visita a algumas empresas que prestaram serviços ou forneceram produtos para o Banco do Brasil com a intermediação da agência de publicidade e propaganda, obteve cópias de notas fiscais emitidas pela agência contra os prestadores de serviços e fornecedores, relativas ao que é conhecido no mercado publicitário como bônus ou bonificação de volume (BV).

O BV é uma comissão, recebida pelas agências dos fornecedores, mas que, em última análise, são efetivamente pagas pelo Banco, uma vez que os preços praticados já incluem o valor dessa bonificação. Para tanto, as agências emitem contra os fornecedores uma nota fiscal por serviços prestados a título de bônus ou bonificação de volume.

As disposições contratuais obrigam que as bonificações de volume obtidas pelas agências sejam integralmente repassadas ao Banco.

Tanto a cláusula segunda, item 2.5.11, do contrato decorrente da Concorrência nº 1131/1999, celebrado em 22/03/2000 entre o Banco do Brasil e a agência DNA, quanto a cláusula segunda, item 2.7.4.6, do contrato decorrente da Concorrência nº 01/2003, celebrado em 23/09/2003 entre o Banco e a mesma agência, estabelecem como obrigação da contratada o seguinte: envidar esforços para obter as melhores condições nas negociações junto a terceiros e transferir, integralmente, ao BANCO os descontos especiais (além dos normais, previstos em tabelas), bonificações, reaplicações, prazos especiais de pagamento e outras vantagens.

Foram obtidas cópias de diversas notas fiscais emitidas pelas agências já referenciadas contra os fornecedores subcontratados a título de BV para as quais foi possível demonstrar a relação direta com o fornecimento de produtos e serviços para o Banco do Brasil.

O TCU entendeu que, por estar estipulado contratualmente, as bonificações teriam de ser devolvidas e os gestores do Banco deveriam ter adotado medidas com vistas a cumprir tal condição. Houve descumprimento dos arts. 66 e 67 da Lei nº 8.666/93 e da cláusula décima segunda dos contratos oriundos das Concorrências nº 99/1131 e nº 01/2003 (itens 12.4 e 12.8, respectivamente), a qual estipulava, dentre outras medidas, que o Banco realizaria semestralmente avaliação dos benefícios decorrentes da política de preços praticada pela agência; o Banco deveria ter adotado todas as providências para que o contrato fosse executado fielmente pela partes.

A não-transferência dos valores relativos às bonificações de volume suscitou pagamento a maior do Banco às agências, razão pela qual o TCU converteu o processo em tomada de contas especial, ora em andamento e sem posição de mérito definitiva, para que os recursos fossem devolvidos aos cofres públicos. Assim, além dos funcionários do Banco do Brasil responsáveis pela conduta omissiva e pelo descumprimento de um dever legal, foram responsabilizados os representantes das empresas.

O Tribunal estimou que, no período de 2000 até junho de 2005, a cifra apropriada indevidamente pelas cinco empresas foi de mais de R\$ 95 milhões, sem se considerar a atualização dos valores ao longo do período considerado. De acordo com os dados obtidos pela equipe, os percentuais de BV variaram entre 10% e 30% do valor destinado para pagamento dos fornecedores. Entretanto, a equipe adotou uma postura conservadora e considerou o percentual conservador de 10% para fins de cálculo, resultando no somatório de R\$ 95 milhões o valor apropriado indevidamente pelas cinco empresas. Assim, o quadro abaixo sintetiza o montante de cada uma:

Valores apropriados pelas agências de publicidade – Banco do Brasil

**AGÊNCIA Vigência: 22/03/2000 a 21/09/2003 Em vigor desde 22/09/2003 \*\*\***

Lowe 15.378.910,30

Grottera 16.645.668,60

Dna \*\*\* 18.506.831,60 19.156.712,09

Ogilvy 10.826.900,79

D+ 14.893.969,81

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: 4187
Do@36

Sub-total 50.531.410,50 44.877.582,69

**TOTAL R\$ 95.408.993,19**

\*\*\* o contrato da Dna foi rescindido em 29/07/2005.

#### **7.7.1.8 BANCO POPULAR DO BRASIL**

##### **7.7.1.8.1 APRESENTAÇÃO**

O BB Banco Popular do Brasil S.A. é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. A autorização de funcionamento foi publicada no Diário Oficial da União em 05/12/2003. O início das operações ocorreu no segundo semestre de 2004, sendo que até esta data o Banco Popular encontrava-se em fase pré-operacional.

##### **7.7.1.8.2 CONTRATO DE PUBLICIDADE.**

Os contratos firmados em 23/09/2003 entre o Banco do Brasil e as três agências de publicidade definem (anexo): *“1.1 O presente contrato tem por objetivo a execução, pela CONTRATADA, dos serviços de publicidade do Conglomerado Banco do Brasil, inclusive de empresas ou entidades que possam vir a ser criadas – e da Fundação Banco do Brasil...”*

##### **7.7.1.8.3 DEFINIÇÃO DAS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE PARA ATENDER O BANCO POPULAR**

Em seu depoimento, o Sr. Henrique Pizzolato informa que cabe à diretoria do Banco Popular do Brasil a definição do *briefing* do que deverá ser produzido e dos valores a serem dispendidos. Após essa definição, a Diretoria de Marketing do Banco do Brasil a repassa às agências de publicidade.

*Heráclito Fortes (PFL – PI) – Finalizando, Sr. Presidente, o Dr. Ivan Guimarães, como diretoria do Banco Popular gastou em publicidade R\$ 25 milhões. Ele tinha independência desses gastos ou passava pelo crivo de V.Sª?*

*Henrique Pizzolato – Não, as decisões eram da Diretoria do Banco Popular. A Diretoria de Marketing apenas realizava, repassava para as agências os briefings e realizava os eventos conforme eles determinavam. Então, eles pediam, faziam uma demanda de uma campanha de lançamento do Banco, dizendo: “Olha, queremos lançar o Banco em cinco Estados.” Nós então, demandávamos das agências de publicidade e apresentávamos a eles e discutiam. Mas o aporte de recursos e as decisões sobre os recursos sempre foram da Diretoria do banco.*

O então Presidente do Banco Popular do Brasil, Sr. Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães, informou que a campanha de lançamento de construção da marca Banco Popular foi apresentada pela Diretoria de Marketing a cerca de 20 pessoas, dentre elas a diretoria do Banco Popular do Brasil, o vice-presidente e presidente do Banco do Brasil, a auditoria interna, a controladoria, o pessoal de marketing, e jurídico do Banco do Brasil. Após apresentado os *briefings* da D+ e DNA, essas pessoas optaram pela DNA, a diretoria do Banco Popular não votou. A seguir segue trecho do depoimento do ex-presidente:

*Osmar Serraglio (PMDB – PR) – Que tipo de publicidade V.Sª seleciona como sendo as mais utilizadas neste período de R\$ 29 milhões.*

**Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães** – A decisão era do Banco do Brasil, por meio de sua Diretoria de Marketing. A Diretoria de Marketing é que contratava seus prestadores de serviços para a realização destes trabalhos. A campanha de televisão foi alvo de uma discussão interna. Como foi o procedimento? A Diretoria de Marketing passou o briefing para as três agências que a tendiam o banco. Essas três agências tiveram tempo de desenvolver esses briefings. Uma declinou do convite. Duas apresentaram propostas. Então, o Conselho Diretor do Banco do Brasil, o Presidente e sete vice-presidentes...

**Osmar Serraglio (PMDB – PR)** – Apenas uma...

**Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães** – Apenas uma não quis. Duas concordaram em desenvolvê-lo.

**Osmar Serraglio (PMDB – PR)** – Quais as duas?

**Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães** – A Calia Assumpção e a DNA. Marcou-se uma data, a Diretoria de Marketing marcou uma data, reuniu a diretoria do Banco Popular do Brasil, os vice-presidentes do Banco do Brasil e o presidente, a auditoria interna, a controladoria, o pessoal de marketing, o jurídico do Banco do Brasil – eram umas vinte pessoas -, e foram apresentados os dois briefings. Ao final, as duas agências se retiraram e se procedeu a uma discussão de qual daqueles briefings estaria mais adequado à essência do Banco Popular do Brasil. Na ocasião, o Banco Popular do Brasil, por meu intermédio, absteve-se, decidiu não votar isso, e a maioria dos representantes entendeu que a campanha que melhor se adequava era aquela que foi montada pela DNA. A partir daí, foi construído um voto que foi aprovado pelo Conselho Diretoria do Banco do Brasil, e a Diretoria de Marketing cuidou da efetivação da sua aplicação.

#### 7.7.1.8.4 GASTOS COM PUBLICIDADE

O balanço patrimonial publicado pela Banco Popular demonstra que em 2004 foram gastos com publicidade R\$ 24.532.000,00, composto a seguir (anexo):

Gasto 1º semestre R\$ 542 mil - contabilizado no diferido

Gasto 2º semestre R\$ 23.990 mil - contabilizado no resultado

R\$ 24.532 mil

Nas informações disponibilizadas para análise, é possível verificar que os gastos com publicidade do Banco Popular do Brasil foram substancialmente maiores que os valores informados contabilmente (anexo).

Para maior clareza das informações, apresentamos os gastos com publicidade de duas formas: gastos com publicidade por data de pagamento (regime caixa) e gastos de publicidade por data de emissão das faturas pelo fornecedor (regime competência):

##### 7.7.1.8.4.1.1 GASTOS COM PUBLICIDADE E PROMOÇÃO

###### 2004 2004 2005 2005

Agência Competência Caixa Agência Competência Caixa DNA DNA

Publicidade 30.286.471 30.193.121 Publicidade 4.450.786 4.546.782

Promoção 3.988

Promoção 927.124 931.112

30.290.459 30.193.121 5.377.910 5.477.894



D+

Promoção 549.500 549.500

OGILVY OGILVY

Promoção 1.462.667 1.141.647 Promoção 4.025 325.046

**TOTAL GERAL 32.302.626 31.884.268**

**TOTAL GERAL 5.381.935 5.772.940**

Na comparação dos gastos de publicidade constantes no balanço patrimonial com os gastos de publicidade apresentados no BusinessObjects, é possível verificar que os dados contábeis estão a menor em R\$ 7.771.000,00.

A DNA foi a agência de propaganda que mais recebeu verbas do Banco Popular, com participação de 95% no total dos gastos.

#### **7.7.1.8.5 RESULTADOS OPERACIONAIS BANCO POPULAR DO BRASIL**

O Banco Popular do Brasil, como dito anteriormente, iniciou suas operações no segundo semestre de 2004. Em 2004, a concessão de microcrédito pelo Banco Popular do Brasil foi de R\$ 21.339.000,00 enquanto os gastos efetivos de publicidade foram de R\$ 32.302.626,00. Ressalta-se, no entanto, que, não obstante os gastos com publicidade do Banco Popular do Brasil terem sido vultosos, ele se sustenta pelo fato de a empresa estar iniciando suas operações e, portanto, demandando investimentos na marca.

Porém, há que registrar que tais gastos apresentaram características distintas às dos gastos do Banco do Brasil, pois, ao invés do rateio entre as três empresas contratadas, mais uma vez, a DNA foi a escolhida para prestar os serviços.

As receitas de operações de crédito no segundo semestre de 2004 foram de R\$ 739 mil. Para 2005, o Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Popular estimou a receita com operações de crédito em R\$ 30.488.000,00 ao passo que a realização efetiva, conforme balanço disponibilizado ao Banco Central do Brasil, foi de R\$ 6.917.000,00.

#### **7.7.1.8.6 EXECUÇÃO DA PUBLICIDADE NO BANCO POPULAR**

Os contratos firmados em 23/09/2003 entre o Banco do Brasil e as três agências estipulam que as agências devem executar todos os serviços objetos do contrato por seus próprios meios ou, quando necessário, mediante a contratação de terceiros, sendo essa contratação precedida de cotação de preço ou justificativa por escrito em caso de impossibilidade. No entanto, constatou-se que a contratação das promotoras de eventos dissentiu da regra contratual e deu-se de forma direta pelo Banco do Brasil, ainda que, para tanto, o Banco tenha amparado a contratação no escopo dos próprios contratos de publicidade. Conforme correspondências encaminhadas pelas agências ao Banco do Brasil, foram indicadas as seguintes promotoras de eventos: Multiaction Entretenimentos pela DNA, De Simoni Marketing Services Ltda. pela Ogilvy, e One Stop Agency Solução Total Ltda. pela D+ (depoimento do responsável pela Ogilvy nessa CPMI em 24/11/2005).

Utilizou-se do contrato de publicidade para fundamentar a contratação direta das promotoras de eventos, sem que houvesse qualquer previsão contratual ou até mesmo

legal, já que a lei não prevê modalidade de dispensa de licitação que se aplique ao presente caso.

As ações promocionais desenvolviam-se do seguinte modo: o Banco selecionava, dentre as três promotoras, aquela com o perfil mais adequado para a desenvolvimento da ação promocional; a escolhida subcontratava fornecedores para o evento e recebia como pagamento, à título de comissão, percentual sobre o valor das subcontratações efetivadas, sendo que, em alguns casos, recebia também ressarcimento dos chamados custos internos e de coordenação; por fim, a agência “vinculada” à promotora recebia honorários de 5%, novamente incidentes sobre as subcontratações.

Pequeno esclarecimento se faz necessário: consoante o entendimento do Banco, o pagamento de honorários às agências, no percentual de 5% incidentes sobre as subcontratações efetivadas pela promotora, é devida por existir previsão contratual para tanto. Porém, esse não é o entendimento dos técnicos do TCU que discordam da interpretação. A cláusula sexta do contrato, em seu subitem 6.1.2, estabelece que os honorários serão devidos às agências quando estas efetivamente intermediarem a produção de peças e materiais, condição precariamente verificada no pagamento de honorários às agências no âmbito do desenvolvimento das ações promocionais, como se verá adiante. Portanto, o procedimento de contratação direta das promotoras e o pagamento de honorários às agências por serviços prestados pelas promotoras afrontam a Lei n.º 8.666/93 e também as disposições contratuais.

A ação promocional “Evento Super Casas Bahia” desenvolvida para o Banco Popular do Brasil e executada pela promotora de eventos De Simoni, vinculada à agência Ogilvy, permite corroborar parte do entendimento até aqui exposto.

Para o Banco do Brasil, o pagamento de comissão no percentual de 15% às promotoras decorre apenas do que intitula de “melhor prática de mercado”. Constatou-se também que a participação das agências nas ações promocionais é precária ou inexistente, que a simples previsão contratual para que as agências pudessem desenvolver ações promocionais acabou por fundamentar a contratação direta das promotoras e que, por fim, não existem procedimentos estabelecidos para acompanhar e garantir que as subcontratações realizadas pelas promotoras sejam realmente vantajosas.

Acerca da participação ou não da agência nesta ação promocional, não restam dúvidas de que negociações referentes ao evento ocorreram diretamente entre o Banco do Brasil e a empresa De Simoni, não se verificando a intermediação da agência Ogilvy.

Ora, a efetiva intermediação da agência na ação promocional não ocorreu; tampouco o Banco demonstrou preocupação em fazer cumprir a cláusula contratual, efetuando indevidamente o pagamento de honorários à agência Ogilvy sobre serviços subcontratados pela promotora de eventos.

Nota-se que os próprios gestores admitem a ausência de intermediação da agência no processo, logo, descumpriram a cláusula contratual que estabelece as condições para pagamento de honorários às agências.

A tabela em anexo quantifica os possíveis prejuízos decorrentes da incidência indevida de 5% de honorários da agência Ogilvy. Fonte: dados extraídos do CDA - Sistema de Controle de Despesas Administrativas do Banco do Brasil

Outro fato digno de registro refere-se aos Contratos 2004/86160017, 2004/86160018, e 2004/86160019, assinados em 15.01.2004 entre o Banco Popular e as

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - -CORREIOS
240
Fls.: <b>4189</b>
Doc:

empresas Biombo Sistemas Ltda., Gaia Marketing e Participações Ltda. e Lumens Serviços de Informação Ltda. (renomeada posteriormente como Boanerges Serviços de Informação Ltda.), respectivamente. O objeto do contrato celebrado com as citadas empresas perfaz as seguintes prestações de serviços: 1) Biombo Sistemas Ltda.: consultoria para o desenvolvimento do trabalho de avaliação e implementação de sistemas operacionais do Banco Popular do Brasil; 2) Gaia Marketing e Participações Ltda.: consultoria para implantação e assessoramento da área de marketing do Banco Popular do Brasil; e 3) Boanerges Serviços de Informação Ltda.: consultoria para o desenvolvimento de suporte à estruturação e gestão dos serviços do Banco Popular do Brasil.

A remuneração total dessas empresas perfazia uma parcela fixa e outra variável, sendo esta última o objeto do questionamento levantado pelo TCU. A cláusula quarta dos referidos contratos definiu a forma de remuneração variável das empresas. Para o primeiro ano de vigência contratual, exercício 2004, ficou estabelecido o modelo de remuneração variável, limitado ao valor máximo de R\$ 400.000,00 e mínimo de R\$ 120.000,00. Dessa forma, entre esses parâmetros, a remuneração variável de cada uma das empresas foi atrelada ao desempenho do Banco Popular do Brasil em relação ao número de contas abertas e ao resultado do exercício.

A parcela da remuneração variável vinculada ao desempenho do indicador “número de contas abertas” é calculada a partir da multiplicação do peso do indicador (60%), da remuneração base (R\$ 240.000,00) e do percentual da meta atingido, que pode, inclusive, ultrapassar 100%. De forma similar, pode-se determinar a remuneração variável vinculada ao desempenho do indicador resultado do exercício. O total da remuneração variável é determinado pelo somatório dessas parcelas remuneratórias referentes aos citados indicadores.

No exercício de 2004 foram abertas 706.409 contas, enquanto a meta estabelecida foi de 1.016.000 contas. O Banco Popular, em decorrência de negociações com as Lojas Marabraz, teve acesso ao cadastro de clientes da loja e realizou a seleção de 296.000 clientes cujo perfil se assemelhava ao público do Banco Popular (pré-contas). Esses registros foram incluídos no cadastro de contas correntes do Banco Popular do Brasil com a finalidade de, no futuro, realizar gestões no sentido de conquistar esses clientes. A inclusão indevida destas ‘pré-contas’ no cadastro de contas do Banco Popular implicou o pagamento indevido de remuneração variável às empresas de consultoria Biombo Sistemas Ltda. e Boanerges Serviços de Informação Ltda.

Em razão desse fato, foi apurado débito no valor de R\$ 97.647,30 no âmbito dos contratos 2004/86160017 e 2004/86160019 do Banco Popular do Brasil com as empresas de consultoria Biombo Sistemas Ltda. e Boanerges e Serviços de Informação Ltda., decorrente de pagamento de remuneração variável indevida que, por sua vez, decorreu de inclusão incorreta de pré-contas em cadastro de contas do Banco Popular do Brasil.

#### **7.7.1.8.7 CONCLUSÃO**

O TCU fez uma série de determinações para melhoria nos procedimentos da Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil. O processo TCU-012.095/2005-8, encontra-se ainda em fase de audiência preliminar dos gestores, uma vez que foram expedidas notificadas as seguintes pessoas: Srs. Henrique Pizzolato, Renato Luiz Belinetti Naegale, Cláudio de Castro Vasconcelos, Francícero C. Vieira de Araújo, Luciano

de Fries, Carlos Alberto Reis Figueiredo, José Humberto Valentino Vieira, Fabrício Gonçalves Costa, Rodrigo Nunes Gurgel, João Daniel da Silva, Roberto Bocorny Messias e Kadiê Rodrigues de Medeiros para que justifiquem as operações em tese irregulares.

#### 7.7.1.9 MINISTÉRIO DO ESPORTE

O Contrato nº 31/2001 – MET, originado da Concorrência nº 02/2001, foi firmado com a SMP&B Comunicação Ltda. em 20/9/2001, Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” Volume I - Pág. 958 vigente até 31/12/2001, com possibilidade de ser prorrogado até 31/12/2002 e por períodos subseqüentes, limitados em até 60 meses, com base no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

*O objeto do ajuste corresponde a serviços de publicidade do contratante, abrangendo: estudo, concepção, execução e distribuição de campanhas e peças publicitárias; assessoramento e apoio na execução de ações de assessoria de imprensa, relações públicas, promoção e patrocínios; desenvolvimento de pesquisas de mercado e de opinião e de produtos e serviços; elaboração e registro de marcas, expressões de propaganda, logotipos e outros elementos de programação visual; organização de eventos; planejamento e montagem de estandes em feiras e exposições; e os demais serviços destinados ao atendimento da necessidades de comunicação do contratante.*

O volume dos recursos fiscalizados totaliza R\$ 12.862.170,47, correspondente a despesas realizadas desde a celebração do contrato em 2001 até o começo dos trabalhos de auditoria, em julho de 2005.

As irregularidades constatadas na auditoria são as que se seguem:

- a) assunção de obrigações diretas na execução do Contrato nº 31/2001-MET, que excederam os créditos orçamentários consignados no ajuste e em seus aditivos (subitem 3.1);
- b) serviços executados sem respaldo contratual (subitem 3.2);
- c) ausência de efetiva fiscalização do contrato (subitem 3.3), resultando em pagamentos efetuados sem a devida comprovação da execução dos serviços (alínea “a”) e autorização do Ministério para a realização de despesas com data posterior à emissão das notas fiscais pelas subcontratadas (alínea “b”);
- d) direcionamento de patrocínios para entidades de Minas Gerais (subitem 3.4);
- e) subcontratação da empresa MultiAction (subitem 3.5); 33 TC 012.905/2005-0.
- f) ausência de cotações de preço válidas, exigidas contratualmente (subitem 3.6);
- g) falta de zelo na negociação de preços para serviços de veiculação (subitem 3.7);
- h) pagamento de percentuais indevidos a título de honorários (subitem 3.8);
- i) contratação irregular de mão-de-obra e indícios de fraude na comprovação das despesas (subitem 3.9);
- j) realização de despesa em desacordo com o §1º do art. 37 da Constituição Federal (subitem 3.10); e k) pagamento de honorários à agência contratada sem a correspondente prestação de serviço (subitem 3.11). O processo encontra-se em trâmite no TCU, com proposta de que seja convertido em tomada de contas especial, nos termos do art. 47 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 252 do Regimento Interno/TCU, para citação dos responsáveis. São vários débitos calculados desde 2001, cujo montante totaliza R\$ 1.002.066,22, atualizados até outubro de 2005 e acrescidos de juros de mora. Outras irregularidades ensejaram

Processo nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4190</b>
242
Doc:

proposta de audiência de alguns gestores, visando a apurar a ocorrência de atos em desacordo com a lei ou com o contrato.

#### **7.7.1.10 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A – ELETRONORTE**

O TCU realizou auditoria na Eletronorte para verificar a legalidade dos contratos de publicidade e propaganda firmados pela empresa. A Eletronorte possui apenas um contrato de prestação de serviços de publicidade e marketing (contrato 4500002303), celebrado com a DNA Propaganda Ltda. em 18 de maio de 2001 e prorrogado mediante sucessivos termos aditivos até 01/03/2006. Detectaram-se, entre as irregularidades, o recebimento de comissão pela Agência em ações de patrocínio, sem a prestação de qualquer serviço; concessão de patrocínio sob a forma de veiculação; sobrepreço na aquisição de bens no âmbito do contrato; pagamento por prestação de serviços fora do objeto do contrato; e contratação de serviços com intermediação desnecessária da Agência de Publicidade, configurando possível ato de gestão antieconômico. As irregularidades estão a seguir expostas:

##### **7.7.1.10.1 RECEBIMENTO DE COMISSÃO PELA AGÊNCIA SEM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

Foram repassados recursos a título de patrocínio no valor total de R\$ 2.801.495,98. Sobre esse montante, a DNA recebeu como honorários a importância de R\$ 170.511,42, no período compreendido entre 18 de maio de 2001 e 31 de dezembro de 2004, sem a comprovação da efetiva prestação de serviços pela agência, tendo apenas ocorrido intermediação do repasse financeiro.

Questionada a respeito, a Eletronorte mencionou: “a DNA Propaganda Ltda. não prestou serviço efetivo nos casos de patrocínios concedidos por seu intermédio, ocorrendo apenas transferência de recursos ao patrocinado.”

##### **7.7.1.10.2 CONCESSÃO DE PATROCÍNIO SOB A FORMA DE VEICULAÇÃO**

A empresa Agora Comunicação Ltda. prestou serviço para a Eletronorte relativo à elaboração e veiculação de programas jornalísticos em emissoras de rádio. Da documentação apresentada pela entidade, constavam propostas de preço de outras duas empresas: Promov Comunicação Ltda. e Produções do Tempo – Eventos e Publicações Ltda.

Da análise das propostas apresentadas, verificou-se a possibilidade de terem sido fraudadas com o intuito de justificar a contratação da empresa Agora Comunicação Ltda., uma vez que possuíam elevada semelhança em conteúdo e formatação. As suspeitas vieram a ser confirmadas devido aos seguintes fatos:

- Mediante contato telefônico com o proprietário da empresa Promov Comunicação Ltda., obteve-se informação de que sua empresa não havia feito proposta de serviços para a Eletronorte; Quando da análise do produto elaborado pela empresa Agora Comunicação, examinou-se documento mediante o qual a empresa solicitou apoio publicitário à Eletronorte para a criação e veiculação de um programa de rádio denominado ‘Planeta Amazônia’. Tal documento foi enviado à diretoria da entidade em 3 de setembro de 2004. Ao se cotejar a data do mencionado documento com a data constante da proposta

de preços da empresa Agora Comunicação (8 de novembro de 2004), anexada à Nota Fiscal 45320, verificou-se que o pedido de apoio publicitário foi anterior à cotação de preços realizada. Tal constatação indica que a iniciativa para o desenvolvimento do programa veio da própria empresa Agora, a partir de projeto previamente submetido a Eletronorte; • Em documento denominado “Planeta Amazônia – Relatório Final”, o Sr. Garcez Almeida aponta que o patrocínio foi aprovado em setembro de 2004, antes, portanto, da apresentação das propostas à Eletronorte.

Tem-se, portanto, a confirmação de que as propostas foram juntadas ao processo apenas para atender exigência contratual, relativa à necessidade de cotação de preços de três empresas. Registre-se, ainda, que os programas de rádio elaborados pela empresa Agora Comunicação trataram de diversos assuntos não relacionados com a Eletronorte, ou sem interesse direto da empresa.

Vale ressaltar, por fim, que, por meio de contato telefônico e de correio eletrônico, as emissoras de rádio Nazaré FM/PA e Cultura AM/MT confirmaram a veiculação dos programas elaborados pela empresa Agora Comunicação Ltda.

Sobrepreço na aquisição de bens no âmbito do contrato

a) Agendas e Calendários

Em janeiro de 2005, a DNA apresentou estimativas de custos para a produção de 6.000 agendas e calendários. As propostas cotadas são apresentadas no quadro abaixo: (dados anexos)

A equipe de auditoria realizou pesquisa de preços junto a outras duas gráficas estabelecidas em Brasília/DF. Os valores levantados são apresentados na tabela abaixo: (dados anexos)

Utilizando-se de conservadorismo, optou-se por utilizar os preços praticados por essa empresa para dimensionar o sobrepreço, atingindo-se valor de R\$ 53.280,00 para as agendas e R\$ 22.140,00 para os calendários, ou R\$ 75.420,00 no total, ao qual deve ser acrescido o valor de R\$ 4.525,20, correspondentes aos honorários da agência.

b) Produção do livro “Peixes do Baixo Rio Tocantins” Para marcar os vinte anos de formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a Eletronorte decidiu publicar o livro *Peixes do Baixo Rio Tocantins*. Para isso, a DNA apresentou estimativa de custos para a produção de 5.000 exemplares, conforme quadro abaixo: (dados anexos)

Visando a verificar a adequação dos valores pagos na confecção do livro, foi realizada cotação de preços junto a duas gráficas estabelecidas em Brasília/DF e, também, junto à Gráfica Burti, a qual havia realizado a impressão do livro para a Eletronorte. O resultado é apresentado no quadro abaixo: (dados anexos)

Entendeu-se conveniente mensurar o sobrepreço tomando como referência conservadora o preço proposto pela Gráfica Burti, perfazendo um total de R\$ 28.331,89, ao qual deve ser acrescido o valor de R\$ 1.699,91, correspondente aos honorários de 6% pagos à agência.

### 7.7.1.10.3 PRODUÇÃO DE ‘OUTDOORS’

Como parte da campanha de utilidade pública “Queimadas 2004”, a DNA cotou preços para a confecção de 532 cartazes do tipo ‘outdoor’ em agosto de 2004. (dados anexos)

RQS nº 03/2005 - GN -
CPMI - CORREIOS
Fis: <b>4191</b>
244
Doc:

Durante a etapa de execução da auditoria, constatou-se que as empresas Bandeirantes, Visão e Cartaz fazem parte do mesmo grupo econômico.

Assim, foram encaminhados pedidos de proposta comercial com as mesmas especificações e quantidades para três empresas. Os valores são apresentados abaixo: (dados anexos)

Adotando-se o maior valor para efeito de comparação e estimativa do sobrepreço, obtém-se a quantia de R\$ 50.544,00, à qual deve ser acrescido o montante de R\$ 3.032,64, correspondente aos honorários de 6% pagos à agência.

#### **7.7.1.10.4 PRODUÇÃO DE 'BUSDOOR'**

Em outubro de 2003, a DNA apresentou estimativa de custos para a produção de 400 'busdoors', como parte da campanha "30 anos. Pura Energia Brasileira": (dados anexos)

Empregando-se o maior valor para efeito de comparação e estimativa do sobrepreço, obtém-se a quantia de R\$ 15.910,00, à qual deve ser acrescido o valor de R\$ 954,60, correspondente aos honorários de 6% pagos à agência.

#### **7.7.1.10.5 CONFECÇÃO DE CAMISETAS**

A equipe do TCU teve acesso ao relatório da auditoria interna da Eletronorte CAA 009/2005. Consta do documento, menção acerca de supostas irregularidade encontrada na aquisição de camisetas, faixas e bonés no âmbito do contrato com a DNA. Essa informação indicou a conveniência da análise mais detalhada dos preços praticados pela Serigriff. A contratação refere-se à compra de 6.000 camisetas: (dados anexos).

Nota: cotações para camiseta de malha de algodão. Dessa forma, obteve-se sobrepreço de R\$ 3.000,00 para as camisetas de malha de algodão, à qual deve ser acrescido o valor de R\$ 180,00, correspondente aos honorários de 6% pagos à agência.

#### **7.7.1.10.6 PAGAMENTO POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FORA DO OBJETO DO CONTRATO**

Os exames das notas fiscais dos serviços prestados pela DNA permitiram identificar a ocorrência de pagamentos relativos a eventos de confraternização de funcionários da Eletronorte, indevidamente classificados como "serviços de produção gráfica". As informações relativas aos pagamentos efetuados são apresentadas na tabela anexa.

O contrato 4500002303, assinado entre a Eletronorte e a DNA Propaganda, estabelece, em sua cláusula segunda, que:

*Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de publicidade e marketing da CONTRATANTE, compreendidos o assessoramento na elaboração dos planos de ação de comunicação empresarial, o estudo, a concepção, a execução e a distribuição de campanhas e peças publicitárias, o assessoramento e apoio na execução de ações de assessoria de imprensa, relações públicas, promoção e patrocínios, o desenvolvimento de pesquisas de mercado e de opinião e de produtos e serviços de comunicação empresarial, a*

*elaboração e registro de marcas, organização, coordenação e divulgação de eventos, o planejamento e montagem de estandes em feiras e exposições e os demais serviços destinados ao atendimento das necessidades de comunicação da CONTRATANTE.*

A realização de eventos de confraternização direcionados para funcionários da Eletronorte não apresenta relação direta com o escopo mencionado acima. Com efeito, a justificativa para a contratação da agência de publicidade é a necessidade da sua atuação especializada na prestação dos serviços previstos.

Tal não é o caso das celebrações em exame. Não se vislumbra o motivo da intermediação da DNA na organização de eventos internos da Eletronorte e que tiveram o propósito tão-somente de comemorar datas festivas. O exame dos processos indica, ainda, que não houve desenvolvimento de qualquer trabalho publicitário ou de marketing para a contratante, apenas cotações de preços dos serviços. Para os contratos celebrados com Adriana Buffet Ltda. não houve apresentação de três propostas. O assunto será tratado no item 3.8.1. Mais ainda, essas cotações foram dirigidas à Eletronorte, e não à DNA, corroborando a ausência de necessidade de envolvimento da agência de publicidade nos serviços adquiridos e indicando mesmo sua falta de participação.

#### **7.7.1.11.7 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM INTERMEDIÇÃO DESNECESSÁRIA DA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE**

##### **a) Exposição Brasil 500 Pássaros – Macapá/AP**

A agência DNA Propaganda Ltda subcontratou a empresa Gouvêa & Eichler Marketing Promocional para a realização do evento “Exposição Brasil 500 Pássaros”, em Macapá/AP, por R\$ 47.060,00, conforme Notas Fiscais 32241 e 1174, da DNA e da Gouvêa & Eichler, respectivamente. Nesse valor estão incluídos honorários de R\$ 9.000,00 relativos à prestação de serviços de coordenação do evento, conforme verificado na proposta de preços da subcontratada.

Exame do processo de subcontratação indica que a DNA não desenvolveu qualquer serviço relacionado à coordenação do evento para a Eletronorte, apenas efetuou cotação de preços. Contudo, a agência recebeu honorários no valor de R\$ 2.823,60, correspondentes a 6% do valor da subcontratação.

##### **b) Exposição Brasil 500 Pássaros – São Paulo/SP**

A agência DNA Propaganda Ltda subcontratou a empresa Gouvêa & Eichler Marketing Promocional para a realização do evento “Exposição Brasil 500 Pássaros”, em São Paulo/SP, por R\$ 65.720,00, conforme Notas Fiscais 18105 e 1035, da DNA e da Gouvêa & Eichler, respectivamente. Nesse valor estão incluídos honorários de R\$ 15.000,00 relativos à prestação de serviços de criação, planejamento e acompanhamento do evento, conforme verificado na proposta de preços da subcontratada.

Exame do processo de subcontratação indica que a DNA não desenvolveu qualquer serviço relacionado à coordenação do evento para a Eletronorte, apenas efetuou cotação de preços. Contudo, a agência recebeu honorários no valor de R\$ 3.943,20, correspondentes a 6% do valor da subcontratação.

##### **c) Exposição Eletronorte 30 anos – Brasília/DF**

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4192</u>
246
Doc:

A agência DNA Propaganda Ltda. subcontratou a empresa Mediale Design & Comunicação para a realização do evento “Exposição Eletronorte 30 anos”, em Brasília/DF, por R\$ 138.280,00, conforme Notas Fiscais 27109 e 78, da DNA e da Mediale, respectivamente. Nesse valor estão incluídos honorários de R\$ 18.000,00 relativos à prestação de serviços de ‘design’ e produção executiva da exposição, conforme cotação constante da proposta da subcontratada. Registre-se, também, que está discriminada, na Nota Fiscal emitida pela subcontratada, a prestação de serviços de criação, planejamento, produção, montagem e desmontagem da exposição.

Exame do processo de subcontratação indica que a DNA não desenvolveu qualquer serviço relacionado à criação, planejamento e supervisão de montagem da exposição para a Eletronorte, apenas efetuou cotação de preços. Contudo, a agência recebeu honorários no valor de R\$ 8.296,80, correspondentes a 6% do valor da subcontratação.

**d) III Painel – Busca da Excelência da Gestão**

A agência DNA Propaganda Ltda. subcontratou a empresa MR Marketing, Parcerias & Mídia Alternativa Ltda para a realização do evento “III Painel-Busca da Excelência da Gestão”, em Brasília/DF, por R\$ 34.714,00, conforme Notas Fiscais 17519 e 666, da DNA e da MR Marketing, respectivamente. Nesse valor estão incluídos honorários de R\$ 6.300,00 relativos à prestação de serviços de implantação, acompanhamento e produção do evento, conforme proposta da subcontratada.

Registre-se, também, que está discriminada na Nota Fiscal emitida pela subcontratada a prestação de serviços de criação, produção, implantação, acompanhamento e realização do evento. Exame do processo de subcontratação indica que a DNA não desenvolveu qualquer serviço relacionado à coordenação do evento para a Eletronorte, apenas efetuou cotação de preços. Contudo, a agência recebeu honorários no valor de R\$ 2.082,84, correspondentes a 6% do valor da subcontratação.

**e) Festa de Confraternização de Fim de Ano da Eletronorte – 2004**

A agência DNA Propaganda Ltda. subcontratou a empresa Gouvêa & Eichler para a realização do evento “Festa de Confraternização de fim de ano da Eletronorte – 2004”, em Brasília/DF, por R\$ 152.119,51, conforme Notas Fiscais 45449 e 1296, da DNA e da Gouvêa & Eichler, respectivamente. Nesse valor estão incluídos honorários de R\$ 18.690,21 relativos à prestação de serviços de planejamento, criação, direção e produção do evento, conforme proposta da subcontratada. Registre-se, também, que está discriminada na Nota Fiscal emitida pela subcontratada a prestação de serviços de organização e coordenação do evento.

Exame do processo de subcontratação indica que a DNA não desenvolveu qualquer serviço relacionado à coordenação do evento para a Eletronorte, apenas efetuou cotação de preços. Contudo, a agência recebeu honorários no valor de R\$ 9.127,17, correspondentes a 6% do valor da subcontratação.

**f) II Encontro de Comunicação e Marketing do Setor Elétrico – II ECOM**

A agência DNA Propaganda Ltda. subcontratou a empresa MR Marketing, Parcerias & Mídia Alternativa Ltda para a realização do evento “II Encontro de Comunicação e Marketing do Setor Elétrico”, em Tucuruí/PA, por R\$ 144.131,11, conforme Notas Fiscais 22848 e 787, da DNA e da MR Marketing, respectivamente.

Registre-se, também, que está discriminada na Nota Fiscal emitida pela subcontratada a prestação de serviços de coordenação, organização, criação e implantação do II Ecom. Exame do processo de subcontratação indica que a DNA não desenvolveu qualquer serviço relacionado à organização e coordenação do evento para a Eletronorte, apenas efetuou cotação de preços. Contudo, a agência recebeu honorários no valor de R\$ 8.647,87, correspondentes a 6% do valor da subcontratação.

**g) Descida do Rotor da 13ª Turbina da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**

A agência DNA Propaganda Ltda. subcontratou a empresa Gouvêa & Eichler para a realização do evento “Descida do Rotor da 13ª Turbina da Usina Hidrelétrica de Tucuruí”, em Brasília/DF, por R\$ 136.509,50, conforme Notas Fiscais 24040 e 1086, da DNA e da Gouvêa & Eichler, respectivamente.

Registre-se que a Gouvêa & Eichler efetuou diversas subcontratações (quarteirização) de empresas e pessoas físicas, para a realização do evento, conforme consta da Nota Fiscal emitida pela mesma. A título de honorários, cobrou da Eletronorte R\$ 20.000,00 relativos à prestação de serviços de coordenação do evento.

Exame do processo de subcontratação indica que a DNA não desenvolveu qualquer serviço relacionado à coordenação do evento para a Eletronorte, apenas efetuou cotação de preços. Contudo, a agência recebeu honorários no valor de R\$ 8.190,57, correspondentes a 6% do valor da subcontratação.

**h) Exposição Brasil 500 Pássaros – Beijing/China**

A agência DNA Propaganda Ltda. subcontratou a empresa Gouvêa & Eichler Marketing Promocional para a realização do evento “Exposição Brasil 500 Pássaros”, em Beijing/China, por R\$ 369.514,66, conforme Notas Fiscais 41049 e 41356, da DNA e 1239 e 1240 da Gouvêa & Eichler. Nesse valor estão incluídos honorários de R\$ 21.908,56 relativos à prestação de serviços de montagem da exposição, conforme proposta da subcontratada.

Exame do processo de subcontratação indica que a DNA não desenvolveu qualquer serviço para a Eletronorte, apenas efetuou cotação de preços. Contudo, a agência recebeu honorários no valor de R\$ 22.170,88, correspondentes a 6% do valor da subcontratação.

Diante de tantas irregularidades, deve-se observar que o contrato firmado entre a Eletronorte e a agência de publicidade inclui no seu objeto, conforme sua cláusula segunda, a prestação de serviços de publicidade e marketing da contratante, compreendidos:

- estudo, concepção, execução e distribuição de campanhas e peças publicitárias;
- assessoramento e apoio na execução de ações promocionais;
- organização, coordenação e divulgação de eventos;
- planejamento e montagem de estandes em feiras e exposições.

Consta da cláusula sexta, parágrafo segundo, do contrato (“Das Obrigações da Contratada”), que a DNA deverá realizar com seus próprios recursos, ou quando necessário, mediante a contratação de terceiros, todos os serviços relacionados com o objeto do contrato. A contratação de terceiros deverá ser submetida à prévia e expressa anuência da Eletronorte (cláusula sexta, § 13º). Cumpre mencionar, ainda, que o art. 72 da Lei 8.666/93 prevê a possibilidade de subcontratação.

Da leitura do artigo legal e dos dispositivos contratuais citados, conclui-se que a subcontratação pela agência, de serviços objeto do contrato, é possível, contudo, somente deverá ser feita quando necessário e se previamente aprovada pela contratante.



A subcontratação constitui-se, portanto, em exceção que deverá ser devidamente motivada, caso contrário, a agência poderia subcontratar tudo, perceber honorários, de forma que, quanto maiores os custos envolvidos, maiores seus lucros. Registre-se que a obrigatoriedade de intermediação por parte das agências de propaganda refere-se tão-somente, às atividades publicitárias do tipo propaganda e que as outras ações publicitárias (promoção e patrocínios), bem como as ações de comunicação não caracterizadas como ações publicitárias (assessoria de imprensa e relações públicas) podem ser contratadas pela Administração sem intermediação, conforme disposto no art. 9º, § 1º do Decreto nº 4.799/03, que revogou o Decreto nº 3.296/99.

É certo que a legislação vigente não proibiu a intermediação das agências de propaganda nas ações publicitárias não caracterizadas, pelos normativos, como propaganda. Todavia, a tomada de decisão, nesse sentido, não sendo tecnicamente justificada, resulta na simples entrega, às agências de propaganda, do planejamento, da execução e do gerenciamento de ações que são, por especificidade do mercado, necessariamente repassadas a outras empresas, fornecedoras específicas da prestação de tais serviços, a exemplo do ocorrido nas ações de promoção mencionadas neste relatório.

A ocorrência desta sistemática de contratação pela Eletronorte implicou, portanto, o pagamento desnecessário de honorários à DNA Propaganda, acarretando dispêndios financeiros caracterizados como antieconômicos, uma vez que tais honorários incidem sobre serviços que não se caracterizam, segundo o instrumento normativo, como atividade de propaganda.

Ressalte-se ainda que:

- a) pela prestação dos serviços de planejamento, coordenação e acompanhamento de eventos, de supervisão de montagem e desmontagem de estandes, foram cobrados honorários pelas empresas subcontratadas (terceirizadas) da DNA à Eletronorte. Posteriormente, quando da apresentação da nota fiscal, a DNA efetuou, também, cobrança de honorários à Eletronorte sobre o valor total da nota, ocorrendo o pagamento de honorários sobre honorários;
- b) os serviços prestados pela DNA relacionados neste relatório, limitaram-se à mera apresentação de propostas de preços à Eletronorte. Merece destaque o valor pago à agência, no caso da “Exposição Brasil 500 Pássaros”, realizada na China, no montante de R\$ 22.170,88. Tal valor despendido é desproporcional ao serviço de cotação de preços realizado pela agência, o que caracteriza desperdício de recursos públicos.

Assim, as contratações de serviços de terceiros efetuadas por intermédio da Agência, sem as adequadas e fundamentadas motivações, capazes de caracterizar a necessidade prevista na cláusula sexta, parágrafo segundo, do contrato 4500002303, tiveram como consequência ato de gestão antieconômico, em virtude do pagamento desnecessário de honorários à agência de publicidade.

#### **7.7.1.10.8 PAGAMENTO INDEVIDO À AGÊNCIA, EM FUNÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CRIAÇÃO.**

A agência DNA Propaganda Ltda. subcontratou a empresa Scriptorium Consultoria Ltda. para a prestação de serviço relativo à criação, ‘lay-out’, montagem e arte final de 141 tabelas, gráficos e mapas, sobre o ‘trabalho da Eletronorte nos últimos anos’, destinados à utilização em publicações técnicas e institucionais da empresa, conforme

Notas Fiscais 26179 e 82, da DNA e da Scriptorium, respectivamente, e proposta de preços da Scriptorium.

O preço do serviço prestado pela subcontratada foi de R\$ 76.425,00. Sobre tal quantia houve incidência de 6%, a título de honorários da DNA, o que correspondeu a R\$ 4.585,50. O valor total faturado contra a Eletronorte foi de R\$ 81.010,50. Consta, ainda, do documento 'estimativa de custos', aprovado por empregado da Eletronorte, que o produto do serviço seria utilizado no 'Relatório Balanço 2002', destinado à campanha de mesmo nome.

O contrato firmado entre a Eletronorte e a agência de publicidade inclui no seu objeto, conforme sua cláusula segunda, a prestação de serviços de publicidade e marketing da contratante, compreendidos:

- estudo, concepção, execução e distribuição de campanhas e peças publicitárias;

- desenvolvimento de produtos e serviços de comunicação empresarial;
- organização, coordenação e divulgação de eventos.

Conforme já mencionado neste relatório, a subcontratação constitui-se em exceção, que deve ser devidamente motivada, caso contrário, a agência poderia subcontratar tudo, perceber honorários, de forma que, quanto maiores os custos envolvidos, maiores seus lucros.

No presente caso, não restou demonstrada a necessidade da subcontratação do serviço, que poderia ter sido realizado diretamente pela DNA, por se tratar de atividade relacionada à criação, 'layout', montagem e arte final de produto destinado à utilização em publicação técnica e institucional da empresa, cujo resultado final era a divulgação da entidade (suas metas e resultados) para seu público estratégico e a institucionalização da marca.

Caso tivesse realizado o serviço diretamente, a DNA não poderia cobrar qualquer valor, uma vez que a cláusula segunda do primeiro termo aditivo ao contrato 4500002303 (SUP 2.1.S.0126-1), a qual prevê desconto de 100% sobre os custos internos da agência, com base nos valores previstos na Tabela Referencial de Preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal.

Assim a terceirização implicou não só o pagamento de R\$ 76.425,00 pelo serviço prestado, mas também o recebimento indevido pela DNA de honorários de 6%, o que não ocorreria caso o serviço tivesse sido efetuado por ela.

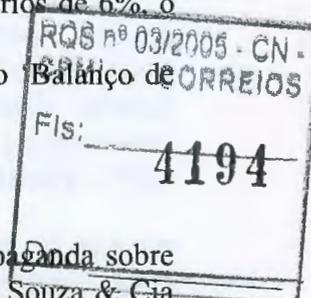
Por fim, verificou-se que não houve a publicação do relatório 'Balanço de 2002', a despeito do dispêndio com o serviço subcontratado.

#### 7.7.1.10.9 PAGAMENTO POR SERVIÇOS NÃO COMPROVADOS

A Eletronorte pagou a instalação de seis 'outdoors' com propaganda sobre combate a queimadas, subcontratadas pela DNA junto à empresa Pereira de Souza & Cia Ltda., os quais teriam sido afixados nas seguintes localidades: Av. Ataíde Teive, Av. Brasil, Glaicon de Paiva /Viaduto, Pintolândia, Rodoviária e Av. Ville Roy, todas em Roraima.

Foi verificada a utilização de fotografia de um mesmo 'outdoor' para comprovar a realização de serviço em lugares distintos. Constatou-se, também, que uma mesma fotografia foi utilizada para comprovar a realização de serviços em datas diferentes.

Na documentação fornecida pela Eletronorte, foi observado que a fotografia utilizada para comprovar a existência de 'outdoor' na localidade de Pintolândia (Avenida



Solon), no período de 06/12 a 19/12, foi tirada no mesmo local da fotografia que constava como sendo a Rodoviária, só que sob outro ângulo.

Em relação à utilização da mesma foto em datas diferentes, o fato foi constatado com base no exame dos detalhes das fotografias, como nuvens e sombras, que comprovaram que as fotos dos 'outdoors' na localidade de Pintolândia (Avenida Solon), na Avenida Ataíde Teive e na Avenida Glaycon de Paiva/Viaduto, referentes à Nota Fiscal 35737 (período de 06/12 a 19/12/03), são as mesmas utilizadas para comprovar outro serviço de 'outdoor' na localidade de Pintolândia (Avenida Solon), na Avenida Ataíde Teive e na Avenida Glaycon de Paiva/Viaduto, faturado por meio da Nota Fiscal 39026 (período de 27/09 a 10/10/03).

Foram cobrados R\$ 2.345,40 por seis 'outdoors' (já incluídos os honorários da DNA), conforme discriminado em cada uma das notas fiscais mencionadas. Dessa maneira, o valor da instalação de cada 'outdoor' corresponde a R\$ 390,90. Como a instalação de quatro 'outdoors' não foi comprovada, o valor pago indevidamente foi de R\$ 1.563,60 (4 x R\$ 390,90).

#### **7.7.1.10.10 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS SEM A APRESENTAÇÃO DE TRÊS PROPOSTAS**

Com a finalidade de desenvolver ações referentes à publicidade e marketing da Eletronorte, a agência DNA Propaganda Ltda. realizou várias subcontratações sem observar os parágrafos décimo e décimo primeiro da cláusula sexta do contrato 4500002303 (SUP 2.1.S.0126-0) que determinam a cotação de preços para todos os serviços de terceiros e a apresentação de, no mínimo, três propostas, com a indicação da mais adequada para sua execução, ou, não sendo possível obtê-las, a indicação das justificativas pertinentes por escrito.

Da análise de várias subcontratações, não restou evidenciado que quaisquer dos serviços fossem tão específicos que somente pudessem ser executados pelo fornecedor apresentado. A opção por um ou por outro fornecedor revelou apenas a preferência da agência ou, talvez, da Eletronorte. A existência de diversos fornecedores no mercado obrigava a realização da coleta de preços.

Registre-se que decisões proferidas por esta Corte de Contas determinam que seja observado, no que concerne à realização de pesquisa de preços, quando possível, a apresentação de propostas de pelo menos três empresas pertencentes ao ramo do objeto licitado, visando a comprovação da compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado (Decisões TCU n.º 462/99 - Plenário; n.º 285/96 - 1ª Câmara; n.º 98/95 - Plenário; n.º 431/93 - Plenário e Acórdão TCU n.º 513/96 - 2ª Câmara).

#### **7.7.1.10.11 POSSÍVEIS PROPOSTAS FRAUDULENTAS PARA RESPALDAR A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

Ao analisar algumas subcontratações efetuadas pela agência DNA Propaganda Ltda, observou-se cotações de preços:

- apresentadas por empresas pertencentes a um mesmo grupo empresarial;
- de empresas distintas com valores idênticos, em centavos, em itens específicos;
- de empresas distintas assinadas pelo mesmo responsável.

#### **a) Propostas de empresas do mesmo grupo empresarial**

Observou-se que as propostas apresentadas pela Bandeirantes Propaganda Externa e Inforp Propaganda Ltda. à Eletronorte, por intermédio da DNA, possuíam o mesmo endereço, conforme constatado da análise da documentação (Notas fiscais N° 039037 e 043688).

A apresentação de propostas de preços de empresas participantes de um mesmo grupo empresarial favorece a ocorrência de ajuste nos valores para a realização do serviço. Outrossim, vai de encontro à previsão contida na cláusula sexta, parágrafo sétimo, do contrato 4500002303, que estabelece como obrigação da DNA envidar esforços no sentido de obter as melhores negociações junto a terceiros e transferi-las à Eletronorte.

#### **b) Igualdade de valores apresentados nas propostas**

Para a prestação de serviço de montagem da Exposição Brasil 500 Pássaros em Beijing/China, foi subcontratada pela DNA a empresa Gouvêa e Eichler. Consta da proposta da mencionada empresa cotação de preços para os seguintes itens: tradução, montagem, infra-estrutura, passagens aéreas, hospedagem, transporte de material, diárias de alimentação e de transporte, honorários, conforme Nota Fiscal 41049.

Visando ao atendimento de exigência contratual, relativa a apresentação de, no mínimo, três propostas, foram também realizadas pela DNA cotações de preços junto às empresas Amarilis Comunicação e Eventos e Staff Assessoria em Eventos e Cerimonial.

Causou estranheza o fato de as três empresas apresentarem os mesmos valores, inclusive em centavos, para alguns itens do serviço objeto do fornecimento. Abaixo estão discriminados esses valores: (dados anexos)

A 'coincidência' nos valores acima discriminados revela indícios de apresentação de propostas de preços fraudulentas (as cotações das empresas Amarilis e Staff Assessoria teriam sido juntadas ao processo apenas para respaldar a subcontratação), e, possível preferência da DNA, ou talvez, da Eletronorte, por contratar com a empresa Gouvêa & Eichler.

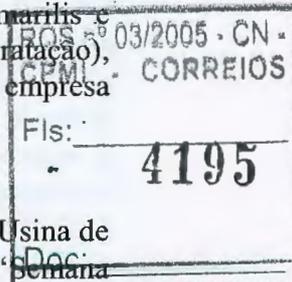
#### **c) Propostas de empresas distintas assinadas pelo mesmo responsável**

A agência DNA Propaganda Ltda subcontratou a empresa Serigriff Usina de Roupas e Serigrafia Ltda para a confecção de 6.400 camisetas para a campanha da 'Semana de Luta contra a AIDS' por R\$ 65.600,00, e, ainda, para a produção de 6.000 camisetas para a campanha do 'Programa Fome Zero' por R\$ 42.000,00, conforme Notas Fiscais 49242 e 30509, respectivamente. Encontravam-se anexadas às notas fiscais propostas de outras empresas participantes do certame coletadas pela DNA.

Da análise desses documentos identificou-se que a assinatura constante da proposta de preços apresentada pela empresa Serigriff para a prestação dos serviços objeto da Nota Fiscal 30509 é idêntica à assinatura constante da proposta de preços apresentada pela empresa Allegro, referente ao serviço objeto da Nota Fiscal 49242. Ressalte-se que a Serigriff sagrou-se vencedora nos dois certames.

Vale transcrever, ainda, trecho do Relatório da Auditoria Interna da Eletronorte (CAA nº 009/2005), em que é mencionada irregularidade na apresentação de propostas de preços para serviços relativos à confecção de camisetas requisitados pela entidade:

*1.4 Com a finalidade de esclarecer a questão referente às assinaturas semelhantes nas propostas, as enviamos por fax ao proponente Proroupas Confecções Ltda, do qual obtivemos a informação de que 'já faz muito tempo que a Proroupas não*



*vende para a Eletronorte'. Adicionalmente, o proprietário da referida empresa confirmou que as assinaturas contidas nos orçamentos enviados não são suas nem de qualquer pessoa ligada à sua empresa. Acrescentou ainda que o formulário das "propostas", apresentadas pela DNA como sendo da Proroupas, não é mais utilizado por sua empresa e até o endereço já foi alterado, o que confirmamos posteriormente no cadastro mantido pela Receita Federal.*

Registre-se que a empresa Proroupas participou da cotação de preços juntamente com as empresas Serigriff e Allegro, conforme documentação (Nota Fiscal 49242).

Ante o exposto, resta configurado indício de que foram forjadas as propostas das empresas participantes dos processos que resultaram na contratação da empresa Serigriff (NF's 30509 e 49242).

Contratação de serviços com intermediação desnecessária da agência de publicidade, configurando fuga ao processo licitatório Em outubro de 2003, a DNA coletou três propostas comerciais para a prestação de serviços de consultoria de comunicação à Eletronorte.

O objetivo principal era a criação de estratégias de comunicação para orientar o relacionamento com a mídia e com formadores de opinião nos temas de interesse da empresa. A vencedora foi a CDN – Companhia de Notícias Consultoria S/C Ltda, pelo valor de R\$ 45.000,00 mensais.

O exame das planilhas de pagamentos identificados por fornecedor revelou que foram realizados doze pagamentos à CDN em 2004, totalizando R\$ 540.000,00, e três em 2005, correspondendo a R\$ 135.000,00.

Registre-se, inicialmente, que a obrigatoriedade de intermediação por parte das agências de propaganda refere-se tão-somente, às atividades publicitárias do tipo propaganda e que as outras ações publicitárias (promoção e patrocínios), bem como as ações de comunicação não caracterizadas como ações publicitárias (assessoria de imprensa e relações públicas) podem ser contratadas pela Administração sem intermediação, conforme disposto no art. 9º, § 1º do Decreto nº 4.799/03, que revogou o Decreto nº 3.296/99.

É certo que a legislação vigente não proibiu a intermediação das agências de propaganda nas ações publicitárias não caracterizadas, pelos normativos, como propaganda. Todavia, a tomada de decisão, nesse Relatório Final dos Trabalhos da CPMI "dos Correios" ( Volume I - Pág. 979) sentido, não sendo tecnicamente justificada, resulta na simples entrega, às agências de propaganda, do planejamento, da execução e do gerenciamento de ações, que são, por especificidade do mercado, necessariamente repassadas a outras empresas, fornecedoras específicas da prestação de tais serviços.

Apesar de o contrato prever, em sua cláusula sexta, parágrafo segundo, que a DNA Propaganda podia contratar terceiros para realizar os serviços previstos, o caráter contínuo da consultoria de comunicação e o valor total pago à CDN sugerem que seria mais conveniente, da perspectiva do interesse público, a realização de procedimento licitatório específico. À Eletronorte seria possível utilizar as modalidades de tomada de preços ou concorrência, de acordo com os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.666/93, ampliando a competição entre as empresas proponentes e, assim, favorecer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, como dispõe o art. 30 da Lei nº 8.666/93.

Os pontos discutidos acima constituem indícios significativos de favorecimento à empresa vencedora, o que coloca em dúvida se foi selecionada a proposta mais vantajosa para a Eletronorte. Consulta ao sítio [www.telelistas.net](http://www.telelistas.net) revelou a existência de 135 agências e consultorias de relações públicas no país, o que mostra a amplitude do setor e a relevância de procedimentos de seleção mais competitivos.

Outrossim, cumpre ressaltar que a DNA realizou a cotação de preços uma única vez em outubro de 2003, nada além disso. Os relatórios produzidos pela CDN eram encaminhados diretamente à Eletronorte, não havendo qualquer intermediação da agência de publicidade. Mesmo assim, a DNA recebeu mensalmente 6% de todos os pagamentos efetuados à CDN, o que representou um desembolso de R\$ 32.400,00, em 2004, e R\$ 8.100,00, em 2005. Estas quantias foram pagas de forma injustificada, tendo em vista a inexistência de contrapartida da DNA, demonstrando o caráter antieconômico da contratação.

#### **7.7.1.10.12 CONCESSÃO DE PATROCÍNIOS QUE FOGEM AO OBJETIVO INSTITUCIONAL DA ELETRONORTE**

Foi verificada a ocorrência de diversos patrocínios que não se coadunam, a princípio, com o objetivo institucional da Eletronorte, disposto no estatuto da empresa, mas que eventualmente se erigem na política de atuação social da Companhia.

A título de exemplo, pode-se citar os patrocínios listados:

##### **Evento Patrocínio (R\$)**

Projeto Marabaixo (Associação Cultural Amigos do Negro de Nós – NF 40978)	156.000,00
Projeto Macapá Verão (Prefeitura Municipal de Macapá – NF 40192)	86.000,00
Projeto Arte Cidade (Prefeitura Municipal de Macapá – NF 40193)	100.000,00
III Seminário Interno de Direito Eleitoral	18.540,00
Carnaval 2003	10.000,00
Cowboy Country 2003	18.500,00
Projeto Bíblia na Vida	10.000,00

Dessa forma, foram identificadas concessões de vários patrocínios que não se coadunam em nenhum dos objetos sociais constantes do Estatuto da Eletronorte.



#### **7.7.1.10.13 FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DEFICIENTE**

Durante os trabalhos de auditoria na entidade constatou-se que a gestão do contrato era realizada de forma precária e deficiente.

Enumeramos abaixo algumas das falhas identificadas.

O contrato foi firmado em maio de 2001 e só foram feitas três avaliações até a presente data, o que desrespeita o parágrafo décimo segundo da cláusula décima terceira do contrato, além da Instrução Normativa SECOM/PR nº 7/1995, que determina que seja obrigatoriamente realizada avaliação semestral do desempenho da agência contratada.

Ausência de cópia de notas fiscais nos processos sob administração da área gestora do contrato. Houve necessidade de acionar setor financeiro da empresa para obtenção dos documentos. Falta de análise crítica acerca dos preços para os serviços requisitados pela entidade, conforme verificado na NF 44996, em que foram apresentadas três cotações, no valor de 64.000,00, 230.000,00 e 250.000,00.

#### **7.7.1.10.14 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA ATIVIDADES PRÓPRIAS DA ELETRONORTE**

Durante o exame dos pagamentos feitos à DNA, constatou-se que foram realizadas contratações de pessoal para exercer funções atinentes à Eletronorte. No primeiro caso examinado, houve a contratação de pessoa para atualizar o cadastro de destinatários da Revista Corrente Contínua. No segundo, foram feitos pagamentos, relativos a serviços de assessoria de imprensa, contínuos e inespecíficos.

#### **7.7.1.10.15 ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO PARA ENVIO DA REVISTA CORRENTE CONTÍNUA**

Em fevereiro de 2004, a DNA apresentou estimativa de custo relativa à contratação de serviço de 'mailing' para a revista Corrente Contínua. Na única proposta comercial apresentada, previa-se a realização do serviço pelo período de um ano, a ser executado por empregada da empresa Lifth Promoção e Produção Ltda (NF 37973). O custo foi estimado em R\$ 36.000,00 (12 parcelas mensais de R\$ 3.000,00), cabendo à DNA o valor de R\$ 2.160,00, a título de honorários.

A análise da proposta técnica indica tratar-se de atualização do cadastro dos destinatários da revista Corrente Contínua, feita a partir de contatos com representantes da Eletronorte. O envio dos exemplares estaria a cargo de área administrativa específica da estatal, enquanto que o acompanhamento pós-distribuição seria desempenhado pela empregada da empresa Lifth.

Verificou-se, ainda, que a empregada da mencionada empresa prestava serviço nas instalações da Eletronorte e cumpria o mesmo horário dos empregados da entidade.

#### **7.7.1.10.16 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE IMPRENSA**

A DNA intermediou a contratação de assessoria de imprensa para a Eletronorte em 2004. Nos dois casos analisados, a empresa Ideal Serviços Ltda foi a escolhida para prestar os serviços de "assessoria em comunicação e imprensa, produção de textos para publicação na Internet, veículos institucionais e mídia, atendimento à imprensa e eventos". Os serviços foram previstos por período de 12 meses.

As estimativas de custos da DNA nos dois casos examinados informam que os pagamentos foram referentes aos serviços prestados, em Brasília, por Sérgio Peixoto e Luíza Mello, cada um no valor de R\$ 6.000,00 mensais (NF's 39173 e 39175).

A atualização de cadastro dos destinatários de publicações da empresa é, certamente, de grande relevância para as ações de publicidade e marketing da Eletronorte. Todavia, é difícil vislumbrar o motivo pelo qual essa atividade não pudesse ser desenvolvida por funcionários da própria estatal. Sua realização demandou o cumprimento de regime de trabalho idêntico ao praticado na Eletronorte, executado, inclusive, em suas dependências. Não há nada que indique que o serviço tenha exigido aporte de conhecimentos especializados para seu desempenho, sendo razoável supor que um estagiário de curso de biblioteconomia, por exemplo, estaria apto para tanto. Dessa maneira, fica ressaltada a hipótese do uso do contrato com a DNA para suprir deficiências no quadro de pessoal da Eletronorte.

As informações relativas ao item b também sustentam essa suposição. A descrição dos serviços contratados é compatível com as atribuições rotineiras de assessorias de imprensa institucionais, inclusive da própria Eletronorte. Não há qualquer especificação de ação especializada que justifique sua busca no mercado.

A jurisprudência do TCU é no sentido de proibir a contratação de pessoal por intermédio de empresa interposta, no caso de prestadores de serviço exercendo atividades inerentes às categorias funcionais contidas no plano de cargos da empresa (Decisão nº 141/00-Plenário – TC 010.111/96-4; Decisão nº 037/95-Segunda Câmara - TC 015.057/93-3; Acórdão nº 410/01 – Segunda Câmara - TC 013.721/99-2). Amparado nesse entendimento, foi proposta a seguinte determinação à Eletronorte nas Contas de 2003:

*(...) promova a substituição gradual dos funcionários contratados por intermédio de empresas terceirizadas, que executam atividades/atribuições inerentes às categorias abrangidas pelo Plano de Cargos, por empregados de seu quadro de pessoal, aprovados em concurso público, no prazo de três anos, de forma a manter ininterruptas as atividades da empresa.*

#### **7.7.1.10.17 AUSÊNCIA DE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS PELOS PATROCÍNIOS CONCEDIDOS**

A Superintendência de Comunicação Empresarial da Eletronorte informou que as avaliações eram, até o ano de 2004, realizadas informalmente por meio do acompanhamento das contrapartidas oferecidas pelas áreas de Comunicação na Sede e Regionais, bem como pelas áreas solicitantes da ação e que, a partir de 2005, “a celebração de contrato com patrocinador respalda o acompanhamento sistemático das contrapartidas”.

Com base na análise de alguns processos de patrocínio concedidos pela empresa em 2005, verificou-se que, de fato, a empresa estava utilizando instrumento contratual quando das concessões de patrocínio. Contudo, apesar de haver algum controle acerca do acompanhamento das contrapartidas, não restou demonstrada a realização de avaliação dos resultados alcançados por intermédio dos patrocínios concedidos.

Com efeito, o simples acompanhamento informal das contrapartidas oferecidas é insuficiente para permitir a apreciação objetiva dos resultados alcançados e da conveniência dos valores despendidos. O importante é determinar em quê essas contrapartidas contribuíram para melhorar a imagem da Eletronorte e se isso foi feito a um custo razoável (análise de custo/benefício). Para isso, seria necessário o uso de critérios estruturados de análise dos resultados do patrocínio.

Ressaltando a necessidade de avaliação posterior do patrocínio concedido, constam algumas determinações do TCU, como nos itens 8.1.3.g da Decisão 254/2002 (TC 003.028/2000-5 – Ata 09/2002 – Ministro Relator Valmir Campelo), 8.5.a do Acórdão 233/2001 – Plenário (TC 004.583-1/1998-1 – Ata 39/2001 – Ministro Relator Marcos Vinícios Vilaça) e 8.2.a.6 – Acórdão 59/2002 (TC 001.991/1998-1 – Ata 06/2002 – Ministro Relator Walton Alencar Rodrigues).

Mais recentemente, por intermédio do Acórdão 1962/2004 – TCU – 2ª Câmara, o TCU determinou à Petrobrás que realize a avaliação do efetivo retorno dos recursos investidos em cada patrocínio contratado, em consonância com o inciso VI do art. 3º do Decreto nº 4.799/2003.

RQS nº 03/2005 - CN - GPMI - CORREIOS
Fls: <u>4197</u> 256
Doc: _____

#### **7.7.1.10.18 CONCESSÃO DE PATROCÍNIOS SEM APROVAÇÃO DA SECOM**

Identificou-se a ocorrência de concessão de patrocínios, aprovados por Resolução de Diretoria – RD, que não chegaram a ser encaminhados para a Superintendência de Comunicação Empresarial - GSC e, conseqüentemente, não foram apreciados e aprovados pela SECOM/PR, infringindo o inciso III do art. 8º do Decreto nº 4.799 de 04 de agosto de 2003.

Corroborar com o achado, informação, constante do Relatório de Auditoria Interna CAA 009/2005, acerca de outros dois patrocínios concedidos por intermédio de Resolução de Diretoria (RD's 024/2004 e 144/2004), os quais, também, não foram remetidos à Superintendência de Comunicação Empresarial - GSC e, portanto, permaneceram sem apreciação e aprovação da SECOM/PR.

O Decreto nº 4.799, de 04 de agosto de 2003, estabelece em seu art 8º, inciso III, que as ações publicitárias devem ser submetidas à prévia aprovação da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica.

#### **7.7.1.10.19 GASTOS COM PATROCÍNIO SUPERIORES AO ESTABELECIDO NO PLANO ANUAL DE COMUNICAÇÃO**

Foi estabelecido pela Eletronorte, em seu Plano Anual de Comunicação – PAC, relativo ao ano de 2004, investimentos em Comunicação Social da ordem de R\$ 15 milhões, sendo R\$ 3 milhões destinados à publicidade legal, ou seja, contratos com a Radiobrás e Diário Oficial da União, e R\$ 12 milhões para as ações de publicidade institucional, mercadológica, de utilidade pública, patrocínios, promoções e eventos.

Faz parte do mencionado Plano, previsão de gastos com patrocínios de 10% da verba destinada à publicidade (R\$ 1.500.000,00). De acordo com informação constante do Relatório de Auditoria Interna CAA 009/2005, o gasto com publicidade no ano de 2004 alcançou o montante de R\$ 11.393.509,00, sendo R\$ 1.857.404,14 relativos à concessão de patrocínios, isto é, 16,3% do valor total.

#### **7.7.1.10.20 CONCLUSÃO**

O TCU, além de promover audiência acerca das irregularidades elencadas, converteu os autos em tomada de contas especial e determinou que a Centrais Elétricas do Norte S/A – Eletronorte que promovessem a retenção de R\$ 365.606,26, nos próximos pagamentos a serem feitos à DNA Propaganda Ltda. no contrato nº 4500002303.

#### **7.7.1.11 CÂMARA DOS DEPUTADOS**

##### **7.7.1.11.1 INTRODUÇÃO**

O padrão comum da atuação das empresas do Sr. Marcos Valério em relação aos órgãos da Administração Pública parece haver sido mantido no tocante ao contrato mantido com a Câmara dos Deputados.

Foram analisadas as Concorrências de 2001 e 2003. A primeira teve como vencedora a empresa Denison Brasil Publicidade – Contrato 2001/082.4. Em 2003, por meio da Concorrência 11/2003, foi firmado o Contrato 2003/204.0, entre a Câmara dos Deputados e a vencedora do certame, SMP&B Comunicação Ltda, para a qual foram

repassados R\$ 21.894.107,69 até julho de 2005. TC - 012.040/2005-0 - Identificaram-se as seguintes irregularidades: 1) ausência de projeto básico, contendo orçamento detalhado e estudos técnicos preliminares, em obediência aos arts. 6º, inciso IX, art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Lei 8.666/93, na contratação de serviços de propaganda e publicidade; 2) contrato de publicidade com objetos múltiplos e genéricos, em desobediência ao art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 177 – TCU; 3) prorrogação injustificada da vigência dos contratos de propaganda e publicidade, haja vista o disposto no art. 57, caput, da Lei nº 8.666/93; 4) ausência de fiscalização da veiculação de anúncios de publicidade e propaganda em canais de televisão e rádios; 4) pagamento de prestação de serviço sem que tenha sido realizado.

Registre-se de antemão que o próprio Dep. João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, teve desde o início a iniciativa de solicitar a realização de uma auditoria junto ao TCU, no processo licitatório e de execução do contrato 204/2003, firmado com a empresa SPMB.

O processo foi convertido em tomada de contas especial - estando em fase preliminar de instrução e sem a apresentação do contraditório e de um juízo de valor dos Ministros da Corte - e citados o Deputado João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, e os Srs. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, Márcio Marques de Araújo, ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, solidariamente com a empresa SMP&B Comunicação Ltda., para apresentarem alegações de defesa.

#### **7.7.1.11.2 POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ENCONTRADAS**

De forma resumida, as prováveis irregularidades estão destacadas em nove itens que subsidiaram o trabalho preliminar dos Analistas do TCU e que ainda serão submetidos ao descortino dos Ministros da Corte, após a regular instrução. (TC 012.040/2005-0).

##### **7.7.1.11.2.1 CONTRATAÇÃO FORA DO OBJETO DO CONTRATO**

Constatou-se, nos Processos nºs 104.717/04 e 126.925/03, a realização de serviços não previstos no objeto do Contrato 2003/204.0, configurando contratação direta.

Foram executados projetos de cenários e vinhetas envolvendo a criação de 10 grupos de cenários, elementos gráficos para decoração das divisórias e 140 vinhetas com trilha sonora, enquanto que o projeto de adaptação estética abrangeu derrubadas e edificações de paredes, reorganização ambiental com quantificação de estações de trabalho, mobiliário especialmente desenhado, divisórias, bancadas de trabalho, localização de equipamento técnico e escolha de cores, numa área de 1.200 m<sup>2</sup>.

A SECOM/CD informou que os projetos foram elaborados e executados com fundamento no item “f” da Cláusula Primeira do Contrato 2003/204.0, *verbis*:

*f) elaboração, execução, acompanhamento e registro de marcas e direitos autorais, logotipos, expressões de propaganda, estudo e criação de nomes para serviços e outros elementos de programação e identidade visual;*

A interpretação dada pelo Diretor da SECOM/CD ao termo identidade visual buscou revestir de legalidade os serviços de engenharia realizados no edifício da TV Câmara, bem como a confecção de cenários. Segundo o art. 1º da IN/SECOM/PR nº 31/2003, as ações publicitárias do Poder Executivo Federal serão obrigatoriamente

RS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4198</b>
258
Doc:

identificadas por marca, a qual deverá estar em conformidade com o Manual de Uso da Marca. Tal manual apresenta a marca, assinatura, cores, área de proteção e tipologia como elementos da identidade visual, em consonância com o constante em manuais de órgãos públicos federais, estaduais, universidades, empresas privadas e até mesmo partidos políticos. O projeto incluiu reforma do edifício da TV Câmara, serviço de engenharia que vinha sendo executado pela engenharia da Câmara dos Deputados, conforme consta da solicitação da contratação. Abre-se o precedente para se reformar o plenário e as salas das comissões, bem como para outros serviços de engenharia, tais como ampliação e construção de anexos para a TV Câmara, por meio de contrato de propaganda e publicidade.

Tem-se, pois, que os serviços de engenharia e arquitetura em comento não se enquadram no conceito de identidade visual, uma vez que não se trata de símbolo ou marca veiculado, não se relaciona com a Câmara dos Deputados como um todo, abrange inclusive ambientes não veiculados para a sociedade.

Os diferentes cenários são utilizados conforme o programa a ser veiculado. Assim, carecem do simbolismo necessário à identidade visual, haja vista não estarem associados à Câmara dos Deputados, mas a um programa de TV. Ainda, o símbolo não deve sofrer grandes variações sob o risco de se perder a identidade com o órgão, o que não é o caso dos cenários, cuja confecção focou nas características do programa e não do órgão.

A falta de identificação com o órgão também foi a falha das vinhetas. Em visita à TV Câmara, constatou-se a existência de apenas uma vinheta com identidade institucional, voltada à TV, mas não à Câmara dos Deputados. As demais possuem tão somente identificação com os programas para os quais foram produzidas. São 140 trabalhos gráficos produzidos, incluindo vinhetas de programas sem símbolos institucionais e “chamadas” de programas do tipo “estamos apresentando” e “voltamos a apresentar”. O serviço, portanto, não se encontra previsto no objeto contratual.

Assim, considerando que os serviços de adequação de instalações, produção de cenários e vinhetas não estão previsto no contrato, fica caracterizada a contratação direta, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no art. 2º, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

#### **7.7.1.11.2 AUSÊNCIA DE PROJETO BÁSICO**

A Câmara dos Deputados adotou o *briefing* anexo ao Edital da Concorrência 11/2003, deixando de elaborar o projeto básico relativo aos serviços de propaganda e publicidade. No entanto, não havia no *briefing* a descrição do serviço a ser contratado de maneira minudente, o que afronta o art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Entre os elementos que compõem um projeto básico, está o orçamento detalhado. Sua ausência na Concorrência 11/2003 pode ser observada por meio do documento da SECOM/CD, de 11.07.03, no qual se estima o valor da licitação com base no valor contratual vigente à época, ou seja, o contrato entre a Câmara dos Deputados e a empresa Denison.

O art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93 determina a obrigatoriedade de previsão detalhada das despesas por intermédio de planilhas que indiquem os custos unitários. Ora, em muitas ocasiões, a Administração não terá condições de apurar esses montantes, tendo em vista que não atua na área empresarial e, normalmente, não possui pessoal especializado para tal intento. Todavia, no caso concreto, a SECOM/CD, integrada

por profissionais dotados de qualificação técnica atinente ao ramo, poderia, pelo menos em tese, elaborar um orçamento detalhado que expressasse a composição dos custos dos serviços avençados.

Observou-se, ainda, a realização das Concorrências 9/2001 e 11/2003 com objeto genérico sem indicação de seus elementos característicos, restringindo o caráter isonômico da licitação, em desacordo com o disposto no art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e Súmula 177 do TCU.

A caracterização imprecisa do objeto levou à realização de um contrato do tipo “guarda-chuvas”, pelo qual a Câmara dos Deputados estaria habilitada a contratar sem licitação quaisquer serviços enquadráveis no objeto genérico então criado, contrariando o disposto no art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Ainda, a ausência de um estudo técnico preliminar, também elemento de um projeto básico, levou à celebração dos Contratos 2001/082.4 e 2003/204.0 com objetos múltiplos, tais como: assessoria, divulgação, clipping e pesquisa de opinião, prática considerada irregular pelo TCU, conforme se constata na Decisão nº 650/97 – Plenário e no Acórdão nº 1805/03 – 1ª Câmara.

Tais serviços deveriam ser licitados separadamente, em consonância com o disposto no art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93. Quando da licitação, o julgamento seria com base no menor preço, resultando numa economia de no mínimo 5%, haja vista os honorários da contratada incidirem sobre os valores faturados pelas subcontratadas.

#### **7.7.1.11.3 PRORROGAÇÃO DO CONTRATO**

O Segundo Termo Aditivo ao Contrato 2003/204.0 prorrogou a vigência do contrato pelo prazo de três meses a contar de 31/12/04, com fulcro no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, aplicável à prestação de serviço de natureza contínua.

A princípio, a administração da Câmara dos Deputados observou o item 5 da IN nº 16/99, o qual estabelece que a vigência, levando em conta as características e necessidades do serviço, é de 12 meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o máximo de 60 meses.

É notório que os serviços continuados são aqueles serviços auxiliares, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades de maneira que a contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro, como por exemplo os serviços de vigilância, limpeza e conservação, manutenção de elevadores.

Ocorre que os serviços de propaganda e publicidade da Câmara dos Deputados não se enquadram entre aqueles tidos como continuados, tendo em vista que sua interrupção não compromete suas atividades, devendo, portanto, o prazo de duração a ser empregado neste caso concreto, o do *caput* do art. 57 da Lei nº 8.666/93, ou seja, a duração da avença deveria ter ficado adstrita à vigência dos créditos orçamentários.

O TCU vem admitindo a prorrogação da vigência de tais serviços somente quando a natureza da atividade da contratante necessita da continuidade, como por exemplo a atividade bancária (Acórdãos nºs 35/00-Plenário e 999/03-Plenário; Decisão nº 953/99-Plenário); não é esse caso, assim, entende-se que houve inobservância do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS 4199
Fls: _____ 260
Doc: _____

#### 7.7.1.11.4 INEXEÇÃO DO SERVIÇO DE CONSULTORIA

O serviço de assessoria de comunicação foi contratado por intermédio da empresa SMP&B, sendo os pagamentos efetuados também a essa empresa, conforme item “d” da Cláusula Primeira do Contrato 2003/204.0.

Para a execução dos serviços, três interessados apresentaram propostas, em que se sagrou vencedora a empresa IFT – Idéias, Fatos e Texto Ltda. Sobreleva notar que o serviço foi solicitado pelo Sr. Márcio Marques de Araújo, então Diretor da SECOM, ao Deputado João Paulo Cunha, então Presidente da Câmara dos Deputados, que autorizou a contratação da empresa, sendo a despesa autorizada pelo Sr. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Diretor-Geral.

O serviço de consultoria foi autorizado e contratado para um período de 06 meses, havendo a prorrogação por mais 6 meses por solicitação e autorização do mesmo Diretor, Presidente e Diretor-Geral retrocitados. O valor total da avença foi de R\$ 252.000,00, sendo R\$ 126.000,00 referentes aos primeiros 06 meses, mais R\$ 126.000,00 para o semestre seguinte.

Compulsando a proposta engendrada pela empresa IFT, vê-se que ela acordou produzir, *verbis*:

*(...) boletins mensais com resumo das ações propostas, a explicação dos trabalhos desenvolvidos por ela e a avaliação da opinião da mídia em relação à Câmara dos Deputados a ser produzida a partir de conversas reservadas em insights junto aos fornecedores de opinião dos maiores meios de comunicação credenciados junto à Câmara. Este trabalho, em caráter reservado será encaminhado ao presidente da Câmara e ao diretor da SECOM/CD. No conjunto deste trabalho também está abrigada a atividade de leitura e análise estratégica de pesquisas de opinião – sejam eles encomendadas especificamente pela Câmara dos Deputados ou não – e de elaboração de propostas de agendas legislativas que sirvam para dar maior visibilidade ao trabalho dos parlamentares no ano de 2004.*

Nessa esteira, a equipe de auditoria do TCU solicitou os boletins mensais então registrados na proposta da empresa em tela por meio do Ofício de Requisição nº 5, de 03.08.05, obtendo, por intermédio do Ofício/Gab/SECOM/CD nº 182, de 04.08.05, assinado pelo atual diretor da SECOM/CD, o Sr. Ademir Malavazi, a resposta de que foi “*promovida pesquisa nos arquivos documentais da SECOM/CD e ouvidos servidores que trabalhavam na Secretaria à época. Desse trabalho, resultou a conclusão de que inexistem, na SECOM/CD, os citados boletins da IFT Consultoria em Comunicação e Estratégia.*”

Houve, inequivocamente, inexecução total do serviço de consultoria em comunicação e conseqüente locupletamento da contratada, bem como falta de fiscalização adequada do Contrato celebrado entre a Câmara dos Deputados e a empresa SMP&B. Tais fatos descumprem os arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/64 e art. 66 e 67 da Lei nº 8.666/93.

#### 7.7.1.11.5 AUSÊNCIA DE CONTROLE SOBRE A VEICULAÇÃO

Constatou-se, nos Processos nº 116.317/04, 122.627/04 e 128.496/04, relativos à subcontratação para veiculação de anúncios em canais de televisão e rádios, a inexistência de controle efetivo da veiculação dos anúncios.

Os documentos que fazem referência aos locais, dias e horários da veiculação dos anúncios foram emitidos pelas emissoras ou por subcontratada da empresa

SMP&B. No entanto, tais relatórios não demonstram a efetiva veiculação dos anúncios. Sendo assim, considerando que a responsabilidade pela fiscalização é da Câmara dos Deputados, cabe proposta de determinação para que a administração da Câmara dos Deputados verifique a veiculação diretamente ou por meio de empresa contratada mediante licitação. Houve, assim, descumprimento do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quarta, alíneas “e” e “f” do Contrato 2003/204.0.

#### 7.7.1.11.6 SUBCONTRATAÇÃO E POSSÍVEL FUGA AO PROCESSO LICITATÓRIO

Constatou-se que a empresa SMP&B realizou a subcontratação de 99,9% do objeto do Contrato 2003/204.0, incluindo serviço de produção de filmes, *folders* e fotografias. Esse fato fica claramente caracterizado, quando se verifica planilha dos pagamentos realizados às subcontratadas nos exercícios 2004 e 2005, obtida junto à administração da Câmara dos Deputados.

Extraí-se da planilha mencionada que foram realizados pagamentos à SMP&B, nos exercícios de 2004 e 2005, no valor de R\$ 10.745.902,17. Apenas R\$ 17.091,00 foram pagos por serviços prestados diretamente pela SMP&B, representando 0,01% do total gasto. Quanto aos pagamentos realizados por exercício, tem-se que somente R\$ 65.841,36, ou Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” - Volume I - Pág. 995 - seja 0,6% do total, foram realizados em 2005, evidenciando uma redução nos gastos com propaganda e publicidade.

Vale esclarecer que R\$ 7.044.549,06 foram pagos pelo serviço de divulgação de anúncios e filmes, o qual é realizado por intermédio de agências de propaganda, haja vista o repasse para a Câmara dos Deputados dos descontos que são concedidos somente às agências de propaganda, conforme o disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 4.680/65.

Ressalta-se que a subcontratação total é vedada pelo art. 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/93 e encontrava-se proibido expressamente no item 9.7 do edital e motiva a rescisão contratual, conforme o disposto no art. 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/93.

O Sr. Márcio Marques de Araújo, Diretor da SECOM e fiscal do contrato, mesmo ciente da falha, não tomou qualquer providência para exigir da contratada o cumprimento do acordado, nem tampouco propôs eventual sanção para o descumprimento de item 9.7 do edital, mencionado anteriormente. Com isso, permitiu a contratação direta, além de descumprir sua obrigação, contratualmente prevista na Cláusula Quarta. Notou-se que o Sr. Márcio Marques de Araújo, fiscal do contrato e Diretor da SECOM, solicitava os serviços, os quais sempre contavam com a aquiescência do Presidente da Câmara dos Deputados.

Verificou-se que, regimentalmente, a competência para autorização de realização de despesas é do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados. A autorização para assinatura de contratos, por sua vez, é de competência da Mesa-Diretora, que é presidida pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Pôde-se observar que as autorizações que levaram à subcontratação total foram assinadas pelo Sr. João Paulo Cunha e pelo Sr. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, evidenciando o conhecimento do volume de subcontratações e trazendo também para si a responsabilidade pela possível falha. Indubitavelmente, houve descumprimento do

RGS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fis:	4200
262	
Doc:	

item 9.7 do Edital da Concorrência 11/03; Cláusulas Primeira, § 3º, e Quarta, alíneas “e” e “f”, do Contrato 2003/204.0; e arts. 67 e 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/93.

#### **7.7.1.11.7 FISCALIZAÇÃO DEFICIENTE DO CONTRATO**

Foi observado no Processo nº 2004/107.406, relativo à subcontratação de empresa para produção de textos voltados para divulgação de ações administrativas, a existência de proposta inválida, contrariando o item 9.12 do Edital da Concorrência 11/03 (fl. 359 – Volume 3), o qual exige a apresentação de 3 propostas, quando da subcontratação.

A proposta da empresa Cogito Consultoria Ltda. não foi assinada pela sócia, Sra. Rejane Maria de Freitas Xavier, conforme declaração apresentada por ela.

A verificação da validade das propostas é de responsabilidade do Sr. Márcio Marques de Araújo, pois, na condição de Diretor da SECOM e fiscal do contrato, deveria observar o fiel cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive o item 9.12 do mencionado edital.

#### **7.7.1.11.8 - DESPESA EM VALOR SUPERIOR AO ORÇADO**

A empresa SMP&B apresentou proposta contendo as ações a serem realizadas para promover a melhoria da imagem institucional da Câmara dos Deputados junto à sociedade. Entre as ações programadas, estão as campanhas institucional e do Plenarinho, consistindo na veiculação de anúncios e filmes pelos canais de televisão e rádio. As campanhas, incluindo serviços de produção, promoção e direitos autorais, foram dimensionadas pela empresa SMP&B e orçadas em R\$ 3.987.753,20.

Quando da celebração do contrato, 31/12/03, o valor contratual foi estabelecido em R\$ 9.000.000,00 para arcar não só com as campanhas, mas também com outros serviços, tais como: *clipping*, pesquisa de mercado, produção de textos e assessoria.

Em 01/07/04, seis meses após a assinatura do contrato, o Sr. Márcio Marques de Araújo, alertou que já tinham sido gastos R\$ 1.750.000,00 e o valor contratual não seria suficiente para cobrir as Relatório Final dos Trabalhos da despesas dos serviços previstos no contrato. Informou que a campanha institucional estava orçada em R\$ 6.988.913,00 e a do Plenarinho em R\$ 1.188.471,68, totalizando R\$ 8.177.384,68. Vale esclarecer que, com a celebração do Primeiro Termo Aditivo, o valor contratual relativo ao exercício de 2004, passou a ser R\$ 10.980.000,00. Já o Segundo e Terceiro Termo Aditivo somaram ao valor contratual R\$ 2.745.000,00 e R\$ 8.169.107,69, respectivamente, totalizando R\$ 10.914.107,69 para o exercício de 2005.

Consta do SIAFI que foram efetivamente pagos à empresa SMP&B até 01.07.04, data do mencionado ofício, R\$ 596.780,69 e não R\$ 1.750.000,00 conforme se afirma no mencionado ofício. Ainda, as campanhas estavam orçadas na proposta da empresa SMP&B em R\$ 3.987.753,20 e não R\$ 8.177.384,68.

Sabe-se que as cláusulas contratuais devem estabelecer as obrigações e responsabilidades das partes em conformidade com a proposta a que se vincula, haja vista o disposto no art. 54, § 1º, da Lei nº 8.666/93. A proposta integra o contrato também por força da Cláusula Primeira, § 3º, alínea “b” do Contrato 2003/204.0.

A administração deveria destinar para as campanhas institucional e do Plenarinho tão somente R\$ 3.987.753,20, conforme proposta da empresa SMP&B. No entanto, extrai-se do SIAFI que a despesa atingiu R\$ 8.210.030,32, ou seja, um valor 105% superior. Houve, portanto, inobservância ao art. 54, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Os autos foram submetidos à consideração superior, propondo, com fulcro no § 2º do art. 41 da Lei 8.443/92 c/c o Inciso II do art. 250 do RI/TCU, a adoção das seguintes medidas:

#### **7.7.1.11.9 CONCLUSÃO**

Foi determinada a citação do Deputado João Paulo Cunha, ex- Presidente da Câmara dos Deputados, e dos Srs. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, Márcio Marques de Araújo, ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, solidariamente com a empresa SMP&B Comunicação Ltda., a apresentarem razões de justificativas para os achados da auditoria, estando o processo ainda em fase preliminar, sem proposta de mérito definitiva dos Ministros da Corte de Contas.

Foram determinadas ainda pelo TCU medidas corretivas à administração da Câmara dos Deputados, quais sejam:

a) elabore projeto básico, contendo orçamento detalhado e estudos técnicos preliminares, em obediência aos arts. 6º, inciso IX, art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Lei 8.666/93, com vistas à contratação de serviços de propaganda e publicidade;

b) abstenha-se de celebrar contrato de propaganda e publicidade com objetos múltiplos e genéricos, passando a observar as disposições contidas no art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 177 – TCU;

c) abstenha-se de prorrogar a vigência dos contratos de propaganda e publicidade, haja vista o disposto no art. 57, *caput*, da Lei nº 8.666/93;

d) realize, diretamente ou com o auxílio de empresa contratada, a fiscalização da veiculação de anúncios de publicidade e propaganda em canais de televisão e rádios;

#### **7.7.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS OUTROS CONTRATOS PÚBLICOS DE MARCOS VALÉRIO**

Como se pôde observar neste item o Senhor Marcos Valério operou em vários dos seus contratos com o Governo Federal de forma irregular, o que será afirmado com as conclusões das auditorias e tomadas de contas em andamento junto ao Tribunal de Contas da União.

O fato é que o Sr. Marcos Valério repetiu em várias de suas relações com os órgãos da administração atual o mesmo padrão que já adotara no governo anterior, mormente no início de suas operações em 1997 e 1998.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4201</b>
264
Doc: _____

## **7.8 A destinação dos recursos**

### **7.8.1. Comentários iniciais**

Com base na análise a seguir apresentada, comprovar-se-á que ocorreu um reprovável caixa 2, com repasse ilegal para os partidos, desde 1998, iniciado em Minas Gerais, durante a campanha de Eduardo Azeredo, do PSDB, e continuando posteriormente com repasses a Delúbio Soares, por meio de valores transferidos por Marcos Valério e suas empresas.

Tais repasses ilegais a partidos e políticos tiveram origem em recursos de diversas fontes, não podendo se descartar que estas tenham sido tanto privadas, quanto eventualmente públicas.

O Relatório final desta CPMI não pode estar dissociado dos objetivos divisados pelo ato de criação da Comissão, como também deve espelhar fielmente a realidade das investigações, não dando margem a que se reverbere dados, constatações e informações genéricas, circunstanciais, laterais ou infundadas, que não encontram amparo no conjunto probatório objeto das investigações realizadas pela Comissão.

É nessa seara que devem ser analisadas com muita e refletida ponderação algumas afirmações acerca da utilização dos repasses ilegais a partidos e políticos para obter a aprovação de proposições de interesse do Poder Executivo no Congresso. Tais asserções não encontram provas nos fatos, nas provas coletadas e no resultado dos trabalhos produzidos pela Comissão.

Cabe destacar que não se está aqui defendendo em hipótese alguma que o caixa 2 não seja prática condenável. No entanto, não houve pagamentos para obter aprovação de projetos de interesse do Governo, mas o repasse – ilegal, repita-se – para partidos.

O Relatório não apresenta provas que indiquem a existência do “mensalão”. Utilizou-se o Relator de ilações, “estranhezas”, suspeitas, para chegar a conclusões sem base em fatos.

Alega o Relator que não ocorreu “caixa 2”, mas “mensalão”, visando:

- estimular deputados a se filiarem a partidos da base de apoio do Governo. No entanto, os próprios diagramas apresentados mostram que não há coincidência de datas entre os saques efetuados e a mudanças de siglas. Veja-se por exemplo o diagrama 02.1, onde 14 das 15 mudanças de Partido ocorreram antes dos repasses. Destaque-se que no início dos dois mandatos do Governo FHC ocorreu o mesmo fenômeno, que tem sido recorrente na política brasileira;

- obter o voto favorável de Deputados a proposições de interesse do Governo Federal. No entanto, levantamento feito pela Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação da Câmara dos Deputados, que será transcrito adiante, envolvendo 150 votações nominais eletrônicas em 2003 e 118 em 2004, indica que não há qualquer relação entre os eventuais repasses com os resultados em Plenário. Pelo contrário, tal estudo indica que há queda no apoio ao governo justamente em períodos em que há repasses mais elevados! Destaque-se que nas votações analisadas pelo Relator – Reformas da Previdência e

Tributária, e PEC Paralela – houve votação significativa do PFL e do PSDB em favor da posição defendida pelo Governo, mostrando não haver qualquer sentido em vincular tais votações com o suposto “Mensalão”.

Não se está aqui defendendo a legalidade do “caixa dois”. Trata-se de prática que deve ser condenada, e por tal razão que defendemos a maior transparência das contas de campanha, e limitação dos gastos. Mas afirmar que o caixa 2 seria o fantasioso “mensalão”, sem quaisquer provas para tanto, compromete o esforço da CPMI de aperfeiçoamento das estruturas políticas e da vida pública, e transforma a CPMI em manobra eleitoreira e demagógica.

Ressaltamos que não se está defendendo erros cometidos anteriormente. “Caixa 2” deve ser combatido, e deve a Câmara dos Deputados criar mecanismos para coibi-lo. No entanto, confundir o “Caixa 2” – reprovável, repita-se - , com o suposto “mensalão” não passa de demagogia e distorção da realidade.

As omissões existentes no Relatório apresentado pelo Deputado Osmar Serraglio fizeram necessária a apresentação do presente Substitutivo. Não existem referências em tal Relatório, em que pese possuir mais de 1800 páginas, às provas produzidas pelos Deputados acusados de terem recebido o suposto “mensalão”. O Relatório deveria apresentar as acusações, bem como os pontos apurados, incluindo os argumentos e provas apresentados pelos investigados, sob pena de parcialidade e falta de rigor técnico e científico.

Lamentavelmente, desde o início dos trabalhos a Comissão se afastou de seu desiderato inicial, desvirtuando-se de forma exacerbada de sua linha primária de investigação, direcionando suas energias para a tentativa de demonstrar a existência do suposto “mensalão”. Evidentemente que não se vai aqui asseverar ou expender argumentos acerca da inexistência das irregularidades que foram descortinadas e expostas à opinião pública e à sociedade brasileira pela Comissão Parlamentar, que apenas reafirmam e reforçam a necessidade premente da adoção de mecanismos que moralizem e tornem mais transparentes as campanhas eleitorais.

Nesse prisma, o relatório final desta CPMI não pode estar dissociado dos objetivos divisados pelo ato de criação da Comissão, como também deve espelhar fielmente a realidade das investigações, não dando margem a que se reverbere dados, constatações e informações genéricas, circunstanciais, laterais ou infundadas, que não encontram amparo no conjunto probatório objeto das investigações realizadas pela Comissão.

É nessa seara que devem ser analisadas com muita e refletida ponderação algumas afirmações ou supostas ilações acerca da existência do suposto “mensalão”, asserções que não encontram respaldo nos fatos, nas provas coletadas e no resultado dos trabalhos produzidos pela Comissão.

Da mesma forma, não se pode admitir, sob pena de frustração da sociedade e desmoralização da Comissão e do próprio instituto constitucional de investigação legislativa, ou seja, a própria CPMI, que diante dos fatos apurados sejam desfiguradas ou até mesmo transformadas em inverdades ou, o que seria mais grave, que a responsabilidade

BRAS 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4202
266
Doc: _____

pela materialização das impropriedades sejam transferidas, por conveniência e disputa política a terceiros, como ocorreu, por exemplo, em face das circunstâncias e da “gênese” das irregularidades de fluxo financeiro que informaram as campanhas eleitorais nos últimos anos.

Mesmo que se considerasse haver um aspecto determinado a ser investigado, fato é que a CPMI dos Correios desde logo se mostrou um instrumento de ataques fortuitos ao Governo Federal, em boa medida com ritmo definido pela mídia, que em vários momentos pareceu andar à frente das investigações.

Da mesma forma, não se pode admitir, sob pena de frustração da sociedade e desmoralização da Comissão e do próprio instituto constitucional de investigação legislativa, ou seja, a própria CPMI, que diante dos graves fatos apurados, não sejam apuradas as responsabilidades pelos repasses ilegais para campanhas políticas, seja em que Governo tenham ocorrido.

A Constituição impõe que o inquérito parlamentar objetive atos, ações ou fatos concretos. Não há, no ordenamento constitucional brasileiro, investigações difusas. O objeto de investigação da comissão de inquérito há de ser preciso. Nesse sentido, vários autores já se posicionaram a respeito: NELSON DE SOUZA SAMPAIO, “Do Inquérito Parlamentar”, p. 35, 1964, FGV; PONTES DE MIRANDA, “Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda nº 1, de 1969”, tomo III, p. 49, 2ª ed., 1970, RT; JOSÉ CELSO DE MELLO FILHO, “Constituição Federal Anotada”, p. 172, 2ª ed., 1986, Saraiva.

A falta de objetividade, enfatiza GEORGE VEDEL, tem sido a causa maior da descaracterização e da ineficácia das investigações parlamentares. (Ver *Manuel Elementaire de Droit Constitutionnel*, p. 456, 1949, Lib, Recueil Siray, Paris).

Devem os trabalhos finais da CPMI dos Correios estar condizentes com todas as provas e achados da investigação, jamais privilegiando ou procurando acomodar quaisquer dos interesses políticos ou sociais que necessariamente influenciam as empreitadas dessa espécie.

Existem pressupostos inequívocos: as Comissões Parlamentares de Inquérito não podem acusar de forma leviana. Não podem explicitar juízos ou conclusões sem a efetiva e plena apuração dos fatos que pretendem demonstrar serem verdades. Devem colher as provas, de modo amplo, ouvindo todos os envolvidos e analisando todos os documentos. Devem ser equidistantes, imparciais e, acima de tudo, devem respeitar o princípio da presunção da inocência, tão caro ao Estado Democrático de Direito, por vezes banalizado por aqueles que se preocupam tão-somente com a repercussão dos fatos na mídia, deixando de verificar a consistência das alegações.

Esta CPMI tem a responsabilidade pelo ônus da prova, o que significa demonstrar com todos os elementos disponíveis as afirmações e conclusões que fizer, sob pena de macular indevidamente direitos sagrados dos cidadãos e das instituições que integram a República Federativa do Brasil.

Tais considerações não significam ou representam qualquer tentativa de frustrar os trabalhos desenvolvidos pela CPMI ou mesmo descaracterizar ou ignorar algumas realidades demonstradas ao longo das investigações.

É preciso lembrar, ademais, que diferentemente do Governo anterior, todos os organismos de investigação e de defesa da sociedade funcionaram autonomamente, além de interagirem plenamente com os trabalhos parlamentares.

Configuram as contribuições não declaradas para campanhas políticas, o chamado “caixa 2”, de situação lamentável e constante no sistema político brasileiro, que deve ser enfrentado com coragem, e não apenas com discursos, sem propostas concretas de alteração das causas de tal problema.

## **7.8.2 O início das denúncias**

As primeiras referências a denúncias sobre o suposto “mensalão” vieram a público em 24 de setembro de 2004, em reportagem publicada no Jornal do Brasil, intitulada “Miro denuncia propina no Congresso”. Na reportagem, divulgou-se a denúncia de que o governo teria montado um esquema de “distribuição de verbas e cargos para premiar partidos da bancada governista fiéis ao Planalto”. A denúncia teria sido feita por parlamentares ao ex-ministro das Comunicações Miro Teixeira, quando este ainda ocupava a Liderança do Governo na Câmara dos Deputados.

### **7.8.2.1 A Denúncia de Roberto Jefferson**

De acordo com depoimento do ex-Deputado Roberto Jefferson à CPMI dos Correios, no dia 30 de junho de 2005, a suposta prática do “Mensalão” teria tido início no cenário político do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo políticos locais, e seria coordenada pelo ex-Deputado Bispo Rodrigues:

***O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)** Quero fazer uma pergunta ao Deputado Roberto Jefferson: V. Ex<sup>a</sup> fez uma ligação do Bispo Rodrigues com o mensalão. [...] V. Ex<sup>a</sup> acha que essa ligação dele com o Waldomiro e mensalão foi transportada do Rio de Janeiro para cá?*

***O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ)** – Foi. E lá no Rio se chamava mensalão. Quem inventou esse negócio foi o Bispo Rodrigues lá no Rio, na Assembléia Legislativa, que fazia uma arrecadação tanto do Detro (Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do RJ), das empresas de transportes, como da folha de Relatório salários dos cargos de confiança e repartia entre os Deputados. Essa denominação mensalão vem da Assembléia do Rio. [...].*

***A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI (PT-SC)** – Desde quando, Deputado?*

***O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ)** – Desde quando Chico Alencar denunciou. Tem uns 6 anos. Quem denunciou isso pela primeira vez foi o Deputado Estadual Chico Alencar, hoje nosso colega Deputado Federal. Isso foi um escândalo no Rio, e arquivaram a CPI, [...] A prática é igualzinha: todo mês um aditivo salarial para os Deputados. E essa nomenclatura mensalão vem de lá, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.*

O ex-Deputado Roberto Jefferson relatou que, no mês de agosto de 2003, soube que a mesma prática, desta vez, estaria sendo utilizada pelo Partido dos Trabalhadores no cenário político federal, como relatou ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados (depoimento de 14/06/2005). Naquela oportunidade, teria sido informado de

RGPS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4203</u>
.268
Doc: _____

um esquema de cooptação de apoio político mediante entrega ilegal de recursos financeiros a partidos e parlamentares, por intermédio do então correligionário José Carlos Martinez.

Recordemos seu depoimento:

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – [...] O senhor falou que só ouviu falar sobre isso, sobre questão deste nome dado neste momento de mensalão, com os seus 23 anos de mandato, neste momento. **O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** – A partir de agosto de 2003. **O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – A partir de agosto de 2003. **O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ)** – [...] desde agosto de 2003, é voz corrente em cada canto desta Casa, em cada fundo de plenário, em cada gabinete, em cada banheiro que o Sr. Delúbio, com o conhecimento do Sr. José Genoíno, sim, tendo como pombo-correio o Sr. Marcos Valério, um carequinha que é publicitário lá de Minas Gerais, repassa dinheiro a partidos que compõem a base de sustentação do Governo num negócio chamado mensalão. Eu ouvi falar no mensalão, a primeira vez, pelo meu companheiro falecido, e que Deus o tenha, José Carlos Martinez, em agosto de 2003. Ele me disse da proposta que havia recebido do José Genoíno e do Delúbio, para os repasses mensais ao PTB, que pudessem atender às demandas da bancada. [...] Falece Martinez. Meu partido me conclama Presidente e, em ato seguinte, elege o Líder José Múcio Monteiro. O Sr. Delúbio procura o Líder José Múcio e diz: “Roberto é um homem muito difícil. Eu preciso falar com ele.” Não disse a José Múcio qual era o assunto. Eu disse: “Pois não, José Múcio, eu vou atender o Delúbio. Eu atendi em minha casa. Isso em princípios de 2004 — janeiro, fevereiro — não posso precisar a data. [...] E disse que gostaria de ajudar a desencravar uma unha que pudesse haver — a expressão que ele usa: “ajudar a desencravar uma unha” de algum companheiro que pudesse, faria uns repasses ao PTB. Eu disse: “Delúbio, muito obrigado, não quero não. O PTB quer estrutura de Governo. Quer participar no pensamento e na inteligência de Governo, mas mensalão não quer não. Te agradeço.” Sai e disse ao Múcio: “Oh, Múcio, a história dele é “mensalão”. Eu sou contra. E você?” O Múcio disse: “Eu sou contra também.” Falei: “Vou falar ao Walfrido.” Liguei para o Walfrido: “Ministro, Walfrido, preciso falar com você uma coisa grave que está acontecendo.” Ele disse: “Pois não, estou no Rio, estou embarcando para Belo Horizonte, você me encontra na base aérea, vamos conversando no avião.” Fui eu para a base aérea. Tomei um avião com o Ministro Walfrido e sentei ao lado dele e disse: “Ministro, tem essa proposta, e o Dr. Delúbio me disse que outros partidos da base, em especial o PL e o PP, recebem. E eu disse a ele que não. [...] Reuni minha bancada assim que começou o ano legislativo de 2004. Coloquei isso à minha bancada e foi a voto. Rejeição por unanimidade. Depois, fui procurar o Ministro José Dirceu, numa dessas oportunidades em que a gente vai conversar com ele no Palácio, e disse isso a ele: “Zé, tem um negócio ruim que está acontecendo, que está um bochicho na Casa, que está ruim.” “O que é?” “O tal do “mensalão”. O Delúbio está repassando dinheiro para partidos da base, que estão distribuindo aos seus Deputados um “mensalão”: 30 mil reais.” Ele deu um soco na mesa: “Ele não tem autorização para fazer. Eu disse que não fizesse.” Eu falei: “Então, corre atrás, amigo, porque está sendo feito.” Com ele sobre esse assunto eu falei uma meia dúzia de vezes. “Né, Zé Dirceu? Né, Zé?” Com o Genoíno, o Presidente Genoíno, falei com ele uma meia dúzia de vezes. Falei ao Ministro Ciro Gomes, ele coçou a barba e disse: “Mas, Roberto, é muito dinheiro.” Eu falei: “Ciro — porque o Ciro é simples nessas coisas —, tem que ser avisado ao Presidente Lula.” Por que não foi você ao Presidente Lula, Roberto?” Porque havia um

cordão de isolamento. Ninguém acessava o Presidente Lula. Vou eu ao Ministro das Comunicações, Miro Teixeira, acompanhado do Deputado João Lira e acompanhado do Deputado José Múcio, Líder do PTB. Digo: “Miro, você que é meu conterrâneo, diga ao Presidente Lula que está havendo esse “mensalão”. Que o Sr. Delúbio repassa através de um moço chamado Marco Valério, entregue a Líderes e a Presidentes de partido. Isso é um escândalo, vai pipocar, não tem como segurar, já tem bochicho na imprensa. Ele achou grave, registrou. Disse isso ao Ministro Palocci. Ele nega. “Mas, Palocci, Ministro, com todo o respeito, disse isso a V.Exa., olhando dentro dos seus olhos.” Depois, mais tarde, disse isso ao Ministro Aldo Rebelo. Cumpri o meu dever como Deputado, Presidente do partido. “Roberto, e provas?” Provação. Prova não tenho, mas tenho provação. Provação, vivi. Porque, além de eles receberem a mesada, ainda ficavam tentando os nossos Deputados. “Aqui, vem pra cá seu otário. Ah, aqui, oh, tá na mala. Vocês não têm? Aqui tem.” Eu e o Múcio vivíamos um dia-a-dia de sofrimento com alguns companheiros que fraquejavam. E nós tínhamos que está ali do lado dele: “Não vai. Fica aqui.” Um dia eu pedi a um companheiro, que não teve coragem de sustentar — e a gente compreende que isso não é dom de todos os homens —, que dissesse ao Pedro Henry: “Avisa ao Pedro Henry que se ele tomar os 2 Deputados do PTB que ele está tentando com aquela mala de dinheiro, eu vou para a tribuna e conto a história da “maçã” e do “mensalão”. “Avisa para ele, hein!” Ai, refluiu. Mas o “mensalão” não parou. Continuou esse “mensalão” sem parar. [...]

#### 7.8.2.2 Os depoimentos dos deputados José Múcio e Arnaldo Faria

O Deputado José Múcio apresentou o seguinte depoimento:

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MÚCIO** – [...] Preciso fazer um comentário sobre a entrevista do meu Presidente. Quero dizer que fui citado algumas vezes, fui procurado pelo Delúbio em outubro... [...] Não tratamos de dinheiro. Ele disse que queria me conhecer porque tinha uma relação, não digo que estreita, mas tinha estado algumas vezes com o Presidente Martinez e tinha uma dificuldade muito grande de falar com Roberto Jefferson, que ele era um homem difícil, de difícil acesso. Não tocamos em dinheiro. [...] Procurei Roberto e disse: “Não custa recebê-lo, você não sabe o que ele vai fazer. Ele é dirigente de um partido, nós precisamos, um partido que está no Governo, nós precisamos ouvi-lo”. E promovemos a conversa que Roberto relatou aqui no seu depoimento. Fui testemunha de uma conversa quando o Presidente Roberto Jefferson falou ao Ministro Miro Teixeira sobre a questão do mensalão, e o Ministro Miro Teixeira disse: “Vamos ao Presidente da República.” Roberto disse: “Pode marcar, que eu vou.” Fui testemunha, em março, no segundo encontro, quando o Presidente Roberto Jefferson disse ao Presidente da República, em uma audiência que tivemos no início de março: “Presidente, o senhor precisa ver essa questão do mensalão, porque isso pode atrapalhar o seu Governo.” E fui testemunha de como ele ficou perplexo, contrito, ficou assim quase descontrolado fisicamente, não chorou. Chorou, na primeira vez, em janeiro, quando ele foi.”

O Deputado Arnaldo Faria de Sá afirma que, em reunião do PTB, foi tratado o assunto “mensalão”:

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP)** – Eu também quero trazer um dado que considero importante. Houve uma reunião, um pouco antes da eleição da

POC nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4204
270
Doc:

Presidência da Câmara, em que as bancadas estariam definidas para a questão das composições das comissões de participação e, **nessa reunião da nossa bancada, V. Ex<sup>a</sup> advertiu que alguns partidos estavam querendo tirar parlamentares do PTB para aumentar suas bancadas e que o zunzum é que tinha a história do mensalão. V. Ex<sup>a</sup> falou isso para toda a bancada reunida e eu estava presente. Naquela época, início de fevereiro deste ano, ainda não havia acontecido todos esses problemas.**

### **7.8.2.3 O testemunho do Deputado Miro Teixeira**

O Deputado Miro Teixeira, em depoimento perante o Conselho de Ética, confirma as afirmações de Roberto Jefferson e diz que “*dava para ouvir algumas coisas*”, mas não conseguiu provas, pois “*tem coisa que só se sabe com briga de quadrilha*”.

**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - *Eu confirmo que Roberto Jefferson esteve comigo e fez menção a isso que agora se chama de mensalão. Fez menção, porque me visitou acompanhado do Deputado Múcio e do Deputado Lyra para me convidar a entrar no PTB. Isso foi no final de 2003 [...] Já ia lá pelo vigésimo minuto a conversa, que durou uns 30 minutos, quando ele disse: “Olha, inclusive, o PTB não entrou nessa história de mesada. Deputado do PTB não recebe mesada”. Perguntei: “Que mesada, Roberto?” E pela primeira vez ouvi falar da história. É verdade o que disse o Roberto Jefferson, ele me falou sobre isso, sim. Agora, ele não me falou como falou para a Folha de S. Paulo; ele não me falou como falou aqui, nesta Comissão. Então, uma coisa é ouvir falar, outra coisa é ter conhecimento. Ter conhecimento significa garantir o conteúdo. Você subscreve o conhecimento. Quando ouvi — e foi um breve relato, breve mesmo —, eu imediatamente disse: “Roberto, isso tem que ser levado ao Presidente da República”. [...] “Roberto, temos que levar esse assunto ao Presidente da República. E eu vou junto”. Ele não quis. Eu deixo o Ministério e venho para a Câmara dos Deputados. Estava ali, saindo do plenário, logo ao chegar na Câmara, estava saindo do plenário e me dirigindo a este corredor que dá acesso à biblioteca, às Comissões técnicas. Veio o Roberto Jefferson. Eu encosto o Roberto Jefferson na parede, literalmente, sem uso de força — literalmente, fraternalmente. Disse: “Roberto, nós temos que denunciar isso aqui do plenário. Vamos lá para o plenário que você declara que assistiu a reuniões, participou de conversas. Você descreve isso de uma tribuna e eu peço um inquérito da outra”. Ele disse: “Eu não posso fazer isso antes de falar com o Presidente Lula”. O que ele, aliás, diz na imprensa. Então, eu confirmo essa declaração do Roberto Jefferson.*

*[...] O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA* - *Eu vou lhe esclarecer. Quem primeiro me falou sobre isso foi o Roberto Jefferson. Agora, depois disso, aqui e ali, dava para ouvir algumas coisas, mas alguns Parlamentares — e eu disse aqui, inclusive do PSDB, me referi ao Deputado — chegavam e falavam, sim, mas todo mundo com muita perplexidade, todo mundo muito inquieto, todo mundo querendo pegar isso aí e fazer uma implosão, alguma coisa desse tipo. Jamais conseguimos! Jamais conseguimos! Eu dediquei muitas horas, muitas horas de muitos dias a essa investigação, até que saiu a entrevista do Deputado Roberto Jefferson. [...]*

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - *Confesso a V.Exa. que eu nunca tinha ouvido falar no tal do mensalão aqui — falo isso com muita tranqüilidade —, nunca mesmo. De qualquer forma, esta é a função deste Conselho: apurar exatamente isso. As provas testemunhais, Deputado Miro Teixeira, estão sendo muitas, estamos ouvindo a cada*

dia. E prova testemunhal é prova. Há provas testemunhais fortes de sobrinho de um, de ex-mulher de outro. Não quero entrar em detalhes porque são pessoas que às vezes têm razões pessoais.

**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Não faz mal, não faz mal. Tem coisa que só aparece vendo, tem coisa que só se sabe com briga de quadrilha.

#### 7.8.2.4 A denúncia da Deputada Raquel Teixeira

A deputada Raquel Teixeira veio a público e afirmou que teria recebido proposta do líder do PL, Deputado Sandro Mabel, para trocar de partido: um milhão mais 30 mil mensais, fato esse que teria levado ao conhecimento do Governador de Goiás, sr. Marconi Perillo. No entanto, tal denúncia não foi comprovada.

#### 7.8.3 A acusação contra José Dirceu

Ao fazer denúncias, o ex-Deputado Roberto Jefferson destacou a participação central do então ministro-chefe da Casa Civil e ex-Deputado José Dirceu na idealização do suposto "mensalão". Segundo Jefferson, Dirceu seria o "chefe" do esquema:

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB - RJ)** - Eu digo que o José Dirceu era o chefe, sem nenhum erro, disse isso a ele olhando ele de frente, não estou fazendo aqui uma coisa por trás, o José Dirceu chefiava isso. As conversas eram todas nesse sentido. **O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA)** - Quem mais? **O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB - RJ)** - Não conversei isso com o Ministro Gushiken, mas ele autorizou que essa movimentação escandalosa dessas agências existisse. E quando ele é retirado de lá, quando começam as coisas a acontecer, e colocado como das... dos... das três, é que ele ficou escondido para não assumir de peito isso aí. Para mim, passa pelo José Dirceu e Gushiken, tem inteligência de Governo nisso, não é um ato isolado do José Dirceu, ele não teria como fazer sozinho. Mas ele é o chefe.

Nesta CPMI dos Correios, ao depor, assim Roberto Jefferson se manifestou:

Depois, fui procurar o Ministro José Dirceu, numa dessas oportunidades em que a gente vai conversar com ele no Palácio, e disse isso a ele: "Zé, tem um negócio ruim que está

acontecendo, que está um bochicho na Casa, que está ruim." "O que é?" "O tal do "mensalão". O Delúbio está repassando dinheiro para partidos da base, que estão distribuindo aos seus Deputados um "mensalão": 30 mil reais." Ele deu um soco na mesa: "Ele não tem autorização para fazer. Eu disse que não fizesse." Eu falei: "Então, corre atrás, amigo, porque está sendo feito." Com ele sobre esse assunto eu falei uma meia dúzia de vezes. "Né, Zé Dirceu? Né, Zé? De acordo com Jefferson, a maior parte das conversas com Dirceu sobre o repasse a parlamentares era feita somente na presença de José Genoíno e Delúbio Soares, sem outras testemunhas. Sempre havia a exigência de eu não levar ninguém nessas conversas.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (PT - SP)** - Vou fazer as minhas perguntas, e o Deputado Roberto Jefferson, se quiser ser respeitoso para com um Senador da República, vai responder. Se preferir ficar calado, é opção dele. Deputado Roberto Jefferson, o Deputado José Dirceu, em seu depoimento no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, afirmou então que o PTB recebeu mais de R\$10 milhões. V. Ex<sup>a</sup> já disse que

ROS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 4205
272
Doc:

recebeu R\$4 milhões para o financiamento e que os guardou no cofre. Eu gostaria de saber se efetivamente estão lá, se podemos, então, entender que foram utilizados para pagar campanhas eleitorais do seu Partido ou se houve qualquer outro tipo de destinação. **O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) – O útil da pergunta de V. Ex<sup>a</sup> é que o José Dirceu sabe que tem dinheiro. Se sabe é porque ele participava da distribuição. O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Ele saberia qual a destinação dos R\$4 milhões que ficaram com V. Ex<sup>a</sup>? O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) – Se ele sabe do dinheiro é porque ele sabe da distribuição. É útil. Agora, pela primeira vez, V. Ex<sup>a</sup> traz uma confissão pública do Deputado José Dirceu. Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup> por essa informação. [...]**

A CPMI da Compra de Votos tomou depoimento do ex- Deputado José Dirceu, para resposta às acusações de Roberto Jefferson e às declarações de outras testemunhas, como o próprio Senhor Marcos Valério. José Dirceu negou que tivesse participação no suposto “mensalão”. Sobre esse aspecto, não foram produzidas provas acerca da participação do ex-ministro da Casa Civil e ex-Deputado José Dirceu nos repasses ilegais para campanhas.

O único depoimento que poderia atestar alguma responsabilidade do ex-ministro seria o da Presidente do Banco Rural, Kátia Rabello, que afirmou que empresário Marcos Valério teria intercedido a favor do banco, que teria agendado encontros com o então Ministro José Dirceu.

No entanto, como decidiu o Supremo Tribunal Federal, restou configurado o cerceamento de defesa, tendo em vista a inversão dos depoimentos das testemunhas. O testemunho de Kátia Rabello (contra o deputado) teria sido usado como prova de acusação no relatório do Conselho de Ética, sem que tivessem sido ouvidas posteriormente testemunhas de defesa. Vide o posicionamento do ministro Cezar Peluso: “A uma ação real – produção de uma prova – corresponde a outra prova produzida em resposta à primeira, tendente a infirmar a força retórica dessa prova”. Ou seja, a defesa não teve a oportunidade de se manifestar depois que foi ouvida a última testemunha de acusação.

Posteriormente, o Deputado Júlio Delgado retirou o depoimento de Kátia Rabello do Relatório final do Conselho.

A representação no Conselho de Ética limitou-se a reproduzir acusações que teriam sido feitas por Marcos Valério e sua mulher contra Dirceu. No entanto, a forma genérica da acusação impediu, como constou da defesa, que “representado seja específico em relação a algum caso particular, na medida em que a defesa deve estar, necessariamente, relacionada aos fatos apontados pela acusação”.

Quanto ao mérito, o ex-ministro José Dirceu, em sua defesa, negou que tivesse participado de qualquer conluio com a finalidade de levantar fundos para pagar parlamentares, a fim de que votassem em projetos a favor do governo.

Afirmou também o que já havia decidido o Conselho de Ética e o Plenário da Câmara dos Deputados na cassação do mandato do Deputado Roberto Jefferson: o que houve foi o repasse ilegal de contribuições para para saldar obrigações de campanhas eleitorais. Tais repasses teriam sido feitos com base em empréstimos, que, de acordo com o declarado por Delúbio Soares e Marcos Valério, teriam sido tomados a partir de fevereiro

de 2003, após Dirceu ter se afastado das funções partidárias, em razão do cargo que ocupava.

#### 7.8.4. A ciência do Presidente Lula

Uma das questões mais recorrentes nesta CPI é a ciência que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha sobre o envolvimento de parlamentares com os ilícitos investigados.

A imprensa tem arrolado ocasiões em que o fato teria sido a ele informado. Esta CPI, nos limites da constatação que lhe foi oportunizada, recolheu prova testemunhal que incide sobre esse foco consoante se atenta pelas afirmações seguintes provenientes de diversas fontes. Disse Roberto Jefferson, em, depoimento na CPI dos Correios, em 30 de junho de 2005:

**O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON** – (...) *Mas o Mensalão não parou. Continuou esse Mensalão sem parar. A primeira reunião que eu pude despachar com o Presidente Lula foi em janeiro deste ano. Janeiro deste ano. Fui com o Ministro Walfrido Mares Guia, do PTB — a nossa entrevista durou uma hora —, e o Ministro Walfrido Mares Guia, durante uma hora, conversou economia, turismo, com o Presidente; eu ouvi em silêncio. Ai o Presidente bateu na minha perna e me disse: “Roberto, e o PTB?” Eu digo: “Não está bem, não, Presidente. Infelizmente tudo que é tratado aqui não é cumprido. O Zé Dirceu não tem palavra, o que ele diz não cumpre, e eu tenho contra mim essa tentação do Mensalão, que é um negócio que está enfraquecendo o senhor na Casa.” Ele falou: “Mas que é Mensalão, Roberto?” Quando eu contei — eu sou um homem vivido, tenho mais de 200 júris feitos na minha vida, tenho uma trajetória, tenho 23 anos de mandato —, a reação do Presidente foi de facada nas costas. “Que é isso?” Eu contei, as lágrimas desceram dos olhos dele. Ele levantou, me deu um abraço e me mandou embora. (...)*

O ex-Deputado Roberto Jefferson relatou um segundo encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no qual tentou alertar novamente o que estava ocorrendo. Nesta oportunidade, esteve em companhia do Deputado José Múcio, que confirmou o teor da conversa em depoimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, em 14/06/2005:

**O SR. DEPUTADO JOSÉ MÚCIO** – (...) *Fui testemunha, em março, no segundo encontro, quando o Presidente Roberto Jefferson disse ao Presidente da República, em uma audiência que tivemos no início de março: “Presidente, o senhor precisa ver essa questão do mensalão, porque isso pode atrapalhar o seu Governo”. (...)*

Em depoimento do Deputado Aldo Rebelo ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, em 13/09/2005, confirma o fato:

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - *Quando V.Exa. ouviu falar em proposta de recebimento de dinheiro para apoiar o Governo pela primeira vez? Em que circunstâncias? Poderia dizer alguma coisa a respeito disso para nós do Conselho de Ética, Sr. Deputado?*

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** - *A primeira vez, Deputado Júlio Delgado, eu não ouvi; a primeira vez, eu li. Foi uma matéria publicada no Jornal do Brasil, se não me engano, no mês de setembro. E, em seguida, já no mês de março, ouvi*

RQS nº 03/2005 - CN
CPI -- CORREIC
Fls: 4206
274
Doc:

*embora a reunião já estivesse no fim, já houvesse um clima de dispersão — o Deputado Roberto Jefferson fazer referência a essa questão em uma reunião com o Presidente Lula, já no mês de março.*

(...)

**O SR. DEPUTADO ALDO REBELO** – *Foi em uma reunião. Participaram eu, o líder Múcio, o ministro Mares Guia, o líder Chinaglia, Roberto Jefferson e o Presidente Lula. No final da reunião, o deputado Roberto levantou a questão do hipotético pagamento a parlamentares. O presidente Lula ouviu e pediu a mim e ao líder Chinaglia que investigássemos a denúncia”*

O Presidente solicitou, ao então Ministro Aldo Rebelo, que tomasse providências.

Como é de sabença, não incide, aqui, responsabilidade objetiva do Chefe Maior da Nação, simplesmente, por ocupar a cúspide da estrutura do Poder Executivo, o que significaria ser responsabilizado independentemente de ciência ou não. Em sede de responsabilidade subjetiva, não parece que havia dificuldade para que pudesse lobrigar a anormalidade com que a maioria parlamentar se forjava. Contudo, não se tem qualquer fato que evidencie haver se omitido.

#### **7.8.5. Da finalidade dos repasses ilegais**

Alegou o ex-Deputado Roberto Jefferson que o chamado “mensalão” visava estimular deputados a se filiarem a partidos da base de apoio do Governo, e para garantir a aprovação de matérias polêmicas, de interesse do Governo.

Analisar-se-ão a seguir ambas as acusações.

##### **7.8.5.1. A acusação de repasses a fim de ampliar a base de sustentação do Governo**

Segundo o Deputado Roberto Jefferson, tais repasses serviram para estimular deputados a se filiarem a partidos da base de apoio ao Governo. No entanto, as análises efetuadas não possibilitam demonstrar que houve coincidência de datas entre os saques efetuados e a mudanças de siglas, e tampouco atestam nexos de causalidade entre tais fatos. Veja-se por exemplo o diagrama 02.1, onde 14 das 15 mudanças para o Partido Liberal ocorreram antes dos repasses.

Destaque-se que no início dos dois mandatos do Governo Fernando Henrique ocorreu o mesmo fenômeno, que tem sido recorrente na política brasileira. As migrações partidárias mantiveram-se dentro dos mesmos níveis de outras legislaturas.

A migração maciça de deputados para outros partidos logo após a eleição é, sem dúvida, fato que justificadamente causa indignação no eleitorado brasileiro, que vê distorcido seu voto. No entanto, demonstraremos a seguir que se trata de problema endêmico no meio político brasileiro, e que deve ser tratado de modo sério e conseqüente. Veremos que tal migração tem ocorrido de modo idêntico - e em várias oportunidades de modo mais contundente - em legislaturas passadas, inclusive nas duas últimas, durante o Governo Fernando Henrique.

Veja-se a seguinte tabela, analisando a bancada dos partidos governistas na Câmara dos Deputados entre 1994, data da eleição, e 1998, extraído do artigo “Disciplina

Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)". de autoria de Jairo Nicolau, Revista Dados, Vol. 43, Nº 4. Rio de Janeiro, 2000.

	Número de deputados integrantes de partidos da base de apoio do Governo FHC
Eleições de 1994	341
1995	352
1996	397
1997	400
1998	393

Como já ensinava o cientista político Carlos Ranulfo Felix de Melo, "transformada em prática corrente, a mudança de partido acabou por dotar o atual período democrático brasileiro de (mais) uma peculiaridade. A migração partidária, na escala em que ocorre no país, não encontra paralelo em nenhuma outra democracia" (*Partidos e Migração Partidária na Câmara dos Deputados*. Revista Dados, Vol. 43, Nº 2. Rio de Janeiro, 2000, p. 210).

Esse é o diagnóstico que Scott Mainwaring já havia feito anteriormente, em 1991: "*nenhuma característica isolada distingue tão agudamente os partidos brasileiros dos partidos de outras nações mais desenvolvidas da América Latina quanto o relacionamento extremamente frouxo entre políticos e partidos. Os políticos percebem os partidos como veículos para se elegerem, mas geralmente não têm com eles vínculos profundos*" (Mainwaring, 1991, p. 40, citado em outro estudo sobre o tema, e útil para esta CPMI, de autoria de Rogério Schmitt, "Migração Partidária e reeleição na Câmara dos Deputados". Novos Estudos, Nº 54, julho 1999, p. 129).

Não é à toa que a falácia criada por Roberto Jefferson – a de que teria o "mensalão" se destinado a pagar valores a deputados para que mudassem de partido -, tenha obtido tanta ressonância por parte da mídia. Há um sentimento justo na sociedade brasileira contra a migração desenfreada de parlamentares para outros partidos. No entanto, não se trata de fenômeno novo, e nem guarda relação com os repasses ilegais realizados para as campanhas eleitorais.

Nem por isso, contudo, devemos deixar de enfrentar tal triste constatação. A ausência de proibição legal para a alta infidelidade partidária serve apenas para beneficiar os deputados que trocam de partido, estimulando a manutenção do sistema.

Se não impusermos tais medidas, poderemos ver a continuidade de histórias do passado: ocorreram 79 adesões ao PSDB a ao PFL durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (Carlos Ranulfo, op. cit., p. 229).

Tal grande número de transferências partidárias ocorreu também em períodos ainda mais longínquos. Vejam-se outros trechos do estudo supracitado de Carlos Ranulfo: "Entre 1985 e 1998, nada menos do que 686 deputados, entre titulares e suplentes, mudaram de partido no Câmara. (...) Dentre os 686 migrantes, diversos mudaram de partido mais de uma vez durante uma mesma legislatura. Noventa e cinco congressistas

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 4207
276
Doc:

trocaram de legenda pelo menos duas vezes; outros dezenove deputados pelo menos três vezes (...). Computadas *todas as mudanças* realizadas pelos deputados na Câmara, nas quatro legislaturas analisadas, chega-se a um total de 812 migrações” (pp. 210-211).

E apontava o mesmo autor, já em 2000, para o exato fenômeno constatado no início do Governo Lula, em 2003, e que infelizmente sempre ocorreu na jovem democracia brasileira: “O primeiro ano de cada legislatura se mostra propício tanto a uma eventual acomodação considerada necessária pelo deputado em face do resultado eleitoral nacional ou estadual recente, quanto à busca da melhor legenda tendo em vista a realização, no segundo ano, das eleições para prefeito” (p. 212). Estas são as causas das migrações partidárias, e não a conveniente cortina de fumaça, que consiste em apontar os repasses ilegais para campanhas como causas da alta infidelidade partidária. Por isso, apontaremos soluções viáveis – ainda que ousadas – para efetivamente tratar dos graves problemas aqui debatidos.

Vejamos novamente como a referida “infidelidade partidária” vem ocorrendo há mais tempo:

*“A cada legislatura, desde 1982, 30% dos deputados federais eleitos, em média, mudam de partido pelo menos uma vez ao longo do mandato. Mais ainda, conforme as informações apuradas para 1999, trata-se de um fenômeno que não dá sinais de que esteja refluindo. A troca de legendas no interior da Câmara tornou-se endêmica, rotineira e adequada à lógica da disputa política. Portanto, não pode ser tratada como parte de nosso folclore, ou como uma curiosidade a mais neste país tão pleno de práticas desinstitucionalizadas. Transformada em prática corrente, a troca de legenda passou a vigorar como instrumento de modificação da correlação de forças no Congresso, independentemente do que pensem ou deixam de pensar as eleitores, com conseqüências sobre o desempenho eleitoral dos partidos, o desenvolvimento dos subsistemas partidários estaduais, a constituição e funcionamento das coalizões governamentais e o grau de representatividade dos sistema partidário”* (Carlos Ranulfo, op. cit., pp. 212-213).

O mesmo estudo, considerado de grande importância na Ciência Política nacional, apontava o benefício que um dos partidos que hoje usa o ilegal repasse para partidos como bode expiatório da infidelidade partidária teve com o sistema político vigente: “os números da migração são significativos: dos 67 deputados que *aderiram* ao PSDB na década de 90, a maioria relativa tinha como ponto de origem um partido de direita – este foi o caso de 46,3% dos migrantes (31 deputados), enquanto 29,9% vieram do centro e 23,9% da esquerda. Nascido no interior do Congresso, sem um momento fundacional capaz de marcá-lo de forma mais duradoura, e adotando uma política de ‘portas abertas’, o PSDB enfrenta nos dias de hoje dificuldades para definir sua identidade política e se diferenciar dos partidos de direita” (pp. 220-221).

Há diversos outros motivos para não se considerar plausível que os repasses ilegais tenham servido para fazer com que deputados migrassem de partido, ou para que votassem com o Governo. Não há como defender seriamente a tese de que o Deputado Professor Luizinho, que foi Líder do Governo na Câmara, teria recebido R\$ 20 mil para votar com o Governo. Tal deputado foi vice-líder e líder do governo, o que mostra não ter qualquer lógica tal argumento.

Também no que tange às acusações referentes ao Deputado João Paulo Cunha, demonstra-se a evidente ausência de plausibilidade de tal tese. Até mesmo deputados da oposição consideraram fantasiosa e absurda a tese de que o Deputado João Paulo Cunha, então presidente da Câmara e petista histórico, teria recebido dinheiro para votar com o governo. Vide a seguinte declaração do Deputado João Paulo Cunha, que mostra não fazer qualquer sentido que deputados do Partido dos Trabalhadores tivessem recebido verbas para “votar com o governo” ou “mudar de partido”:

*“Mensalão é o deputado que recebeu para votar com o governo. Eu recebi para votar com o governo? E parte grande das matérias, sr. presidente, sequer votava. Não, mensalão configura os deputados que receberam para mudar de partido. Ah, eu mudei de partido? Não, mensalão são os deputados que perceberam vantagens para praticar caixa 2. Só faz caixa 2 quem tem caixa 1. Eu não era candidato, não tinha caixa 1, como praticar caixa 2?”.*

Vejamos a manifestação do Deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), integrante de Partido que notoriamente não faz parte da base de apoio do Governo: *“As explicações que V.Exa. deu no início de sua fala - e eu participei aqui de toda a sua fala - com relação à contratação da empresa DNA para sua campanha, para mim, foram satisfatórias. Quanto à questão da contratação da própria agência SMP&B por V.Exa. enquanto presidente, também não pairam dúvidas sobre isso e não vejo nenhum envolvimento de V.Exa. No que tange ao episódio do ‘mensalão’, acho que V.Exa. não precisaria nem aqui dar declarações, porque seria hipocrisia de qualquer um de nós dizer que um deputado como V.Exa., presidente da Câmara e fundador do PT, recebeu 50 mil reais para votar com o presidente Lula. Isso é hipocrisia e não concebo isso.”*

Ressalte-se que ocorreram também transferências de valores das contas do publicitário Marcos Valério em decorrência de serviços advocatícios efetuados, com a devida nota fiscal e o recolhimento dos impostos, como se pode verificar em relação ao Dep. José Mentor, do Partido dos Trabalhadores.

As provas e indícios colhidos indicam a existência de um condenável esquema de repasse ilegal para campanhas eleitorais, sem, no entanto, permitir que se ateste a ocorrência de repasses periódicos e regulares com vistas à cooptação de parlamentares para a base aliada do Governo Federal.

Evidentemente que não se vai aqui asseverar ou expender argumentos acerca da inexistência das irregularidades que foram descortinadas e expostas à opinião pública e à sociedade brasileira pela Comissão Parlamentar, que apenas reafirmam e reforçam a necessidade premente da adoção de mecanismos que moralizem e tornem mais transparentes as campanhas eleitorais, e que limitem as freqüentes trocas de partidos.

A denúncia original do deputado Roberto Jefferson não foi comprovada. Houve efetivamente trânsito de recursos de maneira condenável, o chamado caixa 2 eleitoral, destinados ao pagamento de despesas de campanha ou de dívidas eleitorais, como já havia ocorrido desde 1998 nas intermediações realizadas por Marcos Valério e suas empresas para financiar campanhas do PSDB em Minas Gerais.

Marcos Valério, desde 1998, socorre financeiramente políticos das mais diversas agremiações políticas, inclusive de forças que se opõem à atual administração do Governo Federal. Não possui o que se poderia chamar de patriotismo partidário.

Processo nº 03/2005 - CN -
JUNHO - CORREIOS
Fls: 4208
278
Doc:

Age conforme a conveniência de sua vasta clientela. Mesmo durante o termo do Presidente Lula não se furtou a auxiliar adversários do Partido dos Trabalhadores. Do contrário, como se explicariam as ajudas oferecidas, entre tantos, a um deputado do PFL, ex-Ministro da Previdência Social do Governo Fernando Henrique Cardoso, a saber, o Deputado Federal Roberto Brant?

Os fatos apurados pela CPMI levam à constatação de que o “modus operandi” que une fatos ocorridos nos últimos três anos com outros registrados por exemplo a partir de 1997, quando da campanha eleitoral do Sr. Eduardo Azeredo, são semelhantes e podem muito esclarecer os fatos como um todo.

### **Das causas de tal migração partidária**

Analisaremos agora as causas de tal infidelidade partidária, e o que deve ser feito para combatê-la.

Outro trecho da obra de Carlos Ranulfo demonstra que não foi o repasse ilegal para campanhas que permitiu a cooperação dos deputados com o Governo, ou a troca de partidos: “Meu argumento é que o padrão centralizado de organização do processo legislativo – com o Poder Executivo, o presidente da Mesa e o Colégio de Líderes detendo os instrumentos legais para determinar a agenda e o ritmo dos trabalhos da Câmara – não apenas incentiva o Deputado a cooperar com o governo nas votações em plenário, *este mesmo arranjo pode também estimulá-lo a buscar um melhor posicionamento junto ao núcleo decisório do sistema, mudando, sempre que necessário, de partido*. Se votar com o líder faz parte de uma estratégia racional de sobrevivência política, buscar um partido melhor posicionado na estrutura de poder da Câmara também pode fazer” (p. 226).

A obra de Mainwaring aponta no mesmo sentido: “os políticos acham que poderão se beneficiar ao trocar de partido, seja porque melhorarão suas próprias perspectivas de carreira em um outro partido ou porque suas propostas político-ideológicas terão mais chances de serem aceitas nesse partido. O custo de se mudar de partido é freqüentemente baixo, tendo em vista a ausência de sanções legais e a tolerância do eleitorado em relação a políticos que mudam de filiação” (Mainwaring, 1999, p. 146, citado no estudo supracitado de autoria de Rogério Schmitt).

O que deve ser feito, na realidade, é limitar radicalmente as possibilidades de troca de partido, aumentando o “custo político” da mudança: “O arranjo institucional brasileiro possibilita a existência de um razoável leque de alternativas partidárias e permite que o custo da mudança de uma legenda para outra seja praticamente nulo. Nesse contexto, é razoável supor que o deputado se utilize da mudança de partido para maximizar suas chances de sucesso na carreira política” (Carlos Ranulfo, pp. 226-227).

Deve-se mudar a legislação para alterar a lógica que leva muitos parlamentares a trocarem de partido: “os candidatos podem escolher o partido pelo qual vão se candidatar e muitos o fazem com base exclusivamente em suas projeções de voto e em uma avaliação sobre as perspectivas de cada sigla, bem como o grau de concorrência interna a enfrentar em cada uma das opções disponíveis” (p. 228). É necessário criar mecanismos para limitar tais problemas, inerentes às diversas legislaturas: “os partidos detêm, por meio de seus líderes, o poder sobre o processo legislativo, mas o pertencimento a esta ou àquela sigla continua sendo, para uma parcela considerável dos congressistas, algo

a ser negociado na primeira oportunidade. O resultado é a instabilidade das bancadas em quase todos os partidos em qualquer legislatura que se analise” (p. 231).

Feitas as tristes constatações acima, chega o momento de propor soluções. “O cenário político-institucional brasileiro pós-redemocratização tornou possível aos congressistas agir de modo disciplinado em plenário e trocar de partido sempre que necessário. A mudança de partido fez com que se manifestasse, no interior de um Legislativo contralizado, a fragilidade dos partidos *enquanto* organização. E, a não ser que novas regras sejam estabelecidas, a tendência é que o sistema partidário continue a conviver com essa contradição” (p. 231).

Creemos que uma dessas novas regras que devem ser estabelecidas, dentre outras que apresentaremos nos próximos itens, consiste na fidelidade partidária absoluta.

É essa a mesma sugestão que feita por André M. dos Santos, há mais de uma década: “...ou bem se admite candidatos sem partido, em cujo caso o mandato lhe é conferido pessoalmente, e ele pode filiar-se a qualquer partido, bem como mudar-se assim lhe aprouver, ou bem candidatos eleitos através de organizações partidárias não podem deixar seus partidos de origem, ao menos que devolvam o mandato ao eleitorado, ou o completem sem filiar-se a outro partido” (Santos, 1994, p. 36, citado à p. 130 do referido artigo do Rogério Schmitt). Grifamos.

#### **7.8.5.2. A acusação de repasses a fim de obter o voto favorável de Deputados a proposições de interesse do Governo Federal.**

Tal acusação, apesar de ter sido repetida *ad nauseam* durante os debates da CPMI e na imprensa, não foi comprovada, como veremos a seguir.

Levantamento feito pela Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação da Câmara dos Deputados, realizado em setembro do ano passado, a pedido do deputado Odair Cunha (PT-MG), analisou 268 votações nominais eletrônicas, sendo 150 em 2003 e 118 em 2004, durante o período em que teriam sido repassados os recursos do suposto "mensalão". Tal estudo indica que não há qualquer relação entre os repasses ilegais e os resultados em plenário, comparando-se as votações com a lista de beneficiários apresentada à CPMI pelo próprio Marcos Valério.

Como veremos a seguir, a tendência linear dos votos das bancadas do PP, PL, PTB e PMDB indica queda no apoio ao governo justamente em períodos em que há repasses mais elevados.

Comprovou-se que as votações das bancadas partidárias são lineares e constantes, tanto em períodos em que parlamentares aliados receberam recursos ilegais quanto nos períodos em que nada receberam.

Segue, em anexo, a transcrição integral do referido estudo.

Destaque-se que, conforme visto no item anterior, relativo às migrações partidárias, até mesmo deputados da oposição consideraram fantasiosa e absurda a tese de que deputados do PT, assim como para outros deputados, plenamente identificados como integrantes da base de apoio do governo, tivessem recebido dinheiro para votar com o governo.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4209</u>
280
Doc:

Além disso, nas votações analisadas – Reformas da Previdência e Tributária, e PEC Paralela – houve votação significativa do PFL e do PSDB à posição defendida pelo Governo, mostrando não haver qualquer sentido em vincular tais votações com os repasses ilegais.

Não há como afirmar que os repasses tenham sido feitos em troca de votos em favor de projetos do governo. Como já havia apontado o Relatório não votado da CPMI da Compra de Votos, muitas das matérias votadas haviam sido encaminhadas pelo governo anterior, sendo outras conseqüências de medidas tomadas anteriormente.

### **Da relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo**

Assim como vimos no item supracitado, relativo à alta migração partidária existente no Brasil, também o apoio dos parlamentares a projetos do Executivo não se relaciona com o repasse ilegal para campanhas”. O estudo supracitado, relativo às votações no Plenário em 2003 e 2004, mostra que a taxa altamente linear de percentual de apoio dos parlamentares de cada partido a projetos de interesse do Poder Executivo é fenômeno inerente ao atual sistema político brasileiro.

Nesse sentido, vejamos novamente a obra de Carlos Ranulfo: “O que faz com que um partido com tal grau de instabilidade no que se refere à composição de sua bancada possa atuar de modo disciplinado em plenário? Neste ponto, Figueiredo e Limongi estão cobertos de razão: as regras que ordenam o processo legislativo são decisivas para se entender o comportamento dos deputados. O modo como os recursos e os direitos parlamentares estão distribuídos faz com que para um determinado deputado seja racional votar com o líder – a não ser, é evidente, em situações em que os custos resultantes da política em questão estejam concentrados em regiões ou setores sociais dos quais o deputado necessita para se reeleger” (p. 225).

Novamente, faz-se necessário destacar a malícia contida na acusação feita pelo ex-deputado Roberto Jefferson (a de que os repasses serviriam pagar valores a deputados para votassem com o governo), para que possamos entender uma das razões pelas quais tal falácia tenha tido tanta ressonância por parte da mídia. Já em 2001, dois dos principais cientistas políticos brasileiros já apresentavam estudo que permite entender porque o que ocorreu de 2003 a 2004 (uma diminuição do apoio ao Presidente Lula no Parlamento brasileiro) nada tem a ver com as datas dos repasses efetuados a parlamentares.

Na obra “A Conexão Presidencial: Facções Pró e Antigoverno e Disciplina Partidária no Brasil”, publicada na Revista Dados, Vol. 44, Nº 2, Rio de Janeiro, 2001, Octavio Amorim Neto e Fabiano Santos ensinavam: “O crescimento da facção governista interna fortalece a coesão pró-governo e incrementa as taxas de disciplina do partido. À medida que se esgota o mandato presidencial, diminui o valor do apoio ao presidente, o que se reflete no enfraquecimento da união pró-governo, e isto, por sua vez, reduz as taxas de disciplina” (p. 9). E continuam, na mesma página: “na medida em que dar apoio ao presidente perdia valor, com a aproximação do fim do mandato presidencial, o tamanho das facções que apoiavam o governo dentro dos partidos de oposição encolhia, fazendo com que eles voltassem à condição anterior de elevada heterogeneidade”.

Isso explica que a diminuição do apoio em Plenário das propostas de interesse do Poder Executivo não possui relação com a fantasiosa (em que pese popularizada pela mídia) tese do mensalão, mas com o calendário político brasileiro. Infelizmente, no entanto,

uma análise racional e correta da realidade, como a feita neste momento, desperta muito menos interesse da mídia nacional do que manipulações teatrais e midiáticas.

#### **7.8.6. Da necessidade de corajosas soluções para os problemas apontados**

Faz-se necessária a aplicação da legislação existente aos fatos descritos acima. Destacamos que o “caixa 2” é ilegal, e deve ser exemplarmente punido.

O fato de não ter se constatado o nexo de causalidade entre os repasses ilegais para campanhas e as votações e transferências de Partidos no Congresso Nacional, não importa em permitir a impunidade, nem deve significar deixar intocado o sistema político brasileiro – que, como vimos, necessita de várias e enérgicas mudanças.

Portanto, buscando a punição dos culpados e propor corajosas correções políticas necessárias à superação dos problemas endêmicos existentes em nossa política, propomos diversas medidas, em especial a fidelidade partidária rigorosa, o financiamento público de campanhas (e absoluta proibição de contribuições de pessoas jurídicas), a redução dos custos de campanhas, a limitação dos valores pela Justiça Eleitoral, e a punição mais rigorosa para o “caixa 2”.

É necessário registrar preliminarmente que a percepção da necessidade de mudanças na legislação eleitoral está profundamente arraigada na sociedade. Nessa legislatura, a discussão amadureceu, tomando forma de uma proposta de reforma política, que infelizmente encontra dificuldades de aprovação

No entanto, a crise política, que explicitou abruptamente mecanismos escusos de financiamento, deu dimensão dramática ao impulso por mudanças. Foram recentemente aprovadas medidas de cunho restrito, visando a uma resposta imediata aos seus aspectos mais evidentes, sem atingir o bojo dos problemas supramencionados.

Tais propostas aprovadas pelo Congresso Nacional, apesar de aperfeiçoar pontos específicos, barateando as campanhas e estabelecendo mecanismos para a transparência das contas eleitorais, não atacam as causas que determinam o encarecimento das campanhas e nem permitem reduzir o tráfico de influência entre empresas e candidatos.

De outra banda, restrição ao acesso a determinadas formas de expressão (*showmícios*, jornais de grande circulação e *outdoors*, p.ex.), tem como escopo o equilíbrio na disputa, princípio básico a ser perseguido pela legislação eleitoral, impondo restrição a despesa ou influência publicitária de meio de comunicação em benefício de determinado candidato, sem que a medida configure cerceamento injustificado do direito de opinião e informação.

Lamentavelmente, parece ser menos problemático aprovar medidas paliativas, porém consensuais no que diz respeito ao aperfeiçoamento do processo eleitoral, independentemente se vigorará ou não plenamente já no próximo pleito (ressalva do artigo 16 da CF)

Mas se queremos efetivamente enfrentar os problemas supramencionados, que afligem o sistema político brasileiro há tantos anos, são necessárias medidas mais radicais, como as propostas acima.

Da verificação de que o atual sistema de financiamento das campanhas constitui terreno fértil à corrupção, exsurge a proposta de financiamento exclusivamente



público; para efetivo controle e prestação de contas nessa nova realidade, bem como da necessidade de vinculação da atuação das bancadas com o programa de seus respectivos partidos, e despersonalização da relação entre eleitor e candidato, redonda a proposta de adoção da fidelidade partidária absoluta, que faça com que a mudança de partido acarrete a perda do mandato, que voltaria ao partido; em face da influência e dos altos custos das pesquisas eleitorais, propugnam-se critérios a serem observados para conferir maior transparência e segurança das informações.

Se queremos efetivamente reduzir o alto custo das campanhas, impedir a existência do nefasto caixa 2, e moralizar o processo eleitoral, atacando os problemas constatados nesta CPMI, é necessário também instituir:

a) limitação dos custos das campanhas eleitorais, diminuindo o período das campanhas, alterando o formato do horário eleitoral gratuito e proibindo determinados itens, como showmícios e distribuição de brindes;

b) prestação de contas diária pela Internet, estabelecendo penalidade para doações não declaradas, além de proibir a divulgação de pesquisas eleitorais nos quinze dias que antecedem o pleito.

c) tornar as penalidades mais duras: doação não contabilizada passa a ser crime, aumentam-se as penas existentes;

d) criar a figura de responsáveis financeiros, que respondem judicial e criminalmente pelos gastos.

As mudanças supracitadas são ousadas, mas necessárias e viáveis. Trata-se de maneira responsável e enérgica de enfrentar os problemas encontrados nesta CPMI.

Não se pode aproveitar o sentimento - justamente consolidado na sociedade brasileira - de condenação às migrações partidárias desenfreadas, e à falta de debate profundo sobre as proposições legislativas, para propor como solução bodes expiatórios não comprovados.

A ausência de embasamento documental e factual não permite a conclusão de que se usou dinheiro para comprar o voto ou a filiação de parlamentares. Não há elementos capazes de sustentar a acusação de que os repasses ilegais eram condicionados à votação em projetos do Governo ou à migração partidária. Comprovou-se que as votações das bancadas partidárias são lineares e constantes, tanto em períodos em que parlamentares aliados receberam recursos ilegais quanto nos períodos em que nada receberam. As migrações partidárias, a seu turno, mantiveram-se dentro dos mesmos níveis de outras legislaturas.

#### **7.8.7 A CPMI da Compra de Votos**

De acordo com o Relatório final da CPMI da Compra de Votos, apresentado pelo deputado Ibrahim Abi-Ackel, houve o recebimento de repasses ilegais a parlamentares e dirigentes partidários, com periodicidade variável, especialmente em 2003. Segundo o Relator, de acordo com os dados analisados por tai CPMI, não é possível concluir que os pagamentos tenham sido feitos em troca de votos em favor de projetos do governo. Destacou que muitas das matérias votadas haviam sido encaminhadas pelo governo anterior, sendo outras conseqüências de medidas tomadas anteriormente. De acordo ainda

com tal Relatório, que não foi votado por aquela CPMI, tratou-se de transferência irregular de recursos a parlamentares e dirigentes partidários, por meio de diretórios do PT, PL e PP.

Na verdade, o denominado Mensalão foi refutado pelo próprio Relator da CPMI de "compra de votos", Deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), que afirmou em seu relatório que não encontrou indícios que provassem a existência do "mensalão", mas que parlamentares acusados de envolvimento em irregularidades utilizaram o caixa dois para financiar parte de suas campanhas ou pagar dívidas.

Com efeito, conquanto não tenha o referido relatório sido votado, o Dep. Abi-Ackel, de posse de todos os elementos colhidos durante a investigação da Comissão Parlamentar afirmou que houve repasses ilícitos, mas não periódicos, e que não é possível provar que houve o pagamento de mesada a parlamentares da base em troca de apoio político.

#### **7.8.8. Os destinatários dos recursos**

A seguir, a relação dos parlamentares que, no Relatório Parcial, foram citados. Diversas defesas apresentaram provas documentais e testemunhais relacionadas com a finalidade dos recursos recebidos.

Esta CPMI aprovou, conjuntamente com a CPMI da Compra de Votos, ainda no ano passado, um Relatório Parcial específico a esse respeito. Os fatos descritos no Relatório motivaram a instalação, no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, de diversos processos contra deputados federais. Em função desses processos, alguns deputados federais já renunciaram aos seus mandatos, outros foram cassados e outros têm os seus processos em andamento. A responsabilidade política pela condução de tais processos pertence, hoje, exclusivamente à Câmara dos Deputados.

No que tange aos parlamentares citados no Relatório Parcial, destacamos que já estão sendo devidamente investigados no foro cabível, que é o Supremo Tribunal Federal, através do Inquérito n. 2245, em que é autor o Ministério Público Federal.

Portanto, sugerimos que as autoridades competentes (como já o têm feito, conforme o Inquérito supracitado) investiguem o eventual cometimento de crime eleitoral e de sonegação fiscal em relação a:

ex-Deputado Valdemar da Costa Neto  
ex-Deputado Roberto Jefferson  
ex-Deputado Carlos Rodrigues – PL;  
Dep. José Janene - PP;  
Dep. Pedro Corrêa - PP;  
Dep. Pedro Henry - PP;  
Dep. Sandro Mabel - PL;  
Dep. João Magno - PT;  
Dep. João Paulo Cunha – PT;  
Dep. José Borba – PMDB;  
Dep. José Mentor – PT;  
Dep. Josias Gomes da Silva - PT;  
Dep. Paulo Rocha – PT;  
Dep. Professor Luizinho - PT;

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: 4211
Doc:

Dep. Romeu Ferreira Queiroz - PTB;  
Dep. Vadão Gomes – PP;  
Dep. Roberto Brandt – PFL;  
Dep. Vanderval Santos – PL.

Além dos parlamentares, podem ter incorrido nos mesmos crimes as pessoas que operavam o esquema, para partidos, parlamentares ou em nome dos idealizadores, e ainda aquelas que de qualquer forma podem ter eventualmente se beneficiado:

Jacinto Lamas;  
João Cláudio Genú;  
José Luiz Alves;  
Eliane Alves Lopes;  
Jair dos Santos;  
Roberto Costa Pinho;  
Alexandre Vasconcelos Castro;  
Raimundo Ferreira da Silva Júnior;  
Manoel Severino;  
Wilmar Lacerda;  
Emerson Palmieri;  
Marcelino Pies;  
José Guimarães;

Carlos Magno;  
Márcio Lacerda;  
ex-Deputado Anderson Aduino;  
Carlos Cortegoso;  
Mauro Santos;  
João Ferreira dos Santos;  
Armando Costa;  
Anita Leocádia Pereira da Costa;  
Antônio de Pádua de Souza Lamas;  
Zilmar Fernandes da Silveira;  
Duda Mendonça.

Destaque-se que, tendo em vista o princípio constitucional da presunção da inocência, e das atribuições desta CPMI, a sugestão supracitada de apuração de “*possíveis irregularidades e ilegalidades, bem como a tipificação de tais condutas*”, não significa que a Comissão tenha reconhecido a existência efetiva de condutas irregulares ou ilegais.

#### **7.9 MOVIMENTAÇÃO NO EXTERIOR (DUDA MENDONÇA)**

Este capítulo fez-se necessário diante das provas, obtidas pela CPMI “dos Correios” ao término de seus trabalhos, de que parcela dos recursos carreados ao esquema de Marcos Valério foi remetida ao exterior com o objetivo de saldar dívidas de campanha.

Inicialmente, colacionaremos alguns trechos de depoimentos prestados à CPMI “dos Correios” que atestam o fato, para, em seguida, apresentarmos a prova material das movimentações no exterior.

Após a contextualização do fato e mensuração do objeto, procederemos às análises pertinentes, sem olvidar dos enquadramentos jurídicos a elas relacionados.

#### 7.9.1 TRECHOS DE DEPOIMENTOS

Preliminarmente, colacionamos alguns trechos dos depoimentos prestados pelo Sr. José Eduardo Cavalcanti de Mendonça – que neste Relatório será, a partir de agora, chamado de **Duda Mendonça** – e pela Sra Zilmar Fernandes da Silveira em 11.08.05, que confirmaram a abertura e a ocorrência de depósitos efetuados em conta no exterior.

**O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)** – *Eu queria que V. S<sup>a</sup> agora nos contasse todo o relacionamento de que se lembra com a SMP&B, com Marcos Valério.*

**A SR<sup>a</sup> ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA** – (...) *Quando foi em início de março, o Marcos Valério, então, disse-me que estava bastante difícil fazer os pagamentos e que eu precisaria fornecer para ele um número de conta lá fora, no exterior, para que ele pudesse fazer os pagamentos, que basicamente teria que ser assim. Eu conversei com o Duda, que disse: “Deixa que eu resolvo”.*

(...)

**A SR<sup>a</sup> ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA** – *Então, Duda chamou uma pessoa do Banco de Boston e conversou com ele. Abri uma empresa lá fora. Eu entreguei a Marcos Valério o papel...*

**O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)** – *Quem abriu a empresa lá fora?*

**A SR<sup>a</sup> ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA** – *O Duda.*

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – *Eu.*

**O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)** – *Com que denominação?*

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – *Dusseldorf.*

**O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)** – *Dusseldorf.*

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – *Inclusive não é a minha cara nome de alemão, mas já veio pronta; a pessoa já trouxe de lá a empresa. É uma empresa com sócios.*

**O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)** – *Esse pessoal do Banco de Boston?*

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – *Do Banco de Boston Internacional.*

**O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)** – *Em Bahamas?*

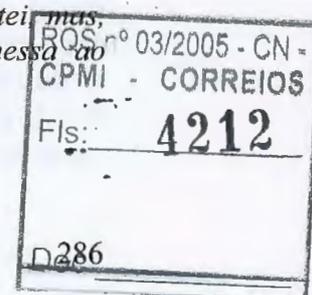
**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – *De Bahamas, sim. (...)*

**O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)** – *V. S<sup>a</sup> estão nos informando que ele se valeu de vários bancos no exterior para transferir dinheiro para a conta Dusseldorf.*

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – *Nós estamos dizendo... Exatamente. O pagamento veio dessas contas que ele mandou. (...)*

**O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)** – *Não lembro se eu perguntei, mas, afora essa Dusseldorf, nunca o grupo Duda teve nenhuma referência à remessa ao exterior?*

**A SR<sup>a</sup> ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA** – *Nunca. Nenhuma. (...)*



**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quanto a senhora considera que ele mandou para aquela conta nas Bahamas?

**A SRª ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA** – R\$10 milhões, R\$10,5 milhões.(...) O senhor disse que recebeu uma orientação para abrir uma conta no exterior.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – Disse.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP) – E que o senhor foi aconselhado pelo Banco de Boston Internacional a abrir uma off-shore.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – Não, não fui... Na verdade, procurei o Banco de Boston Internacional, e eles me apresentaram aquela solução.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP) – Como solução. Por que uma off-shore e não uma conta no exterior? Veja: offshore é uma pessoa jurídica. Se a finalidade da criação era a off-shore, perdão, era receber o dinheiro do PT, por que não uma simples conta no exterior que pode ser facilmente aberta? Porém, criou-se uma pessoa jurídica, quer dizer, um expediente mais sofisticado, cujos sócios normalmente permanecem ocultos ou agem por meio de procuração, como V. Sª disse que tem. Por que uma off-shore e não uma conta bancária tão simples de ser aberta?

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – Não sei responder-lhe. Eu pedi uma solução, e esta foi a solução que me deram: abrir uma conta pronta com esse nome, com tudo.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP) – A orientação de abrir uma off-shore foi do Valério ou do Delúbio ou foi...

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – Não, não.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP) – Não foi.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – Delúbio nunca falou sobre isso com a gente, nem o próprio Marcos Valério.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP) – Valério só pediu que o senhor tivesse uma conta no exterior?

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – Exatamente.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP) – E a orientação que V. Sª recebeu foi abrir uma off-shore?

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – Exatamente.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP) – Em que data V. Sª abriu essa off-shore, a Dusseldorf?

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – Acho que em começo de fevereiro, mais ou menos; início de fevereiro.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP) – Início de fevereiro de 2003?

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – 2003. (...)

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP) – Anteriormente, pelo que depreendi – quero apenas confirmar isso –, V. Sª nunca havia operado com empresas off-shores nem com contas no exterior?

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – Não. Nunca tive conta no exterior.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP) – Então, presumo que toda a conta da Dusseldorf foi movimentada apenas por esses depósitos do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – Exatamente.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO** (PT – SP) – Ou seja, não há depósito de nenhuma outra natureza.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – De jeito nenhum. (...)

**O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP)** – (...) O Sr. Duda Mendonça mencionou várias vezes aqui que recebeu parte do pagamento da sua campanha ainda no ano de 2002 e o restante foi recebendo em 2003 através dessa conta no exterior. Está correta essa minha afirmação?

(...)

O senhor afirmou aqui hoje também que o Sr. Marcos Valério, num dado momento, pediu ao senhor, ou melhor, acho que à Sr<sup>a</sup> Zilmar, que abrisse uma conta no exterior para que começasse a receber por lá. Correto?

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – Ele não pediu para abrir. Ele pediu para dar o endereço de uma conta no exterior.

**O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP)** – Justamente. Foi quando o senhor procurou o Banco de Boston e acabou abrindo.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – Isso.

**O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP)** – A partir desse momento então os depósitos passaram a ser feitos por lá e o senhor recebendo por lá.

(...)

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP)** – A primeira é quando a sua empresa foi aberta?

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – Foi em início de fevereiro.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP)** – Em fevereiro de 2003?

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – De 2003.

**O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP)** – O senhor recebeu recursos de caixa dois ou no exterior, no passado, em contas passadas? É a primeira vez?

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – Não recebi. É a primeira vez.

Depreende-se, portanto, dos trechos do depoimento, que foi aberta uma conta no exterior, denominada Dusseldorf, por intermédio de uma *off-shore* sediada nas Bahamas (Dusseldorf Company Ltd).

Ademais, essa conta foi aberta pelo BankBoston International no início de fevereiro de 2003, por solicitação do Sr. Duda Mendonça.

A partir de então, várias instituições financeiras, sediadas no exterior, passaram a efetuar depósitos nessa conta que, segundo os depoentes, somaram cerca de R\$ 10,5 milhões.

Antes de prosseguirmos, examinaremos em que contexto ocorreu o fato.

### 7.9.2 CAMPANHAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Segundo o depoimento prestado por Duda Mendonça, a partir de 2001 ele passou a trabalhar praticamente só para o PT. Antes disso, havia feito algumas campanhas regionais, sendo que, em 1999 e 2000, trabalhou na Argentina.

Em 2001, cobrou algo em torno de R\$ 590 mil do Partido dos Trabalhadores regularmente.

Registros	03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS	4213
Fls:	288
Doc:	

Em 2002, foi feito um novo pacote com o PT. Nele estavam incluídas, além dos comerciais de televisão e dos programas regionais, as campanhas do Presidente Lula, do Deputado Genoíno, do Senador Mercadante e da Governadora Benedita. Tudo girou em torno de R\$ 25 milhões. Foram pagos regularmente R\$ 13,5 milhões. Restou uma dívida de R\$ 11,5 milhões.

Em 2003, foi feito novo pacote com o PT, de R\$ 7 milhões. Desse valor, foram pagos regularmente R\$ 3 milhões. Portanto, a dívida do PT em 2003 girava em torno de R\$ 15,5 milhões. Todo esse montante foi pago em 2003, sendo que parte dele foi amortizado no exterior, conforme teremos a oportunidade de ver mais adiante.

Em 2004, novo pacote de R\$ 24 milhões foi fechado com o PT, tendo sido pagos R\$ 10 milhões. Restou, portanto, nova dívida de R\$ 14 milhões.

Em 2005, foi fechado novo contrato com o PT, de R\$ 300 mil, ainda não pagos.

Logo, a dívida atual do Partido dos Trabalhadores com o Sr. Duda Mendonça é da ordem de R\$ 14,3 milhões nominais.

O quadro que se segue resume todo o fluxo de pagamentos do PT, por conta dos pacotes publicitários firmados com o Sr. Duda Mendonça.

### **FLUXO DE PAGAMENTOS – CAMPANHAS DO PT**

Ano	Valor do pacote	Recursos contabilizados	R\$ Milhões	
			Recursos de origem desconhecida	Saldo
2001	0,59	0,59	0	0
2002	25	13,5	0	11,5
2003	7	3	15,5	0
2004	24	10	0	14
2005	0,3	0	0	14,3

Fonte: Depoimento de 11/08/05 – CPMI dos Correios

De acordo com os depoentes (vide trechos a seguir), esses recursos, cujas origens são desconhecidas (R\$ 15,5 milhões), foram pagos pelo PT da seguinte forma:

- R\$ 10, 5 milhões – depósito no exterior – “conta Dusseldorf”;
- R\$ 1,4 milhão – saque no Banco Rural – Sra. Zilmar F. da Silveira;
- R\$ 3,6 milhões – dinheiro em espécie – Sr. Delúbio Soares.

Vejamos trechos do depoimento prestado pelo Sr. Duda Mendonça que confirmam essa hipótese:

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – *Fiz aqui uma tentativa de tabular as coisas, vi que do Marcos Valério vieram efetivamente R\$15,5 milhões. Está declarado no seu depoimento e no depoimento da Zilmar. Esses R\$15,5 milhões vieram, R\$900 mil inicialmente...*

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – *Não, não, não. Espera aí...*

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – R\$900 mil no início, foi em dinheiro, três de R\$300 mil; depois R\$10,5 milhões de recursos para o exterior...

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Isso.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Está certo? Isso corresponde mais ou menos em recursos que vieram para o segundo contrato, o pacote de R\$25 milhões. Foram esses R\$11,4 milhões que foram para pagar exatamente débitos oriundos do segundo contrato de R\$25 milhões. Depois, também com dinheiro oriundo do Sr. Marcos Valério, vieram mais R\$500 mil, depois mais R\$3,6 milhões pagos em espécie para o Delúbio Soares ou mensageiro. Aí totalizam R\$15,5 milhões...

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Não, tem um fato. Veja bem, esses R\$3,8 milhões que vieram de Delúbio...

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – R\$3,6 milhões.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – ..não sei da onde vieram.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Sim, mas foram pagos por Delúbio.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Pagos por Delúbio. Então, na verdade...

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Então, são R\$15,5 milhões...

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** –... menos

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** –... que não têm origem conhecida.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** –... sim, só para pontuar. O que foi pago pelo... através do Marcos Valério, a Zilmar pode colocar isso claramente, foram três prestações de R\$300 mil, que deu R\$900 mil, mais R\$500 mil, que dá R\$1,4 milhão, e mais o dinheiro que foi pago lá fora.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Mas Duda, veja bem, temos que dá credibilidade, porque bate R\$15,5 milhões a declaração de vocês, do Marcos Valério.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Veja bem, não arredondei. Bate R\$15 milhões porque foram R\$15 milhões. O Delúbio pagou R\$3,8 milhões. Não sei da onde veio o dinheiro que o Delúbio nos pagou, pode ser que tenha vindo do Marcos Valério. Só posso dizer de quem eu recebi. A dívida era com o PT, e o que o Sr. Delúbio me pagou foi efetivamente isso.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – R\$15, 5 milhões.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Não, o PT me pagou isso. De que forma? Pagou diretamente, desses R\$15 milhões que estamos falando, R\$3,8 milhões. E através do Sr. Marcos Valério R\$1,4 milhão e mais o dinheiro que foi pago lá fora. (...)

**O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ)** – (...) Gostaria de saber qual foi o valor dos recursos repassados aqui no Brasil e se foram repassados através do David, aquele policial, ou se foram repassados através da Simone ou do Cristiano. Enfim, quem repassou esses recursos?

**A SRª ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA** – Foi da seguinte forma: foram três parcelas de R\$300 mil, retirados e recebidos no Banco Rural da Avenida Paulista, em São Paulo, mais duas parcelas de R\$250 mil, também no Banco Rural da Avenida Paulista, e o restante, em torno de R\$3 milhões e 600 foram entregues, através do PT, do Sr. Delúbio Soares, eu mandando buscar ou ele me mandando trazer, e o restante através dessas remessas que estão aí.

(...)

**O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA)** – Mas o senhor pode informar qual o valor exato dos depósitos feitos naquele banco no exterior?

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORRÍOS
4214
Fls: -
290
Doc: -

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – *Eu sou meio desmemoriado, mas mais ou menos dez milhões e meio.*

**O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA)** – *Dez milhões e meio. Ele está dizendo que são quinze milhões.*

(...)

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – (...) *Na verdade, quinze milhões e meio foram passados por ele. Tem uma quantia que a gente não tinha isso como importante; como conferir.*

*Houve uma parte, de três milhões e oitocentos, mais ou menos, passados do Sr. Delúbio para nós, que, até provem em contrário, foi passado do Delúbio para nós. Se foi ele que deu ao Delúbio, a gente não tem esse conhecimento.*

*Zilmar recebeu, em São Paulo, no Banco Rural, a importância de um milhão e quatrocentos. Três saques de trezentos e mais dois de duzentos e cinqüenta. Deu exatamente...*

Até o momento, portanto, podemos afirmar que havia uma dívida do PT de R\$ 15,5 milhões em 2003. Que essa dívida era originária de um saldo do pacote fechado para as campanhas de 2002 (R\$ 11,5 milhões) mais uma parcela do pacote fechado em 2003 (R\$ 4 milhões).

Que essa dívida foi integralmente paga ao Sr. Duda Mendonça durante o ano de 2003.

Que parte desse valor foi pago em espécie no Brasil (R\$ 5 milhões) e parte foi depositado em conta no exterior (R\$ 10,5 milhões).

Que a origem dos recursos utilizados no pagamento é desconhecida.

Resta saber, todavia, antes de analisarmos propriamente a movimentação bancária da conta Dusseldorf: por ordem de quem teriam sido efetuados os depósitos no exterior?

### 7.9.3 PRIMEIRA CONTRADIÇÃO

Nesse ponto reside a primeira contradição. Conforme o depoimento prestado pelo Sr. Duda Mendonça, os depósitos na conta Dusseldorf eram providenciados pelo Sr. Marcos Valério. Se não, vejamos:

**O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ)** – *Quem mandou o dinheiro para fora, Sr. Duda?*

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – *Ele. Apresentei aqui. Eu apresentei... Aliás, a bem da verdade, eu não posso dizer que nem foi ele, mas eu posso dizer que foram empresa mandadas por ele e posso provar.*

(...)

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – *A senhora foi convocada pelo Sr. Marcos Valério a tomar providências para que se abrisse um off-shore na Bahamas, para que o pagamento dessa conta devida se efetuasse lá. Só lá tinha o Sr. Marcos Valério condições de saudar uma dívida do PT e da campanha do Presidente Lula.*

*Ele orientou como se procederia para internar esses valores no Brasil? Ele orientou sobre os procedimentos de organização de uma empresa off-shore, mas certamente orientou também para se fazer o reingresso desse dinheiro em nosso País. Ou não?*

**A SRª ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA** – Não, não, não. Ele simplesmente pediu que nós providenciássemos uma conta no exterior para que ele pudesse mandar remessas. Ele não me orientou em nada.

(...)

**O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF)** – O Sr. Marcos Valério disse que pagou – e aqui quero corrigir, D. Zilmar, o que o Deputado Asdrúbal Bentes falou; confesso que eu estava lá no momento e o Sr. Marcos Valério não falou daquela quantia –, que deu 22 cheques a um doleiro indicado pela senhora, que é aquele doleiro já falado algumas vezes aqui. Isso é verdade? A senhora indicou esse doleiro?

**A SRª ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA** – Não, não é verdade. Para comprovar isso, trouxemos aqui os faxes enviados pela SMP&B nas datas de maio, julho e agosto, informando, dizendo e comunicando as remessas feitas. Estão aqui as provas.

(...)

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – (...) Mas, enfim, V. Sª teria consciência de sonegação fiscal, possível lavagem de dinheiro, abertura ilegal de conta no exterior, evasão de divisas? Isso estava claro à época?

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Veja bem, eu conversei com meus advogados anteontem sobre minha decisão e me foi colocado claramente as várias probabilidades e o ônus possível, ou não, decorrente de cada uma. Eu não mandei dinheiro pra fora do País; eu recebi dinheiro lá fora do País. Para ser sincero, não sei nem o que é que muda isso. Eu tou repetindo o que foi ouvido. Não sou advogado, não sou jurista, sou apenas um publicitário.

(...)

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)**: (...), porque o que nos diz Valério é que o dinheiro saiu do Brasil e foi para o exterior. Que o dinheiro foi para o exterior através desses doleiros, o Jader e outros. E que esse dinheiro sairia do Brasil e foi para o exterior pelas mãos do publicitário Duda Mendonça.

(...)

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA** – Eu posso colocar?

Na verdade, eu não afirmei e não posso afirmar que esse dinheiro estava no exterior ou saiu daqui. Eu só afirmei que esse dinheiro eu não mandei para o exterior. Eu abri a conta, esse dinheiro chegou na minha conta. Esses são os fax que me passaram para cobrar.

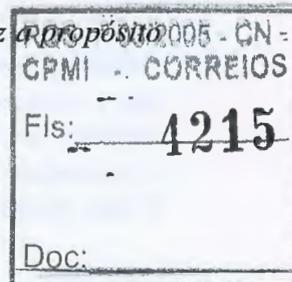
O Sr. Marcos Valério, no entanto, afirmava que os recursos haviam sido entregues à Sra. Zilmar F. da Silveira, que providenciava as remessas para o exterior; fato esse negado veementemente em seu depoimento, conforme observamos:

**O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)** – O que a senhora nos diz a propósito dessa informação deles de que o Davi

sacaria R\$6 milhões em prol do pagamento do débito com o Duda?

**A SRª ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA** – Não sei.

Precisaria perguntar para ele. Não o conheço. Se o senhor quiser me perguntar, eu não recebi.



(...)

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *O que a senhora nos diz a propósito dessa informação deles de que o Davi sacaria R\$6 milhões em prol do pagamento do débito com o Duda?*

**A SRª ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA** – *Não sei. Precisaria perguntar para ele. Não o conheço. Se o senhor quiser me perguntar, eu não recebi.*

(...)

**A SRª ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA** – *Nós não mentimos, nós dissemos a verdade. Eu disse a verdade. Eu não recebi nenhum dinheiro da mão de Marcos Valério ou do seu David, como eles estavam dizendo. Nós recebemos do Banco Rural*

(...)

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – *Então, não houve participação desse policial de nome David Rodrigues Alves nem do Cristiano Paz?*

**A SRª ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA** – *Não, não, não.*

(...)

Tal posicionamento apresentado pela Sra. Zilmar F. da Silveira foi, inclusive, corroborado pelo depoimento prestado pelo Sr. David Rodrigues Alves na CPMI dos Correios em 04.08.05:

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *Mas V. Sª alguma vez ouviu falar ou chegou a conversar com a Srª Zilmar Fernandes da Silveira?*

**O SR. DAVID RODRIGUES SOARES** – *Não conheço.*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *Não sabe quem é?*

**O SR. DAVID RODRIGUES SOARES** – *Não.*

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *V. Sª já leu nos jornais o nome dela?*

**O SR. DAVID RODRIGUES SOARES** – *Li no jornal, mas eu não conheço, ela também nunca me viu; não conheço.*

(...)

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – *Farei uma pergunta que já foi feita pelo Deputado Osmar apenas para que isso fique muito bem registrado. V. Sª nunca teve contato com a Srª Zilmar?*

**O SR. DAVID RODRIGUES ALVES** – *Nunca vi.*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – *Nem com nenhuma outra pessoa ligada ao empresário Duda Mendonça?*

**O SR. DAVID RODRIGUES ALVES** – *Não, Senhor.*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – *Desconhece completamente?*

**O SR. DAVID RODRIGUES ALVES** – *Completamente. Se chegar aqui agora, não saberei quem é.*

(...)

**O SR. ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – *E ele diz que tudo isso, todos esses R\$15,5 milhões foram entregues através do seu trabalho para a Srª Zilmar Fernandes da Silveira, que é sócia do Sr. Duda Mendonça. O senhor teve contato com a Srª Zilmar? O senhor rechaça as afirmações? O senhor transportou esse dinheiro? Para quem o senhor transportou?*

**O SR. DAVID RODRIGUES ALVES** – *Excelência, eu quero esclarecer mais uma vez...*

**O SR. DAVID RODRIGUES ALVES** – *Mais uma vez eu quero esclarecer que eu busquei o dinheiro nas agências do Banco Rural e levei pra SMP&B. Não conheço essa senhora. Eu não sei nem pronunciar o nome dela. Realmente eu não conheço.*

Ademais, pelo depoimento prestado pelo Sr. David Rodrigues Alves, todo o numerário por ele sacado no Banco Rural foi entregue na SMP&B Comunicação Ltda., conforme depreendemos dos trechos a seguir transcritos:

**O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – *Esse numerário V.S. diz que entregava pessoalmente a Simone, a Geisa ou ao Christiano. Alguém mais?*

**O SR. DAVID RODRIGUES SOARES** – *Não, só os três.*

(...)

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – *Quando o senhor levava o dinheiro para as empresas do Sr. Marcos Valério, especialmente para a SMP&B...*

**O SR. DAVID RODRIGUES ALVES** – *Para a SMP&B.*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO** (PFL – BA) – *...e entregava ou ao Christiano ou à Geisa ou à Simone, eles conferiam?*

**O SR. DAVID RODRIGUES ALVES** – *Eles conferiam as cabeças, como eu fazia no banco. Posteriormente, acredito que eles deviam fazer uma conferência mais detalhada. Mas nunca me questionaram com relação a alguma falta de uma nota sequer, porque eu fui honesto na minha função de transportar o valor.*

(...)

**O SR. CARLOS ABICALIL** (PT – MT) – *Só prestava serviços para o Christiano Paes, para a Simone e para a Geisa?*

**O SR. DAVID RODRIGUES ALVES** – *Isso.*

(...)

**O SR. CARLOS ABICALIL** (PT – MT) – *Qualquer um dos que recebiam o dinheiro que V. S<sup>a</sup> levava – seja o Christiano, a Simone ou a Geisa – conferiam os valores na hora em que o senhor entregava?*

**O SR. DAVID RODRIGUES ALVES** – *Só conferiam as cabeças, Excelência.*

(...)

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT – RS) – *Quem lhe pagava os valores que o senhor recebia pelo trabalho que fazia?*

**O SR. DAVID RODRIGUES ALVES** – *Geralmente, quem recebia o dinheiro.*

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT – RS) – *Quem recebia?*

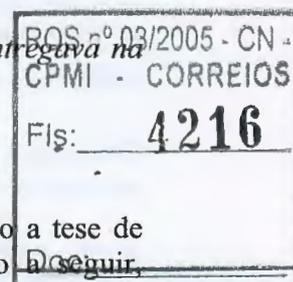
**O SR. DAVID RODRIGUES ALVES** – *O dinheiro, quando eu chegava e entregava na agência.*

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT – RS) – *Mas quem?*

**O SR. DAVID RODRIGUES ALVES** – *A Geisa, a Simone ou o Cristiano.*

Portanto, diante de todos os elementos até aqui apresentados, em prevalecendo a tese de que esses recursos foram pagos no Brasil, aspecto esse que será discutido a seguir, independentemente de terem sido transferidos ou compensados no exterior, todos os fatos indicam que o Sr. Marcos Valério foi o verdadeiro ordenador desses depósitos.

Resta-nos agora, então, verificar se os recursos depositados na conta Dusseldorf do BankBoston International advieram de operações originadas no Brasil, e posteriormente



transferidas ou compensadas no exterior, ou foram decorrentes de transferências de contas já existentes no exterior.

#### 7.9.4 SEGUNDA CONTRADIÇÃO

Perceberemos, pelos trechos dos depoimentos colacionados a seguir, que não havia indicação precisa da origem dos recursos recebidos por Duda Mendonça no Brasil ou no exterior.

Conforme mencionado anteriormente, havia uma dívida de R\$ 15,5 milhões em 2003. Parte desse valor foi pago em dinheiro no Brasil (R\$ 5,0 milhões) e parte foi depositado no exterior (R\$ 10,5 milhões).

Do valor pago no Brasil, R\$ 1,4 milhão foi sacado no Banco Rural pela Sra. Zilmar F. da Silveira (três parcelas de R\$ 300 mil em 24.02, 25.02 e 26.02.03, e duas parcelas de R\$ 250 mil em 29.04 e 30.04.03) e R\$ 3,6 milhões foram entregues em dinheiro pelo Sr. Delúbio Soares (não há indicação da data).

Nos termos do depoimento prestado pela Sra. Zilmar, depreendeu-se que a parcela de R\$ 3,6 milhões recebida do Sr. Delúbio Soares foi utilizada no Brasil. Se não, vejamos:

**O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA)** – (...) eu parto da presunção... *Aí não lhe compete, realmente, nem à Dona Zilmar. Porque vocês têm interesse é de receber. Prestaram os serviços legítimos, não é?*

*Acordados e queriam receber. Agora, a minha preocupação é que, ao tentar receber, primeiro eles não quiseram – num valor de três milhões e seiscentos, ou três milhões e oitocentos, parece-me – que fossem expedidas notas fiscais. É verdade isso. Parece que foi isso com V. S<sup>a</sup> não é?*

*Mas a senhora, por cautela, para resguardar o nome da empresa, não determinou que fossem extraídas as notas fiscais, para efeito de pagamento ao fisco, dos impostos devidos?*

**A SR<sup>a</sup> ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA** – Não. Ele pediu que nós não emitíssemos. E nós não emitimos.

**O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA)** – Sim. Então, isso configura o quê? *Existência de um caixa dois lá. E como foi contabilizado na empresa isso? Como entrou esse dinheiro na empresa? Foi em espécie, não foi?*

**A SR<sup>a</sup> ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA** – Foi. Não foi contabilizado, nós utilizamos o dinheiro...

Todavia, a exemplo do restante dos recursos, não houve indicação clara da origem dessa parcela de R\$ 3,6 milhões, conforme transcrição do trecho que se segue:

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – (...) depois mais R\$ 3,6 milhões pagos em espécie para o Delúbio Soares ou mensageiro. *Aí totalizam R\$ 15,5 milhões...*

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Não, tem um fato. *Veja bem, esses R\$ 3,8 milhões que vieram de Delúbio...*

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – R\$ 3,6 milhões.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** –... não sei da onde vieram.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Sim, mas foram pagos por Delúbio.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Pagos por Delúbio. Então, na verdade...

(...)

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Veja bem, não arredondei. Bate R\$ 15 milhões porque foram R\$ 15 milhões. O Delúbio pagou R\$ 3,8 milhões. Não sei da onde veio o dinheiro que o Delúbio nos pagou, pode ser que tenha vindo do Marcos Valério. Só posso dizer de quem eu recebi. A dívida era com o PT, e o que o Sr. Delúbio me pagou foi efetivamente isso.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – R\$ 15, 5 milhões.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Não, o PT me pagou isso. De que forma? Pagou diretamente, desses R\$15 milhões que estamos falando, R\$ 3,8 milhões. E através do Sr. Marcos Valério R\$ 1,4 milhão e mais o dinheiro que foi pago lá fora.

A mesma dúvida persistiu quando perquirimos acerca da origem dos recursos depositados na conta Dusseldorf, conforme trechos de depoimentos a seguir transcritos:

**O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ)** – É só para deixar claro, quer dizer, que o dinheiro certamente foi recebido lá fora, mas não há nenhuma comprovação de que ele saiu daqui, foi para fora ou se lá de fora ficou lá fora mesmo. Não há essa comprovação.

(...)

**O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA)** – Isso aí já foi muito detalhado. Agora, uma informação. Não sei se V. S<sup>a</sup> ou Dona Zilmar podem nos prestar. Esses recursos, esses quinze milhões e meio, ou dez milhões e meio de que o senhor fala, já estariam no exterior ou foram remetidos daqui pra lá pela SMP&B?

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Eu não posso dizer isso ao senhor. O que eu posso dizer é o seguinte: ele pediu pra abrir a conta...

**O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA)** – Mas eram quatro bancos que faziam essa remessa para o...

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Não. Na verdade é o seguinte... Não. Eu citei aqui... Eu citei, no depoimento da Polícia Federal, de memória, bancos que eu tinha certeza que tinham. Mas aqui está uma série de fax enviados pra nossa agência, aqui, assinados pela SMP&B.

**O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA)** – Nós já temos em mãos. Já vimos.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Então, não tem dúvida. Tem um aqui dizendo o seguinte: “os valores que estão apontados como faltando estão sendo verificados pelo agenciador remetente”. Então, na verdade, aqui tem uma prova evidente de que foi ele que mandou o dinheiro lá pra fora; foi ele que pagou a gente. Agora, de onde vem esse dinheiro...

**O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA)** – Não, porque este fax não importa em dizer que ele está remetendo dinheiro pra fora.



*Ele está informando a V. S<sup>as</sup> que os recursos estariam lá no banco tal à disposição.*

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Não, não, não. Não senhor.

**O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA)** – Não?

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Desculpe. Os fax aqui significam que estão remetendo lá de fora pra nossa conta lá fora.

**O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA)** – Lá fora?

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA** – Isso.

*Aqui está bastante claro.*

**O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA)** – Bom, então, já que nós estamos na conta lá fora...

(...)

**O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP)** – A partir desse momento então os depósitos passaram a ser feitos por lá e o senhor recebendo por lá.

*Faço esses registros, que já foram ditos por ele, Sr. Presidente, porque acho que esses registros evidenciam dois fatos novos relevantes. O primeiro deles, o Sr. Marcos Valério afirmou que tomou R\$55 milhões emprestados do Banco Rural e disse que isso era para pagar dívidas do PT, incluindo nesses R\$55 milhões, R\$15 milhões que foram pagos ao Sr. Duda Mendonça. E hoje está cabalmente demonstrado, e acredito piamente no que fora dito pelo Sr. Duda e pela D<sup>a</sup> Zilmar, que efetivamente pelos menos R\$11 milhões desses recursos não vieram das contas do Banco Rural e, portanto, vieram das contas do exterior. O que quer dizer que essa tese dos R\$55 milhões tomados emprestados do Banco Rural e do BMG para pagar a dívida do PT não é uma tese que mereça qualquer guarida, ela fica desconstituída e não sei se inclusive o nome do Sr. Duda Mendonça não foi utilizado para justificar esses R\$11 ou R12 milhões que ele disse que teria pago ao Sr. Duda Mendonça, e que hoje está mais do que comprovado que não pagou através desse dinheiro, mas sim por outro instrumento que foi o banco no exterior.*

*E o segundo fato novo relevante, Sr. Presidente, é que, se para mim não era novidade que o PT pagou parte da sua campanha com caixa dois de dinheiro nacional, passou a ser novidade eu saber que o PT tinha caixa dois no exterior. Para mim, foi uma novidade e uma surpresa, porque quando se vale de contas, ou seja, de dinheiro do exterior para pagar débitos de campanha é porque é um caixa dois no exterior, ou, como diria o Sr. Delúbio, recursos não contabilizados no exterior.*

(...)

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC)** – Eu faço parte da outra Comissão, a do Mensalão, e tive a oportunidade ver na terça-feira o Marcos Valério e hoje tive a oportunidade de ver de novo. Vi o primeiro depoimento e há nitidamente contradição naquilo que diz,

porque o que nos diz Valério é que o dinheiro saiu do Brasil e foi para o exterior. Que o dinheiro foi para o exterior através desses doleiros, o Jader e outros. E que esse dinheiro sairia do Brasil e foi para o exterior pelas mãos do publicitário Duda Mendonça.

Aqui, o depoimento do publicitário Duda Mendonça nos faz compreender que esse dinheiro estava no exterior. Já devia estar no exterior, porque senão não haveria nenhuma lógica o Marcos Valério mandar esse dinheiro para o exterior, e que transfere de uma conta para outra. Aqui não conseguimos evidenciar, por esses papéis, se o dinheiro estava no Brasil ou se já estava no exterior.

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA –**

*Eu posso colocar?*

*Na verdade, eu não afirmei e não posso afirmar que esse dinheiro estava no exterior ou saiu daqui. Eu só afirmei que esse dinheiro eu não mandei para o exterior. Eu abri a conta, esse dinheiro chegou na minha conta. Esses são os fax que me passaram para cobrar. Eu não sei se esse dinheiro saiu daí, eu não sei se mandaram.*

*Eu não sei como é esse mecanismo. Eu acho que cabe à Polícia Federal, cabe à CPMI apurar. Eu não disse que... Eventualmente, pode ser mandado daqui. Eu estou dizendo que eu não mandei. E os documentos que eu tinha foram exatamente esses.*

**O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – A dívida é esta:**

*se o dinheiro estava no Brasil e foi para o exterior, e aí somente as pessoas que mandaram o dinheiro para o exterior é que vão poder dizer, que são geralmente doleiros. O Sr. Marcos Valério fala muito em consultor financeiro – “tucanou” os doleiros.*

*Essa é uma coisa que tem de ser esclarecida, porque uma coisa é o dinheiro já estar no exterior. Falou-se aqui muito nas implicações para o Partido dos Trabalhadores, porque a Constituição veda que partidos recebam dinheiro de outros países ou de entidades.*

*Não seria o caso, porque se o dinheiro está aqui é passa para lá não há um comprometimento do Partido dos Trabalhadores. Há apenas caixa dois e os outros crimes conseqüentes de sonegação, remessa de recursos para o exterior.*

*(...)*

**O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – (...)** *Mas, não lhe chamou a atenção a origem? Esse dinheiro veio de outras contas bancárias no exterior. Não lhe chamou a atenção de que, quando se recebe um recurso de um pagamento qualquer, ele tem uma origem, a origem de bancos, sem que fosse identificado quem pagou. Quem foi, quem era o dono da conta? O Banco, sim. O senhor tem determinado qual foi o banco que lhe passou o dinheiro, mas, e quanto ao dono da conta? Não lhe chamou a atenção, não lhe levou uma preocupação, à pergunta “quem é que me passou esse dinheiro? Qual é o dono desta conta?” O dinheiro podia ser – eu sei que não é – de narcotráfico, por exemplo, podia ser de qualquer outra coisa criminosa. Não sei se não é de origem criminosa, provavelmente não dessa, mas podia ser e pode ser*

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4218
Doc: _____

*origem criminosa. Não lhe chamou a atenção nunca essa preocupação?*

**O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA –**

*Com a sua colocação, sim, mas na verdade as coisas têm uma dinâmica própria. E, só para colocar de uma forma clara, eu não disse que esse dinheiro veio de contas do exterior. Eu disse e mostrei os fax que recebi, que essas foram as entidades que depositaram na minha conta. Eu não sei se foi daqui para lá, se foi de lá para cá.*

*(...)*

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA) –** *De qualquer jeito, a origem dos recursos é, em muitos casos, dos Estados Unidos. A Trade Link é a principal responsável pelas transferências. A grande maioria das transferências vem da Trade Link.*

Portanto, a exemplo da parcela paga no Brasil, restou nítida a dúvida acerca da origem dos recursos depositados na conta Dusseldorf.

Neste último caso em específico, tal aspecto é de fundamental importância, pois, conforme determinemos a origem desses recursos, se oriundos do Brasil ou se transferidos de contas já existentes no exterior, as implicações jurídicas serão bastante distintas.

Infelizmente, a CPMI dos Correios não conseguiu identificar, no prazo de seu funcionamento, tais origens e, portanto, responder o questionamento.

Todavia, com a quebra dos sigilos da conta Dusseldorf, bem como de algumas contas que a alimentaram, informações relevantes já foram ou serão obtidas com o decorrer das investigações a serem procedidas pelos órgãos competentes.

No item a seguir, trazemos algumas dessas informações, obtidas quando do término dos trabalhos da CPMI dos Correios.

#### **7.9.5 MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DA CONTA DUSSELDORF**

Após as análises na movimentação bancária da conta Dusseldorf, extraímos as seguintes constatações:

Com base no processamento dos extratos da conta 10012977 do Banco de Boston em Miami, Flórida, enviados pela justiça estadunidense, foi identificado um volume de depósitos de US\$ 3.642.036,52;

A conta está em nome da empresa Dusseldorf Company Ltd., sediada nas Bahamas, e os documentos comprovam que o beneficiário é o Sr. José Eduardo Cavalcante Mendonça, conhecido como Duda Mendonça;

Os recursos foram creditados no período compreendido entre 12/03/2003 e 20/11/2003;

A soma de débitos no período entre 18/06/2003 e 19/12/2003 resultou em um esvaziamento completo do saldo da conta, sendo que a mesma foi encerrada em janeiro de 2004 com saldo restante de US\$ 175,10;

Como depositantes da conta Dusseldorf, foram identificadas 13 pessoas jurídicas e uma física;

Nove dessas pessoas jurídicas (contas) tiveram seu sigilo quebrado em função do pedido brasileiro à justiça dos Estados Unidos (no diagrama que se segue, essas contas estão circundadas por um quadrado);

As saídas da conta Dusseldorf tiveram como destino seis pessoas jurídicas, divididas em nove contas diferentes (três no próprio Banco de Boston de Miami);

Parte dessas saídas constitui resíduo de taxas (*fees*).

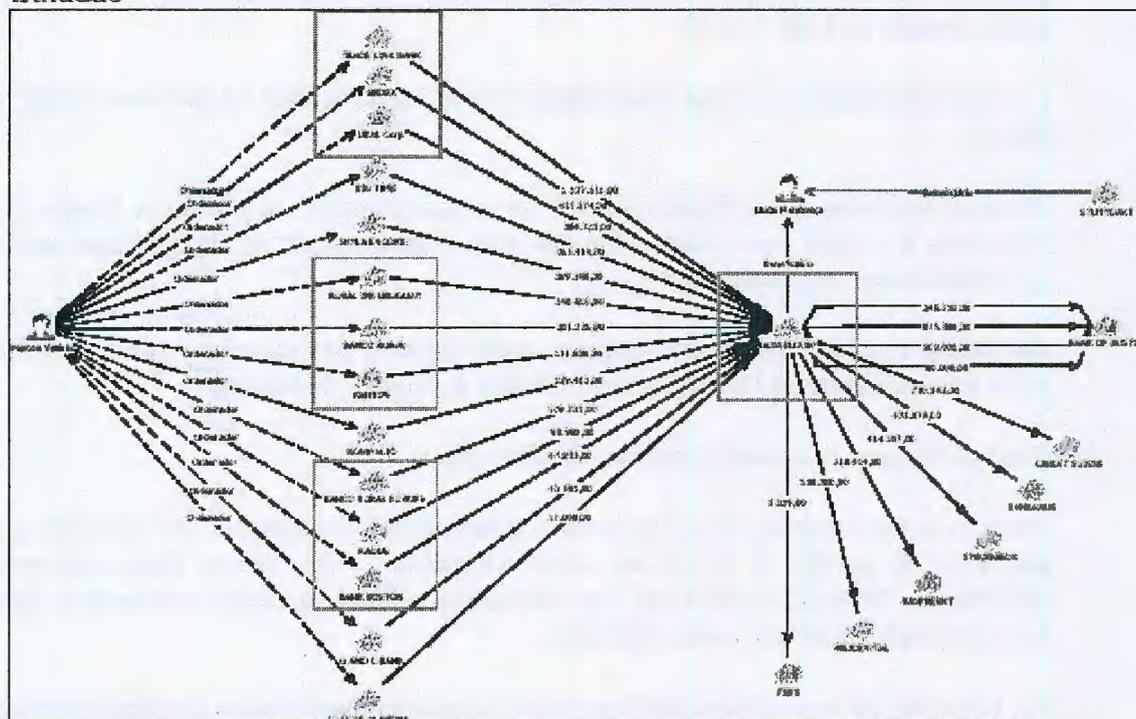
Anexos a este capítulo, seis diagramas esquematizam visualmente, sob diversos ângulos, o processo de crédito e débito na conta Dusseldorf. Um desses diagramas explicita a distribuição temporal individual das entradas (créditos) e outro evidencia a distribuição temporal individual das saídas (débitos).

As variações da conta Dusseldorf que indicam pequenos depósitos resultantes de aplicações podem ser visualizados na tabela também anexa a este capítulo.

Por fim, todos os dados citados, processados e esquematizados, foram retirados dos extratos da conta Dusseldorf, dos comprovantes de saída das contas com sigilo quebrado que alimentaram a conta Dusseldorf e dos documentos constitutivos da conta e da empresa Dusseldorf.



O Diagrama que se segue resume parte das informações ora tratadas



Algumas coisas chamaram a atenção após a análise de todas as informações anteriormente citadas.

Primeiro, o valor informado no depoimento do Sr. Duda Mendonça para os depósitos na conta Dusseldorf foi inferior em cerca de US\$ 400 mil ao efetivamente constatado nos extratos. Se convertidos em reais pela taxa média informada pelo próprio depoente (R\$ 3,23), o valor de tal diferença foi menor em cerca de R\$ 1,30 milhão.

Cabe ressaltar que as comparações foram efetuadas considerando os valores em dólares estadunidenses nos dois casos, extrato e papéis entregues no depoimento. Essa abordagem afasta as variações cambiais (dólar real) na comparação (as tabelas resultantes da tabulação dessas informações encontram-se anexas a este capítulo).

A diferença entre os extratos e o depoimento, de cerca de US\$ 400 mil, corresponde ao mesmo valor que sua sócia Zilmar Fernandes da Silveira recebeu em dinheiro de Marcos Valério Fernandes de Souza. Porém, tal consideração é apenas uma ilação, sem prova efetiva.

Caberia perguntar: será que tal quantia também poderia ter sido depositada no BankBoston International? Nesse caso, em se confirmando o questionamento, estaria configurada a evasão de divisas.

Segundo, o valor efetivamente depositado na conta Dusseldorf (US\$ 3.654.000,00), quando convertido em reais, foi praticamente idêntico ao valor indicado pelo Sr. Marcos Valério em sua contabilidade fraudada como “Empréstimos PT” destinados ao Sr. Duda Mendonça.

Apenas cabe ressaltar, para registro, que as retiradas no Banco Rural no Brasil não guardaram perfeita correspondência de datas com as entradas na conta Dusseldorf. As setas que apontam para cima (azuis) indicam as entradas na conta Dusseldorf. Já as setas que apontam para baixo (vermelhas) representam os saques no Banco Rural no Brasil. Ressalte-se que todas as movimentações estão distribuídas proporcionalmente na linha do tempo.

Sem querer entrar no mérito da veracidade das informações contábeis apresentadas pelo Sr. Marcos Valério – que, todos sabemos, carecem de confiança –, as saídas financeiras do Banco Rural montaram a R\$ 11,80 milhões. Esse valor é praticamente o mesmo que foi depositado na conta Dusseldorf, quando convertido para reais – R\$ 11,76 milhões.

Ocorre, porém, que, em alguns momentos, a correspondência entre saques e depósitos não obedeceu à cronologia esperada. Isso ficou bastante evidente durante todo o mês de abril de 2003, em que se verificaram vários saques no Banco Rural, em princípio efetuados pelo Sr. David Rodrigues Alves, sem os correspondentes depósitos na conta Dusseldorf no BankBoston International.

Comportamento semelhante foi verificado a partir do mês de julho de 2003, em que foram constatados vários depósitos na conta Dusseldorf sem os correspondentes saques na conta do Banco Rural no Brasil – pelo menos, pelos tradicionais operadores utilizados por Marcos Valério para pagarem o Sr. Duda Mendonça.

O que nos intrigou foi que esses valores, em princípio sem correspondência entre saques e depósitos, se equivaleram em reais (algo em torno de R\$ 3,5 milhões).

Talvez aqui resida a maior evidência de possível pagamento ao Sr. Duda Mendonça por intermédio de contas já existentes no exterior (a partir de julho de 2003), ou seja, sem o necessário lastro via saques no Banco Rural.

Em outras palavras, em abril de 2003 pode ter ocorrido que, para justificar as saídas financeiras que ocorriam no Banco Rural, o Sr. Marcos Valério indevidamente registrou na contabilidade tais saques como sendo para Duda Mendonça, via Rodrigues Alves.

Tanto foi que, como veremos no trecho a seguir transcrito, a Sra. Zilmar, nesse mesmo mês, ligou para Delúbio Soares para reclamar acerca dos depósitos anteriormente programados, visto que tais recursos não haviam chegado à conta Dusseldorf. Se não, vejamos:

**A SRª ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA** – Foi... Olha, foram muitos picadinhos durante abril, maio, junho. Durante todo esse período, teve muitas remessas picadinhas. Estava numa programação que ele deu. E eu liguei para ele algumas vezes, ou quando ele informava que a remessa, que as remessas tinham ido e era verificado e não tinham chegado, eu informava que não tinham chegado; ou, em determinado

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: 4220
Doc:

*momento, quando eu cobrei muito insistentemente de Delúbio o restante que faltava, ele me pediu que ligasse para Marcos Valério, e eu liguei por volta de meados de abril. E foi aí que ele programou duas parcelas no Banco Rural de São Paulo, em 29 e 30 de abril. Lembro-me perfeitamente, porque eu tenho uma data forte na minha cabeça.*

Como resultado, e para amenizar as coisas, o Sr. Marcos Valério pagou R\$ 500 mil em duas parcelas de R\$ 250 mil, em 29.04 e 30.04.03.

Então cabe perguntar: para onde foram os saques efetuados no Banco Rural e contabilizados na conta do Sr. David Rodrigues Alves? Certamente, não para a conta Dusseldorf.

Ocorre, no entanto, que a compensação para esses depósitos não efetivados na conta Dusseldorf no mês de abril passou a ocorrer a partir do mês de julho de 2003.

Aqui cabe perguntar novamente: De onde vieram os recursos que efetivamente foram depositados na Dusseldorf sem que, no entanto, houvesse a correspondente contrapartida em saque no Banco Rural? Não existe indicação de que os recursos vieram do Banco Rural do Brasil.

Portanto, será que não provieram de contas já existentes no exterior? A CPMI “dos Correios”, em razão de uma série de dificuldades enfrentadas, relacionadas, especialmente, ao acesso das movimentações das contas que abasteceram a conta Dusseldorf, não conseguiu responder a esse questionamento.

Desse modo, as considerações acima são somente ilações, que não possuem provas e que podem estar contaminadas pela ânsia de afirmar que houve pagamento à Duda Mendonça a partir de conta no exterior.

Cabe aos órgãos competentes dar continuidade às investigações, com vistas a responder a esse e a outros questionamentos importantes que necessitam ser respondidos.

Terceiro, percebemos que o Sr. Duda Mendonça faltou com a verdade quando asseverou, em seu depoimento na CPMI “dos Correios”, que os recursos depositados na conta Dusseldorf não haviam sido movimentados, conforme abaixo transcrito.

*O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – (...)*

*Eu queria saber do Sr. Duda Mendonça, no seu depoimento, ele fala que esses valores que estão numa conta no exterior, em torno de R\$ 10 milhões, não foram movimentados pelo depoente. Por que não foram movimentados?*

*O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA –*

*Porque a empresa... Desculpe, a empresa, a off-shore tem diretores e cabe a eles movimentar e... E eu não tinha como trazer. Vou trazer esse dinheiro para cá. Como? Fazer o que com ele aqui? É um dinheiro que eu adoraria, adoraria, se a lei me permitisse, eu pagar imposto e trazer para cá. Ficaria muito feliz.*

*O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então esse*

*dinheiro ainda não está à sua disposição aqui no Brasil?*

*O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA –*

*Não, esse dinheiro está lá, aplicado lá. Está fora, aplicado e gerido pelos diretores da empresa. (...).*

*O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas esse*

*dinheiro foi recebido através de Marcos Valério há aproximadamente dois anos e, nesses dois anos, o senhor não reinternou o dinheiro? Não precisou do dinheiro aqui?*

*O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – O*

*dinheiro está aplicado. Eu não tenho como operar. Como é que eu vou fazer? Eu não sou americano, eu não sou bahamense, eu não tenho como trazer. E, ao contrário, se o senhor olhar para mim, ao preço do dólar que está cotado ali, o preço do dólar hoje, eu entrei pelo cano. Aliás, nessa história, eu só fiz entrar pelo cano.*

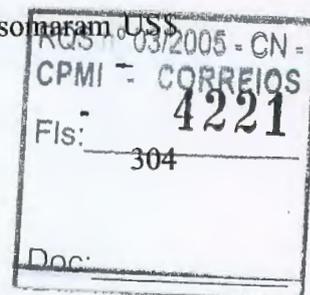
Quarto, o Trade Link Bank foi responsável pelo depósito de cerca de US\$ 1,14 milhão na conta Dusseldorf. Todos nós conhecemos os vínculos que unem o Banco Rural ao Trade Link Bank. Temos, inclusive, informações de que o Banco Rural é proprietário de contas naquela instituição financeira.

Foi possível verificar, ademais, que vários daqueles depósitos efetivados a partir de julho de 2003 tiveram origem em instituições ligadas ao Banco Rural; fato esse que reforça a tese de que parte dos recursos utilizados para pagamento ao Sr. Duda Mendonça poderia ter origem em recursos já existentes em contas no exterior.

Percebe-se, portanto, que as investigações necessitam ser aprofundadas, tendo em vista que a CPMI dos Correios não conseguiu desvendar todas as nuances que cercam o assunto.

#### **7.9.6 OUTRAS DIVERGÊNCIAS CONSTATADAS ENTRE O DEPOIMENTO PRESTADO E OS DOCUMENTOS BANCÁRIOS ANALISADOS**

1. Houve oito depósitos declarados nos papéis do depoimento que não aparecem nos extratos da conta, no total de US\$ 748.320,00;
2. Os papéis entregues à CPMI “dos Correios” indicaram que os depósitos se encerraram em 04/08/2003;
3. Algumas transações levaram um tempo do momento da saída do recurso da origem, ou do momento em que Duda Mendonça indicava ter sido avisado, até que elas fossem creditadas na conta da empresa Dusseldorf. O maior tempo verificado ficou próximo a trinta dias e serviu como faixa máxima aceitável no estudo;
4. Foram encontrados cinco depósitos na conta Dusseldorf que somaram US\$ 421.968,00, feitos no período compreendido entre 17/10/2003 e 20/11/2003. Portanto, fora das faixas aceitáveis de tempo origem-destino;
5. Quatro saques realizados em um único dia (18/06/03) para várias contas somaram US\$ 1.378.441,00.



### **7.9.7 OUTRAS SITUAÇÕES A SEREM INVESTIGADAS**

1. Duda Mendonça diz que não possui outra conta no exterior e que só abriu uma para a Dusseldorf a pedido de Marcos Valério de Souza. Todavia, a existência de outras contas suas, de sócios e de familiares indicou que Duda Mendonça conhecia as operações no exterior;
2. O pagamento de fornecedores no exterior (notícias veiculadas na imprensa) mostrou que transações no exterior foram executadas com freqüência;
3. Mesmo tendo realizado campanhas no exterior (Argentina), Duda Mendonça informou em seu depoimento que só possuía a conta da Dusseldorf, o que não corresponde às informações obtidas por intermédio de inteligência internacional;
4. O material probatório mostrou que as operações com “doleiros” e a entrada e saída das contas foram executadas de forma estruturada e serviram para a dissimulação de origem e ocultação dos valores;
5. Devido às discrepâncias entre o que foi declarado e o que foi evidenciado no extrato pela quebra de sigilo, ou foram recebido mais recursos de Marcos Valério de Souza, ou existe(m) outra(s) fonte(s) de crédito para a conta da Dusseldorf;
6. Parte dos saques realizados na DUSSELDORF alimentou contas ligadas a ele mesmo, indicando mais uma camada na ocultação dos valores no próprio BankBoston International na Flórida e no Bankhaus suíço;
7. Os créditos declarados em seu depoimento, e que não constavam no extrato da Dusseldorf, podem ter sido depositados em outras contas dele ou de suas ligações;
8. O depoimento não indicou o destino de R\$ 3.800.000,00, recebidos em dinheiro de Delúbio Soares. Esse valor correspondeu, com 99% de aproximação, a 25 % do montante total de R\$ 15.500.000,00 pagos pela campanha;
9. A não-indicação do destino e o montante do valor sugeriram o pagamento de comissão sobre o total e levantaram a dúvida se esse recurso realmente foi recebido.

### **7.9.8 OUTRAS INFORMAÇÕES**

Após minuciosa análise dos documentos remetidos pelos Estados Unidos, depreendemos ainda as seguintes informações:

1. Além da empresa Dusseldorf Company Ltd., o Sr. Duda Mendonça aparece com beneficiário da empresa Stuttgart Company Ltd., sem número de conta identificado;
2. Sua ex-esposa, Rita de Cássia Santos Moraes, possui conta no exterior;

3. Seu sócio Eduardo de Matos Freiha possui conta no exterior em nome da empresa Pirulito Company Ltd.;

4. Diversos depósitos feitos pelas empresas Deal Financial, Gedex International e Kanton Business Corporation na conta Dusseldorf foram destacados como transações suspeitas, com vistas aos valores e operações com “doleiros” donos das citadas empresas, e possuem correspondência idêntica com o encontrado nos extratos da Dusseldorf;

5. Sua filha Eduarda Mendonça Kertesz tentou transferir recursos, em novembro de 2005, de contas no exterior para o Brasil, indicando ao banco que não houvesse identificação da origem do dinheiro quando do crédito no país de destino;

6. O Rural International Bank e o Rural Securities International são titulares de contas no Trade Link Bank.

Tais informações podem ser visualizadas em diagrama anexo a este capítulo.  
(Diagrama 11.5)

#### 7.9.9 TIPIFICAÇÃO DAS CONDUTAS

1. Duda Mendonça demonstrou a estruturação de uma operação internacional destinada a ocultar ou dissimular valores, o que caracterizaria lavagem de dinheiro caso o recurso fosse de origem ilícita e proveniente de algum dos crimes arrolados como antecedentes na lei que define esta prática;

2. O envio oculto de valores para o exterior e a manutenção de contas não declaradas no exterior são características do delito de evasão de divisas, antecedente da lavagem de dinheiro;

3. O pagamento dos impostos devidos pelo valor não declarado, efetuado por Duda Mendonça após o seu depoimento à CPMI “dos Correios” em agosto de 2003, não encerrou seu enquadramento no crime de sonegação fiscal, pois a declaração não correspondeu ao que realmente foi recebido;

4. O possível recebimento de comissão para o fechamento dos serviços prestados na campanha indicou que o trato para a realização do negócio poderia ter ido além do pagamento de serviços, podendo ter desembocado em crimes contra a administração se verificados vínculos com contratos futuros fechados com a área pública. Essa hipótese indicou mais uma faixa de crimes que servem como antecedentes da lavagem de dinheiro, incluindo corrupção e fraudes a licitações;

5. Os textos normativos dessas condutas encontram-se anexos a este capítulo.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4222
Doc:

## **7.10. Furnas**

No caminhar de suas atividades, esta CPMI deparou-se com indícios e denúncias de irregularidades apontadas na empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. Neste tópico, serão abordados assuntos que compreendem indícios de irregularidades na contratação de serviços de digitalização de documentos no âmbito da estatal, com prejuízo ao Erário de R\$ 10,3 milhões identificados pelo Tribunal de Contas da União e a chamada “Lista de Dimas”.

### **Contrato de Aquisição de Serviço de Digitalização de Documentos**

Esta CPMI recebeu do relatório do Tribunal de Contas da União relatório que identificou pagamento indevido de R\$ 10,3 milhões, referente a um contrato de serviço de digitalização de documentos feito no âmbito da estatal.

No processo (TC n.º 012.643/2005-4) a auditoria do TCU identificou que, em 17/03/2000, Furnas contratou o IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho do Rio de Janeiro, para prestação de serviços visando à digitalização de microfilme e extração de dados. A justificativa para a contratação do serviço foi a de que o sistema de gerenciamento eletrônico de documentos (GED) possibilitaria a Furnas, de forma personalizada e mediante a rede corporativa, acesso a todo o seu acervo documental.

A solução GED adotada foi a utilização dos “softwares” da família Alchemy, de propriedade da IMR (Information Management Research, Inc.). Para execução desse contrato, o IDORT subcontratou a empresa MI Montreal Informática Ltda., conforme relatou o /sr. Julio Cezar de Cacio à equipe de auditoria do TCU.

Desta forma, foi realizado o Pregão PR.DAQ.G.0002.2001, que resultou na contratação da empresa MI Montreal Informática Ltda.

Após realização de novo pregão (PR.DAQ.G.0042.2004), foi efetuada nova contratação da Montreal Informática, para prestação de serviços semelhantes aos do contrato anterior.

Para melhor compreensão do processo de obtenção do produto objeto dos serviços contratados, dois membros da mencionada equipe do Tribunal de Contas visitaram as instalações da contratada.

### **7.10.1 Metodologia de Medição Inadequada**

Conforme estabelecido nas cláusulas 5ª dos contratos CT13883 e 15334, a contratada deveria apresentar relatório mensal de execução de serviços. Com base nesse relatório, seria efetuado o faturamento e posterior pagamento.

As propostas vencedoras definiram o preço unitário do milheiro de imagem e, nos contratos, os preços das etapas do serviço foram normalizados pelo percentual de cada serviço para obtenção do produto final (imagem útil, carregada, para utilização no Alchemy

Web). Desta forma, a medição dos serviços deveria ser efetuada a partir da quantidade de imagens carregadas em CD-Rom, prontas para armazenagem nas bases de dados de Furnas, e da disponibilização das imagens para consulta via Alchemy Web.

Todavia, a forma adotada para medição dos serviços por Furnas foi a seguinte:

- os documentos a processar são encaminhados em lotes de caixas que contêm, aproximadamente, 1.000 folhas por caixa;
- ao receber a planilha de controle da Montreal que acompanha cada fatura mensal, compara-se a quantidade total de imagens declaradas como trabalhadas com o total máximo estimado para produção de imagens dos lotes encaminhados no mês (2x1.000xquant. caixas);
- verificando-se divergência superior a 5% do total estimado, solicita-se à Montreal a informação sobre a diferença ou a retificação em próximo faturamento; e
- verifica-se se o valor total cobrado na fatura corresponde ao total de imagens x R\$ 0,509 (custo unitário da imagem). Segundo esclarecimentos verbais prestados pelo gestor do contrato e por representante da contratada, tal forma se justificaria por que, no processo produtivo, são digitalizados frente e verso das folhas componentes dos documentos. Dessa forma, para cada imagem disponível no aplicativo Alchemy Web, teria sido produzida (mas não aproveitada) outra imagem, pela qual Furnas deveria pagar também.

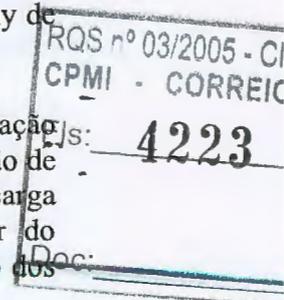
Tal entendimento, todavia, não encontra respaldo no edital, na proposta e no contrato. Analisando esses documentos, depreende-se que Furnas contratou um serviço em que o que interessa é a mensuração do resultado final, independentemente do processo produtivo. Por isso, foram atribuídos percentuais aos serviços intermediários, e os preços de cada um dos serviços foram multiplicados por tal percentual, para se ter a participação de cada uma dessas etapas no valor final de uma imagem.

Assim, a perda atribuída à digitalização de versos inservíveis de folhas já estaria contemplada no preço final da imagem indexada e carregada nos bancos de dados de Furnas.

Além disso, um processo produtivo onde somente 50% da produção é aproveitada revela-se de baixa eficiência.

Também não é verdade que todos os versos são descartados. Vejam-se, a título de exemplo, versos de notas fiscais e de outros documentos carregados nas bases de dados Alchemy de Furnas.

Observa-se, ainda, que o percentual atribuído ao serviço “análise, preparo e recuperação física dos documentos”, etapa inicial do processo, é o mesmo dos serviços de “aplicação de filtros para melhoria de imagens”, de “digitação de bases de dados (indexação)” e de “carga das imagens/índices nas bases de Furnas”. Pelo raciocínio defendido pelo gestor do contrato e pelo representante da contratada, o primeiro percentual deveria ser o dobro dos



demais, pois não faria sentido versos inúteis (ou em branco) de folhas passarem pelos três últimos processos acima mencionados.

Acrescente-se que a forma de medição adotada, por não constar no edital licitatório, beneficiaria sobremaneira a participação da contratada no certame. Como a empresa vinha prestando o serviço anteriormente aos procedimentos licitatórios (seja na condição de subcontratada pelo IDORT, seja na condição de contratada diretamente por Furnas), apenas ela teria a informação privilegiada de que, para cada imagem carregada nas bases de dados, pagar-se-ia o valor de duas imagens. De posse dessa informação, a empresa poderia, em um pregão, sempre ofertar preço abaixo dos apresentados pelas demais licitantes.

Finalmente, se a medição adotada fosse aceitável, ter-se-ia o caso de superfaturamento, não pela quantidade, mas pelo preço praticado, pois:

- para a Montreal, o preço apresentado por milheiro de imagem é suficiente para pagar, na prática, a produção de 500 imagens úteis;
- para os demais licitantes, o preço apresentado pagaria a produção de mil imagens úteis.

#### **7.10.2 Quantificação do débito**

Inicialmente, calculou-se a produção de imagens pagas por Furnas, dividindo-se o valor total pago pelo preço unitário da imagem em cada contrato.

Em seguida, foi procedida a contagem do número de imagens produzidas e armazenadas no servidor de Furnas. Essa contagem foi efetuada pelo pessoal de Furnas, utilizando-se software desenvolvido pela contratada.

Importante acrescentar que, antes de ser iniciada a contagem, foram acrescentados 152 Gbytes às bases de dados existentes. Segundo o gestor do contrato, o acréscimo decorreu do fato de existirem imagens armazenadas em CD-ROM's, mas que ainda não haviam sido carregadas nas bases de dados em razão de falta de espaço para armazenamento.

Foram contadas 17.514.744 imagens, compondo 4.286.876 documentos, armazenadas em 18 bases de dados.

Verificou-se, portanto, que o total de imagens úteis para utilização por Furnas corresponde a aproximadamente 44% do total de imagens pagas por Furnas à contratada.

Para se determinar o valor do prejuízo suportado por Furnas, foram utilizadas duas metodologias alternativas.

Na primeira, entendeu-se que, como o total de imagens contadas não atingiu o número de imagens pagas no primeiro contrato, tudo o que foi pago no segundo contrato foi pago indevidamente (R\$ 5.126.221,64). Além desse montante, comporia o débito a diferença entre a quantidade de imagens pagas no CT 13883 (29.176.850) e o número de imagens contadas (17.514.744), multiplicado pelo valor unitário da imagem naquele contrato (R\$

409,00), correspondendo à parcela de R\$ 7.163.530,30. Ter-se-ia, assim, o valor de R\$ 9.896.023,04, como débito apurado.

Todavia, essa metodologia ocasionaria aumento da parcela de débito a ser imputada aos gestores mais recentes, com conseqüente redução daquela a ser imputada aos seus antecessores. Também desconsideraria serviços executados no decorrer da vigência do CT 15.334, cujo preço unitário por imagem produzida é superior ao da contratação anterior. Não levaria em conta, ainda, o número de imagens produzidas no âmbito do CT 13.128, que devem ser subtraídas dos quantitativos totais de imagens.

Na segunda metodologia, procurou-se verificar a parcela de débito existente em cada pagamento efetuado, considerando a produção mensal de imagens.

Primeiramente, foi realizada estimativa da produção mensal de imagens, a partir da data de criação dos documentos digitalizados e da quantidade de bytes gerados. Tais informações foram extraídas das bases de dados Alchemy armazenadas em Furnas, pelo pessoal de Furnas, com auxílio de empregados da contratada, e constam nos arquivos "DUMP\_ALCHEMY\_nome da base.txt. Essas informações foram reunidas em uma base de dados Access (arquivo "Produção alchemy.mdb"), de onde se obteve o relatório da produção.

Como o mencionado relatório apresenta volumes em bytes produzidos em determinados meses, fez-se necessário estimar quantas imagens teriam sido produzidas, em lugar dos volumes. Para tanto, calculou-se o tamanho médio de uma imagem (em bytes), dividindo-se o volume total armazenado nos bancos de dados (5,81572 x 1011 bytes) pelo número total de imagens contadas (17.514.744). O resultado (33.204,71bytes/imagem) foi multiplicado pelos volumes produzidos, resultando na estimativa pretendida.

Com base nesse relatório de produção de imagens, foi desconsiderada a produção ocorrida antes do início da vigência do CT 13.883 (14/12/2001), correspondendo a 1.129.875 imagens. Tal produção decorreu da execução do contrato CT 13.128, celebrado com o IDORT.

Para obter-se o débito existente em cada pagamento, adotou-se o seguinte procedimento:

- verificou-se a quantidade de imagens produzida no período compreendido entre dois pagamentos sucessivos, considerando que a produção do mês deva ser paga no mês subsequente, conforme dispõem as cláusulas 8ª do CT 13.883 e 9ª do CT 15.334;
- calculou-se o valor que deveria ter sido pago pela produção naquele período, multiplicando-se a quantidade de imagens obtida pelo valor unitário contratual; e
- calculou-se a diferença entre o valor pago por Furnas e o valor da produção calculado acima.



Impende salientar que não foi creditado o valor atinente à produção de setembro de 2005 (R\$ 747.888,64), porque, de acordo com a cláusula 9ª do CT 15.334, tal valor deveria ser pago em out/2005.

*Com essa metodologia, o valor total de débito foi calculado em R\$10.292.845,45 (valores originais, sem incidência de correção monetária e juros de mora).*

Desse total, R\$ 8.557.847,96 correspondem à execução do contrato CT n.º 13.883 e R\$ 1.734.997,49 a do CT 15.334.

### **7.10.3 Lista de Dimas**

Em outubro de 2005, foi divulgada na Internet e veiculada pelos principais meios de comunicação a notícia referente à existência de uma lista com nomes de políticos que supostamente teriam recebido recursos da companhia Furnas Centrais Elétricas S.A. Sua autoria supostamente foi atribuída ao ex-Diretor de Engenharia da empresa estatal Furnas o Sr. Dimas Fabiano Toledo. Esses repasses não teriam sido contabilizados pelos beneficiários em suas campanhas eleitorais nas suas declarações à Justiça Eleitoral, o que configuraria o chamado “Caixa Dois”.

A lista foi entregue à Polícia Federal pelo assessor político Nilton Monteiro e também pelo Deputado Estadual Rogério Correa (PT-MG). Foi entregue, ainda, pelo assessor da Prefeitura de Belo Horizonte, Luiz Fernando Carceroni, que protocolou representações na Polícia Federal, Ministério Público, Controladoria Geral da União, Senado Federal, Câmara dos Deputados para que as informações contidas na lista fossem averiguadas.

A “Lista de Dimas” apontava que os recursos destinados às campanhas eleitorais viriam de empreiteiras, bancos, empresas estatais e prestadores de serviços e seriam destinados a um fundo gerenciado pelo Sr. Dimas Fabiano Toledo, ex-Diretor da empresa Furnas Centrais Elétricas S/A.

Tendo recebido a chamada “Lista de Dimas” a PF promoveu a abertura do inquérito policial nº 1835/2005 – DELEFAZ/DPF/RJ. A lista que chegou às mãos das autoridades, que cita o nome de 156 políticos de diferentes partidos, seria uma cópia reprográfica com a assinatura do Sr. Dimas Toledo. Essa cópia foi autenticada no 15º Ofício de Notas e também no 4º Ofício de Notas no Rio de Janeiro.

Esta CPMI convocou o Sr. Dimas Toledo para prestar esclarecimentos, devido à denúncia envolvendo seu nome. Em depoimento no dia 12 de fevereiro de 2006, sob *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal, o sr. Dimas Toledo negou peremptoriamente a autoria da lista:

*“No tocante à lista de Furnas quero negar veementemente qualquer participação em sua elaboração. É montagem ou falsificação cheia de não-conformidades, feita somente para manchar o nome das pessoas ali*

*citadas. Jamais ajudei com recursos nenhum parlamentar ou pessoa ali nominada”*

*[...]*

*“No início de 2004 o Nilton me telefonou em Furnas querendo falar e eu não o atendi. Num dos telefonemas à minha secretária ele ameaçou dizendo que era membro do Partido Trabalhista e ia procurar Lula para propor minha demissão”*

Sobre tema assemelhado, o ex-Deputado Roberto Jefferson havia mencionado à CPMI um suposto esquema de repasse de recursos a parlamentares por meio de Furnas, que também seria coordenado por Dimas Toledo. As declarações feitas por Roberto Jefferson não tinham relação direta com a “Lista de Dimas”, embora também significassem acusações de financiamento a partidos políticos, sem especificar a operação efetivada. O ex-deputado Jefferson assim declarou, em depoimento à CPMI, no dia 30 de junho de 2005:

*“O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Nas questões que envolvem Furnas, o senhor poderia relatar sinteticamente este caso de que o senhor recebeu a informação do Dr. Dimas para que isso conste dos autos desta CPMI?*

*O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Pois não. Para tratar do assunto com o Presidente Lula, nós levamos o currículo à Ministra Dilma, à Sr<sup>a</sup> Sandra Cabral, que faz a seleção dos currículos na Casa Civil, e ao Ministro José Dirceu – três cópias. O currículo começou a transitar. Todo mundo dizia que era um técnico espetacular, um grande nome para substituir o Dr. Dimas. Mas a coisa não evoluía. Uma pressão grande de vários Deputados sobre mim, sobre o Ministro Walfrido, ‘não tira o Dimas, não tira o Dimas’. E eu percebi que o próprio Ministro José Dirceu não queria tirar. Toda hora, ele dizia: ‘Tem muita pressão. Tem pressão do Aécio; tem pressão do Papa de gente lá de Roma. Quando houve o enterro do Papa, gente que está em Roma pressionou’. Entendi claramente que era o ex-Presidente Itamar Franco para não tirar.”*

*[...]*

*“E eu disse ao Ministro José Dirceu, numa dessas conversas que não são republicanas, que eu não sou problema, que eu não estava colocando a faca no peito de ninguém, que isso era um oferecimento ao Partido feito pelo Presidente Lula. Ele disse: ‘Eu vou acionar o Delúbio, e o Dimas vai procurar você.’ E me procurou. No dia 13, na madrugada do dia 14, à uma hora da manhã, ele chegou a minha casa e conversou comigo como funcionava o esquema de Furnas. Explicou-me o seguinte: que Furnas deixa, sem problema, R\$3 milhões por mês, a Diretoria dele. E que ele fazia os seguintes repasses: R\$1 milhão para o Sr. Delúbio, PT Nacional; R\$1 milhão para o Dr. Rodrigo, PT de Minas Gerais; R\$ 500 mil para o Dr. Cury, para uma diretoria de um grupo de Deputados, que havia constituído esse diretor no princípio do Governo com o Ministro José Dirceu; e R\$500 mil ficavam na diretoria. Voltei ao Ministro José Dirceu, relatei essa conversa, e ele falou: ‘Então, nós nos acertamos por*

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 4225
Doc:

*cima, sem problema'. Eu falei: 'Eu não sou problema para você. Preciso do financiamento para o PTB, o que a gente acertar está acertado.'*

O Sr. Nilton Monteiro também foi pivô das denúncias envolvendo o “Caixa Dois” em Furnas: foi ele que, em primeira mão, divulgou a lista e a encaminhou à PF.

O Sr. Nilton Monteiro responde a vários processos por falsificação material de documentos e estelionato, de acordo com Requerimento de Providências para fins de Direito de Resposta à Presidência da Câmara dos Deputados, subscrito por parlamentares do PSDB:

a) Em 05/10/2005 – o Sr. Roberto da Cunha Vieira Filho ofereceu contra ele notícia-crime perante a 5ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro, por falsificação de uma nota promissória no valor de R\$ 845.000,00;

b) Joaquim Engler Filho, ex-advogado de Nilton Monteiro, ajuizou a ação de indenização perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, em razão da falsificação de recibos de pagamento;

c) Em 25/10/2005, a empresa Samarco Mineração S. A. ofereceu notícia-crime em desfavor do Sr. Nilton perante a Procuradoria-Geral de Justiça de Belo Horizonte, alegando prática de crime de falsificação material, comprovada pelo perito oficial Mauro Ricart Ramos;

d) Em 09/11/2005, a Sra. Andréia Cássia Vieira ofereceu queixa-crime contra o Sr. Nilton Monteiro na 3ª Delegacia de Falsificações e Defraudações de Belo Horizonte, pela prática de crime de falsificação material;

e) Em 23/11/2005, a Sra. Regina Cortez ofereceu queixa-crime contra o Sr. Nilton Antônio Monteiro perante a 3ª Delegacia Regional de Segurança Pública da Cidade de Munhuauçu, MG, em razão dos crimes de estelionato e furto de veículos;

f) Em 18.5.2001, Antônio Eustáquio Viana compareceu à Delegacia Anti-Seqüestro de Vitória, ES, para noticiar a prática dos crimes de estelionato e supressão de documentos por parte do Sr. Nilton Monteiro;

g) O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ofereceu notícia-crime contra o Sr. Nilton Monteiro perante à Polícia Federal de Belo Horizonte, MG, em razão do recebimento indevido de proventos de aposentadoria de seu pai já falecido, através da falsificação material de documentos;

h) Em 25/10/2005, Cláudio Roberto Mourão prestou declarações, perante a 2ª Delegacia Especializada, de Minas Gerais, em razão da falsificação material de instrumento de mandato realizada pelo Sr. Nilton Antônio Monteiro;

São fortes as acusações contra Nilton Monteiro, assim como são fortes as acusações que faz. Pelo menos por duas vezes ele já mostrou que os documentos que apresenta são sólidos. Foi o autor, em 2001, de acusações documentadas de irregularidades no governo do

Estado do Espírito Santo, então sob controle do PSDB. Ficou comprovada a corrupção no governo capixaba.

Além disso, também apresentou à PF documentos que provaram a existência de “Caixa Dois” realizado durante a campanha de reeleição do então governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Eduardo Azeredo. O documento foi periciado pela Polícia Federal e foi confirmado que a assinatura no documento era do então coordenador financeiro da campanha, Sr. Cláudio Mourão.

Esta CPMI aprovou requerimento para a oitiva do sr. Nilton Monteiro e o próprio denunciante declarou diversas vezes, inclusive de maneira formal, por carta dirigida ao Presidente da CPI, Senador Delcídio Amaral, o seu desejo de prestar esclarecimentos sobre o esquema de caixa dois em Furnas e em Minas Gerais. Declarou ainda, disposição em participar de acareação com o Sr. Dimas Toledo. No entanto, problemas envolvendo a agenda da CPMI e a falta de acordo entre os partidos impossibilitou a audiência. Ressalte-se que além de querer prestar os esclarecimentos relativos às denúncias, o sr. Nilton Monteiro chegou a declarar que teria elementos novos a apresentar.

A Forma – Análises Periciais inconclusivas sobre a autenticidade formal da Lista

O primeiro movimento das investigações em relação às denúncias foi a verificação da autenticidade formal da lista. Para isso foram realizadas ao menos quatro perícias: oficial, por meio do Instituto Nacional de Criminalística; Prof. Dr. Ricardo Molina, do Laboratório de Perícias; Instituto Del Picchia e; Instituto Mauro Ricart.

O Instituto Del Picchia, em trabalho pericial datado de 24 de fevereiro de 2006, e o Instituto Mauro Ricart declararam a falta de autenticidade da “Lista de Dimas”.

O Instituto Del Picchia afirmou:

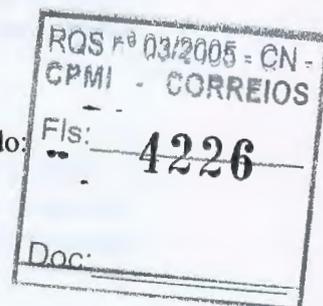
Mesmo através das reprográficas subexistem elementos materiais que permitem definir a forjadura material da denominada “Lista de Furnas”, haja vista as provas da:

*1o) inautenticidade do impresso, em face dos efetivamente utilizados pelas FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS AS, na data consignada (30.11.2002);*

*2o) falsidade das firmas e rubricas atribuídas a Dimas Fabiano Toledo, em confronto com os pertinentes e contemporâneos padrões de confronto.”*

O Instituto Mauro Ricart Ramos também apresentou conclusões no mesmo sentido:

*Findos os exames Grafoscópico e Documentoscópico que se fizeram necessários, tendo por objeto, as denominadas LISTAS DE*



*FURNAS, o signatário, relator do presente laudo pericial, permite concluir que:*

*É FALSA, indiscutivelmente FALSA, a assinatura atribuída ao Dr. Dimas Fabiano Toledo, lançada ao final da quinta folha da lista já referida, na posição de signatário do referido documento. São da mesma forma FALSAS, as rubricas atribuídas ao Dr. Dimas Fabiano Toledo, grafadas nas quatro folhas antecedentes, à guisa de autenticações, que compõem o conjunto que traduz a lista. São FALSOS, inquestionavelmente FALSOS, os impressos utilizados na confecção da indigitada LISTA DE FURNAS.*

O laudo do Instituto Mauro Ricart ainda acrescenta:

*“A falsificação executada traduz uma imitação de razoável qualidade, até porque, a firma do Dr. Dimas Fabiano Toledo é constituída por traçado de formas gráficas estilizadas e singelas, fato que facilita a um falsário com alguma habilidade, produzir imitações bastante parecidas com o espécime autêntico, situação que certamente induziria a terceiros de boa fé, ou mesmo funcionários de cartórios, considerá-la como uma assinatura autêntica.”*

Porém, outros dois laudos periciais não concluem da mesma maneira.

O laudo do Prof. Dr. Ricardo Molina de Figueiredo apresentado pelo Laboratório de Perícias, com a data de 28 de outubro de 2005, destacou:

*“No caso em questão, é possível, dentro das ressalvas apontadas, afirmar que o documento questionado não apresenta indícios de manipulação fraudulenta. Existe alinhamento nos eixos vertical e horizontal, não há vestígios de inserções a posteriori, os espaçamentos são regulares, etc. Uma verificação definitiva quanto à autenticidade, no entanto, dependeria da análise do documento original.”*

O laudo oficial do Instituto Nacional de Criminalística, realizado a pedido da PF no inquérito que apura as denúncias da “Lista de Dimas” e encaminhado à esta CPMI, apresentou outras considerações importantes.

A perícia tinha como objetivo responder, entre outros, aos quesitos formulados pela autoridade policial que preside o Inquérito Policial n.º 1835/2005-DELEFAZ/SR/DPF/RJ, abaixo transcritos:

*"1 – Qual natureza e característica do documento apresentado a exame?*

*2 – Partiu dos punhos de FÁBIO GUIMARÃES BELLO as rubricas apostas nos selos de autenticação verificados no documento sob exame (cópia de documento em papel timbrado de FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A)?*

*3 – Existe algum sinal ou elemento que indique adulteração ou montagem nos selos de autenticação apostos no documento em questão?*

*4 – Em que pese não se tratar de documento original, existem elementos convergentes de grafia ou indicativos de que a assinatura aposta no final do documento, bem como as rubricas constantes nos cantos inferiores direitos de cada página, partiram realmente de DIMAS FABIANO TOLEDO, conforme material gráfico fornecido pelo próprio, bem como à luz dos lançamentos verificados no Termo de Depoimento de 28/07/2005?*

*(...)*

*8 – Existem sinais, elementos ou indicativos de que o documento sob exame sofreu adulterações, montagens, colagens ou qualquer outro processo que indique tratar-se de documento falsificado ou inautêntico?*

*(...)"*

Em resposta a esses quesitos, os peritos responsáveis por esses trabalhos fizeram as seguintes observações:

*Ao 1. Trata-se de cinco (05) folhas de papel timbrado em formato A4, todas elas apresentando na parte superior uma logomarca constituída por um desenho estilizado de um torre própria para suporte de cabos de transmissão de energia elétrica e as inscrições 'Furnas' e 'Centrais Elétricas SA', (...)"*

*Ao 2. Embora as rubricas apostas sobre as etiquetas de autenticação, por sua simplicidade gráfica, não ofereçam muitos elementos para análise e possam ser imitadas com certa facilidade, as convergências morfogenéticas levantadas indicam que elas promanaram do punho da pessoa como FABIO GUIMARAES BELLO.*

*Ao 3. A análise das etiquetas e dos selos de autenticação existentes nas cinco folhas questionadas revelou o seguinte: as etiquetas foram rubricadas antes de serem apostas nos documentos, ou seja, enquanto ainda estavam justapostas em seu formulário original e não após a sua afixação nas páginas; os selos examinados apresentam todos os elementos de segurança comuns neste tipo de documento, sendo portanto autênticos; por fim não foram evidenciados vestígios de transplante, adulteração ou montagem dessas etiquetas e selos.*

*Ao 4. Foram constatadas diversas convergências entre a assinatura aposta sobre o nome 'DIMAS FABIANO TOLEDO', na página 5ª, e aquelas fornecidas como padrão pela pessoa homônima, tanto em seus aspectos morfológicos; quanto em algumas características*

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fis: 4227
Doc:

*grafocinéticas, indicando que a assinatura questionada possivelmente tenha sido copiada a partir de uma autêntica. Entretanto, por se tratar da impressão de um lançamento que foi inicialmente escaneado e depois impresso, a hipótese de uma falsificação feita por decalque ou outro processo imitativo não pode ser totalmente descartada, pois algumas características técnicas que denunciaram esse tipo de fraude pode ser mascaradas e não percebidas após os processos de escaneamento, editoração e impressão gráfica.*

*Além disso, mesmo que a assinatura em questão tenha se originado de uma autêntica, diante das diversas incoerências identificadas na página onde ela está aposta, (...), seria temerário afirmar que ela fora exarada no original do documento perquirido. Portanto, somente o confronto com o documento que originou a presente cópia permitirá uma conclusão categórica, não só em relação ao vínculo da assinatura com o texto, mas também sobre a autenticidade da assinatura em si.*

*Assim como no caso da assinatura, verificaram-se convergências morfogenéticas entre as rubricas questionadas e aquelas apresentadas como padrão, indicando que elas podem ter se originado do mesmo punho. Contudo, dada a simplicidade da representação gráfica e dos poucos elementos de análise por elas oferecidos, tal afirmação não pode ser categórica. Dentro dessa ressalva, deve-se considerar também que um lançamento gráfico tão simples oferece maior facilidade de falsificação e alguns detalhes técnicos que poderiam denunciar a fraude podem ser dissimulados, especialmente se o grafismo for analisado em uma xerografia, como é o caso. Aqui também vale a ponderação feita anteriormente para a assinatura: a hipótese de que tais rubricas tenham sido transplantadas de outros documentos.*

*Ao 8. O minucioso exame do documento em questão revelou que ele apresenta diversas incoerências, embora insuficientes para uma conclusão categórica sobre a existência de alterações, implantes ou montagens.*

*Em primeiro lugar, foram utilizadas duas impressoras na produção do documento: as quatro primeiras páginas foram impressas em xerografia, ao passo que a última página, em jato de tinta, ou seja, ela foi escaneada e depois impressa (ressalta-se, entretanto, que este processo pode ser realizado em um equipamento multifuncional, que escaneie e imprima o documento sem a necessidade de operações de editoração no computador). Além disso, a formatação dessa última página é diferente das demais.*

*Do mesmo modo, na folha identificada 'PÁGINA 5ª' foi evidenciado um marcante desalinhamento entre a assinatura e o corpo do texto, que associado ao modo de obtenção do documento, o escaneamento e a impressão em jato de tinta, remete de imediato à possibilidade de transplante ou aproveitamento da assinatura.*

*Entretanto, o estudo mais detalhado desse desalinhamento mostrou que entre as linhas com os nomes das empresas há também uma pequena*

*perda de paralelismo, ou seja, o próprio texto com a relação das empresas e a moldura não guarda um perfeito alinhamento. Tal distorção pode então ter origem em um defeito mecânico ou óptico da impressora e não estar necessariamente relacionado com algum tipo de montagem, embora isso não possa ser descartado.”*

Por fim, conclui o texto:

“Portanto, diante de tudo que foi exposto, não só na resposta a este quesito, mas também durante todo o relato dos exames, somente uma minuciosa análise do documento que originou a presente cópia permitirá uma conclusão categórica e inquestionável quanto a inexistência de alterações, transplantes ou montagens nos impressos das folhas inquiridas”.

Logo, a conclusão razoável em relação à autenticidade ou não da “Lista de Dimas” nos parece ser a de que sem a apresentação do documento original é impossível chegar a conclusões definitivas, sendo assim, qualquer afirmação taxativa, seja em favor da veracidade, seja em favor da falsidade do documento nos parece precipitada.

#### **O Conteúdo – Confirmações das denúncias de “Caixa Dois”**

Descrito o primeiro passo dado em relação às investigações das denúncias relativas à “Lista de Dimas” (investigação em relação à autenticidade formal da lista) e destacada a necessidade de apuração com maior rigor a partir do documento original, passamos agora a um outro momento, qual seja, o debate sobre o conteúdo das informações reveladas pela lista.

As contribuições teriam sido realizadas para candidatos a presidete, governador, senador, deputados federais e deputados estaduais.

Um dos supostos beneficiários do “Caixa Dois” em Furnas, o ex-deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) declarou em seu depoimento à Polícia Federal (O depoimento encontra-se entre os documentos requeridos pela CPI) que recebeu os recursos descritos na lista, no caso dele o valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

O ex-deputado foi além. Em declaração ao jornal “Folha de São Paulo”, em matéria do jornalista Felipe Recondo, no dia 1º de fevereiro de 2006, o ex-deputado afirmou claramente:

*“Creio que ela é muito próxima da verdade, mas é um juízo meu porque ela é verdade em relação a mim [aos R\$ 75 mil que recebeu]. Em relação aos outros,*

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 4228
318
Doc:

*como sempre funcionou eleição no Brasil, com caixa dois. É uma lista de caixa dois(...)A lista tem lógica política. Quanto mais poderoso o partido, maior a contribuição”*

Outra confirmação de recebimento foi feita ao jornalista Ricardo Noblat. No dia 21 de fevereiro de 2006 foi publicada matéria no “Blog do Noblat” com o título “Depois de Valério, Toledo desce a ladeira” com a revelação de que empresários teriam confirmado à PF o pagamento de propina e com a informação de que um deputado paulista também teria recebido a quantia de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) de Dimas Toledo. O nome do deputado foi mantido em sigilo, mas a matéria é clara em relação à confirmação do valor:

*“No segundo semestre do ano passado, Valério desceu a ladeira causando o estrago que se conhece. Toledo mal começou a descer também. A Polícia Federal está forrada de evidências e de depoimentos que deixam mal Toledo e dezenas de políticos. Tal como foi descrita até aqui, a Lista de Furnas pode até ser uma fraude. Mas é verdade que Toledo fez o que lhe atribuem. Pelo menos três executivos de empresas multinacionais confirmaram à Polícia Federal que deram dinheiro a Toledo para fechar negócios com Furnas. Jefferson disse que recebeu de Toledo R\$ 75 mil, conforme consta de uma das folhas da lista. E no meio da semana passada, no restaurante Piantella, ouvi de um deputado paulista, sob a condição de não revelar seu nome, que ele também recebeu R\$ 75 mil de Toledo.”*

De outro lado houve também a denúncia concreta em relação à arrecadação de receitas a serem distribuídas. O deputado distrital Augusto Carvalho (PPS-DF) entregou à CPMI cópia do depoimento do Sr. José Antonio Csapo Tavalera à Polícia Federal. José Antonio Tavalera é ex-funcionário da empresa Toshiba e afirmou em seu depoimento que esta empresa pagou R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) de propina para que pudesse construir duas usinas termo elétricas (Campos de Goytacazes e São Gonçalo) no Rio de Janeiro.

O dinheiro pago pela empresa seria parte de um sistema maior de arrecadação de recursos entre empresas do setor elétrico, que segundo Tavalera, buscavam dividir entre elas as licitações e prestações de serviços por meio do pagamento de propinas a políticos e diretores de Furnas.

Matéria da jornalista Eugênia Lopes do dia 03 de março de 2006, publicada no site do jornal O Estado de São Paulo, descreve bem o episódio:

*“Brasília - Em depoimento à Polícia Federal, o ex-funcionário da Toshiba José Antonio Csapo Talavera afirmou que teriam sido cobrados da empresa US\$ 5 milhões de propina para que ela pudesse construir duas usinas termelétricas - em Campos dos Goytacazes e São Gonçalo, ambas cidades no Estado do Rio de Janeiro - para Furnas. O depoimento de Talavera foi*

*entregue ontem pelo deputado distrital Augusto Carvalho (PPS) à CPI dos Correios.*

*No depoimento, o ex-empregado da Toshiba confirmou a existência de um suposto esquema de pagamento de caixa dois para políticos e diretores das companhias elétricas Furnas e Cemig. Talavera, que trabalhou na Toshiba entre fevereiro de 1997 a dezembro de 2004, não citou os nomes das pessoas que teriam recebido propina.*

*"Se essa denúncia for procedente, é gravíssimo", afirmou o sub-relator de contratos da CPI, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP). Ele recebeu hoje à tarde cópia de dois depoimentos de Talavera à Polícia Federal e à Divisão de Repressão a Crimes Fazendários. À Polícia Federal, o ex-funcionário da Toshiba disse que não tinha "conhecimento de como seria operacionalizada a transferência de propina para diretores de Furnas e para políticos".*

*Ele observou ainda que não sabia se "algum político ou diretor de Furnas efetivamente recebeu propinas". Segundo Talavera, o diretor da Toshiba em Minas Gerais, Leonídio Soares, relacionava-se com Dimas Toledo, ex-diretor de Engenharia de Furnas e apontado como autor de lista com o nome de 156 políticos que teriam recebido cerca de R\$ 40 milhões de dinheiro de caixa dois na campanha eleitoral de 2002.*

*Talavera explicou que ficou sabendo do relacionamento entre Dimas e Leonídio "em razão de informações privilegiadas e dados que somente alguém muito próximo ao então diretor de Engenharia de Furnas poderia ter obtido". No depoimento, o ex-funcionário da Toshiba contou sobre a existência de "um grupo composto de grandes empresas que dominam as licitações e o fornecimento de bens e serviços para o setor elétrico".*

*Esse grupo, de acordo com Talavera, é chamado "pelos iniciados de Clube e composto principalmente pelas empresas Toshiba, Weg, Alston do Brasil, ABB, GE e Gevisa". Segundo ele, o grupo reúne-se em São Paulo "quando são definidos os vencedores de licitações e contratos com o poder público, bem como os valores que serão pagos a título de propina".*

*No depoimento à Polícia Federal, o ex-funcionário da Toshiba afirmou que nas reuniões de diretoria da empresa eram discutidos os contratos das usinas e que nos "valores que seriam pagos por Furnas já teriam embutidos percentuais destinados ao pagamento de propinas para a diretoria da estatal e alguns políticos".*

*Segundo Talavera, "tais recursos seriam repassados para a estatal e para os políticos através de falsos contratos de consultoria". Ele afirmou ainda que "era de pleno conhecimento tanto dos diretores da Toshiba do Brasil quanto dos diretores da matriz japonesa a cobrança de propinas".*

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 4229
320
Doc: _____

Observa-se, portanto, que para além da discussão da parte formal sobre a autenticidade ou falsidade da “Lista de Dimas” o seu conteúdo foi confirmado em pelo menos três oportunidades.

#### **7.10.4 Considerações Finais**

Reunidos os elementos de prova colhidos por esta CPMI em relação ao suposto esquema de caixa dois em Furnas, chega-se à conclusão de que, já em seus primeiros momentos, a investigação vem reunindo evidências importantes acerca da existência do esquema e deve ser ampliada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Como já foi apontado nesse relatório não se chegou à conclusão definitiva em relação à chamada “Lista de Dimas”, mas já surgiram elementos suficientes, inclusive com a confirmação expressa de um ex-deputado à Polícia Federal, para afirmar que existiu um esquema de caixa dois nas eleições de 2002 e que tal esquema pode e deve ser investigado a fundo.

<b>8. IRB</b> .....	9
<b>8.1 Introdução</b> .....	9
<b>8.2 – CASO GUARATINGUETÁ</b> .....	9
8.2.1- Análise dos dados.....	10
8.2.2-Irregularidades praticadas no pagamento do sinistro da Guaratinguetá.....	10
8.2.1. Conclusão .....	14
<b>8.3 Favorecimento de brokers</b> .....	14
8.3.1 Análise dos dados.....	16
8.3.2 Indícios de favorecimento .....	16
8.3.3 Interveniência de estatais no favorecimento de brokers.....	17
8.3.3.1 Furnas Centrais Elétricas .....	17
8.3.3.1.1 Antecedentes.....	17
8.3.3.1.2 Admissibilidade pelo IRB da indicação de broker pelo segurado.....	18
8.3.3.1.3 A política de seguros de FURNAS.....	19
8.3.3.1.4 O quadro de sinistralidade de Furnas à época .....	20
8.3.3.1.4 Estudos realizados por Furnas para a pulverização do risco nos contratos de resseguro .....	21
8.3.3.1.5 As cartas endereçadas por Rodrigo Campos ao IRB.....	22
8.3.3.1.6 Resultados obtidos para Furnas .....	24
8.3.3.1.7 Inexistência do crime de advocacia administrativa .....	27
8.3.3.1.8 Considerações finais.....	28
8.3.3.2 Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO.....	30
8.3.3.3 Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.....	32
8.3.4 Interveniência no setor privado .....	35
8.3.4.1 Setor de aviação.....	35
8.3.4.1.1 Conclusão – Setor de aviação.....	35
8.3.4.2 Colocação do facultativo da siderúrgica USIMINAS .....	36
8.3.5 Conclusão .....	40
<b>8.4 Investimentos realizados pelo IRB-Brasil Re S/A no exterior</b> .....	43
8.4.1 Análise dos dados .....	43
8.4.1.1 Base de informações.....	43
8.4.1.2 Investimento em Euronotes .....	43
8.4.2 Conclusão .....	47
<b>8.5 Interbrazil</b> .....	48
<b>8.6 Relatório de Administração e Gestão do IRB</b> .....	49
8.6.1 Fragilidades identificadas.....	49
8.6.2 Deficiência de governança corporativa .....	49
8.6.3 Deficiência de investimentos em tecnologia e pessoal.....	49
8.6.4 Melhorias já implementadas.....	50
<b>8.7 Enquadramento jurídico</b> .....	50
8.7.1 Caso Guaratinguetá.....	50
8.7.2 IRB – Favorecimento de Brokers .....	50
<b>9. Fundos de Pensão</b> .....	51
<b>9.1. Relevância da Temática dos Fundos de Pensão na CPMI</b> .....	51
<b>9.2. O Sistema Fechado de Previdência Complementar</b> .....	54
9.2.1 Retrato do mercado dos fundos de pensão .....	
9.2.2 Evolução do sistema .....	

RO nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4230</b>
1
Doc:

9.2.2.1 A primeira regulamentação dos fundos de pensão .....	59
9.2.2.2 Comissões Parlamentares de Inquérito .....	60
9.2.2.3 Marcos regulatórios (Leis Complementares) .....	61
9.2.2.4 Diretrizes de investimentos (Resolução do CMN) .....	62
9.2.3 Processos decisórios na gestão de investimentos dos fundos de pensão .....	63
9.2.3.1 O conceito de governança .....	64
9.2.3.2 Controle dos investimentos dos fundos de pensão: atividades e responsabilidades .....	64
9.2.3.2.1 O Gestor de Recursos .....	65
9.2.3.2.2 O Administrador de Recursos .....	65
9.2.3.2.3 O Custodiante .....	67
9.2.3.3 Tipos de Gestão e Administração de Recursos dos Fundos de Pensão .....	67
9.2.3.3.1 Gestão Interna .....	67
9.2.3.3.2 Gestão Terceirizada .....	68
9.2.3.3.3 Modelo híbrido de gestão (parte interna, parte externa) .....	69
9.2.3.4 A delegação na gestão e na administração de recursos de fundos de pensão .....	69
9.2.3.4.1 Fundos de Pensão x Gestores de Recursos .....	70
9.2.3.4.2 Fundos de Pensão x Administrador de Recursos .....	70
9.2.3.4.3 Administrador x Gestor de Recursos .....	71
9.2.3.4.4 Administrador x Custodiante .....	71
9.2.3.5 Decisão de Investimento .....	71
9.2.4 Parâmetros normativos atuais .....	72
<b>9.3. Escopo do trabalho – métodos e critérios adotados .....</b>	<b>77</b>
9.3.1 Cruzamento de dados e avaliação dos mercados .....	78
9.3.1.1 Conceitos gerais .....	78
9.3.1.2 Dinâmicas Básicas dos Mercados .....	81
9.3.1.2.1 Bovespa e BM&F .....	81
9.3.1.2.2 A Responsabilidade dos Participantes em Mercado de Bolsas .....	82
9.3.1.2.3 Dinâmica dos Mercados de Selic/Cetip .....	82
9.3.1.2.4 Títulos Públicos (Selic) .....	83
9.3.1.2.5 Derivativos (BM&F) .....	83
9.3.1.2.6 Títulos privados (Cetip) .....	84
9.3.1.2.7 Ações e Opções (Bovespa) .....	85
9.3.1.2.8 Compra e Venda de Ativos Imobiliários .....	86
9.3.1.2.9 Contratos de serviços .....	86
9.3.1.2.10 Indícios de Esquemas e Grupos Organizados .....	87
<b>9.4 Produtos de Investigações .....</b>	<b>88</b>
9.4.1. Análise das Operações Realizadas pelos Fundos de Pensão .....	88
9.4.1.1. Prece .....	88
9.4.1.2. Núcleos .....	89
9.4.1.2.1 Das Transações Irregulares .....	90
9.4.1.2.2 Títulos Públicos .....	90
9.4.1.2.3 Debêntures .....	93
9.4.1.2.4 Derivativos (BM&F) .....	94
9.4.1.2.5 Operações com o Banco Santos .....	96

9.4.1.2.6	Dos Envolvidos .....	97
9.4.1.2.7	Considerações finais .....	102
9.4.3.3	Real Grandeza.....	104
9.4.1.3.1	Dos Problemas Encontrados.....	107
9.4.1.3.1.1	Derivativos (BM&F) .....	107
9.4.1.3.1.2	Banco Santos .....	108
9.4.1.3.1.3	Bancos BMG e Rural.....	110
9.4.1.3.2	Dos Envolvidos .....	111
9.4.1.3.3	Considerações Finais .....	114
9.4.1.4.	GEAP.....	115
9.4.1.4.1	Das Transações .....	118
9.4.1.4.1.1	Títulos Públicos .....	118
9.4.1.4.1.2	Derivativos (BM&F) .....	121
9.4.1.4.1.3	Contratos.....	122
9.4.1.4.2	Dos Envolvidos .....	123
9.4.1.4.3	Considerações finais.....	123
9.4.1.5.	Serpros .....	124
9.4.1.5.1	Das Transações Irregulares.....	126
9.4.1.5.1.1	Títulos Públicos .....	126
9.4.1.5.1.2	Derivativos (BM&F) .....	128
9.4.1.5.1.3	Operações com BMG e Rural.....	129
9.4.1.5.2	Dos Envolvidos .....	130
9.4.1.5.2.1	Da Gestão do Sr. Jorge Luís Batista de Oliveira .....	130
9.4.1.5.3	Considerações finais .....	130
9.4.1.6.	Portus .....	132
9.4.1.6.1	Das Transações Irregulares.....	133
9.4.1.6.1.1	Títulos Públicos .....	133
9.4.1.6.1.2	CVS .....	134
9.4.1.6.1.3	Operações com CDBs / RDBs e Cotas de Fundos Banco BMG e Banco Rural .....	135
9.4.1.6.1.4	Operações com o Banco Santos.....	135
9.4.1.6.1.5	Investimentos Imobiliários .....	135
9.4.1.6.2	3.6.2. Dos envolvidos .....	136
9.4.1.6.3	Considerações finais.....	137
9.4.1.7.	REFER.....	138
9.4.1.7.1	3.7.1 Das Transações Irregulares.....	141
9.4.1.7.1.1	Títulos Públicos .....	141
9.4.1.7.1.2	Derivativos (BM&F) .....	142
9.4.1.7.2	Dos Envolvidos .....	143
9.4.1.7.2.1	Gestão Adalto Carmona Côrtes (junho de 2003 a fevereiro de 2004) .....	143
9.4.1.7.2.2A	Gestão Eduardo Cunha Telles (fevereiro a abril de 2004) .....	144
9.4.1.7.2.3	Bruno Grain de Oliveira Rodrigues (ex-gerente de investimentos) ..	146
9.4.1.7.2.4	A Gestão Roberto Souza (abril a junho de 2004).....	148
9.4.1.7.2.5	A gestão de Carlos Alberto Pinto da Silva (junho a agosto de.....	149
9.4.1.7.2.6	A Gestão Paulo da Silva Leite (a partir de agosto de 2004).....	
9.4.1.7.2.7	A Gestão Jorge Luiz Moura (junho de 2003 a junho de 2004) .....	



9.4.1.7.3 Considerações finais .....	150
9.4.1.8 Postalis.....	152
9.4.1.8.1 Das Transações Analisadas .....	154
9.4.1.8.1.1 Derivativos (BM&F) .....	154
9.4.1.8.1.2 Banco Santos .....	157
9.4.1.8.1.3 Bancos BMG e Rural.....	159
9.4.1.8.2 Considerações Finais .....	161
9.4.1.9 Centrus.....	162
9.4.1.9.1 Das Transações Irregulares.....	163
9.4.1.9.1.1 Títulos Públicos.....	163
9.4.1.9.1.2 Derivativos (BM&F) .....	166
9.4.1.9.1.3 Operações com CDBs / RDBs e cotas de fundos (Cetip).....	166
9.4.1.9.2 Investigações da SPC e da CVM.....	169
9.4.1.9.3 Dos Envolvidos .....	170
9.4.1.9.3.1 Srs. Ricardo Monteiro de Castro Melo e Pedro Alvin.....	170
9.4.1.9.4 Considerações finais .....	170
9.4.1.10 Petros .....	171
9.4.1.10.1 Das Transações.....	174
9.4.1.10.1.1 Bancos BMG e Rural.....	174
9.4.1.10.1.2 Contratos de serviços.....	175
9.4.1.10.1.2.1 DBA Engenharia Ltda .....	175
9.4.1.10.1.2.2 Tecnocoop Informática - Cooperativa de Trabalho de assistência Técnica e Equipamentos de Processamento de Dados Ltda - fundo Petros .....	177
9.4.1.10.1.3 Ágio da aquisição de CVS por fundo de investimento.....	178
9.4.1.10.1.4 Operação com a Telemar e a empresa GameCorp .....	179
9.4.1.10.1.5 Globalprev .....	180
9.4.1.11 Funcef.....	181
9.4.1.11.1 Das Transações.....	183
9.4.1.11.1.1 Banco Santos .....	183
9.4.1.11.1.2 Banco Rural .....	186
9.4.1.11.2 Investimentos Imobiliários .....	186
9.4.1.11.2 Das considerações finais.....	187
9.4.1.12 Previ.....	188
9.4.1.12.1 Das transações irregulares .....	190
9.4.1.12.1.1 Investimentos no Processo de Privatização do Sistema Telebrás .	190
9.4.1.12.1.2 Costa do Sauípe .....	200
9.4.1.12.1.3 Empreendimento Umberto Primo.....	201
9.4.1.12.2 Considerações finais .....	202
9.4.2. Análise das Operações das corretoras .....	203
9.5. Operações dos Bancos.....	203
9.5.1 BMG e Banco Rural .....	203
9.5.2 Banco Santos .....	206
<b>9.6. Esquemas e Grupos organizados .....</b>	<b>209</b>
<b>9.7 Avaliação da Supervisão e da Regulação do Sistema .....</b>	<b>210</b>
9.7.1 Secretaria de Previdência Complementar e Demais Órgãos de Supervisão.....	210
9.7.2. Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC).....	214
9.7.3 Síntese das Principais Questões.....	215

9.7.3.1. A governança do sistema de fundos de pensão .....	215
9.7.3.3. Relacionamento com os intermediários financeiros .....	216
9.7.3.4. Falta de rigor no acompanhamento dos investimentos .....	216
9.7.3.5. Insuficiência de fiscalização e de controles externos .....	216
9.7.3.6. Estrutura operacional do mercado financeiro e de capitais .....	217
<b>9.8. Recomendações e propostas .....</b>	<b>218</b>
9.8.1. Bases para o aprimoramento do sistema de previdência complementar .....	218
9.8.2. O instrumento da Exposição de Motivos das propostas de normativos .....	218
9.8.3. Acesso a informações protegidas por sigilo bancário e fiscal .....	219
9.8.4. Utilização de derivativos de crédito para fundos de pensão .....	220
9.8.5. Introdução das plataformas eletrônicas de negociação .....	220
9.8.5.1. Cetip - CetipNet .....	223
9.8.5.2. BM&F - Sisbex-Negociação e Sisbex-Registro .....	224
9.8.5.3. BovespaFIX e SomaFIX .....	225
9.8.5.4. Aspectos positivos e negativos .....	226
9.8.6. Aumento da agilidade e da precisão do sistema de informações .....	228
<b>10. Indiciamentos e Encaminhamentos .....</b>	<b>231</b>
10.1 Denúncia Original nos Correios .....	231
10.2 Rede Postal Noturna .....	234
10.3 Agências Franqueadas .....	239
10.4 Outros Contratos Dos Correios .....	240
10.5 Esquema Marcos Valério .....	241
10.5.1 Origem .....	241
10.6 Silvio Pereira/GDK .....	248
10.7 Movimentação no Exterior (Duda Mendonça) .....	248
10.8 A "Lista de Dimas" .....	249
10.9 IRB – Caso Guaratinguetá .....	249
10.10 IRB – Favorecimento de Brokers .....	250
10.11 Fundos de Pensão .....	250
10.11.1 Considerações iniciais .....	250
10.11.2 Dirigentes de Fundos de Pensão .....	251
10.11.2.1 PRECE .....	251
10.11.2.2 NUCLEOS .....	251
10.11.2.3 REAL GRANDEZA .....	252
10.11.2.4 GEAP .....	252
10.11.2.5 SERPROS .....	252
10.11.2.6 PORTUS .....	253
10.11.2.7 REFER .....	253
10.11.2.8 POSTALIS .....	254
10.11.2.9 CENTRUS .....	254
10.11.2.10 PETROS e PREVI .....	255
10.11.2.11 FUNCEF .....	255
10.11.3 Corretoras de Câmbio .....	255
10.11.3.1 Bônus Banval CCTVM Ltda. ....	255
10.11.3.2 Dillon S/A DTVM .....	256
10.11.3.3 Cruzeiro do Sul S/A Corretora de Valores .....	256
10.11.3.4 Euro S/A DTVM .....	256

256	S nº 03/2005 - CN -
256	MI - CORREIOS
Fls:	4232
	5
Doc:	

10.11.3.5 Laeta S/A DTVM .....	256
10.11.3.6 Novinvest CCTVM Ltda. ....	257
10.11.3.7 Quantia DTVM Ltda. ....	257
10.11.3.8 São Paulo Corretora de Valores LTDA.....	257
10.11.3.9 Schahin CCTVM Ltda.....	257
10.11.3.10 Outros envolvidos.....	257
11. Proposições Legislativas .....	260
11.1. Diagnóstico da corrupção segundo os principais agentes de controle – uma resenha das informações colhidas nas oitivas.....	263
11.1.1 Estrutura inadequada ao controle da corrupção e da lavagem de dinheiro ....	265
11.1.2 O atual sistema brasileiro de proteção das informações sigilosas.....	266
11.1.3 Inexistência de transparência no trato das informações relativas à coisa pública .....	267
11.1.4 Os entraves às medidas de controle e sua eficácia .....	267
11.1.5 O sentimento de impunidade e a necessidade do engajamento social.....	268
11.2 Metodologia utilizada nas alterações propostas .....	268
11.2.1 Análise do cenário estrutural pelo rito em quatro fases.....	269
11.2.2 Análise do cenário quanto às três dinâmicas escolhidas .....	272
11.3 Estruturação das instituições .....	273
11.3.1 O Sistema Nacional de Combate à Corrupção – SNCC.....	275
11.3.2 A Comissão Permanente Mista de Combate à Corrupção - CMCC.....	278
11.3.3 Transformação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF em Agência Nacional de Inteligência Financeira – ANIF.....	279
11.3.4 Redução do número de cargos em comissão e de confiança no âmbito do Poder .....	280
11.3.5 Criação de Câmaras e Varas Judiciárias específicas para julgar crimes contra a administração pública .....	280
11.4 Alterações da legislação .....	281
11.4.1 Propostas de Emenda à Constituição.....	282
11.4.1.1 Inclusão dos dirigentes de entidades da administração indireta entre os sujeitos passíveis de convocação, pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados ou por qualquer de suas Comissões, para prestar informações .....	282
11.4.1.2 Divulgação, via internet, do currículo e agenda dos agentes políticos e ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, para conferir mais transparência à administração pública .....	283
11.4.1.3 Definição, em sede constitucional, da aplicabilidade da lei que regula os atos de improbidade administrativa .....	283
11.4.2 Projetos de Lei Complementar .....	284
11.4.2.1 Limitação das despesas com publicidade .....	284
11.4.2.2 Fiscalização dos fundos de previdência complementar.....	284
11.4.3 Projetos de Lei.....	285
11.4.3.1 Revisão e atualização da Lei de Lavagem de Dinheiro.....	285
11.4.3.2 Alteração da Lei de Improbidade Administrativa .....	286
11.4.3.3 Redução da discricionariedade nas licitações.....	288
11.4.3.4 Ampliação do âmbito de aplicação do pregão eletrônico, licitação por “proposta mais vantajosa” e melhoria dos instrumentos de controle .....	290

11.4.3.5	Inclusão de normas específicas relativas a serviços de publicidade na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	292
11.4.3.6	Institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público .....	292
11.4.4	Indicações.....	294
11.4.4.1	Redução do valor-limite para que operações financeiras sejam informadas automaticamente ao COAF .....	294
11.4.4.2	Aperfeiçoamento de normas relativas a licitações e contratos de publicidade .....	295
11.4.4.3	Criação da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar .....	295
11.4.5	Projetos de Resolução.....	296
11.4.5.1	Projeto de Resolução do Congresso Nacional.....	296
11.4.5.2	Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados .....	296
11.5	Apoio a proposições legislativas já em curso.....	296
11.6	Conclusões.....	298
12.	Conclusões e Encaminhamentos .....	299
13.	Anexos do Capítulo 11: Proposições Legislativas .....	305
13.1.	Proposições de natureza estrutural .....	305
13.1.1	Criação do Sistema Nacional de Combate à Corrupção – SNCC e da Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção – CMCC.....	305
13.1.2	Transformação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF na Agência Nacional de Inteligência Financeira – ANIF.....	314
13.1.3	Redução do número de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo das três esferas de governo .....	318
13.1.4	Criação de Câmaras e Varas Judiciárias específicas para julgar crimes contra a administração pública .....	320
13.1.4.1	Proposta de Emenda à Constituição .....	320
13.1.4.2	Indicação ao Superior Tribunal de Justiça.....	322
13.1.4.3	Indicação aos Tribunais Regionais Federais .....	325
13.2	Outras proposições legislativas .....	328
13.2.1	Propostas de Emenda à Constituição.....	328
13.2.1.1	Inclusão dos dirigentes de entidades da administração indireta entre os sujeitos passíveis de convocação, pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados ou por qualquer de suas Comissões, para prestar informações. ....	328
13.2.1.2	Divulgação, via internet, do currículo e agenda dos agentes políticos e ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, para conferir mais transparência à administração pública. ....	330
13.2.1.3	Definição, em sede constitucional, da aplicabilidade da lei que regula os atos de improbidade administrativa.....	332
13.2.2	Projetos de lei complementar .....	334
13.2.2.1	Limitação das despesas com publicidade.....	334
13.2.2.2	Fiscalização dos fundos de previdência complementar.....	336
13.2.3	Projetos de lei .....	338
13.2.3.1	Revisão e atualização da Lei de Lavagem de Dinheiro.....	338
13.2.3.2	Alteração da Lei de Improbidade Administrativa. ....	351
13.2.3.4	Ampliação do âmbito de aplicação do pregão eletrônico, licitação por “proposta mais vantajosa” e melhoria de mecanismos de controle.....	

ROS nº 03/2005 - CN -
359 - CPMI - CORREIOS
Fls: 7 <b>4233</b>
Doc: _____

13.2.3.6 Inclusão de normas específicas relativas a serviços de publicidade na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	365
13.2.3.7 Institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público. ....	368
13.2.4 Indicações.....	377
13.2.4.1 Redução do valor-limite para que operações financeiras sejam informadas automaticamente ao COAF. ....	377
13.2.4.2 Aperfeiçoamento de normas relativas a licitações e contratos de publicidade. ....	379
13.2.4.3 Criação da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar .....	381
13.2.5 Projetos de resolução.....	383
13.2.5.1 Inclusão de dispositivos sobre Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito no Regimento Comum do Congresso Nacional.....	383
13.2.5.2 Inclusão e alteração de dispositivos sobre Comissões Parlamentares de Inquérito no Regimento Interno da Câmara dos Deputados. ....	389
13.3 Elenco de temas prioritários a serem analisados pela Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção .....	392

## 8. IRB

### 8.1 Introdução

O Ofício SF/2.080/2005, do Senador Renan Calheiros, de 31 de agosto de 2005, determinou a constituição da Subcomissão do IRB, no âmbito da CPMI “dos Correios”, com base em decisão dos líderes partidários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Em atendimento a solicitação da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFC), ao aprovar o Requerimento nº 74/05, de autoria do Deputado Carlos Willian (PMDB-MG), o Tribunal de Contas da União realizou auditoria no Instituto de Resseguros do Brasil S/A com o objetivo de avaliar os contratos, pagamentos, colocações no exterior e retrocessões no período de 2004 a 2005.

No decorrer da auditoria, o Tribunal identificou três possíveis irregularidades praticadas por dirigentes e ex-dirigentes daquela estatal. A primeira, relacionada a indenização de sinistro, sem existência prévia de contrato de seguro, à Companhia Fiação e Tecidos Guaratinguetá (CNPJ nº 048.540.447/0001-80); a segunda, relacionada a indícios de favorecimento das corretoras Assurê, Cooper Gay e Alexander Forbes do Brasil, na colocação de facultativos no exterior; e, por fim, débitos realizados na realocação de investimentos no exterior com a conseqüente realização de aplicações da ordem de US\$ 240 milhões.

### 8.2 – CASO GUARATINGUETÁ

Foi identificado, ao se analisar o Processo de Sindicância instituído pela Portaria IRB Presi – 030/2005, o pagamento irregular de indenização de sinistro, por meio de acordo firmado por dirigente sem competência para tal, no valor aproximado de 15 milhões de reais, à Companhia Fiação e Tecidos Guaratinguetá (CNPJ 048.540.447/0001-80).

Com base nesse acordo, a Companhia de Seguros Aliança da Bahia (CNPJ 15.144.017/0005-13), por determinação do IRB, emitiu uma apólice de seguro, no valor de R\$ 18.753.450,00, com data retroativa à ocorrência do sinistro uma vez que o sinistro ocorreu em 05/12/03 e a apólice foi emitida em 29/09/04. A participação do IRB no risco era de 98,78% e a da seguradora de 1,22%. Cabe ressaltar que as apólices anteriores foram emitidas em datas posteriores à data de fim de vigência da apólice objeto de renovação e sempre de forma retroativa.

O acordo para pagamento da indenização foi assinado em 20/09/04, pelo Sr. Giampaolo Bonora (CPF 011.667.518-72), Diretor Presidente da Guaratinguetá; pelo Sr. Alessandro Luis (OAB-SP 173.581), representando a Companhia de Seguros Aliança da Bahia e pelo Sr Juan Campos Dominguez Lorenzo (CPF 347.924.227-87), Gerente de Sinistros do IRB.

IRB: 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 4234
9
Doc: _____

### **8.2.1- Análise dos dados**

A análise fiscal da movimentação financeira e documental da CPMI foi realizada com base nos relatórios da Comissão de Sindicância do IRB, da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar do IRB, em materiais fornecidos pelo próprio IRB, pelo Banco Central, pela Receita Federal e pelo Tribunal de Contas da União, bem como nos depoimentos prestados nesta CPMI e na documentação entregue por alguns dos depoentes.

Cabe registrar que, devido à concessão de medida liminar pelo Supremo Tribunal Federal em benefício da Cia. de Tecidos Guaratinguetá, restou prejudicada a análise dos dados bancários e fiscais da referida empresa.

### **8.2.2-Irregularidades praticadas no pagamento do sinistro da Guaratinguetá**

O Sr. Juan Campos Dominguez Lorenzo, gerente de sinistros à época, realizou acordo sem autorização específica da Diretoria e sem mandato para representar o IRB em juízo, ou fora dele.

O Estatuto do IRB, à época, estabelecia em seu artigo 29, IV, que a Diretoria era competente para autorizar qualquer proposta de transação e, em seu artigo 30, I, que a competência para representar a instituição em juízo, ou fora dele, era de seu Presidente, podendo, por meio de mandato, outorgá-la

Em depoimento à comissão de sindicância instaurada pelo IRB, o Sr. Juan foi indagado se, no exercício da chefia, teria recebido pressões por parte de qualquer Diretor, ao que respondeu:

“(…) pressão direta não, mas que se sentiu incomodado quando em setembro de 2004 foi chamado ao gabinete do Dr. Murilo e lá chegando, encontrou referido Diretor acompanhado do Dr. Luiz Appolonio, então Diretor de Planejamento e Estratégia, e do advogado Ernesto Tizirulnik; Que começaram a conversar a respeito do sinistro da Cia. de Tecidos Guaratinguetá (sinistro 11048076), ocorrido em 05.12.2003, lhe tendo sido apresentado um documento para assinatura, o que de fato o fez. O documento, na verdade, era uma petição dirigida ao juízo da Primeira Vara Cível de Guaratinguetá-SP, a qual veicula transação em que se afirma que a Seguradora Aliança da Bahia, por meio de determinação do IRB-Brasil Re, deveria renovar contrato de seguro com atualização da importância segurada; Que o depoente sentiu que os aludidos diretores não queriam firmar o documento, o que causou estranheza até mesmo ao advogado da seguradora que, inclusive, à época, registrou numa cópia da petição o seguinte: “recebi as vias originais assinadas pelo representante indicado pela diretoria do IRB”(sic) conforme folhas 36 da pasta GESIN 163/2004; Que o Depoente informou, ainda, que nesta ocasião, foi designado pelo seu Diretor, Dr. Carlos Murilo Goulart Barbosa Lima, para regular o sinistro; Que a regulação transcorreu normalmente e que o valor pago foi devidamente apurado.”

Apesar de não ser praxe, o próprio Gerente de Sinistros, Sr. Juan, realizou o acordo e também efetuou a regulação do sinistro. Durante os 32 anos de serviços prestados ao IRB, o Sr. Juan sempre desenvolveu atividades nas áreas de inspeção e regulação de sinistros.

Ainda conforme relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar do IRB, não foi levada a intenção de acordo à Diretoria Colegiada do IRB, pelo menos de maneira formal, em que pesem os dispositivos do instrumento de alçadas vigentes, que indicavam a competência do CONAD (Conselho de Administração) para aprovação do referido acordo judicial.

Durante as tratativas para a renovação da apólice, a seguradora expediu carta ao segurado, em 24/10/03, informando que a renovação estaria condicionada ao cumprimento integral das exigências apontadas em relatório de inspeção de risco, para posterior verificação do atendimento aos itens constantes daquele documento.

Posteriormente, em 08/12/03, a seguradora foi comunicada por telefone e, no dia seguinte, por correspondência, a ocorrência de sinistro em 05/12/03 nas instalações fabris do segurado.

A seguradora verificou e constatou que o seguro não havia sido renovado, o que foi imediatamente comunicado ao segurado. Após longa troca de correspondências entre seguradora e segurado, foi endereçada correspondência ao IRB pela seguradora, relatando os fatos. Em 19.01.2004, a consultoria jurídica do IRB emitiu parecer concordando com a decisão da seguradora em negar a cobertura, ressaltando, porém, que a situação poderia se inverter judicialmente, em função dos seguintes pontos:

- a ) o relatório de inspeção de risco foi emitido apenas em 13/10/03, faltando dois dias para o término da apólice a ser renovada e encaminhada ao segurado, com as exigências para renovação, somente em 24/10/03 (apólice já vencida);
- b ) todas as apólices anteriores foram emitidas em datas posteriores à data de fim de vigência das respectivas apólices objeto da renovação e sempre era considerada a retroação ao início de vigência das apólices;
- c ) a exigência constante do relatório de inspeção para o local segurado era somente a transferência da matéria-prima, que era estocada em áreas produtivas, para local específico e isolado;
- d ) a aplicação de uso e costumes por certo fundamentaria a tese do segurado, pela prática reiterada de emissão de apólices bem após o término da vigência da apólice anterior, entretanto com início de vigência coincidindo com o fim da anterior, como é usual no mercador segurador.

De se destacar também o entendimento do Professor de Direito Comercial da PUC-SP, Fábio Ulhoa Canto, contratado pela Companhia de Seguros Aliança da Bahia, que em parecer firmado concluiu pela inexistência do contrato de seguro.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Els: <b>4235</b>
-11
Doc:

Em 23/09/04, as partes envolvidas firmam acordo em juízo. Cabe destacar que tal iniciativa ficou restrita à Diretoria Técnica e dela não tomaram conhecimento nem a consultoria jurídica nem o conjunto da Diretoria do IRB.

Em 08/10/04, foi assinada primeira ALS (Autorização para Liquidação de sinistro) pelo Diretor Técnico (Carlos Murilo G. Barbosa Lima) no valor de R\$ 4.523.369,87. Conforme assinalado no relatório da comissão processante do IRB, a Primeira ALS é aquela que efetivamente configura e ampara o pagamento do sinistro.

A segunda, que contou com encaminhamento de parecer técnico, foi assinada pelo Presidente; e a terceira, assinada pelo Presidente em exercício, foi precedida de parecer técnico, da autorização do Comitê do Primeiro nível e homologação do Comitê do segundo nível (Diretoria colegiada).

De se destacar que, em 06/12/04, foi deliberada, em reunião do Conselho de Administração, a criação de um comitê de caráter temporário, até que fossem implementadas as alterações no organograma do IRB, composto pelos Gerentes: de sinistros (como coordenador), de Riscos de Propriedade, de Riscos de Transportes e de Processamento de Sinistros, para decisão sobre pagamentos de sinistros até R\$ 500.000,00, ficando sob a responsabilidade da Diretoria Plena as decisões acerca de sinistros acima desse valor, mantidas as demais alçadas decisórias. Posteriormente, em 11/01/05, foram definitivamente definidas e aprovadas as atribuições, composição e funcionamento do referido comitê.

Como se depreende, essa alteração aconteceu justamente quando da liberação do terceiro e último pagamento referente ao sinistro, tendo sido este caso submetido na primeira reunião de diretoria após a citada mudança.

Os votos eram submetidos à aprovação da Diretoria de forma simplificada, onde constavam o parecer técnico da área de sinistro e a decisão do comitê de primeiro nível.

No caso específico, o parecer do gerente técnico que embasou a decisão não fez referência ao acordo judicial, apenas citava que era o pagamento final por conta da regulação do sinistro e contava com o seu posicionamento favorável, posição está mantida pelo comitê do primeiro nível e que foi ratificada pela Diretoria Colegiada.

O Tribunal de Contas ao examinar a matéria, responsabilizou o Diretor Técnico por ter autorizado a primeira ALS, responsabilizou o Presidente por ter autorizado a segunda ALS e toda a Diretoria Colegiada por ter homologado o pagamento da terceira parcela, sob o argumento de que “quem assina a ALS deve analisar todo o processo para autorizar o pagamento. Dessa forma, as pessoas listadas nessa tabela tomaram conhecimento da irregularidade do caso Guaratinguetá e, mesmo assim, assinaram a ALS. Portanto, podem ser responsabilizadas por não adotarem nenhuma medida saneadora”.

O relatório foi encaminhado aos citados para apresentação de contra-argumentação que encontra-se em fase de exame por parte daquele Órgão.

Ao examinar o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a atual Diretoria do IRB e o Conselho de Administração aprovou referido relatório, além de registrar congratulações ao diligente trabalho da comissão processante determinou fosse cópia dele enviado aos órgãos que já investigavam os fatos, tais como Ministério Público Federal e Estadual, Polícia federal, Polícia Civil, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União.

De se destacar no voto aprovado, os itens de números 16 a 28, que são transcritos a seguir:  
“ 16. A propósito deste último, à vista dos fatos antes descritos, a Segunda SECEX representou recentemente ao TCU solicitando a instauração de Tomada de Contas Especial contra todos os antigos Diretores (Processo TC 014.539/2005-5), requerendo fosse-lhes determinado ressarcir o IRB-Brasil Re pela importância da indenização paga pelo Sinistro.

17. Cabem neste sentido, algumas considerações sobre o posicionamento da Segunda SECEX acerca do caso em tela, que busca a responsabilização indistinta de toda a Diretoria, não em razão da celebração do citado acordo judicial, mas em virtude da autorização de forma colegiada, do pagamento de uma de suas parcelas.

18. Com efeito, previu o acordo judicial o pagamento da indenização em três parcelas, sendo a primeira paga pelo DIRIS e a segunda pelo PRESI. Ocorreu que, antes do vencimento da terceira parcela, o Conselho de Administração mudou as alçadas decisórias, transferindo para a Diretoria Colegiada a atribuição para autorizar o pagamento de importâncias naquele valor, ouvido o Comitê de Primeiro Nível.

19. Por essa razão, o pagamento da terceira parcela foi autorizado pela Diretoria Colegiada, após aprovado, sem ressalvas, pelo Comitê de Primeiro Nível.

20. Alegou a Segunda SECEX que “quem assina [uma autorização de pagamento] deve analisar todo o processo para autorizar o pagamento. Dessa forma, [os Diretores] tomaram conhecimento da irregularidade do caso Guaratinguetá e, mesmo assim, assinaram a [autorização de pagamento]. Portanto, podem ser responsabilizados por não adotarem nenhuma medida saneadora”.

21. Em outras palavras, o entendimento da Segunda SECEX é de que ao votar a favor da autorização de pagamento de sinistro, acompanhando proposta do Diretor de Sinistros, os demais Diretores avalizaram a regularidade de todos os atos praticados ao longo do processo, da subscrição à liquidação do sinistro, inclusive aqueles que não constam nos autos (como episódios que só puderam ser apurados posteriormente pela Comissão de Sindicância a partir da oitiva de depoimentos).

22. Tal entendimento praticamente obriga os membros da Diretoria instaurar uma Comissão de Sindicância para cada autorização de pagamento de sinistros!

23. Quer parecer ao bom senso que o Diretor responsabiliza-se apenas e tão somente pelo ato que pratica, sendo razoável esperar que, de boa fé, suponha válidos os atos, pareceres e perícias realizados anteriormente,

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls.: 4236
13
Doc:

24. Se os Diretores vierem a ser levados a erro por conta de irregularidades perpetradas anteriormente por atos de empregados ou outros diretores, praticado no âmbito de suas competências, não podem vir a ser por eles responsabilizados.

25. No caso Guaratinguetá, a decisão submetida à deliberação da Diretoria foi apenas e tão somente a autorização para pagamento da terceira parcela de um acordo homologado em juízo.

26. A Diretoria nem mesmo teria como negar o pagamento, pois sujeitaria a companhia à execução judicial.

27. Se esse acordo não era válido, se houve favorecimento espúrio, se faltavam requisitos formais nos autos, nada disso foi analisado pela Diretoria colegiada, e portanto não podem ser os Diretores por isso responsabilizado de forma coletiva.

28. Por essa razão, não parece cabível que, diante dos fatos até agora conhecidos, sejam todos os Diretores responsabilizados, indistintamente, por todas as supostas irregularidades perpetradas ao longo do processo de sinistro do caso Guaratinguetá, apenas e tão somente pelo fato de terem aprovado o pagamento da última parcela de um acordo homologado em juízo.”

### **8.2.1. Conclusão**

Conforme depreende-se, pelo voto da Diretoria e do Conselho de Administração do IRB que aprova o minucioso relatório da Comissão processante, não existe responsabilidade coletiva da Diretoria do IRB ao autorizar o pagamento, cabendo neste caso, tão somente, solicitar aos Ministérios Público Federal e Estadual e à Polícia Federal que dêem continuidade aos inquéritos já existentes no sentido de apurar eventuais responsabilidades daqueles que assinaram o referido acordo judicial.

### **8.3 Favorecimento de brokers**

Cumpre, preliminarmente, tecer sucinto comentário acerca da dinâmica de colocação de resseguro no exterior.

Uma operação dessa natureza se inicia com a contratação, junto a uma corretora, de um seguro, por meio do qual o contratante busca proteger-se dos riscos aos quais se expõe. A corretora intermedeia a operação com uma seguradora, que recebe do segurado o valor do prêmio, de acordo com o tipo de seguro e a cobertura fornecida.

As seguradoras podem, até determinado valor, reter todos os riscos do negócio. Entretanto, de acordo com seus limites técnico e operacional, podem ver-se obrigadas a transferirem parte dos riscos assumidos a outra instituição, chamada de

resseguradora.

Nesse momento surge a figura comercial do ressegurador. No Brasil, o Instituto de Resseguros do Brasil – IRB é responsável pela elaboração de normas reguladoras do co-seguro, resseguro e retrocessão, pela fiscalização, além de ter o monopólio das operações de resseguro.

No resseguro, a seguradora cede ao ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. É uma espécie de seguro do seguro. As sociedades seguradoras são obrigadas a ressegurar no IRB as responsabilidades excedentes do seu limite técnico, em cada ramo de operação.

Assim como as seguradoras, o IRB possui um limite de retenção de riscos. As responsabilidades de negócios que ultrapassam esse limite são cedidas pelo IRB, por meio da operação de retrocessão, ao exterior ou ao mercado interno. O art. 60 do Decreto-Lei nº 73/66 estabelece que é obrigatória a aceitação da retrocessão pelas sociedades seguradoras autorizadas a operar no País. O IRB não está realizando retrocessão interna.

Caberia ao IRB, entretanto, proceder à retrocessão interna desses riscos, distribuindo esse excedente, no País, pelas seguradoras que se interessassem, situação que não vem ocorrendo e que gerou, no Tribunal de Contas da União, a autuação de processo de Denúncia, TC 014.119/2005-0, visto que tal procedimento é exigência do Decreto-Lei nº 73/66, regulamentado pelo Decreto nº 60.459/1967, que trata das normas de resseguro no Brasil.

Devido à não-realização da retrocessão interna, o IRB vê-se obrigado a colocar, no exterior, uma parcela maior do resseguro nãoabsorvido pelo mercado segurador nacional, em conformidade com o art. 6º do Decreto-Lei nº 73/1966:

*Art. 6º A contratação de seguros no exterior dependerá de autorização da SUSEP e será limitada aos riscos que não encontrem cobertura no País ou que não convenham aos interesses nacionais. (Redação dada pela Lei nº 9.932, de 1999)*

*Parágrafo único. O CNSP disporá sobre a colocação de resseguro no exterior. (Incluído pela Lei nº 9.932, de 1999)*

A colocação do resseguro no exterior pode dar-se, então, de duas formas. Pode ser feita mediante contrato automático ou por meio do denominado ‘Resseguro Facultativo’. No caso da retrocessão por contrato automático, o IRB, que legalmente detém o monopólio do resseguro no Brasil, contrata diretamente a cobertura do excedente com outro ressegurador no exterior que, normalmente, é um agente especializado em determinado ramo de negócio.

No resseguro automático é estabelecida, automaticamente por meio de contratos pré-existentes firmados por ramo de seguro, a responsabilidade do ressegurador, até determinado limite de cobertura, desde o momento em que o seguro foi aceito diretamente pela seguradora ou pelo ressegurador retrocedente.

RQS Nº	03/2005 - CN -
CPMI	CORREIOS
Fls:	4237
	15
Doc:	

O resseguro automático pode, ainda, ser complementado por outro contrato de resseguro avulso, para garantir riscos de montante muito elevado, não totalmente cobertos pelo resseguro automático. Obviamente, todas essas operações pressupõem o pagamento de prêmios que são distribuídos de acordo com os riscos repassados.

Entretanto, nos casos de o contrato automático não contemplar o objeto do resseguro, de o resseguro ultrapassar o limite do contrato automático, de o IRB considerar alta a possibilidade de ocorrência de sinistro ou de não possuir interesse comercial no todo ou em parte do negócio, é realizado o resseguro facultativo, referente a um risco específico.

No resseguro facultativo o segurador e o ressegurador, no caso o IRB, têm inteira liberdade para decidir sobre o oferecimento e a aceitação de responsabilidades que são, por meio de uma corretora denominada *broker*, retrocedidas junto a um ressegurador no exterior. Podem ser também utilizadas várias corretoras, das quais uma será a líder, denominada *flag broker*, cuja função é efetuar a cotação no exterior, enquanto que os demais *brokers* cuidam da administração do resseguro ou entram no negócio para integralizar a cotação, quando o *flag* não consegue a cotação integral do resseguro. A divisão da corretagem é feita mediante acordo entre *brokers* e IRB.

Por esses mecanismos, o risco é diluído pelos participantes do mercado de seguros, evitando que um sinistro de valor elevado provoque a quebra de um agente e traga prejuízos a todos os que com ele buscaram proteção, além de proteger o mercado com um todo.

### **8.3.1 Análise dos dados**

A análise fiscal, da movimentação financeira e documental promovida pela CPMI foi realizada com base em material fornecido pelo próprio IRB, pelo Banco Central, Receita Federal, Tribunal de Contas da União, bem como nos depoimentos prestados nesta CPMI pelos Srs. HENRIQUE JORGE DUARTE BRANDÃO e LÍDIO DUARTE.

### **8.3.2 Indícios de favorecimento**

Em razão da reportagem da revista *Veja* de 25/05/2005, o IRB instaurou sindicância em 03/05/2005, por meio da Portaria PRESI- 030/2005, para apurar a ocorrência de favorecimento às corretoras Acordia/Assurê, Alexander Forbes e Cooper Gay na intermediação da colocação de resseguros no exterior.

Relatório de auditoria realizada pelo TCU e remetido a esta CPMI destaca

que a comissão de sindicância confirmou os fatos noticiados pela imprensa ao apontar relevantes indícios de favorecimento praticados pelos Srs. Lídio Duarte, quando presidente do IRB, e Luiz Eduardo Pereira de Lucena, quando exercia o cargo de diretor comercial e de riscos de propriedade, às corretoras Assurê, Cooper Gay e Alexander Forbes (Anexo 14.6), no período de 2002 a 2004, objeto da sindicância.

### 8.3.3 Interveniência de estatais no favorecimento de brokers

#### 8.3.3.1 Furnas Centrais Elétricas

##### 8.3.3.1.1 Antecedentes

O IRB tem um contrato automático<sup>1</sup>, que vale para todos os tipos de seguros e é renovado anualmente, pelo qual ele assume - sob determinadas taxas e condições - riscos até aquele limite. Na época dos fatos, esse contrato era de aproximadamente US\$ 240 milhões. Entretanto, praticamente todos os grandes grupos industriais, aéreos e marítimos têm seguros acima desse limite, portanto, a diferença é tratada como facultativo.

Nos casos de vultoso excedente, o risco facultativo era, via de regra, transferido para companhias seguradoras de grande porte, normalmente no mercado internacional (retrocessão externa).

Diante da vedação legal então existente da contratação direta do resseguro no mercado internacional, essa contratação era feita pelo IRB, por intermédio de *brokers*, isto é, corretoras representantes no Brasil das grandes seguradoras multinacionais.

Segundo o regramento vigente à época, incumbia exclusivamente ao IRB a escolha da companhia resseguradora. Essa política, que na origem tinha o propósito de assegurar que a escolha do agente de resseguro atenderia critérios técnicos estabelecidos pelo órgão, acabou por - na prática - subtrair ao segurado a oportunidade de buscar no mercado internacional condições que lhe fossem mais favoráveis, impactando o custo do seguro.

O reconhecimento por parte do IRB dessa realidade fática resultou na admissão tácita, por parte do órgão, de que os segurados procedessem à indicação informal dos corretores representantes de companhias internacionais que melhor atendessem seus

<sup>1</sup> RESSEGURO AUTOMÁTICO - É uma forma de contrato pelo qual se estabelece, automaticamente, a responsabilidade do ressegurador, até determinado limite de cobertura, desde o momento em que o seguro foi aceito pela seguradora direta ou pelo ressegurador retrocedente. O resseguro automático pode ser complementado por outro contrato de resseguro avulso, para garantir riscos de montante muito elevado, não totalmente cobertos pelo resseguro automático.

02/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 4238
- 17
Doc: _____

interesses econômicos, ficando a decisão final, em todo caso, a critério exclusivo da instituição, de modo a preservar os critérios técnicos da escolha.

Como, entretanto, as companhias indicadas para o resseguro do risco excedente eram, de modo geral, grandes grupos internacionais, raramente os técnicos do IRB apontavam obstáculos ao atendimento da indicação feita pelo segurado.

#### **8.3.3.1.2 Admissibilidade pelo IRB da indicação de broker pelo segurado**

Conforme se vê do relatório da Comissão de Sindicância do IRB,

*“os segurados, muitas vezes, encaminham correspondências ao IRB-Brasil Re manifestando seu desejo de que seus negócios sejam ‘colocados’ por determinado ‘broker’ de sua escolha. Tal pleito, a depender da política adotada pela Diretoria de determinada época, poderia ser acatado ou não, porquanto configura prerrogativa legal do IRB-Brasil Re a colocação do risco em mãos de um ou mais corretores, à sua conveniência”.*

Referido relatório traz transcrição de depoimento prestado por Roberto Santos de Carvalho, ex-Gerente de Retrocessão do IRB, no qual confirma ser prática usual a indicação de *brokers* pelos segurados:

*“... o depoente tem conhecimento da indicação por segurados, na sua maioria empresas privadas, de corretoras para a colocação de risco no exterior”.*

Também nesse sentido o depoimento de Elza de Lourdes Souza, então Coordenadora de Grandes Riscos do IRB:

*“...atualmente a maioria dos segurados indica os corretores e encaminham expressamente tal indicação para o IRB-Brasil Re”.*

Não obstante o IRB tenha divulgado comunicado ao mercado em maio de 2001 alertando que não mais aceitaria a indicação de corretores (DICOM 001/2001), é o próprio órgão quem reconhece que “tal diretriz jamais foi implementada (ou não por muito tempo)” (cf. relatório de sindicância).

Assim, é indiscutível, que, “como já relatado à sociedade, há uma crença corrente no Mercado de que ao segurado é possível indicar o ‘broker’ de sua preferência, conquanto, repita-se, tal prática encontre-se proscrita desde o Comunicado DICOM-001/2001” (cf. relatório de sindicância).

### 8.3.3.1.3 A política de seguros de FURNAS

A partir de 2003, foi constituído em FURNAS um Comitê de Seguros, com integrantes indicados pelas diversas diretorias da empresa, para dar mais relevância ao tratamento da matéria no âmbito da companhia, até então relegado a segundo plano.

A iniciativa da constituição desse Comitê de Seguros foi de Rodrigo Botelho Campos, então Diretor de Gestão Corporativa de Furnas, como se vê de seu depoimento prestado perante a Subrelatoria do IRB dessa CPMI:

*“Eu constitui um grupo de trabalho e posteriormente eu propus aquela Casa que fosse constituído um Comitê de Seguros em FURNAS, Comitê esse, interdiretorial, com a participação de todas as Diretorias, porque o assunto em FURNAS ele sempre foi tratado como um assunto menor. Na estrutura hierárquica da Casa, inclusive, seguros é uma Divisão, acima da divisão um Departamento, acima a Superintendência, acima a Diretoria. A empresa tem quatro níveis hierárquicos. E era um assunto sempre tratado assim de uma maneira muito, pouco eficaz, no meu modo de entender, porque era um assunto que era um assunto, tratado assim de uma maneira muito despretensiosa por parte da Diretoria porque não era algo do cotidiano das preocupações principais da direção da Casa. Pois bem, e eu procurei dar relevância ao tema seguro, tanto procurei dar relevância ao tema seguro, que propus numa PRD, uma Proposta de Resolução de Diretorias, que fosse constituído um Comitê de Seguros naquela Casa, comitê esse que exigiria a participação de todas as Diretorias, exatamente para que todas as Diretorias olhassem com mais carinho para o tema seguros. Portanto, em momento nenhum eu quis centralizar isso nas minhas mãos, eu quis tratar isso de maneira exclusiva. Pelo contrário, o meu movimento foi no sentido de brigar com meus colegas de Diretorias, para que eles indicassem pessoas... Brigar no sentido positivo do termo, para que eles corroborassem conosco, colaborassem conosco para que o tema seguro fosse um tema relevante dentro da empresa e que pudesse ser tratado à luz da necessidade objetiva da Casa”.*

No desempenho dessa nova política de seguros de FURNAS, todos os contratos de seguro vencidos foram regularmente licitados, sem que a empresa ou qualquer diretor procedesse à indicação de corretoras.

Recorra-se, mais uma vez, ao depoimento prestado por Rodrigo Botelho Campos a esta CPMI:

*“Quando nós chegamos em FURNAS por orientação da Presidência da Casa e por uma decisão da Diretoria Colegiada, nós iniciamos um processo de licitação dos contratos que vinham do Governo anterior. Eu quero deixar claro aqui de maneira pública que na minha gestão todos os contratos de seguros foram licitados em FURNAS. Isso era o nosso procedimento. Para trás, é preciso verificar. Eu asseguro categoricamente*

RGS Nº: 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
FIS: 19 <b>4239</b>
Doc: _____

*que na nossa gestão todas as apólices de seguros foram licitadas. Segundo, eu não indiquei nenhum corretor de seguros para que ele fosse participante das apólices de seguros”.*

#### **8.3.3.1.4 O quadro de sinistralidade de Furnas à época**

Há época dos fatos (2003) Furnas era detentora de 06 (seis) apólices de seguros nos mais diversos ramos, todas regularmente licitadas na forma da Lei n. 8666/93.

Em nenhuma das apólices de Furnas houve a intermediação de corretor, o que fez com que o prêmio pago pela empresa sofresse significativa redução.

Ainda assim, o custo estimado para a renovação das apólices no período de jul.04 a jul.05 era de mais de R\$ 15 milhões, com acréscimo em torno de 100% com relação ao valor pago no exercício anterior, segundo estimativas do próprio IRB.

Essa circunstância se justificava em razão do envelhecimento natural de parte da planta energética de Furnas, com conseqüente aumento correspondente da sinistralidade.

A explicação dada por Rodrigo Botelho Campos ao Deputado Carlos Willian é precisa:

*“...nós deparávamos com uma realidade que era a seguinte: FURNAS é uma empresa de quase 50 anos, ela tem usinas muito antigas, usinas que ainda não estavam em processo de modernização, equipamentos dessas usinas que são objeto da cobertura da apólice desse seguro, eles estavam ficando velhos e o índice de sinistralidade, ele estava aumentando, portanto, você começava a ter um volume enorme de equipamentos que ficavam estragados, parados, exigindo manutenção e isso prejudicando o fornecimento de energia para o país. E o mercado percebendo o acirramento desse processo de sinistralidade, ele sinalizava que a apólice de seguros de FURNAS ela subiria muito na renovação dessa apólice ou na licitação que nós viemos a fazer com relação a essa apólice. Havia uma expectativa de que seria algo em torno de quinze milhões de reais”.*

Diante desse quadro, adotar medidas que pudessem resultar na redução do prêmio a ser pago na renovação do seguro no exercício subsequente passou a ser a prioridade do Comitê de Seguros da companhia.

Foram sugeridas pelo Comitê de Seguros três estratégias para redução de custos: diminuição do risco, com a redução do número de equipamentos segurados; aumento do valor da franquia; e, finalmente, pulverização na contratação do risco excedente, ao invés de concentrar em apenas uma seguradora a retrocessão externa.

Essa a explicação dada por Rodrigo Campos à CPMI:

*“Deparando com a perspectiva que essa apólice subiria de preço enormemente por conta do aumento do índice de sinistralidade, nós pedimos a área técnica, no caso a divisão seguros, que formulasse uma estratégia e nesse grupo de trabalho eles discutiram e levantaram três hipóteses que nós, inclusive, levamos a Diretoria da Casa que se tratava de uma estratégia no sentido de evitar que essa apólice subisse muito de preço. Que passava por três principais iniciativas. Uma delas: Redefinir o escopo dos equipamentos licitados. Foi feita toda uma investigação se um ou outro equipamento eventualmente poderia sair do escopo da licitação, diminuindo o valor da apólice com objetivo de baratear o custo. Isso feito dentro de padrões técnicos porque nós não poderíamos também correr o risco de tirar o equipamento da cobertura de seguro e posteriormente haver um incidente, haver um sinistro e aquilo acabar trazendo mais prejuízo para o sistema elétrico e também para a empresa. Então, de maneira técnica, absolutamente em sintonia com a Diretoria de operação do sistema, foi feito um reestudo do escopo dos equipamentos cobertos. Segundo. Nós levantamos a possibilidade de subir o valor da franquia. Por quê? Porque os sinistros que estavam acontecendo eles cotejado com o valor da franquia, eles acabavam não tendo... FURNAS acabava tendo problemas com a gestão disso. Então, nós sugerimos e levantamos um pouco o valor da franquia. E por fim um dos componentes do seguro é o resseguro, e nós tínhamos interesse de que fosse feito, é um processo de ampliação do universo de alternativas para o barateamento da operação de resseguros”.*

Não obstante as três estratégias tenham sido implementadas em conjunto, importante destacar que a redução dos custos da operação de resseguro era a única alternativa que não trazia riscos de futuro impacto econômico à companhia, o que poderia ocorrer na hipótese da ocorrência de sinistro em equipamento não segurado, ou na hipótese de pagamento da franquia em razão de sinistro em equipamento segurado.

#### **8.3.3.1.4 Estudos realizados por Furnas para a pulverização do risco nos contratos de resseguro**

Empenhados na busca de solução que acarretasse barateamento dos custos na futura contratação da renovação das apólices dos seguros de Furnas, os órgãos técnicos da empresa entrevistaram corretores estabelecidos no Brasil, representantes de grandes grupos seguradores internacionais.

Foram mantidos contatos com a Aon Re do Brasil, empresa do Grupo AON e parte integrante da operação da AON Re Worldwide (31.mar.03, 17.abr.03 e 12.jun.03); com a Assuré Seguros, representante da norte-americana Accordia (08.abr.03 e 12.maio.03); com a Marsh Corretora, representante da Guy Carpenter, líder mundial em riscos e corretagem de resseguros (09.abr.03); com a Wood Interbrok Seguros (03.jun.03); e com a Sul América/AGF, representante no Brasil do Allianz Group (09 e 12.jun.03).

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - - CORREIOS
Fls: 4240
21
Doc:

Examinadas as propostas apresentadas, o grupo de trabalho entendeu que melhor atendia os interesses de Furnas indicar ao IRB a contratação da Assurê/Accordia, com forte penetração no mercado norte-americano, para atuar junto com a inglesa PWS (Personal Worldwide Service), atuante no mercado europeu.

Em decorrência da sugestão do grupo de trabalho, Rodrigo Botelho Campos, na qualidade de Diretor de Gestão Corporativa de Furnas, enviou ao IRB as cartas datadas de 23.jun.03, 03.set.03 e 12.dez.03, todas minutadas pela Divisão de Seguros da companhia.

Registre-se que, conforme esclarecido por Rodrigo Campos à Comissão de Sindicância do IRB, o objetivo da indicação – conforme praxe do mercado, diga-se de passagem - “foi aumentar a oferta, de forma a ter melhor resultado econômico para Furnas na contratação de seguro, uma vez que, devido à elevação de sinistralidade na empresa, oriunda de transformadores muito antigos, que pretendiam reduzir o custo dos seguros”.

Nessa mesma ocasião Rodrigo Campos foi indagado a respeito dos motivos que levaram à escolha da Assurê, quando então “citou nomes de vários corretores com quem tiveram contatos, tendo a Divisão de Seguros de Furnas recomendado a indicação da Accordia, representada comercialmente pela Assurê, já que aquela é forte no mercado americano”, tendo ressaltado ainda que os contatos realizados “foram sempre comerciais e técnicos, não tendo havido qualquer indicação política para a indicação da Assurê, mas que se tratou, apenas, de estratégia para a pulverização”.

Finalmente, indagado do porquê de não ter feito licitação para indicação do *broker*, Rodrigo Campos esclareceu, com absoluta pertinência, que “não houve qualquer processo licitatório para a escolha do corretor uma vez que (...) a indicação do corretor cabe ao IRB-Brasil Re”, sendo que “a indicação de Furnas era só pró-forma” – isto é, sem eficácia executiva, dado o monopólio assegurado ao IRB.

#### **8.3.3.1.5 As cartas endereçadas por Rodrigo Campos ao IRB**

Ao todo o Diretor de Gestão Corporativa de Furnas endereçou três cartas ao IRB.

A primeira, de 23.jun.03, apenas credenciava a Assurê Internacional Corretagem de Resseguros Ltda. para, “na qualidade de corretores de seguros”, representar Furnas “junto ao IRB-Brasil Resseguros S.A. nos assuntos de seguro em geral”.

A segunda, de 03.set.03, indicava a Assurê/Accordia “como única administradora” dos excedentes de seguros de Furnas, “para fins de resseguros no mercado internacional”.

Esclarecendo o conteúdo dessa carta à Subrelatoria do IRB, Rodrigo Campos informou que:

*“não tinha em momento algum interesse de dar exclusividade à ASSURÊ. Segundo: Quando nós mencionamos única é dos excedentes, ou seja, aquilo que é a corretora que já trabalhava para FURNAS não colocasse no mercado europeu porque ela atuava mais no mercado europeu, a ASSURÊ por representar a ACORDIA ela procuraria atuar no mercado americano”.*

Finalmente, em 12.dez.03 Rodrigo Campos firmou última carta dirigida ao IRB, solicitando “a designação de Assurê Internacional de Corretagem de Resseguros Ltda. e a PWS Brasil Serviços de Apoio em Resseguro Ltda.” como administradores dos excedentes de seguros de Furnas, “para fins de resseguro no mercado internacional”, conforme orientação do grupo de trabalho.

Rodrigo Campos é categórico ao afirmar a esta CPMI que ao remeter tais missivas não agiu por iniciativa própria:

*“eu assinei essa correspondência, essa correspondência foi preparada pela área técnica da Casa. Ela foi preparada com o motivo de mostrar ao IRB nosso interesse de diversificar as ofertas, as alternativas que FURNAS teria para baratear o custo do resseguro, que é um complemento da apólice de seguros”;*

*“Mas de resto o que aconteceu? Nós solicitamos, é que a divisão de seguros ela procurasse no mercado segurador brasileiro, alternativas para que a gente pudesse baratear o custo de resseguros. E uma série de corretoras fizeram contatos com FURNAS, fizeram contatos com a divisão de seguros, uma vez ou outra, eu, às vezes, recebia protocolarmente, porque meu procedimento como Diretor na casa era sempre receber os fornecedores, encaminhar para as áreas competentes, seja Superintendência, Departamento de divisão. Isso eu fiz na área de seguros. E num determinado instante, depois de ouvir uma série de empresas, a divisão de seguros, área técnica da Casa, ela me sugeriu e preparou essa correspondência que eu firmei encaminhando ao IRB”.*

De resto, as correspondências em nada diferiam, no seu conteúdo, daquelas rotineiramente encaminhadas ao IRB com indicações de corretoras pelos segurados – prática reconhecida pelo próprio órgão como praxe usual.

Como se vê do depoimento de depoimento prestado à Comissão de Sindicância por Roberto Santos de Carvalho, ex-Gerente de Retrocessão do IRB, não foi a substância, mas sim a forma da carta que feriu suscetibilidades na instituição:

*“...ficou chateado com a forma como veio redigida a carta de Furnas, por entender ser desrespeitosa, pois esta não fazia qualquer solicitação ao IRB-Brasil Re, responsável por tal atividade, mas diretamente designava/nomeava a corretora Assurê para a colocação dos excedentes no exterior, não o fazendo sob forma de solicitação”.*

BRB 03/2005 - CN -
CPMI-- CORREIOS
Fls: 4241
23
Doc: _____

Trata-se de mera questão semântica, absolutamente risível quando se tem por certo que a missiva somente poderia encaminhar pedido ou solicitação, independentemente dos termos em que vazada, na medida em que o monopólio legal assegurava ao IRB, com exclusividade, designar corretor para a retrocessão externa.

Nesse sentido o depoimento de Rodrigo Campos nesta CPMI:

*“...essa estratégia que nós montávamos exigiu que fosse feito um contato com o mercado segurador, desde sempre, sabendo que monopólio do IRB ele era inatingível”.*

#### **8.3.3.1.6 Resultados obtidos para Furnas**

Em razão da ação do então Diretor de Gestão Corporativa da companhia, baseada nos relatórios, sugestões e achados dos órgãos técnicos da Casa, Furnas obteve um ganho de mais de R\$ 6 milhões quando da renovação das apólices de seguro para o exercício 2004/2005.

É o que se extrai do relato de Rodrigo Campos ao Deputado Carlos Willian:

*“o que motivava a nossa ação, a nossa estratégia comercial, era no sentido de garantir que nós pudéssemos, somando todas essas iniciativas, baratear o custo da apólice. Essa apólice em perspectiva caiu de quinze milhões, para nove milhões. Ela acabou sendo contratada por nove milhões de reais”.*

O relatório da Comissão de Sindicância do IRB tenta desqualificar esse argumento alegando que “a escolha da seguradora pelas empresas estatais deve ser precedida do devido processo licitatório”, razão pela qual “os preços contratados já se encontram adrede conhecidos”, não havendo como “a escolha do ‘broker’ influenciar na formação do preço”.

O argumento seria verdadeiro caso se estivesse cogitando da redução do preço da apólice em curso. Não era esse o caso, entretanto.

Conforme bem esclarecido por Rodrigo Campos a essa CPMI, a busca de alternativas para a redução dos custos de Furnas foi feita “de maneira antecipada”:

*“Nós fizemos isso antes do processo licitatório, porque na Comissão de Sindicância do IRB, há um comentário no relatório de que você não consegue baratear o custo do resseguro porque ele é perceptivo, como sendo um dos componentes de custo do seguro, após a operação de resseguros ser contratada. Na realidade o que nós imaginávamos e foi todo*

*um esforço que nós fizemos, foi no sentido de baratear para a apólice que viria adiante e não para a apólice então existente”;*

*“Portanto, o que o mercado sinalizava, o que o IRB dizia, o que as seguradoras, as corretoras, as empresas internacionais diziam, é que uma apólice por conta da elevação de sinistros, bateria em quinze milhões, nós com esse conjunto de iniciativas nós acabamos fazendo com que essa apólice fosse contratada por nove milhões”.*

Com efeito, o custo da apólice a ser licitada para o exercício de 2004/2005, estimada pelo mercado em R\$ 15.970.000,00, acabou sendo contratada, graças aos esforços do grupo de trabalho instalado na divisão de seguros, por R\$ 9.730.000,00 – uma economia para Furnas de mais de R\$ 6 milhões(!).

Nesse ponto vale transcrever o diálogo travado entre Rodrigo Campos e o Deputado Carlos Abicalil quando de seu depoimento à Subrelatoria do IRB:

*“DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): V.Sa. estima o patrimônio segurado de FURNAS em que montante?”*

*SR. DEPOENTE RODRIGO BOTELHO CAMPOS: Algo em torno de cinco e meio, seis bilhões de reais.*

*DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Cinco e meio a seis bilhões de reais.*

*SR. DEPOENTE RODRIGO BOTELHO CAMPOS: Bilhões de reais. São os equipamentos, porque não há seguros para as barragens, o escopo da contratação da operação de seguros é basicamente os equipamentos.*

*DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): E V.Sa. fez referência que através de três iniciativas se buscou em função do envelhecimento desses equipamentos e do aumento do risco de sinistros, prover um dimensionamento técnico que pudesse derrubar aquilo que estava projetado como aumento dos riscos e em função disso aumento dos custos de seguro.*

*SR. DEPOENTE RODRIGO BOTELHO CAMPOS: É verdade.*

*DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Esse levantamento foi ordenado por V.Sa.?*

*SR. DEPOENTE RODRIGO BOTELHO CAMPOS: Sim.*

*DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Já no ano de 2003?*

RQS nº 03/2005 - CN -
CPM! - CORREIOS
Fis: 4242
Doc:

*SR. DEPOENTE RODRIGO BOTELHO CAMPOS: Nós iniciamos no início com um grupo de trabalho, envolvendo as diversas Diretorias afins, posteriormente isso se transformou num Comitê de Seguros institucionalizado na Casa através de uma resolução de Diretoria para que o tema fosse debatido coletivamente e buscasse estratégias de barateamento. Com essas iniciativas a apólice caiu de quinze milhões para nove milhões e esse ano ela foi novamente licitada e voltou para os quinze milhões.*

*DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Licitação anual.*

*SR. DEPOENTE RODRIGO BOTELHO CAMPOS: Normalmente anual. Pela lei você pode prorrogar por 50 meses, se não me falha a memória, a permite até um nível de tolerância que você faça aditamentos e tudo mais. Desses casos, inclusive, absolutamente amparado pela Consultoria Jurídica, isso sempre foi feito com muito cuidado como é obrigação do agente público. Mas de fato a iniciativa nossa de primeiro trazer o tema para o cotidiano da Diretoria, não ser apenas um assunto de quinto nível de preocupação na Casa. Segundo: fazer isso de maneira compartilhada, portanto, não havia interesse nenhum de minha parte de ter a prerrogativa de comandar a área de seguros e FURNAS. Pelo contrário, envolvi todo mundo, inclusive, gerou um problema de ordem administrativa, porque como era nível de divisão e outros Diretores indicaram Superintendentes, havia um desbalanceamento, inclusive, na representação da minha Diretoria nesse Comitê de Seguros. Mas de qualquer maneira, porque são colegas de Casa, sempre se respeitaram independente da situação hierárquica. E dessa forma nós conseguimos efetivamente no conjunto de iniciativas que tomamos nós intuíamos, imaginávamos que nós conseguiríamos baratear e efetivamente conseguimos e agora uma outra licitação o preço voltou a subir. Por quê? Porque não está resolvido o problema da sinistralidade em FURNAS. Enquanto as modernizações das usinas que estão em curso, elas não concluírem, não se trocarem os transformadores, os geradores, os equipamentos, continuarão equipamentos antigos tendo mais panes do que o normal, exatamente pelo seu envelhecimento.*

*DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): O senhor avalia que esse procedimento da última licitação respeitou mesmo o dimensionamento que V.Sa...*

*SR. DEPOENTE RODRIGO BOTELHO CAMPOS: Eu já não estava em FURNAS. Mas eu imagino que tenha sido, exatamente porque foi institucionalizado esse Comitê de Seguros, eu tenho a impressão de que o processo licitatório foi feito nos marcos da lei e da mesma forma houve todo um esforço no sentido de baratear o preço da apólice. Se ela voltou a subir, eu imagino que dadas as circunstâncias de mercado e o nível de*

*sinistralidade que apesar de todo o esforço de FURNAS, infelizmente nessa licitação não se conseguiu baratear.*

*DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): V.Sa. tem a oportunidade aqui de explicar com cristalina clareza, que aquilo que as matérias de imprensa à época noticiavam de que os valores seriam de 15,9 milhões em realidade, sob sua gestão, caiu desta projeção de 15,9...*

*SR. DEPOENTE RODRIGO BOTELHO CAMPOS: Para algo em torno de 9 milhões.*

*DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Para algo em torno de 9 milhões. V.Sa. acredita que isso trouxe algum prejuízo à FURNAS?*

*SR. DEPOENTE RODRIGO BOTELHO CAMPOS: Pelo contrário, a empresa ganhou dinheiro com isso e destinou esse recurso a algum outro tipo de investimento.*

*DEPUTADO CARLOS ABICALIL (PT-MT): Isso aumentou risco a empresa de FURNAS?*

*SR. DEPOENTE RODRIGO BOTELHO CAMPOS: Não, porque quando nós elevamos a franquia e reduzimos o escopo dos equipamentos cobertos pela apólice, isso foi feito com muito rigor técnico, avaliando risco, portanto um ou outro equipamento que tenha sido retirado e que tenha diminuído o valor da apólice não gerou conseqüências para a segurança do sistema elétrico”.*

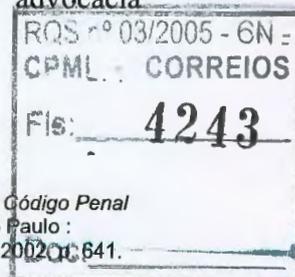
### **8.3.3.1.7 Inexistência do crime de advocacia administrativa**

O artigo 321 do Código Penal incrimina a conduta do agente que

*“patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário”.*

A doutrina é unânime no entendimento de que o crime consiste em o funcionário público patrocinar o interesse de outrem. Se o agente patrocina interesse próprio ou interesse de ordem pública, não há que se falar no crime de advocacia administrativa<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> JESUS, Damásio E. *Código Penal Anotado*, 11ª ed. São Paulo : Saraiva, 2001, p. 945; MIRABETE, Julio F. *Código Penal Interpretado*. São Paulo : Atlas, 1999, p. 1735; BITENCOURT, Cezar Roberto. *Código Pena Comentado*. São Paulo : Saraiva, 2002, p. 1093; DELMANTO, Celso et al. *Código Penal Comentado*, 6ª ed. Rio de Janeiro : Renovar, 2002, p. 641.



No caso específico, Rodrigo Campos, na qualidade de Diretor de Gestão Corporativa de Furnas Centrais Elétricas S.A., não patrocinava junto ao IRB outro interesse que não o da própria empresa da qual era dirigente. Mais: sendo Furnas sociedade estatal de economia mista, não há dúvida que a defesa de seus interesses equivale ao patrocínio de interesse público.

Assim, não tendo o então Diretor de Gestão Corporativa qualquer outro interesse na indicação ao IRB da Assurê Internacional Corretagem de Resseguros Ltda. que não propiciar economia para Furnas Centrais Elétricas S.A. na futura contratação de apólices de seguro, não há decididamente que se falar em advocacia administrativa.

#### **8.3.3.1.8 Considerações finais**

Diante de todo o exposto, não há fundamento para o indiciamento de Rodrigo Botelho Campos.

Afinal, a indicação de instituição corretora ao IRB para retrocessão do excedente era prática comum e tolerada pela instituição, no interesse do próprio segurado.

A indicação de instituição corretora pelo segurado não é prática nociva ao mercado de seguros, tanto é que recentemente, 27.jun.05, a própria Presidência do IRB-Brasil Re fez comunicar ao mercado que passaria a permitir aos segurados obter a cotação e suporte de resseguros no mercado internacional, para aqueles riscos não amparados por contratos automáticos, com vistas a possível e futura colocação” (Circular PRESI-011/2005). A esse respeito, veja-se extrato de matéria veiculada na edição de 27.jul.05 do jornal Valor Econômico:

*“No fim de junho passado, a nova administração do IRB-Brasil Re, comandada por Marcos Lisboa, anunciou que o Conselho de Administração da estatal permitiu que os segurados e suas companhias de seguros possam pesquisar no exterior e apresentar uma proposta de resseguro. Segundo os profissionais da área, a medida apenas oficializou uma prática comum do mercado.*

*‘Houve uma formalização do que já acontecia. Antes eu ia lá fora (no exterior), fazia uma avaliação do seguro do cliente, voltava e apresentava ao IRB’, explica Fernando Pereira da Silva, vice-presidente da filial brasileira do grupo Aon Risk Services, a maior empresa do mundo em corretagem de seguros, resseguros e gerenciamento de riscos.*

*A diferença é que antes o IRB poderia recusar a proposta, que então virava um mero parâmetro, já que o contrato teria de ser feito nas condições e preços determinados pela estatal, completa Denys Goldenberg, diretor comercial da Lazam MDS, corretora controlada pelo grupo Feffer”.*

A indicação da Assurê Internacional Corretagem de Resseguros Ltda. foi precedida de estudos realizados por grupo de trabalho instituído na Divisão de Seguros de Furnas depois de consulta a diversas corretoras de renome, tais como Aon Re do Brasil, Marsh Corretora, Wood Interbrok Seguros e Sul América/AGF.

Conforme bem apontado por Rodrigo Botelho Campos em seu depoimento à CMPI, “tudo isso foi feito com absoluto acompanhamento da Consultoria Jurídica da Casa”.

Na verdade, Rodrigo Campos apenas subscreveu as cartas dirigidas ao IRB na condição de administrador, confiando nos pareceres e nos estudos realizados pelos órgãos técnicos de Furnas:

*“Eu perguntei as pessoas se aquela carta que eu estava assinando não me comprometeria. Não comprometeria FURNAS. E eu fui orientado. Não há problema, isso é uma prática do mercado, as empresas mesmo preservando e respeitando o monopólio do IRB elas fazem sugestões, empresas públicas e privadas fazem esse tipo de sugestão. Portanto, isso é uma prática de mercado”.*

Não houve qualquer propósito de favorecimento à Assurê Internacional Corretagem de Resseguros Ltda. Prova disso é que, conforme registrado por Rodrigo Campos em seu depoimento, “FURNAS não tem nenhum contrato com ASSURÊ, ou com qualquer empresa do grupo ASSURÊ”.

Em todo caso, a indicação feita por Rodrigo Campos não vinculava o IRB na indicação da companhia para contratar o resseguro de Furnas. Ao contrário, aquele órgão dispunha de monopólio legal na indicação da empresa de resseguro. Assim, a opção pela contratação da Accordia é de responsabilidade exclusiva do Instituto, devendo seus gestores responder pelo ato, caso haja eventual irregularidade.

A indicação de empresa para dividir o excedente do seguro de Furnas atendia estratégia traçada pelos órgãos técnicos para barateamento de custos. A adoção dessa estratégia em conjunto com outras providências também implementadas resultou em economia para Furnas de mais de R\$ 6 milhões.

A ação da Diretoria de Gestão Corporativa não trouxe qualquer prejuízo ou incremento de risco para a companhia – ao contrário, resultou em ganho significativo para Furnas.

Não há que se falar em advocacia administrativa quando o inculpado agiu na qualidade de diretor da companhia, em defesa de interesse exclusivo da corporação, especialmente em se tratando de empresa estatal de economia mista, com predominância do capital público.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
29
Fls: 4244
Doc: _____

---

### 8.3.3.2 Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO

A Infraero contratou seguro no ramo “incêndio”, modalidade “riscos operacionais”, que abrange um seguro do tipo “*All Risks*” destinado a setores industriais que possuam valor de reposição mínimo dos bens materiais em risco. Tem como objetivo oferecer ampla proteção às plantas industriais contra perdas e danos materiais de causa interna e externa e contra perdas econômicas decorrentes de dano material que afete a produção. Visa, também, atender às particularidades das indústrias que possuam esquema de prevenção de perdas e característica de risco altamente protegido.

A exemplo de Furnas, a PWS vinha realizando a colocação dos riscos da Infraero no exterior. Contudo, a partir do exercício de 2003, a PWS foi substituída pelas corretoras Aon e Acordia, cada uma com 20% do risco.

Em expediente datado de 18/7/2003, o Sr. Roberto Carvalho, então Gerente de Retrocessão do IRB, se posicionou a favor da manutenção da PWS para o período 2003/2004 (Anexo 14.16). No verso, no entanto, o Sr. Luiz Lucena, ex-Diretor Comercial do IRB, exarou, em 12/8/2003, o seguinte despacho (Anexo 14.17):

*Sr. Presidente,*

*Apesar do voto do Gerente quanto a indicação da PWS, proponho seja seguido a carta do segurado, a qual veio anexa a carta da AON de 12/8/2003, indicando a AON Re e Acordia Re para colocação do facultativo.*

A carta do segurado, CF N° 07781/DF/2003, de 06/08/2003 (anexa à carta da AON de 12/8/2003), expedida pelo Sr. Adenauher Figueira Nunes, Diretor Financeiro da Infraero, ratifica a preferência pela Acordia e Aon para colocação dos riscos facultativos, solicitando ainda o rateio do negócio meio a meio entre elas (Anexo 14.18).

O despacho do Sr. Luiz Lucena foi acatado pelo então Presidente do IRB, Sr. Lídio Duarte.

Por oportuno, cumpre trazer à tona o estipulado na Ata da 32ª Reunião da Diretoria de 4/8/1999, acerca da indicação de corretor na colocação de resseguro no exterior. Naquela oportunidade, a Diretoria aprovou por unanimidade a seguinte orientação (Anexo 14.19):

*a) Seguros Novos – poderá ser aceita a eventual sugestão do Segurado, desde que se trate de corretor devidamente cadastrado na Empresa, em relação ao qual não haja, na ocasião, nenhuma restrição;*

*b) Seguros em Vigor – mesmo que sugerido pelo Segurado, a substituição só poderá ocorrer em casos excepcionais, ante a existência de fato concreto relevante, que torne insustentável a continuação do corretor na conta;*

*c) Renovação de Seguros – a mudança poderá ocorrer, quando a Empresa assim entender ou mesmo por sugestão do Segurado, desde que, nesta última hipótese, os motivos apresentados sejam considerados procedentes, ficando entendido, no entanto, que deverá ser facultado aos resseguradores do período vincendo a possibilidade de permanecerem no negócio, principalmente quando se tratar de conta deficitária.*

Apesar de já existir normativo interno tratando da indicação de corretor de resseguro como visto acima, o Sr. Lídio Duarte, à época Diretor Comercial, por meio do Comunicado DICOM – 0001/2001, estabeleceu que o IRB não mais aceitaria indicações dos segurados para a escolha de *brokers*. No entanto, vê-se que, independentemente das diretrizes constantes da Ata da 32ª Reunião da Diretoria para renovação de seguros e do Comunicado acima referido, a PWS acabou sendo substituída pela Acordia e Aon na colocação do resseguro 2003/2004, sem mesmo terem sido apresentados motivos procedentes para tal alteração. Não houve, também, quaisquer motivos técnicos que fundamentassem a troca havida.

De maneira semelhante ao ocorrido no caso de Furnas, a Infraero também expediu comunicações ao IRB, CF nº 04578 e 04579/DF/2003, ambas de 13/05/2003, designando a Assurê como Corretora, antes mesmo do credenciamento da Acordia, ocorrido em 6/8/2003. Com base nos fatos levantados, pode-se deduzir que a corretora internacional Acordia e sua representante no Brasil Assurê só foram credenciadas junto ao IRB em razão dos pedidos das estatais Furnas e Infraero.

Registra-se, ainda, a nova ingerência do Sr. Adenauher Figueira Nunes, Diretor Financeiro da Infraero. Em 20/8/2004, o Sr. Adenauher enviou a correspondência CF nº 10310/DF/2004 (Anexo 14.20) ao Sr. Lídio Duarte, então Presidente do IRB, informando a suspensão do credenciamento da Assurê e da Aon, sem esclarecer os motivos da intentada suspensão.

Menos de um mês depois, em 15/9/2004, Sr. Adenauher enviou nova carta, CF nº 11366/DF/2004 (Anexo 14.21), informando o credenciamento da Assurê e da Aon, também sem motivação.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 4245
31
Doc: _____

Desse modo, de forma reiterada, sem motivação técnica adequada e contrariando o Comunicado DICOM – 0001/2001, os Srs. Luiz Lucena e Lídio Duarte praticaram atos com fortes indícios de favorecimento à Corretora Assurê e, agora, à Aon. O Sr. Adenauher Figueira Nunes, Diretor Financeiro da Infraero, feriu, em duas ocasiões, os princípios da impessoalidade e da moralidade.

#### Facultativos Infraero - Ramo Incêndio – Modalidade Riscos Operacionais

Exercício	Período	Código do facultativo	Brokers e percentual participação	Anexo 1, Fls.
2003/2004	6/12/03 a 5/3/04	03.11.15.14.4.00	Aon 20% Acordia 20%	81
	5/3/04 a 4/4/04	03.11.15.14.4.00	Aon 20% Acordia 20%	82
2004/2005	4/4/04 a 4/4/05	04.11.13.74.8.00	Aon 20% Acordia 20%	83
2005/2006	4/4/05 a 4/4/06	05.11.13.29.5.00	Aon 15% Acordia 15%	84

O quadro acima demonstra que, a partir de 2003, a AON e a ACORDIA passaram a efetuar a colocação do riscos da Infraero no exterior.

#### 8.3.3.3 Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Inicialmente, convém fazer um histórico dos *brokers* que participaram do facultativo da Petrobras a partir de 2003, no ramo responsabilidade civil, modalidade D & O (*Directors and Officers*), que abrange um seguro destinado a cobrir despesas com ações judiciais contra Diretores e Gerentes da empresa.

#### Facultativos Petrobras – Ramo Responsabilidade Civil Geral – Modalidade D & O

Exercício	Período	Código do facultativo	Brokers e percentual participação	Anexo 1, Fls.
2002/2003	1/11/02 a 1/11/03	02.51.31.84.2.00	New Hampshire 73,4 % Willis 26,6%	143
	1/11/02 a 1/11/03	02.51.32.08.3.00	Mexbrit 100%	144
2003/2004	1/11/03 a 2/5/04	03.51.31.64.1.00	New Hampshire 100 %	145
	2/5/04 a 1/11/04	04.51.31.12.1.00	New Hampshire 85,5 % Everest 12,5%	146
	2/5/04 a 1/11/04	04.51.31.13.9.00	Mexbrit 100 %	147
2004/2005	1/11/04 a 1/11/05	04.51.31.80.5.00	Mexbrit 50 % Cooper Gay 50 %	148

De 2000 a 2002, o resseguro foi colocado diretamente no exterior junto ao

ressegurador New Hampshire sem a intermediação de *broker*. No período 2002/2003, ocorreram dois facultativos simultâneos, o de nº 02.51.31.84.2.00, no valor de US\$ 100.000.000,00, e o de nº 02.51.32.08.3.00, no valor de US\$ 8.900.000,00.

Relativamente ao período de 2003/2004, foram realizados três facultativos, distribuídos pelas corretoras New Hampshire, Everest e Mexbrit, conforme tabela anterior.

Em relação ao facultativo 2004/2005, o Sr. Paulo Tercero, então Gerente de Retrocessão do IRB, em expediente de 08/11/2004, assim se manifestou (Anexo 14.22):

*Sr. DICOM*

*Trata-se de renovação do Risco de D&O da Petrobras.*

*(...)*

*O período passado o risco foi colocado pelo New Hampshire, e segundo informações da GERIP, houveram [sic] alguns problemas na ocasião, tanto que é solicitado que sejam utilizados os Brokers do contrato.*

O Sr. Paulo Tercero, entrevistado pela equipe técnica do TCU em julho/2005, não soube esclarecer os problemas havidos.

Em seguida, o Sr. Luiz Lucena, então Diretor Comercial do IRB, assim despachou (Anexo 14.22):

*Sr. GERET*

*Entenda-se Cooper Gay e Mexbrit com 50 % para cada.*

Ainda no mesmo expediente, o Sr. Lídio Duarte, então Presidente, exarou o seguinte despacho:

*De acordo com participação de Cooper Gay na colocação.*

A Sra. Elza de Lourdes Souza, Coordenadora de Tratados de Risco-Exterior

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS Fls: <b>4246</b> Doc: _____
--

no IRB, entrevistada em 30/8/2005, informou que os *brokers* do contrato automático, citados no expediente do Sr. Paulo Tercero, eram a Mexbrit e a Cooper Gay. Esclareceu ainda que, antes de 2003, não havia contratos automáticos para D&O, sendo os excedentes dessa modalidade feitos somente por facultativos.

O primeiro contrato vigorou de 1/4/2003 a 1/4/2004, quando a resseguradora New Hampshire era a líder com 50%, dividindo o negócio com os *brokers* Cooper Gay e Mexbrit, com 12,50% cada. Atualmente, a New Hampshire saiu do negócio, os *brokers* Mexbrit e Cooper Gay participam do contrato automático com 35% cada, cuja vigência expirará em 31/3/2007 (Anexo 14.23).

Cumprido destacar que a Cooper Gay não tinha negócios com o IRB antes de 2003, segundo relatório da comissão de sindicância – como abaixo:

Note-se que a contemplada, COOPER GAY, ascendeu de R\$ 0,00 em negócios, em 2002, para o patamar de R\$ 7.235.965,68, no ano imediatamente seguinte.

*Facultativos Petrobras – Ramo Responsabilidade Civil Geral – Modalidade RC Geral*

Exercício	Período	Código do facultativo	Brokers e percentual participação	Anexo 1, Fls.
2000/2002	Não houve facultativo.			
2002/2003	1/11/02 a 1/11/03	02.51.31.66.4.00	Guy Carpenter 100 %	161
2003/2004	1/11/03 a 1/11/04	03.51.31.50.1.00	Guy Carpenter 50 % Cooper Gay 50 %	162
2004/2005	1/11/04 a 1/06/05	04.51.31.53.8.00	Guy Carpenter 50 % Cooper Gay 50 %	163
2005/2006	10/6/05 a 31/05/06	05.51.31.32.8.00	Guy Carpenter 50 % Cooper Gay 50 %	165

Segundo o IRB, não houve colocação de excedente no exterior por parte da Estatal na modalidade RC Geral nos períodos 2000/2001 e 2001/2002. Para o período 2002/2003, foi contratado o facultativo, exclusivamente, com a corretora Guy Carpenter.

Já na renovação do facultativo para o período 2003/2004, a comissão de sindicância destacou o seguinte despacho do Sr. Roberto Carvalho, então Gerente de Retrocessão do IRB, de 5/9/2003 (Anexo 14.24):

*Sr. DICOM Trata-se da renovação do risco RC Petrobrás (01.11.2003).*

*No período 2002/03, Guy Carpenter (100%) é o detentor da conta.*

*Assim sendo, propomos a manutenção do Corretor, salientando que o prêmio exterior deverá ultrapassar US\$ 1.000.000,00.*

*Neste caso, por se tratar de risco de grande porte, sugerimos que em conjunto com Guy Carpenter seja nomeado Mexbrit que nos dá bom suporte no segmento RC.*

O Sr. Luiz Lucena, ex-Diretor Comercial, em 11/09/2003, assim despachou (Anexo 14.25):

*Sr. Presidente*

*Tratando-se de conta de prêmio elevado bem como complexidade quanto a colocação, sugiro além da Guy Carpenter, seja utilizada a Cooper Gay a base de 50/50%.*

O despacho foi acatado pelo Sr. Lídio Duarte, ex-Presidente. Nota-se, mais uma vez, a ausência de justificativa para a escolha da Cooper Gay.

### **8.3.4 Interveniência no setor privado**

#### **8.3.4.1 Setor de aviação**

Seguindo o mesmo padrão das Estatais, a corretora Acordia continuou sendo favorecida nos riscos do ramo aeronáutico da VARIG e Gol dos exercícios de 2003/2004 e 2004/2005. Também foi beneficiada a Corretora Alexander Forbes no facultativo da TAM dos exercícios de 2003/2004 e 2004/2005.

A Acordia foi novamente favorecida na colocação do resseguro facultativo da Viação Aérea São Paulo – VASP, no exercício 2004/2005. Este é só mais um caso em que uma corretora foi incluída sem a devida comprovação técnica.

##### **8.3.4.1.1 Conclusão – Setor de aviação**

REQ Nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Els: 4247
Doc: _____

Quando a Acordia entrou no mercado nacional em agosto de 2003, já atuavam no ramo aeronáutico no mercado nacional os seguintes *brokers*: Aon (Varig 2002/2003), Marsh/Guy Carpenter (TAM 2002/2003), Aon (Gol 2002/2003) e Heath Aviation (Vasp 2003/2004).

Conforme se observa, essas empresas já atuavam sozinhas nas suas respectivas contas, pelo menos, desde 2000. À vista de serem renovadas nos facultativos desde 2000, infere-se que deviam atender às suas contas a contento. Assim, a princípio, não existiriam motivos para a inclusão de mais um *broker* nas contas das aéreas. Se existiam, não restaram elucidados nos expedientes trocados pelo Sr. Luiz Lucena e Lídio Duarte.

Considerando a real necessidade técnica de mais um *broker*, não ficou transparente a razão pela qual não foram escolhidas corretoras que já tinham experiência anterior junto ao IRB no ramo aeronáutico, como, por exemplo, a Benfield.

A Administração também não pode perder de vista o princípio da economicidade. Sem dúvida, na cotação dos facultativos, a vantagem não é auferida pela própria Administração, mas pelo seu cliente, o segurado, pois é quem paga o prêmio de resseguro. Mas as conseqüências de um mau negócio para qualquer segurado brasileiro pode pôr em risco todo o sistema segurador nacional, que o IRB tem atribuição legal de proteger.

#### 8.3.4.2 Colocação do facultativo da siderúrgica USIMINAS

O último caso relevante está relacionado à colocação do facultativo da siderúrgica USIMINAS. A tabela abaixo demonstra o histórico dos *brokers* que participaram do facultativo da USIMINAS a partir de 2002, no ramo incêndio, modalidade risco operacional.

Facultativos USIMINAS – Ramo Incêndio – Modalidade Riscos Operacionais

Exercício	Período	Código do facultativo	Brokers e percentual participação	Anexo 1, Fls.
2001/2002	30/10/01 a 30/10/02	01.11.35.13.1.00	Catalyst 100 %	254
2002/2003	30/10/02 a 30/10/03	02.11.35.03.7.00	Catalyst 60 % Alexander Forbes 40 %	255

2003/2004	30/10/03 a 30/10/04	03.11.34.85.8.00	Catalyst 60 % Alexander Forbes 40 %	256
2004/2005	30/10/04 a 30/10/05	04.11.34.77.0.00	Catalyst 50 % Alexander Forbes 50 %	257

À época da contratação do facultativo 2002/2003, o Sr. Rinaldo Campos Soares, Presidente da Usiminas, endereçou carta (Pre101), datada de 7/8/2002, ao Sr. DemóstheneS Madureira de Pinho Filho, então Presidente do IRB, com o seguinte teor (Anexo 14.26):

*Prezado Senhor,*

*Dando seguimento ao procedimento que vimos, com o apoio dessa empresa, adotando desde 1996, pretendemos, nas próximas semanas, realizar um Road Show no mercado internacional, com apresentações na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, onde está sediada a maioria dos resseguradores do programa.*

Considerando os valores segurados, da ordem de 10 bilhões de dólares, e tendo presente o cenário do mercado ressegurador internacional, continuamente difícil, acreditamos que essa iniciativa será essencial para assegurar capacidade de resseguro de primeira linha para o nosso programa de seguros patrimoniais, ao mesmo tempo em que reforçaremos a identidade do risco Sistema Usiminas naqueles mercados.

Mais uma vez, contaremos neste processo com a assessoria da Catalyst Re Consulting LLC.

*Após concluído o mencionado road show, gostaríamos de marcar com a sua Diretoria e corpo técnico a apresentação dos dados para a renovação do programa de seguros do Sistema Usiminas. A primeira semana do mês de setembro, em data da sua conveniência, seria, em princípio, ideal. Em seguida, os técnicos da Seguradora Líder, da Bradesco Seguros e desta empresa deverão se reunir com seus técnicos para discutirem as bases para a renovação do programa de seguros.*

Em resposta, em 20/8/2002, o Sr. DemóstheneS Madureira de Pinho Filho sugeriu a data de 5/9/2002 para apresentação dos dados (Anexo 14.27).

Em 25/9/2002, o Sr. Rinaldo Campos Soares, Presidente da Usiminas,

RQS nº 03/2005 - CN - CORREIOS
Fis: 4248
Doc:

endereçou nova carta (Pre-124) ao Sr. Demóstenes Madureira de Pinho Filho, Presidente do IRB à época, com o seguinte teor (Anexo 14.28):

*Senhor Presidente,*

*Pela correspondência C.PRESI – 049/2002 fomos informados de que o IRB está indicando o corretor Alexander Forbes para participar, em consórcio com a Catalyst Re, do processo de cotação e colocação no mercado exterior do programa de seguros patrimoniais do Grupo Usiminas, cobrindo, principalmente, as plantas siderúrgicas da Usiminas e da Cosipa.*

*Em correspondência datada de 10.09.2002, assinada pelo Sr. Roberto Carvalho, Gerente de Retrocessão, e endereçada à Catalyst Re, a mesma Alexander Forbes Risk Services era apontada para, em conjunto com a Catalyst Re, coordenar o road show de apresentação do risco Usiminas ao mercado.*

*Ocorre, Sr. Presidente, que o road show de apresentação do risco Usiminas ao mercado internacional foi realizado em agosto, último, com participação do Gerente de Finanças desta Usiminas, conforme previamente acordado com essa Presidência pelo nosso expediente de 07.08.2002 e seu ofício de 20.08.2002. O resultado do road show foi apresentado à Diretoria desse Instituto em reunião realizada nos seus escritórios com a presença de seus Diretores, Srs. Francisco Aldenor e Lídio Duarte, dos Srs. Sebastião Pena e Dario Matheus, da Gerência de Riscos Patrimoniais desse Instituto, do Sr. Vice Presidente Técnico da Bradesco Seguros, Carlos Eduardo Corrêa do Lago, acompanhado de seus assessores, dos Srs. Carlos Campolina e Evandro Dantas, desta Usiminas, Paulo Bonilha, da Cosipa, e do Sr. Hamilton Mesquita do Padro, da Catalyst Re Consulting. Nessa reunião foi informada a V.Sas. a cotação obtida junto à Allianz, atual líder da colocação, que praticamente mantém as condições oferecidas no ano anterior, aumentando em cerca de 50% o suporte antes oferecido para a principal faixa de cobertura (até US\$ 500 milhões). Está agora sendo desenvolvido pela Catalyst o necessário apoio dos demais resseguradores.*

*Parece-me, Sr. Presidente, que a entrada de um novo corretor, sem um profundo conhecimento do programa de seguros Usiminas e sem o tempo de se afinar com a filosofia de trabalho que em conjunto e com apoio do IRB tem sido desenvolvida desde 1998 pela Catalyst, trará, certamente, prejuízos para o bom andamento do processo de colocação com sérios reflexos no preço de nosso seguro já castigado (na companhia de outros grandes consumidores de seguros) seguidamente nos últimos anos por fatores absolutamente alheios ao nosso controle.*

*E a conseqüência é tão mais grave por sabermos que uma vez*

*elevada a referência de preço de nosso seguro, estaremos, ano após ano, convivendo com essa nova referência até que um distante ciclo de preços francamente favorável ao comprador, hoje percebido por todos como cada vez mais distante e improvável, permita a reversão desse processo.*

*Temos absoluta convicção de que a intervenção da Usiminas neste processo, gentilmente permitida por V.Sa., e a participação da Catalyst Re como corretora de resseguro exclusiva para a colocação do risco Usiminas, tem produzido os melhores efeitos, pela competitividade das condições obtidas, pulverização do risco com resseguradores de primeiríssima linha, o que acautela a sua preocupação com a segurança financeira da operação, e eficiência na recuperação de sinistros, recentemente testada com o sinistro de razoável vulto que atingiu o gasômetro da Cosipa, em 10.01.2001.*

*Pelas razões expostas, somos obrigados a pedir a V.Sa. que reveja a decisão tomada, permitindo que o processo de renovação do nosso programa de seguros, já em estágio avançado, seja concluído exclusivamente pela Catalyst Re Consulting LLC.*

Nessa carta, o Sr. Demóstenes Madureira de Pinho Filho, Presidente do IRB, após o seguinte despacho, em 2/10/2002 (Anexo 14.28):

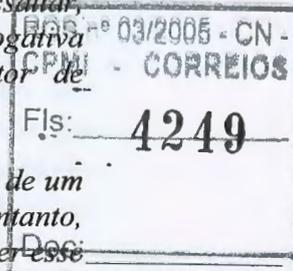
*LÍDIO Conversar urgente comigo*

Em resposta à nova carta da Usiminas, em 4/10/2002, o Sr. Demóstenes Madureira de Pinho Filho assim se manifestou (fls. 266/267):

*Senhor Diretor-Presidente,*

*Reporto-me a sua correspondência Pre-124, de 25/09/2002, e sobre o tema nela tratado cumpre-me esclarecer a V.Sa. que, tendo em conta aspectos sensíveis do relacionamento da Catalyst Re com este Ressegurador, a permanência daquela Corretora, na colocação dos excedentes relativos à renovação em causa, somente tornou-se possível em atendimento à solicitação feita por essa Empresa, cabendo ressaltar, todavia, que – como não poderia ser diferente – se constitui prerrogativa exclusiva desta Companhia a indicação de seu próprio corretor de resseguro.*

*Em face do acima exposto, fez-se recomendável a indicação de um novo corretor para liderar o processo de renovação. No entanto, considerando o andamento das negociações, o IRB-Brasil decidiu rever esse posicionamento inicial, de forma que a Catalyst Re participasse do*



*consórcio, na qualidade de líder, evitando assim qualquer entrave que pudesse resultar em prejuízo para a colocação do risco.*

*Assim sendo, fica ratificada a indicação do Consórcio 'Catalyst Re (60%) e Alexander Forbes (40%)', sob liderança do primeiro, cabendo ressaltar, por oportuno, que de nenhuma forma a participação desse novo corretor trará qualquer prejuízo a essa Empresa, até porque trata-se de procedimento de rotina, por meio do qual, mediante união de esforços, busca-se a obtenção de melhores preços e condições para o cliente final.*

Em 16/10/2002, o Sr. Alex Leventhal, representante da Catalyst, mediante correspondência eletrônica, submeteu a cotação do facultativo ao IRB, informando que já tinham desenvolvido significativo suporte do mercado internacional, bem como que estavam mantendo a Alexander Forbes ciente dos trabalhos desenvolvidos – vide excertos abaixo (fls. 268):

*Prezados Roberto e Zina:*

*Tenho a satisfação de submeter cotação para a renovação do programa em epígrafe, resultado de indicações informais e cotações obtidas, para a qual já desenvolvemos significativo suporte do mercado internacional.*

*(...)*

*A cotação por nós desenvolvida observa a mesma estrutura em layers já usada nos anos anteriores, adaptada à nova franquia. O LMI foi mantido em US\$ 800.000.000.*

*Conforme determinação desse IRB, estamos atuando em conjunto com Alexander Forbes, o qual está sendo mantido informado de todos os desenvolvimentos.*

### **8.3.5 Conclusão**

Para se harmonizar com os princípios do Estado Democrático de Direito, o ato administrativo deve ser motivado, a fim de dar transparência às razões da sua expedição, o que é um corolário do princípio da publicidade, bem como propiciar a verificação da sua legalidade, legitimidade e moralidade. Nesses termos, Hely Lopes Meirelles dispõe (in *Direito Administrativo Brasileiro*, 24<sup>a</sup> edição):

*“A publicidade, como princípio de administração pública (CF, art. 37, caput), abrange toda atuação estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos como, também, de propiciação de conhecimento da conduta interna de seus agentes. Essa publicidade atinge, assim, os atos concluídos e em formação, os processos em andamento, os pareceres dos órgãos técnicos e jurídicos, os despachos intermediários e finais (...).” (pg. 88)*

*“(...) para se ter a certeza de que os agentes públicos exercem a sua função movidos apenas por motivos de interesse público da esfera de sua competência, leis e regulamentos recentes multiplicam os casos em que os funcionários, ao executarem um ato jurídico, devem expor expressamente os motivos que o determinaram. É a obrigação de motivar. O simples fato de não haver o agente público exposto os motivos de seu ato bastará para torná-lo irregular; o ato não motivado, quando o devia ser, presume-se não ter sido executado com toda a ponderação desejável, nem ter tido em vista um interesse público da esfera de sua competência funcional” (pgs. 180-1)*

No mesmo sentido, Maria Sylvia Zanella Di Pietro também propugna (in *Direito Administrativo*, 14ª edição, p. 82):

*“O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos.”*

Assim, sem motivação técnica adequada e contrariando o Comunicado DICOM – 0001/2001, os Srs. Luiz Lucena e Lídio Duarte praticaram atos com fortes indícios de favorecimento à Corretora Assurê/Acordia ao acatar as imposições dos Srs. Rodrigo Botelho Campos e Adenauher Figueira Nunes, Dirigente de Furnas e Infraero, respectivamente, sem a devida motivação do ato administrativo, ferindo os princípios da impessoalidade e da moralidade, supracitados.

A Acordia foi favorecida, ainda, por esses senhores, nos facultativos da VARIG, GOL e VASP, como mostra o quadro abaixo. Também favoreceram as Corretoras Cooper Gay, no facultativo da Petrobras, e Alexander Forbes, no facultativo da TAM

PROB Nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4250
Doc 41

NOME	CPF	FAVORECIDA	SEGURADO	EXERCÍCIO
Lídio Duarte	347.647.477-15	Acordia	Furnas	2003/2004
			Infraero	
			VARIG	
			GOL	
		VASP	2004/2005	
		Cooper Gay	Petrobrás RC	2003/2004
			Petrobrás D&O	2004/2005
Alexander Forbes	TAM	2003/2004		
Luiz Eduardo Pereira de Lucena	160.238.207-78	Acordia	Furnas	2003/2004
			Infraero	
			VARIG	
			GOL	
		VASP	2004/2005	
		Cooper Gay	Petrobrás RC	2003/2004
			Petrobrás D&O	2004/2005
Alexander Forbes	TAM	2003/2004		

Cabe ressaltar a participação dos Srs. Adenauher Figueira Nunes, CPF 031.193.352-15, e Rodrigo Botelho Campos, CPF 449.009.456-68, no patrocínio de interesses particulares no exercício de cargo público, em flagrante violação aos princípios da impessoalidade e moralidade que devem nortear a atuação do gestor público, materializada nas cartas enviadas por ambos ao IRB expondo suas preferências pelas Corretoras Assurê/Acordia e Aon.

A exemplo dos Srs. Lídio Duarte e Luiz Lucena, o Sr. Demosthenes Madureira de Pinho Filho, CPF 007.042.537-04, favoreceu a corretora de resseguros Alexander Forbes ao incluí-la no facultativo da Usiminas na renovação do período 2002/2003, sem a devida motivação do ato administrativo, haja vista a alegação do Sr. Rinaldo Campos Soares, presidente da Usiminas à época, constante da correspondência Pre-124, de 25/09/2002, de que a entrada de um novo corretor traria, certamente, prejuízos para o bom andamento do processo de colocação e elevação do preço do seguro da companhia.

#### 8.4 Investimentos realizados pelo IRB-Brasil Re S/A no exterior

O IRB, em outubro de 2002, na gestão do então Presidente Demosthenes Madureira de Pinho Filho, realizou investimento em Euronotes no valor de US\$ 240 milhões, sendo US\$ 120 milhões no banco Société Générale, US\$ 60 milhões no Bayerische Landsbank e US\$ 60 milhões no Bank of Scotland. Naquela oportunidade, o IRB – para levantar parte do valor necessário ao investimento, ou seja, US\$ 112.122.054,62 – alienou as aplica es realizadas no GOLDMAN SACHS & CO, MORGAN STANLEY DEAN WINTTER e SOLOMON BROTHERS.

##### 8.4.1 Análise dos dados

###### 8.4.1.1 Base de informa es

A análise fiscal, da movimenta o financeira e documental promovida pela CPMI foi realizada com base em material fornecido pelo IRB, Banco Central, Receita Federal, Tribunal de Contas da União, bem como nos depoimentos prestados nesta CPMI pelo Sr. LÍDIO DUARTE.

###### 8.4.1.2 Investimento em Euronotes

No dia 4 de agosto de 2005, várias matérias veiculadas pela imprensa noticiaram a existência de proposta do Banco Espírito Santo – BES para que o IRB realizasse investimento, mínimo, da ordem de US\$ 100 milhões.

Nesse mesmo dia, os jornais *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo* noticiaram que o deputado Roberto Jefferson teria sido procurado em abril de 2005 pelo publicitário Marcos Valério para intermediar, junto ao IRB, transferência de US\$ 600 milhões de um banco inglês para o BES.

Auditoria do TCU no IRB, compulsando a Ata da 20<sup>a</sup> Reunião da Diretoria do IRB (Anexo 14.29), realizada no dia 18 de maio de 2005, constatou que o Diretor de Riscos de Propriedades, Sr. Luiz Eduardo Pereira de Lucena, CPF 160.238.207-78, mesmo não sendo de sua esfera de atribui es, apresentou propostas de investimento do UBS Investment Bank e do Winterbotham Merchant Bank. Um pouco antes disso, em 22 de abril de 2005, o Banco Espírito Santo Investment havia apresentado uma proposta similar.

O Banco Espírito Santo Investment pretendia captar recursos para aplica o no valor de US\$ 100 milhões e o Winterbotham Merchant Bank pretendia captar recursos da ordem de US\$ 240 milhões. O UBS Investment Bank não indica o montante em suas proposta (Anexo 14.30).

RQS não 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: <b>4251</b>
43
Doc: _____

O que se verifica é que o Sr. Luis Apolônio Neto, ex-presidente do IRB, manteve contato com o Sr. Ricardo Espírito Santo e, por isso, no dia 22 de abril de 2005, o ex-Diretor Financeiro, Dr. Alberto de Almeida, recebeu Carta-Proposta do BES, para aplicação do IRB no valor de US\$ 100 milhões que, somados à proposta de investimento do Winterbotham Merchant Bank, enviada no dia 13 de abril de 2005, ao ex-Diretor de Riscos de Propriedade, Sr. Luiz Lucena, no valor de US\$ 240 milhões, alcançam o montante de US\$ 340 milhões. Como a proposta do UBS Investment Bank, datada de 23 de março de 2005, dirigida ao Sr. João Jaime Coimbra, Gerente de Investimento, não contém o valor a ser aplicado, inferimos (considerando o que o ex-deputado Roberto Jefferson declarou em seus pronunciamentos), que o valor da aplicação sugerida pelo UBS para investimento pelo IRB seria de US\$ 260 milhões. O montante dessas três aplicações – caso tivessem ocorrido – seria de US\$ 600 milhões de dólares, valor que o ex-deputado Roberto Jefferson afirmara que o publicitário Marcos Valério intermediaria junto ao IRB.

Recursos para fazer esses investimentos o IRB possuía. Basta ver os investimentos mantidos no exterior. Entretanto, caso fossem realizados, prejudicariam sobremaneira a liquidez da instituição, uma vez que o prazo de maturação proposta para os investimentos variavam de 2 a 5 anos e meio. Também descumpririam a Política de Investimento da Empresa, aprovada pelo Conselho de Administração – CONAD em 8 de julho de 2002 (Anexo 14.31).

Tomando por base a Política de Investimento do IRB, combinada com a Circular Bacen nº 3280, de 9 de março de 2005, o Sr Paulo Neves Garcia, Gerente de Investimento Substituto, por meio de parecer elaborado em 17 de maio de 2005, opina pela não-aceitação das citadas propostas de investimento.

Dessa feita, os referidos bancos não lograram êxito em seus pleitos. Todavia, em 2002, o IRB Brasil Re promoveu uma redistribuição de seus investimentos no exterior da ordem de US\$ 240 milhões de dólares. Naquela oportunidade, em 10 de outubro de 2002, essa operação foi alvo de denúncia anônima junto à Casa Civil da Presidência da República, criticando os investimentos feitos pelo IRB no exterior (Anexo 14.32).

Em ofício enviado à Casa Civil da Presidência de República para justificar o investimento, o Sr. Demosthenes Madureira de Pinho Filho, CPF 007.042.537-04, enalteceu as condições em que o investimento de US\$ 240 milhões de dólares fora realizado, inclusive fazendo as seguintes afirmações (Anexo 14.33):

*Item 17 do OF.PRESI-121/2002: "Com essa realocação estamos conseguindo algo inédito para a Empresa, que é a garantia de retorno do*

*montante investido, independentemente do comportamento do portfólio dos investimentos."*

*Item 21: "A verdade é que a realocação de recursos ora realizada concede ao IRB uma rentabilidade expressivamente superior àquela que vinha sendo percebida no portfólio anterior, principalmente em comparação com a aplicação em Time Deposit."*

*Item 22: "Adicionalmente, a nova aplicação oferece a garantia do retorno integral do capital investido, independentemente do comportamento do portfólio das aplicações - algo absolutamente inédito, como já registrado - e que, por si só, já justificaria a decisão tomada."*

*Item 23: "A manutenção desses recursos no exterior mantém perfeita correlação de volume e liquidez com o perfil de exigibilidades em moeda estrangeira da Empresa."*

Em 20 de dezembro de 2002, o ex-presidente do IRB, Senhor Demosthenes Madureira de Pinho Filho, por meio do Of.PRESI-143/2002, enviou ao Ministério da Fazenda as respostas aos questionamentos formulados pelo ex-Deputado Ricardo Berzoini (Anexo 14.34). Dentre elas, cabe ressaltar as seguintes:

*Item 3 do OF.PRESI – 143/2002: "A rentabilidade para esses novos investimentos, que, destaque-se, oferecem algo inédito ao IRB-Brasil Re, que é a garantia de retorno do valor principal investido, está vinculada à rentabilidade futura dos fundos aos quais estão indexados. A rentabilidade média anual dos fundos aos quais esses novos investimentos estão indexados foi a seguinte nos últimos cinco anos:*

*Société Générale -10,32 %*

*Bayerische Landsbank -10,62 %*

*Royal Bank of Scotland -8,68 %"*

*Item 5 do OF.PRESI – 143/2002: "(...) esses novos investimentos no exterior foram efetuados nas seguintes instituições, detentoras do rating indicado entre parênteses, elaborado pela Standard & Poors:*

*Société Générale (AA-) -US\$ 120 milhões*

*Bayerische Landsbank (A+) -US\$ 60 milhões*

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Els: 4252
Doc:

*Royal Bank of Scotland (AAA) -US\$ 60 milhões"*

*Item 11 do OF.PRESI – 143/2002 [excertos da resposta]: "A análise de risco e vantagens da operação foi feita de forma até mais rigorosa do que o comum das aplicações, eis que contratamos especialistas internacionais para orientar o IRB-Brasil Re nesse procedimento.*

*Nos últimos anos, em função de uma iminente privatização e instalação de escritórios de resseguradores internacionais no Brasil, o IRB-Brasil Re tem sofrido brutal perda de profissionais de seu quadro efetivo, estando impedido de realizar concurso público para reposição dessa mão-de-obra, por estar incluído no Programa Nacional de Desestatização – PND.*

*Paralelamente, limitações legais decorrentes do fato de o IRB-Brasil Re estar sujeito às normas que regem as empresas estatais, impediram que a empresa mantivesse seu contrato com a "Bloomberg", um precioso e importantíssimo canal de informações de desempenho do mercado financeiro internacional, indispensável para o adequado acompanhamento, orientação e análise de investimentos, especialmente em se tratando de investimento no exterior. Decorre daí que à pretensa área técnica, faltam recursos humanos e materiais para exercer eficazmente o seu papel.*

*Diante dessa situação e, com o objetivo de obter a melhor orientação para investimento dos seus recursos, o Diretor Financeiro, a fim de decidir qual o melhor caminho, solicitou a colaboração do ex-Gerente Financeiro do IRB-Brasil Re e ex-Presidente da UAIC, subsidiária integral do IRB-Brasil Re nos Estados Unidos, chegando-se à conclusão de que o ideal seria a contratação de uma empresa internacional especializada na análise e orientação de alocação de ativos, recurso atualmente muito utilizado no exterior".*

Como se vê, em todos os esclarecimentos prestados pelo IRB, os seus representantes procuraram demonstrar que o investimento realizado em 2002 era algo altamente vantajoso para a empresa, uma vez que, de forma inédita, após cinco anos, eles teriam a garantia de resgatar o principal, independentemente do comportamento do portfólio dos investimentos. Eles só não explicaram o verdadeiro motivo de se investir US\$ 240 milhões e mantê-lo por cinco anos para, ao final, ter apenas a garantia de receber os mesmos US\$ 240 milhões.

A rentabilidade tão enaltecida pelos ex-dirigentes do IRB parece artificial, pois esperava-se uma rentabilidade média anual da ordem de 10,32% da Société Générale,

10,62% da Bayerische Landsbank e 8,68% do Royal Bank of Scotland. Porém, o rendimento não tem se comportado como o esperado. Passados quase quatro anos, a Société Générale apresenta uma rentabilidade acumulada de 11.041%, a Bayerische Landsbank apresenta uma rentabilidade negativa acumulada de 2.671% e o Royal Bank of Scotland, rentabilidade acumulada de 0,834%.

Considerados na totalidade, a aplicação em Euronotes apresenta uma rentabilidade acumulada de 5.115%. Cabe ainda destacar que, em 2005, as taxas de rentabilidade até o mês de junho são negativas nas três instituições (Anexo 14.35).

Conforme afirmado acima pelos dirigentes do IRB, esse investimento não contou com a avaliação da Gerência de Investimento do IRB-GEINV, tida como incapaz para análise de aplicação tão moderna.

Estranha-se, todavia, que muitos funcionários que integram hoje a GEINV já trabalhavam nessa instituição 2002, época da referida aplicação.

Contudo, após quase quatro anos, a GEINV, tida como carente de recursos humanos e materiais, foi capaz de analisar e dar parecer desfavorável – baseada, entre outras normas, na Política de Investimento da empresa – às pretensões dos bancos Espírito Santo Investment, The Winterbotham Merchant Bank e UBS Investment Bank, num montante que pode chegar a quase US\$ 600 milhões em investimentos similares ao realizado em 2002.

Para realizar o investimento em Euronotes no valor de US\$ 240 milhões, o IRB acumulou perdas de US\$ 5.400.067,92, por ter vendido seus títulos em época em que o valor de mercado estava abaixo do preço de custo. Com essa operação, os dirigentes da empresa demonstraram indiferença ao prejuízo, pois perderam, nessa operação, mais de US\$ 5 milhões, que, se convertidos ao câmbio do dia 25 de outubro de 2002 (US\$ 1,00 = R\$ 3,95), equivaleriam a uma perda de R\$ 21.330.268,28.

A manutenção desse investimento no exterior, seja em Fundos Euronotes, seja em outras aplicações, além de contrariar a legislação que trata da matéria (Decreto-Lei nº 1.290/73; Resolução CMN nº 2.917/01), desobedece à Política de Investimentos da empresa, ao aplicar no exterior mais de 50% de suas reservas. Em junho de 2005, esse percentual estava no patamar de 65,80%.

#### 8.4.2 Conclusão

Pelo que se demonstrou nos itens anteriores, as aplicações realizadas pelo IRB em 2002 tinham carência de dois anos e garantia do principal somente após cinco anos e não apresentavam garantia de rentabilidade mínima. Por isso, caso o IRB tivesse a

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 4253
Doc:

necessidade de se desfazer desses investimentos, teria que abrir mão de mais de US\$ 28 milhões.

Cumprir a Política de Investimentos e internalizar os US\$ 240 milhões seria uma alternativa a essas aplicações. Caso os dirigentes do IRB tivessem feito essa opção e aplicado os US\$ 240 milhões no Fundo Extramercado do Banco do Brasil, teríamos o seguinte resultado em 4 de

agosto de 2005:

Valor aplicado em 2002	=	US\$ 240.000.000,00
Câmbio do dia 15/out/2002 (US\$ 1 = R\$ 3,95)	x	3,95
Valor convertido para real em 15/out/2002	=	R\$ 948.000.000
Cota Extramercado do dia 15/out/2002	:	6,448118418
Total de cotas do Extramercado em 2002	=	147.019.632,48
Cota Extramercado do dia 04/ago/2005	x	10,613182569
Valor convertido para real em 04/ago/2005	=	R\$ 1.560.346.200,73
Câmbio do dia 04/ago/2005 (US\$ 1 = R\$ 2,30)	:	2,30

Montante em real convertido p/ US\$ em 04/ago/2005 = US\$ 678.411.391,62

Pelos valores acima, resta provado que as aplicações realizadas em 2002 causaram prejuízos milionários ao IRB, pois, em outubro de 2007 – quando vencerá o investimento em Fundos Euronotes – o IRB terá garantido apenas o principal. Caso houvesse optado pelo investimento acima, teria recebido, em 4 de agosto de 2005, US\$ 678.411.391,62, ou seja, US\$ 438.411.391,62 a mais do que o IRB receberá em outubro de 2007. Assim, essas aplicações não trouxeram quaisquer benefícios para o IRB.

## 8.5 Interbrazil

A Interbrazil Seguradora passou a ser objeto de investigação desta subcomissão, a partir de denúncias veiculadas pela imprensa, relacionadas a contribuições para campanhas eleitorais e vinculação com o Sr. Ademar Palocci (irmão do atual Ministro da Fazenda).

Assim sendo, o Senhor André Marques da Silva, presidente da Interbrazil Seguradora, foi ouvido por esta comissão, à qual confirmou ter efetuado certas contribuições a campanhas políticas, tudo adequadamente registrado e declarado.

Também nessa oitiva, com base em análise de correspondência eletrônica trocada entre os Srs. André Marques da Silva e Cláudio Marques da Silva (irmão do depoente), identificou-se o eventual envolvimento do Sr. Ademar Palocci.

Infelizmente, o Plenário da Comissão não aprovou requerimento para afastamento de sigilo bancário, fiscal e telefônico, bem como a convocação do Sr. Ademar Palocci para prestar depoimento, prejudicando as investigações desta Subcomissão.

## **8.6 Relatório de Administração e Gestão do IRB**

Através do OF PRESI nº 024/2006 de 17 de fevereiro de 2006, do Exmo. Sr. Marcos de Barros Lisboa, atual presidente do IRB – Brasil Resseguros S/A, foi encaminhado a esta Comissão um Relatório de Administração e Gestão elaborado pela diretoria do IRB empossada em junho de 2005.

O mencionado relatório considerava, além de comentários sobre o mercado de atuação no qual a empresa está inserida, um breve diagnóstico das fragilidades identificadas pela nova diretoria, tanto no que se refere aos aspectos internos da organização, quanto às regras de funcionamento do mercado de resseguro no Brasil.

### **8.6.1 Fragilidades identificadas**

As fragilidades apontadas foram classificadas em dois grupos, com relação à:

- . • Deficiência da boa governança corporativa;
- . • Ausência de investimentos em tecnologia e pessoal.

### **8.6.2 Deficiência de governança corporativa**

As principais fragilidades foram assim identificadas:

- . • Centralização na diretoria e presidência da autonomia para escolha de corretores;
- . • Ausência de formalização de critérios objetivos no processo de tomada de decisões;
- . • Falta de inserção tecnológica;
- . • Falta de renovação do quadro de pessoal;
- . • Ausência de indicadores de conformidade e desempenho setorial;
- . • Baixo índice de integração entre os departamentos da empresa.

### **8.6.3 Deficiência de investimentos em tecnologia e pessoal**

As principais fragilidades foram assim identificadas:

- . • Escassez de investimentos em tecnologia da informação e pessoal;

RGE nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 4254
Doc: 49

- . • Conhecimento da operação restrito a poucos funcionários;
- . • Bases de dados não unificadas;
- . • Baixo índice de informatização de fluxos administrativos;
- . • Ausência de comunicação eletrônica com o mercado;
- . • Ausência de softwares atuarias e estatísticos, utilizados na avaliação de riscos.

#### **8.6.4 Melhorias já implementadas**

Desta forma, com a finalidade de contribuir com a modernização das regras de mercado ressegurador, as seguintes principais mudanças foram introduzidas pela nova diretoria:

- . • Realização de cotação no exterior feita diretamente pelas corretoras;
- . • Escolha de corretores por parte as seguradoras;
- . • Aumento da transparência da composição dos custos das operações de resseguro;
- . • Modificações dos critérios de colocações de contratos no exterior;
- . • Novo critério de definição de limites de contratação de seguro garantia;
- . • Criação de regras para renovação dos contratos automáticos com as seguradoras;
- . • Criação de grupos de trabalho para análise e avaliação de processos de gestão;
- . • Criação da ouvidoria;
- . • Criação da gerência de risco e de *compliance*.

### **8.7 Enquadramento jurídico**

#### **8.7.1 Caso Guaratinguetá**

Neste momento não cabe solicitar o enquadramento de nenhum dos agentes, devendo ser solicitada aos Ministérios Público Federal e Estadual e à Polícia Federal que dêem continuidade aos inquéritos já existentes com vistas a apuração de eventuais responsabilidades daqueles que assinaram o referido acordo judicial.

#### **8.7.2 IRB – Favorecimento de Brokers**

No episódio do favorecimento das brokers ACORDIA, COOPER GUY e ALEXANDRE FORBES, os Srs. Lídio Duarte e Luiz Eduardo Pereira de Lucena, Demosthenes Madureira de Pinho Filho, dirigentes do IRB, Adenauher Figuera Nunes, dirigente da Infraero, incorreram no crime de advocacia administrativa, definido no art. 321 Do Código Penal.

## 9. Fundos de Pensão

### 9.1. Relevância da Temática dos Fundos de Pensão na CPMI

Este relatório foi conduzido no firme propósito de apresentar respostas à população, que nutre tão grandes expectativas sobre seus representantes. A despeito de adversidades que prejudicaram o avanço para alcançar os objetivos propostos, não há dúvida de que o esforço não terá sido em vão. Os resultados alcançados frutificarão e estimularão mudanças que poderão favorecer o bem comum. A tarefa árdua, porém gratificante, traz a certeza do cumprimento do dever.

A crise desencadeada pelas denúncias do ex-Deputado Roberto Jefferson revelou-se abrangente e, ao mesmo tempo, pedagógica. Mesmo tendo sido os veículos de comunicação que deflagraram o processo, o que demonstra o amadurecimento da nossa democracia e da liberdade de expressão, somente com a criação das Comissões Parlamentares de Inquérito é que foi possível à sociedade tomar conhecimento, com profundidade, das mazelas do poder que ainda perturbam a democracia representativa.

Sem o Congresso Nacional não haveria como ser conduzido um processo de investigação que fosse ao mesmo tempo aberto e soberano, centralizado e organizado. “Nenhum político deste País vai mais impressionar a sociedade brasileira neste momento com discurso”, assim afirmou o Senador Jefferson Péres em uma das reuniões da CPMI.

O objeto inicial da CPMI era investigar atos de corrupção e outros ilícitos administrativos praticados na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a ECT. Ainda que uma comissão parlamentar de inquérito deva, em princípio, deter-se na investigação do fato determinado que motivou a sua criação, a possibilidade de ampliação do foco da investigação, desde que surjam elementos novos e que guardem relação com os que determinaram a sua instalação, é incontestável. Tal aspecto, inclusive, é fruto de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento de mandado de segurança (MS 23652), realizado em 22 de novembro de 2000, cujo relator foi o Ministro Celso de Mello, nos seguintes termos:

*“O inquérito parlamentar, realizado por qualquer CPI, qualifica-se como procedimento jurídico-constitucional revestido de autonomia e dotado de finalidade própria, circunstância esta que permite à Comissão legislativa - sempre respeitados os limites inerentes à competência material do Poder Legislativo e observados os fatos determinados que ditaram a sua constituição - promover a pertinente investigação, ainda que os atos investigatórios possam incidir, eventualmente, sobre aspectos referentes a acontecimentos sujeitos a inquéritos policiais ou a processos judiciais que guardem conexão com o evento principal objeto da apuração congressional.”*

A temática “Fundos de Pensão” surgiu no âmbito da CPMI dos Correios por meios diversos. Porém é importante identificar e destacar qual é a sua conexão concreta com o fato determinado da CPMI, não cabe generalizações nesse aspecto. Embora o tema em tela

TRCS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fís: 4255
51
Doc:

não tenha uma relação imediata com o fato determinado, ao longo do curso investigativo, foi inevitável a inclusão do assunto no espectro analítico.

As linhas investigativas, que conectou o tema “Fundos de Pensão” ao fato determinado da CPMI, foi a busca da identificação das fontes de recursos do “Esquema de Marcos Valério”. Nesse sentido dois fatos tomaram relevância:

- 1º) A identificação de que as empresas de telecomunicações *Telemig* e *Amazônia Celular* (ambas controladas pelo Grupo Opportunity, Citybank e fundos de Pensão) somavam os maiores valores de recursos privados repassados para as empresas de comunicação do Senhor Marcos Valério;
- 2º) A identificação de investimentos dos Fundos de Pensão nos Bancos BMG e Rural.

Esses fatos por si só não revelam nenhuma irregularidade, mas dentro do contexto das investigações mereceram destaque. O primeiro fato tornou-se relevante, pois havia uma disputa pelo controle das empresas já citadas e da *Brasil Telecom*, estando de um lado o Grupo Opportunity e de outro os Fundos de Pensão e Citybank. Diversos indícios levantaram a suspeita de que o *ambiente político* poderia ter sido “contaminado de maneira irregular” na tentativa de influenciar as justas e legais decisões sobre a disputa empresarial em questão.

No segundo caso, muito se investigou sobre a hipótese de envolvimento de entidades fechadas de previdência complementar no esquema de financiamento irregular de partidos políticos e campanhas eleitorais, operado pelo Senhor Marcos Valério. Buscou-se uma análise sobre a possível correlação entre os investimentos das entidades, nos Bancos BMG e Rural, com o período de repasses irregulares a partidos e políticos. Não foi possível estabelecer, de forma nenhuma, esta conexão. Nenhuma prova concreta foi obtida para demonstrar que o dinheiro repassado por Marcos Valério tinha origem nos fundos de pensão. Não foi logrado obter nenhum elemento comprobatório.

O que se verificou, durante o ano de 2004, um movimento dos bancos de pequeno e médio porte de oferecer taxas mais atrativas ao mercado com a finalidade de captar mais recursos. Em razão disso, os bancos citados foram contemplados com alguns investimentos das entidades previdenciárias, mas não apenas destas, bem como entre elas não apenas dos fundos de pensão patrocinados por estatais federais, em tese permeáveis a eventuais injunções políticas. Tais bancos foram agressivos em sua política de captação de recursos, o que promoveu um movimento de mercado em direção a eles.

A importância recente que os fundos de pensão têm adquirido deve-se, em grande parte, aos volumosos recursos por eles acumulados, hoje girando em torno de R\$ 300 bilhões. Essa significativa cifra desperta muitos interesses, envolvendo diversas arenas decisórias, em especial as de políticas públicas, relativas ao mercado financeiro e de capitais.

Desde os momentos conturbados pela crise do governo Collor, estiveram na linha de fogo por se caracterizarem como alvos de desvios, não raro com fortes motivações políticas. Em seguida, foram colocados no centro dos processos de privatização, na qualidade de sócios capitalistas dos grupos que se formaram para os leilões, viabilizando os arranjos financeiros

necessários para dar liquidez aos lances. Ressalte-se que, em ambos os acontecimentos, os fundos de pensão foram vistos como provedores de recursos, como acontece em todo o mundo.

Os fundos de Pensão tiveram participação significativa no processo de privatização do *Sistema de Telecomunicações Brasileiro*. Esse fato foi objeto de investigação, embora marginal, pois um dos fatos mais relevantes, como já citado, trata-se da disputa sobre o controle de três importantes empresas de telefonia.

Dado o grande volume de recursos administrados pelos principais fundos de pensão no Brasil, é necessário que não sejam feitas ilações que possam denegrir a imagem de um sistema que atende milhões de brasileiros, que dependem diretamente para recebimento de suas complementações de aposentadoria e pensões. Todavia não está afastada a hipótese de ocorrência de irregularidades em casos específicos. Contudo não se devem ratificar distorções e superficialidades técnicas, que levem a julgamentos políticos e parciais.

Não obstante, o sistema de fundos de pensão reúne um conjunto de atividades econômicas relevantes para o País e é composto por entidades responsáveis por poupanças de milhares de pessoas. Ademais, é importante evidenciar que o mercado é formado por profissionais sérios, competentes, e que merecem ter suas profissões valorizadas, na medida em que forem diferenciadas de práticas espúrias. Também será fundamental que os trabalhos da Sub-relatoria possam iniciar um processo saudável que separe o joio do trigo, contribuindo para que o mercado de previdência complementar se desenvolva por meio de parâmetros técnicos, legais e éticos.

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) inicialmente investigadas foram:

- a) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ;
- b) Fundação Banco Central de Previdência – Centrus;
- c) Fundação dos Economistas Federais – Funcef;
- d) Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – Eletros;
- e) Fundação Petrobrás de Seguridade Social – Petros;
- f) Fundação Sistel de Seguridade Social;
- g) Geap Fundação de Seguridade Social;
- h) Instituto de Seguridade Social dos Correios – Postalís;
- i) Portus Instituto de Seguridade Social.
- j) Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social;
- k) Serpros – fundo multipatrocinado

Num primeiro momento, buscou-se investigar a atuação dessas entidades de previdência no mercado de títulos públicos pós-fixados e reajustados por índices de inflação, conhecidos como NTN-B e NTN-C, no período de 2003 a 2005. As bases de dados foram requisitadas à Secretaria de Previdência Complementar e a tal conjunto de dados foram adicionadas as instituições financeiras que realizaram o negócio com cada fundo de pensão.

Tendo como base a sistemática adotada pelo Presidente da CPMI, Senador Delcídio Amaral, e Pelo Relator, Deputado Osmar Serraglio, com o apoio dos demais integrantes da

PROS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4256</b>
53
Doc:

Comissão, do dia 19 de outubro de 2005, decidiu-se criar a Sub-relatoria dos fundos de pensão.

Mesmo antes da criação da Sub-relatoria, verificaram-se muitas dificuldades no prosseguimento das ações de investigação, especialmente no que tange à aprovação de requerimentos. Foi feito um enorme esforço para aprovar os requerimentos de transferência de sigilo das corretoras, apuradas nas investigações preliminares, algo que somente foi conseguido em 4 de outubro de 2005. Também, somente nesta data, foi aprovado requerimento de compartilhamento de informações obtidas por meio da transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos fundos Funcef, Geap, Petros, Eletros, Centrus, Real Grandeza, Serpros, Postalís, Portus e Previ, procedidos pela então CPMI da Compra de Votos.

O objetivo do trabalho da Sub-relatoria dos fundos de pensão foi a identificação de possíveis práticas delituosas, dos agentes de mercado envolvidos, dos beneficiários finais e das estruturas operacionais utilizadas. O plano de trabalho foi estabelecido de maneira que as informações obtidas fossem submetidas a metodologias de análise de conteúdo e técnicas de cruzamento de dados.

Em face da experiência acumulada com os trabalhos preliminares desta CPMI, bem como pelo aprendizado com as outras comissões de inquérito, a Sub-relatoria dos fundos de pensão optou por inverter a sistemática de ação normalmente adotada, julgando mais prático e conveniente avançar na análise dos documentos, de maneira a fazer com que, posteriormente, se definissem as testemunhas a convocar.

Na prática, o processo investigativo somente poderia ser iniciado com a chegada dos dados e documentos. Deveria seguir cada passo para rastrear efetivamente o curso da movimentação dos valores, porque assim chegar-se-ia à estrutura completa de todos os envolvidos e, em seguida, à identificação do beneficiário final, que, em tese, seria o principal favorecido com aquela irregularidade. Não havia como antecipar oitivas sem ter clareza dos dados, pois, afinal, o tema dos fundos de pensão possui um teor de tecnicidade elevado, mais complexo do que todos os outros já investigados pela CPMI.

As linhas de investigação amadureceram conforme a progressão dos trabalhos. Movida ainda pela incerteza quanto à possível prorrogação da CPMI, a Sub-relatoria envidou esforços para realizar uma prestação de contas de suas ações, compromisso que, aliás, foi estabelecido na apresentação do plano de trabalho.

## ***9.2. O Sistema Fechado de Previdência Complementar***

A previdência é um tema de fundamental importância para a sociedade e para o crescimento da economia. Para qualquer trabalhador interessa saber se, no momento em que sua capacidade laboral estiver diminuindo, poderá contar com um fluxo de renda que o compensará da perda parcial ou total do rendimento, ou se sua família estará efetivamente amparada em sua ausência.

Pode-se afirmar que há três formas de se obter a cobertura de caráter previdenciário: pelo estatal básico, pela formação de uma poupança individual e pelo privado (complementar). A primeira, representada pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e pela maioria dos regimes próprios de servidores públicos, apresenta patrimônio acumulado nulo, uma vez que os benefícios previstos para determinado período são repartidos pelos contribuintes daquele mesmo período, o que gera, nas condições atuais, alto grau de incerteza em relação ao equilíbrio atuarial futuro.

A segunda forma possui um perfil de difícil mensuração, pois depende inteiramente da renda e da capacidade de o trabalhador conseguir organizá-la e administrá-la no longo prazo, na maioria das vezes com auxílio de produtos oferecidos pelo sistema financeiro. Nesse caso, não existem garantias firmes de que a acumulação de recursos será preservada para fins previdenciários.

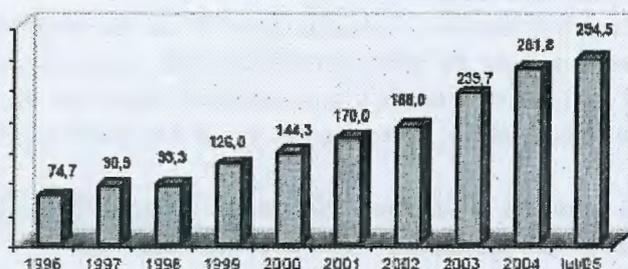
Finalmente, a terceira forma é a que apresenta fundamentos relativamente mais sólidos, na medida em que existem possibilidades reais de formação de uma poupança de longo prazo, que permite custear pagamentos de benefícios de aposentadoria e financiar projetos econômicos com potencial de dinamizar e desenvolver a economia. Essa alternativa é conhecida atualmente como regime de previdência complementar.

Esse terceiro sistema destina-se a conceder aos seus associados benefícios adicionais às aposentadorias e pensões do RGPS e tem como principais agentes as entidades fechadas e abertas de previdência complementar, ambas de caráter privado, e as sociedades seguradoras.

### 9.2.1 Retrato do mercado dos fundos de pensão

Segundo dados de julho de 2005, são hoje 372 entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão), que administram cerca de 960 planos, os quais reúnem aproximadamente 6 milhões de pessoas, entre participantes (vinculados a diversas empresas patrocinadoras) e seus dependentes, com volume de recursos para investimentos ultrapassando, hoje, os R\$ 300 bilhões.

Evolução do ativo total dos Fundos de Pensão  
(em bilhões de reais - valores nominais)



Um dos principais fatores de sustentabilidade do crescimento de uma economia é a geração de volume mínimo de poupança interna de forma continuada. Esta poupança financia investimentos que são canalizados ao setor produtivo, por meio do sistema financeiro.

Assim são os fundos de pensão, entidades mantidas pela contribuição periódica dos seus participantes e patrocinadores que, com o objetivo de valorizar seus patrimônios, aplicam suas reservas em vários ativos, respeitados os limites das diretrizes do Conselho Monetário Nacional.

ROS: 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
- 4257  
Fis: \_\_\_\_\_  
55  
Doc: \_\_\_\_\_

Os fundos de pensão têm importante papel social. Até 2004, as entidades pagaram quase R\$ 20 bilhões em benefícios para aposentados e Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” pensionistas. Por meio de seus investimentos no setor produtivo, os fundos de pensão criam empregos e geram investimentos sociais. Estimativas apontam que os investimentos do sistema de previdência complementar, como um todo, criam entre 100 e 200 mil empregos diretos na economia brasileira. Aplicando raciocínio similar, o impacto dos fundos de pensão sobre a arrecadação de tributos pode ser estimada, por ano, entre R\$ 3 bilhões e R\$ 5,5 bilhões, ao passo que, sobre os encargos sociais, este seria entre R\$ 1,3 bilhão a R\$ 2,8 bilhões.

A tabela a seguir revela a situação dos investimentos dos fundos de pensão:

Ativos de Investimentos dos fundos de pensão – Jul/2005

Tipo de aplicação	Total (R\$ mil)	%
Renda Fixa	175.100.607,58	65,0%
Títulos Públicos Federais	33.362.742,89	13,1%
Aplicações em Instituições Financeiras	135.593.007,93	50,3%
Títulos de Empresas	3.253.645,21	1,2%
Outros	323.599,23	0,3%
Renda Variável	74.490.226,34	27,6%
Ações	49.778.341,11	18,1%
Fundos de Investimento	25.405.234,09	9,4%
Outros	306.651,23	0,1%
Investimentos Imobiliários	11.417.927,59	4,3%
Empréstimos a Participantes	8.044.178,23	3,0%
Outros investimentos	417.536,63	0,2%
<b>Total</b>	<b>269.470.476,37</b>	<b>100%</b>

Fonte: SPC/MPS

Desse total de recursos aplicados, segundo a SPC, 35% são realizados diretamente pelas entidades por meio de carteira própria ou carteira administrada e os outros 65% restantes são investidos, indiretamente, por meio de 1.135 fundos de Investimento.

Um dos objetivos macroeconômicos é a elevação da taxa de poupança doméstica. Nesse âmbito, os fundos de pensão são, ao lado dos lucros retidos no setor produtivo privado, o principal canal de sustentação da poupança. Como se observa, pela magnitude das somas administradas por estas entidades e pelo perfil de longo prazo de seus compromissos, esses fundos possuem a grande vocação de participar do desenvolvimento da economia, especialmente por meio de financiamentos de longa maturação.

O potencial de crescimento destas entidades de previdência complementar depende de sua estruturação e da capacidade contributiva de seus participantes.

A estrutura de funcionamento escolhida pelos fundos de pensão depende da sua origem e natureza: a quantidade de patrocinadoras, o tipo de plano previdenciário oferecido aos participantes (contribuição definida ou benefício definido), a maturidade do plano (se a maior parte dos participantes já são assistidos, isto é, aposentados, ou se são participantes ativos, ainda longe da aposentadoria).

Nesse sentido, é importante ressaltar que há diferentes planos de benefícios, cujas características são determinantes para a administração dos investimentos, ou seja, o desenho do plano previdenciário pode gerar desembolsos inesperados à patrocinadora e aos participantes.

Isso se explica pelo cálculo atuarial, entendido como a estimativa das futuras aposentadorias de acordo com a expectativa de vida e com as contribuições dos participantes e patrocinadoras. O resultado desse cálculo é um fluxo de caixa que demonstra as necessidades de desembolso para pagamento de aposentadorias, assim como a taxa de crescimento dessas despesas, ao longo do tempo (taxa atuarial). A gestão dos ativos

tem como meta superar o passivo, resultando um saldo positivo em cada período, um superávit atuarial.

Dentre os desenhos clássicos, pode-se dizer que há duas linhas básicas, os planos de contribuição definida (CD) e os de benefício definido (BD).

Nos planos CD, as contribuições periódicas dos participantes são invariáveis e o benefício depende exclusivamente da rentabilidade alcançada pelos investimentos realizados com os recursos das contribuições. Por outro lado, nos planos BD, as retiradas futuras são fixas.

Desse modo, o principal aspecto que acarreta maiores conseqüências na diferença entre os dois tipos de planos são as contribuições, que devem adequar-se, de acordo com a rentabilidade observada dos investimentos, ao plano atuarial.

No plano CD, recai sobre o participante todo o risco de mercado das aplicações, uma vez que a diminuição da rentabilidade destas, por exemplo, reduzirá o benefício pago no futuro. Já no plano BD, esse risco é compartilhado com a patrocinadora. Assim, de acordo com o plano e com sua maturidade, a projeção de investimentos deve ser mais ou menos conservadora.

Dessa forma, verifica-se que a análise do equilíbrio financeiro examinaria a solvência do fundo de pensão (a capacidade da instituição honrar em dia seus compromissos correntes) enquanto que o estudo do equilíbrio atuarial averiguaria a capacidade do fundo para saldar de forma consistente os seus débitos a longo prazo. A existência de melhores alternativas de investimento permite aos Gestores dos fundos previdenciários obter maior retorno na carteira, reduzir o risco de solvência e, conseqüentemente, aumentar a credibilidade de sua administração.

No entanto, o perfil de funcionamento dos fundos de pensão e as peculiaridades a ele pertinentes, como foi visto acima, oferecem elementos para uma análise um pouco mais crítica. Merece consideração o mito, especialmente construído pela mídia, de que a fabulosa quantia administrada pelos fundos de pensão está livremente disponível para os investimentos ditos produtivos, geralmente financiadores de empresas via mercado de capitais ou fomentadores de projetos de infra-estrutura.

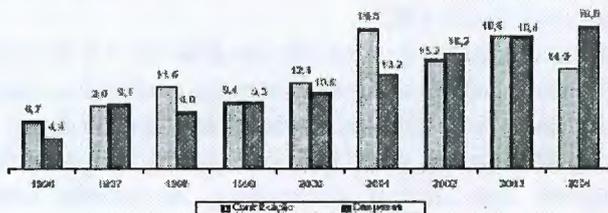
Assim, dois aspectos são fundamentais: (i) o amadurecimento dos planos; e (ii) a característica da carteira de investimentos.

Para entender a questão do amadurecimento dos planos é preciso observar que existem duas fases distintas: a fase de acumulação (de diferimento) e a fase de pagamento dos benefícios. Enquanto o plano estiver na fase de acumulação, os recursos são aplicados sem ocorrer a necessidade de resgates antecipados para fazer face ao pagamento de benefícios. Ao iniciar o pagamento de benefícios, o fluxo de receitas do plano diminui, bem como o estoque de investimentos, que, paulatinamente, devem ser convertidos em moeda corrente para a transferência aos assistidos. Nesse caso, entende-se que o plano está maduro.

Assim, quando se fala em recursos efetivamente disponíveis para investimentos de longo prazo, é fundamental avaliar o nível de comprometimento do fundo de pensão com o pagamento de benefícios já concedidos. Para o conjunto de entidades, a relação entre as contribuições coletadas e as despesas incorridas ao longo do ano vem evoluindo da seguinte forma:

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: 4258
57
Doc:

**Evolução das contribuições e das despesas previdenciárias dos Fundos de Pensão**  
(em bilhões de reais - valores nominais)



A carteira de investimentos segue a lógica acima apresentada.

Quanto maior a quantidade de benefícios concedidos, mais recursos serão alocados em aplicações com maior liquidez e menor risco.

Ainda que o mercado de capitais brasileiro fosse robusto e, portanto, capaz de aumentar as alternativas de investimento, em razão das características econômicas atuais do Brasil, seria insuficiente para fazer face aos retornos oferecidos pelos títulos públicos. Com uma taxa básica de juros (Selic) atualmente em 16,5 % a.a., qualquer investidor dificilmente ficaria estimulado a aplicar recursos em projetos de infra-estrutura ou em papéis de empresas.

Um detalhe interessante é que boa parte das aplicações em instituições financeiras constitui-se em quotas de fundos de Investimento, os quais são os maiores compradores de títulos públicos do mercado brasileiro. Assim, mais de 60% dos recursos dos fundos de pensão estão alocados, direta ou indiretamente, nos títulos do governo que, por sua vez, dadas as dificuldades colocadas por conta do ajuste fiscal, não têm mais condições de realizar investimentos necessários para a viabilização do crescimento sustentável do País.

Outro fator que explica a maciça aplicação de recursos em títulos públicos e de renda fixa tem relação com uma taxa mínima de rentabilidade adotada nas avaliações atuariais para atingir o valor projetado para a carteira, de maneira a arcar com os compromissos de pagamento de benefício atuais e futuros. Essa taxa é composta pela taxa mínima atuarial acrescida do indexador do plano de benefícios. Nesse sentido, os fundos de pensão somente buscariam investimentos de renda variável no caso de uma queda sustentável na taxa Selic até o patamar que não fosse o suficiente para cobrir os pagamentos dos planos de benefício. Esse perfil indica duas situações claras. A primeira revela que somente em casos mais raros há a necessidade de uma gestão agressiva por parte do fundo de pensão, notadamente aqueles com evidente déficit atuarial. Em segundo lugar, ainda que balizados por políticas de investimento conservadoras, existem margens de manobra que permitem aos Gestores realizarem diversas transações com títulos de baixo risco, como títulos públicos federais, abrindo mão de parte dos rendimentos que poderiam ser auferidos, para o ganho sistemático e constante de terceiros.

Foi o que aconteceu em muitos fundos, conforme se registrou no início desse relatório.

O perfil das entidades, por volume de ativos, entre as patrocinadas por algum ente ligado direta ou indiretamente ao Estado e aquelas patrocinadas por empresas privadas se apresenta da seguinte forma:

63% do patrimônio total do segmento de fundos de pensão cabe às entidades patrocinadas por empresas públicas, enquanto que 37% pertence às patrocinadas por empresas privadas (Dados MPS/SPC, jul-2005).

Mesmo ocorrendo um expressivo crescimento do número de entidades de previdência complementar patrocinadas pelo setor privado, em termos de volume de recursos, os fundos de pensão ligados a instituições governamentais sempre foram amplamente majoritários.

### 9.2.2 Evolução do sistema

Entender a evolução do sistema, bem como a participação do Estado, é importante para se compreender a dinâmica dos atores envolvidos e o estágio atual das normas que regem o setor. Nesse sentido, esta parte tratará dos seguintes aspectos:

- O início da organização do setor;
- As comissões parlamentares de inquérito;
- A introdução de um novo marco regulatório;
- Diretrizes para os investimentos.

#### 9.2.2.1 A primeira regulamentação dos fundos de pensão

Até 1977, poucas eram as opções existentes em matéria de previdência privada. Se não houvesse iniciativa por parte dos empregadores, aos trabalhadores não restava outra opção a não ser a contribuição para o regime de contas individuais dos Montepios<sup>1</sup>, cuja atuação foi limitada, terminando, muitos deles, por perder a credibilidade.

A experiência brasileira com os planos previdenciários dessas instituições, muito disseminada nos anos 60, representa significativo exemplo de empreendimento privado mal sucedido na área da previdência. A ausência de um sistema financeiro mais organizado e a inexistência de uma fiscalização estatal mais adequada fizeram com que a poupança de milhares de trabalhadores, vítimas de propaganda enganosa, perdesse seu valor real, uma vez que os contratos não continham cláusulas frente a processos inflacionários.

Mesmo os empregados de empresas passavam por situações de incerteza, uma vez que dependiam de esquemas especialmente montados.

Na verdade, tais esquemas se constituíam apenas de fundos contábeis e provisões que os empresários faziam com o objetivo de ajudar na aposentadoria e na pensão dos funcionários. Os valores figuravam no passivo das empresas, caracterizando iniciativa exclusiva dos patrões e, portanto, sem contar com amparo ou garantia de qualquer tipo de regulamentação no campo previdenciário.

A trajetória da previdência privada tomou novos rumos no Brasil em julho de 1977, com a edição da Lei nº 6.435, que veio disciplinar o funcionamento dos fundos de pensão. Essa lei lançou a arquitetura fundamental para o surgimento de um sistema que fosse alternativa de complementação de previdência, da qual estava ausente a grande maioria da população.

É necessário evidenciar que, devido ao fato de a época em questão ter sido caracterizada pelo investimento estatal em infra-estrutura, levando, em muitos casos, à criação de empresas públicas ou de economia mista, tornou-se prática comum criar fundos de complementação para os benefícios previdenciários como parte da política de recursos humanos dessas instituições. Nesse sentido, o embrião da Lei nº 6.435, de 1977, criou entidades sem fins lucrativos que comercializavam planos prometendo benefícios tecnicamente insustentáveis.



Aquele era o momento do início de um esforço concentrado em que o governo buscava alcançar metas fiscais, com a adoção de critérios para rolagem da dívida do Estado brasileiro, que até então eram ausentes no País. O governo objetivava disciplinar o setor e manter o crescimento sob sua tutela para administrar a enorme poupança que seria gerada pelos fundos de pensão, procurando, ademais, moralizar um segmento que havia experimentado algumas atividades mal sucedidas. Nessa esteira, os fundos de pensão foram utilizados como instrumento de política econômico-financeira, na medida em que as aplicações de suas reservas passaram a ser direcionadas por normas oficiais.

Por essa razão, a concepção da Lei nº 6.435, de 1977, refletiu um sistema com forte viés estatal, muito embora tivesse sido ajustada de forma que se criassem condições para que o setor privado da economia, por meio de empresas que instituíssem planos de benefícios para seus funcionários, também pudessem dela se valer, passando este setor, anos depois, a liderar em número o segmento. Após a Lei nº 6.435/77, o Decreto n.º 81.240, de 20 de janeiro de 1978, regulamentou a ação do Poder Público no que toca às normas, orientações, autorizações pertinentes ao sistema, bem como à sua fiscalização, criando duas instâncias de atuação: um órgão normativo, representado pelo Conselho da Previdência Complementar (CPC), e um órgão executivo, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), ambos integrantes da estrutura do então Ministério da Previdência e Assistência Social.

A primeira alteração na composição do CPC somente ocorreu após quatorze anos, reflexo da inexpressividade da atuação dos governos nos anos compreendidos entre o final do período militar e durante a Nova República. Esse primeiro movimento de transformação significou a instalação dos mecanismos de participação neocorporativa no processo decisório, não apenas com a inclusão de representantes dos segmentos externos ao governo, mas determinando sua participação majoritária no órgão colegiado, renomeado Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC).

#### **9.2.2.2 Comissões Parlamentares de Inquérito**

Na década de 90, duas Comissões Parlamentares de Inquérito foram constituídas.

A primeira, do Senado Federal, entre 1992 e 1993, investigou denúncias cometidas em fundos de pensão de estatais. Esse trabalho representou um primeiro esforço de aprofundamento das atividades dos fundos de pensão de patrocinadores vinculados ao Governo federal. No relatório da CPI ficou evidente a “extraordinária dimensão e diversificação de investimentos, multiplicados à miríade nos mercados financeiro, de títulos e imobiliários”, a existência de benefícios abusivos dos planos de previdência que eram constantemente cobertos pelos cofres públicos, bem como manipulação das funções da Secretaria de Previdência Complementar por interesses privados.

A CPI concluiu que havia ineficiência de fiscalização, falta de estrutura do Poder Público, indícios de tráfico de influência e que a gestão das entidades deveria ser democratizada, para garantir maior transparência e combater a malversação de seus recursos.

A segunda CPI, das entidades de previdência privada, da Câmara dos Deputados, funcionou entre 1995 e 1996. Procedeu-se a uma ampla avaliação do que havia sido até então apurado de irregularidades nos fundos de pensão, bem como nas entidades abertas de previdência complementar, abarcando, assim, o universo da previdência privada complementar. No que concerne aos fundos de pensão, seus trabalhos se debruçaram sobre os relatórios de

auditoria produzidos pela SPC, procurando avaliar, também, os relatórios sobre as administrações especiais daquela Secretaria em determinados fundos, comissões de sindicância etc.

Ademais, novos esquemas de corrupção e de tráfico de influência foram detectados, reforçando a percepção de inércia que acometia ainda o sistema, especialmente a atuação do Poder Público. Essa CPI realizou um profundo diagnóstico das atividades da SPC, corroborando com as impressões produzidas pela CPI do Senado de que ainda faltava melhor aparelhamento do órgão fiscalizador. Ademais, diversas proposições legislativas foram apresentadas no relatório final, também em sintonia com aquelas produzidas pela CPI do Senado, mas com um maior nível de aprofundamento. É interessante observar que as duas CPIs colaboraram com o Congresso na medida em que propiciaram uma gama de conhecimentos e até certa especialização na temática da previdência complementar.

Os resultados imediatos dessas CPIs promoveram a maior estruturação da SPC, mas os efeitos de longo prazo foram sentidos apenas em 2001, com a aprovação dos novos marcos regulatórios (Leis Complementares nºs 108 e 109). Com as contribuições do Congresso Nacional, o Governo foi forçado a se mobilizar para tirar da inércia o aparato de fiscalização e de normatização do sistema. Desse modo, o ano de 1994 também significou para a SPC uma guinada na sua forma de atuação. Até então, em toda sua existência, nenhuma medida punitiva havia sido tomada por aquela Secretaria sobre qualquer fundo de pensão, apesar da quantidade de denúncias. Iniciou-se uma reorganização administrativa, destacando-se a reestruturação das ações de supervisão, reaparelhamento técnico e formação de uma base de informações públicas. Ainda assim, a estrutura da SPC permaneceria débil por muito tempo, em face de suas responsabilidades legais. Mesmo com todos os “incentivos” oferecidos no início da década, observa-se que esse processo de fortalecimento da supervisão é muito mais lento e cheio de entraves. Tomando por base o panorama entre os anos de 1999 e 2001, a SPC, que teria de supervisionar entidades que reuniam ativos de aproximadamente R\$ 144 bilhões, possuía cerca de 80 funcionários, quase todos cedidos por outros órgãos do governo e dos quais apenas 20 eram auditores.

O não-aparelhamento desse órgão, além de ter propiciado impunidade no sistema, pode ser considerado como um forte indício de temor pela melhoria na governança dos fundos de pensão por meio do aprimoramento da supervisão do Estado. Se o órgão é fraco, cresce a ascensão dos grupos de interesse sobre o sistema.

### 9.2.2.3 Marcos regulatórios (Leis Complementares)

Para uma população economicamente ativa de quase 70 milhões de pessoas, existem apenas 3 milhões de participantes de fundos de pensão. Assim, era necessária a devida atualização das regras, flexibilizando-as para dar condições idênticas para que o empresariado e as diversas categorias sociais e econômicas pudessem criar seus próprios fundos de pensão. A tendência predominante é a universalização de acesso à previdência complementar.

Nos anos de implantação e consolidação do sistema de previdência complementar, sob os auspícios da citada lei, várias lições puderam ser apreendidas entre os acertos e desacertos inerentes a todo o processo. A lei refletiu as preocupações e os anseios manifestados na época, período em que não havia, obviamente, condições de se vislumbrar o Brasil de 2001 ou

RS nº 03/2005 - CN =
COMI - - CORREIOS
Fis: 4260
61 Doc:

30 anos à frente, assim como não seria possível supor as profundas transformações tecnológicas e a geopolítica com que as nações iriam se defrontar.

Dadas as rápidas mudanças socioeconômicas, a legislação passou a ser muito restritiva e, em alguns aspectos, anacrônica, pois sua evolução não vinha acontecendo com a mesma velocidade verificada no cenário econômico e nas relações de trabalho.

Além disso, a modernização deveria ser a tônica do processo, na medida em que a curva de crescimento de recursos indicava elevação significativa e que seus recursos contribuíram de forma sistemática para o fortalecimento do mercado de capitais. Para se ter uma noção, os recursos representavam 1% do PIB, em 1978. Hoje, representam 17% do PIB. Não obstante, qualquer reforma que incentivasse o crescimento desse sistema significaria, em tese, a criação de novas fontes de financiamento para empresas e para projetos vitais para o crescimento do País. Com o objetivo de diminuir os gastos públicos e de incentivar a acumulação de poupança previdenciária, o Governo federal decidiu incluir, no âmbito das reformas por ele propostas, alterações visando à modernização do regime de previdência privada. Dessa forma, com a promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 1998, procurou-se redimensionar a previdência complementar, ampliando o espaço político e técnico para um trabalho de reestruturação desse regime previdenciário.

A proposta apresentada pelo governo, que deu origem ao novo marco regulatório dos fundos de pensão (PLC nº 10/99) tinha como objetivos básicos dotar o sistema de credibilidade, profissionalismo, transparência e, principalmente, de estabilidade de regras. Para tanto, apresentou dispositivos legais que flexibilizassem o regime, de maneira a expandir a poupança coletiva com sustentabilidade.

O projeto de lei complementar que tratou dos fundos de pensão de patrocinadores vinculados à administração pública (PLC nº 8/99) tinha um viés no sentido de coibir abusos na gestão, de forma a impedir o surgimento de prejuízos que recaíssem sobre o Tesouro Nacional.

Em ambos os projetos, ficaram evidentes dois aspectos. Um, com viés sobre os direitos dos participantes, tocava na flexibilização do uso dos recursos acumulados. O outro, relativamente ao processo decisório interno aos fundos de pensão, concretizou-se por meio de dispositivos de inclusão de participantes nos colegiados das entidades, como os conselhos deliberativo e fiscal. Nesse sentido, vem à tona a divisão de responsabilidades entre os participantes, os patrocinadores e os assistidos.

As leis complementares significaram um marco para a modernização, ampliação e democratização do sistema de fundos de pensão. O grande desafio, no entanto, reside no fato de que é preciso fazer seus dispositivos funcionarem de forma efetiva.

#### **9.2.2.4 Diretrizes de investimentos (Resolução do CMN)**

As diretrizes dos investimentos dos fundos de pensão estão circunscritas à dinâmica de funcionamento do Conselho Monetário Nacional (CMN), desde a Lei nº 6.435/77.

Os fundos de pensão foram utilizados como instrumento de política econômico-financeira, na medida em que as aplicações de suas reservas passaram a ser direcionadas por normas oficiais. Na década de setenta, as resoluções do CMN fixavam os percentuais mínimos para aplicação em certos ativos (Resoluções CMN nº 460, de 23/02/78, consolidada pela Resolução nº 1.362, de 30/07/87).

A partir dos anos 90, as resoluções do CMN passaram a ser guiadas pela lógica de mercado, visando seu desenvolvimento, sua expansão e sua higidez. A evolução dessas normas demonstra um amadurecimento consistente com as necessidades dessas entidades, bem como um esforço em estreitar as relações entre o CMN e o Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC).

Resoluções CMN	Características marcantes
2.109/95 e 2.324/96	- eliminou os limites mínimos de aplicação; - viabilizou a participação dos fundos nas privatizações; - proporcionou maior flexibilidade nas condições de aplicação.
2.720/2000	- mudança radical de enfoque (controle e flexibilidade); - maior rigidez nas regras de investimento; - introdução de regras prudenciais especificamente voltadas ao controle do risco.
2.829/2001	- atualização das regras anteriores; - atenção especial para o mercado de capitais e viabilização de projetos de infraestrutura; - amadurecimento das regras prudenciais.
3.121/2003	- regras prudenciais com maior participação dos órgãos estatutários dos fundos de pensão; - flexibilização dos controles; - maior sintonia entre CMN e CGPC.

A partir da Resolução nº 2.829/2001 e normas posteriores, iniciou-se um movimento de parametrização das regras dos fundos de pensão com as aplicáveis às instituições financeiras.

Essa resolução estabeleceu a separação de carteiras de investimento, na medida em que determinou que os recursos dos fundos de pensão deveriam ser contabilizados separadamente para cada plano de benefícios (art. 2º). Proibiu a realização de operações entre planos, à exceção dos casos de migração de recursos (art. 3º) e obrigou, em cada plano, a gestão independente das carteiras, como se cada uma constituísse um fundo de Investimento distinto (art. 5º). Além disso, obrigou que a política de investimentos seja definida e aprovada anualmente pelo Conselho de Curadores ou pelo Conselho de Administração e informada à SPC (art. 7º) e que os recursos das entidades sejam alocados nos segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis e empréstimos e financiamentos, respeitando os limites estabelecidos de acordo com as classificações das carteiras.

Com isso, o escopo das resoluções foi ampliado, incluindo, nas diretrizes de investimento, regras prudenciais. Nessas resoluções, o CMN prescrevia vários mecanismos a serem adotados pelas entidades, além de determinar atribuições à própria SPC. Com a Resolução nº 3.121/2003 e as posteriores alterações, ficou evidente que foram atendidas as reivindicações do setor, apresentadas pela Abrapp e pela própria SPC, no sentido de melhor compatibilizar os avanços da Resolução nº 2.829/2001 à realidade dos fundos de pensão.

### 9.2.3 Processos decisórios na gestão de investimentos dos fundos de pensão

A forma como é estruturado o ambiente de gestão dos recursos, procurando entender os agentes existentes e delimitar suas áreas de atuação, é outro fator importante para a avaliação das responsabilidades de todos os envolvidos na gestão de investimentos. Entende-se importante segmentar as atividades de modo a distinguir as obrigações e os objetivos de cada elemento, observando, assim, as prováveis estruturas de gestão dos ativos dos fundos de pensão.



Com isso, é possível verificar as questões mais relevantes e particulares para os fundos de pensão: a escolha dos instrumentos de investimento, os fatores que levam à escolha de contratar terceiros para a gestão, o controle operacional dos investimentos, entre outros. Uma vez traçados os perfis de atuação e estruturas de gestão, é finalmente possível compreender os diversos conflitos de interesse e o problema de agência existentes na forma de organização e qual a mais adequada.

### **9.2.3.1 O conceito de governança**

A importância da governança corporativa se coloca na medida da impossibilidade de serem redigidos contratos completos, que prevejam todas as contingências possíveis. Nesse sentido, é necessário que os financiadores da firma, estabeleçam direitos residuais de controle para que possam ser tomadas decisões em face das situações não previstas pelos contratos e, assim, a teoria da propriedade trata a questão da alocação eficiente desses direitos.

O problema de agência é um caso que se procura eliminar por meio da governança corporativa. Este problema pode ser descrito quando o financiador ou acionista não possui qualificação suficiente para a tomada de decisão e, por este mesmo motivo, contrata um executivo para exercer esta função. Este executivo assume os direitos residuais de controle e tem o poder discricionário para a alocação dos recursos. Pelo fato de participantes e dirigentes possuírem diferentes conjuntos de informação, sendo muito custoso para os primeiros atingirem o nível dos últimos, ocorre que os direitos residuais de controle se tornam muito amplos de forma a não ser possível controlar contratualmente a sua atuação.

Neste contexto, ocorre o problema de agência unicamente pelo motivo de não estarem alinhados os interesses dos financiadores ou acionistas da firma e os seus executivos, e ainda, por esses serem por muitas vezes conflitantes.

### **9.2.3.2 Controle dos investimentos dos fundos de pensão: atividades e responsabilidades**

De início, o objetivo da gestão dos ativos de um fundo de pensão é proporcionar ganhos de capital, isto é, gerar rentabilidade para os recursos. A rentabilidade depende da boa escolha de investimentos, mas também dos controles que permitem a eficiência de todo o processo de decisão e consolidação do investimento. Assim, de uma forma simples, o correto registro das compras e vendas para apuração dos resultados e a efetiva liquidação das operações garantem que a decisão de investimento exista no melhor ambiente possível: o do controle de resultados e da segurança.

Este processo é efetivamente mais complexo e estas atividades requerem um nível de sofisticação tão específico que seria possível segregá-las, como na análise a seguir. Assim, são identificadas três atividades essenciais.

Uma instituição financeira (ou um conglomerado financeiro), dependendo do seu porte e da sua forma de organização, pode possuir estrutura legal e operacional para execução de todas estas atividades.

Porém, também é possível uma estrutura contratual que separe em três instituições distintas, cada qual especializada em suas atividades, e, interligadas contratualmente para prestação de serviços a um mesmo contratante, o fundo de pensão. Desta forma, separando as

atividades, é possível identificar a responsabilidade distinta e explicitar os possíveis conflitos de interesse, problemas de agência e incentivos contratuais que estariam mascarados caso as atividades fossem concentradas em uma única instituição.

#### 9.2.3.2.1 O Gestor de Recursos

O gestor de recursos tem como atividade fim a tomada de decisão de investimento. É preciso, no entanto, especificar a abrangência desta tomada de decisão, dadas as inúmeras opções de ativos, derivativos e operações.

Na análise da Sub-relatoria, o fundo de pensão delega ao gestor a tomada de decisão em seus investimentos, de forma análoga à delegação de decisão de investimento que ocorre entre o acionista de uma firma e o seu executivo. Porém, o fundo é um investidor particular. As decisões de investimento tomadas devem observar tanto o seu perfil de risco quanto as restrições legais a serem atendidas. Isto é, o gestor é contratado para otimizar a rentabilidade dos recursos e se sujeita a duas restrições: o perfil de risco do fundo e a legislação pertinente.

O gestor é escolhido segundo a sua especialização no mercado de interesse do fundo de pensão, levando em conta a regulamentação pertinente à atuação do mercado de fundos, a legislação específica aplicável ao instrumento financeiro escolhido (fundo de investimento sujeito a legislação e fiscalização por parte do Banco Central e da CVM) e as diretrizes específicas do investidor que devem ser observadas, caso este deseje ser mais restritivo em seus investimentos do que o permitido pela legislação. Todas as restrições estão expressas no próprio regulamento do fundo de investimento.

#### 9.2.3.2.2 O Administrador de Recursos

Como administrador de recursos, entende-se aquela instituição que administra os fundos de investimento e é responsável pela avaliação dos ativos e pela conformidade legal da composição da carteira dos fundos.

Nesse sentido, é necessariamente uma instituição financeira que seja capaz de realizar todas as atividades inerentes à existência do instrumento financeiro utilizado pelo cliente, a saber:

- a) - ser responsável legalmente pelo fundo de investimento perante as instâncias reguladoras e fiscalizadoras em toda execução e prestação de contas;
- b) - ser responsável pelo tratamento operacional do fundo de investimento (processamento da carteira do cliente e cálculo da respectiva cota, contabilidade da carteira apresentando os resultados no período devido; registro de todas as movimentações da carteira e do cliente, lançando todas as compras e vendas de ativos e todas as aplicações e resgates dos investidores);
- c) - executar a verificação da conformidade legal (*compliance*) de todas as operações e *status* diários dos portfólios dos clientes.

A expertise do administrador consiste em executar controles que blindem a estrutura de gestão dos fundos de pensão e sua eficiência é diretamente relacionada à tecnologia de que dispõe tanto para execução de sua atividade quanto para prestação de informações ao cliente, pois este toma decisões com base nas informações a que tem acesso.



A atuação do administrador é determinada pela definição cotidiana da atividade do fundo de investimento e pela relação contratual com todas as partes envolvidas na administração dos recursos que determinam as respectivas ações e penalidades.

Os mesmos normativos indicam as obrigações gerais do administrador, que, basicamente, são as seguintes:

- a) responsabilidade, nos termos da lei, inclusive perante terceiros, pela ocorrência de situações que indiquem fraude, negligência, imprudência ou imperícia na administração do fundo, sujeitando-se, ainda, à aplicação das penalidades de suspensão ou inabilitação para cargos de direção em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- b) prática de todos os atos necessários à administração do fundo e da carteira do fundo (mesmo havendo um Gestor contratado para tal) e exercício dos direitos inerentes aos ativos financeiros e às modalidades operacionais que integrem a carteira desse, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais ou especiais e a contratação de terceiros legalmente habilitados para prestação de serviços relativos às atividades do fundo;
- c) a guarda, manutenção e organização da documentação do fundo, assim como o dever de prestar informações ao mercado e aos investidores, relativamente ao fundo e seus ativos;
- d) custear as despesas de propaganda do fundo e a arcar com todos os demais encargos não qualificados como de responsabilidade dos fundos na regulamentação;
- e) observação das disposições constantes do regulamento do fundo e cumprimento das deliberações da assembleia geral;
- f) recolher os diversos impostos que são devidos, seja pelo fundo, seja pelos investidores, vez que é fonte retentora;
- g) precificação (avaliação do valor de mercado) dos ativos do fundo, com o objetivo de determinar a metodologia de apuração do valor dos títulos, valores mobiliários e modalidades operacionais integrantes da carteira do fundo. Assim, vê-se que cabe ao administrador a função estrutural do fundo de investimento (como o registro de todas as operações por este realizados e a precificação dos ativos), além da atuação como elemento de ligação entre o fundo e as autoridades administrativas ou auto-reguladoras (Banco Central, CVM e Anbid), assumindo, irrestritamente, todas as responsabilidades daí advindas.

Estas responsabilidades, especificamente as de ordem criminal, administrativa e civil, decorrentes dos serviços prestados ao fundo, bem como daqueles que vier a sub-contratar com terceiros, aplicam-se tanto à instituição como a seus dirigentes e àquele registrado, como pessoa física, junto à CVM. Apenas o administrador tem essas responsabilidades perante o investidor e as autoridades em caráter irrestrito e incondicional. Estas responsabilidades não recaem sobre o Gestor da carteira ou sobre o custodiante.

Para qualquer ato indevido praticado pelo Gestor na carteira do fundo, o administrador será solidariamente responsável perante o investidor pela reparação dos danos.

Diante desta exposição, pode-se concluir que o administrador é o principal responsável por todos os eventos ocorridos no fundo de investimento, ainda que esses eventos decorram de atos e fatos de obrigação de terceiros. Existe uma verdadeira relação fiduciária entre o investidor e o administrador, cabendo a este zelar para que os recursos do investidor sejam aplicados na forma e sob as condições expressas contratualmente.

Ocorrendo qualquer problema na relação entre o investidor do fundo e o administrador, caberá a este último buscar a solução e, sempre que for o caso, indenizar o investidor pelo dano sofrido.

### **9.2.3.2.3 O Custodiante**

A instituição responsável pela custódia executa a guarda e o registro eletrônico dos ativos que compõem a carteira do fundo de investimento. Realiza a liquidação física e financeira de todas as operações realizadas, concluindo, assim, a efetivação das transações financeiras e de ativos que ocorreram ao longo do dia.

### **9.2.3.3 Tipos de Gestão e Administração de Recursos dos Fundos de Pensão**

É imprescindível que esta gestão de ativos respeite os princípios determinados pelos investidores. Isto significa que dela deve emanar uma responsabilidade fiduciária. Não se espera que os participantes dos planos, donos dos recursos, ditem as regras de gestão, mas espera-se que os agentes envolvidos com a administração dos recursos atuem de forma transparente e confiável.

#### **9.2.3.3.1 Gestão Interna**

A gestão interna pressupõe que todas as decisões de investimento são tomadas pelo próprio fundo de pensão. Neste contexto, o fundo de pensão toma todas as decisões de investimento com o conjunto de informações de que dispõe. Em grande parte dos casos, a entidade possui o que se chama de “carteira própria”, um aglomerado de todos os valores mobiliários que adquiriu, oriundos de operações financeiras executadas em seu próprio nome no mercado financeiro. Toda a estrutura de controle e custódia pode, no entanto, ser executada por uma outra instituição propriamente autorizada para fazê-lo.

Operando em carteira própria, o fundo de pensão deve manter um grande controle de seus investimentos na instituição, centralizando a informação e concentrando a responsabilidade fiduciária.

A escolha de uma gestão interna, no contexto dos diversos incentivos e interesses que permeiam a estrutura da gestão dos ativos de um fundo de pensão, é baseada em diversos fatores.

Em primeiro lugar, deve ser levada em conta a magnitude do patrimônio da fundação a fim de identificar o nível de sofisticação da gestão. Pode ocorrer que o total dos ativos disponíveis para aplicação em títulos e valores mobiliários não justifique a contratação de instituições especializadas. Em se tratando de um volume muito baixo de ativos, a gestão pode ser tratada sem sofisticação de estrutura, mantendo poucas pessoas e transferências financeiras simples, ou sem sofisticação de instrumentos, não sendo necessárias operações com grande diversidade de ativos.

Uma vez definido o nível de sofisticação necessário à boa gestão dos recursos do fundo de pensão, é preciso avaliar se é desejável manter autonomia operacional sobre as decisões de



investimento, ou seja, se os dirigentes da entidade desejam participar de todas as decisões em todos os níveis operacionais. Não se trata de decisões estratégicas de macro-alocação, como por exemplo, o quanto investir em cada classe de ativos, uma vez que estas variáveis são facilmente parametrizadas nos mandatos aos Gestores externos. Mais importante é a disponibilidade dos dirigentes em participar das operações diárias, a estrutura tecnológica, o contato com os intermediários financeiros, as corretoras de câmbio e de valores mobiliários e a capacidade de rápida tomada de decisão ao longo do dia. Uma vez que todos estes fatores estão presentes no corpo dirigente do fundo de pensão, há plena possibilidade de implementar uma eficiente gestão interna de recursos. Caso haja alguma deficiência, pode ser aconselhável contratar instituições especializadas.

Outro importante fator é a complexidade do passivo, isto é, os diversos planos de benefícios dentro da mesma entidade e a conseqüente demanda por uma estrutura de gestão do ativo sofisticada e controlada.

#### **9.2.3.3.2 Gestão Terceirizada**

A gestão terceirizada coloca-se como antítese da gestão interna na medida em que todos os benefícios podem se apresentar como custos e vice-versa.

A gestão terceirizada é definida pela estrutura na qual todas as decisões diárias de investimento são tomadas externamente ao fundo de pensão. É importante deixar claro que a macroalocação de ativos é definida pelo fundo de pensão, uma vez que, legalmente, deve delimitar a sua atuação no mercado financeiro definindo os limites de alocação por classes de ativos.

No modelo de gestão de ativos terceirizada, observa-se a participação de grandes instituições financeiras. Nesses casos, em contraste com o visto anteriormente, o volume de ativos a ser gerenciado é alto e o corpo diretor dos fundos de pensão deve-se empenhar muito mais em controlar o plano de uma forma mais abrangente do que em tomar as decisões de investimento a cada minuto. Nesse ambiente, uma entidade de previdência deve ser extremamente diligente, priorizando as decisões estratégicas de investimento em relação à tomada de decisão diária de alocação de recursos.

O volume do patrimônio pode ser um facilitador na redução de custos da gestão terceirizada com ganho de escala para o gestor e para o administrador. Havendo um grande patrimônio, o gestor pode cobrar uma taxa mais baixa, dado que a partir de um determinado patrimônio a atividade gestão não requeriria esforço suplementar.

A diversificação da gestão é uma vantagem para fundos de pensão com grande patrimônio, pois podem contar com subdivisões patrimoniais ainda substanciais delegadas a instituições especializadas. Não se trata de uma regra, pois no Brasil, tem-se um grande contra-exemplo: a Previ (Fundação de Previdência dos Empregados do Banco do Brasil) que tem a gestão efetuada pela BB DTVM, também do conglomerado financeiro do Banco do Brasil. Porém, no âmbito das entidades de previdência cujo patrimônio é inferior ao da Previ e que não apresentam a mesma estrutura corporativa, observa-se uma diversificação da gestão. À medida em que se chega a posições inferiores no ranking, é freqüente a adoção da gestão interna pelos motivos apresentados no item anterior.

Há um ganho de transparência na hipótese de gestão terceirizada. No caso de fundos de pensão multi-patrocinados ou daqueles que reúnam diversos planos, a gestão terceirizada reforça a independência da tomada de decisão e pode funcionar como um neutralizador de

conflitos de interesse. Ademais, os fundos são sujeitos à prestação de contas. Os participantes, dirigentes e demais representantes dos diversos planos podem acompanhar e entender a estrutura de investimentos.

#### **9.2.3.3 Modelo híbrido de gestão (parte interna, parte externa)**

O modelo híbrido pode ser identificado como uma combinação do modelo interno de gestão com o modelo terceirizado. Neste caso, o fundo de pensão mantém o controle de parte dos ativos, tomando decisões diárias de investimento numa carteira de ativos. Esta escolha pode ter diversas explicações: desde o fato de a carteira interna servir de comparação com o montante gerido externamente e avaliação de performance, como também poder usufruir uma estrutura própria (sem a obrigatoriedade de se constituir um instrumento financeiro de investimento extremamente regulado), permitindo-se liberdade de seleção de ativos e investimentos que eventualmente não sejam adotados pelos Gestores externos.

A análise de vantagens e custos da gestão híbrida corresponde a uma ponderação entre os dois estilos apresentados acima. Neste caso, é mais interessante analisar a motivação da manutenção de uma gestão híbrida.

A intenção de manter a autonomia operacional sobre algumas decisões de investimento pode levar à escolha de manter internamente parte da gestão dos recursos da entidade. Este interesse na autonomia operacional pode estar ligado ao perfil de investimento do fundo de pensão, como por exemplo, investimentos em projetos específicos ligados à atividade primária da empresa patrocinadora. Por exemplo, investimento em projetos de mineração, caso se trate de um fundo de pensão de empregados de uma empresa mineradora. Nestes casos, a vantagem é dupla: para a patrocinadora, uma forma barata de financiamento; para o fundo de pensão, o benefício de investir em projetos rentáveis com a possibilidade de baixo custo de informação.

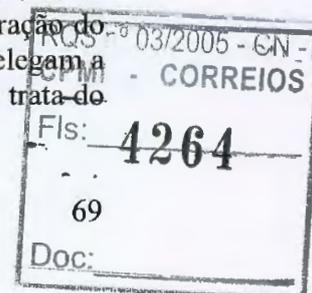
O reverso também deve ser considerado, dado que os interesses nem sempre estão alinhados e pode haver manipulação de decisão de investimento em prol de outros benefícios que não sejam o ganho de rentabilidade dos ativos do fundo de pensão. Contra ameaças desta sorte deve haver proteção legal (responsabilidade fiduciária contra fraude) e institucional (por meio de estruturas, critérios e controles internos à entidade) de forma a amparar legitimamente as decisões de investimento.

O balizamento da atuação dos gestores externos também pode ser um dos motivos para manutenção do controle sobre parte dos ativos.

Uma vez que o fundo tenha condições tecnológicas e técnicas para gestão de parte do patrimônio, a performance comparativa pode agregar valor à análise e eficiência da gestão do patrimônio total.

#### **9.2.3.4 A delegação na gestão e na administração de recursos de fundos de pensão**

Há dois níveis de delegação que se aplicam à estrutura da gestão dos ativos dos fundos de pensão. O primeiro nível está delimitado pela relação de financiamento e administração do fundo de pensão, quando os participantes (contribuintes, financiadores do fundo) delegam a gestão dos recursos à Diretoria do fundo de pensão. O segundo nível é mais sutil e trata-se



desalinhamento de interesses existente entre a Diretoria do fundo de pensão e as instituições externas contratadas para a gestão profissional dos recursos.

O primeiro nível de problema da delegação advém da escolha da diretoria dos fundos de pensão que ocorre, freqüentemente, por escolha política e não técnica, não havendo identificação entre os participantes e aqueles que administram seus recursos. Como se dá, então, o alinhamento de interesses para que o participante se assegure da boa conduta dos dirigentes do fundo de pensão?

A legislação aborda esta questão quando determina que o dirigente de uma entidade de previdência tem responsabilidade fiduciária na execução de sua atividade, respondendo pessoalmente com os próprios bens contra qualquer suspeita de fraude que esteja sob sua responsabilidade direta. Este caráter fiduciário de sua atividade exige que o dirigente seja totalmente atento e extremamente responsável em toda decisão que tomar quanto aos investimentos. Essa imposição legal torna crível seu empenho em garantir a boa rentabilidade dos recursos.

De acordo com os objetivos da Sub-relatoria, não foi possível estudar profundamente o primeiro nível acima exposto. Dessa maneira, decidiu-se que o foco das avaliações se concentraria no segundo nível identificado: o problema da delegação existente entre o fundo de pensão, representado por seus dirigentes, e as instituições financeiras contratadas para a gestão, administração e custódia dos ativos.

#### **9.2.3.4.1 Fundos de Pensão x Gestores de Recursos**

A relação entre o fundo de pensão e o Gestor de recursos é tipicamente de delegação da tomada de decisão de investimento para o Gestor (agente). A estrutura de remuneração deste agente depende da atividade que desenvolve. Mesmo que diversos Gestores tenham o mesmo papel (gerir recursos), sua atuação difere no tipo de gestão que farão: se farão uma gestão ativa ou uma gestão passiva, isto é, se o fundo é agressivo, buscando sempre superar o *benchmark*, ou se o fundo é passivo, apenas devendo acompanhar o indexador de desempenho.

#### **9.2.3.4.2 Fundos de Pensão x Administrador de Recursos**

A relação existente entre fundo de pensão e administrador contempla a sua posição diante da legislação e a sua responsabilidade estabelecida contratualmente. Os pontos importantes que devem ser analisados nesta relação são: (i) a responsabilidade fiduciária dos dirigentes da entidade diante da legislação e dos participantes; (ii) a expressão contratual das decisões de macro alocação de ativos; e (iii) a responsabilidade fiduciária legal do administrador frente ao investidor, o fundo de pensão.

No contexto geral da análise desta CPMI, os dirigentes dos fundos de pensão são legalmente responsáveis pelo investimento dos recursos, pelo planejamento dos investimentos, pelo enquadramento legal dos mesmos, pela meta de rentabilidade anual que estabelecem (vinculada à sua meta atuarial) e pelo zelo do cumprimento de todas as diretrizes de investimento definidas em plano anual informado à Secretaria de Previdência Complementar.

Essa responsabilidade é traduzida numa obrigação diante dos participantes, contribuintes do fundo de pensão que delegam aos dirigentes a faculdade de decisão de investimento e controle quanto aos recursos garantidores de suas aposentadorias.

O monitoramento da política de investimentos, uma vez expressa no regulamento do fundo, é partilhado com o administrador e há concorrência entre o dirigente da entidade e o administrador em face de qualquer irregularidade nos investimentos.

#### 9.2.3.4.3 Administrador x Gestor de Recursos

O administrador é responsável pelo controle do ativo (composição da carteira) e do passivo (saldo do investidor) e pela verificação da regularidade dos investimentos em face de toda a legislação aplicável. O Gestor é responsável pelas decisões de microalocação:

decisões de investimento numa periodicidade diária, enquadradas nos limites estabelecidos tanto pelo investidor quanto pela legislação. Ocorre que o Gestor tem um conjunto de informação mais restrito que o administrador, uma vez que cada Gestor conhece a carteira de investimentos que lhe foi delegada e deve cumprir um mandato específico.

O conjunto dos mandatos dos Gestores e a sua atuação conjunta constituem a totalidade dos investimentos do fundo de pensão que está sob o controle do administrador.

A relação entre estes dois agentes, o administrador e o Gestor (na realidade são diversos Gestores), em instituições distintas, existe com as seguintes finalidades: mitigar o risco operacional existente no processo operacional de investimento; concentrar as atividades de forma a deixar o processo global de investimentos mais transparente e claro ao investidor, identificando as atividades competentes em cada etapa ou segmento da gestão dos ativos; e, por fim, inserir um agente monitor que controle riscos financeiros e de performance de forma independente.

A mitigação do risco operacional ocorre quando as operações efetuadas pelo Gestor ao longo de um dia no mercado financeiro são verificadas pelo administrador antes de serem liquidadas por um terceiro (o custodiante). A concentração e definição de atividades permitem que o custo dos serviços prestados seja reduzido em função do ganho de escala no serviço de administração e na restrição de atividades do gestor. Este poderia cobrar uma remuneração maior caso exercesse igualmente o serviço de administração do fundo, o que ocorre comumente em fundos de Investimento mútuos, mas que no caso dos fundos de pensão, por constituírem fundos exclusivos, é dirimido pela segregação de funções. Por fim, o monitoramento exercido pelo administrador sobre a gestão de cada carteira é crível, uma vez que este não tem interesse de se expor diante de qualquer irregularidade.

#### 9.2.3.4.4 Administrador x Custodiante

Pode haver conflito de interesses entre esses dois agentes, tendo em vista que o custodiante conhece integralmente a carteira do fundo de pensão e pode realizar uma série de serviços que agreguem valor, porém, conflitem com os serviços de controle e *compliance* exercidos pelo administrador, como por exemplo, os serviços de enquadramento de política de investimento, consolidação de informações e controle de risco.

#### 9.2.3.5 Decisão de Investimento

REG. TRIBUNAL CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4265
Doc: 71

O risco ligado à decisão de investimento está relacionado ao quão concentrada é esta tomada de decisão. Caso seja totalmente concentrada, afeta a totalidade dos recursos. À medida em que há diversificação, com a divisão do patrimônio total do fundo de pensão e dedicação das diversas partes a diversos tomadores de decisão, há delegação de recursos para diversos Gestores, tornando cada um responsável por um fundo de Investimento.

Na prática, o fundo de pensão cria incentivos para a melhor atuação possível dos diversos Gestores, pois os coloca em comparação.

Ademais, há o impacto institucional de cada Gestor sobre a rapidez com que as decisões são tomadas. Movimentos de mercado bruscos podem resultar em reações mais rápidas ou mais lentas, por parte dos Gestores, dependendo se os mesmos têm autonomia para tomada de decisão, ou se mudanças dos portfólios requerem a aprovação de um comitê interno, por exemplo.

Indo além da questão estrutural, a tomada de decisão de investimento também diz respeito à macroalocação de ativos da entidade. É importante notar que a diversificação do poder de tomada de decisão também permite ao fundo de pensão alocar o tipo de ativo ao Gestor especialista da categoria.

#### **9.2.4 Parâmetros normativos atuais**

Um modelo de gestão pode ser especificado a partir da combinação de cinco diferentes elementos, quais sejam: Modelo de Estrutura; Normas de Competência; Recursos Humanos, Financeiros, Materiais e de Informação; Regras Operacionais e Protocolos de Comunicação.

Ao Modelo de Estrutura cabe definir como organizar, no espaço de gestão, os diferentes conjuntos de atividades e recursos operacionais, para cumprir de modo eficiente e eficaz, os seus objetivos institucionais.

As Normas de Competência, por sua vez, compreendem o conjunto de poderes/deveres decisórios atribuídos, por meio de atos normativos ou contratuais, à organização, seus recursos humanos, clientes, contratados, parceiros e órgãos de estado.

Os Recursos Humanos, Financeiros, Materiais e de Informação abrangem todo o conjunto necessário de recursos à realização das atividades da organização.

Já as Regras Operacionais compreendem as normas que deverão ser observadas na execução das atividades operacionais. Em seu conjunto e, uma vez sistematizadas, as regras operacionais formarão os denominados manuais de operação.

Enfim, os Protocolos de Comunicação (autos de infração, por exemplo) devem ser observados entre os membros da organização, no seu âmbito interno, aí incluído seus clientes, contratados, parceiros e órgãos de estado regulatórios e fiscalizatórios.

Cada um desses elementos deve ser fixado por meio de atos normativos legais ou infralegais, que abrangem, entre outras, as Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, o Decreto nº 4.678, de 24 de abril de 2003, o Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, a Resolução CMN nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, a Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002 e as Instruções Normativas SPC nº 44, de 23 de dezembro de 2002, nº 03, de 12 de novembro de 2003, nº 04, de 28 de novembro de 2003.

De acordo com as normas acima referidas, o regime de previdência complementar deve ser operado por entidades, públicas ou privadas, abertas ou fechadas, que terão por objetivo principal instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário.

Esses fundos de pensão sofrerão a ação regulatória e fiscalizatória do Estado, com o objetivo de: formular a política de previdência complementar; disciplinar, coordenar e supervisionar as atividades reguladas explicitamente pela Lei Complementar nº 109/2001; determinar padrões mínimos de segurança econômico-financeira e atuarial para a atuação das Entidades de Previdência Complementar – (EPC); assegurar aos participantes e assistidos o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos de benefícios; fiscalizar as entidades de previdência complementar; aplicar penalidades; e, proteger os interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios.

O Modelo de Estrutura de uma entidade privada de previdência complementar – aberta ou fechada – está definido pela Lei Complementar nº 108/2001. Terá a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.

As entidades fechadas são aquelas acessíveis, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, antes denominados patrocinadores e aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores. O órgão regulador e fiscalizador, atualmente, é o Ministério da Previdência Social - MPS, por intermédio, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Secretaria de Previdência Complementar (SPC/MPS), respectivamente.

Cabe ao CGPC exercer as competências de regulação, normatização e coordenação das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, estabelecidas na Lei Complementar nº 109/2001.

O CGPC é integrado: I - pelo Ministro de Estado da Previdência Social, que o presidirá; II - pelo Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social e por representantes: III - da Secretaria de Previdência Social do Ministério da Previdência Social; IV - do Ministério da Fazenda; V - do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; VI - dos patrocinadores e instituidores de entidades fechadas de previdência complementar; VII - das entidades fechadas de previdência complementar; e VIII - dos participantes e assistidos das entidades fechadas de previdência complementar. É de dois anos o mandato dos membros do CGPC referidos nos incisos III a VIII, permitida a recondução.

Os representantes a que se referem os incisos VII e VIII, e respectivos suplentes, serão indicados, respectivamente, pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp e pela Associação Nacional dos Participantes de fundos de pensão – Anapar e designados pelo Ministro de Estado da Previdência Social.

A estrutura organizacional básica de uma entidade é constituída de Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria- Executiva.

Compete ao Conselho Deliberativo, como órgão máximo da estrutura organizacional, dentre outras responsabilidades, a definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios; a gestão de investimentos e do plano de aplicação de recursos; e, ainda, a autorização de investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a cinco por cento dos recursos garantidores, bem como a nomeação e a exoneração dos membros da diretoria-executiva. A composição do Conselho Deliberativo, que será integrado por no máximo 6 (seis) membros, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, será paritária entre representantes dos participantes e assistidos, escolhidos por meio de

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
4266
Fls.: 73
Doc:

eleições diretas entre seus pares, e dos patrocinadores, cabendo a estes a indicação do conselheiro Presidente, que terá o voto de qualidade. O membro do Conselho Deliberativo somente perderá o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar.

O conselho fiscal é integrado por no máximo 4 (quatro) membros, com mandato de 4 (quatro) anos, vedada a recondução, com composição paritária entre representantes de patrocinadores e de participantes e assistidos, escolhidos por meio de eleições diretas entre seus pares, cabendo a estes a indicação do conselheiro Presidente, que terá o voto de qualidade. Compete essencialmente ao Conselho Fiscal o exercício do controle interno da entidade, mediante a avaliação da aderência da gestão de recursos à regulamentação em vigor e à política de investimentos, de acordo com critérios estabelecidos pelo CGPC.

A diretoria-executiva é o órgão responsável pela administração da entidade, em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo, sendo composta por, no máximo, seis (6) membros, definidos em função do patrimônio da entidade e do número de participantes, inclusive assistidos. Cabe ao estatuto da entidade, respeitado o número máximo de 6 (seis) diretores, fixar a forma de composição e o mandato da Diretoria-executiva.

Os membros da Diretoria-executiva deverão atender aos seguintes requisitos mínimos: comprovada experiência no exercício de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria; não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado; não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público; e, ter formação de nível superior.

Aos membros da Diretoria-executiva é vedado: exercer simultaneamente atividade no patrocinador; integrar concomitantemente o Conselho Deliberativo ou fiscal da entidade, mesmo depois do término do seu mandato na diretoria-executiva. Enquanto não tiverem suas contas aprovadas não lhes é permitido ao longo do exercício do mandato, prestar serviços a instituições integrantes do sistema financeiro.

Examinado o modelo estrutural de uma entidade e de seus órgãos de regulação e fiscalização, destaque-se, dentre as principais normas de competência, que a política de investimentos deve ser definida e elaborada anualmente pela Diretoria-executiva, para posterior aprovação pelo Conselho Deliberativo, antes do início do exercício a que se referir.

As entidades estão obrigadas a designar um administrador estatutário, tecnicamente qualificado, responsável, civil e criminalmente, pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos de seus planos de benefícios, bem como pela prestação de informações relativas à aplicação dos mesmos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais administradores.

Ademais, as entidades devem contratar uma ou mais pessoas jurídicas, credenciadas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para o exercício da atividade de custódia de valores mobiliários, responsáveis pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável. Para tanto, a entidade deve observar os critérios para a contratação e as atribuições do agente custodiante estabelecidas pelo CGPC. É facultada às entidades a contratação: I - de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de Consultoria, credenciadas na CVM, objetivando a análise e seleção de ativos e modalidades operacionais para comporem os

diversos segmentos e carteiras; II - de pessoas jurídicas, autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteira de renda fixa e/ou de renda variável, sem prejuízo da responsabilidade da própria entidade, de sua Diretoria-executiva e do administrador designado.

Cabe à pessoa jurídica contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente a responsabilidade pela avaliação dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle dos investimentos.

Com vistas à sua própria segurança econômica-financeira, as entidades deverão constituir reservas técnicas, provisões e fundos, de conformidade com os critérios e normas fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, devendo a aplicação desses recursos seguir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, sendo vedado o estabelecimento de aplicações compulsórias ou de limites mínimos de aplicação.

O plano de custeio de cada entidade, com periodicidade mínima anual, estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador. Essas reservas e fundos deverão atender permanentemente à cobertura integral dos compromissos assumidos pelo plano de benefícios, ressalvadas as excepcionalidades também definidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

Observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, o cálculo das reservas técnicas atenderá às peculiaridades de cada plano de benefícios e deverá estar expresso em nota técnica atuarial, de apresentação obrigatória.

Ao final de cada exercício, coincidente com o ano civil, as entidades deverão levantar as demonstrações contábeis e as avaliações atuariais de cada plano de benefícios, por pessoa jurídica ou profissional legalmente habilitado, devendo os resultados ser encaminhados ao órgão regulador e fiscalizador e divulgados aos participantes e aos assistidos.

O resultado superavitário dos planos de benefícios das entidades fechadas, ao final do exercício, satisfeitas as exigências regulamentares relativas aos mencionados planos, será destinado à constituição de reserva de contingência, para garantia de benefícios, até o limite de vinte e cinco por cento do valor das reservas matemáticas.

Constituída a reserva de contingência, os valores excedentes constituirão a reserva especial para revisão do plano de benefícios. A não utilização da reserva especial por três exercícios consecutivos determinará a revisão obrigatória do plano de benefícios da entidade.

O resultado deficitário será equacionado pelos patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade. O equacionamento referido poderá ser feito, dentre outras formas, por meio do aumento do valor das contribuições, instituição de contribuição adicional ou redução do valor dos benefícios a conceder, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

A aplicação dos recursos dos planos de benefícios das entidades está ordenada pela Resolução CMN nº 3.121/2003. Observadas as limitações sobre a composição e a diversificação dos investimentos, os recursos dos planos de benefícios devem ser alocados em quaisquer dos seguintes segmentos de aplicação: I - renda fixa; II - renda variável; III - imóveis; IV - empréstimos e financiamentos. As principais regras operacionais de cada um desses segmentos estão discriminadas nos arts. 9º a 53 da Resolução CMN nº 3.121/03.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
F/S: 4267
Doc:

As entidades devem manter conta individualizada junto aos depositários de títulos e valores mobiliários autorizados a funcionar pelo Banco Central ou pela CVM, sendo permitida a utilização de sub conta, quando a conta principal estiver em nome de agente custodiante, desde que não descaracterize a figura do beneficiário final.

As principais vedações aos investimentos realizados pelas entidades fechadas de previdência complementar no contexto dos trabalhos desta CPMI são:

I -realizar as operações denominadas *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de a entidade possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo;

II - aplicar em fundos de investimento de derivativos cuja exposição seja superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;

III -realizar operações com ações por meio de negociações privadas;

IV -aplicar recursos na aquisição de quotas de fundos de Investimento em direitos creditórios e de fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios cuja carteira contenha, direta ou indiretamente, conforme o caso, direitos creditórios e títulos representativos desses direitos em que sua(s) patrocinadora(s) figure(m) como devedora(s) ou preste(m) fiança, aval aceite ou co-obrigação sob qualquer outra forma;

V -realizar quaisquer operações comerciais e financeiras: com seus administradores, membros dos conselhos estatutários e respectivos cônjuges ou companheiros, e com seus parentes até o segundo grau; com empresa de que participem essas pessoas, exceto no caso de participação de até cinco por cento como acionista de empresa de capital aberto; e tendo como contraparte, mesmo que indiretamente, pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas, na forma definida pelo órgão regulador.

Em conformidade com a Instrução Normativa SPC nº 44/2002, as EFPC deverão encaminhar trimestralmente à SPC/MPS o Demonstrativo Analítico de Investimentos e Enquadramento das Aplicações – DAIEA, com as informações referentes ao total dos ativos da entidade. Sobre as atividades de controle e fiscalização, destaque-se que entidades fechadas de previdência complementar devem, no âmbito de cada plano de benefícios, manter sistema de controle da divergência não planejada entre o valor de uma carteira e o valor para ela projetado, no qual deverá ser considerada a taxa mínima atuarial.

De acordo com a Instrução Normativa nº 04/03, de 28 de novembro de 2003, que regulamenta o art. 58 da Resolução CMN nº 3.121/2003, a base para o cálculo da divergência não planejada será a diferença entre o percentual de rentabilidade de uma carteira e a taxa de juros adotada nas projeções atuariais, acrescida do indexador do plano de benefícios, no mesmo período de tempo.

O cálculo referido deve ser realizado para todos os ativos que compõem cada fundo exclusivo, desde que a divergência não planejada deste fundo exclusivo também seja negativa. Ademais, o cálculo deve ser realizado para todos os ativos que compõem cada fundo não exclusivo em que a participação da entidade fechada de previdência complementar seja superior a trinta por cento do patrimônio líquido do fundo, desde que a divergência não planejada deste fundo não exclusivo também seja negativa.

Além disso, as entidades fechadas de previdência complementar devem analisar o risco sistêmico, de crédito e de mercado, bem como o do gestor e do agente custodiante. Devem, ainda, observar o potencial conflito de interesses e a concentração operacional, com o

objetivo de manter equilibrados os aspectos prudenciais. Ademais, não se vislumbra que a ausência de liquidez de um investimento torna preponderante a avaliação do respectivo risco de crédito.

Cabe ressaltar que a fiscalização a cargo do Estado não exime os patrocinadores e os instituidores da responsabilidade pela supervisão sistemática das atividades das suas respectivas entidades fechadas.

A SPC/MPS, o BACEN, a CVM ou a Secretaria da Receita Federal, constatando a existência de práticas irregulares ou indícios de crimes em entidades de previdência complementar, noticiará ao Ministério Público, enviando-lhe os documentos comprobatórios. Ressalte-se que o sigilo de operações não poderá ser invocado como óbice à troca de informações entre os órgãos mencionados, nem ao fornecimento de informações requisitadas pelo Ministério Público.

São também responsáveis pelas irregularidades os administradores dos patrocinadores ou instituidores, os atuários, os auditores independentes, os avaliadores de gestão e outros profissionais que prestem serviços técnicos à entidade, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada.

O processo administrativo e a aplicação de penalidades administrativas, no âmbito do regime da previdência complementar, operado pelas entidades fechadas de previdência complementar, estão ordenados pelo Decreto nº 4.942/2003.

### **9.3. Escopo do trabalho – métodos e critérios adotados**

No curso das investigações, a Sub-relatoria entendeu que as atividades deveriam transcorrer em quatro frentes:

- Cruzamento de dados e avaliação dos mercados;
- Análise dos processos de gestão dos fundos de pensão;
- Indícios de esquemas e grupos organizados;
- Depoimentos.

O cruzamento de dados forneceu as bases fundamentais para o levantamento de indícios de irregularidades. O entendimento sobre os processos de gestão deixou claro o sistema de decisão adotado pelos fundos de pensão. Tal entendimento permitiu identificar os elementos da cadeia hierárquica das entidades de previdência, responsáveis por todo tipo de ordens de negociação, em especial o papel das gerências de investimento. Por fim, foi possível detectar a responsabilidade de cada elo desta cadeia decisória.

Nos depoimentos, foram apresentados, aos investigados e às testemunhas, o conjunto de informações reunido durante a investigação. A participação dos depoentes ensejou novos elementos e fatos, utilizados para o aprofundamento dos trabalhos.

Os depoimentos foram estruturados de acordo com os seguintes tópicos:

- Apresentação das operações de interesse patrimonial dos fundos de pensão, consideradas pela Sub-relatoria, atípicas em cada mercado;

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO:
Nº: 4268
Doc: _____

- Solicitação de explicações, aos depoentes, acerca de investigações instauradas pelos órgãos oficiais;
- Busca de informações sobre as denúncias recebidas pela CPMI, consubstanciadas em documentação.

### **9.3.1 Cruzamento de dados e avaliação dos mercados**

#### **9.3.1.1 Conceitos gerais**

Esta seção destina-se a apresentar os principais conceitos, dinâmicas, operacionais e de mercado, bem como, terminologias utilizadas nas operações financeiras.

A Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) é uma instituição em que se realizam as transações de compra e venda de derivativos, consubstanciados em títulos, tais como: ativos financeiros, índices, indicadores, taxas, mercadorias e moedas, nas modalidades à vista e de liquidação futura.

Para tanto, esta instituição efetua o registro, a compensação e a liquidação, física e financeira, das operações que lhes são próprias, realizadas em pregão ou em sistema eletrônico. A BM&F monitora, constantemente, os preços praticados, detalhando valores máximos e mínimos, para subsidiar o acompanhamento e a implementação de suas normas.

Somente corretoras associadas ou operadores especiais que tenham adquirido o título de membro da BM&F podem dar ordens diretas, de compra e venda, aos seus operadores. As ordens provenientes das corretoras são recebidas de seus diversos clientes e repassadas em tempo real para os operadores, que as executam no pregão da bolsa.

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) é uma instituição (mercado organizado) onde se transacionam ações, derivativos (opções), bem como títulos de renda fixa privada no mercado à vista, a termo ou fracionário. Estas transações são realizadas por meio de ordens (de compra ou venda) dadas em ambiente de sistema eletrônico de negociações (pregão eletrônico), conhecido por Mega Bolsa. A Bovespa mantém sistema de negociação eletrônico das transações, que são registradas na CVM, e fiscalizadas pelos seus membros, em especial, pela própria CVM.

A Bovespa monitora, constantemente, os preços praticados, detalhando valores máximos e mínimos. Somente corretoras associadas ou operadores especiais, que tenham adquirido o título de membro da Bovespa, podem dar ordens diretas no sistema eletrônico de negociações.

O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) do Banco Central do Brasil é informatizado e se destina à custódia de títulos escriturais, de emissão do Tesouro Nacional

e do próprio Banco Central. Diferentemente da Bovespa e BM&F, o Selic não monitora preços e opera na modalidade de Liquidação Bruta em Tempo Real (LBTR), sendo as transações, nele registradas, liquidadas uma a uma por seus valores brutos em tempo real.

A Câmara de Liquidação e Custódia (Cetip) é responsável pelo serviço de custódia dos títulos privados, e monitora os preços desses títulos.

Outras terminologias utilizadas neste relatório:

a) Preço de Mercado de títulos públicos: A Andima tem como atribuição delegada pelo Banco Central e o Tesouro Nacional a de divulgar preços de referência para títulos públicos federais no mercado secundário. Ela não calcula o PU médio de negociação dos títulos, mas sim consolida – formatando e divulgando – as expectativas de alguns agentes de mercado. Não há, necessariamente, relação direta com os negócios realizados. É uma boa ferramenta de verificação de taxas, mas também é factível a ocorrência de algumas divergências pontuais em determinados dias, que tenham apresentado grande volatilidade, ou seja, variações de condições de mercado;

b) *day trade*: Operação que consiste em compra com posterior venda (ou vice-versa) de uma mesma ação ou derivativo, em um mesmo pregão (na mesma data), na mesma corretora e por um mesmo investidor. Neste tipo de operação, os ganhos ou perdas são apurados pela diferença financeira entre o que o investidor pagou pela compra e o que o mesmo investidor recebeu pela venda dos títulos;

c) Alocação: Prática usual e necessária, realizada no final do dia, pela corretora que executou a operação na Bovespa ou BM&F, onde o intermediário financeiro associa o nome do investidor, responsável pela compra ou venda, a uma operação realizada na bolsa durante o horário de pregão;

d) Debêntures: são títulos de crédito representativos de empréstimo, que uma companhia emite para terceiros, e que asseguram a seus detentores direitos contra a empresa, nas condições constantes da escritura de emissão;

e) CDB: título privado emitido por instituição financeira, que comprova que seu proprietário tem um depósito bancário remunerado naquela instituição. O título pode ser transacionado livremente pelos investidores, no mercado;

f) derivativos: operações feitas no mercado financeiro em que o valor das transações deriva do comportamento futuro de outros mercados, como o de ações ou de juros, por exemplo. Há três tipos de derivativos:

• futuros - que servem para proteger o investidor das flutuações nos preços normais – mercadorias negociadas pelo seu preço de entrega no futuro (dias, meses, anos) – seguir Mercado Futuro;



- opções - muito usada no mercado de commodities e mercado de ações - contratos que reservam ao seu possuidor o direito de comprar ou vender mercadorias ou título em uma data futura e a um preço pré-determinado.

- swaps - Palavra inglesa que significa troca,permuta.O swap é um contrato que não permite trocar em uma data futura pré-determinada um investimento por outro, mas sim trocar rentabilidade. Este instrumento financeiro é largamente utilizado para operações de *hedge* (proteção de ativos). Exemplificando, temos: uma das pontas fica ativo na variação do dólar e, simultaneamente, passivo na variação dos juros. Este agente está considerando que a variação do dólar vai ser maior que a dos juros, o que ocorrendo lhe permite receber a diferença no vencimento do contrato; a outra ponta fica figura no pólo ativo na variação dos juros e, simultaneamente, passivo na variação do dólar. Já este agente está considerando que a variação dos juros vai ser maior que a do dólar, o que ocorrendo lhe permite receber a diferença no vencimento do contrato.

h) Mercado futuro é aquele em que as partes intervenientes em uma operação assumem compromissos (posições) de compra e/ou venda, de um ativo, para liquidação em data futura, tendo como característica básica o sistema de gerenciamento de posições, que engloba o ajuste diário do valor dos contratos, o qual se constitui em ganho ou perda diária para as respectivas posições. Assumir uma posição, neste mercado, significa realizar um contrato de negociação, que pode ser referenciados em índices (juros, Ibovespa), em preços (de ativos) e em moedas (por exemplo valor da taxa de câmbio do dólar);

i) Ajuste diário: é o valor que cada posição, pelos clientes, paga ou recebe, em decorrência das variações nas cotações do valor do ativo negociado; as diferenças são acertadas financeiramente, todos os dias, conforme apresentem ganho ou perda em relação ao preço do dia anterior;

j) Mercado de opções: conjunto de operações em que o investidor, mediante o pagamento de um prêmio, adquire o direito de comprar ou vender um ativo (ação, título, *commodity*), no futuro, a um preço preestabelecido, sendo possível reverter a posição assumida, mediante uma outra transação, em sentido contrário à original.

k) CVS: são títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, no âmbito da renegociação das dívidas advindas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional do antigo SFH;

l) Títulos públicos: são ativos financeiros de emissão do Tesouro Nacional, com diferentes categorias de prazo e de remuneração. Os principais títulos que surgiram da análise dos dados foram os seguintes:

NTN-B – Nota do Tesouro Nacional – série B: título com rentabilidade vinculada à variação do IPCA, acrescida de juros, definidos no momento da compra. Ideal para formar poupança de médio e longo prazo, garantindo seu poder de compra. Forma de Pagamento: semestralmente (juros) e no vencimento (principal);

NTN-C – Notas do Tesouro Nacional – série C: títulos com rentabilidade vinculada à variação do IGP-M, acrescida de juros definidos no momento da compra. Ideal para formar poupança de médio e longo prazo, garantindo seu poder de compra. Forma de Pagamento: semestralmente (juros) e no vencimento (principal).

m) *Compliance*: é um conjunto de regras e instruções de controles internos, certificações de qualidade e ética profissional, ditadas pelos órgãos reguladores, a serem aplicadas nas atividades bancárias e na gestão de recursos.

### 9.3.1.2 Dinâmicas Básicas dos Mercados

Apresenta-se abaixo uma visão das atuais dinâmicas dos seguintes mercados:

#### 9.3.1.2.1 Bovespa e BM&F

Os investidores (vendedor / comprador) podem, ou não, estar operando com o mesmo agente.

É importante detalhar o fluxo de ordens de compra e venda dos clientes (fundos de pensão) aos intermediários (corretoras), de maneira a caracterizar, de forma clara, as responsabilidades de todos os agentes envolvidos.

- (1) Determina ordem de compra para seu agente junto às bolsas (Bovespa / BM&F);
- (2) Recebe a ordem de compra do investidor cadastrado e envia para execução nas bolsas;
- (3) Determina ordem de venda para seu agente junto às bolsas;
- (4) Recebe a ordem de venda do investidor cadastrado e envia para execução;

Nas operações de BM&F, as etapas (1) a (4) passam pelos seguintes detalhamentos:

I. Emissão da ordem: o momento em que o cliente, usualmente por intermédio de seu gestor de recursos, transmite uma ordem ao intermediário. Essa ordem pode ser dada de forma oral ou por escrito, conforme definido no contrato de intermediação. Nessa primeira etapa, o cliente, ou seu gestor de recursos, deve conhecer as condições de mercado e saber exatamente as suas necessidades;

II. Recepção da ordem: na qualidade de intermediária, a corretora recebe a ordem em suas mesas de operação e a transmite ao pregão ou comunica a outras corretoras, no caso de operações de balcão;

III. Execução da ordem: imediatamente após o cumprimento da ordem, a corretora informa ao cliente ou ao seu gestor externo a efetivação do negócio, aguardando apenas a



confirmação dos detalhes para que seja feita a alocação, denominada pela BM&F de “especificação de comitentes”;

IV. Especificação de comitente: o cliente, ou seu gestor externo, nomeia o comitente da ordem para que essa seja especificada pela corretora.

(5) Captura ordens de compra / venda enviadas pelos agentes (por conta e ordem dos investidores) para que seja realizada a execução;

(5a) Acompanha preços para intervenção via leilão em caso de discrepância;

(5b) Registra as transações e a custódia dos ativos negociados;

(5c) Envia aos agentes a relação das transações fechadas por conta e ordem dos agentes. Com relação aos mercados operados pela BM&F, a etapa (5c) é denominada “verificação do negócio”, ou seja, no dia seguinte, a Bolsa emite as notas de corretagem e os mapas financeiros referentes às operações realizadas no dia anterior, mostrando todos os detalhes das ordens. É importante registrar que algumas corretoras fazem essa tarefa dentro do próprio dia para que o cliente tenha acesso aos detalhes dos negócios e possam realizar a supervisão de forma adequada.

#### **9.3.1.2.2 A Responsabilidade dos Participantes em Mercado de Bolsas**

É com base no contrato de intermediação firmado entre corretoras e clientes e no conhecimento detalhado do fluxo de ordens das Bolsas que se torna possível identificar os responsáveis pelas estratégias tomadas e, em determinadas circunstâncias, eventual dolo na ação.

Se o contrato de intermediação confere a discricionariedade na execução da ordem à corretora, esta deve ter a responsabilidade pela boa condução dos negócios, incluindo-se, nesse caso, a boa formação do preço e o momento ideal para a execução das ordens. Ao cliente ou seu gestor, nessa hipótese, deve ser cobrada a não observância dos resultados das operações e a ausência de critérios eficazes de supervisão para qualificá-los como administrador de recursos de terceiros.

Do contrário, se o contrato de intermediação não apresenta cláusula de discricionariedade, a responsabilidade pelo momento da emissão da ordem e das demais informações como a quantidade e o preço a serem negociados recai sobre o cliente ou o gestor externo. As corretoras têm responsabilidade de utilizar os meios adequados para executar a ordem e de atender às exigências legais de prazos. Nesse caso, a ocorrência de irregularidades na execução da ordem deve ser atribuída ao emissor e não ao executor.

#### **9.3.1.2.3 Dinâmica dos Mercados de Selic/Cetip**

(1) Um investidor vende títulos de sua carteira própria (banco, fundo de pensão, fundo de investimento) passando a ordem para um agente do sistema financeiro;

(2) O agente do sistema financeiro busca, por intermédio de suas mesas de operações, um investidor comprador no mercado, podendo ainda repassar a ordem para outro agente;

(3) Um investidor comprador é identificado e mediante o preço negociado na mesa de operações é fechada a transação;

(4) O Selic/Cetip, por serem os responsáveis pela custódia dos títulos, são informados da negociação fechada para fins de atualização do controle de custódia de cada titular, registrando para tanto estas negociações em seus extratos.

#### **9.3.1.2.4 Títulos Públicos (Selic)**

Capturar operações realizadas em cadeias de negócios que apresentem ganhos intermediários superiores acima de R\$ 50 mil pode levantar suspeita de operações realizadas em condições normais de mercado, ou seja, não necessariamente esta metodologia aponta um mau negócio para os fundos de pensão sob análise.

A interpretação do dado pode estar enviesado, pois o preço fora das condições de mercado pode ter sido realizado pela outra ponta da cadeia de negócios, e não necessariamente pelo Fundo de Pensão.

Dessa forma foi acrescentado um filtro, para checar se os preços de realização (PU) dos títulos dos negócios realizados pelas fundações em análise estão em conformidade com as referências das negociações do dia, como por exemplo os dados divulgados pela Andima. Com isso, a CPMI teria como separar o “joio do trigo” no caso de quem realmente fez um negócio lesivo.

É simples: a constatação de diferenças representativas de preço (PU) num mesmo dia não é suficiente para provar nada, pois:

- a) uma ponta ter vendido barato não implica que a outra tenha comprado caro ou fora do preço de mercado; e
- b) uma ponta ter comprado caro não implica que a outra tenha vendido barato.

#### **9.3.2.5 Derivativos (BM&F)**

Os trabalhos de investigação objetivaram a apuração dos ajustes negativos de primeiro dia como indicador de perda nas operações de derivativos. O ajuste de primeiro dia é a diferença entre o valor do índice negociado em uma determinada operação de futuro e aquele registrado ao final do dia.

Tal ajuste foi adotado como indicador relevante porque somente no primeiro dia, teoricamente, é possível ocorrer transações em que perdas sejam artificialmente arranjadas.

ROS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: 4271
83
Doc:

Nos dias seguintes, o ajuste não mais depende da estruturação da operação, mas das forças de mercado.

É importante, no entanto, também levar em consideração que os derivativos são instrumentos financeiros utilizados para operações de *hedge*, que objetivam a proteção de ativos ou a garantia de uma determinada rentabilidade. Por esta razão, seria necessário avaliar as duas pontas da operação (mercado à vista e mercado futuro) para a correta avaliação sobre a ocorrência de perdas para as fundações.

### 9.3.2.6 Títulos privados (Cetip)

As informações sobre as transações com CDBs, RDBs, cotas de fundo de investimento (FIF e FIDC), debêntures e CVS foram obtidas junto à Cetip. Calculou-se a exposição máxima anual dos fundos de pensão nos títulos mencionados, segregando-o por instituição financeira emissora. Esta apuração visou demonstrar a diversificação da carteira de títulos privados de renda fixa de cada entidade. Adicionalmente, para as transações com CVS e debêntures, estruturou-se a cadeia comercial dos títulos, no período 2000-2005, demonstrando as principais divergências de preços praticados num mesmo dia. Para atingir esse objetivo, foram adotados os seguintes procedimentos:

- 1) Os arquivos foram criados de acordo com *layouts* definidos com a Cetip;
- 2) Com a finalidade de identificar os compradores e vendedores codificados nos arquivos da Cetip, cruzaram-se as informações fornecidas com os nomes e CNPJ relacionados às instituições sob investigação;
- 3) Dividiu-se o processamento em dois arquivos distintos, o primeiro contendo somente as operações custodiadas pela própria Cetip, e o segundo, as operações custodiadas nas demais câmaras de custódia sob responsabilidade da Cetip (SNA – Sistema Nacional de Ativos, SND – Sistema Nacional de Debêntures, MOP – Moedas de Privatização, SCF – Sistema de Cotas de Fundos, etc);
- 4) Com esses dois arquivos foram realizadas as seguintes extrações de dados:
  - a) Operações com CDBs, RDBs e cotas de fundos, para composição das concentrações anuais por emissor e fundo de pensão;
  - b) Operações com CVS e debêntures, para composição das cadeias comerciais, identificando as transações com fundos de pensão que apresentaram variações de preço significativas num mesmo dia;
  - c) Operações com CDBs, RDBs e debêntures do Banco Santos não resgatadas;
  - d) Operações com CDBs, RDBs e cotas de fundos emitidos pelos bancos BMG e Rural, para composição da exposição máxima anual de aplicações nesses bancos.

Da mesma forma que para títulos públicos, seria imprescindível acrescentar nesta metodologia um filtro que servisse para checar se os preços das operações com debêntures estão em conformidade com as referências das negociações do dia.

Por fim, de modo a identificar a exposição máxima anual dos fundos de pensão federais nos bancos BMG e Rural, extraíram-se do arquivo da Cetip todas as aplicações com CDBs, RDBs e cotas de fundos, emitidas por aqueles bancos. Com base na composição analítica desses valores, identificou-se o valor máximo de exposição diária em cada ano com o mesmo tomador de recurso. A partir dessa identificação, extraiu-se o efeito das reaplicações de recursos do arquivo do Cetip.

Investimentos com os bancos BMG e Rural foram feitos sim, mas também foram aplicados recursos, diga-se de passagem em maior volume, em diversos outros bancos que compõem o mesmo segmento das citadas instituições financeiras, ou seja, seus concorrentes. Isto demonstra que não foi verificado tratamento diferenciado, por parte das fundações investigadas, aos bancos BMG e Rural.

O conjunto de bancos do segmento “*middle market*” foi visto em 2004, cujo cenário apontava para um crescimento do crédito, como investimentos que assegurariam bons retornos com riscos mitigados. Todos os recursos aplicados em CDBs dos bancos BMG e Rural foram devidamente remunerados, com taxas dentro dos parâmetros de mercado.

Dados fornecidos pela Secretaria de Previdência Complementar demonstram que no decorrer do ano de 2004 houve um movimento de mercado, envolvendo não só as fundações investigadas como o conjunto do sistema, em direção aos bancos pequenos e médios, em razão de uma política agressiva de captação de recursos, implementada por essas instituições. Considerando o volume de recursos que transita no mercado de CDB, também podemos afirmar que as aplicações são inclusive pequenas.

#### **9.3.1.2.7 Ações e Opções (Bovespa)**

Os trabalhos de levantamento das operações realizadas pelos fundos de pensão, na Bovespa, entre janeiro de 2000 e agosto de 2005, objetivaram a apuração dos denominados indícios de alocação. Para esse efeito, foram utilizados os mesmos critérios de identificação empregados pela Bovespa. Em seguida, esta relação foi depurada para incluir somente aqueles investidores que auferiram ganhos acima de R\$ 100 mil. Esta última lista foi comparada com os nomes que constavam nos processos administrativos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para averiguar se esses investidores estavam sob a investigação desta Comissão. Nesse procedimento de averiguação, buscou-se distinguir os investidores comuns daqueles que coincidentemente negociaram nas mesmas ocasiões e por intermédio das corretoras com as quais os fundos de pensão operavam. Após analisar as operações realizadas pelos investidores selecionados, não foram identificados fortes indícios de perdas para os fundos de pensão.

RQS nº 03/2005 - CN
CPML - CORREIO
Fls: <u>4272</u>
85 -
Doc:

### **9.3.1.2.8 Compra e Venda de Ativos Imobiliários**

Para realização da análise das aquisições e alienações de ativos imobiliários dos fundos de pensão investigados pela Sub-relatoria, foram definidos os seguintes passos:

- Definição do período da análise: 1º de Janeiro de 2000 a 31 de agosto de 2005;
- Obtenção dos arquivos do DAIEA (Demonstrativo analítico de investimentos e enquadramento das aplicações) disponibilizado pela SPC;
- Compilação das adições, alienações e reavaliações ocorridas no período investigado, em bases trimestrais;
- Seleção dos documentos solicitados, correspondentes a 80% dos valores de aquisições e alienações realizadas no período;
- Análise das informações recebidas até 27/02/2006;
- Preparação de questionamento formal às entidades quanto aos motivos que resultaram nas reavaliações negativas dos empreendimentos;
- Comparação entre avaliações do mesmo ativo, com participação de mais de um fundo de pensão (quando dois ou mais fundos de pensão participam do mesmo empreendimento);
- Comparação das avaliações feitas pelas empresas contratadas pelos fundos de pensão com os valores efetivos de aquisição/alienação registrados em escrituras de compra/venda;
- Comparação entre informações contábeis/financeiras fornecidas pelo SPC com os valores de vendas demonstrados nas escrituras de compra /venda.

### **9.3.1.2.9 Contratos de serviços**

Em relação aos contratos de prestação serviços, os procedimentos de investigação foram realizados, com base nos dados fornecidos pela SPC, sobre o conjunto das despesas contabilizadas na rubrica “Despesas com Serviços de Terceiros”, selecionando-se os contratos com valores acima de R\$ 200 mil.

O foco do trabalho concentrou-se em identificar transações atípicas em relação aos parâmetros usuais de mercado, entre as quais se pode destacar:

- Conflitos de interesses entre prestadores de serviços e fundos de pensão;
- Aumentos dos preços dos serviços prestados não devidamente suportados pelos contratos;
- Duplicidade na contratação de serviços;
- Pagamentos efetuados aos prestadores de serviços não suportados pelos contratos.

### 9.3.1.2.10 Indícios de Esquemas e Grupos Organizados

No início dos trabalhos, foram veiculadas pela imprensa e também encaminhadas denúncias anônimas sobre supostos esquemas montados para desviar recursos dos fundos de pensão. Essas informações contribuíram para a formulação de perguntas durante as oitivas. Dois agrupamentos destacaram-se: um coordenado por Lúcio Bolonha Funaro; e, outro, por Haroldo de Almeida Rego Filho.

Tais esquemas consistiriam, em síntese:

- a) Na alocação de profissionais dentro dos fundos de pensão, especialmente como gerentes de investimentos;
- b) Na articulação com distribuidoras ou corretoras de câmbio ou de títulos e valores mobiliários para intermediar as operações e fazer convenientemente os registros delas;
- c) Na articulação com empresas ou pessoas, incluindo “doleiros”, a quem seriam destinados os recursos financeiros desviados e, a partir das quais, supõe-se, seria feita a distribuição entre os beneficiários;
- d) Os fundos de pensão em carteira própria ou em fundos exclusivos gerenciados por terceiros seriam os perdedores dos recursos financeiros, mediante, entre outros procedimentos nefastos, vendas de ativos abaixo do preço de mercado ou compras acima.

O gerente de investimento trabalha diretamente com o diretor de finanças ou diretor de investimento. Desempenha o papel de implementar as decisões trazidas pelo próprio diretor pelo comitê ou colegiado de investimentos; um profissional com conhecimento de mercado. Em regra, os diretores financeiros ou de investimento dos fundos de pensão têm fortíssima preponderância na nomeação dos gerentes de investimento, quer pela ação propondo um nome a algum comitê ou ao colegiado de diretoria do fundo de pensão, quando não podem decidir sozinhos, quer pela omissão, circunstância em que permitem a nomeação oriunda de algum poder político, mesmo que de fora do próprio fundo. As corretoras seriam essenciais ao esquema, ao serem necessárias, por força de lei, em diversas operações em diferentes mercados. Com a participação delas pode-se também dizer que o preço foi formado pelo mercado; pode-se, ainda, inferir que facilitaram o deslocamento dos recursos financeiros desviados, por não estarem diretamente ao alcance do conselho fiscal do fundo de pensão, ou da Secretaria de Previdência Complementar, quer para a fiscalização, quer para o acesso às informações.

Os prováveis esquemas do Sr. Lúcio Funaro e Haroldo de Almeida Rego Filho poderiam ser assim estruturados, segundo as informações inicialmente disponíveis:



## **9.4 Produtos de Investigações**

### **9.4.1. Análise das Operações Realizadas pelos Fundos de Pensão**

#### **9.4.1.1. Prece**

A PRECE entidade fechada de previdência complementar, constituída, em 18 de janeiro de 1983, sob a forma de sociedade civil, instituída pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), empresa de economia mista do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo da PRECE é o de complementar os benefícios a que têm direito os empregados da CEDAE, da PRECE e da Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE (CAC), na qualidade de segurados.

No curso das investigações a CPMI deparou com as seguintes situações:

- a) Registre-se que o Supremo Tribunal Federal, no Mandado de Segurança nº 25.808, impetrado por essa entidade estadual de previdência complementar, determinou que essa CPMI *“se abstenha de utilizar (...) ou divulgar à imprensa dados sigilosos da impetrante (leia-se PRECE), obtidos em razão da disclosure de sua intimidade.”*

A inclusão de dados referentes à PRECE, no relatório desta CPMI, documento público, a ser lido em sessão aberta, configuraria, destarte, flagrante desrespeito a decisão judicial, conduta, ressalte-se, caracterizadora de crime, tipificada no art. 330 do Código Penal, absolutamente incompatível com o decoro parlamentar.

- b) Ademais, como investigado, a PRECE é uma entidade vinculada à CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio Janeiro. Desta forma, a parte pública da verba destinada à PRECE tem origem estadual. À evidência, a prática de eventual ato lesivo ao patrimônio da PRECE jamais dirá respeito à União Federal.

O Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, X e 70 da Constituição Federal e, por óbvio, as comissões por ele criadas na forma do § 3º do art. 58, têm sua competência fiscalizatória restrita aos “atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta” (art. 49, X), bem como contabilidade, finanças, orçamento e patrimônio “da União e das entidades da administração direta e indireta.”

- c) Eventuais ilicitudes porventura cometidas por dirigentes da PRECE, fora do âmbito de atuação desta CPMI, já estão sendo objeto de investigação pelos órgãos públicos

competentes, (CVM, SPC), pelo que não há necessidade, em estender o objeto da investigação.

- d) Na 17ª reunião da Sub-comissão de Fundos de Pensão desta CPMI, conforme pronunciado pelo sub-relator Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, deliberou-se que “Está excluído também desse estudo a PRECE. Porque a PRECE é um Fundo Estadual”, Nós temos os números da PRECE, eles não podem ser trabalhados em sessão pública e não podem ser disponibilizado para a imprensa, por uma decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal, mas Eu quero dizer a todos os parlamentares desta CPMI que se eles estiverem interesse em conhecer os dados evolutivos da PRECE nós temos condições de disponibilizar prontamente, porque a análise foi feita, porem a PRECE esta fora pela decisão do Supremo Tribunal Federal e respeito, portanto, a esta decisão e também porque a PRECE é um Fundo de estatal”.

Neste contexto, não carece essa CPMI avançar suas investigações em um fundo de pensão comprovadamente estadual, portanto fora do objeto dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

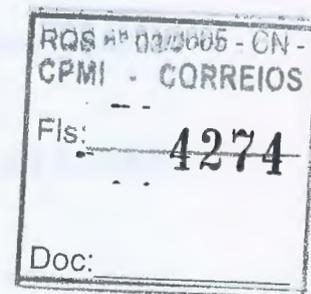
#### 9.4.1.2. Núcleos

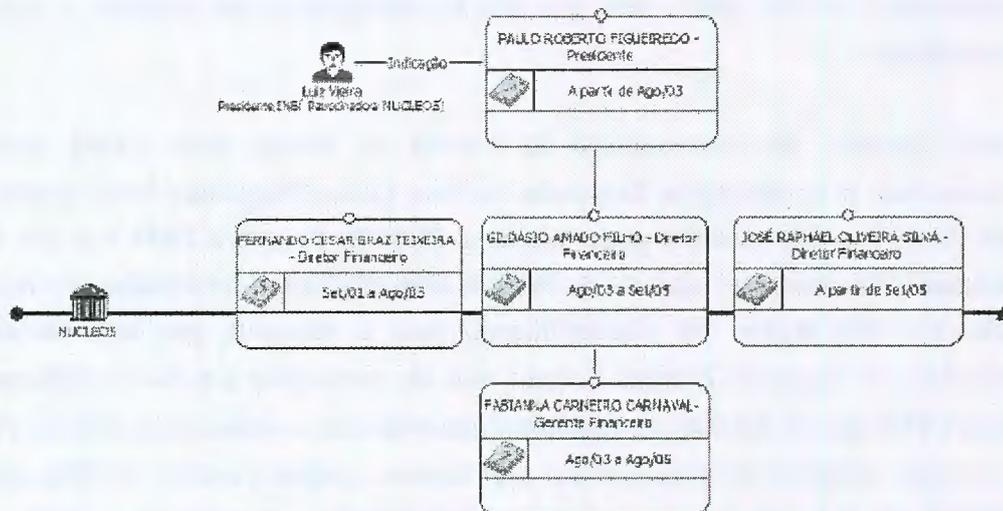
O Nucleos – Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de sociedade civil, criada em 1979.

O objetivo do Nucleos é o de complementar os proventos de aposentadoria a que têm direito, na qualidade de segurados, os empregados dos patrocinadores, quais sejam, Indústrias Nucleares do Brasil S/A - INB, Eletrobrás Termonuclear S/A - Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A – Nuclep, além de seus próprios funcionários.

No período sob análise desta CPMI, o fundo de pensão teve três diretorias financeiras, conforme a figura abaixo:

#### DIRIGENTES DO NUCLEOS





No curso das investigações, foram constatados indícios de graves irregularidades em transações financeiras realizadas pelo Nucleos, tanto em carteira própria como em fundos exclusivos, nos diversos mercados, além de desvios de conduta de seus dirigentes. Os problemas mais significativos foram encontrados em transações efetuadas entre agosto de 2003 e setembro de 2005. Neste período, o Sr. Paulo Figueiredo ocupou o cargo de Presidente da entidade, o Sr. Gildásio Amado Filho respondia pela diretoria financeira, e a Sra. Fabiana Carneiro Carnaval assumiu a gerência financeira.

Com a finalidade de elucidar as irregularidades constatadas, foram convocados a prestar depoimento perante a Sub-relatoria o Sr. Paulo Figueiredo, o Sr. Gildásio Amado Filho e a Sra. Fabiana Carneiro Carnaval. Em face das divergências verificadas nestes depoimentos, foi, ainda, necessário realizar uma acareação na tentativa de obter a verdade sobre a gestão financeira do Nucleos naquele período. Com o objetivo de se ter um quadro mais completo das práticas financeiras do Nucleos, foram também convocados a depor o Sr. José Raphael da Silva (Diretor Financeiro a partir de agosto de 2005) e o Sr. Fernando Braz Teixeira (Diretor Financeiro entre setembro de 2001 e agosto de 2003).

#### 9.4.1.2.1 Das Transações Irregulares

##### 9.4.1.1.2 Títulos Públicos

O Nucleos foi, entre as entidades investigadas, a que apresentou o segundo maior volume de perdas em operações com títulos públicos, totalizando R\$ 28,6 milhões em valores nominais, conforme demonstra a tabela a seguir:

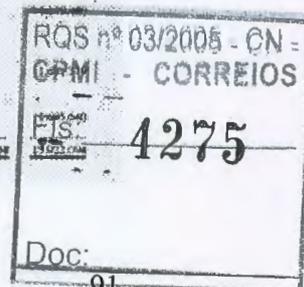
Moeda: R\$	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
Nucleos	-	-	-	81.427	13.922.094	14.606.527	28.610.049

As perdas foram detectadas a partir da análise da cadeia comercial de compra e venda de papéis. Em negociações de um mesmo título público, verificou-se que os preços unitários praticados com fundos de pensão apresentaram exorbitante variação quando comparados com os negociados pelos demais agentes de mercado.

Cumpra especificar que os valores de perdas apuradas, conforme o quadro acima, foram obtidos a partir dos dados agregados das operações de compra e venda de títulos públicos realizadas em carteira própria e fundos exclusivos. Em outros termos, as perdas detectadas nas operações de venda, bem como aquelas decorrentes das operações de compra, foram somadas para a obtenção do resultado final.

Em 2003, foram identificadas perdas de R\$ 81.427,00 em operações com títulos públicos. Já em 2004, houve um aumento significativo nas perdas, que, em valores nominais, totalizaram R\$ 13.922.094,00. É o que se depreende do quadro abaixo acerca das operações envolvendo fundos exclusivos do Nucleos:

Moeda: R\$				Resultado FPE									
Conta	Venc. Título	Nome Título	Descrição do investidor	IFPE	Descrição do comprador	Quant. Títulos	PI	Valor Nominal	Valor Negociado	Compra	Venda	Total	
201104	15/5-45	NTN-0	BRASIL CENTRAL S.A. DE FINANÇAS	NUCLEOS	TURFAS A DE VALORES	4000	1.004,97	4.019.925					
201104	15/5-45	NTN-0	TURFAS A DE VALORES	NUCLEOS	ZIBRONS NUCFIA FUNDOS	4000	1.280,83	5.147.400		1.129.131		1.129.131	
201104	15/5-45	NTN-0	COOPACTUAL S.A.		NOMINAL D'VM LTDA/BN	4000	1.004,96	4.019.124					
201104	15/5-45	NTN-0	QUANTIA D'VM LTDA/BN		QUANTIA D'VM LTDA/CRUZ	4000	1.004,97	4.019.623					
201104	15/5-45	NTN-0	QUANTIA D'VM LTDA/CRUZ	NUCLEOS	ZIBRONS NUCFIA FUNDOS	4000	1.280,83	5.147.400		1.134.000		1.134.000	
201104	15/5-45	NTN-0	COOPACTUAL S.A.		NOMINAL D'VM LTDA/BN	4000	1.004,96	4.019.124					
201104	15/5-45	NTN-0	QUANTIA D'VM LTDA/BN		QUANTIA D'VM LTDA/CRUZ	4000	1.004,97	4.019.623					
201104	15/5-45	NTN-0	TURFAS A DE VALORES	NUCLEOS	ZIBRONS NUCFIA FUNDOS	4000	1.280,83	5.147.400		1.134.000		1.134.000	
201104	15/5-45	NTN-0	COOPACTUAL S.A.		NOMINAL D'VM LTDA/BN	4000	1.004,96	4.019.124					
201104	15/5-45	NTN-0	QUANTIA D'VM LTDA/BN		QUANTIA D'VM LTDA/CRUZ	4000	1.004,97	4.019.623					
201104	15/5-45	NTN-0	QUANTIA D'VM LTDA/CRUZ	NUCLEOS	ZIBRONS NUCFIA FUNDOS	4000	1.280,83	5.147.400		1.134.000		1.134.000	
201104	15/5-45	NTN-0	BRASIL CENTRAL S.A. DE FINANÇAS	NUCLEOS	TURFAS A DE VALORES	4000	1.004,97	4.019.925					
201104	15/5-45	NTN-0	TURFAS A DE VALORES	NUCLEOS	ZIBRONS NUCFIA FUNDOS	4000	1.280,83	5.147.400		1.134.000		1.134.000	
201104	15/5-45	NTN-0	COOPACTUAL S.A.		NOMINAL D'VM LTDA/BN	4000	1.004,96	4.019.124					
201104	15/5-45	NTN-0	QUANTIA D'VM LTDA/BN		QUANTIA D'VM LTDA/CRUZ	4000	1.004,97	4.019.623					
201104	15/5-45	NTN-0	QUANTIA D'VM LTDA/CRUZ	NUCLEOS	ZIBRONS NUCFIA FUNDOS	4000	1.280,83	5.147.400		1.134.000		1.134.000	
201104	15/5-45	NTN-0	COOPACTUAL S.A.		NOMINAL D'VM LTDA/BN	4000	1.004,96	4.019.124					
201104	15/5-45	NTN-0	QUANTIA D'VM LTDA/BN		QUANTIA D'VM LTDA/CRUZ	4000	1.004,97	4.019.623					
201104	15/5-45	NTN-0	QUANTIA D'VM LTDA/CRUZ	NUCLEOS	ZIBRONS NUCFIA FUNDOS	4000	1.280,83	5.147.400		1.134.000		1.134.000	
201206	15/6-24	NTN-0	BRASIL CENTRAL S.A. DE FINANÇAS	NUCLEOS	TURFAS A DE VALORES	3000	1.155,43	3.466.282					
201206	15/6-24	NTN-0	TURFAS A DE VALORES	NUCLEOS	ZIBRONS NUCFIA FUNDOS	3000	1.427,44	4.282.322		1.050.600		1.050.600	
									Total	2004	13.424.000	94.134	



O quadro acusa que, entre os dias 23 de novembro e 02 de dezembro de 2004, as distribuidoras Quantia DDTVM Ltda. e Turfa S/A DTVM – que teve sua razão social alterada posteriormente para Euro DTVM – impuseram expressivas perdas ao Nucleos. No dia 25 de novembro de 2004, por exemplo, o Banco Pactual S/A vendeu lote de 4.000 títulos NTNBS, com vencimento no dia 15/05/2045, à corretora Nominal DTVM. O preço pago pela Nominal DTVM foi de R\$ 1.004,78 para cada unidade de título. Em seguida, a Nominal DTVM alienou o mesmo lote por R\$ 1.004,91 para a Turfa S/A DTVM. Os preços praticados pela Nominal DTVM e pela Turfa S/A DTVM quase não apresentaram variação. Entretanto, quando a Turfa S/A DTVM vendeu o mesmo lote de papéis para o Nucleos, o preço unitário do título subiu para R\$ 1.288,28. A variação no preço praticado pela Turfa S/A DTVM, nesta transação, gerou um rendimento diário à corretora de 28,2%. Ora, nominalmente, esta única transação impôs ao Nucleos uma perda de R\$ 1.134.009,00. Coincidentemente, os ganhos obtidos por essas distribuidoras em 2004, em operações com o Nucleos, apresentaram a mesma taxa de rentabilidade. Em todas as transações realizadas entre 22 e 29 de novembro de 2004, os ganhos auferidos pela Euro DTVM (Turfa S/A DTVM) e pela Quantia foram de exatos 28,2%. Esta informação pode sugerir indício de que acertaram junto ao Nucleos uma estratégia que sujeitava a entidade a perdas sistemáticas em benefício de terceiros.

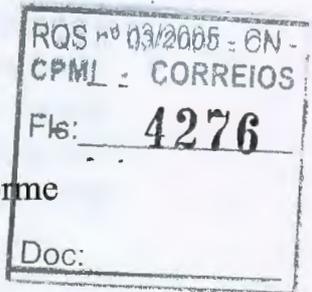
Já em 2005, a mesma sistemática de operações com títulos públicos trouxe perdas de R\$ 14.606.527,00, em diversas transações realizadas entre janeiro e abril de 2005, como demonstra a tabela abaixo:

Orig.	Venc.	NTN	NTN	NTN	NTN	Quant.	PL	Valor	Compra	Venda	Total		
Titulo	Titulo	Titulo	Titulo	Titulo	Titulo	Titulo	Titulo	Titulo	Titulo	Titulo	Titulo		
36105	15/05	NTN-B	SOCPACTUAL S/A	NOMINAL DTVM LTDA/BEN	14000	1.036,06	14.314.857						
36105	15/05	NTN-B	NOMINAL DTVM LTDA/BEN	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	14000	1.036,17	14.506.425						
36105	15/05	NTN-B	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	NUCLEOS	14000	1.315,56	18.417.644	3.912.977			3.912.977		
36105	15/05	NTN-B	SOCPACTUAL S/A	NOMINAL DTVM LTDA/BEN	11000	1.037,21	11.412.697						
36105	15/05	NTN-B	NOMINAL DTVM LTDA/BEN	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	11000	1.037,36	11.455.973						
36105	15/05	NTN-B	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	NUCLEOS	11000	1.317,18	14.484.966	3.079.268			3.079.268		
13705	1/10	NTN-C	POSITIVA DTVM LTDA/CRUZEIRO	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	1000	2.337,57	2.337.569						
13705	1/10	NTN-C	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	NUCLEOS	1000	3.147,94	3.147.176	908.263			908.263		
13705	1/10	NTN-C	POSITIVA DTVM LTDA/CRUZEIRO	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	1000	2.337,57	2.337.569						
13705	1/10	NTN-C	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	NUCLEOS	1000	3.147,94	3.147.176	1.000.668			1.000.668		
13705	1/10	NTN-C	POSITIVA DTVM LTDA/CRUZEIRO	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	1000	2.337,57	2.337.569						
13705	1/10	NTN-C	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	NUCLEOS	1000	3.147,94	3.147.176	1.000.668			1.000.668		
33205	15/05	NTN-B	NUCLEOS	ARIN AMRO NUC FVAIN AMROAB	500	1.120,81	560.407						
33205	15/05	NTN-B	TURFA S.A. DTVM/CRUZEIRO	NOMINVEST S.A. CVM/CRUZEIRO	500	2.293,69	1.146.836						
33205	15/05	NTN-B	NOMINVEST S.A. CVM/CRUZEIRO	INVEST S.A. CVM/CRUZEIRO	500	1.293,36	646.665	617.998			617.998		
33205	1/10	NTN-C	POSITIVA DTVM LTDA/CRUZEIRO	TURFA S.A. DTVM/CRUZEIRO	100	2.546,48	254.648						
33205	1/10	NTN-C	TURFA S.A. DTVM/CRUZEIRO	NUCLEOS	100	3.907,35	3.907.350	710.688			710.688		
34205	15/05	NTN-B	NUCLEOS	ARIN AMRO NUC FVAIN AMROAB	500	1.120,81	560.407						
34205	15/05	NTN-B	TURFA S.A. DTVM/CRUZEIRO	NOMINVEST S.A. CVM/CRUZEIRO	500	2.293,69	1.146.836						
34205	15/05	NTN-B	NOMINVEST S.A. CVM/CRUZEIRO	INVEST S.A. CVM/CRUZEIRO	500	1.293,36	646.665	418.138			418.138		
34205	1/10	NTN-C	POSITIVA DTVM LTDA/CRUZEIRO	TURFA S.A. DTVM/CRUZEIRO	100	2.546,48	254.648						
34205	1/10	NTN-C	TURFA S.A. DTVM/CRUZEIRO	NUCLEOS	100	3.907,35	3.907.350	489.614			489.614		
5405	1/10	NTN-C	FLANNE CVS A SANTANDER	NOMINAL DTVM LTDA/BEN	340	3.364,97	1.144.104						
5405	1/10	NTN-C	NOMINAL DTVM LTDA/BEN	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	340	3.374,47	1.146.326						
5405	1/10	NTN-C	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	NUCLEOS	340	3.746,43	1.275.784	144.833			144.833		
5405	1/10	NTN-C	FLANNE CVS A SANTANDER	FLANNE CVS A SANTANDER	340	2.967,92	1.009.604						
5405	1/10	NTN-C	NOMINAL DTVM LTDA/BEN	NOMINAL DTVM LTDA/BEN	340	3.364,97	1.144.104						
5405	1/10	NTN-C	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	340	3.374,47	1.146.326						
5405	1/10	NTN-C	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	NUCLEOS	340	3.746,43	1.275.784	144.833			144.833		
5405	1/10	NTN-C	FLANNE CVS A SANTANDER	FLANNE CVS A SANTANDER	340	2.967,92	1.009.604						
5405	1/10	NTN-C	NOMINAL DTVM LTDA/BEN	NOMINAL DTVM LTDA/BEN	340	3.364,97	1.144.104						
5405	1/10	NTN-C	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	340	3.374,47	1.146.326						
5405	1/10	NTN-C	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	NUCLEOS	340	3.746,43	1.275.784	144.833			144.833		
5405	1/10	NTN-C	FLANNE CVS A SANTANDER	FLANNE CVS A SANTANDER	340	2.967,92	1.009.604						
5405	1/10	NTN-C	NOMINAL DTVM LTDA/BEN	NOMINAL DTVM LTDA/BEN	340	3.364,97	1.144.104						
5405	1/10	NTN-C	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	340	3.374,47	1.146.326						
5405	1/10	NTN-C	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZEIRO	NUCLEOS	340	3.746,43	1.275.784	144.833			144.833		
									Total	2985	13.770.292	1.226.535	14.996.827
									Total geral	26.872.730	2.737.297	29.610.027	

Detecta-se, a partir da tabela, por exemplo, que, no dia 26 de janeiro de 2005, a Nominal DTVM Ltda. adquiriu do Banco Pactual S/A lote de 14.000 títulos NTNBS, com vencimento no dia 15/05/2045. O preço pago pela Nominal DTVM S.A. foi de R\$ 1.036,06 para cada unidade de título. Em seguida, o mesmo lote foi vendido à Quantia DTVM Ltda. por R\$ 1.036,17 a unidade. Ao final da cadeia de negociação, quando os títulos foram alienados para o Nucleos, o preço unitário do papel subiu para R\$ 1.315,56. Nominalmente, apenas esta transação ocasionou uma perda de R\$ 3.912.977,00 para esta entidade de previdência complementar.

9.4.1.2.3 Debêntures

O Nucleos também apresentou transações irregulares em operações com debêntures, totalizando perdas de R\$ 2,8 milhões, conforme demonstra a tabela a seguir:



Moeda: R\$		Diferenças nas Cadeias Negociais					
Fundo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	TOTAL
NUCLEOS	-	-	8.557	885.239	1.568.973	375.383	2.838.152

As perdas ocorridas em operações com debêntures seguem a mesma lógica das transações irregulares realizadas com títulos públicos. Ou seja, verificou-se que os preços unitários negociados com o Nucleos apresentaram uma variação exorbitante quando comparados com os preços negociados pelos demais agentes de mercado.

As operações realizadas na carteira própria da entidade apresentaram variações excessivas, como é possível constatar no quadro abaixo:

Data	Código	Vendedor	Comprador	Qtda	R.U.	Valor	Diferença
12/12/03	CSP 10	BANCO ABC-BRASIL S/A	EURO DTVM S/A	207	9.606,00	1.982.442	
12/12/03	CSP 10	EURO DTVM S/A	BRASIL CENTRAL S/A DTVM	207	11.531,00	2.387.337	
12/12/03	CSP 10	BRASIL CENTRAL S/A DTVM	NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL	207	11.338,56	2.348.402	400.940
17/12/03	CSP 10	BANCO ABC-BRASIL S/A	EURO DTVM S/A	459	11.967,00	4.980.130	
17/12/03	CSP 10	EURO DTVM S/A	NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL	459	11.564,64	5.304.605	221.936
18/12/03	CSP 10	BANCO ABC-BRASIL S/A	EURO DTVM S/A	260	10.893,60	2.832.136	
18/12/03	CSP 10	EURO DTVM S/A	NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL	260	11.739,80	3.052.149	220.614
						TOTAL	843.989

As perdas identificadas na carteira própria do Nucleos concentraram-se no mês de dezembro de 2003 e totalizaram o montante de R\$ 843.989,00. Chama a atenção, no caso das operações com debêntures, a recorrente atuação da distribuidora Euro.

#### 9.4.1.2.4 Derivativos (BM&F)

Ao se examinar as operações do Nucleos no mercado futuro, cumpre analisar individualmente o desempenho do fundo de pensão durante cada gestão. Entre setembro de 2001 e agosto de 2003, período em que o Sr. Fernando Braz Teixeira era o Diretor Financeiro, o Nucleos apresentou baixo volume de operações no mercado de futuros, com resultados de R\$ 214 mil de ajustes negativos de primeiro dia contra R\$ 308 mil de ajustes positivos.

No período de gestão dos Srs. Paulo Figueiredo, Gildásio Amado Filho e Fabianna Carnaval (agosto de 2003 a setembro de 2005), o Nucleos teve um desempenho alarmante em operações com a BM&F, apresentando ajustes negativos de R\$ 17,8 milhões contra ajustes positivos

de R\$ 5,3 milhões, demonstrando que, no primeiro dia de ajustes dos contratos de futuros, o Nucleos teve uma perda líquida de R\$ 12,5 milhões. É o que evidencia a tabela abaixo:

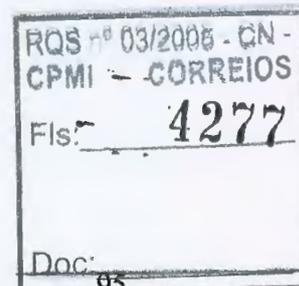
NUCLEOS	Ajustes								
	Negativo				Positivo				
	Quantidade	Valores	Quantidades	%	Quantidade	Valores	Quantidades	%	
Gildaio Amado Filho (01/08/03 - 14/05/05)									
Nucleos através de:									
Código Corretora									
00014 CRUZEIRO DO SUL	227	1.372.549	81%	87%	54	195.247	19%	13%	
00034 SCHAHIN CCVM S/A	480	6.414.616	86%	95%	31	338.777	14%	5%	
00053 NOVINVEST S/A CVM	803	3.803.165	75%	79%	270	1.013.568	25%	21%	
000213 ARKHE CTVM LTDA	99	324.357	100%	100%	0	0	0%	0%	
Sub-total	1.609	11.912.686	80%	85%	405	1.548.593	20%	12%	
Outras Corretoras (Total de 22)	1.365	5.936.319	60%	61%	921	3.790.049	40%	39%	
Nucleos Total (Total de 26)	2.974	17.849.005	69%	77%	1.326	5.338.642	31%	23%	

Desconsiderando as operações com a Arkhe CTVM Ltda., em razão do reduzido número de transações, constatou-se, em face dos dados obtidos, o desempenho atípico de algumas corretoras quando operam em nome do Nucleos. Vê-se abaixo os casos da Cruzeiro do Sul CM, da Schahin CCVM e da Novinvest S/A:

- Cruzeiro do Sul CM: em 81% das 281 vezes em que operou em nome do Nucleos atribuiu ajustes negativos para o fundo de pensão. Em valores nominais, a corretora atribuiu R\$ 1,3 milhões em ajustes negativos contra desproporcionais R\$ 0,2 milhões em ajustes positivos. Isto significa ajustes negativos em 87% do volume total operado. Entre janeiro de 2000 e janeiro de 2002, apresentou perda líquida de R\$ 1,1 milhões;

Schahin CCVM: em 86% das 561 vezes em que operou em nome do Nucleos atribuiu ajustes negativos para o fundo de pensão. Em valores nominais, a Schahin atribuiu R\$ 6,4 milhões em ajustes negativos contra R\$ 0,3 milhões em ajustes positivos. Significa dizer que houve ajustes negativos em 95% do volume total operado. Entre janeiro de 2000 e janeiro de 2002, apresentou perda líquida de R\$ 6 milhões;

- Novinvest S/A: em 75% das 1.073 vezes em que operou em nome do Nucleos atribuiu ajustes negativos para o fundo de pensão. Em valores nominais, a Novinvest S/A atribuiu R\$ 3,8 milhões em ajustes negativos contra R\$ 1 milhão em ajustes positivos. Houve, assim, ajustes negativos em 79% do volume total operado. Entre janeiro de 2000 e janeiro de 2002, apresentou perda líquida de R\$ 2,8 milhões.



#### 9.4.1.2.5 Operações com o Banco Santos

O Nucleos registrou, em 2004, perdas no valor de R\$ 7,1 milhões referentes a investimentos com o Banco Santos. Além de ter aplicado em CDBs (R\$ 2 milhões), a entidade de previdência complementar adquiriu debêntures (R\$ 5,1 milhões) da empresa controladora dessa Instituição Financeira.

No dia 29 de outubro de 2004, o Nucleos investiu R\$ 1,8 milhões em CDBs do Banco Santos. Isto ocorreu há menos de um mês da intervenção levada a efeito pelo Banco Central. Situação idêntica ocorreu com o Postalis, o que sugere que o Banco Santos conseguiu angariar recursos de fundos de pensão dias antes da referida intervenção, ocorrida em 12 de novembro de 2004.

Das perdas de R\$ 7,1 milhões em aplicações no Banco Santos, R\$ 5 milhões estavam concentradas no fundo de investimento Urânio FIF. Coincidentemente, este fundo era gerido pela Santos Asset Management, empresa vinculada à própria instituição financeira, que, a seu turno, investiu os recursos do fundo em papéis do Banco.

Sobre sua responsabilidade acerca da inoportunidade de resgate tempestivo dos recursos, declarou a Sra. Fabianna Carneiro Carnaval:

*A informação da intervenção veio somente no dia 12 de novembro. Esses investimentos foram feitos antes. Não houve nenhuma divulgação no mercado de que o Banco entraria em intervenção do Banco Central.*

Apesar da afirmação de que não havia como saber sobre a intervenção, o mercado há vários meses caracterizava os investimentos no Banco Santos como aplicações de alto risco de crédito. Este fato resta evidenciado ante o rebaixamento da classificação de risco feito pela agência Moody's em junho de 2003. O quadro a seguir foi extraído do terminal eletrônico da agência internacional de notícias e informações *Bloomberg*, e contempla o histórico das classificações de risco atribuídas pela Moody's para certificados de depósitos bancários (*Local LT Bank Deposits*):

HELP: for explanation... MOODY'S (L) (C)

Rating Status Page 2/3

Local LT Bank Deposits -MOODY'S

	RATING	EFFECTIVE
1) Outlook		
2) Foreign Cur		
3) Foreign LT		5/2 3/05
4) Local LT Ba	Caa1	11/15/04
5) Bank Finan	B1	6/4/03
6) Short Term		
STANDARD		
7) LT Foreign		
8) Foreign Cur		
9) Local Cur		
10) Foreign Cur		
11) Local Cur		

UP = Upgrade    DOWN = Downgrade    NEUTRAL

None to return to credit profile

Moody's 114 St. & 27th St. New York, NY 10013-1501 MOODY'S BANKING & FINANCIAL SERVICES, INC. 212 850 4100

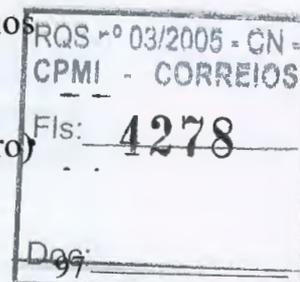
Segundo o quadro, em 4 de junho de 2003, o Banco Santos foi classificado como *rating* “B1” em sua primeira classificação de risco feita pela Moody’s. Instituições com risco do tipo “B” representam, segundo a Moody’s, *qualidade pobre de crédito e baixa segurança sobre o pagamento pontual de obrigações relacionadas a certificados de depósito de longo prazo.*

Em 15 de novembro de 2004, após a intervenção, o Banco Santos teve sua classificação alterada para “Caa1”. Instituições com risco do tipo Caa, segundo definição da Moody’s, *oferecem crédito de qualidade extremamente baixa, podendo estar em default (inadimplentes) ou haver elementos que coloquem em dúvida sua capacidade financeira.*

Em face dos depoimentos prestados, ficou clara a tentativa dos ex-dirigentes da fundação de se esquivar de qualquer responsabilidade pelas perdas registradas com a intervenção do Banco Santos. Mais uma vez alegaram desconhecimento da realidade do mercado e das dificuldades porque passava o Banco Santos.

#### 9.4.1.2.6 Dos Envolvidos

Os dados obtidos durante este inquérito parlamentar revelaram que o período de agosto de 2003 a setembro de 2005 concentrou os desvios e irregularidades mais significativos do Nucleos. Nessa época, a gestão financeira do Nucleos estava – como se viu – a cargo dos Srs. Paulo Figueiredo (diretor-presidente), Gildásio Amado Filho (Diretor Financeiro)



e Fabianna Carneiro Carnaval (gerente financeira).

A composição da diretoria, ocorrida em agosto de 2003, evidencia inequívoca conotação política. Em depoimento prestado, o Sr. Fernando Braz Teixeira, ex-diretor Financeiro da entidade (de setembro de 2001 a agosto de 2003), atribuiu o seu afastamento da direção à mudança do controle partidário no Governo federal. Sua declaração é reforçada pelo fato de ser o Sr. Paulo Figueiredo filiado ao PC do B – tendo, inclusive, admitido que sempre militou politicamente – e o Sr. Gildásio, filiado ao PT.

O depoimento do Sr. Gildásio Amado Filho tornou evidente sua falta de qualificação técnica para o cargo. Além de desconhecer aspectos elementares da área de investimentos financeiros, demonstrou despreparo para lidar com os procedimentos básicos do mercado. Indagado sobre seus conhecimentos técnicos, o Sr. Gildásio Amado Filho reconheceu que sua expectativa era de ser convidado a ocupar a diretoria de benefícios e não a diretoria financeira. Admitiu que lhe faltava completa familiaridade com as questões técnicas da área de investimentos. Indagado sobre quem, de fato, tomava as decisões sobre as operações financeiras e os investimentos do Nucleos, indicou a Sra. Fabianna Carneiro Carnaval.

Confrontado com as perdas sistemáticas ocorridas no período em que respondia pela diretoria financeira, o Sr. Gildásio Amado Filho declarou, em reunião secreta realizada no âmbito desta CPMI, que atualmente compreende as razões que levaram à sua indicação para aquela diretoria. Segundo ele, queriam alguém sem conhecimento, que não pudesse questionar as decisões, chegando a afirmar que se sentia usado.

A Sra. Fabianna Carneiro Carnaval foi escolhida para ocupar a gerência financeira do Nucleos num suspeito processo de seleção. Segundo o regulamento da entidade, é competência do diretor financeiro selecionar o nome do gerente e, posteriormente, submetê-lo à aprovação do diretor-presidente.

No entanto, o procedimento foi, no caso da Sra. Fabianna Carneiro Carnaval, invertido. O exame dos currículos dos postulantes ao cargo foi realizado pelo Sr. Paulo Figueiredo. Em seu depoimento, o então diretor-presidente do Nucleos afirmou que escolheu a Sra. Fabianna Carneiro Carnaval entre três ou quatro profissionais e, depois, solicitou-lhe que procurasse o Diretor Financeiro para que a seleção fosse ratificada e o encaminhamento do nome ao diretor-presidente fosse, nos termos do regulamento, efetuado. O Sr. Gildásio Amado Filho confirmou que apenas o nome da Sra. Fabianna Carneiro Carnaval foi enviado à análise da diretoria financeira. Neste caso, ficou clara a manobra urdida pelo Sr. Paulo

Figueiredo com a finalidade de direcionar a escolha da gerente financeira, agravada pela manifesta falta de qualificação técnica do Diretor Financeiro para aferir as habilidades e as condições da candidata. Em sessão secreta desta CPMI, o Sr. Gildásio revelou que, algum tempo depois, soube que a escolha da Sra. Fabianna Carneiro Carnaval teria observado uma orientação advinda de Brasília, porém não soube indicar de quem.

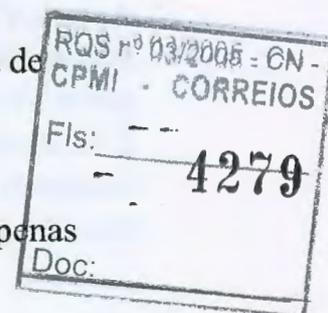
É a Sra. Fabianna Carneiro Carnaval prima do Sr. Christian de Almeida Rego. O Sr. Christian de Almeida Rego é operador de mercado e também figura na condição de investigado neste inquérito parlamentar. É sócio e diretor da Arbor Asset Management, empresa que opera na gestão de fundos de investimento. Esta empresa foi, conforme apurado durante a análise dos dados, inequivocamente favorecida nos investimentos do Nucleos. Tal fato, ressalte-se, já tinha sido apontado em dossiê elaborado pelo Sr. Alexandre de Athayde Francisco, operador de mercado, a que teve acesso à Sub-relatoria.

O depoimento da própria Sra. Fabianna Carneiro Carnaval revelou, nessa linha, que os recursos de fundo exclusivo do Nucleos (IBFAC/FIF) foram investidos de maneira concentrada em outro fundo gerido pela Arbor. À época das operações também era sócia da Arbor a Sra. Rogéria da Costa Beber, esposa do Sr. Murillo de Almeida Rego. Em depoimento à Sub-relatoria, ficou evidente o total desconhecimento da área financeira pela Sra. Rogéria que, quando questionada acerca de operações, declarou que seu nome sempre foi utilizado por seu esposo. O Sr. Murillo de Almeida Rego, além de amigo pessoal do Sr. Marcelo Borges Sereno – fato por ele admitido – tem, também, várias relações de amizade no PC do B, vez que foi assessor parlamentar do então deputado federal Lindberg Farias.

A exemplo do que ocorreu com a entidade Prece, a Sra. Fabianna Carneiro Carnaval tem parentesco com a família Almeida Rego e foi escolhida por diretores cujas nomeações passaram pelo crivo do chefe de gabinete da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Marcelo Borges Sereno.

Em seu depoimento, a Sra. Fabianna Carneiro Carnaval negou ter favorecido as empresas de seus familiares, mas admitiu nunca ter revelado esta situação aos seus superiores. Vale lembrar que o motivo alegado para a demissão dela foi justamente a publicação na imprensa de denúncias que a relacionavam a família Almeida Rego.

As operações financeiras do Nucleos eram, segundo o Sr. Gildásio Amado Filho, preparadas e planejadas pela Sra. Fabianna Carneiro Carnaval. Ela as encaminhava à diretoria financeira, que examinava apenas



se estavam de acordo com a meta atuarial e se apresentavam rentabilidade satisfatória. Quando os requisitos estavam presentes, a diretoria financeira repassava-as às demais diretorias e, com a aprovação do Presidente, eram finalmente executadas. Segundo o depoimento do ex-diretor financeiro, a Sra. Fabianna Carnaval tinha o hábito de discutir as operações com o Sr. Paulo Figueiredo, e que a ele só restava aceitar as decisões já previamente definidas. Ou seja, o depoente foi, nesse ponto, enfático ao relatar que a

exgerente financeira reunia-se freqüentemente com o Sr. Paulo Figueiredo.

As reuniões eram apenas entre os dois e ocorriam na sala da presidência ou na própria gerência financeira.

Em seu primeiro depoimento, a Sra. Fabianna Carneiro

Carnaval afirmou que tais encontros só ocorriam quando o Diretor Financeiro estava ausente. No entanto, na acareação realizada neste inquérito parlamentar, apresentou-se nova versão aos fatos, reconhecendo que, realmente, ela reunia-se com o Presidente, ainda que o Diretor Financeiro estivesse presente. Cumpre afirmar que o Sr. Paulo Figueiredo seguiu linha de abordagem muito semelhante a da Sra. Fabianna Carneiro Carnaval, refazendo na acareação, como ela, a versão sobre os encontros na acareação.

A Sra. Fabianna Carneiro Carnaval incorreu, ainda, em outra contradição. Em seu primeiro depoimento, declarou que apenas recebia ordens. Suas funções seriam, segundo ela, voltadas, sobretudo, à elaboração de relatórios e ao acompanhamento da conformidade dos investimentos. Não tinha, de acordo com o primeiro depoimento, qualquer poder decisório sobre a efetivação das operações. Na acareação realizada posteriormente, a Sra. Fabianna Carneiro Carnaval apresentou nova versão sobre sua atuação à frente da gerência financeira. Nesta oportunidade, ela reconheceu que discutia com os seus superiores os detalhes das operações e que, portanto, não era uma simples cumpridora de ordens. De sua ativa participação nessas discussões – que, muitas vezes, se dava sem a presença do Diretor Financeiro – infere-se claramente a influência que exercia. Manteve, porém, a versão acerca da falta de autonomia decisória. Segundo ela, apenas cumpria as ordens da diretoria repassadas pelo Sr. Gildásio Amado Filho. Ora, o Sr. Gildásio Amado Filho – ficou evidente pelo seu depoimento – não tinha conhecimentos técnicos suficientes para dar ordens sobre assuntos de tamanha complexidade.

É recorrente nos depoimentos da Sra. Fabianna Carneiro

Carnaval a tentativa de transferir para os gestores a responsabilidade pelos desastrosos resultados oriundos das operações realizadas pelos fundos

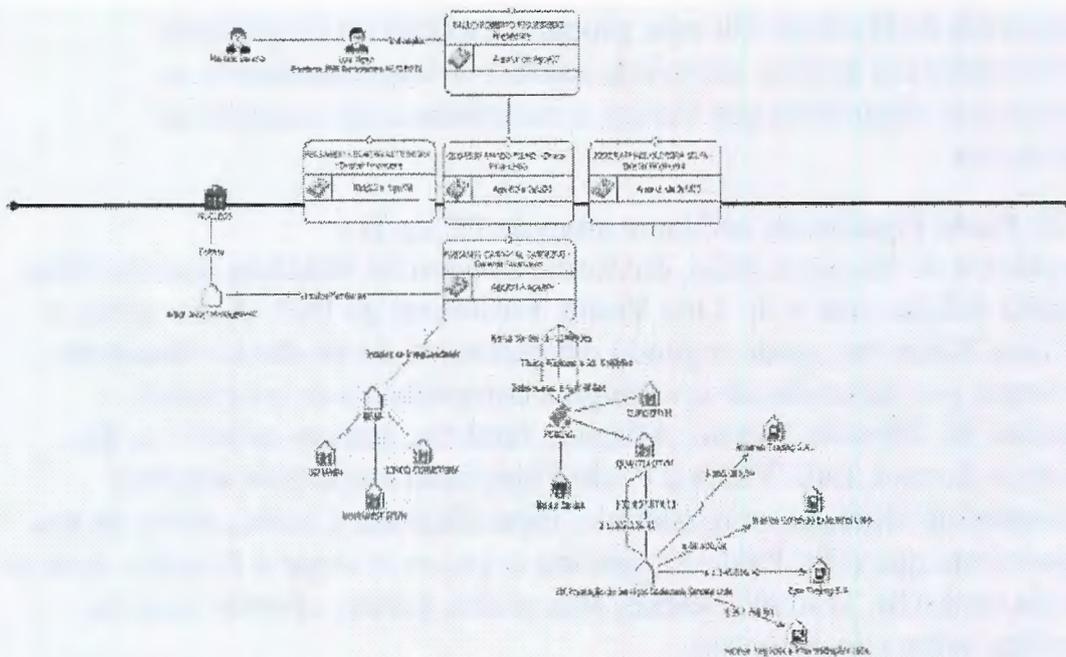
exclusivos do Nucleos. Ou seja, procurava eximir-se de qualquer participação nas perdas, atribuindo exclusiva responsabilidade às instituições financeiras que tinham a incumbência de executar as transações.

O Sr. Paulo Figueiredo, militante ativo do PC do B e Presidente do Nucleos, tinha, conforme atesta o Sr. Gildásio Amado Filho, estreita relação com o Sr. Luiz Vieira, Presidente do INB. A seu turno, o Sr. Luiz Vieira foi, ainda segundo o depoimento do ex-diretor financeiro, nomeado por indicação de seu amigo e companheiro de movimento sindical, Sr. Marcelo Sereno. Afirmou, também, que era comum os Srs. Marcelo Sereno, Luiz Vieira e Paulo Figueiredo discutirem assuntos referentes ao Nucleos, sem, contudo, especificá-los. Consta, ainda, de seu depoimento que o Sr. Paulo Figueiredo costumava viajar à Brasília, onde se reunia com o Sr. Marcelo Sereno. Não soube, porém, apontar maiores detalhes sobre tais encontros.

A participação do Sr. Marcelo Sereno nas operações dos fundos de pensão e, mais especificamente, do Nucleos apresenta indícios ainda mais contundentes. Em outubro de 2004, a secretária do Sr. Gildásio Amado Filho repassou-lhe bilhete a propósito de ligação telefônica feita pelo Sr. Marcelo Sereno. O bilhete dizia o seguinte: "*Gildásio, ligar para o senhor Fernando de Barros Teixeira, da ASM, a pedido de M. Sereno*". Dias após o telefonema, o Sr. Fernando de Barros Teixeira foi recebido em reunião na sede do Nucleos pelos Srs. Paulo Figueiredo e Gildásio Amado Filho. Na reunião, o Sr. Fernando de Barros Teixeira ofereceu em nome da ASM Asset investimentos em fundos de direito creditórios. Avaliou-se, porém, que o investimento seria irregular, contrário à política adotada pela diretoria do Nucleos, pois compreendia aplicações em TR. O investimento, realizado por várias entidades de previdência complementar vinculadas a empresas federais, gerou cerca de R\$ 200 milhões de reais em favor de seus intermediários. Importantes veículos da imprensa nacional, ao noticiar o caso, publicaram declaração do Sr. Neildo de Souza Jorge, filiado ao PT e representante dos empregados no Conselho Deliberativo do Nucleos, que acusou o Sr. Marcelo Sereno *de manipular o fundo para desviar dinheiro para o PT*.

O quadro a seguir busca ilustrar a atuação dos administradores do Nucleos:

RQS nº 03/2005 - GN -
CPM - CORREIOS
FIS: 4280
Doc: _____
101



#### 9.4.1.2.7 Considerações finais

Perdas significativas foram flagradas no Nucleos durante este inquérito parlamentar. O quadro a seguir demonstra o desempenho da entidade no período sob análise da CPMI:

em R\$ mil	2000		2001		2002		2003		2004	
<b>Programa de Investimentos</b>										
Renda Fixa	164.331	61,7	211.416	73,1	229.701	73,0	266.980	62,7	382.057	82,8
Renda Variável	55.577	22,3	47.785	16,5	50.703	16,7	124.460	29,0	44.043	9,5
Investimentos Imobiliários	25.386	10,1	24.564	8,5	23.523	7,5	23.344	5,4	22.607	4,9
Operações com Participantes	4.757	1,9	5.600	1,9	3.462	1,1	10.465	2,4	11.962	2,6
Outros realizáveis	-	-	-	-	2.315	0,7	1.712	0,4	576	0,1
	250.251	100,0	289.361	100,0	314.702	100,0	429.661	100,0	461.445	100,0
<b>Resultado</b>										
Renda Fixa	23.393	112,2	31.538	99,4	43.023	93,2	62.374	56,1	40.336	134,9
Renda Variável	(4.623)	20,4	(612)	7,0	992	2,2	44.989	40,3	(13.782)	46,3
Investimentos Imobiliários	1.498	6,6	480	1,3	(2.106)	4,7	2.339	1,2	1.355	3,0
Operações com Participantes	361	1,6	397	1,1	962	2,2	2.268	3,0	1.619	5,4
Outros realizáveis	-	-	-	-	2.315	5,7	403	0,4	42	0,1
	21.629	109,0	31.723	100,0	45.206	100,0	112.573	100,0	29.763	100,0
<b>Resultado do Exercício</b>	711		(10.798)		(142.947)		30.215		(87.817)	
<b>Superávit (déficit) técnico</b>	46.619		33.821		(107.126)		(76.912)		(164.726)	

O exame do desempenho histórico da entidade realça os constantes déficits técnicos apresentados, sobretudo a partir de 2002. Em outras palavras, a linha que indica o *superávit (déficit) técnico* aponta déficit (resultados abaixo da média atuarial) de R\$ 107,126 milhões em

2002, de R\$ 76,9 milhões em 2003 e de R\$ 164,7 milhões em 2004. Determinadas falhas corporativas contribuíram decisivamente para a formação de ambiente propício à ocorrência de operações com indícios de irregularidades. As sucessivas alterações nos cargos de gestores e administradores geraram grave descontinuidade na consolidação de uma sólida política de investimentos da entidade. Ademais, as nomeações caracterizaram-se, em vários casos, pela falta de transparência e, sobretudo, de critérios técnicos sobre a capacidade e aptidão dos indicados. Registre-se, por outro lado, a ausência de seriedade e compromisso no acompanhamento das operações financeiras por parte da gerência de investimentos. Segundo o que foi apurado, não houve a necessária preocupação com a situação do patrimônio e dos investimentos do Nucleos, em face do caráter extremamente insatisfatório de sua atuação na identificação das variações de preços dos títulos e na avaliação da performance das corretoras contratadas no mercado de renda variável. Tamanho descompromisso durante o período em exame sugere ação deliberada de seus gestores nas operações sob investigação que – como se viu – provocaram perdas financeiras relevantes.

A alternância de poder no Governo federal levou a modificações no corpo diretivo do Nucleos. Tal fato permite cogitar sobre a atuação direta de seus administradores (diretores-presidentes, diretores e gerentes financeiros) em transações financeiras irregulares. Os principais indícios de operações destinadas a desviar recursos a terceiros foram encontrados na gestão dos Srs. Paulo Figueiredo, Gildásio Amado Filho e Fabianna Carneiro Carnaval.

Os investimentos do Nucleos foram geridos, quase em sua totalidade, por terceiros. O fundo exclusivo Zircônio, administrado e gerido pela Industrial do Brasil DTVM, *asset management* do Banco Industrial do Brasil, concentrou todas as perdas com títulos públicos auferidas pelo Nucleos entre 2004 e 2005. A gestão do Nucleos feita pela Santos Asset Management, por meio do fundo de investimentos Urânio, também resultou perdas de R\$ 5,1 milhões em operações com CDBs e debêntures.

Ante as denúncias de desvios no Nucleos veiculadas pela imprensa, foi recomposta a diretoria da entidade. Os novos administradores, Sr. Marcos Elias, Presidente, e Sr. José Raphael, Diretor Financeiro, determinaram a realização de auditoria independente – efetuada pela KPMG – para diagnosticar as irregularidades e desvios praticados pela gestão anterior. O resultado apurado nesta auditoria coincide com muitos dados levantados neste inquérito parlamentar, o que, por certo, reforça a

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: 4281
Doc:

correção da metodologia ora sustentada.

Foi, ademais, ajuizada ação judicial por iniciativa da nova diretoria com a finalidade de condenar os ex-dirigentes e demais envolvidos a indenizar o Nucleos de todas as perdas geradas. Indagado sobre o processo judicial, o Sr. Paulo Figueiredo disse não compreender as razões e os fundamentos que levaram a nova diretoria a mover a ação. Sua surpresa decorreu, segundo ele, do fato de que o Sr. Marcos Elias foi seu assessor e, portanto, tinha conhecimento de todas as operações.

Cumpre, ainda, salientar que a Secretaria de Previdência

Complementar instaurou procedimento administrativo para apurar a responsabilidade dos ex-dirigentes do Nucleos. Em decorrência deste processo, foi aplicada a pena máxima: multa no valor de R\$ 20.000,00 e inabilitação dos envolvidos para atuar em entidades de previdência complementar por um período de dez anos.

#### **9.4.3.3 Real Grandeza**

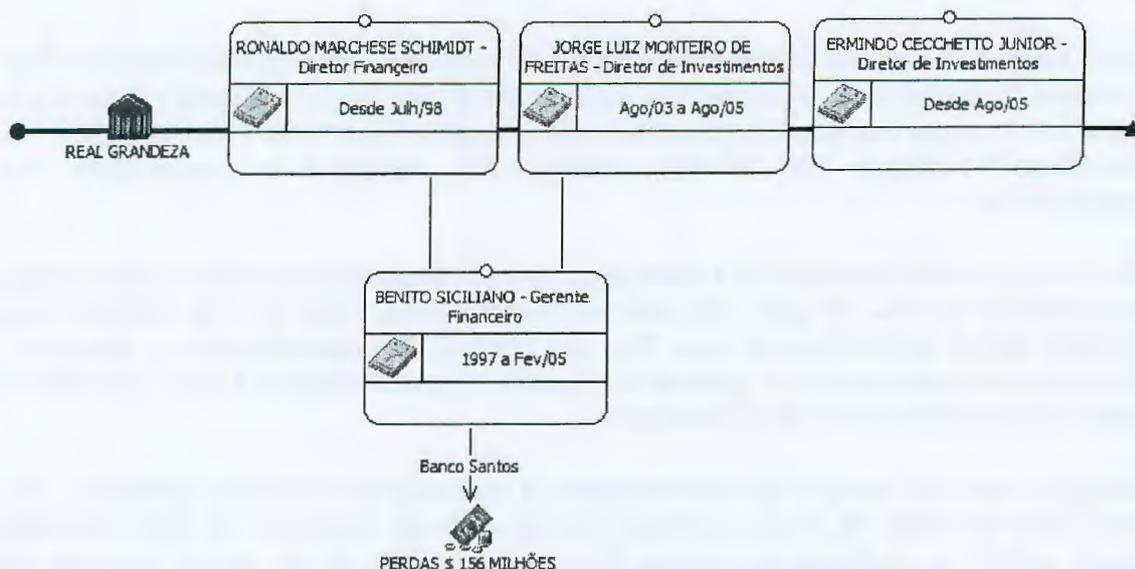
Criada em 5 de agosto de 1971, por Furnas Centrais Elétricas S/A, com a finalidade básica de complementar os proventos de aposentadoria, a serem concedidos a seus empregados pela Previdência Social, a Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social – é uma entidade fechada de previdência complementar, tendo iniciado suas atividades em 1º de janeiro de 1972.

Além de Furnas - sua instituidora - atualmente a Real Grandeza conta, também, com o patrocínio da Eletrobrás Termonuclear S/A – Eletronuclear, além de patrocinar seus próprios empregados, sendo considerada, portanto, uma entidade autopatrocinadora.

Em 31 de dezembro de 2004, os ativos totais da Real Grandeza correspondiam a 2,7% do total de ativos investidos por fundos de pensão patrocinados por empresas públicas no mercado financeiro e de capitais.

No período de análise, a Real Grandeza teve três diretores financeiros, conforme a figura abaixo:

#### **DIRIGENTES DA REAL GRANDEZA**



A Sub-relatoria identificou alguns problemas nos investimentos financeiros realizados por esta fundação. O exame completo do desempenho destes investimentos levou a alguns questionamentos técnicos quanto à propriedade e os prazos de alguns investimentos. Um dos aspectos mais emblemáticos foram às perdas registradas com a intervenção do Banco Santos, oportunidade em que evaporaram R\$ 156 milhões da Real Grandeza.

A Secretaria de Previdência Complementar determinou a instauração de procedimento administrativo, que resultou na aplicação de uma multa no valor de R\$ 20 mil e inabilitação para o exercício de funções em entidades de previdência complementar, por um prazo de 10 anos, para o ex-Diretor Financeiro Sr Jorge Luiz Monteiro de Freitas e para o Sr. Benito Siciliano, ex-gerente de investimentos da Real Grandeza.

Foram convocados para prestar esclarecimentos à CPMI os Srs. Jorge Luiz Monteiro de Freitas e Ermindo Cecchetto Júnior, diretores financeiros da instituição de 2003 a 2005 e de 2005 até os dias atuais, respectivamente. Foi convocado, também, o Sr. Benito Siciliano, gerente de investimentos da Real Grandeza, de 1997 a fevereiro de 2005.

O Sr. Ermindo Cecchetto Júnior declarou que assumiu a diretoria financeira a convite do atual Presidente da Real Grandeza, após a renúncia coletiva da diretoria anterior, com a incumbência de promover consistentes mudanças de gestão e de reorganizar os investimentos da fundação. Determinou uma mudança no perfil da política de investimentos, adotando uma postura mais conservadora. Vale ressaltar que, por ordem das patrocinadoras, foi realizada uma auditoria interna, cujo resultado ainda está sendo mantido em reserva pela atual diretoria.

O Sr. Ermindo Cecchetto Júnior, além de determinar a migração dos investimentos para títulos públicos, que são papéis de menor risco, decidiu, também, regularizar as funções do comitê de investimentos, que não se reunia periodicamente. Este fato evidencia a precariedade da gestão anterior e, até mesmo, certa centralização das decisões.



Dq05

O Sr. Ermindo Cecchetto Júnior reconheceu a deficiência da área de *compliance* da Real Grandeza. Esta atividade, essencial para qualquer fundação, não foi realizada por um órgão específico, mas por um subgrupo da gerência de operações financeiras. Fica claro que o procedimento adotado não permitiu avaliar com segurança a conformidade dos investimentos.

Já o Sr. Jorge Luiz Monteiro de Freitas negou em seu depoimento possuir relação política com partidos da base de apoio do Governo federal, assim como ter sido indicado com qualquer tipo de interferência política. Este fato, contudo, foi contestado pelo Sr. Marcelo Borges Sereno, então chefe de gabinete da Casa Civil, que atribuiu ao PTB a indicação do diretor de investimentos da Real Grandeza.

Indagado sobre os motivos que determinaram a demissão do Sr. Benito Siciliano, o Sr. Jorge Luiz Monteiro de Freitas afirmou que, na visão do Presidente da Real Grandeza, houve quebra de confiança em virtude da responsabilidade do Sr. Benito Siciliano nas expressivas perdas que a fundação teve com a intervenção no Banco Santos. Segundo o depoente os rumores que envolveram a saída do Sr. Benito Siciliano foram de que ele havia se beneficiado das aplicações que a Real Grandeza realizou no Banco Santos. Esta assertiva aproximou-se das denúncias feitas pelo operador de mercado, Sr. Alexandre de Athayde Francisco, que, em depoimento à Sub-relatoria, assegurou que o Sr. Benito Siciliano, ao lado da família Almeida Rego, operou para concentrar investimentos no Banco Santos.

De se ressaltar que, ao longo deste inquérito parlamentar, ficou patente que a família Almeida Rego tem clara vinculação com pessoas que tinham poder de influência sobre as entidades investigadas pela Sub-relatoria, bem como com os responsáveis pela gestão financeira delas.

Por fim, o Sr. Benito Siciliano, como principal argumento de defesa, alegou que não tinha autonomia para tomar decisões. Disse que as deliberações eram encaminhadas pela diretoria financeira para aprovação do comitê de investimentos. Para essa declaração existem duas contradições. A primeira, do Sr. Jorge Luiz Monteiro de Freitas, que afirmou que era prerrogativa do Sr. Benito Siciliano acompanhar o desempenho das aplicações, promover a interface com as corretoras e cuidar do dia-a-dia da área de investimentos. A segunda, dita pelo atual Diretor Financeiro, Sr. Ermino Cecchetto Júnior, que identificou um completo esvaziamento do comitê enquanto instância decisória.

#### **9.4.1.3.1 Dos Problemas Encontrados**

##### **9.4.1.3.1.1 Derivativos (BM&F)**

As operações da Real Grandeza no mercado futuro, entre janeiro de 2000 e agosto de 2005, apresentaram um desempenho excelente, com ajustes positivos de R\$ 35,4 milhões e ajustes negativos de apenas R\$ 13,3 milhões, implicando ganho líquido de R\$ 22,1 milhões. Isto quer dizer que a Real Grandeza demonstrou uma eficiência de 72,7% (valores nominais), medida como o total dos ganhos (R\$ 35,4 milhões), em proporção do fluxo de recursos (R\$ 35,4 milhões + R\$ 13,3 milhões = R\$ 48,7 milhões).

O quadro abaixo apresenta os resultados agrupados, para os anos de 2000 a 2005, das operações de mercado futuro da BM&F:

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis. 4283
Doc:

	Ajustes								
	Negativo				Positivo				
	Quantidade	Valores	Quantidades	Valores	Quantidade	Valores	Quantidades	Valores	
<b>Mercado</b>	273.284	1.183.985.238	51%	63%	283.135	1.049.372.896	46%	47%	
<b>EPPCs</b>	85.660	403.800.727	57%	62%	85.808	262.275.804	43%	35%	
<b><u>REAL GRANDEZA</u></b>									
Real Grandeza através de :									
<b>Código Corretora</b>									
63	NOVINVEST S/A CVM	433	1.956.722	84%	91%	85	188.436	58%	9%
105	MERCOBANK S/A CVM	230	640.365	83%	92%	47	53.885	17%	8%
129	PLANNER CORRETORA DE VALORES	238	2.518.950	56%	54%	158	2.142.195	44%	48%
<b>Sub-total</b>		801	5.116.037	74%	68%	320	2.384.316	28%	32%
<b>Outras Corretoras (Total de 18)</b>		2.068	8.182.537	48%	20%	2.487	33.040.586	54%	20%
<b>Real Grandeza Total (Total de 21)</b>		2.869	13.298.574	52%	27%	2.787	35.434.902	48%	75%

Na tabela, foram selecionadas aquelas corretoras cujo percentual de ajuste negativo, no primeiro dia do contrato, superaram a marca de 55%. A Novinvest S/A CVM, atuando como intermediária financeira para a Real Grandeza, como se observa na primeira linha, realizou 518 transações, das quais 433 (83,6%) tiveram ajuste negativo, implicando pagamentos de R\$ 1,96 milhão e perda líquida de R\$ 1,76 milhão em desfavor da fundação.

As três corretoras em destaque provocaram pagamentos, a título de ajuste no primeiro dia, de R\$ 5,1 milhões, o que corresponde a 38,8% das perdas totais neste mercado. Este é um indicador expressivo da concentração das perdas em determinadas corretoras, em especial com a Novinvest, o que levanta a hipótese de arranjos organizados para o desvio de recursos de fundos de pensão.

Vale mencionar que a Novinvest S/A aparece em relatórios de investigação da BM&F sobre outros fundos de pensão, o que sugere que sua rede de atuação era fruto de um processo organizado. Seu envolvimento em transações com indícios de irregularidade é tratado em seção própria deste relatório.

#### 9.4.1.3.1.2 Banco Santos

A Real Grandeza registrou, em 2004, perdas exorbitantes, no valor de R\$ 156 milhões, referentes a aplicações em CDBs do Banco Santos. O quadro a seguir aponta a composição das aplicações que resultaram na mencionada perda:

<b>Data</b>	<b>Aplicação</b>	<b>Valor Aplicado</b>
	24/10/02	8.367.000
	24/10/02	8.368.000
	24/10/02	8.367.388
	05/05/03	4.450.000
	06/05/03	17.565.504
	03/10/03	22.000.000
	17/12/03	12.650.000
	25/06/04	15.000.000
	16/08/04	25.000.000
		<b>121.767.892</b>

Vale ressaltar que as aplicações indicadas acima não totalizam os R\$ 156 milhões em razão de não incluírem a capitalização dos rendimentos, que compõe o complemento daquele valor de R\$ 121,8 milhões.

As aplicações em CDB, que tiveram início em 2002, chegaram a ter prazo de vencimento de 700 dias, o que é exageradamente longo se forem levadas em consideração as perspectivas financeiras prevalentes no mercado, à época, e o nível de risco que aquela instituição representava.

Três meses antes da intervenção, em agosto de 2004, a entidade de previdência adquiriu R\$ 25 milhões de créditos e CDBs do banco, quando a agência MOODY's já havia rebaixado o *rating* do Banco Santos.

O Sr. Benito Siciliano, em depoimento, contestou a existência da informação sobre a fragilidade do Banco Santos, apesar do rebaixamento da penalidade de crédito da instituição, em junho de 2003, pela agência Moody's.

O quadro a seguir foi extraído do terminal eletrônico da agência internacional de notícias e informações *Bloomberg*, e contempla o histórico das classificações de risco atribuídas pela Moody's para certificados de depósitos bancários (*Local LT Bank Deposits*).

RQs - B. Santos - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4284</u>
Doc: _____

HELP> for explanation. PUEBMO:HELP DESK

Banco Santos

NO	Local LT Bank Deposits	-MOODY'S	
1) Dutigos			
2) Foreign Cur	RATING	EFFECTIVE	
3) Foreign LT		12/6/05	
4) Local LT Ba	Case #	11/15/06	
5) Bank Friend	B1	6/4/03	
6) Short Term			
STANDARD			
7) LT Foreign			
8) Foreign Cur			
9) Local Curra			
10) Foreign Cur			
11) Local Curra			

UP 7/06/07 NEUTRAL  
 to return to credit profile

Australia 61 2 9278 1222    Brazil 55 11 2048 4523    Canada 1 416 320 0200    Germany 49 49 693419  
 Hong Kong 852 2577 6005    Japan 81 3 3051 4300    Singapore 65 6543 5000    U.S. 1 312 316 8900    Tokyo 81 3 3051 4300    Moody's 1 800 854 2729

Segundo o quadro acima, em 4 de junho de 2003 o Banco Santos foi classificado como *rating* “B1”, pela Moody’s. O risco do tipo “B” representa, segundo aquela agência, qualidade pobre de crédito, ou seja, baixa segurança sobre o pagamento pontual de obrigações relacionadas a certificados de depósito de longo prazo.

Em 15 de novembro de 2004, após a intervenção do Banco Central, o Banco Santos teve sua classificação alterada para “Caa1”. Instituições com esta categoria de risco representam, segundo definição da *Moody’s*, ter crédito de qualidade extremamente baixa. Isto significa que tais bancos podem estar em *default* (inadimplentes) ou que podem haver elementos que coloquem em dúvida sua capacidade financeira.

Em suma, desde junho de 2003 o Banco Santos teve seus certificados de depósitos qualificados como de pobre qualidade de crédito para o longo prazo por uma agência de *rating*.

Em se tratando de certificados de longo prazo, a segurança sobre o pagamento das obrigações era considerada baixa. Ainda que não fosse possível estabelecer a responsabilidade direta pelas perdas em aplicações no Banco Santos, destacam-se a contradição e a utilização de afirmativas incorretas por parte do Sr. Benito Siciliano, na tentativa de se eximir de qualquer culpa. O Sr. Benito Siciliano foi demitido da Real Grandeza, onde era Gerente Financeiro desde 1997, após a ocorrência das perdas com CDDBs do Banco Santos.

#### 9.4.1.3.1.3 Bancos BMG e Rural

A Sub-relatoria analisou o volume de recursos investidos pela Real Grandeza nos bancos BMG e Rural, entre os períodos de janeiro de 2000 e agosto de 2005, com a finalidade de identificar eventuais variações e concentrações nestas instituições, em conexão com as denúncias feitas pelo ex-deputado Roberto Jefferson de que esses bancos estariam sendo utilizados para financiar o “mensalão”, por meio dos fundos de pensão. A necessidade de se quantificar os valores investidos se confirmou quando os dirigentes do Banco Rural afirmaram, em depoimento na Sub-relatoria, ter comemorado o aumento, em 2004, das captações com as entidades de previdência.

A Real Grandeza apresentou substantivo volume de investimentos nos bancos BMG e Rural, desde o ano 2000, conforme a seguir:

Banco	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Banco BMG	-	-	55.000.000	-	40.000.000	-
Banco Rural	56.286.600	18.997.705	99.150.537	-	24.088.252	*
	56.286.600	18.997.705	154.150.537	-	64.088.252	-

No de 2000 a 2004. O relatório mostra que não houve aplicação de recursos nestes bancos no ano de 2003 e que houve redução dos recursos aplicados em 2004 em relação a 2002.

Contudo, as aplicações nos CDBs apresentaram um perfil de curto prazo nos anos de 2000 e 2001, significando operações com vencimento entre 30 e 90 dias. Em 2002, o prazo foi expressivamente ampliado para 2 anos. Os R\$ 55 milhões investidos no BMG foram aplicados em setembro de 2002, com vencimento em setembro de 2004.

Os montantes colocados no Banco Rural, da mesma forma, foram todos de 2 anos, com início de aplicação, de todos, a fevereiro de 2002. Em 2004, a operação com os R\$ 24 milhões, iniciou-se em maio, por 2 anos.

Neste âmbito, há algumas considerações. Uma, de natureza estratégico-financeira formal, deve levar em conta que, tanto em fevereiro quanto em setembro de 2002, as expectativas, de acordo com o Banco Central/Relatório de Mercado, eram de redução da taxa de juros básica (a taxa Selic), de 17%, ao final de 2002, para 15% ao final de 2001, enquanto as taxas corretas eram de 18,7%, em fevereiro, e de 17,9% em setembro.

Assim, o alongamento da aplicação implicaria ganho de capital, nas operações pré-fixadas, ou seja, uma estratégia de gestão inequivocamente correta.

Nada obstante, tratam-se de papéis privados concorrentes dos títulos federais, o que implica a ponderação sobre a relação risco diferencial de retorno, uma qualificação prudencial, cuja prática, no mercado, recomenda o encurtamento da aplicação.

#### 9.4.1.3.2 Dos Envolvidos

As maiores perdas verificadas por este fundo de pensão foram as aplicações em CDBs do Banco Santos e, mesmo com o resultado global positivo das operações no mercado futuro

RQS Nº 03/2006 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4285
Doc:

da BM&F , houve concentração de resultados negativos associados às operações intermediadas pela corretora Novinvest.

A Real Grandeza assumiu riscos, que resultaram perdas de R\$ 156 milhões para os segurados, conforme a seguir:

- O Banco Santos, desde junho de 2003, havia sido classificado como instituição de alto risco de crédito, por uma agência de raiting - Moody's -. A Real Grandeza investiu R\$ 74,6 milhões após o rebaixamento do *rating* do banco, por essa agência.
- Algumas aplicações em CDBs do Banco Santos tinham prazo de 700 dias. A Moody's definiu a segurança sobre o pagamento pontual de obrigações relacionadas a certificados de depósito de longo prazo como sendo baixa;
- A não existência de controles eficazes e a ausência de uma estrutura de *compliance* impediram que a fundação pudesse minimizar sua perda no mercado financeiro.

#### *Sr. Jorge Freitas e do Sr. Benito Siciliano*

O Sr. Benito Siciliano foi o Gerente Financeiro da Real Grandeza entre 1997 e fevereiro de 2005, tendo sido demitido pelo então Diretor-Presidente Sr. Marcos Antonio Carvalho Gomes (agosto de 2003 e 2005), após a fundação ter incorrido nas perdas milionárias junto ao Banco Santos.

O Sr. Benito Siciliano foi apontado pelo Sr. Alexandre de Athayde Francisco, operador do mercado financeiro e ouvido em depoimento pela Sub-relatoria, como sendo braço direito do Sr. Haroldo de Almeida Rego Filho, em negócios na Real Grandeza. Em outras palavras, segundo o Sr. Alexandre de Athayde Francisco, a família Almeida Rego tem clara vinculação com pessoas que tinham poder de influência sobre as entidades de previdência complementar investigadas neste inquérito parlamentar, bem como com os responsáveis pela gestão financeira delas.

Em seu depoimento à CPMI, o Sr. Benito Siciliano afirmou receber salário mensal de R\$ 10 mil. Entretanto, possui uma cobertura de 298 m<sup>2</sup> em zona nobre do Rio de Janeiro (declarada pelo seu valor de aquisição – R\$ 700 mil), além de outros imóveis que totalizam um patrimônio declarado de, aproximadamente, R\$ 2 milhões. Benito justificou que os recursos que montam seu patrimônio são provenientes de processos na justiça e de doações de seu pai.

O deputado federal Carlos Willian suscitou várias indagações a respeito da vida patrimonial do Sr. Benito Siciliano que despertaram o interesse da Sub-relatoria e indicaram a possibilidade de ter havido enriquecimento ilícito por parte do ex-gerente de investimentos da Real Grandeza. O nobre parlamentar apresentou nomes de contas bancárias, situadas no exterior, que possivelmente estariam vinculadas ao Sr. Benito Siciliano, como, por exemplo, a conta *estanhori*. A Sub-relatoria sugere que o Ministério Público dê prosseguimento às investigações sobre o vínculo do Sr. Benito Siciliano com as referidas contas.

É fundamental destacar que o deputado federal Carlos Willian solicitou ao depoente, voluntariamente, autorizar a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico. O Sr. Benito Siciliano consentiu, determinando ao advogado que o acompanhava que preparasse o ofício. No entanto, deixou as dependências do Congresso Nacional sem efetivamente assinar a autorização. Vê-se nessa prática, tentativa de obstruir os trabalhos da CPMI.

Houve milhares de investidores que perderam seus recursos investidos no Banco Santos, inclusive dezenas de investidores institucionais, em sua maioria composta por agentes privados. O que prova que a possibilidade de quebra deste Banco não era de conhecimento público e notório pelo mercado.

Todavia é importante fazer algumas reflexões sobre a atuação dos Srs. Benito Siciliano e Jorge Luiz Monteiro Freitas sob a direção da Real Grandeza. Ambos eram os responsáveis pelos recursos dos segurados quando a fundação apresentou a perda milionária em CDBs do Banco Santos. Mesmo que não fosse possível prever totalmente o evento, suas funções altamente especializadas e totalmente focadas para a área de investimentos, exige um acompanhamento atento e minucioso de todas as variáveis. Neste sentido e levando-se em conta a necessária prudência que devem nortear as aplicações das entidades de previdência, o alerta da agência de risco Moody's, daria margem a que houvesse pelo menos a redução de recursos aplicados no Banco Santos, quando na prática houve aumento. Prova disso é a resposta dada pelo diretor financeiro da Previ, Sr. Luiz Carlos Siqueira Aguiar, que, havia feito no Banco Santos, afirmou:

*(...) o que vem se falando entre as instituições... ...se chegou a conclusão de que a gente não deveria mais aplicar em determinado momento nesse Banco. Aliás, conclusão absolutamente correta, não é?*

*Haja vista o que ocorreu.*

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 4286
Doc:

### 9.4.1.3.3 Considerações Finais

O quadro a seguir demonstra o desempenho da Real Grandeza no período de 2000 a 2004:

em R\$ mil	2000		2001		2002		2003		2004	
<b>Programa de Investimentos</b>										
Renda Fixa	1.285.765	73,3%	1.520.503	76,8%	1.657.791	72,1%	2.251.771	73,9%	2.491.833	73,9%
Renda Variável	342.063	19,5%	518.864	16,1%	297.509	12,9%	419.863	13,6%	532.278	15,8%
Investimentos Imobiliários	74.783	4,3%	71.950	3,6%	211.044	9,2%	216.134	7,1%	180.540	5,4%
Operações com Participantes	52.214	3,0%	67.850	3,4%	133.834	5,8%	160.423	5,3%	167.916	5,0%
Outros realizáveis	455	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	179	0,0%	179	0,0%
	<u>1.755.280</u>	<u>100,0%</u>	<u>1.979.167</u>	<u>100,0%</u>	<u>2.300.178</u>	<u>100,0%</u>	<u>3.048.372</u>	<u>100,0%</u>	<u>3.372.646</u>	<u>100,0%</u>
<b>Resultado</b>										
Renda Fixa	168.225	91,6%	247.127	87,6%	392.136	79,1%	568.802	72,3%	342.549	71,3%
Renda Variável	(1.061)	0,6%	12.108	4,3%	(16.013)	3,2%	170.051	21,6%	95.744	19,9%
Investimentos Imobiliários	12.942	7,0%	14.207	5,0%	102.787	20,7%	17.489	2,2%	21.413	4,5%
Operações com Participantes	3.479	1,9%	8.643	3,1%	16.690	3,4%	30.285	3,8%	20.649	4,3%
Outros realizáveis	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
	<u>183.585</u>	<u>100,0%</u>	<u>282.085</u>	<u>100,0%</u>	<u>465.600</u>	<u>100,0%</u>	<u>786.627</u>	<u>100,0%</u>	<u>480.355</u>	<u>100,0%</u>
Resultado do Exercício	1.161.248		(81.812)		170.429		343.274		(258.762)	
Superávit (déficit) técnico	5.548		(76.264)		94.565		437.439		178.677	

Tendo em vista a inexistência de dados relativos ao ano de 2005, o quadro acima mostra - na parte superior (programa de investimentos) - os saldos, no final do ano, das diversas carteiras do fundo de pensão, apenas durante o período de 2000 a 2004. Já a parte inferior (resultado) aporta os fluxos de rendimentos decorrentes das aplicações, em cada carteira.

O resultado do exercício decorre da diferença entre receitas e despesas, inclusive benefícios. O superávit técnico, por sua vez, advém da acumulação, até o ano anterior, daquele resultado. Por exemplo, o superávit técnico, em 2000, foi de R\$ 5.548,00. Quando este valor é acrescido ao resultado do exercício de 2001, de R\$ 81.812,00 negativos, ano de péssimo desempenho na Real Grandeza, o superávit técnico passa para a posição deficitária de R\$ 76.264,00. A partir daí, o resultado do exercício tornou-se progressivamente positivo, voltando a oscilar, negativamente, em 2004.

#### 9.4.1.4. GEAP

A Geap - Fundação de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de fundação, sem fins lucrativos, criada em 1945.

É objetivo da Geap melhorar a qualidade de vida de seus beneficiários, por meio da administração, na forma de autogestão compartilhada, de planos solidários de previdência complementar, saúde e assistência social.

A fundação oferece aos servidores públicos federais planos e programas de saúde, assistência social e previdência complementar.

A Geap não tem aporte de recursos públicos no seu plano previdenciário. Os investimentos analisados pela CPMI dos correios referem-se aos recursos do Pecúlio, que tem unicamente a participação dos empregados do plano de benefício. Enquanto que as patrocinadoras listadas abaixo se referem ao plano de saúde.

São patrocinadoras da Geap:

- Ministério das Minas e Energia - MME
- Ministério da Previdência Social - MPS
- Ministério da Saúde - MS
- Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
- Imprensa Nacional - IN
- Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC
- Ministério das Relações Exteriores - MRE
- Ministério dos Transportes - MT
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP
- Ministério das Cidades - MCidades
- Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM
- Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV
- Geap - Fundação de Seguridade Social - Geap
- Fundação Casa Rui Barbosa - FCRB
- Arquivo Nacional - AN
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
- Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina - TRT/SC
- Universidade Federal da Paraíba - UFPB
- Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
- Universidade Federal de Alagoas - UFAL
- Universidade Federal de Sergipe - UFS
- Universidade Federal do Paraná - UFPR
- Fundação Nacional de Arte - FUNARTE
- Ministério do Turismo - MTUR
- Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

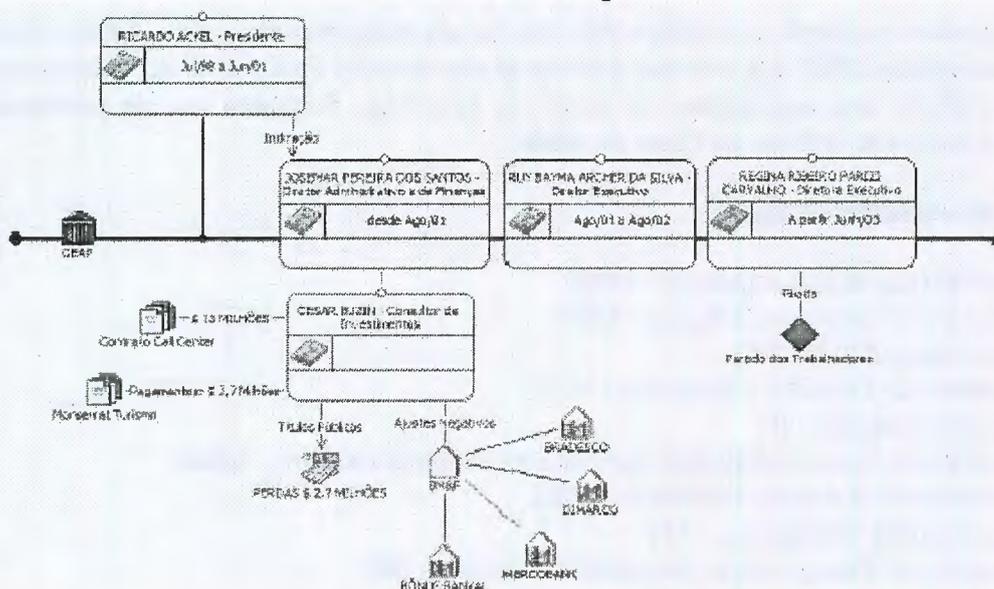
RQS nº 03/2005 - CPMI - CORREIOS
Fls: 4287
Doc:

- Fundação Cultural Palmares - FCP
- Ministério do Esporte - ME
- Instituto Brasileiro do Turismo - EMBRATUR

Em 31 de dezembro de 2004, os ativos totais da Geap correspondiam a 0,5% do total de ativos investidos por fundos de pensão patrocinados por empresas públicas federais no mercado financeiro e de capitais.

No período sob análise da CPMI, o fundo de pensão passou por três diretorias executivas e teve apenas um diretor administrativo e de finanças.

### Diretores da Geap



A Geap sofreu mudanças no cargo de diretor executivo, desde a nomeação do Sr. Ricardo Ackel, em 2000, culminando com a nomeação, em junho de 2003, da Sra. Regina Ribeiro Parizi Carvalho.

Cabe ressaltar que, de acordo com o estatuto da Geap, à diretoria executiva compete “*propor ao Conselho Deliberativo o plano de gestão de investimentos e de aplicação de recursos*”, fazendo parte dela seis diretores, entre eles o diretor de administração e finanças.

A partir de 9 de agosto de 2001, o Sr. Josemar Pereira dos Santos foi nomeado diretor de administração e finanças da Geap.

No curso das investigações, verificaram-se indícios de irregularidades nas transações realizadas em carteira própria e em fundos exclusivos da Geap, o que ensejou a convocação do Sr. Josemar Pereira dos Santos para prestar depoimento na Sub-relatoria.

Em depoimento no dia 31 de janeiro de 2006, o Sr. Josemar se fez acompanhar pelos Srs. Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior, consultor jurídico, e César Buzin, consultor de

investimentos. Indagado acerca da composição da diretoria executiva, esclareceu que a estrutura da GEAP-Fundação de Seguridade Social é composta por um Conselho Deliberativo e uma Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva é composta por 6 Diretores e áreas seccionais, dentre elas a Consultoria de Investimentos.

Questionado sobre sua indicação à diretoria da Geap, o mesmo informou ser cedido do Ministério da Saúde, tendo sido nomeado para o cargo de Diretor de Administração e Finanças na gestão do Dr. Ricardo Akel.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. 4288
Doc:

Ao ser indagado sobre sua qualificação técnica, esclareceu ser formado em ciências contábeis, tendo trabalhado na GEAP por 4 anos na função de Coordenador de Contabilidade, retornando, após, para a Diretoria de Administração e Finanças. Especificamente com relação à área de investimentos, esclareceu que a atividade na GEAP é segregada e a gestão de setor é feita pela Consultoria de Investimentos.

Depreende-se do exame do art. 29 do Estatuto da Geap que a responsabilidade é solidária. Todos os membros da Diretoria Executiva responderão pelos danos e prejuízos causados à fundação para os quais tenham concorrido.

#### 9.4.1.4.1 Das Transações

##### 9.4.1.4.1.1 Títulos Públicos

A Geap apresentou perdas em operações com títulos públicos, totalizando R\$ 2,7 milhões em valores nominais, conforme demonstra a tabela a seguir:

EPPC	RESUMO DAS PERDAS COM OPERAÇÕES REALIZADAS COM TÍTULOS PÚBLICOS						Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
GEAP	-	-	56.257	1.730.702	947.708	-	2.734.667

As perdas foram detectadas a partir da análise da cadeia comercial de compra e venda de papéis. Em negociações de um mesmo título público, verificou-se que os preços unitários praticados com fundos de pensão apresentaram variações significativas quando comparados com os preços negociados pelos demais agentes de mercado.

Cabe especificar que os valores de perdas apuradas, conforme o quadro acima, foram obtidos a partir dos dados agregados das operações de compra e venda de títulos públicos realizadas em carteira própria e fundos exclusivos. Em outros termos, as perdas detectadas nas operações de venda, bem como aquelas decorrentes das operações de compra, foram somadas para a obtenção do resultado final.

Nos anos de 2002 e 2003, foram identificadas perdas de R\$ 1,7 milhão em operações com títulos públicos. É o que se depreende das operações envolvendo os fundos exclusivos da Geap, Geap CENTURY FIF 60 e Geap FUND SEGURIDADE SOCIAL EFP, conforme se verifica no quadro a seguir:

Data	Vencimento Título	Descrição do vendedor	Descrição do comprador	Quantidade papel	PU Negociado	Valor Negociado	Resumo EPPC		
							Compra	Venda	Total
<b>2.002</b>									
15/02/02	15/02/11	NTN-C MERCADO PAULISTANO CREDITO BOSON	QUANTIA DTVM LTDA CRUZEIRO	7542	071,57	7.302.372			
15/02/02	15/02/11	NTN-C QUANTIA DTVM LTDA CRUZEIRO	GEAP CENTURY FIF 60 SANTOS SANTOS	7542	075,03	7.302.330	56.257		56.257
						Total 2002	56.257		56.257
<b>2.003</b>									
15/02/03	15/02/11	NTN-C BCO DO BRASIL S/A MERCADO	WALPIRES S/A CCTVM CRUZEIRO DO SUL	15000	1.169,35	17.540.305			
15/02/03	15/02/11	NTN-C WALPIRES S/A CCTVM CRUZEIRO DO SUL	QUANTIA DTVM LTDA CRUZEIRO	15000	1.169,55	17.543.253			
15/02/03	15/02/11	NTN-C QUANTIA DTVM LTDA CRUZEIRO	GEAP FUNDO SEGURIDADE SOCIAL EFRRAP BR	9500	1.176,49	11.177.364	107.049		107.049
04/02/01	14/02/08	NTN-C BRASIL CENTRAL S/A DTVM CRUZEIRO	COAR DTVM LTDA CRUZEIRO	8500	1.308,67	11.123.360			
04/02/01	14/02/08	NTN-C COAR DTVM LTDA CRUZEIRO	ELITE CCTVM LTDA BEN	8500	1.319,91	11.219.426			
04/02/01	14/02/08	NTN-C ELITE CCTVM LTDA BEN	GEAP FUNDO SEGURIDADE SOCIAL EFRRAP BR	8500	1.322,52	11.223.961	90.011		90.011
04/02/01	14/02/08	NTN-C BRASIL CENTRAL S/A DTVM CRUZEIRO	COAR DTVM LTDA CRUZEIRO	8500	1.308,67	11.123.360			
04/02/01	14/02/08	NTN-C COAR DTVM LTDA CRUZEIRO	ELITE CCTVM LTDA BEN	8500	1.319,91	11.219.426			
04/02/01	14/02/08	NTN-C ELITE CCTVM LTDA BEN	GEAP FUNDO SEGURIDADE SOCIAL EFRRAP BR	8500	1.322,52	11.223.961	90.011		90.011
23/02/03	14/02/08	NTN-C RENASCENÇA DTVM LTDA BEN	ELITE CCTVM LTDA BEN	8700	1.231,91	10.707.268			
23/02/03	14/02/08	NTN-C BRASIL CENTRAL S/A DTVM CRUZEIRO	BRASIL CENTRAL S/A DTVM CRUZEIRO	8700	1.233,84	10.746.000			
23/02/03	14/02/08	NTN-C BRASIL CENTRAL S/A DTVM CRUZEIRO	COAR DTVM LTDA CRUZEIRO	8700	1.232,96	10.736.414			
23/02/03	14/02/08	NTN-C COAR DTVM LTDA CRUZEIRO	GEAP FUNDO SEGURIDADE SOCIAL EFRRAP BR	8700	1.229,89	10.710.195	82.787		82.787
06/02/01	15/02/11	NTN-C GEAP CENTURY FIF 60 SANTOS SANTOS	BRASIL CENTRAL S/A DTVM CRUZEIRO	5000	1.242,35	6.211.766			
06/02/01	15/02/11	NTN-C BRASIL CENTRAL S/A DTVM CRUZEIRO	TURFA S/A DTVM CRUZEIRO	5000	1.246,97	6.218.845			
06/02/01	15/02/11	NTN-C TURFA S/A DTVM CRUZEIRO	FUNTERRA FUNDO PREV BR TERRACAP EFRRAP BR	5000	1.405,98	7.027.950		1.200.204	1.200.204
21/11/03	15/02/11	NTN-C GEAP FUNDO SEGURIDADE SOCIAL EFRRAP BR	OLICOM S/A DTVM CRUZEIRO	10000	1.260,24	12.602.372			
21/11/03	15/02/11	NTN-C OLICOM S/A DTVM CRUZEIRO	BOOPACTUAL S/A	10000	1.365,30	13.653.000		150.630	150.630
						Total 2003	562.187	1.200.204	1.762.391

A título de exemplo, o quadro acima, acusou que, no dia 15/01/2003, a Walpires S/A CCTVM adquiriu do BANCO DO BRASIL S/A/ MERCADO lote de 15.000 títulos NTNCs, com vencimentos no dia 01/03/2011. O preço pago pela Walpires foi de R\$ 1.169,35 para cada unidade de título. Em seguida, a Walpires vendeu o mesmo lote por R\$ 1.169,55 a unidade para a Quantia DTVM Ltda. Note-se que o preço praticado pela Walpires e pela Quantia quase não apresentou variação. Entretanto, quando a Quantia alienou os papéis para a Geap, o preço unitário do subiu para R\$ 1.176,49. Nominalmente, essa única transação ocasionou uma perda de R\$ 107.049,00 para a Geap.

As perdas em operações com títulos públicos em 2004 foram de R\$ 947 mil (valores nominais) e ocorreram nas seguintes transações:

RQS nº 03/2005 - CN -  
 CPMI - CORREIOS  
 FIS: **4289**  
 Doc: 19

Data	Vencimento		Descrição do vendedor	Descrição do comprador	Quantidade parcela	PU Negociado	Valor Negociado	Montante FPPC		
	Título	NTN						Compra	Venda	Total
10/3/2004	10/3/2024	NTN-8	ERG DTVM LTDA/ERGI	DILLON S/A DTVM/DRUZEIRO	20000	1.074,37	21.487.539			
16/3/2004	10/3/2024	NTN-8	DILLON S/A DTVM/DRUZEIRO	GEAP FUND DE SEGURANCA SOCIAL EPFRAP BR	20000	1.082,39	21.647.797	160.428		160.428
13/5/2004	30/11/2005	NTN-8	GEAP FUND DE SEGURANCA SOCIAL EPFRAP BR	BANVAL COTVM LTDA/PERNIVAL	10000	2.025,45	20.254.470			
15/5/2004	30/11/2005	NTN-8	BANVAL COTVM LTDA/PERNIVAL	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZERRO	10000	2.025,45	20.254.470			
13/5/2004	30/11/2005	NTN-8	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZERRO	BDO GADQUE S/A	10000	2.025,45	20.254.470			
14/5/2004	15/09/2024	NTN-8	BDO BEMCO A	FATOR DORNA ATHERMO S/A CABOJA	5000	1.022,43	5.112.473			
14/5/2004	15/09/2024	NTN-8	FATOR DORNA ATHERMO S/A CABOJA	SOLINEZ COTVM LTDA/SANTANA/ER	5000	1.022,43	5.112.473			
14/5/2004	15/09/2024	NTN-8	SOLINEZ COTVM LTDA/SANTANA/ER	TURFA S/A DTVM/CRUZERRO	5000	1.022,43	5.112.473			
14/5/2004	15/09/2024	NTN-8	TURFA S/A DTVM/CRUZERRO	ELITE COTVM LTDA/ERGI	5000	1.022,43	5.112.473			
14/5/2004	15/09/2024	NTN-8	ELITE COTVM LTDA/ERGI	GEAP FUND DE SEGURANCA SOCIAL EPFRAP BR	5000	1.022,43	5.112.473	115.476		115.476
14/5/2004	15/09/2024	NTN-8	BDO BEMCO A	FATOR DORNA ATHERMO S/A CABOJA	5000	1.022,43	5.112.473			
14/5/2004	15/09/2024	NTN-8	FATOR DORNA ATHERMO S/A CABOJA	SOLINEZ COTVM LTDA/SANTANA/ER	5000	1.022,43	5.112.473			
14/5/2004	15/09/2024	NTN-8	SOLINEZ COTVM LTDA/SANTANA/ER	TURFA S/A DTVM/CRUZERRO	5000	1.022,43	5.112.473			
14/5/2004	15/09/2024	NTN-8	TURFA S/A DTVM/CRUZERRO	ELITE COTVM LTDA/ERGI	5000	1.022,43	5.112.473			
14/5/2004	15/09/2024	NTN-8	ELITE COTVM LTDA/ERGI	GEAP FUND DE SEGURANCA SOCIAL EPFRAP BR	5000	1.022,43	5.112.473	115.476		115.476
17/5/2004	12/10/2005	NTN-8	GEAP FUND DE SEGURANCA SOCIAL EPFRAP BR	BANVAL COTVM LTDA/PERNIVAL	8000	1.826,40	14.611.200			
17/5/2004	12/10/2005	NTN-8	BANVAL COTVM LTDA/PERNIVAL	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZERRO	8000	1.826,40	14.611.200			
17/5/2004	12/10/2005	NTN-8	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZERRO	BDO GADQUE S/A	8000	1.826,40	14.611.200			
17/5/2004	12/10/2005	NTN-8	GEAP FUND DE SEGURANCA SOCIAL EPFRAP BR	BANVAL COTVM LTDA/PERNIVAL	5000	1.826,40	9.132.000			
17/5/2004	12/10/2005	NTN-8	BANVAL COTVM LTDA/PERNIVAL	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZERRO	5000	1.826,40	9.132.000			
17/5/2004	12/10/2005	NTN-8	QUANTIA DTVM LTDA/CRUZERRO	BDO GADQUE S/A	5000	1.826,40	9.132.000			
27/7/2004	15/09/2024	NTN-8	BDO BEMCO A	TURFA S/A DTVM/CRUZERRO	5000	1.114,64	5.572.313			
27/7/2004	15/09/2024	NTN-8	TURFA S/A DTVM/CRUZERRO	GARFEX PELLEGRINI COTVM S A/ABASA	5000	1.127,34	5.636.700			
27/7/2004	15/09/2024	NTN-8	GARFEX PELLEGRINI COTVM S A/ABASA	GEAP FUND DE SEGURANCA SOCIAL EPFRAP BR	5000	1.127,34	5.636.700	64.000		64.000
27/7/2004	15/09/2024	NTN-8	BDO BEMCO A	TURFA S/A DTVM/CRUZERRO	5000	1.114,64	5.572.313			
27/7/2004	15/09/2024	NTN-8	TURFA S/A DTVM/CRUZERRO	GARFEX PELLEGRINI COTVM S A/ABASA	5000	1.127,34	5.636.700			
27/7/2004	15/09/2024	NTN-8	GARFEX PELLEGRINI COTVM S A/ABASA	GEAP FUND DE SEGURANCA SOCIAL EPFRAP BR	5000	1.127,34	5.636.700	64.000		64.000
Total 2004:								518.504	124.912	643.416
Total geral:								365.528	1.600.147	2.365.675

Conforme o quadro acima, no dia 19 de março de 2004, por exemplo, a Dillon S/A DTVM adquiriu da Erg DTVM Ltda. lote de 20.000 títulos com mesmo vencimento. O preço pago pela Dillon foi de R\$ 1.074,37 para cada unidade de título. Em seguida, vendeu o mesmo lote para a Geap por R\$ 1.082,39 a unidade, o que representou, em termos nominais, perda de R\$ 160.428,00 em uma única transação.

Questionado acerca de tais operações, o Sr. Josemar Pereira dos Santos prontificou-se a apurar os valores apresentados.

Ressalta-se o fato de que os Srs. César Buzin Filho (consultor financeiro) e Júlio César A. Vieira (assessor de conformidade e risco), protocolaram documento contendo a análise dos números apresentados nos depoimentos.

O documento informou que os preços praticados estavam dentro dos referenciais de mercado (Andima). Ademais, discordou de uma das operações listadas, na qual a Geap é uma ponta vendedora na cadeia negocial, sendo que o maior valor praticado foi realizado com outro fundo de pensão fora do escopo da Sub-relatoria.

No referido documento está registrada a contratação da auditoria Pellegrini & Associados para avaliação dos investimentos no período de 2000 a ago/2005, que concluiu que não houve perdas em operações com títulos públicos.

#### 9.4.1.4.1.2 Derivativos (BM&F)

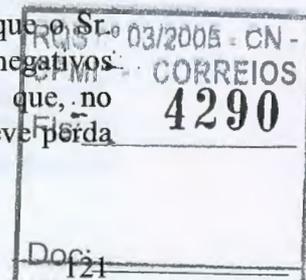
O quadro abaixo se refere às operações junto à BM&F. Os ajustes negativos foram de R\$ 17,3 milhões, contra R\$ 10,2 milhões de ajustes positivos, ou seja, uma perda líquida de R\$ 7,1 milhões. Em outras palavras, a Geap apresentou ineficiência em 63% das operações realizadas (valores nominais), medida como o total dos pagamentos (R\$ 17,3 milhões), em proporção do fluxo de recursos (R\$ 17,3 milhões + R\$ 10,2 milhões = R\$ 27,5 milhões).

	Ajustes								
	Negativo				Positivo				
	Quantidade	Valores	Quantidade %	Valores %	Quantidade	Valores	Quantidade %	Valores %	
Mercado	273.284	1.183.995.238	51%	53%	263.135	1.049.372.696	49%	47%	
EPPCs	67.649	299.988.461	57%	61%	61.900	189.337.633	43%	39%	
<b>GEAP</b>									
Geap através de:									
Código	Corretora								
72	BRABESCO S/A CTVM	615	6.654.750	57%	62%	460	4.054.719	43%	36%
108	MERCOBANK S/A CTVM	84	516.180	74%	81%	29	49.140	26%	9%
212	BÔNUS CCM LTDA	148	437.430	93%	98%	11	7.110	7%	2%
236	BIMARCO DTVM S/A	142	972.279	85%	90%	25	108.005	15%	10%
Sub-total		989	8.580.839	86%	87%	625	4.219.974	35%	33%
Outras Corretoras 38		2.961	8.742.921	32%	59%	2.691	6.068.837	48%	41%
<b>Geap Total (Total do 42)</b>		3.950	17.323.660	55%	83%	3.217	10.286.811	45%	37%

Encontram-se destacados, na primeira coluna, os intermediários com os quais observa-se assimetria entre os percentuais de pagamentos e de recebimentos com perdas para o fundo de pensão. A primeira linha mostra que das 1075 operações realizadas por intermédio da Corretora Bradesco S/A CTVM, 615 delas resultaram em ajuste negativo. A coluna "valores" indica o pagamento de R\$ 6.654.750,00 e, no seguimento positivo da tabela, o recebimento de R\$ 4.054.719,00, implicando a perda líquida, nas transações intermediadas por essa Corretora, de R\$ 2.600.031,00.

De se destacar que, das 159 operações conduzidas pela Corretora Bônus CCM Ltda., quase todas sofreram ajuste negativo de primeiro dia, com perda líquida de R\$ 430.320,00. Com relação a estas operações com derivativos através da Corretora Bônus, a Geap, em documento protocolado, esclareceu que foi identificada apenas 1 única operação.

O total de perdas (ajustes negativos) atribuído às corretoras destacadas corresponde a 49,8% do que a Geap perdeu, o que expressa uma concentração desses eventos nas cinco corretoras acima relacionadas. Já no quadro abaixo, que retratou o período em que o Sr. Josemar Pereira dos Santos foi o Diretor Financeiro da Geap, detectou-se ajustes negativos de R\$ 10,7 milhões contra ajustes positivos de R\$ 6,4 milhões demonstrando que, no primeiro dia de ajustes dos contratos de futuros realizados no período, a Geap teve perda



liquida de R\$ 4,3 milhões, o que demonstra que ela teve ineficiência de 62% em valores nominais.

GEAP	Ajustes							
	Negativo				Positivo			
	Quantidade	Valores	Quantidade %	Valores %	Quantidade	Valores	Quantidade %	Valores %
Josemar Pereira dos Santos (29/08/01 - 12/06/06)								
Geap através de:								
Código Corretora								
000065 BANCOOCIDADE CVMA LTDA	64	288.722	64%	64%	48	154.266	36%	36%
000072 BRACESCO S/A CTVM	195	3.521.583	80%	63%	129	2.061.602	40%	37%
000712 BOMUS CCM LTDA	148	437.490	93%	98%	11	7.110	7%	2%
Sub-total	427	4.227.795	69%	66%	188	2.212.978	31%	34%
Outras Corretoras (Total de 17)	2.172	6.496.411	52%	60%	2.028	4.275.665	48%	40%
Geap Total (Total de 20)	2.602	10.724.146	54%	62%	2.216	6.488.644	46%	38%

Questionado sobre a performance da Geap nas operações com derivativos, o consultor de investimentos César Buzin Filho informou:

*Foi realizado um levantamento interno pela área de controles internos da Geap que identificou que praticamente todas as operações da BM&F se referem aos fundos exclusivos, ou seja, gestão terceirizada.*

*Então, de posse desses números a Geap, ela vai checar e, se necessário for, vão pedir explicações para os gestores e se necessário for, identificado, comprovada alguma má-fé ou dolo, a Geap vai tomar as providências judiciais necessárias.*

Como já mencionado, a entrega pelos Srs. César Buzin Filho (consultor financeiro) e Júlio César A. Vieira (assessor de conformidade e risco) de documento contendo a análise dos números Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios” apresentados nos depoimentos.

O referido documento informa também que a Geap, com base nos critérios da política de investimentos, tomou todas as providências à época, inclusive em casos que resultaram na substituição de gestores dos fundos de investimentos.

#### 9.4.1.4.1.3 Contratos

Esta Sub-relatoria avaliou alguns contratos realizados pela Geap com prestadores de serviços. Dois deles foram objeto de questionamento ao Sr. Josemar Pereira dos Santos.

Acerca do contrato de *call center* firmado com a ACS Algar, justificou o Sr. Josemar Pereira dos Santos que a contratação da referida empresa era necessária à prestação de um serviço ágil e de qualidade para os mais de 750 mil segurados da Geap. Informou, ainda,

que a escolha deu-se por meio de pregão, em 2002, do qual participaram dezessete empresas.

**A Fundação comprovou através de Carta dirigida à CPMI, que o valor de R\$ 13 milhões da ACS Algar foi pago durante 43 (quarenta e três) meses entre o período de 01.01.2002 à 31.07.2005, correspondendo a uma média mensal de R\$ 453.000,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil reais).**

Quanto ao contrato com a Montserrat Turismo, em 15 de março de 2002, o Sr. Josemar Pereira dos Santos afirmou que o pagamento à contratada era realizado "*mensalmente, de acordo com o uso, com a entrega dos bilhetes*". Informou ainda que houve um erro na transcrição das datas encaminhadas, reforçando que o pagamento não foi realizado em uma única vez.

#### **9.4.1.4.2 Dos Envolvidos**

Verificando todo o processo de investimentos e contratos da Geap não há como concluir pela responsabilidade dos envolvidos nos procedimentos.

Não se pode deixar de mencionar a importância da atitude tomada pela diretoria da Geap de apurar os números demonstrados pela Sub-relatoria, e apresentar um relatório sobre as operações realizadas. Tal procedimento revelou o total interesse da Geap em adotar medidas de controle com o intuito de preservar os recursos dos segurados.

#### **9.4.1.4.3 Considerações finais**

O quadro a seguir demonstra o desempenho da Geap no período de 2000 a 2004:



em R\$ mil	2000	2001	2002	2003	2004					
<b>Programa de Investimentos</b>										
Renda Fixa	274.091	76,1%	384.511	82,1%	466.166	75,9%	632.430	88,7%	738.763	89,1%
Renda Variável	85.010	23,9%	77.844	16,8%	126.708	24,0%	75.181	11,7%	95.886	10,0%
Investimentos Imobiliários	158	0,0%	171	0,0%	128	0,0%	126	0,0%	139	0,0%
Operações com Participantes	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Outros realizáveis	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
	<u>359.159</u>	<u>100,0%</u>	<u>462.326</u>	<u>100,0%</u>	<u>526.942</u>	<u>100,0%</u>	<u>727.636</u>	<u>100,0%</u>	<u>834.786</u>	<u>100,0%</u>
<b>Resultado</b>										
Renda Fixa	27.239	126,7%	48.125	114,2%	75.448	105,2%	109.367	66,5%	110.879	81,1%
Renda Variável	(6.078)	28,7%	(3.044)	14,1%	(3.212)	5,2%	35.178	13,9%	22.496	16,0%
Investimentos Imobiliários	(3)	0,0%	(27)	0,1%	(1)	0,0%	(2)	0,0%	10	0,0%
Operações com Participantes	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Outros realizáveis	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
	<u>21.178</u>	<u>100,0%</u>	<u>42.154</u>	<u>100,0%</u>	<u>71.734</u>	<u>100,0%</u>	<u>164.337</u>	<u>100,0%</u>	<u>133.384</u>	<u>100,0%</u>
<b>Resultado do Exercício</b>	9.680,0		43.300,0		-1.269,0		181.359,0		27.431,0	
<b>Superávit (déficit) técnico</b>	9.680,0		53.160,0		51.871,0		153.236,0		190.561,0	

Tendo em vista a inexistência de dados relativos ao ano de 2005, o quadro acima mostra - na parte superior (programa de investimento) - os saldos, ao final do ano, das diversas carteiras do fundo de pensão, apenas durante o período de 2000 a 2004. Já a parte inferior (resultado) aporta os fluxos de rendimentos decorrentes das aplicações, em cada carteira.

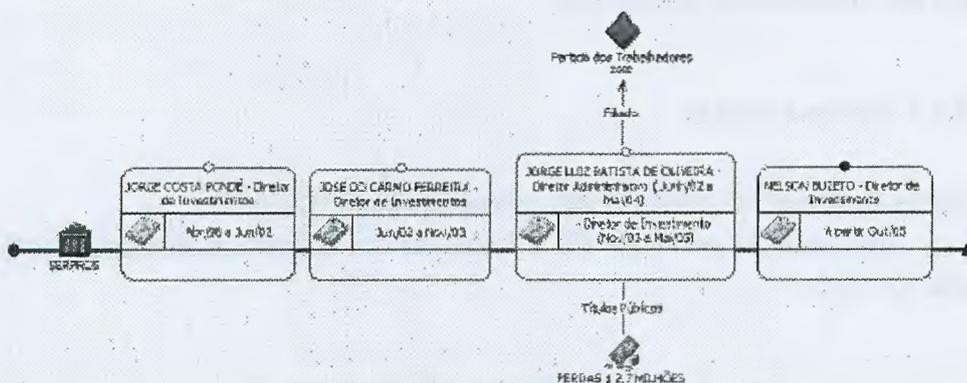
O resultado do exercício decorreu da diferença entre receitas e despesas, inclusive benefícios. O superávit técnico, por sua vez, foi resultante da acumulação, até o ano anterior, daquele resultado, ou seja, o superávit técnico, em 2000, foi de R\$ 9,6 milhões. Quando este valor foi acrescido ao resultado do exercício de 2001, de R\$ 43,5 milhões, o superávit técnico passou para a posição de R\$ 53,1 milhões. A partir daí, o resultado do exercício tornou-se progressivamente positivo, com pequena oscilação em 2002, perpetuando, nessa situação, o resultado positivo até 2004, fechando neste ano com superávit de R\$ 190 milhões.

#### 9.4.1.5. Serpros

O Serpros é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de sociedade civil, instituída pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), em 1977.

É objetivo do Serpros instituir e executar planos de benefícios previdenciários para os participantes empregados de suas patrocinadoras. A partir de 1998, o Serpros se tornou uma entidade multipatrocinada. Atualmente, possui duas patrocinadoras, o Serpro e o próprio Serpros.

### DIRIGENTES DA SERPROS



O Serpros, assim como os demais fundos de pensão analisados pela Sub-relatoria, apresentou diversas alterações na composição de sua diretoria, especialmente verificadas nos últimos anos. Ocuparam os cargos de Diretor de Investimento do Serpros os Srs. Jorge Costa Pondé (de 1996 a 2002), José do Carmo Ferreira (de junho de 2002 a novembro de 2003), Jorge Luís Batista de Oliveira (de novembro de 2003 a maio de 2005) e o Sr. Nelson Buzeto (maio de 2005 até a presente data).

A Sub-relatoria convocou o Sr. Jorge Luís Batista de Oliveira para esclarecer o desempenho da entidade de previdência em operações financeiras com indícios de irregularidades.

O depoente informou que serviu no Serpro por mais de vinte anos, até ser eleito pelos participantes para o cargo de diretor administrativo. Com o início de um novo governo, foi convidado pela patrocinadora (Serpro) para ocupar o cargo de diretor de investimento. O Sr. Jorge Luís Batista de Oliveira declarou que é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), reconhecendo que contou com o apoio político desta agremiação para exercer a função de diretor de investimento. Sobre a ocupação político-partidária dos cargos de confiança do Serpros, vale registrar que o diretor de benefícios, o Sr. Luiz Roberto Santos, também fora indicado pelo PT e que o então Presidente do referido fundo de pensão, o Sr. Ronaldo Rodrigues dos Santos, foi indicado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Percebe-se que os principais cargos do Serpros foram literalmente loteados para atender a interesses políticos. Houve uma divisão de poder entre o PT e o PMDB. O próprio afastamento do Sr. Jorge Batista confirma esta tese, porque, segundo seu depoimento, o governo precisou da

diretoria de investimento da entidade para atender a mais uma indicação do PMDB. Com isso, o PT ficaria com dois diretores e o PMDB, outros dois.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
Fls: <u>4292</u>
125
Doc:

### 9.4.1.5.1 Das Transações Irregulares

#### 9.4.1.5.1.1 Títulos Públicos

O Serpros apresentou perdas em operações com títulos públicos, totalizando cerca de R\$ 3 milhões em valores nominais, conforme a tabela a seguir:

RESUMO DAS PERDAS COM TÍTULOS PÚBLICOS							
EPPC	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
Serpros	-	-	-	-	2.743.068	325.950	3.069.018

As perdas em operações com títulos públicos foram detectadas a partir da análise da cadeia negocial (conjunto de negociações de compra ou venda de um mesmo título público), por meio da qual se verifica que os preços unitários praticados com fundos de pensão apresentaram variações significativas quando comparados com os preços negociados pelos demais agentes de mercado.

Em 2004, foram identificadas perdas de R\$ 2,7 milhões em operações com títulos públicos conforme a tabela a seguir:

Data	Mensuração	Título	Operação do investidor	Operação do corretor	Quantidade negociada	PU Negociado	Valor Negociado	Resultado EPPC		
								Compra	Venda	Total
5/7/2004	14/02/01	NTN-D BCC SA 2 4/01/02		QUANTIA DTVM LTDA CRUZEIRO	13000	5.450,70	18.861.559			
5/7/2004	14/02/01	NTN-D QUANTIA DTVM LTDA CRUZEIRO		BANVAL COTVM LTDA INDUSAL	13000	5.523,81	18.830.377			
5/7/2004	14/02/01	NTN-D BANVAL COTVM LTDA INDUSAL		PLANNER CV 2 ASANTANDER	13000	5.504,84	18.822.552			
3/7/2004	14/02/01	NTN-C PLANNER CV 2 ASANTANDER		BB CLIMFO X F.F.BS ADM ATIVOS DTVMIB	13000	5.507,82	18.851.222	339.963		339.963
7/7/2004	14/02/01	NTN-B SOLIDEZ COTVM LTDA SANTANDER		TURFA SA DTVM CRUZEIRO	987	5.694,62	5.615.714			
7/7/2004	14/02/01	NTN-D TURFA SA DTVM CRUZEIRO		BANVAL COTVM LTDA INDUSAL	987	5.526,65	5.500.547			
7/7/2004	14/02/01	NTN-D BANVAL COTVM LTDA INDUSAL		PLANNER CV 2 ASANTANDER	987	5.526,54	5.500.177			
7/7/2004	14/02/01	NTN-C PLANNER CV 2 ASANTANDER		ADONCA S/A PRECOTECIT	987	5.529,43	5.500.510	72.696		72.696
7/7/2004	14/02/01	NTN-D SOLIDEZ COTVM LTDA SANTANDER		TURFA SA DTVM CRUZEIRO	3331	5.654,62	5.563.193			
7/7/2004	14/02/01	NTN-D TURFA SA DTVM CRUZEIRO		BANVAL COTVM LTDA INDUSAL	3331	5.526,65	5.503.196			
7/7/2004	14/02/01	NTN-D BANVAL COTVM LTDA INDUSAL		PLANNER CV 2 ASANTANDER	3331	5.526,54	5.501.695			
7/7/2004	14/02/01	NTN-C PLANNER CV 2 ASANTANDER		BB CLIMFO X F.F.BS ADM ATIVOS DTVMIB	3331	5.526,44	5.510.346	441.053		441.053
7/7/2004	14/02/01	NTN-B SOLIDEZ COTVM LTDA SANTANDER		TURFA SA DTVM CRUZEIRO	2122	5.654,62	5.505.231			
7/7/2004	14/02/01	NTN-D TURFA SA DTVM CRUZEIRO		BANVAL COTVM LTDA INDUSAL	2122	5.526,65	5.546.799			
7/7/2004	14/02/01	NTN-D BANVAL COTVM LTDA INDUSAL		PLANNER CV 2 ASANTANDER	2122	5.526,54	5.554.673			
7/7/2004	14/02/01	NTN-C PLANNER CV 2 ASANTANDER		HSBC CREDIT FIF BSC HSB	2122	5.529,43	5.563.599	458.947		458.947
6/7/2004	14/02/01	NTN-D QUANTIA DTVM LTDA CRUZEIRO		QUANTIA DTVM LTDA CRUZEIRO	10000	5.452,76	18.837.523			
6/7/2004	14/02/01	NTN-D QUANTIA DTVM LTDA CRUZEIRO		BANVAL COTVM LTDA INDUSAL	10000	5.507,81	15.279.339			
6/7/2004	14/02/01	NTN-D BANVAL COTVM LTDA INDUSAL		PLANNER CV 2 ASANTANDER	10000	5.509,20	15.289.910			
6/7/2004	14/02/01	NTN-C PLANNER CV 2 ASANTANDER		HSBC CREDIT FIF BSC HSB	10000	5.530,71	15.287.331	763.609		763.609
							Total 2004	2.743.068	325.950	3.069.018

Por exemplo, nota-se no quadro acima que, no dia 8 de julho de 2004, o Serpros, por meio de seu fundo exclusivo HSBC Credit FIF, adquiriu títulos a preços superiores em 6% ao preço inicial negociado, ou seja, a Quantia DTVM adquiriu um lote de 10.000 NTN-Cs com

vencimento em 1º de abril de 2021, ao preço unitário de R\$ 1.453,75, repassou para a corretora Banval ao preço unitário de 1.527,83, que, em seguida, transferiu para a corretora Planner ao preço unitário de R\$ 1.529,28 e que, finalmente, repassou os papéis ao fundo exclusivo do Serpros pelo preço unitário de R\$ 1.530,73, proporcionando diferença no montante investido de R\$ 769.809,00 relativamente ao início da cadeia (Quantia DTVM).

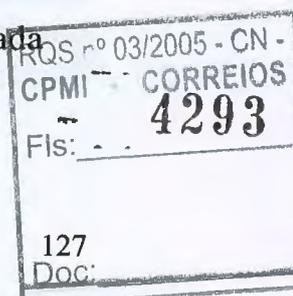
Oportuno ressaltar que as perdas no mercado de títulos públicos foram verificadas durante a gestão do Sr. Jorge Luiz, em 2004. Neste período, duas corretoras e uma distribuidora, Bônus Banval, Planner e Quantia, apareceram em todas as cadeias negociais que ocasionaram as perdas. Ressalte-se que o período do negócio é julho de 2004, e são apenas três dias (5, 7 e 8 de julho).

As perdas em operações com títulos públicos, em 2005, somaram R\$ 326 mil em valores nominais e foram compostas das seguintes transações:

R\$ MIL											
1762285	1952215	NTN-B	BCC BRADESCO SA	NOMINAL DTVM LTDABON	5500	1.250,25	6.326.446				
1762285	1952215	NTN-B	NOMINAL DTVM LTDABON	TURFA D A DTVM CRUZEIRO	3200	1.250,48	8.527.137				
1762285	1952215	NTN-B	TURFA D A DTVM CRUZEIRO	WALPAREZ S A DTVM CRUZEIRO DO SUL	5318	1.286,53	8.977.468				
1762285	1952215	NTN-B	WALPAREZ S A DTVM CRUZEIRO DO SUL	BONC CREDIT FIFINBOCHIBO	5318	1.286,53	7.519.420	162.975	162.975		
1762285	1952215	NTN-B	BCC BRADESCO SA	NOMINAL DTVM LTDABON	5500	1.250,25	6.326.446				
1762285	1952215	NTN-B	NOMINAL DTVM LTDABON	TURFA D A DTVM CRUZEIRO	3200	1.250,48	8.527.137				
1762285	1952215	NTN-B	TURFA D A DTVM CRUZEIRO	WALPAREZ S A DTVM CRUZEIRO DO SUL	5318	1.286,53	8.977.468				
1762285	1952215	NTN-B	WALPAREZ S A DTVM CRUZEIRO DO SUL	BONC CREDIT FIFINBOCHIBO	5318	1.286,53	7.519.420	162.975	162.975		
								Total: 2005	326.000	0	326.000

Quando questionado sobre as operações com títulos públicos, o Sr. Jorge Luiz afirmou que, em 2004, a diretoria havia escolhido o comportamento da taxa de juros (Selic) e da inflação como variáveis para traçar a nova política de investimentos. Disse, ainda, que, pelas perspectivas do cenário econômico, o mercado apontava para elevação dos juros e da inflação.

O Sr. Jorge Luiz indicou que tais projeções preocuparam a diretoria da entidade, pois o passivo atuarial do Serpros estava totalmente vinculado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Desse modo, como o perfil da carteira de investimentos não permitia a adequação com esse passivo, a direção do Serpros decidiu migrar os investimentos, realizando vendas de LFTs e compras de NTN-C, com vencimentos em 2021 e 2031. O Sr. Jorge Luiz confirmou que a compra havia sido realizada no mercado secundário, junto às corretoras que possuíam esse papel à época.



Segundo o depoente, constatou-se que os preços praticados estavam próximos da média, ou seja, dentro dos parâmetros do mercado. A constatação, de acordo com ele, foi a de que não houve perdas.

Tudo leva a crer que a manifestação do Sr. Jorge Luiz foi, no mínimo inconsistente, pois se o Serpros possuía LFTs (títulos indexados à taxa Selic) em sua carteira, por que decidiu, então, vendê-los, uma vez que a projeção de ganhos era favorável em vista da perspectiva de elevação da taxa de juros? Além disso, por que comprar NTN-Cs, cujo indexador é o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), se o indexador do passivo atuarial era o INPC?

Ressalte-se o fato de que a atual presidência contratou uma auditoria com o intuito de verificar as contas, bem como os investimentos do Serpros. Segundo o Sr. Jorge Luís, os resultados foram satisfatórios.

O proprietário da corretora Planner CV, Sr. Carlos Arnaldo Borges de Souza, em entrevista à revista *IstoÉ Dinheiro*, declarou que seus ganhos foram de apenas R\$ 71 mil com as operações acima expostas.

Afirmou, também, que somente o próprio fundo de pensão tem responsabilidade pelas aplicações, porque era a entidade de previdência quem dava as ordens de compra e venda. Percebe-se, então, em sua defesa, que a corretora Planner procurou transferir para o Serpros toda a responsabilidade pela perda dos R\$ 2,7 milhões.

Quando questionado sobre essas declarações, o Sr. Jorge Luiz informou que as operações obedeciam a uma lógica de longo prazo, com vistas a atingir a meta atuarial. Por conta de administrar um elevado patrimônio, não tinha como avaliar uma situação específica, indicando, o depoente, que poderia perder ou ganhar nas diversas negociações, sem que isso afetasse o desempenho global dos investimentos.

#### **9.4.1.5.1.2 Derivativos (BM&F)**

O Serpros apresentou ajustes negativos nas operações de futuros junto à BM&F no montante de R\$ 2,5 milhões, contra R\$ 416 mil de ajustes positivos. O resultado demonstra que os ajustes negativos líquidos superaram a casa dos R\$ 2 milhões e representaram uma ineficiência em 70% das operações realizadas. Tais operações se concentraram entre abril de 2000 e junho de 2002. A partir de então, o Serpros não mais operou no mercado futuro.

	Ajustes								
	Negativo				Positivo				
	Quantidade	Valores	Quantidades	Valores	Quantidade	Valores	Quantidades	Valores	
Mercado	273.284	1.163.996.236	51%	53%	263.135	1.044.372.696	49%	47%	
EPPCs	67.649	259.996.461	57%	61%	51.950	189.837.533	43%	39%	
<b>SERPROS</b>									
Serpros através de:									
<b>Código</b>									
<b>Corretora</b>									
14	CRUZEIRO DO SUL CCVM	167	1.434.070	85%	94%	29	98.320	15%	6%
150	PROSPER S/A CVC	223	1.022.130	66%	80%	117	253.595	34%	20%
Sub-total		390	2.456.190	73%	88%	146	352.515	27%	12%
Outras Corretoras (Total de 4)		17	31.941	39%	34%	27	63.182	61%	66%
Serpros Total (Total de 8)		407	2.518.131	70%	56%	173	415.697	30%	14%

Com base no quadro apresentado, verifica-se a concentração de investimentos, e principalmente de ajustes negativos, com as corretoras Cruzeiro do Sul (ajustes negativos em 85% das operações realizadas) e Prosper CV (ajustes negativos em 66% das operações realizadas).

#### 9.4.1.5.1.3 Operações com BMG e Rural

Com base no quadro a seguir, observa-se que o Serpros também foi um dos fundos de pensão que investiu nos bancos BMG e Rural, no período analisado pela CPMI.

BCO BMG S/A EPPC	2000	2001	2002	2003	2004	2005
EPPC SERPROS	-	-	17.396.000	5.000.000	18.800.000	-

BCO RURAL S/A EPPC	2000	2001	2002	2003	2004	2005
EPPC SERPROS	-	-	7.200.000	-	23.000.000	-

#### Questionado

pela Sub-relatoria sobre essas aplicações, que claramente privilegiaram essas instituições financeiras, o Sr. Jorge Luiz afirmou que se tratou de uma decisão estratégica da diretoria, com o objetivo de redirecionar recursos de renda variável para renda fixa.

RQS nº 03/2005 -  
CPMI - CORRE  
Els: 4294  
Doc:

#### 9.4.1.5.2 Dos Envolvidos

##### 9.4.1.5.2.1 Da Gestão do Sr. Jorge Luís Batista de Oliveira

A Sub-relatoria novamente constatou o sério problema da nomeação de pessoas não qualificadas ou que não tinham histórico profissional ligado às funções que deveriam exercer. Ficou evidente no depoimento do Sr. Jorge Luiz, a sua pouca familiaridade para explicar as variações ocorridas nas transações com títulos públicos, as políticas e as estratégias de investimentos.

Causou surpresa o tamanho descompromisso demonstrado durante a gestão do Sr. Jorge Luís Batista de Oliveira à frente da diretoria de investimentos, especialmente em relação às operações investigadas. A atitude desse diretor deixou sérios indícios de conivência ou gestão temerária.

Nessa esteira, há fortes evidências de que as corretoras Bônus Banval e Planner e a distribuidora Quantia atuaram conjuntamente em detrimento do Serpros.

##### 9.4.1.5.3 Considerações finais

O quadro a seguir demonstra o desempenho do Serpros durante o período sob análise desta CPMI:

em R\$ mil	2000		2001		2002		2003		2004	
<b>Programa de Investimentos:</b>										
Renda Fixa	259.616	31,5%	254.662	31,5%	282.269	37,4%	566.996	60,3%	733.491	53,4%
Renda Variável	148.589	47,8%	323.257	42,3%	362.811	34,9%	369.658	38,0%	384.286	29,0%
Investimentos Imobiliários	130.010	17,8%	141.466	18,7%	152.765	20,2%	151.224	16,3%	151.524	11,4%
Operações com Participantes	20.397	2,8%	23.332	3,1%	37.746	5,0%	52.491	5,6%	55.851	4,2%
Outros realizáveis	-	0,0%	17.126	2,2%	19.783	2,6%	157	0,0%	872	0,0%
	<b>728.612</b>	<b>100,0%</b>	<b>799.797</b>	<b>100,0%</b>	<b>755.384</b>	<b>100,0%</b>	<b>929.526</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.324.924</b>	<b>100,0%</b>
<b>Resultado:</b>										
Renda Fixa	21.824	69,7%	(20.549)	138,5%	43.337	96,4%	75.945	43,7%	112.832	31,6%
Renda Variável	1.710	3,5%	22.983	152,3%	(21.854)	43,8%	302.241	56,8%	219.347	51,9%
Investimentos Imobiliários	5.823	18,8%	8.161	54,0%	16.263	34,1%	7.296	4,2%	13.817	3,3%
Operações com Participantes	2.549	8,7%	3.157	22,6%	3.939	12,3%	11.162	6,4%	16.418	2,9%
Outros realizáveis	-	0,0%	1.288	8,7%	3.256	7,3%	(22.818)	13,1%	-	0,0%
	<b>31.296</b>	<b>100,0%</b>	<b>14.842</b>	<b>100,0%</b>	<b>47.681</b>	<b>100,0%</b>	<b>173.744</b>	<b>100,0%</b>	<b>354.414</b>	<b>100,0%</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	27.810		(21.467)		(115.158)		(29.835)		103.526	
<b>Superávit (déficit) técnico</b>	34.733		(36.799)		(123.899)		(183.754)		(75.838)	

O exame do desempenho histórico do fundo de pensão

demonstra a existência de prejuízos com operações de renda fixa no ano de 2001 e com renda variável em 2002, além da existência de sucessivos déficits técnicos ao longo do tempo. Nesse sentido, a parte inferior da tabela dedicada aos resultados traduz, em 2001, perdas em aplicações de renda fixa de R\$ 20,5 milhões e, em 2002, perdas em aplicações de renda variável de R\$ 21,9 milhões.

Houve fortes interferências sobre a administração do Serpros, especialmente no que concerne às nomeações de caráter político-partidário, tal como foi verificado pela disputa de poder entre o PT e o PMDB, prejudicando a administração do fundo do ponto de vista técnico. Nesse sentido, deve-se destacar a ausência de seriedade e de compromisso no acompanhamento das operações financeiras por parte da diretoria de investimentos. Segundo o que foi apurado, não houve a necessária preocupação com o resultados das operações realizadas pelo Serpros, em face do caráter extremamente insatisfatório de sua atuação na identificação das variações de preços dos títulos cujas transações, em vários casos, demonstraram ser totalmente favoráveis a determinadas corretoras e distribuidoras.

Como observado em outros fundos de pensão, o dirigente do Serpros ouvido pela CPMI considerou relevante tão-somente os resultados globais da entidade, ou seja, a elevação mensal e anual do patrimônio do Serpros, vangloriando-se em afirmar que sua administração dos investimentos havia sido a de maior sucesso. Entretanto, tal argumentação somente coloca em relevo o fato de que, por trás de resultados agregados positivos, uma série de irregularidades e desvios ocorreram de maneira sistemática, como foi observado pela Sub-relatoria.

Se sucesso significar tão-somente os resultados globais da entidade, percebe-se que houve melhoras. Mas, quando observado o detalhamento das operações, ficaram constatados problemas na aplicação dos recursos dos participantes e assistidos.

A Sub-relatoria reitera com veemência a necessidade do acompanhamento minucioso das operações, dos preços cobrados, os procedimentos de avaliação dos gestores e das corretoras, bem como o embasamento técnico que fundamenta as estratégias de mercado adotadas. Uma estrutura bem organizada de controles internos e de *compliance* poderiam contribuir sobremaneira para evitar as perdas detectadas.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
Fls: <u>4295</u>
Doc:

#### 9.4.1.6. Portus

O Portus - Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída sob forma de sociedade civil, instituída, em 1979, pela Portobras - Empresa de Portos do Brasil S/A (extinta em 1990 por ato federal).

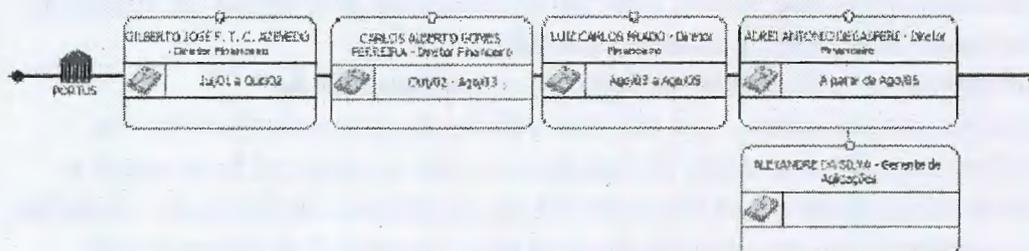
É objetivo do Portus complementar os benefícios a que têm direito seus participantes.

Atualmente, são patrocinadoras do Portus:

- Portus - Instituto de Seguridade Social
- SPI - Superintendência do Porto de Itajaí
- SNPH - Sociedade de Navegação Portos e Hidrovias do
- Estado do Amazonas
- CODERN - Companhia Docas do Rio Grande do Norte
- CDP - Companhia Docas do Pará
- CODEBA - Companhia Docas do Estado da Bahia
- CDRJ - Companhia Docas do Rio de Janeiro
- CDC - Companhia Docas do Ceará
- DOCAS - PB - Companhia Docas do Estado da Paraíba
- APR - Administração do Porto de Recife S/A
- CODOMAR - Companhia Docas do Maranhão
- CODESP - Companhia Docas do Estado de São Paulo
- CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo

Em 31 de dezembro de 2004, os ativos totais do Portus correspondiam a 0,17% do total investido por fundos de pensão patrocinados por empresas públicas no mercado financeiro e de capitais.

#### DIRIGENTES DO PORTUS



No curso das investigações, foram constatados indícios de irregularidades em transações financeiras realizadas pelo Portus, tanto em carteira própria como em fundos exclusivos, nos diversos mercados. Com o objetivo de esclarecê-las, foi convocado o Sr. Adrei Antônio Degasperi,

Diretor Financeiro da instituição.

Indagado acerca de sua nomeação, o Sr. Adrei Antônio

Degasperi informou que, a partir de agosto de 2005, assumiu a diretoria financeira. Antes disso, no final de 2002, foi diretor administrativo e, no final de 2003, passou a ser diretor da área de seguridade, onde permaneceu até agosto de 2005. Esclareceu, ainda, que seu antecessor na diretoria

financeira, o Sr. Luiz Carlos Prado, foi destituído assim como os demais membros da diretoria, à exceção do depoente.

Depreende-se do depoimento a alta rotatividade nos cargos diretivos do Portus. Entretanto, quanto à possibilidade de influência política em tais mudanças, o Sr. Adrei Antônio Degasperi declarou desconhecer-la. O Sr. Adrei Antônio Degasperi relatou, ainda, a grave dificuldade financeira que atravessa o Portus em razão de dívidas das patrocinadoras, que já somam R\$ 1,1 bilhão. A seu ver, caso esta situação não seja revista pelo executivo federal, por meio dos órgãos competentes, em um curto espaço de tempo este fundo de pensão não terá como honrar o pagamento dos benefícios de seus segurados.

#### 9.4.1.6.1 Das Transações Irregulares

##### 9.4.1.6.1.1 Títulos Públicos

O Portus apresentou perdas em operações com títulos públicos, totalizando R\$ 679,6 mil em valores nominais, conforme demonstra a tabela a seguir:

RESUMO DOS PREJUÍZOS COM OPERAÇÕES REALIZADAS COM TÍTULOS PÚBLICOS							
EPPC	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
Portus	-	-	-	-	679.604	-	679.604

As perdas foram detectadas a partir da análise da cadeia comercial em operações de compra e venda de papéis, em que os preços unitários praticados com fundos de pensão apresentaram variações significativas quando comparados com os preços negociados pelos demais agentes de mercado.

Cabe especificar que os valores de perdas apuradas, conforme o quadro acima, foram obtidos a partir dos dados agregados das operações

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 4296
Doc:
133

de compra e venda de títulos públicos realizadas em carteira própria e fundos exclusivos. Em outros termos, as perdas detectadas nas operações de venda, bem como aquelas decorrentes das operações de compra, foram somadas para a obtenção do resultado final.

Em 2004, foram identificadas perdas de R\$ 679.604,00 em operações com títulos públicos. É o que se depreende das operações envolvendo o fundo exclusivo do Portus, o Portus INST DE SEG SOC EFP, conforme se verifica no quadro a seguir:

Data	Vencimento Título	Descrição do vendedor	Descrição do comprador	Qtde papeis	PU Negociado	Valor Negociado	Resultado EPPC		
							Compra	Venda	Total
<b>2.004</b>									
8/11/2004	15/8/2024	BCO PACTUAL S A	AGENDA CCVM LTDA/BCN	2300	1.122,62	2.582.025			
8/11/2004	15/8/2024	AGENDA CCVM LTDA/BCN	PORTUS INST DE SEG SOC EFP/HSEB	2300	1.190,98	2.739.255	157.240		157.240
9/11/2004	15/8/2024	BCO PACTUAL S A	AGENDA CCVM LTDA/BCN	1535	1.123,23	1.724.152			
9/11/2004	15/8/2024	AGENDA CCVM LTDA/BCN	PORTUS INST DE SEG SOC EFP/HSEB	1535	1.191,61	1.829.119	104.957		104.957
10/11/2004	15/8/2024	BCO PACTUAL S A	AGENDA CCVM LTDA/BCN	1030	1.123,95	1.224.332			
10/11/2004	15/8/2024	AGENDA CCVM LTDA/BCN	PORTUS INST DE SEG SOC EFP/HSEB	1030	1.192,23	1.299.534	74.542		74.542
26/11/2004	15/8/2024	BCO PACTUAL S A	AGENDA CCVM LTDA/BCN	5000	1.131,71	5.658.526			
26/11/2004	15/8/2024	AGENDA CCVM LTDA/BCN	PORTUS INST DE SEG SOC EFP/HSEB	5000	1.200,28	6.001.391	342.865		342.865
<b>Total 2004</b>							<b>679.604</b>	<b>-</b>	<b>679.604</b>
<b>Total geral</b>							<b>679.604</b>	<b>-</b>	<b>679.604</b>

A título de exemplo, a tabela acima acusou que no dia 26 de novembro de 2004 o Portus adquiriu da Agenda CCVM Ltda. lote de 5.000 NTN-C, com vencimento para o ano de 2024, ao preço unitário de R\$ 1.200,28. Anteriormente, a corretora Agenda havia adquirido o mesmo lote, ao preço unitário de R\$ 1.131,71, do Banco Pactual. Nominalmente, essa única transação ocasionou uma perda de R\$ 342.865,00 em desfavor do Portus.

Observou-se que todas as operações de que o Portus participou tiveram a corretora Agenda como a intermediadora. Vale mencionar que este relacionamento é alvo de processo investigativo instaurado em 1º de agosto de 2005, pelo Banco Central do Brasil, sob o processo nº 501305260.

#### 9.4.1.6.1.2 CVS

Indagado acerca de denúncia publicada pelo jornal *Correio Braziliense* de que o Portus teria sofrido uma perda de R\$ 6,5 milhões com a aquisição de CVS, o Sr. Alex da Silva, gerente de aplicações, informou

que as transações ocorreram com a troca de ações da Energisa que estavam em carteira, desde 1997, com o objetivo de conferir liquidez para o Portus.

#### **9.4.1.6.1.3 Operações com CDBs / RDBs e Cotas de Fundos Banco BMG e Banco Rural**

Observou-se que o Portus, apesar da sua frágil situação financeira, investiu, no ano de 2004, cerca de R\$ 1 milhão em operações de CDBs do Banco Rural.

Vale lembrar que, nesse mesmo ano, a Sub-relatoria detectou uma concentração de investimentos de várias entidades nessa instituição financeira.

#### **9.4.1.6.1.4 Operações com o Banco Santos**

O Portus não registrou perdas com operações realizadas junto ao Banco Santos. No ano de 2004, comprou CDBs que foram resgatados no vencimento - ocorrido em outubro - e não foram reaplicados por decisão da diretoria financeira à época, conforme relatou o Sr. Adrei Antônio Degasperi.

#### **9.4.1.6.1.5 Investimentos Imobiliários**

No exame dos dados, constatou-se que o Portus apresentou elevados níveis de desenquadramento em relação aos percentuais de investimentos imobiliários.

Questionado, o Sr. Adrei Antônio Degasperi informou que a concentração em investimentos imobiliários remonta à data anterior à atual legislação que fixa percentual para esse tipo de investimento. Mesmo em desacordo com a norma, o Diretor Financeiro declarou que considera preferível descumpri-la a se desfazer dos imóveis por preço irrisório. Além do desenquadramento, o Portus, historicamente, apresentou inúmeros problemas em alguns investimentos imobiliários, como, por exemplo:

- *Shoppings centers* de Mogi das Cruzes, Taubaté e Blumenau;
- Participação em Terminais Portuários (São Francisco do Sul).

Esta CPMI obteve informações de que o investimento no *shopping center* de Blumenau foi desfeito e que o Portus vem recebendo

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4297
Doc:
135

como pagamento, mensalmente, o mesmo valor que auferia a título de dividendos quando era proprietário do imóvel. Tais informações, no entanto, não puderam ser comprovadas.

#### **9.4.1.6.2 3.6.2. Dos envolvidos**

Quanto às perdas em investimentos imobiliários verificadas no período de análise desta CPMI, deve-se ter claro que ocorreram durante a gestão do Sr. Luís Carlos Prado.

No que toca às transações com CVS que teriam causado uma perda para o Portus de R\$ 6,5 milhões, é de se destacar que a atual diretoria, na pessoa de seu gerente de aplicações, Sr. Alexandre da Silva, atribuiu ao ex-diretor financeiro, Sr. Luís Carlos Prado, a responsabilidade pelas negociações com CVS.

Segundo o Sr. Alexandre da Silva, as supostas transações que teriam causado uma perda de R\$ 6,5 milhões ao Portus ocorreram com a troca de ações da Energisa por títulos CVS, registrados ao valor par (sem deságio). Afirmou, ainda, o gerente, que os papéis da Energisa estavam em carteira, desde 1997, sendo que não tinham liquidez ou, sequer, negociação em Bolsa.

O aparente objetivo dessa operação foi o de conferir maior liquidez à carteira de investimentos da entidade, benefício este que custou ao Portus R\$ 6,5 milhões, referentes à diferença de preços de mercado dos CVS e aqueles pelos quais o título foi adquirido (sem deságio praticado pelo mercado).

Vale mencionar que informações publicadas na imprensa nacional dão conta de que tal operação teria sido estruturada com o auxílio do Sr. Marcelo Sereno - ex-Chefe de Gabinete da Casa Civil e amigo pessoal do ex-diretor financeiro do Portus, Sr. Luís Carlos Prado - com o objetivo de financiar campanhas do Partido dos Trabalhadores - PT. Pelos dados coletados por esta CPMI, bem como pelos depoimentos prestados, não foi possível, comprovar tais fatos, nem mesmo a eventual ligação entre o Sr. Luís Carlos Prado e o Sr. Marcelo Borges Sereno.

É de se destacar, mais uma vez, a presença da distribuidora Euro nas transações irregulares com CVS de que participou o Portus, auferindo a distribuidora ganhos elevadíssimos, que corroboram os indícios de que gozava de algum tipo de influência sobre operações realizadas com

alguns fundos de pensão.

#### 9.4.1.6.3 Considerações finais

em R\$ mil	2000	2001	2002	2003	2004					
<b>Programa de Investimentos</b>										
Renda Fixa	247.908	47,1%	189.992	41,8%	83.272	26,1%	70.177	21,7%	96.035	28,2%
Renda Variável	152.023	28,2%	139.093	30,3%	108.211	33,0%	122.194	36,7%	106.820	32,2%
Investimentos Imobiliários	(13.130)	2,3%	116.290	25,3%	(08.645)	2,6%	107.892	33,4%	98.874	29,9%
Operações com Participantes	13.614	2,6%	12.893	3,0%	14.399	4,5%	16.796	5,2%	18.289	6,0%
Outros realizáveis		0,0%		0,0%	4.564	1,4%	5.216	1,6%	959	0,3%
	526.873	100,0%	408.195	100,0%	315.641	100,0%	322.475	100,0%	358.585	100,0%
<b>Resultado</b>										
Renda Fixa	33.496	277,9%	(6.629)	41,1%	(23.089)	102,4%	22.021	26,5%	7.426	13,7%
Renda Variável	(2.355)	19,5%	(22.895)	138,4%	(1.124)	9,4%	25.633	42,9%	44.947	76,9%
Investimentos Imobiliários	(43.046)	356,8%	5.893	39,8%	(838)	7,7%	17.148	29,7%	915	1,6%
Operações com Participantes	(198)	1,3%	1.091	18,7%	3.497	15,3%	4.516	5,4%	4.455	7,8%
Outros realizáveis		0,0%		0,0%		0,0%	3.700	4,3%	423	0,8%
	(12.095)	100,0%	(16.540)	100,0%	(23.545)	100,0%	83.017	100,0%	57.276	100,0%
<b>Resultado do Exercício</b>										
Superávit (déficit) técnico	(46.254)		(182.568)		(254.678)		(288.856)		(282.413)	

Tendo em vista a inexistência de dados relativos ao ano de 2005, o quadro acima mostra - na parte superior (programa de investimento) - os saldos, no final do ano, das diversas carteiras do fundo de pensão, apenas durante o período de 2000 a 2004. Já a parte inferior (resultado) aporta os fluxos de rendimentos decorrentes das aplicações, em cada carteira.

O resultado do exercício decorreu da diferença entre receitas e despesas, inclusive benefícios. O déficit técnico, em 2000, foi de R\$ 46.254,00. Quando este valor é acrescido ao resultado do exercício negativo, de 2001, de R\$ 182.568,00, o déficit técnico passa para R\$ 228.822,00. O resultado do exercício tornou-se progressivamente negativo, em função do mau desempenho das aplicações financeiras, bem como de um aparente problema crônico de excesso de despesas sobre receitas, evidenciando dificuldades de gestão na área de outras despesas e de benefícios. No entanto, em que pese, no ano de 2003, os retornos das aplicações voltarem à posição positiva, foram incapazes de atenuar o déficit técnico.

Como se verifica, o Portus vem enfrentando sérios problemas financeiros, motivados principalmente por má gestão, bem como pela realização de investimentos incorretos, especialmente imobiliários, conforme já mencionado. São constantes os resultados negativos, além de não cumprimento das metas atuariais ao longo de todo o período da tabela

RQS - nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Nº: 4298
Doc: 37

acima.

Ressalte-se, finalmente, que o Portus figura como um dos fundos que apresentou os piores resultados financeiros. Tal situação foi agravada, também, pelo fato de o governo não ter arcado com as obrigações da extinta Portobrás, ex-patrocinadora do Portus, como ficou evidenciado no depoimento do Sr. Adrei Degasperi. Esses problemas, se não contornados a tempo, poderão ensejar no descumprimento dos compromissos do Portus com seus segurados.

#### **9.4.1.7. REFER**

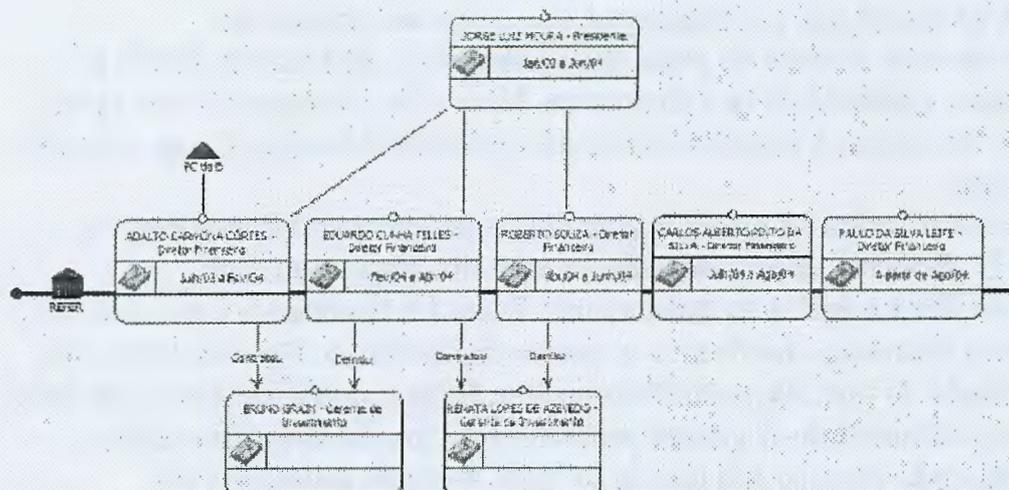
A Refer - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de sociedade civil, instituída pela Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, em 7 de fevereiro de 1979.

A Refer tem por objetivo complementar os proventos de aposentadoria a que têm direito, na qualidade de segurados, os empregados dos patrocinadores, quais sejam, Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, Companhia Brasileira de Trens Metropolitanos - CBTU, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, Companhia Estadual de Transporte e Logística - Central, Companhia Cearense de Trens Metropolitanos - Metrofor, Companhia Metropolitana do Rio de Janeiro - Metrô/RJ, além de seus próprios funcionários.

Em 31 de dezembro de 2004, os ativos totais da Refer eram de, aproximadamente, R\$ 2,7 bilhões, posicionando-a entre os principais fundos de pensão do Brasil.

No período de análise da CPMI, o fundo de pensão da Refer passou por uma série de mudanças na diretoria financeira, conforme a figura abaixo:

## DIRIGENTES DA REFER



Pela desenho acima, pode-se perceber que a marca mais triste da administração da Refer, no período analisado, foi a instabilidade do seu quadro diretivo. Exemplo contundente desta situação foi a troca de quatro diretores financeiros em pouco mais de seis meses. Passaram por essa diretoria, a partir de 2003 os Srs. Adalto Carmona Côrtes, Eduardo Cunha Telles, Roberto Souza, Carlos Alberto Pinto da Silva e Paulo da Silva Leite. Neste mesmo período, ocuparam a presidência os Srs. Jorge Luiz Moura e José Luiz Lopes Teixeira Filho.

Alvo constante de disputas políticas, a Refer vem, de fato, verificando sérios problemas administrativos. Além das mencionadas mudanças na direção financeira, em tão curto espaço de tempo, constatouse que o grande número de patrocinadores vinculados à entidade convivem de forma desarmônica. Ademais, alguns deles não vêm cumprindo suas obrigações, deixando a Refer em uma complicada situação financeira, que, em poucos anos, poderá colocar em risco a segurança dos seus beneficiários.

O clima de desavença alcança, ainda, as relações internas, com várias disputas entre os membros da diretoria executiva, extrapolando esta esfera para comprometer, também, o relacionamento dos diretores com o conselho deliberativo. Vale destacar que, na quase totalidade das vezes, a aprovação dos diretores não se deu de forma consensual, conforme comprovaram os depoimentos tomados pela Sub-relatoria.

O Sr. Eduardo Cunha Telles exerceu a diretoria financeira da entidade de fevereiro a abril de 2004. Declarou que, anteriormente, já ocupava um outro cargo na área financeira da Refer. Informou, ainda, que assumiu a diretoria a convite do anterior ocupante do cargo, Sr. Adalto

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
Fls: <u>4299</u>
Doc: _____
139

Carmona Côrtes, filiado ao PC do B. Negou, entretanto, qualquer ligação com políticos, alegando ser apenas um técnico.

Sobre as razões que determinaram sua saída, asseverou que partiu de uma decisão do conselho deliberativo, ao resolver fundir as diretorias administrativa e financeira. Nem o Sr. Eduardo Cunha Telles nem o Sr. Nilton Vassimon, então diretor administrativo, foram mantidos no cargo.

Quem os sucedeu na recém criada diretoria administrativo-financeira foi o Sr. Roberto Souza, ficando a frente do cargo apenas de abril de 2004 a junho do mesmo ano. Disse ter recebido o convite do Sr. Roberto Marzani, membro do conselho deliberativo. Ressaltou ter sido informado de que, na visão do conselho, tinha o perfil ideal para ajudar a Refer a administrar os graves problemas de sua diretoria financeira. Questionado por que sua passagem pela diretoria financeira foi tão célere, declarou que, o então Ministro da Casa Civil, Sr. José Dirceu, pessoalmente, teria impedido a sua liberação para ocupar o referido cargo, obrigando-o a afastar-se da fundação. Essa informação, frise-se, foi confirmada pelo Sr. Marcelo Sereno em depoimento à Sub-relatoria. Assim, a nova substituição da diretoria financeira se deu com a escolha do Sr. Carlos Alberto Pinto da Silva, que exerceu a diretoria por apenas um mês. Declarou o Sr. Carlos Alberto Pinto da Silva ter sido convidado também pelo Sr. Roberto Marzani, membro do conselho deliberativo. Em que pese sua indicação ter sido aprovada pelo conselho deliberativo, esclareceu que não teve votação unânime entre os integrantes. Sua posse coincidiu com a do novo diretor-presidente, Sr. José Luiz Teixeira, que substituiu o Sr. Jorge Luiz Moura na direção da Refer. O Sr. Carlos Alberto Pinto da Silva deduziu que sua saída deveu-se a um “desbalanceamento” na representatividade dos patrocinadores.

Por fim, o atual diretor financeiro da Refer, Sr. Paulo da Silva Leite, declarou que seu nome foi escolhido pela comissão de liquidação da Refer.

No conturbado período de janeiro de 2003 a junho de 2004, a diretoria da Refer foi alvo de diversas denúncias veiculadas pela imprensa que levantaram suspeição quanto à conduta ética de alguns dos seus dirigentes. Essas denúncias, somadas aos depoimentos colhidos pela Subrelatoria, tornaram imprescindível à continuidade da investigação o comparecimento do Sr. Jorge Luiz Moura, Presidente da Refer à época. Muitos foram os esclarecimentos prestados pelo Sr. Jorge Luiz

Moura. Evidenciou o depoente a grande disputa política envolvendo a nomeação dos cargos diretivos da Refer, tensão essa que acabou por comprometer o desempenho da instituição.

Frisou existirem dois grupos responsáveis pelas indicações na Refer. Um comandado pelo Sr. Marcelo Borges Sereno e outro pelo Deputado Carlos Santana (PT/RJ).

#### 9.4.1.7.1 3.7.1 Das Transações Irregulares

##### 9.4.1.7.1.1 Títulos Públicos

A Refer apresentou perdas em operações com títulos públicos, apenas no ano de 2002, totalizando R\$ 181.271,00 em valores nominais, conforme demonstra a tabela a seguir:

Moeda: R\$	2002	Total
Refer	181.271	181.271

As perdas foram detectadas a partir da análise da cadeia comercial de compra e venda de papéis. Em negociações de um mesmo título público, verificou-se que os preços unitários praticados com fundos de pensão apresentaram variações significativas quando comparados com os negociados pelos demais agentes de mercado.

Essas perdas em operações com títulos públicos, tinham Refer na posição de compradora, conforme se verifica a seguir:

Moeda: R\$		Resumo PPC									
Item	Vencimento	PPC	Descrição do vendedor	PPC	Descrição do comprador	Quantidade	Preço	Valor	Compra	Venda	Total
169002	20/10/04	LFT	ALGAR DTVM LTDA/DTVM		NOMINAL DTVM LETRACION	2300	111,46	256.358			
169002	20/10/04	LFT	EXCENA DTVM LTDA/AMUSO	REFER	FUNDO REDE FERREVIARIA S/RESERVA/REFEREN	2300	125,72	289.106	289.106		289.106
169002	20/10/04	LFT	ADPAR DTVM LTDA/DTVM		TURFA S/A DTVM/DTVM	4200	131,46	552.151			
169002	20/10/04	LFT	TURFA S/A DTVM/DTVM	REFER	FUNDO REDE FERREVIARIA S/RESERVA/REFEREN	4200	134,80	564.084	564.084		564.084
								Total 2002	181.271		181.271

Na cadeia comercial da Refer, destaca-se a operação com a Turfa S/A DTVM - que teve sua razão social alterada posteriormente para Euro DTVM. Cabe mencionar que é freqüente a presença desta distribuidora em diversos tipos de operações irregulares, o que reforça os



indícios de que a mesma gozava de algum tipo de influência sobre operações realizadas com alguns fundos de pensão.

Em um dos casos acima, verifica-se que, no dia 16/08/2002, a Turfa S/A DTVM (atual Euro) adquiriu da Adipar DTVM Ltda. lote de 4.700 títulos com o mesmo vencimento. O preço pago pela Turfa S/A DTVM foi de R\$ 1.331,46 para cada unidade de título. Em seguida, a Turfa S/A DTVM vendeu o mesmo lote por R\$ 1.354,80 a unidade para a Refer. Ao subestimar o valor do título, a Refer deixou de auferir, nessa única transação, R\$ 109.703,00.

#### 9.4.1.7.1.2 Derivativos (BM&F)

O quadro abaixo se refere às operações junto à BM&F. Os ajustes negativos foram de R\$ 2,88 milhões, contra R\$ 70.170,00 de ajustes positivos, ou seja, uma perda líquida de R\$ 2,81 milhões. Em outras palavras, a Refer apresentou ineficiência em 97,61% das operações realizadas (valores nominais), medida como o total dos pagamentos (R\$ 2,88 milhões), em proporção do fluxo de recursos (R\$ 2,88 milhões + R\$ 70.170,00 = R\$ 2,95 milhões).

Moeda: R\$	Ajustes							
	Negativo				Positivo			
	Qtde	Valores	%	%	Qtde	Valores	%	%
Mercado	273.284	1.183.995.236	50,9	53,6	263.135	1.049.372.696	49,1	47,0
EPPCs	67.649	299.986.461	27,0	61,6	51.900	189.537.633	43,0	39,0
Código Corretora								
14 CRUZEIRO DO SUL DTVM	37	125.670	100,0	100,0	-	-	-	-
34 SCHAHN CCVM S/A	99	1.158.570	90,0	94,3	11	69.540	10,0	5,7
63 NOVWEST S/A CVM	173	1.596.645	98,3	100,0	3	630	1,7	0,0
Sub-total	308	2.880.885	95,7	97,6	14	70.170	4,3	2,4
Outras Corretoras	-	-	-	-	-	-	-	-
Refer Total (Total de 3)	308	2.880.885	95,7	97,6	14	70.170	4,3	2,4

Como se observa, foi baixíssima a eficiência da Refer nas operações de BM&F. Analisando as operações das duas corretoras e da única distribuidora com quem operou no período sob análise - o que revela elevada concentração sobre um seleto grupo de agentes de mercado - é possível extrair as conclusões abaixo relatadas.

Quando negociou com a Cruzeiro do Sul DTVM, foram realizadas 37 operações, todas com ajustes negativos para a Refer.

No caso da Schahin CCVM S/A, foram intermediadas para a

Refer 110 operações, sendo que 99 delas resultaram em ajuste negativo. A coluna “valores” indica o pagamento de R\$ 1.158.570,00 e, no seguimento positivo da tabela, o recebimento de irrisórios R\$ 69.540,00, implicando, a perda líquida, nas transações intermediadas por essa Corretora, de R\$ 1.089.030,00 .

De se destacar, também, que, das 175 vezes que operou com a Novinvest S/A CVM, 98,3% das operações atribuíram ajustes negativos para a Refer. Em valores nominais, as perdas foram da ordem de R\$ 1.596.015,00.

Vale ressaltar que a Novinvest S/A CVM, corretora que figura em transações com indícios de irregularidades com outros fundos de pensão, é de propriedade do Sr. José Osvaldo Morales, e tem como Gerente Financeiro o Sr. Ricardo Siqueira Rodrigues. Este último declarou, em depoimento perante esta CPMI, ter como clientes o Sr. Christian de Almeida Rego e a Sra. Rogéria Costa Beber, esposa do Sr. Murillo de Almeida Rego, operador apontado pelo Sr. Jorge Luiz Moura como amigo pessoal do Sr. Bruno Grain de Oliveira Rodrigues. O Sr. Bruno, conforme já esclarecido, foi gerente de investimentos, tendo sido afastado da fundação após ocasionar perdas de mais de R\$ 3 milhões em desfavor da Refer.

#### **9.4.1.7.2 Dos Envolvidos**

Conforme já mencionado, os dados obtidos durante este inquérito parlamentar revelaram, no período analisado, a grave instabilidade nos quadros da Refer.

De fato, no curto espaço de tempo de treze meses, a diretoria financeira foi ocupada por cinco pessoas distintas.

Especialmente após o depoimento do Sr. Jorge Luiz Moura, ficaram patentes as intensas disputas políticas que têm assolado o corpo diretivo da Refer. O depoente foi categórico em apontar a influência de dois grupos nas decisões da fundação.

Utilizando a expressão “sindicalismo de negócios”, o Sr. Jorge Moura fez detalhado relato acerca dos problemas que enfrentou a Refer.

#### **9.4.1.7.2.1 Gestão Adalto Carmona Côrtes (junho de 2003 a fevereiro de 2004)**

RGS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: 4301
Doc: 143

De acordo com o Sr. Jorge Luiz Moura, concomitantemente à sua indicação, o PC do B teria recomendado para a diretoria financeira o nome do Sr. Adalto Carmona Côrtes, que permaneceu na instituição até fevereiro de 2004, quando foi substituído pelo Sr. Eduardo Cunha Telles. Pode-se depreender do depoente, que uma das marcas negativas da administração do Sr. Adalto Carmona Côrtes foi a expressiva mudança no quadro técnico da fundação, com a troca de servidores de carreira, que historicamente serviram a Refer, por pessoas que não tinham vínculos estreitos com a instituição, a exemplo do Sr. Bruno Grain de Oliveira Rodrigues, escolhido para a gerência de investimentos imobiliários

Há que se mencionar a afirmação do Sr. Jorge Luiz Moura de que o Sr. Bruno Grain de Oliveira Rodrigues – ex-gerente de investimento da Refer sobre o qual pesam sérias suspeitas de envolvimento em operações prejudiciais à fundação – foi indicado pelo Sr. Adalto Carmona Côrtes, em razão da recomendação de seu nome pelo Sr. Murillo de Almeida Rego, operador de mercado que era seu amigo pessoal.

Indagado sobre o relacionamento entre os Srs. Murillo de Almeida Rego e Bruno Grain, o Sr. Jorge Luiz Moura afirmou que, a seu ver, os dois podem ter realizado em parceria operações em benefício próprio por meio da corretora Novinvest e causado, assim, perdas à Refer.

#### **9.4.1.7.2.2A Gestão Eduardo Cunha Telles (fevereiro a abril de 2004)**

A escolha do Sr. Eduardo Cunha Telles, segundo o Sr. Jorge Luiz Moura, foi feita pela Presidente do conselho deliberativo da Refer, Sra. Maria Cristina Mont' Mor Siciliano, representando uma convergência de interesses de grupos ligados ao PT e ao PC do B. Ter-se-ia formado, então, um bloco majoritário, que colocava lado a lado a diretora de benefícios, Sra. Tânia Regina Ferreira, esposa do Deputado Carlos Santana (PT/RJ), o diretor administrativo, Sr. Nilton Vassimon da Silva e o novo Diretor Financeiro.

O Sr. Jorge Luiz Moura asseverou que, na verdade, o Deputado Carlos Santana pretendia indicar sua esposa, Sra. Tânia Regina Ferreira, para o cargo de Presidente da Refer, mas não obteve sucesso. Isso, no entanto, não se tornou óbice para que a Sra. Tânia Regina Ferreira exercesse grande influência nas decisões da Refer.

De fato, séria foi a acusação relatada pelo Sr. Jorge Luiz

Moura. Afirmou o depoente que o Sr. Eduardo Cunha Telles lhe confessou estar sofrendo pressões no sentido de votar pela aprovação de todas as recomendações que lhe fossem apresentadas pela Sra. Tânia Regina Ferreira.

No entanto, quando indagado, o Sr. Eduardo Cunha Telles alegou não se recordar ter participado de qualquer diálogo dessa natureza com o Sr. Jorge Luiz Moura.

Informou o Sr. Jorge Luiz Moura que, logo após, o Sr. Eduardo Cunha Telles propôs a terceirização da carteira de investimentos por meio da criação de um FAQ (fundo de aplicação de quotas de fundos de investimento). A elaboração ficou a cargo do Sr. Bruno Grain. A proposta foi, então, aprovada por oito votos contra um. A divergência ocorreu no voto do Sr. Jorge Luiz Moura, que fez constar em ata a sua discordância. A idéia, no entanto, não prosperou. Chamou a atenção o fato de as instituições selecionadas terem sido, em sua maioria, bancos de pequeno porte, entre os quais o *West LB* e o Industrial, que demonstraram sérios problemas na gestão de fundos exclusivos da Prece e do Nucleos. Ainda de acordo com o Sr. Jorge Luiz Moura, não se pode desconsiderar a grave denúncia, feita pela conselheira da Refer, Sra. Sônia Botelho, de que havia um forte esquema montado para desviar recursos da fundação. As instituições do FAQ destinariam R\$ 19 milhões de reais para as campanhas petistas do Rio de Janeiro e de São Paulo em 2004. Conforme declarou o Sr. Jorge Luiz Moura, a Sra. Sônia Botelho teria denominado este esquema de "circuito da águas", em razão da participação direta do operador de mercado, Sr. Haroldo de Almeida Rego Filho. Deve ficar claro que, segundo o Sr. Jorge Luiz Moura, a Sra. Sandra Botelho Pereira teria resolvido denunciar tal esquema quando do afastamento de seu companheiro, Sr. Nilton Vassimon da Silva, indicado pelo PMDB do Rio de Janeiro, da diretoria de administração da Refer.

Relatou, também, o Sr. Jorge Luiz Moura que o conselheiro da Refer, Sr. Darcy Rocha - após ouvir as denúncias da Sra. Sônia Botelho - teria resolvido acionar a Secretaria de Previdência Complementar para que o caso fosse apurado. A situação foi relatada pelo Sr. Darcy Rocha ao Sr. Leonardo Paixão, Secretário-Adjunto da SPC.

Vale mencionar que, em documento entregue à Sub-relatoria, a Secretaria de Previdência Complementar informou ter ouvido todos os envolvidos, concluindo pela não comprovação das denúncias, vez que não surgiram elementos que pudessem sustentá-las, cingindo-se as pessoas indagadas a emitirem considerações vagas e genéricas.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 4302
Dps:

Com o insucesso da iniciativa de terceirizar a carteira da Refer, o Sr. Eduardo Cunha Telles perdeu o apoio do conselho, o que inviabilizou a sua permanência no cargo.

De se apontar que o Sr. Eduardo Cunha Telles - segundo depoimento do Sr. Jorge Luiz Moura - foi penalizado pela SPC por desrespeitar a deliberação do conselho, vez que não teria afastado o Sr. Bruno Grain de Oliveira Rodrigues da gerência de investimentos, mesmo diante da constatação, por aquele órgão, de que fora o responsável por tais operações.

Mencione-se, ainda, que foi nas administrações dos Srs.

Adalto Carmona Côrtes e Eduardo Cunha Telles, e sob a gerência do Sr. Bruno Grain de Oliveira Rodrigues, que a fundação apresentou perdas de R\$ 2,9 milhões em operações no mercado de futuros.

Outro fato a se destacar é o de que a SPC expediu Auto de Infração nº 06/05-00, em 25 de julho de 2005, com o objetivo de apurar desvio de conduta por parte dos Srs. Jorge Luiz Moura, Tânia Regina Ferreira, Adalto Carmona Côrtes, Eduardo Cunha Telles, Nilton Vassimon da Silva e Bruno Grain de Oliveira Rodrigues. Pesaram sobre eles suspeitas de desenquadramento das aplicações dos recursos garantidores de reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios, bem como a responsabilidade sobre operações com derivativos sem controle e avaliação de risco que resultaram em perdas nominais de R\$ 3.505.445,40.

Processo que também merece destaque é o RJ 2004/3995, instaurado pela CVM em 24 de junho de 2004, com o intuito de apurar operações no mercado financeiro com forte indícios de irregularidades, que teriam beneficiado grupo específico de pessoas que teriam causado

prejuízos à Refer da ordem de R\$ 2.685.000,00. Dentre os possíveis beneficiários estariam o Sr. Christian de Almeida Rego, a Sra. Rogéria Costa Beber e o Sr. Cristiano Costa Beber.

#### **9.4.1.7.2.3 Bruno Grain de Oliveira Rodrigues (ex-gerente de investimentos)**

Conforme se depreende dos depoimentos colhidos, especialmente o do Sr. Eduardo Cunha Telles, o Sr. Bruno Grain tinha uma opinião relevante nas discussões acerca dos investimentos da Refer.

O Sr. Bruno Grain, ex-gerente de investimentos da Refer, foi indicado pelo Sr. Adalto Carmona Côrtes, por recomendação do Sr. Murilo de Almeida Rego que, por sua vez, tem sólidas relações de amizade com o

Sr. Marcelo Sereno, ex-chefe de gabinete do Sr. Ministro José Dirceu. Em seu depoimento, o Sr. Jorge Moura confirmou a suspeita de que a indicação do Sr. Bruno Grain de Oliveira Rodrigues ao cargo de Gerente Financeiro, a exemplo de outras diretorias de fundos de pensão, foi feita pela família Almeida Rego, por meio do Sr. Marcelo Sereno. Afirmou, ainda, considerar possível que as operações com a corretora Novinvest - que representaram perdas para a Refer - tenham sido engendradas pelos Srs. Bruno Grain e Murillo de Almeida Rego. De se ressaltar que o Sr. Ricardo Siqueira Rodrigues confirmou, em seu depoimento, que a Sra. Rogéria Costa Beber, esposa do Sr. Murillo, é cliente da corretora. Ademais, ficou evidente o total desconhecimento da área financeira pela Sra. Rogéria que, quando questionada acerca de operações, declarou que seu nome sempre foi utilizado por seu esposo.

Não se pode ainda desconsiderar que, conforme declarou o Sr. Eduardo Cunha Telles, o Sr. Bruno foi o responsável pela elaboração do plano de terceirização da carteira da Refer e que pesam sobre os Almeida Rego as já detalhadas denúncias de que teriam participado dessa tentativa de terceirização, esquema denominado de "circuito das águas".

Ainda que assim não fosse, o Sr. Murillo de Almeida Rego, em depoimento à Sub-relatoria entrou em grave contradição. Primeiro, afirmou ser amigo do Sr. Marcelo Borges Sereno, mas negou veementemente que conversasse com ele qualquer assunto ligado aos fundos de pensão. Depois, no entanto, relatou que, certa vez, estando em

companhia do Sr. Marcelo Borges Sereno, este, referindo-se ao Sr. Jorge Luiz Moura, teria o alertado que mantivesse distância do ex-presidente da Refer, pois se tratava de alguém perigoso.

Em outras palavras, a família Almeida Rego tem clara vinculação com pessoas que tinham poder de influência sobre as entidades de previdência complementar investigadas neste inquérito parlamentar, bem como com os responsáveis sobre a gestão financeira delas.

Não menos importante foi a declaração do Sr. Roberto Souza de que em relatório do conselho fiscal ficou consignado que o Sr. Bruno Grain de Oliveira Rodrigues fazia, inclusive, operações fora da Refer.

Frise-se que Sr. Bruno Grain de Oliveira Rodrigues possuía grande envolvimento com as transações irregulares realizadas. Tanto o é que foi afastado pelo conselho em razão de sua responsabilidade pelas operações com derivativos sem controle e avaliação de risco que resultaram em perdas nominais de R\$ 3.505.445,40.

O Sr. Eduardo Cunha Telles, então Diretor Financeiro da Refer

REG Nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: 4303
Doc. 147

- segundo depoimento do Sr. Jorge Luiz Moura - foi penalizado pela SPC por desrespeitar tal deliberação, não afastando, de imediato, o Sr. Bruno Grain de Oliveira Rodrigues, mesmo diante da constatação, por aquele órgão, de que fora o responsável por tais operações.

Tal fato, porém, deve-se deixar claro, não afasta a responsabilidade dos demais dirigentes. A SPC, como já dito, expediu o Auto de Infração nº 06/05-00, em 25 de julho de 2005, com o objetivo de apurar desvio de conduta por parte dos Srs. Jorge Luiz Moura, Tânia Regina Ferreira, Adalto Carmona Côrtes, Eduardo Cunha Telles, Nilton Vassimon da Silva e Bruno Grain de Oliveira Rodrigues em tais operações. Além disso, conforme já mencionado, a CVM instaurou o procedimento RJ 2004/3995, em 24 de junho de 2004, com o intuito de apurar operações no mercado financeiro, com fortes indícios de irregularidades, que estariam beneficiando grupo específico de pessoas que teriam causado prejuízos à Refer da ordem de R\$ 2.685.000,00. Dentre os possíveis beneficiários estariam o Sr. Christian de Almeida Rego, a Sra. Rogéria Costa Beber e o Sr. Cristiano Costa Beber.

#### **9.4.1.7.2.4 A Gestão Roberto Souza (abril a junho de 2004)**

Com a saída do Sr. Eduardo Cunha Telles, assumiu a diretoria financeira o Sr. Roberto Souza, funcionário de carreira da Rede Ferroviária, em 13 de abril de 2004, após reformulação que resultou na fusão das diretorias financeira e administrativa, permanecendo no cargo até 6 de junho de 2004.

A indicação do Sr. Roberto Souza deu-se em razão de sua histórica ligação com o movimento sindical, o que contrariou os patrocinadores, que pressionaram o Governo Federal para impedir a sua permanência no cargo.

Assim, segundo depoimento do próprio Sr. Roberto Souza, o então Ministro José Dirceu, pessoalmente, teria impedido a sua liberação, obrigando-o a se afastar da fundação. Essa informação, frise-se, foi confirmada pelo Sr. Marcelo Sereno em depoimento à Sub-relatoria. Como se verifica, o Sr. Roberto Souza encontrou, também, a fundação com problemas de disputas internas de poder, má gerência dos recursos e por extensão, prejuízos em operações no mercado financeiro. Em que pese o curto período à frente da diretoria financeira, o Sr. Roberto de Souza declarou ter demitido a então gerente de investimento, Sra. Renata Lopes, vez que seu perfil não era adequado à

fundação. Assim se pronunciou o Sr. Roberto Souza:

*A Renata me disse que tomava as decisões de aplicações de renda fixa com autonomia, o que eu acabei. (...) tinha vindo do mercado, era contratada e tinha indicação política. Então, ela não estava no perfil que eu pretendia.*

Digna de menção é a declaração do Sr. Roberto Souza de que, no período em que estava à frente da diretoria, não havia critérios objetivos para a escolha das corretoras que estariam habilitadas para operar com a Refer. Essa é uma falta que pode explicar, em parte, o insucesso do desempenho da fundação nas operações no mercado financeiro.

Outro aspecto que parece ter comprometido fortemente o desempenho da Refer foi a ausência de acompanhamento do desempenho das atividades dessas corretoras.

**2004)**

#### **9.4.1.7.2.5 A gestão de Carlos Alberto Pinto da Silva (junho a agosto de**

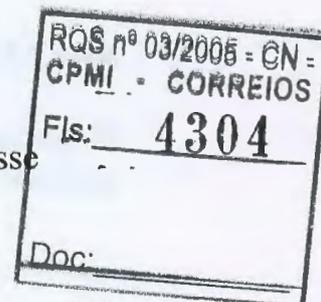
#### **9.4.1.7.2.6 A Gestão Paulo da Silva Leite (a partir de agosto de 2004)**

Com a não liberação do Sr. Roberto Souza, assumiu a diretoria financeira o Sr. Carlos Alberto Pinto da Silva, que exerceu suas atividades de junho de 2004 a agosto deste mesmo ano. Segundo o depoente, este período tão curto de permanência se explicaria pelo fato de ter havido um “desbalanceamento” na representatividade dos patrocinadores, dado que não só ele, mas também as Presidentes do conselho fiscal e do conselho deliberativo eram da CBTU e, assim, a Rede Ferroviária, maior patrocinadora, teria ficado sem nenhum representante.

Como se observa, a desarmonia entre os patrocinadores vinculados à entidade foi, de fato, uma constante nesse período, levando às mudanças aqui detalhadas.

Após essa grande fase de instabilidade, assumiu o atual diretor financeiro da Refer, Sr. Paulo da Silva Leite, funcionário aposentado da RFFSA, com a missão de procurar organizar os graves problemas administrativos verificados na Refer.

O Sr. Paulo da Silva Leite, mesmo reconhecendo que a relação entre os membros do conselho deliberativo tem melhorado, ainda fez severas e duras críticas ao que chama de “postura não colaborativa” desse colegiado.



De acordo com o Sr. Paulo da Silva Leite, o problema crítico que encontrou na Refer foi a falta de repasse dos recursos pelas patrocinadoras, causando um déficit de R\$ 120 milhões à fundação. Afirmou, ainda, que tais repasses não ocorreram por motivos políticos,

tendo as patrocinadoras utilizado artifícios para impedir o questionamento de tal fato na Justiça.

#### **9.4.1.7.2.7 A Gestão Jorge Luiz Moura (junho de 2003 a junho de 2004)**

Diante de tantas alterações no quadro diretivo da Refer, tornou-se imprescindível o depoimento do Sr. Jorge Luiz Moura, então Presidente da fundação.

O Sr. Jorge Luiz Moura assumiu a presidência da Refer em junho de 2003, em razão de convite formulado pelo Sr. Marcelo Borges Sereno, ex-chefe de gabinete da Casa Civil, em nome do então Ministro José Dirceu. Tal fato foi confirmado tanto pelo Sr. Jorge Luiz Moura, como pelo Sr. Marcelo Borges Sereno quando ouvidos pela Sub-relatoria. Segundo o Sr. Jorge Luiz Moura, o Ministro o teria escolhido por entender que teria condições de pacificar as disputas internas da fundação.

Já o Sr. Marcelo Borges Sereno afirmou que o Sr. Jorge Luiz Moura teria feito um *lobby* com o sindicato dos ferroviários e com o próprio Ministro e que, por isso, teve o seu nome confirmado.

O Sr. Jorge Luiz Moura permaneceu à frente da direção da Refer até junho de 2004, quando perdeu o apoio do Conselho Deliberativo e, conseqüentemente, a condição de se manter na presidência em razão de sua posição contrária à terceirização da carteira da entidade.

Conforme já detalhado, o Sr. Jorge Luiz Moura fez um minucioso relato acerca de todas as interferências políticas por que passou a Refer no período analisado.

Por fim, declarou que existiu uma interferência direta do Sr. Marcelo Sereno na sua saída.

#### **9.4.1.7.3 Considerações finais**

O quadro a seguir demonstra o desempenho da Refer durante o período de análise, com exceção do período de oito meses findo em 31 de

agosto de 2005, já que esses dados não foram disponibilizados a essa CPMI:

Moeda: R\$000	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
<b>Programa de Investimentos</b>										
Renda Fixa	704.333	0,69	695.604	0,68	1.395.836	0,82	1.409.479	0,73	1.491.818	0,73
Renda Variável	101.185	0,10	124.217	0,12	126.139	0,07	242.771	0,13	291.505	0,14
Investimentos Imobiliários	208.308	0,21	198.330	0,19	185.788	0,11	261.695	0,14	255.906	0,13
Operações com Participantes	119	0,00	119	0,00	-	-	6.524	0,00	5.096	0,00
Outros realizáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.014.145	1,00	1.018.250	1,00	1.707.763	1,00	1.920.469	1,00	2.045.325	1,00
<b>Resultado</b>										
Renda Fixa	109.530	0,63	118.732	0,84	254.459	0,93	221.553	0,51	255.471	0,78
Renda Variável	(6.259)	0,04	6.271	0,04	1.103	0,00	110.313	0,26	55.307	0,17
Investimentos Imobiliários	58.491	0,36	16.780	0,12	18.490	0,07	97.656	0,23	17.341	0,05
Operações com Participantes	48	0,00	-	-	-	-	913	0,00	1.231	0,00
Outros realizáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	161.800	1,00	141.783	1,00	274.052	1,00	430.435	1,00	329.350	1,00
Resultado do Exercício	387.114		(58.858)		(29.166)		(19.333)		49.946	
Superávit (déficit) técnico	(130)		(58.978)		(88.144)		(107.477)		(57.531)	

Tendo em vista a inexistência de dados relativos ao ano de 2005, o quadro acima mostra - na parte superior (programa de investimentos) - os saldos, no final do ano, das diversas carteiras do fundo de pensão, apenas durante o período de 2000 a 2004. Já a parte inferior (resultado) aporta os fluxos de rendimentos decorrentes das aplicações, em cada carteira.

O resultado do exercício decorre da diferença entre receitas e despesas, inclusive benefícios. O déficit técnico, em 2001, foi de R\$ 58.978,00. Quando este valor é acrescido ao resultado do exercício negativo, de 2002, de R\$ 29.166,00, o déficit técnico passa para de R\$ 88.144,00. O resultado do exercício permaneceu negativo, com uma melhora em 2004. O mau desempenho das aplicações financeiras e um aparente problema crônico de excesso de despesas sobre receitas evidenciaram dificuldades de gestão na área de benefícios. Ademais, foi justamente nesse período que ocorreram as mencionadas mudanças no corpo diretivo.

Não se pode olvidar, ainda, a recorrente impontualidade dos repasses de alguns patrocinadores, motivada por questões políticas,

obrigando a utilização, pela fundação, de suas reservas para pagamento dos assistidos.

Outro fato relevante a ser mencionado foi a tentativa de terceirização da administração dos recursos, denunciada pelo Sr. Jorge Luiz Moura. Segundo ele, a aprovação da terceirização estaria condicionada ao repasse de R\$ 19 milhões para o financiamento de campanhas eleitorais.



mais precisamente do Partido dos Trabalhadores.

Destaca-se, ainda, a interferência política na indicação de dirigentes, com articulações, inclusive, por parte da Casa Civil, a fim de evitar que profissionais comprometidos com a formação de uma estrutura profissional assumissem postos estratégicos. Como já relatado, este foi o caso do Sr. Roberto Souza, experimentado profissional na área de auditoria e finanças, que não foi liberado de suas funções para assumir a posição de Diretor Financeiro da Refer, em abril de 2004.

Pelos dados coletados por esta CPMI, bem como pelos depoimentos prestados foi possível, no entanto, detectar a forte influência do Sr. Marcelo Borges Sereno e do Deputado Carlos Santana.

É de se destacar, mais uma vez, a presença da distribuidora Euro nas transações irregulares com a Refer, auferindo ganhos elevados que corroboram os indícios de que gozava de algum tipo de influência sobre operações realizadas com alguns fundos de pensão.

Ressalte-se, finalmente, que a Refer figura como um dos fundos que apresentaram os piores resultados financeiros. Tal situação é agravada pela falta de repasse constante por parte dos patrocinadores, o que poderá ensejar problemas no cumprimento de seus compromissos, caso seu patrimônio não seja suficiente para honrá-los, preocupação essa salientada pela atual diretoria, na pessoa do Sr. Paulo da Silva Leite.

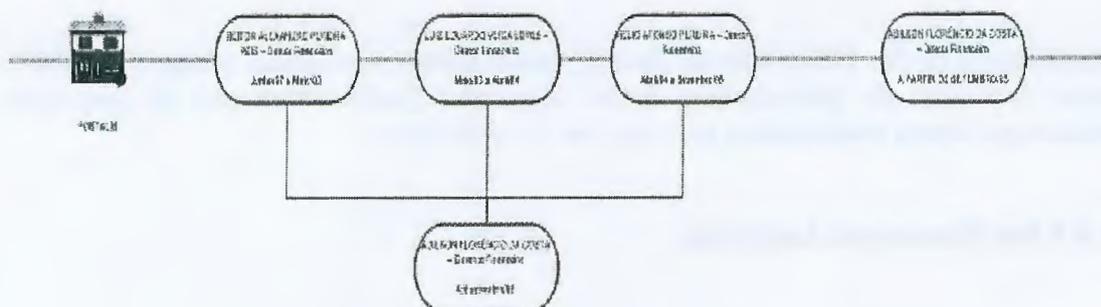
#### **9.4.1.8 Postalis**

O Postalis – Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de sociedade civil, instituída pela ECT em 26 de fevereiro de 1981. O Postalis tem por objetivo complementar os benefícios a que têm direito os empregados da ECT.

Em 31 de dezembro de 2004, os ativos totais do Postalis correspondiam a 1,3% do total de investimentos dos fundos de pensão, patrocinados por empresas públicas, no mercado financeiro e de capitais.

No período de 2000 a 2005, a fundação teve quatro diretores financeiros:

#### **DIRIGENTES DO POSTALIS**



No curso das investigações, foram apurados indícios de irregularidades nas transações ocorridas no período de 2000 a setembro de 2005, sob a diretoria financeira dos Srs. Heitor Alexandre Pereira Reis, Luiz Eduardo Veiga Lopes e Hélio Afonso Pereira, todos assessorado pela gerência do Sr. Adilson Florêncio da Costa, promovido à diretoria após o afastamento do Sr. Hélio Afonso Pereira.

Naquele período, as perdas somaram R\$ 41,9 milhões no segmento de futuros da BM&F e R\$ 38,5 milhões em CDBs e debêntures do Banco Santos relacionados à intervenção, nessa instituição, em novembro de 2004. O total das perdas foi de R\$ 80,4 milhões, durante a gestão financeira dos diretores citados acima.

Por ocasião do depoimento colhido do diretor Hélio Afonso Pereira, acompanhado pelo atual diretor Adilson Florêncio da Costa, foi declarado que a indicação dos referidos diretores foi efetuada pelos Ministros que ocupavam a pasta das Comunicações à época das nomeações e seus respectivos partidos políticos, a saber:

- Heitor Alexandre Pereira Reis – Hugo Napoleão (PFL)
- Luiz Eduardo Veiga Lopes – Miro Teixeira (PDT)
- Hélio Afonso Pereira – Eunício Oliveira (PMDB)

Embora seja normal que cargos de confiança venham a sofrer rotatividade em função do comando político, o vínculo de subordinação revelado, por uma área técnico-operacional, como a diretoria financeira de uma entidade de previdência complementar, é surpreendente e indesejável para os interesses do próprio fundo de pensão.

Revela-se, com isso, uma natureza político-estratégica da diretoria financeira, que abre espaço para especulações e, que confere justificativa à linha de investigação da Sub-relatoria, a qual associa os indícios de irregularidades naquela entidade à ingerência política.

Em suma, no período em questão, a Sub-relatoria identificou perdas pouco expressivas em operações com títulos públicos e grandes prejuízos em operações com debêntures e CDBs do Banco Santos (R\$ 38,5 milhões).

Adicionalmente, foram detectadas transações na BM&F em que há indícios de irregularidades.



No depoimento do Sr. Hélio Afonso Pereira, único diretor convocado a depor, devido à escassez de tempo da Sub-relatoria, foram oferecidas justificativas para as operações analisadas que foram consideradas no curso das investigações.

#### **9.4.1.8.1 Das Transações Analisadas**

##### **9.4.1.8.1.1 Derivativos (BM&F)**

As operações do Postalis no mercado futuro foram analisadas segundo o período de gestão de cada Diretor Financeiro. O objetivo foi identificar as respectivas responsabilidades pelos indícios encontrados de transações irregulares.

A Sub-relatoria restringiu a investigação ao período de 2000 a 2005. Com isto, a gestão financeira do Sr. Heitor Alexandre Pereira Reis – junho de 1993 a maio de 2003 – foi parcialmente analisada devido a sua extensão e o resultado apurado entre janeiro de 2000 e maio de 2003 alcançou perdas que totalizaram R\$ 8,2 milhões.

Entretanto, há que se ressaltar que o Sr. Heitor Alexandre Pereira Reis respondeu a inquéritos na Comissão de Valores Mobiliários – CVM instaurados nos exercícios de 2000 e 2001, já julgados, cujos resultados são descritos abaixo:

- Inquérito Administrativo 04/2000 – Condenado pela realização de práticas não equitativas, em operações com opções, realizadas na Bovespa, na forma do item II, letra “d” e vedada pelo item I, ambos da Instrução CVM no. 08/79. Situação: multado em R\$ 468.143,91. O Sr. Heitor Alexandre Pereira Reis, entrou com recurso junto ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.
- Inquérito Administrativo 04/2001 – Acusado, juntamente com os Srs. Adilson Florêncio da Costa e José de Souza Teixeira, de ter realizado operações fraudulentas no mercado futuro de índice bovespa, na BM&F. Situação: absolvido. CVM entrou com recurso de ofício junto ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Para o período seguinte – maio de 2003 a abril de 2004 – o Postalis auferiu ganhos líquidos, no mercado de futuros, de R\$ 446.000,00, como resultado da diferença entre ajustes positivos e negativos ocorridos no primeiro dia de cada uma das operações.

O quadro abaixo se refere a este período, quando foi Diretor Financeiro o Sr. Luiz Eduardo Veiga Lopes. Encontram-se destacados, na primeira coluna, a corretora SLW por ter sido a que intermediou operações, cujo percentual de ajuste negativo supera, expressamente, o positivo.

**POSTALIS**

Luiz Eduardo Veiga Lopes (07/05/03 - 08/04/04)

Postalis Através de:  
 Código Corretora  
 000110 SLW CVC LTDA

Sub-total

Outras Corretoras (Total de 8)

Postalis Total (Total 9)

Ajustes							
Negativo				Positivo			
Quantidade	Valores	Quantidades %	Valores %	Quantidade	Valores	Quantidades %	Valores %
156	696.055	75%	60%	51	177.225	25%	20%
156	696.055	75%	60%	51	177.225	25%	20%
294	4.063.651	50%	44%	297	5.026.927	50%	56%
450	4.758.612	56%	48%	348	5.204.152	44%	52%

Para as demais corretoras, o quadro de resultados é exatamente inverso àquele da corretora SLW, sendo os ajustes positivos (56% dos valores) superiores aos negativos, ou seja, as operações realizadas por meio dos demais intermediários implicaram ganho líquido para o fundo de pensão, no mercado de futuros.

Desta comparação, observa-se que, das 207 vezes em que os fundos exclusivos do Postalis, geridos pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Mellon ou Máxima, operaram com a Corretora SLW, em 156 delas (75%) houve perdas por ajuste negativo, que totalizaram R\$ 517,8 mil.

Este é reforçado pelas quantias envolvidas, mas não é, por estas, qualificado.

Entre abril de 2004 a agosto de 2005, período de gestão do Sr. Hélio Afonso Pereira, o Postalis teve um desempenho geral em operações na BM&F desfavorável, quando comparados os ajustes negativos contra os positivos, conforme se demonstra a seguir:

**POSTALIS**

Hélio Afonso Pereira (06/04/04 - 01/05/05)

Postalis Através de:  
 Código Corretora  
 000358 SOCOPIA SOCIEDADE CORRETORA PA  
 000110 SLW CVC LTDA  
 000153 STOCK MAXIMA COV  
 000227 GRADUAL CM & FUTUROS LTDA  
 000014 CRUZEIRO DO SUL CM

Sub-total

Outras Corretoras (Total de 13)

Postalis Total (Total 24)

Ajustes							
Negativo				Positivo			
Quantidade	Valores	Quantidades %	Valores %	Quantidade	Valores	Quantidades %	Valores %
61	582.082	100%	100%	0	0	0%	0%
1.067	8.572.332	79%	88%	291	1.192.363	21%	12%
922	8.539.530	81%	84%	163	1.647.045	19%	16%
79	290.319	93%	99%	5	37.224	7%	11%
773	6.203.458	84%	86%	148	636.087	16%	12%
2.793	4.063.651	81%	52%	637	3.717.619	19%	46%
250	941.278	53%	67%	201	360.489	47%	33%
3.043	25.626.990	79%	96%	838	4.098.107	22%	14%

A exemplo do quadro anterior, a primeira coluna aponta os intermediários com os quais observou-se uma expressiva assimetria entre os percentuais de pagamentos e de recebimentos, com perdas para o fundo de pensão.

Com base nas informações acima, ainda vale destacar o desempenho atípico das corretoras a seguir:

- **Socopa:** em 100%, das 61 vezes em que operou para o Postalis, atribuiu ajustes negativos para os fundos exclusivos da entidade. Em valores nominais



operações intermediadas por esta corretora geraram ajustes negativos em 100% do volume total operado, apresentando R\$ 682 mil em ajustes negativos;

- **Cruzeiro do Sul CM.:** em 84%, das 921 vezes em que operou para o Postalis, atribuiu ajustes negativos para os fundos exclusivos da entidade. Em valores nominais, as operações intermediadas por esta corretora geraram ajustes negativos em 88% do volume total operado, apresentando R\$ 6,2 milhões em ajustes negativos contra R\$ 836 mil em ajustes positivos. Operando com esta corretora, o Postalis teve um desempenho negativo. Nota-se que, quando o fundo de pensão incorreu em ajustes negativos, houve sempre um cliente da corretora realizando ajustes positivos da mesma magnitude;
- **SLW CVC:** em 79%, das 1.358 vezes em que operou para os fundos exclusivos do Postalis, atribuiu ajustes negativos à entidade. Em valores nominais, as operações intermediadas por esta corretora geraram ajustes negativos em 88% do volume total operado, apresentando R\$ 8,9 milhões em ajustes negativos contra R\$ 1,1 milhões em ajustes positivos. Operando com esta corretora, o Postalis teve um desempenho negativo;
- **Stock Maxima:** em 81% das 1.015 vezes em que operou para o Postalis, atribuiu ajustes negativos para o fundo de pensão. Em valores nominais, as operações intermediadas por esta corretora geraram ajustes negativos em 84% do volume total operado, apresentando R\$ 8,5 milhões em ajustes negativos contra R\$ 1,6 milhões em ajustes positivos. Operando com esta corretora, o Postalis também teve um desempenho negativo.

O total de perdas (ajustes negativos) atribuído às corretoras destacadas corresponde a 96% do total que o Postalis perdeu.

Sobre esse assunto, a entidade, através do Sr. Hélio Afonso Pereira, esclareceu que a responsabilidade fiduciária das operações é dos gestores e administradores dos fundos investimentos, cujos regulamentos definem metas de desempenho, proporcionando total autonomia ao mesmos.

Acrescentou em suas ponderações que o Postalis não teve o prejuízo alegado. Ao contrário, quando analisadas as estruturas das operações (derivativos contra os ativos-base) a entidade lucrou R\$ 201 milhões, no período de 2000 a 2005.

Sobre o resultado da análise estatística dos ajustes negativos originários das compras e vendas (alocação), afirmaram que deve ser atribuída responsabilidade aos gestores dos fundos de investimento (instituições financeiras) e corretoras referidas. Não obstante, informou que em pesquisa realizada junto aos órgãos que fiscalizam esses gestores (CVM, Bovespa e BM&F), não foi possível identificar quaisquer procedimentos investigatórios relacionados aos fatos em apreço, com exceção daqueles já referidos nesse item.

#### 9.4.1.8.1.2 Banco Santos

O Postalis registrou, em 2004, perdas no valor de R\$ 38,5 milhões referentes a aplicações em CDBs e debêntures do Banco Santos, sendo que a transação de R\$ 4 milhões, em CDBs, foi feita no dia 28 de outubro de 2004, há menos de um mês da intervenção promovida pelo Banco Central. O quadro abaixo apresenta a cronologia dessas aplicações:

Aplicação	Resgate	Carteira	Modalidade	Remuneração	Valor (R\$)
15/04/04	11/04/05	Postalís	CDB	108% CDI	1.364.000,00
07/05/04	02/05/05	Postalís	CDB	108% CDI	8.000.000,00
20/07/04	07/06/07	Postalís	Debêntures	107% CDI	10.187.580,00
01/10/04	01/12/04	Postalís	CDB	107% CDI	15.000.000,00
28/10/04	26/11/04	Fundo-CEF	CDB	107% CDI	4.000.000,00
<b>Total</b>					<b>38.551.580,00</b>

Vale ressaltar que as aplicações indicadas acima não totalizam os R\$ 38,5 milhões em razão de não incluírem a capitalização dos rendimentos.

As aplicações, no Banco Santos foi tratada no depoimento do Sr. Hélio Afonso Pereira, na Sub-relatoria. O depoente, afirmou que não tinha como saber que o Banco Santos sofreria a intervenção do Banco Central. Nada obstante, o mercado, há vários meses, caracterizava os investimentos no Banco Santos como aplicações de alto risco de crédito.

Um fato que se comprova pelo rebaixamento de sua classificação de risco, feito pela agência Moody's, em junho de 2004. O quadro a seguir foi extraído do terminal eletrônico da agência internacional de notícias e informações *Bloomberg*, e contempla o histórico das classificações de risco atribuídas pela Moody's para certificados de depósitos bancários (*Local LT Bank Deposits*), não obstante ser a mesma atribuída para aplicações de longo prazo, o rebaixamento poderia se configurar num indicativo de perda de qualidade:

The screenshot shows a Bloomberg terminal window with the following visible text:

```

for explanation.
Banco Santos
Local LT Bank Deposits - MOODY'S
Rating: NEUTRAL
  
```

RQS nº 03/2005 - CN =  
 CPMI - CORREIOS  
 Fls: 4308  
 157  
 Doc:

Segundo o quadro acima, em 4 de junho de 2003, o Banco Santos foi classificado como rating “B1”, pela Moody’s. O risco do tipo “B” representa, segundo aquela agência, qualidade pobre de crédito, ou seja, a segurança sobre o pagamento pontual de obrigações relacionadas a certificados de depósito de longo prazo é baixa.

Em 15 de novembro de 2004, após a intervenção do Banco Central, o Banco Santos teve sua classificação alterada para “Caal”. Instituições com esta categoria de risco representam, segundo definição da Moody’s, crédito de qualidade extremamente baixa. Tais bancos podem estar em *default* (inadimplentes) ou pode haver elementos que coloquem em dúvida sua capacidade financeira.

Em suma, desde junho de 2003, o Banco Santos teve seus certificados de depósitos qualificados como de pobre qualidade de crédito. Em se tratando de certificados de longo prazo, a segurança sobre o pagamento das obrigações é considerada baixa.

A CPMI ouviu, no dia 14 de fevereiro de 2006, o Sr. Carlos Eduardo Guerra de Figueiredo, Diretor Financeiro da Santos Asset Management, empresa responsável por gerir recursos de terceiros, inclusive parte da carteira de investimentos do Postalís. O Sr. Carlos Eduardo afirmou que o Banco Santos não ofereceu negócios a qualquer fundo de pensão, mas que, quando procurado por estes, a transação era desenvolvida pela diretoria institucional.

Entretanto, quando o Sr. Hélio Afonso Pereira foi questionado se alguma vez o Banco Santos procurou o Postalís para oferecer serviços e produtos, respondeu positivamente, que o Banco Santos tinha esse costume. O depoente ainda afirmou que a pessoa responsável por este contato era o Sr. Carlos Eduardo Guerra. Em suas palavras: *“Essa era a pessoa que geralmente nos visitava junto com um economista ou analista do banco, cujos nomes não me recordo”*.

Nesse caso, a contradição permite as seguintes considerações: o Sr. Carlos Eduardo tentou se eximir da responsabilidade de ter levado ao Postalís opções de investimento. Da mesma forma, o Sr. Hélio afirmou não ter procurado o Banco Santos para realizar investimentos, mas sim, que o Sr. Carlos Eduardo havia procurado a entidade de previdência para oferecer produtos do banco.

Além das informações elencadas acima, o Sr. Hélio Afonso Pereira esclareceu que:

1. As operações de crédito bancário do POSTALIS com o Banco Santos, tiveram início em 02/10/2003, através de uma aplicação realizada pela Caixa Econômica Federal, gestora do fundo CAIXA FIF INSTITUCIONAL XVIII, no valor de R\$ 3 milhões, pelo prazo de 60 dias. Este CDB foi sistematicamente renovado até a data da intervenção.
2. As operações realizadas através da carteira própria, assim como aquelas executadas pelos fundos exclusivos, atenderam aos pré-requisitos legais e aos critérios estabelecidos na Política de Investimento. Da mesma forma, as taxas

pactuadas com aquele Banco eram compatíveis com as praticadas pelo mercado para instituições de risco e porte semelhantes.

3. O rating inserido no relatório do sub-relator era para aplicações de longo prazo o que, evidentemente, não era o caso da Postalís. Os investimentos do Instituto tinham horizonte de 30 dias, portanto eram consideradas de curto prazo. As agências de risco que sustentaram a operação eram a Autin Rating e RiskBank, da Lopes Filho e Associados, que, da mesma forma, lastrearam os referidos investimentos, considerando-o para efeitos de enquadramento à Resolução CMN 3121 e da Política de Investimento da Entidade, como sendo de baixo risco de crédito.

#### 9.4.1.8.1.3 Bancos BMG e Rural

A Sub-relatoria analisou o volume de recursos investidos pelo Postalís nos bancos BMG e Rural, entre os períodos de janeiro de 2000 e agosto de 2005, com a finalidade de identificar eventuais variações e concentrações nestas instituições, em conexão com as denúncias feitas pelo ex-Deputado Roberto Jefferson de que estes bancos estariam sendo utilizados para financiar o designado esquema do “mensalão”, por meio dos fundos de pensão. A necessidade de se quantificar os valores investidos se confirmou quando os dirigentes do Banco Rural afirmaram, em depoimento à Sub-relatoria, ter comemorado o aumento, em 2004, das captações com as entidades de previdência.

Os recursos do Postalís investidos nos bancos BMG e Rural foram distribuídos conforme a seguir:

#### Banco Rural

<i>Gestão</i>	<i>Título</i>	<i>Aplicação</i>	<i>Vencimento</i>	<i>Valor (R\$)</i>	<i>Taxa</i>
PRÓPRIA	CDB	17.12.2003	13.12.2004	5.000.000,00	104,00% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
PRÓPRIA	CDB	08.01.2004	03.01.2005	3.000.000,00	104,00% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
PRÓPRIA	CDB	07.10.2004	06.12.2004	6.000.000,00	103,50% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
-	-	-	<b>Sub-Total</b>	<b>14.000.000,00</b>	-
MELLON	CDB	09.02.2004	17.02.2005	9.000.000,00	16,05% ao ano (PRÉ-FIXADA)
-	-	-	<b>Sub-Total</b>	<b>9.000.000,00</b>	-
CEF	CDB	16.03.2004	15.04.2004	1.300.000,00	103,00% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
CEF	CDB	15.04.2004	17.05.2004		103,00% ao ano do CDI

RQS nº 03/2005 - CN =  
CPMF - CORREIOS  
Fls: 4309  
159  
Doc: \_\_\_\_\_

				1.300.000,00	(PÓS-FIXADA)
CEF	CDB	17.05.2004	16.06.2004	1.300.000,00	103,00% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
CEF	CDB	16.06.2004	16.07.2004	1.000.000,00	103,00% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
CEF	CDB	12.05.2004	10.08.2004	4.260.000,00	104,00% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
CEF	CDB	19.07.2004	17.09.2004	5.000.000,00	103,50% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
CEF	CDB	10.08.2004	08.11.2004	4.260.000,00	104,00% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
CEF	CDB	17.09.2004	16.11.2004	5.000.000,00	103,50% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
-	-	-	<b>Sub-Total</b>	<b>23.420.000,00</b>	-
-	-	-	<b>Total</b>	<b>46.420.000,00</b>	-

#### Banco BMG

<i>Gestão</i>	<i>Título</i>	<i>Aplicação</i>	<i>Vencimento</i>	<i>Valor (R\$)</i>	<i>Taxa</i>
PRÓPRIA	CDB	17.12.2003	13.12.2004	5.000.000,00	107,00% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
PRÓPRIA	CDB	08.01.2004	03.01.2005	3.000.000,00	104,00% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
PRÓPRIA	CDB	07.10.2004	06.12.2004	2.000.000,00	103,50% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
-	-	-	<b>Sub-Total</b>	<b>10.000.000,00</b>	-
MELLON	CDB	12.02.2004	17.02.2005	4.000.000,00	16,20% ao ano (PRÉ-FIXADA)
MELLON	CDB	12.02.2004	17.02.2005	1.000.000,00	16,20% ao ano (PRÉ-FIXADA)
-	-	-	<b>Sub-Total</b>	<b>5.000.000,00</b>	-
CEF	CDB	25.03.2004	24.05.2004	1.500.000,00	103,50% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
CEF	CDB	24.05.2004	22.07.2004	1.500.000,00	104,00% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
CEF	CDB	12.05.2004	10.08.2004	2.500.000,00	105,00% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
CEF	CDB	10.08.2004	08.11.2004	2.500.000,00	105,00% ao ano do CDI (PÓS-FIXADA)
-	-	-	<b>Sub-Total</b>	<b>8.000.000,00</b>	-

-	-	-	<b>Total</b>	<b>23.000.000,00</b>	-
---	---	---	--------------	----------------------	---

Houve uma concentração considerável dos investimentos do Postalís em 2004. Segundo o Sr. Hélio Afonso Pereira, isso se deu em razão do diferencial de juros pagos, relativamente superior ao dos demais bancos, apesar do risco de crédito do BMG e do Rural ser, da mesma forma, maior.

Além disso, em seu depoimento, esclareceu que:

1. As aplicações em CDBs dos Bancos Rural e BMG foram pautadas pelas condições estabelecidas na regulamentação aplicável aos fundos de pensão e na Política de Investimento, que elegeu como critério de avaliação de crédito bancário o método RiskBank, definido pela consultoria Lopes Filho & Associados.
2. Os limites e os prazos regulamentares foram plenamente atendidos, assim como as taxas pactuadas que se encontravam dentro de parâmetros de mercado para bancos de igual porte, de acordo com pesquisas efetuadas pela área técnica da Entidade.
3. Todos os CDBs foram resgatados nas datas dos seus respectivos vencimentos, não configurando tais aplicações em prejuízo de qualquer ordem ao Postalís.
4. A concentração das aplicações em CDBs no período analisado não foi privilégio dos bancos em questão, mas sim de um movimento verificado no mercado em geral e, em particular, em praticamente todos os investidores institucionais.
5. E, finalmente, que as aplicações ora referidas não se caracterizam em vantagem ou benefício aos referidos bancos e, conseqüentemente, não guardam correlação com qualquer tipo de benefício político-partidário.

#### 9.4.1.8.2 Considerações Finais

Diante da análise dos fatos e dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Hélio Afonso Pereira, cabe ao Ministério Público aprofundar as investigações no sentido de apurar as responsabilidades por possíveis prejuízos gerados ao Postalís, originados das operações ora analisadas.

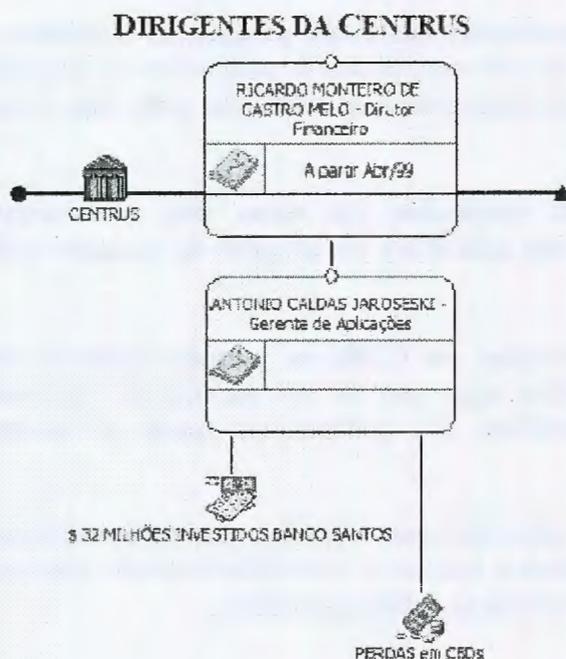
RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4310</u>
Doc: 161

#### 9.4.1.9 Centrus

A Centrus – Fundação Banco Central de Previdência Privada é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída pelo Banco Central em 15 de outubro de 1980. É objetivo da Centrus complementar os benefícios a que têm direito os funcionários do Banco Central – não regidos pela Lei nº 8.112/90 – e os da própria fundação.

Em 31 de dezembro de 2004, os ativos totais da Centrus correspondiam a 4,03% do total investimentos de fundos de pensão patrocinados por instituições públicas.

Observa-se, no gráfico a seguir, que a diretoria financeira da Centrus não sofreu qualquer alteração desde 1999.



A gestão dos investimentos é realizada em parte pela entidade e em parte por gestores externos. Internamente, as equipes se dividem pelo tipo de aplicações, sendo que a equipe de renda fixa é orientada a administrar uma carteira totalmente composta por Títulos do Tesouro. Não obstante, a Centrus possui quatro fundos com quatro diferentes gestores, formados exclusivamente por títulos públicos e com uma pequena margem para fazer operações no mercado futuro, de forma a otimizar o rendimento e proteger a carteira.

Com o objetivo de esclarecer aspectos importantes sobre a gestão financeira desse fundo de pensão, foi convocado o Sr. Ricardo

Monteiro de Castro Melo, que prestou depoimento a esta CPMI no dia 16 de fevereiro de 2006.

Aspecto importante a ser registrado é a estabilidade da permanência da diretoria da Centrus e, conseqüentemente, o acúmulo de experiência que o corpo técnico apresenta. Vale ressaltar que a direção da entidade é formada por funcionários de carreira do Banco Central, contando ainda com funcionários oriundos do Banco do Brasil nas gerências ligadas aos investimentos.

O Sr. Ricardo procurou deixar claro que a Centrus busca sempre uma posição muito conservadora para tomar suas decisões. Para tanto há uma norma interna da entidade que estabelece, para investimentos acima de 0,5% do patrimônio, a obrigatoriedade de submeter a decisão ao Conselho Deliberativo. Desse modo, até o percentual de 0,5%, a Diretoria de Investimento tem autonomia para realizar operações.

Também foi confirmada pelo depoente a existência de um comitê de investimentos, composto dos três gerentes e do diretor de investimentos. Em reuniões diárias são analisados o cenário econômico e os acontecimentos que influenciam sobre os mercados, de forma a tomar as decisões de investimentos rotineiras.

Com relação aos investimentos que exigem maior volume de recursos, ou seja, valores superiores a 0,5% do patrimônio, estudos são realizados pelas gerências que, depois, são submetidos ao comitê de investimentos, em seguida à diretoria executiva, e, posteriormente, ao conselho deliberativo.

#### 9.4.1.9.1 Das Transações Irregulares

##### 9.4.1.9.1.1 Títulos Públicos

A Centrus apresentou perdas em operações com títulos públicos, totalizando R\$ 3,9 milhões, conforme o quadro a seguir:

RESUMO DAS PERDAS COM TÍTULOS PÚBLICOS						
<u>EPPC</u>	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Centrus	130.367	78.387	1.985.852	1.545.020	181.327	



As

perdas em operações com títulos públicos foram detectadas a partir da análise da cadeia negocial (conjunto de negociações de compra ou venda de um mesmo título público), por meio da qual se verificou que os preços unitários praticados com fundos de pensão apresentaram variações significativas quando comparados com os preços negociados pelos demais agentes de mercado.

As cadeias negociais da Centrus estão colocadas a seguir:

Data	Vencimento Folha	Previsão do vendedor	Descrição do comprador	Quantidade pagata	PL Negociado	Valor Negociado	Histórico SPDC		
							Compra	Venda	Total
<b>2.085</b>									
24/02/2000	17/02/00	NIN-C	ESTRATÉGIA INVEST & A CUSTODIA	10000	827,97	8.279.898			
24/02/2000	17/02/00	NIN-C	DILLON S A DTMACRUZEIRO	10000	828,20	8.282.819			
24/02/2000	17/02/00	NIN-C	SUPREMACIA DTM LITACRUZEIRO	10000	834,86	8.348.761	83.889		87.683
13/02/2000	17/02/00	NIN-C	MERCADO FIDELITARIO BRASILEIRO	10000	823,29	8.232.868			
13/02/2000	17/02/00	NIN-C	DURUMINEZ DTM LITACRUZEIRO	10000	827,23	8.272.271			
13/02/2000	17/02/00	NIN-C	DILLON S A DTMACRUZEIRO	10000	845,72	8.457.182		83.936	83.936
<b>Total 2085</b>							<b>87.689</b>	<b>83.936</b>	<b>170.625</b>
<b>2.091</b>									
23/02/2000	24/02/00	LIN	BSI DTM S ABB	20000	787,81	15.756.268			
23/02/2000	24/02/00	LIN	WALPRES S A CDTMCRUZERO DO SUL	20000	782,84	15.656.778			
23/02/2000	24/02/00	LIN	QUANTIA DTM LITACRUZEIRO	20000	788,83	15.776.643	78.887		78.887
<b>Total 2091</b>							<b>78.887</b>	-	<b>78.887</b>
<b>2.095</b>									
19/02/2000	24/02/00	LIN	UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS S A	20000	823,80	16.476.488			
19/02/2000	24/02/00	LIN	DILLON S A DTMACRUZEIRO	20000	825,26	16.505.266	128.487		128.487
19/02/2000	13/02/00	LIT	BSI DTM S ABB	20000	1.289,88	25.797.568			
19/02/2000	13/02/00	LIT	WALPRES S A CDTMCRUZERO DO SUL	20000	1.388,88	27.776.640			
19/02/2000	13/02/00	LIT	QUANTIA DTM LITACRUZEIRO	20000	1.281,42	25.629.000	342.782		342.782
19/02/2000	13/02/00	LIT	BSI DTM S ABB	20000	1.287,51	25.750.278			
19/02/2000	13/02/00	LIT	WALPRES S A CDTMCRUZERO DO SUL	20000	1.237,55	24.757.816			
19/02/2000	13/02/00	LIT	QUANTIA DTM LITACRUZEIRO	20000	1.234,30	24.686.660	345.832		345.832
20/02/2000	17/02/00	NIN-C	FUNDO BC PREV PRIV - CENTRUS EFFVBS	10000	1.123,88	11.238.488			
20/02/2000	17/02/00	NIN-C	DILLON S A DTMACRUZEIRO	10000	1.120,43	11.204.287		79.899	79.899
19/02/2000	17/02/00	LIN	MERCADO FIDELITARIO BRASILEIRO	325	709,48	230.541			
19/02/2000	17/02/00	LIN	DILLON S A DTMACRUZEIRO	7050	724,92	5.102.202			
19/02/2000	17/02/00	LIT	QUANTIA DTM LITACRUZEIRO	7050	708,72	4.977.109	410.898		410.898
19/02/2000	17/02/00	NIN-C	BDO BRASIL S ANEBCAD	20000	1.272,12	25.442.402			
19/02/2000	17/02/00	NIN-C	NOMINAL DTM LITACRUZEIRO	20000	1.269,71	25.394.780	231.186		231.186
19/02/2000	17/02/00	NIN-C	BDO BRASIL S ANEBCAD	22000	1.272,85	27.992.514			
19/02/2000	17/02/00	NIN-C	NOMINAL DTM LITACRUZEIRO	22000	1.267,71	27.877.684	285.447		285.447
<b>Total 2095</b>							<b>1.281.188</b>	<b>694.497</b>	<b>1.975.685</b>

7.000										
1612000	2072225	LFT	BDO DA AMAZONIA S AMERICADO	QUANTIA DTVM LTACRUZEIRO	30000	1.521,85	45.655.525			
1612000	2072225	LFT	QUANTIA DTVM LTACRUZEIRO	FUNDO DE PREV. PRIV. - CENTRUS EPYMB	30000	1.539,46	46.193.662	317.336		317.336
1912000	2072225	LFT	BDO DA AMAZONIA S AMERICADO	QUANTIA DTVM LTACRUZEIRO	30000	1.531,39	45.935.567			
1912000	2072225	LFT	QUANTIA DTVM LTACRUZEIRO	WALPIRES S A CCTVMCTVMZEEIRO DO SUL	30000	1.540,78	46.221.356			
1912000	2072225	LFT	WALPIRES S A CCTVMCTVMZEEIRO DO SUL	FUNDO DE PREV. PRIV. - CENTRUS EPYMB	30000	1.540,96	46.235.705	317.106		317.106
2012000	2072225	LFT	BDO DA AMAZONIA S AMERICADO	QUANTIA DTVM LTACRUZEIRO	18000	1.531,86	27.574.040			
2012000	2072225	LFT	QUANTIA DTVM LTACRUZEIRO	FUNDO DE PREV. PRIV. - CENTRUS EPYMB	18000	1.542,46	27.754.173	180.128		180.128
2612000	1522225	LFT	ADLIVE DTVM LTACRUZEIRO	QUANTIA DTVM LTACRUZEIRO	8071	1.531,86	12.468.083			
2612000	1522225	LFT	QUANTIA DTVM LTACRUZEIRO	FUNDO DE PREV. PRIV. - CENTRUS EPYMB	8071	1.540,96	12.440.473	81.548		81.548
3822000	1522225	NTM-C	UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRAS S A	DILLON S A DTVMCTVMZEEIRO	10000	1.375,37	13.768.864			
3822000	1522225	NTM-C	DILLON S A DTVMCTVMZEEIRO	FUNDO DE PREV. PRIV. - CENTRUS EPYMB	10000	1.376,17	13.781.759	73.075		73.075
8822000	1522225	NTM-C	UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRAS S A	WALPIRES S A CCTVMCTVMZEEIRO DO SUL	10000	1.288,88	12.888.015			
8822000	1522225	NTM-C	WALPIRES S A CCTVMCTVMZEEIRO DO SUL	QUANTIA DTVM LTACRUZEIRO	10000	1.267,48	12.674.028			
8822000	1522225	NTM-C	QUANTIA DTVM LTACRUZEIRO	FUNDO DE PREV. PRIV. - CENTRUS EPYMB	10000	1.264,03	12.640.279	183.262		183.262
1012000	1522225	NTM-C	PRIMORIAL CELS-I FRYATONTEL	QUANTIA DTVM LTACRUZEIRO	10000	1.256,56	12.565.644			
1012000	1522225	NTM-C	QUANTIA DTVM LTACRUZEIRO	DILLON S A DTVMCTVMZEEIRO	10000	1.276,84	12.768.288			
1012000	1522225	NTM-C	DILLON S A DTVMCTVMZEEIRO	FUNDO DE PREV. PRIV. - CENTRUS EPYMB	10000	1.280,39	12.803.652	193.965		193.965
1122000	1522225	NTM-C	PRIMORIAL CELS-I FRYATONTEL	QUANTIA DTVM LTACRUZEIRO	10000	1.257,56	12.574.620			
1122000	1522225	NTM-C	QUANTIA DTVM LTACRUZEIRO	FUNDO DE PREV. PRIV. - CENTRUS EPYMB	10000	1.280,16	12.801.837	211.617		211.617
							Total 2005	1.845.629		1.845.629
2.004										
2812000	1522225	NTM-C	FUNDO DE PREV. PRIV. - CENTRUS EPYMB	DILLON S A DTVMCTVMZEEIRO	21500	1.255,24	26.991.880			
2812000	1522225	NTM-C	DILLON S A DTVMCTVMZEEIRO	FATOR DONA ATERINO S A CVMCN	21500	1.256,23	26.920.433			
2812000	1522225	NTM-C	FATOR DONA ATERINO S A CVMCN	BDO SANTANDER BRAS S A	21000	1.371,72	28.803.176	181.337		181.337
							Total 2004	181.337		181.337
							Total Geral	2.026.966	826.967	2.853.933

Observando, por exemplo, a cadeia negocial do dia 19 de março de 2003, verificou-se que o início da cadeia aconteceu quando a Quantia DTVM adquiriu um lote de 30.000 LFTs com vencimento para o ano de 2005 (papéis de curtíssimo prazo) do Banco da Amazônia pelo preço de R\$ 1.530,39. Em seguida, a Quantia DTVM vendeu à corretora Walpires o mesmo lote ao preço unitário de R\$ 1.540,78. Por fim, a Centrus adquiriu da Walpires CCTVM o referido lote de LFTs ao preço unitário de R\$ 1.540,96. Esta operação ocasionou um ganho para os intermediários de R\$ 317 mil na negociação, levando-se em consideração a diferença entre o preço inicial da compra e o preço da aquisição pelo fundo. O ganho auferido pela Quantia nessa operação foi de R\$ 315 mil.

É importante evidenciar que os preços pagos pela Centrus nessas negociações oscilaram entre 0,6% e 1,4% em relação ao preço de venda no início de cada cadeia negocial. A situação da Centrus pode ser considerada bem mais favorável, se comparada à de outras entidades, pois algumas delas apresentaram diferenças às vezes superiores a 30%. Interessante notar que, ao ser questionado se estas negociações poderiam apresentar diferença nos preços unitários acima de 10%, o Sr. Ricardo manifestou: "...Me parece que é muito."

Entretanto, independentemente das variações não terem sido significativas, chamou a atenção, no quadro das cadeias negociais, a presença constante da Quantia DTVM e da Dillon DTVM. Os trabalhos da

Sub-relatoria revelaram que essas distribuidoras participaram de forma



recorrente de operações que provocaram perdas relevantes em outros fundos. Foi constatado, também, que pagavam à terceiros parcela substancial dos ganhos auferidos, a título de comissão pela indicação das operações.

Sobre os controles de monitoramento existentes nas operações com títulos públicos, Sr. Ricardo informou o seguinte:

*A gente busca aferir, mas aí já é posterior ao negócio, a gente busca aferir qual que foi a nossa divergência em relação ao preço médio que é o preço que realmente conta. O preço médio seria como o preço tabela do automóvel. Eu posso afirmar ao senhor que a divergência dos títulos comprados pela Centrus em relação ao preço médio é divulgado pelo Banco Central, está situado em cerca de 0,5% do que seria a rigor, a rigor o preço que se paga na corretagem.*

Tal informação se encaixou perfeitamente com os números apurados pela Sub-relatoria.

#### **9.4.1.9.1.2 Derivativos (BM&F)**

No levantamento de informações, a Sub-relatoria verificou que a Centrus demonstrou uma postura diferenciada em relação às demais entidades, que têm apresentado um volume expressivo de operações operadas na BM&F.

O Sr. Ricardo Monteiro declarou que a Centrus decidiu não operar na BM&F, pois entende que, por ser fundo de pensão do Banco Central, deveria apresentar um perfil conservador. Além disso, o depoente afirmou que, em 2001, a Centrus atuou na BM&F com o objetivo de fazer uma proteção (*hedge*) em uma pequena parte da carteira. No entanto, segundo o Sr. Ricardo, a necessidade de realizar ajustes diários, que exigem o desembolso de quantias que afetam o balanço, impondo custos considerados incompatíveis para o tamanho da carteira da entidade, fez com que a Centrus optasse por não investir nesse mercado.

#### **9.4.1.9.1.3 Operações com CDBs / RDBs e cotas de fundos (Cetip)**

As investigações conduzidas pela Sub-relatoria demonstraram que a Centrus concentrou investimentos em CDBs de diversas instituições de pequeno e médio porte. Dentre essas instituições, destacou-se o Banco Santos, que recebeu recursos de R\$ 32 milhões no primeiro semestre de 2004. Ao ser questionado sobre os critérios para escolha e o

direcionamento dos recursos ao Banco Santos, o Sr. Ricardo mencionou:

*Nós fizemos um investimento totalmente dentro das regras (...) nós seguimos o nosso regulamento, nós usamos empresa de ranqueamento de bancos, para avaliar como que estava a situação do banco, o nosso sistema interno mostrava que os balanços do banco estavam saudáveis, nós fizemos um investimento em maio de 2004, quando (...) o banco vinha num crescendo muito grande (...), divulgado pelos jornais, por revistas semanais, eu não sei o que, e fizemos um investimento de 12 milhões, 40 dias depois tivemos nova folga de caixa, investimos mais 20 milhões, isso ocorreu em primeiro de julho.*

Nada obstante, o mercado, durante vários meses, caracterizou os investimentos no Banco Santos como aplicações de alto risco de crédito.

Um fato que comprovou esta afirmação foi o rebaixamento de seu *rating* pela agência de classificação de riscos Moody's, em junho de 2003.

O quadro a seguir foi extraído do terminal eletrônico da agência internacional de notícias e informações *Bloomberg*, e contempla o histórico das classificações de risco atribuídas pela Moody's para certificados de depósitos bancários (*Local LT Bank Deposits*).

	RATING	EFFECTIVE
1		
2		
3		
4	B1	6/1/03
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		

Segundo o quadro acima, em 4 de junho de 2003 o Banco Santos foi classificado como *rating* “B1” em sua primeira classificação de risco feita pela Moody's. Risco do tipo “B” representa, segundo a referida agência, “qualidade pobre de crédito” e que a “segurança sobre o pagamento pontual de obrigações relacionadas a certificados de depósito de longo prazo é baixa.”

Em 15 de novembro de 2004, após a intervenção do Banco Central, o Banco Santos teve sua classificação alterada para “Caa1”.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4313</b>
Doc:
167

Instituições com esta categoria de risco representam, segundo definição da *Moddy's*, “crédito de qualidade extremamente baixa” e que “tais instituições podem estar em *default* (inadimplentes) ou pode haver elementos que coloquem em dúvida sua capacidade financeira.”

Em suma, desde junho de 2003, o Banco Santos teve seus certificados de depósitos qualificados como de pobre qualidade de crédito. Em se tratando de certificados de longo prazo, a segurança sobre o pagamento das obrigações foi considerada baixa.

Apesar das repetidas justificativas do Sr. Ricardo Monteiro de Castro Melo no sentido de que todos os procedimentos de avaliação de risco foram estritamente seguidos para minimizar o risco de perdas em bancos considerados de segunda linha, é difícil compreender como investimentos desta magnitude não foram evitados mediante a existência de fartas indicações de problemas de liquidez do Banco Santos.

É importante frisar que houve condições de os fundos de pensão terem acesso formal e informal sobre a saúde financeira do Banco Santos.

Nesse sentido, relevante mencionar que a empresa de auditoria Trevisan havia emitido parecer sobre as demonstrações contábeis do Banco Santos, até 30 de junho de 2004, fazendo advertências sobre a deterioração da situação patrimonial daquele banco e que a Centrus teve acesso a tal documento mais de 30 dias antes da intervenção. Portanto, havia um conjunto de informações concretas – e mais que suficientes – para colocar a direção da entidade a par da saúde financeira do Banco Santos.

A Previ, igualmente, aplicou recursos em CDBs do Banco Santos. Entretanto, sua direção decidiu fazer o resgate, entendendo que os ganhos auferidos já haviam sido suficientes, tendo em vista as evidências que se afiguravam em relação à capacidade financeira do Banco Santos. O depoimento a seguir, do ex-diretor de investimentos da Previ, Sr. Luiz Carlos Siqueira de Aguiar, relata a posição adotada pela Previ:

*Bom, todo o negócio que você tem, que você administra (...) tem que ter uma capacidade muito pró-ativa de entender o que está acontecendo no mercado. Eu acho que qualquer negócio, ou seja, em qualquer setor (...) você fica atento a tudo que ocorre. E no caso da Previ não é diferente. Nós temos uma área de risco que monitora constantemente, tudo que vem se passando com as instituições financeiras, o que vem se falando (...) que está na comunicação entre as Instituições, e de qualquer forma, as avaliações eram permanentemente feitas (...) reavaliações que eram feitas constantemente, que se chegou a conclusão que a gente não deveria mais aplicar determinado momento nesse Banco. Aliás, conclusão absolutamente correta, não é? Haja vista*

*o que ocorreu. Então foi isso, eu acho que a forma de operar, se você quer operar com determinado tipo de negócio você tem que estar atento ao seu risco, a sua contra parte, não é? Com quem você está operando, então foi isso.*

#### **9.4.1.9.2 Investigações da SPC e da CVM**

A Sub-relatoria apurou no curso de suas investigações que tanto o Sr. Ricardo Monteiro quanto o presidente da fundação, Sr. Pedro

Alvin, foram alvos de investigação da CVM por meio do processo SP nº 2004/0168, de 10 de maio de 2005, que analisou as operações da Centrus e verificou as seguintes irregularidades:

- indícios de práticas não eqüitativas de negociação;
- alienação sistemática de opções realizadas a preços inferiores aos justos;
- perdas recorrentes nos ajustes diários;
- envolvimento de pessoas que foram sujeitas a sanção por parte da SPC.

Com essas informações, os dirigentes foram autuados pela Secretaria de Previdência Complementar, que decidiu aplicar as penas de multa e “inabilitação para o exercício do cargo”. Ressalte-se, entretanto, que os acusados protocolaram recurso para julgamento pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar. Desse modo, a atual direção ainda permanece exercendo suas atividades.

Ao tomar conhecimento dos fatos, o Banco Central, patrocinador da Centrus, instaurou uma auditoria na fundação, para apurar as irregularidades apontadas pela SPC e pela CVM. Sobre essa auditoria, o Sr. Ricardo assim declarou:

*O Banco Central tomou o cuidado de levar auditores de áreas diversas, auditores esses que não tinham vínculo nenhum a Centrus, são funcionários novos, posteriores aquelas questão que eu falei aqui do, da transformação do funcionalismo do banco em RJU. E bom, a fundação, a auditoria do Banco Central foi levada a efeito, eles apuraram o resultado totalmente diverso da SPC.*

Além disso, segundo o depoente, a Centrus contratou a fundação Getúlio Vargas para analisar as operações de opções realizadas pela entidade, objeto da investigação da CVM. Afirmou, também, que possui total confiança na reversão da decisão da SPC.

Além do processo anteriormente mencionado, a Centrus, na pessoa do seu Presidente, o Sr. Pedro Alvin, responde a outros Autos de



Infração expedidos pela SPC, ambos instaurados em 2001 e relacionados a desenquadramentos de aplicações em debêntures e ações.

#### **9.4.1.9.3 Dos Envolvidos**

##### **9.4.1.9.3.1 Srs. Ricardo Monteiro de Castro Melo e Pedro Alvin**

Apesar do Sr. Ricardo Monteiro de Castro Melo, que desempenha suas funções de Diretor Financeiro desde 1999, ter promovido resultados financeiros e atuariais em níveis satisfatórios e ter implementado uma estrutura de *compliance* na entidade, não se pode dirimir a responsabilidade do mesmo pelas perdas significativas incorridas nos investimentos realizados pela fundação no Banco Santos (R\$ 32 milhões). Não se pode conceber que um fundo de pensão do porte da Centrus, com uma das melhores estruturas apresentadas a esta CPMI quanto ao controle e aos métodos de trabalho adotados, perca o volume de recursos apresentado com tantas evidências circulando no mercado.

No entanto, deve-se deixar claro que a Sub-relatoria percebeu uma nítida relação de independência entre a Centrus e seu patrocinador, o Banco Central. Se esse relacionamento não fosse transparente, sem dúvida poderia haver favorecimento por parte do Banco Central aos seus servidores, o que, de fato, não ocorreu.

Adicionalmente, o Sr. Ricardo Monteiro foi objeto de autuação da SPC, com base em diligência realizada pela CVM por operações que, supostamente, causaram perdas de R\$ 36 milhões em benefício de um grupo de oito investidores.

O Sr. Pedro Alvin, Presidente da fundação desde 1997, responde pelo mesmo processo em que ambos foram multados e inabilitados a exercer a função de dirigente de entidades de previdência complementar.

##### **9.4.1.9.4 Considerações finais**

A Centrus, por sua política conservadora, vem apresentando resultados positivos e cumprindo suas metas atuariais. O quadro a seguir demonstra o desempenho da entidade durante o período sob análise da CPMI:

em R\$ mil	2000	2001	1999	2002	2004
<b>Programa de Investimentos</b>					
Renda Fixa	1.460.998	1.641.213	2.045.779	2.363.915	2.399.370
Renda Variável	1.951.892	1.646.507	1.545.449	2.122.417	3.132.480
Investimentos Imobiliários	267.351	261.162	233.374	318.199	334.752
Operações com Participantes	302.923	293.541	283.517	318.049	317.265
Outros realizáveis	-	-	-	-	-
	3.982.964	3.842.423	4.112.919	5.112.240	6.233.317
<b>Resultado</b>					
Renda Fixa	194.138	210.145	441.160	479.734	406.136
Renda Variável	389.383	370.671	174.335	864.346	1.161.877
Investimentos Imobiliários	48.006	21.353	24.136	30.094	23.967
Operações com Participantes	43.246	42.126	44.794	73.972	44.308
Outros realizáveis	-	(331)	(1.090)	(3.362)	(678)
	675.243	654.814	683.167	1.494.844	1.637.810
<b>Resultado do Exercício</b>	296.406	318.243	224.060	747.270	348.477
<b>Superávit (déficit) técnico</b>	291.325	273.682	498.342	1.246.612	1.635.089

Tal quadro evidencia que a Centrus manteve equilíbrio na concentração de investimentos nos mercados de renda fixa e variável. No período de investigação desta CPMI, foram observados prejuízos, apenas no ano de 2001, nas operações de renda variável, que são explicados pela volatilidade do mercado de Bovespa e BM&F à época.

O Sr. Ricardo informou que sempre houve preocupação, por parte da Diretoria, em montar uma estrutura forte de controles internos e *compliance*, atualmente exercido pela gerência de riscos da fundação, e, também, em manter um estilo extremamente conservador nos investimentos realizados, concentrando grande parte dos recursos em renda fixa.

No entanto, ficaram evidentes as perdas incorridas pela entidade em investimentos realizados no Banco Santos, totalizando R\$ 32 milhões. Tal fato caracterizou total inconsistência com os procedimentos internos da Centrus, minuciosamente descritos no depoimento.

Esse resultado levanta suspeitas sobre a direção da Centrus, pois ficou evidente que o diretor de investimentos é pessoa qualificada para o cargo, não podendo, assim, incorrer em erro de tamanha grandeza.

Ainda assim, tendo em vista a possibilidade do contraditório, as perdas poderiam ter sido evitadas mediante um acompanhamento adequado das informações de mercado, algo que deve ser observado e providenciado pelos dirigentes do fundo, de maneira a mais bem adequar as análises realizadas.

#### 9.4.1.10 Petros



A Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros é uma entidade de previdência complementar, constituída sob a forma de uma Sociedade Civil, instituída pela Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) em 1969. Atualmente, a Petros é um fundo multipatrocinado que tem como participantes:

#### Empresas estatais

- Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras)
- Petrobras Química S/A (Petroquisa)
- Petrobras Transporte S/A (Transpetro)
- Alberto Pasqualini - Refap S/A (Refap S/A)
- Petrobras Distribuidora S/A (BR)
- Sanasa - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A

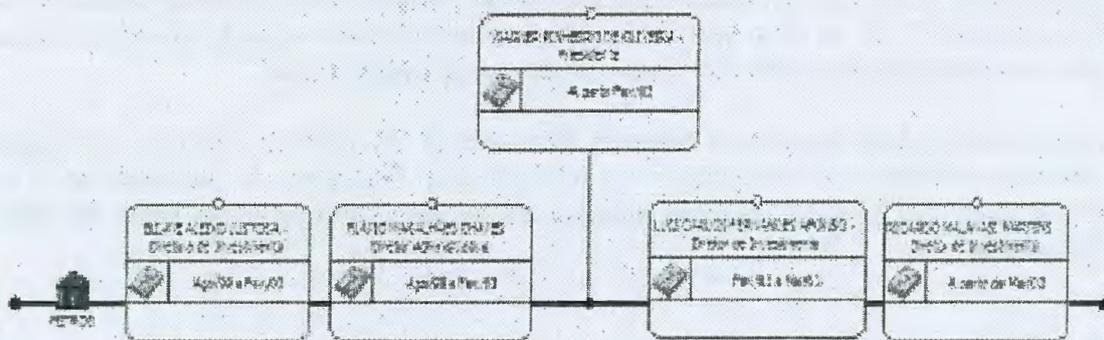
#### Empresas privadas:

- Braskem S/A
- Caraú Transportes e Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.
- Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A - CDSA
- Concepa *Free Way* Concessionária da Rodovia Osório
- Porto Alegre - S/A
- Copesul - Cia. Petroquímica do Sul
- DBA Engenharia de Sistemas Ltda.
- DSM Elastômeros Brasil Ltda.
- IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás
- Nitriflex Indústria e Comércio
- Petroflex Indústria e Comércio
- Petromarketing Consultoria S/C
- Petroquímica Triunfo S/A
- PQU - Petroquímica União S/A
- Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
- Repsol YPF Brasil S/A
- Repsol YPF Distribuidora S/A
- SAT - Satélite Distribuidora de Petróleo S/A
- Ultrafertil S/A
- FIEPE - Federação das Indústrias de Pernambuco
- IEL/PE - Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi em Pernambuco
- SENAI/PE - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional de Pernambuco
- SESI/PE Serviço Social da Indústria – Departamento Regional de Pernambuco

É objetivo da Petros complementar os benefícios previdenciários a que têm direito os funcionários de seus patrocinadores e dela própria. Em 31 de dezembro de 2004, os ativos totais da Petros correspondiam a 15% do total de investimentos dos fundos de pensão

patrocinados por empresas públicas. No período sob análise da CPMI, o fundo de pensão teve quatro diretores financeiros, conforme se vê abaixo:

### DIRIGENTES DA PETROS



No curso das investigações, não foram constatados indícios de desvios e irregularidades nas operações financeiras conduzidas pela Petros nos mercados que foram objeto de análise. Tal situação reflete a ostensividade dos procedimentos de controle interno sobre as transações realizadas no âmbito do mercado financeiro e de capitais. De agosto de 1999 a janeiro de 2003, a diretora financeira da Petros foi a Sra. Eliane Aleixo Lustosa. Cabe salientar que o estatuto da Petros foi modificado para viabilizar a contratação da Sra. Eliane Aleixo Lustosa, uma vez que, até aquele momento, só era permitida a contratação de diretores que fizessem parte do quadro de funcionários da Petrobras.

A Sra. Eliane Aleixo Lustosa afirmou, em depoimento na Subrelatoria, ter sido indicada para o cargo pelo Presidente da fundação, o Sr. Carlos Flori, devido a sua experiência na área financeira. Apesar de a Sra. Eliane Aleixo Lustosa não possuir experiência anterior direta em mercados financeiros, a montagem da equipe de analistas foi toda direcionada para a contratação de profissionais que complementassem o seu perfil, para a estruturação de normas e procedimentos formais com o objetivo de aprimorar as bases de *compliance* da fundação. A Sra. Eliane Aleixo Lustosa se retirou da posição de diretora financeira da Petros em fevereiro de 2003.

O Sr. Flávio Magalhães Chaves ocupou o cargo de diretor administrativo da Petros no mesmo período da Sra. Eliane Aleixo Lustosa, tendo sido indicado pelo Sr. Albano Gonçalves, ex-diretor da Petros, que com ele havia trabalhado no passado. O Sr. Flávio Magalhães Chaves deixou a Petros em fevereiro de 2003, haja vista ter ocorrido a mudança de gestão da principal patrocinadora (Petrobras), ocasião da posse do novo Governo Federal, em janeiro de 2003.

Questionado, em depoimento na Sub-relatoria, sobre como reagiu, em razão de sua saída ter sido decorrente da mudança de governo, o Sr. Flávio Magalhães Chaves declarou o seguinte: “...Normalmente, a Diretoria foi toda mudada. Eu sabia, aquilo era uma coisa esperada”

RQS nº 03/2005 - CN =	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	4316
173	
Doc:	

Em substituição à Sra. Eliane Aleixo Lustosa, em janeiro de 2003 assumiu a diretoria financeira, bem como toda a nova diretoria capitaneada pelo Sr. Wagner Pinheiro, o Sr. Luís Carlos Fernandes Afonso, por indicação do Sr. Wilson Santarosa, Presidente, à época, do conselho deliberativo da fundação.

Questionado sobre sua saída da Petros após curta passagem pela diretoria financeira, o Sr. Luis afirmou: “...É, eu diria que foi um outro desafio olocado naquele momento e eu achei por bem assumir a Secretaria de Finanças da cidade de São Paulo.”

Nesta mesma data, assumiu a diretoria financeira o Sr. Ricardo Malavazi Martins que, conforme declarou na Sub-relatoria, foi indicado pelo Presidente da fundação, Sr. Wagner Pinheiro. O Sr. Ricardo Malavazi Martins possui doze anos de experiência no mercado financeiro.

#### 9.4.1.10.1 Das Transações

##### 9.4.1.10.1.1 Bancos BMG e Rural

A Sub-relatoria analisou o volume de recursos investidos pela Petros nos bancos BMG e Rural, entre janeiro de 2000 e agosto de 2005, com a finalidade de identificar eventuais variações e concentrações de aplicações nessas instituições, conforme as tabelas abaixo:

Aplicações da Petros nos Bancos BMG e Rural – Valores Nominais

PETROS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	TOTAL
Banco Rural	13.580.000				17.800.000		31.380.000
Banco BMG	36.000.000	15.000.000	2.000.000	13.560.000	33.457.000	11.900.000	111.917.000
<b>TOTAL</b>	<b>49.580.000</b>	<b>15.000.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>13.560.000</b>	<b>51.257.000</b>	<b>11.900.000</b>	<b>143.297.000</b>

Aplicações da Petros nos Bancos BMG e Rural – Valores nominais corrigidos pelo CDI

PETROS	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Cotas de FIF's Banco BMG	121.504.012	125.939.378	61.261.814			
Risco Máx.CDB - Banco BMG	63.139.829	2.180.777	3.807.593	12.213.087	32.314.631	19.836.019
Cotas de FIF's Banco Rural						
Risco Máx.CDB - Banco Rural	59.108.910				12.892.919	4.781.606
<b>TOTAL</b>	<b>243.752.750</b>	<b>128.120.155</b>	<b>65.069.407</b>	<b>12.213.087</b>	<b>45.207.549</b>	<b>24.617.625</b>

Como podemos observar nas tabelas acima fica evidente que não houve concentração de aplicações da Petros nos anos de 2003 e 2004, demonstrando não haver qualquer relação entre os investimentos e os repasses do Esquema do Senhor Marcos Valério à partidos e políticos. Assim, não há nenhuma fundamentação nos dados concretos da Petros que

comprove qualquer tipo de mudança dos comportamentos dos atuais gestores em relação aos dois bancos em questão.

Destacamos também que no caso da PETROS, as aplicações em CDBs são feitas por gestores terceirizados de Fundos com mandato de investimento discricionário. Ou seja, não há intervenção da Fundação na definição da data de aquisição do CDB, do banco escolhido para emitir o CDB ou do volume a ser aplicado, pois os gestores terceirizados são os responsáveis por estas operações. Assim, é completamente infundado qualquer tipo de associação de datas de investimentos nos bancos BMG e Rural, com eventos externos tais como votações no congresso ou empréstimos. Também não é levado em consideração o fato de que tais aplicações respeitaram rigorosamente princípios de mercado, gerando rentabilidade consistente para os participantes dos Fundos de Pensão.

#### **9.4.1.10.1.2 Contratos de serviços**

##### **9.4.1.10.1.2.1 DBA Engenharia Ltda**

Contrato da Petros com DBA Engenharia de Sistemas Ltda, celebrado em 02/05/2000, por 24 meses.

Objeto: Serviços de manutenção e melhoria de sistemas e de desenvolvimento de sistemas

Valor Total Original: R\$4.750.000,00

- Manutenção: R\$1.500.000,00
- Desenvolvimento: R\$3.250.000,00

Forma de reajuste contratual: Após 12 meses, reajuste pelo índice do IGP-M acumulado no período;

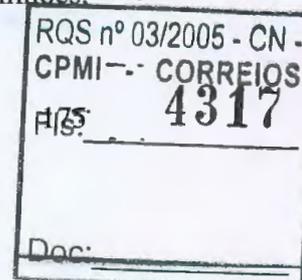
1º Aditivo (19/03/2001) – Alteração de cláusula referente à obrigação da Contratada no que tange a despesas decorrentes de transportes, instalações e manutenção de equipamentos, sem reflexo nos valores pactuados.

02/05/2001 - data prevista para 1º reajustamento de preços: Reajuste pelo IGP-M (Maio/2000 a Abril/2001) – 10,4365% (não efetivado)

Valor Total Original: R\$5.245.733,70

- Manutenção: R\$1.656.547,50
- Desenvolvimento: R\$3.589.186,20

2º Aditivo (28/06/2001) – Alteração do subitem 4.1.1 da cláusula Quarta do Contrato, passando o valor referente aos Serviços de Manutenção para R\$ 3.587.448,00 (três milhões.



quinhentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e quarenta e oito reais), ou seja, R\$1.500.000,00 + R\$2.087.448,00, incluindo neste valor adicional o reajuste contratual previsto (10,4365%) e incorporação de serviços não previstos no escopo original do Contrato, além do equilíbrio financeiro do Contrato. O valor total do Contrato passa a ser de R\$ 6.837.448,00 (seis milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e oito reais).

Valor Total depois do 2º Aditivo : R\$6.837.448,00

- Manutenção: R\$3.587.448,00
- Desenvolvimento: R\$3.250.000,00

3º Aditivo (28/09/2001) – Alteração do subitem 4.1.2 da cláusula Quarta do Contrato, passando o valor referente aos Serviços de Desenvolvimento para R\$3.767.070,40 (três milhões, setecentos e sessenta e sete mil e setenta reais e quarenta centavos), ou seja, R\$3.250.000,00 + R\$517.070,40. Este valor adicional se destinou ao desenvolvimento do módulo ALM Atuarial do Plano Petrobras Vida, não previsto no escopo original do Contrato. O valor total do Contrato passa a ser de R\$7.354.518,40 (sete milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e dezoito reais e quarenta centavos).

Valor Total depois do 3º Aditivo: R\$7.354.518,40

- Manutenção: R\$3.587.448,00
- Desenvolvimento: R\$3.767.070,40

4º Aditivo (30/04/2002) – Prorrogação do Contrato por mais 24 meses, alterando o item 4.1 e seus subitens 4.1.1 a 4.1.3 da cláusula Quarta do Contrato, passando o valor referente aos Serviços de Manutenção dos sistemas para R\$4.116.149,76 (quatro milhões, cento e dezesseis mil, cento e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos), acrescendo o Serviço de Manutenção do sistema GNP, não previsto no contrato original, ao valor estimado de R\$2.200.989,12 (dois milhões, duzentos mil, novecentos e oitenta e nove reais e doze centavos) e Serviços de Desenvolvimento de sistemas com valor estimado de R\$3.250.000,00 (três milhões duzentos e cinquenta mil reais).

Valor Total deste Aditivo: R\$9.567.138,88

- Serviços de Manutenção: R\$4.116.149,76
- Serviços de Manutenção do GNP: R\$2.200.989,12
- Serviços de Desenvolvimento: R\$3.250.000,00

Decorrente da assinatura do 2º, 3º e 4º Aditivos o valor global do Contrato passou a ser de R\$16.921.657, 28 (dezesseis milhões, novecentos e vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos).

Valor Global do Contrato (corresponde ao valor total original + valores dos Aditivos): R\$16.921.657, 28.

- Valor Total do Contrato Original: R\$4.750.000,00
- Valor Total do 2º Aditivo: R\$2.087.448,00
- Valor Total do 3º Aditivo: R\$517.070,40

- Valor Total do 4º Aditivo: R\$9.567.138,88

#### **9.4.1.10.1.2.2 Tecnocoop Informática - Cooperativa de Trabalho de assistência Técnica e Equipamentos de Processamento de Dados Ltda - fundo Petros**

Contrato da Petros com Tecnocoop Informática – Cooperativa de Trabalho de Assistência Técnica a Equipamentos de Processamento de Dados Ltda, celebrado em 03/12/2001, por 24 meses.

Objeto: Prestação de serviços de processamento de dados no gerenciamento de Ambiente de Rede

Valor Total Original estimado: R\$352.240,00

- Preço Total estimado: R\$338.640,00
- Valor estimado pagamento HE: R\$13.600,00

Forma de reajuste contratual: Após 12 meses, reajuste pelo índice do INPC acumulado no período;

1º Aditivo (29/04/2002) – Alteração dos itens 4.1 e 4.2 da cláusula Quarta do contrato, passando o valor total estimado do contrato para R\$577.920,00 (quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e vinte reais) e o valor para pagamento de HE para R\$23.127,00 (vinte e três mil, cento e vinte e sete reais), para corrigir desequilíbrio econômico-financeiro nos primeiros meses de contrato, em face da necessidade de alocação de profissionais mais experientes e com perfil técnico mais apurado, de forma a atender melhor às características do ambiente Petros.

Valor Total depois do 1º Aditivo: R\$601.047,00

- Valor Total Original estimado: R\$352.240,00
- Valor deste Aditivo: R\$248.807,00

02/12/2002 - data prevista para 1º reajustamento de preços: Reajuste pelo INPC (Dez/2001 a Nov/2002) – 12,55%, reajuste considerando valores residuais do Contrato.

Valor Total estimado do Contrato com correção: R\$635.120,81

- Preço Total corrigido e ajustado no sistema GAF: R\$611.993,81 (5,89%)
- Valor estimado pagamento HE: R\$23.127,00

2º Aditivo (03/12/2003) – Prorrogação do Contrato por mais 12 meses, alterando o índice previsto para reajustamento de preço de INPC para IPCA, por conveniência da Petros, corrigindo o valor estimado para o contrato em 10,96% (IPCA de DEZ/2002 a NOV/2003). O valor total estimado deste Aditivo é de R\$405.751,68 (quatrocentos e cinco reais, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos), incluindo R\$15.000,00 (quinze mil reais) para pagamento de valores estimados com HE.

RQS nº 03/2005 - CA
CPMI - CORREIO
Fis. 4318
77
Doc:

Valor Total estimado do 2º Aditivo: R\$405.751,68

- Preço Total estimado: R\$390.751,68
- Valor estimado pagamento HE: R\$15.000,00

Decorrente das assinaturas dos 1º e 2º Aditivos, o valor global do Contrato passou a ser de R\$1.040.872,49 (um milhão, quarenta mil, oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e nove centavos).

Valor Global do Contrato (corresponde ao valor total original + valores dos Aditivos): R\$1.040.872,49.

- Valor Total do Contrato Original: R\$352.240,00
- Valor Total do 1º Aditivo: R\$248.807,00
- Parcela de correção (02/12/2002): R\$34.073,81
- Valor Total do 2º Aditivo: R\$405.751,68

#### **9.4.1.10.1.3 Ágio da aquisição de CVS por fundo de investimento**

Primeiro ponto a ser destacado é relembrar que a Petros e os demais Fundos de Pensão são classificados como “investidores qualificados” pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), diferentes dos investidores em geral, que somente tem acesso a produtos considerados “comuns” do sistema financeiro ou do mercado de capitais. A CVM, portanto, reconhece que os investidores qualificados (que possuem expertise e volume de recursos acima dos investidores comuns) podem atuar em mercados que exijam conhecimentos específicos dos investimentos.

Deste ponto de vista, os Fundos de Pensão são considerados aptos a investirem em produtos considerados incomuns pelos pequenos investidores, justamente com o objetivo de auferirem uma rentabilidade diferenciada. O Fundo de Direitos Creditórios FCVS-ASM é um típico produto para investidores qualificados, com perspectiva de longo prazo e de diversificação da carteira, como um Fundo de Pensão. Assim, inicialmente, é preciso deixar claro de que não há, portanto, nenhuma razão para questionar a priori a participação da Petros em investimentos desse tipo, totalmente dentro da regulamentação dos Fundos de Pensão, de regras de mercado e de estratégias de gestão de investimentos que usam a diversificação do risco para aumentar de forma segura a rentabilidade.

Na Petros, investimentos neste tipo de produto estão na Política de Investimento, aprovada pelo órgão máximo da instituição, o Conselho Deliberativo - composto com três membros eleitos diretamente pelos participantes e três membros indicados pela maior patrocinadora – desde o final de 2003. Além da aprovação da aplicação de R\$ 70 milhões neste Fundo ter sido aprovado pela diretoria executiva, também foi recomendado pelo Comitê de Investimentos da Petros, formado por três gerentes da Fundação e três membros externos (um representante dos participantes, um representante da maior patrocinadora e um representante da segunda maior patrocinadora). A aplicação neste Fundo foi amplamente discutida dentro das instâncias de decisão da Petros, como todos os projetos avaliados pela instituição, dentro de parâmetros estritamente técnicos.

Tal Fundo foi estruturado pela ASM Asset Manegment a partir da compra de títulos de FCVS e CVS da carteira da Rioprevidência. Dessa carteira, a ASM estruturou dois fundos. Um permaneceu com os contratos originais, que aparentemente permaneceu com a Rio Previdência, e o outro foi estruturado com os Direitos Creditórios do FCVS.

A Petros investiu no FIDC ASM em março de 2005, baseando-se em preços de mercado para os títulos FCVS, com desconto de face próximo a 49%, como dito ao sub-relator dos Fundos de Pensão. Esse preço de mercado, apesar de restrito a investidores qualificados, pode ser averiguado por leilões públicos realizados recentemente de títulos FCVS com características semelhantes. A rentabilidade esperada desse Fundo deve alcançar em torno de 135% da taxa CDI, muito acima dos demais FIDCs.

Cumpre-nos frisar que a Petros não poderia ter negociado diretamente com a Rio Previdência pois essa operação é vedada pela legislação, pelo fato de que a Rio Previdência não é uma gestora de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios autorizada pela CVM. A Petros seria irresponsável se adquirisse um título FCVS sem ter um gestor capaz de depurar (transformar) tais títulos em CVS, que são títulos do Tesouro Federal com alta liquidez. Essa expertise é oferecida pelos gestores do Fundo ASM CVS.

Não foi apresentada nenhuma evidência de perda para a Petros e nem qualquer tipo de irregularidade.

#### **9.4.1.10.1.4 Operação com a Telemar e a empresa GameCorp**

Conforme amplamente divulgado pela imprensa, a Telemar, empresa na qual a Petros possui participação, realizou investimentos de R\$ 5 milhões na gameCorp S/A, empresa produtora e provedora de material de informática voltado para aparelhos celulares. A Petros, juntamente com a Previ, possui 19,9% da empresa Telemar, que por sua vez, é detentora de 18,4% da holding Tele NorteLeste Participações S/A, ou seja, as duas entidades de previdência possuem 3,66% da holding do Grupo Telemar, do qual participa, também, o BNDES, com 4,7%.

Os fundos de pensão são instituições de interesse público, porque lidam com a poupança de seus afiliados, além de contarem com aporte de recursos e solidariedade, por razões jurídicas, do setor público. De se mencionar, ainda, que os fundos de pensão formam uma das principais instâncias de geração de poupança e, portanto, de financiamento de longo prazo, em qualquer economia desenvolvida.

O espelho deste último argumento está na convocação, se assim pode ser dito, desses fundos para participarem no financiamento do expressivo projeto nacional de desestatização, responsável pela modernização da infra-estrutura nacional, em especial, da área de telecomunicações. Ao início da privatização, havia incertezas sobre o sucesso daquelas empresas que, ao serem afastadas da órbita pública, poderiam perder preferências e influências, o que impactaria negativamente os respectivos resultados operacionais.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4319</u> 179 -
Doc: _____

Para superar esta barreira, a administração pública federal coordenou a participação dos fundos de pensão, constituindo consórcios que deram viabilidade ao processo.

O Presidente da Petros, o Sr. Wagner Pinheiro, em seu depoimento na “CPMI da Compra de Votos”, afirmou desconhecer as características da transação. Em suas palavras: *“a única coisa que podemos fazer, enquanto acionistas, é pedir esclarecimentos à Telemar sobre ao negócio realizado e que, portunamente, posso enviar ao senhor a resposta que recebemos”*.

Esta Sub-relatoria está convencida de que o então Presidente disse a verdade: A Petros não foi consultada e sequer informada desse projeto.

O representante da Petros não tem poder de influência sobre as decisões operacionais da Telemar. Pois, a Fundação não possui assento no Conselho de administração da Telemar, pelo motivo de seu afastamento dessa condição pela ANATEL em 2001, pois detem o controle da Brasil Telecom.

O que foi dito pelo presidente da Fundação, Wagner Pinheiro e pelo Diretor de Investimentos, Ricardo Malavazi, em seus respectivos depoimentos é que a Petros, na condição de acionista minoritária é detentora de um assento no Conselho Fiscal da Telemar, hoje ocupado pelo Diretor Ricardo Malavazi. Depois que soube do envolvimento da empresa Telemar com a empresa Game Corp através da imprensa, o Diretor solicitou através do Conselho Fiscal informações à direção da Telemar. De acordo com as informações recebidas em Ata do Conselho Fiscal da Telemar, a operação foi realizada dentro dos parâmetros normais de mercado pelos Executivos da empresa e aprovada pelo Conselho de Administração, atendendo aos interesses empresariais e estratégicos da Telemar.

Cabe destacar ainda que além da Telemar, na época a Brasil Telecom demonstrou interesse em formar sociedade com a Gamecorp. Inclusive sinalizou com valores superiores aos oferecidos pela Telemar. Esse fato demonstra que a empresa Gamecorp despertou interesses de mercado e que tais operações estão restritas ao âmbito comercial.

#### **9.4.1.10.1.5 Globalprev**

A Petros contratou, em 25 de abril de 2003, a empresa de consultoria atuarial Globalprev. Toda a documentação sobre a contratação da empresa Globalprev, foi remetida a Presidência da CPMI/CORREIOS em 02/01/06, através da PRES/001/2006. Da análise da documentação enviada podemos afirmar o que se segue:

1- O Sr. José Valdir não era um dos sócios da Globalprev quando a mesma foi contratada pela Petros, em 2003. O Sr. José Valdir afastou-se da Gushiken Associados (antecessora da Globalprev) em 30.10.2002, e essa decisão foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 06/12/2002.

2- Os profissionais da Globalprev foram contratados para a realização de serviços técnico-atuariais conforme cláusula primeira do contrato firmado com a Petros. Portanto, a Globalprev nunca contratou ou teve em seu quadro colaboradores atuário que não estivessem legalmente habilitados (inscrito no IBA) e todas as avaliações atuariais realizadas trazem a assinatura do atuário responsável e o número de sua inscrição no Instituto Brasileiro de Atuária.

3- A contratação da empresa Globalprev obedeceu a Política de Contratação da Petros existente à época, e todo o material sobre o assunto foi enviado em 02/01/2006 à Presidência da CPMI/CORREIOS, respondendo ao ofício nº 1726/2005 de 12/12/2005, através da PRES/001/2006,

4- O contrato originário entre a Petros e a Globalprev previa um gasto máximo de até R\$ 270 mil para o prazo de 24 meses, ou seja de 25 de abril de 2003 à 24 de abril de 2005.

5- A partir de 25 de abril de 2005 foi estabelecido um aditivo ao contrato originário, adicionando mais 24 meses de prestação de serviços e um reajuste de 13,87%, ou seja as horas técnicas originariamente valorizadas em R\$ 270,00 passaram para R\$ 307,45, perfazendo uma previsão de gasto de até R\$ 307.445,49.

6- Portanto os contrato de prestação de serviços Técnico-atuarial da Globalprev com a Fundação Petros não apresenta nenhum indício de irregularidade, o reajuste do aditivo foi estabelecido de acordo com a variação do IPCA.

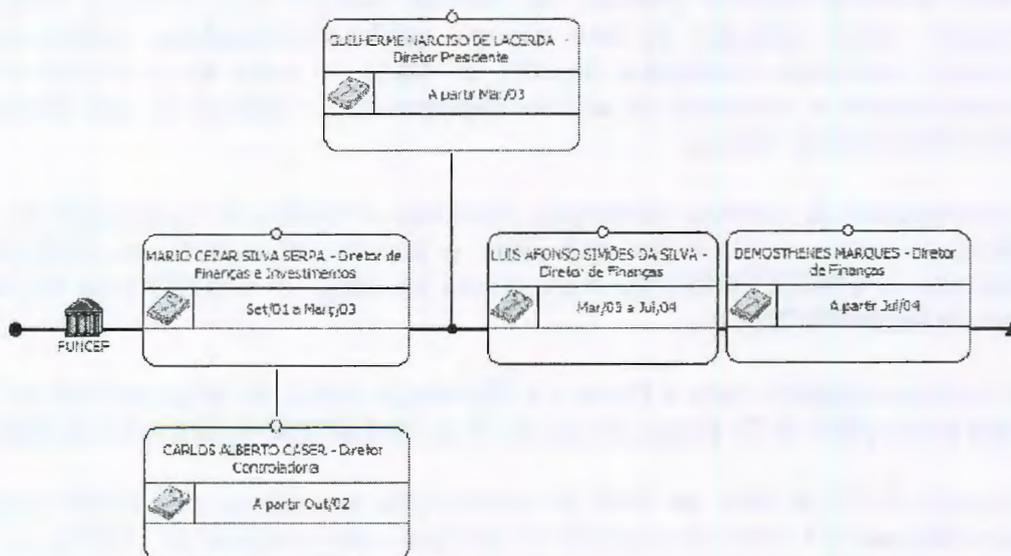
#### **9.4.1.11 Funcef**

A Fundação dos Economiários Federais - Funcef é uma entidade de previdência privada, constituída sob a forma de uma Sociedade Civil, instituída pela Caixa Econômica Federal em 1977. Em 31 de dezembro de 2004, os ativos totais da Funcef, correspondiam a 10% dos investimentos, dos fundos de pensão patrocinados por empresas públicas.

No período sob análise da CPMI, o fundo de pensão passou por três diretorias financeiras, conforme a figura abaixo:

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4320</b>
181
Doc: _____

## DIRIGENTES DA FUNCEF



A Funcef figura entre as maiores entidades fechadas de previdência complementar do Brasil, conta com uma grande estrutura administrativa, financeira e operacional. Um fundo de pensão do porte da Funcef dificilmente seria alvo de irregularidades primárias, como identificado em fundos de pensão de menor porte. Uma entidade que possui patrimônio de aproximadamente R\$ 18 bilhões, jamais estaria vulnerável a práticas rudimentares de desvio de recursos.

Isto, contudo, não afasta a possibilidade de ocorrência de ações irregulares, marcadas por conflitos de natureza ética e voltadas para atender a interesses de grupos econômicos, atrelados a ingerência de cunho político, assim como será demonstrado.

A negociação de investimentos em grandes empreendimentos, sejam eles empresariais ou imobiliários, está sujeita a interferência de grupos de interesse, externos a fundação, que acabam por colocar em risco os recursos aplicados, pertencentes aos segurados.

A identificação dessas práticas demandaria acesso a documentos, com suas respectivas análises, diligências nas fundações, entrevistas detalhadas com os participantes da negociação, dentre outras providências, que não eram compatíveis com as limitações da Subrelatoria.

De setembro de 2001 a março de 2003 o diretor financeiro da Funcef foi o Sr. Mário Cezar Silva Serpa, cuja indicação deve ser creditada ao então presidente da fundação, Sr. Edo Freitas.

O Sr. Mário Cezar Silva Serpa compareceu a Sub-relatoria para prestar esclarecimentos sobre os indícios de irregularidades encontrados. Nesta ocasião, afirmou não possuir qualquer ligação com partidos políticos.

No período seguinte, entre março de 2003 e julho de 2004, o Sr. Luís Afonso Simões da Silva assumiu a Diretoria Financeira, indicado pelo Sr. Jorge Matoso, então Presidente da Caixa Econômica Federal. Sua gestão terminou em 6 de julho de 2004.

Em março de 2003, todos os diretores, exceto o de Controladoria, foram substituídos. O diretor de controladoria Carlos Alberto Caser, tomou posse em 01 de outubro de 2002 indicado pelos conselheiros eleitos, após ter sido o mais votado para as eleições do Conselho Deliberativo, conforme LC 108/2001 em maio de 2002.

Pelos mesmos motivos do diretor anterior, o Sr. Luís Afonso Simões da Silva compareceu a sub-relatoria para prestar depoimentos. Nesta ocasião, declarou não possuir vínculos políticos, e afirmou ter saído da fundação por decisão pessoal.

Em julho de 2004, o Sr. Demóstenes Marques assumiu a Diretoria Financeira da Funcef, onde está até a presente data. Sua indicação é atribuída ao Sr. Jorge Matoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, segundo o próprio diretor. O *curriculum* do Sr. Demóstenes Marques inclui experiências como agente da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, diretor do extinto Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – Idhab, tendo trabalhado, ainda, no Governo Cristovam Buarque, no Distrito Federal.

#### **9.4.1.11.1 Das Transações**

##### **9.4.1.11.1.1 Banco Santos**

A Funcef reconheceu, em 2004, perdas no valor de R\$ 10 milhões referente à aplicação em CDB do Banco Santos, investidos no dia 12 de agosto de 2004, pelo prazo de 30 dias, ocorrendo renovações.

A lista de rating da Moody's para o Brasil, emitida em 01 de agosto de 2004 demonstra no rating Escala Nacional – Longo Prazo a classificação Baa2.Br[3]; e no rating na Escala Nacional – Curto Prazo a classificação BR-3 [3]. Ambas as classificações colocavam o Banco Santos na categoria grau médio de investimentos. Reproduzimos abaixo a lista da Moody's e as definições da escala de rating.



# LISTA DE RATINGS DA MOODY'S PARA O BRASIL

1 de Agosto de 2004

## Ratings na Escala Nacional - Brasil

Os ratings em escala nacional têm um significado de diferenciação de risco de crédito dentro dos países cujos ratings são comprados pelo Brasil tem soberano. São ratings relativos de risco, comparados com outros emissores domésticos. A simbologia inclui um ".br" no caso do Brasil e "mx" no caso de México, indicando que o rating não pode ser comparado com qualquer outro rating fora de cada país. As definições do Rating estão relacionadas mais adiante. Para maiores detalhes sobre o conceito de Escala Nacional de Rating, veja o comentário Especial, "Moody's Insiste à Escala Nacional de Ratings", de novembro de 1999.

Instrumentos	Rating na Escala Nacional - Longo prazo*	Rating na Escala Nacional - Curto prazo*	Rating na Escala Global do Moeda Local - Longo prazo*
AGS SUI Distribuidora Gazinha de Energia S.A. R\$250mm Debenture	Cu.br		Cu
Araucária Celulose S.A.	Aa1.br [1]		Baa3 [1]
Banco BNL do Brasil S.A.	Aaa.br [3]	BR-1 [3]	Baa1 [3] (U)
Banco Bradesco S.A.	Aaa.br [3]	BR-1 [3]	A3 [3]
Banco do Brasil S.A.	Aaa.br [3]	BR-1 [3]	A3 [3]
Banco Fibra S.A.	Baa2.br [3] (U)	BR-3 [3]	B1 [3] (U)
Banco Industrial Multistock S.A.	Baa3.br [3]		B1 [3]
Banco Itaú BBA S.A. (formerly Banco BBA Creditbancária S.A.)	Aaa.br [3]	BR-1 [3]	A2 [3]
Banco Itau S.A.	Aaa.br [3]	BR-1 [3]	A2 [3]
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	Aaa.br [1]	BR-1 [1]	A2 [1]
Banco Nossa Caixa S.A.	Aaa.br [3]	BR-1 [3]	A3 [3]
Banco Rural S.A.	A3.br [3]	BR-2 [3]	Baa3 [3]
Banco Santos S.A.	Baa2.br [3]	BR-3 [3]	B1 [3]
Banqueiros Energia S.A.	A3.br [1]		Baa3 [1]
BES Investimentos do Brasil S.A.	Aa1.br [3]	BR-1 [3]	Baa3 [3]
Brasil Telecom S.A. (formerly Telepar)	Aa1.br [1]		Baa3 [1]
R\$500mm Cfd Debenture	Aa1.br		Baa3
Brazilian Securities Series 2001-1 R\$2.4mm Residential Mortgages Securitization	Aa1.br		Baa3
Brazilian Securities Series 2001-2 R\$2.3mm Residential Mortgages Securitization	Aa1.br		Baa3
Brazilian Securities Series 2001-3 R\$4.2mm Residential Mortgages Securitization	Aa1.br		Baa3
Brazilian Securities Series 2002-1 R\$5.46mm Residential Mortgages Securitization	Aa1.br		Baa3
Brazilian Securities Series 2002-2 R\$5.08mm Residential Mortgages Securitization	Aa1.br		Baa3
Brazilian Securities Series 2002-3 R\$7.59mm Residential Mortgages Securitization	Aa1.br		Baa3
Caixa Econômica Federal (CAIXA) Chemical Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Series 2003-1 R\$200mm Trade Receivables Securitization	Aaa.br [3]	BR-1 [3]	Baa3 [3]
Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) R\$220mm Debenture	Aaa.br Baa3.br [1]		Baa2 B1 [1]
Companhia Energética de Brasília R\$130mm Debenture	Baa3.br Baa1.br		B1 Baa3
Companhia Energética de Ceará (COELCE)	A3.br		Baa3 [1]
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)	Baa2.br [1]		B1 [1]
R\$312.5mm Debenture due 2009	Baa2.br		B1
R\$312.5mm Debenture due 2011	Baa2.br		B1
Companhia Itadesarg de Arrendamento Mercantil S.A. - Itaulesarg	Aaa.br [1]		
R\$600mm Sub Debenture	Aaa.br		



Moody's América Latina

#### Que fontes de informação os analistas usam?

- Dados publicamente disponíveis, por exemplo, relatórios anuais.
- Prospectos, circulares de oferta, memorandos de oferta, escrituras de fideicomissa ou escrituras de títulos em particular.
- Dados de mercado, como por exemplo, tendência de preços de ações, volume de transações, dados sobre spreads dos preços de títulos de dívida.
- Dados econômicos sobre grupos setoriais, associações ou organismos como o Banco Mundial.
- Dados de agências tais como bancos centrais, ministérios ou reguladores.
- Livros ou artigos de fontes acadêmicas, periódicos financeiros, notícias.
- Discussões com fontes especializadas no setor, governo ou do meio acadêmico.
- Dados que possam vir de reuniões ou conversas com o emissor da dívida. Se os dados forem confidenciais, a Moody's observa estritamente esta restrição.

#### Há quanto tempo o sistema de rating vem sendo usado?

John Moody introduziu ratings no mercado norte-americano de títulos de dívida em 1909 quando ele publicou os primeiros ratings de dívida em seu Manual de Títulos de Dívida Ferroviária.

#### Como a probabilidade de default se afeta a medida que desce na escala de ratings?

A taxa de default histórica para títulos Aaa é muito baixa. A taxa média de default entre 1970-2000 para títulos Aaa sobre um período de 10 anos foi de apenas 0,67%, muito abaixo de 1%. Entretanto, à medida que descemos na escala de ratings para dentro da seção de grau especulativo, a taxa de default aumenta dramaticamente. Para títulos com rating B, a probabilidade de default em 10 anos é 44,57%.

#### Definições importantes do processo de rating

- **Perspectivas de rating:** São opiniões relativas à provável direção dos ratings de um emissor no médio prazo, geralmente 18 meses. As perspectivas têm 4 categorias: positiva, negativa, estável e em desenvolvimento. A Moody's não mantém uma perspectiva se o emissor está colocado para revisão (veja abaixo) para uma possível alteração de rating.
- **Revisão de rating/watchlist:** um crédito é colocado em watchlist quando ele está em revisão para uma possível elevação de rating, ou em revisão para um possível rebaixamento,

ou (mais raramente) em revisão com direção incerta. Uma revisão formal é normalmente concluída em 90 dias.

- **Confirmação de um rating:** se, após uma revisão formal, um comitê de rating decide não alterar um rating, diz-se que o rating está confirmado.

#### O que é a escala de rating da Moody's?

A escala de rating, indo de um alto Aaa a um baixo C, compõem-se de 21 graduações. Ela é dividida em duas seções, grau de investimento e grau especulativo. O mais baixo rating com grau de investimento é o Baa3. O mais alto com grau especulativo é o Ba1.

#### Rating de Longo Prazo (investimento de um grau de risco)

##### Grau de Investimento

Aaa - "gilt edged" - O mais alto grau  
Aa1, Aa2, Aa3 - grau alto  
A1, A2, A3 - grau médio-alto  
Baa1, Baa2, Baa3 - grau médio

##### Grau Especulativo

Ba1, Ba2, Ba3 - elementos especulativos  
B1, B2, B3 - carece de características de um investimento desejável  
Caa1, Caa2, Caa3 - papéis de fraca condição  
Ca - altamente especulativo  
C - o mais baixo rating, perspectivas extremamente fracas de atingir qualquer condição real de investimento

#### Rating de Curto Prazo (investimento de um grau de risco)

Prime-1 (mais alta qualidade)

Prime-2

Prime-3

Não Prime (pode ser entendido como grau especulativo)

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Fls: - 4322

Doc: \_\_\_\_\_

#### 9.4.1.11.1.2 Banco Rural

A Sub-relatoria dos fundos de Pensão da CPMI dos Correios analisou o volume de recursos investidos pela Funcef no Banco Rural, entre os períodos de janeiro de 2000 e agosto de 2005, com a finalidade de identificar eventuais variações e concentrações nesta instituição.

A Funcef realizou duas aplicações, uma em 27/5/2004 de R\$ 5 milhões e resgatada em 19/11/2004, outra em 2/8/2004 de R\$ 12 milhões e resgatada em 01/11/2004, que montam R\$ 17 milhões.

O Sr. Demóstenes Marques prestou esclarecimentos nesta Sub-relatoria. Dentre os assuntos tratados, afirmou que as aplicações, neste banco, foram realizadas por decisão dos gestores terceirizados dos fundos exclusivos, como por exemplo, fundo de investimento Sênior IV, que era gerido pela Caixa econômica Federal; e fundo de investimento Sevilla que era gerido pelo Banco Safra.

#### 9.4.1.11.2 Investimentos Imobiliários

A análise dos documentos e informações sobre as aquisições e alienações, disponibilizadas pela Funcef à Secretaria de Previdência Complementar, apontam prejuízos entre 2000 e 2004, em investimentos imobiliários realizados por este fundo de pensão nos empreendimentos Wet'n Wild Rio de Janeiro e Wet'n Wild de Salvador da ordem de R\$ 11,7 milhões, inaugurados em outubro de 1999 e dezembro de 1996 respectivamente.

Esta conclusão é obtida quando comparados os valores contabilizados em 2000, de R\$ 42,406 milhões, com os saldos apurados com base no laudo de reavaliação emitido em 2004 e contabilizado no ano de 2005, de R\$ 30,695 milhões, conforme quadro abaixo:

Descrição	R\$
Valor investido - complexo de entretenimento RJ e Salvador (conforme DAIEA):	42.406.000
Valor reavaliado - complexo de entretenimento RJ e Salvador (conforme DAIEA e laudo avaliação)	30.695.299
<b>Resultado</b>	<b>11.710.701</b>

A declaração do Sr. Mario Cezar da Silva Serpa em condenar a decisão dos antigos dirigentes fica substanciada no fato de que o investimento no Wet'n Wild Salvador foi realizado pela Funcef em 05.04.95 e o valor da perda atuarial registrado em 31.08.05 foi de R\$ 52.229 milhões, negócio sem o embasamento técnico devido e em informações embasadas exclusivamente pela Suarez Incorporações Ltda, que administrou com exclusividade o empreendimento.

A Suarez obteve financiamento no Desenbanco, atual Desenhahia, gravando hipoteca de 1º grau o terreno do Parque Aquático.

O MPF está investigando o Procedimento Administrativo nº 1.16.000.000649/2005-28 Inquérito Policial nº 2001.34.00.030801-9, nela constam as seguintes assertivas:

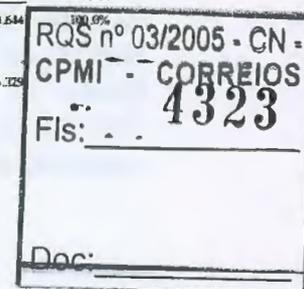
*“Como se procurará demonstrar, a participação da FUNCEF no PARQUE AQUÁTICO WET’N WILD SALVADOR se revestiu de características ímpares, onde se juntaram decisões gerenciais incorretas, estudos técnicos inadequados, gestão temerária de recursos e, ainda, atos de improbidade administrativa para aprovar a participação da Fundação em um empreendimento inédito e para a qual as regras básicas para resguardar os recursos dos seus associados e da Patrocinadora não foram observadas, dentre as quais destacamos, sem, no entanto, limitarmos as ocorrências verificadas ao rol a seguir:*

- ✓ *Participação societária em empreendimento hipotecado e com garantias em valor inferior ao montante desembolsado;*
- ✓ *Ampliação societária na participação no Parque Aquático, sem a exigência de garantias necessárias à proteção do patrimônio, eis que se encontrava hipotecado a Instituição Financeira, no caso ao DESENBANCO, atual DESENBÁHIA;*
- ✓ *Ausência de laudo de avaliação do terreno realizado pelo corpo de engenheiros da CEF, Patrocinadora da Fundação;*
- ✓ *Omissão dos administradores da FUNCEF no que concerne à fiscalização da administração do Parque Aquático;*
- ✓ *Ausência de controle sobre e liberação indevida de garantias prestadas pela SUAREZ Incorporações Ltda.; e*
- ✓ *Ausência de registro definitivo da compra e venda do terreno e suas acessões e benfeitorias no Cartório de Registro de Imóveis.*

#### 9.4.1.11.2 Das considerações finais

O quadro a seguir demonstra o desempenho da Funcef durante o período sob análise da CPMI

	2001		2002		2003		2004			
<b>Programa de Investimentos</b>										
Renda Fixa	2.221.554	32,0%	3.995.768	47,3%	4.491.945	48,0%	9.865.013	66,0%	12.287.087	67,8%
Renda Variável	2.502.579	36,0%	2.278.696	27,0%	2.904.725	26,7%	2.674.661	17,9%	3.308.233	18,4%
Investimentos Imobiliários	1.586.227	22,8%	1.494.997	17,7%	1.689.491	18,0%	1.561.807	10,9%	1.575.464	8,8%
Operações com Participantes	631.924	9,1%	673.959	8,0%	637.034	6,8%	805.336	5,4%	880.776	4,9%
Outros realizáveis	-	0,0%	-	0,0%	43.191	0,5%	14.242	0,2%	25.882	0,1%
	<u>6.942.284</u>	<u>100,0%</u>	<u>8.442.781</u>	<u>100,0%</u>	<u>9.365.586</u>	<u>100,0%</u>	<u>14.941.061</u>	<u>100,0%</u>	<u>17.997.364</u>	<u>100,0%</u>
<b>Resultado</b>										
Renda Fixa	267.755	76,0%	376.264	26,6%	701.870	46,2%	1.781.013	69,8%	1.879.205	55,8%
Renda Variável	(7.801)	2,2%	911.949	64,3%	333.148	21,9%	617.409	24,2%	1.178.151	35,6%
Investimentos Imobiliários	34.495	9,8%	62.965	4,4%	322.176	21,2%	17.756	0,7%	210.263	6,2%
Operações com Participantes	57.773	16,4%	70.513	5,0%	108.560	7,3%	134.049	5,3%	161.761	3,0%
Outros realizáveis	-	0,0%	-	0,0%	53.256	3,5%	1.311	0,1%	1.226	0,0%
	<u>352.200</u>	<u>100,0%</u>	<u>1.423.754</u>	<u>100,0%</u>	<u>1.519.210</u>	<u>100,0%</u>	<u>2.551.469</u>	<u>100,0%</u>	<u>3.370.644</u>	<u>100,0%</u>
<b>Resultado do Exercício</b>	1367.723		(1.415.326)		343.523		730.57			
<b>Superávit (déficit) técnico</b>	162.452		(100.233)		243.292		316.329		316.329	



Muito embora se verifique que a Funcef tenha apurado, nos anos de 2001 e 2002 resultados negativos expressivos, cabe notar que uma entidade de previdência complementar não demonstra lucro ou prejuízo auferido na mesma forma como é adotado por outras indústrias, uma vez que complexos aspectos atuariais que não estão sujeitos à interferência dos dirigentes do fundo, podem impactar de forma significativa os resultados contábeis dos fundos de pensão, tanto positiva como negativamente.

Assim sendo, não há como traçar uma relação direta entre a composição da carteira de aplicação de títulos de renda fixa e renda variável da Funcef com os resultados contábeis apurados a cada ano, sejam estes resultados líquidos, sejam por total de receita ou despesas.

No ano de 2000, especificamente, ocorreram provisionamentos contábeis referentes a recebíveis com baixa expectativa de realização, no valor de R\$1,07 bilhão. Em 2001, uma outra provisão contábil no valor de R\$ 1,5 bilhão, também foi reconhecida referente a ativos podres. Como consequência destes registros, o resultados dos anos de 2000 e 2001 foi negativamente impactado.

Em vista da metodologia empregada para a análise deste e de outros fundos de pensão, não se pode concluir pura e simplesmente que o resultado da Funcef tenha sido dilapidado em função de má gestão de seus recursos.

Relativamente às pessoas ouvidas pela Sub-relatoria, dois aspectos merecem comentários.

O Sr. Mário Cezar Silva Serpa processou a Funcef por discordância em relação ao período de quarentena, a que todos os diretores das entidades de previdência complementar estão sujeitos, em virtude de se sentir perseguido por aquela entidade. Este processo contou com sentença favorável ao reclamante, na Justiça Trabalhista, conforme foi lido, pelo Sr. Serpa, na ocasião de seu depoimento, na Sub-relatoria. Ressalta-se o fato de não haver evidências de envolvimento ou quaisquer vínculos políticos relacionados ao Sr. Serpa.

Os diretores que sucederam ao Sr. Serpa em 2003, exatamente no momento de reestruturação da administração federal, demonstraram largo conhecimento sobre economia e mercado financeiro, além de sólida bagagem profissional na área.

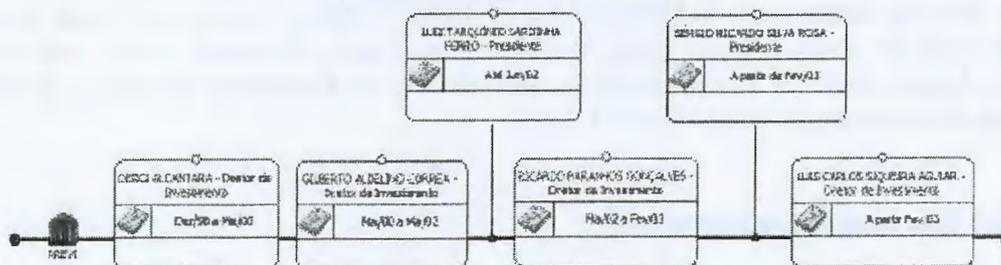
A Funcef, no entender da Sub-relatoria, possui um sistema interno de controle capaz de garantir credibilidade à sua gestão.

#### **9.4.1.12 Previ**

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) é uma entidade fechada de Previdência privada, constituída sob a forma de sociedade civil, instituída pelo Banco do Brasil, desde 1904. É objetivo da Previ complementar os benefícios Previdenciários a que têm direito os empregados do Banco do Brasil e da Previ, na qualidade de segurados.

Em 31 de dezembro de 2004, os ativos totais da Previ, no mercado financeiro e de capitais, correspondiam a 40% dos ativos dos fundos de pensão patrocinados por empresas públicas. No período sob análise da CPMI, o fundo de pensão teve quatro diretores financeiros:

### DIRIGENTES DA PREVI



No curso das investigações realizadas não foram constatados indícios importantes de desvios e irregularidades nas operações financeiras conduzidas pela Previ, nos mercados que foram objeto de análise. Tal situação reflete a ostensividade dos procedimentos de controle da Previ sobre as transações realizadas no âmbito do mercado financeiro e de capitais.

A Previ é a maior entidade fechada de previdência complementar do Brasil, conta com uma grande estrutura administrativa, financeira e operacional. É, por vezes, considerada como modelo pelas demais entidades do mercado no que se refere a adoção de políticas de governança corporativa, estrutura de controles internos e políticas de avaliação e gerenciamento de riscos e exposições.

Diante do exposto, deve-se concluir que um fundo de pensão do porte da Previ dificilmente seria alvo de irregularidades e desvio de conduta de caráter primário, como identificado em fundos de pensão de menor porte. Uma entidade que possui patrimônio de aproximadamente R\$ 70 bilhões jamais estaria vulnerável a práticas rudimentares de desvio de recursos.

Isto, contudo, não afasta a possibilidade de ocorrência de ações irregulares, marcadas por conflitos de natureza ética e voltadas para atender a interesses de grupos econômicos, atrelados a ingerência de cunho político. A negociação de investimentos em grandes empreendimentos, sejam eles empresariais ou imobiliários, está sujeita a interferência de grupos de interesse, externos a fundação, que acabam por colocar em risco os recursos aplicados, pertencentes aos segurados.

A identificação dessas práticas demandaria acesso a documentos com suas respectivas análises, diligências nas fundações, entrevistas detalhadas com os participantes da negociação, dentre outras providências que não eram compatíveis com as limitações da Sub-relatoria. Entre dezembro de 1998 e maio de 2000, a diretoria financeira da entidade foi ocupada pela Sra. Dercy Alcântara. De maio de 2000 até maio de 2002 foi nomeado para diretor financeiro da Previ o Sr. Gilberto Adelino Corrêa, funcionário de carreira do Banco do Brasil, onde chegou a ocupar o cargo de chefe da auditoria interna. Em fevereiro de

RGS nº 03/2005 - CN -  
 CPMI - CORREIOS  
 4324  
 Fis: - -  
 189  
 Doc: - -

2003, o Sr. Luís Carlos Siqueira Aguiar assumiu a diretoria financeira da entidade, onde permaneceu até 19 de dezembro de 2005.

Com a finalidade de elucidar as irregularidades constatadas, foram convocados a prestar depoimento perante esta CPMI o Sr. Gilberto Adelino Corrêa e o Sr. Luís Carlos Siqueira Aguiar. Em seu depoimento à CPMI, o Sr. Gilberto Adelino Corrêa confirmou ter sido indicado pelo Sr. Paulo Zagen, então Presidente do Banco do Brasil. O Sr. Luís Carlos Siqueira Aguiar atribui a sua indicação a uma escolha do Presidente do Banco do Brasil, nomeado no início de 2003, Sr. Cássio Casseb.

#### **9.4.1.12.1 Das transações irregulares**

##### **9.4.1.12.1.1 Investimentos no Processo de Privatização do Sistema Telebrás**

Os investimentos da Previ, em conjunto com outros fundos de pensão, correram grandes riscos de prejuízos motivados pelos conflitos societários nas empresas Brasil Telecom, Telemig Celulares e Amazônia Celular. No leilão da Tele Centro Sul, o consórcio Solpart pagou R\$ 2,07 bilhões. A composição de seu capital era a seguinte:

Fundos de Pensão - 38,76%  
Telecom Itália - 38%  
Citibank - 18,71%  
Opportunity - 4,30%

Através da estrutura societária montada em acordo de acionistas, o Opportunity, com apenas 4,3% do investimento, ficou com o controle da Brasil Telecom.

No leilão de privatização da Telemig/Amazônia Celular, o consórcio Telpart pagou R\$ 944 milhões. A composição de seu capital era a seguinte.

Fundos de Pensão – 36,36%  
TIW – 48,90%  
Citibank – 14,55%  
Opportunity – 0,06%  
Delta Consultoria – 0,13%

Da mesma forma, o Grupo Opportunity, através da estrutura montada, ficou com o controle da gestão da Telemig/Amazônia Celular, mesmo tendo investido apenas 0,06% do capital.

A gestão do Banco Opportunity nas operadoras de telefonia foi uma sucessão de episódios controversos, que geraram inúmeros pontos de conflito com os demais acionistas, em particular com os fundos de pensão. O que ocorreu foi um verdadeiro seqüestro do capital das entidades previdenciárias, operado através de complexas estruturas societárias, como as citadas acima. Os instrumentos para a viabilização delas foram acordos de acionistas que

conferiam ao Opportunity plenos poderes de gestão em cada um dos veículos de investimento, chegando até as operadoras, no final da cadeia. Por estes acordos, cujo desenho era heterodoxo e não usual em fundos de *private equity*, o voto dos co-investidores se subordinava ao do Opportunity, por exemplo, isto além de uma série de outras prerrogativas leoninas.

O grupo encabeçado por Daniel Dantas podia assinar qualquer acordo de acionistas, em qualquer das empresas nas quais o Fundo CVC investisse, sem consulta, aprovação ou mesmo prestação de contas aos clientes. Além disso, não foi formalizada nos acordos iniciais nenhuma regra de desinvestimento (p. ex. *tag along*, ou direito de venda conjunta).

Inúmeras foram as irregularidades cometidas pelo Opportunity na gestão do CVC. Em 1998, foi feito investimento no Esporte Clube Bahia, sem que o assunto fosse sequer debatido no Comitê de Investimentos. Em 1999 e 2000, foram cobradas taxas de colocação indevidas, o PL foi inflado para que as taxas de administração fossem calculadas a maior, executivos foram contratados pela Newtel para prestar serviços ao Opportunity e foi constituído o Consórcio Voa. Este último era composto da seguinte maneira.

Brasil Telecom – 70%  
Telemig Celular - 26,6%  
Opportunity – 3,3%

O Consórcio Voa adquiriu três aeronaves, nas quais foram investidos US\$ 35 milhões, mais R\$ 15 milhões em despesas para sua manutenção. Mais uma vez, o Opportunity, com um mínimo de capital próprio investido, prevalecia-se de sua posição de gestor de recursos de terceiros para se beneficiar indevidamente, numa clara quebra de seu dever fiduciário.

A revista Carta Capital, em sua edição de 08/02/2006, em matéria intitulada “Vôo Cego na CPI”, narrou a trajetória do requerimento do deputado Jamil Murad (PC do B/SP), aprovado por esta CPMI, no qual era solicitado ao DAC que fornecesse a lista de tripulantes e passageiros das aeronaves do Consórcio Voa. Depois de muitas dificuldades e idas e vindas, a FAB informou que o Consórcio Voa respondera que não possuía a lista de passageiros.

A revista informa ainda que, se verdadeira a alegação, isto seria a confissão da violação, por parte do Consórcio Voa, da Portaria 19 do DAC, de 12 de janeiro de 2000, que obriga o registro das listas de embarque de todos os vôos realizados em território nacional. Entretanto, foi fornecido à CPMI documento que identifica 2.260 pousos e decolagens. Várias vezes os destinos dos vôos estavam localizada em estados e regiões nas quais as operadoras de telefonia que são sócias do Consórcio Voa não possuem negócios, como Teresina e Salvador, por exemplo. Foram ainda efetuados dezenas de pousos na cidade de Valença, no litoral sul da Bahia, cujo aeroporto fica a poucas milhas de uma ilha de propriedade do Sr. Daniel Valente Dantas.

Sobre a taxa de administração, em 1999 o Banco Opportunity a cobrou sobre uma base de cálculo inflada, através dos expedientes de ignorar os critérios impostos pela regulamentação de fundos de investimento para a atualização do valor de seus ativos

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls. 4325
191
Doc.

também deixando de constituir provisões igualmente determinadas pelas normas vigentes. Por este motivo, o Opportunity foi o primeiro administrador de fundos de investimento, na história do mercado de capitais no Brasil, a ter suas contas reprovadas pelos cotistas e pela CVM. Foram cerca de R\$ 8 milhões subtraídos aos investidores, em relação aos quais o Opportunity estava obrigado por dever de fidedelidade.

O Banco Opportunity também cobrou comissão por colocação de ações, ao deliberar por realizar emissões públicas de ações, quando do pagamento da segunda parcela do leilão da Telebrás, contratando a si próprio (o Fundo CVC Nacional contrata o Banco Opportunity) como coordenador da operação e responsável pela colocação das ações. A melhor análise técnica dessas emissões, entretanto, demonstra que as ações emitidas por Zain, Invitel e Futuretel poderiam ter sido colocadas de forma privada, sem os ônus inerentes à colocação pública no mercado, suportados pelas sociedades emitentes e, conseqüentemente, pelo Fundo e seus cotistas.

Essas distribuições, a rigor, não foram nem precisavam ser públicas, como sabiam os administradores dessas sociedades, todos eles pessoas ligadas ao Opportunity, pois os subscritores desses aumentos de capital já eram acionistas das companhias; daí porque descabido o pagamento de comissão ao Banco Opportunity, que foi remunerado sem que houvesse a respectiva contra-prestação do serviço (esforço de colocação). Em 16/06/1999 foram subtraídos aos cotistas R\$ 5.615.868,28, a título de comissão por colocação de ações, relativa à integralização, em 13/05/1999, do valor de R\$ 510.533.480,00.

O caso da colocação de ações foi objeto de manifestação da CVM, conforme lemos a seguir.

*“3)- no caso em ótica era desnecessária a distribuição pública das ações, eis que tanto a Resolução n. 2324 do Conselho Monetário Nacional, como a Instrução CVM n. 215/94, continham dispositivos que permitiam a aquisição de ações por parte dos antigos acionistas;*

*4)- houve, na hipótese, intenção dos Administradores da INVITEL S/A em beneficiar o BANCO OPPORTUNITY S/A, configurando a responsabilidade dos membros do Conselho de Administração daquela, pelo desnecessário pagamento feito a este;*

*5)- houve, também, ferimento à lei, eis que configurado restou o conflito de interesses de parte dos membros do Conselho de Administração da INVITEL S/A, o que induz à responsabilização individual dos Administradores (membros do Conselho de Administração e o Diretor que firmou o contrato de distribuição pública das ações), sendo o BANCO OPPORTUNITY S/A solidariamente responsável com eles;”*

Outros fatos também demonstram a falta de comprometimento do Banco Opportunity com as regras da boa governança corporativa. O grupo indicou, em 2000, o diretor financeiro da Brasil Telecom, Paulo Pedrão, executivo da confiança de Daniel Dantas, para o cargo de diretor da Sistel/Fundação 14, o que configurou claríssimo conflito de interesses. O conselheiro representante dos fundos de pensão que votou contra a indicação foi destituído.

Ainda em 2000, foi aprovado o pagamento de bônus ao presidente da Santos Brasil, outra empresa na qual o Opportunity se associou aos fundos de pensão por ocasião das privatizações, sem a aprovação do Conselho de Administração e parecer do Conselho Fiscal, o que gerou uma representação à CVM e uma ação judicial. No caso da Santos Brasil, houve oportunidade de vender a empresa, realizando um desejável retorno aos investidores, o que era o objetivo inicial do negócio. Mas o Opportunity nunca levou adiante estas negociações, não consultando nem dando satisfação aos investidores.

Ao longo de todo esse período, os fundos de pensão envidaram sucessivos esforços para corrigir as irregularidades. Nenhuma de suas solicitações foi atendida, por mais razoáveis que fossem. Os cotistas chegaram a não aprovar as demonstrações contábeis do CVC nacional, referentes ao ano de 1999. Também foi encaminhado recurso à CVM, para que fossem refeitas as contas não aprovadas. O recurso foi deferido. Os fundos de pensão lançaram mão ainda de diversos recursos jurídicos “defensivos”, contra destituição de conselheiros, demandando liberdade no exercício de voto em Conselhos e questionando decisões de reuniões prévias, assembleias de acionistas e reuniões de Conselhos de Administração.

Outro abuso foi a utilização das empresas para pagar elevadas despesas com advogados, que defendiam o Opportunity em diversas causas, inclusive nas Ilhas Cayman, onde as companhias não eram parte em nenhuma ação nem tinham qualquer interesse em jogo. Apenas na SPE Newtel foram gastos R\$ 11 milhões em 2001. No total, seis empresas veículos (Futuretel, Mem, Newtel, Zain, Invitel e Techold) gastaram com advogados, entre 2000 e o primeiro semestre de 2005, R\$ 46 milhões e 292 mil reais, de acordo com a Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão (ANAPAR). Tratava-se de escritórios de advocacia contratados, a peso de ouro, para defender o Opportunity contra os próprios acionistas aos quais este se encontrava associado nos investimentos. Ou seja, Daniel Dantas usava o dinheiro dos participantes dos fundos de pensão contra eles próprios, como lemos no *Memorial Sobre a Atuação do Banqueiro Daniel Dantas e do Grupo Opportunity*, página 11, da ANAPAR, a seguir reproduzido.

*“As despesas com advogados que trabalhavam única e exclusivamente no interesse do Opportunity foram gigantescas ao longo dos anos. Newtel gastou R\$ 15 milhões em dois anos. Techold gastou R\$ 22 milhões entre 2004 e 2005. Os gastos com advogados e pareceristas feitos pela Techold decorreram da instauração de um processo de arbitragem em Londres com o objetivo de impedir a volta da Telecom Itália ao controle da Brasil Telecom. A Techold fez todo esse gasto em benefício do Opportunity, que detém menos de 7% do capital da companhia. Os 93% restantes pertencem aos fundos de pensão e ao Citibank(...)*

*Chega a causar espanto a extensão da lista de advogados contratados por Newtel em 2001. Um conselheiro fiscal da empresa reprovou as contas da administração naquele ano e entrou com representação na CVM para ter acesso aos contratos com advogados e a descrição dos serviços prestados. Depois de muita demora e vários recursos do Opportunity à CVM, os contratos foram apresentados. Restaram mais de 2 milhões de reais sem comprovação de contrato, inclusive pagamentos de R\$ 1 milhão e 275 mil reais ao escritório Skaden, Arps, de advogados que trabalham nas Cortes das Ilhas Cayman. O*

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS 4326
Doc: 193

*bizarro da história é que a NEWTEL nunca foi parte em qualquer ação judicial naquela jurisdição.*

Bem, se nem as operadoras de telefonia nem nenhuma empresa-veículo para investimento nelas tinham interesses nas Ilhas Cayman, o mesmo não se aplica ao grupo Opportunity. São gravíssimos os fatos narrados nas sentenças judiciais prolatadas na Corte das Ilhas Cayman e ratificadas pelo Privy Council, em Londres.

Os juízes das Ilhas Cayman se manifestaram de forma duríssima com relação ao comportamento dos irmãos Dantas, seja no papel de réus, seja no papel de testemunhas. A primeira das sentenças em tela chama atenção pelo grau de reprovação expressado pelo juiz ao comportamento dos irmãos Dantas em juízo, foi proferida na Causa 194, de 19/06/2002, pelo Juiz Kellock, em 31/05/2002. O objeto da ação estava relacionado a um acordo verbal entre o Opportunity Equity Partners (CVC Cayman) e Luiz Demarco, um ex-sócio de Daniel Dantas. Este seria credor contratual de US\$ 1 milhão, por serviços prestados ao Fundo, obrigação esta que não foi cumprida pelo Opportunity. Daniel Dantas simplesmente afirmou que o pagamento mencionado era revogável pelo devedor, e para pressionar Demarco, moveu ação para impedi-lo de resgatar uma aplicação de US\$ 500 mil que Demarco havia feito no Opportunity Fund. A seguir reproduzimos trechos da sentença referida acima.

*“A meu ver, Verônica e Daniel Dantas criaram documentos falsos através da alteração dos formulários de investimento de maneira a fazer parecer que os requerimentos de investimento iniciados pelo Demarco eram instruções emanadas da Opportunity Asset Management. (...) Verônica Dantas testemunhou que no caso dos pedidos de troca ela destruiu o pedido original e preparou a prova P-8 para substituí-lo. Isto é de estarrecer.(...)”*

*É digno de nota que este parágrafo não menciona os alegados 3,5% de participação acionária pertencentes ao Réu e dá a impressão de que Demarco tinha direito a um ‘preço justo’ pelas suas ações. As únicas conclusões possíveis que se pode obter das justificações levadas pelo Autor sobre este assunto são: ou eles não sabem o que foi acordado, ou eles estão mentindo. (...)”*

*No meu julgamento, a Corte foi propositalmente enganada pelo Autor, e esta medida cautelar (Mareva injunction) não deveria ter sido concedida. Portanto, determino que os prejuízos a serem compensados pelo Autor devido a esta medida cautelar deverão incluir qualquer despesa que Demarco tenha sido ordenado a pagar ou foi impedido de conforme ordens interlocutórias feitas nestes atos processuais até a data. Não posso agora reverter aquelas ordens, mas seria inadequado e injusto que o Autor detivesse qualquer benefício que possa ter sido gerado **como resultado da fraude praticada nesta Corte**”.*

No processo 239/2001, também em Cayman, o Juiz Graham chegou às seguintes conclusões, conforme tradução juramentada anexada aos autos do processo n. 01.086439-3, que corre na 28ª Vara Cível do Foro Central da Capital do Estado de São Paulo.

*“Um documento foi obtido pelos Dantas, o qual aparentemente apontava para o Acordo mencionado acima em circunstâncias que descreverei mais tarde. Fui então solicitado a desqualificar o Walkers (advogado de Demarco e da TIW) de sua participação na ação. Neguei-me a expedir essa ordem por descobrir que o documento havia sido roubado (‘stolen’) pelos representantes dos Dantas. (...)*

*Concluo, portanto, em termos interlocutórios, que a cópia do contrato foi realmente roubada (‘stolen’) por alguém e que isto não é o caso de revelação involuntária de Demarco aos Dantas ou ao Opportunity. (...)*

***Em qualquer hipótese, essa descoberta não desempenha qualquer papel na minha decisão efetiva já que descobri tratar-se de um documento confidencial obtido por meios desonestos pelo Opportunity”***

Os cinco juízes integrantes do Privy Council, em Londres, afirmaram em seu veredicto que o Opportunity mudou três vezes sua versão para os fatos em torno do percentual do capital a que Demarco fazia jus, e sobre como deveria ser calculado o valor da companhia no caso de saída de um sócio para fins de ressarcimento desse sócio. Observa-se aqui o mesmo “comportamento aleatório” já destacado pelo Juiz Kellock no processo 389/99, quando se refere aos irmãos Dantas: a cada vez que contavam um determinado fato, sua versão mudava, o que o Juiz Kellock chamou de “alvo móvel”.

Outro fato da maior gravidade envolvendo o grupo Opportunnity foi a denúncia da juíza Márcia Cunha, da 2ª Vara Empresarial da Justiça do Rio de Janeiro, de que emissários do banco de Daniel Dantas tentaram suborná-la. Por proferir decisões contrárias aos interesses do Opportunity em sua disputa com os fundos de pensão, a magistrada teve seu gabinete invadido e seu filho foi ameaçado na rua onde ambos moram. Isto além de um processo disciplinar contra ela no Conselho de Magistratura, iniciado por representação do Opportunity, que a acusa de não ter sido a autora de suas próprias decisões e de ter sido subornada pelos fundos. A juíza acabou por se ver compelida a se declarar sob suspeição para julgar processos que envolvam interesses do Opportunity, conforme noticiado pela Folha de São Paulo, em 04/03/2006.

Diante de todos os problemas supracitados, e da postura do Opportunity como gestor de recursos que, em última instância, pertencem aos participantes e assistidos das entidades previdenciárias, a estas últimas não restou outra alternativa a não ser a destituição do Opportunity. Após três anos de incessantes conflitos, intransigência na busca de soluções, evidência de quebra do dever fiduciário e de destruição de valor para os investidores brasileiros, a mudança do gestor do Fundo Nacional foi considerado um passo necessário para evitar a perda total dos investimentos realizados.

A não destituição do Opportunity da gestão do Fundo deixaria como única estratégia de defesa a busca da justiça ou a negociação em condições muito desvantajosas, a exemplo do que ocorrera com a TIW. Esta companhia canadense acabou vendendo a sua participação na Telemig ao Opportunity, por US\$ 65 milhões, o que representava um sexto do valor investido por ela. Preferiu realizar o prejuízo a permanecer associada ao Opportunity.

ROS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIC
4327
Doc:
195

A retirada do Opportunity da gestão envolveu longo trabalho de preparação, uma vez que o regulamento do Fundo Nacional era vantajoso para o gestor e que era absolutamente esperado que houvesse resistência empedernida do Opportunity contra sua destituição. Houve tentativas de evitar a assembléia do Fundo, de questionar o quorum da assembléia e ações posteriores na Justiça, onde o Opportunity utilizou-se da própria Fundação 14 (demonstrando na prática o conflito de interesses) para ingressar com ações judiciais. Apesar de todos os esforços contrários, em 06/10/2003 a maioria dos cotistas conseguiu consolidar a destituição e assegurar a nomeação do novo gestor.

Considerando a situação de conflito e incertezas no processo de substituição do Opportunity, não havia condições de proceder à seleção de um novo gestor em condições adequadas. Desta forma, foi eleita a BB-DTVM, em caráter provisório, como nova gestora do Fundo Nacional, pois este não podia ficar sem gestor, sob pena de ser dissolvido.

Posteriormente, foi realizado processo de seleção, de forma coletiva e transparente, pelos cotistas que votaram pela destituição do Opportunity. Os critérios definidos foram:

- a) Experiência do Corpo Gerencial;
- b) Transparência na Gestão;
- c) Parceria Internacional;
- d) Flexibilidade Negocial;
- e) Porte do Administrador;
- f) Estrutura Interna;
- g) Patrimônio Administrado.

Ao final, foi escolhida a Angra Partners em conjunto com a Mellon DTVM como administradora. As condições de contratação apresentadas pelos cotistas e, desde que assumiu a gestão do Fundo Nacional, a Angra Partners vem se pautando pelo profissionalismo, dedicação e alinhamento com os interesses dos investidores.

Tantos e tão complexos foram as transações do Opportunity, aqui e no exterior, e tantos os indícios e suspeitas de graves irregularidades, e mesmo ilegalidades, que esta CPMI entendeu que deveria solicitar a apreensão e análise dos dados contidos nos sistemas de informática daquele banco. A Polícia Federal, em cumprimento de determinação judicial, chegou a apreender computadores e um *hard-disk* encontra-se em poder daquela instituição, não tendo sido ainda repassado a esta CPMI porque Daniel Dantas ajuizou um mandado de segurança no STF e obteve uma liminar que ainda está em vigor.

Outro fato que se reveste da maior gravidade foi a montagem, pelo Opportunity, junto com a empresa Kroll Associates, de um esquema ilegal de espionagem, que investigava os desafetos de Daniel Dantas, incluídas aí autoridades governamentais e pessoas importantes do mundo corporativo. O esquema foi desbaratado pela Polícia Federal e algumas prisões foram efetuadas, inclusive de funcionários da Kroll.

A nova gestão da Brasil Telecom encaminhou representação à Comissão de Valores Mobiliários, em face de Daniel Dantas, Carla Cico, Verônica Dantas, Banco Opportunity S.A. e outros, da qual transcreve-se alguns trechos a seguir.

*“Uma vez investidos em seus cargos, os atuais membros das Diretorias de BTP e de BT, eleitos em Reuniões dos Conselhos de Administração havidas, respectivamente, em 25/08/2005 e 30/09/2005, vêm procedendo a uma criteriosa análise dos atos de gestão praticados por seus antecessores indicados pelo Opportunity, com vistas à preservação e salvaguarda dos interesses sociais e para os fins previstos no artigo 158 da Lei 6404/76.(...)”*

*Poucas semanas após ter assumido as gestões de BTP e BT, a atual administração já foi capaz de constatar diversas situações concretas e gravosas que, em muito, são discrepantes das práticas de boa governança. Em algumas situações, há fortes evidências de irregularidades. Em outros casos, há fundadas e incontestes suspeitas de que recursos foram desviados da Companhia em benefício do Opportunity. Em ambos os casos, essa Autarquia terá de usar seu poder-dever de polícia para complementar o quadro probatório.*

*Conforme se demonstrará ao longo desta reclamação, o Grupo Opportunity, aproveitando-se do fato de que as empresas da cadeia societária da BT encontravam-se sob administração de seus indicados, utilizou-se constantemente do poder gerencial que detinha fiduciariamente, a fim de beneficiar-se, tanto quanto possível, dos recursos e do patrimônio da Companhia.”*

Um aspecto que chama a atenção no relato da atual direção da Brasil Telecom é a referência às relações da empresa com as agências de publicidade de propriedade do Sr. Marcos Valério, a DNA e a SMP&B, como vemos a seguir.

*“Mas foi neste ano, às vésperas de eclodir o escândalo político que culminou na instalação das CPIs do ‘Correio’ e do ‘Mensalão’, e no momento em que a disputa societária envolvendo a Companhia efetivamente ameaçava a permanência do Opportunity na gestão da BT, que a DNA e a SMP&B foram agraciados com contratos da ordem de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), garantindo o status de principais agências de publicidade da BT, responsáveis sozinhas por cerca de 40% do orçamento da área.*

*Os referidos contratos (Contrato N° DMS-M 33000010273 e Contrato N° DMS-M 33000010414 – docs. 25 e 26), já encaminhados a essa Autarquia em resposta a Ofício da Superintendência de Relações com Empresas, além das comissões usuais por conta da veiculação de mídia, contemplam ainda, em cada um deles, uma remuneração mensal e fixa no valor de R\$ 187.500,00 (cento e oitenta e sete mil e quinhentos reais).*

*Indagada pela atual administração a respeito das contratações acima, a área de marketing da Companhia simplesmente informou que os contratos em questão foram encaminhados por Carla Cico, prontos e assinados, com a ordem para a sua execução.*

*Reitere-se: a área de marketing não teria sido sequer ouvida na contratação da empresa que seria uma das principais agências de publicidade que prestaria esses serviços à BT. Como se não bastasse, tendo em que o orçamento da Companhia não comportava os montantes estimados nos contratos firmados com a DNA e a SMP&B, a área de marketing,*

RQS nº 03/2005 - CN
CPML - CORREIOS
4328
Doc:

*mais uma vez por ordem de Carla Cico, teve que rescindir um contrato com outra agência de publicidade, que já vinha atendendo a Companhia de forma satisfatória.*

*Diante de tais fatos e considerando o histórico, hoje publicamente conhecido, da atuação de DNA e da SMP&B, a atual administração suspeita fortemente das contratações acima, que demandam a fiscalização dessa Autarquia.”*

Vários fatores contribuíram para a aproximação entre o Fundo Nacional e o Citibank. Além das análises jurídicas e de auditoria promovidas pelo Citibank, a postura do Opportunity em relação às possíveis negociações dos ativos, especialmente Telemig, parecem ter levado o Citibank a considerar que o Opportunity não estava disposto a cumprir corretamente seu papel na gestão do Fundo Estrangeiro.

Os conflitos jurídicos crescentes e sem perspectiva de encerramento entre o Opportunity, os investidores brasileiros, a Itália Telecom e inclusive com Luiz Demarco (ex-sócio de Daniel Dantas) em Cayman, também colocaram o Citibank na posição de buscar uma saída negociada para toda a situação.

A partir do segundo semestre de 2004, foram mantidos contatos entre representantes do Citibank e do Fundo Nacional. Destes contatos emergiram parâmetros do que poderiam ser acordos considerados justos e aceitáveis pelo Citibank e pelos investidores, basicamente os fundos de pensão.

Os objetivos básicos dos fundos de pensão eram a garantia de *tag along* integral para o Fundo Nacional e co-investidores em todas as cadeias, a gestão compartilhada dos ativos, o controle sobre o processo de desinvestimento e a oportunidade de maximização do valor de seus ativos.

Pela ótica do Citibank, buscava-se a liquidez de suas posições, a segurança para poder romper com o Opportunity sem correr risco de se tornar minoritário nas cadeias societárias e o comprometimento dos fundos de pensão com o desinvestimento alinhado e sem conflitos.

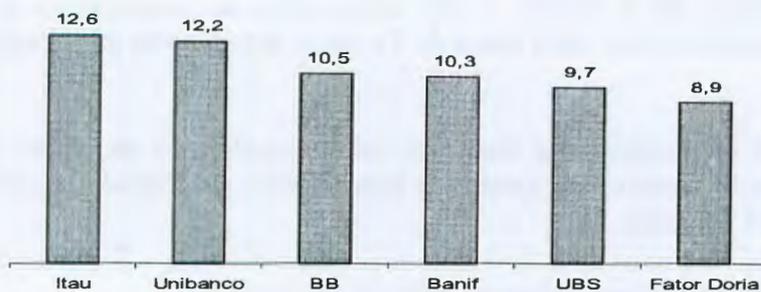
O alinhamento dos fundos de pensão com o Citibank viabilizou o resgate do controle dos ativos, que se encontravam praticamente seqüestrados pelo grupo Opportunity. Mais do que isso, o acordo significou uma mudança decisiva no teatro do conflito societário que se arrastava há vários anos, em favor dos interesses das entidades previdenciárias e, por conseguinte, de seus participantes e assistidos.

As principais conquistas dos fundos de pensão nesse processo de negociação foram o *tag along* de 100% e o direito de preferência, o acordo de voto e a divisão de posições em Conselhos na base 50/50, com todas as resoluções debatidas em reuniões prévias de acionistas, mesmo que uma das partes ainda não tenha recuperado seus direitos de voto.

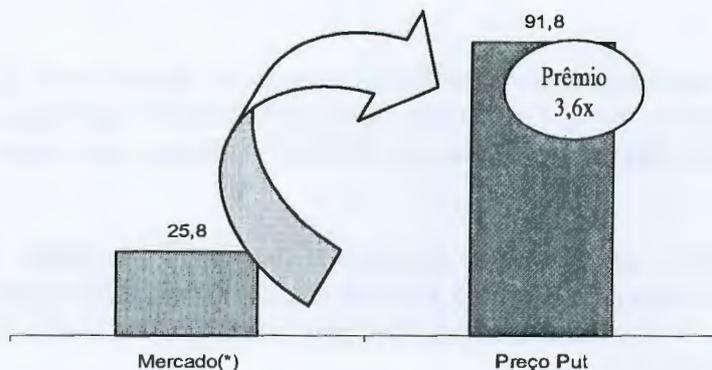
Além disso, foi acordada a cooperação total para o desmonte do famigerado acordo *umbrella*, firmado entre vários fundos, todos sob a batuta do Opportunity, que previa que, caso um deles tivesse o seu Administrador trocado, ou seja, se o Opportunity fosse

substituído por outro Administrador, ainda que por decisão judicial ou por determinação de agência governamental, esse fundo não poderia mais exercer livremente o seu direito de voto em nenhuma daquelas *holdings*, direito este que passaria a ser exercido pelos demais Fundos que continuassem sob administração do Opportunity.

Por conta de tais aberrações, e dos enormes prejuízos que o malsinado documento produziria se tivesse existência legal, o Fundo Nacional e a Previ ajuizaram ação arguindo a sua nulidade, distribuída para a 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Em 11/05/2005, foi concedida, por aquele MM. Juízo, tutela antecipada no sentido de suspender a eficácia do *umbrella*, até o deslinde final da questão.



#### COMPARATIVO ENTRE A PUT E O PRÊMIO DA ÉPOCA DAS PRIVATIZAÇÕES (R\$/ação)



Mercado(\*) Valor médio da ação ON da Brasil Telecom Participações em julho de 2005

Percebe-se claramente, ao analisar os dados acima, que os valores estipulados para a put, questionados como sendo demasiadamente elevados, estão conforme as avaliações dos analistas de mercado. Se as cotações dos papéis das empresas em bolsa não refletem, ainda, os mesmos fatores que as avaliações por valor econômico, isto é porque vários dos problemas causados pela má gestão do grupo Opportunity não foram ainda totalmente sanados.

RQS nº 03/2005 - CN  
 GRMI - CORREIOS  
 Fis. 4329  
 Doc:

O acordo entre entidades previdenciárias e Citibank vem sendo questionado em razão do valor estabelecido para a *put* Brasil Telecom, de R\$ 1,015 bilhão. Entretanto, os valores embutidos nos contratos foram baseados em avaliações que levaram em conta o “prêmio” de controle das posições envolvidas, sendo certo que tais valores não poderiam ser iguais aos correspondentes preços de mercado dos ativos, mas sim expressões do valor econômico desses ativos objetos. No caso da Brasil Telecom, o referido valor estava em linha com as avaliações de mercado, como Itaú (R\$ 11,9 bi) e Unibanco (R\$ 12,1 bi). Pode-se ainda comparar com a oferta apresentada em fevereiro de 2005 pelo Opportunity ao Citigroup, no valor de R\$ 12 bilhões. Além disso, deve-se destacar que no momento da compra dessas participações, quando das privatizações, a metodologia utilizada para definir a atratividade dos ativos e os valores ofertados foi a mesma, o que levou todos os componentes do consórcio a aceitarem o pagamento de um valor cerca de 5 (cinco) vezes acima da cotação de mercado à época.

Apenas com a recuperação e saneamento das empresas, profissionalização da gestão e preparação para a alienação, será possível aos fundos de pensão obter o adequado retorno de seus investimentos na Brasil Telecom.

Total de Investimentos da PREVI na Brasil Telecom – posição em dez/2005

Brasil Telecom Participações S.<sup>a</sup> - R\$ 352.580.000,00

Ações da Brasil Telecom S.A. – R\$ 51.525.308,00

#### **9.4.1.12.1.2 Costa do Sauípe**

O complexo Costa do Sauípe, empreendimento imobiliário situado no litoral norte da Bahia, foi um investimento conjunto da Previ, Construtora Norberto Odebrecht e do Banco Fonte Cindam. O empreendimento consumiu recursos de R\$284,7 milhões, em valores nominais, de 1997 e 1998.

Com as obras iniciadas em Janeiro de 1998 e a inauguração realizada em 2002, o empreendimento Costa do Sauípe ocupa uma área de 1.719.800 m<sup>2</sup>, conta com cinco hotéis de luxo, categoria cinco estrelas e seis pousadas que juntos possuem capacidade total de hospedagem equivalente a 1.588 apartamentos.

Em 31 de dezembro de 2004 o valor contábil do empreendimento foi reduzido para R\$171.900, como resultado de uma reavaliação executada naquela data. A reavaliação é realizada, obrigatoriamente, a cada dois anos e representa o reconhecimento contábil do valor de mercado do empreendimento na data, sob o conceito de “valor de reposição menos depreciação física dos imóveis”.

A redução do valor de mercado indica que o custo de construção e aquisição superou significativamente o valor ideal do investimento, principalmente considerando-se que os desembolsos foram realizados no período de 1998 a 2002, e que qualquer critério utilizado

para atualizar os valores para períodos atuais apuraria um custo corrigido monetariamente maior, conseqüentemente uma defasagem ainda mais significativa.

Devido à impossibilidade de realizar investigações detalhadas sobre os custos incorridos neste investimento da Previ, a Sub-relatoria não realizou trabalhos nesta área, porém os aspectos financeiros e contábeis analisados levantam dúvidas sobre a existência de irregularidades ocorridas durante o período de construção do empreendimento. Segundo dados de 2004, apresentados pela empresa de avaliação imobiliária contratada pela Previ, Costa do Sauípe teve uma taxa de ocupação de 41% e diária média de R\$ 252, abaixo da média do setor que ficou em 50 % de ocupação e diária média de R\$ 322.

Mesmo com a melhora na ocupação dos hotéis e das pousadas, o empreendimento em 2004, ainda apresentava projeções deficitárias. Relatório Final dos Trabalhos da CPMI “dos Correios”

Em janeiro de 2003, a Odebrecht saiu do negócio, vendendo sua participação para a Previ por R\$52,6 milhões. A fundação que já possuía participação majoritária do Complexo Costa do Sauípe, passou a deter 100% do empreendimento. Conclui-se que, apesar do empreendimento apresentar atualmente, boas oportunidades de geração futura de recursos para a Previ, os altos custos incorridos na sua construção e aquisição, prejudicaram de forma significativa o retorno sobre o investimento. Narevista Carta Capital

#### **9.4.1.12.1.3 Empreendimento Umberto Primo**

Prédio tombado pelo patrimônio histórico de São Paulo, o Hospital Umberto Primo, foi construído pelo Conde Francisco Matarazzo, e encontra-se fora de operação há pelo menos 8 anos, está localizado no N° 383 de 8/3/2006, foram divulgadas informações e documentos comprobatórios da ingerência política ocorrida quando da decisão de realizar o investimento.

De acordo com a reportagem, a perda foi de R\$ 846 milhões. Localizado no bairro da Bela Vista, região Central do município de São Paulo, onde ocupa um terreno com área de 27 mil m2. Foi adquirido pela Previ da Fundação Hospital Ítalo Brasileiro Umberto I, pelo valor de R\$ 68 milhões. A Previ vinculou a compra do Hospital Umberto Primo à construção de um Shopping Center e um flat para idosos no local.

Entretanto, processos judiciais, em conexão com o processo de tombamento histórico do prédio, impediram a implementação do projeto e geraram uma situação de indefinição quanto à possibilidade ou não da Previ lograr êxito no plano originalmente desenvolvido. Em 2004, a Previ contratou uma consultoria especializada em avaliação imobiliária, para que fosse determinado o efetivo valor de mercado do imóvel, tendo sido atribuído o valor de R\$ 34 milhões.

A partir de janeiro de 2005, o Umberto Primo foi locado para a Fundação Zerbini, para abrigar um centro de excelência em transplantes. Este foi um dos empreendimentos

RQS nº 03/2005 - C  
CPMI - CORREI  
FIS: 4330

Doc:

mencionados pelo Sr. Gilberto Adelino que afirmou: "...que foi um hospital em SÃO PAULO, até hoje, pelo que eu saiba, na minha gestão não conseguimos achar um direcionamento para isso". Com base nos dados apresentados a Sub-relatoria conclui, apesar desta transação ter sido realizada fora do seu período de análise, que o investimento vem gerando perdas para os cofres da Previ e recomenda que investigações adicionais sejam realizadas para que conclusões seja atingidas quanto às causas e possíveis irregularidades nas condições de aquisição desse ativo.

#### 9.4.1.12.2 Considerações finais

em R\$ mil	2000	2001	2002	2003	2004					
<b>Programa de investimentos</b>										
Renda Fixa	9.105.563	26,3%	11.275.526	29,6%	12.403.823	28,3%	17.498.138	30,5%	22.056.386	32,0%
Renda Variável	19.961.563	57,7%	20.981.261	55,4%	25.300.130	58,2%	34.343.919	59,3%	41.650.583	59,2%
Investimentos Imobiliários	2.268.742	6,6%	2.286.099	6,0%	2.365.577	5,3%	2.726.833	4,7%	2.561.526	3,6%
Operações com Participações	3.239.689	9,4%	3.295.166	8,7%	3.609.277	7,9%	3.313.268	5,7%	3.183.736	4,5%
Outros realizáveis	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
	34.575.757	100,0%	37.798.052	100,0%	43.699.687	100,0%	57.854.138	100,0%	70.352.229	100,0%
<b>Resultado</b>										
Renda Fixa	643.333	32,0%	1.536.438	36,8%	1.959.329	22,9%	5.620.266	23,6%	3.471.491	23,3%
Renda Variável	1.266.418	48,0%	1.607.095	46,7%	30.406.999	69,3%	10.213.561	73,6%	9.001.571	72,3%
Investimentos Imobiliários	319.966	12,1%	177.389	5,2%	5.622.035	3,1%	34.235.6	3,5%	96.397	0,7%
Operações com Participações	206.499	7,8%	320.328	9,3%	4.121.76	4,8%	35.1183	2,3%	132.302	1,1%
Outros realizáveis	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
	2.636.189	100,0%	3.839.270	100,0%	8.574.407	100,0%	15.329.266	100,0%	13.621.999	100,0%
Resultado do Exercício	159.097		(2.205.673)		(1.576.246)		7.670.096		3.714.301	
Superávit (déficit) técnico	160.296		(2.043.377)		(3.621.623)		4068.463		9.762.766	

Muito embora se verifique que a Previ tenha apurado, nos anos de 2001 e 2002 resultados negativos expressivos, nada obstante, cabe notar que uma entidade de Previdência complementar não demonstra lucro ou prejuízo auferido na mesma forma como é adotado por outras indústrias, uma vez que complexos aspectos atuariais que não estão sujeitos à interferência dos dirigentes do fundo, podem impactar de forma significativa os resultados contábeis dos fundos de pensão, tanto positiva como negativamente.

Assim sendo, não há como traçar uma relação direta entre a composição da carteira de aplicação de títulos de renda fixa e renda variável da Previ com os resultados contábeis apurados a cada ano, sejam estes resultados líquidos, quer sejam por total de receita ou despesas.

Em resumo, em vista da metodologia empregada para a análise deste e de outros fundos de pensão, não se pode concluir pura e simplesmente que o resultado da Previ tenha sido dilapidado em função de má gestão de seus recursos.

A Previ, no entender da Sub-relatoria, possui um sistema interno de controle capaz de garantir credibilidade à sua gestão.

#### **9.4.2. Análise das Operações das corretoras**

mantém o texto do relatório original/Serraglio - pág. 1386 à 1455

#### **9.5. Operações dos Bancos**

##### **9.5.1 BMG e Banco Rural**

Um dos questionamentos mais relevantes submetidos à apreciação da Sub-relatoria dos fundos de pensão foi o de saber qual volume de recursos os bancos BMG e Rural teriam captado a partir de investimentos dos fundos de pensão e se tal captura tinha relação com repasses irregulares a partidos e políticos.

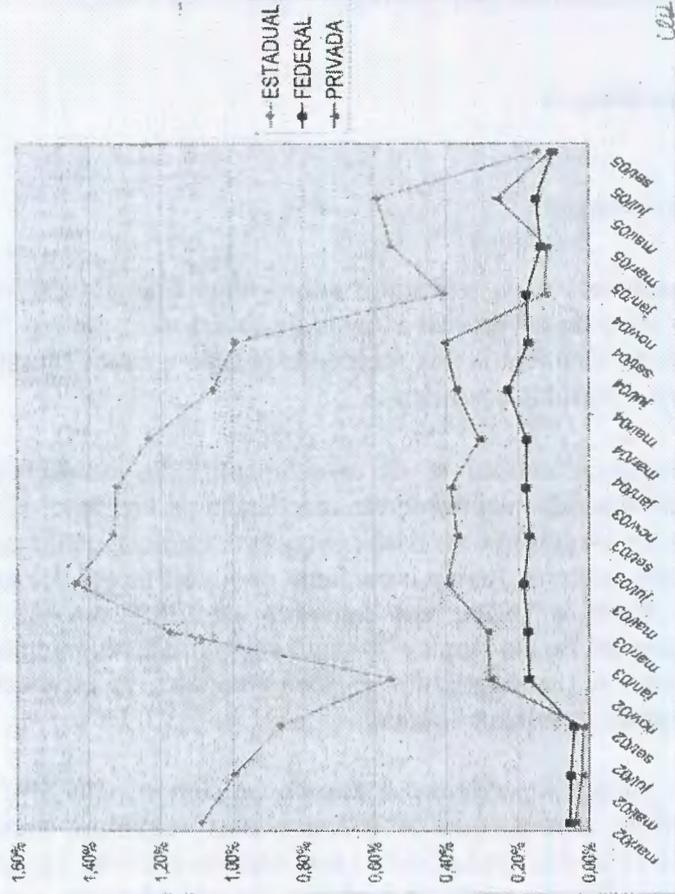
Nesse sentido buscamos analisar se os investimentos das fundações investigadas eram atípicos ou estavam inseridas dentro de uma tendência de mercado. Para chegarmos a uma conclusão definitiva teríamos que ter parâmetros de referência, como por exemplo:

1. Como se comportaram o conjunto de investimentos de todas as fundações na Banco Rural e BMG, em setembro de 2004 haviam 67 fundações com aplicações no Banco Rural e 70 fundações com investimentos no BMG
2. Como se comportaram o conjunto de investimentos das fundações investigadas nos demais banco.

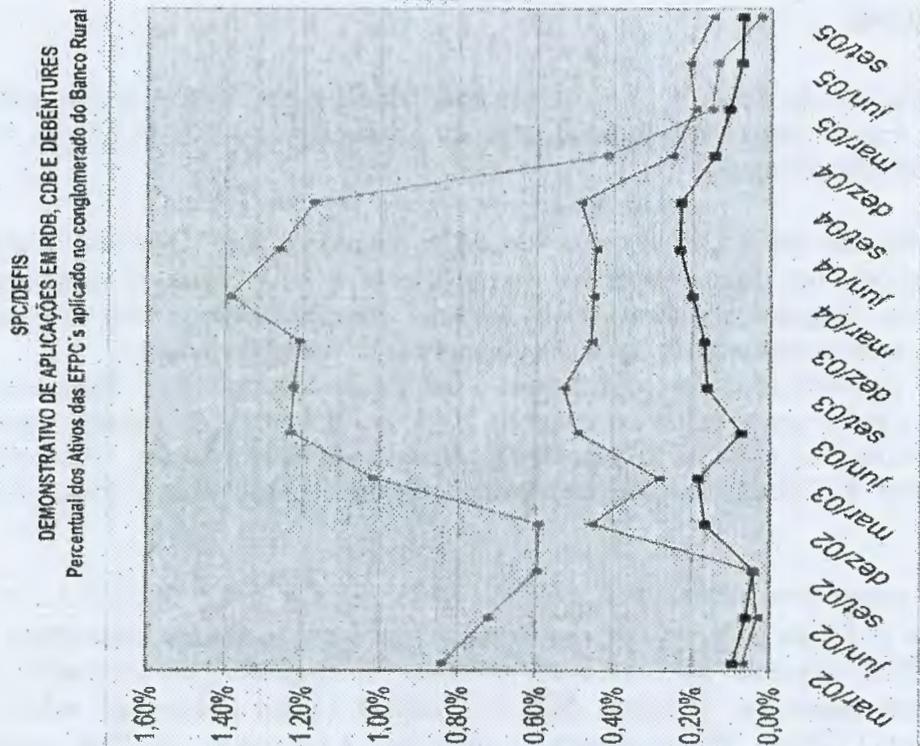
Como relação ao primeiro parâmetro o estudo preparado pela SPC deixa muito claro, conforme os gráficos abaixo, que os investimentos seguiram tendências de mercado. Portanto, o simples fatos das fundações em aumentar ou diminuir investimentos nos bancos BMG e Rural não configuram prova de nenhuma irregularidades.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4331</u>
208:

SPC/DFEIS  
 DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÕES EM RDB, CDB E DEBÊNTURES  
 Percentual dos Ativos das EFC's aplicados no conglomerado do Banco BMG



Fonte: DAIEA



Fonte: DAIEA

A esse respeito de possíveis irregularidades nas aplicações dos fundos devem ser feitas análises específicas, caso a caso, não podendo se chegar somente a conclusões genéricas e sem consistência factual.

Com relação ao parâmetro de análise das tendências de investimentos dos fundos de pensão em todos os bancos, a CPMI não possui dados suficientes, nem mesmo condições técnicas para tanto. Pois haveríamos que ter quebrado o sigilo bancário e fiscal de todas as fundações em todos os bancos. Portanto, torna-se inviável para um período de tempo determinado de funcionamento da CPMI dos Correios e da limitação temática da mesma.

Esse nível de investigação haveria de ser realizado dentro de um processo investigativo e analítico específico do sistema financeiro nacional. E principalmente com a responsabilidade e cuidados necessários para não criarmos falsas instabilidades ao mercado financeiro nacional.

PROS nº 03/2005 - CN :  
 CPMI : CORREIOS  
 Fls: - 4332  
 205  
 Doc:

Contudo, é voz corrente no mercado que no ano de 2004 as fundações, de maneira geral, passaram a aplicar nos bancos de pequeno e médio porte por razões do surgimento do crédito consignado. O que demonstra uma lógica de mercado para a ampliação de investimentos de todas as fundações, não somente as investigadas, nos bancos BMG e Rural.

### 9.5.2 Banco Santos

Em 12 de novembro de 2004, o Banco Central do Brasil determinou a intervenção no Banco Santos. A partir desta medida, foi identificado um rombo de R\$ 2,236 bilhões, o que motivou a liquidação do banco.

Não há como afirmar que o episódio para o mercado financeiro foi ou não uma surpresa. Importantes investidores foram pegos de surpresa com a intervenção. Um rosário de matérias positivas foi publicado na imprensa nacional, principalmente no mês de outubro, chamando a atenção inclusive para captações financeiras do banco no exterior.

A empresa de auditoria, Trevisan, que passou a auditar as demonstrações financeiras do Banco Santos a partir do primeiro semestre de 2004, em seu primeiro trabalho registrou ressalva em seu parecer sobre os balanços apresentados pelo Banco Santos. Essa empresa sucedeu a Ernest & Young nos trabalhos de auditoria dos demonstrativos financeiros do Banco Santos.

Vale ressaltar que a crise ocorrida no mercado financeiro em 2002, altíssimas taxas de juros, tornaram os CDBs de bancos não interessantes para que os fundos investissem seus recursos em CDBs migrando para títulos do governo. Os dirigentes e ex-dirigentes destes fundos de pensão quase que, de forma idêntica, seguiram o fluxo de mercado, saíram dos investimentos em CDB em 2002 (mercado não favorável) e retornaram em 2004, quando o mercado financeiro já estava estável, tanto pela queda da taxa de juros em títulos públicos, quanto pelos novos produtos financeiros.

O quadro a seguir apresenta a composição das perdas de R\$ 238,7 milhões incorridas pelos fundos de pensão.

EPPC	Perda (em Milhões)
Real Grandeza	153,6
Postalis	36,0
Centus	32,0
Funcef	10,0
Nucleos	7,1
	238,7

Registre-se que a Santos Asset Management, empresa de gestão de recursos do Grupo Santos, aproveitou-se de tais falhas para beneficiar as captações do banco. A atuação dessa empresa à frente de negócios de fundações gerava sérias dúvidas quanto à sua

independência, já que a mesma era responsável por decidir (a) quais ativos comprar e (b) quais taxas ou preços negociados. A inexistência de controles eficazes permitiu, inclusive, que a Santos Asset Management adquirisse títulos emitidos pelo próprio Banco Santos em nome de fundações de seguridade.

Registramos que nos autos da sentença do Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, ao pedido de autofalência do Banco Santos, processo nº 000.05.065208-7, consta o seguinte:

“Ainda segundo a inicial, não bastasse esta situação, verificou-se em relação à sua administração, durante a tramitação de inquérito instaurado pelo Banco Central do Brasil, diversas práticas irregulares pelos ex-administradores e controladores, algumas delas com participação dos próprios devedores, que acabaram por impedir exames e avaliação de investidores e analistas do mercado sobre a sua real situação financeira. Mais ainda, eram comuns operações que tinham por objetivo transferir ou desviar recursos para empresas não financeiras ou cobrir ativos insubsistentes de exercícios anteriores”.

A lista de Ratings da Moody's para o Brasil, emitida em 01.08.2004 demonstra no Rating na Escala Nacional - Longo Prazo a classificação Baa2.br[3], e no Rating na Escala Nacional Curto Prazo a classificação BR-3[3]. Ambas as classificações colocavam o Banco Santos na categoria grau médio de investimento. Reproduzimos abaixo a lista da Moody's e as definições da Escala de Rating.



# LISTA DE RATINGS DA MOODY'S PARA O BRASIL

1 de Agosto de 2004

## Ratings na Escala Nacional - Brasil

Os ratings na escala nacional têm um significado de diferenciação de risco de crédito dentro dos países cujos ratings não são atribuídos pelo baixo risco soberano. São ratings relativos de risco, comparados com outros emissores domésticos. A simbologia inclui um \* no caso do Brasil e \* no caso de México, indicando que o rating não pode ser comparado com qualquer outro rating fora de cada país. As definições de Rating estão relacionadas mais adiante. Para maiores detalhes sobre o conceito de Escala Nacional de Rating, veja o comentário Especial, "Moody's Insira a Escala Nacional de Rating", de novembro de 1999.

Issuer/Issue	Rating na Escala Nacional - Longo prazo*	Rating na Escala Nacional - Curto prazo*	Rating na Escala Global de Moody's Local - Longo prazo*
AES SUL Distribuidora Paulista de Energia S.A.	Ca.br		Ca
R\$250mm Debenture	Aa1.br [1]		Baa3 [1]
Avacruz Celulose S.A.	Aaa.br [3]	BB-1 [3]	Baa1 [3] (U)
Banco Bhd. do Brasil S.A.	Aaa.br [3]	BB-1 [3]	A3 [3]
Banco Bradesco S.A.	Aaa.br [3]	BB-1 [3]	A3 [3]
Banco do Brasil S.A.	Aaa.br [3]	BB-1 [3]	A3 [3]
Banco Fibra S.A.	Baa2.br [3] (U)	BB-3 [3]	B1 [3] (U)
Banco Industrial Metalúrgica S.A.	Baa3.br [3]		B* [3]
Banco Itaú BBA S.A. (formerly Banco BBA Creditanstalt S.A.)	Aaa.br [3]	BB-1 [3]	A3 [3]
Banco Itaú S.A.	Aaa.br [3]	BB-1 [3]	A3 [3]
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	Aaa.br [1]	BB-1 [1]	A3 [1]
Banco Novea Caixa S.A.	Aaa.br [3]	BB-1 [3]	A3 [3]
Banco Rural S.A.	A3.br [3]	BB-3 [3]	Ba3 [3]
Banco Santos S.A.	Baa2.br [3]	BB-3 [3]	B1 [3]
Bancianorte Energia S.A.	A3.br [1]		Ba3 [1]
BES Investimento do Brasil S.A.	Aa1.br [1]	BB-1 [3]	Baa3 [3]
Brazil Telecom S.A. (formerly Telepar)	Aa1.br [1]		Baa3 [1]
R\$500 mm Gtd Debenture	Aa1.br		Baa3
Brazilian Securities Series 2001 1			
R\$1.4mm Residential Mortgages Securitization	Aa1.br		Baa3
Brazilian Securities Series 2001 2			
R\$1.0mm Residential Mortgages Securitization	Aa1.br		Baa3
Brazilian Securities Series 2001 3			
R\$1.2mm Residential Mortgages Securitization	Aa2.br		Baa3
Brazilian Securities Series 2002 1			
R\$5.45mm Residential Mortgages Securitization	Aa1.br		Baa3
Brazilian Securities Series 2002 2			
R\$5.08mm Residential Mortgages Securitization	Aa1.br		Baa3
Brazilian Securities Series 2002 3			
R\$7.58mm Residential Mortgages Securitization	Aa1.br		Baa3
Caixa Econômica Federal (CAFSA)	Aaa.br [3]	BB-1 [3]	A3 [3]
Chemical Fundo de Investimento em Direitos Creditários Series 2003 1			
R\$200mm Trade Receivables Securitization	Aaa.br		Baa2
Companhia de Saneamento de Paraná (Sanepar)	Baa3.br [1]		B1 [1]
R\$220mm Debenture	Baa3.br		B1
Companhia Energética de Brasília			
R\$120mm Debenture	Baa1.br		Ba3
Companhia Energética de Ceará (CEELCE)	A3.br		Baa0 [1]
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)	Baa2.br [1]		B1 [1]
R\$312.5mm Debenture due 2009	Baa2.br		B1
R\$312.5mm Debenture due 2011	Baa2.br		B1
Companhia Itaúasing de Arrendamento Mercantil S.A. - Itaúasing	Aaa.br [1]		
R\$800mm Sub. Debenture	Aaa.br		



Moody's América Latina

#### Que fontes de informação os analistas usam?

- Dados publicamente disponíveis, por exemplo, relatórios anuais.
- Prospectos, circulares de oferta, memorandos de oferta, escrituras de fideicomisso ou escrituras de títulos em particular.
- Dados de mercado, como por exemplo, tendência de preços de ações, volume de transações, dados sobre spreads dos preços de títulos de dívida.
- Dados econômicos sobre grupos setoriais, associações ou organismos como o Banco Mundial.
- Dados de agências tais como bancos centrais, ministérios ou reguladores.
- Livros ou artigos de fontes acadêmicas, periódicos financeiros, notícias.
- Discussões com fontes especializadas no setor, governo ou do meio acadêmico.
- Dados que possam vir de reuniões ou conversas com o emissor da dívida. Se os dados forem confiáveis, a Moody's observa estritamente esta restrição.

#### Na quanto tempo o sistema de rating vem sendo usado?

John Moody introduziu ratings no mercado norte-americano de títulos de dívida em 1909 quando ele publicou os primeiros ratings de dívida em seu Manual de Títulos de Dívida Ferroviária.

#### Como a probabilidade de default se altera à medida que descemos na escala de ratings?

A taxa de default histórica para títulos Aaa é muito baixa. A taxa média de default entre 1970-2000 para títulos Aaa sobre um período de 10 anos foi de apenas 0,67%, muito abaixo de 1%. Entretanto, à medida que descemos na escala de ratings para dentro da seção do grau especulativo, a taxa de default aumenta dramaticamente. Para títulos com rating B, a probabilidade de default em 10 anos é 44,57%.

#### Definições importantes do processo de rating

- **Perspectivas de rating:** São opiniões relativas à provável direção dos ratings de um emissor no médio prazo, geralmente 18 meses. As perspectivas têm 4 categorias: positiva, negativa, estável e em desenvolvimento. A Moody's não mantém uma perspectiva se o emissor está colocado para revisão (veja abaixo) para uma possível alteração de rating.
- **Revisão de rating/watchlist:** um crédito é colocado em watchlist quando ele está em revisão para uma possível elevação de rating, ou em revisão para um possível abaixamento,

ou (mais raramente) em revisão com direção incerta. Uma revisão formal é normalmente concluída em 90 dias.

- **Confirmação de um rating:** se, após uma revisão formal, um comitê de rating decide não alterar um rating, diz-se que o rating está confirmado.

#### O que é a escala de rating do Moody's?

A escala de rating, indo de um alto Aaa a um baixo C, compõem-se de 21 graduações. Ela é dividida em duas seções, grau de investimento e grau especulativo. O mais baixo rating com grau de investimento é o Baa3. O mais alto com grau especulativo é o Ba1.

#### Rating de Longo Prazo (vencimentos de um ano ou mais)

##### Grau de Investimento

**Aaa** - "gilt edged" - O mais alto grau

**Aa1, Aa2, Aa3** - grau alto

**A1, A2, A3** - grau médio-alto

**Baa1, Baa2, Baa3** - grau média

##### Grau Especulativo

**Ba1, Ba2, Ba3** - elementos especulativos

**B1, B2, B3** - carece de características de um investimento desejável

**Caa1, Caa2, Caa3** - propenso de fraca condição

**Ca** - altamente especulativo

**C** - o mais baixo rating, perspectivas extremamente baixas de atingir qualquer condição real de investimento

#### Rating de Curto Prazo (vencimentos de menos de um ano)

**Prime-1** (muito alta qualidade)

**Prime-2**

**Prime-3**

**Não Prime** (pode ser entendido como grau especulativo)

## 9.6. Esquemas e Grupos organizados

(manter texto original da pagina 1470 à 1488)

RQS nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS

Fis: 4334

Doc:

## **9.7 Avaliação da Supervisão e da Regulação do Sistema**

Enquanto não ocorrer a mudança prevista pelo art. 5º da Lei Complementar nº 109/01, ou seja, a criação do órgão responsável pela regulação e fiscalização dos fundos de pensão, tal atribuição continuará sendo desempenhada pelo Ministério da Previdência, por intermédio do CGPC - órgão regulador - e da SPC - órgão fiscalizador.

### **9.7.1 Secretaria de Previdência Complementar e Demais Órgãos de Supervisão**

Como analisado, até 1993, constatou-se a inoperância da SPC como órgão fiscalizador. Durante os dezesseis anos que se seguiram à edição do primeiro marco regulatório do sistema (Lei nº 6.435/77), os fundos de pensão atuaram sem um controle efetivo por parte do Estado, gerindo bilhões de reais à margem da fiscalização. Apesar da grande quantidade de indícios de irregularidades graves na gestão dessas atividades, fartamente denunciadas pela imprensa nesse período, o Executivo não adotou as providências cabíveis para o aparelhamento de recursos humanos e materiais à SPC, que sequer pôde contar com um quadro de fiscais.

Desde 1994, foram inúmeras as denúncias de desvios de recursos, práticas de mercado irregulares e lesivas (caso Mappin, Banco Santos, por exemplo), prejuízos aos participantes, entre outras, que chamam atenção para o fato de que o órgão de fiscalização do sistema de fundos de pensão carece de um fortalecimento técnico, material e institucional.

A SPC continuou inoperante até 2002, pois em agosto de 1996 registrou em seu quadro 15 auditores e a partir de 2003 é que o quadro foi sendo suprido, conforme abaixo:

01/03 = 23 auditores  
03/03 = 32 auditores  
03/04 = 45 auditores  
08/04 = 85 auditores  
12/05 = 102 auditores.

Pode-se afirmar que, hoje, esse quadro de incipiente organização não mais se verifica. Esses últimos anos, a Secretaria de Previdência Complementar:

- promoveu um gradual deslocamento de fiscais de contribuições previdenciárias do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS para formar seu quadro de fiscais;
- intensificou e sistematizou as fiscalizações;
- criou sistemas de informação dos investimentos, registros contábeis, informações cadastrais e atuariais;

- organizou todos os procedimentos sobre o regime repressivo;
- promoveu, gradativamente a educação de participantes e dirigentes.

Fica evidente que a não aprovação da Previc, deixou uma grande oportunidade de ter acompanhado a evolução dada no início do atual governo.

O diagnóstico que esta CPMI realizou quanto, às práticas de mercado e à experiência de outros órgãos de fiscalização, pode-se resumir nos aspectos descritos a seguir:

#### **a) Quadro de Pessoal Insuficiente**

A rotatividade do quadro de pessoal, advém do fato de a SPC não possuir funcionários de carreira, sendo a grande maioria dos servidores requisitados de outros órgãos públicos, há de se ressaltar a impossibilidade de convocação de concurso público, dadas as características administrativas e legais da SPC, como órgão interno da estrutura do MPS.

Há que se ressaltar, todavia, o aumento no quadro de auditores da SPC, desde o início da gestão do Secretário Adacir Reis.

#### **b) Estrutura Normativa Complexa**

A legislação brasileira sobre mercado financeiro, de capitais e sobre os fundos de pensão tem caráter analítico, orientando e impondo severas restrições à ação das entidades. Tal característica afigura-se favorável aos fundos de previdência complementar, à medida em que evita, para os participantes, a incidência de custos de controle e supervisão de procedimento. No entanto, a necessidade de manter a atualidade de conceitos e critérios faz com que os fundos se vejam impedidos de adaptar-se rapidamente às condições de mercado. Percebe-se, assim, que os dirigentes dos órgãos de supervisão são extremamente hábeis em formular normas e regras, mas ainda apresentam deficiências para fazê-las obedecidas.

#### **c) Cooperação Deficiente Entre SPC, CVM e Banco Central**

O Estado possui órgãos com atribuições bem definidas, mas dotados de pouca capacidade de diálogo e, conseqüentemente, de rara sensibilidade quanto à urgência das questões. Desse modo, um exemplo da vulnerabilidade institucional é a tênue ligação entre os órgãos que fiscalizam o sistema financeiro e o mercado de capitais (Banco Central e CVM) e a SPC. O compartilhamento de informações apenas ocorre em caso de detecção de irregularidades, e não de maneira sistemática. Além disso, não se realizam fiscalizações conjuntas periodicamente. Como se pode perceber, a integração entre os órgãos de supervisão que têm interface com o sistema financeiro e com o mercado de capitais ainda não é a ideal. Todos atuam de forma isolada, algumas vezes repetindo procedimentos e sujeitando-se a procedimentos formalísticos de condução dos processos, na forma exigida pela legislação em vigor.

No que toca aos fundos exclusivos existe uma dificuldade de relação entre a SPC e a CVM. A Secretaria de Previdência Complementar, órgão que deve observar as carteiras dos fundos de pensão, tem dificuldades de fiscalizar os fundos exclusivos, tendo em vista as

PROS nº 03/2005 - CN
CPMI -- CORREIO:
Fls: 4335
Doc:

alegações de que ela não tem competência para essa tarefa, em razão do sigilo bancário. Em contrapartida, há uma excessiva burocracia por parte da CVM em proporcionar à SPC condições de visualizar as carteiras desses fundos, sob a mesma alegação do sigilo.

Nos relacionamentos entre o Banco Central, a CVM e a SPC, acerca dos fundos de pensão, há dificuldade de troca de informações, inclusive no que tange ao planejamento de ações de fiscalização. Tais órgãos devem realizar diligências conjuntas, estabelecendo procedimentos de cooperação sistemáticos, de maneira que os problemas que dizem respeito a agentes de mercado em comum (fundos de pensão, corretoras, gestores e administradores de fundos) sejam ser equacionados e solucionados de forma conjunta.

O Secretário de Previdência Complementar, Sr. Adacir Reis, em depoimento a esta CPMI, destacou ações que foram implementadas recentemente visando o fortalecimento da fiscalização dos fundos de pensão. Tais ações estariam sustentadas por três pilares:

- (i) medidas que repercutem diretamente sobre o poder de fiscalização;
- (ii) mudanças normativas com repercussão indireta sobre a fiscalização; e
- (iii) protocolos de intenção.

O quadro a seguir enquadra as ações nos termos acima expostos:

#### **Natureza das ações Teor das ações**

- Criação do COREMEC (SPC, Banco Central, CVM e Superintendência de Seguros Privados -Susep);
- Participação formal no COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras e no ENCLA – Encontro Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro;
- Protocolos de intenção
- Representação do Brasil na Comissão de Finanças e Previdência Privada da OCDE (desde 2004);
- Adaptação dos estatutos dos fundos de pensão às novas regras de governança (obrigatoriedade do conselho fiscal e representação dos participantes e assistidos nos conselhos deliberativo e fiscal);
- Valorização do conselho deliberativo, responsável pela fixação da política de investimentos, a utilização do código ISIN e da Divergência Não Planejada e ampliação do horizonte das políticas de investimentos (Resolução CMN nº 3.121, de 2003);
- Otimização da figura do agente custodiante (Resolução CMN nº 3.121, de 2003);
- Otimização da figura do Auditor Independente, que deve observar os aspectos de controles internos (Instrução SPC nº 03, de 2004);
- Mudanças normativas com repercussão indireta sobre a fiscalização Balancete por plano de benefícios (janeiro de 2005);

- Quadro que totaliza 102 auditores, com criação de escritórios regionais nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco.
- Aprovação de um novo regime repressivo, com sanções para a pessoa física do dirigente do fundo de pensão (Decreto nº 4.942, de 2003);
- Criação da fiscalização indireta (Decreto nº 4.664, de 2003), responsável pela crítica dos dados recebidos (atuariais, contábeis e de investimentos);
- Acompanhamento da movimentação com títulos públicos em carteira própria (Instrução SPC nº 05, de 2004);
- Desenvolvimento, iniciado em 2003, de um novo Demonstrativo Analítico dos Investimentos e Enquadramento das Aplicações – DAIEA proporcionando acesso a dados por meio das centrais de liquidação e custódia (carteira própria e fundos de investimentos) e com periodicidade mensal (Instruções SPC nº 04/03, 06/05 e 08/05);
- Convênios com Cetip, BM&F e CVM;
- Realização de reuniões da Fiscalização direta da SPC com diretores e membros do conselho deliberativo e conselho fiscal dos fundos de pensão;
- Medidas que se aplicam diretamente à fiscalização
- Trabalhos em conjunto com o Ministério Público Federal.

Verifica-se que a SPC adotou medidas importantes que, direta ou indiretamente, implicam um incremento da qualidade da supervisão dos fundos de pensão. O primeiro conjunto de medidas, denominado “protocolo de intenções”, traz uma série de tentativas de diálogo com outros órgãos de fiscalização, do Brasil e do exterior, de forma a parametrizar decisões e formas de atuação. Existem expectativas de fortalecimento das ações de supervisão, especialmente com relação ao Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), criado por meio do Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006. Esse comitê é formado pelos seguintes membros:

- I - Presidente do Banco Central do Brasil e por um Diretor dessa Autarquia;
- II - Presidente da Comissão de Valores Mobiliários e por um Diretor dessa Autarquia;
- III - Secretário de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social, e por um Diretor dessa Secretaria; e
- IV - Superintendente da Superintendência de Seguros Privados e por um Diretor dessa Superintendência.

Aguardam-se deste Comitê iniciativas que possam impactar positivamente as atividades dos citados órgãos, especialmente no sentido de harmonizar procedimentos, bem como de facilitar a coordenação e o intercâmbio de informações. A CPMI espera que ações concretas surjam das atividades do Coremec, e que delas possa emanar a melhoria do funcionamento dos mercados.



O segundo conjunto de medidas apresenta um caráter eminentemente normativo, com repercussões indiretas sobre a fiscalização, que, por vezes, exige um grau mais elevado de atenção e coordenação. Já se comentou acerca do elevado número de regras. Portanto, presume-se que o aparato de supervisão tenha condições de observar o seu cumprimento. O terceiro conjunto de medidas é o que mais diretamente oferece sustentação à fiscalização. Nota-se uma aproximação do modelo adotado pelos demais órgãos de supervisão do Estado, como o Banco Central e a CVM, em que há a presença de uma equipe de fiscalização indireta, reunindo a inteligência da supervisão por meio de indicadores. Em decorrência disso, investiu-se em sistemas de informação mais apropriados, que efetivamente orientassem as ações estratégicas de fiscalização. Daí os convênios com órgãos Cetip, BM&F e CVM. Finalmente, é interessante registrar a previsão da realização de reuniões com dirigentes e o diálogo com o Ministério Público para punir ilegalidades.

De se ressaltar que todo esse conjunto de iniciativas vieram balizadas por normas regulamentadoras emanadas pelo Ministério da Previdência Social.

O precário aparelhamento da Secretaria de Previdência Complementar, diagnosticado formalmente desde a conclusão do Relatório da CPI dos fundos de pensão do Senado Federal, em 1993, indica que o órgão fiscalizador dos fundos de pensão há anos já deveria ter “status” de agência ou superintendência.

Outro fator de impacto sobre a questão da supervisão, como dito, é o excessivo rigor das regras de sigilo, que fazem com que a troca de informações entre os organismos de Estado esteja sujeita a certas limitações.

### **9.7.2. Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC)**

O CGPC, órgão que reúne representantes do governo e do setor de fundos de pensão, tem a responsabilidade de estabelecer as normas necessárias ao bom funcionamento do sistema, à luz das Leis Complementares nº 108 e 109, de 2001.

Dentre os membros do setor de fundos, há representantes dos participantes, das patrocinadoras, das instituidoras e das próprias entidades de previdência complementar, o que evidencia a importância de se estabelecer um forte elo de responsabilidade entre as pessoas indicadas ao CGPC perante seus representados. Como braço normativo do sistema dos fundos de pensão, o CGPC goza de autonomia do ponto de vista decisório, mas carece de aprimoramentos no que toca à responsabilização. Tal aspecto está intimamente relacionado com a questão da transparência e da introdução de mecanismos de participação.

Os participantes e assistidos, bem como os fundos de pensão, além dos patrocinadores e instituidores de planos de previdência têm assento no Conselho de Gestão da Previdência Complementar, por meio de suas entidades de representação, daí ser impossível não haver participação desses atores. Além disso, as minutas de resolução levadas à consideração do CGPC, desde 2003, estão devidamente instruídas com a exposição de motivos. Qualquer pedido de informação sobre o andamento dos trabalhos podem ser solicitados à SPC, que funciona como secretaria do CGPC e presta todos os esclarecimentos”.

A transparência na previdência complementar é de suma importância vez que permite não só uma contínua interação entre cidadãos e lideranças de governo, mas também do equilíbrio entre o poder e dever de dar respostas à sociedade.

### 9.7.3 Síntese das Principais Questões

Foram definidos três eixos para a descrição dos principais problemas identificados:

- a) Governança do sistema de fundos de pensão;
- b) Insuficiência de fiscalização e de controle externos;
- c) Estrutura operacional do mercado financeiro e de capitais. Esta estrutura analítica explica a formação do ambiente que propicia a engenharia de desvios de recursos das entidades de previdência complementar. Vale contudo ressaltar que não são linhas uniformes, ou seja, aplicáveis a todos os fundos de pensão.

#### 9.7.3.1. A governança do sistema de fundos de pensão

Os fundos de pensão, por natureza, têm a responsabilidade de zelar por quantias substanciais de recursos de grande liquidez e que são de suma importância para o futuro de milhares de participantes e assistidos.

Tamanha responsabilidade impõe a essas instituições a obrigatoriedade de manutenção de políticas de governança corporativa acima dos padrões corporativos utilizados por empresas privadas no País.

A governança é entendida como o conjunto de normas e práticas aplicadas à condução de um empreendimento. Tal definição abrange várias frentes distintas e conceitos fundamentais, dentre os quais destacam-se a responsabilidade na administração, *compliance*, controles internos e processos eficientes. A governança é avaliada pelo grau de transparência das regras e dos procedimentos, da qual resulta a confiabilidade dos resultados.

#### 9.7.3.2. Controles internos e compliance

Os trabalhos da Sub-relatoria dos fundos de pensão, bem assim diversos relatórios da CVM e do Banco Central, constataram que, a partir do ano de 2000, os fundos de pensão evoluíram de uma situação de absoluta inexistência de uma estrutura de controle interno para uma organização, ainda necessitando de aperfeiçoamento, focada principalmente no cumprimento (*compliance*) das regras referentes ao enquadramento da proporção de ativos, onde são estabelecidos os limites percentuais de exposição perante cada tipo de investimento.

RGS nº 03/2005 - CN:
CPM - CORREIOS
Fls. 4337
Doc:
215

Um fator que vem fazendo com que a qualidade dos controles venha sendo aprimorada é a crescente participação dos trabalhadores nas instâncias de administração e fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar. A legislação estabelece, ainda, que as patrocinadoras não estão desobrigadas de exercer o seu próprio controle, independente daquele do conselho fiscal.

#### **9.7.3.3. Relacionamento com os intermediários financeiros**

O critério mais objetivo, relatado por um dos fundos, foi o de limite máximo percentual para o pagamento da taxa de corretagem a um único agente, o que, mesmo assim, não impedia que uma determinada corretora ou distribuidora agenciasse negociações, junto aos fundos, para terceiros agentes.

A inexistência de critérios constitui-se em problema a ser corrigido. É imprescindível o estabelecimento de um código de conduta para os administradores e gestores externos de recursos, especialmente para aqueles que prestam serviços aos fundos de pensão.

#### **9.7.3.4. Falta de rigor no acompanhamento dos investimentos**

Nesse particular, é interessante observarmos a experiência internacional no que concerne à aplicação do princípio chamado "regra da pessoa prudente" (*prudent person rule*) que é amplamente utilizada pelos supervisores de vários países para avaliar os procedimentos dos gestores e que determina que: *"No desempenho de suas funções, o agente fiduciário deve empregar as mesmas cautela, habilidade e diligência que uma pessoa prudente, atuando com os mesmos poderes que, utilizaria na condução de uma atividade com as mesmas características e objetivos."* Isso significa que se deve aguardar do gestor de um fundo de pensão comportamento próximo daquele de profissionais que administram recursos de terceiros em fundos de investimento ou instituições financeiras.

Aliás, esta é a opinião do professor Ross Levine, catedrático da Universidade de Princeton e consultor do Banco Mundial para análise do problema com fundos de pensão. A aplicação dessa regra, conforme pesquisas realizadas, é fortemente influenciada pela característica do sistema legal de cada país. Os países que adotam a "regra da pessoa prudente" têm seu sistema legal nos moldes anglo-saxões (*Common Law*). Nesses, os supervisores intervêm de maneira mais subsidiária, deixando que as partes construam suas regras e determinem minuciosamente seus procedimentos nos contratos. Portanto, deve-se questionar o relacionamento entre as partes e o Estado, de maneira a construir um arcabouço sólido e que tenha como fundamento a cooperação inspirada no princípio da prudência.

#### **9.7.3.5. Insuficiência de fiscalização e de controles externos**

Os quadros analíticos que resultam dos trabalhos da Subrelatoria evidenciam a reduzida capacidade fiscalizadora da Secretaria de Previdência Complementar – órgão, por lei, responsável pela fiscalização dos fundos de pensão - no que se refere aos procedimentos e aos valores das transações financeiras levadas a efeito pelas entidades de previdência complementar.

Fato de maior importância foi a edição da Medida Provisória 233, de 30 de dezembro de 2004, que criava a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, a qual infelizmente não foi transformada em instrumento legal para efetivação da PREVIC.

Embora a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e o Banco Central exerçam a função de acompanhar e investigar transações financeiras atípicas, o foco das respectivas atuações está voltado, principalmente, para a questão de risco de instituições e de sistema, e de lavagem de dinheiro e não, especificamente, para a preservação dos recursos dos fundos de pensão.

Desta forma, os riscos para aqueles que confrontam a legalidade tornam-se reduzidos, uma vez que nenhuma instituição está apta a perceber pequenas diferenças nos preços dos ativos, envolvendo grandes quantidades de papéis e agentes que atuam, repetitivamente, neste processo.

#### **9.7.3.6. Estrutura operacional do mercado financeiro e de capitais**

A estrutura operacional do mercado financeiro constitui-se o ponto mais complexo para o acompanhamento e fiscalização.

A subtração arranjada de recursos dos fundos de pensão pode ser muito facilitada pela prática de transação em balcão de títulos públicos, em contraposição aos leilões eletrônicos em Bolsa de Valores. Como esses papéis, de longo prazo, têm baixa liquidez, a variância dos preços tende a ser mais ampla, quando comparada com aquelas em mercados mais líquidos. Assim, desvios de preços atípicos, embora em um mesmo dia, servem como indícios de irregularidade, não como prova. Uma das argumentações mais frequentes, daqueles que operaram com preços aberrantes contra os fundos de pensão, é a demonstração de que, embora o fundo tenha comprado um título a um preço elevado, o retorno financeiro implícito neste papel ainda seria consistente com as necessidades e requisitos atuariais do comprador. Isto, na maioria das vezes, é verdadeiro, mas esconde o fato de que o referido retorno poderia ter sido significativamente maior.

Perante esta constatação, os fatos do mercado financeiro estão além da questão de controle, uma vez que são permitidos, mas pertencem à esfera da regulação que trate do acesso dos fundos aos instrumentos financeiros, a exemplo da proibição de estes operarem transações *daytrade*.

Recentemente, a SPC vem estimulando a adoção de práticas de decisão de investimentos mais transparentes, como a aquisição de títulos públicos e privados através de leilão eletrônico.



## **9.8. Recomendações e propostas**

### **9.8.1. Bases para o aprimoramento do sistema de previdência complementar**

Os elementos específicos que podem constituir esta evolução são:

- a) Redução da discricionariedade dos reguladores: o instrumento da exposição de motivos das propostas de normativos;
- b) Aumento do desempenho das atividades de fiscalização: acesso a informações protegidas por sigilo bancário e fiscal;
- c) Redução do risco financeiro: implantação de derivativos com seguro de crédito;
- d) Ampliação da eficiência operacional: implementação das plataformas eletrônicas de negociação de títulos e valores mobiliários;
- e) Aumento da agilidade e da precisão do sistema de informações entre os fundos de pensão, órgãos de supervisão e demais agentes de mercado.

A seguir, passa-se ao detalhamento destes tópicos.

### **9.8.2. O instrumento da Exposição de Motivos das propostas de normativos**

Um aspecto importante, que costuma ser negligenciado pelos grupos que integram o órgão regulador do Sistema, é a falta de exposição de motivos das resoluções aprovadas. A exposição de motivos é instrumento importante para tornar públicas as intenções do proponente, estreitando as margens de discricionariedade dos reguladores, reduzindo a incerteza sobre o desenvolvimento dos fundos de pensão e, portanto, robustecendo a eficácia e a eficiência do Sistema Previdenciário.

Também não se deve deixar de lado o fato de que os atos normativos devem ser devidamente avaliados à luz dos motivos invocados, exigindo-se que haja uma conexão lógica entre os motivos alegados e as finalidades propostas, sob pena de não se atender ao requisito de razoabilidade.

Especialistas com visão mais voltada aos mecanismos de organização<sup>11</sup> propõem algumas medidas para manter o equilíbrio entre a autonomia dos reguladores e sua responsabilização, dentre as quais destaca-se: (i) estabelecer elevados padrões de transparência nos procedimentos regulatórios e (ii) estipular exigências rigorosas na elaboração de relatórios, inclusive um relatório anual.

A primeira padroniza a participação do Legislativo, mediante a submissão dos dirigentes do órgão fiscalizador e regulador à sabatina do Senado Federal, para terem confirmadas as suas nomeações. Além disso, a prestação de contas ao Congresso Nacional, por meio de relatório anual, bem como por manifestação intempestiva, se demandada pelo Poder Legislativo, seria também salutar, vez que é sua a competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, tarefa que requer amplo acesso às informações relacionadas a esses atos.

### 9.8.3. Acesso a informações protegidas por sigilo bancário e fiscal

Uma das grandes questões que a Sub-relatoria de fundos de pensão observou durante seus trabalhos foi a imensa dificuldade de troca de informações entre o Bacen, a CVM e a SPC. Estudando as possíveis causas que justificariam tal problema, chegou-se à questão do sigilo.

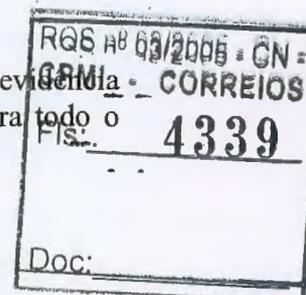
Desta forma, os órgãos fiscalizadores da previdência complementar necessitam da prerrogativa de também investigar diretamente as operações financeiras realizadas com os recursos dos planos de benefícios, assim como hoje ocorre em relação ao Banco Central do Brasil e à CVM no âmbito das entidades que compõem o sistema financeiro nacional. Deve-se, assim, avaliar a apresentação de projeto de lei complementar que altere dispositivos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

Levando em conta o sistema fechado e aberto de previdência complementar em nosso País, verifica-se que os planos de benefícios acumulam ativos garantidores da ordem de R\$ 400 bilhões, abrangendo um universo de aproximadamente 14 milhões de brasileiros. Ele está em franco desenvolvimento, fazendo com que seja necessária a implementação de mecanismos cada vez mais eficientes de fiscalização.

A proposta que se apresenta poderia impedir, por um lado, que os administradores dos recursos dos planos de benefícios possam se opor à atuação dos órgãos de fiscalização da previdência complementar alegando sigilo e, por outro, que tais órgãos possam firmar convênios com o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários para realizar investigações em conjunto. Também fica garantido o necessário intercâmbio entre os respectivos órgãos fiscalizadores.

É de se ressaltar que todos os demais dispositivos da Lei Complementar nº 105/01 ficariam mantidos na íntegra, dentre os quais o dever da manutenção do necessário sigilo pelos agentes públicos que tenham acesso aos dados, como já ocorre hoje, sob pena de responsabilização civil e criminal. Trata-se da garantia de que o direito fundamental à preservação da intimidade não seja ferido.

Dotar os órgãos federais responsáveis pela fiscalização e regulação da previdência complementar de tais prerrogativas é implementar fator de maior segurança para todo o sistema, que terá a seu dispor mecanismos mais ágeis e eficazes de atuação.



#### **9.8.4. Utilização de derivativos de crédito para fundos de pensão**

Derivativos de crédito são contratos financeiros que fornecem um seguro contra perdas relativas às operações de crédito. Esses contratos possibilitam aos investidores novas técnicas de gerenciamento do risco.

Os derivativos de crédito funcionam como um seguro contra movimentos adversos da qualidade de crédito. Os derivativos de crédito podem diversificar a carteira, compondo uma relação de retorno esperado e de risco mais apropriada. As perdas inesperadas poderão ser o objeto da utilização do derivativo de crédito, as que provêm da inadimplência coletiva, que pode ser creditada ao excesso de concentração e alta correlação entre os empréstimos da carteira. No caso dos fundos de pensão, basta observar os prejuízos causados pela quebra do Banco Santos.

Pode-se escolher uma grande variedade de coberturas, dependendo da tolerância ao risco e do preço. Um derivativo de crédito pode ser feito sob medida, para cobrir uma parte do valor referencial, uma fração do período de exposição, ou uma taxa de recuperação variando de 0 a 100% no evento da inadimplência.

Atualmente, os fundos de pensão apenas funcionam como compradores de risco, pois a eles somente é facultado investir em produtos financeiros que lhes transferem risco, tais como os fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

#### **9.8.5. Introdução das plataformas eletrônicas de negociação**

Grande parte dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelos fundos de pensão é aplicada em ativos financeiros do segmento de renda fixa. Tal segmento representa 65% do total dos recursos, estando distribuído entre títulos públicos (LFT, LTN, NTN-B e NTN-C) e títulos privados (CDB/RDB, Debêntures, CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliários e FIDC-Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), como demonstra a tabela a seguir:

**Investimentos dos fundos de pensão: ativos de aplicação em renda fixa**

(posição de 31/mar/2005)

Especificação	Valores (R\$)	%
<b>TOTAL - Títulos Públicos</b>	<b>125.123.619.479,66</b>	<b>74,749%</b>
LFT	42.599.848.372,49	34,048%
NTN-C	17.066.331.836,68	29,624%
NTN-B	22.511.255.466,53	17,991%
LTN	20.548.703.964,18	16,423%
NBC-E	662.338.501,03	0,449%
NTN-D	263.708.290,30	0,211%
TODA	78.088.097,21	0,062%
NTN-F	46.768.815,65	0,037%
Créditos Securitizados do TN	678.058.926,81	0,542%
Outros (BTN, LFT-A e LFT-B)	696.369.568,78	0,556%
<b>Títulos Públicos Federais - SUB-TOTAL</b>	<b>125.051.412.039,66</b>	-
Títulos Públicos Estaduais	59.135.160,00	-
Títulos Públicos Municipais	13.072.280,00	-
<b>TOTAL - Títulos Privados</b>	<b>42.268.665.023,34</b>	<b>25,251%</b>
CD/RDB	18.993.145.298,37	44,934%
Debêntures	18.211.005.684,03	43,084%
FIDC	1.869.563.763,95	4,423%
CRF	910.783.175,53	2,155%
LCF	640.595.035,94	1,279%
LH	531.054.542,29	1,256%
CCB	265.914.622,64	0,631%
CRCMCVTM	75.840.594,31	0,179%
CCI	41.051.341,34	0,097%
CPR-F/CDOA/CRA/LCA	10.650.048,99	0,025%
REX/FIDE	470.595,62	0,001%
Outros	817.610.320,33	1,934%
<b>Renda Fixa:</b>	<b>167.392.304.503,00</b>	<b>63,562%</b>
<b>Recursos Garantidores - FUNDO DE PENSÃO:</b>	<b>263.350.815.417,66</b>	-

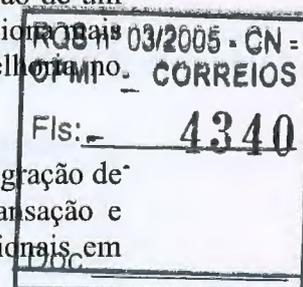
Fonte: SPC/SPS - 1º Trim/2005 (dados preliminares).

Esse montante de títulos e valores mobiliários de renda fixa é totalmente negociado em mercado de balcão, principalmente por meio de telefones, fax e de mensageria eletrônica.

O termo negociação eletrônica abrange uma ampla variedade de sistemas, alcançando desde uma simples transmissão de ordem de negócio até a mais completa execução eletrônica da operação.

Os sistemas de negociação do tipo plataforma eletrônica oferecem, em geral, disseminação eletrônica de pré-transação (disponibilidade de cotação e ofertas), execução automatizada da transação, informações pós-transação (preços, volumes e execuções) e serviço eletrônico de acompanhamento das operações, diferentemente dos mercados tradicionais. A aplicação tecnológica para automatizar etapas do processo de transação e do relacionamento entre os *dealers* e entre esses e seus clientes tem como efeito não simplesmente a projeção de um "telefone mais eficiente", mas a criação de um novo tipo de transação que proporciona maior transparência, impessoalidade, redução nos custos, aumento da eficiência e melhor gerenciamento de risco.

Um dos pontos mais importantes da negociação eletrônica é que ela permite a integração de diferentes partes do processo de transação, iniciando com a informação pré-transação e terminando com o gerenciamento de risco, diferentemente dos mercados tradicionais em



que diferentes sistemas lidam com diferentes estágios do processo, de forma que as negociações eletrônicas afetam não somente as atividades do *frontoffice*, como também do *back-office*.

Quanto à arquitetura de mercado das plataformas eletrônicas de negociação, a integração dos participantes é completamente multilateral, permitindo aos usuários a negociação direta, implicando que as ordens sejam executadas no melhor preço possível. Entretanto, isso não impede que transações sejam efetuadas bilateralmente, assim como não impede que os *dealers* participem do sistema quotizando preços, mas, sem o papel especial de fornecer liquidez aos sistemas. No funcionamento dos sistemas eletrônicos, a maior competição, que é resultado de menores custos e aumento da transparência, pressiona as margens dos corretores e *dealers*, os quais respondem a esse desafio de diferentes maneiras. As corretoras e *dealers* procuram compensar a redução das margens com maiores volumes, o que seria facilitado pelo uso de plataformas eletrônicas. Outros procuram ampliar seus serviços e se concentrar em nichos apropriados, uma vez que além de fornecerem a precificação dos ativos e execução de transações (provisão de liquidez e rapidez) os corretores fornecem outros serviços aos seus clientes, tais como pesquisa (econômica, fundamentalista e gráfica), experiência de transação, informações sobre a situação do mercado e serviços de pagamento e compensação.

Em 2001, o *Bank for International Settlements* (BIS) organizou um relatório, a partir do trabalho do *Committee on the Global Financial System* (CGFS), acerca das possíveis implicações da utilização de sistemas eletrônicos de negociação e sua repercussão sobre o funcionamento dos mercados financeiros globais. Para a comissão (CGFSBIS) os principais efeitos da adoção de plataformas eletrônicas de negociação na estrutura do mercado de títulos seriam:

- a) aumento da eficiência operacional devido à redução de erros e falhas, melhoria nas condições de gerenciamento de risco, automatização da coleta de informações pré e pós-transação e a redução dos custos (mão-de-obra e de busca pelo melhor preço);
- b) possibilidade de negociação direta entre usuários finais, levando ao fim da segmentação entre mercado inter-corretoras e mercado corretoras-clientes;
- c) melhor formação de preços devido às negociações centralizadas e à maior transparência das negociações e aumento da velocidade com que a informação de preço é transmitida do mercado inter-corretoras para o mercado corretoras-clientes;
- d) aumento da transparência pré-transação (disponibilidade de informações a respeito de lances e ofertas) e pós-transação (transmissão tempestiva de informações públicas a tempo nas transações passadas), capacitando os participantes do mercado a fazerem uma melhor avaliação das alternativas de investimentos;
- e) redução das assimetrias de informação entre os participantes do mercado;
- f) maior facilidade para assumir e desenrolar posições anonimamente, reduzindo o risco de liquidez dos atores;

g) redução nos custos explícitos de transação (taxas de corretagem, comissões, custos de compensação e pagamento, mão-de-obra) e implícitos (diferenças entre os preços de compra e venda cotados por uma corretora ou *dealer* para cobrir seus custos de transação explícitos, suas margens de lucro e um prêmio pelo risco de liquidez);

h) aumento inicial nos custos com tecnologia da informação e comunicação.

Na questão da transparência, os sistemas eletrônicos são mais vantajosos para os clientes a partir da facilidade de acesso aos mercados em que se deseja operar para determinados ativos financeiros, por outro lado à transparência completa das informações nem sempre conduz a uma melhoria, uma vez que certo grau de anonimato parece ter efeitos positivos no modo de funcionamento dos mercados.

Por fim, a conclusão da Comissão do BIS aponta que a adoção das plataformas eletrônicas de negociação teria o potencial de causar impacto positivo sobre a estabilidade dos mercados financeiros devido à melhora na eficiência e liquidez, no ordenamento (ordens equivalentes com preços equivalentes) e na resiliência a cenários extremados ou na recuperação mais rápida do mercado após essas situações.

Existem já em funcionamento no País quatro plataformas eletrônicas de negociação e registro de títulos e valores mobiliários de renda fixa, cujas regras e procedimentos são disciplinados pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 387, de 28 de abril de 2003. A seguir, apresenta-se o perfil de cada uma dessas plataformas.

#### 9.8.5.1. Cetip - CetipNet

A Cetip é uma instituição que, desde 1986, atua voltada para o desempenho integrado de funções de suporte ao mercado de balcão e seus derivativos, disponibilizando a seus participantes, sistemas para custódia, registro e divulgação de operações de ativos e derivativos de balcão.

A sua plataforma de negociação, denominada CetipNet, criada em janeiro de 2004, proporciona meios e facilidades aos participantes da câmara para cotar operações e/ou realizá-las em ambiente de participação controlada.

A Cetip oferece aos investidores institucionais do País a plataforma de negociação CetipNet para realizar diversas operações *online*, como a negociação de títulos de renda fixa (públicos e privados) e valores mobiliários, a cotação eletrônica e leilões de colocação primária ou de negociação no mercado secundário, com diversas características desenvolvidas para facilitar a negociação e a integração das mesas de operação com o *back-office* dos investidores, garantindo mais agilidade, praticidade e segurança às operações.

Por meio do módulo de cotação eletrônica da plataforma CetipNet, as instituições podem cadastrar, a qualquer momento, uma solicitação de cotação tomadora ou doadora de recursos, prática antes somente realizada por telefone, fax ou e-mail. Pelo sistema, a solicitação é dirigida às instituições previamente escolhidas ou à totalidade dos

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
4341
Doc:
223

participantes cadastrados e, o resultado, divulgado para todos que fizeram propostas, garantindo ao processo mais transparência, agilidade e segurança.

O sistema eletrônico da Cetip dispõe também de um módulo para a realização de leilões eletrônicos de colocação primária e de negociação secundária de títulos de renda fixa (públicos e privados) e valores mobiliários, custodiados ou não na Cetip. Este módulo garante mais flexibilidade ao participante para definir as características do leilão em tela específica. Os leilões podem ser de taxa ou PU, com a quantidade de títulos definida em lotes ou por unidade. Também podem ser do tipo reverso, onde os compradores definem as características do ativo objeto do leilão.

O serviço de Liquidação Financeira da Cetip adota o conceito *delivery versus payment* (DVP) que protege os participantes contra eventuais falhas na entrega dos títulos ou no pagamento. A sua adoção assegura a finalização das operações somente se os títulos estiverem efetivamente disponíveis na posição do vendedor e os recursos relativos a seu pagamento forem disponibilizados pelo comprador.

#### **9.8.5.2. BM&F - Sisbex-Negociação e Sisbex-Registro**

A Clearing de Ativos da BM&F está em funcionamento desde maio de 2004, atuando como contraparte central garantidora das operações com títulos públicos federais realizadas no sistema eletrônico Sisbex, atendendo, assim, aos requisitos de funcionamento estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Por intermédio dessa *clearing*, a BM&F presta serviços de registro, compensação e liquidação de operações com títulos de renda fixa, tanto de emissão pública quanto de emissão de instituição financeira.

A câmara de ativos está associada ao Sisbex, uma das plataformas eletrônicas de negociação e registro adotadas pela BM&F, em que as ofertas de compra ou de venda estão permanentemente à disposição de todos os participantes, possibilitando melhor formação de preço, sendo imediata e ampla a divulgação das cotações efetivamente praticadas em mercado.

O desenho operacional da Clearing de Ativos atende à diversidade dos participantes do mercado de títulos públicos federais, desde o Tesouro Nacional, emissor dos títulos, até o cliente final de uma instituição, passando pelos intermediários ou *brokers*, que exercem papel de extrema relevância.

As corretoras e instituições financeiras, denominadas Participantes de Negociação de Ativos (PNA), são sócias da BM&F e habilitadas a realizar operações com títulos públicos, para carteira própria e para clientes. Os Membros de Compensação (MC) e os Participantes com Liquidação Centralizada (PLC) mantêm relacionamento direto com a Clearing de Ativos. Os MC responsabilizam-se pela boa liquidação e pela legitimidade de suas operações compensadas e liquidadas por intermédio da Clearing, provendo a entrega dos ativos e dos recursos financeiros necessários ao cumprimento de suas obrigações, e pela

satisfação das obrigações dos PNA e de seus clientes, usuários de seus serviços de compensação e liquidação. Os PLC são fundos de investimento, seguradoras e fundos de pensão.

Com relação ao controle de preços das ordens de compra ou venda, há no Sisbex um limite dinâmico de preços, procedimento esse denominado "túnel de preços", em que todos os preços e taxas dos negócios são confrontados com parâmetros de máximo e mínimo. Esse limite é definido com base no último preço praticado no mercado padrão, um intervalo de preços dentro do qual as ofertas são aceitas. Portanto, ofertas cujos preços estejam fora desse intervalo são recusadas. Por estarem associados ao último preço praticado no mercado padrão, os limites desse intervalo mudam ao longo do período de negociação, acompanhando a dinâmica do mercado. O resultado é um filtro que pode ou apontar distorções ou simplesmente rejeitar o registro dos negócios. Os limites também poderão ser alterados pela BM&F, a qualquer tempo, mediante aviso prévio. A Bolsa poderá igualmente arbitrar o preço que serve de base para o estabelecimento do limite dinâmico de preços.

### 9.8.5.3. BovespaFIX e SomaFIX

A Bovespa e a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), acompanhando a tendência mundial de crescimento do uso de sistemas eletrônicos, oferecem os ambientes integrados para a negociação, liquidação e custódia de títulos de renda fixa privada, BovespaFix e SomaFix, respectivamente, no mercado de bolsa de valores e de balcão organizado de renda fixa.

Os negócios e/ou registro de negócios com títulos de renda fixa no BovespaFix e SomaFix são realizados por meio de um sistema eletrônico que oferece uma série de facilidades apropriadas para esse mercado. O sistema proporciona total transparência, uma vez que as ofertas são disseminadas para todo o mercado e os preços de fechamento são divulgados em tempo real. Isso permite uma melhor formação de preços e possibilita a "marcação a mercado" das carteiras de títulos, o que beneficia, sobretudo os investidores institucionais e também os emissores, que podem acompanhar as condições de mercado de seus papéis.

Com o objetivo de proporcionar uma melhor formação de preços no mercado secundário de títulos de dívida corporativa, o Bovespa FIX tem regras claras e transparentes de negociação, adotando parâmetros para cada um dos títulos negociados, de acordo com suas características.

Dentre os critérios de cada título estão: forma de cotação (por preço ou por taxa), parâmetros para leilão, lote-padrão, preço de fechamento e as rodas onde os títulos estão sendo negociados. Esse sistema eletrônico conta com a garantia da CBLC, que atua como central contraparte das operações realizadas.

O SOMA FIX, por sua vez, permite aos seus participantes registrarem eletronicamente os negócios fechados em mercado de balcão.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIO
Fls: 4342
Doc:
225

O registro de negócios é particularmente importante na transferência de ativos de fundos geridos por um mesmo administrador de recursos e está sujeito a regras específicas.

#### **9.8.5.4. Aspectos positivos e negativos**

Diante do exposto, algumas recomendações poderiam ser discutidas pelos órgãos de regulação e supervisão do mercado financeiro nacional, com vistas a viabilizar a utilização dos sistemas eletrônicos de negociação e registro pelos fundos de pensão, bem como por outros investidores institucionais.

A exigência legal de utilização compulsória das plataformas eletrônicas para negociação dos títulos e valores mobiliários de renda fixa ainda não é um ponto pacífico, não obstante as vantagens imediatas apresentadas no quadro a seguir:

##### **Aspectos Positivos**

1. Melhor formação de preços no mercado secundário de títulos e valores mobiliários.
2. Transparência (preços negociados seriam públicos a qualquer agente econômico), visibilidade, agilidade (facilidade nas negociações, sendo realizado num único ambiente de negócios) e rastreabilidade dos negócios fechados, das ofertas e das propostas recebidas.
3. Negociação de melhores taxas, segundo o risco desejado para os fundos de pensão com redução dos *spreads* cobrados pelos bancos e corretoras.
4. Possibilidade de organização de bancos de dados históricos das transações efetuadas, por meio de único arquivo eletrônico com máximas, mínimas, médias e desvios, permitindo estudos econométricos mais robustos e eficientes.
5. Mitigação de riscos: operacional (utilização de sistema integrado gestor, custodiante e sistema eletrônico, reduzindo a possibilidade de erro humano) e de contraparte (DVP - Entrega contra Pagamento).
6. Segurança para o investidor e ganho de imagem (credibilidade) para o segmento de previdência complementar fechado.
7. Desenvolvimento do mercado secundário de títulos e valores mobiliários e fomento de novos produtos (como por exemplo, o SET – Serviço de Empréstimo de Títulos).

##### **Aspectos Negativos**

1. Elevação inicial do custo operacional (taxas e emolumentos para operar), sendo minimizado com ingresso expressivo de agentes negociadores no sistema eletrônico de

negociação, permitindo uma elevação no volume dos negócios, e uma conseqüente redução dos custos.

2. Adaptação tecnológica: RTM, RSFM, linha dedicada e sistemas proprietários das entidades

fechadas de previdência complementar.

3. Possibilidade de criação de “cartórios” na Cetip, BM&F, BovespaFix ou SomaFix.

4. O pequeno número de negócios poderia implicar *spreads* elevados para compensar o prêmio por liquidez, podendo acarretar perdas substanciais de rentabilidade para os planos de benefícios administrados pelos fundos de pensão, caso os outros participantes (IF, corretoras, distribuidoras de valores, gestores de fundos de investimento) do mercado não sejam também obrigados a transacionar apenas por meio de plataformas eletrônicas.

5. Possibilidade de arbitragem pelas grandes instituições financeiras, caso os outros participantes do mercado não sejam também obrigados a transacionar apenas por meio de plataformas eletrônicas.

6. Restrição da participação dos fundos de pensão nas ofertas públicas primárias do Tesouro

Nacional por meio de bancos e *dealers*, sem custos operacionais, taxas ou *spreads*.

7. Regras de credenciamento para utilização das plataformas: BM&F – limitação do nº e porte dos fundos de pensão participantes. Cetip – Adesão ao código de ética da ANDIMA.

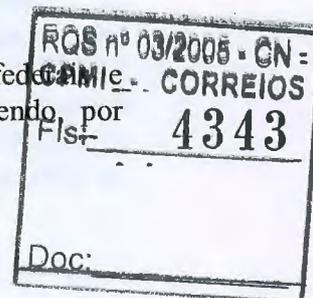
Elaboração: SPC/MPS

A SPC e a Abrapp, cujas equipes técnicas entendem que seria mais conveniente adotar uma estratégia gradual e segmentada para implementação desse objetivo. Desta forma, por entender que as plataformas eletrônicas contribuem para reduzir ou eliminar infrações e apropriações indevidas de recursos para fins previdenciários, a Sub-relatoria recomenda as seguintes ações:

a) difusão e conhecimento dos sistemas eletrônicos de negociação e registro para os fundos de pensão e demais investidores institucionais, sendo extensivo aos gestores contratados (carta-mandato) para aplicação dos recursos financeiros;

b) adoção de regra prudencial, disposta em resolução do Conselho Monetário Nacional, que recomende a utilização das plataformas eletrônicas para negociação dos títulos e valores mobiliários de renda fixa pelas entidades fechadas de previdência complementar;

c) obrigatoriedade de negociação eletrônica somente para títulos públicos federais, com extensão gradual dessa regra aos demais mercados, de preferência estabelecendo, por determinação normativa, um cronograma de adaptação do mercado;



d) introdução da recomendação do uso de plataforma eletrônicas que contenham mecanismo de supervisão dinâmica de preços, ou seja, que todos os preços e taxas de negócios sejam confrontados com parâmetros máximos e mínimo (túnel de preços);

e) as plataformas eletrônicas de negociação devem estar sob a supervisão direta de órgão(s) regulador(es) da administração pública, para zelar pela observância dos requisitos adequados estabelecidos para os ambientes de negociação.

#### **9.8.6. Aumento da agilidade e da precisão do sistema de informações**

A previdência complementar brasileira tem passado por profundas alterações nos últimos quatro anos. O novo marco regulatório introduzido neste período permitiu mudanças na atuação e nos processos dos fundos de pensão. Especificamente em relação às informações a serem prestadas à SPC e aos participantes dos diversos planos, resultou um nível de detalhamento e complexidade bem maior que o que vinha sendo praticado até então.

Também em países como Austrália, Argentina, Chile, Estado Unidos, Irlanda e México foram introduzidas alterações na legislação e, principalmente, nos procedimentos de supervisão e fiscalização, com base em estudos técnicos e discussões com agentes de mercado. Desses estudos, decorreu melhoria na qualidade geral dos resultados, sem que os diversos mercados envolvidos ou os instrumentos financeiros disponíveis fossem afetados.

Desde janeiro de 2004, a partir do SMC – Sistema de Monitor Contínuo (ver quadro acima), a SPC/MPS já recebe as informações diretamente das centrais de liquidação e custódia (CETIP, BM&F), indiretamente, por meio dos agentes custodiantes (IN SPC 05/2004). As informações da SELIC estão em tratativas para receber também os dados da CBLC.

Dentro de um processo que leva em conta a segurança jurídica, sob a égide da Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001, a SPC tem assinado convênios de troca de informações das operações das EFPC:

1. CETIP: Em 2003, a SPC assinou o Convênio com a CETIP e desde em então recebe, diariamente, as informações das posições e operações da carteira própria das EFPC. A partir do dia 10/abr/2006, por conta da entrada em vigor do NOVO DAIEA (mensal, por plano de benefícios e o cadastramento dos fundos de investimento – IN SPC nº 08/2005), a SPC irá receber da CETIP as informações dos fundos exclusivos dos quais as EFPC sejam cotistas.

2. BM&F: Em 2004, a SPC assinou o Convênio com a BM&F e desde em então recebe, diariamente, as informações das posições e operações da carteira própria das EFPC. A partir do dia 03/abr/2006, por conta da entrada em vigor do NOVO DAIEA (mensal, por plano de benefícios e o cadastramento dos fundos de investimento – IN SPC nº 08/2005), a SPC irá receber da BM&F as informações dos fundos exclusivos dos quais as EFPC sejam cotistas.

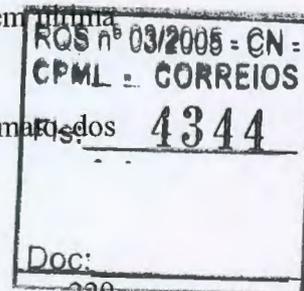
3. SELIC: Desde janeiro 2005, com a publicação da IN SPC nº 05/23dez2004, a SPC recebe as informações das operações diárias com títulos públicos federais das EFPC, por meio dos agentes custodiantes (Res. CMN 3121/03).

4. CBLC: as informações sobre as posições em renda variável das EFPC chega à SPC trimestralmente, por meio do DAIEA. Desde jan/2005, a SPC está em tratativas com aquela Central de Liquidação e Custódia, para receber diretamente e em bases diárias dos dados das operações no mercado acionário, para isso, a Secretaria publicou a IN SPC nº 08/2005, com vistas a cumprir esse objetivo, faltando apenas a celebração do referido Convênio.

A SPC, está desde outubro/2003, trabalhando na construção de um novo demonstrativo mensal de investimento, em bases tecnológicas mais atualizadas, ágeis e seguras, com vistas a recepcionar e dar tratamento de auditoria indireta, as informações das aplicações de recursos realizadas nos planos de benefícios administrados pelas EFPC. Esse novo demonstrativo cuidará das informações de estoque e posições dos investimentos das EFPC, enquanto as informações recepcionadas pela SPC das Centrais de Liquidação e Custódia cuidará do fluxo diário, entre os períodos de envio e preenchimento do novo demonstrativo de investimentos, completando assim, as bases de dados do SMC/Sistema de Monitoramento Contínuo implantado pela SPC/MPS, a partir de janeiro/2004.

Tal medida revela-se de grande relevância, dada a quantidade de fundos existentes, o surgimento de novos, a diversidade dos ativos que os compõem, além do grande número de novos ativos criados constantemente. Além disso:

- a) a periodicidade do envio destas informações poderia ser dimensionada (semanalmente, diariamente), proporcionando um acompanhamento mais ágil e efetivo;
- b) daria maior transparência, já que as informações originar-se-iam diretamente dos depositários dos ativos e dos administradores dos fundos de investimento;
- c) eliminaria a redundância de informações;
- d) facilitaria a implementação de filtros de informações que poderiam ainda ser customizados;
- e) permitiria o envio simultâneo aos fundos de pensão e ao órgão fiscalizador;
- f) qualquer distorção nas informações poderia ser mais rapidamente detectada e corrigida;
- g) reduziria o trabalho de consolidação das informações para os fundos de pensão;
- h) diminuiria custos adicionais diretos e indiretos por fundo de pensão, os quais, em última instância, oneram as reservas dos participantes;
- i) possibilitaria, com muito mais facilidade e agilidade, a padronização do formato dos relatórios finais a serem produzidos;



j) com o valor de mercado dos ativos e das cotas de fundos, produziria o valor de mercado do portfólio de cada fundo de pensão, respeitando a legislação específica para cálculo de ativos e fundos de investimento aberto e exclusivo;

k) qualquer alteração ou nova regra de cálculo do valor de um ativo promovida pelas autoridades monetárias seria rapidamente absorvida e calculada pelo sistema;

l) promoveria uma fonte de dados para os sistemas de controle de risco dos fundos de pensão, prioridade hoje na análise de escolha de qualquer investimento;

m) a fonte de dados auxiliaria outros cálculos como o da instituição da portabilidade;

## 10. Indiciamentos e Encaminhamentos

### 10.1 Denúncia Original nos Correios

*Os indiciamentos e encaminhamentos feitos adiante são o resultado de todo o trabalho até agora relatado. Cabe observar também que a lista é extensa porque a maioria dos agentes foi implicada como partícipe, a teor do que estabelece o art. 29 do Código Penal.*

*A presente investigação parlamentar foi deflagrada pela gravação que registrou o então funcionário dos Correios, Sr. Maurício Marinho, recebendo propina de dois empresários e citando o Sr. Roberto Jefferson, à época Deputado Federal, como co-responsável por esquema de corrupção que haveria na estatal.*

*Revelaram as investigações desta CPMI que o Sr. Roberto Jefferson logrou estabelecer uma rede de influência na administração dos Correios, baseada, sobretudo, na indicação política para a ocupação de cargos com vistas à captação de recursos para fins de financiamento eleitoral.*

*Em seu depoimento nesta CPMI, o Sr. Roberto Jefferson confessou o cometimento de crime eleitoral e contra ordem tributária, ao admitir que recebera recursos para as campanhas eleitorais de seu partido e que não prestara contas à Justiça Eleitoral dos valores recebidos.*

*Há indícios – e, em alguns casos, provas robustas – de que o esquema, possivelmente engendrado pelo próprio Sr. Roberto Jefferson, comprometeu a boa gestão da coisa pública, resultando no cometimento de atos de improbidade administrativa, tráfico de influência, advocacia administrativa, corrupção ativa e passiva, formação de quadrilha, fraude à licitação, burla ao instituto do concurso público, entre outros.*

*Assim, diante dos fatos e relatos coligidos neste Relatório, exsurge a necessidade da adoção de providências com vistas a se ofertar à sociedade brasileira e, nessa esteira, às autoridades responsáveis pela continuidade das investigações e apurações de possíveis ilícitos, a formatação dos indiciamentos possíveis e os elementos, ainda que preliminares, para a formação de juízos de responsabilidades mais abalizados e fulcrados na apuração que se segue na seara da Polícia Judiciária e do Ministério Público.*

*Com esse espírito e forte no desiderato que impulsiona o trabalho dessa Comissão, não se pode perder de vista nesse momento, a importância de que os indiciamentos adiante propostos estejam em perfeita consonância com o resultado das investigações realizadas e que apontem de maneira incontestada tanto a materialidade dos ilícitos, como a efetiva demonstração ou os indícios de autoria, de modo a preservar não somente as pessoas eventualmente alcançadas, mas substancialmente, de evitar o descrédito do árduo e sério trabalho desenvolvido pela CPMI.*

BOB nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 4345
Doc: 231

*De outro lado, naquelas situações em que as investigações e os elementos de convicção colhidos ainda não permitem com a profundidade necessária a formação de um juízo de valor acerca da verossimilhança dos ilícitos praticados e das respectivas responsabilidades, a Comissão reservar-se-á, arrimada na necessidade estrita da observância da Constituição Federal, a encaminhar e sugerir o aprofundamento dos trabalhos de investigação pelas autoridades competentes.*

*Aliás, essas são as orientações exaradas pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, conforme se divisa do seguinte pronunciamento:*

*“(...) O indiciamento de alguém, por suposta prática delituosa, somente se justificará, se e quando houver indícios mínimos, que, apoiados em base empírica idônea, possibilitem atribuir-se, ao mero suspeito, a autoria do fato criminoso. Se é inquestionável que o ato de indiciamento não pressupõe a necessária existência de um juízo de certeza quanto à autoria do fato delituoso, não é menos exato que esse ato formal, ..., há de resultar, para legitimar-se, de um mínimo probatório que torne possível reconhecer que determinada pessoa teria praticado o ilícito penal. O indiciamento não pode, nem deve, constituir um ato de arbitrio do Estado, especialmente se se considerarem as graves implicações morais e jurídicas que derivam da formal adoção, no âmbito da investigação penal, dessa medida de Polícia Judiciária, qualquer que seja a condição social ou funcional do suspeito. (...)”*

*É inquestionável que o ato de indiciamento não pressupõe a necessária existência de um juízo de certeza quanto à autoria do fato delituoso, mas esse ato formal, ..., há de resultar, para legitimar-se, de um mínimo probatório que torne possível reconhecer que determinada pessoa teria praticado o ilícito penal. É por essa razão que o saudoso JULIO FABBRINI MIRABETE (“Código de Processo Penal”, p. 105, item n. 6.5, 10ª ed., 2003, Atlas), ao versar o tema do indiciamento, formula, acertadamente, a seguinte advertência: ‘Indiciamento é a imputação a alguém, no inquérito policial, da prática da infração penal que está sendo apurada. Embora a lei não se refira expressamente a ‘indicialmento’, menciona por várias vezes o ‘indiciado’ (arts. 6º, VIII, IX, 14, 15 etc). Diante da colheita dos elementos que indicam ser uma pessoa autora do crime, a autoridade deve providenciar seu indiciamento, não constituindo o fato constrangimento ilegal. Ao contrário, se não houver indícios razoáveis da autoria, mas mera suspeita isolada, não se justifica o indiciamento’ (grifei). Essa mesma percepção do tema é revelada por FERNANDO CAPEZ (‘Curso de Processo Penal’, p. 80, item n. 10.16, 2ª ed., 1998, Saraiva), cujo magistério, a propósito da efetivação do ato de indiciamento, exige que este resulte ‘(...) da concreta convergência de sinais que atribuam a provável autoria de crime a determinado, ou a determinados, suspeitos’ (grifei). Também perfilha igual entendimento, em magistério extremamente preciso sobre o tema ora em análise, o saudoso e eminente Professor SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO (‘O indiciamento como ato da Polícia Judiciária’, in RT 577/313-316): ‘O indiciar alguém, como parece claro, não há de surgir qual ato arbitrário da autoridade, mas legítimo. Não se funda, também, no uso de poder discricionário, visto que inexistente a possibilidade legal de escolher entre indiciar o não. A questão situa-se na legalidade do ato. O suspeito sobre o qual se reuniu prova da autoria da infração, tem de ser indiciado. Já aquele que contra si possui frágeis indícios, ou outro meio de prova esgarçado, não pode ser indiciado. Mantém-se ele como é: suspeito. A mera suspeita não vai além da conjectura, fundada em entendimento*

*desfavorável a respeito de alguém. As suspeitas, por si sós, não são mais que sombras; não possuem estrutura para dar corpo à prova da autoria' (grifei). Cabe referir, finalmente, a expressiva lição de SYLVIA HELENA F. STEINER ('O Indiciamento em Inquérito Policial como Ato de Constrangimento – Legal ou Ilegal', in Revista Brasileira de Ciências Criminais, vol. 24/305-308, 307), hoje eminente Juíza do Tribunal Penal Internacional, instituído pelo Estatuto de Roma: "(...) levando-se em conta que a Constituição Federal centra o rol de direitos e garantias individuais no princípio da dignidade do ser humano, não temos dúvidas em apontar a ilegalidade do ato de indiciamento antes da definição da materialidade delitiva e antes que suficientes os indícios de autoria". (...). Em suma: o indiciamento não pode, nem deve, constituir um ato de arbítrio do Estado, especialmente se se considerarem as graves implicações morais e jurídicas que derivam da formal adoção, no âmbito da investigação penal, dessa medida ..., qualquer que seja a condição social ou funcional do suspeito. (...)".(Inq. 2.041-9/MG – Rel. Celso de Melo – julgamento: 30.09.03 – Publicação: DJ 06/10/2003 – P. 00058.)*

*Diante dos fatos e relatos coligidos neste Relatório, propõe-se o indiciamento e encaminhamento ao Ministério Público da seguinte forma:*

**Indiciamento de:**

**ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO – crime eleitoral, art. 350 do Código Eleitoral; crime contra a ordem tributária, art. 1º, I, da Lei 8.137, de 1990; corrupção passiva, art. 317 do CP;**

**MAURÍCIO MARINHO – corrupção passiva, art. 317 do CP.**

*Propõe-se ainda, diante da ausência de um juízo de valor mais abalizado acerca do alcance das responsabilidades dos agentes abaixo, o encaminhamento dos nomes e fatos apurados ao Ministério Público para fins de avaliação das condutas e/ou prosseguimento da investigação:*

*Antônio Osório*

*Fernando Leite Godoy*

*Waldemir Freire Cardoso*

*Walmir Freire Cardoso*

*Paulo Maurício Sales Cardoso*

*Nelson de Andrade Júnior*

*Luiz Carlos Scorsatto*

*Roberto Garcia Salmeron*

*Sócios (que deverão ser individualizados em face do objeto da investigação) do Escritório*

*Barra Brito Advogados e Associados*

*Fernando Augusto Alves da Silva*

*Carlos de Souza Montenegro*

*Paulo Onishi*

*Delamare Holanda*

PROS Nº 03/2006 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: 4346
Doc:

*Abílio Antônio de Oliveira Freitas  
Luiz Lincoln Massena Costa  
Cláudio Martinez  
Nelson Andrade Júnior*

## 10.2 Rede Postal Noturna

*Em vista da descrição das condutas praticadas pelos diversos agentes nominados neste relatório, é possível verificar materialidade e indícios suficientes de autoria de diversos crimes, perpetrados em desfavor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e da Fazenda Pública.*

*O primeiro exemplo decorre do Termo de Compromisso de Subcontratação firmado entre a Skymaster e a Beta, de que tratamos linhas atrás. Inequivocamente, o contrato entabulado entre as partes buscou fraudar o caráter competitivo do certame licitatório, pois possibilitava a majoração dos preços constantes das propostas apresentadas pelas empresas.*

*Com efeito, o ajuste foi firmado em 21 de julho de 2000, apenas quatro dias antes da realização da Concorrência nº 010/2000. Uma leitura atenta do item 5.1 desse Termo de Compromisso revela que a subcontratação não tem caráter operacional, o que seria permitido pelo edital de licitação. Cabe transcrever novamente essa cláusula:*

*“5.1 - A subcontratação deverá ser feita de forma que a meta seja que cada empresa opere 50% (cinquenta por cento) de cada uma das linhas adjudicadas. Se a linha exigir 2 (duas) aeronaves simultaneamente, a subcontratação deverá prever o uso de uma aeronave de cada empresa ao mesmo tempo. Se a linha exigir apenas 1 (uma) aeronave, deverá ser usado, alternadamente, a cada semana, uma aeronave de cada contratante”.*

*Não bastasse, verificou-se que, efetivamente, na referida licitação, apenas a Skymaster e a Beta apresentaram proposta para a linha F, deixando evidenciar o simulacro de competição, quando na verdade essas empresas, em conluio, burlavam o certame.*

*Portanto, os dirigentes dessas empresas, que figuram como signatários do mencionado Termo de Compromisso de Subcontratação, poderão ter incorrido no tipo descrito no art. 90 da Lei nº 8.666, de 1993 (Lei de Licitações).*

*A trama entre a Skymaster e a Beta não se resume a isso. Em 21/08/2002, o presidente desta última, ANTÔNIO AUGUSTO MORATO LEITE FILHO, foi contratado pela primeira para cuidar de seus interesses comerciais junto à ECT. Conforme foi comentado anteriormente, o conteúdo desse ajuste, bem assim a cláusula de remuneração do contratado, a quem caberia a metade da vantagem financeira obtida pela Skymaster, em decorrência da sua atuação, revelam que o Sr. ANTÔNIO AUGUSTO MORATO LEITE FILHO tinha grande influência sobre as pessoas com poder de decisão dentro da estatal.*

*Tudo isso somado, não seria descabido inferir que não se trata verdadeiramente de contrato, mas de pagamento relativo a tráfico de influência, crime definido no art. 332, caput, do Código Penal, que teria sido praticado pelo Sr. ANTÔNIO AUGUSTO MORATO LEITE FILHO. Ainda, há suspeitas de prática desse mesmo crime por parte do consultor VENÂNCIO GROSSI, cuja atuação foi detalhada neste relatório. Ora, se esse consultor, ex-Diretor do DAC, embora contratado pela ECT, recebeu pagamentos de empresas com interesse econômico na estatal, para intermediar negócios, é perfeitamente cabível a ilação que ora se faz.*

*Quanto à súbita contratação da Skymaster para operar as linhas A e C, feita mediante a Dispensa de Licitação nº 02/2001, impossível imaginar um procedimento tão breve, na verdade brevíssimo, sem a participação de funcionários dos Correios.*

*É formal e substancialmente impossível efetivar uma contratação tão complexa em apenas um dia. Pois foi esse o exíguo tempo decorrido entre a autorização da contratação por emergência, em 25/06/2001, e assinatura do contrato com a Skymaster, em 26/06/2001, mesmo dia do início da operação das aeronaves da contratada.*

*Entre esses dois termos, importa registrar que a ECT fez consulta de preços a várias empresas do ramo, que, obviamente, declinaram do contrato por impossibilidade material de atender demanda de tamanha magnitude em pouco mais de 24 horas.*

*Percebe-se claramente o envolvimento do Chefe de Departamento de Gestão Operacional, Sr. JOSÉ GARCIA MENDES, do Diretor de Operações, Sr. CARLOS AUGUSTO DE LIMA SENA, e do Presidente HASSAN GEBRIM. O primeiro elaborou o relatório DEGEO-002/2001, com data retroativa, em que não havia indicação precisa dos cálculos efetuados para balizar os preços adotados como parâmetros. Os dirigentes ratificaram esse relatório suspeito e autorizaram a contratação, ainda que exíguo o prazo para cotação de preço e para início de entrada em operação, situação incompatível com a complexidade da contratação, o que caracteriza montagem de processo e simulação de concorrência.*

*A consulta de preço foi feita apenas para atender exigência legal. O que transparece, na verdade, é que a contratação da Skymaster já estava decidida previamente. Nesse episódio, poderá ter ocorrido o delito tipificado no art. 89 da Lei nº 8.666, de 1993; todavia, não se pode olvidar da ocorrência de outros crimes por parte dos agentes da Empresa Pública, tais como corrupção passiva e corrupção ativa, descritos nos arts. 317 e 333 do Código Penal. Tais elementos devem ser colhidos com durante o prosseguimento das investigações, que ora se recomenda.*

*Com relação ao Pregão nº 045/2001, dele somente participaram efetivamente três empresas: Skymaster, Beta e Aerpostal, pois como foi dito, a Total Linhas Aéreas foi desclassificada ab initio. Mais uma vez, portanto, tem-se a Skymaster e a Beta como protagonistas de procedimentos suspeitos. Desta feita, participou também a Aerpostal, empresa materialmente inabilitada para cumprir o objeto do contrato. Curiosamente, o sócio-gerente dessa empresa, naquela oportunidade, era um ex-executivo da Beta, Sr. ROBERTO KFOURI.*



*Pelo visto, mais uma vez houve fraude no caráter competitivo, pois a suposta competição ficou resumida à Skymaster e à Beta, que a essa altura já haviam firmado novo ajuste para subcontratação dos serviços. Observa-se, novamente, o delito descrito no art. 90 da Lei nº 8.666, de 1993.*

*Ademais, a declaração prestada pelo Sr. SÉRGIO VIGNOLI, no sentido de que a Aerpostal atenderia os requisitos de qualificação técnica constantes do edital, pode configurar o crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal. Pode também ter sido perpetrada falsidade ideológica nos contratos firmados entre a Skymaster e as empresas Quintessencial Group Ltd e Forcefield Ltd, pois, como foi sobejamente discutido neste relatório, a relação entre essas firmas indica que todas pertencem aos mesmos controladores, de forma que os contratos ajustados entre elas são todos simulados.*

*Outras condutas típicas devem ainda ser objeto de investigação. Há fundadas suspeitas de que a Skymaster faz pagamentos em valores exacerbados às empresas Quintessencial Group Ltd, Forcefield Ltd, Skycargas e Skytrade, sem a correspondente contraprestação. Outrossim, os sócios da Skymaster figuram como beneficiários de elevadas quantias supostamente destinadas ao pagamento de despesas com arrendamentos e fornecedores.*

*Esses comportamentos podem revelar o cometimento de crimes contra a ordem econômica e contra a ordem tributária, tais como os descritos nos arts. 1º, II a IV, da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965; 22 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986; 1º, I a IV, e 2º, I, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e 1º, V e § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. As investigações certamente identificarão também os atos de improbidade administrativa praticados por funcionários dos Correios, conforme definidos nos arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, cujas sanções estão previstas no art. 12 do mencionado diploma legal.*

*Pelo que foi apurado até o presente momento, a Dispensa de Licitação nº 02/2001 configura ato de improbidade que causou prejuízo ao erário (art. 10), de forma que os responsáveis pela contratação da Skymaster estão incurso nas sanções previstas no art. 12, II, daquela lei.*

*Cabe lembrar, também, que as disposições dessa lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie de qualquer forma direta ou indireta.*

*Em resumo, individualizamos e propomos os Indiciamentos seguintes:*

**HASSAN GEBRIM** – Presidente da ECT de 17/7/2000 a 07/8/2002, período em que ocorreram a Dispensa de Licitação nº 002/2001 e o Pregão 045/2001 - prática da conduta tipificada no art. 89 da Lei de Licitações e ato de improbidade com prejuízo ao erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa);

**EGYDIO BIANCHI** – Presidente da ECT de 22/2/1999 a 17/7/2000, período em que ocorreu a Dispensa de Licitação nº 003/2000 - prática da conduta tipificada no art. 89 da

*Lei de Licitações e ato de improbidade com prejuízo ao erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa);*

**JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA E SOUSA** – Presidente da ECT de 15/3/2004 a 09/6/2005, período em que ocorreu a Concorrência 006/2004 e o Pregão nº 105/2004 - ato de improbidade com prejuízo ao erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa);

**CARLOS AUGUSTO DE LIMA SENA** – Diretor de Operações da ECT de 22/9/1997 a 24/2/2003, responsável pelas contratações objeto das Dispensas de Licitação nº 003/2000 e 003/2001, da Concorrência nº 010/2000 e do Pregão 045/2001, tendo sido Presidente da Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência nº 010/2000 - prática das condutas tipificadas nos arts. 89 e 90 da Lei de Licitações; ato de improbidade com prejuízo ao Erário e enriquecimento ilícito (arts. 9 e 10, combinado com 12, I e II, da Lei de Improbidade Administrativa); corrupção passiva (art. 317 do Código Penal);

**JOSÉ GARCIA MENDES** – Chefe do Departamento de Gestão Operacional de 03/12/1999 a 30/9/2001, responsável pelos atos de contratação objeto da Dispensa de Licitação nº 003/2000 e membro da Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência nº 010/2000 - prática de conduta tipificada no art. 89 da Lei de Licitações; ato de improbidade com prejuízo ao Erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa);

**JÂNIO CEZAR LUIZ POHREN** – Membro da Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência nº 010/2000 - ato de improbidade com prejuízo ao Erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa);

**SÔNIA MARIA GUIMARÃES CAMPOS** – Membro da Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência nº 010/2000 - ato de improbidade com prejuízo ao Erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa);

**MARTA MARIA COELHO** – Membro da Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência nº 010/2000 e Pregoeira do Pregão nº 045/2001 - ato de improbidade com prejuízo ao Erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa); e formação de quadrilha (art. 288 do Código Penal);

**LUIZ CARLOS SCORSATTO** – integrante da equipe técnica de apoio à Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência nº 010/2000, apoio técnico dos Pregões 045/2001 e 105/2004 e membro da Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência 006/2004 – ato de improbidade com prejuízo ao Erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa);

**PAULO EDUARDO DE LIMA** – integrante da equipe técnica de apoio à Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência nº 010/2000 e do Pregão 045/2001 e membro da Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência 006/2004 - ato de improbidade com prejuízo ao Erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa)

**JORGE EDUARDO MARTINS RODRIGUES**, Chefe do Departamento Operacional de Encomendas – setor responsável pelo gerenciamento da Rede Postal Aérea Noturna, no período de 01/10/2001 a 12/03/2003, e integrante da equipe de apoio técnico do Pregão nº 045/2001- ato de improbidade com prejuízo ao Erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa).

**MAURICIO COELHO MADUREIRA** – Diretor de Operações da ECT de 24/2/2003 a 09/6/2005, responsável pela contratação do Pregão nº 105/2004 e Presidente da Comissão Especial de Licitação/AC da Concorrência nº 006/2004 - prática da conduta tipificada

REG Nº 03/2005 - CN -
CPM - a - CORREIOS
4348
FIS: cada no
Doc: 237

art. 90 da Lei de Licitações; ato de improbidade com prejuízo ao erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa);

**ANTÔNIO AUGUSTO CONCEIÇÃO MORATO LEITE FILHO** – Presidente e sócio de fato da empresa Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda. - prática das condutas tipificadas nos arts. 89, parágrafo único e 90 da Lei de Licitações; corrupção ativa (art. 333 do Código Penal); tráfico de influência (art. 332 do Código Penal); co-autoria em falsidade de documento público (arts. 297 e 304, combinados com o art. 29, do Código Penal); e ato de improbidade com prejuízo ao erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa);

**SÉRGIO PERRENOUD VIGNOLI** – sócio da Aeropostal Brasil Ltda. - fraude à licitação (art. 90 da Lei de Licitações) e falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal);

**ROBERTO KFOURI** – ex-Diretor da Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda. e sócio da Aeropostal Brasil Ltda. - fraude à licitação (art. 90 da Lei de Licitações); corrupção ativa (art. 333 do Código Penal); co-autoria em falsidade de documento público (arts. 297 e 304, combinados com o art. 29, do Código Penal); e ato de improbidade com prejuízo ao erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa);

**MICHEL ABUD ATIÉ** – Diretor da Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda. - fraude à licitação (art. 90 da Lei de Licitações); corrupção ativa (art. 333 do Código Penal) e ato de improbidade com prejuízo ao erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa);

**IOANNIS AMERSSONIS** – sócio da Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda – prática das condutas tipificadas nos arts. 89, parágrafo único e 90 da Lei de Licitações; corrupção ativa (art. 333 do Código Penal); e ato de improbidade com prejuízo ao erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa);

**LUIZ OTÁVIO GONÇALVES** – sócio e diretor comercial da Skymaster Airlines Ltda, além de sócio da Skycargas Ltda – prática das condutas tipificadas nos arts. 89, parágrafo único e 90 da Lei de Licitações; corrupção ativa (art. 333 do Código Penal); arts. 1º, II a IV, da Lei nº 4.729, de 1965; 22 da Lei nº 7.492, de 1986; 1º, I a IV, e 2º, I, da Lei nº 8.137, de 1990; 1º, V e § 1º, da Lei nº 9.613, de 1998 e ato de improbidade com prejuízo ao erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa);

**JOÃO MARCOS POZZETTI** – sócio, contador e diretor administrativo-financeiro da Skymaster Airlines Ltda., além de sócio e contador da Skycargas Ltda. - prática das condutas tipificadas nos arts. 89, parágrafo único e 90 da Lei de Licitações; corrupção ativa (art. 333 do Código Penal); arts. 1º, II a IV, da Lei nº 4.729, de 1965; 22 da Lei nº 7.492, de 1986; 1º, I a IV, e 2º, I, da Lei nº 8.137, de 1990; 1º, V e § 1º, da Lei nº 9.613, de 1998 e ato de improbidade com prejuízo ao erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa);

**HUGO CÉSAR GONÇALVES** – sócio e presidente da Skymaster Airlines Ltda., além de sócio da Skycargas Ltda. - prática das condutas tipificadas nos arts. 89, parágrafo único e 90 da Lei de Licitações; corrupção ativa (art. 333 do Código Penal); arts. 1º, II a IV, da Lei nº 4.729, de 1965; 22 da Lei nº 7.492, de 1986; 1º, I a IV, e 2º, I, da Lei nº 8.137, de 1990; 1º, V e § 1º, da Lei nº 9.613, de 1998 e ato de improbidade com prejuízo ao erário (art. 10, combinado com 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa);

**KESIA MARIA DO NASCIMENTO COSTA** – representante da empresa Quintessential Group Ltd no Brasil falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal);

**JOSÉ TOMAZ SIMIOLI** – sócio e diretor da Skycargas Ltda. e representante da Forcefield Ltd no Brasil - arts. 1º, II a IV, da Lei nº 4.729, de 1965; 22 da Lei nº 7.492, de

1986; 1º, I a IV, e 2º, I, da Lei nº 8.137, de 1990; 1º, V e § 1º, da Lei nº 9.613, de 1998 e falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal);

**RODRIGO OTÁVIO SAVASSI GONÇALVES** – proprietário da Skytrade Intl Entreprises, Inc com sede em Miami/EUA - arts. 1º, II a IV, da Lei nº 4.729, de 1965; 22 da Lei nº 7.492, de 1986; 1º, I a IV, e 2º, I, da Lei nº 8.137, de 1990; 1º, V e § 1º, da Lei nº 9.613, de 1998;

**WELLINGTON CAVALCANTI SANTIAGO** – Funcionário da área financeira da empresa Beta – falso testemunho (art. 342 do Código Penal);

*Deve-se ainda requerer que o Ministério Público avalie as condutas ou prossiga as investigações em relação aos seguintes agentes:*

*Jayme Louzada Bacelar – Sócio da Skycargas;*

*Heuser de Ávila Nascimento – Sócio da Skycargas;*

*Américo Proietti - Sócio da Expresso Lucat a partir de dezembro de 2002 e sócio da Skycargas;*

*Armando Sérgio Proietti – Sócio da Expresso Lucat até dezembro de 2002;*

*Maria de Lourdes Barros Proietti – Sócia da empresa Expresso Lucat;*

*Marli Pasqualetto Amerssonis – Sócia da empresa Beta;*

*Reginaldo Reges Menezes Fernandes – Funcionário da Skymaster que realizou diversos saques em espécie;*

*Éder Joubert Ribeiro Cabo Verde – Funcionário da Skymaster que realizou diversos saques em espécie;*

*Hélio José Ribeiro – Sócio da empresa Aeropostal e sócio da Promodal Transportes Aéreos – CPF: 228.613.608-44;*

*Marcus Valérius Pinto Pinheiro de Macedo – Ex-advogado da empresa Skymaster;*

*Francisco Marques Carioca – Contratado do Sr. Marcus Valérius Pinto Pinheiro de Macedo para realizar saques no caixa em cheques emitidos pela Skymaster;*

*Léo Botelho – Agente da empresa Beta para fins de parcelamento de débitos tributários;*

*Pedro Vieira de Souza - Agente da empresa Beta para fins de parcelamento de débitos tributários;*

*Marcelo Naufal – Funcionário da área financeira da empresa Beta;*

*Geraldo José Pereira - Funcionário da área financeira da empresa Beta;*

*José Vanderlei de Medeiros - Funcionário da área financeira da empresa Beta;*

*Integrantes da equipe de apoio do Pregão nº 045/2001 cujo indiciamento não foi proposto neste relatório (que deverão ser individualizados);*

*Membros da Comissão Especial de Licitação da Concorrência nº 006/2004 cujo indiciamento não foi proposto neste relatório (que deverão ser individualizados);*

*Sílvio José Pereira, ex-Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores.*

### 10.3 Agências Franqueadas

*A decisão tomada pelo Sr. Carlos Eduardo Fioravante da Costa, na Diretoria Comercial dos Correios, de autorizar o pagamento das comissões às Agências Franqueadas que*



*passaram a realizar o Franqueamento Autorizado de Cartas de grandes clientes pelo excedente em relação à média histórica de 2002, foi injustificada. A medida, tomada ao arrepio das normas estabelecidas no manual da empresa, foi claramente danosa aos Correios e, aparentemente, teve a intenção de beneficiar as tais agências.*

*Em vista disso, o dirigente incorreu, certamente, em ato de improbidade administrativa, definido no art. 10 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Há, outrossim, possibilidade de que o agente teve a intenção mesmo de beneficiar as franqueadas, o que agrava a sua conduta, que pode ter sido feita em retribuição ao recebimento de vantagens. Em vista disso, sugere-se que a Polícia Federal aprofunde as investigações sobre este caso.*

*Ao termo das investigações, esta CPMI conclui pela responsabilização, no âmbito dos Correios, do Sr. Carlos Eduardo Fioravante da Costa por atos de improbidade administrativa, havendo indícios de cometimentos de outros atos delituosos.*

*No que se refere aos agentes privados responsáveis por Agências de Correios Franqueadas, cumpre a esta Comissão o encaminhamento ao Ministério Público Federal do caso da ACF Shopping Tamboré para apuração do possível envolvimento dos Srs. Armando Ferreira da Cunha e João Leite Neto, nos termos ora relatados.*

***Propõe-se, como consequência das investigações, o indiciamento de:***

a) **CARLOS EDUARDO FIORAVANTE DA COSTA – improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário – arts. 10 e 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.**

*Deve-se ainda requerer que o Ministério Público avalie as condutas ou prossiga as investigações em relação aos seguintes agentes:*

**CARLOS EDUARDO FIORAVANTE DA COSTA  
ARMANDO FERREIRA DA CUNHA  
JOÃO LEITE NETO**

#### **10.4 Outros Contratos Dos Correios**

*Pela contratação da US MENDONÇA LTDA:*

a) **WALDEMIR FREIRE CARDOSO** (diretor regional da ECT no Pará em 1995) – corrupção passiva, art. 317 do CP; advocacia administrativa, art. 321 do CP.

*Pela contratação da empresa AUTOTRAC:*

- a) **MAURÍCIO COELHO MADUREIRA** - art. 90 da Lei nº 8.666, de 1993; advocacia administrativa, art. 321 do CP;
- b) **PAULO ONISHI** - art. 90 da Lei nº 8.666, de 1993; advocacia administrativa, art. 321 do CP;
- c) **DELAMARE HOLANDA** - art. 90 da Lei nº 8.666, de 1993; advocacia administrativa, art. 321 do CP;
- d) **LUIZ CARLOS SCORSATO** - art. 90 da Lei nº 8.666, de 1993; advocacia administrativa, art. 321 do CP;
- e) **ABÍLIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA FREITAS** - art. 90 da Lei nº 8.666, de 1993; advocacia administrativa, art. 321 do CP;
- f) **LUIZ LINCOLN MASSENA COSTA** - art. 90 da Lei nº 8.666, de 1993; advocacia administrativa, art. 321 do CP;
- g) **CLÁUDIO MARTINEZ** - art. 90 da Lei nº 8.666, de 1993; advocacia administrativa, art. 321 do CP.

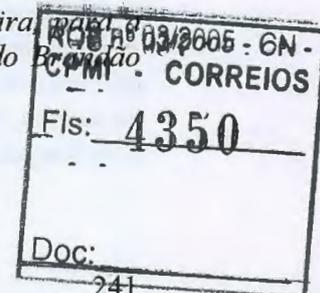
## 10.5 Esquema Marcos Valério

### 10.5.1 Origem

O resultado das investigações descritas nos capítulos anteriores permite divisar que a gênese do esquema operado pelo Sr. Marcos Valério tem suas raízes em 1997 e 1998, no pleito eleitoral de Minas Gerais, onde reproduzia o mesmo *modus operandi* praticado a partir de 2003, ou seja, empréstimos a bancos para serem pagos ou não, no país ou no exterior; irregularidades em contratos de publicidade com os setores público e privado, pela ausência de prestação de serviços, ou superfaturamento dos mesmos, e repasses a partidos políticos a título de empréstimos.

### 10.5.2 Os Empréstimos de Marcos Valério no Banco Rural em 1998

Há dois empréstimos no Banco Rural que foram reconhecidos pelo coordenador da campanha ao pleito eleitoral de 1998, Sr. Cláudio Roberto Mourão da Silveira, chefe da chapa majoritária do executivo mineiro composta pelo atual Senador Eduardo Brandão Azeredo e pelo Vice-Governador, Clésio Soares de Andrade.



O primeiro foi o contrato de mútuo nº 96.001136-3, firmado em 28 de julho de 1998, entre o Banco Rural e a SPMB Comunicação Ltda, no valor de R\$ 2.300.000,00, tendo como devedores solidários os Srs. Marcos Valério Fernandes de Souza, Clésio Soares de Andrade, Ramon Hollerbach Cardoso e Cristiano de Mello Paz. O segundo é o contrato de mútuo nº 06.2241.4, firmado em 19 de agosto de 1998, entre o Banco Rural e a DNA Propaganda Ltda, no valor de R\$ 9.000.000,00, tendo como devedores solidários os Srs. Marcos Valério Fernandes de Souza e Ramon Hollerbach Cardoso.

O primeiro empréstimo deveria ter sido pago em 6 de agosto de 1998 e sua garantia era uma Nota Promissória. Houve no dia 07.08.1998 a renovação desse empréstimo, por meio da permuta do contrato 96.001136-3 no valor de R\$ 2.300.000,00 pelo contrato 96.001137-1, também no mesmo valor, desta feita com vencimento em 24.08.1998. Nessa data, foi quitado pela SMPB.

O segundo empréstimo deveria ter sido pago em 19 de outubro de 1998, o que não ocorreu. A dívida foi prorrogada três vezes, uma em 1998 e duas em 1999. Em seguida, em 2000, o Banco Rural manejou uma ação judicial de cobrança. Em 11 de abril de 2003, a ação foi extinta por acordo. A dívida, que já estava em R\$ 13,9 milhões, segundo o cálculo judicial, foi liquidada, no acordo, com pagamento de R\$ 2 milhões pela DNA (Processo 024001273242 – 1ª instância).

Além desses empréstimos acima referenciados, há nesta CPMI cópias de 98 contratos de empréstimos de 1998, enviados pelo Banco Rural, destinados às empresas de Marcos Valério ou a outras empresas e pessoas físicas que tiveram seu aval, no período de 1997 a 1998.

Desses 98 empréstimos, três têm como avalistas Marcos Valério e Clésio Andrade, que não se sabe se foram destinados ao Esquema de Marcos Valério, pois não houve a quebra do sigilo da empresa tomadora dos recursos, a Cabo Artefatos de Borracha Ltda, apesar de pertencer ao Grupo Econômico de Marcos Valério. Já o sigilo das empresas de Marcos Valério registra o repasse de R\$ 2,1 milhões para essa empresa durante o período eleitoral, que beneficiaram 82 políticos ou pessoas – todas identificadas na comissão - ligadas à campanha ao governo do Estado de Minas Gerais do hoje Senador Eduardo Azeredo.

Por sua vez, o Sr. Cláudio Mourão, em seu depoimento a esta CPMI, em 19/10/2005, confirmou os dois empréstimos durante a campanha eleitoral do Senador Eduardo Azeredo em 1998. Afirmou ainda que Eduardo Azeredo não sabia dos empréstimos e que não tencionava operar com caixa dois, fato que veio a ocorrer em razão da impossibilidade de se obter recursos para pagar os referidos empréstimos. Disse que foram gastos R\$ 20 milhões e não os R\$ 8,5 milhões declarados.

Registre-se que o próprio Mourão foi à Justiça em novembro de 2004, por meio de uma ação de indenização de perdas e danos contra o Senador Eduardo Azeredo e o então Vice-governador Clésio Andrade, requerendo indenização de R\$ 3,5 milhões. Entretanto, em 3 de agosto de 2005, um dia após a vinda espontânea do Senador a essa CPMI, ingressou-se com um pedido de arquivamento da ação.

No desempenho da função de tesoureiro, o Sr. Cláudio Mourão também foi o responsável pelo pagamento de valores não declarados ao publicitário Duda Mendonça, conforme declaração à Polícia Federal em 12 de janeiro de 2006.

Com efeito, afirmou na ocasião o referido tesoureiro que a contratação de Duda Mendonça teria sido no valor de R\$ 4,5 milhões, o que foi ratificado pelo depoimento de Marcos Valério também na Polícia Federal, em 02.02.06.

Por sua vez, o Sr. Marcos Valério entregou, durante sua oitiva na CPMI da compra de votos, um recibo assinado por Duda Mendonça nesse valor de R\$ 4,5 milhões.

Entretanto, na contabilidade da campanha, segundo o Sr. Cláudio Mourão, somente R\$ 700 mil foram registrados.

#### 10.5.3 A Continuação do Esquema

Desse modo, é de se verificar que o mesmo esquema idealizado em 1997 e 1998 pelo Sr. Marcos Valério e pelos partidos políticos para os quais prestava serviço no período, foi reproduzido em 2003 e 2004, conforme descrito no capítulo 7, onde a análise de depoimentos, dados e documentos apresentados à CPMI dos Correios permite sugerir o indiciamento de várias pessoas envolvidas.

Inicialmente, conforme confessado pelo ex-secretário de Finanças e Planejamento do PT, Delúbio Soares, e pelo publicitário Marcos Valério, a prestação de contas apresentadas pelo partido à Justiça Eleitoral referente às eleições de 2002, não incluíram algumas receitas e despesas que a lei determina sejam registradas.

Em vista disso, tanto na situação pretérita investigada pela CPMI, como agora, os que sabiam desses gastos ao prestarem contas que não refletiam a realidade, incorreram no tipo de falsidade descrita no art. 350, caput, do Código Eleitoral:

Já o episódio da destruição de documentos fiscais das agências de publicidade SMP&B e DNA também constitui crime, punível na forma dos arts. 305 Tais condutas devem ser imputadas ao contador Marco Aurélio Prata, em conluio com Marcos Valério. Demais disso, não se pode olvidar do cometimento de crimes contra a ordem tributária, definidos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 1990.

Há fortes indícios de que as instituições financeiras, Banco Rural e BMG, tenham participado do esquema de caixa dois idealizado e colocado em prática por Marcos Valério em 1998 e reativado em 2003 com o Sr. Delúbio Soares.

Com efeito, as investigações desse segundo período do Esquema de Marcos Valério demonstraram que tais instituições também foram utilizadas para viabilizar os empréstimos celebrados com Marcos Valério, suas empresas e o PT.

São fatos graves e que se impõem, além das medidas que podem ser adotadas pela Comissão, uma apuração mais minuciosa, detalhada e profunda por parte da Polícia Federal, do Ministério Público, da Controladoria Geral da União, do Tribunal de Contas da União e do Banco Central para a eventual responsabilização criminal, civil e administrativa dos envolvidos nessas operações bancárias, não se limitando apenas aos dirigentes do Banco Rural e do BMG, mas se estendendo a todos aqueles que, direta

RG nº 03/2005 - GN  
CPMI - CORREIOS  
Els: 4351  
243.  
Doc:

*indiretamente, delas tenham participado - parlamentares, assessores, servidores, inclusive os do BACEN, como ainda de titulares de empresas que tenham transações vinculadas a esses recursos, entre outros.*

*É importante ressaltar que as agências de publicidade, como antes, também não fizeram a contabilização respectiva das verbas pagas ao longo da execução desses contratos.*

*Portanto, houve também por parte de Marcos Valério e dos dirigentes das suas agências de publicidade a reiteração das condutas que podem ser tipificadas como crimes contra a ordem tributária, definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.*

*Aqueles que receberam dinheiro do Sr. Marcos Valério, supostamente destinado ao pagamento de dívidas de campanha eleitoral, podem ter incorrido em crime da mesma natureza, definido no art. 2º da mencionada Lei nº 8.137, de 1990.*

*Especificamente quanto aos contratos firmados entre pessoas privadas e o Poder Público, inclusive empresas estatais, há indícios de materialidade do crime descrito no art. 92 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.*

*Por parte dos servidores do Banco Central do Brasil, encarregados da fiscalização dos bancos Rural e BMG, o retardamento da determinação de reclassificação dos ativos referentes aos empréstimos concedidos ao Partido dos Trabalhadores e às empresas de Marcos Valério poderá, em tese, implicar a prática do crime de prevaricação, definido no art. 319 do Código Penal.*

*Por fim, ao reativarem esse esquema de fornecimento de recursos para operação de caixa dois, os Srs. Delúbio Soares e Marcos Valério incorreram em atos de improbidade administrativa, definidos nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, cujas sanções estão previstas no art. 12 do mencionado diploma legal.*

*Ainda em relação ao “caixa dois” com que se ocupava o esquema, configura crime fiscal quando praticado apenas para eximir-se o agente do pagamento de tributo. Se o “caixa dois” é praticado por instituição financeira ou pessoa jurídica ou natural àquela equiparada, nos termos do art. 1º da Lei nº 7.492, de 1986, tem-se o crime contra o Sistema Financeiro Nacional, definido no art. 11 desse diploma legal.*

*Por outro lado, se a intenção é puramente eleitoral, as sanções são de natureza diversa e estão estabelecidas nas Leis nº 9.096, de 1995 e nº 9.504, de 1997.*

*Diante dessas considerações, propõe-se o indiciamento das seguintes pessoas:*

a) **MARCOS VALÉRIO – falsidade ideológica, art. 299 do Código Penal; lavagem de dinheiro, art. 1º, V, da Lei nº 9.613, de 1998; tráfico de influência, art. 332 do Código Penal; supressão de documento, art. 305 do Código Penal; fraude processual, art. 347 do Código Penal; crimes contra a ordem tributária, arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 1990; atos de improbidade administrativa, arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429, de 1992, e art. 89 da Lei 8.666, de 1993.**

*EDUARDO BRANDÃO AZEREDO - crime eleitoral, art. 350 do Código Eleitoral.*

*DELÚBIO SOARES – corrupção ativa, art. 333 do Código Penal; crime eleitoral, art. 350 do Código Eleitoral; crime contra a ordem tributária (Lei 8.137, de 1990).*

*CLAÚDIO ROBERTO MOURÃO DA SILVEIRA - corrupção ativa, art. 333 do Código Penal; crime eleitoral, art. 350 do Código Eleitoral; crime contra a ordem tributária (Lei 8.137, de 1990).*

*ROGÉRIO LANZA TOLENTINO – falsidade ideológica, art. 299 do Código Penal.*

*SIMONE REIS LOBO VASCONCELOS – falso testemunho, art. 342 do Código Penal; crime contra a ordem tributária (Lei 8.137 de 1997)*

*CRISTIANO DE MELLO PAZ – supressão de documento, art. 305 do Código Penal; lavagem de dinheiro, art. 1º, V, da Lei nº 9.613, de 1998; crimes contra a ordem tributária, arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 1990.*

*RAMON HOLLERBACH CARDOSO – lavagem de dinheiro, art. 1º, V, da Lei nº 9.613, de 1998; crimes contra a ordem tributária, arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 1990.*

*ENIVALDO QUADRADO - lavagem de dinheiro, art. 1º, V, da Lei nº 9.613, de 1998.*

*MARCO AURÉLIO PRATA – supressão de documento, art. 305 do Código Penal; fraude processual, art. 347 do Código Penal; crimes contra a ordem tributária, arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 1990.*

*MARCO TÚLIO PRATA (irmão do contador Marco Aurélio Prata) - supressão de documento, art. 305 do Código Penal; fraude processual, art. 347 do Código Penal; crimes contra a ordem tributária, arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 1990*

*HENRIQUE PIZZOLATO – lavagem de dinheiro, art. 1º, V, da Lei nº 9.613, de 1998; peculato, art. 312 do Código Penal; improbidade administrativa (Lei 8.429, de 1992).*

*FERNANDO BARBOSA DE OLIVEIRA - peculato, art. 312 do Código Penal, e art. 89 da Lei nº 8.666, de 1993.*

*CLÁUDIO DE CASTRO VASCONCELOS - peculato, art. 312 do Código Penal, e art. 89 da Lei nº 8.666, de 1993.*

*DOUGLAS MACEDO - peculato, art. 312 do Código Penal, e art. 89 da Lei nº 8.666, de 1993*

*No que se refere aos parlamentares e ex-parlamentares identificados entre os beneficiários do esquema de Marcos Valério, bem como assessores e outros particulares beneficiários, vale ressaltar a existência de Inquérito junto ao Supremo Tribunal Federal (Inq. sigiloso – Rel. Min. Joaquim Barbosa) onde se apuram tais fatos, como também*

745	RPS nº 03/2005 - CN -
245	CPMI - CORREIOS
Fls:	4352
Doc:	

*existência de um adiantado trabalho junto à Polícia Federal e ao Ministério Público acerca dos fatos e denúncias apuradas pela Comissão.*

*Deve-se encaminhar ao MP, entretanto, para fins de avaliação de conduta, eventual tipificação delituosa ou determinação do prosseguimento das investigações as seguintes pessoas, por possível cometimento de crime eleitoral e contra a ordem tributária:*

*ex-Deputado Valdemar da Costa Neto  
ex-Deputado Roberto Jefferson  
ex-Deputado Carlos Rodrigues – PL;  
Dep. Pedro Corrêa - PP;  
Dep. Pedro Henry - PP;  
Dep. Sandro Mabel - PL;  
Dep. João Magno - PT;  
Dep. João Paulo Cunha – PT;  
Dep. José Borba – PMDB;  
Dep. José Mentor – PT;  
Dep. Josias Gomes da Silva - PT;  
Dep. Paulo Rocha – PT;  
Dep. Professor Luizinho - PT;  
Dep. Romeu Ferreira Queiroz - PTB;  
Dep. Vadão Gomes – PP;  
Dep. Roberto Brandt – PFL;  
Dep. Vanderval Santos – PL;  
Dep. José Militão – PTB  
Dep. Custódio de Mattos – PSDB  
Dep. Romel Anizio – PP*

*O julgamento pela Câmara Federal do processo de cassação de mandato, por falta de decoro parlamentar, não interfere na responsabilização criminal. Ademais, é evidente que de posse dos novos dados e documentos, só disponibilizados àquele órgão, e levando em consideração, ainda, a absolvição de alguns de seus membros, certamente serão aspectos que deverão ser avaliados pelo detentor do opinio delictis.*

*Além dos parlamentares, terão incorrido nos mesmos crimes as pessoas que operavam o esquema, para partidos, parlamentares ou em nome dos idealizadores dos seus idealizadores, e ainda aquelas que de qualquer forma se beneficiaram. Sugere-se ao Ministério Público que as investigações prossigam em face de:*

*José Dirceu;  
José Genoíno;  
Jacinto Lamas;  
João Cláudio Genú;  
José Luiz Alves;*

*Eliane Alves Lopes;*  
*Jair dos Santos;*  
*Roberto Costa Pinho;*  
*Alexandre Vasconcelos Castro;*  
*Raimundo Ferreira da Silva Júnior;*  
*Manoel Severino;*  
*Wilmar Lacerda;*  
*Emerson Palmieri;*  
*Marcelino Pies;*  
*José Guimarães;*  
*Carlos Magno;*  
*Márcio Lacerda;*  
*ex-Deputado Anderson Adauto;*  
*Paulo Roberto Menicucci*  
*Carlos Cortegoso;*  
*Mauro Santos;*  
*João Ferreira dos Santos;*  
*Armando Costa;*  
*Anita Leocádia Pereira da Costa;*  
*Antônio de Pádua de Souza Lamas;*  
*Zilmar Fernandes da Silveira;*  
*Duda Mendonça.*

*Além desses nomes, cumpre indicar ao Ministério Público, sejam prosseguidas as investigações para apurar eventuais responsabilidades subjetivas e individualizar as condutas de:*

*Beneficiários do esquema de Marcos Valério em 1997/1998 (lista constante do anexo E, fls 2 a 8)*

*Dirigentes e funcionários do Banco Rural e do BMG envolvidos com as operações irregulares (que deverão ser individualizados);*

*Funcionários do Banco Central, encarregados da fiscalização dos bancos BMG e Rural (que deverão ser individualizados);*

#### *10.5.4 Grupo Opportunity*

*Diante de todas as irregularidades identificadas e apontadas no presente relatório da CPMI, recomenda-se o indiciamento de DANIEL DANTAS, HUMBERTO JOSÉ ROCHA BRAZ, CARLA CICO (Presidente da Brasil Telecom à época), CARLOS BERNARDO TORRES RODEMBURG, ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS (Presidente da Telemig*

RGS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4353
-247
Doc:

*Participações e Tele Norte Celular Participações à época) pelos seguintes crimes, em tese, praticados:*

*Tráfico de influência, art. 332 do Código Penal;*  
*Corrupção ativa, art. 333 do Código Penal;*  
*Supressão de documento, art. 305 do Código Penal;*  
*Crime contra a ordem tributária, artigos 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 1990;*  
*Lavagem de dinheiro, art. 1º, V, da Lei nº 9.613, de 1998.*

*Recomenda-se o indiciamento de LEONARDO ATTUCH pelos seguintes crimes, por ele, em tese, praticados:*

*Tráfico de influência, art. 332 do Código Penal;*  
*Corrupção ativa, art. 333 do Código Penal.*

#### 10.6 Silvio Pereira/GDK

*No que tange ao episódio envolvendo o então Secretário-Geral do PT, Sr. Silvio Pereira, conforme constante do anexo II, em notícia publicada na Folha de São Paulo que transcreve nota do vice-presidente da GDK, César Roberto Santos Oliveira, o ex-secretário do Partido dos Trabalhadores admitiu ter sido presenteado com um carro da marca Land Rover. A nota afirma que o presente foi dado por César Oliveira, de livre e espontânea vontade. Ainda em correspondência enviada ao PT, Silvio Pereira afirma que a GDK não pediu nada em troca, tampouco foi por ele oferecida alguma facilidade à empresa.*

*No entanto, encaminhamos ao Ministério Público, face à existência de indícios do cometimento de tráfico de influência, o indiciamento a seguir proposto para o prosseguimento das investigações:*

**SILVIO PEREIRA** – tráfico de influência, art. 332 do Código Penal; crime do art. 90 da Lei nº 8.666, de 1993;

#### 10.7 Movimentação no Exterior (Duda Mendonça)

*Os publicitários Duda Mendonça e Zilmar Fernandes da Silveira, pela remessa indevida de recursos ao exterior e pelo recebimento de dinheiro de origem duvidosa, enquadram-se nos tipos dos arts. 1º, II, da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965 (sonegação fiscal); 22 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986 (crime contra o Sistema Financeiro Nacional); 1º, I*

a IV, e 2º, I, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 (crime contra a ordem tributária), e 1º, V e § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (lavagem de dinheiro).

#### 10.8 A “Lista de Dimas”

No que tange à chamada “lista de Dimas”, a inconclusão do laudo oficial deixa dúvidas quanto à autenticidade do documento, tanto material quanto ideologicamente. O Sr. **NILTON MONTEIRO** apresentou a lista de 156 nomes de parlamentares que teriam recebido recursos do Sr. **DIMAS FABIANO TOLEDO**, então diretor de Furnas Centrais Elétricas. Vale ressaltar que não é a primeira lista que o Sr. Nilton Monteiro fez chegar a público e, como exposto em capítulo próprio, denúncias anteriores correspondiam a verdade dos fatos. Em sede da Comissão Parlamentar não foi possível avançar nas investigações, mas recomenda-se ao Ministério Público que prossiga a pesquisa sobre eventual delito a ser apurado sobre o episódio. A “lista de Dimas”, contendo o nome de políticos e empresas supostamente patrocinadoras do possível esquema, faz parte do anexo deste relatório.

#### 10.9 IRB – Caso Guaratinguetá

Foi identificado, analisado o Processo de Sindicância instituído pela portaria IRB Presi – 030/2005, o pagamento irregular de indenização de sinistro, por meio de acordo firmado por dirigente sem competência para tal.

O pagamento do valor do seguro à Companhia Fiação e Tecidos Guaratinguetá, com base em apólice emitida nove meses após a ocorrência do sinistro, configura, por parte dos agentes do IRB, pode configurar conduta delituosa por parte de seus dirigentes.

Não há, entretanto, elementos suficientes para a sugestão de indiciamento e capitulação delituosa, contudo, recomenda-se o prosseguimento das investigações, no que toca aos abaixo nominados:

JUAN CAMPOS DOMINGUEZ LORENZO  
GIAMPAOLO BONORA  
CARLOS MURILO GOULART BARBOSA LIMA  
LÍDIO DUARTE  
LUIZ APOLÔNIO NETO

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: 4354
Doc: 249

## 10.10 IRB – Favorecimento de Brokers

*No episódio do favorecimento das brokers ACORDIA, COOPER GUY e ALEXANDRE FORBES, Lídio Duarte e Luiz Eduardo Pereira de Lucena, Demosthenes Madureira de Pinho Filho, dirigentes do IRB, Adenauher Figuera Nunes, dirigente da Infraero, poderão ter incorrido no crime de advocacia administrativa, definido no art. 321 do Código Penal.*

### ***Encaminhamento ao Ministério Público com a tipificação delituosa***

- a) LÍDIO DUARTE - advocacia administrativa, art. 321 do Código Penal.*
  - b) LUIZ EDUARDO PEREIRA DE LUCENA - advocacia administrativa, art. 321 do Código Penal.*
  - c) DEMOSTHENES MADUREIRA DE PINHO FILHO - advocacia administrativa, art. 321 do Código Penal.*
- ADENAUHER FIGUIRA NUNES - advocacia administrativa, art. 321 do Código Penal.*

## 10.11 Fundos de Pensão

### **10.11.1 Considerações iniciais**

*Analisados os fatos com base em operações financeiras e de mercado de capitais, bem como nos depoimentos prestados durante a investigação em fundos de pensão, surgiram indícios de irregularidades em operações financeiras que foram estudadas. Os trabalhos da CPMI indicam que os fatos investigados merecem aprofundamento e, portanto, sugerimos o prosseguimento das apurações, especialmente naquilo que será abordado a seguir.*

*Cabe lembrar que as entidades fechadas de previdência complementar configuram instituições financeiras por equiparação, nos termos do disposto no art. 29, da Lei 8.177/91 e no art. 1º, parágrafo único, inciso I, da Lei 7492/86. Tal entendimento, ademais, encontra guarida na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, de acordo com o julgamento do RHC 85.094/SP, relator Ministro Gilmar Mendes (decisão publicada no DJU de 08.04.2005).*

*Vale ressaltar que as sugestões aqui apresentadas podem configurar ilícitos penais, civis e administrativos. No entanto, somente o prosseguimento das investigações poderá apontar para o caminho juridicamente viável.*

## 10.11.2 Dirigentes de Fundos de Pensão

### *Sugestões de encaminhamento ao MP para fins de avaliação de conduta, eventual tipificação delituosa ou determinação do prosseguimento da investigação*

#### 10.11.2.1 PRECE

*Diante dos fatos identificados no relatório, quando promovido o detalhamento das operações desta entidade de previdência privada complementar, faz-se imprescindível que o Ministério Público Federal promova as investigações necessárias para apurar a existência de possíveis irregularidades e ilegalidades, bem como a tipificação de tais condutas e, conseqüentemente apurar a responsabilidade de seus dirigentes e ex-dirigentes.*

#### 10.11.2.2 NUCLEOS

*Tomando em consideração os dados contidos no presente Relatório final, referentes às operações financeiras que envolvem a Nucleos, são observados indícios de perdas à entidade de previdência privada. Não foi possível detectar se tais perdas decorreram de ação deliberada dos dirigentes, ou se constituem operações regulares de mercado, considerado o sistema financeiro nacional à época dos fatos. Assim, encaminhamos a identificação das pessoas responsáveis, que eventualmente poderiam ter alguma ingerência nas perdas identificadas.*

*1) PAULO ROBERTO ALMEIDA FIGUEIREDO - diretor financeiro entre julho de 2003 e abril de 2005 – indícios apontam sua possível participação em decisões que eventualmente poderiam consistir perdas para o fundo.*

*2) GILDÁSIO AMADO FILHO - diretor financeiro entre agosto de 2003 e setembro de 2005 - indícios apontam sua possível participação, ainda que formalmente, em decisões que eventualmente poderiam consistir perdas para o fundo.*

*3) FABIANNA CARNEIRO CARNAVAL - gerente financeira entre agosto de 2003 e agosto de 2005 – indícios apontam sua possível participação em decisões sobre operações que podem consistir perdas para o fundo. Sua relação familiar com os Srs. Christian de Almeida Rego – diretor da Arbor – e Carlos Eduardo Carneiro Lemos – ex-gerente financeiro da Prece – que obtiveram ganhos sobre o Nucleos em operações com derivativos (BM&F) quando operaram com a Novinvest, pode indicar alguma influência destes no fundo, por intermédio de Fabianna.*

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: <b>4355</b>
Doc: 251

### 10.11.2.3 REAL GRANDEZA

*Tomando em consideração os dados contidos no presente Relatório final, referentes às operações financeiras que envolvem a Real Grandeza, são observados indícios de perdas à entidade de previdência privada. Não foi possível detectar se tais perdas decorreram de ação deliberada dos dirigentes, ou se constituem operações regulares de mercado, considerado o sistema financeiro nacional à época dos fatos. Assim, encaminhamos a identificação das pessoas responsáveis, que eventualmente poderiam ter alguma ingerência nas perdas identificadas.*

**1) JORGE LUIZ MONTEIRO DE FREITAS** - diretor de investimentos entre agosto de 2002 e agosto de 2005 - indícios apontam sua possível participação em decisões sobre investimentos, especialmente os que geraram perdas em derivativos (BM&F), sendo as mais expressivas as realizadas com a Novinvest S/A.

**2) BENITO SICILIANO** - gerente financeiro entre 1997 e fevereiro de 2005 – indícios apontam sua possível participação em decisões sobre os investimentos realizados, sobretudo em operações que geraram perdas em derivativos (BM&F), sendo as mais expressivas as realizadas com a Novinvest S/A.

### 10.11.2.4 GEAP

*Tomando em consideração os dados contidos no presente Relatório final, referentes às operações financeiras que envolvem a Geap, são observados indícios de perdas à entidade de previdência privada. Não foi possível detectar se tais perdas decorreram de ação deliberada dos dirigentes, ou se constituem operações regulares de mercado, considerado o sistema financeiro nacional à época dos fatos. Assim, recomendamos ao Ministério Público o prosseguimento das investigações para eventual determinação das responsabilidades*

### 10.11.2.5 SERPROS

*Tomando em consideração os dados contidos no presente Relatório final, referentes às operações financeiras que envolvem a Serpros, são observados indícios de perdas à entidade de previdência privada. Não foi possível detectar se tais perdas decorreram de ação deliberada dos dirigentes, ou se constituem operações regulares de mercado, considerado o sistema financeiro nacional à época dos fatos. Assim, encaminhamos a*

identificação das pessoas responsáveis, que eventualmente poderiam ter alguma ingerência nas perdas identificadas.

**1) JORGE LUIS BATISTA DE OLIVEIRA** - diretor financeiro entre novembro de 2003 e maio de 2005 - indícios apontam sua possível participação em decisões equivocadas sobre os investimentos realizados.

#### 10.11.2.6 PORTUS

Tomando em consideração os dados contidos no presente Relatório final, referentes às operações financeiras que envolvem a Portus, são observados indícios de perdas à entidade de previdência privada. Não foi possível detectar se tais perdas decorreram de ação deliberada dos dirigentes, ou se constituem operações regulares de mercado, considerado o sistema financeiro nacional à época dos fatos. Assim, encaminhamos a identificação das pessoas responsáveis, que eventualmente poderiam ter alguma ingerência nas perdas identificadas.

**1) LUIZ CARLOS PRADO** - diretor financeiro entre agosto de 2003 e agosto de 2005 – indícios apontam sua possível participação em decisões sobre os investimentos realizados com títulos públicos, que podem ter gerado perdas para o fundo.

**2) ALEXANDRE DA SILVA** - gerente de investimentos desde o final de 2002 – indícios apontam sua possível participação em decisões sobre os investimentos realizados com títulos públicos, que podem ter gerado perdas para o fundo.

#### 10.11.2.7 REFER

Tomando em consideração os dados contidos no presente Relatório final, referentes às operações financeiras que envolvem a Refer, são observados indícios de perdas à entidade de previdência privada. Não foi possível detectar se tais perdas decorreram de ação deliberada dos dirigentes, ou se constituem operações regulares de mercado, considerado o sistema financeiro nacional à época dos fatos. Assim, encaminhamos a identificação das pessoas responsáveis, que eventualmente poderiam ter alguma ingerência nas perdas identificadas.

**1) ADALTO CARMONA CÔRTEZ** - diretor financeiro entre junho de 2003 a fevereiro de 2004 - indícios apontam sua possível participação em decisões sobre os investimentos irregulares analisados neste inquérito parlamentar (títulos públicos e derivativos). Ademais, é apontado como responsável pela contratação do Sr. Bruno Grain, gerente de investimentos.

RSB nº 03/2005 - CN =
CPM - CORREIOS
como
Fls.: 4356
Doc:
253

**2) EDUARDO CUNHA TELLES** - diretor financeiro entre fevereiro a abril de 2004 - indícios apontam sua possível participação em decisões sobre os investimentos realizados. Ademais, não adotou providências para apurar a responsabilidade pelas perdas ocorridas na gestão financeira anterior.

**3) BRUNO GRAIN DE OLIVEIRA RODRIGUES** - gerente de investimentos entre junho de 2003 e o início de 2004 - indícios apontam sua possível participação em decisões sobre os investimentos realizados que resultaram em perdas – motivo de seu afastamento pelo Conselho.

**4) ROBERTO SOUZA** - diretor financeiro entre abril e junho de 2004 - indícios apontam que, apesar de ter conhecimento sobre as perdas que recaíram sobre a entidade, não adotou providências para apurar as respectivas responsabilidades da gestão financeira anterior, buscando, inclusive, o devido ressarcimento.

**5) PAULO DA SILVA LEITE** - diretor financeiro a partir de agosto de 2004 - indícios apontam que não adotou providências para apurar as respectivas responsabilidades da gestão financeira anterior, buscando, inclusive, o devido ressarcimento.

**6) JORGE LUIZ MOURA** - presidente entre junho de 2003 e junho de 2004 - indícios apontam que, apesar de ter conhecimento das perdas que recaíram sobre a entidade, não adotou providências para apurar as respectivas responsabilidades da gestão financeira anterior, buscando, inclusive, o devido ressarcimento.

#### 10.11.2.8 POSTALIS

Tomando em consideração os dados contidos no presente Relatório final, referentes às operações financeiras que envolvem a Postalís, são observados indícios de perdas à entidade de previdência privada. Não foi possível detectar se tais perdas decorreram de ação deliberada dos dirigentes, ou se constituem operações regulares de mercado, considerado o sistema financeiro nacional à época dos fatos. Por isso, indica-se ao Ministério Público o prosseguimento das investigações.

#### 10.11.2.9 CENTRUS

Tomando em consideração os dados contidos no presente Relatório final, referentes às operações financeiras que envolvem a Centrus, são observados indícios de perdas à entidade de previdência privada. Não foi possível detectar se tais perdas decorreram de ação deliberada dos dirigentes, ou se constituem operações regulares de mercado, considerado o sistema financeiro nacional à época dos fatos. Assim, encaminhamos a

*identificação das pessoas responsáveis, que eventualmente poderiam ter alguma ingerência nas perdas identificadas.*

**1) RICARDO MONTEIRO DE CASTRO MELO** - diretor financeiro a partir de 1999 - indícios apontam sua possível participação em decisões sobre os investimentos realizados.

#### 10.11.2.10 PETROS e PREVI

*Diante dos fatos identificados no relatório, quando promovido o detalhamento das operações destas entidades de previdência privada complementar, faz-se imprescindível que o Ministério Público Federal promova as investigações necessárias para apurar a existência de possíveis irregularidades e ilegalidades, bem como a tipificação de tais condutas e, conseqüentemente apurar a responsabilidade de seus dirigentes e ex-dirigentes.*

#### 10.11.2.11 FUNCEF

*Diante dos fatos identificados no relatório, quando promovido o detalhamento das operações desta entidade de previdência privada complementar, faz-se imprescindível que o Ministério Público Federal promova as investigações necessárias para apurar a existência de possíveis irregularidades e ilegalidades, bem como a tipificação de tais condutas e, conseqüentemente apurar a responsabilidade de seus dirigentes e ex-dirigentes.*

#### 10.11.3 Corretoras de Câmbio

*Indicações de pessoas vinculadas a corretoras de câmbio ou de títulos e valores mobiliários, distribuidoras de títulos e valores, instituições financeiras gestoras e administradoras de fundos exclusivos.*

##### 10.11.3.1 Bônus Banval CCTVM Ltda.

- 1) BRENO FISCHBERG,**
- 2) JOSÉ POMPEU DE CAMPOS NETO**

*Foram beneficiários em diversas operações financeiras que supostamente constituíram perdas a fundos de pensão, principalmente a Geap e a Prece.*

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls. 4357
Doc:

#### 10.11.3.2 Dillon S/A DTVM

- 1) JÚLIO VICTOR BITTENCOURT FABBRIANI,**
- 2) LUÍS CLÁUDIO LINS FABBRIANI**

*Foram beneficiários em diversas operações financeiras que supostamente constituíram perdas a fundos de pensão, principalmente a Geap, Prece e Postalis.*

#### 10.11.3.3 Cruzeiro do Sul S/A Corretora de Valores

*Diante dos fatos evidenciados no presente relatório faz-se imprescindível que o Ministério Público investigue a responsabilidade da referida corretora nas práticas aqui tipificadas, bem como os responsáveis por tais condutas e os prejuízos delas decorrentes.*

#### 10.11.3.4 Euro S/A DTVM

- JORGE LUIZ GOMES CHRISPIM,**
- JOÃO LUIZ FERREIRA CARNEIRO**
- SÉRGIO DE MOURA SOEIRO**

*Foram beneficiários em diversas operações financeiras que supostamente constituíram perdas a fundos de pensão, principalmente a Geap, Prece e Refer e Nucleos.*

#### 10.11.3.5 Laeta S/A DTVM

- 1) ISAAC SASSOUN,**
- 2) CEZAR SASSOUN**

*Foram beneficiários em diversas operações financeiras que supostamente constituíram perdas a fundos de pensão, principalmente a Prece, Postalis e Nucleos.*

10.11.3.6 Novinvest CCTVM Ltda.

**JOSÉ OSVALDO MORALES**  
**RICARDO SIQUEIRA RODRIGUES**

*Foram beneficiários em diversas operações financeiras que supostamente constituíram perdas a fundos de pensão, principalmente ao Nucleos, Real Grandeza, Refer e a Prece.*

10.11.3.7 Quantia DTVM Ltda.

**1) LAURO JOSÉ SENRA DE GOUVÊA,**  
**2) JOAQUIM CÂNDIDO DE GOUVEA,**  
**3) ALEXANDRE GASTALDEL LEONARDO**

*Foram beneficiários em diversas operações financeiras que supostamente constituíram perdas a fundos de pensão, principalmente a Prece, ao Geap e ao Núcleos.*

10.11.3.8 São Paulo Corretora de Valores LTDA.

**JORGE RIBEIRO DOS SANTOS**

*Foi beneficiário em diversas operações financeiras que supostamente constituíram perdas a fundos de pensão, principalmente a Prece e ao Geap.*

10.11.3.9 Schahin CCTVM Ltda.

*Diante dos fatos evidenciados no presente relatório faz-se imprescindível que o Ministério Público investigue a responsabilidade da referida corretora nas práticas aqui tipificadas, bem como os responsáveis por tais condutas e os prejuízos delas decorrentes.*

10.11.3.10 Outros envolvidos

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4358
Doc:

1) **LÚCIO BOLONHA FUNARO:** participou, como beneficiário ou intermediário, de várias das operações irregulares investigadas por esta CPMI.

2) **JOSÉ CARLOS BATISTA:** participou, como representante da GUARANHUNS e em conta pessoal, de várias das operações irregulares investigadas por esta CPMI. Figura como beneficiário, em diversas operações irregulares efetuadas em derivativos (BM&F), em que corretoras – como a Cruzeiro do Sul e a Bônus Banval – geraram ajustes negativos a entidades de previdência complementar.

3) **CHRISTIAN DE ALMEIDA REGO** - operador de mercado e diretor da Arbor Asset Management - indícios apontam sua participação nas operações irregulares. Ganha significado o fato de ser primo dos Srs. Carlos Eduardo Carneiro Lemos – ex-gerente financeiro da Prece – e Fabianna Carneiro Carnaval – ex-gerente financeiro do Nucleos. Ademais, em operações que geraram perdas com derivativos (BM&F) ao Nucleos e à Prece, obteve ajustes positivos com as corretoras Novinvest S/A e Schahin CCTVM Ltda.

4) **MURILLO DE ALMEIDA REGO** - ex-operador de mercado e ex-diretor da Arbor Asset Management - indícios apontam sua participação nas operações irregulares. Ganha significado o fato de ser primo do Sr. Carlos Eduardo Carneiro Lemos – ex-gerente financeiro da Prece. Ademais, em operações que geraram perdas com derivativos (BM&F) ao Nucleos e à Prece, obteve ajustes positivos com as corretoras Novinvest S/A e Schahin CCTVM Ltda. Tais resultados foram, a exemplo de outras operações, sempre obtidos em nome de sua esposa, a Sra. Rogéria Costa Beber.

5) **ROGÉRIA COSTA BEBER** - esposa do Sr. Murillo Costa Beber - indícios apontam sua participação, sob a orientação de seu marido, nas operações irregulares flagradas no presente inquérito parlamentar. Em operações que geraram supostas perdas com derivativos (BM&F) ao Nucleos e à Prece, obteve ajustes positivos com as corretoras Novinvest S/A e Schahin CCTVM Ltda. Tais resultados foram, a exemplo de outras operações, sempre obtidos em seu nome pessoal.

6) **CRISTIANO COSTA BEBER** - irmão da Sra. Rogéria Costa Beber e sócio do Sr. Carlos Eduardo Carneiro Lemos na empresa Tecinvest - indícios apontam sua participação nas operações irregulares. Em operações que geraram perdas com derivativos (BM&F) ao Nucleos e à Prece, obteve ajustes positivos.

7) **RICARDO TOCHIKAGO NAKATSU** (diretor da NK PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA): indícios apontam sua participação nas operações irregulares. Sua empresa supostamente agenciava transações com títulos públicos em que informava a Quantia DTVM que a Prece ou seus respectivos fundos exclusivos comprariam o lote acima do preço de mercado. Ao que tudo indica, a distribuidora adquiria os títulos e os repassava à entidade de previdência complementar. Ao fim do negócio, cerca de 90% do resultado obtido era destinado à própria NK, o que revelava sua articulação com os gestores do fundo de pensão.

**8) MARCELO BORGES SERENO** - *ex-Secretário de Governo do Estado do Rio de Janeiro – Ficou constatado nesta CPI que possui relação com os Sr. Christian de Almeida Rego e Murillo de Almeida Rego. Os cargos públicos ocupados por Marcelo Sereno podem configurar indícios de que influenciasse na indicação de dirigentes de fundos de pensão que posteriormente apresentaram perdas em operações financeiras. No entanto, o fato por si só de ter ocupado esses cargos não pode ser utilizado para afirmar, com um mínimo de certeza, que tais indicações teriam sua ingerência e ainda, num segundo momento, seriam direcionadas ou teriam alguma vinculação com as supostas perdas dos fundos de pensão.*

**9) CLÁUDIO ROBERTO SEABRA DE ALMEIDA** (*sócio da BRASIL CENTRAL*): *indícios apontam sua atuação no sentido de, mesmo convocado por esta CPML, evitar prestar os esclarecimentos necessários ao prosseguimento da presente investigação. Ao final, eximiu-se de atender às determinações desta Comissão e não compareceu.*

**10) JOSÉ ROBERTO FUNARO** - *indica-se a fim de que se apurem supostas inconsistências nas suas declarações de imposto de renda.*

**11) EDMAR CID FERREIRA** (*Presidente Banco Santos*), **JOSÉ MARIANO DRUMMOND** (*Ex-diretor do Banco Santos*) e **CARLOS EDUARDO GUERRA DE FIGUEIREDO** (*Diretor do Santos Asset Management*) *diante dos fatos, faz-se necessário que o Ministério Público investigue a responsabilidade dos referidos senhores nas condutas citadas no presente relatório.*

RQS nº 03/2005 - CN =
CPML - CORREIOS
Fls: <u>4359</u>
Doc: _____

## 11. Proposições Legislativas

Em 25 de maio de 2005 foi aprovada a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo de investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A então chamada CPMI dos Correios, durante meses de trabalho intenso, viu-se obrigada a enveredar por inúmeras linhas de investigação que resultaram em uma quantidade desmedida de informações a serem analisadas e compiladas em um relatório final. Diante dessa tarefa hercúlea, decidiu-se pela criação de cinco sub-relatorias para auxiliar na elaboração do relatório final da Comissão. São elas: Contratos; DNA, SMP&B e Fontes Financeiras; Fundos de Pensão; IRB; e Normas de Combate à Corrupção.

A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção tem como escopo analisar o cenário atual e sugerir modificações que permitam maior eficácia das normas brasileiras no que concerne à prevenção, combate e erradicação da corrupção. Neste sentido, é a sub-relatoria com função essencialmente propositiva, não se vinculando de forma direta e específica aos aspectos investigados pela CPMI, embora se valendo das informações ali colhidas para avaliar e propor formas de coibir novas ocorrências de semelhante natureza.

De início, a sub-relatoria tinha dois caminhos a seguir na busca de informações sobre as quais trabalhar para avançar no processo de combate à corrupção no Brasil. O primeiro deles seria uma pesquisa bibliográfica que nos auxiliasse a entender a corrupção e seus mecanismos de funcionamento, bem como aprender com a experiência de outros países em situações semelhantes. Por outro lado, parecia-nos imprescindível o contato e a busca de informações e sugestões junto às pessoas e instituições que lidam diretamente com a corrupção, seja em sua prevenção, apuração ou combate, ou mesmo na punição de seus perpetradores.

Na primeira dessas etapas, qual seja a pesquisa bibliográfica, deparamo-nos com extrema escassez de publicações e estudos específicos sobre a matéria, não obstante sua longa existência do ponto de vista histórico. Ocorre que só a partir dos anos noventa o tema despertou o interesse dos pesquisadores, muito provavelmente em função da percepção do fenômeno de internacionalização e globalização dos atos de corrupção, bem como de sua possível ligação com o crime organizado e o terrorismo.

Por sorte, a Organização das Nações Unidas – ONU, entendendo que a corrupção seria um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento dos Estados-Membros e ciente de sua complexidade, dinamismo e penetração nas sociedades, decidiu, com o objetivo de criar consciência quanto aos efeitos nocivos da corrupção, apoiar e desenvolver diversos estudos sobre o tema, os quais se tornaram nossa principal fonte de pesquisa e referência bibliográfica. Cuidamos, no entanto, de selecionar apenas as informações que julgávamos pertinentes e aplicáveis à realidade brasileira, haja vista o caráter geral das informações ali contidas, que intentam abranger todos os Estados-Membros.

Assim, com fulcro nas informações apreendidas na primeira etapa, partimos para a elaboração de um diagnóstico fundamentado no profundo conhecimento acumulado pelos mais diversos setores ligados direta ou indiretamente ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, coletados durante as audiências públicas realizadas por esta Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, arroladas ao final deste relatório. Descrevemos, então, a metodologia de estudo que permitiu a análise do cenário estrutural e legislativo brasileiro de controle da corrupção segundo a sua dinâmica e rito processual.

Cabe ressaltar, por oportuno, que nesta etapa de busca de informações por meio das audiências públicas, pudemos confirmar outra hipótese que havíamos elaborado ao início dos trabalhos de pesquisa: as proposições apresentadas deveriam abordar dois eixos distintos, intrinsecamente relacionados, porém facilmente diferenciados.

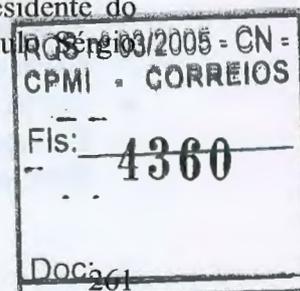
O primeiro destes eixos diz respeito à estrutura, ao aparelhamento necessário para que o Estado faça frente à corrupção. Nesse caso, entendemos que seria necessário não só reformular alguns dos órgãos já existentes e atuantes na área mas, sobretudo, criar um Sistema Nacional de Combate à Corrupção, o qual atue permanente e especificamente na busca de soluções para a prevenção e combate à corrupção. Dedicamos, assim, uma parte deste trabalho à descrição e justificação deste sistema. As proposições relativas à estruturação das instituições encontram-se no Anexo I deste relatório.

O outro eixo a ser abordado refere-se à revisão e atualização da legislação brasileira capaz de atuar tanto preventiva quanto coercitivamente na luta pela erradicação da corrupção na administração pública. Nesse item, porém, concentramo-nos nas soluções de caráter mais imediato, considerando-as um passo inicial de um processo mais amplo que deverá, inevitavelmente, caminhar paralelamente à evolução da estrutura do sistema ora proposto. Comentamos, neste ponto, as proposições de caráter legislativo cuja apresentação sugerimos à CPMI dos Correios, todas encaminhadas, ao final do trabalho, no Anexo II.

Em seguida apresentamos uma breve conclusão na qual, além de tecer comentários relativos às nossas principais observações acerca do trabalho realizado, oferecemos sugestões que se referem tanto à implementação das proposições elaboradas quanto a temas aventados durante a realização do trabalho os quais, pela exigüidade de tempo, não nos foi possível analisar com a profundidade requerida para a elaboração de proposta legislativa. Essas sugestões compõem o Anexo III do presente relatório.

Antes, porém, por oportuno, e mesmo em sinal de agradecimento por todos aqueles que generosamente contribuíram com sua presença às audiências para as quais foram convidados, registramos aqui a relação integral das oitivas realizadas:

- Em 10/01/06, foi realizada a 1ª reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, para exposição dos senhores: Gustavo Antônio Rodrigues (Presidente do COAF); Sérgio Darcy da Silva Alves (Diretor do DINOR-BACEN) e Paulo Sérgio Cavalheiro (Diretor de Fiscalização do BACEN).



- Em 17/01/06, foi realizada a 2ª reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, para exposição dos senhores: Jorge Antônio Deher Rachid (Secretário da Receita Federal); Antenor Pereira Madruga Filho (Chefe do DCRI/MJ).
- Em 19/01/06, foi realizada a 3ª reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, para exposição do Dr. Lucas Rocha Furtado (Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU).
- Em 24/01/06, foi realizada a 4ª reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, para exposição dos Drs. Paulo Lacerda (Diretor Geral da PF), Dr. Glorivan (Representante da Interpol) e Dr. Sérgio Moro (Juiz da Segunda Vara da Justiça Federal de Curitiba).
- Em 26/01/06, foi realizada a 5ª reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, para exposição do Dr. Waldir Pires (Ministro de Estado do Controle e da Transparência).
- Em 31/01/06, foi realizada a 6ª reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, para exposição do Dr. Laerzio Chiesorin Júnior. (Associação Nacional do MP de Contas - AMPCON).
- Em 01/02/06, foi realizada a 7ª reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, para exposição do Ministro Fernando Neves da Silva (Presidente da Comissão de Ética Pública).
- Em 02/02/06, foi realizada a 8ª reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, para exposições dos senhores: David Falcão (Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL) e Edson de Araújo Lobo (Gerente Geral da UGS – Unidade Gestão da Segurança - BB).
- Em 06/02/06, foi realizada a 9ª reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, para exposição do senhor Adacir Reis (Secretaria de Previdência Complementar).
- Em 07.02.06, foi realizada a 10ª Reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção para oitivas dos senhores: Jayme Louzada Bacellar e Paulo Roberto de Vasconcelos Gonçalves.
- Em 08.02.06, foi realizada a 11ª Reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção para oitivas do senhor: Henrique Ziller (AUDITAR).
- Em 09.02.06, foi realizada a 12ª Reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção para exposição do senhor Ministro Adilson Motta (Presidente do Tribunal de Contas da União).
- Em 13.02.06, foi realizada a 13ª Reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção para a exposição do senhor Edison de Araújo Lobo (Gerente Geral da UGS - Unidade Gestão de Segurança - BB).
- Em 14.02.06, foi realizada a 14ª Reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção para a exposição dos senhores: Marcelo Fernandes Trindade (Presidente da CVM - Comissão de Valores Mobiliários), João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (Diretor/Superintendente Substituto da SUSEP - Superintendente de Seguros Privados - Ministério da Fazenda) e Manoel Felipe Rego Brandão (Procurador-Geral da Fazenda Nacional).
- Em 02.03.06, foi realizada a 15ª Reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção para a exposição da Drª Jovita José Rosa (UNASUS - União Nacional dos Auditores do Sistema Único de Saúde) e Fernando Antunes (Presidente da UNACON).

- Em 06.03.06, foi realizada a 16ª Reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção para a exposição do senhor Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa (Presidente do SINDCVM) e Cássio Cabral Kelly (Presidente da ASSUP - Associação dos Servidores da SUSEP).
- Em 08.03.06, foi realizada a 17ª Reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção para a exposição do Professor Bruno Speck (Unicamp).
- Em 09.03.06, foi realizada a 18ª Reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção para a exposição do Senhor Dalton Pastore (ABAP).
- Em 14.03.06, foi realizada a 19ª Reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção para a exposição dos Senhores Clênio Guimarães Belluco (INC) e Reiner Pungs (UNODC).
- Em 14.03.06, foi realizada a 20ª Reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção e 7ª reunião conjunta da Sub-Relatoria do IRB, para as exposições dos Convidados: Marcos de Barros Lisboa (IRB), René de Oliveira Garcia Júnior (SUSEP), Armando Virgílio dos Santos Júnior (Fenacor), João Elísio Ferraz de Campos (FENASEG), Otávio Damásio Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda).
- Em 16.03.06, foi realizada a 21ª Reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção para exposições dos Convidados: Alvaro Del Barrio (Fiscal de Unidade de Análise Financeira do Ministério da Fazenda do Chile) e Gustavo Rivera Urratia (Intendente de Bancos e Instituições Financeiras do Chile).
- Em 22.03.06, foi realizada a 22ª Reunião da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção para exposição do Convidado: Pierre Martel (Escritório de Integridade da Função Pública do Governo do Canadá). Ainda, desejamos agradecer as colaborações recebidas do movimento “Da indignação à Ação”, nas pessoas dos eminentes juristas Miguel Reale Júnior e René Ariel Dotti e do Tribunal de Contas de Santa Catarina, na pessoa de seu Conselheiro Moacir Bertoli, que enviaram suas relevantes contribuições aos trabalhos desta CPMI.

#### 11.1. Diagnóstico da corrupção segundo os principais agentes de controle – uma resenha das informações colhidas nas oitivas.

A sub-relatoria pôde beneficiar-se do profundo conhecimento acumulado pelos mais diversos setores ligados direta ou indiretamente ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Dessa forma, procuramos sintetizar os principais pontos levantados, os quais orientaram nosso trabalho e resultaram nas proposições apresentadas neste relatório.

O Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Dr. Lucas Furtado, demonstrou em sua apresentação a esta CPMI dos Correios sua preocupação com o estigma de que a corrupção, no Brasil, seria endêmica, genética, cultural, e nos levaria à visão de que nosso povo é composto de aproveitadores oportunistas que, em matéria política, seria usuário da regra geral do “jeitinho” ou seja, da ausência de regras.

Nº 03/2005 - CN = BRASÍLIA, CORREIOS Fls: 4361 Doc: 263
--

Segundo ele, o problema da corrupção mais residiria em elementos normativos do que culturais, devido à existência de lacunas legais excessivamente permissivas e a uma estrutura de controle deficitária e carente de maior organização. Tanto isto é fato que vários países reconhecidamente eficientes no controle da corrupção interna possuem altos índices de corrupção por exportação, ou seja, quando atuando em países mais permeáveis à corrupção, utilizam-na como prática.

*“A Transparência Internacional elabora duas listas: uma dos países mais corruptos, outra dos países que exportam corrupção. Explicando melhor esse conceito da Transparência Internacional, um empresário da Austrália, por exemplo, em seu país se comporta de forma adequada mas, quando se toma esse empresário e leva para outro país, verifica-se qual o comportamento daquele empresário estrangeiro nesse outro país. Cito o caso da Austrália e da Áustria porque esses dois países, na primeira listagem da Transparência Internacional, estão entre os dez menos corruptos, e a Austrália e a Áustria são considerados os dois países que mais exportam corrupção.” (Lucas Furtado, MP-TCU)*

No Brasil, portanto, o diagnóstico da corrupção passa pelo exame de elementos normativos e estruturais, e não culturais. Destes sobressai, com destaque, a ausência de uma estrutura unificada com vocação para o combate à corrupção. Cada órgão da administração pública executa a sua tarefa de controle e combate à corrupção ou à lavagem de dinheiro, sem qualquer correlação, organização ou centralização de dados. Não há, a bem dizer, nenhuma estrutura profissional de inteligência destinada ao combate à corrupção no Brasil, em que pese existir um sistema organizado de controle da lavagem de dinheiro, ainda incipiente, porém complexo e estruturado.

Se há muito a trabalhar para aprimorar o sistema de controle, por outro lado torna-se necessário reconhecer que avanços importantes ocorreram neste breve período de tempo transcorrido desde o início das ações de combate à lavagem de dinheiro no Brasil.

A implementação de um órgão de inteligência financeira foi inegavelmente um importante avanço institucional brasileiro, muito embora tenham sido verificadas inúmeras dificuldades na execução de sua atividade. Tal fato, porém, pode ser justificado pela completa ausência de quadro de pessoal e estrutura adequada. Segundo informação do próprio. Presidente do COAF, a instituição conta com apenas 31 funcionários para efetuar, a cada mês, cruzamentos complexos de milhões de informações.

Neste campo deve ser reconhecida a importante instituição da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro – ENCLA, capitaneada pelo Ministério da Justiça, o Ministério Público e o Poder Judiciário, como mecanismo externo de orientação jurídica e de políticas, especialmente verificada na pertinente utilização de uma linguagem de metas como instrumento moderno de gestão.

Em que pese a existência de algumas dificuldades decorrentes das restrições de acesso às informações consideradas sigilosas, a abertura proporcionada pela Lei

Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, permitiu um maior compartilhamento de dados entre os órgãos, facilitando a atividade de controle, ainda incipiente.

Por fim, a Polícia Federal vem se capacitando progressivamente para o combate efetivo aos crimes de lavagem de dinheiro e outras formas de corrupção e de criminalidade organizada – nunca, na história recente do país, os resultados das ações policiais nesse campo foram tão expressivas.

Tais reconhecimentos, no entanto, precisam ser dosados com cautela, haja vista que não só os recentes episódios de corrupção ocorridos e objeto da CPMI dos Correios, como os praticados outrora não foram detectados a tempo e modo devidos, do que se conclui a necessidade de um avanço ainda mais robusto.

### 11.1.1 Estrutura inadequada ao controle da corrupção e da lavagem de dinheiro

No que se refere à lavagem de dinheiro, inúmeros avanços estruturais e normativos foram implementados no Brasil nestas duas últimas décadas, principalmente “em 1998, quando o Congresso Nacional aprovou a Lei de Lavagem de Dinheiro. Até 1998, nós não tínhamos nada.” (Antenor Madruga, DRCI)

Desde a convenção de Viena, firmada em 1988, da qual o Brasil é signatário, até a presente data, o tema da lavagem de dinheiro passou a ser uma preocupação constante em nosso ordenamento. No entorno desta temática, tanto o Ministério da Fazenda como o Ministério da Justiça entabularam inúmeras proposições, até chegarmos ao modelo institucional constituído para o combate à lavagem de dinheiro. “Então, basicamente, o sistema nacional de combate à lavagem de dinheiro é dividido em três camadas. Na primeira camada, no nível estratégico nós temos o Gabinete de Gestão Integrada e a Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro. No nível de inteligência financeira, o COAF, nossa unidade de inteligência financeira, e, no nível operacional, a Polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário, que basicamente trabalham com estratégias, informações, bloqueios, confiscos e condenações.” (Antenor Madruga, DRCI)

Apesar de sua estruturação complexa, o fato é que este sistema, no entanto, não teve o condão de mapear as atividades ilícitas decorrentes das denúncias analisadas por esta CPMI dos Correios, deixando antever a necessidade da proposição de importantes alterações que o tornem mais moderno, ágil e eficaz.

Já no que se refere ao combate à corrupção, todavia, contrariamente ao que ocorreu com a lavagem de dinheiro, nenhuma estruturação institucional ou política foi edificada no mesmo período.

Nas palavras do Professor Humberto Falcão Martins, da UnB, no Brasil temos uma “burocracia com uma carapaça de modernidade administrativa, mas que por dentro é dominada e pautada pelos interesses daqueles que a dirigem, ou daqueles que estão colocados como representantes do povo e que visam os interesses próprios e não os

REG Nº 03/2005 - CN -
CRM - -CORREIOS
Fis. 4362
265 Doc.

*coletivos.*” Acrescentamos a isso o seguinte complicador: na prática, não há incentivos legais ou políticos no sentido de que os órgãos de fiscalização atuem em conjunto. Assim, a cada um deles é negado o compartilhamento de informações que possam atuar contra a proliferação de novos focos de corrupção no Brasil.

O destaque para essa dificuldade estrutural foi dado pelo Presidente do COAF, Dr. Gustavo Rodrigues, que fez uma analogia entre o atual sistema de controle brasileiro e a antiga estrutura feudal: *“Se o senhor comparar com qualquer outro setor, o setor financeiro está a quilômetros de distância, do ponto de vista de consciência de investimento nesse setor de ação. O COAF, formalmente, não tem nenhuma relação com a supervisão bancária. A nossa lei foi concebida num sistema que eu, às vezes brincando, chamo de ‘feudal’; ele manteve os feudos e criou um órgão de que todo mundo desconfiava, o COAF. Então na lei está muito claro, por exemplo, que a supervisão dos setores, que têm um órgão regulador próprio, é feita por esse órgão, no caso do setor financeiro o Banco Central, até para pedir informação. Quer dizer, eu sou um usuário da informação, mas para eu pedir informação, tenho que pedir por intermédio do Banco Central. Até isso consta na lei.”* (Gustavo Rodrigues, COAF)

### **11.1.2 O atual sistema brasileiro de proteção das informações sigilosas**

Muito dessa dificuldade estrutural reside na forma de proteção que o atual ordenamento jurídico brasileiro concede às informações com caráter sigiloso, na qualidade de dogma jurídico, em que o art. 5º, incisos X e XII da Constituição Federal de 1988 foram concebidos com a proteção da imutabilidade decorrente de sua qualidade de cláusulas pétreas.

Justamente em face do rigor emprestado à proteção das informações sigilosas, de modo formal e absoluto, é que as inúmeras oitivas a apontaram como principal responsável por embarçar e impedir um maior entrelaçamento de dados na atuação preventiva da corrupção, não obstante este compartilhamento já venha ocorrendo no plano do controle à lavagem de dinheiro. *“Uma das coisas que nós percebemos aqui seria a importância de flexibilizar um pouco essa questão do sigilo.”* (Waldir Pires, CGU)

Aliás, essa observação não passou despercebida pela Receita Federal: *“essa é a preocupação que nós temos no trato da informação. Ainda em 2001 houve a flexibilização do sigilo. Num dado momento nada poderia sair da Receita Federal. Nada. Nenhuma informação. Bom, houve uma evolução. Nós já podemos fazer divulgações, nós já podemos...”* (Jorge Rachid, SRF)

A temática da relativização da proteção às informações sigilosas foi pauta constante de todos os depoimentos, tendo sido a excessiva proteção apontada como causa primária para a morosidade e ineficácia do sistema de controle. Com efeito, a proteção constitucional do sigilo não deve ser utilizada indevidamente para o acobertamento de negócios e operações ilícitas. Ao contrário, deve ser lida e interpretada como instrumento

que favoreça a transparência no trato da coisa pública, à qual todo aquele que negocia com o Estado deve estar atrelado.

### 11.1.3 Inexistência de transparência no trato das informações relativas à coisa pública

A transparência, assim, torna-se um instrumento indispensável ao controle social e ao combate à corrupção, pois não se pode aceitar, de um modo geral, a imposição de sigilo onde o interesse público estiver envolvido. Sem transparência, segundo o Ministro Waldir Pires, da CGU, não há combate à corrupção: “(...) *incremento da transparência pública, básica, absolutamente indispensável. Sem transparência, você não tem combate à corrupção (...) controle social tem que estar submetido à transparência mais ampla, mais absoluta.*”

A transparência é instrumento, aliás, da necessária modernização do sistema jurídico atual, segundo Lucas Furtado e Henrique Ziller.

“(...) *precisamos, então, modernizar. Modernizar as normas de Direito Administrativo. Fortalecer os sistemas de fiscalização, o TCU, a Controladoria-Geral da União. Dispor esses órgãos de instrumento de efetivo acompanhamento por meio da quebra de sigilo fiscal, sigilo bancário. Acompanhamento dos processos administrativos. Transparência da administração pública, da atividade administrativa.*” (Lucas Furtado, MP-TCU)

“*Outra proposta que trago, neste sentido, é a flexibilização automática do sigilo bancário de agentes públicos, que se ajusta ao conceito de pessoa de relevância pública, que poderia ser introduzido formalmente no nosso ordenamento jurídico.*” (Henrique Ziller, Auditor)

### 11.1.4 Os entraves às medidas de controle e sua eficácia

Somam-se à inexistência de um sentido efetivo de transparência, à proteção demasiada das informações sigilosas e à ausência de um aparato institucional voltado ao combate à corrupção, os muitos entraves às medidas de controle, as quais deveriam ser mais efetivas e eficazes.

Não há quem negue que a Lei de Licitações foi um grande avanço para o Brasil. É fato, no entanto, que inúmeros entraves burocráticos tornaram a Lei nº 8.666, de 1993, demasiadamente formalista, mesmo porque este seria o objetivo mais apropriado à época, com rigor maior nos princípios da publicidade, legalidade e impessoalidade do que nos princípios de moralidade e eficiência. Como resultado, a Lei de Licitações deixou de contemplar o resultado da licitação como instrumento de acompanhamento do contrato, tal qual ocorre com a Lei de Responsabilidade Fiscal.



Essa temática ficou bastante patente nas palestras do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, do Presidente do TCU, do Ministro da Controladoria-Geral da União e do Presidente da Associação dos Auditores do TCU. Ao todo, as quatro palestras apresentaram mais de trinta sugestões de alterações tópicas e estruturais no regime de controle às licitações e contratos públicos, revelando uma insistente preocupação com a ausência de um estímulo à carreira de auditor, à inexistência de instrumentos eficazes de fiscalização *in loco*, à dificuldade de acesso a dados e informações protegidas e não compartilhadas e à demasiada permissividade da lei de licitações.

### **11.1.5 O sentimento de impunidade e a necessidade do engajamento social**

Como resultado desse imenso quadro, temos um crescente sentimento de impunidade no seio da sociedade. Como sabido, coercibilidade, na técnica jurídica, é sanção que se manifesta no foro íntimo, trabalhando como freio moral ou mental à perpetração de ato ilícito, e se traduz no temor ou receio de ser punido pela infração. No Brasil, ao contrário do que deveria ocorrer, nenhum efeito a coercibilidade exerce sobre o infrator, pois o sentimento que mais prospera é o da impunidade.

A crise ética causada por este sentimento só não atinge índices mais alarmantes porque a sociedade brasileira e a imprensa, de um modo geral, exercem um ativo controle social. Daí porque hoje em dia a maior punição que pode ser aplicada a um corrupto, ou a uma instituição envolvida em escândalos políticos, é justamente o dano à imagem.

Inúmeras vezes levantam-se em nome da proteção da imagem e da presunção de inocência. Seus argumentos são consistentes e relevantes, uma vez que vítimas houve de equívocos jornalísticos de que decorreu execração pública, promovida nos períodos mais profundos de crise política. Abusos há, como em qualquer área ou profissão. O fato, no entanto, é que existe uma relação entre a intensidade da exploração jornalística do fato e o sentimento de impunidade prevalente em sua época, que se alimenta e agrava pelo reconhecimento de que essa exposição talvez seja a única forma concreta de punição dos envolvidos nos escândalos de corrupção.

Assim sendo, em grande parte o presente relatório se guia pelo objetivo de aprimorar o controle social que hoje é exercido sobre o aparato institucional brasileiro, permitindo que esta interação produza ainda mais efeitos preventivos sobre a corrupção.

Paralelamente, sugerem-se inúmeras alterações à legislação brasileira e ao modelo institucional atual, de modo a viabilizar um verdadeiro choque de gestão e transparência.

### **11.2 Metodologia utilizada nas alterações propostas**

A Sub-Relatoria desenvolveu seus trabalhos perseguindo uma metodologia de estudo que permitisse a análise do cenário estrutural e legislativo brasileiro de controle à corrupção segundo a sua dinâmica e rito processual.

### 11.2.1 Análise do cenário estrutural pelo rito em quatro fases

No plano da estrutura em fases, é lógico analisar o cenário institucional brasileiro segundo a evolução do controle, desde a fase de prevenção até a fase de punição.

De fato, a primeira etapa de qualquer controle de lavagem de dinheiro ou corrupção passa necessariamente por quatro fases que necessitam estar plenamente preenchidas com estruturas jurídicas eficientes e ágeis.

A primeira fase da estrutura de controle refere-se justamente à prevenção. O melhor controle sempre será prevenir, ou seja: impedir que o foco de corrupção ocorra. De fato, o Brasil é carente de estímulos preventivos no controle da corrupção, isso porque a mesma proteção normativa que serve para resguardar o cidadão comum dos abusos do poder político, da arbitrariedade e de sua nefasta perseguição ideológica, qual seja a proteção dos dados e informações pessoais e da intimidade, também é utilizado por empresas e pessoas de má-fé como instrumento material e processual contra a persecução administrativa e judicial.

Neste plano preventivo, três são os enfoques primários: compartilhamento de informações, planejamento e transparência. Tratam-se de instrumentos materiais de eficiência, pois quanto maior for o compartilhamento de informações, quanto maior for a transparência nas operações realizadas, e quanto mais o ato administrativo estiver vinculado a um resultado planejado e conhecido, maior será o exercício do controle social. E onde o controle social é exercido não há sentimento de impunidade, a exemplo do que ocorreu em relação ao caso Collor. Há, todavia, um impedimento constitucional que dificulta a adoção cada vez maior de medidas de transparência, planejamento e compartilhamento de informações, qual seja a proteção absoluta de dados e informações supostamente sigilosas. Não se nega a importância da proteção das informações sigilosas contra a perseguição política e ideológica de pessoas inocentes pelo Estado arbitrário, mas contesta-se o fato de que o exagero na proteção acaba por salvar culpados e políticos de má-fé. Assim, imprescindível se torna amadurecer os conceitos de proteção do sigilo e defesa da intimidade, sem o que nenhuma medida de controle será verdadeiramente eficaz no sistema brasileiro.

Uma vez que o foco de corrupção se imponha sobre as medidas de prevenção, torna-se necessário identificá-lo o mais cedo possível. A identificação, assim, é a segunda fase do rito processual do controle da corrupção.

Para que ela ocorra, no entanto, torna-se necessária e imprescindível uma gestão política pautada por um sistema de inteligência atuante no combate à corrupção. Não é demais considerar que todos os dados e informações necessárias ao reconhecimento

RQS nº 03/2005 - CN = CPME - CORREIOS Elemento 4364
Doc: 269

qualquer foco de corrupção no Brasil estão à disposição das autoridades, dependentes apenas de processamento técnico e gerenciamento adequados.

Um exemplo de eficiência nesta área se encontra na Secretaria da Receita Federal, cujo setor de inteligência, voltado à arrecadação, permite o acesso ágil a mais de oitenta fontes diversas de informações. E como se tornaria impossível investigar todos os brasileiros, a Receita priorizou vinte mil personalidades e empresas que, em conjunto, acumulam mais de 80% de toda a arrecadação nacional, independentemente de qualquer suspeita que seu histórico possa criar. Como resultado, a Receita Federal hoje possui os melhores índices de eficiência no controle da sonegação fiscal, sendo que o Brasil, ano a ano, implementa em 20 bilhões a sua arrecadação tributária.

De um modo geral, possuímos instituições e institutos jurídicos em todas as áreas de interesse ao controle. No Banco Central existe uma área de fiscalização com condições técnicas e humanas para identificar falhas e focos críticos de corrupção e lavagem de dinheiro. Existem órgãos tais como o COAF, o DPF, o MPF, o próprio Poder Judiciário, a CVM, os Tribunais de Contas, as controladorias internas, a SPC, todos devidamente instrumentalizados para o controle.

O problema, no entanto, é que nem todas as operações bancárias envolvendo focos de corrupção ostentam traços de ilegitimidade financeira. Decorre disso que uma operação bancária pode ser perfeitamente legítima, sob o prisma formal, e no entanto mascarar um foco importante de corrupção que somente um outro órgão tenha condições técnicas de detectar.

Os casos investigados por esta CPMI são exemplares para demonstrar esse elemento. Em que pese os contratos bancários firmados entre Marcos Valério, o Banco do Brasil, o BMG e o Banco Rural suscitarem uma série de suspeições no plano formal, puramente financeiro, nenhuma atenção especial causaram aos órgãos de controle, muito embora a Receita Federal tivesse condições de informar a evolução patrimonial estranha destas personalidades, o mesmo ocorrendo no âmbito imobiliário, devido a uma possível e intensa troca de patrimônio imobiliário.

De forma semelhante, embora as empresas de Marcos Valério contratassem assiduamente com inúmeros órgãos públicos e alguns desses contratos já vinham sendo investigados por órgãos de controle e pelo próprio TCU desde 1995, em nenhum momento as instituições financeiras foram procuradas e com elas compartilhou-se informações para o bem de investigar se naqueles contratos bancários, aparentemente legítimos, existia alguma irregularidade passível de punição ou controle.

A tarefa de atuar no controle da corrupção, portanto, passa por identificar tempestivamente os focos de corrupção, e para tanto não é necessário nada além de compilar, organizar e gerenciar informações disponíveis nos mais diversos e esparsos sistemas de controle administrativo que possuímos, dentro de um sistema lógico de priorização chamado de lista qualificada de atenção, em que serão monitorados todos os setores historicamente relacionados a focos de corrupção, a exemplo do que se opera no sistema de inteligência da SRF.

Por fim, verificado foco de corrupção, duas medidas tornam-se necessárias. Uma de atuação imediata, ainda no plano administrativo seguida de outra, de atuação mediata, no plano judicial. Tratam-se das medidas de contenção e punição.

Conter é estancar, é impedir que o foco de corrupção e desvio do recurso. Trata-se, por assim dizer, de um torniquete moral, uma medida drástica e imediata em resposta à verificação da corrupção. Infelizmente, muitas alterações legislativas serão necessárias nesse plano, concedendo aos órgãos administrativos o poder de aplicar sanções mais graves e importantes. Veja-se, por exemplo, que o Banco Central, diante da verificação de focos de lavagem de dinheiro, aplica sanções que no máximo atingem o montante de 200 mil reais, quantia insuficiente frente a empresas que lucram bilhões a cada ano no Brasil. Corretoras e fundos de pensão, de sua parte, também não são punidas com rigor na verificação de atos ilegítimos.

Novamente, a única instituição que dá exemplos na aplicação de sanções efetivamente rigorosas é a Receita Federal, cuja aplicação conjunta de multa, juros e taxas, em alguns casos multiplica em algumas vezes o valor original do débito sonogado pelo contribuinte.

O fato é que, quanto mais rigorosa for a aplicação de sanções administrativas, menor será a necessidade na busca do provimento judicial como meio de instrumentalizar qualquer punição aos corruptos e corruptores. Assim, se diante de informações qualificadas da Receita Federal e outros órgãos da administração pública, o Banco Central tivesse procedido a uma intensa investigação técnica nos contratos da empresa de Marcos Valério com o BMG, o Banco do Brasil e o Banco Rural, certamente teria tido condições de verificar ali o foco de corrupção, aplicando a estas instituições, antes mesmo de qualquer escândalo público, sanções administrativas milionárias que servissem de exemplo de controle eficaz da corrupção e da lavagem de dinheiro.

Se assim ocorresse, pouca importância teria o processo judicial na execução de medidas coercitivas e punitivas, reservando-se a seu poder, à Polícia Federal, às CPI's e ao Ministério Público a tarefa precípua de recuperar os recursos financeiros desviados e de promover a punição penal e política dos culpados.

O problema no Brasil, no entanto, é que não existe eficácia nas medidas de sanção administrativa. Ao fim acaba-se por reservar ao Poder Judiciário o monopólio integral de qualquer iniciativa no plano da punição. Todavia, a sua morosidade processual e a necessidade de privilegiar a busca constante da verdade substancial no processo judicial acabam por soterrar qualquer expectativa de uma punição imediata a contento.

Verificou-se, ao longo dos trabalhos, também a necessidade de aprimorar as estruturas de punição, seja criando figuras criminais atualizadas e indispensáveis ao controle da corrupção, seja estimulando o poder judiciário na implementação de varas especializadas em controle da corrupção e da lavagem de dinheiro.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 4365
271
Doc:

### 11.2.2 Análise do cenário quanto às três dinâmicas escolhidas

Também na linha da organização metodológica, o cenário legislativo brasileiro foi subdividido em três esferas diversas, abordadas na primeira análise, e são elas: a informação, o controle e a transparência.

Não é possível pensar um efetivo combate à corrupção sem o ingresso imediato e efetivo na era da informação, pois ela atua tanto nos planos da prevenção quanto da identificação. Quanto maior for o acesso à informação por parte dos órgãos de controle e da sociedade, maior será o controle interno, externo e social exercido sobre os órgãos públicos, impedindo assim o estabelecimento do foco de corrupção ou tornando-o tão arriscado que não valha a pena sequer a tentativa, dado o risco de exposição posterior.

Nessa linha o princípio da transparência, muito embora não previsto de forma expressa na Constituição Federal, encontra-se implicitamente inserido no ordenamento jurídico. Esse é o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, ao analisar o princípio da moralidade, pronunciou-se da seguinte forma: “Os princípios gerais de direito existem por força própria, independente de figurarem em texto legislativo. E o fato de passarem a figurar em texto constitucional ou legal não lhes retira o caráter de princípio. *“O agente público não só tem que ser honesto e probo, mas tem que mostrar que possui tal qualidade. Como a mulher de César.”* (RE nº 160.381-SP, Rel. Min. Marco Aurélio, Publicação: DJ 12-08- 1994).

Ademais, a Constituição invoca a transparência e o direito à informação na área da administração pública em seu art. 5º, XXXIII, ao mencionar que *“todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado coletivo.”* O mesmo ocorre com o art. 37, § 3º, II: *“o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5, X e XXXIII”*.

Sendo assim a transparência é imprescindível nas atividades dos órgãos e agentes públicos, pois previne, combate e controla a prática de corrupção e garante maior eficiência e publicidade aos atos da administração pública.

A importância da transparência ainda se destaca politicamente por sua imensa capacidade de aprimoramento democrático dos regimes modernos, oportunizado pela inserção efetiva que provoca a sociedade para o controle das ações de governo, ações essas que devem ser pautadas estritamente nos princípios da moralidade e da probidade administrativa

Por todas essas razões, não se pode combater a corrupção de uma forma eficaz sem uma política que possibilite e privilegie o acesso às informações e a plena transparência em todas as relações que envolvem a administração pública, uma vez que todas as transações de interesse público necessitam de medidas de controle, de forma a coibir a malversação e

os desvios de recursos públicos. É fundamental salientar que iniciativas como o Portal Transparência do Poder Executivo Federal, criado em 2005 pelo Decreto presidencial nº 5.482 e de responsabilidade da Controladoria Geral da União, tem de ser tomadas como referência e aprofundadas. Parece imprescindível que este Portal agregue, progressivamente, mais dados e informações à disposição da sociedade e que este mecanismo seja combinado com instrumentos semelhantes, de mesma natureza.

### 11.3 Estruturação das instituições

Para que pudéssemos propor uma estrutura capaz de lidar com a corrupção no Brasil era necessário, primeiramente, que tomássemos conhecimento da estrutura e do funcionamento do aparelho atualmente existente. Nesse ponto, as audiências públicas tornaram-se essenciais para que pudéssemos perceber a extrema necessidade de expansão dos quadros funcionais e dos recursos materiais de diversos órgãos e entidades governamentais, bem como de agregação de tecnologia e conhecimentos, oferecendo treinamento aos servidores para habilitá-los a identificar, apurar e reaver os valores desviados. Teríamos, então, que dotar as instituições da infra-estrutura necessária para que pudéssemos fazer frente à corrupção no país, combatendo-a com a utilização dos melhores meios disponíveis.

Percebemos, porém, ao longo das referidas audiências públicas e de nossos estudos paralelos, que tais modificações, mesmo quando somadas às alterações legislativas também identificadas como necessárias e prementes, representariam apenas um esforço momentâneo, sem a sobrevida necessária que o enfrentamento da corrupção exige, dada sua natureza complexa, insidiosa e contumaz.

Prova disso é o que ocorre hoje na Itália, onde após todo o esforço no combate à corrupção e ao crime organizado, muito bem sucedido em determinado momento, o governo se vê às voltas com crescentes escândalos de corrupção e novas investidas do crime organizado, que vêm tomando proporções alarmantes. Tudo isto vem exigindo das autoridades governamentais daquele país novo esforço de contenção, o que denota não terem sido eficazes, ao longo do tempo, as medidas adotadas, embora tenham demonstrado a eficiência necessária no momento de sua implementação.

Assim, sem deixar de reconhecer a necessidade de fortalecimento das instituições já existentes e atuantes na prevenção e combate à corrupção, entendemos que é preciso ir mais além, criando todo um Sistema Nacional de Combate à Corrupção, de caráter contínuo e que envolva, além dos órgãos e instituições governamentais, cruciais no momento inicial, também o apoio e inestimável parceria da sociedade civil, da mídia e do setor privado. Estes, por sua vez, são imprescindíveis no controle da corrupção, atuando principalmente na fase preventiva, impedindo ou reduzindo, desta forma, sua ocorrência.

Como parte do Sistema Nacional de Combate à Corrupção, estamos propondo também a criação de uma Comissão Permanente Mista à qual se reporte o órgão central do Sistema, resgatando, desta forma, o papel constitucional de suma importância e competência exclusiva do Congresso Nacional, qual seja o de fiscalizar e controlar,

PROS Nº 03/2005 - CN
CRM - CORREIO
4366
273
Doc.

diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta (art. 49, X, CF).

Ainda dentro deste enfoque estrutural, de acordo com nossos estudos, duas outras medidas revelam-se extremamente prementes e essenciais: a transformação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF em uma Agência de Inteligência Financeira, para que tenha a possibilidade de uma atuação mais eficaz e autônoma, e a redução do número de cargos em comissão de livre provimento e exoneração existentes na estrutura do Poder Executivo, número esse absurdamente exagerado, mormente quando comparado aos quantitativos equivalentes na estrutura governamental de outros países.

Outra medida que reputamos de extrema importância será a criação de Câmaras, nos Tribunais Regionais Federais, e Varas Judiciárias, na Justiça Federal de Primeira Instância, especializadas no julgamento de crimes contra a administração pública. Tal medida visa conferir maior agilidade aos feitos desta natureza, permitindo assim um melhor resultado tanto na recuperação dos recursos públicos desviados quanto na punição dos responsáveis.

É de se ressaltar que algumas outras ações deverão ser adotadas para que possamos enfrentar, de maneira cabal, as causas da corrupção no Brasil. Como exemplo, podemos citar a necessidade de criação de carreiras específicas de gestão e fiscalização de contratos e de auditoria em toda a administração pública. Esta, porém, assim como outras discutidas mais à frente, são sugestões que deverão ser apresentadas a médio prazo, pois carecem de avaliação mais aprofundada de seus impactos, embora não nos reste dúvida quanto à sua essencialidade.

Outro ponto que consideramos decisivo para o sucesso de um projeto de combate à corrupção de caráter nacional é o envolvimento de todos os órgãos e entidades governamentais, com a disposição política e técnica necessária para cooperar com a implantação e manutenção de um sistema que traduz uma necessidade do Estado Brasileiro, e não somente uma política de governo. A visão dos administradores públicos envolvidos tem que estar voltada para o resultado, e nunca para o processo, sob pena de produzirmos entraves burocráticos e legalistas que apenas criarão obstáculos para um efetivo combate à corrupção.

Por fim, a simplificação e acessibilidade das informações relativas às ações de governo são cruciais para que a mídia, a sociedade civil e o setor privado atuem como meios de controle social, tornando mais eficaz e menos onerosa a fiscalização por parte do próprio governo. É preciso fortalecer os governos locais, porém tornando cada vez mais transparente sua atuação para que a própria sociedade local, maior interessada nos serviços públicos prestados e no bom uso dos recursos públicos disponíveis, possa exercer um efetivo controle social do governo.

### 11.3.1 O Sistema Nacional de Combate à Corrupção – SNCC

O Sistema Nacional de Combate à Corrupção - SNCC deverá ser estruturado sobre pilares de transparência, informação e controle, e deverá reconhecer, incentivar e conferir a devida importância a valores como integridade, liderança e responsabilidade. O acesso à informação deverá ser facilitado e normatizado gradativamente, para que sua utilização seja feita de forma responsável e transparente.

Como ferramenta básica deste Sistema, será necessário criar uma Base de Dados de Atenção Qualificada – BDAQ, sistema informatizado com bancos de dados que abriguem informações provenientes das mais diversas fontes, as quais terão a obrigação legal de alimentá-los. Assim, a Receita Federal, por exemplo, fornecerá as informações fiscais em formatação previamente determinada; o Banco Central, de forma semelhante, com relação às informações bancárias, alimentadas por todo o Sistema Financeiro Nacional. De maneira idêntica proceder-se-á com todos os demais órgãos e entidades que detenham informações pertinentes, os quais serão paulatinamente instados, por via de lei, a fornecer e manter atualizadas as informações solicitadas.

Note-se que não estamos propondo aqui uma quebra de sigilo, até porque trataremos desse assunto quando discutirmos a necessidade de atualização da legislação brasileira de combate à corrupção, mas tão somente uma centralização de informações em um único sistema, que permitirá sua utilização de forma segura, nos moldes do que se tem em outros sistemas como o Sistema de Informações do Banco Central do Brasil – SISBACEN, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

Nestes sistemas já existentes, há normas e graus diferenciados de acessibilidade, bem como registro dos usuários autorizados e das informações pesquisadas, obrigando todos que dele fazem uso a se responsabilizar e manter sigilo quanto às informações a que têm acesso. A segurança é, portanto, atributo essencial do sistema.

Criado este sistema informatizado, tem-se em mãos a ferramenta básica de prevenção e combate à corrupção, eliminando-se automaticamente a burocracia dos processos de troca de informações entre órgãos do governo e os conflitos de propriedade e responsabilidade pela informação. A normatização do sistema definirá, ato contínuo, o grau de acesso a ser concedido a cada órgão, aos níveis hierárquicos ali existentes e de acordo com a exigência de cada função. Teremos, entretanto, um órgão operador deste sistema, que logicamente terá acesso a todas as informações, com as mesmas condições de segurança estabelecidas para os demais.

Definida a ferramenta básica, qual seja o sistema informatizado, há que se definir a estrutura que dele fará uso efetivo no combate à corrupção, ou seja, o Sistema Nacional de Combate à Corrupção a que nos referimos.

Primeiramente, entendemos que o Tribunal de Contas da União – TCU, por sua independência e vocação, constitucionalmente definida como de fiscalização e controle das

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 4367
Doc:

contas públicas, seja o órgão central do Sistema Nacional de Combate à Corrupção, responsável por seu planejamento, coordenação e monitoramento, propondo objetivos e metas e deflagrando ou orientando as ações necessárias para aperfeiçoamento e correções do sistema, visando à sua modernização e ao seu desenvolvimento sustentável. Neste sentido, também o TCU será o órgão administrador da Base de Dados de Atenção Qualificada – BDAQ.

Como tal, o TCU será o órgão com acesso pleno a todas as informações disponíveis, delas podendo fazer uso, dentro dos limites constitucional e legalmente estabelecidos, para efetuar as análises necessárias à apuração e recuperação de recursos desviados, estejam eles a cargo de entidades públicas, privadas ou mistas, importando apenas que hajam recursos públicos envolvidos e risco de prejuízo para a administração pública. Diante disto, certamente a estrutura do TCU deverá passar por uma revisão visando à sua adequação às novas atribuições.

Além do TCU, comporá o SNCC o COAF, ao qual continuaremos nos referindo como tal, inclusive nos projetos de criação do Sistema, uma vez que sua transformação em Agência Nacional de Inteligência Financeira depende de iniciativa legislativa do Poder Executivo.

Também o Ministério Público deverá ter atuação destacada no Sistema, em parceria com o TCU, e acesso definido às informações necessárias às investigações sob sua responsabilidade, especialmente sua Câmara Temática voltada às questões relacionadas ao Patrimônio Público e Social.

Ao Poder Judiciário será sugerida a criação, nos Tribunais Regionais Federais, de Câmaras específicas para atuar nos crimes cometidos contra a administração pública, assim como as correspondentes Varas na Justiça Federal de Primeira Instância, que atuarão em parceria com os órgãos de investigação e repressão de crimes desta natureza, visando agilizar os processos e tornar eficaz a recuperação dos recursos públicos desviados.

Quanto aos demais órgãos que podem atuar direta ou indiretamente no combate à corrupção, como a Polícia Federal e a Interpol, o Banco Central do Brasil, a Secretaria da Receita Federal - SRF, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, a Controladoria-Geral da União – CGU, a Advocacia-Geral da União – AGU e a Comissão de Ética Pública, entre outros, deverão ter sua participação no Sistema e acesso às informações da BDAQ paulatinamente definidos.

Ainda propõe-se a criação de uma ferramenta adicional, batizada de Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos – SIFAC. Como já afirmamos anteriormente, a tônica do combate à corrupção, assim como das técnicas de boa governança corporativa, é a busca da transparência nas contas e contratos firmados. No que se refere à gestão do Estado, a execução dos contratos públicos é o ponto nevrálgico do sistema orçamentário e a principal porta aberta à malversação dos recursos do erário.

O estado-da-arte no que tange à tecnologia de redes já permite há anos a integração de porte nacional de todos os dados referentes aos contratos públicos, ao passo que a demora em sua efetiva aplicação somente dificulta o trabalho dos órgãos de fiscalização, ao ter que buscar às cegas os casos de desvios, sem instrumentos confiáveis que apontem as irregularidades potenciais.

As recentes inovações consubstanciadas no sistema do pregão eletrônico – único no mundo em seu estágio de evolução e refinamento –, o SIGA e o sistema de controle de contratos recentemente elaborado pelo Tribunal de Contas da União apontam nessa direção e constituem os primeiros passos no sentido de democratizar o acesso à informação e, conseqüentemente, avançar no controle dos gastos públicos.

A proposta de criação do SIFAC – Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos, que ora apresentamos, é grandemente inspirada em projetos de lei recentemente apresentados pelos Senadores Álvaro Dias e Marco Maciel, bem como em trabalhos acadêmicos e nas audiências realizadas pela Sub-Relatoria de Propostas de Combate à Corrupção. O objetivo desse trabalho coletivo é apresentar importante conjunto de normas para melhorar nosso sistema licitatório e o controle sobre a celebração e execução dos contratos.

Para tanto, além das definições gerais sobre o funcionamento do sistema apresentadas no presente Projeto de Lei, fez-se necessário alterar dispositivos da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) e da Lei do Pregão (Lei nº. 10.520/02), o que será feito em Projeto de Lei à parte, também apresentado no Relatório desta CPMI.

Certamente, além da integração de dados e de uma maior transparência dos contratos públicos, um grande avanço que a adoção desse sistema proporcionaria é a possibilidade de adicionar um juízo de qualidade ao julgamento de propostas numa licitação.

A imposição feita pela normativa brasileira de comprar pelo menor preço freqüentemente faz com que o administrador público compre mal. Pensando nisso, propõe-se a criação de um novo critério de julgamento das propostas dos licitantes, batizado de “oferta mais vantajosa”. Esse critério, consagrado recentemente pela normativa da União Européia e integrante há décadas da normativa americana, permite ao órgão licitante adicionar um juízo de qualidade baseado em experiências anteriores com aquele mesmo fornecedor.

Esse critério diferencia-se da licitação de “técnica e preço”, uma vez que na idéia de proposta mais vantajosa está a remissão à experiência anterior, utilizável em qualquer tipo de contrato, enquanto a “técnica e preço” realiza seu juízo de valor sobre a capacidade técnica do licitante no curso do processo, baseando-se tão-somente na documentação apresentada, e, mesmo assim, somente pode ser aplicado a um rol muito específico de contratos, quais sejam aqueles de “serviços de natureza predominantemente intelectual especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos” (art. 46 da Lei nº 8.666/93).

RES nº 03/2005 - CN =  
CPMI - CORREIOS  
Fis: 4368

277  
Doc:

Assim, a gestão de qualidade por meio do SIFAC teria dois objetivos, um de auxílio ao administrador público e outro para seu controle. O administrador público poderia beneficiar-se dos dados do subsistema de gestão para que instruísem a valoração da “proposta mais vantajosa”. No subsistema de qualidade haveria avaliações quanto ao cumprimento dos prazos para entrega, da qualidade da assistência técnica, da durabilidade e rendimento dos produtos, eventualmente até mesmo certificações de qualidade ISO, e outros. O julgamento de qualidade será realizado pelos usuários dos bens ou serviços que, amparados em consulta estatística, responderão objetivamente a formulários nos quais será preservada a identidade daquele que o preencheu.

Igualmente, será possível beneficiar empresas com responsabilidade social, que busquem a preservação do meio ambiente, a contratação de deficientes físicos, o apoio a programas sociais, etc., fazendo com que sejam beneficiadas nas licitações em que participem, o que é impossível na atual normativa.

Tais valores constantes das bases de dados seriam multiplicados pelos pesos proporcionais conferidos a cada item pelo administrador público, em razão de sua importância para cada licitação específica e então seriam somados ao critério de preço definido no subsistema de pregão eletrônico para eleger a proposta mais vantajosa. Para as empresas novas, que ainda não possuem avaliação no subsistema de qualidade, será aplicado um artifício matemático que lhes atribuiria uma oportunidade de competição, calculando-se uma média entre os demais concorrentes enquanto a empresa não atinja suas cinco primeiras avaliações, por parte de pelo menos dois órgãos diferentes.

Para o controle da Administração Pública, o SIFAC poderia contribuir ao mostrar, por exemplo, que uma determinada empresa mal avaliada por outros órgãos seguidamente recebe aditivos contratuais, prorrogações de contrato e mesmo contratos formulados sob a modalidade de urgência, tudo vinculado a um mesmo órgão ou esfera de gestão pública.

As mudanças ora propostas devem funcionar como um estopim para uma grande reflexão e reformulação normativa, uma vez que se somam a outras iniciativas de mesmo sentido e que tramitam há muito no Congresso Nacional – apenas a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) é objeto de dezenas de proposições legislativas nas duas Casas. Somente um amplo debate sobre a reforma dos termos em que a administração se relaciona comercialmente com os particulares pode substituir definitivamente o atual formalismo por mecanismos eficientes e transparentes.

### 11.3.2 A Comissão Permanente Mista de Combate à Corrupção - CMCC

Ainda no âmbito do Poder Legislativo, estamos sugerindo a criação de uma Comissão Permanente Mista de Combate à Corrupção - CMCC, a ser composta por um Senador e um Deputado de cada Partido representado nas Casas Legislativas do Congresso Nacional, com igual número de suplentes, todos indicados pelas lideranças partidárias. Essa Comissão deverá ter, em sua estrutura administrativa, servidores com a formação acadêmica adequada e a qualificação profissional necessária para atuar em estudos,

pesquisas e elaboração de proposições, todos relacionados à luta contra a corrupção no Brasil e no mundo.

Caberá à nova Comissão, especialmente, apresentar e acompanhar as proposições legislativas necessárias e pertinentes ao aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Combate à Corrupção, tanto surgidas no Congresso Nacional quanto apontadas pelo TCU, que a ela se reportará nas questões relativas ao SNCC, à BDAQ e, de forma geral, no que diz respeito ao combate à corrupção. Também o COAF, cuja transformação em Agência Nacional de Inteligência Financeira estamos sugerindo, reportar-se-á à CMCC, de forma semelhante ao que hoje se verifica entre a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI e a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

A criação da Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção - CMCC, no entanto, encontra-se prevista no corpo do projeto de criação do Sistema Nacional de Combate à Corrupção - SNCC.

### **11.3.3 Transformação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF em Agência Nacional de Inteligência Financeira – ANIF**

Com todas as dificuldades, muitas das quais já apontadas, que o atual Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF vem enfrentando para, com sua reduzida estrutura, exercer as funções de Unidade de Inteligência Financeira – UIF do governo brasileiro, cumprindo as atribuições que lhe foram cometidas pela Lei nº 9.613, de 1998, é forçoso reconhecer que este órgão necessita de uma reformulação visceral.

Tal reformulação aponta vigorosamente no sentido de sua transformação em uma Agência Nacional de Inteligência Financeira, embora entendamos ser imperiosa a manutenção de seu vínculo com o Ministério da Fazenda. Portanto, com a transformação do COAF em Agência pretende-se tão-somente, além de conferir maior autonomia àquele órgão, dotá-lo da estrutura permanente de servidores técnicos e administrativos qualificados que, independentemente da mudança dos componentes da direção, tenham condições de manter o funcionamento adequado e ininterrupto de suas atividades, bem como a memória de sua atuação e processos de trabalho.

Com a nova estrutura, aquele órgão terá não só a estrutura necessária para o adequado exercício de suas funções institucionais, como também a independência necessária para exercê-las com a devida isenção, adquirindo a forma mais comumente adotada por entidades de semelhante natureza em outros países.

Assim, sugere-se que o COAF evolua para um formato de agência de inteligência financeira, independente e vinculada ao Ministério da Fazenda, passando a denominar-se Agência Nacional de Inteligência Financeira -ANIF. A proposição correspondente encontra-se acostada em anexo.

BOA 04/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4369</u>
279
Doc: _____

#### 11.3.4 Redução do número de cargos em comissão e de confiança no âmbito do Poder

A redução do número de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal mostra-se necessária, em parte, por seu impacto moralizador, tendo em vista que o número excessivo de cargos e funções desta natureza hoje existentes na administração pública brasileira é fator de verdadeira apropriação da administração como se patrimônio do governo fosse.

A administração pública, assim como seus cargos e funções, é patrimônio do Estado, e não deve, portanto, ser colocada à mercê dos ímpetus nepotistas e clientelistas do governo, sob pena de criar-se ambiente mais que propício para a proliferação da corrupção.

Ao contrário, é necessário investir na profissionalização dos servidores públicos, inclusive para a ocupação dos cargos em comissão em todos os níveis da administração, para permitir que a máquina do Estado esteja em constante funcionamento, com qualidade técnica sempre crescente.

Nesse sentido, é importante salientar a recente iniciativa do Presidente da República em disciplinar a ocupação dos cargos em comissão e das funções de confiança do Poder Executivo Federal, instrumentalizada no Decreto 5.497, de 21 de julho de 2005, que representa, de maneira inequívoca, a valorização do servidor público e a redução da margem para ocupação indevida dos cargos e funções públicos. Medidas como esta, coadunam-se com os esforços de profissionalização serviço público.

Entretanto, percebemos que é necessário caminhar ainda mais nesse sentido, pois o Poder Executivo concentra uma quantidade enorme de cargos em comissão e funções de confiança e possui uma estrutura muitíssimo complexa, tornando extremamente difícil o controle e a fiscalização da proliferação dos cargos e funções desta natureza, especialmente em sua administração indireta.

#### 11.3.5 Criação de Câmaras e Varas Judiciárias específicas para julgar crimes contra a administração pública

Uma das necessidades apontadas ao longo do extenso trabalho realizado pela CPMI dos Correios é a de criação de Varas e Câmaras na Justiça Federal com competência exclusiva e especial para o julgamento dos crimes contra a Administração Pública, contra o sistema financeiro nacional, de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos ou valores, bem como das ações de improbidade administrativa.

Acreditamos que a medida contribuirá sobremaneira para que a repressão à corrupção se torne mais eficiente e eficaz, de modo a incrementar a constante e necessária moralização da Administração Pública.

No âmbito de sua competência, poderão os Tribunais Regionais Federais ministrar cursos oficiais ou firmar convênios a fim de permitir a especialização dos desembargadores

e juizes federais integrantes das respectivas câmaras e varas, permitindo-lhes o acesso a todo e qualquer arsenal técnico necessário para o exame das questões que lhes serão submetidas, propiciando-lhes, enfim, a capacitação necessária ao exercício de tão especializada judicatura.

No tocante à criação das varas judiciárias, há de se ter em relevo que a medida, além de possibilitar o exame dessas causas por um juiz federal especializado na matéria, permitirá que as questões ligadas diretamente às investigações realizadas pela Polícia Federal, bem como às requisições feitas pelo Ministério Público e outros órgãos sejam decididas com mais agilidade e prontamente atendidas. Processar-se-á com mais rapidez os pedidos de prisão, as busca e apreensões, as quebra de sigilo, as escutas telefônicas e outros atos judiciais relevantes.

É de se atentar, quanto ao ponto, que, nos termos do art. 96, I, "a", da Constituição Federal, compete privativamente aos tribunais elaborar seus regimentos internos, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais. Assinale-se também que o art. 96, I, "d", dessa Carta dispõe competir privativamente aos tribunais propor a criação de novas varas judiciárias.

Observe-se, ainda, que ao Conselho da Justiça Federal, órgão que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça, cabe a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, conforme dispõe o art. 105, parágrafo único, II, da Constituição.

Diante desses preceitos constitucionais, a fim de concretizar a referida medida legislativa, esta CPMI, além da apresentação de proposta de emenda à Constituição, apresentará indicações aos Presidentes do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, sugerindo-lhes que proponham as devidas modificações na legislação, exercendo, dessa forma e sobretudo, o seu papel constitucional para a prevenção e repressão da corrupção no País.

#### 11.4 Alterações da legislação

Depois de examinada a estrutura das entidades brasileiras envolvidas com o combate à corrupção, era necessário revisar o arsenal legal de que poderiam dispor para atuar em todas as fases, desde a prevenção até a punição.

Neste ponto também as audiências públicas foram de grande valia, haja vista que diversos palestrantes ofereceram sugestões pontuais e pertinentes, cada um com relação à sua área de atuação. Os estudos desenvolvidos por esta Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, de forma semelhante, apontaram a necessidade de modernização da legislação, que identificou mudanças a serem efetuadas na Constituição Federal, passando por toda a legislação infraconstitucional e chegando aos normativos internos do Poder Legislativo.

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: <u>4370</u>
281
Doc: _____

Assim, apresentamos primeiramente as propostas de emenda à Constituição, passando em seguida para os projetos de lei complementar, aos projetos de lei ordinária e os projetos de resolução.

#### 11.4.1 Propostas de Emenda à Constituição

##### **11.4.1.1 Inclusão dos dirigentes de entidades da administração indireta entre os sujeitos passíveis de convocação, pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados ou por qualquer de suas Comissões, para prestar informações**

Do ponto de vista do combate à corrupção, a primeira alteração do texto constitucional sugerida é a inclusão, entre os sujeitos passíveis de convocação, para prestar informações, dos dirigentes de entidades da administração indireta.

De acordo com o texto original, poderiam ser convocados apenas os Ministros de Estado e titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Isto, porém, não faz sentido, haja vista a distância por vezes existente entre a especificidade das informações solicitadas pelo Poder Legislativo e aquelas de conhecimento direto do Ministro de Estado com relação à administração, por exemplo, de uma empresa pública vinculada à sua Pasta.

Além disso, se como dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, compete exclusivamente ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, é de se esperar que qualquer dirigente de órgão ou entidade da administração direta e indireta possa ser convocado pelo Poder Legislativo para prestar informações relativas à entidade sob sua administração.

Ademais, como diz o ditado popular, “quem pode mais pode menos”. Portanto, o legislador constitucional certamente não teve o intuito de restringir, mas tão-somente de simplificar o acesso às informações. Não obstante, com o crescimento da máquina administrativa e com a necessidade cada vez maior de controle e fiscalização, especialmente sobre as entidades da administração indireta, faz-se mister seja alterada a Constituição para facilitar o acesso dos representantes do povo às informações relativas à administração pública brasileira.

#### **11.4.1.2 Divulgação, via internet, do currículo e agenda dos agentes políticos e ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, para conferir mais transparência à administração pública**

Uma das maiores dificuldades que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios teve para verificar indícios relacionados às investigações efetuadas, tanto nos Correios quanto nos mais diversos órgãos e entidades do Poder Executivo, foi a falta de uma agenda organizada, ou mesmo sua total inexistência, dos ocupantes de cargos dos escalões mais altos.

Não faz sentido, a nosso ver, não haver divulgação destes dados, tendo em vista que é dever do Estado garantir a transparência dos atos de seus agentes, em especial aqueles que se encontram em cargos de poder, incumbidos de tomar decisões.

De forma idêntica, os ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, indicados, via de regra, pelos agentes políticos e ocupantes de cargos da alta administração, devem ter, além de suas agendas, também os currículos divulgados na Internet, para permitir um controle público tanto de seus atos quanto da adequada nomeação, que deve considerar as atribuições do cargo em relação ao nível de formação acadêmica e qualificação profissional do ocupante.

#### **11.4.1.3 Definição, em sede constitucional, da aplicabilidade da lei que regula os atos de improbidade administrativa**

Embora nosso entendimento seja de que não há dúvidas quanto à aplicabilidade da lei de improbidade administrativa a todos os agentes públicos, inclusive os agentes políticos, têm surgido controvérsias com relação à matéria, tendo sido inclusive encaminhada Reclamação ao Supremo Tribunal Federal para evitar sua aplicação a todos aqueles que estão sujeitos ao processo por crime de responsabilidade.

Ao analisar a questão, do ponto de vista constitucional, não vislumbramos qualquer vestígio indicativo de que a aplicação de um dos processos elimine a possibilidade de responsabilização no outro.

Porém, surgida a controvérsia, nada mais nos resta a fazer senão, em nome da probidade na administração pública brasileira, apresentar proposta de emenda à Constituição que venha a sanar a dúvida, tornando o texto do § 4º do art. 37 explícito o suficiente.

Ademais, a previsão de punições pelo desvio de recursos públicos, sempre estabelecida com base em critérios de justiça, só irá alcançar os agentes públicos corruptos, nenhuma preocupação representando para aqueles que velam pela probidade no serviço público.

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: <u>4371</u>
Doc:

## 11.4.2 Projetos de Lei Complementar

### 11.4.2.1 Limitação das despesas com publicidade

Ao longo dos trabalhos de investigação da CPMI dos Correios, foi-se tornando evidente uma considerável migração do foco da corrupção, das licitações de obras públicas, quando surgiram escândalos como o do Tribunal Regional de São Paulo – TRT-SP, para as licitações de serviços, em especial de campanhas publicitárias, cujo controle é certamente mais difícil devido à grande parcela de subjetividade envolvida. Parte disto, sem dúvida, deve-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle das licitações de obras públicas.

Observado isto, resta-nos impor limites legais que impeçam ou, no mínimo, dificultem, da mesma forma como ocorreu com relação às obras públicas, os abusos que hoje ocorrem nas licitações de serviços de publicidade, parte deles referentes a gastos excessivos em campanhas publicitárias caras e, muitas vezes, até desnecessárias. Para tanto, apresentamos um projeto de lei complementar que visa regular disposições já contidas no art. 37 da Constituição Federal, utilizando-se, porém, da mesma premissa utilizada para criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, qual seja o art. 163, inciso I, da Carta Magna.

Em vista deste cenário, optamos por estabelecer limites plenamente capazes de atender às necessidades de campanhas educacionais, de informação e de orientação social necessárias à população, diferenciados nas três esferas de governo. Cuidamos, ainda, de excluir do limite estabelecido a publicidade de caráter obrigatório, seja por imposição legal ou para a validade de atos administrativos.

Por estas razões elaboramos projeto de lei complementar limitando, na Lei de Responsabilidade Fiscal, as referidas despesas.

### 11.4.2.2 Fiscalização dos fundos de previdência complementar

Os planos de benefícios da previdência complementar em nosso país acumulam ativos garantidores dos benefícios da ordem de R\$ 400 bilhões, abrangendo um universo de aproximadamente 14 milhões de brasileiros. E está em franco desenvolvimento, fazendo com que seja necessária a implementação de mecanismos cada vez mais eficientes de fiscalização.

Este Relatório traz projeto de lei complementar elaborado a partir do minucioso trabalho desenvolvido pela Sub-Comissão de Fundos de Pensão, a cargo do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. O projeto ora apresentado visa a dotar os órgãos fiscalizadores da previdência complementar da prerrogativa de também investigar

diretamente as operações financeiras realizadas com os recursos dos planos de benefícios, assim como hoje ocorre em relação ao Banco Central do Brasil e à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito das entidades que compõem o sistema financeiro nacional.

Tal proposta impede, por um lado, que os administradores dos recursos dos planos de benefícios possam se opor à fiscalização dos órgãos de fiscalização da previdência complementar alegando sigilo e, por outro, que tais órgãos possam firmar convênios com o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários para realizar investigações em conjunto. Também fica garantido o necessário intercâmbio entre os respectivos órgãos fiscalizadores.

É de se ressaltar que todos os demais dispositivos da Lei Complementar nº 105/01 ficam mantidos na íntegra, dentre os quais o dever da manutenção do necessário sigilo pelos agentes públicos que tenham acesso aos dados, como já ocorre hoje, sob pena de responsabilização civil e criminal. Trata-se da garantia de que o direito fundamental à preservação da intimidade não seja ferido.

Entendemos que dotar os órgãos federais responsáveis pela fiscalização e regulação da previdência complementar de tais prerrogativas é implementar fator de maior segurança para todo o sistema, que terá a seu dispor mecanismos mais ágeis e eficazes de atuação.

Por fim, gostaríamos de registrar que uma transformação mais profunda e definitiva no que tange à transparência e ao controle das operações dos fundos de pensão só seria possível com a retomada da proposta de criação da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em substituição à atual Secretaria de Previdência Complementar. A criação da PREVIC foi abortada com o insucesso, no Congresso Nacional, da aprovação da Medida Provisória nº 233 de 2004. Contudo, mais do que nunca, após os trabalhos desta CPMI demonstra-se imprescindível a criação de uma estrutura autônoma financeira e administrativamente, dotada de todos os recursos necessários para o acompanhamento e supervisão das atividades dos fundos de pensão. Assim, incluímos abaixo, entre as indicações ao Poder Executivo, a necessidade de novo Projeto de Lei que reinstituía a proposta.

#### 11.4.3 Projetos de Lei

##### 11.4.3.1 Revisão e atualização da Lei de Lavagem de Dinheiro

Em 20 de dezembro de 1988, o Brasil assina a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas (conhecida como "Convenção de Viena de 1988"), aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 162, de 14 de junho de 1991, e o Decreto nº 154, de 26 de Junho de 1991. Como um dos efeitos dessa convenção, em 03 de março de 1998, foi sancionada a Lei nº 9.613, que tipificou o crime de "lavagem" ou ocultação de bens direitos e valores no

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 4372
Doc:

ordenamento jurídico do País e criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Várias são as propostas de alteração da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998. Na Câmara dos Deputados tramitam mais de oito proposições (entre principais e apensas) e existem outras seis no Senado Federal.

Diante desse quadro, incorporamos como proposta desta CPMI o Anteprojeto de Lei de reforma da Lei de Lavagem de Dinheiro elaborado pelo Ministério da Justiça, que já foi objeto de longo período de consulta pública e que está em consonância com muitas das demandas contidas nas proposições em tramitação no Congresso Nacional. São evidentes os avanços contidos no Anteprojeto.

A primeira delas, alvo da maior parte dos projetos que estão no Poder Legislativo, é a inclusão de mais crimes como antecedentes para a configuração do crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores. A questão do denominado “crime antecedente” demonstrou-se ainda mais relevante no momento em que começaram a ser feitas as oitivas da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção.

Outra mudança implementada é a reestruturação do tratamento dado aos bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito de infração penal objeto de medidas assecuratórias decretadas pelo judiciário. Com a alteração proposta passará a ser possível a utilização dos bens pelo Estado, no combate ao crime ou em ações voltadas à sua prevenção.

Também há a inclusão de novas pessoas obrigadas a manter registro de clientes e de informar operações suspeitas.

Outra inovação da proposição (PL) é a comunicação prévia das transferências internacionais e dos saques em espécie realizados em instituições financeiras. Ficará a cargo do Banco Central do Brasil o estabelecimento dos termos, limites, prazos e condições para a comunicação. Será, ainda, possível dispensá-la nos casos em que o perfil do cliente ou a justificativa apresentada assim o permitam.

Foi proposta, ainda, a majoração da multa máxima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

#### **11.4.3.2 Alteração da Lei de Improbidade Administrativa**

Esta CPMI constatou, ao longo de seus trabalhos, a necessidade de alteração de dispositivos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a fim de incrementar os mecanismos legais de combate aos atos de improbidade administrativa e facilitar a sua apuração e julgamento.

Por meio dos trabalhos realizados pela CPMI, apurou-se que quantia considerável de recursos objeto das investigações originaram-se de contratos de publicidade firmados pelo Poder Público. É inegável que muitos desses contratos são rotineiramente firmados em contrariedade à norma constante do art. 37, §1.º, da Constituição Federal, que estabelece: *“a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”*.

Além de serem assinados com o propósito escuso de promoção pessoal de agentes públicos, muitos contratos são firmados em manifesto desvio de finalidade.

Outros, aparentemente, não ofendem as regras acima citadas. Contudo, são assinados com o objetivo de privilegiar particulares, destinatários de enormes quantias que envolvem tais contratações, que terminam por repassá-las a outros, a exemplo dos fatos apurados pela presente CPMI.

De modo a coibir essa prática, propomos a inserção das condutas de celebrar ou autorizar a celebração de contrato de publicidade em desacordo com o disposto no art. 37, §1.º, da Magna Carta, para fim autorizado por lei ou com desvio de finalidade como ato de improbidade administrativa previsto expressamente na Lei 8.429, de 1992.

Também sugerimos a inserção da conduta de utilização de recursos públicos para a produção ou difusão de publicidade que contenha nomes, símbolos, mensagens ou quaisquer sinais que caracterizem promoção pessoal ou agradecimento pela realização de obras e serviços públicos.

Propomos o agravamento das sanções para os atos de improbidade administrativa para cada uma das modalidades previstas nos arts. 9, 10 e 11 da Lei. A modificação abrange tanto o tempo de suspensão dos direitos políticos quanto o valor a ser arbitrado a título de multa civil e o tempo de proibição para contratação ou recepção de benefícios ou incentivos do Poder Público.

Acreditamos que os períodos e os valores ora em vigor afiguram-se desproporcionais e ineficazes para a repressão de tão repudiáveis práticas, que crescem a cada dia e adquirem grau de complexidade cada vez maior. Também formulamos alteração no sentido de obrigar o agente público a atualizar e entregar a sua declaração de bens nos três anos subseqüentes à data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função, de modo a intensificar a fiscalização sobre esse agente e coibir a prática de atos de improbidade administrativa nesse período.

Outra alteração proposta é a dilatação do prazo para a propositura da ação principal após a efetivação de medida cautelar, que atualmente é de trinta dias, bem como a inclusão dos Partidos Políticos como possíveis proponentes da ação.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls.: 4373
Doc:

Há de se observar que o prazo é extremamente curto, se considerarmos o volume de trabalho do Ministério Público e a complexidade que as investigações desses atos envolvem. A idéia é ampliar o prazo para a propositura da ação principal, sem deixar de garantir à pessoa que teve bens, direitos ou valores de sua propriedade sujeitos a medidas assecuratórias a brevidade desse procedimento cautelar.

Outra necessidade que se mostra é a alteração da pena prevista na Lei para o crime de representação por ato de improbidade administrativa quando o autor da denúncia sabe da inocência do denunciado.

Atualmente a pena cominada é de detenção de seis a dez meses e multa. Há de se assinalar, contudo, que essa conduta é equivalente ao tipo previsto no art. 339 do Código Penal, que tipifica a conduta de *“dar causa à instauração de investigação policial, processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente”*, cuja pena é de reclusão, de dois a oito anos, e multa. Por se tratar de condutas similares e que tutelam o mesmo bem jurídico, as penas hão de ser as mesmas, motivo pelo qual se propõe a alteração do art. 19 da Lei.

Por fim, também propomos a alteração dos prazos de prescrição das ações para apuração dos atos previstos na Lei de Improbidade Administrativa.

É de se assinalar que as autoridades policiais e o Ministério Público se deparam com um volume de trabalho cada vez maior a envolver o tema da lavagem de dinheiro e crimes antecedentes correlatos.

Contudo, inúmeras restrições como o quadro restrito de servidores tecnicamente habilitados para as investigações e a complexidade da atividade delitiva dificultam a realização de um trabalho de qualidade que consiga atender às demandas da sociedade.

Considerando que o prazo de cinco anos ainda assegura a impunidade de muitos agentes públicos que causam prejuízos ao erário, propõe-se a dilação dos prazos prescricionais, a fim de garantir a apuração desses atos e a efetiva punição dos culpados.

Em razão da importância e necessidade de implementação das medidas legislativas aqui constantes, esta CPMI apresenta projeto de lei para promover as citadas alterações na Lei n.º 8.429, de 1992.

### **11.4.3.3 Redução da discricionariedade nas licitações**

Segundo a Lei nº 8.666/93, as obras serão licitadas quando já houver projeto básico aprovado e disponível para exame pelos interessados. A própria lei define projeto básico como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, os quais assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do

impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

Os dispositivos deixam claro que o projeto básico da obra não é uma exigência formal, mas uma imposição da própria sistemática de licitação e contratação, pois é ele que retrata a necessidade da administração, e é a partir dos dados dele constantes que se não dimensionados os recursos necessários - materiais, equipamentos, serviços, mão de obra etc., bem como estabelecidos os prazos e preços. Assim, o projeto básico é o parâmetro da aferição da necessidade, da dimensão e do custo da obra.

Nesse sentido é fácil perceber que quaisquer falhas existentes no projeto básico conduzem a uma desvinculação das reais necessidades da administração. Por isso, segundo o Tribunal de Contas da União, muitas irregularidades têm sido verificadas em virtude de projeto básico inepto, ocasionando perdas financeiras e sociais com os atrasos na execução das obras.

Assim, um projeto básico: baseado em levantamento desatualizado conduzirá a uma obra que não atenda às exigências atuais da administração; com especificações excessivamente genéricas conduzirá a um orçamento com estimativas de quantitativos de materiais, equipamentos e recursos humanos pouco acuradas e dificilmente coincidentes com as efetivas necessidades; pouco detalhado ou aprofundado provocará alterações na etapa de execução, o que pode alterar significativamente as estimativas do prazo e custos inicialmente estabelecidos.

Um projeto básico mal elaborado, nem sempre de boa-fé, resulta em um inadequado orçamento da obra e, por conseqüência, em licitação e contrato dissonante da realidade. Tal situação possibilita e, muitas vezes, impõe, posteriores alterações contratuais, em regra, em prejuízo da Administração e da sociedade.

O projeto executivo, por conter detalhadamente todas as especificações de serviços, materiais e processos construtivos, pode reduzir significativamente a ocorrência desses problemas, sobretudo em obras de grande vulto, já definidas no texto da lei.

Em face do detalhamento a elaboração de um projeto executivo é mais onerosa e mais demorada que a de um projeto básico, mas para obras de maior vulto tais ônus podem ser relevados.

Objetivando reduzir a ocorrência desses problemas sugerimos que seja exigida, para a licitação de obras de grande vulto, a aprovação anterior do projeto executivo, em lugar do projeto básico.

Além disso, há de se convir que a lei foi muito permissiva ao não restringir a participação, na execução dos contratos, de agentes públicos que já atuaram no respectivo processo licitatório. O excesso de discricionariedade é flagrante, haja vista que o mesmo servidor pode atuar em todo o processo, desde a elaboração do edital até a fiscalização da execução do contrato e recebimento do objeto. Com isto, abre-se espaço para o surgimento da improbidade nas licitações.

RQS nº 03/2005 - CN:
CPMI - CORREIOS
Fls: 4374
Doc:

Por fim, é também de se estranhar que a lei não tenha previsto a possibilidade de as cortes de contas, que efetuam a fiscalização e controle dos processos licitatórios, declararem a inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública, daqueles que não executam, total ou parcialmente, os contratos firmados. A nosso ver, o órgão fiscalizador deve ter à sua disposição instrumentos de punição, até mesmo porque, a continuar como hoje previsto, o poder de declarar a inidoneidade encontra-se apenas na competência do agente político do Poder Executivo a que o contrato está vinculado e, como sabemos, o controle é tão mais eficiente quantos forem os envolvidos em sua aplicação. Assim, para reduzir a discricionariedade dos referidos agentes com relação aos processos de licitação e contratação na Administração Pública, sugerimos também modificação do parágrafo terceiro do art. 87 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

#### **11.4.3.4 Ampliação do âmbito de aplicação do pregão eletrônico, licitação por “proposta mais vantajosa” e melhoria dos instrumentos de controle**

A legislação e o sistema eletrônico de pregão eletrônico brasileiro é um dos mais avançados do mundo. No entanto, necessita ter seu escopo de aplicação ampliado, bem como carece que algumas melhorias lhe sejam acrescidas, limitando os espaços para corrupção que se encontram hoje abertos justamente em virtude do ainda estreito rol de aplicação do pregão eletrônico.

Inicialmente, é necessário acabar com o conceito de bens ou serviços “comuns”, abrindo o pregão para licitar qualquer tipo de bens ou serviços. Na hipótese de ser necessária uma etapa de qualificação técnica, e quando as informações existentes no sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos - SIFAC, fruto de outra proposição legislativa desta CPMI, não supram as necessidades da Administração, tal avaliação poderá ser feita antecipadamente, e a pontuação das licitantes já aplicada a uma equação matemática que, atribuindo-se os valores dos preços oferecidos no leilão às variáveis adequadas, retornará, em tempo real, o valor da média ponderada de pontos que levará à escolha do licitante vencedor.

A imposição feita pela normativa brasileira de comprar pelo menor preço freqüentemente faz com que o administrador público compre mal. Computadores, material de escritório, contratação de serviços terceirizados, entre outros, são freqüentemente adquiridos de fornecedores de segunda linha, rotineiramente impedindo que a Administração Pública funcione a contento.

Para solucionar tais problemas, o administrador costuma seguir por um de três caminhos: ou enxerta no edital de cláusulas que restrinjam a competitividade do certame, de modo a comprar um produto melhor (e que enseja anulação pelo Judiciário, causando a lentidão do processo e por vezes a responsabilização do administrador), fraciona o contrato em quantidades menores de modo a permitir-se a compra direta ou dirigida por convite, ou ainda dispensa a licitação sob o argumento de urgência.

Todas essas soluções fazem com que o administrador fuja ao que seria uma concepção mais moderna a respeito do funcionamento do Estado, perca o tempo no manejo da atividade-meio, ao passo que perde o foco na atividade-fim do Estado.

Pensando nisso, propõe-se a criação de um novo critério de julgamento das propostas dos licitantes, batizado de “oferta mais vantajosa”. Esse critério, consagrado recentemente pela normativa da União Européia e integrante há décadas da normativa americana, permite ao órgão licitante adicionar um juízo de qualidade baseado em experiências anteriores com aquele mesmo fornecedor.

Esse critério diferencia-se da licitação de “técnica e preço”, uma vez que na idéia de proposta mais vantajosa está a remissão à experiência anterior, utilizável em qualquer tipo de contrato, enquanto a “técnica e preço” realiza seu juízo de valor sobre a capacidade técnica do licitante no curso do processo, baseando-se tão-somente na documentação apresentada, e, mesmo assim, somente pode ser aplicado a um rol muito específico de contratos, quais sejam aqueles de “serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos” (art. 46 da Lei nº 8.666/93).

Com o novo tipo de licitação, o administrador público poderia beneficiar-se das experiências na execução de contratos anteriores para que instruísem a valoração da “proposta mais vantajosa”, quanto ao cumprimento dos prazos para entrega, da qualidade da assistência técnica, da durabilidade e rendimento dos produtos, eventualmente até mesmo certificações de qualidade ISO, e outros. O julgamento de qualidade poderá ser realizado por técnicos ou pelos usuários dos bens ou serviços que, amparados em consulta estatística, responderão objetivamente a formulários nos quais será preservada a identidade daquele que o preencheu.

Igualmente, será possível beneficiar empresas com responsabilidade social, que busquem a preservação do meio ambiente, a contratação de deficientes físicos, o apoio a programas sociais, etc., fazendo com que sejam beneficiadas nas licitações em que participem, o que é impossível na atual normativa.

Tais avaliações, que poderiam ser armazenadas nas bases de dados do SIFAC ou em outros sistemas construídos para esse fim, seriam multiplicados pelos pesos proporcionais conferidos a cada item pelo administrador público, em razão de sua importância para cada licitação específica e então seriam somados ao critério de preço definido no subsistema de pregão eletrônico para eleger a proposta mais vantajosa. Para as empresas novas, que ainda não possuam avaliação no subsistema de qualidade, será aplicado um artifício matemático que lhes atribuiria uma oportunidade de competição, calculando-se uma média entre os demais concorrentes enquanto a empresa não atinja suas cinco primeiras avaliações, por parte de pelo menos dois órgãos diferentes.

Ainda, para fins de diminuir drasticamente a dispensa de licitação por urgência, fruto de inúmeros relatos de favorecimento ilegal de empresas ligadas a governantes, cria-se um pregão de urgência, com prazos ainda mais reduzidos e com envio de convite

RQS nº 03/2006 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 4375
Doc:

eletrônico aos licitantes cadastrados, dispensando a publicação em Diário Oficial dos atos e reduzir o tempo necessário para contratação em casos prementes para a Administração.

A dispensa de licitação por urgência passa a ser admissível apenas quando a autoridade afirmar, em despacho fundamentado, que a contratação necessariamente deverá dar-se em menos de 48h, hipótese em que o controle judicial seria muito mais eficiente e objetivo do que apreciar o que é, abstratamente, “urgente”.

Por fim, são propostas modificações à Lei nº 8.666, de 1993, a fim de limitar ainda mais eventuais “brechas” para fugir ao controle ora proposto, multiplicando os casos em que será vedada a utilização dos institutos da dispensa e da inexigibilidade de licitação.

#### **11.4.3.5 Inclusão de normas específicas relativas a serviços de publicidade na Lei de Licitações e Contratos Administrativos**

As constantes denúncias de esquema de corrupção, alimentado por práticas ilegais de agências de publicidade, colocaram sob suspeita os processos licitatórios para contratação deste tipo de serviço, gerando desconforto tanto para o governo quanto para todo o setor publicitário.

Assim, na busca de soluções que reduzam a subjetividade e a discricionariedade que tanto dificultam o controle destes processos, solicitamos contribuições, em audiência pública, dos profissionais da área e dos agentes públicos atuantes em licitações, para elaborar uma proposta que pudesse atender os interesses da administração pública, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados.

Desta forma, adequando proposta da Associação Brasileira de Agências de Publicidade – ABAP aos ditames do direito administrativo, elaboramos projeto de lei que visa especificar, na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, normas para licitação e contratação de serviços de publicidade.

#### **11.4.3.6 Institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público**

O objetivo desta proposição é introduzir, no ordenamento jurídico brasileiro, instrumentos jurídicos capazes de fomentar a revelação de informações em prol interesse público, a fim de permitir ou facilitar a apuração de atos de improbidade administrativa e de certos ilícitos penais.

Para tanto, cria o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público, instituindo medidas para a sua proteção e compensação.

A iniciativa não é nova no direito comparado. Países como Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Estados Unidos, Coréia do Sul e Israel, dentre outros, possuem em sua legislação mecanismos para a proteção de pessoas que revelem informações dessa sorte, como atos ou omissões lesivos ao poder público e atos de corrupção em geral.

Apesar de concebido inicialmente com o objetivo de estabelecer medidas para incrementar e facilitar a descoberta e a punição de atos de corrupção, acreditamos que a contribuição deste projeto de lei não se limitará à repressão de alguns poucos ilícitos penais, mas de inúmeros e deletérios ilícitos de natureza penal e administrativa.

O projeto de lei propõe medidas que abrangem desde a proteção física, psicológica e profissional da pessoa que proceder a uma revelação de interesse público, quanto a garantia de confidencialidade das informações reveladas, a obrigatoriedade de seu compartilhamento entre autoridades públicas e a proibição de divulgação da identidade do autor da revelação.

Esses instrumentos, além de encorajar indivíduos a fazerem revelações de interesse público, visam estabelecer e disseminar a crença de que a pessoa que faz a revelação pode confiar em um sistema que lide de modo eficiente, confiável e integral com a informação revelada.

No que guarda pertinência com a proteção física e psicológica, assinala-se que a Lei n.º 9.807, de 1999, que estabelece normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, limita a proteção a essas pessoas, deixando de lado aquele que, embora não seja vítima ou testemunha, pode e deve, por ato espontâneo e voluntário, colaborar para a elucidação de um ilícito penal.

Essa proteção há de ser estendida ao autor de uma revelação qualificada como de interesse público nos termos do projeto de lei. O autor da revelação há de ser considerado mais como uma testemunha do que como um delator. Mais valor há dado ao ato de revelar a informação de interesse público que ao estigma de ser o autor da revelação taxado como “dedo-duro”.

A proposição também dispõe sobre um regime de proteção especial contra atos de discriminação, retaliação, represália ou punição praticados pelo fato ou sob o fundamento da revelação de interesse público.

Engloba garantias específicas aos servidores públicos para incentivá-los a revelar informações de interesse público, como a inamovibilidade temporária (proibição de remoção ou redistribuição de ofício), a possibilidade de modificação de lotação, caso seja necessário para assegurar a sua integridade física e o exercício de suas funções, e a imunidade contra penalidades fundadas no ato da revelação.

Direitos especiais são assegurados tanto ao servidor público efetivo quanto ao ocupante de cargo ou função de confiança para fornecer lhes o ambiente propício à



revelação. Ao empregado pelo regime da CLT também é garantida proteção contra a dispensa motivada pela revelação de informações de interesse público.

Com a medida, impediremos que arbitrariedades dessa sorte sejam cometidas contra as pessoas que fizerem as revelações, em especial contra servidores públicos.

Sobreleve-se que a eficácia de um sistema que incentive a realização de revelações de interesse público depende da proteção do autor em razão da revelação apresentada.

A fim de que as pessoas se sintam seguras para fazer revelações relativas a agentes públicos ou contra seus próprios empregadores, elas precisam ter certeza de que não sofrerão qualquer espécie de represália.

Ademais, se não houver a devida repressão aos atos de represália contra o autor da revelação, o sistema de proteção às revelações de interesse público perde legitimidade.

O projeto também estabelece medidas para a compensação pecuniária das pessoas que, por força das revelações que apresentarem, permitirem a localização e recuperação de bens, direitos e valores fruto de enriquecimento ilícito, o ressarcimento do dano na hipótese de lesão ao patrimônio público e ou a recuperação do produto de infração penal ou do proveito auferido com sua prática.

No que guarda pertinência com tal sistemática, assinala-se que a inserção da medida ao ordenamento brasileiro equipará o Brasil a países como o Canadá, a Coréia do Sul, e os Estados Unidos, onde medidas semelhantes já foram adotadas e mostraram-se eficazes no combate a ilícitos e irregularidades.

Nesse particular, a lei estabelece tanto o procedimento para a obtenção das compensações quanto a forma de seu custeio. Trata-se de medida que, além de não trazer qualquer ônus ao Poder Público, estimulará a restauração do patrimônio público lesado.

Por todo o exposto, a Comissão Parlamentar Mista dos Correios apresenta este projeto de lei como fruto de seu extenso trabalho, clamando pelo apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

#### 11.4.4 Indicações

##### **11.4.4.1 Redução do valor-limite para que operações financeiras sejam informadas automaticamente ao COAF**

As pessoas referidas no artigo 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, são obrigadas a informar as operações cujos valores ultrapassem os limites fixados pela autoridade competente pela sua supervisão ou regulação. Essa determinação está consignada na alínea “a” do inciso I do art. 11.

Atualmente, mencionado limite encontra-se fixado em cem mil reais para algumas das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, enquanto para as empresas de fomento comercial (*factorings*) tal montante é de cinquenta mil reais, atribuído por meio da Resolução nº 13, de 30 de setembro de 2005, do COAF.

No decorrer dos trabalhos desta Sub-Relatoria, foi verificada a necessidade de redução no valor limite das instituições sob a regulação do Banco Central, diminuindo citado montante para cinquenta mil reais.

Adicionalmente, dado que esta Sub-Relatoria verificou a inexistência de fixação de valor para as demais pessoas descritas no referido artigo 9º da Lei nº 9.613, de 1998, tal sugestão também será feita ao Poder Executivo.

#### **11.4.4.2 Aperfeiçoamento de normas relativas a licitações e contratos de publicidade**

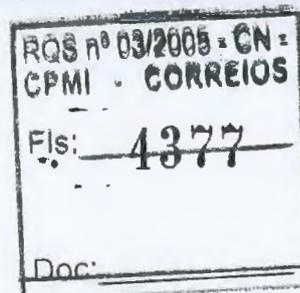
No transcurso dos trabalhos da CPMI dos Correios, diversas foram as sugestões oferecidas para modificação dos procedimentos relativos à licitação e contratação, pela Administração Pública Federal direta e indireta, de serviços de publicidade.

De forma idêntica, os estudos realizados por esta Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção apontaram no sentido da necessidade de modificação das normas específicas relacionadas às licitações na área de publicidade, tendo a Associação Brasileira de Agências de Publicidade – ABAP, em um esforço no sentido de preservação da ética na área de publicidade, oferecido diversas sugestões que julgamos pertinentes e às quais aderimos.

Assim, optamos pelo envio de Indicação ao Poder Executivo sugerindo a adoção dos procedimentos descritos na proposição anexa ao presente relatório para a realização das licitações e execução dos contratos de serviços de publicidade no âmbito daquele Poder.

#### **11.4.4.3 Criação da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar**

Conforme já alertado acima, dentre o conjunto de medidas essenciais ao aperfeiçoamento do acompanhamento das atividades dos fundos de pensão e à ampliação do controle social sobre tais organizações, julgamos essencial a retomada da proposta de criação da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, já apresentada pelo Presidente da República por ocasião da edição da Medida Provisória 233, de 2004.



Desta feita, indicamos ao Poder Executivo o envio de nova proposição nesse sentido.

#### 11.4.5 Projetos de Resolução

##### **11.4.5.1 Projeto de Resolução do Congresso Nacional**

Durante o desenvolvimento dos trabalhos da CPMI dos Correios, ou seja, desde sua criação até a elaboração do relatório final, observamos que além da falta de estrutura administrativa, também a ausência de normas objetivas e específicas sobre determinados procedimentos atrasa e dificulta a ação do órgão, bem como a tomada de decisão por parte de seus membros, especialmente o Presidente e o Relator.

Isso posto, entendemos que seria necessário incluir, no texto do Regimento Comum - Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 1970, normas que tratassem especificamente do funcionamento das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito, visando dotá-las de meios para agilizar e simplificar seus trabalhos, tornando sua ação mais precisa e tempestiva.

Por estas razões é que optamos pela apresentação de um projeto de resolução do Congresso Nacional, incluído entre os anexos do presente relatório.

##### **11.4.5.2 Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados**

De forma semelhante ao que ocorre no Regimento Comum do Congresso Nacional com relação às Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito, também o Regimento Interno da Câmara dos Deputados carece de atualização no que diz respeito à normatização do trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito, muito embora as alterações, nesse caso, sejam bem menores, tendo em vista que o Regimento desta Casa já conta com diversos dispositivos acerca do tema.

De qualquer modo, é necessária uma modernização no sentido de simplificar e agilizar procedimentos, visando a uma atuação mais precisa e tempestiva daqueles órgãos, motivo pelo qual apresentamos também, anexo a este relatório, projeto de resolução dispondo sobre a matéria.

#### 11.5 Apoio a proposições legislativas já em curso

Entendemos ainda necessário conclamar o Congresso Nacional à aprovação de alguns projetos de lei de relevante impacto para o controle da corrupção no Brasil. Como já se encontram apresentados e em fase de tramitação avançada, julgamos dispensável

reapresentá-los, mesmo porque isso poderia implicar no sobrestamento involuntário das proposições já em curso.

O primeiro e mais relevante ponto é a conclusão da tão esperada Reforma Política. Grande parte dos fatos que foram objeto desta CPMI somente ocorreram em razão de algumas lacunas e fragilidades do nosso Sistema Política. É preciso enfrentar definitivamente os debates acerca do financiamento das campanhas eleitorais, do fortalecimento dos partidos políticos, da fidelidade partidária e da ampliação do *accountability* dos processos políticos brasileiros. Assim, destacamos a necessidade de aprovação urgente do conjunto de projetos que institui a Reforma Política.

Outras proposições mostram-se essenciais para implementar uma nova regulamentação quanto ao financiamento de campanhas eleitorais, o combate à corrupção além de contribuir para a transparência dos gastos públicos, dentre outras questões importantes. Assim, reforçamos a necessidade de aprovação dos seguintes projetos:

- **Projetos de Lei do Senado de números 389, 390, 391 e 392, todos de 2005**, apresentados pelo Senador Renan Calheiros a partir de sugestões encaminhadas por S.Exa. o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso;
- **o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado no 275, de 2005**, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, apresenta importantes modificações na legislação eleitoral que devem ser implementadas para coibir a repetição das condutas apuradas nesta CPMI;
- **Projeto de Lei do Senado - Complementar nº175 / 2003**, que altera o artigo 1º, inciso I, alínea g da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente. A autoria é do Senador Eduardo Suplicy;

Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 105 / 1999, que dispõe sobre a apuração de indícios de despesas não autorizadas, conforme prescrito no art. 72 da Constituição Federal. A autora é a Senadora Marina Silva;

Proposta de Emenda à Constituição nº 1/ 2001, que determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais. Esta PEC já foi aprovada no Senado e agora tramita na Câmara dos Deputados. O primeiro signatário é o Senador Roberto Saturnino.

Dessa forma, buscamos complementar as reformas legislativas que aqui são propostas, constituindo um novo quadro normativo no país menos suscetível à ocorrência da corrupção e mais propenso à persecução dos delitos que eventualmente aconteçam, através de institutos de investigação, inclusive parlamentar, aperfeiçoados.

RQS nº 03/2005 - CN = CPMI - CORREIOS
Fis: <u>4378</u>
Doc: _____

297

## 11.6 Conclusões

Definir a forma de combater a corrupção em um país de dimensões continentais e diversidade social, econômica, cultural e educacional como o Brasil não é desafio dos mais simples, especialmente no breve espaço de tempo outorgado à ação de uma CPMI que, além da visão de futuro, deve se concentrar na apuração dos fatos passados.

A criação de uma Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção também já traz, em sua denominação, uma limitação funcional que não alcança a dimensão de um real projeto nacional de combate à corrupção. Para que seja efetivo e eficaz, esse projeto deve ir muito além das normas e buscar, na essência de nossas instituições, as causas e os efeitos da corrupção, para só então propor uma abordagem integrada que considere a estruturação das instituições e a adequação das normas.

Com esta visão, procuramos conhecer a corrupção nas audiências públicas, por meio daqueles que a percebem de perto, que pelejam com ela em todos os seus estádios, desde a prevenção até a punição. De posse deste saber, nossos estudos nos conduziram à proposição central deste projeto, qual seja a criação do Sistema Nacional de Combate à Corrupção.

Desta forma, adotando uma abordagem estrutural, conseguimos divisar a possibilidade de enfrentar a corrupção de maneira cabal e permanente. Para isso, contudo, é necessária a adesão de todos os setores do governo e da sociedade, pois o combate à corrupção é um projeto de Estado, não uma política de governo.

Para combater a corrupção é essencial obter e manter a confiança dos cidadãos no Estado como instituição. É preciso acreditar e fazer crer que, ainda que não consigamos erradicá-la, é possível combater e reduzir a corrupção a níveis mínimos, e que estamos empenhados nesta tarefa a cada dia que passa. Com isto poderemos obter o apoio e a participação de uma sociedade civil ativa e independente.

O governo deve incrementar os mecanismos existentes e estabelecer novos padrões de controle e transparência. Deve ser promovido o acesso do público às informações de forma mais ampla, fácil e rápida. O Poder Judiciário e o Ministério Público precisam ser fortalecidos, priorizando-se sua independência e integridade. O Executivo deve ser transparente e voltado para resultados. O Poder Legislativo, na qualidade de representante do povo, deve incrementar uma de suas atribuições institucionais e mais importantes, dentre aquelas constitucionalmente estabelecidas: fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. A sociedade, a mídia e o setor privado devem ser chamados e estimulados a participar como mecanismos de controle social. Só assim, com a concorrência de todos, construiremos um verdadeiro sistema de integridade nacional.

É preciso que implantemos, de imediato, um sistema de combate à corrupção, para que as próximas gerações não tenham que pagar o alto preço que nós hoje pagamos pelas décadas de omissão e desmando. Esse foi nosso foco na elaboração e é nosso objetivo com a implantação do Sistema Nacional de Combate à Corrupção.

Ressalte-se, por fim, que algumas matérias não puderam, dada a exigüidade de tempo, ser analisadas no âmbito da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção com o aprofundamento necessário para a elaboração de propostas legislativas. Não obstante, relacionamo-las a seguir como sugestão para elaboração de estudos e proposições no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Corrupção, cuja criação também sugerimos no presente relatório. São elas:

- Instituir mecanismo que possibilite a utilização de prova emprestada entre processos administrativos e judiciais;
- Discutir, avaliar e limitar o foro privilegiado;
- Estabelecer mecanismos para submeter os repasses de recursos públicos feitos a Organizações Não-Governamentais a processo licitatório;
- Abrir ao público acesso simplificado às informações do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI;
- Criar regras de quarentena para servidores em licença sem vencimento que ocupem cargos estratégicos;
- Estabelecer normas mais claras e objetivas quanto à contratação temporária de excepcional interesse público, visando à sua redução ao mínimo necessário.

## 12. Conclusões e Encaminhamentos

Durante todos esses meses de trabalho, em que nos debruçamos, com revigorada energia e entusiasmo, sobre os eventos que motivaram a instalação desta CPMI e diversos outros, que surgiram naturalmente como resultado de nossos trabalhos, procuramos manter a clareza de que uma comissão parlamentar de inquérito, por importante que seja, não inaugura – nem tampouco encerra – a História da investigação parlamentar no Brasil.

Em outras palavras, procuramos situar os nossos trabalhos com a necessária modéstia e visão da realidade, com consciência do momento histórico por que passa o Brasil. Evitamos superestimar, assim, a importância do labor que desenvolvíamos.

Essa mesma consciência, por outro lado, nos obrigou a perceber, desde o início, que não estávamos diante de uma CPI comum. Nossos trabalhos identificaram, a partir do fio da meada que havia sido suscitado por um fato ocorrido na Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), todo um complexo de pessoas, empresas, entidades e instituições que compunham um antigo esquema que vinha corroendo, há quase dez anos, algumas das instituições públicas mais importantes de nosso país.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4379</b>
Doc:

Discutir o financiamento de campanhas eleitorais e a política necessária à constituição e manutenção de uma base de apoio do Governo Federal no Congresso implica discutir questões essenciais ao nosso sistema político. Podemos dizer, sem falsa modéstia, que esta CPMI oferece à sociedade brasileira uma oportunidade de conhecer esse quadro, e, embora a construção das saídas legais e institucionais seja complexa e demande tempo e trabalho, temos claro que a possibilidade de um bom diagnóstico, que buscamos proporcionar, é um passo essencial para a cura dessas doenças que, historicamente, afligem o Estado e a sociedade brasileira.

Esta CPMI foi peculiar, também, pelo fato de que sua composição contribuiu para o adequado desenvolvimento de seus trabalhos. Com efeito, nem o Governo nem a oposição lograram fazer da CPMI “dos Correios” o espaço privilegiado de manobras políticas ou político-eleitorais. O equilíbrio das forças, associado à responsabilidade cívica dos integrantes da Comissão, contribuiu de maneira decisiva para a seriedade empregada em todos os seus trabalhos, fato que não passou despercebido de nossa sociedade política e tampouco, da sociedade civil, além da mídia.

A inexistência de uma maioria facciosa contribuiu para que todos nós, designados para as tarefas da Comissão, tivéssemos melhores condições de honrar nossas atribuições, sem ofender as partes envolvidas, respeitando os direitos individuais dos acusados e das testemunhas, buscando, simplesmente, a verdade dos fatos, por sobre as colorações partidárias, que são um componente natural e, mesmo essencial, à disputa política que ocorre no Parlamento.

Aos partidos políticos, aos parlamentares, à sociedade brasileira, cabe a difícil tarefa de construir soluções legais, institucionais, aos problemas que aqui apontamos. A maior parte desses problemas foi discutida com a necessária profundidade. Entretanto, em alguns outros a abordagem pode ter sido algo superficial, mas nunca ligeira, e muito menos irresponsável.

A difícil construção das saídas talvez não seja obra de uma só legislatura, nem, certamente, apenas do Congresso Nacional. A sociedade está convocada a dar sua colaboração essencial, dentro de alguns meses. Já existem, no Congresso Nacional, diversas proposições legislativas sobre reforma política, sobre financiamento de campanhas eleitorais, sobre fidelidade partidária, e, inclusive, a respeito da disciplina do próprio funcionamento de comissões parlamentares de inquérito.

O que podemos afirmar, com tranqüila segurança, é que fora da democracia e da Constituição qualquer solução será frágil e transitória. Nosso País, que sofreu tantas vezes sob regimes autoritários de variada inspiração ideológica, tem aprendido, aos poucos, a lição da democracia. No regime democrático, a solução dos problemas será lenta e difícil, mas virá. As soluções fáceis, na maioria das vezes, são os atalhos do autoritarismo e do salvacionismo.

A democracia é o caminho, o único caminho. Talvez devamos dizer, com Churchill, que é o pior dos regimes, desde que excetuados todos os demais. E certamente podemos afirmar, pela letra da Tucídides e pela voz de Péricles:

*O regime político que nós seguimos não inveja as leis de nossos vizinhos, ao contrário, servimos de modelo a alguns, ao invés de imitá-los. Seu nome, como tudo o que depende não de uns poucos mas da maioria, é democracia. Nela, enquanto no tocante às leis todos são iguais para a solução de suas divergências privadas, quando se trata de escolher (se é preciso distinguir em qualquer setor), não é o fato de pertencer a uma classe, mas o mérito, que dá acesso aos postos mais honrosos; inversamente, a pobreza não é razão para que alguém, sendo capaz de prestar serviços à cidade, seja impedido de fazê-lo pela obscuridade de sua condição.*<sup>43</sup>

Conquanto sejamos conscientes da superioridade do regime democrático, não podemos estimular expectativas desprovidas de compromisso com a realidade. É da natureza do regime democrático rejeitar soluções fáceis, ligeiras. Caminhar por atalhos é estranho a um propósito democrático sério e consistente. Por isso, escolhemos o caminho mais difícil, que é também o caminho adequado para conquistarmos uma democracia madura e sólida em seus fundamentos.

Ao discutir em sua obra *A Democracia na América* as qualidades intrínsecas ao regime democrático, no estudo de caso que fazia, o cientista social francês Alexis de Tocqueville assinalou, com propriedade:

*Os vícios e as fraquezas do governo da democracia se vêem sem dificuldade, são demonstrados por fatos patentes, ao passo que sua influência salutar se exerce de maneira insensível e, por assim dizer, oculta. Seus defeitos impressionam de saída, mas suas qualidades só se descobrem a longo prazo.*

O que aqui se diz do regime democrático pode ser dito, talvez com maior razão, a respeito do Congresso Nacional, expressão maior da democracia política. Viceja, em nosso País, um certo preconceito contra o Congresso. Esse preconceito, reconheça-se, encontra às vezes respaldo na realidade, nos aspectos negativos de nosso funcionamento. Outros, entretanto, decorrem mais do desconhecimento da forma peculiar como funcionam os trabalhos legislativos.

Reconheço que este Relatório Final excedeu, em volume, a própria expectativa que tínhamos, inicialmente, a seu respeito. Ocorre que buscamos ser fiéis ao propósito apontado em sua Introdução de nada esconder à sociedade. Escusado é dizer que, se nos alongamos, foi porque não tivemos alternativa que realizasse esse propósito. Nisso, não inovamos. O Padre Antônio Vieira, anos atrás, assim se escusava: “Perdoem se me alongo. É que não tive tempo de ser breve”.

Informo, por oportuno, que, nos termos da solicitação do Sr. Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal (Ofício nº 958/2006/Gabin-SRF, de 22 de março de 2006), esta CPMI encaminha, junto com seu Relatório Final, as informações referentes ao sigilo bancário das pessoas físicas e jurídicas aqui mencionadas àquele ente público, para que proceda, de posse desses dados, nos termos legais, às investigações cabíveis.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS Fís: - 4380 301 Doc: _____
---

Esclareço, por pertinente, que o Relatório Final da CPMI “dos Correios” contempla, em seu texto, notas e informações resultantes de quebras de sigilo bancário e fiscal formalmente aprovadas e judicialmente acatadas, nos termos legais. A íntegra dessas informações, entretanto, não faz parte dos Anexos deste Relatório, conquanto tenha sido necessária à formação de nossa convicção. Essas informações encontram-se na sala-cofre da CPMI, à disposição de todos os integrantes desta Comissão, e serão encaminhadas, nos termos legais e na forma de estilo, aos agentes políticos responsáveis.

Encaminhamos Relatório Final da CPMI “dos Correios”, resultado de nossos trabalhos, à Presidência do Senado Federal, à Presidência da Câmara dos Deputados, ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal e ao Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Encaminhamos, também, na forma regimental, o presente Relatório Final ao Procurador Geral da República, chefe do Ministério Público Federal, para que, nos termos da Lei nº 10.001, de 2000, proceda a responsabilidade civil e criminal das pessoas aqui citadas ou indiciadas.

Falo, por um momento, na primeira pessoa, para ressaltar, como parlamentar que foi honrado com a designação para o cargo de Relator, a subida honra que foi participar deste momento de nossa vida parlamentar. Pude observar, durante estes meses, a dedicação de muitos parlamentares, Senadores da República e Deputados Federais às atividades desta Comissão. Registramos o nosso reconhecimento à contribuição de todos.

Agradeço a todos e a cada um dos que colaboraram com os trabalhos desta Comissão. São inúmeras pessoas e instituições. Impossível mencionar todas. Seríamos certamente injustos com algumas. Optamos, entretanto, por citar algumas sem as quais não teríamos alcançado os resultados a que chegamos. Agradeço, como Relator-Geral, aos relatores parciais, sem cujos trabalhos este Relatório seria menos sólido, por faltar-lhe os detalhamentos essenciais à sua consistência.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Congressistas,

Peço licença, por um momento, aos Senhores e Senhoras integrantes desta CPMI, e a todos os brasileiros que atentam para este Relatório Final, para fazer um depoimento pessoal, o que considero ser um dever cívico deste Relator. Afinal, poucas vezes a cidadania voltou seus olhos para os trabalhos de uma Comissão do Congresso Nacional, como ocorre neste momento.

O Brasil vive, com a presente CPI, mais um momento histórico importante para o seu amadurecimento político. Outras CPIs marcaram, em passado recente, circunstâncias desse amadurecimento e expressaram a contribuição que o Congresso Nacional pode e deve oferecer ao fortalecimento do regime democrático no Brasil, único caminho para enfrentar e resolver os problemas de nosso País e de nosso Povo.

Em um outro momento, o Brasil acreditou em um salvador da Pátria, pensou que um líder carismático perseguidor de servidores públicos ditos privilegiados poderia ser o condutor de um processo de redenção nacional. Então, este mesmo Congresso Nacional, demonstrando sua sensibilidade aos clamores da sociedade, e sua identidade com o interesse nacional, exibiu o erro em que se incorria. Um indesejado, mas necessário processo de impeachment se impôs.

Nenhuma pessoa ou grupo ideológico, isoladamente, irá redimir a sociedade brasileira.

Temos convicção de que nós todos, integrantes desta CPMI dos Correios, nos orgulhamos de, num átimo desta Grande Nação, termos contribuído para que escrevesse parcela de sua história em que, embora revelando suas mazelas, reacendes a esperança construída sobre a confiança de que existem, sim, pessoas responsáveis e sérias, tendo por norte a supremacia do interesse público, e que não se curvaram ante os óbices que lhe foram antepostos pelos que, desacreditando na punidade, imaginaram que faríamos uma investigação improfícua.

Não, nós não riremos da honra, nem zombaremos da honestidade. O País que merecemos, que nossos filhos esperam de nós herdar, é o que passamos a desenhar com essa virada de página, evidenciando nosso inconformismo com o malbaratamento dos suados recursos de nossa sofrida gente.

Ressaltamos, na Introdução deste Relatório Final, e julgamos necessário repetir em seu momento final:

*Sem moralidade administrativa, os recursos destinados à educação são desviados, e seguiremos um País de iletrados; sem moralidade pública, os recursos destinados à saúde são malversados, e seguiremos um País doente; sem moralidade nos governos, os recursos destinados à segurança pública são corroídos pela corrupção, e seguiremos um País à mercê do crime.*

Amadurecemos com as dores da construção da democracia. Agora podemos vislumbrar, com nitidez, que o caminho é um só: democracia política, instituições fortes e o fim da impunidade.

Interessa-nos que todos os cidadãos tenham seus direitos constitucionais respeitados. Noutras palavras, interessa-nos que ninguém seja, pela obscuridade de sua condição, impedido de oferecer sua contribuição à cidade, para usar a feliz imagem que Tucídides atribui a Péricles, um dos pais fundadores da Democracia.

Interessa-nos que, quando ajam contra a Lei, todos sejam punidos, ainda quando alto funcionário da Administração Pública.

Interessa-nos, repitamos quantas vezes quanto for necessário: o fim da impunidade, as instituições fortes e a democracia política.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4381</u> 303
Doc: _____

Reiteramos, uma outra vez, a nossa esperança de que cada cidadão e cada cidadã deste extraordinário País perceberá a dimensão dos esforços que aqui desenvolvemos. Nosso compromisso foi, permanentemente, o de respeitar a cidadania, os valores supremos da democracia e os interesses maiores do povo brasileiro.

Sala da Comissão,

Senador DELCÍDIO AMARAL, Presidente

Deputado OSMAR SERRAGLIO, Relator

## 13. Anexos do Capítulo 11: Proposições Legislativas

### 13.1. Proposições de natureza estrutural

#### 13.1.1 Criação do Sistema Nacional de Combate à Corrupção – SNCC e da Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção – CMCC

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2006**  
**(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)**

*Cria o Sistema Nacional de Combate à Corrupção, a Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção, a Base de Dados de Atenção Qualificada e o Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei destina-se a criar o Sistema Nacional de Combate à Corrupção, a Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção e a Base de Dados de Atenção Qualificada, com o objetivo de aprimorar a política brasileira de prevenção e combate à corrupção, alcançando todos os agentes envolvidos direta ou indiretamente com a administração pública nacional.

Art. 2º Fica criado o Sistema Nacional de Combate à Corrupção - SNCC, integrado pelos seguintes órgãos:

- I - Tribunal de Contas da União;
- II - Ministério Público da União;
- III - Conselho de Controle de Atividades Financeiras;
- IV - Controladoria-Geral da União;
- V - Advocacia-Geral da União;
- VI - Comissão de Ética Pública;

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4382</u>
Doc: _____

VII - Banco Central do Brasil;

VIII - Comissão de Valores Mobiliários;

IX - Secretaria de Previdência Complementar;

X - Superintendência de Seguros Privados;

XI - Secretaria da Receita Federal;

XII - Departamento de Polícia Federal;

XIII - Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional;

XIV - Tribunais Regionais Federais;

XV - Entidades não-governamentais voltadas ao combate à corrupção.

Parágrafo único. Os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, bem como os Ministérios Públicos Estaduais poderão aderir ao SNCC por meio de convênio.

Art. 3º Fica criado o Conselho Diretivo do SNCC, que se reunirá periodicamente, ao qual cabe planejar, elaborar e propor a política nacional de combate à corrupção, bem como incentivar a formação de entidades de combate à corrupção no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O Conselho Diretivo do SNCC será composto por um representante indicado de cada um dos órgãos, entidades ou grupo de órgãos ou entidades indicados no art. 2º, totalizando quinze membros.

§ 2º O Conselho Diretivo do SNCC reunir-se-á pela primeira vez no prazo de sessenta dias, contados da data de vigência desta lei, para dispor sobre sua organização e regulamentação.

Art. 4º O Tribunal de Contas da União é organismo de coordenação da política do Sistema Nacional de Combate à Corrupção - SNCC, cabendo-lhe:

I - a secretaria-executiva do SNCC;

II - receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

III - informar, conscientizar e motivar a população através dos diferentes meios de comunicação;

IV - solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito policial para a apreciação de delito contra o patrimônio público;

V - representar ao Ministério Público competente para fins de adoção de medidas processuais no âmbito de suas atribuições;

VI - solicitar o concurso de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como orientá-los e auxiliá-los na prevenção e no combate à corrupção;

VII - desenvolver, monitorar e acompanhar a Base de Dados de Atenção Qualificada.

Art. 5º Fica criada a Base de Dados de Atenção Qualificada - BDAQ, a ser implementada pelo Tribunal de Contas da União, na qualidade de órgão coordenador do SNCC, o qual estabelecerá, em conjunto com os demais participantes do SNCC:

I - as informações necessárias à sua formação;

II - as instituições responsáveis pelo provimento das informações referidas no inciso I;

III - a frequência de provimento, bem como o intervalo de tempo para a sua atualização;

IV - as formalidades técnicas de acesso e registro de acesso das pessoas autorizadas a realizar consultas à BDAQ.

§ 1º As informações disponíveis na BDAQ somente poderão ser consultadas por servidores formalmente identificados e autorizados dos seguintes órgãos:

I - Tribunal de Contas da União;

II - Ministério Público da União;

III - Conselho de Controle de Atividades Financeiras;

IV - Controladoria-Geral da União;

V - Banco Central do Brasil;

VI - Comissão de Valores Mobiliários;

VII - Secretaria de Previdência Complementar;

VIII - Secretaria da Receita Federal;

IX - Departamento de Polícia Federal;

]

X - Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional;

Processo nº 09/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: 4383
307
Doc: _____

§ 2º Todos os acessos à BDAQ serão registrados em nome do servidor referido no §1º, devendo constar, no mínimo, a data e hora em que o acesso foi realizado, o CPF ou CNPJ do consultado e as informações acessadas.

Art. 6º Fica criada, no Congresso Nacional, a Comissão Permanente Mista de Combate à Corrupção – CMCC, a quem caberá o controle e a fiscalização do Sistema Nacional de Combate à Corrupção – SNCC, na forma a ser estabelecida em ato do Poder Legislativo.

§ 1º Integrarão a CMCC, no mínimo, um Senador e um Deputado de cada Partido representado nas Casas Legislativas do Congresso Nacional, com igual número de suplentes.

§ 2º O ato a que se refere o *caput* deste artigo definirá a estrutura e o funcionamento da CMCC, bem como a forma de desenvolvimento dos seus trabalhos.

Art. 7º Fica criado o Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos - SIFAC, a ser implementado pelo Tribunal de Contas da União, na qualidade de órgão coordenador do SNCC, que consistirá em uma base de dados nacional, acessível a qualquer cidadão, projetada para fornecer resposta às consultas em tempo real.

§1º Todos os contratos da administração federal direta e indireta deverão ser registrados no SIFAC, assim como o acompanhamento de sua execução, devendo ainda ser estimulada a celebração de convênios com Estados e Municípios para também integrarem seu âmbito de aplicação.

§2º As informações contidas no SIFAC deverão ser utilizadas para instruir a preparação e o julgamento das licitações no seu âmbito de aplicação, orientando tanto o cálculo das estimativas de preço, como de sua eventual inexecutabilidade ou avaliação de proposta técnica, podendo também ser utilizadas para definição de contratos a serem auditados pelos órgãos competentes.

§3º O Tribunal de Contas da União, na qualidade de órgão coordenador do SNCC, criará grupo de trabalho destinado a desenvolver e implantar o SIFAC, bem como regulamentar seu funcionamento, no prazo de dois anos a contar da promulgação desta Lei, atendendo às seguintes diretrizes:

I – O SIFAC deverá permitir a comparação entre os valores por unidade definida de cada bem ou serviço cujo fornecimento seja contratado no âmbito de aplicação do SIFAC.

II – Os dados relativos aos contratos inseridos no âmbito de aplicação do SIFAC deverão ser imediatamente alimentados após a adjudicação do contrato, ou previamente a qualquer empenho, ordem de pagamento, ou alteração contratual, sob pena de responsabilização da autoridade competente pela gestão do contrato.

III – O SIFAC deverá permitir o controle da qualidade da execução dos contratos, possibilitando a avaliação de cada fornecedor por bem ou serviço fornecido no âmbito de

aplicação do SIFAC, a fim de que seja possível utilizar a avaliação de qualidade previamente existente no julgamento de futuras licitações e na definição de contratos a serem auditados pelos órgãos integrantes do SNCC.

IV – Deverá ser estimulada a adoção de critérios sociais na avaliação de qualidade dos fornecedores, tais como:

- a) preservação do meio ambiente;
- b) desenvolvimento de atividades de estímulo e preservação culturais;
- c) adoção de políticas de inclusão de minorias e ações afirmativas.

V – As informações poderão ser inseridas no SIFAC por meio de equipe especialmente destacada para esse fim ou pelos servidores responsáveis pela gestão dos contratos, obedecendo às seguintes diretrizes, sempre que possível:

- a) No julgamento dos critérios de qualidade deve-se buscar a objetividade, diminuindo a possibilidade de variação nas avaliações;
- b) As avaliações poderão ser produzidas pelos destinatários ou usuários finais dos bens ou serviços contratados, cabendo-lhes responder formulários estatisticamente distribuídos, preservada a confidencialidade de suas identidades;
- c) O resultado das avaliações periódicas de um determinado bem ou serviço será comunicado ao seu fornecedor, que poderá requerer acesso aos formulários preenchidos durante o prazo de quinze dias, nos quais igualmente poderá formular recurso, com efeito suspensivo, que deverá ser apreciado pela autoridade superior em até dez dias úteis.

VI – Até que possua ao menos cinco avaliações realizadas por no mínimo duas entidades contratantes diferentes, o fornecedor terá sua avaliação de qualidade gerada a partir de algoritmo especialmente desenvolvido para nivelá-lo na média da avaliação de qualidade dos demais concorrentes.

§4º A estrutura física, lógica, humana e operacional para implantação e manutenção do SIFAC será mantida pela União.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

Ao estudar o fenômeno da corrupção no Brasil, concluímos que uma de nossas ações mais urgentes seria o rápido fortalecimento das instituições já existentes e atuantes na prevenção e combate à corrupção. Entendemos, no entanto, que é preciso ir mais além, criando todo um Sistema Nacional de Combate à Corrupção, de caráter contínuo e que envolva, além dos órgãos e instituições governamentais, cruciais no momento inicial, também o apoio e inestimável parceria da sociedade civil, da mídia e do setor privado.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS
Fls: 4384 309
Doc: _____

Estes, por sua vez, são imprescindíveis no controle da corrupção, atuando principalmente na fase preventiva, impedindo ou reduzindo, desta forma, sua ocorrência.

Como parte do Sistema Nacional de Combate à Corrupção, estamos propondo também a criação de uma Comissão Permanente Mista à qual se reporte o órgão central do Sistema, resgatando, desta forma, o papel constitucional de suma importância e da competência exclusiva do Congresso Nacional, qual seja o de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta (art. 49, inciso X, CF).

O Sistema Nacional de Combate à Corrupção - SNCC deverá ser estruturado sobre pilares de transparência, informação e controle, e deverá reconhecer, incentivar e conferir a devida importância a valores como integridade, liderança e responsabilidade. O acesso à informação deverá ser facilitado e normatizado gradativamente, para que sua utilização seja feita de forma responsável e transparente.

Como ferramenta básica deste Sistema, será necessário criar uma Base de Dados de Atenção Qualificada – BDAQ, sistema informatizado com bancos de dados que abriguem informações provenientes das mais diversas fontes, as quais terão a obrigação legal de alimentá-los. Assim, a Receita Federal, por exemplo, fornecerá as informações fiscais em formatação previamente determinada; o Banco Central, de forma semelhante, com relação às informações bancárias, alimentadas por todo o Sistema Financeiro Nacional. De maneira idêntica proceder-se-á com todos os demais órgãos e entidades que detenham informações pertinentes, os quais serão paulatinamente instados, por via de lei, a fornecer e manter atualizadas as informações solicitadas.

Note-se que não estamos propondo aqui uma quebra de sigilo, mas tão-somente uma centralização de informações em um único sistema, que permitirá sua utilização de forma segura, nos moldes do que se tem em outros sistemas como o Sistema de Informações do Banco Central do Brasil – SISBACEN, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

Nestes sistemas já existentes, há normas e graus diferenciados de acessibilidade, bem como registro dos usuários autorizados e das informações pesquisadas, obrigando todos que dele fazem uso a se responsabilizar e manter sigilo quanto às informações a que têm acesso. A segurança é, portanto, atributo essencial do sistema.

Criado este sistema informatizado, tem-se em mãos a ferramenta básica de prevenção e combate à corrupção, eliminando-se automaticamente a burocracia dos processos de troca de informações entre órgãos do governo e os conflitos de propriedade e responsabilidade pela informação. A normatização do sistema definirá, ato contínuo, o grau de acesso a ser concedido a cada órgão, aos níveis hierárquicos ali existentes e de acordo com a exigência de cada função. Teremos, entretanto, um órgão operador deste sistema, que logicamente terá acesso a todas as informações, com as mesmas condições de segurança estabelecidas para os demais.

Definida a ferramenta básica, qual seja o sistema informatizado, há que se definir a estrutura que dele fará uso efetivo no combate à corrupção, ou seja, o Sistema Nacional de Combate à Corrupção a que nos referimos.

Primeiramente, entendemos que o Tribunal de Contas da União – TCU, por sua independência e vocação, constitucionalmente definida como de fiscalização e controle das contas públicas, seja o órgão central do Sistema Nacional de Combate à Corrupção, responsável por seu planejamento, coordenação e monitoramento, propondo objetivos e metas e deflagrando ou orientando as ações necessárias para aperfeiçoamento e correções do sistema, visando à sua modernização e ao seu desenvolvimento sustentável. Neste sentido, também o TCU será o órgão administrador da Base de Dados de Atenção Qualificada – BDAQ.

Como tal, o TCU será o órgão com acesso pleno a todas as informações disponíveis, delas podendo fazer uso, dentro dos limites constitucional e legalmente estabelecidos, para efetuar as análises necessárias à apuração e recuperação de recursos desviados, estejam eles a cargo de entidades públicas, privadas ou mistas, importando apenas que hajam recursos públicos envolvidos e risco de prejuízo para a administração pública. Diante disto, certamente a estrutura do TCU deverá passar por uma revisão visando à sua adequação às novas atribuições.

Além do TCU, comporão o SNCC o COAF e o Ministério Público, este último com atuação destacada no Sistema, em parceria com o TCU, e acesso definido às informações necessárias às investigações sob sua responsabilidade, especialmente sua Câmara Temática voltada às questões relacionadas ao Patrimônio Público e Social.

Quanto aos demais órgãos que podem atuar direta ou indiretamente no combate à corrupção, como a Polícia Federal e a Interpol, o Banco Central do Brasil, a Secretaria da Receita Federal - SRF, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, a Controladoria-Geral da União – CGU, a Advocacia-Geral da União – AGU e a Comissão de Ética Pública, entre outros, deverão ter sua participação no Sistema e acesso às informações da BDAQ paulatinamente definidos.

Ainda no âmbito do Poder Legislativo estamos sugerindo a criação de uma Comissão Permanente Mista de Combate à Corrupção - CMCC, a ser composta por um Senador e um Deputado de cada Partido representado nas Casas Legislativas do Congresso Nacional, com igual número de suplentes, todos indicados pelas lideranças partidárias. Essa Comissão deverá ter, em sua estrutura administrativa, servidores com a formação acadêmica adequada e a qualificação profissional necessária para atuar em estudos, pesquisas e elaboração de proposições, todos relacionados à luta contra a corrupção no Brasil e no mundo.

Caberá à nova Comissão, especialmente, apresentar e acompanhar as proposições legislativas necessárias e pertinentes ao aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Combate

RQS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS
Fls: 4385 <sup>31</sup>
Doc: _____

à Corrupção, tanto surgidas no Congresso Nacional quanto apontadas pelo TCU, que a ela se reportará nas questões relativas ao SNCC, à BDAQ e, de forma geral, no que diz respeito ao combate à corrupção.

Ainda propõe-se a criação de uma ferramenta adicional, batizada de Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos – SIFAC. Como já afirmamos anteriormente, a tônica do combate à corrupção, assim como das técnicas de boa governança corporativa, é a busca da transparência nas contas e contratos firmados. No que se refere à gestão do Estado, a execução dos contratos públicos é o ponto nevrálgico do sistema orçamentário e a principal porta aberta à malversação dos recursos do erário.

O estado-da-arte no que tange à tecnologia de redes já permite há anos a integração de porte nacional de todos os dados referentes aos contratos públicos, ao passo que a demora em sua efetiva aplicação somente dificulta o trabalho dos órgãos de fiscalização, ao ter que buscar às cegas os casos de desvios, sem instrumentos confiáveis que apontem as irregularidades potenciais.

As recentes inovações consubstanciadas no sistema do pregão eletrônico – único no mundo em seu estágio de evolução e refinamento –, o SIGA e o sistema de controle de contratos recentemente elaborado pelo Tribunal de Contas da União apontam nessa direção e constituem os primeiros passos no sentido de democratizar o acesso à informação e, conseqüentemente, avançar no controle dos gastos públicos.

A proposta de criação do SIFAC – Sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos, que ora apresentamos, é grandemente inspirada em projetos de lei recentemente apresentados pelos Senadores Álvaro Dias e Marco Maciel, bem como em trabalhos acadêmicos e nas audiências realizadas pela Sub-Relatoria de Propostas de Combate à Corrupção. O objetivo desse trabalho coletivo é apresentar importante conjunto de normas para melhorar nosso sistema licitatório e o controle sobre a celebração e execução dos contratos.

Para tanto, além das definições gerais sobre o funcionamento do sistema apresentadas no presente Projeto de Lei, fez-se necessário alterar dispositivos da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) e da Lei do Pregão (Lei nº. 10.520/02), o que será feito em Projeto de Lei à parte, também apresentado no Relatório desta CPMI.

Certamente, além da integração de dados e de uma maior transparência dos contratos públicos, um grande avanço que a adoção desse sistema proporcionaria é a possibilidade de adicionar um juízo de qualidade ao julgamento de propostas numa licitação.

A imposição feita pela normativa brasileira de comprar pelo menor preço freqüentemente faz com que o administrador público compre mal. Pensando nisso, propõe-se a criação de um novo critério de julgamento das propostas dos licitantes, batizado de “oferta mais vantajosa”. Esse critério, consagrado recentemente pela normativa da União Européia e integrante há décadas da normativa americana, permite ao órgão licitante adicionar um juízo de qualidade baseado em experiências anteriores com aquele mesmo fornecedor.

Esse critério diferencia-se da licitação de “técnica e preço”, uma vez que na idéia de proposta mais vantajosa está a remissão à experiência anterior, utilizável em qualquer tipo de contrato, enquanto a “técnica e preço” realiza seu juízo de valor sobre a capacidade técnica do licitante no curso do processo, baseando-se tão-somente na documentação apresentada, e, mesmo assim, somente pode ser aplicado a um rol muito específico de contratos, quais sejam aqueles de “serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos” (art. 46 da Lei nº 8.666/93).

Assim, a gestão de qualidade por meio do SIFAC teria dois objetivos, um de auxílio ao administrador público e outro para seu controle. O administrador público poderia beneficiar-se dos dados do subsistema de gestão para que instruísem a valoração da “proposta mais vantajosa”. No subsistema de qualidade haveria avaliações quanto ao cumprimento dos prazos para entrega, da qualidade da assistência técnica, da durabilidade e rendimento dos produtos, eventualmente até mesmo certificações de qualidade ISO, e outros. O julgamento de qualidade será realizado pelos usuários dos bens ou serviços que, amparados em consulta estatística, responderão objetivamente a formulários nos quais será preservada a identidade daquele que o preencheu.

Igualmente, será possível beneficiar empresas com responsabilidade social, que busquem a preservação do meio ambiente, a contratação de deficientes físicos, o apoio a programas sociais, etc., fazendo com que sejam beneficiadas nas licitações em que participem, o que é impossível na atual normativa.

Tais valores constantes das bases de dados seriam multiplicados pelos pesos proporcionais conferidos a cada item pelo administrador público, em razão de sua importância para cada licitação específica e então seriam somados ao critério de preço definido no subsistema de pregão eletrônico para eleger a proposta mais vantajosa. Para as empresas novas, que ainda não possuem avaliação no subsistema de qualidade, será aplicado um artifício matemático que lhes atribuiria uma oportunidade de competição, calculando-se uma média entre os demais concorrentes enquanto a empresa não atinja suas cinco primeiras avaliações, por parte de pelo menos dois órgãos diferentes.

Para o controle da Administração Pública, o SIFAC poderia contribuir ao mostrar, por exemplo, que uma determinada empresa mal avaliada por outros órgãos seguidamente recebe aditivos contratuais, prorrogações de contrato e mesmo contratos formulados sob a modalidade de urgência, tudo vinculado a um mesmo órgão ou esfera de gestão pública.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres Deputados e Senadores para a aprovação desta proposição, a qual pretende mudar o arcabouço institucional de combate à corrupção no país.

Sala das Sessões, em de de 2006.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4386</b>
313
Doc:

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

13.1.2 Transformação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF na Agência Nacional de Inteligência Financeira – ANIF

**REQUERIMENTO**

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, por intermédio da Casa Civil da Presidência da República, sugerindo a transformação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF em Agência Nacional de Inteligência Financeira.*

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a V. Exa. seja enviada, ao Poder Executivo, por intermédio da Casa Civil da Presidência da República, a Indicação em anexo, sugerindo a transformação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF em Agência Nacional de Inteligência Financeira.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios



**INDICAÇÃO Nº , DE 2006**

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Casa Civil da Presidência da República, a transformação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF em Agência Nacional de Inteligência Financeira.*

Exma. Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República:

Como é do conhecimento de V. Exa., o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, vem enfrentando dificuldades para, com sua reduzida estrutura, exercer as funções de Unidade de Inteligência Financeira – UIF do governo brasileiro, cumprindo as atribuições que lhe foram cometidas pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que, além de criá-lo, dispôs sobre os crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos e valores, bem como sobre a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos ali previstos.

Isto posto, sugere-se que o COAF evolua para um formato de agência nacional, independente, embora vinculada ao Ministério da Fazenda, passando a denominar-se Agência Nacional de Inteligência Financeira -ANIF.

Com a nova formatação, aquele órgão terá não só a estrutura necessária para o adequado exercício de suas funções institucionais, como também a independência requerida para exercê-las com a devida isenção, adquirindo a forma mais comumente adotada entre as entidades de semelhante natureza em outros países.

As funções básicas da ANIF seriam as atribuídas internacionalmente às unidades de inteligência financeira: receber as comunicações de operações suspeitas e as comunicações de natureza automática (como por exemplo, as movimentações em espécie acima de determinado montante) das entidades obrigadas; analisá-las; e informar às autoridades competentes os casos em que encontrar fundados indícios de ilícito.

Seriam consideradas autoridades competentes: o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios onde houver, os Ministérios Públicos Federal e Estaduais, as Polícias Federal e Estaduais, a ABIN, a CGU, a Secretaria da Receita Federal e os órgãos equivalentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

As autoridades competentes poderão solicitar pesquisas sobre pessoas físicas ou jurídicas nas bases de dados da ANIF desde que tais solicitações sejam específicas e justificadas. Não serão admitidas pesquisas genéricas ou infundadas. A ANIF poderá realizar reuniões operacionais envolvendo as autoridades competentes e as entidades supervisoras dos setores obrigados para que essas instituições promovam o

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: 4387 315
Doc: _____

compartilhamento das informações de que disponham e identifiquem ações para cada instituição e estratégias conjuntas para a realização de investigações.

As autoridades competentes fornecerão à ANIF, de tempos em tempos, informações detalhadas quanto ao andamento das investigações e processos, até seu arquivamento ou decisão judicial final.

As entidades obrigadas deverão encaminhar as comunicações diretamente à ANIF, que as franqueará às respectivas entidades supervisoras, quando for o caso. A ANIF terá acesso a todas as informações disponíveis nas entidades obrigadas relativas às pessoas que tiverem sido objeto de comunicação.

Seria assegurado à ANIF amplo acesso a todas as bases de dados, informatizadas ou não, inclusive as protegidas por sigilo bancário e fiscal, dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, de todos os Poderes, inclusive no que se refere aos dados relativos aos membros e servidores desses órgãos, podendo realizar pesquisas e obter informações relacionadas às pessoas que tiverem sido objeto de comunicação pelas entidades obrigadas.

Adicionalmente a ANIF também regularia os setores da economia sem órgão regulador próprio (competência residual, como atualmente faz o COAF) e aplicaria as penas administrativas pelo descumprimento das normas. A supervisão dos setores regulados pela ANIF seria feita à distância pela própria ANIF e *in locu* pelas entidades profissionais dos setores obrigados, quando houver, e pelos órgãos de arrecadação federal, estaduais e municipais. Seria assegurado à ANIF plena liberdade de intercâmbio de informações com as unidades de inteligência e com órgãos de persecução criminal estrangeiros.

O Ministro da Fazenda indicaria o presidente e diretores da ANIF, entre os servidores de carreira de reputação ilibada da área econômico-financeira do governo, ao Presidente da República que, se estiver de acordo, os submeteria ao Senado.

O mandato do presidente e dos diretores seria de quatro anos, prorrogáveis uma única vez por mais quatro anos. Os mandatos do presidente e dos diretores iniciariam após dois anos do mandato do Presidente da República. O presidente e diretores somente poderiam ser substituídos em caso de falta grave.

O presidente e diretores da ANIF estariam sujeitos ao período de quarentena remunerada por 90 dias quando deixarem os cargos.

Estima-se que seus quadros deveriam ter, para os níveis atuais de atividade, aproximadamente 150 servidores. Seus quadros seriam preenchidos por concurso público específico. A estrutura salarial seria compatível com o nível de responsabilidade do órgão.

Seu orçamento deverá ser suficiente para cobrir, além das despesas normais de custeio, fortes investimentos em informática.

Anualmente o presidente e os diretores da ANIF apresentariam relatório e prestariam contas das atividades do órgão a uma comissão do Congresso estabelecida para acompanhamento da política brasileira de combate à corrupção.

Seriam acrescentados aos atuais membros do COAF, na estrutura da nova Agência, um representante da referida comissão do Congresso Nacional e outro do Tribunal de Contas da União.

Este Conselho seria responsável pela coordenação não hierárquica dos diversos órgãos, elaboraria a estratégia periódica de combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, com metas para os diversos órgãos, e atuaria como instância recursal nos processos administrativos por descumprimento das normas de conformidade pelas empresas obrigadas.

Anualmente, esse Conselho também apresentaria relatório e prestaria contas sobre a política brasileira de combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e sobre a implementação da estratégia e cumprimento das metas à Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção e ao Tribunal de Contas da União.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4388</b> 317
Doc:

13.1.3 Redução do número de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo das três esferas de governo

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº, DE 2006**

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Altera o texto do art. 37 da Constituição Federal para limitar o número de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, no âmbito do Poder Executivo, nas três esferas de governo.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

37.....  
V – As funções de confiança e os cargos em comissão, ressalvado o disposto nos §§ 13 e 13 deste artigo, serão exercidos exclusivamente por servidores de carreira, ocupantes de cargo ou emprego permanente do respectivo órgão ou entidade, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§ 13. Será permitida a ocupação de cargos em comissão por pessoas sem vínculo efetivo com o órgão ou entidade, desde que atendidas as seguintes condições:

I – o cargo em comissão seja integrante de um dos dois primeiros escalões de Ministérios, órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou entidades, ou de suas assessorias imediatas;

II – a formação acadêmica e a qualificação profissional do ocupante sejam compatíveis com as atribuições do cargo em comissão ocupado.

§ 13. Os cargos em comissão e as funções de confiança serão limitados, no âmbito do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas administrações indiretas, a três por cento do número total de cargos e empregos permanentes existentes no Poder Executivo e na administração indireta do respectivo ente da federação. ....” (NR)

Art. 2º O Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas administrações indiretas, deverão adequar o número de cargos em comissão e funções de confiança atualmente existentes em seus quadros aos critérios estabelecidos nesta emenda constitucional no período de dois anos, contados da data de sua promulgação, reduzindo o excedente em:

I – cinquenta por cento no primeiro ano;

II – cinquenta por cento no segundo ano.

Art. 3º Serão automaticamente extintos, ao final dos períodos estabelecidos nos incisos I e II do art. 2º, os cargos em comissão e funções de confiança excedentes ao limite previsto no *caput* do mesmo artigo. Art. 4º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

### JUSTIFICATIVA

A presente proposta de emenda à Constituição objetiva reduzir o número de cargos em comissão e funções de confiança existentes no âmbito do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao limite de três por cento dos cargos e empregos permanentes existentes no mesmo Poder do respectivo ente da federação, consideradas suas administrações direta e indireta.

A medida mostra-se necessária, em parte, por seu impacto moralizador, tendo em vista que o número excessivo de cargos em comissão e funções de confiança hoje existentes na administração pública brasileira é fator de verdadeira apropriação da administração como se patrimônio do governo fosse.

A administração pública, assim como seus cargos e funções, é patrimônio do Estado, e não deve, portanto, ser colocada à mercê dos ímpetus nepotistas e clientelistas do governo, sob pena de criar-se ambiente mais que propício para a proliferação da corrupção. Ao contrário, é necessário investir na profissionalização dos servidores públicos, inclusive para a ocupação dos cargos em comissão em todos os níveis da administração, para permitir que a máquina do Estado esteja em constante funcionamento, com qualidade técnica sempre crescente.

A medida coaduna-se com os esforços de redução do nepotismo em todo o serviço público. Entretanto, percebemos que são necessárias regras específicas para o Poder Executivo, não só porque a maioria dos cargos em comissão e funções de confiança ali se encontra, mas principalmente porque sua estrutura é infinitamente maior que as dos demais Poderes, tornando extremamente difícil o controle e a fiscalização da proliferação dos cargos e funções desta natureza, especialmente em sua administração indireta. Estas as razões que nos levaram a apresentar a presente proposta de emenda à Constituição, para cuja aprovação solicitamos apoio de nossos nobres Pares nas duas Casas do Congresso Nacional. Sala das Sessões, em de de 2006. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

ROS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
FIS: 4389
Doc: _____

13.1.4 Criação de Câmaras e Varas Judiciárias específicas para julgar crimes contra a administração pública

#### **13.1.4.1 Proposta de Emenda à Constituição**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2006** (Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

**Acrescenta parágrafo ao art. 107 da Constituição Federal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 107 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 107 .....

§4.º Os Tribunais Regionais Federais constituirão Câmaras e varas judiciárias especializadas e com competência exclusiva para o julgamento dos crimes contra a Administração Pública, contra o sistema financeiro nacional, de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos ou valores, e das ações de improbidade administrativa.” (NR)

Art. 2.º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

#### **JUSTIFICATIVA**

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, a par de investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, também envidou esforços no sentido de analisar o cenário atual e sugerir modificações que permitissem maior eficácia das normas brasileiras no que concerne à prevenção, combate e erradicação da corrupção. Nesse particular, uma das necessidades apontadas ao longo do extenso trabalho realizado é a de criação de Varas e Câmaras na Justiça Federal com competência exclusiva e especial para o julgamento dos crimes contra a Administração Pública, contra o sistema financeiro nacional, de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos ou valores, bem como das ações de improbidade administrativa.

Sob o consenso de que a medida contribuirá sobremaneira para que a repressão à corrupção se torne mais eficiente e eficaz, de modo a incrementar a constante e necessária moralização da Administração Pública, apresentamos esta proposição visando a sua implementação. Acreditamos que, no âmbito de sua competência, poderão os Tribunais Regionais Federais ministrar cursos oficiais ou firmar convênios a fim de permitir a especialização dos desembargadores e juizes federais integrantes das respectivas câmaras e

varas judiciárias, permitindo-lhes o acesso a todo e qualquer arsenal técnico necessário para o exame das questões que lhes serão submetidas, propiciando-lhes, enfim, a capacitação necessária ao exercício de tão especializada judicatura.

No tocante à criação das varas judiciárias, há de se ter em relevo que a medida, além de possibilitar o exame dessas causas por um juiz federal especializado na matéria, permitirá que as questões ligadas diretamente às investigações realizadas pela Polícia Federal, bem como às requisições feitas pelo Ministério Público e outros órgãos sejam decididas com mais agilidade e prontamente atendidas. Processar-se-á com mais rapidez os pedidos de prisão, as busca e apreensões, as quebra de sigilo, as escutas telefônicas e outros atos judiciais relevantes.

É de se atentar, quanto ao ponto, que, nos termos do art. 96, I, "a", da Constituição Federal, compete privativamente aos tribunais elaborar seus regimentos internos, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais. Assinale-se também que o art. 96, I, "d", dessa Carta dispõe competir privativamente aos tribunais propor a criação de novas varas judiciárias.

Observe-se, ainda, que ao Conselho da Justiça Federal, órgão que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça, cabe a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, conforme dispõe o art. 105, parágrafo único, II, da Constituição. Diante desses preceitos constitucionais, a fim de concretizar a referida medida legislativa, a CPMI dos Correios apresenta esta proposta de emenda à Constituição. Contamos com o apoio dos nobres pares a fim de que seja aprovada, considerada a sua necessidade e relevância, em especial a premente necessidade de reprimir a corrupção no País.

Sala das Sessões, em de \_\_\_\_\_ de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: --
-- 4390
Doc: _____

321

### **13.1.4.2 Indicação ao Superior Tribunal de Justiça**

#### **REQUERIMENTO**

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

Requer o envio de Indicação ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, relativa à sugestão de criação de Varas e Câmaras na Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero a V. Ex<sup>a</sup>. seja encaminhada ao Superior Tribunal de Justiça a Indicação em anexo, sugerindo a criação de Varas e Câmaras na Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, respectivamente, com competência exclusiva e especial para o julgamento dos crimes contra a Administração Pública, contra o sistema financeiro nacional, de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos ou valores, e das ações de improbidade administrativa.

Sala das Sessões, em de                      de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios



**INDICAÇÃO Nº , DE 2006**  
(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Sugere a criação de Varas e Câmaras na Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, respectivamente, com competência exclusiva e especial para o julgamento dos crimes contra a Administração Pública, contra o sistema financeiro nacional, de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos ou valores, e das ações de improbidade administrativa.*

Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça:

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, criada em 25 de maio de 2005, a par de investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, também envidou esforços no sentido de analisar o cenário atual e sugerir modificações que permitissem maior eficácia das normas brasileiras no que concerne à prevenção, combate e erradicação da corrupção.

Nesse particular, uma das necessidades apontadas ao longo do extenso trabalho realizado é a de criação de Varas e Câmaras na Justiça Federal com competência exclusiva e especial para o julgamento dos crimes contra a Administração Pública, contra o sistema financeiro nacional, de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos ou valores, e das ações de improbidade administrativa.

Sob o consenso de que a medida contribuirá sobremaneira para a repressão à corrupção e para a moralização da Administração Pública, apresentamos projeto de emenda constitucional que tem por escopo a sua implementação.

Acreditamos que, no âmbito de sua competência, poderão os Tribunais Regionais Federais ministrar cursos oficiais ou firmar convênios a fim de permitir a especialização dos desembargadores e juízes federais para o exercício de tão delicada, complexa e importante judicatura. É de se atentar, quanto ao ponto, que, nos termos do art. 96, I, "a", da Constituição Federal, compete privativamente aos tribunais elaborar seus regimentos internos, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais. Assinale-se também que o art. 96, I, "d", da Constituição Federal, dispõe competir privativamente aos tribunais propor a criação de novas varas judiciárias.

Observe-se, ainda, que ao Conselho da Justiça Federal, órgão que funciona junto a este Superior Tribunal de Justiça, cabe a supervisão administrativa e orçamentária da

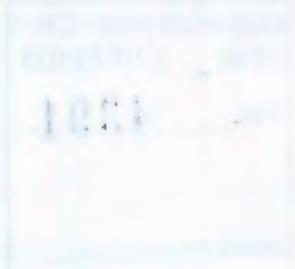
CPMI - CORREIOS
Fls.: <u>4391</u>
Doc: _____

Justiça Federal de primeiro e segundo graus, conforme dispõe o art. 105, parágrafo único, II, da Magna Carta.

Diante desses preceitos constitucionais, a fim de concretizar a referida medida legislativa, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sugere ao Superior Tribunal de Justiça que proponha as devidas modificações na legislação, de modo a viabilizar a criação das aludidas varas e câmaras no âmbito da Justiça Federal, exercendo o seu papel constitucional para a prevenção e repressão da corrupção no País.

Sala das Sessões, em de                      de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios



### 13.1.4.3 Indicação aos Tribunais Regionais Federais

#### REQUERIMENTO

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Requer o envio de Indicação ao Presidente do Tribunal Regional Federal da .....ª Região, relativa à sugestão de criação de Varas e Câmaras na Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus.*

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero a V. Ex<sup>a</sup>. seja encaminhada aos Tribunais Regionais Federais das cinco Regiões a Indicação em anexo, sugerindo a criação de Varas e Câmaras na Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, respectivamente, com competência exclusiva e especial para o julgamento dos crimes contra a Administração Pública, contra o sistema financeiro nacional, de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos ou valores, e das ações de improbidade administrativa.

Sala das Sessões, em de \_\_\_\_\_ de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4392</u>
Doc: _____

## INDICAÇÃO Nº, DE 2006

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Sugere a criação de Varas e Câmaras na Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, respectivamente, com competência exclusiva e especial para o julgamento dos crimes contra a Administração Pública, contra o sistema financeiro nacional, de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos ou valores, e das ações de improbidade administrativa.*

Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal Regional Federal da .....<sup>a</sup>  
Região:

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, criada em 25 de maio de 2005, a par de investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, também envidou esforços no sentido de analisar o cenário atual e sugerir modificações que permitissem maior eficácia das normas brasileiras no que concerne à prevenção, combate e erradicação da corrupção.

Nesse particular, uma das necessidades apontadas ao longo do extenso trabalho realizado é a de criação de Varas e Câmaras na Justiça Federal com competência exclusiva e especial para o julgamento dos crimes contra a Administração Pública, contra o sistema financeiro nacional, de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos ou valores, e das ações de improbidade administrativa. Sob o consenso de que a medida contribuirá sobremaneira para a repressão à corrupção e para a moralização da Administração Pública, apresentamos projeto de emenda constitucional que tem por escopo a sua implementação.

Acreditamos que, no âmbito de sua competência, poderão os Tribunais Regionais Federais ministrar cursos oficiais ou firmar convênios a fim de permitir a especialização dos desembargadores e juizes federais para o exercício de tão delicada, complexa e importante judicatura. É de se atentar, quanto ao ponto, que, nos termos do art. 96, I, "a", da Constituição Federal, compete privativamente aos tribunais elaborar seus regimentos internos, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais. Assinale-se também que o art. 96, I, "d", da Constituição Federal, dispõe competir privativamente aos tribunais propor a criação de novas varas judiciárias.

Observe-se, ainda, que ao Conselho da Justiça Federal, órgão que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça, cabe a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, conforme dispõe o art. 105, parágrafo único, II, da Magna Carta.

Diante desses preceitos constitucionais, a fim de concretizar a referida medida legislativa, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sugere a este e aos demais

Tribunais Regionais Federais, e também ao Superior Tribunal de Justiça que proponham as devidas modificações na legislação, de modo a viabilizar a criação das aludidas varas e câmaras no âmbito da Justiça Federal, exercendo o seu papel constitucional para apreensão e repressão da corrupção no País.

Sala das Sessões, em de \_\_\_\_\_ de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

RQS nº 03/2005 - CN = CPMI -- CORREIOS
Fls: <b>4393</b>
Doc: _____

## 13.2 Outras proposições legislativas

### 13.2.1 Propostas de Emenda à Constituição

#### **13.2.1.1 Inclusão dos dirigentes de entidades da administração indireta entre os sujeitos passíveis de convocação, pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados ou por qualquer de suas Comissões, para prestar informações.**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2006** (Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O *caput* do art. 50 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, bem como qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou de entidades da administração pública federal indireta, como autarquias, inclusive as em regime especial, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

.....” (NR)

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

#### JUSTIFICATIVA



A presente proposta de emenda à Constituição objetiva permitir que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, bem como qualquer de suas Comissões, possam convocar os dirigentes de entidades da administração indireta para prestar informações.

De acordo com o texto original, poderiam ser convocados apenas os Ministros de Estado e titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Isto, porém, não faz sentido, haja vista a distância por vezes existente entre a especificidade das informações solicitadas pelo Poder Legislativo e aquelas de conhecimento direto do Ministro de Estado com relação à administração, por exemplo, de uma empresa pública vinculada à sua Pasta.

Além disso, se como dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, compete exclusivamente ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, é de se esperar que qualquer dirigente de órgão ou entidade da administração direta e indireta possa ser convocado pelo Poder Legislativo para prestar informações relativas à entidade sob sua administração.

Ademais, como diz o ditado popular, “quem pode mais pode menos”. Portanto, o legislador constitucional certamente não teve o intuito de restringir, mas tão-somente de simplificar o acesso às informações. Não obstante, com o crescimento da máquina administrativa e com a necessidade cada vez maior de controle e fiscalização, especialmente sobre as entidades da administração indireta, faz-se mister seja alterada a Constituição para facilitar o acesso dos representantes do povo às informações relativas à administração pública brasileira.

Estas as razões que nos levaram a apresentar a presente proposta de emenda à Constituição, para cuja aprovação solicitamos apoio de nossos nobres Pares nas duas Casas do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4394</b>
Doc: _____

**13.2.1.2 Divulgação, via internet, do currículo e agenda dos agentes políticos e ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, para conferir mais transparência à administração pública.**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2006  
(Da Comissão Permanente Mista de Inquérito dos Correios)**

*Altera o art. 37 da Constituição Federal para conferir mais transparência à administração pública.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, §3º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37. ....

§ 13. Todo agente político ou ocupante de cargo da alta administração ou de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração deverá ter divulgado na Rede Mundial de Computadores – Internet, pelo órgão ou entidade a que esteja vinculado, seu currículo, bem como sua agenda, atualizada diariamente, onde deverão constar:

I – os encontros e reuniões previstos para o dia seguinte com horário, identificação dos interlocutores e assuntos a ser tratados;

II – a agenda efetivamente cumprida no dia anterior com horários de início e término e local de todos os encontros e reuniões de que participou, identificação dos interlocutores presentes e assuntos efetivamente tratados.”

Art. 2.º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

Uma das maiores dificuldades que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios teve para verificar indícios relacionados às investigações efetuadas, tanto nos Correios quanto nos mais diversos órgãos e entidades do Poder Executivo, foi a falta de uma agenda organizada, ou mesmo sua total inexistência, dos ocupantes de cargos dos escalões mais altos.

Não faz sentido, a nosso ver, não haver divulgação destes dados, tendo em vista que é dever do Estado garantir a transparência dos atos de seus agentes, em especial aqueles que se encontram em cargos de poder, incumbidos de tomar decisões.

De forma idêntica, os ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, indicados, via de regra, pelos agentes políticos e ocupantes de cargos da alta administração, devem ter, além de suas agendas, também os currículos divulgados na Internet, para permitir um controle público tanto de seus atos quanto da adequada nomeação, que deve considerar as atribuições do cargo em relação ao nível de formação acadêmica e qualificação profissional do ocupante.

Por estas razões estamos apresentando a presente proposta de emenda à Constituição, a qual estamos certos de que contribuirá para tornar a administração pública brasileira mais transparente porque passível de controle por parte da sociedade.

Sala das Sessões, 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMJ - CORREIOS
Fis: 4395
Doc: _____

**13.2.1.3 Definição, em sede constitucional, da aplicabilidade da lei que regula os atos de improbidade administrativa.**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2006**  
(Da Comissão Permanente Mista de Inquérito dos Correios)

Altera a Constituição Federal para definir a aplicabilidade da lei que regula os atos de improbidade administrativa a que se refere o § 4º do art. 37.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, §3º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37. ....  
§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal e do processo por crime de responsabilidade, quando cabíveis, sendo imputável:

I – o agente público de qualquer espécie, nível ou hierarquia, seja ele agente político, servidor público ou particular em colaboração com o poder público;

II – todo aquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma, direta ou indireta.

.....” (NR)

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

Embora nosso entendimento seja de que não há dúvidas quanto à aplicabilidade da lei de improbidade administrativa a todos os agentes públicos, inclusive os agentes políticos, têm surgido controvérsias com relação à matéria, tendo sido inclusive encaminhada Reclamação ao Supremo Tribunal Federal para evitar sua aplicação a todos aqueles que estão sujeitos ao processo por crime de responsabilidade.

Ao analisar a questão, do ponto de vista constitucional, não vislumbramos qualquer vestígio indicativo de que a aplicação de um dos processos elimine a possibilidade de responsabilização no outro. Porém, surgida a controvérsia, nada mais nos resta a fazer

senão, em nome da probidade na administração pública brasileira, apresentar proposta de emenda à Constituição que venha a sanar a dúvida, tornando o texto do § 4º do art. 37 explícito o suficiente.

Ademais, a previsão de punições pelo desvio de recursos públicos, sempre estabelecida com base em critérios de justiça, só irá alcançar os agentes públicos corruptos, nenhuma preocupação representando para aqueles que velam pela probidade no serviço público.

Estas as razões que nos levaram a apresentar a presente proposta de emenda à Constituição, para cuja aprovação solicitamos o apoio de nossos ilustres Pares nas duas Casas do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em de \_\_\_\_\_ de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: <b>4396</b>
Doc: _____

## 13.2.2 Projetos de lei complementar

### 13.2.2.1 Limitação das despesas com publicidade.

#### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2006** (Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

Acrescenta a Seção IV ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com o acréscimo da seguinte Seção IV, artigo 24-A: “Seção IV Das Despesas com Publicidade Art. 24-A É vedada a realização de despesas com publicidade governamental que se destinem a quaisquer outros fins que não a educação, informação e orientação social, limitadas estas, durante o exercício fiscal, aos seguintes percentuais máximos da respectiva receita corrente líquida verificada no exercício anterior:

I – 0,2 % (dois décimos por cento) no âmbito da União;

II – 0,5 % (cinco décimos por cento) no âmbito dos Estados;

III – 1,0 % (um por cento) no âmbito dos Municípios. Parágrafo único. Não estão sujeitas aos limites percentuais estabelecidos neste artigo as despesas com publicidade legalmente obrigatória ou necessária à validade de atos administrativos.”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

#### **JUSTIFICATIVA**

Com constantes denúncias de que recursos públicos podem está sendo utilizados de forma indevida, faz-se necessário maior rigor da legislação como objetivo estabelecer limites legais que impeçam ou, no mínimo, dificultem os abusos desta natureza. Para tanto, apresentamos o presente projeto de lei complementar, que visa a regular disposições já contidas no art. 37 da Constituição Federal, utilizando-se porém da mesma

premissa utilizada para criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, baseada no art. 163, I, da Carta Magna.

Em vista deste cenário, e de posse da informação de que as despesas de publicidade da União, só no ano de 2004, giraram em torno de R\$ 1 bilhão (um bilhão de reais), optamos por estabelecer limites plenamente capazes de atender as necessidades de campanhas educacionais, de informação e de orientação social necessárias à população, diferenciados nas três esferas de governo. Cuidamos, ainda, de excluir do limite estabelecido a publicidade de caráter obrigatório, seja por imposição legal ou para a validade de atos administrativos.

Isto posto, submetemos a presente proposição à apreciação dos nobres parlamentares, certos de que sua aprovação contribuirá em muito para a promoção dos valores éticos e democráticos em nosso país.

Sala das Sessões, em de            de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls:    - - 4397
Doc: _____

### 13.2.2.2 Fiscalização dos fundos de previdência complementar

#### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2006** (Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os artigos 2.º e 7.º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º .....

§ 3.º O disposto neste artigo aplica-se aos órgãos fiscalizadores das entidades de previdência complementar, quando se tratar de operações envolvendo tais entidades, e à Comissão de Valores Mobiliários, quando se tratar de fiscalização de operações e serviços no mercado de valores mobiliários, inclusive nas instituições financeiras que sejam companhias abertas. (NR)

§ 4.º .....

I - com outros órgãos públicos fiscalizadores de instituições financeiras e com os órgãos fiscalizadores da previdência complementar, objetivando a realização de fiscalizações conjuntas, observadas as respectivas competências; (NR)

Art. 7.º Sem prejuízo do disposto no § 3º do art. 2º, a Comissão de Valores Mobiliários e os órgãos fiscalizadores das entidades de previdência complementar, instaurado inquérito administrativo, poderão solicitar à autoridade judiciária competente o levantamento do sigilo junto às instituições financeiras de informações e documentos relativos a bens, direitos e obrigações de pessoa física ou jurídica submetida ao seu poder disciplinar. (NR)

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários e os órgãos fiscalização da previdência complementar, manterão permanente intercâmbio de informações acerca dos resultados das inspeções que realizarem, dos inquéritos que instaurarem e das penalidades que aplicarem, sempre que as informações forem necessárias ao desempenho de suas atividades.(NR)”

## JUSTIFICATIVA

Os planos de benefícios da previdência complementar em nosso país acumulam ativos garantidores dos benefícios da ordem de R\$ 400 bilhões, abrangendo um universo de aproximadamente 13 milhões de brasileiros. E está em franco desenvolvimento, fazendo com que seja necessária a implementação de mecanismos cada vez mais eficientes de fiscalização.

Este Projeto de Lei Complementar foi elaborado a partir do minucioso trabalho desenvolvido pela Sub-Comissão de Fundos de Pensão da CPMI dos Correios, a cargo do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. O projeto ora apresentado visa a dotar os órgãos fiscalizadores da previdência complementar da prerrogativa de também investigar diretamente as operações financeiras realizadas com os recursos dos planos de benefícios, assim como hoje ocorre em relação ao Banco Central do Brasil e à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito das entidades que compõem o sistema financeiro nacional.

Tal proposta impede, por um lado, que os administradores dos recursos dos planos de benefícios possam se opor à fiscalização dos órgãos de fiscalização da previdência complementar alegando sigilo e, por outro, que tais órgãos possam firmar convênios com o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários para realizar investigações em conjunto.

Também fica garantido o necessário intercâmbio entre os respectivos órgãos fiscalizadores.

É de se ressaltar que todos os demais dispositivos da Lei Complementar nº 105/01 ficam mantidos na íntegra, dentre os quais o dever da manutenção do necessário sigilo pelos agentes públicos que tenham acesso aos dados, como já ocorre hoje, sob pena de responsabilização civil e criminal.

Trata-se da garantia de que o direito fundamental à preservação da intimidade não seja ferido.

Entendemos que dotar os órgãos federais responsáveis pela fiscalização e regulação da previdência complementar de tais prerrogativas é implementar fator de maior segurança para todo o sistema, que terá a seu dispor mecanismos mais ágeis e eficazes de atuação.

Isto posto, submetemos a presente proposição à apreciação dos nobres parlamentares, certos de que sua aprovação contribuirá em muito para a promoção dos valores éticos e democráticos em nosso país.

Sala das Sessões, em de \_\_\_\_\_ de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS Fls: _____ Doc: _____
--

337

### 13.2.3 Projetos de lei

#### 13.2.3.1 Revisão e atualização da Lei de Lavagem de Dinheiro.

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2006**  
(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências”.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 16º e 18º da Lei 9.613/98 passam a vigorar com a seguinte redação:

#### CAPÍTULO I

#### DOS CRIMES DE "LAVAGEM" OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

Pena: reclusão de três a dez anos e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal:

I - os converte em ativos lícitos;

II - os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III - importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.

§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:

I - utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe ou deveria saber serem provenientes de infração penal;

II - participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta Lei.

§3º A tentativa é punida nos termos do parágrafo único do art. 13 do Código Penal.

§4º A pena será aumentada de um a dois terços se os crimes definidos nesta Lei forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.

§5º A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e poderá ser cumprida em regime aberto ou semi-aberto, podendo o juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la por pena restritiva de direitos, se o autor, co-autor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais e de sua autoria ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS ESPECIAIS

Art. 2º O processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei:

I – obedecem às disposições relativas ao procedimento comum dos crimes punidos com reclusão, da competência do juiz singular;

II - independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país, cabendo ao juiz competente para os crimes previstos nesta Lei a decisão sobre a unidade de processo e julgamento.

III - são da competência da Justiça Federal:

a) quando praticados contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas;

b) quando a infração penal antecedente for de competência da Justiça Federal.

§1º. A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido, isento de pena o autor ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente.



§2º. No processo por crime previsto nesta Lei, não se aplica o disposto no art. 366 do Código de Processo Penal, devendo o acusado revel ser citado por edital e prosseguindo o feito até o julgamento, com a nomeação de defensor dativo.

§3º O juízo criminal competente para julgar os crimes previstos nesta Lei conhecerá dos mandados de segurança e ações relativas às medidas assecuratórias e outros atos de administração de bens, direitos ou valores relacionados.

Art. 3º Para os crimes previstos nesta Lei, o réu não poderá obter liberdade provisória mediante fiança e nem apelar em liberdade, ainda que primário e de bons antecedentes, se estiver configurada situação que autoriza a prisão preventiva.

Parágrafo único. A fiança, quando possível a concessão da liberdade provisória, será fixada proporcionalmente aos bens, direitos e valores envolvidos.

Art. 4º O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial, ouvido o Ministério Público em vinte e quatro horas, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar, no curso da investigação ou da ação penal, medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta lei ou das infrações penais antecedentes.

§1º Proceder-se-á à alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção.

§2º O juiz determinará a liberação total ou parcial dos bens, direitos e valores cuja licitude da origem for devidamente comprovada, mantendo-se a constrição dos bens, direitos e valores necessários e suficientes à reparação dos danos e ao pagamento de prestações pecuniárias, multas e custas decorrentes da infração penal.

§3º Nenhum pedido de restituição será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado ou da interposta pessoa a que se refere o *caput* do Art. 4º, podendo o juiz determinar a prática de atos necessários à conservação de bens, direitos ou valores, sem prejuízo do disposto no §1º.

§4º Poderão ser decretadas medidas assecuratórias sobre bens, direitos ou valores para reparação do dano decorrente do crime ou para pagamento de prestação pecuniária, multa e custas.

Art. 4º-A. A alienação antecipada para preservação do valor de bens sob constrição será decretada de ofício pelo juiz, requerida pelo Ministério Público ou parte interessada, mediante petição autônoma, que será autuada em apartado e cujos autos terão tramitação em separado em relação ao processo principal.

§1º Não serão submetidos à alienação antecipada os bens que a União, por intermédio do Ministério da Justiça ou o Estado, por de órgão que designar, indicarem para serem colocados sob uso e custódia de órgão público ou instituição privada, preferencialmente

envolvidos nas operações de prevenção e repressão ao crime organizado e ao crime de lavagem de dinheiro.

§ 2º Excluídos os bens colocados sob uso e custódia das entidades a que se refere o §1º deste Artigo, o requerimento de alienação deverá conter a relação de todos os demais bens, com a descrição e a especificação de cada um deles e informações sobre quem os detém e o local onde se encontram.

§ 3º O juiz determinará a avaliação dos bens nos autos apartados, intimará o Ministério Público, a União ou o Estado e o interessado, este, se for o caso, por edital com prazo de 15 (quinze) dias.

§ 4º Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz, por sentença, homologará o valor atribuído aos bens e determinará sejam alienados em leilão ou pregão, preferencialmente eletrônico, por valor não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da avaliação.

§ 5º Realizado o leilão, a quantia apurada deve ser depositada em conta judicial remunerada, conforme o disposto na Lei nº 9.703, de 11 de novembro de 1998.

§ 6º Serão deduzidos da quantia apurada no leilão todos os tributos e multas incidentes sobre o bem alienado, sem prejuízo de iniciativas que, no âmbito da competência de cada um dos entes da federação, venham a desonerar bens sob constrição judicial daqueles ônus.

§ 7º Feito o depósito a que se refere o §5º, os autos da alienação serão apensados aos do processo principal.

§ 8º Os bens a serem colocados sob uso e custódia das entidades a que se refere o §1º deste artigo serão igualmente avaliados.

§ 9º Terão apenas efeito devolutivo os recursos interpostos contra as decisões proferidas no curso do procedimento previsto neste artigo.

§ 10. Sobrevindo o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, o juiz decretará a perda, em favor da União ou do Estado, em caso de competência da justiça estadual, dos valores depositados na conta remunerada e da fiança, observado o § 3º do Art. 3º desta Lei.

§ 11. Também serão decretados perdidos os eventuais bens remanescentes, inclusive aqueles não reclamados no prazo de 90 (noventa) dias após o trânsito em julgado da sentença condenatória, que serão levados a leilão, depositando-se o saldo na conta do Tesouro da União ou do Estado-membro, no caso de competência da justiça estadual.

§12. O juiz determinará ao registro público competente que emita documento de habilitação à circulação e utilização dos bens colocados sob o uso e custódia das entidades a que se refere o *caput* deste artigo.

§13. Os recursos decorrentes da alienação antecipada de bens, direitos e valores oriundos do crime de tráfico ilícito de entorpecentes e que tenham sido objeto de dissimulação e

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
4400
FIS: _____
Doc: _____

ocultação nos termos desta lei, permanecem submetidos à disciplina definida na Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002.

Art. 4º-B. A ordem de prisão de pessoas ou as medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores, poderão ser suspensas pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata possa comprometer as investigações.

Art. 5º Quando as circunstâncias o aconselharem, o juiz, ouvido o Ministério Público, nomeará pessoa física ou jurídica qualificada para a administração dos bens, direitos ou valores sujeitos a medidas assecuratórias, mediante termo de compromisso.

Art. 6º A pessoa responsável pela administração dos bens:

I - fará jus a uma remuneração, fixada pelo juiz, que será satisfeita com o produto dos bens objeto da administração;

II - prestará, por determinação judicial, informações periódicas da situação dos bens sob sua administração, bem como explicações e detalhamentos sobre investimentos e reinvestimentos realizados.

Parágrafo único. Os atos relativos à administração dos bens serão levados ao conhecimento do Ministério Público, que requererá o que entender cabível.

### CAPÍTULO III

#### DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO

Art. 7º São efeitos da condenação, além dos previstos no Código Penal:

I - a perda, em favor da União e dos Estados, nos casos de competência da justiça estadual, de todos os bens, direitos e valores relacionados, direta ou indiretamente, à prática dos crimes previstos nesta lei, inclusive aqueles utilizados para prestar a fiança, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.

II - a interdição do exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza e de diretor, de membro de conselho de administração ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no art. 9º, pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade aplicada.

§1º. A União e os Estados, no âmbito de suas competências, regulamentarão, mediante decreto, a forma de destinação dos bens, direitos e valores cuja perda houver sido declarada, garantida a aplicação da totalidade desses recursos nos órgãos encarregados da prevenção, do combate, da ação penal e do julgamento dos crimes previstos nesta lei.

§2º. Os instrumentos do crime sem valor econômico, cuja perda em favor da União ou de Estado for decretada, serão inutilizados ou doados a museu criminal ou a entidade pública, se houver interesse na sua conservação.

§3º. Em caso de sentença absolutória transitada em julgado, o saldo da conta e os eventuais bens remanescentes serão colocados à disposição do absolvido.

#### CAPÍTULO IV

##### DOS BENS, DIREITOS OU VALORES ORIUNDOS DE CRIMES PRATICADOS NO ESTRANGEIRO

Art. 8º O juiz determinará, na hipótese de existência de tratado ou convenção internacional e por solicitação de autoridade estrangeira competente, medidas assecuratórias sobre bens, direitos ou valores oriundos de crimes descritos no art. 1º, praticados no estrangeiro.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo, independentemente de tratado ou convenção internacional, quando o governo do país da autoridade solicitante prometer reciprocidade ao Brasil.

§ 2º Na falta de tratado ou convenção, os bens, direitos ou valores sujeitos a medidas assecuratórias por solicitação de autoridade estrangeira competente ou os recursos provenientes da sua alienação serão repartidos entre o Estado requerente e o Brasil, na proporção de metade, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.

#### CAPÍTULO V

##### DAS PESSOAS SUJEITAS À LEI

Art. 9º Sujeitam-se às obrigações referidas nos arts. 10 e 11 as pessoas jurídicas que tenham, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não:

I - a captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira;

II - a compra e venda de moeda estrangeira ou ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial;

III - a custódia, emissão, distribuição, liquidação, negociação, intermediação ou administração de títulos ou valores mobiliários.

Parágrafo único. Sujeitam-se às mesmas obrigações:

I - as bolsas de valores e bolsas de mercadorias ou futuros;

II - as seguradoras, as corretoras de seguros e as entidades de previdência complementar ou de capitalização;

III - as administradoras de cartões de credenciamento ou cartões de crédito, bem como as administradoras de consórcios para aquisição de bens ou serviços;



IV - as administradoras ou empresas que se utilizem de cartão ou qualquer outro meio eletrônico, magnético ou equivalente, que permita a transferência de fundos;

V - as empresas de arrendamento mercantil (*leasing*) e as de fomento comercial (*factoring*);

VI - as sociedades que efetuem distribuição de dinheiro ou quaisquer bens móveis, imóveis, mercadorias, serviços, ou, ainda, concedam descontos na sua aquisição, mediante sorteio ou método assemelhado;

VII - as filiais ou representações de entes estrangeiros que exerçam no Brasil qualquer das atividades listadas neste artigo, ainda que de forma eventual;

VIII - as demais entidades cujo funcionamento dependa de autorização de órgão regulador dos mercados financeiro, de câmbio, de capitais e de seguros;

IX - as pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que operem no Brasil como agentes, dirigentes, procuradoras, comissionárias ou por qualquer forma representem interesses de ente estrangeiro que exerça qualquer das atividades referidas neste artigo;

X - as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades de promoção imobiliária ou compra e venda de imóveis;

XI - as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem jóias, pedras e metais preciosos, objetos de arte e antiguidades.

XII - as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem, ou intermediem a comercialização, de bens de luxo ou de alto valor ou exerçam atividades que envolvam grande volume de recursos em espécie;

XIII - as juntas comerciais e os registros públicos;

XIV - as pessoas físicas ou jurídicas que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contabilidade, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, em operações:

- a) de compra e venda de imóveis, estabelecimentos comerciais ou industriais ou participações societárias de qualquer natureza;
- b) de gestão de fundos, valores mobiliários ou outros ativos;
- c) de abertura ou gestão de contas bancárias, de poupança, investimento ou de valores mobiliários;
- d) de criação, exploração ou gestão de sociedades de qualquer natureza, fundações, fundos fiduciários ou estruturas análogas;
- e) financeiras, societárias ou imobiliárias;

f) de alienação ou aquisição de direitos sobre contratos relacionados a atividades desportivas ou artísticas profissionais.

XV – pessoas físicas ou jurídicas que atuem na promoção, intermediação, comercialização, agenciamento ou negociação de direitos de transferência de atletas, artistas ou feiras, exposições ou eventos similares;

XVI – as empresas de transporte e guarda de valores.

XVII – as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem, ou intermedeiem a comercialização, de bens de alto valor de origem rural.

## CAPÍTULO VI

### DA IDENTIFICAÇÃO DOS CLIENTES E MANUTENÇÃO DE REGISTROS

Art. 10. As pessoas referidas no art. 9º:

I – identificarão seus clientes e manterão cadastro atualizado, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes;

II – manterão registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro, que ultrapassar limite fixado pela autoridade competente e nos termos de instruções por esta expedidas.

III – deverão adotar políticas, procedimentos e controles internos, compatíveis com seu porte e volume de operações, que lhe permitam atender o disposto nos arts. 10 e 11, na forma das instruções expedidas pelas autoridades competentes.

IV – deverão cadastrar-se e manter seu cadastro atualizado junto à competente autoridade fiscalizadora ou reguladora, na forma e condições por ela estabelecidas.

V – deverão atender, no prazo fixado, as requisições formuladas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, na forma por ele determinada, sendo que as informações prestadas serão classificadas como confidenciais, nos termos do parágrafo 1º, do art. 23 da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991.

Art. 10-A – O Banco Central manterá registro centralizado formando o cadastro geral de correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como de seus procuradores.

## CAPÍTULO VII

### DA COMUNICAÇÃO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 11. As pessoas referidas no art. 9º:

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: 4402
Doc:

I - dispensarão especial atenção às operações que, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes, possam constituir-se em sérios indícios dos crimes previstos nesta Lei, ou com eles relacionar-se;

II – comunicação ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras - COAF, no prazo máximo de 24 horas, a proposta ou realização:

- a) de todas as transações constantes do inciso II do art. 10 que ultrapassem limite fixado, para esse fim, pela autoridade reguladora ou fiscalizadora competente e nas condições por ela estabelecidas;
- b) das operações previstas no inciso I deste artigo.

III – deverão comunicar à autoridade reguladora ou fiscalizadora competente, na periodicidade, forma e condições por ela estabelecidas, a não ocorrência de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF nos termos do inciso II;

§ 1º As autoridades competentes, nas instruções referidas no inciso I deste artigo, elaborarão relação de operações que, por suas características, no que se refere às partes envolvidas, valores, forma de realização, instrumentos utilizados, ou pela falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar a hipótese nele prevista.

§ 2º As comunicações de boa-fé, feitas na forma prevista neste artigo, não acarretarão responsabilidade civil ou administrativa.

§ 3º. O COAF disponibilizará as comunicações recebidas com base no inciso II deste Artigo às autoridades competentes para a fiscalização ou regulação das respectivas pessoas a que se refere este artigo.

§ 4º. As pessoas referidas no art. 9º desta Lei abster-se-ão de dar aos clientes ciência das comunicações feitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

Art. 11-A As transferências internacionais e os saques em espécie deverão ser previamente comunicados à instituição financeira, nos termos, limites, prazos e condições fixados pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A comunicação a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser dispensada pela instituição financeira em razão do perfil do cliente ou da justificativa apresentada.

## CAPÍTULO VIII DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

Art. 12 – Às pessoas referidas no art. 9º, bem como aos administradores das pessoas jurídicas, que deixem de cumprir as obrigações previstas nos arts. 10 e 11 serão aplicadas, cumulativamente ou não, pelas autoridades competentes, as seguintes sanções:

I – advertência;

II- multa pecuniária variável, de 1% (um por cento) até o dobro do valor da operação, ou até 200% (duzentos por cento) do lucro obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação, ou, ainda, multa de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

III – inabilitação temporária, pelo prazo de até 10 (dez) anos, para o exercício do cargo de administrador das pessoas jurídicas referidas no art. 9º;

IV – cassação da autorização para operação ou funcionamento.

§ 1º. A pena de advertência será aplicada por irregularidade no cumprimento das instruções referidas nos incisos I e II do art. 10.

§ 2º. A multa será aplicada sempre que as pessoas referidas no art. 9º, por culpa ou dolo:

I – deixarem de sanar as irregularidades objeto de advertência, no prazo assinalado pela autoridade competente;

II – não cumprirem o disposto nos incisos I a IV do art. 10;

III – deixarem de atender, no prazo, a requisição formulada nos termos do inciso V do art. 10;

IV – descumprirem a vedação ou deixarem de fazer as comunicações a que se refere o art. 11.

§ 3º. A inabilitação temporária será aplicada quando forem verificadas infrações graves quanto ao cumprimento das obrigações constantes desta Lei ou quando ocorrer reincidência específica, devidamente caracterizada em transgressões anteriormente punidas com multa.

§ 4º. A cassação da autorização será aplicada nos casos de reincidência específica de infrações anteriormente punidas com a pena prevista no inciso III do *caput* desse artigo.

Art. 13. O procedimento para a aplicação das sanções previstas neste Capítulo será regulado por decreto, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## CAPÍTULO IX

### DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

Art. 13. É criado, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, com a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas nesta Lei, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades.

§ 1º As instruções referidas no art. 10 destinadas às pessoas mencionadas no art. 9º, para as quais não exista órgão próprio fiscalizador ou regulador, serão expedidas pelo COAF,

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: <u>4403</u>
Doc: _____

347

competindo-lhe, para esses casos, a definição das pessoas abrangidas e a aplicação das sanções enumeradas no art. 12.

§ 2º O COAF deverá, ainda, coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores.

§ 3º O COAF poderá requerer aos órgãos da Administração Pública as informações cadastrais bancárias e financeiras de pessoas envolvidas em atividades suspeitas.

Art. 15 O COAF comunicará às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis, quando concluir pela existência de crimes previstos nesta Lei, de fundados indícios de sua prática, ou de qualquer outro ilícito.

Parágrafo único. Não serão consideradas violações de sigilo as comunicações realizadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF na forma deste artigo.

Art. 16 – O COAF será composto por servidores públicos de reputação ilibada e reconhecida competência, designados em ato do Ministro de Estado da Fazenda, dentre os integrantes do quadro de pessoal efetivo do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência de Seguros Privados, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Secretaria da Receita Federal, da Agência Brasileira de Inteligência, do Departamento de Polícia Federal, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça, do Ministério da Previdência Social e da Controladoria-Geral da União, atendendo à indicação dos respectivos Ministros de Estado.

§ 1º O Presidente do Conselho será nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º Das decisões das autoridades competentes relativas aos processos administrativos no âmbito desta Lei caberá recurso ao Ministro de Estado da Fazenda, inclusive nos casos de arquivamento, quando o recurso deverá ser de ofício.

Art. 17 O COAF terá organização e funcionamento definidos em estatuto aprovado por decreto do Poder Executivo.

Art. 18. Os órgãos públicos que, no exercício de suas funções, constatarem indícios de descumprimento das obrigações previstas nos arts. 10 e 11, pelas pessoas mencionadas no art. 9º, deverão informar ao COAF.

Parágrafo único. O COAF poderá firmar convênio com entidades de classe representativas das pessoas referidas no artigo 9º, para auxiliar na fiscalização e implementação pelos seus representados das obrigações constantes desta Lei.

Art. 2º. Fica acrescido à Lei nº 9.613/98 o seguinte artigo:

Art. 19. Compete ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI, órgão da estrutura do Ministério da Justiça, propor, integrar e

desenvolver ações do Governo Federal voltadas à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro, à melhoria da cooperação jurídica internacional e ao incremento da recuperação de ativos de origem ilícita, promovendo a articulação dos órgãos dos Poderes Executivo, *Legislativo, Judiciário e dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais nestas matérias, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades.*

Art. 3º. O Artigo 349 do Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 349 - Prestar a criminoso, fora dos casos de co-autoria, receptação e lavagem de dinheiro, auxílio destinado a tornar seguro o proveito de crime.

Pena – Reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Art. 4º. O Poder Executivo fará publicar no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, a íntegra da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, com as alterações resultantes desta lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

Quando um criminoso pratica um delito com a finalidade de obter vantagens financeiras, é necessário que os recursos assim obtidos possam estar disponíveis para seu posterior usufruto. A lavagem de dinheiro é o instrumento para recolocar na economia formal os valores ilícitos.

Combater a lavagem de dinheiro é retirar do criminoso a possibilidade de utilização do produto do crime. Assim, não há como negar a importância de um arcabouço legal eficiente e consistente que, em conjunto com um aparato repressor diligente e tecnicamente bem formado, irão reduzir consistentemente a criminalidade.

Uma das principais conclusões a que chegou esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no transcorrer de suas atividades foi a necessidade de imediata reforma da atual Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.

Dentre as críticas mais recorrentes à Lei nº 9.613, de 1998, encontra-se aquela relativa à curta lista de crimes considerados antecedentes para a configuração da lavagem de dinheiro. Dado que, originalmente, as leis visando coibir a transformação de recursos ilícitos em lícitos tinham como alvo principal o combate ao crime de tráfico de entorpecentes, convencionou-se denominar de “primeira geração” as leis que tratavam de prever punições apenas para quem lavasse dinheiro originário daquela prática criminosa. A lei de “segunda geração”, por sua vez, relaciona os crimes antecedentes, enquanto a de “terceira geração” criminaliza a prática de lavagem de dinheiro independentemente do crime que deu origem aos recursos “lavados”.

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: - -
- 4404 -
Doc:



### 13.2.3.2 Alteração da Lei de Improbidade Administrativa.

#### PROJETO DE LEI Nº , DE 2006

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

Altera dispositivos da Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 10, 12, 13, 17, 19 e 23 da Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.10.....

XVI – celebrar ou autorizar a celebração de contrato de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, para fim não autorizado por lei ou com desvio de finalidade;

XVII – utilizar-se de recursos públicos para a divulgação de publicidade que contenha:

a) nomes, símbolos, imagens ou quaisquer sinais que caracterizem a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos ou que lhes associem aos atos praticados no exercício da função e no cumprimento de seus deveres legais;

b) agradecimento nominal a autoridades públicas pela realização de obras ou a prestação de serviços públicos;

c) associação do nome ou imagem de autoridade ou servidor público a serviço público ou a programa público de caráter assistencialista;

XVIII – permitir, facilitar ou concorrer para a concessão de benefícios de programas sociais governamentais em desacordo com os critérios fixados em lei.” (NR)

“Art. 12.....



I - na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de dez a dezesseis anos, pagamento de multa civil de até dez vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de doze anos;

II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a doze anos, pagamento de multa civil de até cinco vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de oito anos;

III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de quatro a oito anos, pagamento de multa civil de até trezentas vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de quatro anos.

.....” (NR)

“Art. 13.....

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e deverá ser apresentada nos três anos subsequentes à data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

.....” (NR)

“Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público, por Partido Político ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de cento e vinte dias da efetivação da medida cautelar, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período pelo juízo competente, mediante pedido fundamentado do Ministério Público, do Partido Político ou da pessoa jurídica interessada.

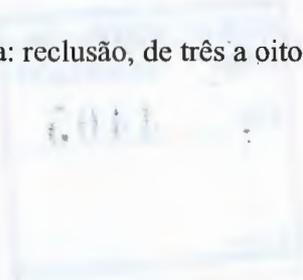
.....

§ 4º O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade absoluta.

.....” (NR)

“Art.19.....

Pena: reclusão, de três a oito anos, e multa.



§1.º Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.

§2.º A pena é aumentada de terça parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.” (NR)

“Art. 23. ....

I - até dezesseis anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

II - dentro do dobro prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.” (NR)

Art. 2.º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios constatou, ao longo de seus trabalhos, a necessidade de alteração de dispositivos da Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, a fim de incrementar os mecanismos legais de combate aos atos de improbidade administrativa e facilitar a sua apuração e julgamento.

Por meio dos trabalhos realizados pela CPMI, apurou-se que quantia considerável de recursos objeto das investigações originaram-se de contratos de publicidade firmados pelo Poder Público.

É inegável que muitos desses contratos são rotineiramente firmados em contrariedade à norma constante do art. 37, §1.º, da Constituição Federal, que estabelece: *“a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”*.

Além de serem assinados com o propósito escuso de promoção pessoal de agentes públicos, muitos contratos são firmados em manifesto desvio de finalidade. Outros, aparentemente, não ofendem às regras acima citadas. Contudo, são assinados com o objetivo de privilegiar particulares, destinatários de enormes quantias que envolvem tais contratações, que terminam por repassá-las a outros, a exemplo dos fatos apurados pela presente CPMI.

De modo a coibir essa prática, propomos a inserção das condutas de celebrar ou autorizar a celebração de contrato de publicidade em desacordo com o disposto no art. 37, §1.º, da Magna Carta, para fim autorizado por lei ou com desvio de finalidade como ato de improbidade administrativa previsto expressamente na Lei 8.429, de 1992,

RS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>4406</u> 353
Doc: _____

Também sugerimos a inserção da conduta de utilização de recursos públicos para a produção ou difusão de publicidade que contenha nomes, símbolos, mensagens ou quaisquer sinais que caracterizem promoção pessoal ou agradecimento pela realização de obras e serviços públicos.

Propomos o agravamento das sanções para os atos de improbidade administrativa para cada uma das modalidades previstas nos arts. 9, 10 e 11 da Lei. A modificação abrange tanto o tempo de suspensão dos direitos políticos quanto o valor a ser arbitrado a título de multa civil e o tempo de proibição para contratação ou recepção de benefícios ou incentivos do Poder Público.

Acreditamos que os períodos e os valores ora em vigor afiguram-se desproporcionais e ineficazes para a repressão de tão repudiáveis práticas, que crescem a cada dia e adquirem grau de complexidade cada vez maior.

Também formulamos alteração no sentido de obrigar o agente público a atualizar e entregar a sua declaração de bens nos três anos subsequentes à data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função, de modo a intensificar a fiscalização sobre esse agente e coibir a prática de atos de improbidade administrativa nesse período.

Outra alteração proposta é a dilação do prazo para a propositura da ação principal após a efetivação de medida cautelar, que atualmente é de trinta dias, bem como a inclusão dos Partidos Políticos como possíveis proponentes da ação.

Há de se observar que o prazo é extremamente curto, se considerarmos o volume de trabalho do Ministério Público e a complexidade que as investigações desses atos envolvem. A idéia é ampliar o prazo para a propositura da ação principal, sem deixar de garantir à pessoa que teve bens, direitos ou valores de sua propriedade sujeitos a medidas assecuratórias a brevidade desse procedimento cautelar.

Outra necessidade que se mostra é a alteração da pena prevista na Lei para o crime de representação por ato de improbidade administrativa quando o autor da denúncia sabe da inocência do denunciado.

Atualmente a pena cominada é de detenção de seis a dez meses e multa. Há de se assinalar, contudo, que essa conduta é equivalente ao tipo previsto no art. 339 do Código Penal, que tipifica a conduta de *“dar causa à instauração de investigação policial, processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente”*, cuja pena é de reclusão, de dois a oito anos, e multa. Por se tratar de condutas similares e que tutelam o mesmo bem jurídico, as penas hão de ser as mesmas, motivo pelo qual se propõe a alteração do art. 19 da Lei.

Por fim, também propomos a alteração dos prazos de prescrição das ações para apuração dos atos previstos na Lei de Improbidade Administrativa.

É de se assinalar que as autoridades policiais e o Ministério Público se deparam com um volume de trabalho cada vez maior a envolver o tema da lavagem de dinheiro e crimes antecedentes correlatos.

Contudo, inúmeras restrições como o quadro restrito de servidores tecnicamente habilitados para as investigações e a complexidade da atividade delitiva dificultam a realização de um trabalho de qualidade que consiga atender às demandas da sociedade.

Considerando que o prazo de cinco ainda assegura a impunidade de muitos agentes públicos que causam prejuízos ao erário, propõe-se a dilação dos prazos prescricionais, a fim de garantir a apuração desses atos e a efetiva punição dos culpados.

Em razão da importância e necessidade de implementação das medidas legislativas aqui constantes, contamos com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

RQS nº 03/2005 - CN =	
CPMI - CORREIOS	
Fis: _____	4407 355
Doc: _____	

### 13.2.3.3 Redução da discricionariedade nas licitações.

#### PROJETO DE LEI Nº , DE 2006

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, para reduzir a discricionariedade nos processos licitatórios.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º.....

§ 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração, observado o disposto no inciso V do § 2º.

§ 2º.....

V - houver projeto executivo aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório, quando se tratar de obra ou serviço de grande vulto.

.....”

“Art. 74-A. É vedado o acompanhamento ou fiscalização da execução de contrato bem como o recebimento de seu objeto, ainda que provisório, por representante que tenha tomado parte do processo de licitação correspondente, em qualquer de suas etapas.”

“ Art. 87....., .....

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, bem como do Tribunal de Contas da União, do Estado ou do Município, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICATIVA

Segundo a Lei nº 8.666/93, as obras serão licitadas quando já houver projeto básico aprovado e disponível para exame pelos interessados. A própria lei define projeto básico como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, os quais assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

Os dispositivos deixam claro que o projeto básico da obra não é uma exigência formal, mas uma imposição da própria sistemática de licitação e contratação, pois é ele que retrata a necessidade da administração, e é a partir dos dados dele constantes que serão dimensionados os recursos necessários - materiais, equipamentos, serviços, mão de obra etc., bem como estabelecidos os prazos e preços. Assim, o projeto básico é o parâmetro da aferição da necessidade, da dimensão e do custo da obra.

Nesse sentido é fácil perceber que quaisquer falhas existentes no projeto básico conduzem a uma desvinculação das reais necessidades da administração. Por isso, segundo o Tribunal de Contas da União, muitas irregularidades têm sido verificadas em virtude de projeto básico inepto, ocasionando perdas financeiras e sociais com os atrasos na execução das obras.

Assim, um projeto básico baseado em levantamento desatualizado conduzirá a uma obra que não atenda às exigências atuais da administração; com especificações excessivamente genéricas, conduzirá a um orçamento com estimativas de quantitativos de materiais, equipamentos e recursos humanos pouco acuradas e dificilmente coincidentes com as efetivas necessidades; pouco detalhado ou aprofundado, provocará alterações na etapa de execução, o que pode alterar significativamente as estimativas do prazo e custos inicialmente estabelecidos.

Um projeto básico mal elaborado, nem sempre de boa-fé, resulta em um inadequado orçamento da obra e, por conseqüência, em licitação e contrato dissonante da realidade. Tal situação possibilita e, muitas vezes, impõe, posteriores alterações contratuais, em regra, em prejuízo da Administração e da sociedade.

O projeto executivo, por conter detalhadamente todas as especificações de serviços, materiais e processos construtivos, pode reduzir significativamente a ocorrência desses problemas, sobretudo em obras de grande vulto, cujo valor já foi definido na própria lei. Em face do detalhamento a elaboração de um projeto executivo é mais onerosa e mais demorada que a de um projeto básico, mas para obras de maior vulto tais ônus podem ser relevados.

RQS nº 03/2005 - CN:
CPMI - CORREIOS
Fis: 4408
Doc:

Objetivando reduzir a ocorrência desses problemas sugerimos que seja exigida, para a licitação de obras de grande vulto, a aprovação anterior do projeto executivo, em lugar do projeto básico.

Além disso, há de se convir que a lei foi muito permissiva ao não restringir a participação, na execução dos contratos, de agentes públicos que já atuaram no respectivo processo licitatório. O excesso de discricionariedade é flagrante, haja vista que o mesmo servidor pode atuar em todo o processo, desde a elaboração do edital até a fiscalização da execução do contrato e recebimento do objeto. Com isto, abre-se espaço para o surgimento da improbidade nas licitações.

Por fim, é também de se estranhar que a lei não tenha previsto a possibilidade de as cortes de contas, que efetuam a fiscalização e controle dos processos licitatórios, declararem a inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública, daqueles que não executam, total ou parcialmente, os contratos firmados. A nosso ver, o órgão fiscalizador deve ter à sua disposição instrumentos de punição, até mesmo porque, a continuar como hoje previsto, o poder de declarar a inidoneidade encontra-se apenas na competência do agente político do Poder Executivo a que o contrato está vinculado e, como sabemos, o controle é tão mais eficiente quantos forem os envolvidos em sua aplicação. Assim, para reduzir a discricionariedade dos referidos agentes com relação aos processos de licitação e contratação na Administração Pública, sugerimos também modificação do parágrafo terceiro do art. 87 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Isto posto, submetemos a presente proposição à apreciação dos nobres Parlamentares, certos de que sua aprovação contribuirá em muito para a promoção dos valores éticos e democráticos em nosso país.

Sala das Sessões, em de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

### 13.2.3.4 Ampliação do âmbito de aplicação do pregão eletrônico, licitação por “proposta mais vantajosa” e melhoria de mecanismos de controle

#### PROJETO DE LEI Nº , DE 2006 (Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º Para aquisição de bens e serviços em geral, poderá ser adotada a licitação na modalidade pregão, que será regida por esta Lei. *Parágrafo único.* Excetuam-se da abrangência desta Lei as licitações cujos objetos demandem uma análise detida de aspectos técnicos, notadamente quando se trate das hipóteses de ‘melhor técnica’ e ‘técnica e preço’. (NR)”

“Art. 3º .....

II – a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, nela contida o código do gênero do bem ou serviço, conforme definido pelas autoridades competentes, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição (NR)”

“Art. 4º .....

VIII – no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor. Na hipótese do parágrafo 1º deste artigo, seguirão para a etapa de lances o autor da oferta de maior pontuação e os das ofertas com pontuações até 20% menores.

X – para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, salvo na hipótese do parágrafo 1º deste artigo, observados os prazos máximos para

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - - CORREIOS
Fls: 4409
Doc:

fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

.....  
§ 1º O órgão licitante poderá adotar, para julgamento e classificação das propostas, o critério da oferta mais vantajosa, hipótese em que deverá tornar claro no edital convocatório como se dará a composição da pontuação final, integrada pelas avaliações de qualidade e preço.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, durante todo o processo de pregão eletrônico deverá ser utilizada a formulação matemática proposta no edital para balizar, em tempo real, a pontuação obtida com cada lance regressivo. (NR)”

Art. 2º A Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, passa a vigor acrescida do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A. Nos casos de comprovada urgência, poderá a entidade licitante, mediante decisão de sua maior autoridade, abrir processo de pregão eletrônico de urgência, que deverá ser concluído no prazo de 48 horas, atendendo às seguintes diretrizes:

I – Será dispensada a publicação prévia do edital no Diário Oficial impresso, o mesmo não se aplicando ao extrato do contrato após a adjudicação. Será entretanto imprescindível a disponibilização integral do edital no endereço eletrônico da entidade licitante ou de sua delegatária para tais fins;

II – Todos os licitantes cadastrados como fornecedores do gênero de bens ou serviços a serem licitados deverão ser comunicados por correio eletrônico ou *fac-símile* em prazo não superior a duas horas da divulgação do edital no endereço eletrônico autorizado e não inferior a vinte e duas horas do encerramento da recepção de ofertas; III – Os eventuais recursos serão alegados e decididos de plano pelo pregoeiro, não tendo em qualquer hipótese caráter suspensivo.

IV – A utilização indiscriminada do pregão de urgência sujeitará a autoridade responsável por sua autorização às penas previstas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, por improbidade administrativa, bem como, se cabível, à hipótese do § 2º do art. 25 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.”

Art. 3º Os arts. 24, 25 e 45 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 24 .....

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que deva ser necessariamente sanada em menos de 48 horas, sob pena de ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários

ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

..... (NR)”

“Art. 25.....

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para quaisquer dos serviços mencionados no §2º do artigo anterior.

.....(NR)”

“Art. 45.....

V – a de proposta mais vantajosa.

..... (NR)”

Art. 4.º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigor acrescida dos seguintes arts. 25-A e 46-A:

“Art. 25-A. Os casos de dispensa ou de inexigibilidade de licitação que não se enquadrem nas hipóteses do art. 24, incisos I e II, deverão ser comunicados ao Tribunal de Contas e ao órgão de controle interno, se existente, que sobre eles deverão manifestar-se num prazo de até 15 (quinze) dias, sem prejuízo da continuidade do certame.

Parágrafo único. Nenhum órgão ou entidade poderá realizar contratos por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação quando já houver comprometido através desses mecanismos mais de 20% (vinte por cento) de sua dotação orçamentária anual, salvo na hipótese do art. 24, inciso IV.”

“Art. 46-A. O tipo de licitação ‘proposta mais vantajosa’ será utilizado quando se desejar somar ao critério de preço uma avaliação do desempenho do licitante em contratos anteriores, ponderando diversos critérios como qualidade, valor técnico, características estéticas e funcionais, características ambientais e sociais, custo de utilização, rendimento e economicidade, assistência técnica e serviço pós-venda, prazo de entrega ou de execução, pontualidade, dentre outros.

§ 1º No caso do *caput* deste artigo, a entidade licitante especificará no edital convocatório a ponderação relativa que atribui a cada um dos critérios escolhidos para determinar a proposta economicamente mais vantajosa.

§ 2º *Sempre que, no entender da entidade licitante, a ponderação não for possível por razões demonstráveis, indicar-se-á, no edital convocatório um intervalo de variação para a ponderação de cada critério ou sua ordem de importância.*”

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - - CORREIOS
Fls: <u>4410</u>
Doc: _____

361

Art. 5º Os arts. 24 e 89 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, passam a vigorar acrescidos dos seguintes §2º, sendo renumerados seus parágrafos únicos como §1º:

“Art.24.....

§ 1º .....

§ 2º Não poderão ser objeto de dispensa de licitação os contratos relativos a:

I – publicidade, propaganda e divulgação;

II – obras arquitetônicas para melhoria visual de instalações;

III – atividades de lazer, turismo ou aquisição de passagens e hospedagens;

IV – aquisição de jornais e revistas;

V – aluguel de veículos;

VI – serviços gráficos, salvo aqueles previstos no inciso XVI deste artigo;

VII – serviços de telecomunicações;

VIII – serviços de segurança;

IX – serviços de limpeza e manutenção;

X – serviços de prestação contínua, assim considerados aqueles de que o órgão faça uso por período superior a 60 (sessenta) meses.

“Art. 89.....

§ 1º .....

§ 2º Incorre no dobro da pena prevista neste artigo, sem prejuízo da adequada responsabilização por improbidade administrativa aquele que, por negligência, imprevisão ou conluio, dispensar licitação com base no art. 24, inciso IV, quando as condições autorizativas para tal dispensa fossem evitáveis.”

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A legislação e o sistema eletrônico de pregão eletrônico brasileiro é um dos mais avançados do mundo. No entanto, necessita ter seu escopo de aplicação ampliado, bem como carece que algumas melhorias lhe sejam acrescentadas, limitando os espaços para corrupção justamente em virtude do ainda estreito rol de aplicação do pregão eletrônico.

Inicialmente, é necessário acabar com o conceito de bens ou serviços “comuns”, abrindo o pregão para licitar qualquer tipo de bens ou serviços. Na hipótese de ser necessária uma etapa de qualificação técnica, e quando as informações existentes no sistema Integrado de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos - SIFAC, fruto de outra proposição legislativa desta CPMI, não supram as necessidades da Administração, tal avaliação poderá ser feita antecipadamente, e a pontuação das licitantes já aplicada a uma equação matemática que, atribuindo-se os valores dos preços oferecidos no leilão às variáveis adequadas, retornará, em tempo real, o valor da média ponderada de pontos que levará à escolha do licitante vencedor.

A imposição feita pela normativa brasileira de comprar pelo menor preço freqüentemente faz com que o administrador público compre mal. Computadores, material de escritório, contratação de serviços terceirizados, entre outros, são freqüentemente adquiridos de fornecedores de segunda linha, rotineiramente impedindo que a Administração Pública funcione a contento.

Para solucionar tais problemas, o administrador costuma seguir por um de três caminhos: ou enxerta no edital de cláusulas que restrinjam a competitividade do certame, de modo a comprar um produto melhor (e que enseja anulação pelo Judiciário, causando a lentidão do processo e por vezes a responsabilização do administrador), fraciona o contrato em quantidades menores de modo a permitir-se a compra direta ou dirigida por convite, ou ainda dispensa a licitação sob o argumento de urgência.

Todas essas soluções fazem com que o administrador fuja ao que seria uma concepção mais moderna a respeito do funcionamento do Estado, perca o tempo no manejo da atividade-meio, ao passo que perde o foco na atividade-fim do Estado.

Pensando nisso, propõe-se a criação de um novo critério de julgamento das propostas dos licitantes, batizado de “oferta mais vantajosa”. Esse critério, consagrado recentemente pela normativa da União Européia e integrante há décadas da normativa americana, permite ao órgão licitante adicionar um juízo de qualidade baseado em experiências anteriores com aquele mesmo fornecedor.

Esse critério diferencia-se da licitação de “técnica e preço”, uma vez que na idéia de proposta mais vantajosa está a remissão à experiência anterior, utilizável em qualquer tipo de contrato, enquanto a “técnica e preço” realiza seu juízo de valor sobre a capacidade técnica do licitante no curso do processo, baseando-se tão-somente na documentação apresentada, e, mesmo assim, somente pode ser aplicado a um rol muito específico de contratos, quais sejam aqueles de “serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos” (art. 46 da Lei nº 8.666/93).

Com o novo tipo de licitação, o administrador público poderia beneficiar-se das experiências na execução de contratos anteriores para que instruísem a valoração da “proposta mais vantajosa”, quanto ao cumprimento dos prazos para entrega da qualidade

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
363
Fis: 4111
Doc:

da assistência técnica, da durabilidade e rendimento dos produtos, eventualmente até mesmo certificações de qualidade ISO, e outros. O julgamento de qualidade poderá ser realizado por técnicos ou pelos usuários dos bens ou serviços que, amparados em consulta estatística, responderão objetivamente a formulários nos quais será preservada a identidade daquele que o preencheu.

Igualmente, será possível beneficiar empresas com responsabilidade social, que busquem a preservação do meio ambiente, a contratação de deficientes físicos, o apoio a programas sociais, etc., fazendo com que sejam beneficiadas nas licitações em que participem, o que é impossível na atual normativa.

Tais avaliações, que poderiam ser armazenadas nas bases de dados do SIFAC ou em outros sistemas construídos para esse fim, seriam multiplicados pelos pesos proporcionais conferidos a cada item pelo administrador público, em razão de sua importância para cada licitação específica e então seriam somados ao critério de preço definido no subsistema de pregão eletrônico para eleger a proposta mais vantajosa. Para as empresas novas, que ainda não possuam avaliação no subsistema de qualidade, será aplicado um artifício matemático que lhes atribuiria uma oportunidade de competição, calculando-se uma média entre os demais concorrentes enquanto a empresa não atinja suas cinco primeiras avaliações, por parte de pelo menos dois órgãos diferentes.

Ainda, para fins de diminuir drasticamente a dispensa de licitação por urgência, fruto de inúmeros relatos de favorecimento ilegal de empresas ligadas a governantes, cria-se um pregão de urgência, com prazos ainda mais reduzidos e com envio de convite eletrônico aos licitantes cadastrados, dispensando a publicação em Diário Oficial dos atos e reduzir o tempo necessário para contratação em casos prementes para a Administração.

A dispensa de licitação por urgência passa a ser admissível apenas quando a autoridade afirmar, em despacho fundamentado, que a contratação necessariamente deverá dar-se em menos de 48h, hipótese em que o controle judicial seria muito mais eficiente e objetivo do que apreciar o que é, abstratamente, “urgente”. Por fim, são propostas modificações à Lei nº 8.666, de 1993, a fim de limitar ainda mais eventuais “brechas” para fugir ao controle ora proposto, multiplicando os casos em que será vedada a utilização dos institutos da dispensa e da inexigibilidade de licitação.

Isto posto, submetemos a presente proposição à apreciação dos nobres Parlamentares, certos de que sua aprovação contribuirá em muito para a promoção dos valores éticos e democráticos em nosso país.

Sala das Sessões, 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

### 13.2.3.6 Inclusão de normas específicas relativas a serviços de publicidade na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

#### PROJETO DE LEI Nº , DE 2006

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Capítulo I da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção IV-A:

“Seção IV-A Dos Serviços de Publicidade

Art. 13-A. As licitações para a prestação de serviços de publicidade deverão ser precedidas da elaboração e aprovação de *briefing*. § 1º O *briefing* consiste num resumo informativo, padronizado e preliminar ao planejamento e à criação publicitária, e deverá conter, de forma precisa, completa, clara e objetiva, todas as informações que a administração deve fornecer às empresas licitantes para orientar seu trabalho.

§ 2º As propostas técnicas deverão ter embalagens, formatos de leiautes e pranchas padronizados.

§ 3º É vedada a aposição, nas peças das propostas técnicas, de qualquer sinal ou marca que possa permitir a identificação do licitante.

§ 4º O material referente ao portfólio deverá ser entregue em invólucro à parte, padronizado e sem identificação na parte externa.

§ 5º A aposição de qualquer sinal ou marca no invólucro do portfólio ou nas embalagens e peças da proposta técnica que permitam a identificação da empresa licitante implicarão sua imediata desclassificação do processo licitatório.

Art. 13-B. Cada membro da Comissão de Licitação atribuirá notas às propostas técnicas em todos os quesitos analisados, em caráter irrevogável, sem a possibilidade de identificação das empresas licitantes e sem o conhecimento das notas atribuídas pelos demais membros.

§ 1º Serão desprezadas as notas que, na apuração final, distanciarem-se em trinta ou mais pontos percentuais da média de todas as notas atribuídas ao mesmo quesito.

RGS nº 03/2006 - CN:
CPMI - CORREIOS
Fis: 4412
Doc: _____

365

§ 2º Os portfólios serão julgados à parte, antes do julgamento das propostas técnicas.

§ 3º Os membros da Comissão de Licitação deverão ter formação ou qualificação profissional adequada para o julgamento das campanhas publicitárias.

Art. 13-C. A execução dos contratos de publicidade deverá ser acompanhada para garantir a vinculação entre a proposta técnica vencedora e o trabalho publicitário executado.

§ 1º As agências de publicidade com tratadas deverão anexar, nas faturas de produção, três orçamentos de fornecedores pré-cadastrados.

§ 2º Os pagamentos a fornecedores, pela agência contratada, deverão ser feitos exclusivamente por transferência bancária direta ou por cheque nominal, cruzado, com indicação expressa de destino somente para depósito em conta-corrente do favorecido.

§ 3º Os faturamentos de veiculação apresentados ao órgão ou entidade contratante deverão ser acompanhados do faturamento do veículo, de sua tabela de preços, da descrição dos descontos negociados e dos pedidos de inserção correspondentes, bem como de relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, onde houver.

§ 4º As agências contratadas deverão manter acervo comprobatório do trabalho realizado e das peças publicitárias produzidas.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

Não é de hoje que vemos denúncias de corrupção, alimentado por práticas ilegais de agências de publicidade, colocarem sob suspeita os processos licitatórios para contratação deste tipo de serviço, gerando desconforto para todo o setor publicitário.

Assim, na busca de soluções que reduzam a subjetividade e a discricionariedade que tanto dificultam o controle destes processos, solicitamos contribuições dos profissionais da área e agentes públicos atuantes em licitações, para elaborar uma proposta que pudesse atender os interesses da administração pública sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados.

Desta forma, adequando proposta da Associação Brasileira de Agências de Publicidade – ABAP aos ditames do direito administrativo, elaboramos o presente projeto de lei, que visa especificar, na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, normas para licitação e contratação de serviços de publicidade.

Com isto, pretendemos dotar o serviço público de recursos técnicos e jurídicos capazes de reduzir ao mínimo as possibilidades de cometimento de ilícitos e de uma relação promiscua, devido às grandes somas de dinheiro envolvidas, entre a administração pública e a área publicitária em nosso país.

Isto posto, submetemos a presente proposição à apreciação dos nobres Parlamentares, certos de que sua aprovação contribuirá em muito para a promoção dos valores éticos e democráticos em nosso país.

Sala das Sessões, 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

RQS nº 03/2005 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fis: <b>4413</b>
Doc: _____

### **13.2.3.7 Institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público.**

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2006**  
(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público compõe-se do conjunto de medidas previstas nesta Lei para a proteção e compensação da pessoa que, em prol do interesse público, proceda à revelação de informações de que tenha conhecimento.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se revelação de interesse público a delação, notícia ou o fornecimento de qualquer peça de informação, dado, referência, indício ou prova capaz de ensejar ou auxiliar a apuração, processamento e julgamento de ação ou omissão que configure ato de improbidade administrativa ou crime:

I - de tortura;

II - de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas afins;

III - de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção;

IV - hediondo;

V - de terrorismo;

VI - de responsabilidade;

VII - de abuso de autoridade;

VIII - contra o sistema financeiro nacional;

IX - contra a Administração Pública;

X - contra a ordem tributária, a ordem econômica e a previdência social;

XI - de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores;

XII – praticado por organização criminosa;

XIII – contra a saúde pública;

XIV – contra a fé pública;

XV – eleitoral;

XVI – falimentar;

XVII - contra o meio ambiente;

XVIII - militar.

Art. 3º Qualquer pessoa, por ato voluntário e espontâneo, pode revelar informações de interesse público, devendo fazê-lo perante uma autoridade policial ou administrativa, o Ministério Público ou o juiz competente.

Parágrafo único. Os agentes públicos são obrigados a revelar informações de interesse público de que tenham conhecimento e guardem relação direta ou indireta com a prática de ato ou omissão, por outro agente público, que se enquadre em qualquer das condutas descritas no art. 2º.

Art. 4º A revelação de interesse público poderá ser apresentada por escrito ou oralmente, devendo ser reduzida a termo e assinada, e conterá:

I – a qualificação do autor da revelação;

II – a intenção, propósito, motivo ou razões para a revelação das informações;

III – a descrição das ações ou omissões objeto da revelação e a indicação de provável autoria;

IV – informações detalhadas sobre os fatos revelados;

V – a indicação das provas de que tenha conhecimento.

§ 1º A autoridade a qual a revelação de interesse público for apresentada a rejeitará, em despacho fundamentado, se esta não obedecer as formalidades estabelecidas neste artigo.

§ 2º O autor da revelação poderá condicioná-la à execução das medidas de proteção necessárias para assegurar a sua integridade física e estabilidade profissional.

§ 3º Caso o autor decida pela apresentação oral da revelação, poderá requerer que tal se faça perante um representante do Ministério Público, hipótese em que a autoridade competente solicitará a sua presença, designando data e hora para audiência especial com esse fim.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fis: 4414
Doc:

Art. 5º Atendidos os requisitos do artigo anterior, a autoridade a qual a revelação foi apresentada, considerando a relevância, gravidade e possível repercussão dos fatos revelados ou na iminência de sê-lo:

I – determinará a sua apuração ou tomará as providências necessárias para tanto;

II – se for o caso, comunicará ao Ministério Público as medidas de proteção requeridas pelo autor;

III – encaminhará ao Ministério Público as informações objeto da revelação;

IV - compartilhará as informações com outras autoridades ou órgãos públicos.

Art. 6º O compartilhamento de informações entre os órgãos ou autoridades que receberem revelações de interesse público é obrigatório, se dará de ofício ou a requerimento do interessado, e observará, sempre que possível:

I - a competência para apuração dos fatos revelados;

II - a relevância das informações requeridas;

III – a necessidade ou utilidade das informações para a descoberta e apuração de outros ilícitos ou irregularidades.

Parágrafo único. A autoridade ou órgão público com a qual as informações reveladas foram compartilhadas deverá notificar o autor da revelação a fim de comunicá-lo do ato de compartilhamento.

Art. 7º O agente ou órgão público que receba revelação de interesse público ou dela tome conhecimento fica proibido de divulgar informações que permitam a identificação pessoal de seu autor, salvo quando:

I – o autor da revelação consentir por escrito na sua identificação;

II – a identificação do autor da revelação seja essencial para a efetiva apuração dos fatos revelados, ou para prevenir ou evitar ofensa à saúde pública, à segurança pública ou ao meio ambiente.

§ 1º Na hipótese do inciso II, a autoridade deverá requerer autorização para divulgação da identidade do autor da revelação, devendo o juiz competente decidir após a oitiva do Ministério Público.

§ 2º O agente público responderá civil, penal e administrativamente pela divulgação indevida de informações sobre as revelações de interesse público de que tome conhecimento.

§ 3º A vedação constante deste artigo se aplica aos agentes públicos após o exercício do mandato, cargo, emprego ou função pública.

Art. 8º Ninguém será submetido a qualquer ato de retaliação, represália, discriminação ou punição, pelo fato ou sob o fundamento de ter apresentado uma revelação de informações de interesse público.

Parágrafo único. Ao autor da revelação é assegurado o direito à reparação dos danos morais ou materiais sofridos em decorrência da prática dos atos descritos no *caput*.

Art. 9º A pessoa que, na iminência de fazer uma revelação de interesse público, após tê-la feito, ou ainda, que, no curso de investigação, procedimento ou processo instaurado a partir de revelação apresentada, esteja coagida ou exposta a grave ameaça, poderá requerer a execução das medidas de proteção previstas na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que lhe sejam aplicáveis.

§ 1º O Ministério Público deliberará sobre a necessidade e utilidade das medidas de proteção solicitadas pelo autor da revelação, requerendo ao juiz competente o deferimento das que entender apropriadas.

§ 2º Para a adoção das medidas de proteção, considerar-se-á, dentre outros aspectos, a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção de provas.

§ 3º Em caso de urgência e levando em consideração a procedência, gravidade e a iminência da coação ou ameaça, o juiz competente, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, determinará que autor da revelação seja colocado provisoriamente sob a custódia de órgão policial, até que o conselho deliberativo decida sobre a sua inclusão no programa de proteção.

§ 4º Quando entender necessário, o juiz competente, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou por solicitação do órgão deliberativo, concederá as medidas cautelares direta ou indiretamente relacionadas com a eficácia da proteção.

Art. 10. Ao servidor público que proceda à revelação de informações de interesse público são assegurados os seguintes direitos:

I – proibição de remoção ou redistribuição de ofício por até dois anos, podendo esse prazo ser prorrogado pelo juiz competente, a requerimento do Ministério Público;

II – alteração de lotação, com ou sem modificação de sede ou quadro, quando indispensável à manutenção de sua integridade física e psicológica e ao exercício de suas funções;

III – impossibilidade de aplicação de qualquer penalidade que caracterize discriminação, retaliação, represália ou punição pelo fato ou sob o fundamento da revelação de informações de interesse público.

PROS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: 4415
Doc 371

Parágrafo único. Pelo fato ou sob o fundamento de haver revelado informações de interesse público, o servidor público não será prejudicado:

I - em avaliação de desempenho para o cargo ou emprego público, na hipótese de servidor público em estágio probatório;

II - em procedimento de avaliação periódica de desempenho previsto no art. 41, III, da Constituição Federal, na hipótese de servidor público estável;

III - em avaliação especial de desempenho para aquisição da estabilidade, na hipótese de servidor público não estável.

Art. 11. Ao ocupante de cargo em comissão ou função de confiança que, pelo fato ou sob o fundamento de haver revelado informações de interesse público, haja sido exonerado de ofício pela autoridade competente, é assegurada a percepção dos proventos relativos ao cargo ou função ocupados por até dois anos, podendo esse prazo ser prorrogado pelo juiz competente, a requerimento do Ministério Público.

Parágrafo único. O ex-ocupante continuará a exercer as atribuições relativas ao cargo ou função durante o período assinalado, devendo a sua lotação ser determinada pela autoridade competente.

Art. 12. À pessoa que, na condição de empregado, regido pela Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1.943, de entidade pública ou privada cujos representantes, membros, sócios, acionistas, cotistas, diretores, participantes ou associados de qualquer espécie estejam envolvidos com a prática de ilícito constante do art. 2.º, for demitida pelo fato ou sob o fundamento de haver revelado informações de interesse público, são assegurados:

I – o direito à demissão sem justa causa, com todos os efeitos legais dela decorrentes;

II – o direito à percepção de multa no importe de dez vezes o valor da maior remuneração que tenha percebido na entidade, a ser paga pelo empregador.

Art. 13. Na sentença, o juiz se manifestará fundamentadamente sobre:

I - o atendimento aos requisitos objetivos e subjetivos necessários à proteção do autor da revelação;

II - as medidas de proteção requeridas pelo autor da revelação e as efetivamente atendidas, as suas condições e prazos de duração, e as restrições impostas;

III – a inclusão do autor da revelação nos programas previstos na Lei n.º 9.807, de 13 de julho de 1999, determinando ao órgão executor as medidas e providências necessárias.

Art. 13. A pessoa que, por meio da revelação de interesse público, tenha colaborado efetiva, espontânea e voluntariamente com a investigação e o processo relativo aos ilícitos previstos no art. 2.º tem direito às compensações estabelecidas nesta Lei, desde que dessa colaboração tenha resultado:

I – a identificação, localização e apreensão dos bens, direitos ou valores acrescidos ao patrimônio do agente público ou de terceiro beneficiário, tratando-se de ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito;

II – a identificação, apuração e integral ressarcimento do dano pelo agente público ou pelo terceiro, tratando-se de ato de improbidade administrativa por lesão ao patrimônio público;

III – na identificação, localização e apreensão de bens, direitos ou valores que constituam produto de infração penal ou proveito auferido com a sua prática.

§ 1º Na hipótese do inciso I, a compensação consiste em recompensa de até 10% sobre o montante total dos bens, direitos e valores efetivamente vertidos aos cofres públicos por força da revelação.

§ 2º Na hipótese do inciso II, a compensação consiste em recompensa de até 10% sobre o valor total dos danos efetivamente reparados por força da revelação.

§ 3º Na hipótese do inciso III, a compensação consiste em recompensa de até 10% sobre o valor total do produto do crime ou dos proveitos efetivamente recuperados por força da revelação.

§ 4º Se da apuração dos fatos revelados houver conclusão no sentido de que o agente público autor de revelação de interesse público seja co-autor ou participe de qualquer dos ilícitos previstos no art. 2.º, o juiz competente reduzirá, de acordo com as circunstâncias do caso, o valor de qualquer recompensa a que fizer jus, ou vedará o seu pagamento.

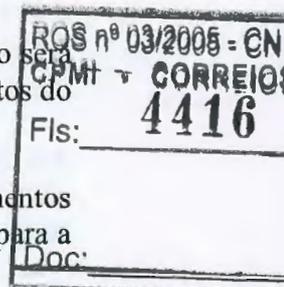
Art. 15. O juiz competente, de ofício ou a requerimento da autoridade policial ou administrativa, ou do Ministério Público, determinará o registro de elogio nos assentos individuais do servidor público que colaborar efetivamente para a apuração e repressão de ilícitos por meio da revelação de informações de interesse público, ressaltando a sua colaboração para a manutenção da probidade, moralidade e transparência na Administração Pública e para o combate ao crime.

Art. 16. Se a revelação de interesse público levar à descoberta da prática de ação ou omissão prevista no art. 2.º desta Lei pelo próprio autor da revelação, a sua pena pode ser reduzida de um a dois terços no caso de condenação, desde que colabore da forma prevista no art. 13 desta Lei.

Parágrafo único. A redução também se aplica, no que couber, às penalidades a que se sujeitar o servidor público autor da revelação.

Art. 17. O pedido de compensação pela revelação de informações de interesse público será feito pelo seu autor em petição fundamentada e devidamente instruída, no bojo dos autos do processo penal ou civil no qual os fatos oriundos da revelação são apurados.

§ 1º O pedido de compensação conterà a qualificação de seu autor, exporá os fundamentos de fato e de direito que ensejam o seu pagamento, demonstrará a efetiva colaboração para a



o ressarcimento de danos, a restauração do patrimônio público ou para a recuperação dos produtos e proventos de ilícito penal, indicando também as provas que evidenciam o direito à compensação.

§ 2º Instaurado o incidente de compensação, o juiz competente mandará processá-lo em separado e sem suspensão da causa, cabendo ao relator processá-lo e julgá-lo nos tribunais.

§ 3º Após a oitiva do Ministério Público, o juiz decidirá fundamentadamente sobre o pedido de compensação, em observância estrita aos critérios de pagamento definidos nesta Lei.

Art. 18. O direito a qualquer compensação prevista nesta Lei decai em dois anos, a contar da data em que os bens, direitos ou valores aos quais se refiram tenha retornado ao Poder Público.

Art. 19. O pagamento das compensações previstas nesta Lei se dará da seguinte forma:

I – na hipótese de improbidade administrativa por lesão ao patrimônio público, os valores das recompensas devidas serão deduzidos do montante total relativo aos valores a serem vertidos ao Poder Público a título de reparação de danos por força da revelação;

II – na hipótese de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito, os valores das recompensas devidas serão deduzidos do montante total relativo aos bens, direitos ou valores recuperados a serem devolvidos ao Poder Público por força da revelação;

III – na hipótese de crime previsto no art. 2.º, o juiz decretará a perda dos bens, direitos ou valores que constituam produto da infração penal ou proveito auferido com a sua prática e que tenham efetivamente recuperados por força da revelação, e de seu montante total deduzirá os valores das recompensas, dando-lhe, a seguir, a destinação prevista no Código Penal ou em legislação especial.

§ 1º O juiz determinará o cálculo do valor das recompensas devidas e determinará depósito da quantia necessária ao seu pagamento em conta judicial.

§ 2º Transitada em julgado a decisão que arbitrou a compensação, o juiz determinará a expedição de mandado de pagamento em nome do requerente.

§ 3º Se necessário, o juiz determinará o leilão de tantos bens, direitos ou valores cuja perda tenha sido decretada quantos forem necessários ao pagamento das recompensas arbitradas.

§ 4º A devolução dos valores recuperados ao órgão público lesado ou a sua destinação por força do Código Penal ou da legislação especial só ocorrerá após a liquidação das compensações devidas nos termos desta Lei.

Art. 20. Sob pena de responsabilidade, as medidas e providências previstas nesta Lei serão adotadas, executadas e mantidas em sigilo pelos protegidos e pelos agentes envolvidos em sua execução.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

O objetivo desta proposição é introduzir, no ordenamento jurídico brasileiro, instrumentos jurídicos capazes de fomentar a revelação de informações em prol interesse público, a fim de permitir ou facilitar a apuração de atos de improbidade administrativa e de certos ilícitos penais.

Para tanto, cria o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público, instituindo medidas para a sua proteção e compensação. A iniciativa não é nova no direito comparado. Países como Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Estados Unidos, Coréia do Sul e Israel, dentre outros, possuem em sua legislação mecanismos para a proteção de pessoas que revelem informações dessa sorte, como atos ou omissões lesivos ao poder público e atos de corrupção em geral. Apesar de concebido inicialmente com o objetivo de estabelecer medidas para incrementar e facilitar a descoberta e punição de atos de corrupção, acreditamos que a contribuição deste projeto de lei não se limitará à repressão de alguns poucos ilícitos penais, mas de inúmeros e deletérios ilícitos de natureza penal e administrativa.

O projeto de lei propõe medidas que abrangem desde a proteção física, psicológica e profissional da pessoa que proceder a uma revelação de interesse público, quanto a garantia de confidencialidade das informações reveladas, a obrigatoriedade de seu compartilhamento entre autoridades públicas e a proibição de divulgação da identidade do autor da revelação.

Esses instrumentos, além de encorajar indivíduos a fazerem revelações de interesse público, visam estabelecer e disseminar a crença de que a pessoa que faz a revelação pode confiar em um sistema que lide de modo eficiente, confiável e integral com a informação revelada.

No que guarda pertinência com a proteção física e psicológica, assinala-se que a Lei n.º 9.807, de 1999, que estabelece normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, limita a proteção a essas pessoas, deixando de lado aquele que, embora não seja vítima ou testemunha, pode e deve, por ato espontâneo e voluntário, colaborar para a elucidação de um ilícito penal. Essa proteção há de ser estendida ao autor de uma revelação qualificada como de interesse público nos termos do projeto de lei. O autor da revelação há de ser considerado mais como uma testemunha do que como um delator. Mais valor há dado ao ato de revelar a informação de interesse público que ao estigma de ser o autor da revelação taxado como "dedo-duro".

A proposição também dispõe sobre um regime de proteção especial contra atos de discriminação, retaliação, represália ou punição praticados pelo fato ou sob o fundamento da revelação de interesse público.

RQS nº 03/2005 - CN
CPML - CORREIO
Fls: 4417
Doc: _____

Engloba garantias específicas aos servidores públicos para incentivá-los a revelar informações de interesse público, como a inamovibilidade temporária (proibição de remoção ou redistribuição de ofício), a possibilidade de modificação de lotação, caso seja necessário para assegurar a sua integridade física e o exercício de suas funções, e a imunidade contra penalidades fundadas no ato da revelação.

Direitos especiais são assegurados tanto ao servidor público efetivo quanto ao ocupante de cargo ou função de confiança para fornecer-lhes o ambiente propício à revelação. Ao empregado pelo regime da CLT também é garantida proteção contra a dispensa motivada pela revelação de informações de interesse público.

Com a medida, impediremos que arbitrariedades dessa sorte sejam cometidas contra as pessoas que fizerem as revelações, em especial contra servidores públicos. Sobreleve-se que a eficácia de um sistema que incentive a realização de revelações de interesse público depende da proteção do autor em razão da revelação apresentada. A fim de que as pessoas se sintam seguras para fazer revelações relativas a agentes públicos ou contra seus próprios empregadores, elas precisam ter certeza de que não sofrerão qualquer espécie de represália. Ademais, se não houver a devida repressão aos atos de represália contra o autor da revelação, o sistema de proteção às revelações de interesse público perde legitimidade.

O projeto também estabelece medidas para a compensação pecuniária das pessoas que, por força das revelações que apresentarem, permitir a localização e recuperação de bens, direitos e valores fruto de enriquecimento ilícito, o ressarcimento do dano na hipótese de lesão ao patrimônio público e ou a recuperação do produto de infração penal ou do proveito auferido com sua prática.

No que guarda pertinência com tal sistemática, assinale-se que a inserção da medida ao ordenamento brasileiro equipará o Brasil a países como o Canadá, a Coreia do Sul, e os Estados Unidos, onde medidas semelhantes já foram adotadas e mostraram-se eficazes no combate a ilícitos e irregularidades.

Nesse particular, a lei estabelece tanto o procedimento para a obtenção das compensações quanto a forma de seu custeio. Trata-se de medida que, além de não trazer qualquer ônus ao Poder Público, estimulará a restauração do patrimônio público lesado.

Por todo o exposto, a Comissão Parlamentar Mista dos Correios apresenta este projeto de lei como fruto de seu extenso trabalho, clamando pelo apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Assim sendo, sob o consenso de que as medidas de proteção e compensação objeto deste projeto de lei contribuíam para o combate a ilícitos penais e aos atos de improbidade administrativa de notável importância, esta Comissão Parlamentar de Inquérito apresenta projeto de lei com a finalidade de incorporá-las ao direito brasileiro.

Sala das Sessões, 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

13.2.4 Indicações

**13.2.4.1 Redução do valor-limite para que operações financeiras sejam informadas automaticamente ao COAF.**

**REQUERIMENTO**

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa à minoração dos valores limites para informação automática de operações ao COAF.*

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, esta CPMI requer a V. Exa. seja encaminhada, ao Poder Executivo, a Indicação em anexo, sugerindo a redução dos valores-limite explicitados no artigo 11, I, *a* da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para as instituições listadas na Carta-Circular nº 3.098, de 11 de junho de 2003, assim como sejam estabelecidos, pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, limites para as demais pessoas mencionadas no artigo 9º da referida lei, à exceção das empresas de fomento comercial, que já estão reguladas pela Resolução nº 13, de 30 de setembro de 2005, daquele COAF.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

**INDICAÇÃO Nº , DE 2006**

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Sugere que seja reduzido o valor limite para informação incondicional de movimentação financeira e que seja estendida tal obrigação às demais pessoas relacionadas no artigo da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.*

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda:

Dentre as competências das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito encontra-se a de sugerir a outro Poder a adoção de providência ou a realização de ato de gestão sobre

ROS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fls: 4418

matéria de sua iniciativa exclusiva. Assim, esta Comissão dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - As pessoas referidas no artigo 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, são obrigadas a informar as operações cujos valores ultrapassem os limites fixados pela autoridade competente pela supervisão ou regulação. Mencionada determinação está consignada na alínea *a* do inciso I do art. 11.

2 - Atualmente, este limite encontra-se fixado em cem mil reais para algumas das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, conforme a Carta-Circular nº 3.098, de 11 de junho de 2003, enquanto para as empresas de fomento comercial (*factorings*) tal montante é de cinquenta mil reais, atribuído por meio da Resolução nº 13, de 30 de setembro de 2005, do COAF.

3 - No decorrer dos trabalhos desta Comissão, tendo em vista os relatos de vários depoentes, foi verificada a necessidade de redução do valor limite das instituições sob a regulação do Banco Central.

4 - Adicionalmente, esta Comissão verificou a inexistência de fixação de valor para as demais pessoas descritas no referido artigo 9º da Lei nº 9.613, de 1998.

Nesse sentido, solicitamos a V. Exa. as providências no sentido de:

- a) reduzir para cinquenta mil reais o limite estipulado pela Carta- Circular nº 3.098, de 11 de junho de 2003, para informação incondicional ao COAF;
- b) estender a todas as demais pessoas referidas no artigo 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Sala das Sessões, em de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

### **13.2.4.2 Aperfeiçoamento de normas relativas a licitações e contratos de publicidade.**

#### **REQUERIMENTO**

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República, sugerindo a alteração das normas relativas à realização de licitações e execução de contratos de serviços de publicidade no âmbito daquele Poder.*

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, esta CPMI requer a V. Exa. seja encaminhada ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República, a Indicação em anexo, sugerindo a alteração das normas relativas à realização de licitações e execução de contratos de serviços de publicidade no âmbito daquele Poder.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

#### **INDICAÇÃO Nº , DE 2006**

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República, a alteração das normas relativas à realização de licitações e execução de contratos de serviços de publicidade no âmbito daquele Poder.*

Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República:

No transcurso dos trabalhos desta Comissão Permanente Mista de Inquérito, diversas foram as sugestões oferecidas para modificação dos procedimentos relativos à licitação e contratação, pela Administração Pública Federal direta e indireta, de serviços de publicidade.

De forma idêntica, os estudos realizados pela Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção apontaram no sentido da necessidade de modificação das normas específicas

PROS nº 03/2005 - C
CPMI - CORREI
Fls: 4419
379
Doc:

relacionadas às licitações na área de publicidade, tendo a Associação Brasileira de Agências de Publicidade – ABAP, em um esforço no sentido de preservação da ética na área de publicidade, oferecido diversas sugestões que julgamos pertinentes e às quais aderimos.

Assim, sugerimos a V. Exa. a adoção dos procedimentos a seguir descritos para a realização das licitações e execução dos contratos de serviços de publicidade no âmbito do Poder Executivo.

Quanto ao processo licitatório, entendemos necessário estabelecer um padrão para o "briefing", a ser seguido em todas as licitações, que deverá ser elaborado de forma a ser entendido por qualquer profissional bem formado. Deve ser também exigida a vinculação entre a proposta técnica vencedora e o trabalho publicitário executado durante a vigência do contrato, de modo que a campanha vencedora da licitação seja efetivamente realizada.

As propostas técnicas seriam apresentadas de maneira uniforme - mesma embalagem, mesmo formato de leiautes e pranchas -, tudo sem identificação da agência licitante. O material referente aos quesitos "Repertório" e "Relatos de Soluções", que inevitavelmente permitem a identificação da concorrente, serão julgados antes dos demais quesitos da proposta técnica.

Quanto à Comissão de Licitação, sugerimos cadastrar, sem prejuízo do atendimento de exigências técnicas de capacitação, de 100 a 150 funcionários do governo e empregados de estatais, integrantes dos quadros de pessoal de no mínimo 40 diferentes órgãos e empresas, à razão de no máximo 5 e no mínimo 1 por órgão ou entidade, como pré-qualificados para integrar comissões de licitação de publicidade. Somente poderão participar de comissões de licitação de serviços publicitários os técnicos pré-qualificados. Somente após a abertura dos envelopes contendo a documentação dos licitantes e não mais que dois dias antes da data marcada para a abertura das propostas técnicas, escolher, por sorteio, supervisionado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, os integrantes de cada comissão de julgamento técnico, formando comissões de não menos de cinco membros, permitindo que o órgão ou entidade promotora da licitação indique um dos membros da comissão, dentre os técnicos pré-qualificados integrantes dos seus próprios quadros, fazendo-o também por sorteio, se houver mais de um, na mesma sessão de sorteio dos demais, e sempre sob a supervisão do TCU.

Os membros da comissão de licitação devem atribuir suas notas separadamente, sem consulta aos demais e sem conhecer as notas uns dos outros. Uma vez atribuídas, as suas notas não podem ser revistas. A apuração final deve desprezar todas as notas individuais que se afastem além de 30% da média das demais notas atribuídas à proposta no mesmo quesito. Quanto à execução do contrato, sugerimos que todo faturamento de veiculação apresentado pela agência ao órgão ou entidade anunciante deva vir acompanhado do faturamento do veículo, de sua tabela de preços, da descrição dos descontos negociados e do relatório de checagem a cargo de empresa independente, exceto quando e onde esse tipo de serviço não esteja disponível.

A agência contratada pelo governo deve pré-cadastrar todos os seus fornecedores, e toda fatura de produção deve ser acompanhada de três orçamentos, fornecidos apenas por empresas pré-cadastradas.

Os pagamentos a fornecedores devem ser feitos exclusivamente por transferência bancária para a conta do fornecedor ou mediante cheque nominal, cruzado, com carimbo no verso indicando ser este exclusivo para depósito na conta-corrente do favorecido.

Por fim, deve-se exigir que as agências mantenham comprovação do trabalho realizado, incluindo acervo de peças produzidas.

Sala das Sessões, em de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

### **13.2.4.3 Criação da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar**

#### **REQUERIMENTO**

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa à criação da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar.*

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, esta CPMI requer a V. Exa. seja encaminhada, ao Poder Executivo, a Indicação em anexo, sugerindo o envio de nova proposição ao Congresso Nacional que recrie a PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

#### **INDICAÇÃO Nº , DE 2006**

(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República, a formulação de Projeto de Lei que recrie a PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar.*

RQS nº 03/2005 - CI
CPMI - CORREIC
Fls: 4420
381
Doc:

Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República:

No decorrer dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquéritos dos Correios detectou-se a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento administrativo e controle social dos fundos de pensão complementar dos funcionários de empresas estatais. Em razão do volume de recursos acumulados por tais instituições e do caráter desses recursos, um olhar atento das autoridades e da sociedade é indispensável.

Nesse sentido, além de propor o incremento de algumas normas de fiscalização diretamente pelo Congresso Nacional, a CPMI vem sugerir ao Poder Executivo, por meio de V. Exa., que seja reeditada uma importante medida adotada pelo Presidente da República no ano de 2004 – a criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, proposta pela Medida Provisória nº 233, de 2004.

A despeito do insucesso daquela Medida Provisória no Congresso Nacional, estamos convencidos do avanço que representaria a recriação de um organismo de natureza autárquica especial, dotado de autonomia financeira e administrativa e dos recursos necessários, com o objetivo de elaborar diretrizes, normatizar a atuação e fiscalizar as atividades dos referidos fundos de pensão.

Sendo assim, recomendamos que seja reavaliada a idéia e que outra proposição possa ser enviada ao Congresso Nacional nesse sentido.

Sala das Sessões, em de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

13.2.5 Projetos de resolução

**13.2.5.1 Inclusão de dispositivos sobre Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito no Regimento Comum do Congresso Nacional.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2006 – CN**  
(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Inclui o Título III-A no Regimento Comum – Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 1970, dispondo sobre Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito.*

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º O Regimento Comum - Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.....

**TÍTULO III-A**

**DAS COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO**

Art. 21. As Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito serão criadas em sessão conjunta, sendo automática a sua instituição se requerida por um terço dos membros da Câmara dos Deputados mais um terço dos membros do Senado Federal.

§ 1º As Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito terão o número de integrantes fixado no ato de sua criação, devendo ser igual a participação de Deputados e Senadores, obedecido o critério de proporcionalidade partidária.

§ 2º O número de membros fixado no ato de criação é acrescido de mais uma vaga na composição destinada a cada uma das Casas do Congresso Nacional, que será preenchida em rodízio, exclusivamente, pelas bancadas minoritárias que não alcancem, no cálculo da proporcionalidade partidária, número suficiente para participarem da Comissão.

Art. 21-A. Os membros das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito serão designados pelo Presidente do Senado, mediante indicação das lideranças.

§ 1º Se os Líderes não fizerem a indicação, O Presidente do Senado designará os membros e seus substitutos.

RQS nº 03/2006 - CN =
CPMI - CORREIOS
Fls: 4421 383
Doc: _____

§ 2º As Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito terão membros suplentes, Deputados e Senadores, designado pelo Presidente do Senado Federal, em número não superior à metade de sua composição.

§ 3º As Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito reunir-se-ão dentro de 48 (quarenta e oito) horas de sua constituição, sob a presidência do mais idoso de seus componentes, para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, sendo, em seguida, designado, pelo Presidente eleito, um funcionário do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados para secretariá-la.

Art. 21-B. As Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito deliberarão sempre por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, tendo o Presidente apenas o voto de desempate.

Parágrafo único. Tomar-se-ão em separado os votos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Art. 21-C. Ao Presidente de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito compete, além do que lhe for atribuído neste Regimento, o seguinte:

- I - assinar a correspondência e demais documentos expedidos pela Comissão;
- II - convocar e presidir todas as reuniões da Comissão e nelas manter a ordem e a solenidade necessárias;
- III - fazer ler a ata da reunião anterior e submetê-la a discussão e votação;
- IV - dar à Comissão conhecimento de toda a matéria recebida e despachá-la;
- V - dar à Comissão e às Lideranças conhecimento da pauta das reuniões, prevista e organizada na forma deste Regimento e do Regulamento das Comissões;
- VI - indicar Relatores e Sub-Relatores, submetendo seus nomes à aprovação do Plenário da Comissão, e distribuir-lhes matéria sujeita a parecer;
- VII - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Plenário a Comissão;
- VIII - conceder a palavra aos membros da Comissão, aos Líderes e aos Deputados ou Senadores que a solicitarem;
- IX - advertir o orador que se exaltar no decorrer dos debates;
- X - interromper o orador que estiver falando sobre o vencido e retirar-lhe a palavra no caso de desobediência;
- XI - submeter a votos as questões sujeitas à deliberação da Comissão, respeitada a ordem de apresentação dos requerimentos, bem como o requerimento de urgência apresentado pelo Relator, e proclamar o resultado da votação;

XII - conceder vista das proposições aos membros da Comissão, nos termos do art. 57, XVI;

XIII - assinar os pareceres, juntamente com o Relator;

XIV - enviar à Mesa toda a matéria destinada à leitura em Plenário e à publicidade;

XV - determinar a publicação das atas das reuniões no Diário do Congresso Nacional;

XVI - representar a Comissão nas suas relações com a Mesa, as outras Comissões e os Líderes, ou externas à Casa;

XVII - resolver, de acordo com o Regimento, as questões de ordem ou reclamações suscitadas na Comissão;

XVIII - remeter à Mesa, no início de cada mês, sumário dos trabalhos da Comissão e, no fim de cada sessão legislativa, como subsídio para a sinopse das atividades da Casa, relatório sobre o andamento e exame das proposições distribuídas à Comissão;

XIX - delegar, quando entender conveniente, aos Vice- Presidentes a distribuição das proposições;

XX - fazer publicar no *Diário da Câmara dos Deputados* e mandar afixar em quadro próprio da Comissão a matéria distribuída, com o nome do Relator, data, prazo regimental para relatar, e respectivas alterações;

XXI - determinar o registro taquigráfico dos debates quando julgá-lo necessário;

XXII - solicitar ao órgão de assessoramento institucional, por sua iniciativa ou a pedido do Relator, a prestação de assessoria ou consultoria técnico-legislativa ou especializada, durante as reuniões da Comissão ou para instruir as matérias sujeitas à apreciação desta;

XXIII - estabelecer condições especiais para acesso de parlamentares ou de qualquer outra pessoa a documentos de caráter sigiloso, sempre que considere tal medida indispensável ao bom andamento dos trabalhos, mediante comunicação à Comissão;

XXIV - conhecer as informações, requerimentos e denúncias que receber, mesmo que anônimas, delas dando ciência à Comissão, com indicação das providências que entender cabíveis.

Art. 21-D. Ao Relator de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito compete, além do que lhe for atribuído neste Regimento ou no Regulamento das Comissões, a condução do inquérito, devendo:

I - comandar a Assessoria Técnica designada para apoio aos trabalhos da Comissão;

RGS nº 63/2006 - CN -
CPML - CORREIOS
Fis: <b>4422</b>
Doc: _____

385

II - designar o Gerente da Assessoria Técnica;

III - indicar os servidores que serão requisitados, na conformidade do que dispõe o inciso I do art. 21-F;

IV - requerer ao Presidente que submeta à deliberação do Plenário da Comissão a prática de quaisquer dos atos previstos inciso II do art. 21-F;

V - conduzir a realização das diligências e sindicâncias que tenham sido aprovadas pelo Plenário da Comissão, com a participação dos membros que este indicar;

VI - requerer ao Presidente o regime de urgência na tramitação de matérias, quando considerar tal medida indispensável para o bom andamento dos trabalhos;

VII - requerer ao Presidente que submeta à deliberação do Plenário o sigilo para oitiva de depoente, testemunha ou investigado, quando considerar tal medida indispensável para o bom andamento dos trabalhos;

VIII - distribuir aos demais membros da Comissão as Notas e Estudos produzidos pela Assessoria Técnica;

IX - informar ao Plenário da Comissão, a cada mês, o andamento das investigações;

X - estabelecer horário para que a Assessoria Técnica atenda aos pedidos de esclarecimento dos demais membros da Comissão;

XI - requisitar ao Banco Central do Brasil que informe, com base no cadastro geral de correntistas instituído pelo art. 3º da Lei no 10.701, de 9 de julho de 2003, as contas bancárias existentes em nome das pessoas cuja transferência de sigilo tenha sido aprovada pela Comissão.

Art. 21-E. Mediante manifestação de um terço de seus membros, o Plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito poderá:

I - fixar prazo para o cumprimento de diligências, a realização de oitivas ou a adoção de outras providências, depois de transcorridas dez sessões da aprovação correspondente nos termos regimentais;

II - requerer ao Presidente que submeta à deliberação a prática de quaisquer dos atos previstos inciso II do art. 21-D;

III - requerer ao Presidente, indicando a matéria a ser apreciada, a convocação de sessão extraordinária da Comissão.

Art. 21-F. As Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito poderão, observada a legislação específica:



I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Câmara, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, ou do Poder Judiciário, necessários aos seus trabalhos;

II - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer a audiência de Deputados e Ministros de Estado, tomar depoimentos de autoridades federais, estaduais e municipais, e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III - incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados do serviço público federal, da realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV - deslocar-se a qualquer ponto do território nacional para a realização de investigações e audiências públicas;

V - estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VI - se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais;

VII - Parágrafo único. As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

Art. 21-G. Ao termo dos trabalhos a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, que será publicado no *Diário do Congresso Nacional* e obrigatoriamente encaminhado:

I - à Mesa, para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, ou indicação, que será incluída em Ordem do Dia dentro de cinco sessões;

II - ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, com a cópia integral da documentação acumulada desde o início dos trabalhos, para que promovam a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adotem outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III - ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes do art. 37, §§ 2º a 6º, da Constituição Federal, e demais dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando prazo hábil para seu cumprimento;

IV - às Comissões Permanentes do Senado e da câmara que tenham maior pertinência com a matéria, às quais incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior;

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls: 4423
Doc:

V - à Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1o, da Constituição Federal, e ao Tribunal de Contas da União, para as providências previstas no art. 71 da mesma Carta. Parágrafo único. Nos casos dos incisos II, III e V, a remessa será feita pelo Presidente do Senado, no prazo de cinco sessões.

Art. 21-H. O Parecer de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito consignará os votos de seus integrantes, discriminando os nas categorias: “em separado”, “vencido”, “com restrições” ou “pelas conclusões”.

Parágrafo único. Serão considerados favoráveis os votos “com restrições” e “pelas conclusões”.

Art. 21-I. As Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito do Congresso Nacional observarão, sobre quaisquer outras de igual hierarquia, as disposições deste Título.” (NR)

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

O presente projeto de resolução tem por objetivo incluir, no texto do Regimento Comum - Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 1970, normas que disponham especificamente sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito. Tal iniciativa tem fundamento na observação dos trabalhos da CPMI dos Correios, desde sua criação até a elaboração do relatório final, e visa dotar as Comissões desta natureza de meios para agilizar e simplificar seus trabalhos.

Ocorre que, além da falta de estrutura administrativa observada, também a ausência de normas objetivas e específicas sobre procedimentos atrasa e dificulta a ação do órgão, bem como a tomada de decisão de seus membros. Diante disto entendemos que, com a aprovação das normas ora sugeridas, certamente tornar-se-á mais ágil e precisa a atuação das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito que vierem a ser constituídas.

Estas as razões que nos motivaram a elaborar o presente projeto de resolução, para cuja aprovação contamos com o necessário apoio de nossos nobres Pares nas duas Casas do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

**13.2.5.2 Inclusão e alteração de dispositivos sobre Comissões Parlamentares de Inquérito no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2006**  
(Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios)

*Altera e acrescenta artigos ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados, instituindo normas especiais para o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.*

A Câmara dos Deputados resolve: Art. 1º O art. 41 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 41.....

VI – indicar Relatores e Sub-Relatores, submetendo seus nomes à aprovação do Plenário, e distribuir-lhes matéria sujeita a parecer;

X – submeter a votos as questões sujeitas à deliberação da Comissão, respeitada a ordem de apresentação dos requerimentos, bem como o requerimento de urgência apresentado pelo Relator, e proclamar o resultado da votação;

XXIII - .....

Parágrafo único. O presidente não poderá funcionar como Relator ou Relator substituto, mas terá voto nas deliberações da Comissão.

XXIV – cumprir e fazer cumprir as deliberações da Comissão;

XXV – estabelecer condições especiais para acesso de parlamentares ou de qualquer outra pessoa a documentos de caráter sigiloso, sempre que considere tal medida indispensável ao bom andamento dos trabalhos, mediante comunicação à Comissão;

XXVI – conhecer as informações, requerimentos e denúncias que receber, mesmo que anônimas, delas dando ciência à Comissão, indicando as providências que entender cabíveis.” (NR)

Art. 2º O Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

RQS Nº 03/2006 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 4424
Doc:

“Art. 41-A. Ao Relator de Comissão Parlamentar de Inquérito compete, além do que lhe for atribuído neste Regimento ou no Regulamento das Comissões, a condução do inquérito, devendo:

- I – comandar a Assessoria Técnica designada para apoio aos trabalhos da Comissão;
- II – designar o Gerente da Assessoria Técnica;
- III – indicar os servidores que serão requisitados, na conformidade do que dispõe o inciso I do art. 36;
- IV – requerer ao Presidente que submeta à deliberação do Plenário da Comissão a prática de quaisquer dos atos previstos inciso II do art. 36;
- VI – conduzir a realização das diligências e sindicâncias que tenham sido aprovadas pelo Plenário da Comissão, com a participação dos membros que este indicar;
- VII – requerer ao Presidente o regime de urgência na tramitação de matérias, quando considerar tal medida indispensável para o bom andamento dos trabalhos;
- VIII – requerer ao Presidente que submeta à deliberação do Plenário o sigilo para oitiva de depoente, testemunha ou investigado, quando considerar tal medida indispensável para o bom andamento dos trabalhos;
- IX – distribuir aos demais membros da Comissão as Notas e Estudos produzidos pela Assessoria Técnica;
- X – informar ao Plenário da Comissão, a cada mês, o andamento das investigações;
- XI – estabelecer horário para que a Assessoria Técnica atenda aos pedidos de esclarecimento dos demais membros da Comissão;
- XII – requisitar ao Banco Central do Brasil que informe, com base no cadastro geral de correntistas instituído pelo art. 3º da Lei no 10.701, de 9 de julho de 2003, as contas bancárias existentes em nome das pessoas cuja transferência de sigilo tenha sido aprovada pela Comissão.

Art. 41-B. Mediante manifestação de um terço de seus membros, o Plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito poderá:

- I – fixar prazo para o cumprimento de diligências, a realização de oitivas ou a adoção de outras providências, após transcorridas dez sessões da aprovação correspondente nos termos regimentais;
- II – requerer ao Presidente que submeta a deliberação a prática de quaisquer dos atos previstos inciso II do art. 36.” (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

O presente projeto de resolução tem por objetivo alterar e incluir, no texto do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, normas relativas ao funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito. Tal iniciativa tem fundamento na observação dos trabalhos de inúmeras CPI's na Câmara dos Deputados, desde sua criação até a elaboração do relatório final, e visa dotar as Comissões desta natureza de meios para agilizar e simplificar seus trabalhos.

Ocorre que, além da falta de estrutura administrativa observada, também a ausência de normas objetivas e específicas sobre determinados procedimentos atrasa e dificulta a ação do órgão, bem como a tomada de decisão de seus membros. Diante disto entendemos que, com a aprovação das normas ora sugeridas, certamente tornar-se-á mais ágil e precisa a atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito que vierem a ser constituídas.

Estas as razões que nos motivaram a elaborar o presente projeto de resolução, para cuja aprovação contamos com o necessário apoio de nossos nobres Pares nesta Casa do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em de 2006.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 4425
Doc:

### 13.3 Elenco de temas prioritários a serem analisados pela Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção

- Instituir mecanismo que possibilite a utilização de prova emprestada entre processos administrativos e judiciais.
- Discutir, avaliar e limitar o foro privilegiado.
- Estabelecer mecanismos para submeter os repasses de recursos públicos feitos a Organizações Não-Governamentais a processo licitatório.
- Abrir ao público acesso simplificado às informações do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.
- Criar regras de quarentena para servidores em licença sem vencimento que ocupem cargos estratégicos.
- Estabelecer normas mais claras e objetivas quanto à contratação temporária de excepcional interesse público, visando à sua redução ao mínimo necessário.
- Modificar a aplicabilidade do orçamento brasileiro, que deixaria de ser autorizativo para tornar-se impositivo.

## ERRATA

No Voto em Separado número 4 (Senador Siba Machado)  
No Item - 10. Indiciamentos e Encaminhamentos  
No Sub-item – 10.11.2.1 - PRECE  
Na página 251

### Onde se lê:

10.11.2.1 PRECE

*Diante dos fatos identificados no relatório, quando promovido o detalhamento das operações desta entidade de previdência privada complementar, faz-se imprescindível que o Ministério Público Federal promova as investigações necessárias para apurar a existência de possíveis irregularidades e ilegalidades, bem como a tipificação de tais condutas e, conseqüentemente apurar a responsabilidade de seus dirigentes e ex-dirigentes.*

### Lê-se

10.11.2.1 PRECE

*Recomendamos que toda e qualquer análise e avaliação sobre os procedimentos adotados pela PRECE devem ser tomadas nas instâncias estaduais adequadas.*

RQS nº 03/2005 - CN =
CPML - CORREIOS
Fls: <u>4426</u>
Doc: _____